



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2654

Segunda-feira - 15 de Outubro de 2018

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Agronômica .....	3	Descanso .....	202	Mafra .....	699
Água Doce .....	5	Doutor Pedrinho .....	205	Maravilha .....	701
Águas de Chapecó .....	10	Ermo .....	209	Massaranduba .....	703
Águas Mornas .....	19	Erval Velho .....	211	Matos Costa .....	714
Alfredo Wagner .....	20	Flor do Sertão .....	213	Meleiro .....	716
Alto Bela Vista .....	21	Formosa do Sul .....	218	Modelo .....	719
Anchieta .....	24	Forquilha .....	220	Mondaí .....	723
Antônio Carlos .....	29	Fraiburgo .....	225	Monte Carlo .....	741
Apiuna .....	31	Frei Rogério .....	410	Monte Castelo .....	750
Arroio Trinta .....	36	Garopaba .....	411	Morro da Fumaca .....	751
Ascurra .....	37	Gaspar .....	421	Navegantes .....	752
Aurora .....	39	Governador Celso Ramos .....	428	Nova Erechim .....	764
Balneário Piçarras .....	40	Grão Pará .....	433	Nova Itaberaba .....	768
Balneário Rincão .....	44	Guaraciaba .....	436	Nova Trento .....	775
Barra Bonita .....	45	Guaramirim .....	438	Nova Veneza .....	783
Barra Velha .....	46	Guarujá do Sul .....	443	Novo Horizonte .....	784
Bela Vista do Toldo .....	47	Guatambú .....	445	Ouro Verde .....	786
Belmonte .....	48	Herval d'Oeste .....	448	Palhoça .....	787
Benedito Novo .....	49	Ibicaré .....	455	Palma Sola .....	832
Biguaçu .....	68	Ibirama .....	457	Palmeira .....	834
Blumenau .....	87	Ilhota .....	476	Papanduva .....	842
Bom Jardim da Serra .....	99	Imarui .....	479	Paraíso .....	843
Bom Jesus do Oeste .....	101	Imbituba .....	481	Passo de Torres .....	846
Botuvera .....	108	Imbuia .....	487	Passos Maia .....	847
Braço do Trombudo .....	110	Indaial .....	521	Paulo Lopes .....	848
Brunópolis .....	118	Iporã do Oeste .....	524	Penha .....	849
Brusque .....	119	Ipuacú .....	526	Peritiba .....	853
Caçador .....	129	Iraceminha .....	529	Pescaria Brava .....	860
Caibi .....	130	Irani .....	531	Petrolândia .....	861
Camboriú .....	133	Iratí .....	532	Pinhalzinho .....	865
Campo Alegre .....	138	Irineópolis .....	533	Pinheiro Preto .....	866
Campo Erê .....	146	Itá .....	536	Piratuba .....	902
Campos Novos .....	147	Itaiópolis .....	538	Pomerode .....	905
Canelinha .....	150	Itapema .....	539	Ponte Alta do Norte .....	908
Canoinhas .....	151	Itapiranga .....	542	Ponte Serrada .....	909
Capinzal .....	165	Itapoá .....	562	Porto Belo .....	913
Caxambu do Sul .....	169	Ituporanga .....	588	Porto União .....	916
Chapadão do Lageado .....	171	Jaborá .....	590	Pouso Redondo .....	926
Chapecó .....	172	Jacinto Machado .....	592	Praia Grande .....	927
Cocal do Sul .....	173	Jaraguá do Sul .....	636	Presidente Nereu .....	928
Concórdia .....	178	Joaçaba .....	647	Princesa .....	929
Cordilheira Alta .....	183	José Boiteux .....	660	Rancho Queimado .....	932
Coronel Freitas .....	184	Lacerdópolis .....	661	Rio do Campo .....	933
Coronel Martins .....	187	Lajeado Grande .....	667	Rio do Sul .....	934
Correia Pinto .....	189	Lebon Regis .....	670	Rio Fortuna .....	943
Corupá .....	190	Lindóia do Sul .....	672	Salto Veloso .....	944
Cunha Porã .....	191	Lontras .....	675	Santa Terezinha do Progresso .....	947
Cunhataí .....	195	Luiz Alves .....	678	Santiago do Sul .....	951
Curitibanos .....	197	Luzerna .....	680	São Bento do Sul .....	957

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2654

Segunda-feira - 15 de Outubro de 2018

Florianópolis/SC

## Sumário

São Bernardino .....	968	Schroeder .....	1065	Turvo .....	1118
São Bonifácio .....	991	Seara .....	1081	União do Oeste .....	1119
São Cristóvão do Sul .....	994	Serra Alta .....	1087	Urubici .....	1131
São Domingos .....	995	Sombrio .....	1088	Urupema .....	1137
São Francisco do Sul .....	999	Sul Brasil .....	1091	Urussanga .....	1138
São João do Sul .....	1019	Tangará .....	1092	Vargem Bonita .....	1139
São Joaquim .....	1020	Tijucas .....	1102	Vidal Ramos .....	1148
São José .....	1023	Timbé do Sul .....	1104	Videira .....	1191
São Lourenço do Oeste .....	1040	Timbó .....	1107	Vitor Meireles .....	1197
São Miguel da Boa Vista .....	1049	Três Barras .....	1110	Xanxerê .....	1201
São Miguel do Oeste .....	1061	Treze Tílias .....	1111	Xavantina .....	1202
São Pedro de Alcântara .....	1063	Trombudo Central .....	1112	Zortéa .....	1203
Saudades .....	1064	Tunápolis .....	1114		

## Associações

AMERIOS .....	1205
---------------	------

## Consórcios

CIGA .....	1218
CIMCATARINA .....	1222
CIMVI .....	1223
CIS/AMARP .....	1226
CIS/AMAUC .....	1226
CIS/AMMVI .....	1228
CIS/AMURES .....	1230
CISAM .....	1230
CVC .....	1231
CIGAMERIOS .....	1232
CIS/AMERIOS .....	1237



# Agronômica

## PREFEITURA

### Decreto Nº 062/2018

Publicação Nº 1772075

DECRETO N.º 062/2018 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

#### "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA"

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito do Município de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

#### CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permitem-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,
- O disposto no Art. 10º da Lei nº. 1.112/2017 de 15 de dezembro de 2017, que autoriza nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita Estimada,
- Que o Inciso II do Artigo 10º da Lei nº. 1.112/2017 autoriza a utilizar anulação de saldos de dotações orçamentárias;
- Que a dotação nº. 36 do Departamento Municipal de Educação, encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2018.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento geral do município, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no título da dotação orçamentária conforme abaixo:

Despesa – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (36)  
Programa – 18– Toda Criança na Escola  
Ação – 2.15 – Salário Educação  
Unidade – 4001 – Departamento Municipal de Educação  
Função – 12 – Educação  
Subfunção – 361 – Ensino Fundamental  
Valor R\$ 20.000,00  
Fonte de Recurso: 0.1.36 – Salário Educação (104)

Art. 2º- Fica suplementado o artigo 1º por conta da seguinte anulação orçamentária:

Despesa – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (37)  
Programa – 18– Toda Criança na Escola  
Ação – 2.15 – Salário Educação  
Unidade – 4001 – Departamento Municipal de Educação  
Função – 12 – Educação  
Subfunção – 361 – Ensino Fundamental  
Valor R\$ 20.000,00  
Fonte de Recurso: 0.1.36 – Salário Educação (104)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 15 de outubro de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor do Departamento de Administração e Finanças

**Decreto Nº 063/2018**

Publicação Nº 1772396

DECRETO N.º 063/2018 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

"ALTERA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS E DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA"

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,
- Que a premente necessidade de adequar as ações governamentais, dentro dos ditames preconizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a partir de 15/10/2018, alterado o horário de atendimento de Departamentos da Prefeitura Municipal, conforme abaixo:

1. Departamento De Agricultura.

De 2ª a 6ª feira das 07:00 às 13:00 horas.

2. Departamento de Obras

De 2ª a 6ª feira das 07:00 às 13:00 horas.

3. Setor de Molhação de Rua (Departamento de Obras), considerado serviço essencial.

De 2ª a 6ª feira das 07:00 às 19:00 horas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 15 de outubro de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor de Administração e Finanças

**Nº282/2018**

Publicação Nº 1773059

PORTARIA Nº 282/2018 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que o servidor desta municipalidade Sr. ADAIR SOUZA matrícula nº 363 ocupante do cargo de provimento efetivo de PEDREIRO, com lotação no Departamento de Obras, encontra-se com as férias do período aquisitivo 06/08/2017 A 06/08/2018.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 15/10/2018 a 29/10/2018, (QUINZE) dias, que referem-se ao período aquisitivo 06/08/2017 A 06/08/2018, para o servidor municipal Sr. ADAIR SOUZA matrícula nº 363 ocupante do cargo de provimento efetivo de PEDREIRO, com lotação no Departamento de Obras.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 15 de OUTUBRO de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal



# Água Doce

## PREFEITURA

### 354/2018

Publicação Nº 1772465

PORTARIA Nº 354/2018 – DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei complementar nº. 015/99 e Lei Complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder licença maternidade de 120 dias a servidora SILVIA MÔNICA BORTOLINI BRAGA, inscrita sob CPF 029.199.929-88, a partir de 08/10/2018 a 04/02/2019, conforme atestado médico em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08/10/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

### 355/2018

Publicação Nº 1772466

PORTARIA Nº 355/2018 – DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

“CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei complementar nº. 015/99 e Lei Complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder licença paternidade ao servidor DENIS CONCI BRAGA, ocupante do cargo efetivo de Médico Clínico Geral, inscrito sob CPF 761.118.220-04, a partir de 08/10/2018 até 12/10/2018, conforme atestado médico em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08/10/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

### DECRETO Nº 134/2018

Publicação Nº 1772759

DECRETO Nº 134/2018 - DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 26 da Lei nº 2.544, de 05 de dezembro de 2017,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.544 de 05 de dezembro de 2017, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção das Secretarias da Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0679/56 e 3.3.90.00.00.0679/137 Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
01 DEPTO.DE AGRICULTURA  
20.606.0007.2.011 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA  
3.3.90.00.00.0679/56 Aplicações Diretas ..... R\$ 92.000,00  
  
08 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
02 DEPTO.DE INFRAESTRUTURA RURAL  
26.782.0019.2.072 MANUTENÇÃO DO DEPTO.DE INFRAESTRUTURA RURAL  
3.3.90.00.00.0679/137 Aplicações Diretas ..... R\$ 70.000,00  
TOTAL .....R\$ 162.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de Recursos Próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de outubro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.607/2018**

Publicação Nº 1772761

LEI Nº 2.607/2018 – DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

“AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a baixa no Patrimônio do Município dos seguintes bens que, virtude do seu estado de conservação, foram considerados inservíveis:

Nº	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2224	ARMARIO EM FORMICA 2 PORTAS DE CORRER C/ VIDRO
2286	ARMARIO EM FORMICA 2 PORTAS DE CORRER C/ VIDRO

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de outubro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 105/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 80/2018**

Publicação Nº 1772512

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 105/2018  
PREGÃO PRESENCIAL 80/2018

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 105/2018, na modalidade “PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 80/2018”, do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL, destinado a eventual contratação de serviços de transporte e destinação de resíduos sépticos e serviço de hidrojateamento, o qual será processado e julgado no dia 25 de outubro de 2018 às 08h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 11 de outubro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 106/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2018

Publicação Nº 1772515

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 106/2018

PREGÃO PRESENCIAL 81/2018

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 106/2018, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 81/2018", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM, destinado a contratação de empresa especializada para realização de processo seletivo, destinado à Prefeitura Municipal e aos Fundos Municipais de Água Doce/SC, o qual será processado e julgado no dia 25 de outubro de 2018 às 14h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 11 de outubro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

## QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/2018 FMDC

Publicação Nº 1772607

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 1/2018

Termo Aditivo Ao Contrato de Fornecimento de Combustíveis n. 1/2018, que entre si celebram de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 15.587.945/0001-29 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. OÉLINTON LUIS FERREIRA HARTCOFF, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 594.852.729-87, de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa AUTO POSTO ÁGUA DOCE LTDA, estabelecida na Avenida Independência, 538 – Centro – Água Doce – SC, CNPJ nº. 82.519.430/0001-89, neste ato representado por seu Sócio, Senhor REGINALDO TONIAL, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 710.425.129-49, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica aditado o valor do item 2 – Óleo Diesel S-500, passando de R\$ 3,47/litro para R\$ 3,799/litro (preço praticado na bomba) conforme solicitação e comprovação documental anexo a este termo.

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 09 de outubro de 2018

OÉLINTON LUIS FERREIRA HARTCOFF

Presidente do Fundo Mun. de Defesa Civil

Contratante

REGINALDO TONIAL

Auto Posto Água Doce Ltda

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva

CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

MARLIZE KANDLER BITTENCOURT

OAB/SC 28339

## QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/2018 FMS

Publicação Nº 1772610

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 1/2018

Termo Aditivo Ao Contrato de Fornecimento de Combustíveis n. 1/2018, que entre si celebram de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 11.430.533/0001-20 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 400.991.999-04, de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa AUTO POSTO ÁGUA DOCE LTDA, estabelecida na Avenida Independência, 538 – Centro – Água Doce – SC, CNPJ nº. 82.519.430/0001-89, neste ato representado por seu Sócio, Senhor REGINALDO TONIAL, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 710.425.129-49, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da

seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica aditado o valor do item 2 – Óleo Diesel S-500, passando de R\$ 3,47/litro para R\$ 3,799/litro (preço praticado na bomba) conforme solicitação e comprovação documental anexo a este termo.

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 09 de outubro de 2018

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO REGINALDO TONIAL  
Gestora do FMS Auto Posto Água Doce Ltda  
Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin  
CPF: 005.614.419-95 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT  
OAB/SC 28339

#### QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2018

Publicação Nº 1772606

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 38/2018

Termo Aditivo Ao Contrato de Fornecimento de Combustíveis n. 38/2018, que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 82.939.398/0001-90 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, e de outro lado a empresa AUTO POSTO ÁGUA DOCE LTDA, estabelecida na Avenida Independência, 538 – Centro – Água Doce – SC, CNPJ nº. 82.519.430/0001-89, neste ato representado por seu Sócio, Senhor REGINALDO TONIAL, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 710.425.129-49, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica aditado o valor do item 2 – Óleo Diesel S-500, passando de R\$ 3,47/litro para R\$ 3,799/litro (preço praticado na bomba) conforme solicitação e comprovação documental anexo a este termo.

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 09 de outubro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI	REGINALDO TONIAL
Prefeito Municipal	Auto Posto Água Doce Ltda
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT  
OAB/SC 28339

#### RESOLUÇÃO Nº 02/2018 CMAS

Publicação Nº 1772021

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO  
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC

RESOLUÇÃO Nº 02/2018

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Água Doce.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 10 de outubro de 2018, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 2.092/2012, de 26 de junho de 2012, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Água Doce/SC – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, proveniente do FEAS, para cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de R\$ 27.777,78 referente ao ano de 2018, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce/SC, 10 de outubro de 2018.

Edna de Fatima Lemos Vieira Bissani

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

# Águas de Chapecó

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº03/2018-HIDROESTE-REG. PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE M.O. PEDREIRO E SERVENTE

Publicação Nº 1772900

Estado de Santa Catarina

CIA HIDROMINERAL DO OESTE CATARINENSE-HIDROESTE

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 03/2018. Edital Pregão presencial p/ Registro de Preços nº 01/2018

Tipo: Registro de Preços P/ aquisição futura e parcelada de materiais de construção de serviços de pedreiro e Carpinteiro, Servente de Pedreiro..

Recebimento dos envelopes de Proposta e Habilitação: 29 de outubro de 2018, até às 14h00min, Abertura dos envelopes apartir das 14:20hrs na sala do Setor de Compras do Município de Águas de Chapecó-SC.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Florianopolis nº92, Centro, nos dias úteis de segunda à sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, endereço eletrônico: [www.aguasdechapeco.sc.gov.br](http://www.aguasdechapeco.sc.gov.br) ou pelo telefone (49) 3339-0661.

Águas de Chapecó/SC, 11 de Outubro de 2018.

JATIR RAUL PILATTI

Diretor Presidente.

### LEI Nº 1.951-2018 - SERVIDÃO IMÓVEL MAT. 14.189

Publicação Nº 1772055

LEI MUNICIPAL Nº 1.951/2018

DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTITUIR SERVIDÃO DE PASSAGEM EM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que ele SANÇÃO e PROMULGA a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir servidão de passagem de rede de energia elétrica em favor da CELESC Distribuição S.A., com largura de faixa de 25,00m (vinte e cinco metros) e com superfície de 5.504,61m<sup>2</sup> (cinco mil quinhentos e quatro metros e sessenta e um centímetros quadrados), em imóvel de propriedade do município de Águas de Chapecó, estado de Santa Catarina, conforme transcrição de matrícula nº 14.189, do Livro nº 02 do Registro de Imóveis da Comarca de São Carlos/SC.

Parágrafo único. A servidão de que trata o caput deste artigo destinar-se-á a passagem de rede de distribuição de energia elétrica, contínua e perpétua, perdurando enquanto permanecer em funcionamento o sistema de distribuição da CELESC Distribuição S.A., para o escoamento da produção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó.

Art. 2º A CELESC Distribuição S.A. observará na construção, conservação e manutenção da rede de distribuição de energia, os padrões normais e demais exigências legais sob pena de revogação da servidão de passagem concedida na forma desta Lei.

Art. 3º Todas as despesas decorrentes da construção, conservação e manutenção da rede de distribuição de energia a que se refere esta Lei serão de responsabilidade da CELESC Distribuição S.A., inclusive as decorrentes de recomposição do solo e vegetação existente no imóvel afetado pela instalação da rede.

Art. 4º A servidão ora instituída será formalizada mediante escritura pública, correndo as despesas por conta da CELESC Distribuição S.A., sem nenhum ônus para o município de Águas de Chapecó.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de  
Águas de Chapecó SC, em 11 de outubro de 2018.  
LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

## LEI Nº 1.952-2018 - ALTERAÇÃO DO PPA

Publicação Nº 1772065

LEI MUNICIPAL Nº 1.952/2018  
DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

	DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1920/2017 – PPA 2018 A 2021, DE 29/08/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que ele SANCIONA e PROMULGA a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº 1920/2017, que instituiu o Plano Plurianual 2018/2021, a inclusão da atividade MANUTENÇÃO DA CRECHE, com as seguintes metas:

Classificação - Descrição: 2019 – 2020 - 2021. Total

Programa	Ação	2019	2020	2021	Total
4- Educação: O Futuro se Faz no Presente	2.048 – Manutenção da Creche				
Meta Física (alunos)		90	90	90	270
Meta Financeira (R\$)		670.000,00	687.500,00	700.000,00	2.057.000,00

Art. 2º As metas físicas e financeiras, serão deduzidas da ação 2.007 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil, que ficará com o saldo atualizado conforme abaixo.

Programa	Ação	2019	2020	2021	Total
4- Educação: O Futuro se Faz no Presente	2.007 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil				
Meta Física (alunos)		100	100	100	300
Meta Financeira (R\$)		670.000,00	687.500,00	700.000,00	2.057.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de  
Águas de Chapecó/SC, em 11 de outubro de 2018.  
LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

## LEI Nº 1.953-2018 - LDO 2019

Publicação Nº 1772067

LEI MUNICIPAL Nº 1.953/2018  
DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que ele SANCIONA e PROMULGA a presente Lei:

### I- DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do município de Águas de Chapecó/SC, para o exercício de 2019, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração pública municipal extraída do Plano Plurianual 2018/2021 e suas alterações;
- III – a estrutura dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos;



VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e,  
VIII – as disposições gerais.

## II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Com a conferência das Metas Fiscais para o ano de 2019, e em observância das regras sobre a responsabilidade fiscal, serão apresentados anexos ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- I – Demonstrativo das Metas Anuais;
- II – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III – Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
- V – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;
- VI – Demonstrativo da Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita;
- VII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Contínuo;
- VIII – Cálculo das Metas Fiscais de Receita;
- IX – Cálculo das Metas Fiscais de Despesa;
- X – Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
- XI – Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- XII – Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;
- XIII – Prioridades e Metas Para 2019;
- XIV – Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências;
- XV – Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público;

## III – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2019

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019 são aquelas definidas e demonstradas de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

## IV - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos e liquidados.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Interministerial nº 163/2001e alterações posteriores.

§ 2º A categoria de programação de que trata o Artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo único. O Município, por meio de Lei específica, poderá criar autarquias e fundações, cujo objetivo seja a extensão de serviços públicos de sua competência, para os quais será concedida verba orçamentária própria do orçamento vigente ou créditos adicionais, na forma da Lei da criação.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S),



desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a Portaria MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores, Portaria Conjunta STN/CGO n.º 02 de 22 de dezembro de 2016, Portaria STN 403, de 28 de junho de 2016 e alterações posteriores, na forma dos seguintes anexos:

- I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 08/1985);
- II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/1985);
- III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN n.º 08/1985)
- IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/1985)
- V – Programa de Trabalho de Governo (Anexo 5 da Portaria SOF/SEPLAN n.º 08/1985);
- VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de funções, sub-funções, programas, por projetos, atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/1985);
- VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VII da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/1985);
- VIII – Demonstrativo das Despesas por Função, Sub-função e Programas, conforme vínculo com os recursos (Anexo VIII da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/1985);
- IX – Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/1985);
- X – Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas e indicação das fontes de financiamento;
- XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- XII – Demonstrativo da Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Art. 5º, II, da LRF)
- XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;
- XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e de Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF);
- XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as metas fiscais e físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 5º, I da LRF);
- XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2019 (Art. 5º III da LRF)
- XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público (Art. 44 da LRF);
- XIX – Demonstrativo da Apuração de Resultado Primário e Nominal, previstos para o Exercício de 2019 (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

§ 1º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o inciso X, deste Artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, e alterações posteriores, admitindo a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/fonte de recursos para outro, dentro de cada órgão, projeto/atividade ou operações especiais, definido por esta Lei como categoria de programação e poderá ser feito por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/64 conterá:

- I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na composição da Receita Total (Princípio da Transparência Art. 48 da LRF);
- II – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua participação relativa (Princípio da Transparência Art. 48 da LRF);

Art. 9º A Reserva de Contingência da unidade gestora central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “00” – ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

#### V - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 O Orçamento para o exercício de 2019 e a sua execução, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, suas autarquias e seus Fundos, de acordo com a art. 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF.

Art. 11 Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no orçamento da receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas no Plano de Aplicação, representadas nas planilhas de despesas referidas no art. 7º, X desta Lei (QDD)

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, ou podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal, exceto aqueles cuja Lei específica trate sobre sua gestão.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor municipal.

Art. 12 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária,

incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios, o percentual da variação das transferências constitucionais, observando especialmente o comportamento do exercício de 2017. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo único. Até 30 dias antes do encaminhamento da proposta orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará a disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício de 2019, inclusive da Receita Corrente Líquida e as respectivas memórias de cálculo (Aty 12, § 3º da LRF)

Art. 13 Se a receita estimada para o exercício de 2019 comprovadamente não atender o disposto no artigo anterior quanto aos estudos e estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adaptação do orçamento da despesa.

Art. 14 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita por fonte poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os poderes Executivo e Legislativo, de forma proporcional a suas dotações, adotarão mecanismos da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos nas seguintes dotações abaixo (Art. 9º da LRF)

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos ordinários de fontes extraordinárias como convênios, operações de créditos, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda Não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinadas a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar 101/2000, quando da criação ou aumento da despesa obrigatória de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no anexo VII, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art 4º, § 2º da LRF).

Art. 16 – Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes no Anexo XIV desta Lei (Art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com os recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso da arrecadação e do superavit financeiro do exercício de 2018.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara de Vereadores, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

§ 3º Poderá, quando for o caso, o Executivo Municipal proceder a abertura de crédito adicional suplementar por remanejamento ou extraordinário.

Art. 17 Os orçamentos para o exercício de 2019 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, com o valor de até 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício (Art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 49/1999, art. 5º da Portaria STN Nº 163/2001, ART. 8º E Demonstrativo de Riscos Fiscais do anexo XIV (art. 5º, III "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2019, poderão excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão na Lei Orçamentária Anual, se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF)

Art. 19 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a reestabelecer o imediato equilíbrio de caixa (Art. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 20 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2019 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 3º Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 21 A Renúncia de Receita estimada para o exercício de 2019, constante no anexo VII desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF)

Art. 22 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas em forma de subvenção social beneficiará somente aquelas de caráter educativo, médica, assistencial, cultural, recreativo e esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei (art. 4º, I, "f" 1 e 26 da LRF).

§ 1º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução Normativa TC 14/2012 e alterações posteriores, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e na forma do Artigo 70, parágrafo único da Constituição Federal, e estarão submetidas a fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 2º A transferência de recursos em forma de Termo de Ajuste, sempre que for o caso, deverá atender a Lei 13.019/2014 e alterações posteriores.

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal à Consórcios Públicos deverá estar contratada mediante contrato de rateio.

Parágrafo único. Os Consórcios Públicos beneficiados com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução Normativa STN nº 72 de 01 de fevereiro de 2012 e Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e estarão submetidas a fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 24 Os procedimentos administrativos de declaração do ordenador da despesa de que trata o Art. 16, item I e II da LC 101/2000, deverá ser inserida no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019, em cada evento, não exceda o valor limite para dispensa de licitação, fixada no item I do art. 24 da Lei 8666/93, e alterações posteriores devidamente autorizado ( Art. 16, § 3º da LRF).

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridades sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (Art. 45 da LRF).

Parágrafo único – As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão apresentados no anexo XV desta Lei (Art. 45, parágrafo único da LRF)

Art. 26 Despesas de competência de outros Entes da Federação, somente serão assumidas pela Administração Municipal, quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária (Art. 62 da LRF).

Art. 27 A previsão das receitas e fixação das despesas serão orçadas para 2019, a preços correntes.

Art. 28 A execução do orçamento da despesa, obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos para outro, dentro do mesmo Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feito por Decreto do Prefeito Municipal (Art. 167, I, da CF).

Art. 29 Durante a execução orçamentária do exercício de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais, no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2019 e constantes desta Lei (Art. 167, I da CF).

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o art. 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano da merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo único. Os gastos serão apurados por meio das ações orçamentárias, tornando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e metas fiscais realizadas e apuradas ao final do exercício. (art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 31 Os programas priorizados por esta Lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2019, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública, com informações destinadas principalmente a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara de Vereadores até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a

acompanhar os seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas fiscais estabelecidas (art 4º, “e” e 9º, § 4º da LRF)

Art. 32 Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza da Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 33 A Lei Orçamentária para o Exercício de 2019, poderá conter previsão orçamentária para contratação de operações de crédito, para atendimento a despesas de capital, observado o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida dos últimos 12 (doze) meses, apurada até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000 (Art. 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 34 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização específica ( art. 32, I, da LRF).

Art. 35 Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 14 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Público obterá Resultado Primário necessário, por meio de limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 13 desta Lei (art. 31, § 1º, II da LRF)

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2019, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei observado os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 169, § 1º II, da CF).

Art. 37 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco) por cento do limite estabelecido no artigo 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal. ( art. 22, § único, V, da LRF)

Art. 38 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 19 e 20 da LRF)

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargos comissionados;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 118, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra, cujas as atividades ou funções guardem relações com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Águas de Chapecó SC, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros. Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não a “ 34 – Outras Despesas Decorrente de Contratos de Terceirização”.

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Art. 40 O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais de natureza tributária, com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar a sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 41 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeitos do disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 14, § 3º, da LRF).

Art. 42 O ato de conceder ou ampliar incentivos, isenção ou benefícios de natureza tributária ou financeira constantes no orçamento da receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas com valor equivalente (art. 14, § 2º, da LRF).

#### IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 O executivo Municipal enviará a proposta orçamentária a Câmara Municipal, no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até 15 de dezembro de 2018.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a Lei Orçamentária Anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Lei Orçamentária aprovada em 2017 para o exercício de 2018.

Art. 44 Serão consideradas legais as despesas por multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual, por meio de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2019.

Art. 47 O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 48 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de  
Águas de Chapecó/SC, em 11 de outubro de 2018.  
LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

## PORTARIA Nº 315/2018

Publicação Nº 1772861

PORTARIA Nº 315/2018 De 11 de Outubro de 2018	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias para a servidora, conforme o quadro demonstrativo:

Matr.	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo
10494	MARLI METZDORF LUCAS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	03.08.2017 a 02.08.2018	15.10.2018 a 29.10.2018 = 15 dias

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria são por conta da dotação orçamentária Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 11 de Outubro de 2018.  
LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

## PORTARIA Nº 316/2018

Publicação Nº 1773065

PORTARIA Nº 316/2018 De 15 de Outubro de 2018	DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais disposições legais vigentes;



**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica rescindido, a pedido do servidor, em 15 de Outubro de 2018, o contrato de trabalho do Servidor LUAN FIOR, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental, 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As verbas rescisórias ficarão à disposição do mesmo, junto a Tesouraria Municipal, sendo pagas de acordo com os Termos de Rescisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 15 de Outubro de 2018.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

# Águas Mornas

## PREFEITURA

### PORTARIA 181/2018 CONTRATO

Publicação Nº 1772095

PORTARIA Nº. 181/2018

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, à vista da autorização que lhe foi conferida pela lei nº. 639/2003, de 20.06.2003, e considerando a Justificativa nº. 021/2018, de 08.10.2018,

#### RESOLVE:

Art. 1º. – CONTRATAR o abaixo relacionado no cargo e nível identificado, considerando a necessidade para o perfeito funcionamento dos serviços públicos municipais:

PROFESSOR – NÍVEL 8709-2A

. Ana Amanda Bruch – Centro de Educação Infantil Beija Flor - período de 08.10.2018 à 21.12.2018 - 40 horas semanais.

Art. 2º. - A professora Senhora Ana Amanda Bruch terá seus vencimentos enquadrados no nível 8710-1A, conforme artigo 52, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº. 011/2011, do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 08 de outubro de 2018.

OMERO PRIM

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

CRISTIANE WURZLER

RESPONSÁVEL

### PORTARIA Nº 184 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1773071

PORTARIA nº 184 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede pensão por morte, em caráter integral a Leandra Bruck, João Vitor Bruck Guchert e Francisco Bruck Guchert, dependentes presumidos do servidor ativo falecido, Gilmar Guchert, nos termos do art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Águas Mornas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

Art 1º Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal a Leandra Bruck inscrita no CPF nº 027.817.829-47 e portadora do RG nº 3.494.951, João Vitor Bruck Guchert, inscrito no CPF nº 098.973.549-48 e portador do RG nº 6.744.949 e Francisco Bruck Guchert, inscrito no CPF nº 138.765.379-24 e portador do RG nº 8.057.255 dependentes presumidos do servidor ativo segurado do IPAM, Gilmar Guchert, falecido em 20/09/2018.

Art 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei Municipal nº 579/2000, correspondente a 100% (cem por cento) do valor do provento percebido na data do óbito, que serão pagos em cotas iguais aos dependentes, mensalmente pelo IPAM.

Parágrafo único O valor do benefício será revisto anualmente, na forma concedida pelo governo federal, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, aplicando seus efeitos a partir de 20/09/2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de outubro de 2018.

Omero Prim

Prefeito Municipal

# Alfredo Wagner

## CÂMARA MUNICIPAL

### RETIFICAÇÃO EDITAL TOMADA DE PREÇO 01/2018

Publicação N° 1772250

ATUALIZADO EM 10 DE OUTUBRO DE 2018

#### 1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL TOMADA DE PREÇO N° 01/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, no uso de suas atribuições, torna pública a seguinte retificação ao Edital supracitado, cujas alterações estão a seguir elencadas:

No item Data de entrega e abertura dos envelopes, onde se lê:

Data de entrega e abertura dos envelopes: 22/10/2018.

LEIA-SE:

Data de entrega e abertura dos envelopes: 29/10/2018.

Os demais itens e subitens do citado Edital permanecem inalterados.

Vitório Schaffer

Presidente da Câmara de Vereadores



# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 161, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1772340

#### CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, ELIZABETH ROSANE BREUNIG KUSTER, matrícula 828, ocupante do cargo em admissão de Caráter temporário de PROFESSOR II – 20 HORAS, no período de 09 e 10 de outubro de 2018, conforme atestado médico expedido pela Dra. Ana Luiza Lunardelli CRM-SC 25307.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 09 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável Pelas Publicações

### PORTARIA Nº 162, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1772351

#### CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, LAURINDO LAVRENTZ, matrícula 46, ocupante do cargo em admissão de Caráter temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, no dia 09 de outubro de 2018, conforme atestado médico expedido pela Dr. Elias J. P. Conti CRM-SC 15713.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 10 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável Pelas Publicações

### PORTARIA Nº 163, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1772352

#### CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas

por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, BIBIANE APARECIDA DA ROSA ARRUDA, matrícula 503, ocupante do cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA – 20 HORAS, no dia 05 de outubro de 2018, conforme atestado médico expedido pela Dr. Christopher Gallotti Vieira CRM-SC 12367.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 10 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

**PORTARIA Nº 164, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1772353

**CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, OTAVIO KEIBER, matrícula 50, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, no período de 05 a 08 de outubro de 2018, no total de 04 (quatro) dias, conforme atestado médico expedido pela Dr. Carlos Miguel Horta Aruca RMS-SC 4200590.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 10 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

**PORTARIA Nº 165, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1772355

**CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, ADÃO GARCIA, matrícula 515, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, no dia 11 de outubro de 2018, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Carlos Miguel Horta Aruca RMS-SC 4200590.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 10 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

# Anchieta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 173/2018

Publicação Nº 1772475

DECRETO Nº 173/2018 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal, Lei Municipal nº 2.396/2018 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA

TÍTULO I

#### CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº 2.347 de 29 de novembro de 2017, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução as Funcionais Programáticas: 07.01.15.452.0016.1031 – Ampliação da Rede de Distribuição de Energia Elétrica no Município, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade a Ampliação da Rede de Energia Elétrica no Município de Anchieta/SC.

#### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.452.0016.1031 – Ampliação da Rede de Energia Elétrica no Município

(...) 4.4.90.00.00.00.00.2279- Aplicações Diretas ..... R\$ 21.000,00 TOTAL .....  
.. R\$ 21.000,00

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 2279 (00.03.00279) Cota-Parte Fundo Especial Petróleo -FEP – Superavit Financeiro, em conformidade com o disposto neste ato.

Art. 3º Para o atendimento a abertura do Crédito autorizado fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial, permitindo a utilizar o produto do Superavit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2017, no valor de até R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), provenientes dos recursos relativamente a fonte de recursos sob nº2279 (00.03.00279) Cota-Parte Fundo Especial Petróleo -FEP – Superavit Financeiro, na Conta Bancárias "Banco do Brasil S/A, sob nº 22.118-x – código reduzido 62936, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

#### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.338 de 16 de outubro de 2017, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal, tem como finalidade a Ampliação da Rede de Energia Elétrica no Município de Anchieta/SC.

#### CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.339 de 10 de novembro de 2017, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta – SC, 11 de outubro de 2018.

IVAN JOSE CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Fernanda Cristina Segalin Secretária de Administração e Gestão

## LEI COMPLEMENTAR Nº 072/2018

Publicação Nº 1772474

LEI COMPLEMENTAR Nº 072/2018

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PSICÓLOGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina;

FAÇO saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica criado o cargo de provimento efetivo de Psicólogo no quadro geral de cargos permanentes dos servidores públicos municipais do Município de Anchieta, com habilitação em Psicologia, para atuar junto a Secretaria de Assistência Social, código nº 61.15, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, 01(uma) vaga, vencimento de R\$ 1.391,12, passando a integrar o grupo TECIE (Técnico Científico) – Quadro 1.1 da Lei Complementar nº 033/2011.

Parágrafo único. As condições para ingresso, descrição analítica do cargo e atribuições constam no anexo I desta Lei Complementar, passando a integrar o Quadro 1.6 da Lei Complementar nº 033/2011.

Art. 2º. O quadro geral de cargos permanentes dos servidores públicos municipais será atualizado por Decreto, exclusivamente para a inclusão do cargo de que trata o art. 1º desta Lei Complementar.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei Complementar serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Anchieta – SC, 11 de outubro de 2018.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Fernanda Cristina Segalin Secretária de Administração e Gestão

### ANEXO I

CARGO: Psicólogo
CÓDIGO: 61.15
ATRIBUIÇÕES: Acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; elaboração, junto com as famílias/ indivíduos, do Plano de Acompanhamento Individual e/ou familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um; realização de acompanhamento especializado, por meio de atendimentos familiar, individuais e em grupo; realização de visitas domiciliares às famílias acompanhadas nos serviços de média e alta complexidade, quando necessário; realização de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, demais políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direito; trabalho em equipe multidisciplinar; alimentação de registros e sistemas de informação sobre as ações desenvolvidas; participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho; participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas, para a definição de fluxo, instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários, organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos; planejamento, monitoramento e avaliação do SUAS; acompanhamento de Convênios da Rede Socioassistencial; assessoria aos Conselhos Municipais de áreas afins; acompanhamento dos Fundos Municipais; organização de conferências, seminários e capacitações; gestão dos benefícios eventuais; elaboração do Plano de Assistência Social – PAS, atendimento, acompanhamento e encaminhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC; atendimento para pessoas em situação de rua; monitorar e acompanhar os serviços de alta complexidade prestado pela rede conveniada; implantar e gerir os possíveis serviços de alta complexidade em âmbito municipal; demais atividades afins.
REGIME DE TRABALHO: Estatutário
CARGA HORÁRIA: 20 horas semanais
CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Ensino Superior em Psicologia com registro no Conselho Profissional

Anchieta – SC, 11 de outubro de 2018.  
IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.395/2018**

Publicação Nº 1772470

LEI Nº 2.395/2018

ALTERA O ARTIGO 3º, INCISO I, E REVIGORA O ANEXO I DA LEI Nº 1.808 DE 10 DE SETEMBRO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso I do Artigo 3º da Lei nº 1.808 de 10 de setembro de 2010 passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º ....

I - ter local apropriado na área urbana do município, com o devido habite-se, cercado, iluminado, parcialmente coberto para abrigar veículos danificados, e que ofereça um serviço de segurança e recepção 24 horas por dia, a fim de atender tanto os agentes da autoridade de trânsito, assim definidos na legislação de trânsito, o público em geral, bem como zelar pela total segurança dos veículos, em relação aos quais assumirá o compromisso de fiel depositário;

Art. 2º Fica revigorado o Anexo I da Lei nº 1.808/2010, o qual passa a ter nova redação de acordo com o anexo único desta Lei.

Art. 3º Fica revogada a Lei nº 2.010 de 13 de setembro de 2013.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta – SC, 11 de outubro de 2018.  
IVAN JOSE CANCI  
Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Fernanda Cristina Segalin Secretária de Administração e Gestão

**ANEXO ÚNICO**

Item	Tipo de veículo	Preço Público
a) Serviços de guincho	Veículos descritos no art. 96, II, a: 2, 3, 4, 5, 6 e 7; b: 1, 2, 3, 4 e 5, do CTB no perímetro urbano de Anchieta, e com distância de até 40 km.	1,5 (um vírgula cinco) UFRM
b) Serviços de guincho	Veículos descritos no art. 96, II, a: 8, 9, 11 e 12; b: 6, 7 e 8; c: 1, 2 e 3 do CTB, no perímetro urbano de Anchieta e com distância de até 40 km em	2,0 (dois) UFRM
c) Serviço de depósito e armazenagem	Ciclomotor, motoneta, motocicleta, quadriciclo	0,10 (zero vírgula dez) UFRM a diária;
d) Serviço de depósito e armazenagem	Automóvel e caminhonete	0,20 (zero vírgula vinte) UFRM a diária;
e) Serviço de depósito e armazenagem	Caminhões, micro ônibus e ônibus	0,50 (zero vírgula cinquenta) UFRM a diária;
f) Serviço de depósito e armazenagem	Reboques e semi-reboques (bi trem e carretas)	1,20 (uma vírgula vinte) UFRM a diária.

Caso exceder a distância fixada para os serviços descritos nos itens a e b desta tabela, fica fixado o valor de 0,03 (zero vírgula zero três) UFRM o quilometro rodado excedente ao limite de 40 km aos veículos descritos no item a e 0,04 (zero vírgula zero quatro) UFRM o quilometro rodado excedente ao limite de 40 km aos veículos descritos no item b.		
--	--	--

Anchieta – SC, 11 de outubro de 2018.

IVAN JOSE CANCI

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.396/2018**

Publicação Nº 1772472

LEI Nº. 2.396/2018

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) e contém outras providências.	
---	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I****CAPÍTULO I**  
**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº 2.347 de 29 de novembro de 2017, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução as Funcionais Programáticas: 07.01.15.452.0016.1031 – Ampliação da Rede de Distribuição de Energia Elétrica no Município, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade a Ampliação da Rede de Energia Elétrica no Município de Anchieta/SC.

**CAPÍTULO II**  
**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.452.0016.1031 – Ampliação da Rede de Energia Elétrica no Município

(…) 4.4.90.00.00.00.00.2279- Aplicações Diretas ..... R\$ 21.000,00 TOTAL .....

.. R\$ 21.000,00

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 2279 (00.03.00279) Cota-Parte Fundo Especial Petróleo -FEP – Superavit Financeiro, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para o atendimento a abertura do Crédito autorizado fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial, permitindo a utilizar o produto do Superavit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2017, no valor de até R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), provenientes dos recursos relativamente a fonte de recursos sob nº2279 (00.03.00279) Cota-Parte Fundo Especial Petróleo -FEP – Superavit Financeiro, na Conta Bancárias “Banco do Brasil S/A, sob nº 22.118-x – código reduzido 62936, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

**CAPÍTULO III**  
**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.338 de 16 de outubro de 2017, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal, tem como finalidade a Ampliação da Rede de Energia Elétrica no Município de Anchieta/SC.

**CAPÍTULO IV**  
**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.339 de 10 de novembro de 2017, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta – SC, 11 de outubro de 2018.

IVAN JOSE CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Fernanda Cristina Segalin Secretária de Administração e Gestão



**Antônio Carlos****PREFEITURA****50ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017**

Publicação Nº 1772232

**50ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017**

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2017, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir do dia 15/10, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme ROL abaixo:

PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA (PEDAGOGIA) 20H – NÃO HABILITADO		
Class.	Candidato	Inscrição
10º	KAROLINY DE SOUZA	156

Antônio Carlos, 11 de outubro de 2018.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 104/2018**

Publicação Nº 1772575

**DECRETO Nº 000104/18 de 10 de Outubro de 2018**

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001562/17 de 19 de Dezembro de 2017.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 6.205,55 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
03.01.04.122.0002.2.003-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 6.205,55

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
03.01.04.122.0002.2.003-3.3.93.00.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos 6.205,55

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 10 de Outubro de 2018  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N 472/2018**

Publicação Nº 1772236

PORTARIA nº 472, em 10 de outubro de 2018.

Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20001010.1.00038/13-9, nos assentamentos funcionais da servidora MARCELITA PETRY GORGES SILVEIRA, detentora da matrícula nº 185 e do cargo de provimento efetivo Professor (Pós-Graduação/Especialização) - 40h, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora MARCELITA PETRY GORGES SILVEIRA, detentora da matrícula

nº 185 e do cargo de provimento efetivo de Professor (Pós-Graduação/Especialização) - 40h, dos períodos de 15/09/1986 a 15/12/1986 e 01/04/1987 a 31/10/1990, correspondentes a 03 anos, 10 meses e 01 dia (1.396 dias) de tempo de contribuição, constantes na Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20001010.1.00038/13-9, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de outubro de 2018.

Geraldo Pauli

Prefeito Municipal

# Apiuna

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº0396/2018

Publicação Nº 1771969

PORTARIA Nº 0396/2018  
De 08 de outubro de 2018  
CONCEDE LICENÇA PARA A SERVIDORA EFETIVA ANELITA ROEDEL  
PARA CUIDAR DE PESSOA DA FAMÍLIA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, Art. 130,

RESOLVE

CONCEDER licença no período da manhã para a servidora ANELITA ROEDEL, a partir de 05/10/2018 à 31/10/2018, para cuidar de sua mãe ALCENE CE ROEDEL, que necessita de cuidados devido doença.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de outubro de 2018.  
José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº0397/2018

Publicação Nº 1771971

PORTARIA Nº 0397/2018  
De 08 de outubro de 2018  
CONCEDE FÉRIAS PARA  
SILVIA APARECIDA FILISBERTO DE OLIVEIRA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117,

RESOLVE

Conceder 30 dias de férias para a servidora SILVIA APARECIDA FILISBERTO DE OLIVEIRA, referente ao período aquisitivo de 03/07/2017 a 02/07/2018.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de outubro de 2018.  
José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº0398/2018

Publicação Nº 1771972

PORTARIA Nº 0398/2018  
De 08 de outubro de 2018  
EXONERA SERVIDORA EFETIVA  
RUBIA FERNANDA CE LOURENCO

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,  
RESOLVE

Exonerar em 8 de setembro de 2018, RUBIA FERNANDA CE LOURENCO, servidora efetiva ocupante do cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO EM EDUCAÇÃO INFANTIL – 44H, sem justa causa, por iniciativa do servidor.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de outubro de 2018.  
José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0399/2018**

Publicação Nº 1771976

PORTARIA Nº 0399/2018  
De 08 de outubro de 2018  
CONCEDE COMPLEMENTO DE APOSENTADORIA PARA  
FRANCISCO BERNARDI

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 54/2002 de 20/02/2002,  
RESOLVE

COMPLEMENTAR a aposentadoria do servidor inativo FRANCISCO BERNARDI, a partir da data do direito ao complemento, 01 de outubro de 2018, visando quitar a diferença entre o benefício pago pelo INSS e o vencimento recebido pelo servidor na ativa.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de outubro de 2018.

José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0400/2018**

Publicação Nº 1771978

PORTARIA Nº 0400/2018  
De 08 de outubro de 2018  
CONCEDE COMPLEMENTO DE APOSENTADORIA PARA  
ANGELITA SCHMIDT

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 54/2002 de 20/02/2002,  
RESOLVE

COMPLEMENTAR a aposentadoria da servidora inativa ANGELITA SCHMIDT, a partir da data do direito ao complemento, 01 de outubro de 2018, visando quitar a diferença entre o benefício pago pelo INSS e o vencimento recebido pelo servidor na ativa.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de outubro de 2018.

José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0401/2018**

Publicação Nº 1771981

PORTARIA Nº 0401/2018  
De 08 de outubro de 2018  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES  
PAULO SERGIO SCHROEDER

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 137,  
RESOLVE

CONCEDER licença para tratar de assuntos particulares para o servidor efetivo, PAULO SERGIO SCHROEDER, ocupante do cargo de Operador de Máquina, pelo período de 05/10/2018 à 04/10/2020.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de outubro de 2018.

José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0402/2018**

Publicação Nº 1771982

PORTARIA Nº 0402/2018  
De 08 de outubro de 2018  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A  
ADRIANA HONORATO DO CANTO

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar 169/2017 de 20/09/2017,  
RESOLVE

PROMOVER Progressão Funcional por Nova Titulação, para a servidora temporária ADRIANA HONORATO DO CANTO – com habilitação anterior em Ensino Superior Incompleto em Pedagogia para habilitação atual em Licenciatura em Pedagogia, a partir de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de outubro de 2018.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº0403/2018**

Publicação Nº 1771983

PORTARIA Nº 0403/2018

De 08 de outubro de 2018

PRORROGA PRAZO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA

DA PORTARIA Nº 0253/2018

José Gerson Gonçalves, Prefeito do Município de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 196 da Lei Complementar Municipal nº 95/2008, de 01 de setembro de 2008,  
RESOLVE

PRORROGAR, por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 24/09/2018, o prazo para que a comissão da Sindicância instaurada pela Portaria de nº 0253/18 de 24/07/2018 conclua a fase de inquérito administrativo encaminhando os autos conclusos para julgamento no setor responsável para tal finalidade, obedecendo às regras constantes na Lei Complementar nº 95/2008.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de outubro de 2018.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº0404/2018**

Publicação Nº 1771985

PORTARIA Nº 0404/2018

De 08 de outubro de 2018

DESIGNA LUCAS XAVIER DOS REIS COMO RESPONSÁVEL

PELA DEFESA CIVIL DE APIÚNA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei,  
RESOLVE

DESIGNAR como responsável pela Defesa Civil de Apiúna LUCAS XAVIER DOS REIS, ocupante de cargo de Chefe de Gabinete, a partir de 05 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de outubro de 2018.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº0405/2018**

Publicação Nº 1771986

PORTARIA Nº 0405/2018

De 08 de outubro de 2018

DESIGNA LAIS DANIEL COMO FISCAL

DE CONTRATO Nº 54/2018

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018,  
RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora efetiva LAIS DANIEL, matrícula n. 96407, ocupante do cargo de Psicóloga, para desempenhar a função de fiscal da Dispensa de Licitação abaixo relacionada:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
54.2018	Contratação de pessoa jurídica para realização de oficinas de orientação a respeito do mercado de trabalho para jovens publico do CRAS (SCFV) e no cumprimento de medidas sócio educativas – Dispensa de Licitação no 106/2018	SHIRLEI FABIANA SILVA 03895455970

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data da homologação do certame.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de outubro de 2018.

José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N°0406/2018**

Publicação N° 1771987

PORTARIA N° 0406/2018  
De 08 de outubro de 2018  
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA A SERVIDORA  
TABATA BASTOS RODRIGUES

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna em Exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 Art. 131 e, Lei Complementar nº 147/2014 de 16/12/2014,  
RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença maternidade de 120 dias a TABATA BASTOS RODRIGUES, a partir de 05/10/2018 à 01/02/2019, conforme atestado médico.

Art. 2º - Conceder licença especial de 60 dias conforme art. 139 da Lei Complementar 147/14, para TABATA BASTOS RODRIGUES de 02/02/2019 à 02/04/2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de outubro de 2018.  
José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N°0407/2018**

Publicação N° 1771990

PORTARIA N° 0407/2018  
De 10 de outubro de 2018  
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
PRISCILA APARECIDA ALVES

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017 e de acordo com o resultado do Processo Seletivo nº 002/2018 de 08/03/2018 com homologação do resultado final em 23/04/2018,  
RESOLVE

Contratar temporariamente PRISCILA APARECIDA ALVES para o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM – 40h, inscrição nº 60 do Processo Seletivo nº 002/2018, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 10/10/2018 até 25/03/2019, em substituição a servidora Lisseli Prada Maçaneiro Martins que está em Licença Maternidade.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de outubro de 2018.  
José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N°0408/2018**

Publicação N° 1771991

PORTARIA N° 0408/2018  
De 10 de outubro de 2018  
DESIGNA JAISON GUILHERME VENDRAMIN COMO FISCAL  
DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 51/2018

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018,  
RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora efetiva JAISON GUILHERME VENDRAMIN, matrícula n. 79359, ocupante do cargo de Professor, para desempenhar a função de fiscal da Ata de Registro de Preços abaixo relacionada:

ATA SRP	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
51.2018	Aquisição de livros para Escolas e CEIS Municipais – Registro de Preços nº 101/2018	– L. Mohr Ltda EPP – Sul América Comércio de Livros Eireli ME

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data da homologação da Ata de Registro de Preços.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de outubro de 2018.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 334 - PAD E AFASTAMENTO

Publicação Nº 1772973

PORTARIA Nº 334, de 11 DE OUTUBRO DE 2018.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR EM FACE DA SERVIDORA ADRIANE BIAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 204, 205 e 211, todos da Lei 1.713/2014, e

CONSIDERANDO os relatos feitos à Chefia do Executivo pelas servidoras Cheila Aparecida Bonassa e Gizeli Maffioletti, no sentido de que alguns agricultores estariam reclamando de irregularidades em seus cadastros de produtores rurais;

CONSIDERANDO que após emissão e análise de relatório completo dos cadastros de produtores rurais deste município foram encontrados indícios de possíveis irregularidades, tais como:

a. Divergências de informações entre os cadastros de produtor rural - sistema TR Rural da AMARP e o sistema de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda;

b. A existência de pessoas cadastradas no bloco de produtor rural como cotitulares, mas que não pertencem de fato aos respectivos grupos familiares;

c. O lançamento no sistema contranotas de fornecedores com os quais o produtor de fato não realizou nenhuma operação de compra ou venda;

d. A existência de notas cadastradas como tendo sido impressas em nome de determinados produtores, sendo que estes não teriam retirado as referidas notas;

e. A não observância dos prazos de vigência de contratos de comodato, parceria e arrendamento utilizados como requisito para obtenção de inscrição como produtor rural, e a emissão irregular de notas após o fim do prazo de vigência dos referidos contratos;

CONSIDERANDO que é obrigação do Município, perante a Secretaria do Estado da Fazenda, cadastrar corretamente e manter atualizado o Cadastro de Produtor Primário no Sistema de Administração Tributária;

CONSIDERANDO que, conforme os relatos apontados, tal sistema não estaria sendo atualizado, e estariam sendo digitadas notas com código da operação diferente da operação de fato realizada;

CONSIDERANDO que tais fatos poderiam impactar nos dados de movimentação econômica do Município, com prejuízos inestimáveis para a arrecadação tributária do Município, bem como para os produtores rurais envolvidos;

CONSIDERANDO que servidora ADRIANE BIAVA retornará ao trabalho na próxima segunda-feira, 15 de outubro de 2018, tendo acesso aos sistemas informatizados sob investigação, o que poderá comprometer a isenção das provas e prejudicar a apuração dos fatos;

CONSIDERANDO que essas condutas, em tese, tipificam infrações administrativas previstas no art. 194, inciso XIII (inobservar o dever funcional), art. 196, inciso III (conduta desidiosa), e art. 199, incisos I e VI (conduta de improbidade administrativa), todos da Lei Complementar Municipal n. 1.713, de 03 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada a instauração de Processo Disciplinar em face da Servidora ADRIANE BIAVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo.

Art. 2º Determino o afastamento da servidora do exercício do cargo pelo prazo de 60 (sessenta) dias, como medida cautelar, a fim de a mesma não influir na apuração das irregularidades, sem prejuízo de quaisquer direitos e vantagens decorrentes do cargo, podendo ser prorrogado por igual prazo.

Art. 3º Fica instituída Comissão Processante competente para conduzir os trabalhos, composta pelos seguintes servidores públicos municipais:

I – RONIVAN BRANDALISE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, o qual exercerá a presidência da comissão disciplinar, devendo este designar o secretário;

II – PAISE MARTA PAZIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo Financeiro;

III – MANOEL WANDERLEI MORAES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social.

§ 1º O processo deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, admitida prorrogação por até 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 2º Farão parte do objeto da apuração todas as irregularidades vinculadas aos fatos que estão sendo apurados.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Arroio Trinta – SC, 11 de outubro de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal



**Ascurra****PREFEITURA****Decreto 3188/2018**

Publicação Nº 1772767

DECRETO Nº 3.188, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018.

ESTABELECE INDICES DE REAJUSTE DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ASCURRA, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV do art. 72, da Lei Orgânica do Município, c/c com o art. 149-A da CRFB/88, e

CONSIDERANDO, a decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que autorizou o Reajuste Tarifário Anual da CELESC a aplicar o reajuste médio de 13,15% (treze vírgula quinze por cento) do Mega Watt hora (MWh) de energia elétrica para os consumidores atendidos em Baixa Tensão e 15,05% (quinze vírgula zero cinco por cento) do Mega Watt hora (MWh) de energia elétrica para os consumidores atendidos em Alta Tensão, cujo Efeito Tarifário Médio dos Consumidores dos dois grupos foi de 13,86% (treze vírgula oitenta e seis por cento); CONSIDERANDO, que a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP não vem suprindo as despesas oriundas da prestação de serviços a que se dispõe, qual sejam: iluminação pública das vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública, e

CONSIDERANDO, o disposto no art. 3º da Lei Ordinária Municipal nº 1.051, de 14 de dezembro de 2006, nos seguintes termos: “Fica o Poder Executivo autorizado a reajustar o valor da Contribuição para Custeio do serviço de Iluminação Pública - COSIP, através de Decreto, desde que fundamentado e quando a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.- CELESC, efetuar reajuste na cobrança pelos serviços de fornecimento de energia elétrica a seus consumidores, sendo que o índice de reajuste aplicado pelo Município de Ascurra não poderá exceder o índice de reajuste aplicado pela CELESC”.

DECRETA:

Art. 1º - A base de cálculo da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP de que trata o art. 2º, da Lei nº 1.051, de 14 de dezembro de 2006, fica reajustada no percentual de 13,86%(treze vírgula oitenta e seis por cento).

Art. 2º - Fica atualizada a tabela prevista no artigo acima citado, passando a ter a seguinte redação:

VALOR DA COSIP EM R\$		
FAIXA DE CONSUMO DE ENERGIA	CONTRIBUINTES	
	RESIDENCIAIS/RURAL	NÃO RESIDENCIAIS
I. 0 a 50 Kwh	R\$ 1,59	R\$ 9,58
II. 51 a 100 Kwh	R\$ 6,39	R\$ 15,96
III. 101 a 300 Kwh	R\$ 11,17	R\$ 23,94
IV. 301 a 500 Kwh	R\$ 15,96	R\$ 31,93
V. 501 a 1.000 Kwh	R\$ 27,13	R\$ 47,89
VI. 1.001 a 2.000 Kwh	R\$ 39,91	R\$ 79,82
VII. 2.001 a 5.000 Kwh	R\$ 47,89	R\$ 127,71
VIII. acima de 5.000 Kwh	R\$ 63,85	R\$ 159,64

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra/SC em, 1º de outubro de 2018.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI

Prefeito Municipal

**Decreto 3190/2018**

Publicação Nº 1772765

DECRETO N. 3.190, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS DE CONCESSÃO DA LICENÇA PRÊMIO E DA CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR N. 117/2011 (ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ASCURRA).

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de regulamentação dos critérios para concessão de licença prêmio e conversão de licença prêmio em pecúnia, nos termos dos artigos 154 à 159 da Lei Complementar Municipal n. 117/2011, que versa sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra,

**DECRETA:**

Art. 1º - Para concessão de Licença Prêmio em favor dos servidores públicos municipais, assim compreendida como o afastamento do servidor das atribuições do cargo por 90 (noventa) dias, sem prejuízo de sua remuneração, serão observadas as disposições dos artigos 154 à 159 da Lei Complementar Municipal n. 117/2011, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra e, ainda, os seguintes critérios objetivos:

I – somente será concedida Licença Prêmio para no máximo 4 (quatro) servidores a cada trimestre, observando-se a ordem de protocolização do pedido administrativo escrito para o gozo do referido direito, sendo que o servidor somente poderá protocolizar referido requerimento após a conclusão do período aquisitivo;

II - em havendo mais de 4 (quatro) servidores postulando o gozo da licença prêmio em idêntico trimestre, será dado preferência ao servidor com maior tempo de serviço público no Município de Ascurra;

III – a conveniência e oportunidade administrativa, assim compreendidas como o exame acerca da imprescindibilidade de manutenção do servidor público requerente no exercício das atribuições do seu cargo, a fim de evitar prejuízo à regular continuidade da prestação dos serviços públicos.

Art. 2º - O servidor público municipal poderá requerer a conversão da Licença Prêmio em pecúnia, nos termos da Lei Complementar Municipal n. 117/2011.

§ 1º - O pedido de conversão da Licença Prêmio em pecúnia poderá ser formulado pelo servidor público municipal, por escrito, após o término do período aquisitivo do referido direito, devendo o requerimento ser protocolizado junto à Divisão Recursos Humanos.

§ 2º - Realizado o protocolo, o pedido será encaminhado para à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, a fim de avaliar a disponibilidade de recursos para fins de pagamento do benefício, devendo ser elaborado relatório técnico por escrito acerca do impacto financeiro decorrente do pedido.

3º - O relatório de impacto financeiro será encaminhado, juntamente com o pedido por escrito formulado pelo servidor público, ao Gabinete do Prefeito, para deliberação final.

§ 4º - Para o deferimento do pedido de conversão da Licença Prêmio em pecúnia, serão avaliados os dados de impacto financeiro, a disponibilidade orçamentária, bem como a conveniência e oportunidade administrativa, assim compreendidas como o exame acerca da imprescindibilidade de manutenção do servidor público requerente no exercício das atribuições do seu cargo, a fim de evitar prejuízo à regular continuidade da prestação dos serviços públicos.

§ 5º - Somente poderão ser deferidos 4 (quatro) pedidos de conversão de Licença Prêmio em pecúnia a cada trimestre.

§ 6º - Em caso de deferimento do pedido de conversão da Licença Prêmio em pecúnia, observada a disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários, o pagamento poderá ser realizado em até 6 (seis) parcelas, mensais, iguais e sucessivas, juntamente com a folha de pagamento dos servidores públicos municipais, ficando vedado o acréscimo de juros e correção monetária decorrentes do parcelamento.

Art. 3º - Revoga-se o Decreto n. 1.177/1998.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra/SC, 1º de outubro de 2018.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI

Prefeito

# Aurora

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 029/2018

Publicação Nº 1772726

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA  
AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 25 de Outubro de 2018, às 09:00:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 283 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 029/2018, na modalidade de Pregão.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93. Finalidade:

"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E MECÂNICA PESADA (CAMINHÕES E ÔNIBUS), PARA TODA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA".

Aurora, 11 de Outubro de 2018.  
ALEXSANDRO KOHL  
Prefeito Municipal

# Balneário Piçarras

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 29/2018

Publicação Nº 1772112

DECRETO LEGISLATIVO Nº 029/2018

Dispensa de Expediente

JOÃO BENTO MORAES, Presidente da Câmara Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições Legais Promulga o Seguinte Decreto:

Art 1º Em virtude do Feriado Nacional (Nossa Senhora Aparecida), dia 12 de outubro de 2018 (Sexta-feira), não haverá expediente para os servidores do Poder Legislativo Municipal neste dia.

Art 2º Em caso de especial necessidade, visando atender o interesse público esta disposição poderá ser revogada.

Art 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 2018.

João Bento Moraes

Presidente

### PORTARIA Nº 42/2018

Publicação Nº 1772127

PORTARIA Nº 042/2018

NOMEIA Comissão de Inventário e Avaliação Patrimonial para a adoção de procedimentos iniciais de regularização do ativo permanente patrimonial da Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras e dá outras providências.

JOÃO BENTO MORAES, Presidente da Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições Legais que lhe confere o inciso II, do artigo 57, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso XIX, do artigo 30, Regimento Interno e a Lei Complementar nº 125/2017 de 11/09/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR para Comissão de Inventário e Avaliação Patrimonial da Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras - SC os servidores:

a) Presidente:

I - Douglas Bernardo Schvambach, matrícula nº 378.

b) Secretária:

I - Adeline Poleza, matrícula nº 373.

c) Membros:

I - Rafael José Nazario, matrícula nº 372.

II - Larissa Felício, matrícula nº 356.

Art. 2º - Esta Portaria tem a validade de 90 (trinta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas todas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 036/2018, de 05 de setembro de 2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2018.

João Bento Moraes

Presidente

### RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 001/2018

Publicação Nº 1772139

RESOLUÇÃO MD Nº 001/2018

INSTITUI O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO NO PODER LEGISLATIVO.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Iniciado o exercício de suas atividades, o servidor detentor de cargo em provimento efetivo passará a cumprir estágio probatório, de natureza prática e teórica, de três anos, cuja avaliação do seu efetivo exercício se dará nos termos desta Resolução.

Art. 2º Durante o estágio probatório o servidor será obrigatoriamente avaliado por uma Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAESP), instituída para esta finalidade, por indicação e nomeação do Chefe do Poder Legislativo Municipal.

§ 1º A CAESP será formada por 3 (três) servidores detentores de cargo de provimento efetivo, já possuidores de estabilidade, ou, na inexistência de um ou mais destes, por servidores comissionados do Poder Legislativo Municipal.

§ 2º Os membros da CAESP deverão se reunir para promover a discussão sobre a avaliação dos servidores que se encontram em estágio probatório, respeitados os requisitos estabelecidos no art. 4º desta Lei.

§ 3º A CAESP possuirá Regimento Interno próprio, votado por seus membros, observadas as disposições constantes desta Lei.

§ 4º Compete a CAESP contatar as chefias imediatas dos servidores avaliados para coletar os dados e notas de avaliação, especificados nos artigos 4º e 5º desta Lei;

§ 5º Os Chefes imediatos, o Diretor Geral e os servidores avaliados poderão ser convidados pela CAESP para participar das reuniões, a fim de prestarem esclarecimentos, quando necessário.

Art. 3º O servidor que se encontrar avaliado deverá receber instrumento informativo no qual conste as condições e a forma de avaliação, assinar sua avaliação tendo a possibilidade de recorrer administrativamente à CAESP, quando o resultado não estiver de acordo com sua avaliação.

Art. 4º Serão observados os seguintes requisitos, para o efeito de avaliação do estágio probatório:

I - Idoneidade Moral: entende-se como idôneo o servidor que não tiver sido condenado por qualquer crime contra a administração pública, especialmente contra o seu patrimônio, por crimes hediondos ou a eles equiparados e crimes inafiançáveis;

II - Asseio e Sobriedade: entende-se como asseado e sóbrio o servidor que comparece ao local de trabalho observando as condições básicas de higiene e que não esteja sob o efeito de nenhuma substância tóxica ou alcoólica;

III - Pontualidade: entende-se por pontual o servidor que inicia seus trabalhos no preciso horário definido para seu ingresso diário e que cumpra rigorosamente sua jornada de trabalho, de acordo com o funcionamento de seu órgão de lotação, sendo para tanto observado seu cartão-ponto ou registro manual de frequência;

IV - Disciplina: entende-se como disciplinado, o servidor que mantém a ordem que convém ao funcionamento regular da instituição, com observância aos preceitos e normas de conduta;

V - Produtividade e Capacidade de Iniciativa: entende-se como produtividade o rendimento dos trabalhos desenvolvidos pelo servidor no desempenho de suas atribuições, assim como sua disposição de tomar a iniciativa em tarefas próprias das atribuições do cargo;

VI - Sociabilidade: entende-se como sociável o servidor que mantém bom relacionamento com seus colegas, tratando-os com urbanismo e respeito, e que mantenha o espírito de equipe e companheirismo, para a prestação de um serviço público de excelência, bem como aquele que defere tratamento com respeito e educação à comunidade, quando do exercício das suas funções;

VII - Zelo pelo patrimônio público: entende-se por zelo pelo patrimônio público o cuidado com equipamentos em geral e o uso racional dos materiais e insumos.

Art. 5º Os preceitos e notas para os quesitos elencados no artigo 4º obedecerão aos seguintes critérios de pontuação:

I - para idoneidade moral: será considerado inidôneo o servidor que tiver sido condenado por crime contra a administração pública, especialmente seu patrimônio, ou por crime hediondo ou a ele equiparado ou crimes inafiançáveis, desde que haja sentença transitada em julgado, devendo assim ser avaliado:

a) ótimo (nota 10): se não sofreu nenhuma condenação criminal por qualquer um dos crimes mencionados;

b) insatisfatório (nota 0): se sofreu condenação criminal por qualquer um dos crimes mencionados, com sentença transitada em julgado;

II - para asseio, compreendendo-se a higiene básica, no rosto, mãos, cabelos e dentes, bem como roupas e sapatos limpos:

a) ótimo (nota 10): se comparecer ao trabalho obedecendo ao critério especificado;

b) insatisfatório (nota 0): se comparecer ao trabalho não obedecendo ao critério especificado, de forma habitual e permanente;

III - para sobriedade:

a) excelente (nota 10): aquele que sempre se apresentar ao trabalho sóbrio;

b) irregular (nota 0): aquele que, comprovadamente, apresenta-se ao trabalho, ainda que de forma não habitual, sob o efeito de substâncias tóxicas ou alcoólicas;

IV - para pontualidade, serão deduzidas da nota 10 (dez):

a) faltas injustificadas: para cada falta injustificada serão deduzidos 5 (cinco) pontos;

b) chegadas tardias, saídas antecipadas ou ausências repentinas, ocorridas de forma injustificada: para cada chegada tardia, saída antecipada ou ausência repentina será deduzido 1 (um) ponto. § 1º Compreende-se por injustificada a chegada tardia, ausência repentina ou saída antecipada que não seja autorizada por escrito pela chefia imediata;

V - para disciplina:

a) excelente (nota 10): acata ordens, sempre com boa vontade, sendo eficaz no desenvolvimento e na resolução de suas atividades;

b) ótimo (nota 9): acata ordens, sempre com boa vontade, às vezes sendo ineficaz no desenvolvimento e na resolução de suas atividades;

c) bom (nota 7): acata ordens, nem sempre com boa vontade;

d) regular (nota 5): acata ordens, sendo ineficaz no desenvolvimento e na resolução de suas atividades;

e) insatisfatório (nota 0): não acata ordens.

§ 2º Todos os atos de insubordinação deverão ser anotados pela chefia imediata do servidor e ser prontamente protocolizados e encaminhados à CAESP, independentemente do procedimento disciplinar adotado pelo serviço de pessoal.

VI - para produtividade e capacidade de iniciativa:

a) excelente (nota 10): possui total domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz com qualidade e rendimentos máximos;

b) ótimo (nota 9): possui total domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz com qualidade e rendimento aceitável, tendo iniciativa para novos aprendizados;

c) bom (nota 8): possui domínio médio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz com qualidade e rendimento aceitável, tendo iniciativa para novos aprendizados;

d) satisfatório (nota 7): possui domínio médio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz com qualidade e rendimento aceitável, não tendo iniciativa para novos aprendizados;

e) regular (nota 6): possui relativo domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz com qualidade e rendimento abaixo do desejado;

f) irregular (nota 4): possui pouco domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz sem qualidade e rendimento abaixo do desejado, quebrando equipamento e não zelando pelo patrimônio público;

g) insatisfatório (nota 0): não possui domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, atingindo produtividade, qualidade, rendimentos e zelo pelo patrimônio público insatisfatórios ou inexistentes;

VII - sociabilidade:

a) ótimo (nota 10): tem ótimo relacionamento com os colegas de trabalho, espírito de equipe e companheirismo na execução das tarefas;

b) bom (nota 8): tem bom relacionamento com os colegas de trabalho, espírito de equipe e companheirismo na execução das tarefas;

c) regular (nota 4): tem regular relacionamento com os colegas de trabalho, não tem espírito de equipe e companheirismo na execução das tarefas;

d) insatisfatório (nota 0): relaciona-se mal com os colegas de trabalho, sem urbanismo e educação, não tem espírito de equipe e

companheirismo;

VIII - zelo pelo patrimônio público:

a) ótimo (nota 10): zela pelos equipamentos em geral e utiliza com racionalidade máxima todos os materiais e insumos, não possuindo qualquer registro de quebra ou perda do patrimônio;

b) bom (nota 6): zela pelos equipamentos em geral e utiliza com racionalidade todos os materiais e insumos, possuindo registros não habituais de quebra ou perda do patrimônio, sem que haja comprovação de dolo por parte do servidor avaliado;

c) regular (nota 4): não zela pelos equipamentos em geral e não utiliza com racionalidade os materiais e insumos, possuindo registros habituais de quebra e perda do patrimônio, sem que haja comprovação de dolo por parte do servidor avaliado;

d) insatisfatório (nota 0): não zela pelos equipamentos em geral e não utiliza com racionalidade os materiais e insumos, possuindo registros de quebra e perda do patrimônio, havendo comprovação, em processo administrativo pertinente, de dolo por parte do servidor avaliado.

§ 3º Entende-se por patrimônio público qualquer objeto, equipamento, móvel e imóvel, de pequeno, médio ou grande porte, adquirido através do erário municipal, bem como qualquer daqueles que tenha sido incorporado, sob qualquer forma de recebimento.

§ 4º Entende-se por insumo o material de expediente, inclusive os de informática, energia elétrica, meios de comunicação, incluindo-se a internet, que são utilizados para a produção e prestação dos serviços públicos.

§ 5º Entende-se por dolo a vontade consciente dirigida do servidor de obter um resultado criminoso ou de assumir o risco de produzi-lo, para dilapidar o patrimônio público, e ainda qualquer ato consciente com que este induza outrem a realizá-lo.

§ 6º Caso haja a configuração de dolo, para efeitos de avaliação do estágio probatório haverá meramente o registro formal da nota, pois tal fato, verificado em competente processo disciplinar, culminará na demissão do servidor.

Art. 6º A avaliação de estágio probatório será realizada a cada 6 (seis) meses, a partir da data da posse do servidor.

§ 1º Para processar a avaliação, a chefia imediata do servidor avaliado deverá, até o décimo quinto dia útil do primeiro mês subsequente ao fechamento de cada período de 6 (seis) meses de estágio probatório, encaminhar à CAESP o formulário-padrão de avaliação.

§ 2º As notas indicadas pela chefia imediata deverão ser fundamentadas por escrito, devendo, sempre que possível, os fatos narrados serem acompanhados de documentos hábeis que comprovem o ocorrido.

§ 3º A cada 6 (seis) meses os membros da CAESP reunir-se-ão para processar as avaliações encaminhadas, devendo:

I - conferir o registro de recebimento das avaliações;

II - avaliar se todos os quesitos do formulário-padrão foram devidamente preenchidos;

III - registrar em ata o recebimento de denúncias ou queixas realizadas contra servidores em período de estágio;

IV - coletar no serviço de pessoal a existência de faltas injustificadas, as notificações, suspensões ou advertências processadas contra o servidor avaliado;

V - processar a média de notas auferidas no período de 6 (seis) meses, observada a seguinte fórmula:  $MA1 = N1 \times p5 + N2 \times p4 + N3 \times p5 + N4 \times p5 + N5 \times p3 + N6 \times p3 + N7 \times p3 + N8 \times p5$  33 onde: MA1= Média do Primeiro semestre;

N1 = nota auferida para idoneidade moral referente ao primeiro semestre de avaliação; p5 = peso correspondente à valoração do quesito idoneidade moral;

N2 = nota auferida para asseio referente ao primeiro semestre de avaliação; p4 = peso correspondente à valoração do quesito asseio;

N3 = nota auferida para sobriedade referente ao primeiro semestre de avaliação; p5 = peso correspondente à valoração do quesito sobriedade;

N4 = nota auferida para pontualidade referente ao primeiro semestre de avaliação; p5 = peso correspondente à valoração do quesito pontualidade;

N5 = nota auferida para disciplina referente ao primeiro semestre de avaliação; p3 = peso correspondente à valoração do quesito disciplina;

N6 = nota auferida para produtividade e capacidade de iniciativa referente ao primeiro semestre de avaliação; p3 = peso correspondente à valoração do quesito produtividade e capacidade de iniciativa;

N7 = nota auferida para sociabilidade referente ao primeiro semestre de avaliação; p3 = peso correspondente à valoração do quesito sociabilidade;

N8 = nota auferida para zelo pelo patrimônio público referente ao primeiro semestre de avaliação; p5 = peso correspondente à valoração do quesito zelo pelo patrimônio público; 33 = somatório dos pesos adotados;

§ 4º A média semestral será informada ao servidor, por escrito, em reunião individualizada, na presença de 2 (dois) membros da CAESP.

§ 5º O servidor receberá um boletim no qual constarão suas médias, semestral, referente a cada quesito.

§ 6º Caso o servidor discorde da média que lhe foi pontuada, poderá no prazo máximo de 3 (três) dias formular pedido de reconsideração, por escrito, enviado à presidência da CAESP.

§ 7º Protocolizado o pedido de reconsideração, a CAESP procederá à abertura de processo administrativo, coletando o testemunho pessoal do servidor, de sua chefia imediata e de 3 (três) colegas de trabalho, bem como provas materiais que possam efetivar um juízo de convencimento.

§ 8º O pedido de reconsideração deverá ser processado e julgado em no máximo 30 (trinta) dias, não cabendo da decisão final da Comissão qualquer recurso administrativo.

Art. 7º A nota oficial final para aprovação no estágio probatório se dará através da média aritmética simples das 6 (seis) avaliações semestrais, que deverão ser processadas através da aplicação da seguinte fórmula:

$MF = MA1 + MA2 + MA3 + MA4 + MA5 + MA6$  onde: MF = média final do estágio probatório; MA1 = média do primeiro semestre de avaliação do estágio probatório, na forma do § 3º do art. 6º; MA2 = média do segundo semestre de avaliação do estágio probatório, na forma do § 3º do art. 6º; MA3 = média do terceiro semestre de avaliação do estágio probatório, na forma do § 3º do art. 6º; MA4 = média do quarto semestre de avaliação do estágio probatório, na forma do § 3º do art. 6º; MA5 = média do quinto semestre de avaliação do estágio probatório, na forma do § 3º do art. 6º; MA6 = média do sexto semestre de avaliação do estágio probatório, na forma do § 3º do art. 6º;

§ 1º O servidor em estágio probatório, que não obtiver nota oficial igual ou superior a 6 (seis), será submetido a processo administrativo para efeito de exoneração do cargo, assegurado o direito de ampla defesa na forma do § 6º, do art. 6º.

§ 2º A exoneração, em face da desaprovação no estágio probatório, não gera nenhum tipo de indenização funcional, sendo pagas a termo, as seguintes parcelas:

I - vencimento proporcional aos dias trabalhados, no mês de competência da exoneração;

II - férias proporcionais;

III - 1/3 constitucional de férias proporcionais;

IV - gratificação natalina proporcional.



Art. 8º A CAESP poderá propor abertura de processo administrativo, a qualquer tempo do estágio probatório para fins de exoneração imediata do servidor, quando:

I - caracterizada a inidoneidade moral;

II - a média da avaliação semestral for inferior a 6 (seis),

III - após 3 (três) faltas injustificadas, consecutivas ou não;

IV - após 5 (cinco) chegadas tardias, ou saídas antecipadas ou ausências repentinas ao trabalho, sem prévia autorização da chefia imediata;

V - após a verificação de dilapidação do patrimônio público, na forma da alínea "d", do inciso VIII, do art. 5º.

Art. 9º Concluído o processo administrativo de avaliação pela CAESP, esta encaminhará ao Chefe do Poder Legislativo Municipal relatório contendo os resultados da avaliação para homologação, e se for o caso deflagrar a expedição do ato de exoneração.

Parágrafo único. Após a homologação, será o rol de aprovados no estágio probatório devidamente publicado no órgão de imprensa oficial e no mural da sede da Câmara Municipal de Vereadores de Balneário Piçarras.

Art. 10 A avaliação das atividades está expressamente vinculada ao cargo de provimento efetivo, preenchido em face da realização do concurso público, ficando proibido contar no período obrigatório de avaliação:

I - o tempo de serviço prestado a outras entidades, públicas ou privadas;

II - o tempo de serviço prestado à Administração Pública de Balneário Piçarras, em cargos diversos;

III - o tempo de serviço prestado à Administração Pública de Balneário Piçarras em função semelhante, porém em contratação pelo regime celetista ou em caráter temporário;

IV - o tempo de serviço prestado à Administração Pública federal, estadual ou municipal em caráter comissionado, inclusive ao Município de Balneário Piçarras.

Art. 11 Comporta exceção ao artigo 10, o servidor público que seja readaptado, na forma do Estatuto, sendo o resultado da avaliação procedida no cargo originário somada à avaliação do cargo a que foi readaptado, observado o período de 3 (três) anos.

Art. 12 Durante o Estágio Probatório o servidor não poderá gozar de licença para tratar de interesses particulares ou acompanhar cônjuge.

Art. 13 O servidor em Estágio Probatório não poderá ser cedido, colocado à disposição ou permutado com outros órgãos públicos ou entidades.

Art. 14 A servidora gestante que não seja aprovada no estágio probatório será exonerada somente após o término da licença maternidade, vagando seu cargo apenas nesta oportunidade.

Art. 15 O Presidente da Câmara de Vereadores poderá baixar atos necessários à complementação e execução das disposições desta Resolução.

Art. 16 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2018.

João Bento Moraes

Presidente

Ademar de Oliveira (PT)

Vice-Presidente

Gercino Medeiros (PP)

1º Secretário Antonio

Pedro da Silva (PSD)

2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA

A avaliação especial de desempenho, também chamada de avaliação periódica de desempenho, trata-se de importante ferramenta de aprimoramento dos recursos humanos da Administração Pública, tendo surgido no ordenamento constitucional como uma forma de representação do princípio da eficiência, e inserida na Constituição Federal através da EC nº 19/98. Esta avaliação possui razão de ser, no sentido em que é analisada a aptidão, desenvolvimento funcional e a eficiência dos serviços realizados pelo servidor, bem como as condições para a sua permanência no funcionalismo público, caracterizando-se como condição para a "conquista" da estabilidade, pois, em caso de não ser alcançada a avaliação necessária, será exonerado do cargo, mediante processo administrativo simplificado, em que deve ser respeitada a ampla defesa. Possui como característica a avaliação especial de desempenho, portanto, a relação de controle de resultados no serviço público, de modo que, como bem explicitado no inciso III, § 1º, do art. 41 da Constituição Federal, visa garantir a plena e execução de qualidade dos serviços públicos. Não é demais registrar que segundo o disposto no caput e no § 4º do art. 31, da Lei Orgânica Municipal, o servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de carreira adquirirá estabilidade ao completar três anos de efetivo exercício e após avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade, sem a qual não haverá estabilidade. Logo, apresenta-se necessária a regulamentação da avaliação especial de desempenho no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Balneário Piçarras. Pelos argumentos exposto, requer-se o apoio e consequente aprovação desta proposição por nossos pares.

João Bento Moraes

Presidente

Ademar de Oliveira (PT)

Vice-Presidente

Gercino Medeiros (PP)

1º Secretário

Antonio Pedro da Silva (PSD)

2º Secretário



# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 001/2018

Publicação Nº 1772929

PORTARIA Nº GP/Nº 001/2018 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Determina a instauração de sindicância.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 c/c art. 117, II "c" da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO ter chegado ao conhecimento desta autoridade através da Procuradoria Geral do Município, que o Ministério Público Estadual instaurou Notícia de Fato nº: 01.2018.00021843-2, a fim de verificar suposta irregularidade no Procedimento Licitatório nº 005/2018 praticada pelas empresas concorrentes;

CONSIDERANDO que conforme o Ministério Público Estadual, venceram no procedimento empresas que possuem pessoas idênticas em seu quadro societário, e tal fato pode configurar fraude ao processo licitatório;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a abertura de Sindicância a fim de verificar a existência de fraude ao Processo Licitatório nº: 05/2018 (aquisição de medicamentos), praticadas supostamente pelas empresas vencedoras do certame, qual seja, na presença de pessoas idênticas no quadro societário das empresas vencedoras.

Art. 2º. Determinar que o acompanhamento da presente Sindicância seja realizado pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 3º. Determinar liminarmente a suspensão de todos os contratos administrativos oriundos do Processo Licitatório nº: 005/2018 até que sejam esclarecidos os fatos.

Art. 4º. Fixar o prazo regular da instrução em até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação por igual prazo, ou, a continuidade excepcional do instrutório, sob motivação, para garantir o esclarecimento dos fatos e o exercício pleno da defesa.

Parágrafo único. A comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente após a publicação da presente Portaria, notificando-se de tudo, desde o início as empresas participantes e vencedoras do certame para se fazer acompanhada de defensor constituído para acompanhar todo o procedimento.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão – SC, 11 de outubro de 2018.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 11 de outubro de 2018.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### EDITAL PREGÃO RF Nº31/2018 FMS

Publicação Nº 1772310

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2018  
EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2018

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão para Registro de Preço, objetivando Aquisição de veículo Ambulância tipo A, furgão original de fabrica, 0 km, adaptada para ambulância simples remoção, com capacidade de volume não inferior a 7 metros cúbicos no total, destinada ao Fundo Municipal de Saúde. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 09:15 horas do dia 25 de outubro de 2018. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av. Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.Barra Bonita, em 11 de outubro de 2018.

NILVA BAU BOSS  
Gestora FMS

### EDITAL PREGÃO RG Nº80/2018

Publicação Nº 1772308

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº80/2018  
EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº80/2018

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão para Registro de Preço, objetivando aquisição de sistema de tratamento individual de esgoto composto de fossa, filtro, clorador e sumidouro conforme descrição anexa. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 25 de outubro de 2018. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura.Barra Bonita, em 11 de outubro de 2018.

MOACIR PIROCA  
Prefeito

# Barra Velha

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 028/2018 FMS

Publicação Nº 1773003

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Processo Administrativo nº 028/2018/FMS  
Pregão Presencial nº 028/2018/FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, Tipo Menor Preço POR LOTE, aquisição de óculos completos (lentes orgânicas e armação), destinados a pacientes do Sistema Único de Saúde, conforme especificações no Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 25/10/2018 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 25/10/2018 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração/ Diretoria de Compras, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeira Danielli Alves Lacerda. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 10 de outubro de 2018. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito Municipal.

### PREGÃO PRESENCIAL 055/2018 PMBV

Publicação Nº 1772632

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Processo Administrativo nº 070/2018 – Pregão Presencial nº 055/2018  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço ITEM, para prestação de serviço gráfico confecção e impressão de carnês de IPTU exercício 2019, conforme especificações no Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 25/10/2018 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 25/10/2018 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Danielli Alves Lacerda. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 10 de outubro de 2018. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO 06.2018

Publicação Nº 1772439

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

Resolução do CMAS nº 06/2018

Dispõe sobre a cofinanciamento dos Serviços de Proteção Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Bela Vista do Toldo.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Bela Vista do Toldo/SC, em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 10 de outubro de 2018, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 152/1999 alterada pela Lei nº 1.095/2015 de 12 de junho de 2015, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Bela Vista do Toldo/SC – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

#### RESOLVE:

Art. 1º. APROVAR o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor de R\$ 27.777,78, referente ao ano de 2018, a ser executado conforme percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º. Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo, 10 de outubro de 2018

Eracides Karvat

Presidente do CMAS

# Belmonte

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2018

Publicação Nº 1772016

MUNICIPIO DE BELMONTE

AVISO DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2018

Objeto: contratação da empresa: TRANSPORTE RODOVIÁRIO NOVA MICHELIN LTDA - ME, para transporte diurno para estudantes do Ensino Médio, Educação Infantil e Ensino Fundamental do município de Belmonte até às comunidades Linha Laginha, Timbaúva, Tabajara e Peperi, no ano letivo de 2018, sendo que que é a única empresa concessionária para efetuar o transporte rodoviário, fundamentada no art. 25, caput, da lei nº 8.666/93 alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 10 de outubro de 2018.

GENÉSIO BRESSIANI

PREFEITO MUNICIPAL

**Benedito Novo****PREFEITURA****DECRETO Nº 109/2018 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 1772574

DECRETO Nº 109, DE 10 de outubro de 2018

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

DÁRIO TONOLLI, Prefeito em Exercício do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, alínea "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.879, de 12 de dezembro de 2017 e Lei 1.907, de 10 de outubro de 2018.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar, no orçamento geral do corrente exercício, no valor de R\$ 1.031.788,20 (um milhão e trinta e um mil e setecentos e oitenta e oito reais e vinte centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

05.001.0012.0365.0500.2505 Desenvolvimento do Ensino Infantil 3319000000000000 - Aplicações diretas	01180000	205.000,00
05.001.0012.0365.0500.2505 Desenvolvimento do Ensino Infantil 3319000000000000 - Aplicações diretas	01010000	163.000,00
05.001.0012.0361.0500.2503 Merenda Escolar do Ensino Fundamental 3319000000000000 - Aplicações diretas	01190000	15.000,00
05.001.0012.0361.0500.2503 Merenda Escolar do Ensino Fundamental 3319000000000000 - Aplicações diretas	01010000	75.000,00
05.001.0012.0122.0500.2501 Manutenção dos Serviços da Secretaria de Educação 3319000000000000 - Aplicações diretas	01010000	31.000,00
08.001.0015.0752.0800.2803 Manutenção da Rede de Iluminação Pública 3339000000000000 - Aplicações diretas	01080000	77.400,91
08.001.0015.0452.0800.2802 Atividades de Limpeza e Conservação de Vias 3319000000000000 - Aplicações diretas	01000000	25.000,00
08.001.0015.0451.0800.2801 Manutenção das Atividades do Sistema Viário 3339000000000000 - Aplicações diretas	01000000	32.387,29
07.001.0020.0608.0700.2701 Assistência ao Produtor Rural 3339000000000000 - Aplicações diretas	01000000	25.000,00
07.001.0020.0608.0700.2701 Assistência ao Produtor Rural 3319000000000000 - Aplicações diretas	03000000	82.391,42
07.001.0020.0608.0700.2701 Assistência ao Produtor Rural 3319000000000000 - Aplicações diretas	01000000	57.608,58

03.001.0014.0422.0302.2308 Manutenção de Outras Esferas de Governo 331900000000000 - Aplicações diretas	01000000	36.000,00
03.001.0028.0061.0301.2305 Despesas Judiciais 333900000000000 - Aplicações diretas	01000000	60.000,00
03.001.0028.0843.0301.2303 Pagamento da Dívida Interna e Encargos 346900000000000 - Aplicações diretas	01000000	55.000,00
03.001.0028.0843.0301.2303 Pagamento da Dívida Interna e Encargos 332900000000000 - Aplicações diretas	01000000	2.000,00
03.001.0004.0122.0300.2301 Manutenção das Atividades Administrativas Financeiras 333900000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00
03.001.0004.0122.0300.2301 Manutenção das Atividades Administrativas Financeiras 331900000000000 - Aplicações diretas	01000000	15.000,00
02.001.0004.0122.0200.2201 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito 333900000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00
08.001.0015.0451.0800.1801 Abertura e Pavimentação de Ruas 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	35.000,00

Art. 2º - Para atender ao disposto no artigo anterior, ficam autorizadas as anulações das seguintes dotações:

03.001.0004.0122.0300.1301 Melhoria e Adequação das Instalações 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	15.000,00
03.003.0006.0182.0303.1302 Preservação de Encostas e Erradicação de Riscos 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	10.000,00
06.001.0027.0695.0600.1602 Construir Ampliar e Melhorar os Espaços de Turismo e Lazer 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	3.231,77
07.001.0020.0608.0700.1701 Melhorar a Patrulha Agrícola 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	108.131,76
07.001.0020.0608.0700.1701 Melhorar a Patrulha Agrícola 344900000000000 - Aplicações diretas	03000000	82.391,42
07.002.0017.0512.0701.1702 Ampliação do Tratamento do Esgotamento Sanitário 333900000000000 - Aplicações diretas	01000000	5.000,00
07.002.0017.0512.0701.1702 Ampliação do Tratamento do Esgotamento Sanitário 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	5.000,00
08.001.0015.0752.0800.1805 Ampliação e Melhorias da Rede de Iluminação Pública 344900000000000 - Aplicações diretas	01080000	77.400,91



08.001.0015.0451.0800.1806 Melhoramento da Frota de Obras e Serviços Urbanos 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	2.547,18
02.001.0004.0122.0200.2202 Manutenção das Assessorias 331900000000000 - Aplicações diretas	01000000	5.000,00
02.001.0004.0122.0200.2202 Manutenção das Assessorias 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	3.000,00
02.001.0004.0124.0200.2203 Manutenção do Controle Interno 331900000000000 - Aplicações diretas	01000000	5.000,00
02.001.0004.0124.0200.2203 Manutenção do Controle Interno 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	3.000,00
03.001.0004.0122.0300.2301 Manutenção das Atividades Administrativas Financeiras 333930000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	01000000	685,50
03.001.0009.0272.0300.2302 Encargos com Inativos 331900000000000 - Aplicações diretas	01000000	45.000,00
03.001.0006.0181.0302.2306 Manutenção do Corpo de Bombeiros 331900000000000 - Aplicações diretas	01000000	15.000,00
03.001.0006.0181.0302.2306 Manutenção do Corpo de Bombeiros 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	5.000,00
03.003.0006.0182.0303.2309 Ações da Defesa Civil 331900000000000 - Aplicações diretas	01000000	13.000,00
03.003.0006.0182.0303.2309 Ações da Defesa Civil 333900000000000 - Aplicações diretas	01000000	4.880,00
03.001.0008.0243.0304.2311 Manutenção do Conselho Tutelar 331900000000000 - Aplicações diretas	01000000	35.000,00
03.001.0008.0243.0304.2312 Manutenção do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente 333900000000000 - Aplicações diretas	01000000	2.000,00
03.001.0008.0243.0304.2312 Manutenção do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	2.000,00
04.002.0008.0244.0401.2411 Manutenção dos Serviços Assistenciais e Sociais 333710000000000 - Transferências a consórcios públicos	01000000	217,39
04.002.0008.0244.0401.2411 Manutenção dos Serviços Assistenciais e Sociais 344710000000000 - Transferências a consórcios públicos	01000000	801,93

04.002.0008.0241.0401.2412 Atividades de Atenção à Pessoa Idosa 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	2.000,00
04.002.0008.0244.0401.2413 Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social 333900000000000 - Aplicações diretas	01000000	2.000,00
04.002.0008.0244.0401.2413 Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	2.000,00
05.001.0012.0367.0501.2510 Apoio a Educação Especial 333500000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	01000000	8.000,00
05.002.0013.0392.0501.2511 Adequar e Manter o Setor de Cultura 333500000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	01000000	9.200,00
05.002.0013.0392.0501.2511 Adequar e Manter o Setor de Cultura 333710000000000 - Transferências a consórcios públicos	01000000	126,16
05.002.0013.0392.0501.2511 Adequar e Manter o Setor de Cultura 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00
06.001.0027.0812.0600.2601 Manter e Apoiar as Atividades de Esporte Turismo e Lazer 331710000000000 - Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio	01000000	126,16
06.001.0027.0812.0600.2601 Manter e Apoiar as Atividades de Esporte Turismo e Lazer 331900000000000 - Aplicações diretas	01000000	8.000,00
06.001.0027.0812.0600.2601 Manter e Apoiar as Atividades de Esporte Turismo e Lazer 333710000000000 - Transferências a consórcios públicos	01000000	962,70
06.001.0027.0812.0600.2601 Manter e Apoiar as Atividades de Esporte Turismo e Lazer 344710000000000 - Transferências a consórcios públicos	01000000	102,24
07.001.0020.0608.0700.2701 Assistência ao Produtor Rural 331710000000000 - Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio	01000000	198,02
07.001.0020.0608.0700.2701 Assistência ao Produtor Rural 333710000000000 - Transferências a consórcios públicos	01000000	576,09
07.002.0017.0452.0701.2702 Recolhimento e Destinação Final de Resíduos Sólidos 333930000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	01000000	750,97
07.002.0017.0452.0701.2702 Recolhimento e Destinação Final de Resíduos Sólidos 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	5.000,00
09.001.0004.0122.0900.2901 Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento 331900000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00

09.001.0004.0122.0900.2901 Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento 333900000000000 - Aplicações diretas	01000000	15.000,00
09.001.0004.0122.0900.2901 Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	458,00
05.001.0012.0361.0500.1501 Construção Ampliação e Melhorias das Escolas do Ensino Fundamental 344900000000000 - Aplicações diretas	01010000	50.000,00
05.001.0012.0361.0500.2502 Desenvolvimento do Ensino Fundamental 331900000000000 - Aplicações diretas	01010000	65.000,00
05.001.0012.0361.0500.2502 Desenvolvimento do Ensino Fundamental 331900000000000 - Aplicações diretas	01180000	10.000,00
05.001.0012.0361.0500.2502 Desenvolvimento do Ensino Fundamental 333300000000000 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	01010000	5.000,00
05.001.0012.0361.0500.2502 Desenvolvimento do Ensino Fundamental 333900000000000 - Aplicações diretas	01010000	35.000,00
05.001.0012.0361.0500.2502 Desenvolvimento do Ensino Fundamental 344900000000000 - Aplicações diretas	01010000	33.000,00
05.001.0012.0365.0500.2505 Desenvolvimento do Ensino Infantil 333900000000000 - Aplicações diretas	01180000	195.000,00
05.001.0012.0365.0500.2505 Desenvolvimento do Ensino Infantil 344900000000000 - Aplicações diretas	01010000	42.000,00
05.001.0012.0365.0500.2506 Merenda Escolar do Ensino Infantil 331900000000000 - Aplicações diretas	01010000	20.000,00
05.001.0012.0365.0500.2506 Merenda Escolar do Ensino Infantil 331900000000000 - Aplicações diretas	01190000	15.000,00
05.001.0012.0365.0500.2506 Merenda Escolar do Ensino Infantil 344900000000000 - Aplicações diretas	01010000	4.000,00
05.001.0012.0365.0500.2507 Transporte Escolar do Ensino Infantil 333900000000000 - Aplicações diretas	01010000	15.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 10 de outubro de 2018.  
DÁRIO TONOLLI  
Prefeito em Exercício de Benedito Novo

O Decreto nº 109/2018 foi publicado na forma da Lei.  
Benedito Novo, aos 10 de outubro de 2018.

Joice Aparecida Costa  
Agente Administrativa

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Em conformidade com o inciso VI, do art. 167 da Constituição Federal, a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Complementar n.º 101/2000 e a Lei nº 1.841/2016, seguem para apreciação desta Casa Legislativa os Projetos de Lei nº 41/2018, que Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento (Fundo Municipal de Saúde); nº 42/2018, que Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento (Prefeitura), em Regime de Urgência.

A suplementação destina-se a atender despesas correntes com pagamento de salários e encargos sociais, manutenção das atividades Gabinete do Prefeito, da Secretaria de Administração e Finanças, da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social, , Fundo Municipal da Saúde, Secretaria da Educação e Cultura, Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer, e Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Queremos ressaltar que quando a Administração elabora o seu orçamento nem sempre é possível prever com a total exatidão todas as ações necessárias para o fiel desempenho da gestão pública.

As alterações ora efetivadas, são com base no cumprimento da lei de Responsabilidade Fiscal e para dar continuidade no desempenho das atividades, esperamos contar com a colaboração dos Senhores Vereadores, em regime de urgência, conforme nos faculta o Art. 34 da Lei Orgânica.

Município de Benedito Novo, aos 01 de outubro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

À Vossa Excelência  
Vereador Almir Buzke  
Presidente da Câmara de Vereadores  
Benedito Novo – SC

**DECRETO Nº 110/2018 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 1772576

DECRETO Nº 110, DE 10 de outubro de 2018

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

DÁRIO TONOLLI, Prefeito em Exercício do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.879, de 12 de dezembro de 2017 e Lei 1.908, de 10 de outubro de 2018.

Art. 1º – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar no orçamento geral do corrente exercício, no valor de R\$ 327.800,00 (trezentos e vinte e sete mil e oitocentos reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0301.0400.2406 Atividades da Farmácia Básica 3339300000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	01020000	30.000,00
04.001.0010.0302.0400.2410 Apoiar e Manter Hospitais 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	01380401	31.800,00
04.001.0010.0301.0400.2402 Atividades da Saúde.3339000000000000 - Aplicações diretas	01020000	225.000,00
04.001.0010.0301.0400.2402 Atividades da Saúde 3339300000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	01020000	15.000,00
04.001.0010.0301.0400.2402 Atividades da Saúde 3319000000000000 - Aplicações diretas	01020000	26.000,00

Art. 2º – Para atender ao disposto no artigo anterior, fica autorizada a anulação das seguintes dotações:

04.001.0010.0122.0400.2401 Manutenção dos Serviços da Secretaria da Saúde 331900000000000 - Aplicações diretas	01020000	25.000,00
04.001.0010.0301.0400.2403 Atividades de Saúde na Família 331900000000000 - Aplicações diretas	01020000	120.000,00
04.001.0010.0301.0400.2403 Atividades de Saúde na Família 344900000000000 - Aplicações diretas	01020000	5.000,00
04.001.0010.0301.0400.2404 Atividades dos Agentes Comunitários da Saúde 331900000000000 - Aplicações diretas	01020000	110.000,00
04.001.0010.0301.0400.2405 Atividades de Saúde Bucal 331900000000000 - Aplicações diretas	01020000	28.000,00
04.001.0010.0301.0400.2405 Atividades de Saúde Bucal 344900000000000 - Aplicações diretas	01020000	5.000,00
04.001.0010.0305.0400.2408 Atividades da Vigilância Epidemiológica 344900000000000 - Aplicações diretas	01020000	3.000,00
04.001.0010.0301.0400.2402 Atividades da Saúde 333930000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	01380401	31.800,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 10 de outubro de 2018.

DÁRIO TONOLLI

Prefeito em Exercício de Benedito Novo

O Decreto nº 110/2018 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 10 de outubro de 2018.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativa

## **LEI 1.906/2018 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ADERIR E CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE, RELATIVO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES - MOBILIDADE URBANA**

Publicação Nº 1772568

Lei nº 1.906, de 10 de outubro de 2018.

Autoriza o poder executivo municipal aderir e contratar operação de crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, relativo Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana.

DÁRIO TONOLLI, Prefeito em Exercício de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE até o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões), no âmbito do Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades, de que trata a portaria nº 27, de 11 de julho de 2017 do Ministério das Cidades, e com fundamento na Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017, do Banco Central do Brasil, destinados a Implantação de obras de Infraestrutura/Pavimentação nova, microdrenagem, sinalização viária, calçadas com acessibilidade e obras complementares necessárias a funcionalidade da drenagem de águas pluviais e outros, observada a legislação vigente, em especial, as disposições da Lei complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º- Tal adesão e contratação viabilizarão o aporte de recursos ao Município de Benedito Novo para a realização das obras de pavimentação asfáltica e complementares da Rua Pedro Maus e da Rua Karl Blaese.

Art. 3º - À título de garantia, o poder Executivo poderá dar para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos das

operações de crédito, em favor do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul os recursos decorrentes do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e de repasses do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

Art. 4º- O Poder Executivo poderá, também, caso seja necessário, vincular como contragarantia à garantia da União, a operação de crédito de que trata esta lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo “pro-solvendo”, às receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b”, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos do §4º, do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como, outras garantias admitidas em direito.

Art. 5º - Para assegurar a execução do Projeto, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes as dotações necessárias, incluindo os valores correspondentes a contrapartida de 5% (cinco por cento) do valor total da obra, bem como, para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados, consoante as regras estabelecidas no aludido programa federal.

Art. 6º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o Art. 1º desta Lei.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 10 de outubro de 2018

DÁRIO TONOLLI

Prefeito em Exercício de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.

Benedito Novo, aos 10 de outubro de 2018.

Joice Aparecida Costa  
Auxiliar Administrativo I

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores.

A crescente e ininterrupta necessidade de uso, aliado a segurança, mobilidade, trafegabilidade e demais aspectos, tem motivado a contínua readequação e reestruturação do sistema viário.

No cumprimento de tal premissa e buscando zelar pela qualidade de vida do cidadão, a municipalidade tem executado inúmeras políticas públicas, com destaque a pavimentação de vias, onde está inserida a Rua Pedro Maus e a Rua Karl Blaese, no perímetro urbano deste Município.

É necessário reduzir drasticamente os acidentes no trânsito e os conflitos entre os diferentes modos de transportes e de circulação que interagem nos ambientes urbanos, tornando-os mais agradáveis e adequados à circulação de todas as pessoas. Com a conclusão da Rodovia que ligará o Planalto Norte ao Vale do Itajaí, mais precisamente à BR 470, a pavimentação dessas ruas trará um grande alívio no trânsito de veículos pesados da região central do município.

Compulsando as questões afetas ao tema, tomou-se ciência da possibilidade de captação de recursos desta natureza com a edição, pelo Ministério das Cidades, da portaria nº 27 de 11 de julho de 2017, que “Regulamenta a reformulação do Programa de Infra estrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana – PRÓ-TRANSPORTE”, e que, em suma, seguindo a política de mobilidade urbana aprovada pela Lei federal nº 12.587/2012, regula a concessão de financiamentos ao setor público para implantação e requalificação de sistemas e melhorias na mobilidade urbana das pessoas, contribuindo para a promoção do desenvolvimento urbano, econômico e social, bem como para a preservação do meio ambiente, de maneira a garantir o retorno dos financiamentos concedidos e conferir maior alcance social às aplicações do FGTS.

À Vossa Excelência  
Vereador Almir Butzke  
Presidente da Câmara de Vereadores  
BENEDITO NOVO - SC

Aludido Programa utiliza recursos do FGTS, e autoriza para município do porte de Benedito Novo, o financiamento de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para qualificação viária.

Dentre as regras elencadas no programa, destacam-se as seguintes:

8.1. As contratações de operações de crédito observarão as condições estabelecidas neste item, sem prejuízo das demais normas do



Conselho Curador do FGTS, do Gestor da Aplicação e do Agente Operador, aplicáveis à área de Infraestrutura Urbana. Cabe ao Agente Operador definir as condições operacionais para aplicação dos recursos, respeitados a natureza dos tomadores, o porte e a complexidade das operações e as condições estabelecidas neste item.

8.2. O valor total do investimento (VI) é constituído pelo valor de financiamento ou de empréstimo (VF ou VE), acrescido do valor da contrapartida (CP) e outros recursos que vierem a ser aportados, representando os custos relativos à execução de todas as obras, aquisições e serviços necessários para a consecução do objeto pactuado.

#### 8.3. Contrapartida

8.3.1. Entende-se como contrapartida a complementação do valor necessário à execução do objeto do contrato, podendo ser constituída por recursos financeiros próprios e/ou de terceiros, ou bens e serviços economicamente mensuráveis.

8.3.2. O valor da contrapartida (CP) mínima deverá ser de 5% do valor do investimento.

8.3.3. O projeto executivo e outros itens de investimento serão admitidos como pré-investimento, para efeito de contrapartida mínima, desde que vistoriados e aceitos pelo Agente Financeiro, que atestará o estágio físico e o valor das obras e serviços executados. (Redação alterada pela Instrução Normativa nº 39, de 06 de novembro de 2017)

8.3.4. Recursos do Orçamento Geral da União não poderão ser contabilizados como contrapartida do proponente.

#### 8.4. Prazos de Carência e de Amortização

8.4.1. O prazo de carência será de até 48 meses, contados a partir da assinatura do contrato de financiamento, sendo permitida a prorrogação do prazo originalmente pactuado, observada a regulamentação do Agente Operador do FGTS.

8.4.1.1. O prazo de carência para aquisição de ônibus ou barcas será definido pelo Agente Operador, considerando a data prevista para entrada em operação dos veículos objeto da operação de financiamento.

8.4.2. O prazo máximo de amortização das ações financiáveis será de até 20 anos, exceto:

a) para o sistema de transporte sobre trilhos, cujo prazo máximo de amortização será de até 30 anos; e

b) para aquisição de veículos o prazo de amortização será definido pelo Agente Operador, considerando, como prazo, a vida útil dos veículos, respeitando as diversas modalidades.

8.4.3. Na hipótese de não conclusão do empreendimento no prazo de carência previsto no contrato de financiamento, poderá ser concedida prorrogação, pelo Agente Operador, respeitado o limite máximo do prazo de carência previsto no item 8.4.1.

#### 8.5. Juros

8.5.1. A taxa nominal de juros das operações de empréstimo no âmbito do PRÓ-TRANSPORTE é de 6% (seis por cento) ao ano, pagos mensalmente nas fases de carência e amortização. Para as ações financiáveis de sistemas de transporte sobre trilhos a taxa de juros é de 5,5 % (cinco e meio por cento) ao ano.

#### 8.6. Desembolsos

8.6.1. O primeiro desembolso deverá ser efetuado em até 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura do contrato de financiamento.

8.6.2. O primeiro desembolso de qualquer financiamento de empreendimento de mobilidade urbana fica condicionado à apresentação de licença de instalação, quando assim couber, expedida pelo órgão ambiental competente anteriormente ao início das obras, conforme disposto na legislação aplicável, além de atender às condicionantes previstas no contrato firmado entre o Agente Financeiro e o Mutuário/Tomador de Recursos.

8.6.3. Constitui condição para a liberação da última parcela de desembolso do financiamento, a apresentação de licença ambiental de operação do empreendimento, obtida junto ao órgão competente, quando exigível.

8.6.4. O Mutuário/Tomador de Recursos deve comprovar, para fins do primeiro desembolso, a destinação adequada dos resíduos gerados da construção e demolição de acordo com a legislação vigente.

8.6.5. Sob sua inteira responsabilidade, não gerando qualquer compromisso para o FGTS e seus prepostos, o Mutuário poderá adquirir, antes da contratação do financiamento, material rodante de sistemas de veículos sobre trilhos. (Incluído pela Instrução Normativa nº 39, de 06 de novembro de 2017)

8.6.6. A critério do Agente Operador, por solicitação do Tomador, poderão ser aceitos recursos aplicados antes da contratação do financiamento de que trata o item 8.6.5 como desembolso de valores do financiamento, desde que vistoriados e aceitos pelo Agente Financeiro, com a finalidade de atestar os equipamentos adquiridos e o valor das aquisições efetuadas. (Incluído pela Instrução Normativa nº 39, de 06 de novembro de 2017)

8.6.7. O reconhecimento das aquisições de que trata o item 8.6.6 pelo Agente Financeiro observará o prazo de 24 meses antes da data do enquadramento e considerará a data de emissão da nota fiscal pelo fornecedor. (Incluído pela Instrução Normativa nº 39, de 06 de novembro de 2017)

8.6.8 A critério do Agente Operador, o projeto executivo e itens de investimento relacionados ao objeto da proposta de financiamento poderão ser admitidos como pré-investimento, para efeito de contrapartida mínima, desde que vistoriados e aceitos pelo Agente Financeiro, que atestará o estágio físico e o valor das obras e serviços executados, respeitados os seguintes prazos: (Incluído pela Instrução Normativa nº 39, de 06 de novembro de 2017)

8.6.8.1 Projeto Executivo: até 24 meses antes do enquadramento; (Incluído pela Instrução Normativa nº 39, de 06 de novembro de 2017)

8.6.8.2 Obras e Serviços: até 18 meses antes da data do enquadramento. (Incluído pela Instrução Normativa nº 39, de 06 de novembro de 2017)

#### 8.7. Utilização do Saldo Residual

8.7.1. Considera-se saldo residual o saldo remanescente do empréstimo concedido, apurado após a conclusão e alcance do objeto contratual.

8.7.2. Caberá ao Agente Operador autorizar a utilização do saldo residual limitado a 10% do valor do investimento, mediante análise de enquadramento da proposta nas ações financiáveis do Programa e verificações de disponibilidade orçamentária.

8.7.2.1. No caso de saldos residuais superiores a 10% do valor do investimento, caberá ao Gestor da Aplicação a autorização para sua utilização.

8.7.3. O Agente Operador deverá informar ao Gestor da Aplicação sobre autorizações de utilização de saldo residual, finalização da utilização de saldo residual e cancelamento de utilização de saldo residual.

8.7.4. Aprovada a utilização do saldo residual, o Tomador tem até 12 (doze) meses para iniciar a obra, contados a partir da data de autorização para a utilização do saldo.



8.7.5. A utilização do saldo residual fica restrita a uma única solicitação.

Para viabilizar a participação do Município de Benedito Novo no Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e posterior captação, se faz necessário concretizar a sua adesão e possibilidade de contratação da operação de crédito, o que demanda autorização legislativa.

Diante desse fato submetemos a apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei, solicitando sua aprovação EM REGIME DE URGÊNCIA, por ser de interesse público.

Município de Benedito Novo, aos 12 de setembro de 2018

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo/SC

## **LEI 1.907/2018 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO**

Publicação Nº 1772570

Lei nº 1.907, de 10 de outubro de 2018

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento

DÁRIO TONOLLI, Prefeito em Exercício de Benedito Novo – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar, no orçamento geral do corrente exercício, no valor de R\$ 1.031.788,20 (um milhão e trinta e um mil e setecentos e oitenta e oito reais e vinte centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

05.001.0012.0365.0500.2505 Desenvolvimento do Ensino Infantil 3319000000000000 - Aplicações diretas	01180000	205.000,00
05.001.0012.0365.0500.2505 Desenvolvimento do Ensino Infantil 3319000000000000 - Aplicações diretas	01010000	163.000,00
05.001.0012.0361.0500.2503 Merenda Escolar do Ensino Fundamental 3319000000000000 - Aplicações diretas	01190000	15.000,00
05.001.0012.0361.0500.2503 Merenda Escolar do Ensino Fundamental 3319000000000000 - Aplicações diretas	01010000	75.000,00
05.001.0012.0122.0500.2501 Manutenção dos Serviços da Secretaria de Educação 3319000000000000 - Aplicações diretas	01010000	31.000,00
08.001.0015.0752.0800.2803 Manutenção da Rede de Iluminação Pública 3339000000000000 - Aplicações diretas	01080000	77.400,91
08.001.0015.0452.0800.2802 Atividades de Limpeza e Conservação de Vias 3319000000000000 - Aplicações diretas	01000000	25.000,00
08.001.0015.0451.0800.2801 Manutenção das Atividades do Sistema Viário 3339000000000000 - Aplicações diretas	01000000	32.387,29
07.001.0020.0608.0700.2701 Assistência ao Produtor Rural 3339000000000000 - Aplicações diretas	01000000	25.000,00
07.001.0020.0608.0700.2701 Assistência ao Produtor Rural 3319000000000000 - Aplicações diretas	03000000	82.391,42

07.001.0020.0608.0700.2701 Assistência ao Produtor Rural 331900000000000 - Aplicações diretas	01000000	57.608,58
03.001.0014.0422.0302.2308 Manutenção de Outras Esferas de Governo 331900000000000 - Aplicações diretas	01000000	36.000,00
03.001.0028.0061.0301.2305 Despesas Judiciais 333900000000000 - Aplicações diretas	01000000	60.000,00
03.001.0028.0843.0301.2303 Pagamento da Dívida Interna e Encargos 346900000000000 - Aplicações diretas	01000000	55.000,00
03.001.0028.0843.0301.2303 Pagamento da Dívida Interna e Encargos 332900000000000 - Aplicações diretas	01000000	2.000,00
03.001.0004.0122.0300.2301 Manutenção das Atividades Administrativas Financeiras 333900000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00
03.001.0004.0122.0300.2301 Manutenção das Atividades Administrativas Financeiras 331900000000000 - Aplicações diretas	01000000	15.000,00
02.001.0004.0122.0200.2201 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito 333900000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00
08.001.0015.0451.0800.1801 Abertura e Pavimentação de Ruas 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	35.000,00

Art. 2º - Para atender ao disposto no artigo anterior, ficam autorizadas as anulações das seguintes dotações:

03.001.0004.0122.0300.1301 Melhoria e Adequação das Instalações 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	15.000,00
03.003.0006.0182.0303.1302 Preservação de Encostas e Erradicação de Riscos 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	10.000,00
06.001.0027.0695.0600.1602 Construir Ampliar e Melhorar os Espaços de Turismo e Lazer 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	3.231,77
07.001.0020.0608.0700.1701 Melhorar a Patrulha Agrícola 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	108.131,76
07.001.0020.0608.0700.1701 Melhorar a Patrulha Agrícola 344900000000000 - Aplicações diretas	03000000	82.391,42
07.002.0017.0512.0701.1702 Ampliação do Tratamento do Esgotamento Sanitário 333900000000000 - Aplicações diretas	01000000	5.000,00
07.002.0017.0512.0701.1702 Ampliação do Tratamento do Esgotamento Sanitário 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	5.000,00

08.001.0015.0752.0800.1805 Ampliação e Melhorias da Rede de Iluminação Pública 344900000000000 - Aplicações diretas	01080000	77.400,91
08.001.0015.0451.0800.1806 Melhoramento da Frota de Obras e Serviços Urbanos 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	2.547,18
02.001.0004.0122.0200.2202 Manutenção das Assessorias 331900000000000 - Aplicações diretas	01000000	5.000,00
02.001.0004.0122.0200.2202 Manutenção das Assessorias 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	3.000,00
02.001.0004.0124.0200.2203 Manutenção do Controle Interno 331900000000000 - Aplicações diretas	01000000	5.000,00
02.001.0004.0124.0200.2203 Manutenção do Controle Interno 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	3.000,00
03.001.0004.0122.0300.2301 Manutenção das Atividades Administrativas Financeiras 333930000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	01000000	685,50
03.001.0009.0272.0300.2302 Encargos com Inativos 331900000000000 - Aplicações diretas	01000000	45.000,00
03.001.0006.0181.0302.2306 Manutenção do Corpo de Bombeiros 331900000000000 - Aplicações diretas	01000000	15.000,00
03.001.0006.0181.0302.2306 Manutenção do Corpo de Bombeiros 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	5.000,00
03.003.0006.0182.0303.2309 Ações da Defesa Civil 331900000000000 - Aplicações diretas	01000000	13.000,00
03.003.0006.0182.0303.2309 Ações da Defesa Civil 333900000000000 - Aplicações diretas	01000000	4.880,00
03.001.0008.0243.0304.2311 Manutenção do Conselho Tutelar 331900000000000 - Aplicações diretas	01000000	35.000,00
03.001.0008.0243.0304.2312 Manutenção do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente 333900000000000 - Aplicações diretas	01000000	2.000,00
03.001.0008.0243.0304.2312 Manutenção do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	2.000,00
04.002.0008.0244.0401.2411 Manutenção dos Serviços Assistenciais e Sociais 333710000000000 - Transferências a consórcios públicos	01000000	217,39

04.002.0008.0244.0401.2411 Manutenção dos Serviços Assistenciais e Sociais 3447100000000000 - Transferências a consórcios públicos	01000000	801,93
04.002.0008.0241.0401.2412 Atividades de Atenção à Pessoa Idosa 3449000000000000 - Aplicações diretas	01000000	2.000,00
04.002.0008.0244.0401.2413 Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social 3339000000000000 - Aplicações diretas	01000000	2.000,00
04.002.0008.0244.0401.2413 Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social 3449000000000000 - Aplicações diretas	01000000	2.000,00
05.001.0012.0367.0501.2510 Apoio a Educação Especial 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	01000000	8.000,00
05.002.0013.0392.0501.2511 Adequar e Manter o Setor de Cultura 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	01000000	9.200,00
05.002.0013.0392.0501.2511 Adequar e Manter o Setor de Cultura 3337100000000000 - Transferências a consórcios públicos	01000000	126,16
05.002.0013.0392.0501.2511 Adequar e Manter o Setor de Cultura 3449000000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00
06.001.0027.0812.0600.2601 Manter e Apoiar as Atividades de Esporte Turismo e Lazer 3317100000000000 - Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio	01000000	126,16
06.001.0027.0812.0600.2601 Manter e Apoiar as Atividades de Esporte Turismo e Lazer 3319000000000000 - Aplicações diretas	01000000	8.000,00
06.001.0027.0812.0600.2601 Manter e Apoiar as Atividades de Esporte Turismo e Lazer 3337100000000000 - Transferências a consórcios públicos	01000000	962,70
06.001.0027.0812.0600.2601 Manter e Apoiar as Atividades de Esporte Turismo e Lazer 3447100000000000 - Transferências a consórcios públicos	01000000	102,24
07.001.0020.0608.0700.2701 Assistência ao Produtor Rural 3317100000000000 - Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio	01000000	198,02
07.001.0020.0608.0700.2701 Assistência ao Produtor Rural 3337100000000000 - Transferências a consórcios públicos	01000000	576,09
07.002.0017.0452.0701.2702 Recolhimento e Destinação Final de Resíduos Sólidos 3339300000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	01000000	750,97
07.002.0017.0452.0701.2702 Recolhimento e Destinação Final de Resíduos Sólidos 3449000000000000 - Aplicações diretas	01000000	5.000,00

09.001.0004.0122.0900.2901 Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento 331900000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00
09.001.0004.0122.0900.2901 Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento 333900000000000 - Aplicações diretas	01000000	15.000,00
09.001.0004.0122.0900.2901 Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento 344900000000000 - Aplicações diretas	01000000	458,00
05.001.0012.0361.0500.1501 Construção Ampliação e Melhorias das Escolas do Ensino Fundamental 344900000000000 - Aplicações diretas	01010000	50.000,00
05.001.0012.0361.0500.2502 Desenvolvimento do Ensino Fundamental 331900000000000 - Aplicações diretas	01010000	65.000,00
05.001.0012.0361.0500.2502 Desenvolvimento do Ensino Fundamental 331900000000000 - Aplicações diretas	01180000	10.000,00
05.001.0012.0361.0500.2502 Desenvolvimento do Ensino Fundamental 333300000000000 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	01010000	5.000,00
05.001.0012.0361.0500.2502 Desenvolvimento do Ensino Fundamental 333900000000000 - Aplicações diretas	01010000	35.000,00
05.001.0012.0361.0500.2502 Desenvolvimento do Ensino Fundamental 344900000000000 - Aplicações diretas	01010000	33.000,00
05.001.0012.0365.0500.2505 Desenvolvimento do Ensino Infantil 333900000000000 - Aplicações diretas	01180000	195.000,00
05.001.0012.0365.0500.2505 Desenvolvimento do Ensino Infantil 344900000000000 - Aplicações diretas	01010000	42.000,00
05.001.0012.0365.0500.2506 Merenda Escolar do Ensino Infantil 331900000000000 - Aplicações diretas	01010000	20.000,00
05.001.0012.0365.0500.2506 Merenda Escolar do Ensino Infantil 331900000000000 - Aplicações diretas	01190000	15.000,00
05.001.0012.0365.0500.2506 Merenda Escolar do Ensino Infantil 344900000000000 - Aplicações diretas	01010000	4.000,00
05.001.0012.0365.0500.2507 Transporte Escolar do Ensino Infantil 333900000000000 - Aplicações diretas	01010000	15.000,00

Art. 3º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 10 de outubro de 2018.

DÁRIO TONOLLI

Prefeito em Exercício de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.

Benedito Novo, aos 10 de outubro de 2018.

Joice Aparecida Costa  
Auxiliar Administrativo I

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Em conformidade com o inciso VI, do art. 167 da Constituição Federal, a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Complementar n.º 101/2000 e a Lei nº 1.841/2016, seguem para apreciação desta Casa Legislativa os Projetos de Lei nº 41/2018, que Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento (Fundo Municipal de Saúde); nº42/2018, que Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento (Prefeitura), em Regime de Urgência.

A suplementação destina-se a atender despesas correntes com pagamento de salários e encargos sociais, manutenção das atividades Gabinete do Prefeito, da Secretaria de Administração e Finanças, da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social, Fundo Municipal da Saúde, Secretaria da Educação e Cultura, Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer, e Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Queremos ressaltar que quando a Administração elabora o seu orçamento nem sempre é possível prever com a total exatidão todas as ações necessárias para o fiel desempenho da gestão pública.

As alterações ora efetivadas, são com base no cumprimento da lei de Responsabilidade Fiscal e para dar continuidade no desempenho das atividades, esperamos contar com a colaboração dos Senhores Vereadores, em regime de urgência, conforme nos faculta o Art. 34 da Lei Orgânica.

Município de Benedito Novo, aos 01 de outubro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

À Vossa Excelência  
Vereador Almir Buzke  
Presidente da Câmara de Vereadores  
Benedito Novo – SC

## LEI 1.908/2018 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

Publicação Nº 1772572

Lei nº 1.908, de 10 de outubro de 2018.

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento

DÁRIO TONOLLI, Prefeito em Exercício de Benedito Novo–SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º– Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar no orçamento geral do corrente exercício, no valor de R\$ 327.800,00(trezentos e vinte e sete mil eoitocentos reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0301.0400.2406 Atividades da Farmácia Básica 3339300000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	01020000	30.000,00
04.001.0010.0302.0400.2410 Apoiar e Manter Hospitais 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	01380401	31.800,00
04.001.0010.0301.0400.2402 Atividades da Saúde.3339000000000000 - Aplicações diretas	01020000	225.000,00
04.001.0010.0301.0400.2402 Atividades da Saúde 3339300000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	01020000	15.000,00
04.001.0010.0301.0400.2402 Atividades da Saúde 3319000000000000 - Aplicações diretas	01020000	26.000,00

Art. 2º– Para atender ao disposto no artigo anterior, fica autorizada a anulação das seguintes dotações:

04.001.0010.0122.0400.2401 Manutenção dos Serviços da Secretaria da Saúde 331900000000000 - Aplicações diretas	01020000	25.000,00
04.001.0010.0301.0400.2403 Atividades de Saúde na Família 331900000000000 - Aplicações diretas	01020000	120.000,00
04.001.0010.0301.0400.2403 Atividades de Saúde na Família 344900000000000 - Aplicações diretas	01020000	5.000,00
04.001.0010.0301.0400.2404 Atividades dos Agentes Comunitários da Saúde 331900000000000 - Aplicações diretas	01020000	110.000,00
04.001.0010.0301.0400.2405 Atividades de Saúde Bucal 331900000000000 - Aplicações diretas	01020000	28.000,00
04.001.0010.0301.0400.2405 Atividades de Saúde Bucal 344900000000000 - Aplicações diretas	01020000	5.000,00
04.001.0010.0305.0400.2408 Atividades da Vigilância Epidemiológica 344900000000000 - Aplicações diretas	01020000	3.000,00
04.001.0010.0301.0400.2402 Atividades da Saúde 333930000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	01380401	31.800,00

Art. 3º— A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 10 de outubro de 2018.

DÁRIO TONOLLI

Prefeito em Exercício de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.

Benedito Novo, aos 10 de outubro de 2018.

Joice Aparecida Costa

Auxiliar Administrativo I

## LEI COMPLEMENTAR Nº 167 - ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 25, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2002 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO

Publicação Nº 1772835

Lei Complementar nº 167, de 10 de outubro de 2018.

Altera a Lei Complementar nº 25, de 04 de dezembro de 2002 - Código Tributário.

DÁRIO TONOLLI, Prefeito em Exercício de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º - A Pauta de Valores das Ruas abaixo nominadas, estabelecida pelo Parágrafo Único do Artigo 242, da Lei Complementar nº 25, de 04 de dezembro de 2002, alterado pelo Artigo 3º da Lei Complementar nº 49 de 15 de dezembro de 2006, acrescido pela Lei Complementar nº 52, de 15 de dezembro de 2006, alterado pela Lei Complementar nº 76 de 01 de dezembro de 2010, alterado pela Lei Complementar nº 197, de 20 de novembro de 2013, alterado pela Lei Complementar nº 110, de 18 de dezembro de 2013, alterado pela Lei Complementar nº 153/2017, passa a vigorar com os seguintes valores, a partir do exercício de 2019.

“Art. 242. ....

Parágrafo Único - .....

PAUTA DE VALORES



LOGRADOURO/TRECHO/SEDE	VALOR EM UFM/m2	VALOR EM UFM/m2
	Até 2018	A partir de 2019
Rua Belo Horizonte (parte pavimentada)	8,60	8,60
Rua Belo Horizonte ( parte pavimentada c/ asfalto)	7,80	12,90
Rua Belo Horizonte (parte sem pavimentação)	7,80	7,80
Rua Holanda (extensão parte pavimentada)	8,60	8,60
Rua Pedro Maus (parte c/pavimentação em asfalto-2018)	6,50	13,80
Rua Quirino Longo (parte c/ pavimentação em 2017)	8,60	12,90
Rua Quirino Longo (parte pavimentada anterior)	12,90	12,90
Rua Valeska Konell (parte pavimentada)	10,80	13,80
Rua Valeska Konel (parte não pavimentada)	10,80	10,80
Rua Santa Rosa (parte pavimentada)	11,60	12,90
Rua Santa Rosa (parte não pavimentada)	11,60	11,60
Rua Sem Denominação nº 5 (Beco Zarling)	0,00	12,90

.....”

Art. 2º - Fica revogado o Inciso XIII, do Parágrafo Único, do Art. 252, da Lei Complementar nº 25, de 04 de dezembro de 2002.

“ .....

Art. 252. O Imposto é devido quando os bens transmitidos, ou sobre os quais versarem os direitos cedidos, se situarem no território do Município, ainda que a mutação patrimonial decorra de contrato celebrado fora do Município.

Parágrafo único. Estão compreendidos na incidência do imposto:

I –

II

....

XIII – Revogado.

.....”

Art. 3º - Fica acrescido o Inciso VI ao Art. 254, da Lei Complementar nº 25, de 04 de dezembro de 2002.

“ .....

Art. 254. O imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos no artigo 251, quando:

I –

....

VI – a aquisição por usucapião.

.....”

Art. 4º - O §1º do Art. 256 da Lei Complementar nº 25, de 04 de dezembro de 2002, alterado pela Lei Complementar nº 153, de 11 de outubro de 2017, que Institui o Código Tributário do Município de Benedito Novo, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ .....

Art. 256. ....

§1º. A avaliação dos imóveis rurais será feita com base na tabela abaixo:

TAMANHO DA PROPRIEDADE	VALOR EM UFM/m2 Anterior	VALOR EM UFM/m2Atual
Áreas com até 50.000,00 m2	0,15	0,30
Área de 50.000,01 m2 até 100.000,00 m2	0,14	0,28
Área de 100.000,01 m2 até 150.000,00 m2	0,13	0,26
Área de 150.000,01 m2 até 200.000,00 m2	0,12	0,24
Área acima de 200.000,01 m2	0,11	0,22

§2º .....”

Art. 5º - Fica revogado o inciso II, do §4º, do Art. 256, da Lei Complementar nº 25, de 04 de dezembro de 2002, alterado pela Lei Complementar nº 153, de 11 de outubro de 2017, que Institui o Código Tributário do Município de Benedito Novo.

“Art. 256 .....

§1º .....

.....

§4º - Nos casos abaixo especificados, a base de cálculo, será:

I – .....

II – Revogado  
..... ”

Art. 6º - O Item 7 do §1º, do Artigo 349 da Lei Complementar nº 25, de 04 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 349. A base de cálculo da taxa será determinada em função do custo da respectiva atividade pública específica:

§ 1º. A referida taxa será cobrada conforme a tabela abaixo:

	TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES	
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UFM
.....	.....	.....
7	Fornecimento de diretrizes para loteamento: - Por metro quadrado Estudos e consultas de viabilidade para edificações, pontes, silos e obras de saneamento: - por metro quadrado	0,01  0, 10
.....	.....	.....

..... ”

Art. 7º - Os Itens 2 e 12 do Artigo 361 da Lei Complementar nº 25, de 04 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação, acrescidos os itens 13 e 14:

“Art. 361. Os Serviços Públicos não compulsórios de Expediente compreendem toda e qualquer prestação dos serviços administrativos, prestados pelo Município, relacionados na tabela abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UFM
.....	.....	.....
2	Certidão de despachos, pareceres, informações e demais atos discriminativos.	10,00
.....	.....	.....
12	Quaisquer outros serviços quando solicitados por conveniência ou interesse do requerente	10,00
13	Inscrição no Cadastro Econômico	7,00
14	Baixa no Cadastro Econômico	7,00

..... ”

Art. 8º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do ano de 2019, respeitado o prazo nonagesimal de que trata o Art. 150, inciso III, alínea “c”, da Constituição Federal, revogadas as disposições em contrário e em especial as que sofreram alterações.

Município de Benedito Novo, aos 10 de outubro de 2018.

DÁRIO TONOLLI

Prefeito em Exercício de Benedito Novo

Esta Lei Complementar foi publicada pela forma regulamentar.

Benedito Novo, aos 10 de outubro de 2018.

Joice Aparecida Costa  
Auxiliar Administrativo I

Exposição de Motivos

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Com a autorização desta Casa Legislativa, visamos alterar a Lei Complementar nº 25, de 04 de dezembro de 2002 e suas alterações, que Institui o Código Tributário do Município de Benedito Novo, adequando alguns artigos conforme alterações trazidas pela legislação federal e outras necessárias para sua atualização e operacionalização.

Em algumas ruas foram executados serviços de melhoramento da sua infra-estrutura, com a implantação do calçamento e drenagem pluvial, que agregam consequentemente a valorização dos imóveis. E, conforme resultado de comissão específica designada para este fim, faz-se necessário proceder à alteração na pauta de valores, para implementação da cobrança do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

Também propomos adequação na referida Lei Complementar sobre a aquisição da propriedade por usucapião, que não pode haver imposto de transmissão quando se tratar de aquisição originária e não onerosa, sendo que o Município somente tem competência para legislar sobre

o imposto quando a operação se der a título oneroso.

À Vossa Excelência  
Vereador Almir Butzke  
Presidente da Câmara de Vereadores  
Benedito Novo - SC

Em relação à alteração do §1º do Art. 256, foram revistos os valores dos imóveis rurais para a instituição do ITBI, sendo que a atual tabela dispõe de valores insignificantes de arrecadação, sendo que no ano de 2017 foi revisto o valor dos imóveis urbanos. O ITBI é um dos mais importantes tributos na arrecadação municipal e compete ao Município a sua fixação.

Algumas taxas também foram revistas e criadas, que apresentam um custo administrativo, e tem como fator gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização de um serviço público específico, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro das contas públicas, pois servem para remunerar os dispêndios com deslocamento de servidor para averiguação e fiscalização, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Portanto, estamos submetendo aos Senhores Vereadores o Projeto de Lei Complementar nº 37/2018, e solicitamos sua aprovação por ser de relevante interesse público, colocando-nos a disposição, para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Município de Benedito Novo, aos 04 de setembro de 2018.  
JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### RESOLUÇÃO Nº. 05/2018

Publicação Nº 1772634

RESOLUÇÃO Nº. 05/2018  
Concede licença a vereadora  
Marlei Adriana Beyer Floriani.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores do Município de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 16, inciso V da Lei Orgânica do Município e artigo 7, inciso V, artigo 92, inciso III do Regimento Interno:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de interesse particular, a Vereadora Marlei Adriana Beyer Floriani, pelo período de 01/10/2018 à 31/10/2018.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de 01 de outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos 26 de setembro de 2018.  
Almir Butzke  
Presidente da Câmara

Marlei Adriana Beyer Floriani  
Primeira Secretária

Wilmar Meyer  
Segundo Secretário

**Biguaçu****PREFEITURA****DECRETO N° 212/2018**

Publicação N° 1773039

DECRETO N° 212/2018 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.  
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2018.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3797/2017,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 22.700,00 (Vinte e dois mil e setecentos reais) por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários, na dotação abaixo relacionada:

**08. SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA**

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0801.04.129.0002.2011	Manutenção da Secretaria de Receita	22.700,00
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	22.700,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de outubro de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg. publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Diretoria Executiva de Legislação

e Expediente

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL N° 032/2018**

Publicação N° 1772784

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL N° 032/2018**

CONTRIBUINTE:	MARCOS IRAN MACHADO NUNES		
ENDEREÇO:	DESCONHECIDO		
Inscrição no CMC:	412325	CPF/CNPJ:	055.453.150-04
Processo Fiscal:	8455/2016	IF/AI/NL:	NL N° 103/2018

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55 da LC 03/2007, que em 38/01/2016 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento 8455/2016 de Habite-se, sujeito à Taxa de Vistoria de Habite-se de uma edificação do tipo Galpão com 565,83m2, o qual não obteve aprovação, e já está concluída. O art. 112 do Código Tributário Municipal estabelece que: "Art 112 - A apresentação de projetos e execução de obras de construção, reconstrução, acréscimo e reformas de prédios, muros, tapumes e calçadas, de projetos de loteamento, desmembramento, amembramento e condomínios, para análise e aprovação e também a realização de vistorias e análise para concessão de habite-se, será precedida do pagamento da Taxa de Licença." Contudo, o setor responsável pela referida análise, não encaminhou o processo à Gerencia de Fiscalização Tributária, responsável pelo cálculo do tributo. Agora, tendo conhecimento do fato gerador da obrigação tributária, realizamos o lançamento retroativo ao exercício de 2016, nos valores aplicados na época. Fundamentação legal para exigência do Tributo: Art. 113 da LC 003/2007. Sobre o valor dos tributos incidem: Multa de 36% pelo não recolhimento, conforme o art 347 da LC 003/2007 (percentual aplicável na época do fato gerador -atualmente é de 50%); Juros de 1% ao mês a partir da data do vencimento da obrigação, com base no art. 352 da LC 003/2007; Correção Monetária com base nos arts. 350 e 351 da LC 00/2007.

## Informações:

- a. Base legal do montante devido: LC 03/2007 art. 112 e 113.
- b. Montante: Art. 55, I e III da LC 03/2007
- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007
- d. Juros: Art. 352 da LC 03/2007
- e. Multa: Art. 77, II da LC 03/2007

## Montante Devido:

Tributo: R\$ 1.609,23  
Atualização monetária: R\$ 92,42  
Multa de fiscalização: R\$ 612,59  
Juros: R\$ 408,4  
Valor total: R\$ 2.722,64

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 09 de outubro de 2018.

Thiago Nahas  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 8960

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 033/2018**

Publicação Nº 1772786

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 033/2018

CONTRIBUINTE:	MARCOS IRAN MACHADO NUNES		
ENDEREÇO:	DESCONHECIDO		
Inscrição no CMC:	196215	CPF/CNPJ:	345.041.849-15
Processo Fiscal:	100/2015	IF/AI/NL:	NL Nº 109/2018

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55 da LC 03/2007, que em 07/02/2015 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento 100/2015 de Habite-se, sujeito à Taxa de Vistoria de Habite-se de uma edificação com 242,95m<sup>2</sup>, o qual não obteve aprovação, e já está concluída. O art. 112 do Código Tributário Municipal estabelece que: "Art 112 - A apresentação de projetos e execução de obras de construção, reconstrução, acréscimo e reformas de prédios, muros, tapumes e calçadas, de projetos de loteamento, desmembramento, amembramento e condomínios, para análise e aprovação e também a realização de vistorias e análise para concessão de habite-se, será precedida do pagamento da Taxa de Licença." Contudo, o setor responsável pela referida análise, não encaminhou o processo à Gerencia de Fiscalização Tributária, responsável pelo cálculo do tributo. Agora, tendo conhecimento do fato gerador da obrigação tributária, realizamos o lançamento retroativo ao exercício de 2015, nos valores aplicados na época. Fundamentação legal para exigência do Tributo: Art. 113 da LC 003/2007. Sobre o valor dos tributos incidem: Multa de 36% pelo não recolhimento, conforme o art 347 da LC 003/2007 (percentual aplicável na época do fato gerador -atualmente é de 50%); Juros de 1% ao mês a partir da data do vencimento da obrigação, com base no art. 352 da LC 003/2007; Correção Monetária com base nos arts. 350 e 351 da LC 00/2007.

## Informações:

- a. Base legal do montante devido: LC 03/2007 art. 112 e 113.
- b. Montante: Art. 55, I e III da LC 03/2007
- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007
- d. Juros: Art. 352 da LC 03/2007
- e. Multa: Art. 77, II da LC 03/2007

## Montante Devido:

Tributo: R\$ 717,86  
Atualização monetária: R\$ 165,91  
Multa de fiscalização: R\$ 318,16  
Juros: R\$ 388,86

Valor total: R\$ 1590,79

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 09 de outubro de 2018.

Thiago Nahas  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 8960

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 034/2018

Publicação Nº 1772787

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 034/2018

CONTRIBUINTE:	MAIRA ZANOTTI		
ENDEREÇO:	DESCONHECIDO		
Inscrição no CMC:	570834	CPF/CNPJ:	036.391.709-89
Processo Fiscal:	6335/2014	IF/AI/NL:	NL Nº 107/2018

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55 da LC 03/2007, que em 07/02/2015 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento 6335/2014 de Habite-se, sujeito à Taxa de Vistoria de Habite-se de uma edificação com 280,35 m2, o qual não obteve aprovação. O art. 112 do Código Tributário Municipal estabelece que: "Art 112 - A apresentação de projetos e execução de obras de construção, reconstrução, acréscimo e reformas de prédios, muros, tapumes e calçadas, de projetos de loteamento, desmembramento, amembramento e condomínios, para análise e aprovação e também a realização de vistorias e análise para concessão de habite-se, será precedida do pagamento da Taxa de Licença." Contudo, o setor responsável pela referida análise, não encaminhou o processo à Gerencia de Fiscalização Tributária, responsável pelo cálculo do tributo. Agora, tendo conhecimento do fato gerador da obrigação tributária, realizamos o lançamento retroativo ao exercício de 2014, nos valores aplicados na época. Fundamentação legal para exigência do Tributo: Art. 113 da LC 003/2007. Sobre o valor dos tributos incidem: Multa de 36% pelo não recolhimento, conforme o art 347 da LC 003/2007 (percentual aplicável na época do fato gerador -atualmente é de 50%); Juros de 1% ao mês a partir da data do vencimento da obrigação, com base no art. 352 da LC 003/2007; Correção Monetária com base nos arts. 350 e 351 da LC 00/2007.

#### Informações:

- Base legal do montante devido: LC 03/2007 art. 112 e 113.
- Montante: Art. 55, I e III da LC 03/2007
- Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007
- Juros: Art. 352 da LC 03/2007
- Multa: Art. 77, II da LC 03/2007

#### Montante Devido:

Tributo: R\$ 780,23  
Atualização monetária: R\$ 216,17  
Multa de fiscalização: R\$ 358,70  
Juros: R\$ 498,20  
Valor total: R\$ 1.853,30

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 09 de outubro de 2018.

Thiago Nahas  
FISCAL DE TRIBUTOS  
Matrícula nº 8960

**EDITAL SMR/SEPLAN Nº 01/2018**

Publicação Nº 1772789

**EDITAL SMR/SEPLAN Nº 01/2018**

As Secretarias Municipais da Receita e de Planejamento e Gestão Participativa, situadas na Rua Lúcio Born, nº 12, Centro, Biguaçu/SC, de acordo com a Legislação Tributária e de Posturas vigentes, faz saber, a quem interessar possa, que estará recebendo as inscrições para a exploração de locais para comercialização de produtos relacionados à data de finados, conforme especificado no presente edital.

**01. OBJETO**

O presente Edital tem por objeto a demarcação dos pontos pré-estabelecidos pelo município de Biguaçu, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, para a exploração de comércio ambulante em geral no Cemitério Municipal São João Evangelista, em 2018, durante o período de finados.

**02. DOS LOCAIS PRÉ-ESTABELECIDOS**

Os locais e os números disponíveis de pontos para a exploração da presente modalidade, no Cemitério Municipal São João Evangelista, estão definidos no anexo I deste edital;

**03. DA INSCRIÇÃO, DO PRAZO E DA DOCUMENTAÇÃO.**

3.1. Serão consideradas habilitadas todas as pessoas físicas (brasileiros, estrangeiros naturalizados ou portadores de vistos válidos de permanência no país) capazes, que deverão protocolizar requerimento específico no Centro de Atendimento ao Cidadão – Pró-Cidadão, situado no endereço supramencionado, para a modalidade escolhida, mediante recolhimento de taxa no valor de R\$ 12,94 (doze reais e noventa e quatro centavos), no período compreendido do dia 15/10/18 a 19/10/18 das 13h às 19 h;

3.2. Será aceita somente 01 (uma) inscrição para cada requerente ou cônjuge, tendo caráter personalíssimo e intransferível.

3.3. Serão admitidas inscrições mediante procurações específicas;

3.4. No ato da inscrição, o requerente ou seu procurador deverá juntar, sob pena de indeferimento de ofício, a seguinte documentação:

- a) requerimento específico devidamente preenchido e assinado;
- b) cópia dos documentos pessoais do requerente (RG e CPF);
- c) cópia do comprovante de residência;
- d) cópia do(s) alvará(s) da mesma modalidade de anos anteriores;
- e) certidão negativa municipal;
- f) título de eleitor.

3.5. Todos os documentos deverão estar acompanhados pelos originais para conferência e autenticação.

**04. PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO**

4.1. A classificação ocorrerá de acordo com a pontuação alcançada entre os requerentes inscritos no presente Edital, dando direito de escolha ao ponto a ser explorado conforme Anexo I;

4.2. A pontuação será atribuída da seguinte maneira: 30 (trinta) pontos para moradores do município; 10 (dez) pontos para moradores de outros municípios; 10 (dez) pontos para contribuintes em dia com a Fazenda Pública Municipal; 05 (cinco) pontos para os que possuem débito com a Fazenda Pública Municipal; 10 (dez) pontos para cada alvará de anos anteriores; 10(dez) pontos para eleitores do Município de Biguaçu.

4.3. Em caso de empate na classificação, serão atribuídos 05 (cinco) pontos para cada item na seguinte ordem: a) morador do município; b) contribuinte em dia com a Fazenda Pública Municipal; c) Alvará de anos anteriores.

**05. DO RESULTADO**

5.1. O resultado será composto por duas etapas;

5.2. A primeira, divulgada no dia 22/10/2017, a partir das 14 horas, no mural da Prefeitura Municipal de Biguaçu, bem como no site ([www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)). A divulgação consistirá na relação dos aprovados por ordem de pontuação e que deverão comparecer no dia 24/10/2017, na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situado no endereço já mencionado, às 16 horas, para escolha do local pré-estabelecido;

5.3. Os classificados que não comparecerem no local, data e horário aqui determinados perderão o direito de escolha;

5.4. Terminada a chamada nominal dos pré-classificados, e restando vagas a serem preenchidas, retornar-se-á a chamar os classificados que estavam ausentes no início da escolha, obedecendo a nominata em ordem de classificação;

5.5. A segunda etapa consistirá na divulgação final dos selecionados, bem como o local escolhido, a partir do dia 25/10/17, às 16 horas, no



mural da Prefeitura Municipal de Biguaçu, bem como no seu site;

5.6 Todos os classificados terão do dia 26/10/17 a 29/10/17, no horário compreendido das 13h às 19h, PARA RETIRAR, no Centro de Atendimento ao Cidadão – Pró-Cidadão de Biguaçu, no atendimento Tributário, os boletos bancários referentes à Taxa de Licença Ambulante ou de Caráter Eventual – TLAA, e procederem a quitação até o dia 30/10/17, impreterivelmente, dos seguintes valores:

- Alimentos (bebidas não alcoólicas, água, refrigerante, salgados, pipoca e caldo de cana) – R\$ 54,05 (cinquenta e quatro reais e cinco centavos)
- Flores – R\$ 72,06 (setenta e dois reais e seis centavos)
- Outras atividades (velas, fósforos) – R\$ 90,08 (noventa reais e oito centavos).

#### 06. DAS OBRIGAÇÕES DOS PROPONENTES VENCEDORES

6.1 Todos os proponentes vencedores, além das obrigações anteriores contidas neste Edital, deverão ainda: a) manter a área em torno de seu ponto de venda em permanente estado de asseio e limpeza, utilizando cesto de lixo e sacos para armazenamento dos detritos oriundos de sua atividade; b) manter os carrinhos e as instalações utilizadas para a exploração das atividades em perfeito estado de conservação e higiene; c) obedecerem expressamente os horários de funcionamento expresso no Alvará de Licença (07h às 20 h); d) não alterar o local de instalação onde foi autorizado a funcionar, sob pena de perda da Licença; e) remover, ao final de cada dia, todo o material utilizado para a exploração de sua atividade, tais como carrinho, barraca e outros; f) não locar e nem sublocar, nem tão pouco transferir o ponto a qual obteve a Licença.

#### 07. DAS DISPOSIÇÕES EM GERAL

7.1 Os comércios de característica sazonais, decorrentes da adjudicação dos proponentes vendedores terão validade do dia 29/10/2018 a 04/11/2018, as quais ficarão sujeitas a Fiscalização de qualquer nível;

7.2. Todo e qualquer cidadão que se julgue prejudicado terá o direito de recurso, dirigido ao Secretário da Receita, pelo prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a divulgação dos resultados expressos no item 05 do presente edital;

7.3 O recurso deverá ser redigido de forma clara e precisa informando os fundamentos de suas alegações, que será julgado em único grau;

7.4. No prazo que julgar necessário, será procedida fiscalização do local autorizado pela municipalidade, que, encontrando qualquer irregularidade, fará cessar a Licença concedida; 7.5 O classificado terá que retirar no Centro de Atendimento da Secretaria da Receita, no endereço acima identificado, após o recolhimento, o respectivo Alvará de Funcionamento.

7.6. Cada proponente classificado poderá operar o respectivo ponto com 02 (dois) atendentes, devidamente identificados.

7.7. Ficam impedidos de participarem do processo de inscrição os contribuintes que mantém débito com município na mesma modalidade requerida em anos anteriores, ou que por qualquer motivo de desacordo e/ou tiveram suas Licenças cassadas. O presente Edital será publicado na forma da Lei, bem como divulgado na página da internet da Prefeitura Municipal de Biguaçu ([www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)).

Biguaçu, 11 de outubro de 2018.

JOÃO LUIZ LUZ	MATHEUS HOFFMANN MACHADO
Secretário Municipal da Receita	Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Participativa

ANEXO I  
COMÉRCIO AMBULANTE – FINADOS 2017  
CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO JOÃO EVANGELISTA

#### EXTRATO DA ATA 158 DO PROC. 191/2018

Publicação Nº 1772448

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 158 DO PP 191/2018 PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS, SUCÇÃO E TRANSPORTE DE DEJETOS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO. PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

VENCEDOR: MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MOVEIS LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 166.300,00

VIGÊNCIA: 10/10/2018 A 10/10/2019

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU,

www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 15 DE OUTUBRO DE 2018  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO DAS ATAS 42,43,44,45 DO PROC. 37/2018**

Publicação Nº 1772692

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2018 DO Pregão Eletrônico 37/2018 FMS.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDIMENTO DE PROCESSOS JUDICIAIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
VENCEDOR: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.  
VALOR TOTAL: R\$ 7.909,58 (sete mil, novecentos e nove reais e cinquenta e oito centavos)  
VIGÊNCIA: 11/10/2018 A 11/10/2019.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2018 DO Pregão Eletrônico 37/2018 FMS.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDIMENTO DE PROCESSOS JUDICIAIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
VENCEDOR: FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA  
VALOR TOTAL: R\$ 782,00 (setecentos e oitenta e dois reais)  
VIGÊNCIA: 11/10/2018 A 11/10/2019.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2018 DO PREGÃO ELETRÔNICO 37/2018 FMS.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDIMENTO DE PROCESSOS JUDICIAIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
VENCEDOR: ICOFA IND. E COM. DE FRALDA E ABSORVENTES LTDA EPP  
VALOR TOTAL: R\$2.232,75 (dois mil, duzentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos)  
VIGÊNCIA: 11/10/2018 A 11/10/2019.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2018 DO PREGÃO ELETRÔNICO 37/2018 FMS.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDIMENTO DE PROCESSOS JUDICIAIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
VENCEDOR: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP  
VALOR TOTAL: R\$25.159,50 (vinte e cinco mil, cento e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos)  
VIGÊNCIA: 11/10/2018 A 11/10/2019.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU,  
www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 15 de outubro de 2018  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1 E 2 DO PP 248/2017 PMB.**

Publicação Nº 1772666

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1 e 2 DO PP 248/2017 PMB.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL "A GRANEL" ATRAVÉS DE TANQUE AÉREO PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.  
VENCEDOR: DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA  
DIESEL S-10 = R\$ 3,49  
VENCEDOR: WALENDOWSKI DIST. DE COMBUSTIVEL LTDA.  
GASOLINA COMUM: R\$ 4,09  
VIGÊNCIA: ATÉ 16/01/2019.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br  
Biguaçu, 11 de maio de 2018.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 2060/2018**

Publicação Nº 1772137

PORTARIA Nº 2060/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ALINE RODRIGUES PEREIRA DE ALMEIDA, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10664/2018 em anexo no período de 18/09/2018 a 20/09/2018 e 27/09/2018 a 28/09/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2061/2018**

Publicação Nº 1772140

PORTARIA Nº 2061/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LUCIA TOLEDO DE AZEVEDO, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10524/2018 em anexo no período de 18/09/2018 a 21/09/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2062/2018**

Publicação Nº 1772142

PORTARIA Nº 2062/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), DAIANE LUIZ ANTUNES, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10548/2018 em anexo no período de 26/09/2018 a 30/09/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2063/2018**

Publicação Nº 1772143

PORTARIA Nº 2063/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), GISELE APARECIDA ORTIZ PRADO, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8927/2018 em anexo no período de 20/08/2018 a 23/08/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2064/2018**

Publicação Nº 1772145

PORTARIA Nº 2064/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), DAGMAR PEREIRA, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10639/2018 em anexo no período de 27/09/2018 a 03/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2065/2018**

Publicação Nº 1772146

PORTARIA Nº 2065/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANGELICA AMARAL DO NASCIMENTO SCHIFLER, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10847/2018 em anexo no período de 05/10/2018 a 09/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2066/2018**

Publicação Nº 1772147

PORTARIA Nº 2066/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), EVALDO FURTADO PINHEIRO, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10820/2018 em anexo no período de 27/09/2018 a 28/09/2018 e 02/10/2018 a 04/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2067/2018**

Publicação Nº 1772148

PORTARIA Nº 2067/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARTA ZIMMERMANN WEBER, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10602/2018 em anexo no período de 20/09/2018 a 04/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2068/2018**

Publicação Nº 1772149

PORTARIA Nº 2068/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), NEIDE TERESINHA REGIS, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10544/2018 em anexo no período de 27/09/2018 a 26/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2069/2018**

Publicação Nº 1772150

PORTARIA Nº 2069/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANDRESSA CRISTINA ALVES TAVARES, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV MERENDEIRA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10591/2018 em anexo no período de 01/10/2018 a 07/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2070/2018**

Publicação Nº 1772152

PORTARIA Nº 2070/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CHIARA LEMOS MONTEIRO CARVALHO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10201/2018 em anexo no período de 18/09/2018 a 17/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2071/2018**

Publicação Nº 1772154

PORTARIA Nº 2071/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), VALMOR GARCIA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10729/2018 em anexo no período de 09/10/2018 a 03/02/2019.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2072/2018**

Publicação Nº 1772157

PORTARIA Nº 2072/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), SORAYA DERNER BECKHAUSER ALMEIDA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERIAS IV MERENDEIRA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10859/2018 em anexo no período de 25/09/2018 a 24/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2073/2018**

Publicação Nº 1772160

PORTARIA Nº 2073/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), NICOLLE SOARES BRASIL, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10637/2018 em anexo no período de 09/09/2018 a 10/09/2018, 30/09/2018 a 02/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2074/2018**

Publicação Nº 1772162

PORTARIA Nº 2074/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANDREA CRISTINA RIBEIRO PINTO, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10837/2018 em anexo no período de 03/10/2018 a 01/11/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2075/2018**

Publicação Nº 1772163

PORTARIA Nº 2075/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), IARA MARIA CORDOVA MELEGARI, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10895/2018 em anexo no período de 08/10/2018 a 06/11/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2076/2018**

Publicação Nº 1772167

PORTARIA Nº 2076/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARIANA ESTER BORGES COSTA, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10845/2018 em anexo no período de 03/10/2018 a 04/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2077/2018**

Publicação Nº 1772171

PORTARIA Nº 2077/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ALEXANDRA DE CARVALHO DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10647/2018 em anexo no período de 02/10/2018 a 01/11/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2078/2018**

Publicação Nº 1772172

PORTARIA Nº 2078/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CLAUDIO EUGENIO LUIZ, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10564/2018 em anexo no período de 27/09/2018 a 03/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2079/2018**

Publicação Nº 1772174

PORTARIA Nº 2079/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CHAIANY AMABILE MARTINS IGNACIO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10704/2018 em anexo no período de 01/10/2018 a 31/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 2080/2018**

Publicação Nº 1772178

PORTARIA Nº 2080/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), THIAGO FERREIRA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 9768/2018 e 9909/2018 em anexo no período de 10/09/2018 a 11/09/2018 e 12/09/2018 a 25/09/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2081/2018**

Publicação Nº 1772181

PORTARIA Nº 2081/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LUCIENE MACHADO PACHECO, ocupante do cargo efetivo de ODONTÓLOGO – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8646/2018 e 10593/2018 em anexo no período de 13/08/2018 a 17/08/2018 e 28/09/2018 a 12/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2082/2018**

Publicação Nº 1772183

PORTARIA Nº 2082/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), SOLANGE GOULART DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10364/2018 em anexo no período de 25/09/2018 a 24/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2083/2018**

Publicação Nº 1772184

PORTARIA Nº 2083/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JORED REIS, ocupante do cargo efetivo de ESCRITURÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10570/2018 em anexo no período de 02/10/2018 a 30/11/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2084/2018**

Publicação Nº 1772187

PORTARIA Nº 2084/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MOZART GONÇALVES JUNIOR, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10484/2018 em anexo no período de 20/09/2018 a 21/09/2018 e 26/09/2018 a 27/09/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2085/2018**

Publicação Nº 1772190

PORTARIA Nº 2085/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANA CRISTINA DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10557/2018 em anexo no período de 28/09/2018 a 05/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2086/2018**

Publicação Nº 1772191

PORTARIA Nº 2086/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), FABIANA DE MORAIS, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10520/2018 em anexo no período de 22/09/2018 a 26/09/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2087/2018**

Publicação Nº 1772193

PORTARIA Nº 2087/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ROSECLEIA MEURER SILVEIRA, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 9759/2018 em anexo no período de 09/07/2018 a 15/09/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2088/2018**

Publicação Nº 1772196

PORTARIA nº 2088 de 10 de outubro 2018

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Marina Moresco Gomes Mendes, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 991-1, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, com jornada fixada em 30 horas semanais pelo art. 32 da LC 33/2010, na Secretaria Municipal da Receita.

§ 1º O(a) Servidor(a) continuará exercendo as atividades inerentes ao ser cargo, com uma redução de jornada de 30 para 20 horas semanais.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 10/10/2018 a 04/04/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 10/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2089/2018**

Publicação Nº 1772198

PORTARIA Nº 2089/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARIANA ESTER BORGES COSTA, ocupante do Cargo efetivo de ENFERMEIRO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Processo nº 10298/2018 e 10402/2018 no período de 19/09/2018 a 21/09/2018 e 25/09/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2090/2018**

Publicação Nº 1772200

PORTARIA nº 2090 de 10 de outubro de 2018

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Magali Mery de Oliveira, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7607, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades no Centro de Especialidades Odontológico, desempenhando as atividades de:

- atendimento telefônico;
- recepção de pacientes;
- prestação de informações ao público;
- uso do computador para anotação de dados em prontuário eletrônico;
- agendamento de consultas;
- dentre outras funções relacionadas aos serviços de recepção.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 30/09/2018 a 27/03/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/09/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2091/2018**

Publicação Nº 1772202

PORTARIA nº 2091 de 10 de outubro de 2018

Concede Readaptação ao (a) servidor (a), e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao (a) servidor (a) Edson Amaral, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito (a) na matrícula funcional nº 9621, ocupante do cargo efetivo de Motorista III (D- Ônibus, Utilitários e Ambulância), na Secretaria Municipal de Obras.

§ 1º O (a) Servidor (a) desenvolverá suas atividades na Secretaria Municipal de Obras, desempenhando a seguinte função:

I – Recebimento e conferência de mercadorias;

II – Controle da saída de mercadorias;

§ 2º O(a) Servidor(a) exercerá as atividades, com a redução de jornada para 20 horas semanais.

§ 3º O período de manutenção da readaptação é de 04/10/2018 a 31/03/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2092/2018**

Publicação Nº 1772204

PORTARIA nº 2092 de 10 de outubro de 2018

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Francisco Januário Machado, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7941, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, desempenhando as funções inerentes ao cargo de Vigia.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 30/09/2018 a 23/03/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/09/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2093/2018**

Publicação Nº 1772206

PORTARIA nº 2093 de 10 de outubro de 2018

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Maria das Graças dos Santos Borges, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 8112, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, desempenhando as seguintes funções:

I – Recebimento e conferência de alimentos e produtos de limpeza que chegam na instituição de ensino;

II – Controle de estoque no depósito de produtos alimentícios;

III – Auxiliar na confecção de murais decorativos da instituição;

IV – Auxiliar no projeto refeitório.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 23/09/2018 a 17/03/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/09/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2094/2018**

Publicação Nº 1772208

PORTARIA nº 2094 de 10 de outubro de 2018

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Catarina Olindina dos Santos, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 8394, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, desempenhando as seguintes funções:

I – Receber correspondências;

II – Desenvolver atividades correlatas ao cargo de Recepcionista.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 26/09/2018 a 20/03/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/09/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2095/2018**

Publicação Nº 1772210

PORTARIA nº 2095 de 10 de outubro de 2018

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Zilda Regina da Silva, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 8868, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades no Centro de Educação Infantil Municipal Dona Virgínia, desempenhando as seguintes funções:

I – Receber e conferir alimentos e produtos de limpeza;

II – Controlar o estoque de produtos de limpeza;

III – Ajudar na confecção de mirais decorativos;

IV – Auxiliar na direção e controle da APP quando necessário;

V – Exercer as funções inerentes ao cargo de Telefonista.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 05/10/2018 a 30/03/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2096/2018**

Publicação Nº 1772212

PORTARIA nº 2096 de 10 de outubro de 2018

Aplica a penalidade disciplinar de advertência a servidor público municipal.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 205 inciso II, alínea B da Lei Complementar nº 53/2012.

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve orienta-se sempre pelos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da eficiência e da responsabilidade;

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar por meio do Processo nº 5289/2018;

CONSIDERANDO o que estabelece a Lei Complementar nº 53/2012, em seu artigo 189, Inciso I, artigo 191 e artigo 205, Inciso II alínea B

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar a penalidade disciplinar de ADVERTÊNCIA ao servidor FELIPHE FERNANDO EUFRÁSIO, matrícula nº 7944, ocupante do cargo efetivo de VIGIA, lotado na Secretaria Municipal da Educação, por infração ao Estatuto dos Servidores Públicos, no artigo 176, inciso I, IV e XI e art. 177 incisos I e XIX, Lei Complementar nº 53/2012, na forma devidamente apurada por Comissão Permanente de Processo

Administrativo Disciplinar e Sindicância.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

KATIA ROUSSENQ BICHELS  
Secretária Municipal da Educação

## **PORTARIA Nº 2097/2018**

Publicação Nº 1772267

PORTARIA nº 2097 de 10 de outubro de 2018

Exonera servidor efetivo de Função de Confiança, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) KAROLINA POLUCENIO, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO II, da Função de Confiança de GERENTE DE ENFERMAGEM, da Secretaria Municipal de Saúde a partir de 01/10/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 01/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 2098/2018**

Publicação Nº 1772268

PORTARIA nº 2098 de 10 de outubro de 2018

Exonera servidor efetivo de Função de Confiança, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) PATRÍCIA MOREIRA HOFFMANN MARTINS, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, da Função de Confiança de GERENTE DE SERVIÇOS HOSPITALARES, da Secretaria Municipal de Saúde a partir de 01/10/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 01/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 2099/2018**

Publicação Nº 1772269

PORTARIA nº 2099 de 10 de outubro de 2018

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) KAROLINA POLUCENIO, detentor do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO II, para exercer a Função e Confiança de DIRETOR DE ATENÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO PERMANENTE, na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 01/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 2100/2018**

Publicação Nº 1772271

PORTARIA nº 2100 de 10 de outubro de 2018

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) PATRICIA MOREIRA HOFFMANN MARTINS, detentor do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para exercer a Função e Confiança de GERENTE DE ENFERMAGEM, na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 01/10/2018.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 2101/2018**

Publicação Nº 1772415

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 2101 de 10 de outubro de 2018.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) MARIA ISABEL ROBERTO, detentor(a) da matrícula 332-1 e do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) MARIA ISABEL ROBERTO, detentor(a) da matrícula 332-1 e do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00027/05-6, da qual se extraiu o período de 01(um) ano, 02(dois) meses e 14(quatorze) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

## **PORTARIA Nº 2102/2018**

Publicação Nº 1772416

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 2102 de 10 de outubro de 2018.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) DENISE MARIA FARIA SIQUEIRA, detentor(a) da matrícula 13951-1 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR I 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,



**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) DENISE MARIA FARIA SIQUEIRA, detentor(a) da matrícula 13951-1 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR I 30HS EDUCAÇÃO INFANTIL da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00032/18-1, da qual se extraiu o período de 03(três) anos, 09(nove) meses e 29(vinte nove) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 10 de outubro de 2018.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**ERRATA DA PORTARIA DE FÉRIAS Nº136/2018**

Publicação Nº 1772544

**PORTARIA Nº 136/2018**

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao servidor, GUSTAVO FELIPE BORBA DE AMORIM, ocupante do cargo efetivo de Técnico Audiovisual, de 22 (vinte e dois) dias. Início dia 05/10/2018 e término 26/10/2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018 e 2018/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos são retroativos a 05 de outubro de 2018.

Biguaçu/SC, 09 de outubro de 2018.

Vereador Marconi Kirch  
Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 19/2018**

Publicação Nº 1772969

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19/2018**

**DISPÕE SOBRE LICENÇA DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS SEM VENCIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Autor: Mesa Diretora

Art. 1º - Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a conceder ao vereador Douglas Borba, licença sem vencimentos de suas atividades legislativas pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 15 de outubro de 2018, para assuntos pessoais.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir de 15 de outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 09 de outubro de 2018.

Marconi Kirch Ricardo Mauri da Silva  
Presidente 1ª Secretário

Manoel Airton Pereira      Adriano Luiz Vicente  
Vice-Presidente              2º Secretário

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.952/2018

Publicação Nº 1772904

DECRETO Nº 11.952, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU - SETERB.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.540, de 15 de dezembro de 2017,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no valor de R\$ 100.000,00(cent mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

33 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU - SETERB

3303 – Diretoria de Transito

Atividade 33.03.06.125.0079.2217 – Manut. Ativ. Transito

Modalidade 3.3.90 (22) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0212.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto, correrá por conta da redução da dotação orçamentária abaixo discriminada:

33 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU - SETERB

3303 – Diretoria de Transito

Atividade 33.03.06.125.0079.2217 – Manut. Ativ. Transito

Modalidade 4.4.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0212.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 22.240/2018

Publicação Nº 1772905

PORTARIA Nº 22.240, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

EXONERA FABIO LUIS MASSANEIRO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE RECURSOS HUMANOS, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 47 da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR, em 10 de outubro de 2018:

FABIO LUIS MASSANEIRO, ocupante do cargo provimento em comissão de Gerente de Recursos Humanos, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, nomeado pela Portaria nº 21.730, de 10/04/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 22.242/2018**

Publicação Nº 1772906

PORTARIA Nº 22.242, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA JAÍNE EUGÊNIA PAZETTO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE RECURSOS HUMANOS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 47, da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR, no dia 11 de outubro de 2018:

JAÍNE EUGÊNIA PAZETTO, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente Recursos Humanos, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 22.246/2018**

Publicação Nº 1772907

PORTARIA Nº 22.246, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

EXONERA GUILHERME GIACOMOZZI DA SILVA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE ORIENTAÇÃO AO CONSUMIDOR, NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, com fundamento base no art. 46, "I", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e a Lei Complementar nº 701, de 29 de janeiro de 2009 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR, em 11 de outubro de 2018:

GUILHERME GIACOMOZZI DA SILVA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Orientação ao Consumidor, símbolo CC-4, lotado na Procuradoria Geral do Município, nomeado pela Portaria nº 21.894, de 05 de junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 22.247/2018**

Publicação Nº 1772908

PORTARIA Nº 22.247, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA RAIKO FEUERSCHUETTE SCHMIDT PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE ORIENTAÇÃO AO CONSUMIDOR, NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 701, de 29/01/2009 e no Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 15 de outubro de 2018:

RAIKO FEUERSCHUETTE SCHMIDT, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor de Orientação ao Consumidor, símbolo CC-4, na Procuradoria Geral do Município – PROGEM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 22.248/2018**

Publicação Nº 1772909

PORTARIA Nº 22.248, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPENSA CLEYTON LUIS GRIESHABER DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA - SEGEFI.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017, e em atenção ao Memorando SEDEAD nº 648/2018, de 03/10/2018, resolve:

DISPENSAR, a contar de 10 de outubro de 2018, a função gratificada de confiança de Chefe do Setor de Contabilidade Geral do Município – FGC de 100%, do servidor público municipal CLEYTON LUIS GRIESHABER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, na Secretaria Municipal de Gestão Financeira - SEGEFI, concedida pela Portaria nº 20.701, de 05/04/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 22.249/2018**

Publicação Nº 1772910

PORTARIA Nº 22.249, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPENSA GLEICIANE BASTOS VALENTE DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE – SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017, e em atenção ao Memorando SEDEAD nº 646/2018, de 03/10/2018, resolve:

DISPENSAR, a contar de 09 de setembro de 2018, a função gratificada de confiança de Assessor de Gestão em Saúde – FGC de 50%, da servidora pública municipal GLEICIANE BASTOS VALENTE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, concedida pela Portaria nº 20.917, de 31/05/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 22.250/2018**

Publicação Nº 1772912

PORTARIA Nº 22.250, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

DESIGNA GLEICIANE BASTOS VALENTE PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, de conformidade com o art. 42 da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017, e o Memorando SEDEAD nº 645/2018, de 03 de outubro de 2018, resolve:

DESIGNAR, a contar de 10 de setembro de 2018, a servidora pública municipal GLEICIANE BASTOS VALENTE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Contratos - FGC-60%, naquela Secretaria, estabelecida no Anexo XXI, da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 22.251/2018**

Publicação Nº 1772914

PORTARIA Nº 22.251, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 47, da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e alterações posteriores,

e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR, no dia 11 de outubro de 2018:

SANDRA MARIA FRANCISCA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED;

MAURO TESSARI, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED;

JEFFERSON SANTOS RIBEIRO, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de outubro de 2018.  
MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

### **HOMOLOGAÇÃO CONVITE Nº 01-006/2018**

Publicação Nº 1772919

Convite nº 006/2018 - Contratação de empresa para serviços de readequação de drenagem na Rua Barbacena, bairro Garcia, conforme especificações constantes neste edital - SEURB. Contratada: CELEIRO DA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA, no valor total de R\$ 70.035,11 (setenta mil trinta e cinco reais e onze centavos).

### **HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 02-017/2018**

Publicação Nº 1772921

Tomada de Preços nº 017-18 - Escolha da melhor proposta à obtenção da concessão administrativa remunerada de uso de bem público, por ato unilateral, a título precatório e remunerado de imóvel pertencente ao patrimônio do Município localizado na Rua Albert Stein, Bairro: Velha – Blumenau/SC, contendo a área total de 170m<sup>2</sup>, integrante do complexo "Parque Ramiro Ruediger", para exploração comercial de serviços de bar e restaurante com destaque para culinária alemã, choperia, bem como para a exploração como espaço de apresentações artísticas - PROEB. Contratada: BLU LANCHES EIRELI – EPP, no valor mensal de R\$9.008,00 (nove mil e oito reais) e valor anual de R\$108.099,00 (cento e oito mil e noventa e nove reais).

### **EXTRATO CONTRATO Nº 0498699 - DV 69 - FINISA**

Publicação Nº 1772922

EXTRATO – CONTRATO DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO – FINISA – SETOR PÚBLICO – APOIO FINANCEIRO PARA DESPESA DE CAPITAL – CONTRATO Nº. 0498.699 – DVº: 69

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

OBJETO: DESPESAS DE CAPITAL

FUNDAMENTO LEGAL: Ofício nº. 1099/2018/COPEM/SURIN/STN-DF; Lei Autorizadora de nº. 8.607, de 10 de julho de 2018, alterada pela Lei nº. 8.619, de 23 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial dos Município de Santa Catarina – DOM/SC em 24/08/2018;

VALOR: R\$ 56.500.000,00 (cinquenta e seis milhões e quinhentos mil reais), desembolsados de forma bimestral, a partir do mês de novembro de 2018, no valor de R\$ 5.650.000,00 (cinco milhões, seiscentos e cinquenta mil reais).

DATA: 31 de agosto 2018.

### **PORTARIA SEMUDES Nº 003/2018**

Publicação Nº 1772937

PORTARIA SEMUDES Nº 003/2018

CONSTITUI COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO PARA COMPOSIÇÃO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO, PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA O BANCO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS CUSTEADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA.

OSCAR GUILHERME GROTMANN FILHO, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria GAPREF nº 20.432, de 13 de fevereiro de 2017, e o artigo 75, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, CONSIDERANDO a entrada em vigor da Lei Federal nº 13.019/2014, que dispõe sobre as parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil; CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº. 11.235/2017, que regulamenta no âmbito do Município a aplicação da Lei Federal nº. 13.019/2014; CONSIDERANDO o Ofício CMDCA nº. 118/2018 o qual indica conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Constituir, Comissão de Seleção e Julgamento, para composição de edital de chamamento público para seleção de propostas para o banco de projetos das organizações da sociedade civil, para financiamento de projetos custeados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, composta pelos seguintes membros:

VANESSA RAQUEL CARDOSO, Conselheira Municipal, representante governamental no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

MARCOS ANTONIO SCHMITT, Conselheiro Municipal, representante governamental no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CLAUDIA REGINA SCHORR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, no setor de Convênios e Prestação de Contas na Diretoria Administrativo Financeira, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

CRISTIANE BARCELOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, no setor de Controle de Fundos Municipais na Diretoria Administrativa Financeira, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

fernanda tessorolo espidola, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, na Gerência de Apoio ao Gabinete, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 12 de junho de 2018.

Blumenau/SC, 11 de Outubro de 2018.

OSCAR GUILHERME GROTMANN FILHO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

**PORTARIA Nº 6.802/2018 - ISSBLU**

Publicação Nº 1772942

PORTARIA N.º 6802/2018

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PETRA GEORGETTE TINTI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,**

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 99, 109, anexo I, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, artigo 1.º, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 119, de 31 de maio de 1996, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, à

PETRA GEORGETTE TINTI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 10.053,84 (Dez mil, cinquenta e três reais e oitenta e quatro centavos), a contar de 1º de outubro de 2018, conforme Processo n.º 04424/07/2018.

Blumenau, 24 de setembro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente



**PORTARIA N° 6803/2018 - ISSBLU**

Publicação N° 1772946

PORTARIA N.º 6803/2018

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RAINILDA STEIN BAUMGARTEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 99, 109, anexo I, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

RAINILDA STEIN BAUMGARTEL, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 5.618,04 (Cinco mil, seiscentos e dezoito reais e quatro centavos), a partir de 1º de outubro de 2018, conforme Processo n.º 04722/09/2018.

Blumenau, 24 de setembro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA N° 6804/2018 - ISSBLU**

Publicação N° 1772947

PORTARIA N.º 6804/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ZILDA RODRIGUES ROECKER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ZILDA RODRIGUES ROECKER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo n.º 20021010.1.00161/15-6, em 19/10/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Barbi & Barbi Panificação, Confeitaria e Salgados Ltda.	15/01/1985 a 31/01/1985
Sociedade Divina Providência	01/07/1985 a 03/03/1986
Prefeitura Municipal de Blumenau	26/06/1987 a 14/10/1987
Companhia Brasileira de Distribuição	17/11/1987 a 26/10/1988
COOPER Cooperativa de Consumo dos Empregados da Artex S.A.	12/11/1988 a 01/02/1991

Totaliza o tempo de 1528 (mil, quinhentos e vinte e oito) dias, correspondente a 4 (quatro) anos, 2 (dois) meses, e 8 (oito) dias, conforme Processo n.º 04777/09/2018.

Blumenau, 24 de setembro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA N° 6805/2018 - ISSBLU**

Publicação N° 1772949

PORTARIA N.º 6805/2018

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLENI TERESINHA PIVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,



De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, à

MARLENI TERESINHA PIVA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Municipal de Gestão Financeira, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais R\$ 2.715,29 (Dois mil, setecentos e quinze reais e vinte e nove centavos), a partir de 4 de outubro de 2018, conforme Processo n.º 04523/08/2018.

Blumenau, 25 de setembro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## **PORTARIA N° 6806/2018 - ISSBLU**

Publicação N° 1772950

PORTARIA N.º 6806/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANGELICA MARIA BACHMANN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ANGELICA MARIA BACHMANN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auditor Fiscal Tributário, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Financeira, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo n.º 20021060.1.00047/18-3, em 24/05/2018, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Kuala S.A.	28/09/1981 a 03/11/1981
Escopo Contabilidade Ltda.	24/02/1986 a 08/05/1989
Caixa Econômica Federal	10/05/1989 a 27/10/2003

Totaliza o tempo de 6484 (seis mil, quatrocentos e oitenta e quatro) dias, correspondente a 17 (dezessete) anos, 9 (nove) meses, e 9 (nove) dias, conforme Processo n.º 04797/09/2018.

Blumenau, 26 de setembro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## **PORTARIA N° 6807/2018 - ISSBLU**

Publicação N° 1772951

PORTARIA N.º 6807/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSANA ANDRADE REBELO BOEHME.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ROSANA ANDRADE REBELO BOEHME, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão N° 1159/2018, de 27/08/2018, expedida pelo IPREV-Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, nos períodos de 01/03/1981 a 30/04/1981, 01/03/1982 a 30/04/1983, e 01/05/1985 e 13/12/1985, totalizando 732 (setecentos e trinta e dois) dias, correspondente a 2 (dois) anos, e 2 (dois) dias, conforme Processo n.º 04764/09/2018.

Blumenau, 26 de setembro de 2018.

ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6808/2018 - ISSBLU**

Publicação Nº 1772952

PORTARIA N.º 6808/2018  
CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À LURDIMAR SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA,

De acordo com os artigos 17, §§ 1º, e 4º, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, e artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

LURDIMAR SILVA, cônjuge de MARCOS RIVAIL DA SILVA, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Professor, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 18 de setembro de 2018, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 14.214,33 (Quatorze mil, duzentos e quatorze reais e trinta e três centavos), a contar da data do óbito, conforme Processo nº 04781/09/2018. Blumenau, 26 de setembro de 2018.

ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6809/2018 - ISSBLU**

Publicação Nº 1772953

PORTARIA N.º 6809/2018  
CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CELSO NUNES DE OLIVEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso VII, anexo VII, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2.º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 2, de 11 de junho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar nº 1, de 4 de junho de 1990, artigo 63, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a

CELSO NUNES DE OLIVEIRA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado no SA-MAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.314,82 (Quatro mil, trezentos e catorze reais e oitenta e dois centavos), a partir de 01 de outubro de 2018, conforme Processo n.º 04630/08/2018.

Blumenau, 27 de setembro de 2018.

ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6817/2018 - ISSBLU**

Publicação Nº 1772956

PORTARIA N.º 6817/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GILSON GONÇALVES CÂNDIDO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de GILSON GONÇALVES CÂNDIDO, servidor público municipal, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de

Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão Nº 02/2011, de 21/01/2011, expedida pela Marinha do Brasil – Comando do 5º Distrito Naval, no período de 28/01/1979 a 26/03/1980, totalizando 423 (quatrocentos e vinte e três) dias, correspondente a 1 (um) ano, 1 (um) mês, e 28 (vinte e oito) dias, conforme Processo n.º 9410/10/2018.

Blumenau, 3 de outubro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 6818/2018 - ISSBLU**

Publicação Nº 1772958

PORTARIA N.º 6818/2018

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ISRAEL MELO ALENCAR.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso VII, anexo VII, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

ISRAEL MELO ALENCAR, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda, lotado no SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.310,15 (Dois mil, trezentos e dez reais e quinze centavos), a partir de 17 de outubro de 2018, conforme Processo n.º 04829/10/2018.

Blumenau, 4 de outubro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 6819/2018 - ISSBLU**

Publicação Nº 1772960

PORTARIA N.º 6819/2018

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À ONÉLIA BERLIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA,

De acordo com os artigos 17, §§ 1º, e 4º, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, e artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ONÉLIA BERLIN, cônjuge de MIGUEL BERLIN, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Zelador, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 28 de setembro de 2018, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 1.055,24 (Mil, cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), a contar da data do óbito, conforme Processo n.º 09438/10/2018.

Blumenau, 04 de outubro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 6820/2018 - ISSBLU**

Publicação Nº 1772962

PORTARIA N.º 6820/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA REGINA MUELLER CESÁRIO PEREIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA REGINA MUELLER CESÁRIO PEREIRA, servidora pública municipal, aposentada no cargo de provimento efetivo de Psicólogo, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021050.1.00161/10-5, em 23/11/2010, prestado como Contribuinte Individual, nos períodos de 01/01/1986 a 31/03/1996, e 01/04/2003 a 31/10/2010, totalizando 6505 (seis mil, quinhentos e cinco) dias, correspondente a 17 (dezessete) anos, e 10 (dez) meses, conforme Processo n.º 04682/09/2018.

Blumenau, 3 de outubro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## EXTRATO Nº 605/2018 - FURB

Publicação Nº 1772964

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 605/2018

Dispensa de Licitação nº. 464/2018

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, inciso IV da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 540/2018/PROGEF e demais alterações, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO DENOMINADO "ESPECTROFOTÔMETRO" EM USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA POLICLÍNICA UNIVERSITÁRIA JUNTO AO COMPLEXO DE SAÚDE - CAMPUS V. Contratada: CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP. Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 24, Inciso IV, da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 540/2018/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 25(vinte e oito) dias após a entrega do material e da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 2.210,00 (dois mil duzentos e dez reais)/ 01.33.10.302.0078.2033 (Hospital Universitário e Ambulatório)/ 3.3.90 (Outras Despesas Correntes)/ 3.3.90.39.17.03 (Manutenção de Máquinas e Equipamentos Diversos).

Blumenau, 11 de outubro de 2018.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

## EXTRATO Nº 606/2018 - FURB

Publicação Nº 1772965

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 606/2018

Inexigibilidade de Licitação nº. 466/2018

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Dispensou por Inexigibilidade o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, inciso I da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 538/2018/PROGEF e demais alterações, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL (PERFÍS DE ALUMÍNIO) PARA USO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA QUÍMICA DA UNIVERSIDADE. Contratada: SYSMEC SISTEMAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP. Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/1993 e Parecer Jurídico nº 538/2018/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 28(vinte e oito) dias a contar do recebimento do material e NF. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 1.363,17 (um mil trezentos e sessenta e três reais e dezessete centavos) / 01.19.12.364.0076.2019 (Centro de Ciências Tecnológicas)/ 3.3.90. (Outras Despesas Correntes)/ 3.3.90.30.35 (Material Laboratorial).

Blumenau, 11 de outubro de 2018.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

**EXTRATO Nº 604/2018 - FURB**

Publicação Nº 1772971

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 604/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

SERRALHERIA E FUNILARIA HEGEN LTDA

OBJETO: Aquisição de escadas metálicas, com sondagem, elaboração de projeto executivo, confecção e execução, para os Campus I da FURB

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 395/2018 e Contrato nº 278/2018 firmado em 11 de setembro de 2018.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o valor constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	38853	1	Conjunto	Escada metálica de emergência para o Bloco A do Campus 1 com 4,00 metros de altura e 2,45 metros de largura - entre níveis 0,00m e 4,00m - com piso antiderrapante, degraus e espelho, corrimão, guarda-corpo, etc - galvanizada à fogo, com fornecimento de mão-de-obra e material, contemplando SONDAGEM, PROJETO E EXECUÇÃO DE FUNDAÇÕES E DA ESTRUTURA PRINCIPAL E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO COMPLETA, conforme projeto. Referência: normas da ABNT, NSCI de Santa Catarina e demais pertinentes. COM GARANTIA DE 5 ANOS E COM ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) DE PROJETO E EXECUÇÃO. Verificar informações complementares no Termo de Referência.	59.868,10	59.868,10
2	39331	1	Despesa	PAGAMENTO DE DESPESAS COM MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA INSTALAÇÃO DAS ESCADAS METÁLICAS – BLOCO A – CAMPUS 1	3.150,95	3.150,95
3	38854	1	Conjunto	Escada metálica de emergência para o Bloco D do Campus 1 com 4,00 metros de altura e 1,90 metros de largura - entre níveis 4,00m e 8,00m - com piso antiderrapante, degraus e espelho, corrimão, guarda-corpo, etc - galvanizada à fogo, com fornecimento de mão-de-obra e material, contemplando SONDAGEM, PROJETO E EXECUÇÃO DE FUNDAÇÕES E DA ESTRUTURA PRINCIPAL E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO COMPLETA, conforme projeto. Referência: normas da ABNT, NSCI de Santa Catarina e demais pertinentes. COM GARANTIA DE 5 ANOS E COM ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) DE PROJETO E EXECUÇÃO. Verificar informações complementares no Termo de Referência.	39.236,34	39.236,34
4	39331	1	Despesa	PAGAMENTO DE DESPESAS COM MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA INSTALAÇÃO DAS ESCADAS METÁLICAS – BLOCO D – CAMPUS 1	2.065,07	2.065,07
5	38855	1	Conjunto	Escada metálica de emergência para o Bloco H do Campus 1 com 4,20 metros de altura e 1,60 metros de largura - entre níveis - 0,26m e +3,96m - com piso antiderrapante, degraus e espelho, corrimão, guarda-corpo, etc - galvanizada à fogo, com fornecimento de mão-de-obra e material, contemplando SONDAGEM, PROJETO E EXECUÇÃO DE FUNDAÇÕES E DA ESTRUTURA PRINCIPAL E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO COMPLETA, conforme projeto. Referência: normas da ABNT, NSCI de Santa Catarina e demais pertinentes. COM GARANTIA DE 5 ANOS E COM ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) DE PROJETO E EXECUÇÃO. Verificar informações complementares no Termo de Referência.	32.681,16	32.681,16
6	39331	1	Despesa	PAGAMENTO DE DESPESAS COM MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA INSTALAÇÃO DAS ESCADAS METÁLICAS – BLOCO H – CAMPUS 1	1.720,06	1.720,06

7	38858	1	Conjunto	Escada metálica de emergência para o Bloco V do Campus 1 com 4,00 metros de altura e 2,45 metro de largura - entre níveis 0,00m e 4,00m - com piso antiderrapante, degraus e espelho, corrimão, guarda-corpo, etc - galvanizada à fogo, com fornecimento de mão-de-obra e material, contemplando SONDAGEM, PROJETO E EXECUÇÃO DE FUNDAÇÕES E DA ESTRUTURA PRINCIPAL E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO COMPLETA, conforme projeto. Referência: normas da ABNT, NSCI de Santa Catarina e demais pertinentes. COM GARANTIA DE 5 ANOS E COM ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) DE PROJETO E EXECUÇÃO. Verificar informações complementares no Termo de Referência.	60.114,39	60.114,39
8	39331	1	Despesa	PAGAMENTO DE DESPESAS COM MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA INSTALAÇÃO DAS ESCADAS METÁLICAS – BLOCO V – CAM-PLUS 1	3.163,91	3.163,91
Preço Global (em reais)				202.000,00		
Preço Global (em reais, por extenso)				Duzentos e dois mil reais		

24.1. PAGAMENTO: O pagamento será realizado da seguinte forma:

- a) 15% (dez por cento), na conclusão da execução do estaqueamento / blocos de fundação (previsto para entre 30 (trinta) dias consecutivos após aprovação dos projetos executivos) e aprovação do(s) gestor(es) do contrato.
- b) 35% (vinte por cento) na entrega das peças galvanizadas na obra (previsto para 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos após aprovação dos projetos executivos) e aprovação do(s) gestor(es) do contrato;
- c) 40% (vinte por cento), na conclusão da montagem na obra (execução total das estruturas e complementos das escadas, prevista para 90 (noventa) dias consecutivos após a aprovação dos projetos executivos) após o recebimento provisório, dependendo da avaliação do(s) gestor(es) do contrato sobre o grau de execução da obra.
- d) 10% (quinze por cento), para 15 (quinze) dias após recebimento definitivo e aprovação do(s) gestor(es) do contrato.

Cronograma físico-financeiro para elaboração dos projetos e execução das escadas a partir da aprovação dos projetos executivos - por escada					
Item	Serviço	30 (trinta) dias	45 (quarenta e cinco) dias	90 (noventa) dias	120 (cento e vinte) dias
1	Execução do estaqueamento/blocos de fundação	15%			
2	Entrega das peças galvanizadas na obra		35%		
3	Conclusão da montagem na obra, após o recebimento provisório			40%	
4	15 dias após o recebimento definitivo				10%

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O contrato gerado em decorrência deste Edital terá vigência contada a partir da data de assinatura do instrumento contratual, com encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 11/10/2018



# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 24/2018

Publicação Nº 1772719

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 24/2018  
PARA OS APROVADOS NO EDITAL Nº 001/2018 DE CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Serginho Rodrigues de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Edital nº 001/2018 de Concurso Público, realizado no dia 04 de Março de 2018, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração/Setor de Recursos Humanos, na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, nº 68, centro, Bom Jardim da Serra – SC, no período de 12/10/2018 a 10/11/2018, das 12h30 às 18h30, a fim de apresentar os documentos abaixo descritos.

Os candidatos aprovados no Concurso Público do Edital nº 001/2018, quando da sua convocação, terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a publicação no site da Prefeitura Municipal, para apresentar todos os documentos exigidos e descritos no ato da convocação, conforme item 17.11 do Edital nº 001/2018.

O Convocado que não apresentar a documentação exigida, não comprovar os requisitos para investidura do cargo ou não pedir prorrogação de posse, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso, conforme item 17.16 do Edital nº 001/2018.

Relação dos Convocados:

Cargo: Médico Clínico Geral

Nome	Nº Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Nicolas Caetano Simon	880172	15/04/1993	9º

Relação de Documentos para Admissão:

- I – CPF;
- II – Identidade;
- III – Título de Eleitor;
- IV – Comprovação da quitação eleitoral;
- V- Carteira de Trabalho;
- VI – Número do PIS/PASEP;
- VII – Carteira de Reservista (Homens);
- VIII – Comprovação da Habilitação Exigida (Diploma e Histórico);
- IX- Carteira de registro do Órgão de Classe (conforme sua formação);
- X – Atestado Médico Admissional (médico Trabalhista);
- XI – 1 foto 3x4;
- XII – Comprovação de dependentes;
- XIII – Comprovação de Estado Civil;
- XIV – Certidão Cível e Criminal (Estadual e Federal);
- XV – Carteira de motorista (cargos onde for necessário)
- XVI – Grupo sanguíneo;
- XVII – Comprovação da não acumulação de cargos;
- XVIII – Número de conta corrente;
- XIX – Comprovante de Endereço; e
- XX – Declaração de Bens.

Bom Jardim da Serra – SC, 11 de outubro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL



**PR 31/2018 DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÕES**

Publicação Nº 1772306

PROCESSO 59/2018

PR 31/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA E EVENTUAL DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

A pregoeira no uso de seus atribuições legais vem por meio deste MANIFESTAR em relação aos e-mail's recebidos de licitacao@tropico.com.br e marcia.caloi@wlux.com.br que considerando:

O parecer jurídico do assessor jurídico desta municipalidade;

A previsão editalícia item 3, 3.1 e 3.2;

Resolve, acolher o parecer jurídico no que pese "Edital é claro no que tange à forma de protocolo, de acordo com o item 3.2. Admitir qualquer forma contrária, ao nosso entender, equivaleria a flexibilizar qualquer norma contida no Edital. Analogicamente, o acesso à justiça, princípio constitucional, também contém regras formais de protocolo, não admitindo via e-mail."

Deste modo, o meio eletrônico não é o adequado para as referidas impugnações, de acordo com as normas contidas no Edital, entendemos que os recursos não devem ser admitidos.

Bom Jardim da Serra, 11 de outubro de 2018.

SABRINA DE ASSUNÇÃO PADILHA

PREGOEIRA

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA 11/2018**

Publicação Nº 1772714

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CNPJ: 73.590.937/0001-38

Rua Prudente Luiz Vieira, 104 Fone: (49)3232-0288

CEP: 88.640-000 - camaravereadoresbjs@gmail.com

PORTARIA Nº 08/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, Luiz Carlos Seminotti, no uso de suas atribuições, nos termos do Requerimento Conjunto 04/2018 votado e aprovado em Sessão Ordinária do dia 06/08/2018.

RESOLVE:

NOMEAR PARA COMISSÃO TEMPORÁRIA ESPECIAL, os vereadores João Cristiano Pereira Rodrigues, Presidente, Ademir Nunes de Jesus, Vice-Presidente e Marinalda de Fátima Pereira, Relatora, para: "Estudar, organizar, acompanhar e atualizar em sua totalidade o Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal."

Predita Comissão terá prazo de funcionamento de 180 dias, podendo ser prorrogada nos termos do Art. 73 do Regimento Interno.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições legais em contrário.

Bom Jardim da Serra, 08 de agosto de 2018.

Luiz Carlos Seminotti

Presidente

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 1.120/2018

Publicação Nº 1772169

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.120/2018, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono, promulgo a seguinte Lei:

#### TÍTULO I

Das Atividades da Administração Municipal

#### Capítulo Único

Dos Princípios Norteadores e dos Instrumentos de Ação Administrativa

Art. 1º. As atividades do Governo Municipal abrangem os seguintes princípios:

- I - planejamento;
- II - execução;
- III - coordenação.

Parágrafo Único. São instrumentos de realização destas atividades:

- I - controle;
- II - delegação de competências ou de atribuições;
- III - descentralização.

#### Seção I

Do Planejamento

Art. 2º. O Governo Municipal adotará o planejamento como instrumento de ação para o desenvolvimento físico-territorial, econômico, social e cultural da comunidade, bem como para a aplicação dos recursos humanos, materiais e financeiros da Prefeitura Municipal.

§ 1º. O planejamento compreenderá a elaboração e manutenção atualizada dos seguintes instrumentos básicos:

- I - Plano Plurianual;
- II - Diretrizes Orçamentárias;
- III - Orçamentos Anuais;
- IV - Plano Diretor de Desenvolvimento;
- V - Programa Anual de Trabalho.

§ 2º. A elaboração e execução do planejamento municipal deverá guardar inteira consonância com os planos e programas da União e do Estado.

§ 3º. O Governo Municipal estabelecerá, na elaboração e execução de seus programas o critério de prioridade, segundo a essencialidade da obra ou serviço e do atendimento do interesse coletivo.

#### Seção II

Da Execução

Art. 3º. Os atos de execução, singulares ou coletivos, obedecerão aos preceitos legais e as normas regulamentares, observados os critérios de organização, racionalização e produtividade.

Parágrafo Único: Os servidores de execução são obrigados a respeitar, na resolução de todo e qualquer caso e no desempenho de suas competências, os princípios, critérios, normas e programas estabelecidos pelos órgãos de direção a quem estiverem subordinados, vinculados ou supervisionados.

#### Seção III

## Da Coordenação

Art. 4º. As atividades da administração municipal, especialmente, a execução de planos e programas de governo serão de permanente coordenação.

Art. 5º. A coordenação será exercida em todos os níveis da administração, mediante atuação das chefias individuais, realização sistemática de reuniões com a participação das chefias subordinadas e a instituição e funcionamento de comissões em cada nível administrativo.

## Seção IV

### Do Controle

Art. 6º. O controle das atividades da administração municipal deve ser exercido em todos os órgãos e em todos os níveis, compreendendo:

I - o controle, pela chefia competente, da execução dos planos e dos programas e da observância das normas que governam a atividade específica do órgão controlado;

II - o controle da aplicação dos dinheiros públicos e da guarda dos bens do Município pelos órgãos de administração financeira e patrimonial.

## Seção V

### Da Delegação de Competência ou Atribuições

Art. 7º. A delegação de competência ou de atribuições será utilizada como instrumento de desconcentração administrativa, objetivando assegurar maior rapidez às decisões, situando-se na proximidade dos órgãos, fatos ou pessoas a atender.

Art. 8º. É facultado ao Chefe do Poder Executivo delegar competências ou atribuições a órgãos, dirigentes ou servidores subordinados, para a prática de atos administrativos.

Parágrafo Único. O ato de delegação indicará com precisão o órgão ou autoridade delegante, órgão ou autoridade delegada e as competências ou as atribuições objeto da delegação.

## Seção VI

### Da Descentralização

Art. 9º. A execução das atividades da administração municipal deverá ser, tanto quanto possível, descentralizada.

Art. 10. O governo municipal recorrerá, para a execução de obras e serviços, sempre que admissível e aconselhável, mediante contrato, concessão, permissão ou convênio, a órgãos ou entidades do setor público estadual ou às pessoas ou entidades do setor privado, de forma a alcançar melhor rendimento, evitando novos encargos permanentes e a aplicação desnecessária do quadro de servidores.

## TÍTULO II

### Da Estrutura Organizacional

Art. 11. A estrutura organizacional básica do Governo Municipal de Bom Jesus Do Oeste compõe se dos seguintes órgãos:

I - Órgão de Assistência e Assessoramento Direto ao Prefeito Municipal:

- . Gabinete do Prefeito
- . Assessoria Jurídica

II - Órgão de Atividade Meio:

- . Secretaria Municipal da Administração e Fazenda;
- . Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento da Indústria e Comércio.

III - Órgãos de Atividades Finalísticas:

- . Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- . Secretaria Municipal de Saúde;
- . Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem;
- . Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;
- . Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente;
- . Secretaria Municipal de Assistência Social.

## TÍTULO III

### Das Competências dos Órgãos

#### Capítulo I

Do Órgão de Assistência e Assessoramento Direto ao Prefeito Municipal

## Seção I

### Do Gabinete do Prefeito

Art.12. Ao Gabinete do Prefeito Municipal compete:

- I- prestar assistência ao Prefeito nos assuntos de natureza administrativa, técnica, comunicação, e de representação política e social;
- II - promover serviços de recepção, registro, guarda, controle dos documentos e processos do Gabinete, bem como serviços de datilografia, digitação, reprografia;
- III – administração geral do Gabinete do Prefeito Municipal;
- IV - coordenar a elaboração do Plano Geral do Governo, inclusive acompanhar a execução do plano de desenvolvimento;
- V - coordenar a elaboração do plano plurianual, bem como do orçamento anual;
- VI - coordenar as atividades de programação e acompanhamento orçamentário e avaliação dos resultados das Secretarias;
- VII – desenvolvimento, coordenação e execução de atividades relativas aos serviços de imprensa, de relações públicas e de campanhas institucionais no âmbito da Prefeitura Municipal;
- VIII – transmissão e controle das orientações e instruções do Prefeito Municipal;
- XIV – expedição e publicação dos atos editados pelo Prefeito Municipal.

Art. 13. Ao Assessor Jurídico compete:

- I – prestará serviços de ordem jurídica, administrativa e legal, determinados pelo Prefeito Municipal;
- II – representar e assistir, quando determinado pelo Prefeito e lhe Outorgado tal Mandato por Procuração, e tão somente para aquele ato, representando o Município em juízo e fora dele, nas questões jurídico-legais;
- III – emitir pareceres sobre matéria de interesse do Município quando requisitadas;
- VI – desincumbir-se de outras tarefas lhe forem cometidas por ato expresso do Prefeito Municipal;

## Seção II

### Do Gabinete do Vice – Prefeito Municipal

Art. 14. O vice–Prefeito Municipal, além das atribuições legais e de substituir o Chefe do Poder Executivo em seus impedimentos, auxiliará o Prefeito Municipal quando convocado para o desempenho de atribuições especiais.

## Capítulo II

### Do Órgão de Atividades Meio

## Seção I

### Da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

Art. 15. À Secretaria Municipal da Administração compete desenvolver atividades relacionadas com:

- I – políticas e planos para modernização da administração pública municipal e racionalização das despesas públicas;
- II - administração e legislação de pessoal;
- III – administração de materiais, compreendendo os procedimentos de aquisição, guarda e distribuição de materiais permanentes e de consumo;
- IV – administração patrimonial, compreendendo patrimônio mobiliário e imobiliário;
- V - transportes internos
- VI – administração de serviços gerais, compreendendo guarda e manutenção dos prédios públicos;
- VII - serviços públicos de concessão, permissão e autorização;
- VIII - licitação e contratos
- IX – programação de pagamentos da despesa e dívidas públicas e recebimentos das receitas municipais;
- X – elaboração dos demonstrativos financeiros determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal e atendimento de outras normas de prestação de contas;
- XI – estabelecimento de políticas e planos de tributação, arrecadação e fiscalização de tributos municipais;
- XII - programar, orientar, organizar, coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas à administração financeira, contábil, orçamentária, patrimonial, auditoria, e em especial o Plano Plurianual, a lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento anual;
- XIII - administração tributária
- XIV- guarda e conservação de documentos;
- XV - organizar e coordenar o controle interno.

## Seção II

### Da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento da Indústria e Comércio

Art. 16. Da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento da Indústria e Comércio, compete desenvolver atividades relacionadas ao Planejamento e ao Desenvolvimento da Indústria e do Comércio assim organizada:

§ 1º. Das atividades e competências relacionadas ao Departamento do Planejamento:

- I – coordenar a elaboração de projetos referentes à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, o Plano Plurianual – PPA; a Lei Orçamentária Anual – LOA e as respectivas alterações;
- II – acompanhamento da execução do Plano Plurianual – PPA e da Lei Orçamentária Anual - LOA
- III – acompanhamento de relatórios e demonstrativos vinculados à Lei de Responsabilidade Fiscal e atendimento de outras normas de prestação de contas;
- IV – Elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano do Município, compreendendo:
  - a) definição das funções e papéis das áreas urbanas
  - b) indicação das áreas de expansão urbana e localização das redes de serviços;
  - c) programas de investimento para o desenvolvimento urbano;
  - d) leis e regulamentos sobre zoneamento urbano, loteamentos, edificações e posturas urbanas;
- V – atualização e modernização de métodos e técnicas administrativas;
- VI – coordenação e acompanhamento dos projetos desenvolvidos pelas secretarias municipais;
- VIII – controle e avaliação do desempenho das unidades de natureza finalísticas do município;
- IX – promoção de pesquisas, levantamento, coleta, processamento e tratamento de dados estatísticos relativos ao Município;
- X – apoio técnico em geral ao Gabinete do Prefeito Municipal, pertinente às funções de planejamento, orçamento, controle e avaliação.
- XI - coordenar a elaboração de projetos, visando a captação de recursos para o desenvolvimento de ações das Secretarias;

§ 2º. Das atividades e competências relacionadas ao Departamento Desenvolvimento da Indústria e do Comércio:

- I – planejar e organizar o desenvolvimento da indústria, comércio e serviços do município;
- II – incentivar e apoiar a instalação, ampliação e modernização de indústrias, comércio e serviços no Município;
- III – estimular e apoiar a pequena e média empresa;
- IV – estimular as indústrias para que se utilizem matérias-primas locais;
- V – apoiar o cooperativismo e associativismo na indústria e no comércio, no município;
- VI – apoiar e organizar feiras, exposições e outros eventos de interesse da indústria e do comércio no município;
- VII – incentivar e apoiar a geração de novas oportunidades de trabalho no município;
- VIII – incentivar e apoiar o cooperativismo, o associativismo e outras formas permitidas de organização do trabalhador;
- IX – Dar o devido suporte e organizações e efetivação das medidas propostas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- X – incentivar e apoiar o ensino técnico profissionalizante formal e informal, objetivando a habilitação e a capacitação do trabalhador;
- XI – apoiar as medidas que visem a segurança, saúde e higiene do trabalhador;
- XII – manter contato permanente com o CDL local para a adoção de medidas que sejam de competência do Poder Público e voltadas para a geração de desenvolvimento econômico, com geração de emprego, renda e dignidade humana no município.

Capítulo III

Dos Órgãos de Atividades Finalísticas

Seção I

Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Art. 17. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – educação, instrução e ensino especial, pré-escolar, fundamental e complementar;
- II - assistência e apoio ao educando;
- III - magistério público municipal;
- IV - produção e guarda de material didático e educacional;
- V - seleção, adoção e produção de tecnologias educacionais;
- VI - atividades culturais
- VII – letras, artes, folclore e outras formas de expressão cultura;
- VIII- atividades esportivas.

Art. 18. O Departamento da Cultura, criado pela Lei Municipal nº 1003/2015, constitui unidade integrante da administração municipal, fica responsável por planejar e executar políticas públicas para promover a criação, produção, formação, circulação, difusão, preservação da memória cultural, e zelar pelo patrimônio artístico, histórico e cultural do município.

Art. 19. São atribuições da Secretaria Municipal de Educação, através do Departamento Municipal de Cultura:

- I - formular e programar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura - PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;
- II – implementar o Sistema Municipal de Cultura - SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os setores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;
- III - promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;
- IV - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;
- V - preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;
- VI - pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;

- VII - manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;
- VIII - promover o intercâmbio cultural a nível regional, nacional e internacional;
- IX - assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;
- X - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;
- XI - estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;
- XII - estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;
- XIII - elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;
- XIV - captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais.
- XV - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e dos Fóruns de Cultura do Município;
- XVI - realizar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;
- XVII - exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.

## Seção II

### Da Secretaria Municipal de Saúde

Art. 20. À Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – promoção da saúde pública e da medicina preventiva;
- II - serviços odontológicos, médicos e de enfermagem de pronto atendimento;
- III - atendimento hospitalar e ambulatorial;
- IV - programas de assistência e proteção à criança, ao idoso e ao portador de deficiência;
- V - assistência materno-infantil;
- VI - alimentação e nutrição;
- VII - vigilância sanitária e epidemiológica;
- VIII - distribuir e fornecer AIH;
- IX - distribuir de medicamentos e campanhas de saúde pública;
- X - assumir como gestor do Fundo Municipal de Saúde;
- XI - elaborar projetos para a viabilização de recursos estaduais e federais;
- XII – organização e desenvolvimento comunitário;
- XIII - organizar encontros, reuniões, palestras e seminários;
- XIV - orientação e recuperação social;
- XV - outras atividades complementares de assistência social pública;
- XVI - outras atividades complementares de organização, proteção, qualificação e capacitação do trabalho e dos trabalhadores;
- XVII - programação, organização, orientação, execução e controle das atividades relacionadas a política habitacional municipal, urbana ou rural, diretamente ou articulada com as demais entidades públicas e privadas da área.

## Seção III

### Da Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem

Art. 21. À Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – gerenciar as atividades de estradas e rodagem;
- II - construção e conservação do sistema viário municipal;
- III – apoio técnico operacional de suprimento, máquinas, veículos e equipamentos;
- IV - informação, licenciamento para localização, exercício de atividades e execução das edificações e do uso do solo;
- V - manutenção e controle de equipamentos e frota municipal;
- VI - administração dos serviços públicos em geral;
- VII - elaborar projetos para auferir recursos para aquisição de equipamentos e maquinários;

## Seção IV

### Da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Art. 22. À Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - conservação e remanejamento de melhorias na malha viária urbana e suburbana do município;
- II - execução e conservação de obras públicas e coordenação e fiscalização das obras contratadas;
- III - manutenção e conservação de bens públicos de uso comum, especial e patrimoniais;
- IV - controle e fiscalização do cumprimento da execução das normas constantes do Plano Diretor, Código de Obras, Código de Postura e legislação específica;
- V - execução da política de desenvolvimento urbano;
- VI - fiscalização e controle das concessões e permissões em geral;
- VII - fiscalização dos transportes coletivos, do Terminal Rodoviário Municipal e do trânsito de veículos, em consonância com o Órgão Estadual de Trânsito;
- VIII - execução, supervisão e fiscalização das atividades de abastecimento, mercado e feiras;
- IX - manutenção, supervisão e fiscalização dos serviços de limpeza pública;
- X - gestão e fiscalização do cemitério público e privados e atividades funerárias;
- XI - planejamento econômico do Município, compreendendo formulação, elaboração e coordenação de políticas e projetos de incentivo ao desenvolvimento industrial, comercial e de prestação de serviços;



- XII - projetos voltados à capacitação de recursos para desenvolvimento econômico do Município;
- XIII - implantação e desenvolvimento de áreas industriais;
- XIV - apoio aos pequenos negócios;
- XV - elaboração de projetos, planejamento, coordenação e desenvolvimento de atividades voltadas à criação de oportunidades de trabalho;
- XVI - projetos, ações, desenvolvimento, coordenação execução de atividades relativas do turismo local e regional e a divulgação e promoção dos respectivos eventos;

#### Seção V

##### Da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Art. 23. À Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - fomentar a agricultura municipal
- II - assistência técnica e extensão rural;
- III - projetos agropecuários, de abastecimento e irrigação;
- IV - projetos e assistência para reflorestamento;
- V - preservação dos recursos naturais e desenvolvimento auto-sustentável
- VI - apoio ao associativismo, cooperativismo e agricultura familiar;
- VII - controle e gerenciamento da utilização dos recursos hídricos;
- VII - fiscalização do cumprimento das normas de preservação da paisagem natural e do equilíbrio ambiental;
- IX - promover ações e projetos para preservação do meio ambiente
- X - elaborar projetos e indicar fontes de financiamentos
- XI - gerenciar políticas agrícolas para o Município;
- XII - registrar o movimento agropecuário do município através das Notas Fiscais de Produtores Rurais.

#### Seção VI

##### Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 24. A Secretaria Municipal de Assistência Social, compete as seguintes competências e atribuições:

- I - Coordenar e organizar o SUAS em âmbito local;
- II - Planejar, executar, monitorar e avaliar serviços, programas, projetos e benefícios sócio-assistenciais;
- III - Organizar a rede sócio-assistencial por níveis de proteção social básica e especial;
- IV - Manter estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento dos beneficiários do BPC e dos benefícios eventuais;
- V - Realizar a gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda;
- VI - Promover a articulação inter-setorial dos serviços sócio-assistenciais com as demais políticas públicas e sistema de garantia de direitos;
- VII - Elaborar projetos sócio-assistenciais;
- VIII - Efetivar e acompanhar convênios com a rede prestadora de serviços;
- IX - Gerenciar o Fundo Municipal de Assistência Social e outros fundos especiais relacionados a Conselhos de Direitos a ela vinculados;
- X - Organizar conferências, seminários e instituir capacitação e educação permanente, para técnicos e conselheiros da assistência social;
- XI - Gerir os programas de transferência de renda e benefícios eventuais (auxílio funeral, natalidade e de vulnerabilidade social);
- XII - Elaborar o Plano de Assistência Social de forma participativa, submetendo-o à aprovação do Conselho de Assistência Social;
- XIII - Assessorar técnica e administrativamente o conselho municipal de assistência social e conselhos de direitos a ela vinculados;
- XIV - Desenvolver serviços de proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, ofertados em quantidade e qualidade aos usuários, conforme tipificação nacional de serviços;
- XV - Desenvolver o serviço de vigilância sócio territorial;
- XVI - Desenvolver o serviço de informação, monitoramento e avaliação;
- XVII - Elaborar e executar a política de recursos humanos de acordo com a NOB/RH;
- XVIII - Monitorar a qualidade da oferta dos serviços vinculadas ao SUAS.

#### TÍTULO IV

##### Dos Cargos e Funções de Confiança

Art. 25. Os cargos de provimento em comissão, correspondentes aos órgãos mencionados no art.11, serão criados por lei.

Parágrafo Único: A lei também estabelecerá os símbolos, quantidades e valores e com vistas a instituição de funções gratificadas pelo Chefe do Poder Executivo.

#### TÍTULO V

##### Das Disposições Gerais e Finais

Art. 26. O sistema administrativo previsto na presente Lei entrará em funcionamento, gradativamente, à medida que os órgãos que o compõem forem sendo implantados, segundo a conveniência da administração e as disponibilidades de recursos.

Art. 27. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a expedir decretos e atos necessários a execução da presente Lei.



Art. 28. As despesas decorrentes da implantação da estrutura administrativa de que trata esta Lei correrão à conta do Orçamento vigente.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 30. Ficam revogadas as Leis nº 367/2003, nº 659/2008 e nº 908/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 10 de outubro de 2018.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 221/2018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772032

PORTARIA Nº 221/2018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE ADICIONAL POR TITULAÇÃO PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Titulação a servidor público Municipal Srº. FERNANDO MELCHIOR, matrícula nº 684-0, portador do CPF sob nº 057.211.639-09, a partir do mês de outubro de 2018, conforme a Lei nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013, por Titulação de "Curso Superior de Licenciatura em Informática".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 11 de outubro de 2018.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 222/2018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772553

PORTARIA Nº 222/2018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA FISCAL DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor público municipal Sr. Marcio José Storck, inscrito no CPF sob nº 065.997.499--17, com matrícula sob nº 745-5, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato nº 085/2018, referente ao Processo Licitatório nº. 1712/2018, sendo objeto a Aquisição de Trator de Pneu Novo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 11 de outubro de 2018

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

Recebido: / /2018.

**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO Nº 2.230-2018 - ANULAÇÃO DOC**

Publicação Nº 1772358

=====

D E C R E T O Nº 2.230/2018

=====

"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2018"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.10º da Lei nº 1.416/2017, de 20 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 44.000,00 (Quarenta e quatro mil reais), conforme abaixo especificado:

3000	Secretaria De Administração E Finanças
3002	Divisão De Finanças
28	Encargos Especiais
843	Serviço Da Dívida Interna
17	Operações Especiais
2.9	Amortização E Encargos Da Dívida Pública
4.6.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(28)	Recursos Ordinários ..... R\$ 44.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

3000	Secretaria De Administração E Finanças
3002	Divisão De Finanças
28	Encargos Especiais
843	Serviço Da Dívida Interna
17	Operações Especiais
2.9	Amortização E Encargos Da Dívida Pública
3.2.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(27)	Recursos Ordinários ..... R\$ 44.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 10 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 11 de outubro de 2018.

Jose Luiz Colombi

Prefeito Municipal

**EDITAL P.L. Nº 87/2018 P.P. 65/2018 CONJUNTO PARA SELAR SACHE**

Publicação Nº 1772669

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2018-PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2018

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para AQUISIÇÃO DE CONJUNTO PARA SELAR SACHE - Equipamento para a Casa do Mel. Recebimento dos envelopes no dia: 26/10/2018, as 14:00 Horas. Abertura da sessão as 14:30 na mesma data e local, Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao1@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br.

Botuverá-SC, 15 de outubro de 2018

.....  
JOSÉ LUIZ COLOMBI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DA A.R.P. 47/2018 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS E OUTROS - CRAS**

Publicação Nº 1772774

**EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2018

Contratante: Município de Botuverá - CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratadas:

MERCADO KMP LTDA ME - CNPJ Nº 22.468.860/0001-97, Rua 09 de Junho, 460, CEP-88.295-000, centro, Botuverá/SC, Fone (47)3359-1328, mercadoribeirao@hotmail.com

MERCADO LAGEADO LTDA ME - CNPJ Nº 19.438.029/0001-88, estrada Geral Lageado central, 3030, Lageado, CEP-88.295-000, fone (47) 3359-1120, mercadolageado@hotmail.com

Valor: R\$ 117.995,20 (Cento e Dezesete Mil e Novecentos e Noventa e Cinco Reais e Vinte Centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO CRAS

Fundamento Legal: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2018-SRP.

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### PORTARIA 078 2018

Publicação Nº 1772717

PORTARIA Nº 078/2018

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora CELIA DA COSTA SILVA, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de 20/09/2018 a 05/11/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 20.09.2018.

Braço do Trombudo, em 10 de Outubro de 2018.

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 079 2018

Publicação Nº 1772720

PORTARIA Nº 079/2018

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor VALDEMIR RUZKOVSKI, ocupante do cargo de Operador de Máquina, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, pelo período de quinze dias, a partir de 05/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 05.10.2018.

Braço do Trombudo, em 10 de Outubro de 2018.

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 080 2018

Publicação Nº 1772723

PORTARIA Nº 080/2018

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora ARCIA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, pelo período de quinze dias, a partir de 05/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 05.10.2018.

Braço do Trombudo, em 10 de Outubro de 2018.

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal

**ATA JULGAMENTO PROPOSTAS PREGÃO 32 2018**

Publicação Nº 1772063

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO</b>  CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 32/2018 - PR</b>  Processo Administrativo: 43/2018 Processo de Licitação: 43/2018 Data do Processo: 27/09/2018
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa para prestação de serviço de acesso a internet via rádio para diversos Setores da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo-SC.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 65/2018 (Sequência: 1)**

Ao(s) 11 de Outubro de 2018, às 08:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 06/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 43/2018, Licitação nº 32/2018 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Em seguida ao credenciamento da empresa, a Sra. Pregoeira Alair Franz Hein, deu início a sessão com a abertura do envelope contendo a proposta, sendo a mesma analisada e rubricada pelos membros da comissão e representante. O julgamento adotado foi MENOR PREÇO POR LOTE. Não houve lances verbais. Ficando vencedora a empresa conforme segue:

**LOTE: 1****Participante: 8378 - NEI INFORMÁTICA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Acesso a internet via rádio 5 MB na Escola Básica Adriano Mosimann, Rua Leoncio Machado, 179, Bairro Serril	MES	12,00	Cubonet	0,0000	154,90	1.858,80
2	Acesso a internet via rádio 5MB na Escola de Educação Básica KM 15, Rua 25 de Julho, Bairro Km 15.	MES	12,00	Cubonet	0,0000	154,90	1.858,80
3	Acesso a internet via rádio 2 MB no Centro de Educação Infantil Edson Arndt, Rua Leoncio Machado, 175, Bairro Serril	MES	12,00	Cubonet	0,0000	89,90	1.078,80
4	Acesso a internet via rádio 2 MB no Ponto de Cultura Serril, Rua Leoncio Machado, Bairro Serril	MES	12,00	Cubonet	0,0000	89,90	1.078,80
5	Acesso a internet via rádio 2 MB na Antiga Escolinha Alto Braço Novo, Estrada Geral Braço Novo	MES	12,00	Cubonet	0,0000	89,90	1.078,80
6	Acesso a internet via rádio 2 MB na Antiga Escolinha Ribeirão Vitória, Estrada Geral Ribeirão Vitória	MES	12,00	Cubonet	0,0000	89,90	1.078,80
7	Acesso a internet via rádio 2 MB na Antiga Escolinha Ribeirão Concórdia, Estrada Geral Ribeirão Concórdia	MES	12,00	Cubonet	0,0000	89,90	1.078,80
8	Acesso a internet via rádio na Antiga Escolinha Águas Sulfurosas, Estrada Geral Águas Sulfurosas	MES	12,00	Cubonet	0,0000	89,90	1.078,80
9	Instalação Via Rádio	UND	10,00	Cubonet	0,0000	215,00	2.150,00

**Total do Participante** —————→ 12.340,40

**Total Geral** —————→ 12.340,40

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Braço do Trombudo, 11 de Outubro de 2018

**COMISSÃO:**

Alair Franz Hein - ..... - Pregoeiro(a)  
Jean Carlos Correa da Costa Sharf - ..... - membro  
Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz - ..... - membro

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**CNPJ: 95.952.230/0001-67  
PRACA DA INDEPENDENCIA,25  
C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 32/2018 - PR**Processo Administrativo: 43/2018  
Processo de Licitação: 43/2018  
Data do Processo: 27/09/2018

Folha: 2/2

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

SIDNEI HAVERROTH

- ..... - REP.NEI INFORMÁTICA LTDA ME

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

CNPJ: 95.952.230/0001-67  
 PRACA DA INDEPENDENCIA, 25  
 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 32/2018 - PR**

Processo Administrativo: 43/2018  
 Processo de Licitação: 43/2018  
 Data do Processo: 27/09/2018

Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa para prestação de serviço de acesso a internet via rádio para diversos Setores da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo-SC.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 65/2018 (Sequência: 1)**

Ao(s) 11 de Outubro de 2018, às 08:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 06/2017, para julgamento das propostas de prego das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 43/2018, Licitação nº 32/2018 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Em seguida ao credenciamento da empresa, a Sra. Pregoeira Alair Franz Hein, deu início a sessão com a abertura do envelope contendo a proposta, sendo a mesma analisada e rubricada pelos membros da comissão e representante. O julgamento adotado foi MENOR PREÇO POR LOTE. Não houve lances verbais. Ficando vencedora a empresa conforme segue:

**LOTE: 1**

**Participante: 8378 - NEI INFORMÁTICA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Acesso a internet via rádio 5 MB na Escola Básica Adriano Mosimann, Rua Leoncio Machado, 179, Bairro Serril	MES	12,00	Cubonet	0,0000	154,90	1.858,80
2	Acesso a internet via rádio 5MB na Escola de Educação Básica KM 15, Rua 25 de Julho, Bairro Km 15.	MES	12,00	Cubonet	0,0000	154,90	1.858,80
3	Acesso a internet via rádio 2 MB no Centro de Educação Infantil Edson Arndt, Rua Leoncio Machado, 175, Bairro Serril	MES	12,00	Cubonet	0,0000	89,90	1.078,80
4	Acesso a internet via rádio 2 MB no Ponto de Cultura Serril, Rua Leoncio Machado, Bairro Serril	MES	12,00	Cubonet	0,0000	89,90	1.078,80
5	Acesso a internet via rádio 2 MB na Antiga Escolinha Alto Braço Novo, Estrada Geral Braço Novo	MES	12,00	Cubonet	0,0000	89,90	1.078,80
6	Acesso a internet via rádio 2 MB na Antiga Escolinha Ribeirão Vitória, Estrada Geral Ribeirão Vitória	MES	12,00	Cubonet	0,0000	89,90	1.078,80
7	Acesso a internet via rádio 2 MB na Antiga Escolinha Ribeirão Concórdia, Estrada Geral Ribeirão Concórdia	MES	12,00	Cubonet	0,0000	89,90	1.078,80
8	Acesso a internet via rádio na Antiga Escolinha Águas Sulfurosas, Estrada Geral Águas Sulfurosas	MES	12,00	Cubonet	0,0000	89,90	1.078,80
9	Instalação Via Rádio	UND	10,00	Cubonet	0,0000	215,00	2.150,00

**Total do Participante ----->** 12.340,40

**Total Geral ----->** 12.340,40

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Braço do Trombudo, 11 de Outubro de 2018

**COMISSÃO:**

Alair Franz Hein - ..... - Pregoeiro(a)  
 Jean Carlos Correa da Costa Sharf - ..... - membro  
 Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz - ..... - membro



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

CNPJ: 95.952.230/0001-67  
PRACA DA INDEPENDENCIA,25  
C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 32/2018 - PR**

Processo Administrativo: 43/2018  
Processo de Licitação: 43/2018  
Data do Processo: 27/09/2018

Folha: 2/2

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

SIDNEI HAVERROTH

- ..... - REP.NEI INFORMÁTICA LTDA ME

## ATA REGISTRO DE PREÇOS 31 2018

Publicação Nº 1772098

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2018

Número do Registro de Preços: 31/2018 Data do Registro: 15/10/2018 Válido até: 15/10/2019

Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestação de serviço de acesso a internet via rádio para diversos Setores da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo-SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Acesso a internet via rádio 5 MB na Escola Básica Adriano Mosimann, Rua Leoncio Machado, 179, Bairro Serril (23232)	MES	NEI INFORMATICA LTDA - ME (8378)	Cubonet	0	154,9000	1
2	Acesso a internet via rádio 5MB na Escola de Educação Básica Km 15, Rua 25 de Julho, Bairro Km 15, (23313)	MES	NEI INFORMATICA LTDA - ME (8378)	Cubonet	0	154,9000	1
3	Acesso a internet via rádio 2 MB no Centro de Educação Infantil Edison Amdt, Rua Leoncio Machado, 175, Bairro Serril (23233)	MES	NEI INFORMATICA LTDA - ME (8378)	Cubonet	0	89,9000	1
4	Acesso a internet via rádio 2 MB no Ponto de Cultura Serril, Rua Leoncio Machado, Bairro Serril (23234)	MES	NEI INFORMATICA LTDA - ME (8378)	Cubonet	0	89,9000	1
5	Acesso a internet via rádio 2 MB na Antiga Escolinha Alto Braço Novo, Estrada Geral Braço Novo (23235)	MES	NEI INFORMATICA LTDA - ME (8378)	Cubonet	0	89,9000	1
6	Acesso a internet via rádio 2 MB na Antiga Escolinha Ribeirão Vitória, Estrada Geral Ribeirão Vitória (23236)	MES	NEI INFORMATICA LTDA - ME (8378)	Cubonet	0	89,9000	1
7	Acesso a internet via rádio 2 MB na Antiga Escolinha Ribeirão Concoórdia, Estrada Geral Ribeirão Concoórdia (23237)	MES	NEI INFORMATICA LTDA - ME (8378)	Cubonet	0	89,9000	1
8	Acesso a internet via rádio na Antiga Escolinha Águas Sulfurosas, Estrada Geral Águas Sulfurosas (23238)	MES	NEI INFORMATICA LTDA - ME (8378)	Cubonet	0	89,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2018

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 31/2018		Data do Registro: 15/10/2018		Válido até: 15/10/2019			
Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestação de serviço de acesso a internet via rádio para diversos Setores da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo-SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Instalação Via Rádio (23239)	UND	NEI INFORMATICA LTDA - ME (8378)	Cubonet	0	215,0000	1

Página: 3/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2018**

Número do Registro de Preços: 31/2018      Data do Registro: 15/10/2018      Válido até: 15/10/2019

Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestação de serviço de acesso a internet via rádio para diversos Setores da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo-SC.

Item		Descrição	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
		Especificação						

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2018**

**PROCESSO Nº 43/2018**

(8378) - NEI INFORMATICA LTDA - ME

Braço do Trombudo, 15 de Outubro de 2018.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### ERRATA EDITAL DE CHAMAMENTO 019/2018

Publicação Nº 1772624

#### ERRATA

EDITAL DE CHAMAMENTO 019/2018 DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO 003/2016

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal, de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 020 /2006, REALIZA CHAMAMENTO de candidatos classificados no processo seletivo, conforme Edital n.º 03/2016, de acordo com os CARGOS e cargas horárias abaixo especificadas:

ONDE SE LÊ:  
FARMACEUTICA -40 HORAS

classificação	Nome
2º	LAURA CAROLINE SALMÓRIA

LEIA - SE

ENFERMEIRA -40 HORAS

classificação	Nome
2º	PRISCILA ROBERTA LOPES

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação, no Departamento de pessoal, da documentação necessária conforme estabelecido no edital 003/2016.

A não apresentação dos documentos acima no prazo estipulado, implicará na exclusão do candidato e perda da vaga.

Caso o candidato não possa assumir a função quando chamado, poderá solicitar a sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

Brunópolis – SC em 11 de outubro de 2018

ADEMIL ANTONIO DA ROSA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA GORETE DO NASCIMENTO  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMNETO E FAZENDA

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8237-2018

Publicação Nº 1772993

DECRETO Nº. 8237, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.107 de 19.12.2017, a Lei nº 4.079 de 20.09.17, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, no valor de R\$ 218.011,00 (duzentos e dezoito mil, e onze reais), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.3.90.00 Outras despesas correntes – Aplicação Direta

0.1.38.09 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – NEPSHU

VALOR R\$ 17.000,00

4.4.90.00 Investimentos – Aplicações diretas

0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Trasn. Imp-saúde

VALOR R\$ 7.000,00

3.3.90.00 Outras despesas correntes – Aplicação Direta

0.1.38.08 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PAB

VALOR R\$ 80.000,00

010.0302.0280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.3.90.00 Outras despesas correntes – Aplicação Direta

0.1.38.57 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – SAMU

VALOR R\$ 5.000,00

010.0304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária (BLVGS)

3.3.90.00 Outras despesas correntes – Aplicação Direta

0.1.06.01 Serviços de Saúde – Vigilância Sanitária

VALOR R\$ 29.011,00

3.1.90.00 Pessoal e encargos Sociais – Aplicação Direta

0.1.06.01 Serviços de Saúde – Vigilância Sanitária

VALOR R\$ 80.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações diretas

0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Trasn. Imp-saúde

VALOR R\$ 3.389,99

010.0302.0280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.1.91.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos

0.1.38.57 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – SAMU

VALOR R\$ 5.000,00

010.0304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária (BLVGS)

4.4.90.00 Investimentos – Aplicações diretas

0.1.06.01 Serviços de Saúde – Vigilância Sanitária

VALOR R\$ 109.011,00

II - Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.38.09	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – NEPSHU
Valor Orçado	0,00
Valor arrecadado até a data de 09/10/2018.	17.000,00
Excesso de arrecadação até 09/10/2018.	17.000,00

Valor a utilizar	17.000,00
0.1.38.08	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PAB Fixo
Valor Orçado	2.638.800,00
Valor arrecadado até a data de 19/09/2018.	3.594.874,26
Excesso de arrecadação até 09/10/2018.	956.074,26
Utilizado no decreto 8144	70.000,00
Utilizado no decreto 8197	60.000,00
Utilizado no decreto 8209	292.000,00
Utilizado no decreto 8226	60.000,00
Utilizado no decreto 8226	209.902,19
Valor a utilizar	264.172,07

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 09 de outubro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de outubro de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE Prefeito Municipal	Dr. EDSON RISTOW Procurador Geral do Município
HUMBERTO MARTINS FORNARI Secretária Municipal de Saúde	AURINHO SILVEIRA DE SOUZA Chefe de Gabinete

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 002-2018-LOA

Publicação Nº 1768444

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.002-2018

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições e nos termos do Parágrafo Único do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC nº 101/2000, CONVOCA toda sociedade Brusquense a participar da Audiência Pública a ser realizada no dia 29 de outubro, às 16:00hs, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Brusque, com o objetivo de discutir e definir as prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício de 2019, extraídas do Plano Plurianual 2018/2021, a serem expressas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Brusque, 05 de outubro de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

## EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 051-2016

Publicação Nº 1772986

### EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 051-2016

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 051/2016 entre o Município de Brusque e JHONITUR TURISMO LTDA – ME Objeto: termo aditivo prorrogação pregão N.º 088/2016 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ricardo José de Souza e João Luiz Porto

## EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 058-2016

Publicação Nº 1772987

### EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 058-2016

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 058/2016 entre o Município de Brusque e PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA Objeto: termo aditivo prorrogação pregão N.º 101/2016 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Edena Beatris Censi e Nilcelio Marcelino



**EXTRATO CONTRATO Nº 010-2018**

Publicação Nº 1772988

**EXTRATO CONTRATO Nº 010-2018**

ESPÉCIE: Contrato nº 010/2018, entre o Município de Brusque e HB SONORIZAÇÃO E EVENTOS EIRELI ME Objeto: Locação de gerador de energia elétrica, para o evento 18º rock na praça Valor: R\$ 935,00 - ORIGEM: Pregão nº 002/2018. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Eliani Ap. Busnardo Buemo e Mario Balland Junior

**EXTRATO CONTRATO Nº 084-2018**

Publicação Nº 1772990

**EXTRATO CONTRATO Nº 084-2018**

ESPÉCIE: Contrato nº 084/2018, entre o Município de Brusque e ANSELMO SCHMOLLER ME Objeto: aquisição e instalação de dois toldos fixos modelo reto Valor: R\$ 28.000,00 - ORIGEM: Pregão nº 059-2018. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Anselmo Schmoller e Valerio Morais Kosel

**EXTRATO CONTRATO Nº 14-2018**

Publicação Nº 1772991

**MUNICÍPIO DE BRUSQUE****EXTRATO 148/2018**

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
FLAVIA BECKER DARTORA	24/09/2018 – 23/09/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 11/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MÉDICO ESPECIALISTA, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 11/10/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010-2018 -FMS**

Publicação Nº 1772975

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010-2018 -FMS**

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 010-2018 em 04/08/2018 - OBJETO aquisição de material, equipamentos e reagentes para testes laboratoriais, acompanhado de equipamento analógico de bioquímica em comodato. - VALOR: R\$ 419.780,00 - ORIGEM: Pregão nº 008/2018 SIGNATÁRIO: Humberto Martins Fornari.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 084-2018**

Publicação Nº 1772979

**EXTRATO CONTRATO Nº 084-2018**

ESPÉCIE: Contrato nº 084/2018, entre o Município de Brusque e ANSELMO SCHMOLLER ME Objeto: aquisição e instalação de dois toldos fixos modelo reto Valor: R\$ 28.000,00 - ORIGEM: Pregão nº 059-2018. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Anselmo Schmoller e Valerio Morais Kosel

**LEI COMPLEMENTAR Nº 277-2018**

Publicação Nº 1772996

LEI COMPLEMENTAR N. 277, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Dá nova redação ao caput do art. 252 do Código Tributário Municipal – Lei Complementar n. 34, de 20 de dezembro de 1994, alterado pelas Leis Complementares ns. 70, de 18 de outubro de 1999, e 264, de 16 de novembro de 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O caput do artigo 252 da Lei Complementar 34, de 20 de dezembro de 1994 e alterações, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 252. Para obter o ressarcimento dos custos da fiscalização e do exercício do poder de polícia nos estabelecimentos contribuintes ou responsáveis, da presente Lei, fica o Município autorizado a cobrar Taxa de Licença de Localização e Funcionamento - TLLF, de acordo com o porte da empresa, conforme a Tabela I:

TIPO	VALOR
MEI	R\$ 38,00
AUTÔNOMO	R\$ 114,32
ME	R\$ 239,55
EPP	R\$ 404,63
NORMAIS	R\$ 757,61
GRANDES	R\$ 2.760,77

“(NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor no exercício financeiro do ano de 2019 e após 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de outubro de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI COMPLEMENTAR Nº 275-2018**

Publicação Nº 1772995

LEI COMPLEMENTAR N. 275, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018.

Estabelece critérios para a regularização de edificações construídas em desacordo com a legislação urbanística.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Município de Brusque autorizado a regularizar as edificações irregulares e clandestinas edificadas em desconformidade com os limites urbanísticos estabelecidos pela lei vigente, desde que apresentem condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade, salubridade e habitabilidade, obedecidas as regras desta Lei Complementar.

Art. 2º Para a regularização prevista nesta Lei Complementar, o Poder Público dispensará ou reduzirá as limitações administrativas estabelecidas em Lei, sem óbice à exigência de cumprimento de medidas mitigatórias.

Parágrafo único. Para efeitos do que trata esta Lei Complementar, considera-se:

I – construção irregular: aquela cuja licença foi expedida pelo Município, porém executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado;

II – construção clandestina: aquela executada sem prévia autorização do Município, ou seja, sem projetos aprovados e sem a correspondente licença;

III – construção clandestina parcial: aquela correspondente à ampliação de construção legalmente autorizada, porém sem licença do Município para a área ampliada;

IV – obra finalizada: edificação que apresenta as condições mínimas de habitabilidade, com vedações, cobertura, instalação hidráulica, sanitária e elétrica executadas de forma concluída;

V – novo uso: edificações aprovadas com alvará para um uso determinado, que necessitam de adequações e/ou ampliações para cumprimento das exigências de um novo uso conforme legislação vigente, porém com impossibilidade de implantação destas;

VI – data de corte: data de registro da restituição estereofotogramétrica planialtimétrica digital junto à ANAC (2015).

Art. 3º O Poder Executivo, através de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), estipulará as medidas mitigatórias e/ou compensatórias correspondentes à regularização requerida, com o propósito de garantir a inclusão social, qualificação do espaço público e a sustentabilidade do Município de Brusque.

§ 1º O interessado em regularizar o imóvel, construção ou benfeitoria, com base no disposto nesta Lei Complementar, firmará Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) específico com o Poder Público, no qual será consubstanciado o comprometimento quanto à estrita observância do que dispõe o respectivo alvará, e o cumprimento das medidas mitigatórias e/ou compensatórias apontadas pelo Poder Público, com o cronograma de obra, quando necessário.

§ 2º Quando o imóvel a ser regularizado necessitar de alguma medida mitigatória e/ou compensatória, será expedido, após a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), o alvará de regularização, para, somente após o cumprimento do determinado, ser expedido o habite-se somente quando cumprido o TAC.

Art. 4º Não serão passíveis de regularização, para os efeitos desta Lei Complementar, as edificações:

I – que apresentarem irregularidades não previstas nesta Lei Complementar;

II – localizadas sobre logradouros ou terrenos públicos;

III – localizadas em faixas não edificáveis junto a lagos, rios, córregos, fundo de vale, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações, linhas de transmissão de energia de alta-tensão e demais faixas estabelecidas por concessionárias, bem como nas faixas não edificáveis junto às ruas públicas e rodovias que contenham essas restrições;

IV – que causem danos ou prejuízo ao meio ambiente e/ou ao patrimônio histórico ou cultural;

V – localizadas em áreas destinadas à implantação de vias projetadas ou em implantação, assim como localizadas em áreas destinadas ao alargamento de vias, conforme previsão legal ou determinação do órgão competente;

VI – edificações localizadas em áreas de risco, conforme parecer ou definição do órgão competente;

VII – edificações que não atendam às exigências das Leis Federais relacionadas à acessibilidade;

VIII – edificações com aberturas laterais e fundos em distância inferior ao estipulado pela legislação vigente;

IX – edificações com elementos que se projetem sobre a pista de rolamento (existente ou projetada) do logradouro público;

X – obras não finalizadas até a data da restituição aerofotogramétrica do voo de 2015.

§ 1º Todas as obras irregulares ou clandestinas que, por suas características construtivas, resultem em comprometimento da estrutura restante, edículas isoladas, sistemas construtivos de baixo custo e fácil demolição, não serão regularizadas e não poderão receber adequações ou ampliações.

§ 2º As características construtivas de que trata o parágrafo anterior serão determinadas por meio de laudo técnico elaborado por profissional habilitado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA do quadro efetivo do Município.

§ 3º Caberá ao Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN, após elaboração de laudo técnico, determinar a regularização originada da aplicação desta Lei.

§ 4º Todas as edificações deverão possuir passeio público executado, conforme a NBR-9050 e legislação municipal, sendo que na comprovação da impossibilidade de adequação - obras construídas na linha de muro por exemplo – caberá ao IBPLAN a autorização da redução ou exclusão deste, mediante parecer técnico justificado.

§ 5º Em áreas com declividade/atividade superior ao estabelecido em Lei Federal e Municipal e consideradas áreas de risco, a regularização poderá ocorrer, desde que, atendido o disposto na Resolução CONAMA nº 369/2006.

§ 6º A regularização da localização da edificação sobre áreas de preservação permanente (non aedificandi) somente poderá ser autorizada mediante parecer favorável, a ser emitido pelo órgão ambiental competente.

Art. 5º São apenas passíveis de regularização, com base nesta Lei Complementar, as edificações comprovadamente concluídas até na data

de corte (2015), que possuam irregularidades atreladas com os seguintes parâmetros urbanísticos:

I – recuos;

II – afastamentos;

III – altura de parede cega no alinhamento e limites do terreno, em até 20% do limite máximo permitido pela legislação vigente;

IV – taxa de ocupação;

V – coeficiente de aproveitamento;

VI – projeção de sacadas, pavimentos, marquises, beirais, brises, elementos construtivos, projetados sobre recuo frontal, passeios ou áreas públicas, desde que respeitado o livre trânsito de pedestres e demais modais e a altura mínima livre de passagem de 2,10 metros, não podendo projetar-se, em hipótese alguma, sobre a pista de rolamento de veículos (existente ou projetada) do logradouro público;

VII – número e dimensões de vagas de estacionamento e de carga e descarga, disponibilizadas em desacordo à exigida e/ou disponibilizadas sobre a área de recuo;

VIII – número de pavimentos;

IX – área de permeabilidade do terreno;

X – usos em desacordo com o Zoneamento vigente, desde que comprovada a atividade existente no local há mais de 5 anos a contar da data de aprovação desta lei, com apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV devidamente aprovado pelo COMCIDADE, quando exigido pelo órgão competente;

XI – edificações já averbadas em matrícula, sem especificação da área construída;

XII – edificações com o pé direito em desacordo com o exigido pela legislação vigente, respeitado o limite mínimo de pé-direito de 2,10 metros.

Parágrafo único. Quando a regularização tratar de projeção de sacadas, pavimentos, marquises, beirais, brises, elementos construtivos que não são possíveis de remoção, projetados sobre recuo frontal, passeios ou áreas públicas, o pagamento do TAC será em dobro.

Art. 6º A regularização das construções de que trata esta Lei Complementar dependerá da apresentação pelo proprietário ou responsável pelo imóvel dos seguintes documentos:

I – cópia da Notificação emitida por Fiscal de Obras e Posturas do Município e/ou ações judiciais, quando houver;

II – declaração do profissional, responsabilizando-se sob as penas da lei, pela veracidade das informações prestadas, conforme Anexo I;

III – cópia de documento que indique a titularidade do imóvel, tais como matrícula atualizada do Cartório de Registro de Imóveis e quando necessário, Compromisso ou Promessa de Compra e Venda com a mesma área da matrícula relacionada com a devida anuência do proprietário;

IV – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referente à regularização da obra, com laudo técnico, informando as condições da edificação e responsabilidades técnicas compatíveis com as intervenções na edificação, quando for o caso;

V – projeto arquitetônico simplificado da edificação, com informações referentes aos itens a serem regularizados, através de peças gráficas contendo, no mínimo:

a) planta de situação;

b) planta de implantação contendo, no mínimo, as cotas da situação real da edificação sobre o lote e planilha de áreas da mesma, conforme Anexo II;

c) planta baixa de todos os pavimentos da edificação, destacando as áreas e os itens a serem regularizados;

d) cortes esquemáticos e fachadas necessárias para visualização das áreas e dos itens a serem regularizados;

e) no selo de identificação de cada prancha: "REGULARIZAÇÃO DE OBRA, NOS TERMOS DA LEI";

VI – Atestado de Aprovação de Projeto Preventivo Contra Incêndio ou Habite-se do Corpo de Bombeiros Militar, exceto para edificações unifamiliares;

VII – Alvará Sanitário junto a Vigilância Sanitária;

VIII – Licenciamento Ambiental, quando a atividade requerer.

IX – comprovante dos recolhimentos das taxas exigidas quando da operação de projetos;

X – imagem do Google Earth com localização do lote;

XI – anuência da sociedade condominial, quando for o caso; e

XII – documentação que comprove a conclusão da obra nos termos desta lei.

§ 1º Constatadas, a qualquer tempo, divergências nas informações ou discrepância nos valores recolhidos, o interessado será notificado a saná-los ou a prestar esclarecimentos no prazo de trinta (30) dias, sob pena de ser indeferido seu pedido e aplicadas as sanções cabíveis.

§ 2º Os seguintes documentos que podem ser apresentados para comprovação de obra concluída: conta de energia elétrica, água ou concessão pública de fornecimento de serviços públicos; fotos datadas; imagem da restituição estereofotogramétrica planialtimétrica digital (vôo 2015) a ser fornecida pelo IBPLAN; documento emitido por órgão público oficial, ou ainda outro a ser validado pelo órgão de análise.

Art. 7º As regularizações, para qualquer tipo de edificação, que dizem respeito às hipóteses previstas no art. 5º, somente serão efetivadas mediante o pagamento de uma contrapartida financeira, conforme estabelecido nesta lei.

Art. 8º As compensações dar-se-ão em forma de contrapartida financeira da seguinte forma:

I – compensações a serem pagas por infração de área (em m<sup>2</sup>): 1/8 CUB (um oitavo do custo unitário básico) por metro quadrado (m<sup>2</sup>) edificado a mais ou ausente do permitido/exigido para o uso e a zona em que situa. As compensações serão calculadas por área irregular (m<sup>2</sup>) nos seguintes casos:

a) recuos e afastamentos: áreas que avançam sobre os recuos mínimos exigidos (em m<sup>2</sup>);

b) taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento e permeabilidade: área adicional sobre o limite estabelecido (em m<sup>2</sup>);

c) pé-direito: área do ambiente que não atende o estabelecido (em m<sup>2</sup>);

d) altura de parede cega no alinhamento e limites do terreno, em até 20% do limite máximo permitido pela legislação vigente: área, em projeção horizontal, da(s) laje(s) que avançam sobre o recuo que deveria ser respeitado em função da altura.

II – compensações para a concessão de redução do número de vagas de estacionamento serão calculadas por quantidade de vagas conforme a seguir:

a) vagas TP1 para estacionamento: 1/2 CUB (metade do custo unitário básico), por vaga;

b) vagas TP2 para estacionamento e pátio de carga e descarga: 2 CUB (duas vezes o custo unitário básico), por vaga.

Parágrafo único. O cálculo final do número de vagas exigidas, deverá considerar a totalidade da edificação (áreas existentes e ampliações), em quantidade de acordo conforme legislação vigente.

III – compensações para autorização de uso em desacordo com o zoneamento vigente, serão pagas por área (em m<sup>2</sup>): 1/32 CUB (um trinta e dois avos do custo unitário básico) por metro quadrado (m<sup>2</sup>) da área da edificação com novo uso a ser autorizado.

§ 1º Considera-se CUB o Custo Unitário Básico, baseado no Sindicato de Indústria da Construção Civil (SINDUSCON), que deve ser calculado de acordo com a atividade em questão e, quando residencial, considerar o padrão médio da edificação.

§ 2º Quando a edificação apresentar irregularidades distintas, aplicam-se cumulativamente as compensações em que haja incorrido.

§ 3º O valor referente à contrapartida financeira poderá ser parcelado em até trinta e seis (36) parcelas iguais e mensais, obedecidas, quanto aos juros e à correção monetária, as disposições aplicáveis aos tributos municipais, tendo como parcela mínima o valor equivalente a 5% (cinco por cento) do CUB – Custo Unitário Básico.

§ 4º A expedição do habite-se ficará condicionada à comprovação do pagamento da 1ª parcela do termo de ajuste de conduta.

§ 5º O inadimplemento de cinco (05) parcelas ou mais, sujeitará a cassação do habite-se expedido, com perda dos valores já recolhidos para compensação das sanções administrativas, não excluindo a aplicação de outras medidas cabíveis.

Art. 9º O pagamento da contrapartida financeira para regularização da construção será isento:

I – quando a edificação possuir área construída de até 70,00 m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados), destinado exclusivamente à residência unifamiliar, sendo este o único imóvel de propriedade do requerente;

II – para edificações construídas comprovadamente até 1991;

III – para edificações já averbadas em matrícula, sem especificação de área construída;

IV – quando o proprietário do imóvel se classificar como “baixa renda” (até 3 salários-mínimos) de acordo com cadastro na assistência social;

V – quando o proprietário do imóvel for entidade filantrópica ou declarada de utilidade pública.

§ 1º A isenção prevista nos incisos I a V será solicitada em requerimento escrito, instruído com as provas do cumprimento das exigências necessárias à sua concessão.

§ 2º Verificada, a qualquer tempo, a inobservância dos requisitos exigidos para sua concessão, ou o desaparecimento das condições que a motivaram, a isenção será cancelada, por despacho da autoridade competente, ficando o contribuinte obrigado a recolher a contrapartida financeira devida, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação da decisão.

Art. 10. As demandas judiciais promovidas pelo Município visando à demolição, paralisação ou interdição de construção irregular ou clandestina, que tenham sido regularizadas com base nesta Lei Complementar, serão extintas, devendo o proprietário ou responsável pela obra promover antecipadamente o pagamento das custas judiciais, emolumentos e honorários advocatícios.

Art. 11. As regularizações das construções localizadas em vias não oficializadas pelo Poder Público Municipal dependerão de deliberação do setor competente do IBPLAN, observando-se as leis e procedimentos vigentes para denominação de vias e/ou regularização viária.

Parágrafo único. Construções residenciais unifamiliares poderão, a critério do IBPLAN, ser regularizadas em vias sem denominação oficial.

Art. 12. A regularização da edificação não dispensa o interessado do cumprimento das demais exigências previstas em Lei para a utilização do imóvel de acordo com seu uso.

Art. 13. O Poder Público poderá negar a regularização a qualquer obra ou construção indevidamente executada, sempre que esta, em função das transgressões, afete o conjunto urbanístico local, não apresente condições mínimas de habitabilidade, uso, segurança, higiene, estética, bem como afete as condições de trânsito, transporte, estacionamento e outros serviços de interesse público.

Art. 14. A presente Lei Complementar exime o Município de Brusque de toda e qualquer responsabilidade no tocante a quaisquer direitos a propriedade de imóvel, posse ou domínio útil, a qualquer título, inclusive por acessão física.

Art. 15. Os recursos provenientes das contrapartidas financeiras previstas nesta Lei Complementar serão aplicados, conforme art. 26 do Estatuto da Cidade e art. 4º da Lei Complementar nº 186/2012 – devendo ser depositados no Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, Banco Caixa Econômica Federal, agência 412, Conta-Corrente 182-0, CNPJ 11.188.383/0001-90.

Art. 16. As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento do Município de Brusque.

Art. 17. Somente serão beneficiados pelo disposto nesta Lei Complementar aqueles que procederem o requerimento junto ao IBPLAN para regularização das edificações existentes em desconformidade com a legislação urbanística vigente.

Parágrafo único. A contrapartida prevista no art. 8º desta Lei Complementar será cobrada em dobro quando as edificações já tiverem sido notificadas pelo IBPLAN, entre setembro de 2011 e setembro de 2016, período de vigência das Lei Complementares nº 170/2011, 196/2012 e 222/2014.

Art. 18. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de setembro de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO I

MODELO DE TERMO DE DECLARAÇÃO E RESPONSABILIDADE

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA / Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU sob o nº \_\_\_\_\_, abaixo subscrito, DECLARO, para fins de regularização, na forma prevista na Lei Complementar Municipal nº \_\_\_\_\_, e como responsável pelo levantamento da edificação localizada no imóvel situado na Rua \_\_\_\_\_, sob o número de matrícula \_\_\_\_\_ junto ao Cartório de Registro

de Imóveis da \_\_\_\_\_ Circunscrição de propriedade/posse/domínio de \_\_\_\_\_, que o projeto apresentado reflete fielmente a construção executada, sendo passível de celebração de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, tendo pleno conhecimento de que no caso de serem apuradas desconformidades não será expedido Certificado de Vistoria e Conclusão de Obra - Habite-se.

E por ser a expressão da verdade, firmo a presente sob as penas da lei.

Brusque(SC), \_\_\_\_\_ .

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Profissional

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Proprietário

## ANEXO II

### QUADRO ESTATÍSTICO DA CONSTRUÇÃO:

INFORMAÇÕES DA CONSTRUÇÃO	PERMITIDO PLANO DIRETOR	CONSTR. EXISTENTE
ÁREA DO LOTE		
ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL		
ÁREA A REGULARIZAR TOTAL		
TAXA DE OCUPAÇÃO DA CONSTRUÇÃO		
ÍNDICE DE APROVEITAMENTO DA CONSTRUÇÃO		
ÍNDICE DE PERMEABILIDADE DO TERRENO		
ALTURA DA CONSTRUÇÃO (entre o meio-fio da calçada e o topo da última laje acabada)		
NÚMERO DE PAVIMENTOS		
AFASTAMENTO FRONTAL		
AFASTAMENTO LATERAL DIREITO		
AFASTAMENTO LATERAL ESQUERDO		
AFASTAMENTO DE FUNDOS		
PÉ DIREITO		

Obs.: O presente quadro deverá constar na planta arquitetônica.

Esse conteúdo não substitui o publicado no Diário Oficial do Município.

## PORTARIA Nº 2324-2018

Publicação Nº 1772997

### PORTARIA Nº 2324/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

#### RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para tratar de assuntos particulares, à servidora CAROLINE GISELE GADOTTI, matrícula nº 4239954, servidora efetiva e estável, no cargo de AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO, por um período de 4 (quatro) anos, conforme solicitação da mesma, a contar de 15/10/2018.

Parágrafo 1º – A licença de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 137, da LC 147/2009, nos termos do pedido da servidora e anuência da Municipalidade.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de outubro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos



**PORTARIA Nº 214-2018-SAMAE**

Publicação Nº 1773000

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 148/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
FLAVIA BECKER DARTORA	24/09/2018 – 23/09/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 11/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MÉDICO ESPECIALISTA, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 11/10/2018.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

**PORTARIA Nº 2325-2018**

Publicação Nº 1772999

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2325/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
436305	0	MARISTELA COMPIANI	Secretaria de Saúde	15/10/2018	24/10/2018	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Outubro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

# Caçador

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ELEIÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA DE CAÇADOR -SC CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA – 29 / 10 / 2018

Publicação Nº 1773017

Associação dos Servidores Públicos da Prefeitura de Caçador -SC

Convocação para Assembleia Ordinária – 29 / 10 / 2018

A Associação dos Servidores Públicos da Prefeitura de Caçador - SC - ASPPC, através de sua presidente, convoca a todos os membros associados para Assembleia Ordinária, que fará realizar no dia 29 de outubro de 2018, na sede da Prefeitura de Caçador, Fundos e Fundações, a partir das 13:30horas, onde será realizado a eleição da nova diretoria; Conforme previsto no estatuto da Associação, e somente poderão concorrer a cargos eletivos os associados efetivos com mais de 02(dois anos) de contribuição Art. 9, Par 2º..

Denise Chiarello Hartmann  
Presidente ASPPC

ASPPC – Associação dos Servidores Públicos da Prefeitura de Caçador  
Av. Santa Catarina 195 – Centro  
Fone – 3666.2445

Caçador-SC, 10 de novembro de 2016

Para

Luciana Gottardi Trentini  
Juiza Eleitoral

Vimos através deste solicitar o empréstimo de 05(cinco) urnas eleitorais(lona), tendo em vista que estaremos realizando no dia 18 de novembro de 2016, a eleição da nova diretoria da Associação dos Servidores Públicos da Prefeitura de Caçador, com mandato de 2017 á 2018. Certos de poder contar com vossa colaboração, desde já agradecemos.

Denise Chiarello Hartmann  
Presidente ASPPC

### DECRETO Nº 7.822

Publicação Nº 1772992

DECRETO Nº 7.822, de 11 de outubro de 2018.

Abre crédito adicional suplementar nas dotações orçamentárias do orçamento geral do Município de Caçador, exercício de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 17, da Lei nº 3.400, de 18 de dezembro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2018,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil reais), conforme segue:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO  
2003 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA  
15.451.17.2.51 – AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
3.3.90.00.00 – 0.1.08 – Aplicações Direta (32) ..... R\$ 261.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação no exercício corrente na Fonte de Recursos TCE - 0.1.08 – Contribuição para a COSIP.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

# Caibi

## PREFEITURA

### ATO CONVOCATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 059/2018

Publicação Nº 1772832

#### ATO CONVOCATÓRIO PARA REUNIÃO DE JULGAMENTO

A Pregoeira do Município de Caibi - SC, nomeada pelo Decreto nº 233/2017 de 21 de Dezembro de 2017 no uso de suas atribuições legais, faz saber a sua Equipe de Apoio e aos demais interessados que foi designado por este ato o dia 26/10/2018 às 08:30 horas, como prazo limite para credenciamento, entrega dos envelopes e início do julgamento das propostas de preços e habilitação relativos ao Processo Licitatório Nº 086/2018, do tipo Menor Preço – Por lote na modalidade Pregão Presencial RP Nº 059/2018 que tem por objeto: Registro de Preços para eventual contratação de laboratório protético para confecção de próteses dentárias para atender a demanda da população Caibiense, onde se realizará na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi, conforme de costume.

Afixe-se no local de costume.

Caibi –SC, 11 de Outubro de 2018.

CASSIANE PIGNAT BEILKE  
Pregoeira

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 059/2018

Publicação Nº 1772817

#### FUNDO DE SAÚDE DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 086/2018 na modalidade Pregão Presencial RP Nº 059/2018 que tem por objeto Registro de Preços para eventual contratação de laboratório protético para confecção de próteses dentárias para atender a demanda da população Caibiense do tipo menor preço – Por lote cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 26 de Outubro de 2018 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, a integral do edital esta disponível no endereço eletrônico [www.caibi.sc.gov.br](http://www.caibi.sc.gov.br), fone (49)3648-0211. Caibi-SC 11 de Outubro de 2018. Sidnei Bellé. Secretário de Saúde.

### DECRETO 189/2018

Publicação Nº 1772090

#### DECRETO Nº. 189/2018 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2520/2017, de 13 de dezembro de 2017, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2018, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

#### QUADRO I

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

123610011.2.021 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.2.90 – Juros e Encargos da Dívida – Aplicações Diretas

(197) Fonte: 1001 Receitas e Transferências de Impostos – Educação ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2018 da fonte de recursos 1001 Receitas e Transferências de Impostos - Educação no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 09 de outubro de 2018.

ELÓI JOSÉ LÍBANO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

## ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2018

Publicação Nº 1771997

ERRATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2018

OBJETO: Aquisição de 01(um) trator de pneus novo para manutenção das atividades da Secretária Municipal de Desenvolvimento Rural Aquicultura e Meio Ambiente do Município de Caibi-SC.

O Município de Caibi COMUNICA a retificação do edital, ficando alteradas as redações dos itens abaixo:

ONDE SE LÊ:

A Pregoeira e sua Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 233/2017, reunir-se-ão no dia 16/10/2018 às 08:30 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de CAIBI-SC sito a Rua dos Imigrantes, 499.

LEIA-SE:

A Pregoeira e sua Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 233/2017, reunir-se-ão no dia 25/10/2018 às 08:30 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de CAIBI-SC sito a Rua dos Imigrantes, 499.

ONDE SE LÊ:

1- OBJETO: Aquisição de 01(um) trator de pneus novo para manutenção das atividades da Secretária Municipal de Desenvolvimento Rural Aquicultura e Meio Ambiente do Município de Caibi-SC.

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO
1	1	Und	Trator agrícola novo sobre pneus, tração 4x4, com plataforma e cambio lateral, equipado com pneus novos, mínimo 10 lonas traseiro e dianteiro mínimo 10 lonas, com potencia mínima de 110 CVs, turbinado, motor diesel, transmissão no mínimo 12 (doze) a frente e 4 (quatro) a ré, embreagem independente, hidráulico com capacidade mínima de levantar 3800 Kg, com comando duplo e a vazão mínima de bomba hidráulica de no mínimo 27 litros por minuto, rotação da TP mínima de 540 rpm.

LEIA-SE:

1-OBJETO:

Aquisição de 01(um) trator de pneus novo para manutenção das atividades da Secretária Municipal de Desenvolvimento Rural Aquicultura e Meio Ambiente do Município de Caibi-SC.

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO
1	1	Und	Trator agrícola novo sobre pneus, ano/modelo igual ou superior a 2018 tração 4x4, com plataforma e cambio lateral, equipado com pneus novos, mínimo 10 lonas traseiro e dianteiro mínimo 10 lonas, com potencia mínima de 110 CVs, turbinado, motor diesel, transmissão no mínimo 12 (doze) a frente e 4 (quatro) a ré, embreagem independente, hidráulico com capacidade mínima de levantar 3800 Kg, com comando duplo e a vazão mínima de bomba hidráulica de no mínimo 27 litros por minuto, rotação da TP mínima de 540 rpm.

Ficam alteradas as demais cláusulas do edital relativas a data de abertura e objeto da licitação.

Caibi –11 de Outubro de 2018

Eloi José Libano

Prefeito Municipal.

## EXTRATO DO SETIMO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2017

Publicação Nº 1772911

EXTRATO DO SETIMO TERMO ADITIVO  
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2017

Processo Licitatório nº 119/2017. Modalidade Pregão Presencial RP nº 056/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI PARA O EXERCÍCIO DE 2018, COM VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2018. Órgão gerenciador. MUNICIPIO DE CAIBI. Conforme segue:

Nome	CNPJ	Endereço	Cidade	CEP
COOPERATIVA A1	03.470.626/0050-38	Rua Independência nº 585, esquina com a 7 de setembro	Caibi –SC	89.888-000

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O presente aditivo tem por objeto o reajuste dos valores dos combustíveis registrados.

§ 1º (primeiro) A alteração é devida tendo em vista o reajuste no preço por litro de óleo Diesel tipo S-500 de R\$ 3,66 (três reais e sessenta e seis centavos) por litro para R\$ 3,73 (três reais e setenta e três centavos) e o óleo Diesel Tipo S-10 adquirido por R\$ R\$ 3,71 (três reais e setenta e um centavos) para R\$ 3,79 (três reais e setenta e nove centavos) de acordo com o previsto na alínea “d” do inciso II, artigo 65 caput da Lei Federal nº 8.666/93,

§ 2º (segundo): O aumento será concedido ao saldo existente em 11 de Outubro de 2018.

Caibi –SC 10 de Outubro de 2018.

**EXTRATO DO SETIMO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2017**

Publicação Nº 1772918

**EXTRATO DO SETIMO TERMO ADITIVO  
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2017**

Processo Licitatório nº 119/2017. Modalidade Pregão Presencial RP nº 056/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2018, COM VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2018. Órgão gerenciador. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Conforme segue:

Nome	CNPJ	Endereço	Cidade	CEP
COOPERATIVA A1	03.470.626/0050-38	Rua Independência nº 585, esquina com a 7 de setembro	Caibi –SC	89.888-000

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O presente aditivo tem por objeto o reajuste dos valores dos combustíveis registrados.

§ 1º (primeiro) A alteração é devida tendo em vista o reajuste no preço por litro de óleo Diesel tipo S-500 de R\$ 3,66 (três reais e sessenta e seis centavos) por litro para R\$ 3,73 (três reais e setenta e três centavos) e o óleo Diesel Tipo S-10 adquirido por R\$ R\$ 3,71 (três reais e setenta e um centavos) para R\$ 3,79 (três reais e setenta e nove centavos) de acordo com o previsto na alínea “d” do inciso II, artigo 65 caput da Lei Federal nº 8.666/93,

§ 2º (segundo): O aumento será concedido ao saldo existente em 11 de Outubro de 2018.

Caibi – SC 10 de Outubro de 2018

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2018 - FMS

Publicação Nº 1772678

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Eletrônico nº 010/2018 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 061/2018 – FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FILMES DE RAIOS-X DIGITAL DESTINADOS AS ATIVIDADES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 11/10/2018  
1ª Publicação.

### DL 033/18 - FMS

Publicação Nº 1772414

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 033/2018 – FMS

Data: 11/10/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO DESTINADO AO HOSPITAL CIRURGICO DE CAMBORIU, CONSIDERANDO QUE TAL MEDICAÇÃO CONSTAVA NO PROCESSO 83/2018 O QUAL FOI ANULADO, SE FAZ NECESSÁRIO A AQUISIÇÃO EMERGENCIAL PARA DAR CONTINUIDADE NOS PROCESSOS CIRÚRGICOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Valor total: R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais).

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde.

Contratada: MAURO MARCIANO COM. MEDICAMENTOS LTDA

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 11 de Outubro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

### REGULAMENTO GERAL – ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ

Publicação Nº 1772966

REGULAMENTO GERAL – ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ

Do Regulamento e Natureza da Festa

Art. 1º - Todos os interessados em participar da edição do ano de 2018 da festa denominada "ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ", estão condicionados a este regulamento, ao qual aderem automaticamente por ocasião da inscrição do grupo, submetendo-se e aceitando a todas as condições abaixo especificadas, cujo acatamento é obrigatório à participação no evento, com o propósito de torna-lo o mais agradável, seguro e organizado.

Art. 2º - Realizada no mês de novembro de 2018, a festa "ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ" terá como o principal objetivo fomentar o turismo de nossa cidade integrando moradores e turistas, no afã de valorizar e difundir a cultura local através da culinária, música e dança. Da Equipe de Organização e Inscrição dos Grupos

Art. 3º - A Equipe de Organização será definida por ato do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e constituirá no órgão central na realização do "ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ", respondendo pelo evento em qualquer circunstância.

Art. 4º - Para a participação na festa "ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ", é indispensável a inscrição do grupo no prazo assinalado neste regulamento, em ficha de inscrição devidamente assinada pelo seu respectivo responsável.

Art. 5º - Constitui obrigação do responsável pelo grupo declarar a veracidade das informações que fizer constar na ficha de inscrição, bem como de submeter-se e fazer que os demais participantes do grupo se submetam a todas as definições estabelecidas neste regulamento.

Art. 6º - Deverá ser adotada a ficha de inscrição anexa a este regulamento, sendo de responsabilidade dos grupos realizar o seu preenchimento com a assinatura do responsável e efetuar o seu protocolo entre os dias 11 de outubro (quinta-feira) até 26 de outubro (sexta-feira) de 2018 no Portal Turístico de Camboriú situado na Avenida Santa Catarina, n.º 1845 – Taboleiro, Camboriú/SC.

Parágrafo Único. Os pedidos serão analisados em ordem cronológica de protocolo, seguindo a ordem dos pedidos e serão deferidos na medida de espaços disponíveis.

Art. 7º - No ato de entrega da ficha de inscrição no Portal Turístico, para efetivação da inscrição, será cobrada a quantidade por lote



EQUIVALENTE A R\$ 40,00 (QUARENTA REAIS) EM BRINQUEDOS PARA DOAÇÃO AS CRIANÇAS DO PROJETO SOU ESTUDANTE, SOU CIDADÃO, realizado pela 1ª Companhia do 12º Batalhão da Polícia Militar, embalado em sacos plásticos transparentes, acompanhado do comprovante do valor e quantidade doada.

§1º - Para cumprimento deste artigo, a Equipe de Organização do evento "ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ" distribuirá os brinquedos doados para a 1ª Companhia do 12º Batalhão da Polícia Militar em ato a ser realizado entre os dias 30 e 31 de outubro.

Art. 8º - A festa "ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ" será realizada no dia 15 DE NOVEMBRO DE 2018, entre as 11h00 e 17h00, no entorno da Praça Flávio Vieira, conhecida como Praça das Figueiras, compreendendo a Rua Flávio Viêira e parte das Ruas Lauro Müller e Rua Gustavo Richard (1/2 Pista).

Art. 9º - O espaço ocupado pela festa "ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ" compreende o entorno da Praça, utilizando-se a Rua Flávio Viêira e parte das Ruas Lauro Müller e Rua Gustavo Richard (1/2 Pista).

Art.10—A programação da festa "ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ" compreende:

07h: Fechamento Total do trecho da festa;

08h: Liberação para montagem das estruturas dos grupos participantes;

09h: Término de circulação de veículos envolvidos na montagem;

09h: Fechamento total das ruas laterais;

11h: ABERTURA OFICIAL DO EVENTO;

16h: Encerramento de fornecimento de bebidas/alimentos a qualquer participante do evento;

17h: Encerramento da festa, início da desmontagem das estruturas e início dos trabalhos de limpeza pública;

18h: Reabertura do fluxo de trânsito para veículos.

Art. 11 – É de responsabilidade dos membros dos grupos participantes e de seu responsável pela inscrição, observar rigorosamente os horários da programação, especialmente quanto ao horário de encerramento da festa.

Art. 12 – Aos grupos que insistirem em não desmontar as suas estruturas até as 18h00 horas conforme estabelecido na programação, de modo a causar o impedimento de passagem, da realização da limpeza pública ou da e reabertura do trânsito, a equipe organizadora, observando a gravidade da situação, poderá determinar a impossibilidade de participação, por até três edições, da festa "ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ", sem prejuízo das demais punições previstas neste regimento e na legislação vigente.

Da Estrutura, Alimentação e Limpeza

Art. 13 – Durante a realização da festa "ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ", os grupos participantes devem acondicionar o lixo produzido de forma adequada para ser recolhido pelas equipes de limpeza, e, em hipótese alguma, deixar resíduos de alimentação, óleos, carvão ou gelo na via pública, nas calçadas, canteiros de flores ou nos bueiros.

§1º— Ao utilizar churrasqueiras, fogões ou outros equipamentos que possam manchar e/ou danificar a avenida, o grupo deverá tomar medidas de prevenção a fim de garantir a integridade do patrimônio público e também manter a limpeza do ambiente.

§2º – Para diminuir o impacto causado a transeuntes, comércio e residências, fica proibido a utilização de combustão a lenha nas churrasqueiras de todos os grupos participantes, devendo ser utilizado carvão e/ou queimadores a gás.

§3º – Os participantes devem estar cientes de que, para realizar o cozimento nas tendas utilizando gás liquefeito (GLP), só poderão utilizar o botijão P13, de uso doméstico e a mangueira deve ser telada e não poderá ter mais de 80 centímetros, com validade de até cinco anos.

§4º – Para quem fizer uso de material com gás, é obrigatória a existência de um extintor de pó químico com 4 quilos, a 20 centímetros do solo, sobre cavalete próprio.

§5º— É de responsabilidade de cada grupo a separação dos resíduos em lixeiras próprias para lixo orgânico e lixo reciclável, para posterior coleta.

§6º —É expressamente proibido o uso de copos ou utensílios de vidro.

Art. 14 – Não será permitido o acondicionamento ou armazenamento de bebidas destiladas em local visível, bem como não será permitido o uso de garrafas de vidro de qualquer espécie.

Art. 15 – A obrigação de zelar e impedir o consumo de bebidas alcoólicas por menores de 18 anos de idade nos grupos, seja efetivamente pertencente ao grupo ou não, será do responsável apontado na ficha de inscrição, sem prejuízo da responsabilização dos pais ou representantes legais da criança ou adolescente.

Art. 16 – A equipe organizadora determinará o local do grupo participante no espaço destinado à realização da festa "ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ", analisando também as sugestões de cada grupo.

Art. 17 – Cada grupo poderá utilizar as tendas de acordo com as configurações abaixo: Uma tenda 5 m x 5 m = 25 M² / Duas tendas 5 m x 5 m = 50m²

§1º – Não serão aceitos grupos sem tenda.

§2º – Cada grupo é responsável por adquirir/alugar suas tendas.

§3º – O espaço utilizado por qualquer grupo nunca poderá ultrapassar 50m²

§4º – Não será permitido o uso das calçadas e travessias elevadas para montagem das tendas

§5º – As tendas devem ser dispostas sempre, encostadas ao meio-fio da calçada para o meio da rua.

§6º – É expressamente proibida a junção de dois ou mais grupos, sempre respeitando o espaço mínimo entre um grupo e outro.

§7º – Será permitido o fechamento apenas das laterais das tendas, com no máximo 1 m de altura, permanecendo a parte "frontal totalmente aberta".

§8º – É proibida a utilização de seguranças particulares nos espaços destinados aos grupos.

§9º – É proibida a comercialização durante todo o evento de quaisquer produtos, inclusive aos participantes do grupo.

Art. 18— É proibida a utilização da estrutura pública (postes, placas, canteiros árvores, etc) para montagem, apoio e/ou sustentação de barracas.

Art. 19 – A prefeitura Municipal de Camboriú ora representada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico não fornece energia elétrica e tampouco, pontos de água a nenhum grupo participante do evento.

§ 1º - A ligação e utilização de fontes de energia elétrica e/ou de água são de responsabilidade de cada grupo e podem ser adquiridas antecipadamente junto ao comércio local, observando respeitar as medidas técnicas de segurança exigidas;

§2º – Extensões para energia elétrica e afins deverão estar dentro dos padrões exigidos, não podendo ter emendas, confeccionada com cabo flexível PP, corrente mínima suportada de 1,5mm 10A-2200W e cabo no mínimo 6 mm de espessura.

§3º – As extensões deverão ser conectadas "via aérea"

Art. 20— É de responsabilidade dos grupos o bom uso e zelo pelos equipamentos de apoio disponibilizados pela organização do evento, em



especial dos sanitários químicos.

Art. 21 – A utilização de som mecânico, bem como a participação de grupos musicais e o horário dos mesmos necessitam de prévia autorização da comissão organizadora do evento, sob pena de revogação da autorização de utilização do espaço público.

Art. 22 – Durante a realização do evento, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico definirá equipe de fiscalização, de modo a evitar, observar, orientar, anotar e repreender possíveis infrações para garantir a plena realização da festa.

Da Disciplina e Responsabilidade

Art. 23– Cada grupo deverá indicar um responsável que assinará a ficha de inscrição, será o porta voz e responderá pelo grupo.

Art. 24 – O não cumprimento de quaisquer das regras do evento descritas neste regulamento ou o envolvimento do grupo ou de integrantes em brigas, tumultos, agressões ou atentados à segurança, à moral e aos bons costumes, ou ainda, à prática de ações delituosas de qualquer natureza, sujeitará os envolvidos à ação repressiva da polícia, aplicação das penas legais, sumário afastamento do grupo do local da festa e, eventualmente, de determinação da equipe organizadora que impossibilite a participação futura na festividade, pelo período de até três edições posteriores.

Art. 25 – Sem prejuízo das definições do artigo antecedente, a equipe organizadora poderá, dependendo da gravidade e das circunstâncias da ocorrência ilegal, banir o grupo, seu responsável legal e demais participantes, da participação nas próximas dez edições da festa "ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ" e/ou pelos dez anos seguintes, de qualquer evento realizados pela Municipalidade.

Das Disposições Finais

Art. 26 – É expressamente proibida a veiculação em redes sociais e mídias empresas, a venda de camisetas, pulseiras ou outros objetos que caracterizem a ter finalidade de "ingresso" para participar de qualquer tenda e de qualquer grupo.

Art. 27 – É expressamente proibida, por quaisquer meios, manifestações político-partidária no evento em geral em forma de panfletos, adesivos, faixas, camisetas, etc., nas tendas, nos grupos e/ou participantes, tais como sigla de partidos/ número de partido político/ cores de partido / sigla de candidato / nome de candidato / numeração de Candidato / qualquer outra cor, símbolo ou marca que remeta a qualquer cunho político.

Art. 28 – O grupo, no ato da inscrição, se comprometerá a participar com pelo menos um representante, da reunião preparatória do evento, a ser realizada no dia 06/11/2018 (terça-feira), às 19h00, na Secretaria do Desenvolvimento Econômico.

Art. 29 – Em caso de chuva que impossibilite a realização da festa "ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ" no dia da realização prevista neste regulamento, o evento será transferido para a data posterior, a ser definida pela Equipe de Organização.

Art. 30 – Os casos omissos serão submetidos e analisados sob os critérios da Equipe Organizadora da festa "ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ".

Camboriú, 10 de outubro de 2018.

MÁRIO BIANCHET

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O ENCONTRO DE AMIGOS DE CAMBORIÚ		
EDIÇÃO DO ANO DE 2018		
NOME COMPLETO DO RESPONSÁVEL PELO GRUPO		
NÚMERO CPF	NÚMERO RG	PROFISSÃO
ENDEREÇO RESIDENCIAL		CEP
TELEFONE	E-MAIL	
NA CONDIÇÃO DE RESPONSÁVEL PELO GRUPO, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI E DO REGULAMENTO, A VERACIDADE DE TODAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS NA PRESENTE FICHA DE INSCRIÇÃO, BEM COMO DA CIÊNCIA DO DEVER DE ME SUBMETER E FAZER OS DEMAIS MEMBROS DO GRUPO SUBMETEREM-SE A TODAS AS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NO REGULAMENTO DO ENCONTRO DOS AMIGOS DE CAMBORIÚ DO ANO DE 2018, BEM COMO DE COMPARECER NA REUNIÃO PRÉVIA A SER REALIZADA NO DIA 06/11/2018 (TERÇA-FEIRA), ÀS 19HRS, NA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CAMBORIÚ.		
NOME DO GRUPO (PARA IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE ORGANIZADORA)		
ALIMENTAÇÃO:		
QUANTIDADE DE BARRACAS	BARRACA PRÓPRIA ( )	
	BARRACA ALUGADA ( )	
UTILIZAÇÃO DE SOM SIM ( ) NÃO ( )		
UTILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SIM ( ) NÃO ( )		
UTILIZAÇÃO DE GÁS GLP SIM ( ) NÃO ( )		
OBSERVAÇÕES		

Camboriú, \_\_\_\_ de outubro de 2018.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELO GRUPO

**RESUMO DE CONTRATO DIA 08 AO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1772496

**RESUMO DE CONTRATO****CONTRATOS****FMS**

Contrato Nº033/2018

Processo: Chamamento Público Nº 012/2018

Contratado: CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO DE TOXICÔMANOS E ALCOOLISTAS - CERTA

Data: 09/10/2018

Prazo: 12 meses

Valor: R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais)

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE CLINICAS E COMUNIDADES TERAPÊUTICAS ESPECIALIZADAS NO TRATAMENTO DE PESSOAS COM DEPENDÊNCIAS QUÍMICAS, QUE ATENDAM PACIENTES DO SEXO FEMININO E MASCULINO, ENTRE 14 E 18 ANOS, INCLUSIVE ADULTO EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARÁTER VOLUNTÁRIO E ORDEM JUDICIAL.

Contrato Nº034/2018

Processo: Chamamento Público Nº 012/2018

Contratado: INSTITUTO REDENÇÃO

Data: 09/10/2018

Prazo: 12 meses

Valor: R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais)

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE CLINICAS E COMUNIDADES TERAPÊUTICAS ESPECIALIZADAS NO TRATAMENTO DE PESSOAS COM DEPENDÊNCIAS QUÍMICAS, QUE ATENDAM PACIENTES DO SEXO FEMININO E MASCULINO, ENTRE 14 E 18 ANOS, INCLUSIVE ADULTO EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARÁTER VOLUNTÁRIO E ORDEM JUDICIAL.

**PMC**

Contrato Nº026/2018

Processo: Tomada de Preço Nº 007/2018

Contratado: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Data: 11/10/2018

Prazo: 5 meses

Valor: R\$ 186.265,57 (cento e oitenta e seis mil, duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL NA AVENIDA SANTA CATARINA NO TRECHO QUE COMPREENDE ENTRE A RUA LEOPOLDO LEITE E O PORTAL TURISTICO DE CAMBORIÚ, CONFORME SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

**ADITIVOS****FME**

Décimo Termo Aditivo

Contrato: 021/2014

Processo: Tomada de Preço 001/2014

Contratado: ARRUDA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

Data: 10/10/2018

Fundamento: artigo 65, II da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EDIFICAÇÃO DE UMA ESCOLA NO BAIRRO SÃO FRANCISCO DE ASSIS (ESPAÇO EDUCATIVO URBANO II FNDE) COM ÁREA TOTAL CONSTRUIDA DE 854,00 M2

Objeto do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual/execução da obra por mais 180 dias, ou seja, de 28 de outubro de 2018 até 26 de abril de 2019, tendo em vista o atraso do repasse de recursos para dar continuidade aos serviços contratados e finalizar a obra dentro do período previsto, conforme justificativa apresentada pela empresa e Secretaria de Educação.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE ERRATA ADITIVO 003/015/2017 – PMC**

Publicação Nº 1772407

**TERMO DE ERRATA  
ADITIVO**

O Município de Camboriú, através da Secretaria de Administração vem comunicar que na publicação do aditivo 003/015/2017 – PMC - Processo: Concorrência Pública nº 003/2016 da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Camboriú, publicado no dia 01 de outubro de 2018:

- Onde lê-se: R\$ 5.856.743,30 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, setecentos e quarenta e três reais e trinta)
- Leia-se: R\$ 6.029.816,78 (seis milhões, vinte e nove mil, oitocentos e dezesseis reais e setenta e oito centavos)

Camboriú SC, 10 de Outubro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE ERRATA TP 09/18 - FME**

Publicação Nº 1772664

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA DO AVISO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 009/2018-FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital da Tomada de Preços 009/2018 - FME, tendo como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA COLOCAÇÃO DE PISO VINILICO E PINTURA NAS SALAS DE AULA DO CEI CAIC NO MUNICIPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUIDOS EM ANEXO", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado o objeto do aviso de licitação .

- onde lê-se: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA COLOCAÇÃO DE PISO VINILICO NAS SALAS DE AULA DO CEI CAIC NO MUNICIPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUIDOS EM ANEXO.

- leia-se: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA COLOCAÇÃO DE PISO VINILICO E PINTURA NAS SALAS DE AULA DO CEI CAIC NO MUNICIPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUIDOS EM ANEXO.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 11 de Outubro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.529 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1772314

#### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.529 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial inciso I do art. 11 da Lei Municipal nº 4.711 de 12 de dezembro de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a fim de suplementar os seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
26.782.0047.2.112 -	Manutenção da Frota Municipal	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 20.000,00
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 20.000,00
	Total	R\$ 40.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
11 de outubro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 115/2018

Publicação Nº 1772945

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 115/2018

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 115/2018

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – SALÁRIO EDUCAÇÃO, em data de 14 de setembro de 2018, no valor de R\$ 69.769,57 (sessenta e nove mil, setecentos e sessenta e nove reais, cinquenta e sete centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de outubro de 2018.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/10/2018.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 116/2018**

Publicação Nº 1772948

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 116/2018

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 116/2018

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL em data de 26 de setembro de 2018, no valor de R\$ 3.063,06 (três mil, sessenta e três reais e seis centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de outubro de 2018.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/10/2018.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 117/2018**

Publicação Nº 1772970

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 117/2018

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 117/2018

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – GESTÃO DO SUS em data de 27 de setembro de 2018, no valor de R\$ 11.050,70 (onze mil, cinquenta reais e setenta centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de outubro de 2018.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/10/2018.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 118/2018**

Publicação Nº 1772980

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 118/2018

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 118/2018

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA em data de 04 de outubro de 2018, no valor de R\$ 26.004,33 (vinte e seis mil, quatro reais e trinta e três centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de outubro de 2018.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/10/2018.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 119/2018**

Publicação Nº 1772981

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 119/2018**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 119/2018

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – MAC – PROGRAMA ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, em data de 11 de outubro de 2018, no valor de R\$ R\$ 11.940,55 (onze mil, novecentos e quarenta reais e cinquenta e cinco centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de outubro de 2018.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/10/2018.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 120/2018**

Publicação Nº 1772982

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 120/2018**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 120/2018

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – PRÉ, em data de 05 de setembro de 2018, no valor de R\$ 4.173,80 (quatro mil, cento e setenta e três reais, oitenta centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de outubro de 2018.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/10/2018.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 121/2018**

Publicação Nº 1772989

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 121/2018**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 121/2018

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – AEE, em data de 04 de outubro de 2018, no valor de R\$ 63,60 (sessenta e três reais sessenta centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de outubro de 2018.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/10/2018.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 122/2018**

Publicação Nº 1772994

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 122/2018

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 122/2018

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – FUNDAMENTAL, em data de 04 de outubro de 2018, no valor de R\$ 10.267,20 (dez mil, duzentos e sessenta e sete reais, vinte centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de outubro de 2018.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/10/2018.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 123/2018**

Publicação Nº 1773001

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 123/2018

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 123/2018

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – CRECHE, em data de 04 de outubro de 2018, no valor de R\$ 5.842,20 (cinco mil, oitocentos e quarenta e dois reais, vinte centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de outubro de 2018.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/10/2018.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 124/2018**

Publicação Nº 1773005

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 124/2018

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 124/2018

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – PRÉ, em data de 04 de outubro de 2018, no valor de R\$ 4.173,80 (quatro mil, cento e setenta e três reais, oitenta centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de outubro de 2018.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/10/2018.



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 125/2018**

Publicação Nº 1773006

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 125/2018**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 125/2018

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar, em data de 01 de outubro de 2018, no valor de R\$ 12.293,59 (doze mil, duzentos e noventa e três reais, cinquenta e nove centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de outubro de 2018.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/10/2018.

**LEI Nº 4.753 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1773048

**GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 4.753 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018  
AUTORIZA A OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA EM IMÓVEL PARTICULAR COM FINS DE EXTRAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS MINERAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Campo Alegre/SC ingressar no imóvel sob a matrícula nº 37.334 do Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul/SC, situado na localidade de Avenquinha, neste Município de Campo Alegre/SC, de coordenadas métricas UTM com início no Ponto E 673148.05000 e ponto N 7102124.6000 e com fim no Ponto E 661073.99000 e Ponto N 7105399.9000, visando a extração mineral de saibro, nos termos da legislação federal.

Art. 2º Pela ocupação temporária, o Município de Campo Alegre/SC. pagará ao proprietário, a título indenizatório pelo uso da superfície, o valor de R\$ 20,00 (vinte reais) por acesso realizado.

Art. 3º A ocupação dar-se-á mediante o cumprimento da legislação vigente, devendo para tanto ser aberto Processo Administrativo próprio, visando levantar as eventuais transformações necessárias à área para o objeto da ocupação, com a indicação dos impactos ambientais e de vizinhança, se houver, a indicação das licenças respectivas e a descrição da recuperação ou recomposição da área ao seu estado original e/ou recuperado.

Art. 4º A ocupação deverá iniciar na data de assinatura do respectivo Termo de Ajuste Indenizatório, o qual definirá a forma de pagamento, as responsabilidades do proprietário do imóvel, bem como a vigência da ocupação, além de servir como anuência do proprietário acerca da ocupação e seus termos.

Art. 5º A referida ocupação temporária está fundamentada no processo nº 815.467/2018 do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e na Declaração de Atividade Não Sujeita ao Licenciamento Ambiental nº 504079/2018 do Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
10 de outubro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.967 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1772311

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.967 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, ANA MARIA DOS SANTOS HERBST, matrícula funcional nº 330, registro no sistema sob nº 129040, ocupante do Cargo Público e na Função de Auxiliar de Enfermagem, atualmente exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Ações Básicas da Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por motivo de doença pelo período de 02 de outubro de 2018 a 30 de novembro de 2018.

Parágrafo único. A Licença concedida de que trata o caput deste artigo, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 02 de outubro de 2018 a 16 de outubro de 2018; o período de 17 de outubro de 2018 a 30 de novembro de 2018 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 02 de outubro de 2018.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 11 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.968 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1772312

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.968 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DA CHEFE DO SERVIÇO DE AÇÕES BÁSICAS DA SAÚDE DESTE MUNICÍPIO E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial aos artigos 71 e 72, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Designar o Servidor Público Municipal AIRTON MARTINS, matrícula funcional nº 000771, registro no sistema sob nº 955388, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer interinamente a Função Gratificada FG-1, CHEFE DO SERVIÇO DE AÇÕES BÁSICAS DA SAÚDE, deste Município, a partir de 08 de outubro de 2018 até a data de 30 de novembro de 2018, por motivo da Servidora Pública Municipal Titular ANA MARIA DOS SANTOS HERBST, matrícula funcional nº 330, registro no sistema sob nº 129040, encontrar-se em Licença Para Tratamento de Saúde.

Art. 2º O Servidor Público Municipal designado perceberá a remuneração de 50% (cincoenta por cento) do valor da Gratificação da Função Gratificada atribuída ao cargo de Chefe do Serviço de Ações Básicas da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de outubro de 2018.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

11 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.969 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1772508

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.969 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 15.424 DE 26 DE ABRIL DE 2018.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art. 1º Alterar a redação do Parágrafo único do Artigo 1º da Portaria nº 15.424 de 26 de abril de 2018, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2015 a 01 de abril de 2018, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 05 de abril de 2018 sob o nº 001993”.

Art. 2º A alteração de que trata o referido Parágrafo, se dá em razão de engano do mês do período aquisitivo da Licença Prêmio da referida Servidora Pública Municipal.

Art. 3º As demais disposições previstas na Portaria nº 15.424 de 26 de abril de 2018 permanecem vigentes na integra.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de abril de 2018.

Art. 5º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
11 de outubro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.970 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1772679

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.970 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 03 de outubro de 2018, considerando-se aprovado o Estágio Probatório do Servidor Público Municipal RAFAEL NEGHERBON, matrícula funcional nº 000830, registro no sistema sob nº 955508, no Cargo Público e na Função de Motorista de Transporte de Pessoas, lotado na Secretaria Municipal de Educação. Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 02/CAESP/2018, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de outubro de 2018 sob nº 006842.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 15.962 de 09 de outubro de 2018.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 11 de outubro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

sc.gov.br em data de: 15/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campo Erê

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO 007/2018

Publicação Nº 1773080

RESOLUÇÃO 007/2018, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMAR ALBERTON, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Regimento Interno da Câmara Municipal e Lei Orgânica do Município, faz saber que o Plenário deste Poder Aprovou e fica promulgada a presente RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica CONCEDIDO o TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO do Município de Campo Erê/SC ao Coronel LUIZ CARLOS BALSAN e ao Sargento DILSON GILMAR ESTAM do Município de Campo Erê.

Art.2º O Título a que se refere o Artigo 1º desta Resolução será entregue em Sessão Solene a ser realizada em data a ser definida pelo Presidente da Câmara Municipal.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua Publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Erê/SC, 09 de outubro de 2018.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADEMAR ALBERTON  
Presidente da Câmara Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

Adelir Antônio Bussolaro  
Secretário da Mesa Diretora

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº. 8.124/2018 DE 10/10/2018 REGULAMENTA LEI Nº. 4.491/18**

Publicação Nº 1772227

DECRETO Nº 8.124/18 DE 10/10/2018

REGULAMENTA LEI Nº 4.491/18

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 100 VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 675.000,00 (Seiscentos e setenta e cinco mil reais) na dotação orçamentária constantes do Art. 1º da Lei nº 4.491/18.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 10 de outubro de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 8.125/18 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018 DELIMITA O ZONEAMENTO PARA REALIZAÇÃO DO COMERCIO AMBULANTE E EVENTUAL NO PERIODO E PERIMETRO DE REALIZAÇÃO DA ROMARIA DE NOSSA SENHORA APARECIDA**

Publicação Nº 1772229

DECRETO Nº 8.125 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

DELIMITA O ZONEAMENTO PARA REALIZAÇÃO DO COMÉRCIO AMBULANTE E EVENTUAL NO PERÍODO E PERÍMETRO DE REALIZAÇÃO DA ROMARIA DE NOSSA SENHORA APARECIDA.

SÍLVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do artigo 100, da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto no artigo 11º e seguintes da Lei Complementar 15/2013, com a redação dada pela Lei Complementar 05/2017.

DECRETA:

Art. 1º. O comércio ambulante e eventual, no perímetro e no período de realização da Romaria de Nossa Senhora de Aparecida, no ano de 2018, somente poderá ser realizado nos estandes fixados pela Administração Pública, situados na Avenida Coração de Maria, a partir da Rua Chapecó e nas imediações do Ginásio Osni Jacomel.

Art. 2º. O comércio ambulante ou eventual, no período e perímetro de realização da Romaria de Nossa Senhora de Aparecida, fica proibido nas vias públicas e passeios fora do local preestabelecido no presente Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 11 de outubro de 2018.

SÍLVIO ALEXANDRE ZANCANARO  
Prefeito Municipal

### **LEI Nº. 4.491/2018 AUTORIZA A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1772230

LEI Nº 4.491/18 DE 10/10/2018.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art 1st. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município de Campos Novos:

ENTIDADE: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 06- SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 19 – DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA- GERÊNCIA

Proj./Ativ. 2.028- Manutenção do Departamento da Agricultura- Gerência

81 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 320.000,00

Órgão: 07- SECRETARIA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Unidade: 21 – DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Proj./Ativ. 2.030- Manutenção do Departamento da Indústria e Comércio

87 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 95.000,00

Órgão: 07- SECRETARIA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Unidade: 21 – DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Proj./Ativ. 2.032- Realização de Eventos em Geral

90 – 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

92 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

TOTAL: R\$ 675.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ENTIDADE: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 01- GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Proj./Ativ. 1.000- Reequipamento do Gabinete do Prefeito- Veículos e Equipamentos

1 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

Órgão: 02- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Unidade: 02- DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

Proj./Ativ. 2.086- Manutenção da Defesa Civil Municipal

9 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.310,82

Órgão: 02- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Unidade: 03- DEP. DE MODERNIZAÇÃO ADMIN E INFORMATIZAÇÃO

Proj./Ativ. 1.002- Reequipamento da Administração Pública

10 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 21.689,18

Órgão: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 09 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Proj./Ativ. 1.019- Reequipamento do Ensino Fundamental

33 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

Órgão: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 10 – DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – PRÉ ESCOLAR

Proj./Ativ. 1.017- Reequipamento do Ensino Infantil

43 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

Órgão: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 12 – DEP. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Proj./Ativ. 2.013- Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental

55 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

TOTAL: 675.000,00

Art 2nd. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 10 de outubro de 2018.

SÍLVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal.



**TERMO DE REVOGAÇÃO DL 04\_2018**

Publicação Nº 1772356

**TERMO DE REVOGAÇÃO**

REF.: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2018 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2018.

Objeto: ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE GRAMA SEMPRE VERDE QUE SERÃO PLANTADAS NAS PRAÇAS, CANTEIROS DE AVENIDAS E JARDINS.

Inicialmente, cumpre-nos salientar que a Administração iniciou o procedimento licitatório objetivando a adesão ao Registro de Preço 93\_2018, Processo 132\_2018 para futura aquisição de gramas que seriam plantadas nas praças, canteiros de avenidas e jardins do município.

Considerando as razões de interesse público, sob esta evidência, a licitação não atingirá a finalidade de assegurar a maior vantajosidade para Administração Pública, não dando concreção ao princípio da eficiência, entende-se cabível a revogação do procedimento, permitida pelo art. 49 da Lei nº 8666/93.

Desta forma, em observância aos princípios basilares da Constituição e da lei 8.666/93, o processo será submetido a decisão da autoridade competente, em conformidade com o que dispõe o artigo 49 da lei 8.666/93, e a decisão será pela REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2018, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2018.

Desta forma, a Administração Pública não pode se desvencilhar dos princípios que regem a sua atuação, principalmente no campo das contratações públicas, onde se deve buscar sempre a satisfação do interesse coletivo, obedecendo aos princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 3º da lei 8.666/93.

A aplicação da revogação fica reservada, portanto, para os casos em que a Administração, pela razão que for perder o interesse no prosseguimento da licitação ou na celebração do contrato. Trata-se de expediente apto, então, a viabilizar o desfazimento da licitação e a suspensão da celebração de um futuro contrato com base em critérios de conveniência e oportunidade.

Acerca do assunto, o artigo 49 “caput” da Lei 8.666/93, in verbis, preceitua que:

“Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado”.

Verifica-se pela leitura do dispositivo anterior que, não sendo conveniente e oportuna para a Administração, esta tem a possibilidade de revogar o procedimento licitatório, acarretando inclusive, o desfazimento dos efeitos da licitação.

Corroborando com o exposto, o ilustre doutrinador Marçal Justen Filho (Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Dialética. 9ª Edição. São Paulo. 2002, p. 438) tece o seguinte comentário sobre revogação:

“A revogação consiste no desfazimento do ato porque reputado inconveniente e inadequado à satisfação do interesse público. A revogação se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público.... Após, praticado o ato, a administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá então o desfazimento do ato anterior... Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato (....) Nesse sentido, a lei determina que a revogação dependerá da ocorrência de fato superveniente devidamente comprovado. Isso indica a inviabilização de renovação do mesmo juízo de conveniência exteriorizado anteriormente”.

Desse modo, a Administração ao constatar a inconveniência e a inoportunidade poderá rever o seu ato e consequentemente revogar o processo licitatório, respeitando-se assim os princípios da legalidade e da boa-fé administrativa.

Diante do exposto, com fulcro nos fundamentos de fato e de direito já expostos, fica REVOGADO O PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2018, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2018 nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

Campos Novos/SC, 10 de outubro de 2018.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

# Canelinha

## PREFEITURA

### DISPENSA LICITAÇÃO 020/FMS/2018

Publicação Nº 1773076

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 020/FMS/2018

OBJETO: Contratação de seguro do veículo Mercedes Benz Sprinter 515-CDI. CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.099,87 (Três mil e noventa e nove reais e oitenta e sete centavos). FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa a licitação, com fundamento no inciso I do artigo 25, da Lei nº. 8.666/93. Canelinha, 15 de outubro de 2018. NELI FERREIRA – Secretária de Saúde

### PREGÃO PRESENCIAL 096/PMC/2018

Publicação Nº 1773090

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 096/PMC/2018

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto a aquisição de materiais para manutenção e pequenos reparos nas Unidades Escolares da Rede de Ensino do município de Canelinha, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas no Edital. DATA DE ABERTURA: 26 de outubro de 2018, às 10h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 15 de outubro de 2018. ROSANGELA MARIA LEAL CORDEIRO - Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

### PREGÃO PRESENCIAL 097/PMC/2018

Publicação Nº 1773073

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 097/PMC/2018

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa, cozinha e materiais de expediente para as Unidades Escolares da Rede de Ensino do Município de Canelinha, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas no Edital. DATA DE ABERTURA: 26 de outubro de 2018, às 07h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha, 15 de outubro de 2018. ROSANGELA MARIA LEAL CORDEIRO - Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

# Canoinhas

## PREFEITURA

### 1ª REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 123/2018 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 1772488

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 168/2018  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 123/2018 (ELETRÔNICO)  
1ª REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 26/10/2018, às 15h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) REFRIGERADORES DESTINADOS A EBM DR. AROLD C. DE CARVALHO, EBM GERTRUDES MULLER, EBM MARIA LOVATEL PIRES E CEI. VINICIUS DE MORAES E 02 (DOIS) FREEZERS, DESTINADOS A EBM ALZIRINHA DA S. CORRÊA E CEI VINICIUS DE MORAES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 26/10/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### DECRETO Nº 259/2018

Publicação Nº 1772756

DECRETO Nº. 259/2018

"ALTERAR MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam alterados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, com vigência de 2018-2020 obedecendo a seguinte composição:

#### REPRESENTANTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: Elaine Cristina da Silva;  
Suplente: Rafael Verka Sorg;  
Titular: Rosimari de Fatima Cubas Blaka;  
Suplente: Vivian Lachman.

#### REPRESENTANTE DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Denise Bazzanella;  
Suplente: Solange de Jesus Corrêa Barboza.

#### REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Sandro Volnei do Nascimento;  
Suplente: Angelita Knorek Koch.

#### REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Andre Luis de Brito;  
Suplente: Adenilse Cantoviski.

#### REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Titular: Ana Paula Alves Vieira;  
Suplente: Jocilda Clarice da Silva;  
Titular: Vania Valquiria Rodrigues Fidêncio da Costa;  
Suplente: Carmem Lucia Kanzler.

#### REPRESENTANTE DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Elenir das Graças Souza Moreira;  
Suplente: Dinazelia Aparecida Carvalho.  
Titular: Aline Gomes de Oliveira;

Suplente: Ini Gonçalves Vieira de Lima.

**REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Titular: Paulo Odair Moreira;

Suplente: Sueli Maria Kanzler Kwiecien.

**REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR MUNICIPAL**

Titular: Rosicleia Wagner Cavalet

Suplente: Adriane Claudia Marcia Bartnick de Carvalho.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 083/2018 e suas alterações.

Canoinhas/SC, 08 de outubro de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/10/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 07/2018 FCC**

Publicação Nº 1772432

**PORTARIA Nº07/2018**

José Alfredo da Fonseca, Presidente da Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer" de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e de acordo com a Lei Municipal nº2.305/1990 e nº3.803 de 18/03/2005;

**CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art.1º- Fica concedido Licença para tratamento de saúde á servidora, SOLANGE KRAILING KWITSCHAL, a qual exerce o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, junto a FUNDAÇÃO CULTURAL (CASA DA CULTURA), a qual ficará afastada de suas funções, no período de 02 de outubro de 2018 a 31 de outubro de 2018, totalizando 30 dias, conforme atestado em anexo.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de outubro de 2018.

JOSÉ ALFREDO DA FONSECA

Presidente da Fundação Cultural

Helmy Wendt Mayer

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Fundação Cultural de Canoinhas Helmy Wendt Mayer, em 05/10/2018. 03/09/2018.

**PORTARIA Nº 1016/218**

Publicação Nº 1772428

**PORTARIA Nº. 1016/2018**

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE**

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho da servidora CARLA CRISTINA PEPPE, contratada no cargo de Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais, na EBM Presidente Castelo Branco, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/10/2018, conforme Comunicação Interna nº 296/SME/2018.

Art. 2º - Rescindir o contrato de trabalho da servidora MARI ELI CORDEIRO, contratada no cargo de Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais, na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/10/2018, conforme Comunicação Interna nº 296/SME/2018.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de setembro de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/09/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº 1042/2018**

Publicação Nº 1772758

PORTARIA Nº. 1042/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR COMISSÃO

Art. 1º - Fica nomeada Comissão que acompanhará apresentação e desempenho da empresa vencedora do processo de licitação 140/2018, pregão 104/2018, visando o cumprimento integral do contrato:

I – Presidente: Andreia Fontana Kauva;

II – Marilene Wittlich;

III – Elaine Cristina da Silva;

IV – Daniela Cristina da Silva;

V – Marciano Fernandes Correa;

VI – Roberto Ivan Ludka;

VII – Fabricio Josnei Pereira;

VIII – Vanessa Langer;

IX – Marcio Juliano Seleme;

X – Diego Rafael Alves;

XI – Luis Gustavo Vieira Britto;

XII – Karina de Cassia Kohler Wendt;

XIII – Zenici Dreher Herbst;

XIV – Bruno Andrade Pedrassani.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de outubro de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/10/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 119/2018 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1772129

PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/18

HOMOLOGAÇÃO: 09/10/18

CONTRATADO: SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, TINTAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, SOLVENTE, CONES PARA SINALIZAÇÃO E PÓ DE MICROESFERA DE VIDRO PARA DEMARCAÇÃO DE PINTURA VIÁRIA, DESTINADOS A SINALIZAÇÃO DE TRANSITO DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.400,00 (vinte e oito mil e quatrocentos reais)

DATA: 11/10/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

-----  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/18

HOMOLOGAÇÃO: 09/10/18

CONTRATADO: MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, TINTAS PARA SINALIZAÇÃO VIARIA, SOLVENTE, CONES PARA SINALIZAÇÃO E PÓ DE MICROESFERA DE VIDRO PARA DEMARCAÇÃO DE PINTURA VIÁRIA, DESTINADOS A SINALIZAÇÃO DE TRANSITO DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 177.990,00 (cento e setenta e sete mil novecentos e noventa reais)

DATA: 11/10/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

-----  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/18

HOMOLOGAÇÃO: 09/10/18

CONTRATADO: GTA ATACADO E VAREJO EIRELLI CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, TINTAS PARA SINALIZAÇÃO VIARIA, SOLVENTE, CONES PARA SINALIZAÇÃO E PÓ DE MICROESFERA DE VIDRO PARA DEMARCAÇÃO DE PINTURA VIÁRIA, DESTINADOS A SINALIZAÇÃO DE TRANSITO DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.980,00 (dezesesseis mil novecentos e oitenta reais)

DATA: 11/10/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

-----  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/18

HOMOLOGAÇÃO: 09/10/18

CONTRATADO: DANNA COMERCIAL EIRELI ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, TINTAS PARA SINALIZAÇÃO VIARIA, SOLVENTE, CONES PARA SINALIZAÇÃO E PÓ DE MICROESFERA DE VIDRO PARA DEMARCAÇÃO DE PINTURA VIÁRIA, DESTINADOS A SINALIZAÇÃO DE TRANSITO DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.350,00 (treze mil trezentos e cinquenta reais)

DATA: 11/10/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

-----  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/18

HOMOLOGAÇÃO: 09/10/18

CONTRATADO: Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, TINTAS PARA SINALIZAÇÃO VIARIA, SOLVENTE, CONES PARA SINALIZAÇÃO E PÓ DE MICROESFERA DE VIDRO PARA DEMARCAÇÃO DE PINTURA VIÁRIA, DESTINADOS A SINALIZAÇÃO DE TRANSITO DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 748.000,00 (setecentos e quarenta e oito mil reais)

DATA: 11/10/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

## **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 135/2018 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1772482

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 182/2018

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 135/2018 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 29/10/2018, às 08h25min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEIAS EM ALGODÃO TIPO COLEGIAL, MEIAS ESCOLARES COM SOLADO DE BORRACHA, TÊNIS ESCOLAR COM CADARÇO E TÊNIS ESCOLAR COM ELÁSTICO, DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (CEIs e ESCOLAS), CONFORME INFORMAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA, ANEXO I DO EDITAL. Recebimento de propostas até às 08h20min do dia 29/10/2018, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 136/2018 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1772476

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 183/2018  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 136/2018 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 25/10/2018, às 13h20min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE QUILO DE COXA COM SOBRECOXA DE FRANGO DESOSSADA E CONGELADA, QUILO DE PEITO DE FRANGO CONGELADO SEM OSSO E SEM PELE E QUILOS DE ARROZ PARBOILIZADO, LONGO, FINO, TIPO 1, DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIAS, FUNDOS FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até às 13h15min do dia 25/10/2018, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito



## PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 119/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1772123

Página: 1/9

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

<b>Processo / Ano: 163/2018</b>		<b>Processo Administrativo:</b>		<b>Total dos Itens Vencedores: 984.720,00</b>				
<b>Licitação.....: 119/2018 - PR</b>								
<b>Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL</b>								
<b>Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, TINTAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, SOLVENTE, CONES PARA SINALIZAÇÃO E PO DE MICROESFERA DE VIDRO PARA DEMARCAÇÃO DE PINTURA VIÁRIA, DESTINADOS A SINALIZAÇÃO DE TRANSITO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.</b>								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 1 - 411051344 - SOLVENTE PARA DILUIÇÃO DE TINTA A BASE DE METIL METACRILATO - Unidade: GL</b>								
18120	Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame		400,000	0,0000	126,7392	50.695,66	Venceu	1 *****
18121	SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA		400,000	0,0000	123,8218	49.528,72	Perdeu	2
15808	MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP	SALECRIL	400,000	0,0000	114,2887	45.715,47	Perdeu	3
16382	GTA ATACADO E VAREJO EIRELLI		400,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		400,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18119	mafos comercio e serviços Ltda		400,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15806	SINACITY SINALIZAÇÃO LTDA	Madequímica	400,000	0,0000	130,0000	52.000,00	Desclassif.	0
17430	VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP	TINTAS PORTO	400,000	0,0000	160,0000	64.000,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 2 - 411051345 - TINTA VERMELHA A PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA - METIL METACRILATO - Unidade: GL</b>								
18120	Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame		100,000	0,0000	198,0303	19.803,03	Venceu	1 *****
18121	SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA		100,000	0,0000	194,4828	19.448,28	Perdeu	2
15808	MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP	SALECRIL	100,000	0,0000	183,0554	18.305,54	Perdeu	3
16382	GTA ATACADO E VAREJO EIRELLI		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18119	mafos comercio e serviços Ltda		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17430	VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP	TINTAS PORTO	100,000	0,0000	280,0000	28.000,00	Desclassif.	0
15806	SINACITY SINALIZAÇÃO LTDA	Madevia	100,000	0,0000	319,9000	31.990,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 3 - 411051346 - TINTA AZUL PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA - METIL METACRILATO - Unidade: GL</b>								
18120	Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame		30,000	0,0000	198,0303	5.940,91	Venceu	1 *****
18121	SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA		30,000	0,0000	198,1947	5.945,84	Perdeu	2
15808	MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP	SALECRIL	30,000	0,0000	191,7723	5.753,17	Perdeu	3
16382	GTA ATACADO E VAREJO EIRELLI		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

984.720,00

Processo Administrativo:

163/2018

119/2018 - PR

**PREGÃO PRESENCIAL**

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, TINTAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, SOLVENTE, CONES PARA SINALIZAÇÃO E PÓ DE MICROESFERA DE VIDRO PARA DEMARCAÇÃO DE PINTURA VIÁRIA, DESTINADOS A SINALIZAÇÃO DE TRANSITO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

**Item.....: 3 - 411051346 - TINTA AZUL PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA - METIL METACRILATO - Unidade: GL**

18119	mafos comercio e serviços ltda		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17430	VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP	TINTAS PORTO	30,000	0,0000	280,0000	8.400,00	Desclassif.	0
15806	SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA	Madevia	30,000	0,0000	325,0000	9.750,00	Desclassif.	0

**Item.....: 4 - 411051347 - TINTA BRANCA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA - METIL METACRILATO - Unidade: GL**

18120	Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame		2.000,000	0,0000	190,1091	380.218,20	Venceu	1 ****
18121	SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA		2.000,000	0,0000	188,1328	376.265,60	Perdeu	2
15808	MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP	SALECRIL	2.000,000	0,0000	194,6779	389.355,80	Perdeu	3
16382	GTA ATACADO E VAREJO EIRELLI		2.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		2.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18119	mafos comercio e serviços ltda		2.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17430	VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP	TINTAS PORTO	2.000,000	0,0000	270,0000	540.000,00	Desclassif.	0
15806	SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA	Madevia	2.000,000	0,0000	310,0000	620.000,00	Desclassif.	0

**Item.....: 5 - 411051348 - TINTA AMARELA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA - METIL METACRILATO - Unidade: GL**

18120	Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame		1.500,000	0,0000	190,1091	285.163,65	Venceu	1 ****
18121	SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA		1.500,000	0,0000	194,3263	291.489,45	Perdeu	2
15808	MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP	SALECRIL	1.500,000	0,0000	194,6779	292.016,85	Perdeu	3
16382	GTA ATACADO E VAREJO EIRELLI		1.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		1.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18119	mafos comercio e serviços ltda		1.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17430	VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP	TINTAS PORTO	1.500,000	0,0000	270,0000	405.000,00	Desclassif.	0
15806	SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA	Madevia	1.500,000	0,0000	318,0000	477.000,00	Desclassif.	0

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo Administrativo: 984.720,00									
Processo / Ano: 163/2018									
Licitação.....: 119/2018 - PR									
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL									
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, TINTAS PARA SINALIZAÇÃO VIARIA, SOLVENTE, CONES PARA SINALIZAÇÃO E PÓ DE MICROESFERA DE VIDRO PARA DEMARCAÇÃO DE PINTURA VIARIA, DESTINADOS A SINALIZAÇÃO DE TRANSITO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.									
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação	
Item.....: 6 - 411051349 - TINTA PRETA PARA DEMARCAÇÃO VIARIA - METIL METACRILATO - Unidade: GL									
18120	Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame		30,000	0,0000	205,9515	6.178,55	Venceu	1	*****
18121	SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA		30,000	0,0000	194,0703	5.822,11	Perdeu	2	
15808	MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP	SALECRIL	30,000	0,0000	191,7723	5.753,17	Perdeu	3	
16382	GTA ATACADO E VAREJO EIRELLI		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
18119	mafos comercio e serviços ltda		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17430	VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP	TINTAS PORTO	30,000	0,0000	250,0000	7.500,00	Desclassif.	0	
15806	SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA	Madavia	30,000	0,0000	319,9000	9.597,00	Desclassif.	0	
Item.....: 7 - 411051350 - PO DE MICRO ESFERA DE VIDRO FINA - Unidade: SC									
15808	MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP	TECHNOGLASS	1.300,000	0,0000	136,9154	177.990,00	Venceu	1	*****
18120	Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame		1.300,000	0,0000	136,9231	178.000,00	Perdeu	2	
17430	VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP	VIMASTER	1.300,000	0,0000	160,0000	208.000,00	Perdeu	3	
16382	GTA ATACADO E VAREJO EIRELLI		1.300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		1.300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
18119	mafos comercio e serviços ltda		1.300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
15806	SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA	Sterolux	1.300,000	0,0000	171,0000	222.300,00	Desclassif.	0	
18121	SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA		1.300,000	0,0000	171,2500	222.625,00	Desclassif.	0	
Item.....: 8 - 42976 - PINCEL - Unidade: UN									
15806	SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
15808	MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
16382	GTA ATACADO E VAREJO EIRELLI		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17430	VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 163/2018      Processo Administrativo: 984.720,00

Licitação.....: 119/2018 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, TINTAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, SOLVENTE, CONES PARA SINALIZAÇÃO E PÓ DE MICROESFERA DE VIDRO PARA DEMARCAÇÃO DE PINTURA VIÁRIA, DESTINADOS A SINALIZAÇÃO DE TRANSITO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 8 - 42976 - PINCEL - Unidade: UN</b>								
18119	mafos comercio e serviços ltda		150.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18120	Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame		150.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18121	SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA		150.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 9 - 19929 - DESINGRIPANTE - Unidade: UN</b>								
15806	SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA		150.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15808	MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP		150.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16382	GTAATACADO E VAREJO EIRELLI		150.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		150.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17430	VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP		150.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18119	mafos comercio e serviços ltda		150.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18120	Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame		150.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18121	SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA		150.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

**Item.....: 10 - 21183 - VASELINA SOLIDA - Unidade: POTE**

15806	SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15808	MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16382	GTAATACADO E VAREJO EIRELLI		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17430	VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18119	mafos comercio e serviços ltda		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18120	Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18121	SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 163/2018				Processo Administrativo:				984.720,00									
Licitação.....: 119/2018 - PR																	
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL																	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, TINTAS PARA SINALIZAÇÃO VIARIA, SOLVENTE, CONES PARA SINALIZAÇÃO E PÓ DE MICROESFERA DE VIDRO PARA DEMARCAÇÃO DE PINTURA VIARIA, DESTINADOS A SINALIZAÇÃO DE TRANSITO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.																	
Fornecedor		Nome do Fornecedor		Marca		Quantidade		Desconto		Preço Unitário		Preço Total		Situação		Classificação	
<b>Item.....: 11 - 411051351 - PLACA SINALIZAÇÃO - VELOCIDADE MAXIMA PERMITIDA - Unidade: UN</b>																	
15806		SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA		Sinal City		100,000		0,0000		62,9703		6.297,03		Venceu		1 *****	
18121		SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA				100,000		0,0000		57,3168		5.731,68		Perdeu		2	
18119		mafos comercio e serviços ltda				100,000		0,0000		81,3918		8.139,18		Perdeu		3	
15808		MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP				100,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
16382		GTA ATACADO E VAREJO EIRELLI				100,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
16399		DANNA COMERCIAL EIRELI ME				100,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
17430		VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP				100,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
18120		Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame				100,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
<b>Item.....: 12 - 411051352 - PLACA SINALIZAÇÃO - CIRCULAÇÃO EXCLUSIVA ONIBUS - Unidade: UN</b>																	
15806		SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA		Sinal City		20,000		0,0000		62,9702		1.259,40		Venceu		1 *****	
18121		SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA				20,000		0,0000		57,3169		1.146,34		Perdeu		2	
18119		mafos comercio e serviços ltda				20,000		0,0000		81,3917		1.627,83		Perdeu		3	
15808		MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP				20,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
16382		GTA ATACADO E VAREJO EIRELLI				20,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
16399		DANNA COMERCIAL EIRELI ME				20,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
17430		VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP				20,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
18120		Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame				20,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
<b>Item.....: 13 - 411051353 - PLACA SINALIZAÇÃO - PESO BRUTO TOTAL MAXIMO PERMITIDO - Unidade: UN</b>																	
15806		SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA		Sinal City		30,000		0,0000		62,9702		1.889,11		Venceu		1 *****	
18121		SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA				30,000		0,0000		57,3169		1.719,51		Perdeu		2	
18119		mafos comercio e serviços ltda				30,000		0,0000		81,3917		2.441,75		Perdeu		3	
15808		MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP				30,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
16382		GTA ATACADO E VAREJO EIRELLI				30,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

984.720,00

Processo Administrativo:

163/2018

119/2018 - PR

**PREGÃO PRESENCIAL**

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, TINTAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, SOLVENTE, CONES PARA SINALIZAÇÃO E PÓ DE MICROESFERA DE VIDRO PARA DEMARCAÇÃO DE PINTURA VIÁRIA, DESTINADOS A SINALIZAÇÃO DE TRANSITO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 13 - 411051353 - PLACA SINALIZAÇÃO - PESO BRUTO TOTAL MÁXIMO PERMITIDO - Unidade: UN</b>								
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17430	VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18120	Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 14 - 411051354 - PLACA SINALIZAÇÃO - ALTURA MÁXIMA PERMITIDA - Unidade: UN</b>								
15806	SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA	Sinal City	30,000	0,0000	62,9702	1.889,11	Venceu	1 *****
18121	SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA		30,000	0,0000	57,3169	1.719,51	Perdeu	2
18119	mafos comercio e serviços ltda		30,000	0,0000	81,3917	2.441,75	Perdeu	3
15808	MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16382	GTA ATACADO E VAREJO EIRELLI		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17430	VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18120	Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 15 - 411051355 - PLACA DE SINALIZAÇÃO - PROIBIDO MUDAR DE FAIXA OU PISTA - Unidade: UN</b>								
15806	SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA	Sinal City	20,000	0,0000	62,9702	1.259,40	Venceu	1 *****
18121	SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA		20,000	0,0000	57,3169	1.146,34	Perdeu	2
18119	mafos comercio e serviços ltda		20,000	0,0000	81,3917	1.627,83	Perdeu	3
15808	MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16382	GTA ATACADO E VAREJO EIRELLI		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17430	VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18120	Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 163/2018		Processo Administrativo:		984.720,00				
Licitação.....: 119/2018 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, TINTAS PARA SINALIZAÇÃO VIARIA, SOLVENTE, CONES PARA SINALIZAÇÃO E PÓ DE MICROESFERA DE VIDRO PARA DEMARCAÇÃO DE PINTURA VIARIA, DESTINADOS A SINALIZAÇÃO DE TRANSITO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 16 - 411051356 - PLACA DE SINALIZAÇÃO R-8B - PROIBIDO MUDAR DE FAIXA OU PISTA - Unidade: UN								
15806	SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA	Sinal City	20,000	0,0000	62,9702	1.259,40	Venceu	1 *****
18121	SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA		20,000	0,0000	57,3169	1.146,34	Perdeu	2
18119	mafos comercio e serviços ltda		20,000	0,0000	81,3917	1.627,83	Perdeu	3
15808	MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16382	GTA ATACADO E VAREJO EIRELLI		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17430	VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18120	Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 17 - 411051357 - PLACA SINALIZAÇÃO - VIATURAS POLICIAIS - Unidade: UN								
15806	SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA	Sinal City	20,000	0,0000	82,9310	1.658,62	Venceu	1 *****
18121	SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA		20,000	0,0000	112,8055	2.256,11	Perdeu	2
18119	mafos comercio e serviços ltda		20,000	0,0000	159,8765	3.197,53	Perdeu	3
15808	MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16382	GTA ATACADO E VAREJO EIRELLI		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17430	VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18120	Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 18 - 411051358 - PLACA SINALIZAÇÃO - VAGA DE CURTA DURACÃO - Unidade: UN								
15806	SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA	Sinal City	30,000	0,0000	82,9310	2.487,93	Venceu	1 *****
18121	SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA		30,000	0,0000	112,8055	3.384,17	Perdeu	2
18119	mafos comercio e serviços ltda		30,000	0,0000	159,8765	4.796,30	Perdeu	3
15808	MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16382	GTA ATACADO E VAREJO EIRELLI		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

984.720,00

Processo Administrativo:

163/2018

119/2018 - PR

**PREGÃO PRESENCIAL**

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, TINTAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, SOLVENTE, CONES PARA SINALIZAÇÃO E PÓ DE MICROESFERA DE VIDRO PARA DEMARCAÇÃO DE PINTURA VIÁRIA, DESTINADOS A SINALIZAÇÃO DE TRANSITO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

**Item.....: 18 - 411051358 - PLACA SINALIZAÇÃO - VAGA DE CURTA DURACÃO - Unidade: UN**

16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17430	VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18120	Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

**Item.....: 19 - 411051359 - CONE SINALIZAÇÃO - 700 A 760 MM - 400 A 400 MM DE BASE - Unidade: UN**

16382	GTA ATACADO E VAREJO EIRELLI	KTELI	200,000	0,0000	84,9000	16.980,00	Venceu	1 *****
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME	KTELI	200,000	0,0000	85,0000	17.000,00	Perdeu	2
15806	SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA	Telbras	200,000	0,0000	95,0000	19.000,00	Perdeu	3
15808	MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17430	VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18119	mafos comercio e serviços ltda		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18120	Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18121	SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

**Item.....: 20 - 411051360 - CONE SINALIZAÇÃO - 500 MM - 280 A 280 MM DE BASE - Unidade: UN**

15806	SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA	Telbras	300,000	0,0000	34,6667	10.400,00	Venceu	1 *****
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME	KTELI	300,000	0,0000	35,0000	10.500,00	Perdeu	2
16382	GTA ATACADO E VAREJO EIRELLI	KTELI	300,000	0,0000	39,4000	11.820,00	Perdeu	3
15808	MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17430	VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18119	mafos comercio e serviços ltda		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18120	Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18121	SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 163/2018

Licitação.....: 119/2018 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, TINTAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, SOLVENTE, CONES PARA SINALIZAÇÃO E PÓ DE MICROESFERA DE VIDRO PARA DEMARCAÇÃO DE PINTURA VIÁRIA, DESTINADOS A SINALIZAÇÃO DE TRANSITO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 984.720,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 21	- 411051361 - CANALIZADOR DE TRAFEGO TAMBOR - Unidade: UN							
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME	PLASTCOR	30,000	0,0000	445,0000	13.350,00	Venceu	1 *****
16382	GTA ATACADO E VAREJO EIRELLI	ECO SINAL	30,000	0,0000	490,0000	14.700,00	Perdeu	2
15806	SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15808	MAVI TINTAS E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17430	VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18119	mafos comercio e serviços ltda		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18120	Rosalen Construções e Comércio de Tintas e Ferrame		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
18121	SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas, Em .....

MARCIANO FERNANDES CORREA - ..... - Pregoeiro(a)

MAURICIO ALFONSO SOBCZAK - ..... - EQUIPE DE APOIO

WINSTON BEYERSDORFF LUCCHIARI - ..... - 64350/PR

# Capinzal

## PREFEITURA

### DECRETO 110.2018 SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Publicação Nº 1772901

DECRETO Nº 110, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Enxurradas – COBRADE 1.2.2.0.0, conforme IN/MI 02/2016 e IN 01-2017-SDC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012, e:

CONSIDERANDO que enxurrada, provocada por chuvas intermitentes ocorridas no dia 09 de outubro de 2018, provocaram alagamentos e deslizamentos na área Central, nos Loteamentos e Interior do Município.

CONSIDERANDO a precipitação do grande volume de água em um pequeno intervalo de tempo, resultou em significativos danos e prejuízos constantes no Formulário de Informações de Desastre – FIDE, anexo;

CONSIDERANDO a reunião da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, conforme Ata nº 04/2018, cópia anexa;

CONSIDERANDO o Parecer nº 01/2018, da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, relatando que a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de situação de emergência;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do Município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexados a este decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Enxurradas - COBRADE: 1.2.2.0.0.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, estão autorizadas as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente de defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedade particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre. §1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§2º Sempre que possível as áreas desapropriadas serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta (180) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Capinzal, SC, 11 de Outubro de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0171/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0046/2018**

Publicação Nº 1772754

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPINZAL  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0171/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0046/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada para confecção de novo figurino da Oficina de Dança, da Escola Municipal de Música, atendendo as necessidades do Departamento de Cultura, da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes do município de Capinzal. Com Recursos Próprios

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.136,50 (Quatro mil cento e trinta e seis reais cinquenta centavos)

PREVISÃO LEGAL: Art. 24 inciso II, da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: A Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes possui dentro da sua estrutura organizacional a Diretoria da Cultura, que é responsável em incentivar, difundir e manter a arte e a Cultura no município. Na área musical a Diretoria de Cultura gerencia a escola de música, que conta hoje com aproximadamente de 150 alunos, nas oficinas de teclado, flauta doce, violão, gaita. Conta também com o Coral Infante-juvenil e com a Banda Musical, composta por mais de 40 pessoas.

A Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes de Capinzal, através da Diretoria de Cultura, busca incentivar a cultura do município em todas as áreas culturais e o incentivo a música é um dos objetivos propostos dentro do planejamento da Diretoria, que pretende reestruturar a Banda Municipal, iniciando pela aquisição de uniformes.

Atualmente os componentes da Banda se apresentam de calça Jeans e camisetas, por falta de uniforme, tirando a caracterização de uma BANDA MUSICAL DE MARCHA. A Banda Municipal representa o município em encontros de bandas intermunicipais, abrilhanta atos cívicos e em outros diversos momentos culturais no município.

Com o intuito de melhorar as condições da nossa Banda, iniciando pelos uniformes e posteriormente investir em novos instrumentos musicais, solicitamos a aquisição dos Kits de Uniformes, conforme descrições e medidas em anexo.

Capinzal, 11 de Outubro de 2018

MARCIA TERESINHA BONATO  
Secretária de Educação, Cultura e Esportes

**CÂMARA MUNICIPAL****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2018 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2018**

Publicação Nº 1772089

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2018  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2018

GILMAR JUNIOR DA SILVEIRA, Presidente, da Câmara Municipal de Vereadores, do município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o Artigo 25, da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório Nº 009/2018, Inexigibilidade de Licitação Nº 001/2018, conforme segue:

**OBJETO**

Contração da empresa Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos – IGAM via inexigibilidade de licitação, nos termos do Artigo 25 da lei 8.666/93, com alterações posteriores, para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil, de gestão e jurídica, através de consultas por escrito, por telefone, internet e pessoalmente, disponibilização de textos técnicos de interesse da administração e remessa de informações técnicas. Acesso ao site do IGAM, onde ficarão armazenadas todas as consultas respondidas ao contratante, textos técnicos, modelos de projetos de leis e documentos e legislações para download.

Item	Qdade	Un	Marca	Descrição	Preço unitário	Preço total
------	-------	----	-------	-----------	----------------	-------------

01	12	mêses	Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos – IGAM	Assinatura de Informativos Técnicos de Atualização Mensal e Consultoria "on line" aos Municípios, relacionado aos seguintes temas: 01. Servidor Público 02. Estrutura Organizacional (organogramas funcionais) 03. Regime Próprio de Previdência Social 04. Regime Geral de Previdência 05. Direito Tributário 06. Compras, Licitações e Contratos 07. Processo legislativo (LO, RI) 08. Técnica Legislativa e Legística 09. Transferências a Instituições Privadas (Lei 13.019/14, Incentivos a Empresas, Auxílios a entidades e pessoas físicas, Empréstimos) 10. Planejamento Governamental 11. Contabilidade Aplicada ao Setor Público 12. Tesouraria 13. Patrimônio, almoxarifado e frotas 14. Sistemas de Custos e Governança 15. Organização dos Controles Internos e Auditoria; 16. Transparência e Lei de acesso à Informação 17. Obrigações Fiscais (E-social, RGPS, obrigações acessórias) 18. Processos Administrativos e Judiciais (auxílios em defesas) 19. Saúde 20. Educação 21. Assistência Social 22. Estatuto da Criança e Adolescente 23. Meio Ambiente 24. Trânsito 25. Gestão de Cidades (posturas, urbanismo, códigos) 26. Segurança Pública 27. Cerimonial e Protocolo 28. Turismo 29. Cultura e Esportes 30. Liderança 31. Gestão de Processos 32. Tabelas e Indicadores 33. IGAMExpress	1.200,00	14.400,00
Valor total					14.400,00	

**PREVISÃO LEGAL**

Lei 8666/93, com alterações:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

**JUSTIFICATIVA E RAZÃO DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES**

A contratação da Empresa Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos - IGAM, é a mais indicada em razão da necessidade que possui o Órgão em manter assessoria e consultoria técnica especializada em gestão pública, em todos as suas ramificações como planejamento, contabilidade, controles internos, sistemas de custos, direito administrativo, servidor público, processo e técnica legislativa, licitações e compras, tributos municipais, por meio de consultas escritas, ilimitadas, por telefone, acesso a informativos técnicos, reuniões presenciais e internet.

O IGAM é empresa tradicional, atua desde 1º de dezembro de 1992 no mercado e possui em seu quadro técnico profissionais em todos os seguimentos da gestão, desde as áreas do direito, da contabilidade e gestão governamental, possuindo consultores com formação jurídica e contábil.

A empresa tem atuação junto a órgãos e entidades públicas em vários estados brasileiros, possui experiência em trabalhos técnicos realizados como revisão de estatutos de servidores, planos de carreiras, reformas administrativas, revisão de controles internos, assessoria de gestão, revisões de leis orgânicas e outros, e atende de forma permanente mais de 290 órgãos públicos e entidades no RS e em outros Estados, fato que gera confiança na sua contratação.

O IGAM possui sede própria no Centro de Porto Alegre/RS, rua dos Andradas 1560, 18º andar, com 600m2 de área para atendimento a seus clientes, equipe técnica formada por colaboradores legalmente ligados à Empresa para o atendimento profissional. A Empresa possui

duas salas de cursos e um auditório, quatro salas de reuniões, e amplas salas de trabalho estruturadas por áreas de atendimento técnico. Os seus diretores André Leandro Barbi de Souza (advogado) e Paulo César Flores (Contador) possuem comprovada experiência e reputação técnica no meio em que atuam.

André Leandro Barbi de Souza é graduado em Direito pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e pós-graduado, em nível de especialização, em Direito Político, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), aluno do curso de doutorado em Direito pela Universidade de Buenos Aires. Lecionou nos cursos de graduação das faculdades de Direito da Universidade de Passo Fundo (UPF) e da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) e em cursos de pós-graduação, na área das Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e Universidade Anhaguera. Palestrou e ministrou aulas como professor convidado em eventos do Interlegis, Senado Federal. É professor convidado para ministrar aulas, cursos e palestras em eventos realizados em instituições nacionais e estaduais de representação de classes, junto ao setor público, como Abrascam, Ascam/RS, Ascam/PR, Ascam/ES, Ascam/SC, Uvesp, Uvesc, Famurs, Agip, Artafam, Confelegis, UVB, Fenalegis, Fenastc, Fenale, Sindilegis e Femergs. É parecerista e avaliador de artigos submetidos à publicação da Revista de Estudos Legislativos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Como professor ministra cursos in company em tribunais, prefeituras, câmaras, autarquias, institutos governamentais, escolas judiciais e escolas legislativas. Atua pelo IGAM como diretor, consultor, parecerista, professor e pesquisador nas áreas relacionadas com a elaboração de leis (legística, técnica legislativa e processo legislativo) e com servidor público (gestão de cargos e de pessoas, regime jurídico, sistema de remuneração, plano de carreira e avaliação de desempenho e regime previdenciário). Atua como advogado constitucionalista e administrativista. É colaborador de órgãos de imprensa e autor do livro A LEI, SEU PROCESSO DE ELABORAÇÃO E A DEMOCRACIA.

Paulo César Flores é contador, MBA em Controladoria, Especialista em Contabilidade, Auditoria e Finanças pela UFRGS, Professor Universitário da Faculdade Dom Bosco – POA, Professor em diversos cursos de especialização pelo País, no RS já trabalhou na pós graduação da UFRGS, Univates, FADERGS, é membro da Comissão de estudos de Contabilidade Aplicada ao Setor Público do CRCRS, palestrante do CRCRS, ex-auditor do Tribunal de Contas do Estado do RS, autor de artigos, livros, palestrante convidado por várias entidades dentre elas associações de servidores, tribunais de contas, e ministério público.

No que se refere à justificativa do preço acordado entre as partes, tem-se como compatível com o mercado e justo quanto à natureza e complexidade do serviço a ser prestado.

Sobre a singularidade do serviço, está se caracteriza pela peculiaridade intelectual, seja de natureza contábil, jurídica ou gestão. Não é possível mensurar a capacidade de resolver um problema técnico, seja em análises de relatórios contábeis ou lides e interpretações jurídicas ou, ainda, técnicas de gestão como liderança, gestão de pessoas, organização hierárquica, distribuição de tarefas, processos de trabalho. Assim, caracterizada está a singularidade conforme prevista no art. 13, III, da Lei de Licitações.

Ademais, a inexigibilidade prescinde, ainda, da relação de conhecimento e confiança que deve possuir o Administrador na Empresa e sobre a forma de prestação de serviços. Assim, diante da singularidade do serviço, caracterizada pela assessoria técnica intelectual, do conhecimento sobre a comprovada experiência e tradição no mercado e documentos acostados, decide o Gestor pela Empresa em comento.

Sendo assim, a inexigibilidade da licitação poderá ocorrer, forte na escolha da empresa e da singularidade dos serviços, tudo conforme o artigo 25, II da Lei Federal nº 8.666/93 – Lei de Licitações.

#### DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se, na seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.39.05.00.00.00 – Serviços Técnicos Profissionais

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 9 de outubro de 2018.

GILMAR JÚNIOR DA SILVEIRA

PRESIDENTE

### **SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/41/2018**

Publicação Nº 1772164

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/41/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0342/2018

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de materiais hidráulicos em PEAD e Eletrofusão (tubos e conexões).

TIPO: Menor Preço por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 26 de outubro de 2018.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Capinzal/SC, 15 de outubro de 2018.

Francieli A. da Rosa

Pregoeira



# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 149/2018

Publicação Nº 1772651

DECRETO Nº 149/2018

"Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências."

GLAUBER BURTET, Prefeito do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado (a) do Cargo de Secretário Municipal de Administração Finanças e Planejamento, a partir de 11/10/2018, o (a) Sr (a). IVANOR SFREDO, brasileiro (a), domiciliado em Caxambu do Sul/SC, lotado (a) na Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 11/10/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Caxambu do Sul/SC, 11 de Outubro de 2018.

GLAUBER BURTET

Prefeito

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11.2018 SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02.2017

Publicação Nº 1773067

CONTRATO Nº 11/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 02/2017, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e a CÂMARA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais e regimentais, como CONTRATADA, e a Câmara Municipal de CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.527.861/0001-10, com sede Av. Getúlio Vargas, 812, CEP 89880-000, na cidade de CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Senhor (a) Elisandra Lucatelli Santin, vereador (a), inscrito no CPF sob o n.º 025.606.979-47, no uso de suas atribuições legais e regimentais, doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 02/2017, celebrado em 2017, originário do Processo Licitatório n.º 1/2017, Dispensa de Licitação n.º 1/2017, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Sétima (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Oitava (DO VALOR DO CONTRATO), Nona (DA FORMA DE PAGAMENTO), Décima segunda (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Décima Quarta (DA DURAÇÃO) e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 02/2017, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2019.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme Resolução CIGA n.º 146, de 13 de agosto de 2018, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2019, são:



ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL EXERCÍCIO 2019	TOTAL ANUAL EXERCÍCIO 2019
1	Gestão das Câmaras de Vereadores	R\$ 280,00	R\$ 3.024,00
VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2019			R\$ 3.024,00

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 3.024,00(três mil e vinte e quatro reais), em parcela única com vencimento para 30/04/2019.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.40 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação), prevista no orçamento da Câmara Municipal para o exercício de 2019.

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2019.

**CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO**

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 02/2017.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis – SC, 15 de outubro de 2018.

ELISANDRA LUCATELLI SANTIN Presidente da Câmara Municipal de CAXAMBU DO SUL CONTRATANTE	GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA
---	---

**TESTEMUNHAS:**

ANTONIO PRIMO ZILIOOTTO Secretario	FERNANDA ROSA SOCAL Gestora de Contrato do CIGA
---------------------------------------	--

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

**304.2018**

Publicação N° 1772418

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 304/2018

- Considerando, os efeitos da Portaria n° 298/2018 de 08.10.18, que concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Marinelma Raymundo.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal n° 0085 de 30.06.99, Lei Complementar n° 006 de 23.12.99 e Lei Complementar n° 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital n° 004/2017/SMECE;

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir em caráter temporário ALINE DE FREITAS RODRIGUES, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 40 horas, Nível I, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na área de Educação Infantil na turma do Pré I, na Unidade de Infantil Maria Fuck Kreusch, pelo período de 11.09.2018 a 26.11.2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de outubro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

# Chapecó

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 116/2018

Publicação Nº 1772998

Portaria Nº 116/18

Dá nova redação ao Anexo I da Portaria nº 94/14.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º O Anexo I da Portaria nº 94/14, passa a vigorar na forma do Anexo I da presente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 09 de outubro de 2018

ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI
--------------------------

Presidente
------------

**Cocal do Sul****PREFEITURA****AVISO CONVITE Nº 04/PMCS/2018**

Publicação Nº 1772656

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 281/PMCS/2018  
CONVITE Nº 04/PMCS/2018

Objeto: Contratação de pessoa jurídica ou física, do ramo pertinente, na prestação de serviço para supervisão, controle e fiscalização das obras de implantação do ESGOTAMENTO SANITÁRIO, no município de COCAL DO SUL-SC.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até às 09h do dia 22/10/2018.

Abertura: Dia 22/10/2018, às 09h.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitação", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br).

Cocal do Sul, 15 de outubro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

**DECRETO SAF/N. 472/18**

Publicação Nº 1772377

DECRETO SAF/N. 472/18, de 11 de outubro de 2018.

SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.433, de 11 de outubro de 2018, resolve.

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, as seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA DE OBRAS VIÁRIAS, EDIF., SAN., REF., TRANSP.		
ÓRGÃO	09	
Manutenção dos Serv. da Secret. de Obras, Transp.	2.036	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	425.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	115.000,00

SECRETARIA DE OBRAS VIÁRIAS, EDIF., SAN., REF., TRANSP.		
ÓRGÃO	09	
Manutenção do Convênio Corpo de Bombeiros – FUNREBOM	2.042	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	30.000,00

TOTAL ..... R\$ 570.000,00

Art. 2º. Para dar suporte as suplementações acima, são reduzidas no mesmo orçamento as seguintes dotações:

GABINETE DO PREFEITO, VICE E ASSESSORES		
ÓRGÃO	02	
Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessores	2.003	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	50.000,00

SECRETARIA DE ADM., PLANEJ., FAZENDA E FINAN. PÚBLICAS		
--	--	--

ÓRGÃO	05	
Manutenção dos Encargos Gerais	2.001	
Elemento	Descrição	Valor
4.6.90.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	100.000,00
DEPARTAMENTO DE CULTURA		
ÓRGÃO	07	
Construção de Arena de Multiuso	1.025	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	80.000,00
DEPARTAMENTO DE CULTURA		
ÓRGÃO	07	
Manutenção do Departamento de Cultura	2.050	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	50.000,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO		
ÓRGÃO	08	
Manutenção da Secretaria de Agricultura e Abastec.	2.044	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	70.000,00
SECRETARIA DE DESENV. ECONOM. MEIO AMBIENTE TUR. COMUM.		
ÓRGÃO	10	
Manutenção Serv. Secretaria Des. Econ.	2.048	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	50.000,00
SECRETARIA DE DESENV. ECONOM. MEIO AMBIENTE TUR. COMUM.		
ÓRGÃO	10	
Manutenção do Sistema Municipal de Trânsito	2.061	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	50.000,00
SECRETARIA DE DESENV. ECONOM. MEIO AMBIENTE TUR. COMUM.		
ÓRGÃO	10	
Implantação da Rua Coberta e Infraestrutura Func.	1.022	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	120.000,00

TOTAL ..... R\$ 570.000,00.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gadzinski, 11 de outubro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 473/18**

Publicação Nº 1772434

DECRETO SAF/ Nº. 473/18, de 11 de outubro de 2018.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.395, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Ficam suplementadas do orçamento vigente, as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – Secretaria de Educação, Esporte, Cultura

2.051 - Manutenção dos Eventos Municipais	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 – Aplicações Diretas	60.000,00

Órgão: 10 - Secretaria de Desenv. Econ., Meio Ambiente, Turismo e Comunicações

2.047 - Incentivo ao Desenv. Turismo e Geração de Renda	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 – Aplicações Diretas	50.000,00

TOTAL. ....R\$ 110.000,00

Art. 2º Para suporte as suplementações acima, são reduzidas do mesmo orçamento as seguintes dotações:

Órgão: 07 – Secretaria de Educação, Esporte, Cultura

2.051 - Manutenção dos Eventos Municipais	
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 – Transf., a Instituições Financeiras sem fins lucrativos	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 – Aplicações Diretas	10.000,00

Órgão: 10 - Secretaria de Desenv. Econ., Meio Ambiente, Turismo e Comunicações

2.047 - Incentivo ao Desenv. Turismo e Geração de Renda	
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 – Transf. a Instituições finan. Sem fins lucrativos	50.000,00

TOTAL. .... R\$ 110.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 11 de outubro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**LEI N. 1.433**

Publicação Nº 1772376

LEI N. 1.433, de 11 de outubro de 2018.

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo, autorizado a suplementar do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DE OBRAS VIÁRIAS, EDIF., SAN., REF., TRANSP.		
ÓRGÃO	09	
Manutenção dos Serv. da Secret. de Obras, Transp.	2.036	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	425.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	115.000,00

SECRETARIA DE OBRAS VIÁRIAS, EDIF., SAN., REF., TRANSP.		
ÓRGÃO	09	
Manutenção do Convênio Corpo de Bombeiros – FUNREBOM	2.042	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	30.000,00

TOTAL ..... R\$ 570.000,00

Art. 2º. Para dar suporte as suplementações acima, são reduzidas no mesmo orçamento as seguintes dotações:

GABINETE DO PREFEITO, VICE E ASSESSORES		
ÓRGÃO	02	
Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessores	2.003	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	50.000,00

SECRETARIA DE ADM., PLANEJ., FAZENDA E FINAN. PÚBLICAS		
ÓRGÃO	05	
Manutenção dos Encargos Gerais	2.001	
Elemento	Descrição	Valor
4.6.90.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	100.000,00

DEPARTAMENTO DE CULTURA		
ÓRGÃO	07	
Construção de Arena de Multiuso	1.025	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	80.000,00

DEPARTAMENTO DE CULTURA		
ÓRGÃO	07	
Manutenção do Departamento de Cultura	2.050	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	50.000,00

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO		
ÓRGÃO	08	
Manutenção da Secretaria de Agricultura e Abastec.	2.044	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	70.000,00

SECRETARIA DE DESENV. ECONOM. MEIO AMBIENTE TUR. COMUM.		
ÓRGÃO	10	
Manutenção Serv. Secretaria Des. Econ.	2.048	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	50.000,00

SECRETARIA DE DESENV. ECONOM. MEIO AMBIENTE TUR. COMUM.		
ÓRGÃO	10	
Manutenção do Sistema Municipal de Trânsito	2.061	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	50.000,00

SECRETARIA DE DESENV. ECONOM. MEIO AMBIENTE TUR. COMUM.		
ÓRGÃO	10	
Implantação da Rua Coberta e Infraestrutura Func.	1.022	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações diretas	120.000,00

TOTAL ..... R\$ 570.000,00.



Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gadzinski, 11 de outubro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

# Concórdia

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 027/2018

Publicação Nº 1772635

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 029/2018

CHAMADA DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2018.

A Secretária Municipal de Administração deste Município, Sra. NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, pelo Decreto nº 82/2017, CONVOCA, obedecida rigorosamente a ordem final de classificação, o candidato aprovado no Concurso Público para o provimento de vaga no nível inicial de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Concórdia abaixo relacionado:

Nº CPF	Nome	Cargo
096.339.749-41	ANGELA MARIA FAZZIONI DE LUCA	AGENTE SOCIAL

O candidato acima relacionado deverá, no prazo de 08 (oito) dias a contar da publicação deste apresentar-se à Diretoria de Recursos Humanos do Município de Concórdia, localizada no Centro Administrativo Municipal, 3º andar, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia/SC, munido de documentos pessoais para manifestar o aceite da vaga, conforme o item número 15.7 do Edital 1/2018.

O não comparecimento na data prevista neste Edital implicará no reposicionamento para o final da lista de classificados, sendo chamado o candidato imediatamente seguinte, conforme item supracitado. O reposicionamento não garante o chamamento da vaga.

Concórdia, 11 de outubro de 2018.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2/2018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1772545

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2/2018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Convoca encontro com entidades não governamentais voltadas à garantia da dignidade afrodescendente para planejamento, organização e execução da Semana da Consciência Negra.

O Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c n Decreto 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração e, em atendimento a Lei nº 3846 de 31 de julho de 2007 e Lei nº 4900, de 26 de setembro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar encontro com entidades não governamentais do Movimento Negro, Movimento Social e/ou Movimento Sindical, voltadas à garantia da dignidade afrodescendente, para planejamento, organização e execução da Semana da Consciência Negra.

Art. 2º O Encontro de que trata o art. 1º deste Edital será realizada no dia 29 de outubro de 2018, às 15h, no Centro Cultural Concórdia, Rua Dr. Maruri, 865, Centro, Concórdia, SC.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia/SC.

JÚLIO GOMES  
Diretor Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
em 11 de outubro de 2018

JÚLIO GOMES  
Diretor Geral da FMC

**EXTRATO 17° TA CONTRATO N° 185/2014 - PMC**

Publicação N° 1772451

Contrato N° : 185/2014  
Aditivo N° : 17TA CT 185/2014/2018  
Tipo Aditivo : Prazo  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : TMK ENGENHARIA EIRELI ME  
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2014  
Objeto : contratação de serviços para levantamento topográfico e desmembramento de áreas, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo ?D? deste Edital.  
Vigência : Início: 05/10/2018 Término: 04/01/2019  
Assinatura : 05/10/2018

**EXTRATO 1° TA CONTRATO N° 201/2018 - PMC**

Publicação N° 1772453

Contrato N° : 201/2018  
Aditivo N° : 1TA Ctr 201/2018/2018  
Tipo Aditivo : Prazo  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP  
Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 3/2018  
Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) para execução de obra de pavimentação asfáltica em CAUQ e drenagem pluvial de 1.450 metros de Rua na Comunidade de Terra Vermelha, neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.  
Vigência : Início: 01/10/2018 Término: 07/06/2019  
Assinatura : 01/10/2018

**EXTRATO 1° TA CONTRATO N° 204/2018 - PMC**

Publicação N° 1772455

Contrato N° : 204/2018  
Aditivo N° : 1TA CT 204/2018/2018  
Tipo Aditivo : Prazo  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP  
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2018  
Objeto : Contratação de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada por preços global (material e mão de obra) para execução de obra de pavimentação asfáltica na Rua Padres Franciscanos, localizada no Bairro Nossa Senhora da Salette, neste Município, a ser executada com recursos próprios e oriundos do Contrato de Repasse n° 845740/2017/MCIDADES/CAIXA e contrapartida municipal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.  
Vigência : Início: 04/10/2018 Término: 03/02/2019  
Assinatura : 04/10/2018

**EXTRATO 1° TA CONTRATO N° 206/2018 - PMC**

Publicação N° 1772457

Contrato N° : 206/2018  
Aditivo N° : 1TA CTR 206/2018/2018  
Tipo Aditivo : Prazo  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : INFRACEA INFRAESTUTURA EM CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO E AEROPORTOS LTDA - ME  
Licitação : Pregão Presencial 63/2018  
Objeto : contratação de empresa especializada para prestação de serviços de emissão de laudo/parecer técnico, do aeródromo, situado em linha São Paulo, neste Município, visando o levantamento de informações a respeito do estado atual do aeródromo (in loco) situação dos órgãos competentes e relacionados (ANAC/COMAER/DECEA/CINDACTA2, entre outros), possíveis adequações necessárias para aeródromo (considerando o porte do aeródromo - código de referência do aeródromo, de acordo com as normas vigentes) bem como avaliação do uso do terminal e demais itens pertinentes, e para elaboração do Plano Básico de Zona de Proteção do Aeródromo (PBZPA) deste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.  
Vigência : Início: 05/10/2018 Término: 24/01/2019  
Assinatura : 05/10/2018

**EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 149/2016 - PMC**

Publicação Nº 1772450

Contrato Nº : 149/2016

Aditivo Nº : 2TA CTR 149/2016/2018

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI

Licitação : Pregão Presencial 60/2016

Objeto : Contratação de empresa para execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC, dos aparelhos condicionadores de ar, instalados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação e no Centro Cultural Concórdia, com recursos próprios e federais, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 01/10/2018 Término: 30/11/2018

Assinatura : 01/10/2018

Valor R\$: 2.306,26 (Dois Mil, Trezentos e Seis Reais e Vinte e Seis Centavos )

Dotação : 144 - 09.001.2032.333903917000000.01000001

Dotação : 146 - 09.001.2035.333903917000000.01000001

Dotação : 300 - 16.001.2401.333903917000000.01000001

**EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 48/2015 - FMS**

Publicação Nº 1772795

Contrato Nº : 48/2015

Aditivo Nº : 5TA Ctr 48/2015/2018

Tipo Aditivo : Objeto/Valor

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : DETECTOR MONITORAMENTO LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 2/2015

Objeto : Contratação de empresa para a prestação de serviços de monitoramento eletrônico para as unidades do Fundo Municipal de Saúde conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 01/10/2018 Término: 31/12/2018

Assinatura : 01/10/2018

Valor R\$: 1.374,00 (Um Mil e Trezentos e Setenta e Quatro Reais )

Dotação : 219 - 13.001.2102.333903977000000.01380002

Dotação : 220 - 13.001.2102.333903977000000.02000000

Dotação : 404 - 13.001.2102.333903977000000.03380002

**EXTRATO DA SESSÃO DE ABERTURA E SUSPENSÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2018 – PMC OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

Publicação Nº 1772473

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2018 – PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada, para a elaboração de projetos de engenharia rodoviária, em regime de empreitada global, para implantação das vias de Contorno Sul, Oeste e acesso a empresa BRF - Brasil Foods, no Município, com recursos oriundos da Operação de Crédito com o BRDE, CCB SC- 43.523/CEF/PRÓ-TRANSPORTE-SETOR PÚBLICO, de acordo com as especificações do Anexo "A" do Edital.

**EXTRATO DA SESSÃO DE ABERTURA E SUSPENSÃO**

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público que apresentaram-se para participar do presente certame as empresas: AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES SC LTDA, EL ARQUITETURA LTDA, ENGEPLUS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, ENGEVIX ENGENHARIA E PROJETOS S/A, GEOVIAS ENGENHARIA LTDA, IGUATEMI - CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, L L ZOCCO PROJETOS SS LTDA EPP, SOTEPA SOCIEDADE TECNICA DE ESTUDOS, PROJETOS E ASSESSORIA LTDA e TERRA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA EPP. Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, os Envelopes apresentados pelas licitantes foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e o representante legal presente, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro dos prazos fixados no Edital. Em seguida, procedeu-se à abertura dos Envelopes nº 01 – Documentação de Habilitação, sendo os documentos nele contidos conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representante legal presente. Verificou-se que as empresas EL ARQUITETURA LTDA, GEOVIAS ENGENHARIA LTDA, L L ZOCCO PROJETOS SS LTDA EPP, TERRA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA EPP comprovaram através da Certidão Simplificada da Junta Comercial, documento este, exigido no subitem 5.1.2 do Edital, que são Microempresas (ME), ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Para análise das documentações técnicas,

pertentes às Certidões de Pessoa Física dos profissionais, constantes no item 5.1, "h", foi solicitada a participação da Diretoria de Obras, fazendo-se presentes à sessão as engenheiras civis, Cristina Valcarenghi, CREA-SC 105.438-1 e Marilu Matiello CREA-SC 57.044-1. Diante da previsão contida no item 5.1, "h", a qual determinava a apresentação de certidão de pessoa física de profissionais, "Engenheiro Agrimensor, e outro profissional com atribuições para levantamento topográfico georreferenciado" e, ainda, "Engenheiro Florestal, ou agrônomo, ou biólogo, ou profissional com atribuição para coordenar e desenvolver os estudos ambientais necessários para implantação da obra", a qual permite a apresentação de "outro profissional", as engenheiras da Diretoria de Obras, requereram a suspensão da presente sessão para que pudessem efetuar diligências junto aos conselhos de classe, conforme previsão legal, contida no artigo 43, § 3º, da Lei Licitatória, para verificação das atribuições dos profissionais apresentados. Desta forma, a referida sessão foi SUSPENSA. Após retorno da documentação, com posicionamento da área técnica, será emitida Ata complementar com o resultado da fase de habilitação, bem como será publicado extrato com o resultado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)).

Concórdia, SC, 11 de outubro de 2018.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Presidente da CPL

## **EXTRATO DO CONTRATO Nº 275/2018 - PMC**

Publicação Nº 1772458

Contrato Nº : 275/2018

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : GEOVIAS ENGENHARIA LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 15/2018

Objeto : Contratação de serviços de engenharia para elaboração de projetos executivos para obra de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária em diversas vias do Município de Concórdia, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 01/10/2018 Término: 29/05/2019

Assinatura : 01/10/2018

Valor R\$: 102.010,00 (Cento e Dois Mil e Dez Reais )

Dotação : 352 - 08.001.1009.344905180000000.03000001

Dotação : 354 - 08.001.1009.344905180000000.03390002

## **EXTRATO DO CONTRATO Nº 276/2018 - PMC**

Publicação Nº 1772462

Contrato Nº : 276/2018

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : VIRTUAL AUTOMACAO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 125/2018

Objeto : Aquisição de duas licenças dos software Autodesk Architecture Eninnering and Construction na modalidade assinatura para 02 (dois) anos, em sua última versão, para desenho de edificações, construções, rodovias, passeios e obras públicas em geral, incluindo instalação e configuração, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 02/10/2018 Término: 01/10/2020

Assinatura : 02/10/2018

Valor R\$: 48.500,00 (Quarenta e Oito Mil e Quinhentos Reais )

Dotação : 357 - 08.001.2029.333903911000000.03000001

## **EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2018 – PMC OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

Publicação Nº 1772739

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2018-PMC

Objeto: Contratação de serviços de engenharia para elaboração de projetos executivos para obra de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, terraplanagem, contenções e sinalização viária em diversas vias do Município de Concórdia, de acordo com o Memorial Descritivo/ Termo De Referência constante no Anexo "D" do Edital.

### **EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: Efetuar a abertura do Envelope nº 02 – Proposta de Preço das licitantes habilitadas neste certame. Assim procedeu-se a sua abertura, sendo que as propostas foram conferidas e rubricadas pelos membros da Comissão e representante legal presente, constatando que as licitantes atenderam aos requisitos constantes no subitem 6.1 do Instrumento Convocatório. Por conseguinte foi apurada a seguinte classificação: as licitantes GEOSET - SIVIERO, ENGENHARIA,

TOPOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO LTDA e GEOVIAS ENGENHARIA LTDA ficaram empatadas em primeiro lugar apresentando o preço global de R\$ 69.527,50 (sessenta e nove mil, quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos); a licitante AGROCAP CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA EPP ficou em terceiro lugar com o menor preço global de R\$ 72.786,00 (setenta e dois mil, setecentos e oitenta e seis reais); a licitante GEOMAPA ENGENHARIA LTDA ficou em quarto lugar com o menor preço global de R\$ 91.660,00 (noventa e um mil, seiscentos e sessenta reais); a licitante DEPAI EMPREENDIMENTOS LTDA ME ficou em quinto lugar com o menor preço global de R\$ 103.572,00 (cento e três mil, quinhentos e setenta e dois reais); a licitante GREIDE ENGENHARIA LTDA ficou em sexto lugar com o menor preço global de R\$ 129.370,00 (cento e vinte e nove mil, trezentos e setenta reais); a licitante SIMULTANEA ENGENHARIA LTDA ficou em sétimo lugar com o menor preço global de R\$ 135.794,40 (cento e trinta e cinco mil, setecentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos); a licitante FESTI & FESTI CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA EPP ficou em oitavo lugar com o menor preço global de R\$ 145.000,80 (cento e quarenta e cinco mil reais e oito centavos); a licitante GTECH ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA ficou em nono lugar com o menor preço global de R\$ 182.000,00 (cento e oitenta e dois mil reais). Devido ao empate registrado entre as empresas classificadas em primeiro lugar, quais sejam GEOSET - SIVIERO, ENGENHARIA, TOPOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO LTDA e GEOVIAS ENGENHARIA LTDA, ficam as mesmas convocadas para a Sessão do sorteio de desempate, a ocorrer na data de 16 de outubro de 2018, às 08h30min, na Sala de Licitação da Prefeitura de Concórdia. Em respeito ao que prevê o item 8.5 do edital e disciplinado pelo artigo 48 da Lei Federal 8.666/93, foi efetuado em sessão o cálculo da exequibilidade das propostas, verificando que as propostas apresentadas pelas licitantes GEOSET - SIVIERO, ENGENHARIA, TOPOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO LTDA e GEOVIAS ENGENHARIA LTDA enquadram-se na condição de manifestamente inexequível com base no disposto no §1º, alínea "a", do artigo 48, devendo para tanto, a empresa a ser declarada vencedora do sorteio, demonstrar a viabilidade de sua proposta através de documentação que comprove que os valores são compatíveis com a execução do objeto contratado. Deverá ser apresentada tal documentação no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após encerrada a sessão de desempate, ou seja, até dia 18 de outubro, às 17 horas, podendo estes serem encaminhados por e-mail ou através de protocolo no Protocolo Geral da Prefeitura. A ata da sessão, em seu inteiro teor, encontra-se disponível para consulta na web site da Prefeitura. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão com a presente ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representante legal presente.

Concórdia, SC, 11 de outubro de 2018.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Presidente da CPL

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 767/2018

Publicação Nº 1772857

DECRETO Nº 767/2018

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.264/2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2018 no valor de até R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 – Gestão e Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria de Adm., Fazenda e Planejamento

Modalidade de Aplicação: 339000 – 14

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 60.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.078 – Participação em Consórcios.

Modalidade de Aplicação: 337100 – 17

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 12.000,00

Art. 2º Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 20.604.2510.2.053 – Programa Melhoramento Genético.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 63

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 12.000,00

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.001 – Pagamento dos Encargos Gerais do Município.

Modalidade de Aplicação: 469000 – 160

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 60.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 10 de outubro de 2018.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento



# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO FMS Nº 06/2018

Publicação Nº 1772725

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO FMS Nº06/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS.

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço FMS nº 06a/2018

Empresa com preços registrados: CLÍNICA MÉDICA SPIES MD LTDA ME

CNPJ: 22.300.993/0001-50

Item: 1

Total: R\$ 65.800,00 (sessenta e cinco mil e oitocentos reais).

Ata Registro de Preço FMS nº 06b/2018

Empresa com preços registrados UNIQUE CLÍNICA INTEGRADA LIMITADA

CNPJ: 30.511.011/0001-05

Item: 2

Total: R\$ 70.500,00 (setenta mil e quinhentos reais).

Ata Registro de Preço FMS nº 06c/2018

Empresa com preços registrados CLÍNICA DE ESPECIALIDADES KANNENBERG S/S LTDA

CNPJ: 08.787.382/0001-57

Item: 3

Total: R\$ 65.800,00 (sessenta e cinco mil e oitocentos reais).

Coronel Freitas (SC), 26 de Setembro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 40/2018

Publicação Nº 1772716

DE PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 40/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

Estado de Santa Catarina

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 40/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA TRANSPORTES EVENTUAIS

Validade: 12 meses

Ata registro de preço Nº 40a/2018

Empresa com preços registrados: L.G GOLLO – TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS LTDA – ME

CNPJ: 09.327.416/0001-93

Item: 1.

Total: 18.240,00 (dezoito mil e duzentos e quarenta reais).

Ata registro de preço Nº 40b/2018

Empresa com preços registrados: FOXTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA – ME

CNPJ: 03.005.332/0001-57

Item: 2.

Total: 19.140,00 (dezenove mil cento e quarenta reais).

Coronel Freitas (SC), 10 de Setembro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 41/2018**

Publicação Nº 1772573

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 41/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

Estado de Santa Catarina

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 41/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA RESTAURAÇÃO DE ASSENTOS DE ÔNIBUS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS.

Validade: 12 meses

Ata registro de preço Nº 41/2018

Empresa com preços registrados: ELIAS OLIVEIRA DOS SANTOS

CNPJ: 31.294968/0001-00

Lote: 1

Total: R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais).

Coronel Freitas (SC), 06 de Setembro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 42/2018**

Publicação Nº 1772507

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 42/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

Estado de Santa Catarina

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 42/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS

Validade: 12 meses

Ata registro de preço Nº 42/2018

Empresa com preços registrados: LUCENY MARIA BAGGIO CORTINA ME

CNPJ: 04.697.188/0001-20

Item: 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07.

Total: R\$ 606.800,00 (seiscentos e seis mil e oitocentos reais).

Coronel Freitas (SC), 04 de Outubro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 43/2018**

Publicação Nº 1772611

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 43/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

Estado de Santa Catarina

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 43/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA SINALIZAÇÃO DAS VIAS E LOGRADOUROS.

Validade: 12 meses

Ata registro de preço Nº 43/2018

Empresa com preços registrados: WILLIAN PABLO LAMPERTI

CNPJ: 25.203.392/0001-17

Lotes: 1 e 2.

Total: R\$ 190.594,00 (cento e noventa mil e quinhentos e noventa e quatro reais).

Coronel Freitas (SC), 04 de Outubro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2018**

Publicação Nº 1772580

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2018  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS  
Estado de Santa Catarina  
ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2018  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL (TINTAS E CORRELATOS)  
Validade: 12 meses

Ata registro de preço Nº 44a/2018  
Empresa com preços registrados: HL DISTRIBUIDORA DE FERRAMENTAS LTDA ME.  
CNPJ: 01.199.180/0001/45  
Lote: 1.  
Total: R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

Ata registro de preço Nº 44b/2018  
Empresa com preços registrados: ALVINA RUPPENTHAL EIRELI ME  
CNPJ: 25.074.243/0001-03  
Lote: 2.  
Total: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

Ata registro de preço Nº 44c/2018  
Empresa com preços registrados: JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA – ME  
CNPJ: 26.979.673/0001-29  
Lote: 3 e 5.  
Total: R\$ 19.699.60 (dezenove mil e seiscentos e noventa e nove reais e sessenta centavos).

Ata registro de preço Nº 44d/2018  
Empresa com preços registrados: QUIMICASOL EIRELI – EPP  
CNPJ: 06.943.501/0001-98  
Lote: 4  
Total: R\$ 35.799,45 (trinta e cinco mil e setecentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos).

Coronel Freitas (SC), 09 de Outubro de 2018.  
Izeu Jonas Tozetto  
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 45/2018**

Publicação Nº 1772577

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 45/2018  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS  
Estado de Santa Catarina  
ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 45/2018  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E CAMISETAS PARA O PROJETO PREVENIR 2018 (APAE).  
Validade: 12 meses

Ata registro de preço Nº 45a/2018  
Empresa com preços registrados: SILVIA MARIA ASSOLINI – ME  
CNPJ: 06.250.819/0001-93  
Lote: 1  
Total: R\$ 995,00 (novecentos e noventa e cinco reais).

Ata registro de preço Nº 45b/2018  
Empresa com preços registrados: TOPE BRASIL LTDA – ME  
CNPJ: 13.304.528/0001-04  
Lote: 2 e 3.  
Total: R\$ 1.623,00 (mil seiscentos e vinte e três reais).

Coronel Freitas (SC), 09 de Outubro de 2018.  
Izeu Jonas Tozetto  
Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 070/2018

Publicação Nº 1772601

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 070/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2018  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Coronel Martins – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando eventual e futura AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS CONFORME CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 877372/2018 CAIXA/PROGRAMA FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO, em conformidade com as especificações constantes no Edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 13h:30min do dia 29 de outubro de 2018, procedendo à abertura às 14h:00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no site [www.coronelmartins.sc.gov.br](http://www.coronelmartins.sc.gov.br), ou junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre nº 47, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Coronel Martins - SC, 11 de outubro de 2018.

Lais Cristina Bandeira  
Pregoeira

### RATIFICAÇÃO DE EXTRATO DE LICITAÇÃO Nº 068/2018

Publicação Nº 1772144

#### RATIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 68/2018  
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2018  
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Município de Coronel Martins – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA À EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA PARA A CONTINUIDADE E CONCLUSÃO CONFORME REPLANEJAMENTO DA QUADRO ESPORTIVA A SER EDIFICADA JUNTO AO CENTRO EDUCACIONAL DE CORONEL MARTINS, com recursos advindos do Convênio com o Ministério da Educação/FNDE/PAC 2 –Termo de Compromisso PAC 2 204527/2013 em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma físico financeiro PADRÃO FNDE, descritos nos Anexos III – VII e demais Anexos parte integrante deste edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:30min do dia 29 de outubro de 2018, procedendo à abertura às 08h:45min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no site [www.coronelmartins.sc.gov.br](http://www.coronelmartins.sc.gov.br), ou junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre nº 47, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Coronel Martins - SC, 11 de outubro de 2018.

Lais Cristina Bandeira  
Pregoeira

### RESOLUÇÃO CMDCA 006/2018

Publicação Nº 1772801

#### Resolução CMDCA Nº 06/2018

Dispõe sobre a convocação de Conselheiro Tutelar Suplente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 86/1997 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica convocado e nomeado o Conselheiro Tutelar Suplente, eleito em 04 de outubro de 2015, o Sr. Lauri Bandeira, para compor o Conselho Tutelar Municipal de Coronel Martins/SC a partir da data 15 de outubro de 2018, em substituição ao Conselheiro Tutelar Titular Luiz Bazzi, o qual encontra-se de Atestado Médico pelo período de quatro meses ou conforme avaliação do Perito do INSS.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Coronel Martins/SC, em 11 de outubro de 2018.

Chaiane Zanata

Presidente do CMDCA

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA - PROCESSO Nº 48/2018 PMCP - ERRATA

Publicação Nº 1772963

#### I ERRATA DE PUBLICAÇÃO

TOMADA DE PREÇO - PROCESSO Nº 48/2018 PMCP

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 3601 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA a Publicação do Diário Oficial dos Municípios da Tomada de Preços - Processo nº 48/2018 PMCP, cujo objeto é o CONSTRUÇÃO/REFORMA DA ESCOLA MULTISSERIADA MUNICIPAL BARRA DOS ÍNDIOS. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO. NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, com a seguinte correção, onde se lê "foi considerada DESERTA, por não comparecerem interessados ao certame", passa a ser lido "foi considerada FRACASSADA, pela inabilitação do participante". A Publicação retificada encontra-se disponível no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Correia Pinto/SC, 11 de outubro de 2018.

Celso Rogerio Alves Ribeiro

Prefeito

### EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE VALOR - PROCESSO 51/2017 PMCP

Publicação Nº 1772309

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO 51/2017 PMCP

TOMADA DE PREÇOS - EXTRATO DE CONTRATO

ADITIVO DE VALOR

Instrumento: Contrato nº 0979/2018.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

PRUMO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 07.895.117/0001-20

O presente aditamento ao Contrato Administrativo nº 0859/2017 PMCP, da Tomada de Preços nº 51/2017 PMCP, se faz com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, artigo 65, conforme parecer jurídico n. 0338/2018/PROGEM.

OBJETO: CONSTRUÇÃO DA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO, MURO DE BLOCOS DE CONCRETO, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO DE CALÇADAS, PISO CERÂMICO NO PAVILHÃO ABERTO E CAIXA DE ÁGUA, NA E.B.M. JORNALISTA CALDAS JUNIOR. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO. NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC.

Considerando que tem-se possível a alteração do contrato, consoante se verifica da exposição de motivos, cuja solicitação é aceita, concedido o aditivo de valor de R\$ 24.295,00 (Vinte e quatro mil, duzentos e noventa e cinco reais), o qual representa aproximadamente 4,874% do valor inicial do contrato, eis que observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/94, Capítulo III, Seção III, Da Alteração dos Contratos.

Correia Pinto/SC 11 de Outubro de 2018.

CELSONO RÓGERIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

# Corupá

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº002/18 ÁGUAS DE CORUPÁ

Publicação Nº 1772532

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO –

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/18

O objeto desta licitação consiste no Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS PARA USO DA AUTARQUIA ÁGUAS DE CORUPÁ, PARA ATENDER A ADEMANDA DE TROCAS DE HIDRÔMETROS ANTIGOS, SEM FUNCIONAMENTO E COM LEITURA INCORRETA DE CONSUMO, conforme especificações constantes no Termo de Referência e Anexo I – Quantitativos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia

15/10/2018 às 09h00min do dia 31/10/2018.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 31/10/2018.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 13h30minh às 16h30min

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 11 de outubro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL



# Cunha Porã

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 126/2018

Publicação Nº 1772197

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 126/2018

Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E A EMPRESA AUTO MECÂNICA IVAL LTDA- ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA CONserto DA BOMBA HIDRÁULICA DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA GIRATÓRIA SANY, MODELO SY135, USADA NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE/SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.

Processo Licitatório: nº 1481//2018

Modalidade: Dispensa por Limite nº 1401/2018

Valor Total: R\$ 15.098,00.

Data: 09/10/2018 a 31/12/2018.

Jairo Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal.

### EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 127/2018

Publicação Nº 1772201

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 127/2018

Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E A EMPRESA LETÍCIA GRAZIELE BACKES CONFECÇÕES DO VESTUÁRIO – ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS E ACESSÓRIOS DESTINADOS AOS NOVOS INTEGRANTES DO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS E MILITAR, GRUPO DE CUNHA PORÃ/SC, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC/FUMREBOM (LEI MUNICIPAL Nº 2022/2001).

Processo Licitatório: nº 1482//2018

Modalidade: Dispensa por Limite nº 1402/2018

Valor Total: R\$ 7.888,00.

Data: 09/10/2018 a 31/12/2018.

Jairo Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal.

### EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 128/2018

Publicação Nº 1772612

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 128/2018

Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E A EMPRESA OI MÓVEL S.A.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL (SMP) DO TIPO CORPORATIVO EM SISTEMA PÓS PAGO COM FORNECIMENTO DE 30 (TRINTA) CHIPS (COM PORTABILIDADE) PARA ACESSO MÓVEL PARA USO DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.

Processo Licitatório: nº 1496//2018

Modalidade: Dispensa por Limite nº 1416/2018

Valor Total: R\$ 11.916,00.

Data: 10/10/2018 a 10/10/2019.

Jairo Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal.

### EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2018

Publicação Nº 1773078

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 129/2018

Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E A EMPRESA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE – FEBAVE.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE FILANTRÓPICA, SEM FINS LUCRATIVOS, COM PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA DE DIREITO PRIVADO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE TESTE SELETIVO CONSOANTE DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO ART. 37 E SEQUINTE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, CORRESPONDENDO À ELABORAÇÃO DO EDITAL, REALIZAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, A ELABORAÇÃO, A IMPRESSÃO, A APLICAÇÃO E A CORREÇÃO DAS PROVAS, BEM COMO A RESPOSTA AOS RECURSOS E DEMAIS ATOS INERENTES AO TESTE SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE 34 CARGOS CONSTANTES DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC, NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, SAÚDE E ADMINISTRAÇÃO.

Processo Licitatório: nº 1497//2018  
Modalidade: Dispensa por Justificativa nº 1417/2018  
Valor Total: R\$ 48.600,00.  
Data: 10/10/2018 a 10/10/2019.  
Jairo Rivelino Ebeling– Prefeito Municipal.

## EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2018

Publicação Nº 1773081

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 130/2018

Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E A EMPRESA DE MARCO LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, ANO/MODELO 2018/2019, OU SUPERIOR, ZERO KM, TIPO VAN/MINIBUS, DESTINADO AO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, APTO A TRAFEGAR EM RODOVIAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADA, COM CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 11 (ONZE) PASSAGEIROS SENTADOS + 01 (UM) CADEIRANTE + MAIS O MOTORISTA, COM EQUIPAMENTO DE ACESIBILIDADE TIPO ELEVADOR PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA/CADEIRANTE, PARA USO NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUNHA PORÃ/SC.

Processo Licitatório: nº 1368//2018

Modalidade: Pregão Presencial nº 61/2018

Valor Total: R\$ 194.800,00.

Data: 11/10/2018 a 11/10/2019.

Jairo Rivelino Ebeling– Prefeito Municipal.

## PORTARIA 449

Publicação Nº 1772316

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 0449, de 01 de Outubro de 2018.

EXONERA A PEDIDO IASMIN LIMA PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 58/2015 e a Lei 2.719/16;

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 001/2017, homologado pelo Edital nº 012 de 09 de Fevereiro, prorrogado pelo decreto nº 017/2018;

CONSIDERANDO o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 01 de Outubro de 2018, IASMIN LIMA para as contratada temporariamente pela portaria 0229/18 matrícula 34525, para as funções do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 01 de Outubro de 2018.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

## PORTARIA 450

Publicação Nº 1772317

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 0450, de 03 de Outubro de 2018.

EXONERA FRANCIELI DAIANE FRISKE LAUFER MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal em Exercício, de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal 1930/99, alterada pela Lei Municipal 2597/13;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, em 03 de Outubro de 2018, FRANCIELI DAIANE FRISKE LAUFER, nomeada como Membro do Conselho Tutelar, pela portaria 0336/18;

Art. 2º - Esta portaria em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 03 de Outubro de 2018.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

**PORTARIA 451**

Publicação N° 1772318

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 0451, de 03 de outubro de 2018.

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL VANISE KLUGE RISCOF E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

**RESOLVE:**

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**, de 30 (trinta dias) a partir de 03 de outubro de 2018 até 01 de Dezembro de 2018 a servidora Municipal Vanise Kluge Riscof matrícula 1281-5 ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, referente ao período aquisitivo de 04.04.2011 a 04.04.2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 03 de outubro de 2018.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

**PORTARIA 452**

Publicação N° 1772319

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 0452, de 03 de outubro de 2018.

**CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDRIELI ALTRAIDER PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 2.719/2016.

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 001/2017, homologado pelo Edital nº 012 de 09 de Fevereiro, prorrogado pelo decreto nº 017/2018;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção das atividades do Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe;

CONSIDERANDO o afastamento da titular da vaga por licença prêmio, legalmente concedida;

CONSIDERANDO a publicação para escolha de aulas no sítio do Município, disponível em <http://www.cunhapora.sc.gov.br> em 02/10/2018 às 07:30 horas

**RESOLVE:**

Art. 1º. **CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**, a partir de 03 de outubro de 2018, ANDRIELI ALTRAIDER para as funções do cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação no C.E.I. Pequeno Príncipe, na Secretaria da Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 2,7 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 58/2015.

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º, será até perdurar o afastamento da titular de vaga, ou por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, ou por redução de turma, ou antes por conveniência administrativa.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 03 de outubro de 2018.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

**PORTARIA 453**

Publicação N° 1772321

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 0453, de 03 de outubro de 2018.

**EXONERA MURIEL TENETE BERTÉ SCHEIDT DAS FUNÇÕES DO CARGO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 2.719/2016.

CONSIDERANDO o termino da licença prêmio;

**RESOLVE:**

Art. 1º. **EXONERAR**, em 27 de Outubro de 2018, MURIEL TENETE BERTÉ SCHEIDT matricula 34983 das funções do cargo de Professora de Ensino Fundamental, com lotação na Secretaria da Educação e Cultura, contratada pela portaria 422/18

Art. 2º. Os efeitos desta portaria retroagem ao dia 27/09/2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 03 de Outubro de 2018.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

**PORTARIA 454**

Publicação Nº 1772327

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 0454 de 09 de Outubro de 2018.

**CONCEDE LICENÇA PREMIO À SERVIDORA MUNICIPAL SANDRA DOLORES PANZENHAGEM E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

**RESOLVE:**

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA PREMIO**, de 30 (trinta) dias a partir de 10 de Outubro de 2018 até 09 de Novembro de 2018 à servidora Municipal SANDRA DOLORES PANZENHAGEM matrícula 674-2 ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, referente ao período aquisitivo de 08.06.2007 a 08.06.2012.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 09 de Outubro de 2018.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

**PORTARIA 455**

Publicação Nº 1772328

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº , 0455 de 09 de Outubro de 2018.

**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL DILSON MÜLLER E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

**RESOLVE:**

Art. 1º - **CONCEDER FÉRIAS**, de 30 (trinta dias) a partir de 15 de Outubro de 2018 até 13 de Novembro de 2018 ao servidor Municipal DILSON MÜLLER matrícula 1205-0 ocupante do cargo de Técnico Agrícola, referente ao período aquisitivo de 19.08.2017 a 18.08.2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 09 de Outubro de 2018.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

# Cunhataí

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N.º 082/2018

Publicação Nº 1772924

DECRETO Nº 082/2018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com Artigo 5º, § 1º, Inciso III da Lei Municipal n.º 898 de 27 de Novembro de 2017;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Entidade n.º 01 - MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 5.500,00(Cinco Mil e Quinhentos Reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETRIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	7
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1
Função	Assistência Social	8
Sub-Função	Assistência Comunitária	244
Programa	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	11
Projeto	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	2.059
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.65.000000 - (128)
		5.500,00

Art. 2º. Para a cobertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de que trata o Artigo 1º, será através da redução parcial ou total na seguinte dotação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETRIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	7
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1
Função	Assistência Social	8
Sub-Função	Assistência Comunitária	244
Programa	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	11
Projeto	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	2.059
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.65.000000 - (126)
		5.500,00

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 11 de outubro de 2018.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

Publique-se e Registre-se

LUCIARA CRISTINA SCHNEIDER  
Coordenadora de Gestão em Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 156/2018

Publicação Nº 1771957

PORTARIA Nº 156/2018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, de acordo com o Art. 77, inc. IX, combinado com o Art. 100, inc. II, da Lei Orgânica Municipal, o Art. 97 da Lei Complementar. nº. 002/2007,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 30 dias de Férias ao Servidor Municipal, ERMIDIO HERMANN, ocupante do cargo de provimento comissionado de GERENTE DE ESTRADA, RODAGEM E TURISMO, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Urbanos, Desenvolvimento e Turismo, a partir de 15 de outubro de 2018 a 13 de novembro de 2018, relativas ao período aquisitivo de 03/07/2017 a 02/07/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí – SC, 09 de outubro de 2018.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Registre-se e Publica -se.

LUCIARA CRISTINA SCHNEIDER

Coordenadora De Gestão em Administração e Planejamento

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 42/2018

Publicação Nº 1773045

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 42/2018

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KIT ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS E PROFESSORES DOS CEIS E NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 25/10/2018, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 25/10/2018, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 10 de Outubro de 2018

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo



**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR. 77/2018**

Publicação Nº 1772894

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS</b>  CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 193/2018 - TP</b>
	Processo Administrativo: 193/2018 Processo de Licitação: 193/2018 Data do Processo: 24/09/2018

Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DO NÚCLEO MUNICIPAL LEONIZA CARVALHO AGOSTINI E CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 77/2018 (Sequência: 1)**

Ao(s) 11 de Outubro de 2018, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 622/2018, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 193/2018, Licitação nº. 193/2018 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

AMPLIAR CONSTRUÇÕES E PRE MOLDADOS LTDA - ME; CARLOS KOERICH ENGENHARIA; BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP; DOUGLAS CICHACZ DE SOUZA;

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- AS EMPRESAS INTERESSADAS PROTOCOLARAM SEUS ENVELOPES NO APRAZADO. APÓS, FOI REALIZADA A ABERTURA E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, O QUAL, VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA - ME APRESENTOU TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADA HABILITADA; A EMPRESA FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP APRESENTOU TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADA HABILITADA. A EMPRESA AMPLIAR CONSTRUÇÕES E PRE MOLDADOS LTDA - ME NÃO APRESENTOU O ATESTADO DE VISITA E TAMBÉM NÃO APRESENTOU A DECLARAÇÃO DE QUE POSSUI PLENO CONHECIMENTO DO LOCAL, CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 6.4 ALÍNEA "F" DO EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADA INABILITADA; A EMPRESA CARLOS KOERICH ENGENHARIA APRESENTOU TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADA HABILITADA; AS EMPRESA BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP APRESENTOU TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADA HABILITADA; A EMPRESA DOUGLAS CICHACZ DE SOUZA NÃO APRESENTOU A CERTIDÃO ATUALIZADA DE REGISTRO DE PESSOA FÍSICA (RESPONSÁVEL TÉCNICO) EXIGIDO NO ITEM 6.4 ALÍNEA "B" DO EDITAL, E TAMBÉM NÃO APRESENTOU DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO OU RECIBO DE RECOLHIMENTO DA CAUÇÃO EM DINHEIRO EXIGIDO NO ITEM 6.3 ALÍNEA "D" DO EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADA INABILITADA. TODAS AS EMPRESAS PARTICIPANTES APRESENTARAM A DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO ITEM 6.3 ALÍNEA "G", DESTA FORMA, PODENDO GOZAR OS BENEFÍCIOS DA LC 123/06 E 147/14.. AS EMPRESAS AMPLIAR CONSTRUÇÕES E PRE MOLDADOS LTDA - ME; CARLOS KOERICH ENGENHARIA; BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP; DOUGLAS CICHACZ DE SOUZA; RENUNCIARAM A INTENÇÃO DE RECURSO. FICA APRAZADO O PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS PARA PROTOCOLO DE RECURSO, REFERENTE A DECISÃO DA CPL.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS****CNPJ:** 83.754.044/0001-34  
**Rua Coronel Vidal Ramos, 860**  
**C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC****TOMADA DE PREÇO**  
**Nr.: 193/2018 - TP****Processo Administrativo:** 193/2018  
**Processo de Licitação:** 193/2018  
**Data do Processo:** 24/09/2018

Folha: 2/2

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitibanos, 11 de Outubro de 2018

**COMISSÃO:**

DIEGO SEBEM WORDELL - ..... - Presidente da Comissão de Licitação

CRISTINA MELO MENEGOTTO - ..... - SECRETARIA

DANIELE CRISTINA POZZO DA SILVA - ..... - 1º MEMBRO

ROBERTO CARLOS DA SILVA - ..... - 2º MEMBRO

CRISTIANO FRANÇA PEREIRA - ..... - 3º MEMBRO

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

LUIZ CARLOS SUTIL - ..... - Representante

PAULO ANTONIO BALBINOT - ..... - Representante

DOUGLAS CICHACZ DE SOUZA - ..... - Representante

CARLOS KOERICH - ..... - Representante

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR. 77/2018**

Publicação Nº 1772891

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS</b>  <b>CNPJ: 83.754.044/0001-34</b> <b>Rua Coronel Vidal Ramos, 860</b> <b>C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 193/2018 - TP</b>  <b>Processo Administrativo: 193/2018</b> <b>Processo de Licitação: 193/2018</b> <b>Data do Processo: 24/09/2018</b>
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DO NÚCLEO MUNICIPAL LEONIZA CARVALHO AGOSTINI E CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 77/2018 (Sequência: 1)**

Ao(s) 11 de Outubro de 2018, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 622/2018, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 193/2018, Licitação nº 193/2018 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** AS EMPRESAS ANDRÉ LEMOS VIEIRA E CIA LTDA ME E FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP ENVIARAM TERMO DE RENÚNCIA. PROSSEGUINDO O PROCESSO, FOI REALIZADA A ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO DAS EMPRESAS HABILITADAS, SENDO QUE, VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS APRESENTARAM PROPOSTA DE PREÇO EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, SENDO CONSIDERADAS CLASSIFICADAS. A EMPRESA BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP APRESENTOU PROPOSTA COM VALOR GLOBAL DE R\$ 474.982,36; A EMPRESA FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA APRESENTOU PROPOSTA COM VALOR GLOBAL DE R\$ 498.925,99; A EMPRESA CARLOS KOERICH ENGENHARIA APRESENTOU PROPOSTA COM VALOR GLOBAL DE R\$ 514.699,31; A EMPRESA ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA APRESENTOU PROPOSTA COM VALOR GLOBAL DE R\$ 491.882,36. SENDO ASSIM, DECLARADA VENCEDORA DO CERTAME A EMPRESA BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP. AS EMPRESAS CARLOS KOERICH ENGENHARIA E BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP RENUNCIARAM A INTENÇÃO DE RECURSO. FICA APRAZADO O PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS PARA PROTOCOLO DE RECURSO, REFERENTE A DECISÃO DA CPL.

**LOTE: 1****Participante: 11911 - BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DO NÚCLEO MUNICIPAL LEONIZA CARVALHO AGOSTINI, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.	%	100,00		0,0000	4.397,8903	439.789,03
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE NO NÚCLEO MUNICIPAL LEONIZA CARVALHO AGOSTINI, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.	%	100,00		0,0000	351,9333	35.193,33

**Total do Participante ———>** 474.982,36

**Total Geral —————>** 474.982,36

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS****CNPJ:** 83.754.044/0001-34  
**Rua Coronel Vidal Ramos, 860**  
**C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC****TOMADA DE PREÇO  
Nr.: 193/2018 - TP****Processo Administrativo:** 193/2018  
**Processo de Licitação:** 193/2018  
**Data do Processo:** 24/09/2018

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 11 de Outubro de 2018

**COMISSÃO:**

DIEGO SEBEM WORDELL - ..... - Presidente da Comissão de Licitação  
CRISTINA MELO MENEGOTTO - ..... - SECRETARIA  
DANIELE CRISTINA POZZO DA SILVA - ..... - 1º MEMBRO  
ROBERTO CARLOS DA SILVA - ..... - 2º MEMBRO  
CRISTIANO FRANÇA PEREIRA - ..... - 3º MEMBRO

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

LUIZ CARLOS SUTIL - ..... - Representante  
PAULO ANTONIO BALBINOT - ..... - Representante  
DOUGLAS CICHACZ DE SOUZA - ..... - Representante  
CARLOS KOERICH - ..... - Representante

# Descanso

## PREFEITURA

### DECRETO 1981/2018, HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO DA PROVA PRÁTICA (APÓS OS RECURSOS), DOS CANDIDATOS INSCRITOS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018, PARA A SELEÇÃO DE MOTORISTA – (CATEGORIA “C”), MOTORISTA (CATEGORIA “D”) E OPERADOR DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS (CATEGORIA “C”), PARA CONTRATAÇÃO TEMPO

Publicação Nº 1772133

DECRETO Nº 1981/2018, de 11 de outubro de 2018.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO DA PROVA PRÁTICA (APÓS OS RECURSOS), DOS CANDIDATOS INSCRITOS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018, PARA A SELEÇÃO DE MOTORISTA – (CATEGORIA “C”), MOTORISTA (CATEGORIA “D”) E OPERADOR DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS (CATEGORIA “C”), PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM RAZÃO DOS CONCURSOS PÚBLICOS Nº 02 E 03/2007, ESTAREM SUB JUDICE E EM EVENTUAIS VAGAS VINCULADAS OU EXCEDENTES E COMPOR RESERVA TÉCNICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais nos termos do artigo 303, da Lei nº 086/1991, de 27.12.1991, alterado pela Lei nº 106/1997, de 22.09.1997, Lei nº 354/2001, de 18.12.2001, alterada pela Lei nº 1009/2010, de 22.11.2010 e Lei nº 1281/2013, de 25.11.2013, Lei nº 04/1990, de 02.03.1990, Lei nº 040/90, de 28.05.1990, Lei nº 089/1990, de 31.10.1990, Lei nº 360/2001, de 27.12.2001, Lei nº 908/2009, de 26.11.2009, alterada pela Lei nº 994/2010, de 20.10.2010, Lei nº 827/2009, de 25.03.2009, Lei nº 1376/2014, de 16.10.2014, alterada pela Lei nº 1384/2014, de 07.11.2014, Lei nº 1378/2014, de 16.10.2014, Lei nº 1426/2015, de 16.04.2015, Lei 827/2009, de 25.03.2009, Lei 1519/2017, de 25.05.2017, Decreto nº 1832/2017, 06.03.2017, Lei Estadual nº 10.567 de 07.11.1997 com as alterações trazidas pela Lei Estadual nº 17.457/2018, de 10.01.2018, Lei Federal nº 13.656, de 30.04.2018, Lei 1306/2014, de 21.02.2014, Lei 1378/2014, de 16.10.2014, Lei nº 086/91 de 27.12.91 e Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a classificação da prova prática (Após os recursos), dos candidatos inscritos ao Edital de Processo Seletivo nº 02/2018, de 25 de Julho de 2018, para seleção de servidores para contratação temporária / admissão por prazo determinado de Motorista – (Categoria “C”) Motorista (Categoria “D”) e Operador de Equipamentos Rodoviários (Categoria “C”), conforme abaixo relacionado:

Motorista (Categoria “C”)				
Nº	INSC	CANDIDATO	NOTA PROVA PRÁTICA	SITUAÇÃO
1	23	Jose Paulo Medeiros	4,60	Classificado
2	192	Leandro Feraz	4,50	Classificado
3	254	Rogério Tomazin	4,30	Classificado
4	283	Silverio Antonio Hoinacki	4,80	Classificado
5	386	Volmir Basso	4,30	Classificado
6	234	Jordani Soares Leal	Faltante	Desclassificado
7	293	Moacir Luiz Falavigna	Faltante	Desclassificado

Motorista (Categoria “D”)				
Nº	INSC	CANDIDATO	NOTA PROVA PRÁTICA	SITUAÇÃO
1	375	Anderson Roberto Kovalski	4,60	Classificado
2	98	Edmar Jose De Sousa	4,80	Classificado
3	129	Elionei Tiago Formagin	4,50	Classificado
4	259	Francisco Jovenal Honorato	4,40	Classificado
5	373	Neimar Marcos Soethe	Faltante	Desclassificado
6	111	Rodrigo Pedroso De Oliveira	Faltante	Desclassificado

Operador de Equipamentos Rodoviários (Categoria “C”)				
Nº	INSC	CANDIDATO	NOTA PROVA PRÁTICA	SITUAÇÃO
1	429	Amilton Francisco Morosini	4,80	Classificado
2	139	Loimir Campagnaro	4,80	Classificado
3	132	Eliseu Angelo Degani	-	Desclassificado

4	200	Nilson Gularte	-	Desclassificado
---	-----	----------------	---	-----------------

Art. 2º Para os cargos de Motorista (Categorias "C" e "D") e Operador de Equipamentos Rodoviários (Categoria "C"), somente serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota mínima de 1,00 (um) ponto no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais) e nota mínima de 3,00 (três) pontos, na prova prática.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso – SC, 11 de outubro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

## **LEI 1650/2018, AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 6.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1772134

LEI Nº 1650/2018, de 11 de outubro de 2018.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 6.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	13.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
Unidade:	13.23	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
Proj./Ativ.	06.181.0025.2.065	Manut. Convenio Segurança Pública e Radiopatrulha
3.3.90.00.00.00.00.0636	Aplicações Diretas (138)	6.000,00

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior o excesso e provável excesso de arrecadação apurado nas seguintes rubricas orçamentárias:

Descrição	Recurso	Valor
Recursos Multas Prev.Leg.Trânsito – SSP/SC	636	6.000,00
	T O T A L □	6.000,00

Art. 3º - Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017, da LDO 2018 - Lei Municipal nº 1560/2017 e da LOA 2018 – Lei Municipal nº 1576/2017, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 4º - A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 11 de outubro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2018 - PMD**

Publicação Nº 1772615

MUNICIPIO DE DESCANSO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2018

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para execução de obra de ampliação da creche, Casinha Feliz do Distrito de Itajubá, com área de 285,61m<sup>2</sup>, com recursos provenientes do Termo de Compromisso 121342, celebrado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08:00 horas do dia 01/11/2018, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico [www.descanso.sc.gov.br](http://www.descanso.sc.gov.br) Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 11 de outubro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito Municipal



# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 042/2018

Publicação Nº 1772385

DECRETO Nº 042, de 10 de outubro de 2018.  
Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 99.996,12.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, Prefeita de Doutor Pedrinho/SC, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 890, de 12 de dezembro de 2017;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 99.996,12 (noventa e nove mil novecentos e noventa e seis reais e doze centavos), por Excesso de Arrecadação, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2018 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 890, de 12/12/2017):

06.001.10.301.0150.1028	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
06.001.10.301.0150.1028	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		
06.001.10.301.0150.1028	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		
400000	DESPESAS DE CAPITAL		
440000	INVESTIMENTOS		
449000	APLICAÇÕES DIRETAS		
0163000	TRANSF. CONVÊNIO – ESTADO/SAÚDE	99.996,12	
TOTAL		99.996,12	
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		99.996,12	

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Excesso de Arrecadação -----R\$ 99.996,12

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 10 de outubro de 2018; 30o ano de Fundação; 29o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES  
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho, SC, 10 de outubro de 2018.

TARCÍSIO LENZI  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 043/2018

Publicação Nº 1772386

DECRETO Nº 043, de 11 de outubro de 2018.

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO CENTRO DE EVENTOS CIDADE DE DOUTOR PEDRINHO E DEPENDÊNCIAS AO GRUPO CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHA HERANÇA CAMPEIRA.
--

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho/SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, VII, combinado com o art. 72, I, "f" e "n", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990, e ainda a Lei Complementar Municipal 143, de 27 de junho de 2018.

CONSIDERANDO a solicitação de deferimento para o Grupo Centro de Tradições Gaúcha Herança Campeira à realizar a Festa do Piquete Caminhos da Tradição nas dependências do Centro de eventos de Doutor Pedrinho localizado na rua Pioneiros, 150;

CONSIDERANDO a previsão legal na Lei Complementar Municipal 143/2018 para autorização de uso de bem público municipal.

#### DECRETA

Art. 1º. Fica autorizado o uso das dependências do Centro de Eventos Cidade de Doutor Pedrinho pelo Grupo Centro de Tradições Gaúcha

Herança Campeira, CNPJ: 05.763.716/0001-64, nas datas de 15 de dezembro à 16 de dezembro de 2018.

Parágrafo Único - Para fins e efeitos deste Decreto, são considerados como dependências do Centro de Eventos os seguintes espaços: Centro de Eventos, Galpão Aberto, Banheiros externos do Centro de Eventos e pátio de estacionamento.

Art. 2º

Caberá a Secretaria Municipal de Desporto e Cultura:

I – Cobrar do Grupo, associação ou entidade que utilizar o espaço público a limpeza e manutenção dos espaços internos e externos durante e após o evento realizado;

Art. 3º Não sendo atendida as condições previstas no inciso I do Art. 2º deste decreto, não serão concedidas novas autorizações a requerente pelo prazo de 12 meses.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 11 de outubro de 2018; 30o ano de Fundação; 29o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES  
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho, SC, 11 de outubro de 2018.

TARCÍSIO LENZI  
Chefe de Gabinete.

## DECRETO Nº 044/2018

Publicação Nº 1772854

DECRETO Nº 044, de 11 de outubro de 2018.

Aprova o Regulamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº 545, de 12 de dezembro de 2003.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, Prefeita de Doutor Pedrinho/SC, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Municipal nº 545, de 12 de dezembro de 2003,

DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado o Regulamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº 545, de 12 de dezembro de 2003, na forma do anexo integrante do presente Decreto.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 11 de outubro de 2018; 30o ano de Fundação; 29o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES  
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho, SC, 11 de outubro de 2018.

TARCÍSIO LENZI  
Chefe de Gabinete.

ANEXO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 44/2018

REGULAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Capítulo I  
DAS CARACTERÍSTICAS, DA FINALIDADE E DOS RECURSOS DO FUNDO.

Art. 1º. O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente é um fundo de natureza contábil, criado pela Lei Municipal nº 545 de 12 de dezembro de 2003, e regido pelo presente Regulamento e pelas demais disposições legais aplicáveis.

Art. 2º. Os recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente serão aplicados em benefício das crianças e dos adolescentes, nos termos da legislação vigente e das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º Os recursos do Fundo serão constituídos de:

I - Doações de contribuintes do Imposto de Renda e outros incentivos governamentais;

II - Dotação prevista anualmente na legislação orçamentária municipal;

III - Doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências de Entidades Nacionais e Internacionais, Governamentais e não-Governamentais;

IV - Produto das aplicações dos recursos disponíveis e vendas de materiais, publicações e eventos realizados;

V - Receitas oriundas de multas aplicadas sobre infrações que envolva crianças ou adolescentes, respeitadas as competências das esferas Governamentais e dos seus repasses ao Município;

VI - Receitas provenientes de convênios, acordos e contratos realizados entre o Município e entidades Governamentais ou não Governamentais, que tenham destinação específica;

V - Doações em espécie feitas diretamente ao Fundo.

## Capítulo II

### DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 4º. Os recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente serão aplicados como segue:

I - 70%, no mínimo, para programas de proteção especial às crianças e aos adolescentes expostos a situações de risco pessoal e social, especialmente para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes e para programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade;

II - 20% para programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - 10% para projetos e assessoria nas áreas de comunicação e divulgação, para honorários advocatícios, custas e despesas correlatas, feitas em defesa dos interesses do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, em juízo ou fora dele inclusive o valor da condenação, caso venha a ser vencido.

Parágrafo Único - Os recursos referidos nos incisos I a III deverão ser depositados em estabelecimentos oficial de crédito, em conta remunerada e/ou fundo de prazo fixo, enquanto não aplicados.

## Capítulo III

### DA GESTÃO DO FUNDO

Art. 5º. O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente tem na Secretaria Municipal de Administração e Finanças sua estrutura de execução e controle contábil, inclusive para efeitos de prestação de contas na forma da Lei, sendo o Secretário Municipal de Administração e Finanças o ordenador das despesas e tendo como atribuições:

I - Praticar os atos de acordo com as diretrizes e programas estabelecidos em proposta orçamentária, aprovados por maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Movimentar as contas bancárias;

III - Submeter à aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, em consonância com o Plano Municipal de ação e a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - Submeter ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o balancete semestral da receita e da despesa do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, encaminhando-o, após, ao setor contábil da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho;

V - Emitir e assinar notas de empenho, cheques e ordens de pagamento aprovados pelo Conselho;

VI - Dar cumprimento às obrigações pertinentes em convênio e/ou contratos propostos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - Manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente referentes a empenhos, liquidação, pagamento de contas das despesas e recebimentos das receitas do Fundo.

## SEÇÃO I

### DOS ATIVOS DO FUNDO

Art. 6º. Constituem ativos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente:

I - As disponibilidades monetárias em bancos, oriundas das suas receitas;

II - Os bens móveis e imóveis sem ônus, destinados à execução dos programas e projetos do Plano Municipal de Ação;

III - Outros direitos que porventura lhe vierem a ser conferidos;

## SEÇÃO II

### DOS PASSIVOS DO FUNDO

Art. 7º. Constituem passivos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente as obrigações de qualquer natureza, assumidas de comum acordo com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para implementação do Plano Municipal de Ação.

## SEÇÃO III

### DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

Art. 8º O orçamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente evidenciará as políticas e programas do Plano Municipal de Ação, observados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º A contabilidade emitirá relatórios semestrais de gestão;

§ 2º. Entende-se por relatório de gestão os balancetes semestrais da receita e da despesa do Fundo e demais demonstrações exigidas pela

Administração e pela Legislação pertinente;  
§ 3º. As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

#### SEÇÃO IV DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

##### SUBSEÇÃO ÚNICA DA DESPESA

Art. 9º Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.  
Parágrafo Único - Para os casos de insuficiência e omissões orçamentárias, poderão ser utilizados créditos adicionais suplementares e especiais, desde que autorizadas por lei e abertos por Decreto Executivo.

Art. 10 - Constituem despesas do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente as que se referem:

- I - Ao financiamento total ou parcial de programas de atendimento e de projetos constantes do Plano Municipal de Ação;
- II - A aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos, necessários ao desenvolvimento de programas e projetos;
- III - A construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis necessários à implantação e implementação do Plano Municipal de Ação;
- IV - Ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações do Plano Municipal de Ação;
- V - Ao desenvolvimento de programas de estudo, pesquisa, capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos necessários à execução do Plano Municipal de Ação, conforme percentuais estabelecidos no art. 4º deste Regulamento;
- VI - Ao atendimento de despesas diversas de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações pertinentes aos projetos, desde que aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

#### Capítulo V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 - O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente terá a vigência indeterminada.

Art. 12 - Ocorrendo a extinção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, os recursos financeiros existentes serão postos à disposição do Município de Doutor Pedrinho.

# Ermo

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 071, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação N° 1772500

DECRETO N.º 071, de 04 de Outubro de 2018.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 436/17, de 13/12/2017 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência e Previdência de Ermo no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), a saber:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

10.302.0040.2.052 – Manutenção do Fundo de Assistência

3.3.90.00.00.00.00.0080 (1) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0080 (Recursos Próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 04 de Outubro de 2018.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO N.º 072, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação N° 1772503

DECRETO N.º 072, de 04 de Outubro de 2018.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 436/17, de 13/12/2017 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 7.000,00 a saber:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0021.2.004 – Manutenção do Convenio Polícia Militar

3.3.90.00.00.00.00.0080 (11) – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0080 (Recursos Próprios) no valor de R\$ 7.000,00 (convênio rádio patrulha).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 04 de Outubro de 2018.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO N.º 073, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1772504

DECRETO N.º 073, de 08 de Outubro de 2018.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 436/17, de 13/12/2017 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 10.000,00, a saber:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.846.0000.0.001 – Pasep

4.6.90.00.00.00.00.0080 (17) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0080 (Recursos Próprios) no valor de R\$ 10.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 08 de Outubro de 2018.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

# Erval Velho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 029/2018

Publicação Nº 1772295

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 078/2018  
Edital de Dispensa de Licitação nº 029/2018

O Município de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Dispensa Processada e Julgada em conformidade com Artigo 24, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Reforço na Ponte da Rua Cel. Honorato Vieira Próximo a COHAB.

Contratado: VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 20.325,41 (Vinte mil trezentos e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos).

Substrato Jurídico: Artigo 24, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93.

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 030/2018

Publicação Nº 1772297

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 079/2018  
Edital de Dispensa de Licitação nº 030/2018

O Município de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Dispensa Processada e Julgada em conformidade com Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Aquisição de 12 (Doze) Bombas dosadoras eletromagnéticas para Poços Artesianos do Município.

Contratado: QUIMICAMPOS COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIGITAIS LTDA ME

Valor do Contrato: R\$ 10.690,80 (Dez mil seiscentos e noventa reais e oitenta centavos).

Substrato Jurídico: Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 031/2018

Publicação Nº 1772299

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 080/2018  
Edital de Dispensa de Licitação nº 031/2018

O Município de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Dispensa Processada e Julgada em conformidade com Artigo 24, inciso XXVI da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Execução de serviços de teste de vazão com bomba submersa - 24 horas com desinfecção e análise dos parâmetros para caracterização físico-química e bacteriológico da água no Município de Erval Velho.

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

Valor do Contrato: R\$ 1.925,00 (Um mil novecentos e vinte e cinco reais).

Substrato Jurídico: Artigo 24, inciso XXVI da Lei Federal nº 8.666/93.  
O Edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

## **EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 032/2018**

Publicação Nº 1772300

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 081/2018  
Edital de Dispensa de Licitação nº 032/2018

O Município de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Dispensa Processada e Julgada em conformidade com Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Elaboração de Projeto Elétrico de Iluminação Natalina para o ano de 2018 no Município de Erval Velho.

Contratado: RGV ENGENHARIA LTDA ME

Valor do Contrato: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais).

Substrato Jurídico: Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal



# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 2031/2018

Publicação Nº 1773060

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2031/2018  
MODALIDADE: Dispensa por justificativa nº. 1981/2018  
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor Técnica

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE MEDICO CLINICO GERAL PARA SUBSTITUIÇÃO DA MEDICA EFETIVA RESPONSÁVEL DO ESF QUE ENTRA EM FERIAS A PARTIR DO DIA 15/10/2018 ATE 29/10/2018.  
CONTRATADO: THUME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

VALOR TOTAL: R\$ 11.000,00 (Onze mil reais).

DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS:

103010013.2.023000 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA;

3.3.90.39.50.00.00 - SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO;

Flor do Sertão – SC, aos 11 dias do mês de outubro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04	CPF: 010.389.549-32
Prefeito Municipal	Presidente da Comissão de Licitações

### CONTRATO Nº. 57/2018

Publicação Nº 1773063

CONTRATO Nº. 057/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2031/2018  
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 1981/2018

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado o proponente THUME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 29.917.636/0001-96, com sede na Avenida 7 de setembro, nº. 211, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pela Sra. Thais Thume, inscrita no CPF sob o nº 009.433.449-80, e Cédula de Identidade nº. 4711724, doravante denominada de contratada, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 complementada pela Lei 8.883/94, Modalidade de Dispensa por Justificativa nº. 1981/2018, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este contrato tem origem no Edital do Processo Licitatório nº. 2031/2018, na modalidade de Dispensa por Justificativa nº. 1981/2018, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE MEDICO CLINICO GERAL PARA SUBSTITUIÇÃO DA MEDICA EFETIVA RESPONSÁVEL DO ESF QUE ENTRA EM FERIAS A PARTIR DO DIA 15/10/2018 ATE 29/10/2018.

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	11,00	DIA	SERVIÇO DE MÉDICO CLINICO GERAL PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA SAÚDE DO DIA 15/10/2018 ATE O DIA 29/10/2018 CONFORME ITEM 2.3 DO EDITAL.	R\$ 1.000,00	R\$ 11.000,00

Os Serviços deverão ser realizados conforme Demanda e horários estipulados pela Secretaria de Saúde.

#### ATRIBUIÇÕES DO MEDICO:

Realizar atendimento ambulatorial;

Participar dos programas de atendimento à populações atingidas por calamidades públicas;

Integrar-se com execução dos trabalhos de vacinação e saneamento;

Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados;

Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva;

Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde;

Emitir laudos e pareceres, quando solicitado;

Participar de eventos que visem, seu aprimoramento técnico-científico e que atendem os interesses da Instituição;  
Fornecer dados estatísticos de suas atividades;

Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior;

Proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local

Prestar à clientela assistência médica especializada, através de:

- Diagnóstico tratamento e prevenção de moléstias
- Educação sanitária;

Opinar à respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade;

Desempenhar outras atividades afins;

Desempenhar e cumprir as normas do Controle Interno.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência é até 29 de outubro de 2018, contados a partir da data de 15/10/2018.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser realizados conforme o que dispõe o objeto do edital.

#### CLAUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O valor ajustado será de R\$ 11.000,00, e o pagamento será efetuado avista de acordo com a proposta e realização dos serviços, até o dia 10º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços.

#### CLAUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

O Município promoverá, através da Secretaria de Administração, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços realizados em qualquer momento, não sendo necessariamente no ato da realização dos mesmos.

A fiscalização será exercida no interesse da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou consequências que venham a ocorrer em razão do uso dos produtos e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Caso durante a fiscalização seja verificada alguma irregularidade nos serviços o contratado prestador será notificado, sendo exigidas melhorias na realização dos mesmos.

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços a serem realizados:

Secretaria de Saúde – Maristela Valer

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

103010013.2.023000 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA;  
3.3.90.39.50.00.00 - SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO;

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os preços dos serviços contratados poderão ser reajustados através do IGPM acumulado dos últimos 12 meses desde que ocorra prorrogação deste Instrumento.

**CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A empresa vencedora obriga-se a:

A – Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital.

B – Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que não manterá nenhum vínculo com o Município.

C – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

D – Responder pelos danos que os serviços por ela prestados causarem a terceiros, na forma da Lei.

E – Fornecer ao Município, sempre que solicitado, informações ou esclarecimentos sobre os serviços prestados.

F – Prestar os serviços solicitados pelo município sempre com agilidade;

G – Cumprir as demais obrigações constantes neste Edital;

H – Outras atividades conforme especificação do edital.

É da contratada, a obrigação do pagamento de tributos que incidiram sobre os serviços prestados, em qualquer esfera, especialmente ISS e o INSS.

**CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER PÚBLICO**

Uma vez firmada a contratação, o Poder Público, este se obriga a:

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas aos serviços do presente Edital.

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado, a realização dos serviços prestados ao Município, comunicando as ocorrências de quaisquer irregularidades ao fornecedor.

C – Efetuar o pagamento à contratada, na forma e prazos estabelecidos neste Edital, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente.

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES**

A contratada que apresentar documentação falsa, ou ensejar o retardamento da execução dos serviços contratados, ou que não mantiver os termos de sua proposta ou do edital, falhar ou fraudar na prestação dos serviços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, demora na execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

A – advertência por escrito.

B – multa de 5% sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato.

C – suspensão do direito de licitar.

D – declaração de inidoneidade.

No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 dias úteis contados da respectiva intimação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993.

Constituem motivos para rescisão do Contrato:

A – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, prazos e obrigações.

B – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, prazos e obrigações.

C – A lentidão do seu cumprimento.

D – O atraso injustificado da execução do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração.

E – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificada e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato.

F – A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

G – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salva em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

A – Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

B – Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

C – Judicial, nos termos da legislação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº. 8.666/93, consolidada, pelo Edital do Processo Licitatório nº 2031/2018 na modalidade de dispensa por justificativa nº. 1981/2018, bem como a proposta apresentada pela contratada e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este contrato é intransferível, não podendo a CONTRADO, de forma alguma, sem anuência da CONTRATANTE, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso X do art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão - SC, ao 11 dia do mês de outubro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		THAIS THUME
CPF: 503.319.819-04		CPF: 009.433.449-80
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

#### DECRETO Nº. 111/2018

Publicação Nº 1773061

DECRETO nº. 111/2018

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 2031/2018, e dá outras providências.  
SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 034/2018, sobre o processo de licitação nº. 2031/2018, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE MEDICO CLINICO GERAL PARA SUBSTITUIÇÃO DA MEDICA

EFETIVA RESPONSÁVEL DO ESF QUE ENTRA EM FERIAS A PARTIR DO DIA 15/10/2018 ATE 29/10/2018.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

THUME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME	R\$ 11.000,00
----------------------------------	---------------

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 11 dias do mês de outubro de 2018.

SIDNEI JOSE WILLINGHOFFER	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N.º 4571/2018

Publicação Nº 1772742

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4571, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2018 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 705, de 13 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.	
04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
PROJ./ATIV. 2.008 TRANSPORTE ESCOLAR	
(55) 3.3.90.00.00.00.00.0101- Receitas de Impostos e de Transf.	R\$ 15.000,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro do exercício anterior, referente à fonte de recursos abaixo relacionados no valor de:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.	
04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
PROJ./ATIV. 2.008 TRANSPORTE ESCOLAR	
FONTE: 101 – Receitas de Impostos e de Transf.	R\$ 15.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 04 de outubro de 2018.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

### DECRETO MUNICIPAL N.º 4572/2018

Publicação Nº 1772796

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4572, 09 DE OUTUBRO DE 2018.

“ALTERA O INCISO III DO ARTIGO 1º, DO DECRETO MUNICIPAL N.º 3198, DE 30 DE JULHO DE 2012, QUE TRATA DA NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE LEVANTAMENTO E REAVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso III do Artigo 1º, do Decreto Municipal N.º 3198, de 30 de julho de 2012, que passará a ter a seguinte redação:

III –ALINE VIAN: Membro

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, do Decreto Municipal N.º 3198, de 30 de julho de 2012.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 09 de outubro de 2018.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**DECRETO MUNICIPAL N.º 4575/2018**

Publicação N° 1772799

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4575, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS DE DIREITO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006, e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal LUIZETE R. LORENSET, ocupante do cargo de TÉCNICO EM TRIBUTAÇÃO, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a serem gozadas no período de 15/10/2018 à 29/10/2018, relativas ao período aquisitivo de 08/04/2017 à 07/04/2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 11 de outubro de 2018.

RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 66/PMF/2018 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/PMF/2018

Publicação Nº 1772423

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.66/PMF/2018  
(Referente Pregão Presencial nº. 129/PMF/2018)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. ZILEZIO OLAVO MACHADO ME, CNPJ n.º 81.803.793/0001-89, estabelecida na Rodovia Gabriel Arns, nº 1658, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Zilezio Olavo Machado, CI 968110, CPF 398.524.319-00;
2. AUTO PEÇAS E MECÂNICA DE BONA LTDA, CNPJ n.º 04.246.701/0001-66, estabelecida na AC Estadual Rio Maina, nº 770, Vila Isabel, Criciúma/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Gedson Jacomo Colombo De Bona, CI 2.743.325, CPF 765.819.349-68;
3. SANGALETTI AUTOCAR E GUINCHOS LTDA ME, CNPJ n.º 13.467.459/0001-41, estabelecida na Rua Dr. César Tibaldeschi, nº 633, Nova Veneza/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Lúcio Sangaletti, CI 1.747.017-0, CPF 715.645.869-87;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do Artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 129/PMF/2018, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção dos veículos tipo “VAN” do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

#### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo:

LOTE	MARCA	QUANT	M.O R\$	P.O	P.R
1	FORD	1	R\$ 49,00	10%	25%
2	RENAULT	2	R\$ 52,50	17,5%	40%
3	FIAT	2	R\$ 40,60	19%	42%
4	FIAT	1	R\$ 35,00	17,5%	40%
5	PEUGEOT	1	R\$ 42,00	17,5%	32,5%

#### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:
  - 1.1. Entregar os produtos/serviços de forma parcelada, conforme solicitação do município, pôr conta e risco da CONTRATADA em local pré-estabelecido pelo contratante no perímetro municipal, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de validade de consumo, em horário a ser estabelecido, conforme o produto, através do Departamento de Compras.
2. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.
  - 2.1. O objeto será solicitado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços de acordo com as necessidades, sendo que a empresa contratada deverá receber o veículo e realizar diagnóstico detalhado em até 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da solicitação.
  - 2.2. Após Autorização de Fornecimento do objeto, este deverá ser entregue, conforme solicitação do município, pôr conta e risco da licitante no pátio de máquinas da Prefeitura Municipal de Forquilha, localizado na Avenida 25 de Julho, Centro, Forquilha/SC, em perfeito



estado de conservação e com as respectivas garantias, num prazo máximo de: 03 (três) dias úteis para fornecimento de peças, 10 (dez) dias úteis para serviço de retífica de motor e 05 (cinco) dias úteis para os demais serviços solicitados.

2.3. Os serviços de mão de obra, quando solicitados pelo município, deverão ser executados por profissional especializado, sendo que os veículos serão transportados (deslocados) e devolvidos na sede desta municipalidade, sob responsabilidade da empresa contratada.

2.3.1. Os serviços deverão ser executados na sede da empresa contratada, que não poderá superar a distância máxima de 40 km até o pátio de máquinas municipal (Avenida 25 de Julho, 3.400).

2.3.2. Se o veículo estiver parado, impossibilitado de se locomover, a proponente deverá se deslocar até o local onde estiver o referido veículo (a campo), coletar peças e realizar os serviços, promovendo posteriormente a substituição necessária, mantidos os prazos de execução pré-definidos neste edital.

3. O setor competente do município processará a conferência dos serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser refeito num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da DETENTORA DA ATA não realizar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

7.1. A quantidade de veículos indicada no Pregão Presencial nº. 129/PMF/2018 visa somente oferecer aos proponentes elementos para avaliação potencial do objeto, sendo que tal quantitativo não constitui, sob nenhuma hipótese, garantia de volume de serviço/fornecimento a ser requisitado.

7.2. Poderá ocorrer, a critério do Município, alteração nos veículos, descritos em cada Lote, em virtude de novas aquisições ou supressão como inservíveis ou desnecessários, observada a proporção de contratação exclusiva prevista na lei 123/06.

8. O Município não se obriga a contratar dos licitantes vencedores, podendo realizar licitação específica para a contratação total ou parcial do objeto, hipóteses em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá sempre preferência.

9. Diversos serviços poderão ser realizados pela própria mecânica do Município, eximindo a contratada pela responsabilidade sobre os mesmos, devendo fornecer somente as peças quando solicitado.

10. Será permitido o condicionamento de peças originais dos veículos, quando possível, desde que não venham a interferir na segurança dos mesmos e oferecida garantia, mediante prévia aprovação do Gestor/Fiscal da ata.

11. Quaisquer serviços pertinentes a manutenção preventiva e corretiva deverão ser atendidos e estarem em conformidade com as normas e padrões de exigências da ABNT vigentes, órgãos técnicos competentes, legislações correlacionadas, normas e padrões dos fabricantes, para a prestação destes serviços, sendo obedecidas rigorosamente as instruções do veículo, cabendo a contratada buscar junto ao fabricante as informações necessárias conforme Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

12. Para os veículos que encontram-se em garantia, a manutenção deverá respeitar as exigências que possam interferir, preservando a continuação da garantia.

13. Para a orçamentação poderá ser utilizados como embasamento o sistema CILIA e AUDATEX até que os mesmos estejam vigentes.

#### Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, improrrogável.

#### Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria

da Secretaria de Administração e Finanças do Município.

- 1.1. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada dos respectivos relatórios que comprovem a execução dos serviços em conformidade ao discriminado na proposta contratada.
- 1.2. O CERTIFICADO pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.
- 1.3. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.
- 1.4. Além do relatório de serviços e Nota Fiscal, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:
  - A) Certidão Conjunta de Débito junto a Fazenda Federal e CND FGTS demonstrando sua regularidade;
  - B) Cópia de recolhimento dos seguintes pagamentos do mês anterior: guia de recolhimento do INSS e guia de recolhimento do FGTS;
  - C) Relação de Empregados - RE.
- 4.1.1. A não apresentação dos documentos enunciados acima implica na suspensão do pagamento da fatura até a apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.
- 1.5. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.

3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

#### Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

- 1.1. Atestar as Notas Fiscais a efetiva a execução dos serviços desta ata;
- 1.2. Aplicar à Detentora da ATA penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

- 2.1. Prestar os serviços de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;
- 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Executar o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
- 2.5. Substituir, imediatamente, qualquer profissional cujo desempenho e conduta sejam considerados pelo Município como inconvenientes para o desempenho dos serviços;
- 2.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município, devidamente caracterizada a imperícia ou culpa de seus profissionais, cujos valores serão descontados de fatura seguinte da Contratada, sem prejuízo das demais sanções e procedimentos.

#### Cláusula Oitava – Do Sistema CILIA

1. A licitante vencedora, deverá possuir Acesso ao SISTEMA CILIA, versão FULL (off-line), sendo de responsabilidade da empresa registrada o pagamento do sistema e a sua manutenção

2. As peças e suas quantidades bem como o número de horas e serviços a serem executados que não estiverem relacionados no SISTEMA CILIA, só terão sua execução autorizada após análise e aprovação do secretário da pasta responsável ou pelo gestor/fiscal desta ata.

2.1. Nesta hipótese, serão utilizados como forma para fixação do valor sobre o qual incidirá o desconto, sequencialmente e subsidiariamente, os seguintes parâmetros:

- A) A tabela de valores das peças e tabela temporária fornecida pela fabricante ou concessionária do veículo, desde que ela esteja disponível para consulta pública;
- B) O valor de peças praticado no mercado regional, que será obtido através de pesquisa de preços/orçamentação.

3. Quando os descontos registrados na Ata e calculados sobre o SISTEMA CILIA ainda se apresentarem superiores aos praticados no mercado regional (conforme pesquisa de preços atualizada), o Município deverá:

- A) Convocar o fornecedor visando a negociação e redução dos preços para adequação aos preços de mercado;
- B) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e serão convocados os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;
- C) Não havendo êxito, o Município deverá proceder com outras medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4. Em nenhum caso poderá ser aplicado percentual de desconto inferior do apresentado pela proponente vencedora, independentemente se o parâmetro utilizado for a tabela do SISTEMA CILIA ou os demais previstos nesta Cláusula.

**Cláusula Nona – Da Garantia**

1. A garantia a ser exigida nesta ata sobre as peças originais e de reposição fornecidas será de (um) ano sob defeitos de fabricação.
2. A garantia dos serviços de mão-de-obra não poderá ser inferior a 06 (seis) meses ou 20.000 (vinte mil) quilômetros, prevalecendo o que ocorrer primeiro.
3. Constatado o fornecimento de materiais e serviços de má qualidade ou irregular, o órgão requisitante poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

**Cláusula Décima – Da Subcontratação**

1. Será permitida a terceirização dos serviços não disponibilizados pela contratada, mediante a prévia comunicação e autorização do Gestor/Fiscal da Ata. Será de inteira responsabilidade da contratada a execução dos serviços terceirizados por ela.
2. Fica previamente permitida a subcontratação de serviços de retífica, caso seja necessário, mantendo a responsabilidade dos serviços sob a empresa detentora da ata.
  - 2.1. A retífica, montagem e colocação de motor completo, deve ter a mesma garantia mínima estabelecida no item 2 da Cláusula Nona desta Ata.

**Cláusula Décima Primeira – Das Penalidades e Sanções Administrativas**

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
  - A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
  - B) apresentar documentação falsa;
  - C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - D) ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - E) não mantiver a proposta;
  - F) cometer fraude fiscal;
  - G) comportar-se de modo inidôneo.
2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - I - advertência;
  - II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):
    - A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato
    - B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.
    - C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
    - D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.
    - E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.
4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**Cláusula Décima Segunda – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços**

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:
  - 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
  - 1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
  - 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.

3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima Terceira – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Quarta – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. O Sr. Alceu Rodrigues de Lima, será o Fiscal desta Ata, sendo dele a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.

2. O Sr. Jucemar Borges, Secretário de Infraestrutura será o Gestor desta Ata, sendo dele a responsabilidade de acionados os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

#### Cláusula Décima Quinta – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 129/PMF/2018, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 53/2013 e pelo Decreto Municipal nº 167, de 15/08/2018, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Décima Sexta – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.

Forquilha/SC, 09 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal
SANGALETTI AUTOCAR E GUINCHOS LTDA ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Lucio Sangaletti
AUTO PEÇAS E MECÂNICA DE BONA LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Gedson Jacomo Colombo De Bona
ZILEZIO OLAVO MACHADO ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Zilezio Olavo Machado
Alceu Rodrigues de Lima
Fiscal da Ata

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0049\_2018-SF

Publicação Nº 1772636

Aviso do Pregão Presencial nº 0049/2018 – SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

EDITAL EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS

E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Objeto: Pregão Presencial para contratação de empresa do ramo para aquisição de ferro para uso na fabricação de bocas de lobo a serem instaladas nas ruas e avenidas no Município. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. A ENTREGA e PROTOCOLO dos envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser feitos no Setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, nº 185, Centro, Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, até as 09h00min do dia 31 de outubro de 2018, ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. O CREDENCIAMENTO deverá ser feito no mesmo local e data até as 09h15min. ABERTURA DA SESSÃO no mesmo dia às 09h15min horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 11 de outubro de 2018.

Nivaldo José Bonaldo – Presidente da SANEFRAI

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0134\_2018 RP 0106- PMF-DOM

Publicação Nº 1772637

Aviso do Pregão Presencial nº 0134/2018– PMF

Registro De Preços 0106/2018

EDITAL EXCLUSIVO

PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura de uma unidade de larvicida biológico para uso em ações de combate ao mosquito borrachudo nas localidades do interior do Município de Fraiburgo. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 25.10.2018, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 11 de outubro de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0135\_2018 RP 0107- PMF-DOM

Publicação Nº 1772638

Aviso do Pregão Presencial nº 0135/2018– PMF

Registro De Preços 0107/2018

EDITAL COM ITEM PARA RESERVA DE COTAS

PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de uma tonelada de massa asfáltica CAUQ aplicada, para recuperação de ruas e avenidas do Município no período de outubro de 2018 a setembro de 2019. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 29.10.2018, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 11 de outubro de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

**Decreto nº 231 - 2018**

Publicação Nº 1772642

DECRETO Nº 231, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

ALTERA MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPD DE FRAIBURGO.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei nº 2355 de 28 de março de 2017, e Decreto nº 335 de 22 de Dezembro de 2017 que aprova Regimento Interno;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o membro do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD:

[...]

IV – Representantes da Fundação Municipal de Esportes e Lazer:

Titular: Mahinã Leston Araújo

Suplente: Diego Rafael Novick

IX – Representantes da Associação Atitude e Vida:

Suplente: Lia Frey

[...]

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, SC., 11 DE OUTUBRO DE 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

**EXTRATO CONTRATO FINANCIAMENTO Nº SC-44389**

Publicação Nº 1772639

EXTRATO DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO

Nº SC-44.389/CEF/PRÓ-TRANSPORTE-SETOR PÚBLICO

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

EXTRATO DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO CEF/PRÓ-TRANSPORTE-SETOR PÚBLICO

CONTRATO Nº SC-44.389

TOMADOR:: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AGENTE FINANCEIRO: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Objeto: FINANCIAMENTO no montante de R\$ 7.901.208,45 (sete milhões novecentos e um mil, duzentos e oito reais e quarenta e cinco centavos), destinado a financiar a execução de obras de projeto de qualificação viária, consistente em pavimentação asfáltica, com terraplanagem, drenagem pluvial, passeios e sinalização viária das ruas municipais de Fraiburgo.

Carência: 36 meses; Término da carência: dia 10/11/2021.

Amortização: 240 (duzentos e quarenta) meses, contados a partir do término do período de carência. Juros: 6% (seis inteiros por cento ao ano).

Fraiburgo(SC) 11 de outubro de 2018

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal



**LEI Nº 2421 - 2018**

Publicação Nº 1772727

**LEI Nº 2421, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.****DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, PARA O EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **Prefeita Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2019 será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I - diretrizes gerais;
- II - disposições sobre as receitas;
- III - disposições sobre as despesas;
- IV - dos créditos adicionais;
- V - das despesas com educação e saúde;
- VI - das disposições gerais.

**Art. 2º.** O Poder Executivo deverá adaptar a programação estabelecida para atendimento das circunstâncias emergenciais.

**CAPÍTULO I  
DAS DIRETRIZES GERAIS**

**Art. 3º.** A presente Lei estabelece diretrizes gerais e será elaborada de acordo com as ações extraídas do Plano Plurianual 2018/2021.

**Art. 4º.** Após o encaminhamento do Projeto de Lei do orçamento ao Poder Legislativo, os valores da receita estimada e da despesa fixada poderão ser reajustados pelo Poder Executivo, mediante justificativas e antes da sua aprovação.

**Art. 5º.** A lei orçamentária destinará recursos de contrapartida para execução de projetos e atividades oriundos de convênios.

**Art. 6º.** A lei orçamentária geral englobará os recursos correspondentes às receitas e despesas de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município.

**Art. 7º.** As despesas de pessoal e encargos sociais não poderão aumentar além dos índices estabelecidos no artigo 169 da Constituição Federal.

**Art. 8º.** A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

**§ 1º.** Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais, de que trata o artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000:

- I - Demonstrativo I: Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo III: Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo IV: Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo V: Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VI: Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- VII - Demonstrativo VI.a: Projeção Atuarial do RPPS;
- VIII - Demonstrativo VII: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- IX - Demonstrativo VIII: Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- X - Anexo I: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;
- XI - Anexo I.a: Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;
- XII - Anexo II: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;
- XIII - Anexo II.a: Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;
- XIV - Anexo III: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
- XV - Anexo IV: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
- XVI - Anexo V: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;
- XVII - Anexo VI: Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- XVIII - Anexo VII: Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

**§ 2º.** Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias os Anexos da Lei 4320/64:

- I - Anexo 1: Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas;
- II - Anexo 2: Receita por Categoria Econômica;
- III - Anexo 2.a: Natureza da Despesa por Categoria Econômica;
- IV - Anexo 5: Funções e Subfunções de Governo;
- V - Anexo 6: Programa de Trabalho de Governo;
- VI - Anexo 7: Programa de Trabalho de Governo (Consolidação);
- VII - Anexo 8: Demonstrativo das Despesas por Funções, Subfunções e Programas conforme o vínculo com os recursos;
- VIII - Anexo 9: Demonstrativos da Despesa por Órgãos e Funções.

**§ 3º.** Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias as Planilhas de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

## CAPÍTULO II



## DA RECEITA

**Art. 9º.** A natureza da receita orçamentária a ser estimada na Lei do Orçamento para o exercício de 2019 será de acordo com a Portaria Interministerial vigente e terá seus cálculos baseados nos 3 (três) últimos exercícios financeiros.

**Art. 10.** O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao Poder Legislativo projeto de lei dispondo sobre criação ou aumento de tributos.

**Art. 11.** O Município poderá realizar Operações de Crédito na medida em que demonstre capacidade de endividamento e se configurar iminente falta de recursos, como dispõe a legislação em vigor.

**Parágrafo único.** As Operações de Crédito a serem realizadas pelo Município, no exercício de 2019, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na lei orçamentária anual correspondente, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pelo Poder Legislativo, observado o que dispõe a Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

**Art. 12.** A Operação de Crédito por Antecipação de Receita se destinará ao atendimento de insuficiência de caixa durante o exercício de 2019 e constará na lei orçamentária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita estimada no orçamento.

**Parágrafo único.** A Operação de Crédito por Antecipação de Receita será efetuada mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central.

**Art. 13.** A modernização da administração tributária e fiscal será desenvolvida para ajustes do Código Tributário Municipal e da Lei Orgânica do Município.

**Parágrafo único.** Deverão ser tomadas as seguintes medidas:

- I - cobrança de taxas com base nos custos das operações e atuações do Município;
- II - aplicação da correção monetária de acordo com os índices oficiais;
- III - ampliação permanente do cadastro técnico fiscal e dados demográficos atualizados.

**Art. 14.** A concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, deverá ser concedido de conformidade com o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 15.** As receitas de Alienação de Bens e Direitos não poderão ser aplicadas em Despesas Correntes, salvo se a lei destiná-las ao regime de previdência social geral.

## CAPÍTULO III DAS DESPESAS

**Art. 16.** As despesas serão fixadas pela lei orçamentária de conformidade com a receita estimada e a sua classificação orçamentária será por natureza da despesa, conforme Portaria

Interministerial em vigor.

**§ 1º.** Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2019 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas nos Anexos desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

**§ 2º.** Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

**§ 3º.** As despesas com recursos de Convênios serão suplementadas de acordo com o Capítulo IV da presente Lei.

**Art. 17.** A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações.

**Art. 18.** Na execução orçamentária do exercício de 2019, o Poder Executivo e o Poder Legislativo deverão adotar o sistema de limitação de empenho, em conformidade com o artigo 9º e inciso II, do § 1º do artigo 31, ambos da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 19.** As despesas obrigatórias de caráter continuado deverão ter dotações orçamentárias suficientes e sua expansão será de acordo com os respectivos contratos.

**Art. 20.** Consideram-se Despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas ao regime de previdência social geral.

**§ 1º.** As despesas de Pessoal e encargos dos Agentes Políticos, do quadro efetivo e dos contratados em caráter temporário, obedecerão rigorosamente o que estabelece a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal e outras regulamentações vigentes e que entrarem em vigor.

**§ 2º.** Na repartição dos limites de gastos com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, aplicar-se-á o disposto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**§ 3º.** As despesas referentes a contratos de terceirização de mão de obra para substituição de servidores e/ou empregados públicos serão contabilizadas em Outras Despesas de Pessoal e serão computadas para o cálculo da despesa total com pessoal.

**Art. 21.** A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelo Poderes Executivo e Legislativo, no decorrer do ano de 2019, não poderá exceder os limites estabelecidos no artigo 169 da Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 22.** A Secretaria Municipal da fazenda, através da contabilidade, fica obrigada a

evidenciar os beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais, com a observação da ordem cronológica.

#### **CAPÍTULO IV DOS CRÉDITOS ADICIONAIS**

**Art. 23.** A abertura de créditos suplementares ao orçamento dependerá de existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa.

**I** - O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2019, como reserva de contingência, o percentual de até 2% (dois por cento) do valor total da receita corrente líquida estimada, tanto para os órgãos da Administração Direta ou Indireta, de conformidade com o artigo 7º da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações.

**II** – O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2019, autorização para movimentação do excesso de arrecadação por Decreto, cujos excessos de arrecadação serão por fonte de recursos.

**III** - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma Categoria Econômica/Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada Unidade Orçamentária, Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal.

**IV** - O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2019, autorização para utilização do superavit financeiro para suplementação de dotações orçamentárias, através de Decreto.

**V** – O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária, autorização para movimentar através de Decreto a suplementação de dotações orçamentárias nas programações já previstas, utilizando para isto o valor do respectivo convênio e operações de crédito.

**VI** – Para atender dotações insuficientes na educação e na saúde, o Poder Executivo poderá efetuar o remanejamento de valores da fonte de recursos "00" (ordinário) para dotações com as fontes "01" (educação) e "02" (saúde).

#### **CAPÍTULO V DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE**

**Art. 24.** O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Educação, tomará as medidas necessárias para atendimento da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE e da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

**Art. 25.** O Poder Executivo consignará na proposta orçamentária para o exercício de 2019, dotações orçamentárias próprias para a contabilização das despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e do Salário Educação.

**Art. 26.** O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Saúde, tomará as medidas necessárias para atendimento da Emenda Constitucional nº 29/2000 e da Lei Complementar federal nº 141/2011.

## **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 27.** O Orçamento terá sua execução centrada nos Órgãos e Unidades Orçamentárias, de acordo com a seguinte estrutura:

**01.00 – Gabinete do Poder Executivo**

- 01.01 – Gabinete do Poder Executivo
- 01.02 – Fundo Municipal dos Direitos Difusos
- 01.03 – Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros
- 01.04 – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

**02.00 – Procuradoria Geral**

- 02.01 – Procuradoria Geral

**03.00 – Controladoria Interna**

- 03.01 – Controladoria Interna

**04.00 – Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação**

- 04.01 – Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação

**06.00 – Secretaria da Fazenda**

- 06.01 – Secretaria da Fazenda
- 06.02 – Encargos Gerais

**07.00 – Secretaria de Educação**

- 07.01 – Secretaria de Educação

**08.00 – Secretaria de Saúde**

- 08.01 – Fundo Municipal de Saúde
- 08.02 – Fundo Municipal de Prevenção às Drogas

**09.00 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade**

- 09.01 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade

**10.00 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana**

- 10.01 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
- 10.02 – Segurança Pública

**11.00 – Secretaria Assistência Social**

- 11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Fraiburgo
- 11.02 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- 11.03 – Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Fraiburgo

11.04 – Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

11.05 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

**12.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura**

12.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura

12.02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento

12.03 – Fundo Municipal de Turismo

12.04 – Departamento de Cultura

**13.00 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME**

13.01 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME

**14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo**

14.01 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

**15.00 – Câmara Municipal de Fraiburgo**

15.01 – Câmara Municipal de Fraiburgo.

**99-00 – Reserva de Contingência**

99-99 – Reserva de Contingência

**I – FUNÇÃO** - Para que se caracterize da melhor forma possível as ações de governo na proposta orçamentária, serão utilizadas as funções necessárias constantes da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 do Ministério do Orçamento e Gestão.

**II – SUBFUNÇÃO** - Para que se caracterize da melhor forma possível a identificação dos objetivos e uma precisa e perfeita aplicação dos recursos municipais no processo orçamentário, serão utilizadas as Subfunções necessárias constantes da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 do Ministério do Orçamento e Gestão.

**III – PROGRAMA** - Para que se caracterize da melhor forma possível a classificação da despesa, dentro de cada unidade orçamentária, será utilizado programa constante do Plano Plurianual, com o objetivo de uma classificação mais precisa possível da despesa orçamentária.

**IV – PROJETO** - Os projetos que farão parte da proposta orçamentária para o exercício 2019 são os aprovados no Plano Plurianual de investimentos em vigor, serão um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação do governo municipal.

**V – ATIVIDADE** - As atividades que farão parte da proposta orçamentária para o exercício 2019, serão para manutenção das unidades orçamentárias de acordo com a estrutura municipal e as mesmas deverão ser realizadas de forma contínua e permanente cujo produto final será a manutenção das ações governamentais, as quais foram extraídas do Plano Plurianual.

**Art. 28.** O Chefe do Poder Executivo poderá realizar com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho

inseridos em termos de cooperação, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, em conformidade com a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

**Art. 29.** As compras e contratações de obras e/ou serviços somente poderão ser realizados, se houver disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório e termo de contrato, em conformidade com a legislação vigente.

**Art. 30.** As despesas com a desapropriação de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

**Art. 31.** Para atendimento do § 3º, do artigo 165 da Constituição Federal, deverá o Chefe do Poder Executivo publicar relatório resumido da execução orçamentária, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre.

**Art. 32.** Para atendimento do artigo 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal deverá ser publicado até 30 (trinta) dias após o final de cada quadrimestre o relatório de gestão fiscal.

**Art. 33.** Fica autorizada a baixa no setor tributário e cancelamento contábil, mediante processo administrativo fundamentado, os valores da dívida ativa inscrita e/ou lançada indevidamente.

**Art. 34.** Fica autorizada a destinação dos recursos provenientes da alienação de bens e direitos para pagamento de despesas com o regime de previdência social geral, incluindo o pagamento de dívidas, em conformidade com o artigo 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal e Prejulgado 1473 do TCE/SC.

**Art. 35.** O Chefe do Poder Executivo poderá autorizar o servidor efetivo e estável a prestar serviços em outro órgão da administração federal e estadual direta ou indireta, com sede e jurisdição no Município de Fraiburgo, que tenha ou não quadro próprio de pessoal, para fim determinado e a prazo certo não superior a 12 (doze) meses, mediante convênio, desde que atendidas as seguintes condições:

- a) demonstração da existência de lei autorizativa;
- b) demonstração do caráter excepcional da cessão;
- c) demonstração de relevante interesse público local na cessão do servidor efetivo;
- d) desoneração do Município dos custos com remuneração e encargos sociais do servidor cedido;
- e) atendimento ao disposto no artigo 62 da Lei Complementar nº 101/2000 quando, excepcionalmente, os custos sejam suportados pelo Município;
- f) que a cessão não configure burla ao instituto do concurso público na unidade cessionária.

**Art. 36.** O valor da Reserva de Contingência será destinado à obtenção de resultado primário positivo para atender os passivos contingentes, intempéries e outros riscos fiscais imprevistos.

**Parágrafo único.** Para efeito desta Lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas ou orçadas a menor.

**Art. 37.** Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá estabelecer o limite de 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício antecedente para pagamento de precatórios e de requisições de pequeno valor.

**Art. 38.** Fica alterado o título da ação 2.068 "Criação do Plano Municipal de Turismo e Diretrizes para o Setor" para "Manutenção do Fundo Municipal de Turismo".

**Art. 39.** Se o orçamento não for sancionado até o final do exercício de seu encaminhamento ao Poder Legislativo, sua programação poderá ser executada até o limite de 2/12 (dois doze avos) do total de cada dotação.

**Art. 40.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA  
FRAIBURGO, 10 DE OUTUBRO DE 2018.

**CLAUDETE GHELLER MATHIAS**  
Prefeita Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

Página: 1/1  
 Data: 11/10/2018

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**

**Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (conforme Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
Receitas Correntes	96.747.043,00	DESPESAS CORRENTES	90.224.543,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.590.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	55.277.100,00
Contribuições	1.600.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	1.100.000,00
Receita Patrimonial	592.990,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.847.443,00
Receita de Serviços	6.687.900,00		
Transferências Correntes	71.941.000,00		
Outras Receitas Correntes	1.335.153,00		
		Superavit	6.522.500,00
Total	96.747.043,00	Total	96.747.043,00
Superavit do orçamento corrente	6.522.500,00		
Receitas de Capital	8.252.957,00	DESPESAS DE CAPITAL	14.575.457,00
Operações de Crédito	8.127.957,00	INVESTIMENTOS	13.065.457,00
Alienação de Bens	125.000,00	INVERSOES FINANCEIRAS	10.000,00
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.500.000,00
Deficit	6.322.500,00		
Total	14.575.457,00	Total	14.575.457,00

Resumo					
Receitas Correntes	105.683.613,00	100,65 %	DESPESAS CORRENTES	90.224.543,00	85,93 %
Receitas de Capital	8.253.037,00	7,86 %	DESPESAS DE CAPITAL	14.575.457,00	13,88 %
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-8.936.570,00	-8,51 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00	0,19 %
Receitas de Capital	-80,00	-0,00 %			
Total	105.000.000,00	100,00 %	Total	105.000.000,00	100,00 %

\_\_\_\_\_  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
 MOISÉS AMADEU PATRICIO  
 Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
 JOÃO CARLOS PADILHA  
 Secretario de Finanças

\_\_\_\_\_  
 MÁRCIO LUÍS MACHADO  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 GIOVANI GREGOLON  
 Contador

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Página: 1/8

Data: 11/10/2018

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			82.325.043,00
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		12.380.000,00	
4.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Impostos		10.573.000,00	
4.1.1.1.3.00.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	2.000.000,00		
4.1.1.1.3.03.0.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	2.000.000,00		
4.1.1.1.3.03.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	2.000.000,00		
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Princ	2.000.000,00		
4.1.1.1.8.00.0.0.00.00.00	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	8.573.000,00		
4.1.1.1.8.01.0.0.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	3.923.000,00		
4.1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	2.923.000,00		
4.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - F	3.200.000,00		
9.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	-600.000,00		
4.1.1.1.8.01.1.2.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - M	3.020,00		
9.1.1.1.8.01.1.2.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	-20,00		
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - C	200.120,00		
9.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	-120,00		
4.1.1.1.8.01.1.4.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - C	124.000,00		
9.1.1.1.8.01.1.4.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	-4.000,00		
4.1.1.1.8.01.4.0.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e	1.000.000,00		
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e	1.003.000,00		
9.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	(R)Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóve	-3.000,00		
4.1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serv	4.650.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.650.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	4.540.000,00		
9.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principa	-40.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Ju	50.010,00		
9.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e	-10,00		
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativ	50.020,00		
9.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida A	-20,00		
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativ	51.000,00		
9.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida A	-1.000,00		
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas		1.687.000,00	
4.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.512.000,00		
4.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	1.512.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	1.512.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	1.512.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	200.150,00		
9.1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	-150,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.02.00.00	Tx de Serviços Administrativos - PMF	40.040,00		
9.1.1.2.1.01.1.1.03.00.00	Tx de Serviços Administrativos - PMF	-40,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.04.00.00	Tx. de Licença para Funcionamento	1.030.000,00		
9.1.1.2.1.01.1.1.04.00.00	Tx. de Licença para Funcionamento	-30.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.05.00.00	Tx de Publicidade Comercial	1.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.07.00.00	Tx de Funcionamento em Horário Especial	1.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.08.00.00	Tx de Licença para Execução de Obras	100.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.09.00.00	Tx de Utilização de Área de Domínio Público	20.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.11.00.00	Tx de Diária de Veículo	100.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.12.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	51.500,00		
9.1.1.2.1.01.1.1.12.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	-1.500,00		
4.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	175.000,00		
4.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	175.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	175.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	175.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Tx de Coleta de Lixo PMF	43.000,00		
9.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Tx de Coleta de Lixo PMF	-3.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Tx de Expediente	53.000,00		
9.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Tx de Expediente	-3.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.04.00.00	Tx de Embarque	5.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.05.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	10.010,00		
9.1.1.2.2.01.1.1.05.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	-10,00		

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Página: 2/8

Data: 11/10/2018

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.2.2.01.1.1.06.00.00	Taxa de Cemiterios	70.010,00		
9.1.1.2.2.01.1.1.06.00.00	Txa de Cemiterios	-10,00		
4.1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria		120.000,00	
4.1.1.3.0.00.1.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	60.000,00		
4.1.1.3.0.00.1.2.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Multas e Juros	21.000,00		
9.1.1.3.0.00.1.2.00.00.00	Multas e Juros - Contribuição de Melhoria	-1.000,00		
4.1.1.3.0.00.1.3.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa	20.100,00		
9.1.1.3.0.00.1.3.00.00.00	Dívida Ativa - Contribuição de Melhoria	-100,00		
4.1.1.3.0.00.1.4.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa - Multas e Juros	21.000,00		
9.1.1.3.0.00.1.4.00.00.00	Multas e Juros - Div. Ativa Contribuição de Melhoria	-1.000,00		
4.1.1.3.8.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Específica E/M	60.000,00		
4.1.1.3.8.04.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Comple	60.000,00		
4.1.1.3.8.04.1.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Compl	60.000,00		
4.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Com	61.000,00		
9.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Com	-1.000,00		
4.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições		1.600.000,00	
4.1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		1.600.000,00	
4.1.2.4.0.00.1.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públic	1.600.000,00		
4.1.2.4.0.00.1.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públi	1.610.000,00		
9.1.2.4.0.00.1.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públi	-10.000,00		
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		530.990,00	
4.1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		49.990,00	
4.1.3.1.0.01.0.0.00.00.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupa	49.990,00		
4.1.3.1.0.01.1.0.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos	49.990,00		
4.1.3.1.0.01.1.1.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	49.990,00		
4.1.3.1.0.01.1.1.01.00.00	Aluguel e Arrendamento - PMF	10.000,00		
4.1.3.1.0.01.1.1.02.00.00	Aluguel e Arrendamento - FME	40.010,00		
9.1.3.1.0.01.1.1.02.00.00	Aluguel e Arrendamento - FME	-20,00		
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		481.000,00	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	481.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	481.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	481.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	150.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.00.00	Remuneração Depósitos Bancários	48.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.01.00	Remun. Dep. Banc. MDE - S. Educação	40.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.02.00	Remun. Dep. Banc. MDE - PNAE Fundamental	5.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.03.00	Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Fundamental	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.10.00	Remun. Dep. Banc. MDE - Transp. Escolar Estado	2.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.04.00.00	Remun. Dep. Banc. CIDE	500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.05.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.700,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.05.01.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - PFMC	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.05.03.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - IGDBF	500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.05.04.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - PBFI	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.05.05.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - IGD SUAS	200,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.06.00.00	Remun. Dep. Banc. COSIP	10.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.00.00	Remuneração Depósitos Bancários	269.800,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.01.00	Remun. Dep. Banc. PMF - ORTFRAI	3.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.02.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Polícia Civil	3.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.03.00	Remun. Dep. Banc. FMDCA Outras Receitas	500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.04.00	Remun. Dep. Banc. PMF - FUNREBOM	10.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.05.00	Remun. Dep. Banc. FMDCA - IR	500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.06.00	Remun. Dep. Banc. PMF - FMDD	500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.07.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Multas de Trânsito	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.09.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Ordinário	250.100,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.10.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Jovens e Adulto	200,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.11.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Creche Empresas	1.000,00		
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços		841.900,00	
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		526.900,00	
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	506.900,00		
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	506.900,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	506.900,00		

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Página: 3/8

Data: 11/10/2018

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.6.1.0.01.1.1.02.00.00	Serv. Especiais PM/Bombeiro	500.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.03.00.00	Serv. de Fotocópias e Cópias Heliograficas	2.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.04.00.00	Outros Serv. Administrativos - PMF	5.000,00		
9.1.6.1.0.01.1.1.04.00.00	Outros Serv. Administrativos - PMF	-100,00		
4.1.6.1.0.02.0.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	20.000,00		
4.1.6.1.0.02.1.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	20.000,00		
4.1.6.1.0.02.1.1.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	20.000,00		
4.1.6.2.0.00.0.0.00.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		300.000,00	
4.1.6.2.0.02.0.0.00.00.00	Serviços de Transporte	300.000,00		
4.1.6.2.0.02.1.0.00.00.00	Serviços de Transporte	300.000,00		
4.1.6.2.0.02.1.1.00.00.00	Serviços de Transporte - Principal	300.200,00		
9.1.6.2.0.02.1.1.00.00.00	Serviços de Transporte - Principal	-200,00		
4.1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	Outros Serviços		15.000,00	
4.1.6.9.0.99.0.0.00.00.00	Outros Serviços	15.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços	15.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	Outros Serviços - Principal	15.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.04.00.00	Outros Serviços PMF	15.100,00		
9.1.6.9.0.99.1.1.04.00.00	Outros Serviços PMF	-100,00		
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes		65.779.000,00	
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		20.550.000,00	
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	20.550.000,00		
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	16.048.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota I	14.400.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota	18.000.000,00		
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - C	-3.600.000,00		
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cc	800.000,00		
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1%	800.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% C	800.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% C	800.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	48.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rura	60.000,00		
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte ITR	-12.000,00		
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração d	240.000,00		
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	240.000,00		
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principa	240.000,00		
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolv	3.592.000,00		
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	2.800.000,00		
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	2.800.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	652.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	652.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.01.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNAE Fundamental	300.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.02.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNAE Pré	130.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.03.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNAE Creche	200.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.04.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNAE EJA	10.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.05.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNAE Especial	12.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	140.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	140.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.1.01.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNATE Fundamental	100.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.1.02.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNATE Infantil	10.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.1.03.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNATE Médio	30.000,00		
4.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 8	80.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 1	80.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº	100.000,00		
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº	-20.000,00		
4.1.7.1.8.12.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênci	520.000,00		
4.1.7.1.8.12.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênc	520.000,00		
4.1.7.1.8.12.1.0.02.00.00	Transf. Recuros do FNAS - IGD-PBF	70.000,00		
4.1.7.1.8.12.1.0.03.00.00	Transf. Recuros do FNAS - PBF	250.000,00		
4.1.7.1.8.12.1.0.04.00.00	Transf. Recuros do FNAS - PPMC	190.000,00		
4.1.7.1.8.12.1.0.05.00.00	Transf. Recuros do FNAS - IGD-SUAS	10.000,00		
4.1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	70.000,00		

## Estado de Santa Catarina

## MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Página: 4/8

Data: 11/10/2018

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	70.000,00		
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	70.000,00		
4.1.7.1.8.99.1.1.01.00.00	Outras Transf. da União - FEX	70.000,00		
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entic		18.889.000,00	
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	18.889.000,00		
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	18.389.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	15.600.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	19.500.000,00		
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	-3.900.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.560.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	3.200.000,00		
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPVA - Principal	-640.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	224.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	280.000,00		
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-56.000,00		
4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econ	5.000,00		
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Eco	5.000,00		
4.1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	500.000,00		
4.1.7.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	500.000,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	500.000,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.01.00.00	Outras Transf. dos Estados - Transp. Escolar	500.000,00		
4.1.7.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas		115.000,00	
4.1.7.4.0.00.1.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	115.000,00		
4.1.7.4.0.00.1.1.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Principal	115.000,00		
4.1.7.4.0.00.1.1.01.00.00	Transf. de Instituições Privadas - FMDCA IR	10.000,00		
4.1.7.4.0.00.1.1.02.00.00	Transf. de Instituições Privadas - Educ. Jovens e Adultos	5.000,00		
4.1.7.4.0.00.1.1.03.00.00	Transf. de Instituições Privadas - Creches	100.000,00		
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas		26.200.000,00	
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específica E/M	26.200.000,00		
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Dese	26.200.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Des	26.200.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e De	26.200.000,00		
4.1.7.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas		25.000,00	
4.1.7.7.0.00.1.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	25.000,00		
4.1.7.7.0.00.1.1.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	25.000,00		
4.1.7.7.0.00.1.1.01.00.00	Transf. de Pessoas Físicas - FMDCA IR	25.000,00		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		1.193.153,00	
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		870.000,00	
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	850.000,00		
4.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	850.000,00		
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	850.000,00		
4.1.9.1.0.01.1.1.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	252.000,00		
9.1.9.1.0.01.1.1.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	-2.000,00		
4.1.9.1.0.01.1.1.02.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - ORTFRAI	240.000,00		
4.1.9.1.0.01.1.1.03.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Policia Civil	180.000,00		
4.1.9.1.0.01.1.1.04.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Policia Militar	180.000,00		
4.1.9.1.0.04.0.0.00.00.00	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Dif.	20.000,00		
4.1.9.1.0.04.1.0.00.00.00	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Di	20.000,00		
4.1.9.1.0.04.1.1.00.00.00	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos C	20.000,00		
4.1.9.1.0.04.1.1.05.00.00	multas Relativas aos Interesses do Consumidor	10.000,00		
4.1.9.1.0.04.1.1.06.00.00	Multas Relativas a Outros Interesses Difusos	10.000,00		
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		71.000,00	
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	71.000,00		
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	71.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	71.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	71.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.01.00.00	Outras Restituições - PMF	70.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.05.00.00	Outras Restituições - FUNREBOM	1.000,00		
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes		252.153,00	
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	252.153,00		
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	252.153,00		

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Página: 5/8

Data: 11/10/2018

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	36.053,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.01.00.00	Outras Receitas - PMF	10.020,00		
9.1.9.9.0.99.1.1.01.00.00	Outras Receitas - PMF	-20,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.02.00.00	Outras Receitas - FMDCA	5.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.03.00.00	Outras Receitas - FMDCA FORUM	20.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.04.00.00	Outras Receitas - Venda de Sucatas	1.053,00		
4.1.9.9.0.99.1.2.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	60.300,00		
4.1.9.9.0.99.1.2.01.00.00	Multas e Juros - FUNREBOM	300,00		
4.1.9.9.0.99.1.2.02.00.00	Multas e Juros - Outras Receitas	60.020,00		
9.1.9.9.0.99.1.2.02.00.00	Multas e Juros - Outras Receitas	-20,00		
4.1.9.9.0.99.1.3.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	120.500,00		
4.1.9.9.0.99.1.3.01.00.00	Dívida Ativa - FUNREBOM	520,00		
9.1.9.9.0.99.1.3.01.00.00	Dívida Ativa - FUNREBOM	-20,00		
4.1.9.9.0.99.1.3.02.00.00	Dívida Ativa - Outras Receitas	100.030,00		
9.1.9.9.0.99.1.3.02.00.00	Dívida Ativa - Outras Receitas	-30,00		
4.1.9.9.0.99.1.3.03.00.00	Dívida Ativa - Alienação de Bens	20.020,00		
9.1.9.9.0.99.1.3.03.00.00	Dívida Ativa - Alienação de Bens	-20,00		
4.1.9.9.0.99.1.4.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	35.300,00		
4.1.9.9.0.99.1.4.01.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa Outras Receitas	34.000,00		
9.1.9.9.0.99.1.4.01.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa Outras Receitas	-4.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.4.02.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa FUNREBOM	340,00		
9.1.9.9.0.99.1.4.02.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa FUNREBOM	-40,00		
4.1.9.9.0.99.1.4.03.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa Alienação	5.020,00		
9.1.9.9.0.99.1.4.03.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa Alienação	-20,00		
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			7.242.957,00
4.2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito		7.127.957,00	
4.2.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno		7.127.957,00	
4.2.1.1.2.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	7.127.957,00		
4.2.1.1.2.00.1.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	7.127.957,00		
4.2.1.1.2.00.1.1.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Princ	7.127.957,00		
4.2.1.1.2.00.1.1.03.00.00	Operações de Crédito Contratuais BRDE - Pro Transporte	5.027.957,00		
4.2.1.1.2.00.1.1.04.00.00	Operações de Crédito Contratuais BADESC 2018	2.100.000,00		
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens		115.000,00	
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis		55.000,00	
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	55.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	55.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	55.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Móveis	50.020,00		
9.2.2.1.3.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Móveis	-20,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.03.00.00	Alienação de Bens Móveis - Educação	5.000,00		
4.2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis		60.000,00	
4.2.2.2.0.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	60.000,00		
4.2.2.2.0.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Principal	56.000,00		
4.2.2.2.0.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Imóveis	40.020,00		
9.2.2.2.0.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Imóveis	-20,00		
4.2.2.2.0.00.1.1.02.00.00	Alienação de Bens Imóveis - FMHIS	15.020,00		
9.2.2.2.0.00.1.1.02.00.00	Alienação de Bens Imóveis - FMHIS	-20,00		
4.2.2.2.0.00.1.1.04.00.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Alienação de Bens	1.000,00		
4.2.2.2.0.00.1.2.00.00.00	Multas e Juros - Alienação de Bens Imóveis	4.000,00		
4.2.2.2.0.00.1.2.01.00.00	Multas e Juros - Alienação	4.020,00		
9.2.2.2.0.00.1.2.01.00.00	Multas e Juros - Alienação	-20,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>89.568.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>89.568.000,00</b>
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			6.224.000,00
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		31.000,00	
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		31.000,00	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	31.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	31.000,00		

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Página: 6/8

Data: 11/10/2018

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	31.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	31.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.00	Remun. Dep. Banc. FMS - PAB	20.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.08.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Farmácia Básica Estado	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.14.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Outras Receitas	10.000,00		
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes		6.162.000,00	
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		5.752.000,00	
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	5.752.000,00		
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	5.752.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	3.360.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.0.01.00.00	Transferência de Recursos do SUS - PAB	940.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.0.02.00.00	Transferência de Recursos do SUS - ACS	680.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.0.03.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Academia de Saúde	40.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.0.04.00.00	Transferência de Recursos do SUS - PAB Variável	1.700.000,00		
4.1.7.1.8.03.2.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alt	2.055.000,00		
4.1.7.1.8.03.2.0.01.00.00	Transferência de Recursos do SUS - MAC	1.700.000,00		
4.1.7.1.8.03.2.0.02.00.00	Transferência de Recursos do SUS - SAMU	265.000,00		
4.1.7.1.8.03.2.0.03.00.00	Transferência de Recursos do SUS - LPD União	90.000,00		
4.1.7.1.8.03.3.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde	120.000,00		
4.1.7.1.8.03.3.0.01.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Hepatite	30.000,00		
4.1.7.1.8.03.3.0.02.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde	90.000,00		
4.1.7.1.8.03.4.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêut	205.000,00		
4.1.7.1.8.03.4.0.01.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Farmácia Básica	205.000,00		
4.1.7.1.8.03.5.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Gestão do SUS	12.000,00		
4.1.7.1.8.03.5.0.01.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Alimentação e Nutriç	12.000,00		
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entic		410.000,00	
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	410.000,00		
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saú	410.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Sa	410.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de S	410.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.01.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Farmácia Básica	160.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.02.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Atenção Básica	200.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.05.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Próteses	20.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.06.00.00	Transf. Recursos do SUS - NASF Estado	30.000,00		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		31.000,00	
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		30.000,00	
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	30.000,00		
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	30.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	30.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	30.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.03.00.00	Outras Restituições - FMS	30.000,00		
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes		1.000,00	
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	1.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	1.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	1.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.05.00.00	Outras Receitas - FMS	1.000,00		
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			5.000,00
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens		5.000,00	
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis		5.000,00	
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	5.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	5.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	5.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.02.00.00	Alienação de Bens Móveis - Saúde	5.000,00		
			<b>Total das receitas:</b>	<b>6.229.000,00</b>
			<b>Total por entidade:</b>	<b>6.229.000,00</b>
<b>Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			12.000,00
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		10.000,00	
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas		10.000,00	



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Página: 7/8

Data: 11/10/2018

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	10.000,00		
4.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	10.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	10.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	10.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.03.00.00	Tx. de Serviços Administrativos FME	10.000,00		
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		1.000,00	
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		1.000,00	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.12.00	Remun. Dep. Banc. FME	1.000,00		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		1.000,00	
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		1.000,00	
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	1.000,00		
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	1.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	1.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	1.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.04.00.00	Outras Restituições - FME	1.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>12.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>12.000,00</b>
<b>Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			8.186.000,00
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.200.000,00	
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas		2.200.000,00	
4.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	2.200.000,00		
4.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	2.200.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	2.200.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	2.200.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00	Tx. Coleta de Lixo - SANEFRAI	2.203.000,00		
9.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00	Taxa Coleta de Lixo - SANEFRAI	-3.000,00		
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		30.000,00	
4.1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		10.000,00	
4.1.3.1.0.02.0.0.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de I	10.000,00		
4.1.3.1.0.02.1.0.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de	10.000,00		
4.1.3.1.0.02.1.1.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito c	10.000,00		
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		20.000,00	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	20.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	20.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	20.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	20.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.13.00	Remun. Dep. Banc. SANEFRAI	20.000,00		
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços		5.846.000,00	
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		5.726.000,00	
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.726.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.726.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	5.726.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.05.00.00	Outros Serviços Administrativos - SANEFRAI	5.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.06.00.00	Serv. de Fornecimento de Água	5.500.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.07.00.00	Serv. Coleta de Esgoto	200.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.08.00.00	Serv. de Coleta de Resíduos Sólidos	1.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.09.00.00	Serv. de Religamento de Água	20.000,00		
4.1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	Outros Serviços		120.000,00	
4.1.6.9.0.99.0.0.00.00.00	Outros Serviços	120.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços	120.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	Outros Serviços - Principal	120.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.05.00.00	Outros Serviços - SANEFRAI	120.000,00		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		110.000,00	
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		5.000,00	



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

Página: 8/8  
 Data: 11/10/2018

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**

**Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
--------	---------------	---------------	-------	---------------------

**Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI**

**RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS**

4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.02.00.00	Outras Restituições - SANEFRAI	5.000,00		
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes		105.000,00	
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	105.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	105.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	5.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.06.00.00	Outras Receitas - SANEFRAI	5.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.2.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	100.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.2.03.00.00	Multa e Juros - SANEFRAI	100.000,00		
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			1.005.000,00
4.2.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito		1.000.000,00	
4.2.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno		1.000.000,00	
4.2.1.1.2.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	1.000.000,00		
4.2.1.1.2.00.1.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	1.000.000,00		
4.2.1.1.2.00.1.1.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Princ	1.000.000,00		
4.2.1.1.2.00.1.1.02.00.00	Operações de Crédito Contratuais - SANEFRAI	1.000.000,00		
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens		5.000,00	
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis		5.000,00	
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	5.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	5.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	5.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.04.00.00	Alienação de Bens Móveis - SANEFRAI	5.000,00		

**Total das receitas: 9.191.000,00**

**Total por entidade: 9.191.000,00**

**Total geral das transferências: 0,00**

**Total geral das receitas: 105.000.000,00**

**Total geral: 105.000.000,00**

\_\_\_\_\_  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
 MOISÉS AMADEU PATRICIO  
 Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
 JOÃO CARLOS PADILHA  
 Secretario de Finanças

\_\_\_\_\_  
 MÁRCIO LUÍS MACHADO  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 GIOVANI GREGOLON  
 Contador



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Página: 1/2

Data: 11/10/2018

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			61.244.443,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		40.066.000,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		70.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		39.996.000,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		1.100.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.100.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.078.443,00	
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal		180.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		660.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		26.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		18.697.443,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		515.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			12.299.457,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		10.794.457,00	
4.4.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal		5.000,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		5.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		10.770.457,00	
4.4.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		14.000,00	
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		5.000,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.000,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		1.500.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.500.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			200.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		200.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		200.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>73.743.900,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>73.743.900,00</b>
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			17.209.100,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		10.501.100,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		15.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		10.486.100,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		6.708.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		2.620.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		10.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.568.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		510.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			326.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		321.000,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		320.000,00	
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		5.000,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>17.535.100,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>17.535.100,00</b>
<b>Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.155.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		550.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		550.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		605.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		600.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		5.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			75.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

Página: 2/2  
 Data: 11/10/2018

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**

**Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		75.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		75.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>1.230.000,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>1.230.000,00</b>
<b>Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			7.516.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.960.000,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		30.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.930.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.556.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		35.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.501.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		20.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.675.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.675.000,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		5.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.655.000,00	
4.4.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		15.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>9.191.000,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>9.191.000,00</b>
<b>Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.100.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.200.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.200.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		900.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		900.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			200.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		200.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		200.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>3.300.000,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>3.300.000,00</b>
<b>Total geral das transferências:</b>				<b>0,00</b>
<b>Total geral das despesas:</b>				<b>105.000.000,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>105.000.000,00</b>

\_\_\_\_\_  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
 MOISÉS AMADEU PATRICIO  
 Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
 JOÃO CARLOS PADILHA  
 Secretario de Finanças

\_\_\_\_\_  
 MÁRCIO LUÍS MACHADO  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 GIOVANI GREGOLON  
 Contador

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

Página: 1/1

Data: 11/10/2018

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**

Funções e Subfunções de Governo (conforme Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
4 Administração	123 Administração Financeira
4 Administração	124 Controle Interno
6 Segurança Pública	181 Policiamento
6 Segurança Pública	182 Defesa Civil
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso
8 Assistência Social	242 Assistência ao Portador de Deficiência
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
8 Assistência Social	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	122 Administração Geral
10 Saúde	301 Atenção Básica
10 Saúde	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10 Saúde	303 Suporte Profilático e Terapêutico
10 Saúde	304 Vigilância Sanitária
10 Saúde	305 Vigilância Epidemiológica
10 Saúde	572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
12 Educação	361 Ensino Fundamental
12 Educação	362 Ensino Médio
12 Educação	364 Ensino Superior
12 Educação	365 Educação Infantil
12 Educação	366 Educação de Jovens e Adultos
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
15 Urbanismo	452 Serviços Urbanos
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental
20 Agricultura	606 Extensão Rural
20 Agricultura	608 Promoção da Produção Agropecuária
22 Indústria	661 Promoção Industrial
23 Comércio e Serviços	695 Turismo
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

\_\_\_\_\_  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
 MOISÉS AMADEU PATRICIO  
 Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
 JOÃO CARLOS PADILHA  
 Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
 MÁRCIO LUÍS MACHADO  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 GIOVANI GREGOLON  
 Contador

Página: 1/9  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO</b>					<b>73.743.900,00</b>
<b>Órgão: 01.00 GABINETE DO PODER EXECUTIVO</b>		<b>9.532.957,00</b>	<b>60.560.943,00</b>	<b>3.450.000,00</b>	<b>73.743.900,00</b>
<b>Unidade: 01.01 GABINETE DO PODER EXECUTIVO</b>		<b>0,00</b>	<b>2.282.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.282.600,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>1.730.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.730.000,00</b>
04	Administração		1.730.000,00		1.730.000,00
04.122	Administração Geral		1.730.000,00		1.730.000,00
04.122.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.730.000,00		1.730.000,00
04.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PODER EXECUTIVO		1.730.000,00		1.730.000,00
<b>Unidade: 01.02 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DIFUSOS</b>		<b>0,00</b>	<b>20.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.500,00</b>
04	Administração		20.500,00		20.500,00
04.122	Administração Geral		20.500,00		20.500,00
04.122.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL		20.500,00		20.500,00
04.122.0001.2.002	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD		20.500,00		20.500,00
<b>Unidade: 01.03 FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS</b>		<b>0,00</b>	<b>512.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>512.100,00</b>
06	Segurança Pública		512.100,00		512.100,00
06.182	Defesa Civil		512.100,00		512.100,00
06.182.0002	DEFESA CIVIL		512.100,00		512.100,00
06.182.0002.2.003	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM		512.100,00		512.100,00
<b>Unidade: 01.04 COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL</b>		<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>
06	Segurança Pública		20.000,00		20.000,00
06.182	Defesa Civil		20.000,00		20.000,00
06.182.0002	DEFESA CIVIL		20.000,00		20.000,00
06.182.0002.2.004	COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC		20.000,00		20.000,00
<b>Órgão: 02.00 PROCURADORIA GERAL</b>		<b>0,00</b>	<b>1.150.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.150.000,00</b>
<b>Unidade: 02.01 PROCURADORIA GERAL</b>		<b>0,00</b>	<b>1.150.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.150.000,00</b>
04	Administração		1.150.000,00		1.150.000,00
04.122	Administração Geral		1.150.000,00		1.150.000,00
04.122.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.150.000,00		1.150.000,00
04.122.0001.2.005	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL		1.150.000,00		1.150.000,00

Página: 2/9  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
 Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
 Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 03.00 CONTROLADORIA INTERNA</b>					
<b>Unidade: 03.01 CONTROLADORIA INTERNA</b>		<b>9.532.957,00</b>	<b>60.560.943,00</b>	<b>3.450.000,00</b>	<b>73.743.900,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>195.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>195.000,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>195.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>195.000,00</b>
04	Administração		195.000,00		195.000,00
04.124	Controle Interno		195.000,00		195.000,00
04.124.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL		195.000,00		195.000,00
04.124.0001.2.006	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL		195.000,00		195.000,00
<b>Órgão: 04.00 SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO</b>		<b>80.000,00</b>	<b>3.909.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.989.000,00</b>
<b>Unidade: 04.01 SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO</b>		<b>80.000,00</b>	<b>3.909.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.989.000,00</b>
04	Administração	80.000,00	3.909.000,00		3.989.000,00
04.122	Administração Geral	80.000,00	3.909.000,00		3.989.000,00
04.122.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL	80.000,00	3.909.000,00		3.989.000,00
04.122.0001.1.002	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	80.000,00			80.000,00
04.122.0001.2.007	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO		3.879.000,00		3.879.000,00
04.122.0001.2.008	PROGRAMA DE ATENÇÃO AO SERVIDOR - PAS		30.000,00		30.000,00
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DA FAZENDA</b>		<b>0,00</b>	<b>3.350.000,00</b>	<b>3.450.000,00</b>	<b>6.800.000,00</b>
<b>Unidade: 06.01 SECRETARIA DA FAZENDA</b>		<b>0,00</b>	<b>3.350.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.350.000,00</b>
04	Administração		3.350.000,00		3.350.000,00
04.123	Administração Financeira		3.350.000,00		3.350.000,00
04.123.0003	GESTÃO FINANCEIRA		3.350.000,00		3.350.000,00
04.123.0003.2.011	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA		3.350.000,00		3.350.000,00
<b>Unidade: 06.02 ENCARGOS GERAIS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.450.000,00</b>	<b>3.450.000,00</b>
28	Encargos Especiais				3.450.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna				2.600.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS				2.600.000,00
28.843.0000.0.100	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA				2.600.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais				850.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS				850.000,00
28.846.0000.0.200	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS				850.000,00

Página: 3/9  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
 Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
 Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO</b>		<b>9.532.957,00</b>	<b>60.560.943,00</b>	<b>3.450.000,00</b>	<b>73.743.900,00</b>
<b>Órgão: 07.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>		<b>1.960.000,00</b>	<b>36.987.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38.947.600,00</b>
<b>Unidade: 07.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>		<b>1.960.000,00</b>	<b>36.987.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38.947.600,00</b>
12	Educação				
12.306	Alimentação e Nutrição				
12.306.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA				
12.306.0004.2.014	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL				
12.306.0004.2.017	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL E INTEGRAL				
12.306.0004.2.020	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS				
12.361	Ensino Fundamental				
12.361.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA				
12.361.0004.1.007	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				
12.361.0004.1.008	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO				
12.361.0004.1.009	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO				
12.361.0004.1.010	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL				
12.361.0004.2.016	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				
12.361.0004.2.018	TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA				
12.362	Ensino Médio				
12.362.0005	ENSINO MÉDIO				
12.362.0005.2.021	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO				
12.364	Ensino Superior				
12.364.0006	ENSINO SUPERIOR				
12.364.0006.2.022	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR				
12.365	Educação Infantil				
12.365.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA				
12.365.0004.1.005	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL				
12.365.0004.1.006	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL				
12.365.0004.2.012	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES				
12.365.0004.2.013	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA				
12.366	Educação de Jovens e Adultos				
12.366.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA				
12.366.0004.2.019	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS				
<b>Órgão: 09.00 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE</b>		<b>50.000,00</b>	<b>2.760.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.810.500,00</b>
<b>Unidade: 09.01 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE</b>		<b>50.000,00</b>	<b>2.760.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.810.500,00</b>
18	Gestão Ambiental				
18.541	Preservação e Conservação Ambiental				
18.541.0014	GESTÃO AMBIENTAL				
18.541.0014.2.044	PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E PROGRAMAS AMBIENTAIS				



Página: 4/9  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 09.00</b>	<b>SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE</b>	<b>9.532.957,00</b>	<b>60.560.943,00</b>	<b>3.450.000,00</b>	<b>73.743.900,00</b>
<b>Unidade: 09.01</b>	<b>SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE</b>	<b>50.000,00</b>	<b>2.760.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.810.500,00</b>
		<b>50.000,00</b>	<b>2.760.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.810.500,00</b>
20	Agricultura	50.000,00	2.689.500,00		2.739.500,00
20.606	Extensão Rural	50.000,00	2.399.500,00		2.449.500,00
20.606.0015	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL	50.000,00	2.399.500,00		2.449.500,00
20.606.0015.1.015	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	50.000,00			50.000,00
20.606.0015.2.041	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE		2.364.500,00		2.364.500,00
20.606.0015.2.049	CONTROLE DE ZOONÓSES		35.000,00		35.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária		290.000,00		290.000,00
20.608.0013	PORTEIRA ADENTRO		290.000,00		290.000,00
20.608.0013.2.042	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECU		160.000,00		160.000,00
20.608.0013.2.043	MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA		130.000,00		130.000,00
<b>Órgão: 10.00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA</b>					
<b>Unidade: 10.01</b>	<b>SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA</b>	<b>7.392.957,00</b>	<b>5.039.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.431.957,00</b>
		<b>7.392.957,00</b>	<b>4.047.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.439.957,00</b>
15	Urbanismo	7.392.957,00	4.047.000,00		11.439.957,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	7.382.957,00	2.417.000,00		9.799.957,00
15.451.0016	SERVIÇOS URBANOS	7.382.957,00	2.417.000,00		9.799.957,00
15.451.0016.1.018	PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO	7.327.957,00			7.327.957,00
15.451.0016.1.021	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE OBRAS DA INFRAESTRUTURA	55.000,00			55.000,00
15.451.0016.2.052	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.000,00	2.417.000,00		2.417.000,00
15.452	Serviços Urbanos	10.000,00	1.630.000,00		1.640.000,00
15.452.0016	SERVIÇOS URBANOS	10.000,00	1.630.000,00		1.640.000,00
15.452.0016.1.019	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA INFRAESTRUTURA	10.000,00			10.000,00
15.452.0016.2.053	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		1.630.000,00		1.630.000,00
<b>Unidade: 10.02</b>	<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>0,00</b>	<b>992.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>992.000,00</b>
06	Segurança Pública		992.000,00		992.000,00
06.181	Policimento		992.000,00		992.000,00
06.181.0017	SEGURANÇA PÚBLICA		992.000,00		992.000,00
06.181.0017.2.054	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA		967.000,00		967.000,00
06.181.0017.2.055	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA		25.000,00		25.000,00

Página: 5/9  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 11.00 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>		<b>9.532.957,00</b>	<b>60.560.943,00</b>	<b>3.450.000,00</b>	<b>73.743.900,00</b>
<b>Unidade: 11.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE FRAIBURGO</b>		<b>0,00</b>	<b>2.583.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.583.700,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>2.112.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.112.700,00</b>
08	Assistência Social		2.112.700,00		2.112.700,00
08.244	Assistência Comunitária		2.112.700,00		2.112.700,00
08.244.0018	ASSISTENCIA SOCIAL - GESTÃO		1.250.700,00		1.250.700,00
08.244.0018.2.056	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		1.250.700,00		1.250.700,00
08.244.0019	CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		506.000,00		506.000,00
08.244.0019.2.057	MANUTENÇÃO DO CRAS		506.000,00		506.000,00
08.244.0020	CREAS - CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL		356.000,00		356.000,00
08.244.0020.2.058	MANUTENÇÃO DO CREAS		356.000,00		356.000,00
<b>Unidade: 11.02 FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE</b>		<b>0,00</b>	<b>81.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>81.000,00</b>
08	Assistência Social		81.000,00		81.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		81.000,00		81.000,00
08.243.0021	ASSISTENCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE		81.000,00		81.000,00
08.243.0021.2.059	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		81.000,00		81.000,00
<b>Unidade: 11.03 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE FRAIBURGO</b>		<b>0,00</b>	<b>55.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>55.000,00</b>
08	Assistência Social		55.000,00		55.000,00
08.241	Assistência ao Idoso		55.000,00		55.000,00
08.241.0022	VALORIZAÇÃO DA TERCEIRA IDADE		55.000,00		55.000,00
08.241.0022.2.060	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO		55.000,00		55.000,00
<b>Unidade: 11.04 FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA</b>		<b>0,00</b>	<b>305.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>305.000,00</b>
08	Assistência Social		305.000,00		305.000,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		305.000,00		305.000,00
08.242.0023	VIVER SEM LIMITES		305.000,00		305.000,00
08.242.0023.2.061	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA		305.000,00		305.000,00
<b>Unidade: 11.05 FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL</b>		<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>
16	Habitação		30.000,00		30.000,00
16.482	Habitação Urbana		30.000,00		30.000,00
16.482.0024	MORAR BEM		30.000,00		30.000,00
16.482.0024.2.062	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MORAR BEM		30.000,00		30.000,00

Página: 6/9  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO</b>		<b>9.532.957,00</b>	<b>60.560.943,00</b>	<b>3.450.000,00</b>	<b>73.743.900,00</b>
<b>Órgão: 12.00 SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA</b>		<b>50.000,00</b>	<b>2.303.543,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.353.543,00</b>
<b>Unidade: 12.01 SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA</b>		<b>0,00</b>	<b>695.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>695.000,00</b>
22	Indústria		695.000,00		695.000,00
22.661	Promoção Industrial		695.000,00		695.000,00
22.661.0025	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL		545.000,00		545.000,00
22.661.0025.2.063	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA		545.000,00		545.000,00
22.661.0026	FOMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS		150.000,00		150.000,00
22.661.0026.2.066	PROJETO DE INCENTIVOS ECONÔMICO		150.000,00		150.000,00
<b>Unidade: 12.02 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO</b>		<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>
22	Indústria		10.000,00		10.000,00
22.661	Promoção Industrial		10.000,00		10.000,00
22.661.0025	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL		10.000,00		10.000,00
22.661.0025.2.064	MANUTENÇÃO DO FMDSENFRAI		10.000,00		10.000,00
<b>Unidade: 12.03 FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO</b>		<b>0,00</b>	<b>188.543,00</b>	<b>0,00</b>	<b>188.543,00</b>
23	Comércio e Serviços		188.543,00		188.543,00
23.695	Turismo		188.543,00		188.543,00
23.695.0028	DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO		95.000,00		95.000,00
23.695.0028.2.068	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO		95.000,00		95.000,00
23.695.0030	PROMOÇÃO TURÍSTICA		93.543,00		93.543,00
23.695.0030.2.070	INCENTIVO A EVENTOS FEIRAS E EXPOSIÇÕES TURÍSTICAS		93.543,00		93.543,00
<b>Unidade: 12.04 DEPARTAMENTO DE CULTURA</b>		<b>50.000,00</b>	<b>1.410.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.460.000,00</b>
13	Cultura		1.410.000,00		1.460.000,00
13.392	Difusão Cultural		1.410.000,00		1.460.000,00
13.392.0031	ATIVIDADES CULTURAIS		960.000,00		1.010.000,00
13.392.0031.1.028	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS CULTURAIS		50.000,00		50.000,00
13.392.0031.2.071	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS		960.000,00		960.000,00
13.392.0032	FESTIVIDADES CULTURAIS		350.000,00		350.000,00
13.392.0032.2.072	MANUTENÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO		350.000,00		350.000,00
13.392.0033	DECORAÇÕES TEMÁTICAS E CULTURAIS		100.000,00		100.000,00
13.392.0033.2.073	AÇÃO REFERENTE AS DECORAÇÕES TEMÁTICAS		100.000,00		100.000,00

Página: 7/9  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>					
<b>Unidade: 99.01 RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>					
99	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
99.999.0099.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 08.00 SECRETARIA DE SAÚDE</b>					
<b>Unidade: 08.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>					
10	Saúde				17.515.100,00
10.122	Administração Geral				1.822.000,00
10.122.0010	GESTÃO DO SUS				1.822.000,00
10.122.0010.2.037	GESTÃO DO SUS				1.822.000,00
10.301	Atenção Básica				8.521.100,00
10.301.0007	ATENÇÃO BÁSICA				8.521.100,00
10.301.0007.2.023	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	155.000,00	17.380.100,00	0,00	17.535.100,00
10.301.0007.2.026	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	155.000,00	17.380.100,00	0,00	17.535.100,00
10.301.0007.2.027	ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - EACS	155.000,00	17.360.100,00	0,00	17.515.100,00
10.301.0007.2.028	ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCAL - ESB				
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
10.302.0008	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR				
10.302.0008.2.032	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR				
10.302.0008.2.034	SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU				
10.302.0008.2.035	REDE DE SAÚDE MENTAL - CAPS				
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico				
10.303.0009	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				
10.303.0009.2.036	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				
10.304	Vigilância Sanitária				
10.304.0011	VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
10.304.0011.2.039	VIGILÂNCIA SANITÁRIA				
10.305	Vigilância Epidemiológica				
10.305.0011	VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
10.305.0011.2.040	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA				
10.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	155.000,00	505.000,00		505.000,00
10.572.0012	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	155.000,00	505.000,00		505.000,00
10.572.0012.1.011	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE	105.000,00	505.000,00		505.000,00
10.572.0012.1.012	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA SAÚDE	20.000,00	505.000,00		505.000,00

Página: 8/9  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO</b>					
<b>Órgão: 08.00 SECRETARIA DE SAÚDE</b>		<b>155.000,00</b>	<b>17.380.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.535.100,00</b>
<b>Unidade: 08.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>		<b>155.000,00</b>	<b>17.380.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.535.100,00</b>
		<b>155.000,00</b>	<b>17.360.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.515.100,00</b>
10	Saúde	155.000,00	17.360.100,00		17.515.100,00
10.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	155.000,00			155.000,00
10.572.0012	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	155.000,00			155.000,00
10.572.0012.1.013	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA DE SAÚDE	30.000,00			30.000,00
<b>Unidade: 08.02 FUNDO MUN. DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS</b>		<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>
10	Saúde		20.000,00		20.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		20.000,00		20.000,00
10.302.0008	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR		20.000,00		20.000,00
10.302.0008.2.024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS - FUNPRED		20.000,00		20.000,00
<b>Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>		<b>65.000,00</b>	<b>1.165.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.230.000,00</b>
<b>Órgão: 13.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME</b>		<b>65.000,00</b>	<b>1.165.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.230.000,00</b>
<b>Unidade: 13.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME</b>		<b>65.000,00</b>	<b>1.165.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.230.000,00</b>
27	Desporto e Lazer	65.000,00	1.165.000,00		1.230.000,00
27.812	Desporto Comunitário	65.000,00	1.165.000,00		1.230.000,00
27.812.0034	ESPORTE E LAZER	65.000,00	1.165.000,00		1.230.000,00
27.812.0034.1.030	CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA E DE LAZER	5.000,00			5.000,00
27.812.0034.1.031	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA FME	60.000,00			60.000,00
27.812.0034.2.074	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME		1.165.000,00		1.165.000,00
<b>Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI</b>		<b>200.000,00</b>	<b>8.991.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.191.000,00</b>
<b>Órgão: 14.00 AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO</b>		<b>200.000,00</b>	<b>8.991.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.191.000,00</b>
<b>Unidade: 14.01 AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI</b>		<b>200.000,00</b>	<b>8.991.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.191.000,00</b>
17	Saneamento	200.000,00	8.991.000,00		9.191.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	200.000,00	8.991.000,00		9.191.000,00
17.512.0035	SANEAMENTO BÁSICO	200.000,00	8.991.000,00		9.191.000,00
17.512.0035.1.033	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA SANEFRAI	200.000,00			200.000,00
17.512.0035.2.076	ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA		3.785.000,00		3.785.000,00
17.512.0035.2.077	GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS		2.756.000,00		2.756.000,00
17.512.0035.2.079	ESGOTAMENTO SANITÁRIO		510.000,00		510.000,00
17.512.0035.2.080	DRENAGEM PLUVIAL		370.000,00		370.000,00
17.512.0035.2.081	GESTÃO ADMINISTRATIVA - SANEFRAI		1.570.000,00		1.570.000,00

Página: 9/9

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		130.000,00	3.170.000,00	0,00	3.300.000,00
Órgão: 15.00 CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		130.000,00	3.170.000,00	0,00	3.300.000,00
Unidade: 15.01 CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		130.000,00	3.170.000,00	0,00	3.300.000,00
01	Legislativa	130.000,00	3.170.000,00		3.300.000,00
01.031	Ação Legislativa	130.000,00	3.170.000,00		3.300.000,00
01.031.0036	PROCESSO LEGISLATIVO	130.000,00	3.170.000,00		3.300.000,00
01.031.0036.1.035	AQUISICÃO DE VEÍCULOS PARA O LEGISLATIVO	80.000,00			80.000,00
01.031.0036.1.036	AQUISICÃO DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA O LEGISLATIVO	50.000,00			50.000,00
01.031.0036.2.078	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES		3.170.000,00		3.170.000,00
Total geral:					105.000.000,00

CLAUDETTE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

JOÃO CARLOS PADILHA

Secretário de Finanças

MÁRCIO LUIZ MACHADO

Contador

GIOVANI GREGOLON

Contador

Página: 1/4  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	130.000,00	3.170.000,00		3.300.000,00
01.031	Ação Legislativa	130.000,00	3.170.000,00		3.300.000,00
01.031.0036	PROCESSO LEGISLATIVO	130.000,00	3.170.000,00		3.300.000,00
04	Administração	80.000,00	10.354.500,00		10.434.500,00
04.122	Administração Geral	80.000,00	6.809.500,00		6.889.500,00
04.122.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL	80.000,00	6.809.500,00		6.889.500,00
04.123	Administração Financeira		3.350.000,00		3.350.000,00
04.123.0003	GESTÃO FINANCEIRA		3.350.000,00		3.350.000,00
04.124	Controle Interno		195.000,00		195.000,00
04.124.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL		195.000,00		195.000,00
06	Segurança Pública		1.524.100,00		1.524.100,00
06.181	Policimento		992.000,00		992.000,00
06.181.0017	SEGURANÇA PÚBLICA		992.000,00		992.000,00
06.182	Defesa Civil		532.100,00		532.100,00
06.182.0002	DEFESA CIVIL		532.100,00		532.100,00
08	Assistência Social		2.553.700,00		2.553.700,00
08.241	Assistência ao Idoso		55.000,00		55.000,00
08.241.0022	VALORIZAÇÃO DA TERCEIRA IDADE		55.000,00		55.000,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		305.000,00		305.000,00
08.242.0023	VIVER SEM LIMITES		305.000,00		305.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		81.000,00		81.000,00
08.243.0021	ASSISTENCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE		81.000,00		81.000,00
08.244	Assistência Comunitária		2.112.700,00		2.112.700,00
08.244.0018	ASSISTENCIA SOCIAL - GESTÃO		1.250.700,00		1.250.700,00
08.244.0019	CRAS - CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		506.000,00		506.000,00
08.244.0020	CREAS - CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOC		356.000,00		356.000,00
10	Saúde	155.000,00	17.380.100,00		17.535.100,00
10.122	Administração Geral		1.822.000,00		1.822.000,00
10.122.0010	GESTÃO DO SUS		1.822.000,00		1.822.000,00
10.301	Atenção Básica		8.521.100,00		8.521.100,00
10.301.0007	ATENÇÃO BÁSICA		8.521.100,00		8.521.100,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		5.481.000,00		5.481.000,00
10.302.0008	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR		5.481.000,00		5.481.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		866.000,00		866.000,00
10.303.0009	ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA		866.000,00		866.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		185.000,00		185.000,00
10.304.0011	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		185.000,00		185.000,00

Página: 2/4  
Data: 11/10/2018

## Estado de Santa Catarina

### MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

#### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
10	Saúde	155.000,00	17.380.100,00		17.535.100,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		505.000,00		505.000,00
10.305.0011	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		505.000,00		505.000,00
10.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	155.000,00			155.000,00
10.572.0012	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	155.000,00			155.000,00
12	Educação	1.960.000,00	36.987.600,00		38.947.600,00
12.306	Alimentação e Nutrição		1.863.000,00		1.863.000,00
12.306.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA		1.863.000,00		1.863.000,00
12.361	Ensino Fundamental	1.260.000,00	20.964.400,00		22.224.400,00
12.361.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.260.000,00	20.964.400,00		22.224.400,00
12.362	Ensino Médio		430.000,00		430.000,00
12.362.0005	ENSINO MÉDIO		430.000,00		430.000,00
12.364	Ensino Superior		800.000,00		800.000,00
12.364.0006	ENSINO SUPERIOR		800.000,00		800.000,00
12.365	Educação Infantil	700.000,00	12.645.000,00		13.345.000,00
12.365.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA	700.000,00	12.645.000,00		13.345.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		285.200,00		285.200,00
12.366.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA		285.200,00		285.200,00
13	Cultura	50.000,00	1.410.000,00		1.460.000,00
13.392	Difusão Cultural	50.000,00	1.410.000,00		1.460.000,00
13.392.0031	ATIVIDADES CULTURAIS		960.000,00		1.010.000,00
13.392.0032	FESTIVIDADES CULTURAIS	50.000,00	350.000,00		350.000,00
13.392.0033	DECORAÇÕES TEMÁTICAS E CULTURAIS		100.000,00		100.000,00
15	Urbanismo	7.392.957,00	4.047.000,00		11.439.957,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	7.382.957,00	2.417.000,00		9.799.957,00
15.451.0016	SERVIÇOS URBANOS	7.382.957,00	2.417.000,00		9.799.957,00
15.452	Serviços Urbanos	10.000,00	1.630.000,00		1.640.000,00
15.452.0016	SERVIÇOS URBANOS	10.000,00	1.630.000,00		1.640.000,00
16	Habitação		30.000,00		30.000,00
16.482	Habitação Urbana		30.000,00		30.000,00
16.482.0024	MORAR BEM		30.000,00		30.000,00
17	Saneamento	200.000,00	8.991.000,00		9.191.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	200.000,00	8.991.000,00		9.191.000,00
17.512.0035	SANEAMENTO BÁSICO	200.000,00	8.991.000,00		9.191.000,00



Página: 3/4  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
18	Gestão Ambiental		71.000,00		71.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		71.000,00		71.000,00
18.541.0014	GESTÃO AMBIENTAL		71.000,00		71.000,00
20	Agricultura	50.000,00	2.689.500,00		2.739.500,00
20.606	Extensão Rural	50.000,00	2.399.500,00		2.449.500,00
20.606.0015	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL	50.000,00	2.399.500,00		2.449.500,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária		290.000,00		290.000,00
20.608.0013	PORTEIRA ADENTRO		290.000,00		290.000,00
22	Indústria		705.000,00		705.000,00
22.661	Promoção Industrial		705.000,00		705.000,00
22.661.0025	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL		555.000,00		555.000,00
22.661.0026	FOMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS		150.000,00		150.000,00
23	Comércio e Serviços		188.543,00		188.543,00
23.695	Turismo		188.543,00		188.543,00
23.695.0028	DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO		95.000,00		95.000,00
23.695.0030	PROMOÇÃO TURÍSTICA		93.543,00		93.543,00
27	Desporto e Lazer	65.000,00	1.165.000,00		1.230.000,00
27.812	Desporto Comunitário	65.000,00	1.165.000,00		1.230.000,00
27.812.0034	ESPORTE E LAZER	65.000,00	1.165.000,00		1.230.000,00
28	Encargos Especiais			3.450.000,00	3.450.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			2.600.000,00	2.600.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			2.600.000,00	2.600.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			850.000,00	850.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			850.000,00	850.000,00

Página: 4/4  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
99	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
	<b>Total:</b>	<b>10.082.957,00</b>	<b>91.267.043,00</b>	<b>3.450.000,00</b>	<b>105.000.000,00</b>
	<b>Total geral:</b>	<b>10.082.957,00</b>	<b>91.267.043,00</b>	<b>3.450.000,00</b>	<b>105.000.000,00</b>

\_\_\_\_\_  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
MÁRCIO LUIS MACHADO  
Contador

\_\_\_\_\_  
GIOVANI GREGOLON  
Contador

Página: 1/4  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	3.300.000,00		3.300.000,00
01.031	Ação Legislativa	3.300.000,00		3.300.000,00
01.031.0036	PROCESSO LEGISLATIVO	3.300.000,00		3.300.000,00
04	Administração	10.319.000,00	115.500,00	10.434.500,00
04.122	Administração Geral	6.774.000,00	115.500,00	6.889.500,00
04.122.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.774.000,00	115.500,00	6.889.500,00
04.123	Administração Financeira	3.350.000,00		3.350.000,00
04.123.0003	GESTÃO FINANCEIRA	3.350.000,00		3.350.000,00
04.124	Controle Interno	195.000,00		195.000,00
04.124.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL	195.000,00		195.000,00
06	Segurança Pública	155.000,00	1.369.100,00	1.524.100,00
06.181	Policimento	135.000,00	857.000,00	992.000,00
06.181.0017	SEGURANÇA PÚBLICA	135.000,00	857.000,00	992.000,00
06.182	Defesa Civil	20.000,00	512.100,00	532.100,00
06.182.0002	DEFESA CIVIL	20.000,00	512.100,00	532.100,00
08	Assistência Social	1.970.000,00	583.700,00	2.553.700,00
08.241	Assistência ao Idoso	55.000,00		55.000,00
08.241.0022	VALORIZAÇÃO DA TERCEIRA IDADE	55.000,00		55.000,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência	305.000,00		305.000,00
08.242.0023	VIVER SEM LIMITES	305.000,00		305.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	20.000,00	61.000,00	81.000,00
08.243.0021	ASSISTENCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE	20.000,00	61.000,00	81.000,00
08.244	Assistência Comunitária	1.590.000,00	522.700,00	2.112.700,00
08.244.0018	ASSISTENCIA SOCIAL - GESTÃO	1.170.000,00	80.700,00	1.250.700,00
08.244.0019	CRAS - CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	255.000,00	251.000,00	506.000,00
08.244.0020	CREAS - CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL	165.000,00	191.000,00	356.000,00
10	Saúde		17.535.100,00	17.535.100,00
10.122	Administração Geral		1.822.000,00	1.822.000,00
10.122.0010	GESTÃO DO SUS		1.822.000,00	1.822.000,00
10.301	Atenção Básica		8.521.100,00	8.521.100,00
10.301.0007	ATENÇÃO BÁSICA		8.521.100,00	8.521.100,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		5.481.000,00	5.481.000,00
10.302.0008	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR		5.481.000,00	5.481.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		866.000,00	866.000,00
10.303.0009	ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA		866.000,00	866.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		185.000,00	185.000,00
10.304.0011	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		185.000,00	185.000,00

Página: 2/4  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde		17.535.100,00	17.535.100,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		505.000,00	505.000,00
10.305.0011	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		505.000,00	505.000,00
10.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia		155.000,00	155.000,00
10.572.0012	INVESTIMENTOS EM SAÚDE		155.000,00	155.000,00
12	Educação			
12.306	Alimentação e Nutrição	2.411.200,00	36.536.400,00	38.947.600,00
12.306.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.206.000,00	657.000,00	1.863.000,00
12.361	Ensino Fundamental	1.206.000,00	657.000,00	1.863.000,00
12.361.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA		22.224.400,00	22.224.400,00
12.362	Ensino Médio		22.224.400,00	22.224.400,00
12.362.0005	ENSINO MÉDIO	400.000,00	30.000,00	430.000,00
12.364	Ensino Superior	400.000,00	30.000,00	430.000,00
12.364.0006	ENSINO SUPERIOR	800.000,00		800.000,00
12.365	Educação Infantil	800.000,00		800.000,00
12.365.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA		13.345.000,00	13.345.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos	5.200,00	13.345.000,00	13.345.000,00
12.366.0004	EDUCAÇÃO BÁSICA	5.200,00	280.000,00	285.200,00
13	Cultura		280.000,00	285.200,00
13.392	Difusão Cultural	1.460.000,00		1.460.000,00
13.392.0031	ATIVIDADES CULTURAIS	1.460.000,00		1.460.000,00
13.392.0032	FESTIVIDADES CULTURAIS	1.010.000,00		1.010.000,00
13.392.0033	DECORAÇÕES TEMÁTICAS E CULTURAIS	350.000,00		350.000,00
15	Urbanismo	100.000,00		100.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.702.000,00	8.737.957,00	11.439.957,00
15.451.0016	SERVIÇOS URBANOS	2.672.000,00	7.127.957,00	9.799.957,00
15.452	Serviços Urbanos	2.672.000,00	7.127.957,00	9.799.957,00
15.452.0016	SERVIÇOS URBANOS	30.000,00	1.610.000,00	1.640.000,00
16	Habituação	30.000,00	1.610.000,00	1.640.000,00
16.482	Habituação Urbana	15.000,00		15.000,00
16.482.0024	MORAR BEM	15.000,00	15.000,00	30.000,00
17	Saneamento			
17.512	Saneamento Básico Urbano	8.186.000,00	1.005.000,00	9.191.000,00
17.512.0035	SANEAMENTO BÁSICO	8.186.000,00	1.005.000,00	9.191.000,00

Página: 3/4  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
18	Gestão Ambiental	71.000,00		71.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	71.000,00		71.000,00
18.541.0014	GESTÃO AMBIENTAL	71.000,00		71.000,00
20	Agricultura	2.734.000,00	5.500,00	2.739.500,00
20.606	Extensão Rural	2.444.000,00	5.500,00	2.449.500,00
20.606.0015	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL	2.444.000,00	5.500,00	2.449.500,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	290.000,00		290.000,00
20.608.0013	PORTEIRA ADENTRO	290.000,00		290.000,00
22	Indústria	705.000,00		705.000,00
22.661	Promoção Industrial	705.000,00		705.000,00
22.661.0025	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL	555.000,00		555.000,00
22.661.0026	FOMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS	150.000,00		150.000,00
23	Comércio e Serviços	188.543,00		188.543,00
23.695	Turismo	188.543,00		188.543,00
23.695.0028	DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	95.000,00		95.000,00
23.695.0030	PROMOÇÃO TURÍSTICA	93.543,00		93.543,00
27	Desporto e Lazer	1.230.000,00		1.230.000,00
27.812	Desporto Comunitário	1.230.000,00		1.230.000,00
27.812.0034	ESPORTE E LAZER	1.230.000,00		1.230.000,00
28	Encargos Especiais	3.450.000,00		3.450.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	2.600.000,00		2.600.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	2.600.000,00		2.600.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	850.000,00		850.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	850.000,00		850.000,00

Página: 4/4

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
99	Reserva de Contingência			200.000,00
99.999	Reserva de Contingência			200.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			200.000,00
Total:		39.096.743,00	65.903.257,00	105.000.000,00
Total geral:		39.096.743,00	65.903.257,00	105.000.000,00

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO

Controlador Interno

JOÃO CARLOS PADILHA

Secretário de Finanças

MÁRCIO LUÍS MACHADO

Contador

GIOVANI GREGOLON

Contador

Página: 1/30  
Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - GABINETE DO PODER EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	1.750.500,00	0,00	532.100,00
02.00 - PROCURADORIA GERAL		0,00	0,00	0,00	1.150.000,00	0,00	0,00
03.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	195.000,00	0,00	0,00
04.00 - SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO		0,00	0,00	0,00	3.989.000,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	3.350.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	992.000,00
11.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	10.434.500,00	0,00	1.524.100,00

Página: 2/30

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saude	Trabalho	Educação
01.00 - GABINETE DO PODER EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - PROCURADORIA GERAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.947.600,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	2.553.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	2.553.700,00	0,00	0,00	0,00	38.947.600,00



Página: 3/30

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO		Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
Órgão								
01.00 - GABINETE DO PODER EXECUTIVO			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - PROCURADORIA GERAL			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - CONTROLADORIA INTERNA			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA FAZENDA			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.000,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA			0,00	0,00	11.439.957,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
12.00 - SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA			1.460.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:			1.460.000,00	0,00	11.439.957,00	30.000,00	0,00	71.000,00

Página: 4/30

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO						
Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços
01.00 - GABINETE DO PODER EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - PROCURADORIA GERAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE		0,00	2.739.500,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	705.000,00	188.543,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	2.739.500,00	0,00	705.000,00	188.543,00

Página: 5/30

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
01.00 - GABINETE DO PODER EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - PROCURADORIA GERAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	3.450.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	3.450.000,00	0,00	200.000,00

Página: 6/30

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO					
Órgão	Funções	TOTAL			
01.00 - GABINETE DO PODER EXECUTIVO		2.282.600,00			
02.00 - PROCURADORIA GERAL		1.150.000,00			
03.00 - CONTROLADORIA INTERNA		195.000,00			
04.00 - SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO		3.989.000,00			
06.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		6.800.000,00			
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		38.947.600,00			
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE		2.810.500,00			
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA		12.431.957,00			
11.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		2.583.700,00			
12.00 - SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA		2.353.543,00			
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		200.000,00			
Total:		73.743.900,00			

Página: 7/30

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 8/30  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	17.535.100,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.535.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 9/30

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO							
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 10/30  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



Página: 11/30

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Crianca e Adolescente	Reserva de Contingência
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 12/30

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO						
Órgão	Funções	TOTAL				
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		17.535.100,00				
Total:		17.535.100,00				

Página: 13/30

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
13.000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 14/30

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
13.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 15/30  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME							
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
13.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/07/2019 (C)

[illegible]

Página: 17/30

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Crianca e Adolescente	Reserva de Contingência
13.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME							
Total:		0,00	0,00	1.230.000,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	1.230.000,00	0,00	0,00	0,00

Página: 18/30

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME						
Órgão	Funções	TOTAL				
13.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME		1.230.000,00				
Total:		1.230.000,00				



Página: 19/30  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 20/30  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 21/30

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI						
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	9.191.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	9.191.000,00

Página: 22/30

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI							
Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 23/30

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Crianca e Adolescente	Reserva de Contingência
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 24/30

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI						
Órgão	Funções	TOTAL				
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		9.191.000,00				
Total:		9.191.000,00				

Página: 25/30  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão								
15.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO			3.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>3.300.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 26/30  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO									
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação		
15.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



Página: 27/30

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
Órgão								
15.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 28/30  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
Órgão								
15.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 29/30  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
Órgão								
15.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 30/30

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO					
Órgão	Funções	TOTAL			
15.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		3.300.000,00			
Total:		3.300.000,00			
Total geral:		105.000.000,00			

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

MOISÉS AMADEU PATRICIO  
Controlador Interno

MÁRCIO LUIZ MACHADO  
Contador

JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças

GIOVANI GREGOLON  
Contador

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Página: 1/9  
Data: 11/10/2018

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021
1 - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO				
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS	89.568.000,00	94.046.400,00	98.748.720,00
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	82.325.043,00	86.441.295,15	90.763.359,90
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.380.000,00	12.999.000,00	13.648.950,00
4.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Impostos	10.573.000,00	11.101.650,00	11.656.732,50
4.1.1.1.3.00.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Naturez	2.000.000,00	2.100.000,00	2.205.000,00
4.1.1.1.3.03.0.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	2.000.000,00	2.100.000,00	2.205.000,00
4.1.1.1.3.03.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	2.000.000,00	2.100.000,00	2.205.000,00
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - I	2.000.000,00	2.100.000,00	2.205.000,00
4.1.1.1.8.00.0.0.00.00.00	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	8.573.000,00	9.001.650,00	9.451.732,50
4.1.1.1.8.01.0.0.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	3.923.000,00	4.119.150,00	4.325.107,50
4.1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urban	2.923.000,00	3.069.150,00	3.222.607,50
4.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urban	3.200.000,00	3.360.000,00	3.528.000,00
9.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Ur	(600.000,00)	(630.000,00)	(661.500,00)
4.1.1.1.8.01.1.2.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urban	3.020,00	3.171,00	3.329,55
9.1.1.1.8.01.1.2.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Ur	(20,00)	(21,00)	(22,05)
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urban	200.120,00	210.126,00	220.632,30
9.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Ur	(120,00)	(126,00)	(132,30)
4.1.1.1.8.01.1.4.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urban	124.000,00	130.200,00	136.710,00
9.1.1.1.8.01.1.4.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Ur	(4.000,00)	(4.200,00)	(4.410,00)
4.1.1.1.8.01.4.0.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóve	1.000.000,00	1.050.000,00	1.102.500,00
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóv	1.003.000,00	1.053.150,00	1.105.807,50
9.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	(R)Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Ir	(3.000,00)	(3.150,00)	(3.307,50)
4.1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e	4.650.000,00	4.882.500,00	5.126.625,00
4.1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.650.000,00	4.882.500,00	5.126.625,00
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Princiç	4.540.000,00	4.767.000,00	5.005.350,00
9.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Prii	(40.000,00)	(42.000,00)	(44.100,00)
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas	50.010,00	52.510,50	55.136,02
9.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Mu	(10,00)	(10,50)	(11,02)
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida	50.020,00	52.521,00	55.147,05
9.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Div	(20,00)	(21,00)	(22,05)
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida	51.000,00	53.550,00	56.227,50
9.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Div	(1.000,00)	(1.050,00)	(1.102,50)
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	1.687.000,00	1.771.350,00	1.859.917,50
4.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.512.000,00	1.587.600,00	1.666.980,00
4.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	1.512.000,00	1.587.600,00	1.666.980,00
4.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	1.512.000,00	1.587.600,00	1.666.980,00
4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	1.512.000,00	1.587.600,00	1.666.980,00
4.1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	200.150,00	210.157,50	220.665,38
9.1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	(150,00)	(157,50)	(165,38)
4.1.1.2.1.01.1.1.02.00.00	Tx de Serviços Administrativos - PMF	40.040,00	42.042,00	44.144,10
9.1.1.2.1.01.1.1.03.00.00	Tx de Serviços Administrativos - PMF	(40,00)	(42,00)	(44,10)
4.1.1.2.1.01.1.1.04.00.00	Tx. de Licença para Funcionamento	1.030.000,00	1.081.500,00	1.135.575,00
9.1.1.2.1.01.1.1.04.00.00	Tx. de Licença para Funcionamento	(30.000,00)	(31.500,00)	(33.075,00)
4.1.1.2.1.01.1.1.05.00.00	Tx de Publicidade Comercial	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.1.2.1.01.1.1.07.00.00	Tx de Funcionamento em Horário Especial	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.1.2.1.01.1.1.08.00.00	Tx de Licença para Execução de Obras	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.1.2.1.01.1.1.09.00.00	Tx de Utilização de Área de Domínio Público	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.1.2.1.01.1.1.11.00.00	Tx de Diária de Veículo	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.1.2.1.01.1.1.12.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	51.500,00	54.075,00	56.778,75
9.1.1.2.1.01.1.1.12.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	(1.500,00)	(1.575,00)	(1.653,75)
4.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	175.000,00	183.750,00	192.937,50
4.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	175.000,00	183.750,00	192.937,50
4.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	175.000,00	183.750,00	192.937,50
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	175.000,00	183.750,00	192.937,50
4.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Tx de Coleta de Lixo PMF	43.000,00	45.150,00	47.407,50

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Página: 2/9

Data: 11/10/2018

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021
1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO				
9.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Tx de Coleta de Lixo PMF	(3.000,00)	(3.150,00)	(3.307,50)
4.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Tx de Expediente	53.000,00	55.650,00	58.432,50
9.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Tx de Expediente	(3.000,00)	(3.150,00)	(3.307,50)
4.1.1.2.2.01.1.1.04.00.00	Tx de Embarque	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.1.2.2.01.1.1.05.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	10.010,00	10.510,50	11.036,02
9.1.1.2.2.01.1.1.05.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	(10,00)	(10,50)	(11,02)
4.1.1.2.2.01.1.1.06.00.00	Taxa de Cemiterios	70.010,00	73.510,50	77.186,02
9.1.1.2.2.01.1.1.06.00.00	Txa de Cemiterios	(10,00)	(10,50)	(11,02)
4.1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	120.000,00	126.000,00	132.300,00
4.1.1.3.0.00.1.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.1.3.0.00.1.2.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Multas e Juros	21.000,00	22.050,00	23.152,50
9.1.1.3.0.00.1.2.00.00.00	Multas e Juros - Contribuição de Melhoria	(1.000,00)	(1.050,00)	(1.102,50)
4.1.1.3.0.00.1.3.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa	20.100,00	21.105,00	22.160,25
9.1.1.3.0.00.1.3.00.00.00	Dívida Ativa - Contribuição de Melhoria	(100,00)	(105,00)	(110,25)
4.1.1.3.0.00.1.4.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa - Multas e Juro	21.000,00	22.050,00	23.152,50
9.1.1.3.0.00.1.4.00.00.00	Multas e Juros - Div. Ativa Contribuição de Melhoria	(1.000,00)	(1.050,00)	(1.102,50)
4.1.1.3.8.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Específica E/M	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.1.3.8.04.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Co	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.1.3.8.04.1.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras C	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	61.000,00	64.050,00	67.252,50
9.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	(1.000,00)	(1.050,00)	(1.102,50)
4.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições	1.600.000,00	1.680.000,00	1.764.000,00
4.1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públi	1.600.000,00	1.680.000,00	1.764.000,00
4.1.2.4.0.00.1.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação P	1.600.000,00	1.680.000,00	1.764.000,00
4.1.2.4.0.00.1.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	1.610.000,00	1.690.500,00	1.775.025,00
9.1.2.4.0.00.1.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	(10.000,00)	(10.500,00)	(11.025,00)
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	530.990,00	557.539,50	585.416,47
4.1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	49.990,00	52.489,50	55.113,97
4.1.3.1.0.01.0.0.00.00.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de C	49.990,00	52.489,50	55.113,97
4.1.3.1.0.01.1.0.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos	49.990,00	52.489,50	55.113,97
4.1.3.1.0.01.1.1.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	49.990,00	52.489,50	55.113,97
4.1.3.1.0.01.1.1.01.00.00	Aluguel e Arrendamento - PMF	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.3.1.0.01.1.1.02.00.00	Aluguel e Arrendamento - FME	40.010,00	42.010,50	44.111,02
9.1.3.1.0.01.1.1.02.00.00	Aluguel e Arrendamento - FME	(20,00)	(21,00)	(22,05)
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	481.000,00	505.050,00	530.302,50
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	481.000,00	505.050,00	530.302,50
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	481.000,00	505.050,00	530.302,50
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	481.000,00	505.050,00	530.302,50
4.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	150.000,00	157.500,00	165.375,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.00.00	Remuneração Depósitos Bancários	48.000,00	50.400,00	52.920,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.01.00	Remun. Dep. Banc. MDE - S. Educação	40.000,00	42.000,00	44.100,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.02.00	Remun. Dep. Banc. MDE - PNAE Fundamental	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.3.2.1.00.1.1.03.03.00	Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Fundamental	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.03.10.00	Remun. Dep. Banc. MDE - Transp. Escolar Estado	2.000,00	2.100,00	2.205,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.00.00	Remun. Dep. Banc. CIDE	500,00	525,00	551,25
4.1.3.2.1.00.1.1.05.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.700,00	2.835,00	2.976,75
4.1.3.2.1.00.1.1.05.01.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - PFMC	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.05.03.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - IGDBF	500,00	525,00	551,25
4.1.3.2.1.00.1.1.05.04.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - PBFI	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.05.05.00	Remun. Dep. Banc. FMAS - IGD SUAS	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.1.00.1.1.06.00.00	Remun. Dep. Banc. COSIP	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.3.2.1.00.1.1.07.00.00	Remuneração Depósitos Bancários	269.800,00	283.290,00	297.454,50
4.1.3.2.1.00.1.1.07.01.00	Remun. Dep. Banc. PMF - ORTFRAI	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.3.2.1.00.1.1.07.02.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Polícia Civil	3.000,00	3.150,00	3.307,50
4.1.3.2.1.00.1.1.07.03.00	Remun. Dep. Banc. FMDCA Outras Receitas	500,00	525,00	551,25

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Página: 3/9  
 Data: 11/10/2018

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021
1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO				
4.1.3.2.1.00.1.1.07.04.00	Remun. Dep. Banc. PMF - FUNREBOM	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.3.2.1.00.1.1.07.05.00	Remun. Dep. Banc. FMDCA - IR	500,00	525,00	551,25
4.1.3.2.1.00.1.1.07.06.00	Remun. Dep. Banc. PMF - FMDD	500,00	525,00	551,25
4.1.3.2.1.00.1.1.07.07.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Multas de Trânsito	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.07.09.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Ordinário	250.100,00	262.605,00	275.735,25
4.1.3.2.1.00.1.1.07.10.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Jovens e Adulto	200,00	210,00	220,50
4.1.3.2.1.00.1.1.07.11.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Creche Empresas	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	841.900,00	883.995,00	928.194,75
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	526.900,00	553.245,00	580.907,25
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	506.900,00	532.245,00	558.857,25
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	506.900,00	532.245,00	558.857,25
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Princip	506.900,00	532.245,00	558.857,25
4.1.6.1.0.01.1.1.02.00.00	Serv. Especiais PM/Bombeiro	500.000,00	525.000,00	551.250,00
4.1.6.1.0.01.1.1.03.00.00	Serv. de Fotocópias e Cópias Heliograficas	2.000,00	2.100,00	2.205,00
4.1.6.1.0.01.1.1.04.00.00	Outros Serv. Administrativos - PMF	5.000,00	5.250,00	5.512,50
9.1.6.1.0.01.1.1.04.00.00	Outros Serv. Administrativos - PMF	(100,00)	(105,00)	(110,25)
4.1.6.1.0.02.0.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.6.1.0.02.1.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.6.1.0.02.1.1.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Princi	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.6.2.0.00.0.0.00.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transp	300.000,00	315.000,00	330.750,00
4.1.6.2.0.02.0.0.00.00.00	Serviços de Transporte	300.000,00	315.000,00	330.750,00
4.1.6.2.0.02.1.0.00.00.00	Serviços de Transporte	300.000,00	315.000,00	330.750,00
4.1.6.2.0.02.1.1.00.00.00	Serviços de Transporte - Principal	300.200,00	315.210,00	330.970,50
9.1.6.2.0.02.1.1.00.00.00	Serviços de Transporte - Principal	(200,00)	(210,00)	(220,50)
4.1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	Outros Serviços	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.6.9.0.99.0.0.00.00.00	Outros Serviços	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	Outros Serviços - Principal	15.000,00	15.750,00	16.537,50
4.1.6.9.0.99.1.1.04.00.00	Outros Serviços PMF	15.100,00	15.855,00	16.647,75
9.1.6.9.0.99.1.1.04.00.00	Outros Serviços PMF	(100,00)	(105,00)	(110,25)
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	65.779.000,00	69.067.950,00	72.521.347,50
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	20.550.000,00	21.577.500,00	22.656.375,00
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	20.550.000,00	21.577.500,00	22.656.375,00
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	16.048.000,00	16.850.400,00	17.692.920,00
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - C	14.400.000,00	15.120.000,00	15.876.000,00
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios -	18.000.000,00	18.900.000,00	19.845.000,00
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	(3.600.000,00)	(3.780.000,00)	(3.969.000,00)
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1º	800.000,00	840.000,00	882.000,00
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios -	800.000,00	840.000,00	882.000,00
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1	800.000,00	840.000,00	882.000,00
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios -	800.000,00	840.000,00	882.000,00
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial F	48.000,00	50.400,00	52.920,00
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial	60.000,00	63.000,00	66.150,00
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte ITR	(12.000,00)	(12.600,00)	(13.230,00)
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploraç	240.000,00	252.000,00	264.600,00
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	240.000,00	252.000,00	264.600,00
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Pri	240.000,00	252.000,00	264.600,00
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Deser	3.592.000,00	3.771.600,00	3.960.180,00
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	2.800.000,00	2.940.000,00	3.087.000,00
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	2.800.000,00	2.940.000,00	3.087.000,00
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Program	652.000,00	684.600,00	718.830,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr	652.000,00	684.600,00	718.830,00
4.1.7.1.8.05.3.1.01.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNAE Fundamental	300.000,00	315.000,00	330.750,00
4.1.7.1.8.05.3.1.02.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNAE Pré	130.000,00	136.500,00	143.325,00
4.1.7.1.8.05.3.1.03.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNAE Creche	200.000,00	210.000,00	220.500,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Página: 4/9  
 Data: 11/10/2018

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021
<b>1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO</b>				
4.1.7.1.8.05.3.1.04.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNAE EJA	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.1.8.05.3.1.05.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNAE Especial	12.000,00	12.600,00	13.230,00
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Program	140.000,00	147.000,00	154.350,00
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Program	140.000,00	147.000,00	154.350,00
4.1.7.1.8.05.4.1.01.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNATE Fundamental	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.7.1.8.05.4.1.02.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNATE Infantil	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.1.8.05.4.1.03.00.00	Transf. de Recursos do FNDE - PNATE Médio	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C.	80.000,00	84.000,00	88.200,00
4.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C	80.000,00	84.000,00	88.200,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.	100.000,00	105.000,00	110.250,00
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.	(20.000,00)	(21.000,00)	(22.050,00)
4.1.7.1.8.12.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assist	520.000,00	546.000,00	573.300,00
4.1.7.1.8.12.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assi	520.000,00	546.000,00	573.300,00
4.1.7.1.8.12.1.0.02.00.00	Transf. Recuros do FNAS - IGD-PBF	70.000,00	73.500,00	77.175,00
4.1.7.1.8.12.1.0.03.00.00	Transf. Recuros do FNAS - PBF	250.000,00	262.500,00	275.625,00
4.1.7.1.8.12.1.0.04.00.00	Transf. Recuros do FNAS - PPMC	190.000,00	199.500,00	209.475,00
4.1.7.1.8.12.1.0.05.00.00	Transf. Recuros do FNAS - IGD-SUAS	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	70.000,00	73.500,00	77.175,00
4.1.7.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	70.000,00	73.500,00	77.175,00
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	70.000,00	73.500,00	77.175,00
4.1.7.1.8.99.1.1.01.00.00	Outras Transf. da União - FEX	70.000,00	73.500,00	77.175,00
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	18.889.000,00	19.833.450,00	20.825.122,50
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	18.889.000,00	19.833.450,00	20.825.122,50
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	18.389.000,00	19.308.450,00	20.273.872,50
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	15.600.000,00	16.380.000,00	17.199.000,00
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	19.500.000,00	20.475.000,00	21.498.750,00
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	(3.900.000,00)	(4.095.000,00)	(4.299.750,00)
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.560.000,00	2.688.000,00	2.822.400,00
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	3.200.000,00	3.360.000,00	3.528.000,00
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPVA - Principal	(640.000,00)	(672.000,00)	(705.600,00)
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	224.000,00	235.200,00	246.960,00
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	280.000,00	294.000,00	308.700,00
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(56.000,00)	(58.800,00)	(61.740,00)
4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	500.000,00	525.000,00	551.250,00
4.1.7.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	500.000,00	525.000,00	551.250,00
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	500.000,00	525.000,00	551.250,00
4.1.7.2.8.99.1.1.01.00.00	Outras Transf. dos Estados - Transp. Escolar	500.000,00	525.000,00	551.250,00
4.1.7.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	115.000,00	120.750,00	126.787,50
4.1.7.4.0.00.1.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	115.000,00	120.750,00	126.787,50
4.1.7.4.0.00.1.1.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Principal	115.000,00	120.750,00	126.787,50
4.1.7.4.0.00.1.1.01.00.00	Transf. de Instituições Privadas - FMDCA IR	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.4.0.00.1.1.02.00.00	Transf. de Instituições Privadas - Educ. Jovens e Adu	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.7.4.0.00.1.1.03.00.00	Transf. de Instituições Privadas - Creches	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	26.200.000,00	27.510.000,00	28.885.500,00
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específic	26.200.000,00	27.510.000,00	28.885.500,00
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e	26.200.000,00	27.510.000,00	28.885.500,00
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e	26.200.000,00	27.510.000,00	28.885.500,00
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção	26.200.000,00	27.510.000,00	28.885.500,00
4.1.7.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	25.000,00	26.250,00	27.562,50
4.1.7.7.0.00.1.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	25.000,00	26.250,00	27.562,50
4.1.7.7.0.00.1.1.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	25.000,00	26.250,00	27.562,50
4.1.7.7.0.00.1.1.01.00.00	Transf. de Pessoas Físicas - FMDCA IR	25.000,00	26.250,00	27.562,50
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	1.193.153,00	1.252.810,65	1.315.451,18



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Página: 5/9  
 Data: 11/10/2018

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021
1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO				
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	870.000,00	913.500,00	959.175,00
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	850.000,00	892.500,00	937.125,00
4.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	850.000,00	892.500,00	937.125,00
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	850.000,00	892.500,00	937.125,00
4.1.9.1.0.01.1.1.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	252.000,00	264.600,00	277.830,00
9.1.9.1.0.01.1.1.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	(2.000,00)	(2.100,00)	(2.205,00)
4.1.9.1.0.01.1.1.02.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - ORTFR/	240.000,00	252.000,00	264.600,00
4.1.9.1.0.01.1.1.03.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Polícia C	180.000,00	189.000,00	198.450,00
4.1.9.1.0.01.1.1.04.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Polícia M	180.000,00	189.000,00	198.450,00
4.1.9.1.0.04.0.0.00.00.00	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.9.1.0.04.1.0.00.00.00	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direit	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.9.1.0.04.1.1.00.00.00	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direi	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.9.1.0.04.1.1.05.00.00	multas Relativas aos Interesses do Consumidor	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.9.1.0.04.1.1.06.00.00	Multas Relativas a Outros Interesses Difusos	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	71.000,00	74.550,00	78.277,50
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	71.000,00	74.550,00	78.277,50
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	71.000,00	74.550,00	78.277,50
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	71.000,00	74.550,00	78.277,50
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	71.000,00	74.550,00	78.277,50
4.1.9.2.2.99.1.1.01.00.00	Outras Restituições - PMF	70.000,00	73.500,00	77.175,00
4.1.9.2.2.99.1.1.05.00.00	Outras Restituições - FUNREBOM	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	252.153,00	264.760,65	277.998,68
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	252.153,00	264.760,65	277.998,68
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	252.153,00	264.760,65	277.998,68
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	36.053,00	37.855,65	39.748,43
4.1.9.9.0.99.1.1.01.00.00	Outras Receitas - PMF	10.020,00	10.521,00	11.047,05
9.1.9.9.0.99.1.1.01.00.00	Outras Receitas - PMF	(20,00)	(21,00)	(22,05)
4.1.9.9.0.99.1.1.02.00.00	Outras Receitas - FMDCA	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.9.0.99.1.1.03.00.00	Outras Receitas - FMDCA FORUM	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.9.9.0.99.1.1.04.00.00	Outras Receitas - Venda de Sucatas	1.053,00	1.105,65	1.160,93
4.1.9.9.0.99.1.2.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	60.300,00	63.315,00	66.480,75
4.1.9.9.0.99.1.2.01.00.00	Multas e Juros - FUNREBOM	300,00	315,00	330,75
4.1.9.9.0.99.1.2.02.00.00	Multas e Juros - Outras Receitas	60.020,00	63.021,00	66.172,05
9.1.9.9.0.99.1.2.02.00.00	Multas e Juros - Outras Receitas	(20,00)	(21,00)	(22,05)
4.1.9.9.0.99.1.3.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	120.500,00	126.525,00	132.851,25
4.1.9.9.0.99.1.3.01.00.00	Dívida Ativa - FUNREBOM	520,00	546,00	573,30
9.1.9.9.0.99.1.3.01.00.00	Dívida Ativa - FUNREBOM	(20,00)	(21,00)	(22,05)
4.1.9.9.0.99.1.3.02.00.00	Dívida Ativa - Outras Receitas	100.030,00	105.031,50	110.283,08
9.1.9.9.0.99.1.3.02.00.00	Dívida Ativa - Outras Receitas	(30,00)	(31,50)	(33,08)
4.1.9.9.0.99.1.3.03.00.00	Dívida Ativa - Alienação de Bens	20.020,00	21.021,00	22.072,05
9.1.9.9.0.99.1.3.03.00.00	Dívida Ativa - Alienação de Bens	(20,00)	(21,00)	(22,05)
4.1.9.9.0.99.1.4.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Ji	35.300,00	37.065,00	38.918,25
4.1.9.9.0.99.1.4.01.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa Outras Receitas	34.000,00	35.700,00	37.485,00
9.1.9.9.0.99.1.4.01.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa Outras Receitas	(4.000,00)	(4.200,00)	(4.410,00)
4.1.9.9.0.99.1.4.02.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa FUNREBOM	340,00	357,00	374,85
9.1.9.9.0.99.1.4.02.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa FUNREBOM	(40,00)	(42,00)	(44,10)
4.1.9.9.0.99.1.4.03.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa Alienação	5.020,00	5.271,00	5.534,55
9.1.9.9.0.99.1.4.03.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa Alienação	(20,00)	(21,00)	(22,05)
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	7.242.957,00	7.605.104,85	7.985.360,10
4.2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	7.127.957,00	7.484.354,85	7.858.572,60
4.2.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno	7.127.957,00	7.484.354,85	7.858.572,60
4.2.1.1.2.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	7.127.957,00	7.484.354,85	7.858.572,60
4.2.1.1.2.00.1.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	7.127.957,00	7.484.354,85	7.858.572,60
4.2.1.1.2.00.1.1.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno -	7.127.957,00	7.484.354,85	7.858.572,60
4.2.1.1.2.00.1.1.03.00.00	Operações de Crédito Contratuais BRDE - Pro Transp	5.027.957,00	5.279.354,85	5.543.322,60

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Página: 6/9  
Data: 11/10/2018

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021
1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO				
4.2.1.1.2.00.1.1.04.00.00	Operações de Crédito Contratuais BADESC 2018	2.100.000,00	2.205.000,00	2.315.250,00
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	115.000,00	120.750,00	126.787,50
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	55.000,00	57.750,00	60.637,50
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	55.000,00	57.750,00	60.637,50
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	55.000,00	57.750,00	60.637,50
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	55.000,00	57.750,00	60.637,50
4.2.2.1.3.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Móveis	50.020,00	52.521,00	55.147,05
9.2.2.1.3.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Móveis	(20,00)	(21,00)	(22,05)
4.2.2.1.3.00.1.1.03.00.00	Alienação de Bens Móveis - Educação	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.2.2.2.0.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	60.000,00	63.000,00	66.150,00
4.2.2.2.0.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Principal	56.000,00	58.800,00	61.740,00
4.2.2.2.0.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Imóveis	40.020,00	42.021,00	44.122,05
9.2.2.2.0.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Imóveis	(20,00)	(21,00)	(22,05)
4.2.2.2.0.00.1.1.02.00.00	Alienação de Bens Imóveis - FMHIS	15.020,00	15.771,00	16.559,55
9.2.2.2.0.00.1.1.02.00.00	Alienação de Bens Imóveis - FMHIS	(20,00)	(21,00)	(22,05)
4.2.2.2.0.00.1.1.04.00.00	Remun. Dep. Banc. PMF - Alienação de Bens	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.2.2.2.0.00.1.2.00.00.00	Multas e Juros - Alienação de Bens Imóveis	4.000,00	4.200,00	4.410,00
4.2.2.2.0.00.1.2.01.00.00	Multas e Juros - Alienação	4.020,00	4.221,00	4.432,05
9.2.2.2.0.00.1.2.01.00.00	Multas e Juros - Alienação	(20,00)	(21,00)	(22,05)
Total entidade:		89.568.000,00	94.046.400,00	98.748.720,00
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO				
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS	6.229.000,00	6.540.450,00	6.867.472,50
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	6.224.000,00	6.535.200,00	6.861.960,00
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	31.000,00	32.550,00	34.177,50
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	31.000,00	32.550,00	34.177,50
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	31.000,00	32.550,00	34.177,50
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	31.000,00	32.550,00	34.177,50
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	31.000,00	32.550,00	34.177,50
4.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	31.000,00	32.550,00	34.177,50
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.00	Remun. Dep. Banc. FMS - PAB	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.08.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Farmácia Básica Estado	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.02.14.00	Remun. Dep. Banc. FMS - Outras Receitas	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	6.162.000,00	6.470.100,00	6.793.605,00
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	5.752.000,00	6.039.600,00	6.341.580,00
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	5.752.000,00	6.039.600,00	6.341.580,00
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde -	5.752.000,00	6.039.600,00	6.341.580,00
4.1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	3.360.000,00	3.528.000,00	3.704.400,00
4.1.7.1.8.03.1.0.01.00.00	Transferência de Recursos do SUS - PAB	940.000,00	987.000,00	1.036.350,00
4.1.7.1.8.03.1.0.02.00.00	Transferência de Recursos do SUS - ACS	680.000,00	714.000,00	749.700,00
4.1.7.1.8.03.1.0.03.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Academia de Sa	40.000,00	42.000,00	44.100,00
4.1.7.1.8.03.1.0.04.00.00	Transferência de Recursos do SUS - PAB Variável	1.700.000,00	1.785.000,00	1.874.250,00
4.1.7.1.8.03.2.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção de Média	2.055.000,00	2.157.750,00	2.265.637,50
4.1.7.1.8.03.2.0.01.00.00	Transferência de Recursos do SUS - MAC	1.700.000,00	1.785.000,00	1.874.250,00
4.1.7.1.8.03.2.0.02.00.00	Transferência de Recursos do SUS - SAMU	265.000,00	278.250,00	292.162,50
4.1.7.1.8.03.2.0.03.00.00	Transferência de Recursos do SUS - LPD União	90.000,00	94.500,00	99.225,00
4.1.7.1.8.03.3.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saú	120.000,00	126.000,00	132.300,00
4.1.7.1.8.03.3.0.01.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Hepatite	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.7.1.8.03.3.0.02.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em S	90.000,00	94.500,00	99.225,00
4.1.7.1.8.03.4.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farm	205.000,00	215.250,00	226.012,50
4.1.7.1.8.03.4.0.01.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Farmácia Básic	205.000,00	215.250,00	226.012,50
4.1.7.1.8.03.5.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Gestão do SUS	12.000,00	12.600,00	13.230,00
4.1.7.1.8.03.5.0.01.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Alimentação e N	12.000,00	12.600,00	13.230,00
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	410.000,00	430.500,00	452.025,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Página: 7/9

Data: 11/10/2018

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00			
	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO				
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	410.000,00	430.500,00	452.025,00
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de	410.000,00	430.500,00	452.025,00
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas c	410.000,00	430.500,00	452.025,00
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas	410.000,00	430.500,00	452.025,00
4.1.7.2.8.03.1.1.01.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Farmácia Básica	160.000,00	168.000,00	176.400,00
4.1.7.2.8.03.1.1.02.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Atenção Básica	200.000,00	210.000,00	220.500,00
4.1.7.2.8.03.1.1.05.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Próteses	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.7.2.8.03.1.1.06.00.00	Transf. Recursos do SUS - NASF Estado	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	31.000,00	32.550,00	34.177,50
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.2.2.99.1.1.03.00.00	Outras Restituições - FMS	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.9.0.99.1.1.05.00.00	Outras Receitas - FMS	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.3.00.1.1.02.00.00	Alienação de Bens Móveis - Saúde	5.000,00	5.250,00	5.512,50
Total entidade:		6.229.000,00	6.540.450,00	6.867.472,50
8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME				
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS	12.000,00	12.600,00	13.230,00
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	12.000,00	12.600,00	13.230,00
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.1.2.1.01.1.1.03.00.00	Tx. de Serviços Administrativos FME	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.07.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.3.2.1.00.1.1.07.12.00	Remun. Dep. Banc. FME	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	1.000,00	1.050,00	1.102,50

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Página: 8/9

Data: 11/10/2018

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021
<b>8 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>			
4.1.9.2.2.99.1.1.04.00.00 Outras Restituições - FME	1.000,00	1.050,00	1.102,50
Total entidade:	12.000,00	12.600,00	13.230,00
<b>9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI</b>			
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00 RECEITAS	9.191.000,00	9.650.550,00	10.133.077,50
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 Receitas Correntes	8.186.000,00	8.595.300,00	9.025.065,00
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.200.000,00	2.310.000,00	2.425.500,00
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00 Taxas	2.200.000,00	2.310.000,00	2.425.500,00
4.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	2.200.000,00	2.310.000,00	2.425.500,00
4.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	2.200.000,00	2.310.000,00	2.425.500,00
4.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	2.200.000,00	2.310.000,00	2.425.500,00
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	2.200.000,00	2.310.000,00	2.425.500,00
4.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00 Tx. Coleta de Lixo - SANEFRAI	2.203.000,00	2.313.150,00	2.428.807,50
9.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00 Taxa Coleta de Lixo - SANEFRAI	(3.000,00)	(3.150,00)	(3.307,50)
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00 Receita Patrimonial	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.3.1.0.00.0.0.00.00.00 Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.3.1.0.02.0.0.00.00.00 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.3.1.0.02.1.0.00.00.00 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.3.1.0.02.1.1.00.00.00 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00 Valores Mobiliários	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00 Juros e Correções Monetárias	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.3.2.1.00.1.1.07.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.3.2.1.00.1.1.07.13.00 Remun. Dep. Banc. SANEFRAI	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00 Receita de Serviços	5.846.000,00	6.138.300,00	6.445.215,00
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.726.000,00	6.012.300,00	6.312.915,00
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.726.000,00	6.012.300,00	6.312.915,00
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.726.000,00	6.012.300,00	6.312.915,00
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	5.726.000,00	6.012.300,00	6.312.915,00
4.1.6.1.0.01.1.1.05.00.00 Outros Serviços Administrativos - SANEFRAI	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.6.1.0.01.1.1.06.00.00 Serv. de Fornecimento de Água	5.500.000,00	5.775.000,00	6.063.750,00
4.1.6.1.0.01.1.1.07.00.00 Serv. Coleta de Esgoto	200.000,00	210.000,00	220.500,00
4.1.6.1.0.01.1.1.08.00.00 Serv. de Coleta de Resíduos Sólidos	1.000,00	1.050,00	1.102,50
4.1.6.1.0.01.1.1.09.00.00 Serv. de Religamento de Água	20.000,00	21.000,00	22.050,00
4.1.6.9.0.00.0.0.00.00.00 Outros Serviços	120.000,00	126.000,00	132.300,00
4.1.6.9.0.99.0.0.00.00.00 Outros Serviços	120.000,00	126.000,00	132.300,00
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00 Outros Serviços	120.000,00	126.000,00	132.300,00
4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00 Outros Serviços - Principal	120.000,00	126.000,00	132.300,00
4.1.6.9.0.99.1.1.05.00.00 Outros Serviços - SANEFRAI	120.000,00	126.000,00	132.300,00
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00 Outras Receitas Correntes	110.000,00	115.500,00	121.275,00
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00 Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00 Restituições	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00 Outras Restituições	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00 Outras Restituições	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00 Outras Restituições - Principal	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.2.2.99.1.1.02.00.00 Outras Restituições - SANEFRAI	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00 Demais Receitas Correntes	105.000,00	110.250,00	115.762,50
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00 Outras Receitas	105.000,00	110.250,00	115.762,50
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00 Outras Receitas - Primárias	105.000,00	110.250,00	115.762,50
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00 Outras Receitas - Primárias - Principal	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.9.0.99.1.1.06.00.00 Outras Receitas - SANEFRAI	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.9.0.99.1.2.00.00.00 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.9.9.0.99.1.2.03.00.00 Multa e Juros - SANEFRAI	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00 Receitas de Capital	1.005.000,00	1.055.250,00	1.108.012,50

Página: 9/9  
Data: 11/10/2018

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021
<b>9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI</b>				
4.2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	1.000.000,00	1.050.000,00	1.102.500,00
4.2.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno	1.000.000,00	1.050.000,00	1.102.500,00
4.2.1.1.2.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	1.000.000,00	1.050.000,00	1.102.500,00
4.2.1.1.2.00.1.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	1.000.000,00	1.050.000,00	1.102.500,00
4.2.1.1.2.00.1.1.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno -	1.000.000,00	1.050.000,00	1.102.500,00
4.2.1.1.2.00.1.1.02.00.00	Operações de Crédito Contratuais - SANEFRAI	1.000.000,00	1.050.000,00	1.102.500,00
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.2.2.1.3.00.1.1.04.00.00	Alienação de Bens Móveis - SANEFRAI	5.000,00	5.250,00	5.512,50
Total entidade:		9.191.000,00	9.650.550,00	10.133.077,50
Total geral:		105.000.000,00	110.250.000,00	115.762.500,00

GIOVANI GREGOLON  
Contador

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019****ANEXO Ia - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita**

RECEITAS	REALIZADO			PREVISÃO							
	2016	2017	VARIAÇÃO %	2018	VARIAÇÃO %	2019	VARIAÇÃO %	2020	VARIAÇÃO %	2021	VARIAÇÃO %
IMPOSTOS	9.367.776,54	9.958.448,78	6,31	10.164.973,00	2,07	10.573.000,00	4,01	11.101.650,00	5,00	11.656.732,50	5,00
TAXAS E CONTRIBUIÇÃO MELHORIA	3.277.410,98	4.157.533,52	26,85	3.822.688,00	(8,05)	4.017.000,00	5,08	4.217.850,00	5,00	4.428.742,50	5,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.493.471,39	1.540.704,05	3,16	1.549.999,00	0,60	1.600.000,00	3,23	1.680.000,00	5,00	1.764.000,00	5,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.620.574,00	1.311.706,89	(19,06)	1.132.000,00	(13,70)	592.990,00	(47,62)	622.639,50	5,00	653.771,48	5,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.984.202,84	6.733.241,47	12,52	5.948.798,00	(11,65)	6.687.900,00	12,42	7.022.295,00	5,00	7.373.409,75	5,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	29.765.422,76	30.610.416,16	2,84	28.891.000,00	(5,62)	29.934.000,00	3,61	31.430.700,00	5,00	33.002.235,00	5,00
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	21.811.068,63	23.847.841,50	9,34	22.760.000,00	(4,56)	23.895.000,00	4,99	25.089.750,00	5,00	26.344.237,50	5,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	22.793.690,86	24.684.949,35	8,30	23.981.000,00	(2,85)	26.340.000,00	9,84	27.657.000,00	5,00	29.039.850,00	5,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.524.411,79	2.108.268,32	(53,40)	839.148,00	(60,20)	1.335.153,00	59,11	1.401.910,65	5,00	1.472.006,18	5,00
RECEITAS DE CAPITAL	5.489.995,25	1.733.731,11	(68,42)	7.224.994,00	316,73	8.252.957,00	14,23	8.665.604,85	5,00	9.098.885,09	5,00
DEDUÇÕES DA DA RECEITA	(7.781.453,44)	(8.019.186,23)	3,06	(7.877.000,00)	(1,77)	(8.228.000,00)	4,46	(8.639.400,00)	5,00	(9.071.370,00)	5,00
TOTAL	98.346.571,60	98.667.654,92	0,33	98.437.600,00	(0,23)	105.000.000,00	6,67	110.250.000,00	5,00	115.762.500,00	5,00

Fraiburgo, 11 de Outubro de 2018

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças

MÁRCIO LUIS MACHADO  
Contador

GIOVANI GREGOLON  
Contador

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

Página: 1/2  
Data: 11/10/2018

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**

**Anexo II - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas**

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:**

Programa	R\$ 1,00		
	2019	2020	2021
<b>1 - MUNICIPIO DE FRAIBURGO</b>			
0 ENCARGOS ESPECIAIS	3.450.000,00	3.622.500,00	3.803.625,00
1 ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.084.500,00	7.438.725,00	7.810.661,25
2 DEFESA CIVIL	532.100,00	558.705,00	586.640,25
3 GESTÃO FINANCEIRA	3.350.000,00	3.517.500,00	3.693.375,00
4 EDUCAÇÃO BÁSICA	37.717.600,00	39.603.480,00	41.583.654,00
5 ENSINO MÉDIO	430.000,00	451.500,00	474.075,00
6 ENSINO SUPERIOR	800.000,00	840.000,00	882.000,00
13 PORTEIRA ADENTRO	290.000,00	304.500,00	319.725,00
14 GESTÃO AMBIENTAL	71.000,00	74.550,00	78.277,50
15 RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL	2.449.500,00	2.571.975,00	2.700.573,75
16 SERVIÇOS URBANOS	11.439.957,00	12.011.954,85	12.612.552,60
17 SEGURANÇA PÚBLICA	992.000,00	1.041.600,00	1.093.680,00
18 ASSISTENCIA SOCIAL - GESTÃO	1.250.700,00	1.313.235,00	1.378.896,75
19 CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	506.000,00	531.300,00	557.865,00
20 CREAS - CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOC	356.000,00	373.800,00	392.490,00
21 ASSISTENCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE	81.000,00	85.050,00	89.302,50
22 VALORIZAÇÃO DA TERCEIRA IDADE	55.000,00	57.750,00	60.637,50
23 VIVER SEM LIMITES	305.000,00	320.250,00	336.262,50
24 MORAR BEM	30.000,00	31.500,00	33.075,00
25 DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO LOCAL	555.000,00	582.750,00	611.887,50
26 FOMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS	150.000,00	157.500,00	165.375,00
28 DESENVOLVIMENTO TURISTICO	95.000,00	99.750,00	104.737,50
30 PROMOÇÃO TURISTICA	93.543,00	98.220,15	103.131,15
31 ATIVIDADES CULTURAIS	1.010.000,00	1.060.500,00	1.113.525,00
32 FESTIVIDADES CULTURAIS	350.000,00	367.500,00	385.875,00
33 DECORAÇÕES TEMÁTICAS E CULTURAIS	100.000,00	105.000,00	110.250,00
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	210.000,00	220.500,00
Total da entidade:	73.743.900,00	77.431.095,00	81.302.649,75
<b>3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO</b>			
7 ATENÇÃO BÁSICA	8.521.100,00	8.947.155,00	9.394.512,75
8 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	5.481.000,00	5.755.050,00	6.042.802,50
9 ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	866.000,00	909.300,00	954.765,00
10 GESTÃO DO SUS	1.822.000,00	1.913.100,00	2.008.755,00
11 VIGILÂNCIA EM SAÚDE	690.000,00	724.500,00	760.725,00
12 INVESTIMENTOS EM SAÚDE	155.000,00	162.750,00	170.887,50
Total da entidade:	17.535.100,00	18.411.855,00	19.332.447,75
<b>8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME</b>			
34 ESPORTE E LAZER	1.230.000,00	1.291.500,00	1.356.075,00
Total da entidade:	1.230.000,00	1.291.500,00	1.356.075,00
<b>9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI</b>			
35 SANEAMENTO BÁSICO	9.191.000,00	9.650.550,00	10.133.077,50
Total da entidade:	9.191.000,00	9.650.550,00	10.133.077,50

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE FRAIBURGO**

Página: 2/2

Data: 11/10/2018

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

## Anexo II - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Programa	R\$ 1,00		
	2019	2020	2021
<b>10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>			
36 PROCESSO LEGISLATIVO	3.300.000,00	3.465.000,00	3.638.250,00
Total da entidade:	3.300.000,00	3.465.000,00	3.638.250,00
Total geral:	105.000.000,00	110.250.000,00	115.762.500,00

\_\_\_\_\_  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal\_\_\_\_\_  
MOISÉS AMADEU PATRICIO  
Controlador Interno\_\_\_\_\_  
JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças\_\_\_\_\_  
MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador\_\_\_\_\_  
GIOVANI GREGOLON  
Contador



Planilha1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE Fraiburgo**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

ANEXO IIa - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas

DESPESAS	REALIZADO			PREVISÃO							
	2016	2017	VARIAÇÃO %	2018	VARIAÇÃO %	2019	VARIAÇÃO %	2020	VARIAÇÃO %	2021	VARIAÇÃO %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48.314.500,98	48.645.139,68	0,68	53.620.972,98	10,23	55.277.100,00		58.040.955,00	5,00	60.943.002,75	5,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	92.353,40	650.000,00	603,82	600.000,00	(7,69)	1.100.000,00		1.155.000,00	5,00	1.212.750,00	5,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.966.080,46	41.368.904,51	15,02	30.330.501,58	(26,68)	33.847.443,00		35.539.815,15	5,00	37.316.805,91	5,00
INVESTIMENTOS	9.011.748,61	7.234.114,07	(19,73)	12.186.125,44	68,45	13.075.457,00		13.729.229,85	5,00	14.415.691,34	5,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	583.069,24	944.772,15	62,03	1.500.000,00	58,77	1.500.000,00		1.575.000,00	5,00	1.653.750,00	5,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00		200.000,00		210.000,00	5,00	220.500,00	5,00
TOTAL	93.967.752,69	98.842.930,41	5,19	98.437.600,00	(0,41)	105.000.000,00		110.250.000,00	5,00	115.762.500,00	5,00

Fraiburgo, 11 de Outubro de 2018

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças

MÁRCIO LUIZ MACHADO  
Contador

GIOVANI GREGOLON  
Contador

Página 1

Página: 1/2  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário**

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Especificação	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>76.934.900,00</b>	<b>83.925.000,00</b>	<b>92.115.584,00</b>	<b>97.280.043,00</b>	<b>102.144.045,15</b>	<b>107.251.247,40</b>
Receita Tributária	10.706.300,00	12.215.700,00	13.987.661,00	14.590.000,00	15.319.500,00	16.085.475,00
Receita de Contribuição	900.000,00	1.300.000,00	1.549.999,00	1.600.000,00	1.680.000,00	1.764.000,00
Receita Patrimonial	672.100,00	996.500,00	1.132.000,00	592.990,00	622.639,50	653.771,47
Aplicações Financeiras (II)	629.100,00	946.500,00	1.077.000,00	533.000,00	559.650,00	587.632,50
Outras Receitas Patrimoniais	43.000,00	50.000,00	55.000,00	59.990,00	62.989,50	66.138,97
Transferências Correntes	58.756.000,00	62.498.000,00	67.755.000,00	71.941.000,00	75.538.050,00	79.314.952,50
Demais receitas correntes	5.900.500,00	6.914.800,00	7.690.924,00	8.556.053,00	8.983.855,65	9.433.048,43
Outras receitas financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas correntes restantes	5.900.500,00	6.914.800,00	7.690.924,00	8.556.053,00	8.983.855,65	9.433.048,43
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)</b>	<b>76.305.800,00</b>	<b>82.978.500,00</b>	<b>90.135.606,00</b>	<b>96.214.043,00</b>	<b>101.024.745,15</b>	<b>106.075.982,40</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL (V)</b>	<b>3.065.100,00</b>	<b>2.075.000,00</b>	<b>7.225.000,00</b>	<b>8.253.037,00</b>	<b>8.665.688,85</b>	<b>9.098.973,30</b>
Operações de Crédito (VI)	2.940.100,00	1.900.000,00	7.000.000,00	8.127.957,00	8.534.354,85	8.961.072,60
Amortização de Empréstimo (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos	120.000,00	120.000,00	150.000,00	125.080,00	131.334,00	137.900,70
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	120.000,00	120.000,00	150.000,00	125.080,00	131.334,00	137.900,70
Transferência de Capital	5.000,00	55.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (XI) = (V-VI-VII-VIII-IX-X)</b>	<b>125.000,00</b>	<b>175.000,00</b>	<b>225.000,00</b>	<b>125.080,00</b>	<b>131.334,00</b>	<b>137.900,70</b>
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (XII)=(IV+XI)</b>	<b>76.430.800,00</b>	<b>83.153.500,00</b>	<b>90.360.606,00</b>	<b>96.339.123,00</b>	<b>101.156.079,15</b>	<b>106.213.883,10</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (XIII)</b>	<b>73.129.700,00</b>	<b>104.902.660,00</b>	<b>113.226.474,56</b>	<b>90.224.543,00</b>	<b>94.735.770,15</b>	<b>99.472.558,65</b>
Pessoal e Encargos Sociais	46.790.640,00	74.056.500,00	80.720.972,98	55.277.100,00	58.040.955,00	60.943.002,75
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	600.000,00	650.000,00	600.000,00	1.100.000,00	1.155.000,00	1.212.750,00
Outras Despesas Correntes	25.739.060,00	30.196.160,00	31.905.501,58	33.847.443,00	35.539.815,15	37.316.805,90
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV)</b>	<b>72.529.700,00</b>	<b>104.252.660,00</b>	<b>112.626.474,56</b>	<b>89.124.543,00</b>	<b>93.580.770,15</b>	<b>98.259.808,65</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XVI)</b>	<b>6.670.300,00</b>	<b>8.524.300,00</b>	<b>14.925.957,88</b>	<b>14.575.457,00</b>	<b>15.304.229,85</b>	<b>16.069.441,35</b>
Investimentos	6.070.300,00	6.324.300,00	13.425.957,88	13.065.457,00	13.718.729,85	14.404.666,35
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 2/2  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Especificação	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00
Amortização da Dívida (XX)	600.000,00	2.200.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.575.000,00	1.653.750,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XXI) = (XVI-XVII - XVIII - XIX - XX)	6.070.300,00	6.324.300,00	13.425.957,88	13.075.457,00	13.729.229,85	14.415.691,35
RESERVA LEGAL RPPS (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIII)	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	210.000,00	220.500,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XXIV)=(XV+XXI+XXII+XXIII)	78.800.000,00	110.776.960,00	126.252.432,44	102.400.000,00	107.520.000,00	112.896.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XII-XXIV)	(2.369.200,00)	(27.623.460,00)	(35.891.826,44)	(6.060.877,00)	(6.363.920,85)	(6.682.116,90)

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

GIOVANI GREGOLON  
Contador

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

Página: 1/1

Data: 11/10/2018

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2016 (b)	2017 (c)	2018 (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.098.979,14	5.000.000,00	10.000.000,00	12.000.000,00	9.500.000,00	9.000.000,00
Contratual	6.098.979,14	5.000.000,00	10.000.000,00	12.000.000,00	9.500.000,00	9.000.000,00
DEDUÇÕES (II)	12.989.142,01	8.500.000,00	8.500.000,00	5.500.000,00	3.500.000,00	6.500.000,00
Ativo disponível	14.925.302,01	10.000.000,00	10.000.000,00	7.000.000,00	5.000.000,00	8.000.000,00
(-) Restos a pagar processados	1.936.160,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II) (6.890.162,87)		(3.500.000,00)	1.500.000,00	6.500.000,00	6.000.000,00	2.500.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(6.890.162,87)	(3.500.000,00)	1.500.000,00	6.500.000,00	6.000.000,00	2.500.000,00

  

Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	(331.652,42)	3.390.162,87	5.000.000,00	5.000.000,00	(500.000,00)	(3.500.000,00)

\* : Refere-se ao resultados\_nominais\_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2016 no resultados\_nominais\_valor de R\$ (6.558.510,45).

\_\_\_\_\_  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
 MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
 Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
 JOÃO CARLOS PADILHA  
 Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
 MÁRCIO LUÍS MACHADO  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 GIOVANI GREGOLON  
 Contador

Página: 1/1  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.098.979,14	5.000.000,00	10.000.000,00	12.000.000,00	9.500.000,00	9.000.000,00
Contratual	6.098.979,14	5.000.000,00	10.000.000,00	12.000.000,00	9.500.000,00	9.000.000,00
DEDUÇÕES(II)	12.989.142,01	8.500.000,00	8.500.000,00	5.500.000,00	3.500.000,00	6.500.000,00
Ativo disponível	14.925.302,01	10.000.000,00	10.000.000,00	7.000.000,00	5.000.000,00	8.000.000,00
(-) Restos a pagar processados	1.936.160,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
DCL (III) = (I - II)	(6.890.162,87)	(3.500.000,00)	1.500.000,00	6.500.000,00	6.000.000,00	2.500.000,00

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

GIOVANI GREGOLON  
Contador

Página: 1/1  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida  
 Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2019	2020	2021
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>			
Receita Tributária	104.981.213,00	110.230.273,65	115.741.787,33
Receita de Contribuição	14.590.000,00	15.319.500,00	16.085.475,00
Receita Patrimonial	1.600.000,00	1.680.000,00	1.764.000,00
Receita Agropecuária	592.990,00	622.639,50	653.771,47
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	6.687.900,00	7.022.295,00	7.373.409,75
Outras Receitas Correntes	80.169.000,00	84.177.450,00	88.386.322,50
Outras Receitas Correntes	1.341.323,00	1.408.389,15	1.478.808,61
<b>DEDUÇÕES (II)</b>			
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	(8.234.170,00)	(8.645.878,50)	(9.078.172,43)
Outras Receitas - PMF	(8.172.000,00)	(8.580.600,00)	(9.009.630,00)
Multas e Juros - Outras Receitas	(20,00)	(21,00)	(22,05)
Dívida Ativa - Outras Receitas	(20,00)	(21,00)	(22,05)
Dívida Ativa - Alienação de Bens	(30,00)	(31,50)	(33,08)
Multas e Juros - Dívida Ativa Outras Receitas	(20,00)	(21,00)	(22,05)
Multas Previstas na Legislação de Trânsito	(4.000,00)	(4.200,00)	(4.410,00)
Multas e Juros - Dívida Ativa Alienação	(2.000,00)	(2.100,00)	(2.205,00)
(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(20,00)	(21,00)	(22,05)
Multas e Juros - Dívida Ativa FUNREBOM	(56.000,00)	(58.800,00)	(61.740,00)
Dívida Ativa - FUNREBOM	(40,00)	(42,00)	(44,10)
	(20,00)	(21,00)	(22,05)
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>96.747.043,00</b>	<b>101.584.395,15</b>	<b>106.663.614,90</b>

JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GIOVANI GREGOLON  
Contador

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

Página: 1/1

Data: 11/10/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Assistencia a Epidemias, Enchentes e outras situações de Calamidade Publica	200.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência	200.000,00
SUBTOTAL	200.000,00	SUBTOTAL	200.000,00
TOTAL	200.000,00	TOTAL	200.000,00

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GIOVANI GREGOLON

Contador

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO

Controlador Interno

JOÃO CARLOS PADILHA

Secretario de Finanças

MÁRCIO LUI'S MACHADO

Contador

Página: 1/1  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C); Realização da despesa por: Empenho

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

Especificação	Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2017 (b)	% PIB	% RCL	Variação		R\$ 1,00
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100	
Receita Total	86.000.000,00	0,031	102,47	98.667.654,92	---	---	12.667.654,92	14,730	
Receitas Primárias (I)	83.033.500,00	0,030	98,94	96.120.304,20	---	---	13.086.804,20	15,761	
Despesa Total	86.000.000,00	0,031	102,47	94.417.418,55	---	---	8.417.418,55	9,788	
Despesas Primárias (II)	83.150.000,00	0,030	99,08	92.890.611,54	---	---	9.740.611,54	11,715	
Resultado Primário (III) = (I-II)	(116.500,00)	(0,000)	(0,14)	3.229.692,66	(0,000)	(35,82)	3.346.192,66	(2.872,268)	
Resultado Nominal	(6.000.000,00)	(0,002)	(7,15)	(1.751.226,46)	(0,000)	19,43	4.248.773,54	(70,813)	
Dívida Pública Consolidada	5.000.000,00	0,002	5,96	6.880.552,69	0,000	(76,32)	1.880.552,69	37,611	
Dívida Consolidada Líquida	(3.500.000,00)	(0,001)	(4,17)	(8.641.389,33)	0,000	95,85	(5.141.389,33)	146,897	

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

ESPECIFICAÇÃO		VALOR - R\$ 1,00
PIB estadual previsto para 2017		277.349.475.000,00

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GIOVANI GREGOLON  
Contador

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador



Página: 1/1  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C); Realização da despesa por: Empenho

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

Especificação	Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2017 (b)	% PIB	% RCL	Variação		R\$ 1,00
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100	
Receita Total	86.000.000,00	0,031	102,47	98.667.654,92	---	---	12.667.654,92	14,730	
Receitas Primárias (I)	83.033.500,00	0,030	98,94	96.120.304,20	---	---	13.086.804,20	15,761	
Despesa Total	86.000.000,00	0,031	102,47	94.417.418,55	---	---	8.417.418,55	9,788	
Despesas Primárias (II)	83.150.000,00	0,030	99,08	92.890.611,54	---	---	9.740.611,54	11,715	
Resultado Primário (III) = (I-II)	(116.500,00)	(0,000)	(0,14)	3.229.692,66	(0,000)	(35,82)	3.346.192,66	(2.872,268)	
Resultado Nominal	(6.000.000,00)	(0,002)	(7,15)	(1.751.226,46)	(0,000)	19,43	4.248.773,54	(70,813)	
Dívida Pública Consolidada	5.000.000,00	0,002	5,96	6.880.552,69	0,000	(76,32)	1.880.552,69	37,611	
Dívida Consolidada Líquida	(3.500.000,00)	(0,001)	(4,17)	(8.641.389,33)	0,000	95,85	(5.141.389,33)	146,897	

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

ESPECIFICAÇÃO		VALOR - R\$ 1,00
PIB estadual previsto para 2017		277.349.475.000,00

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GIOVANI GREGOLON  
Contador

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**Página: 1/1  
Data: 11/10/2018

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

Patrimônio Líquido	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	155.818.762,00	95,49	155.106.489,00	95,91	147.716.532,00	96,79
Reservas	7.351.660,00	4,51	6.620.990,00	4,09	4.903.829,00	3,21
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	163.170.422,00	100,00	161.727.479,00	100,00	152.620.361,00	100,00

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

Patrimônio Líquido	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

\_\_\_\_\_  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal\_\_\_\_\_  
MOISÉS AMADEU PATRICIO  
Controlador Interno\_\_\_\_\_  
JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretario de Finanças\_\_\_\_\_  
MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador\_\_\_\_\_  
GIOVANI GREGOLON  
Contador

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

Página: 1/1  
 Data: 11/10/2018

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2017 (a)	2016 (b)	2015 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	104.034,00	181.527,00	571.063,00
Alienação de Bens Móveis	61.100,00	131.950,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	42.934,00	49.577,00	571.063,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>104.034,00</b>	<b>181.527,00</b>	<b>571.063,00</b>

DESPESAS EXECUTADAS	2017 (d)	2016 (e)	2015 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	128.185,00	134.835,00	443.648,00
DESPESAS DE CAPITAL	128.185,00	134.835,00	443.648,00
Investimentos	128.185,00	134.835,00	443.648,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>128.185,00</b>	<b>134.835,00</b>	<b>443.648,00</b>

SALDO FINANCEIRO	2017 (g) = ((Ia - IId) + (IIIh))	2016 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2015 (i) = (Ic - IIlf)
<b>VALOR (III)</b>	<b>149.956,00</b>	<b>174.107,00</b>	<b>127.415,00</b>

\_\_\_\_\_  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
 MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
 Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
 JOÃO CARLOS PADILHA  
 Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
 MÁRCIO LUÍS MACHADO  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 GIOVANI GREGOLON  
 Contador

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/2  
 Data: 11/10/2018

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 2019

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

**PLANO PREVIDENCIÁRIO**

<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	2015	2016	2017
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	2015	2016	2017
<b>ADMINISTRAÇÃO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>PREVIDÊNCIA (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Benefícios Civil	0,00	0,00	0,00
Benefícios Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	2015	2016	2017
	0,00	0,00	0,00
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS</b>	2015	2016	2017
Plano de amortização - Contribuição patronal suplementar	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Plano de amortização - Aporte periódico de valores predefinidos	0,00	0,00	0,00
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	2015	2016	2017
Caixa e equivalentes de caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e aplicações	0,00	0,00	0,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## ANEXO DE METAS FISCAIS

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

2019

Página: 2/2

Data: 11/10/2018

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	2015	2016	2017
Outros bens e direito	0,00	0,00	0,00

\_\_\_\_\_  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
MOISÉS AMADEU PATRICIO  
Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretario de Finanças

\_\_\_\_\_  
MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

\_\_\_\_\_  
GIOVANI GREGOLON  
Contador

Página: 1/3  
Data: 11/10/2018

R\$ 1,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2019	2020	2021	
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	500.000,00	525.000,00	551.250,00	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	30.000,00	31.500,00	33.075,00	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	30.000,00	31.500,00	33.075,00	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	30.000,00	31.500,00	33.075,00	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
Tx. de Licença para Funcionamento	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	10.000,00	10.500,00	11.025,00	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	100.000,00	105.000,00	110.250,00	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

Página: 2/3  
Data: 11/10/2018

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

R\$ 1,00

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2019	2020	2021	
Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	50.000,00	52.500,00	55.125,00	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
Serv. Especiais PM/Bombeiro	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	18.000,00	18.900,00	19.845,00	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
Serv. de Fornecimento de Água	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	52.000,00	54.600,00	57.330,00	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	50.000,00	52.500,00	55.125,00	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;



Página: 3/3

Data: 11/10/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

R\$ 1,00

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4 º, § 2º, inciso V)						
Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2019	2020	2021	
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Fraiburgo	20.000,00	21.000,00	22.050,00	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
Total			890.000,00	934.500,00	981.225,00	

Fraiburgo, 11 de outubro de 2018

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GIOVANI GREGOLON  
Contador

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**Página: 1/1  
Data: 11/10/2018

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

<b>EVENTO</b>	<b>Valor Previsto 2019</b>
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	----
(-) Transferências ao FUNDEB	----
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	----
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	----
Novas DOCC	----
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	0,00

Fraiburgo, 11 de outubro de 2018

\_\_\_\_\_  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeito Municipal\_\_\_\_\_  
MOISÉS AMADEU PATRICIO  
Controlador Interno\_\_\_\_\_  
JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretario de Finanças\_\_\_\_\_  
MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador\_\_\_\_\_  
GIOVANI GREGOLON  
Contador

Página: 1/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	GABINETE DO PODER EXECUTIVO	01.00
Unidade:	GABINETE DO PODER EXECUTIVO	01.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0001

Objetivo do programa:  
Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, tecnológicos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos; executar o Plano de Governo e suas prioridades.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Poder Executivo, da Secretaria de Administração, Secretaria de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	2	A	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PODER EXECUTIVO	Manutenção (AN)	4,000	1.730.000,00

**II - Descrição das Ações**

"Atendimento das atividades inerentes ao gabinete do prefeito, vice-prefeito, assessoria e aos demais órgãos integrantes."

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	420.000,00	0,00	420.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.730.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.730.000,00</b>



Página: 2/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	GABINETE DO PODER EXECUTIVO	01.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DIFUSOS	01.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0001

**Objetivo do programa:**

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, tecnológicos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos; executar o Plano de Governo e suas prioridades.

**Justificativa do programa:**

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Poder Executivo, da Secretaria de Administração, Secretaria de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD	Manutenção (AN)	4.000	20.500,00

**II - Descrição das Ações**

Promover e implementar ações direcionadas à formulação da política do sistema municipal de proteção, orientação, defesa e educação do consumidor.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0213 - Multas Relativas ao Interesse d	0,00	6.000,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0214 - Multas Relativo a Outros Interes	0,00	6.500,00	6.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0213 - Multas Relativas ao Interesse d	0,00	4.000,00	4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0214 - Multas Relativo a Outros Interes	0,00	4.000,00	4.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>20.500,00</b>	<b>20.500,00</b>

Página: 3/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	GABINETE DO PODER EXECUTIVO	01.00
Unidade:	FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS	01.03
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	DEFESA CIVIL	0002

Objetivo do programa:

Prover recursos para aquisição de material permanente e equipamentos para atividades técnicas, periciais, serviço pré-hospitalar, busca e salvamento, proteção e combate incêndios, aquisição de imóveis, construções e despesas de custeio e para enfrentamento de condições adversas.

Justificativa do programa:

Necessidade de estruturação e fortalecimento da Defesa Civil Municipal.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	Manutenção (AN)	4.000	512.100,00

**II - Descrição das Ações**

Execução das atividades de defesa civil.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0700 - Recursos - FUNREBOM	0,00	162.100,00	162.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0700 - Recursos - FUNREBOM	0,00	350.000,00	350.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>512.100,00</b>	<b>512.100,00</b>

Página: 4/85

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PODER EXECUTIVO	01.00
Unidade:	COORDENADORIA MUNICIPAL DE PRODEÇÃO E DEFESA CIVIL	01.04
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	DEFESA CIVIL	0002

Objetivo do programa:

Prover recursos para aquisição de material permanente e equipamentos para atividades técnicas, periciais, serviço pré-hospitalar, busca e salvamento, proteção e combate incêndios, aquisição de imóveis, construções e despesas de custeio e para enfrentamento de condições adversas.

Justificativa do programa:

Necessidade de estruturação e fortalecimento da Defesa Civil Municipal.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	2 A	COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPEDEC	Manutenção (AN)	4,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Coordenar a nível municipal, todas as ações de proteção e defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade, conforme suas competências, com fulcro no Art. 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	15.000,00	0,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Página: 585  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	PROCURADORIA GERAL	02.00
Unidade:	PROCURADORIA GERAL	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0001

**Objetivo do programa:**

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, tecnológicos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos; executar o Plano de Governo e suas prioridades.

**Justificativa do programa:**

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Poder Executivo, da Secretaria de Administração, Secretaria de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	2	A	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	Manutenção (AN)	4,000	1.150.000,00

**II - Descrição das Ações**

Exercer o controle interno da legalidade dos atos da Administração Pública Municipal. Representar judicial e extrajudicialmente o Município na defesa dos interesses da municipalidade.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	45.000,00	0,00	45.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.150.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.150.000,00</b>

Página: 6/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	CONTROLADORIA INTERNA	03.00
Unidade:	CONTROLADORIA INTERNA	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Controle Interno	124
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0001

**Objetivo do programa:**

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, tecnológicos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos; executar o Plano de Governo e suas prioridades.

**Justificativa do programa:**

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Poder Executivo, da Secretaria de Administração, Secretaria de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.006	2	A	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL	Manutenção (AN)	4,000	195.000,00

**II - Descrição das Ações**

O sistema de controle interno do visa à avaliação das ações governamentais e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	160.000,00	0,00	160.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>195.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>195.000,00</b>



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO	04.00
Unidade:	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO	04.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0001

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, tecnológicos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos; executar o Plano de Governo e suas prioridades.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Poder Executivo, da Secretaria de Administração, Secretaria de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
1.002	2	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Veículo (1)		1.000	80.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos, substituindo os veículos que geram alto custo de manutenção.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	80.000,00	0,00	80.000,00
Total:			80.000,00	0,00	80.000,00

Página: 8/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO	04.00
Unidade:	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO	04.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0001

**Objetivo do programa:**

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, tecnológicos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos; executar o Plano de Governo e suas prioridades.

**Justificativa do programa:**

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Poder Executivo, da Secretaria de Administração, Secretaria de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	2	A	PROGRAMA DE ATENÇÃO AO SERVIDOR - PAS	Manutenção (AN)	4,000	30.000,00

**II - Descrição das Ações**

Melhorar a qualidade de vida dos agentes públicos municipais, visando saúde física e emocional, melhorando desempenho, a satisfação, aproveitando os potenciais de cada um e consequentemente maximizanc

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
<b>Total:</b>			<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>

Página: 9/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO	04.00
Unidade:	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO	04.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0001

**Objetivo do programa:**

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, tecnológicos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos; executar o Plano de Governo e suas prioridades.

**Justificativa do programa:**

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Poder Executivo, da Secretaria de Administração, Secretaria de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	2 A		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO	Manutenção (AN)	4.000	3.879.000,00

**II - Descrição das Ações**

Desenvolver ações relacionadas a administração pública do Município de Fraiburgo, envolvendo as áreas de gestão de pessoal, compras e licitações, Tecnologia da Informação, Patrimônio e Secretaria Executiva.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	16.000,00	0,00	16.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	90.000,00	0,00	90.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	3.000,00	0,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0292 - Alienação de Bens Imóveis	0,00	95.000,00	95.000,00
4.4.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>3.784.000,00</b>	<b>95.000,00</b>	<b>3.879.000,00</b>



Página: 10/85

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DA FAZENDA	06.00
Unidade:	SECRETARIA DA FAZENDA	06.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Financeira	123
Programa:	GESTÃO FINANCEIRA	0003

Objetivo do programa:

Desenvolver ações orçamentárias e financeiras do município, visando ao lançamento, e arrecadação da receita, realização da despesa, contabilização e produção de relatórios gerenciais, controlar os limites de gastos e atingimento dos índices estabelecidos na legislação.

Justificativa do programa:

Gerenciamento das ações da Secretaria de Finanças envolvendo as áreas de tributação, cadastro imobiliário, contabilização e tesouraria.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	2 A		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA	Manutenção (AN)	4.000	3.350.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento de ações orçamentárias e financeiras visando ao lançamento, e arrecadação da receita, realização da despesa, contabilização e produção de relatórios gerenciais, controlar os limites de gasto

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			3.350.000,00	0,00	3.350.000,00

Página: 11/85

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DA FAZENDA	06.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS	06.02
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	843
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:  
Administrar a dívida pública, sua contratação e liquidação, acompanhar a requisição e pagamento de precatórios.

Justificativa do programa:  
Neste programa as ações a serem desenvolvidas são com referência ao controle da dívida fundada e precatórios bem como sua amortização.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.100	2	O	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA	Parcela Paga (PCL)	12,000	2.600.000,00

II - Descrição das Ações

Pagamento da Dívida Fundada Interna e Encargos Financeiros

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
Total:			2.600.000,00	0,00	2.600.000,00

Página: 12/85

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DA FAZENDA	06.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS	06.02
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:  
Administrar a dívida pública, sua contratação e liquidação, acompanhar a requisição e pagamento de precatórios.

Justificativa do programa:  
Neste programa as ações a serem desenvolvidas são com referência ao controle da dívida fundada e precatórios bem como sua amortização.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.200	2 O	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	Processo Pago (Prc)	12,000	850.000,00

II - Descrição das Ações

Pagamento de precatórios oriundos de condenações judiciais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	800.000,00	0,00	800.000,00
Total:			850.000,00	0,00	850.000,00

Página: 13/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	2 A		ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS	Merenda (1)	35000,000	15.000,00

**II - Descrição das Ações**

Fornecimento de refeições para alunos da Educação de Jovens e Adultos

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0304 - Transferência do FNDE - PNAE	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>5.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>15.000,00</b>

Página: 14/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

**Objetivo do programa:**

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

**Justificativa do programa:**

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.017	2 A	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL E INTEGRAL	Merenda (1)	1700000,000	1.017.000,00

**II - Descrição das Ações**

Fornecimento de refeições para alunos de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	700.000,00	0,00	700.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0302 - Transferência do FNDE - PNAE	0,00	305.000,00	305.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0317 - Transferência do FNDE - PNAE	0,00	12.000,00	12.000,00
<b>Total:</b>			<b>700.000,00</b>	<b>317.000,00</b>	<b>1.017.000,00</b>



Página: 15/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	2 A		ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Merenda (1)	1200000,000	831.000,00

**II - Descrição das Ações**

Fornecimento de refeições para alunos da educação infantil

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	400.000,00	0,00	400.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0306 - Transferência do FNDE - PNAE	0,00	130.000,00	130.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0307 - Transferência do FNDE - PNAE	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0308 - Transf. de Instituições Privadas	101.000,00	0,00	101.000,00
<b>Total:</b>			<b>501.000,00</b>	<b>330.000,00</b>	<b>831.000,00</b>

Página: 16/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.018	2 A	TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Aluno (1)	2300.000	2.213.000,00

**II - Descrição das Ações**

Ofertar transporte escolar para os alunos da Educação Básica

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	300.000,00	300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salário	0,00	1.300.000,00	1.300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0303 - Transferência do FNDE - PNATf	0,00	101.000,00	101.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0310 - Transporte Escolar do Estado -	0,00	502.000,00	502.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0313 - Transferência do FNDE - PNATf	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>2.213.000,00</b>	<b>2.213.000,00</b>

Página: 17/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

**Objetivo do programa:**

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

**Justificativa do programa:**

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.010	2	P	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Obras e Instalações (M²)	500,000	300.000,00

**II - Descrição das Ações**

Construir e/ou reformar as quadras e ginásios esportivos dos Centros Municipais de Educação.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	200.000,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Saláric	0,00	100.000,00	100.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>300.000,00</b>

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.009	2	P	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	Equipamentos (1)	300,000	500.000,00

II - Descrição das Ações

Equipar as unidades escolares de Ensino Fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	300.000,00	300.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Saláric	0,00	200.000,00	200.000,00
Total:			0,00	500.000,00	500.000,00

Página: 19/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

**Objetivo do programa:**

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

**Justificativa do programa:**

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.008	2 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	Obras e Instalações (M²)	500,000	400.000,00

**II - Descrição das Ações**

Construir, ampliar e reformar as unidades escolares de Ensino Fundamental

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	200.000,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Saláric	0,00	200.000,00	200.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>400.000,00</b>	<b>400.000,00</b>

Página: 20/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

**Objetivo do programa:**

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

**Justificativa do programa:**

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.007	2	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Veiculo (1)	4,000	60.000,00

**II - Descrição das Ações**

Adquirir meios de transporte para o atendimento da Educação

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	60.000,00	60.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>60.000,00</b>

Página: 21/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

Objetivo do programa:  
Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

**Justificativa do programa:**

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	2 A	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Manutenção (AN)	4.000	18.751.400,00

**II - Descrição das Ações**

Atendimento de alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	300.000,00	300.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0322 - FUNDEB 60%	0,00	11.500.000,00	11.500.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	4.405.000,00	4.405.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	2.141.400,00	2.141.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salário	0,00	290.000,00	290.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salário	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0387 - Alienação - Educação	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>18.751.400,00</b>	<b>18.751.400,00</b>

Página: 22/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Médio	362
Programa:	ENSINO MÉDIO	0005

Objetivo do programa:

Articular a oferta de transporte escolar para alunos do Ensino Médio

Justificativa do programa:

Sabendo da importância da conclusão do Ensino Médio, o município vem contribuir para o transporte dos alunos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	2 A	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO	Aluno (1)	300,000	430.000,00

**II - Descrição das Ações**

Contribuir para a manutenção do transporte escolar para os alunos do Ensino Médio

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	400.000,00	0,00	400.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0312 - Transferência do FNDE - PNATF	0,00	30.000,00	30.000,00
<b>Total:</b>			<b>400.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>430.000,00</b>



Página: 23/85

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Superior	364
Programa:	ENSINO SUPERIOR	0006

Objetivo do programa:  
Contribuir com a oferta de transporte escolar para alunos do Ensino Superior e articular estratégias para a expansão de cursos superiores no município.

Justificativa do programa:  
Os cursos oferecidos em Fraiburgo não suprem as necessidades da comunidade, fazendo com que os universitários se desloquem para outros municípios, surgindo assim a necessidade de auxílio ao transporte acadêmico.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	2 A	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR	Aluno (1)	100.000	800.000,00

II - Descrição das Ações

Auxiliar financeiramente no deslocamento de acadêmicos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	800.000,00	0,00	800.000,00
Total:			800.000,00	0,00	800.000,00

Página: 24/85

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.006	2	P	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Equipamentos (1)	200,000	400.000,00

II - Descrição das Ações

Equipar os Centros de Educação Infantil

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	200.000,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Saláric	0,00	200.000,00	200.000,00
Total:			0,00	400.000,00	400.000,00

Página: 25/85

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.005	2	P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS CENTROS OBRAS E INSTALAÇÕES (M²) DE EDUCAÇÃO INFANTIL		500,000	300.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar e reformar os Centros de Educação Infantil

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Saláric	0,00	200.000,00	200.000,00
Total:			0,00	300.000,00	300.000,00

Página: 26/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	2 A	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA	Manutenção (AN)	4.000	4.470.000,00

**II - Descrição das Ações**

Atendimento das crianças de 4 a 5 anos.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	50.000,00	50.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0322 - FUNDEB 60%	0,00	2.945.000,00	2.945.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	500.000,00	500.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	700.000,00	700.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salário	0,00	200.000,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salário	0,00	25.000,00	25.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>4.470.000,00</b>	<b>4.470.000,00</b>



Página: 27/85

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
2.012	2 A	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES	Manutenção (AN)		4.000	8.175.000,00

II - Descrição das Ações

Atendimento das crianças de 0 a 3 anos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	50.000,00	50.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0322 - FUNDEB 60%	0,00	4.000.000,00	4.000.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salárit	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salárit	0,00	25.000,00	25.000,00
Total:			0,00	8.175.000,00	8.175.000,00

Página: 28/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0004

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	2 A	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Manutenção (AN)	4.000	285.200,00

**II - Descrição das Ações**

Atendimento de alunos da Educação de Jovens e Adultos

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	250.000,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0305 - Transf. de Instituições Privadas	5.200,00	0,00	5.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>5.200,00</b>	<b>280.000,00</b>	<b>285.200,00</b>

Página: 29/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	GESTÃO DO SUS	0010

**Objetivo do programa:**

Fortalecer e aprimorar a capacidade de Gestão pública no âmbito da saúde municipal, de forma a potencializar o conjunto de recursos disponíveis na prestação de serviços, otimizando e ampliando o quadro de pessoal, estrutura física e tecnológica para a qualificação da atenção, atuando de forma integrada e participativa com órgãos afins e organismos de controle social, de forma solidária com o Estado e a União.

**Justificativa do programa:**

A gestão do SUS é responsável por todos os níveis de atenção à saúde, por isso demanda de aprimoramento constante para atuar frente as mudanças do sistema e principalmente para otimização da aplicação dos recursos da saúde pública. São áreas estratégicas da gestão: Planejamento/ Controle e Avaliação Compras/ Licitações; Recursos Humanos; Serviço Social; Transporte; almoxarifado; Serviços Gerais; Vigilância Patrimonial.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.037	2 A	GESTÃO DO SUS	Manutenção (AN)	4,000	1.822.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Gestão e do Conselho Municipal de Saúde.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.700.000,00	1.700.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0455 - Transf. Recursos do SUS - Alim	0,00	12.000,00	12.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.822.000,00</b>	<b>1.822.000,00</b>



Página: 30/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0007

Objetivo do programa:

Efetivar a Atenção Básica como porta de entrada do Sistema Único de Saúde - SUS, utilizando estratégias de atendimento integral e tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família.

Justificativa do programa:

A atenção básica se constitui na principal responsabilidade da gestão municipal dentre os demais níveis de atenção, pois como porta de entrada do SUS, ela é responsável pela ordenação dos serviços de saúde prestados à população. No município está assim constituída: 05 Unidades Básicas de Saúde; 08 Equipes de Saúde da Família; 03 Equipes de Saúde Bucal ; 55 Agentes Comunitários de Saúde; 01 Núcleo de Apoio à Saúde da Família; cobertura populacional: 66%

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.028	2	A	ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCAL - ESB	Pessoas Atendidas (PS)	30000,00	490.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das Equipes de Saúde Bucal.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	250.000,00	250.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0402 - Transf. Recursos do SUS - PAB	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0449 - Transf. Recursos do SUS - Proti	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0458 - Transf. Recursos do SUS - LPD	0,00	90.000,00	90.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>490.000,00</b>	<b>490.000,00</b>



Página: 31/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0007

Objetivo do programa:

Efetivar a Atenção Básica como porta de entrada do Sistema Único de Saúde - SUS, utilizando estratégias de atendimento integral e tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família.

Justificativa do programa:

A atenção básica se constitui na principal responsabilidade da gestão municipal dentro os demais níveis de atenção, pois como porta de entrada do SUS, ela é responsável pela ordenação dos serviços de saúde prestados à população. No município está assim constituída: 05 Unidades Básicas de Saúde; 08 Equipes de Saúde da Família; 03 Equipes de Saúde Bucal ; 55 Agentes Comunitários de Saúde; 01 Núcleo de Apoio à Saúde da Família; cobertura populacional: 66%

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.027	2	A	ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - FAMÍLIAS VISITADAS (FML) EACS		30000,000	980.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção dos Agentes Comunitários de Saúde.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	150.000,00	150.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0406 - Transf. Recursos SUS União - F	0,00	680.000,00	680.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	150.000,00	150.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>980.000,00</b>	<b>980.000,00</b>

Página: 32/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0007

Objetivo do programa:

Efetivar a Atenção Básica como porta de entrada do Sistema Único de Saúde - SUS, utilizando estratégias de atendimento integral e tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família.

Justificativa do programa:

A atenção básica se constitui na principal responsabilidade da gestão municipal dentre os demais níveis de atenção, pois como porta de entrada do SUS, ela é responsável pela ordenação dos serviços de saúde prestados à população. No município está assim constituída: 05 Unidades Básicas de Saúde; 08 Equipes de Saúde da Família; 03 Equipes de Saúde Bucal ; 55 Agentes Comunitários de Saúde; 01 Núcleo de Apoio à Saúde da Família; cobertura populacional: 66%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.026	2 A	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	Pessoas Atendidas (PS)	30000,000	3.530.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das Equipes de Saúde da Família.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.700.000,00	1.700.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0402 - Transf. Recursos do SUS - PAB	0,00	1.600.000,00	1.600.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0457 - Transf. Recursos do SUS - NAS	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	200.000,00	200.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>3.530.000,00</b>	<b>3.530.000,00</b>

Página: 33/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0007

Objetivo do programa:

Efetivar a Atenção Básica como porta de entrada do Sistema Único de Saúde - SUS, utilizando estratégias de atendimento integral e tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família.

Justificativa do programa:

A atenção básica se constitui na principal responsabilidade da gestão municipal dentre os demais níveis de atenção, pois como porta de entrada do SUS, ela é responsável pela ordenação dos serviços de saúde prestados à população. No município está assim constituída: 05 Unidades Básicas de Saúde; 08 Equipes de Saúde da Família; 03 Equipes de Saúde Bucal; 55 Agentes Comunitários de Saúde; 01 Núcleo de Apoio à Saúde da Família; cobertura populacional: 66%.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.023	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Manutenção (AN)	4,000	3.521.100,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.906.100,00	1.906.100,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0403 - Transf. Recursos SUS União - F	0,00	900.000,00	900.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0416 - Transferências de Recursos do	0,00	170.000,00	170.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0448 - Transf. Recursos do SUS - Prog	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	350.000,00	350.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0403 - Transf. Recursos SUS União - F	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0416 - Transferências de Recursos do	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0488 - Alienação - Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>3.521.100,00</b>	<b>3.521.100,00</b>

Página: 34/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	0008

**Objetivo do programa:**

Atender os principais problemas e agravos de saúde da população, realizados em ambiente ambulatorial, pré-hospitalar ou hospitalar, através de ações de promoção, proteção, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde.

**Justificativa do programa:**

A atenção de média e alta complexidade exige a utilização de equipamentos e profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos para o apoio diagnóstico e tratamento de forma integrada à atenção básica através do sistema de regulação. O município dispõe dos seguintes serviços: Hospital Geral Porte II UPA; Laboratório de Análises Clínicas; Laboratório de Próteses Dentárias; Clínica de Fisioterapia/ CAPS/ SAMU; CIS-AMARP (consultas, exames e procedimentos); Contrato com a Diginax – Mamografia; Contrato com Gaya – Ortopedia.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.035	2 A		REDE DE SAÚDE MENTAL - CAPS	Pessoas Atendidas (PS)	1000,000	485.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das ações e serviços do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0418 - Transf. Recursos do SUS - MAC	0,00	250.000,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0418 - Transf. Recursos do SUS - MAC	0,00	200.000,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>485.000,00</b>	<b>485.000,00</b>

Página: 35/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	0008

**Objetivo do programa:**

Atender os principais problemas e agravos de saúde da população, realizados em ambiente ambulatorial, pré-hospitalar ou hospitalar, através de ações de promoção, proteção, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde.

**Justificativa do programa:**

A atenção de média e alta complexidade exige a utilização de equipamentos e profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos para o apoio diagnóstico e tratamento de forma integrada à atenção básica através do sistema de regulação. O município dispõe dos seguintes serviços: Hospital Geral Porte I/ UPA; Laboratório de Análises Clínicas; Laboratório de Próteses Dentárias; Clínica de Fisioterapia/ CAPS/ SAMU; CIS-AMARP (consultas, exames e procedimentos); Contrato com a Digimax – Mamografia; Contrato com Gaya – Ortopedia.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.034	2 A		SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU	Pessoas Atendidas (PS)	4000,000	400.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Serviço Móvel de Urgência – SAMU.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	80.000,00	80.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0422 - Transf. Recursos do SUS - SAV	0,00	250.000,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0422 - Transf. Recursos do SUS - SAV	0,00	15.000,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>400.000,00</b>	<b>400.000,00</b>

Página: 36/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	0008

Objetivo do programa:

Atender os principais problemas e agravos de saúde da população, realizados em ambiente ambulatorial, pré-hospitalar ou hospitalar, através de ações de promoção, proteção, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde.

Justificativa do programa:

A atenção de média e alta complexidade exige a utilização de equipamentos e profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos para o apoio diagnóstico e tratamento de forma integrada à atenção básica através do sistema de regulação. O município dispõe dos seguintes serviços: Hospital Geral Porte I/ UPA; Laboratório de Análises Clínicas; Laboratório de Próteses Dentárias; Clínica de Fisioterapia/ CAPS/ SAMU; CIS-AMARP (consultas, exames e procedimentos); Contrato com a Digimax – Mamografia; Contrato com Gaya – Ortopedia.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.032	2 A	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	Pessoas Atendidas (PS)	35000,000	4.576.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das ações e serviços de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	15.000,00	15.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	2.600.000,00	2.600.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	300.000,00	300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0418 - Transf. Recursos do SUS - MAC	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	250.000,00	250.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0418 - Transf. Recursos do SUS - MAC	0,00	250.000,00	250.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	100.000,00	100.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>4.576.000,00</b>	<b>4.576.000,00</b>

Página: 37/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Suporte Profilático e Terapêutico	303
Programa:	ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	0009

Objetivo do programa:  
Qualificar a Assistência Farmacêutica, através de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, garantindo aos usuários do SUS o acesso a medicamentos seguros e eficazes.

**Justificativa do programa:**

A assistência farmacêutica é uma área onerosa para os municípios devido ao subfinanciamento do Estado e da União, recaído sobre o município a grande responsabilidade pela sua manutenção, o que requer constante organização e controle. No município está assim organizada: 01 Farmácia Central na Unidade Vila Salete; 05 Postos de Dispensação de Medicamentos junto às Unidades Básicas de Saúde.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.036	2 A	ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	Pessoas Atendidas (PS)	35000,000	866.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	500.000,00	500.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0404 - Transf. Recursos SUS União - F	0,00	205.000,00	205.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0413 - Transf. Recursos do SUS - Farn	0,00	161.000,00	161.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>866.000,00</b>	<b>866.000,00</b>

Página: 38/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0011

**Objetivo do programa:**

Implementar e executar as ações de Vigilância em Saúde realizadas no âmbito municipal, de acordo com as normas vigentes e pactuações estabelecidas, compreendendo as ações de: vigilância epidemiológica, vigilância entomológica, vigilância sanitária, vigilância ambiental e controle de zoonoses.

**Justificativa do programa:**

A vigilância em saúde é responsável pelo acompanhamento sistemático de eventos adversos à saúde na comunidade, com o propósito de aprimorar as medidas de controle. Justificando-se a necessidade de constante investimento e aprimoramento de suas ações. Suas vertentes são: Vigilância Epidemiológica; Vigilância Sanitária; Vigilância Ambiental.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.039	2	A	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Estabelecimentos Cadastrados/Inspeccionados (1)	2000,000	185.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Vigilância Sanitária e Ambiental.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	140.000,00	140.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0421 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0421 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>185.000,00</b>	<b>185.000,00</b>



Página: 39/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Epidemiológica	305
Programa:	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0011

**Objetivo do programa:**

Implementar e executar as ações de Vigilância em Saúde realizadas no âmbito municipal, de acordo com as normas vigentes e pactuações estabelecidas, compreendendo as ações de: vigilância epidemiológica, vigilância entomológica, vigilância sanitária, vigilância ambiental e controle de zoonoses.

**Justificativa do programa:**

A vigilância em saúde é responsável pelo acompanhamento sistemático de eventos adversos à saúde na comunidade, com o propósito de aprimorar as medidas de controle. Justificando-se a necessidade de constante investimento e aprimoramento de suas ações. Suas vertentes são: Vigilância Epidemiológica; Vigilância Entomológica; Vigilância Sanitária; Vigilância Ambiental.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.040	2 A	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Pessoas Atendidas (PS)	4000,000	505.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Vigilância Epidemiológica e Entomológica.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	400.000,00	400.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0421 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0421 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0443 - Transf. Recursos do SUS - DST	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>505.000,00</b>	<b>505.000,00</b>

Página: 40/85

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	572
Programa:	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	0012

Objetivo do programa:

Garantir a melhoria da capacidade instalada no que diz respeito à frota, equipamentos, espaços físicos e mobiliários das Unidades de Saúde.

Justificativa do programa:

Os investimentos em saúde são necessários para o fortalecimento da capacidade de gestão que resultará em melhores condições para os trabalhadores e qualificação dos serviços prestados aos usuários do SUS. Por isso, faz-se necessário o constante investimento em: equipamentos e materiais permanentes; obras de construção, ampliação e reforma; veículos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
1.013	2	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA DE SAÚDE	Veículo (1)		4.000	30.000,00

II - Descrição das Ações

Investimentos na frota da Secretaria de Saúde.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	30.000,00	30.000,00
Total:			0,00	30.000,00	30.000,00

Página: 41/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	572
Programa:	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	0012

**Objetivo do programa:**

Garantir a melhoria da capacidade instalada no que diz respeito à frota, equipamentos, espaços físicos e mobiliários das Unidades de Saúde.

**Justificativa do programa:**

Os investimentos em saúde são necessários para o fortalecimento da capacidade de gestão que resultará em melhores condições para os trabalhadores e qualificação dos serviços prestados aos usuários do SUS. Por isso, faz-se necessário o constante investimento em: equipamentos e materiais permanentes; obras de construção, ampliação e reforma; veículos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.012	2	P	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA SAÚDE	Equipamentos (1)	200,000	20.000,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos em equipamentos e materiais permanentes.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>

Página: 42/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	572
Programa:	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	0012

Objetivo do programa:

Garantir a melhoria da capacidade instalada no que diz respeito à frota, equipamentos, espaços físicos e mobiliários das Unidades de Saúde.

Justificativa do programa:

Os investimentos em saúde são necessários para o fortalecimento da capacidade de gestão que resultará em melhores condições para os trabalhadores e qualificação dos serviços prestados aos usuários do SUS. Por isso, faz-se necessário o constante investimento em: equipamentos e materiais permanentes; obras de construção, ampliação e reforma; veículos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.011	2	P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE	Obras e Instalações (M²)	500,000	105.000,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos na estrutura física das Unidades de Saúde.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	100.000,00	100.000,00
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>105.000,00</b>	<b>105.000,00</b>

Página: 43/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS	08.02
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	0008

Objetivo do programa:

Atender os principais problemas e agravos de saúde da população, realizados em ambiente ambulatorial, pré-hospitalar ou hospitalar, através de ações de promoção, proteção, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde.

Justificativa do programa:

A atenção de média e alta complexidade exige a utilização de equipamentos e profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos para o apoio diagnóstico e tratamento de forma integrada à atenção básica através do sistema de regulação. O município dispõe dos seguintes serviços: Hospital Geral Porte I/ UPA; Laboratório de Análises Clínicas; Laboratório de Próteses Dentárias; Clínica de Fisioterapia/ CAPS/ SAMU; CIS-AMARP (consultas, exames e procedimentos); Contrato com a Digimax – Mamografia; Contrato com Gaya – Ortopedia.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
2.024	2	A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS - FUNPRED	Manutenção (AN)		4,000	20.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Fundo Municipal Antidrogas

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	15.000,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>

Página: 44/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.01
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	GESTÃO AMBIENTAL	0014

**Objetivo do programa:**

Promover ações de preservação da flora e da fauna, estimular as práticas sustentáveis, prevenção e redução de danos causados pelo clima. Criar consciência ambiental na população, esclarecer a importância de preservar dos recursos disponíveis e evitar os desperdícios.

**Justificativa do programa:**

Compete ao Poder Público Municipal e à coletividade promover e exigir medidas que garantam a qualidade do meio ambiente, da vida e da diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade, assim como corrigir ou fazer corrigir os efeitos da atividade degradadora ou poluidora.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.044	2 A	PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E PROGRAMAS AMBIENTAIS	Manutenção (AN)	4.000	71.000,00

**II - Descrição das Ações**

Executar ações de preservação e conservação do meio ambiente

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
<b>Total:</b>			<b>71.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>71.000,00</b>

Página: 45/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Executar a recuperação e conservação das estradas do interior do município. Controle de zoonoses e incentivo aos estudantes no desenvolvimento agrícola.

Justificativa do programa:

Melhorar a estrutura das estradas do município, facilitando o escoamento da produção e o deslocamento entre o meio rural e urbano. Reduzir a transmissão de zoonoses e proporcionar a experiência nas práticas agrícolas aos alunos das escolas municipais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.049	2 A		CONTROLE DE ZOONOSES	Animais (1)	200.000	35.000,00

**II - Descrição das Ações**

Castrar e identificar com microchip os cães e gatos e concientizar a população quanto à posse responsável.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>35.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>35.000,00</b>

Página: 46/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL	0015

**Objetivo do programa:**

Executar a recuperação e conservação das estradas do interior do município. Controle de zoonoses e incentivo aos estudantes no desenvolvimento agrícola.

**Justificativa do programa:**

Melhorar a estrutura das estradas do município, facilitando o escoamento da produção e o deslocamento entre o meio rural e urbano. Reduzir a transmissão de zoonoses e proporcionar a experiência nas práticas agrícolas aos alunos das escolas municipais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.015	2	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	Máquinas/Veículos/Equipamentos (1)	4,000	50.000,00

**II - Descrição das Ações**

Aumentar as patrulhas agrícolas mecanizadas e o parque de máquinas do Município

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
<b>Total:</b>			<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>



Página: 47/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Executar a recuperação e conservação das estradas do interior do município. Controle de zoonoses e incentivo aos estudantes no desenvolvimento agrícola.

Justificativa do programa:

Melhorar a estrutura das estradas do município, facilitando o escoamento da produção e o deslocamento entre o meio rural e urbano. Reduzir a transmissão de zoonoses e proporcionar a experiência nas práticas agrícolas aos alunos das escolas municipais.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.041	2 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	Manutenção (AN)	4,000	2.364.500,00

**II - Descrição das Ações**

Desenvolver ações relacionadas ao atendimento do setor agropecuário

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.600.000,00	0,00	1.600.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	704.000,00	0,00	704.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0216 - CIDE	0,00	5.500,00	5.500,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op entre Órgãos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op entre Órgãos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>2.359.000,00</b>	<b>5.500,00</b>	<b>2.364.500,00</b>

Página: 48/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Agropecuária	608
Programa:	PORTEIRA ADENTRO	0013

**Objetivo do programa:**

Incentivar o empreendedorismo rural, promover a assistência técnica e extensão rural demonstrar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

**Justificativa do programa:**

Incrementar o movimento econômico do Município, fomentar a gestão financeira da propriedade para aumentar os lucros do produtor e reduzir seus custos, melhorando a qualidade de vida do agricultor e auxiliar no desenvolvimento da propriedade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.043	2 A		MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA	Propriedades Atendidas (PR)	1200,000	130.000,00

**II - Descrição das Ações**

Disponibilizar máquinas e equipamentos para as propriedades rurais

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	130.000,00	0,00	130.000,00
<b>Total:</b>			<b>130.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>

Página: 49/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Agropecuária	608
Programa:	PORTEIRA ADENTRO	0013

**Objetivo do programa:**

Incentivar o empreendedorismo rural, promover a assistência técnica e extensão rural demonstrar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

**Justificativa do programa:**

Incrementar o movimento econômico do Município, fomentar a gestão financeira da propriedade para aumentar os lucros do produtor e reduzir seus custos, melhorando a qualidade de vida do agricultor e auxiliar no desenvolvimento da propriedade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.042	2 A		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS - PISA	Propriedades Atendidas (PR)	1200.000	160.000,00

**II - Descrição das Ações**

Apoiar o desenvolvimento da propriedade familiar e produção integrada do sistema agrícola.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>160.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>160.000,00</b>

Página: 50/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0016

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

**Justificativa do programa:**

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.021	2 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE OBRAS DA INFRAESTRUTURA	Obras e Instalações (M²)	300,000	55.000,00

**II - Descrição das Ações**

Construir, ampliar e ou reformar edificações públicas.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>55.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>55.000,00</b>

Página: 51/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0016

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

**Justificativa do programa:**

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.018	2 P	PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO	Área Pavimentada (2)	10000.000	7.327.957,00

**II - Descrição das Ações**

Conservar, construir e implementar pavimentação de ruas, avenidas, e logradouros públicos com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado a Quente) ou pedras basálticas irregulares.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0291 - Operações de Crédito Contratua	0,00	5.027.957,00	5.027.957,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0293 - Operações de Crédito Contratua	0,00	2.100.000,00	2.100.000,00
<b>Total:</b>			<b>200.000,00</b>	<b>7.127.957,00</b>	<b>7.327.957,00</b>

Página: 52/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0016

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

**Justificativa do programa:**

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	2 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	Manutenção (AN)	4,000	2.417.000,00

**II - Descrição das Ações**

Controlar e executar as obras públicas municipais, em consonância com as diretrizes traçadas pela Administração; Executar a construção e conservação de vias urbanas e estradas rurais

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
<b>Total:</b>			<b>2.417.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.417.000,00</b>

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

Página: 53/85

Data: 11/10/2018

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0016

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.019	2	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA INFRAESTRUTURA	Máquinas/Veículos/Equipamentos (1)	4,000	10.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos e do parque de máquinas.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Página: 54/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0016

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

**Justificativa do programa:**

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.053	2 A		MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Manutenção (AN)	4,000	1.630.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção e expansão do sistema de iluminação pública

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0217 - Contrib. Custeio Serviços Ilumin	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0217 - Contrib. Custeio Serviços Ilumin	0,00	350.000,00	350.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0217 - Contrib. Custeio Serviços Ilumin	0,00	60.000,00	60.000,00
<b>Total:</b>			<b>20.000,00</b>	<b>1.610.000,00</b>	<b>1.630.000,00</b>



Página: 55/85

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.00
Unidade:	SEGURANÇA PÚBLICA	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	SEGURANÇA PÚBLICA	0017

Objetivo do programa:

Manutenção da ordem pública, controle das infrações de trânsito, licenciamento de veículos, policiamento ostensivo, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

Justificativa do programa:

Atendimento das necessidades de segurança de toda a nossa população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.055	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	Manutenção (AN)	4.000	25.000,00

II - Descrição das Ações

Instalação e manutenção das câmaras de vigilância eletrônica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			25.000,00	0,00	25.000,00

Página: 56/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	10.00
Unidade:	SEGURANÇA PÚBLICA	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	SEGURANÇA PÚBLICA	0017

Objetivo do programa:  
Manutenção da ordem pública, controle das infrações de trânsito, licenciamento de veículos, policiamento ostensivo, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

Justificativa do programa:  
Atendimento das necessidades de segurança de toda a nossa população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.054	2 A	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	Manutenção (AN)	4,000	967,000,00

**II - Descrição das Ações**

Controle do tráfego de veículos e de pessoas e proteção a cidadania.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	00.01.0205 - Multas de Trânsito - Policia Milit	0,00	180.000,00	180.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	95.000,00	0,00	95.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0202 - Multas de Trânsito	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0203 - Multas de Trânsito - ORTFRAI	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0204 - Multas de Trânsito - Policia Civil	0,00	120.000,00	120.000,00
4.4.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0202 - Multas de Trânsito	0,00	51.000,00	51.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0203 - Multas de Trânsito - ORTFRAI	0,00	43.000,00	43.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0204 - Multas de Trânsito - Policia Civil	0,00	63.000,00	63.000,00
<b>Total:</b>			<b>110.000,00</b>	<b>857.000,00</b>	<b>967.000,00</b>

Página: 57/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE FRAIBURGO	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTENCIA SOCIAL - GESTÃO	0018

Objetivo do programa:

Atender a população garantindo os seus direitos

Justificativa do programa:

Atender a população em situação de vulnerabilidade social e pessoal.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.056	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Manutenção (AN)	4,000	1.250.700,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das ações de assistência social e de alta complexidade.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	850.000,00	0,00	850.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	60.000,00	0,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	250.000,00	0,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0507 - Transferência de Recursos do F	0,00	40.500,00	40.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0517 - Transf. de Recursos FNAS - IG	0,00	10.200,00	10.200,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0507 - Transferência de Recursos do F	0,00	30.000,00	30.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.170.000,00</b>	<b>80.700,00</b>	<b>1.250.700,00</b>

Página: 58/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE FRAIBURGO	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	0019

Objetivo do programa:

Atender e acompanhar a população em situação de vulnerabilidade social com risco.

Justificativa do programa:

Acompanhar as famílias em situação de vulnerabilidade evitando o rompimentos dos vínculos familiares e comunitários.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.057	2 A	MANUTENÇÃO DO CRAS	Manutenção (AN)	4,000	506.000,00

**II - Descrição das Ações**

Acompanhar as famílias em situação de vulnerabilidade evitando o rompimentos dos vínculos familiares e comunitários

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0509 - Transferência de Recursos do F	0,00	151.000,00	151.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0509 - Transferência de Recursos do F	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>255.000,00</b>	<b>251.000,00</b>	<b>506.000,00</b>

Página: 59/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE FRAIBURGO	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	CREAS - CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL	0020

Objetivo do programa:

Atender indivíduos e famílias com os direitos violados

Justificativa do programa:

Atender e acompanhar indivíduos vítimas de violências, maus tratos, negligência tendo como público-alvo crianças, adolescentes, deficientes, idosos, mulheres e moradores de ruas. Prestar serviços de medidas socioeducativas para adolescentes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.058	2 A	MANUTENÇÃO DO CREAS	Manutenção (AN)	4,000	356.000,00

**II - Descrição das Ações**

Atender indivíduos e famílias com os direitos violados

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0511 - Tranf. de Recursos FNAS - PFV	0,00	115.000,00	115.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0511 - Tranf. de Recursos FNAS - PFV	0,00	76.000,00	76.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>165.000,00</b>	<b>191.000,00</b>	<b>356.000,00</b>

Página: 60/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	11.02
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	ASSISTENCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE	0021

Objetivo do programa:

Atender crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal.

Justificativa do programa:

Atender programas e projetos, governamentais e não governamentais que prestem serviços para crianças e adolescentes. Atender em período integral crianças e adolescentes vítimas de violências domésticas e com rompimento de vínculos afetivos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.059	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Manutenção (AN)	4,000	81.000,00

**II - Descrição das Ações**

Atender crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0602 - Recursos - FMDCA - Tribunal Ju:	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0604 - Recursos do FMDCA - IR	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0605 - Outros Recursos do FMDCA	0,00	5.500,00	5.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0604 - Recursos do FMDCA - IR	0,00	5.500,00	5.500,00
<b>Total:</b>			<b>20.000,00</b>	<b>61.000,00</b>	<b>81.000,00</b>

Página: 61/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE FRAIBURGO	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência ao Idoso	241
Programa:	VALORIZAÇÃO DA TERCEIRA IDADE	0022

Objetivo do programa:

Atender Idosos em situação de risco social e pessoal.

Justificativa do programa:

Atender programas e projetos, governamentais e não governamentais que prestem serviços para os idosos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
2.060	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO	Manutenção (AN)		4.000	55.000,00

**II - Descrição das Ações**

Atender Idoso em situação de risco social e pessoal.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>55.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>55.000,00</b>

Página: 62/85

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA	11.04
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência ao Portador de Deficiência	242
Programa:	VIVER SEM LIMITES	0023

Objetivo do programa:  
Atender Deficientes em situação de risco social e pessoal.

Justificativa do programa:

Atender programas e projetos, governamentais e não-governamentais que prestem serviços para o deficiente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
			MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA	Manutenção (AN)		
2.061	2 A				4.000	305.000,00

II - Descrição das Ações

Atender pessoas que apresentem deficiência em situação de risco social e pessoal.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	280.000,00	0,00	280.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			305.000,00	0,00	305.000,00



Página: 63/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	11.05
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	MORAR BEM	0024

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações para promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional municipal de interesse social, atendendo as famílias que não possuem casa própria ou que não possuem habitação adequada, combatendo o déficit habitacional do município.

**Justificativa do programa:**

Considerando-se que a habitação é um dos principais fatores para o ser humano ter qualidade de vida, além de ser um direito estabelecido na Constituição Federal, em Fraiburgo existe um déficit habitacional na ordem de 2.300 unidades conforme levantamento social realizado.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.062	2 A		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MORAR BEM	Manutenção (AN)	4,000	30.000,00

**II - Descrição das Ações**

Desenvolvimento de ações relacionadas ao programa de habitação de interesse social.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0289 - Alienação - FMHIS	0,00	15.000,00	15.000,00
<b>Total:</b>			<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>30.000,00</b>

Página: 64/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL	0025

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento local através da integração de toda a sociedade civil organizada, setores públicos e setores produtivos.

Justificativa do programa:

Manter e desenvolver ações frente ao conselho de desenvolvimento da cidade, através de um pensamento de longo prazo, integrado e sistêmico acerca do desenvolvimento local.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.063	2 A		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO Manutenção (AN) ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA		4.000	545.000,00

**II - Descrição das Ações**

Controlar e executar as ações públicas municipais, em consonância com as diretrizes traçadas pela Administração.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	370.000,00	0,00	370.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>545.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>545.000,00</b>

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	FOMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS	0026

Objetivo do programa:  
Desenvolver ações de planejamento e promoção da expansão da atividade empresarial na cidade, visando aumentar o Movimento Econômico do município e o desenvolvimento local

Justificativa do programa:

Desenvolver o setor econômico como pilar de crescimento e desenvolvimento dos diversos setores face aumento da renda.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.066	2	A	PROJETO DE INCENTIVOS ECONÔMICO	Manutenção (AN)	4,000	150.000,00

II - Descrição das Ações

Fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo de geração de negócios, através de apoio, instrução e incentivos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			150.000,00	0,00	150.000,00

Página: 66/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	12.02
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL	0025

**Objetivo do programa:**

Fomentar o desenvolvimento local através da integração de toda a sociedade civil organizada, setores públicos e setores produtivos.

**Justificativa do programa:**

Manter e desenvolver ações frente ao conselho de desenvolvimento da cidade, através de um pensamento de longo prazo, integrado e sistêmico acerca do desenvolvimento local.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.064	2	A	MANUTENÇÃO DO FMDESENFRAI	Manutenção (AN)	4,000	10.000,00

**II - Descrição das Ações**

Acompanhamento e desenvolvimento do Conselho de Desenvolvimento

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>

Página: 67/85

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO	12.03
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	DESENVOLVIMENTO TURISTICO	0028

Objetivo do programa:  
Desenvolver, incentivar e analisar as potencialidades turísticas do município.

Justificativa do programa:

O turismo é um dos setores que se destaca no País e no Estado como potencial econômico e gerador de riqueza e renda, desta forma faz-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas para gerir e incentivar, bem como, a análise e mapeamento das potencialidades do município, avaliando e desenvolvendo ações para fomentar o setor.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
2.068	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	Manutenção (AN)		4.000	95.000,00

II - Descrição das Ações

Criação de sub-estruturas de fomento e desenvolvimento do turismo na cidade e região

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	70.000,00	0,00	70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			95.000,00	0,00	95.000,00

Página: 68/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO	12.03
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	PROMOÇÃO TURÍSTICA	0030

Objetivo do programa:

Promover e divulgar as potencialidades turísticas do município, atraindo uma demanda crescente.

Justificativa do programa:

A história de uma comunidade deve ser preservada e enriquecida com atividades culturais nas mais diversas esferas como: encontros com escritores, danças típicas, peças teatrais, shows, apresentações de danças e outros.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.070	2	A	INCENTIVO A EVENTOS FEIRAS E EXPOSIÇÕES TURÍSTICAS	Eventos Realizados (EV)	9,000	93.543,00

**II - Descrição das Ações**

Apoio a realização de eventos relacionados ao turismo.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	83.543,00	0,00	83.543,00
<b>Total:</b>			<b>93.543,00</b>	<b>0,00</b>	<b>93.543,00</b>

Página: 69/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	DEPARTAMENTO DE CULTURA	12.04
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	ATIVIDADES CULTURAIS	0031

**Objetivo do programa:**

Oferecer atividades voltadas para o desenvolvimento cultural da comunidade fraiburguense, incentivando os valores de artistas locais de diferentes áreas culturais.

**Justificativa do programa:**

A história de uma comunidade deve ser preservada e enriquecida com atividades culturais nas mais diversas esferas como: encontros com escritores, danças típicas, peças teatrais, shows, apresentações de danças e outros.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.028	2	P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS CULTURAIS	Obras e Instalações (M²)	200,000	50.000,00

**II - Descrição das Ações**

Construir, ampliar e reformar espaços culturais.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
<b>Total:</b>			<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>

Página: 70/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	DEPARTAMENTO DE CULTURA	12.04
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	ATIVIDADES CULTURAIS	0031

Objetivo do programa:

Oferecer atividades voltadas para o desenvolvimento cultural da comunidade fraiburguense, incentivando os valores de artistas locais de diferentes áreas culturais.

Justificativa do programa:

A história de uma comunidade deve ser preservada e enriquecida com atividades culturais nas mais diversas esferas como: encontros com escritores, danças típicas, peças teatrais, shows, apresentações de danças e outros.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.071	2 A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	Manutenção (AN)	4.000	960.000,00

**II - Descrição das Ações**

Desenvolver a continuidade das oficinas culturais, ampliando para demais polos culturais dentro da área de abrangência do município, capacitar profissionais da área cultural.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	800.000,00	0,00	800.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>960.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>960.000,00</b>



Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	DEPARTAMENTO DE CULTURA	12.04
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	FESTIVIDADES CULTURAIS	0032

Objetivo do programa:

Oferecer e oportunizar eventos que socializem a comunidade, possibilitando e auxiliando na integração dos cidadãos do município.

Justificativa do programa:

A socialização de um município é indispensável para o crescimento social. Oportunizar eventos festivos como Shows Nacionais de diferentes esferas, resgatar tradições, e oportunizar o acesso a artistas renomados além de capacitações culturais se tornam necessárias para o desenvolvimento intelectual e cultural.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.072	2	A	MANUTENÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICIPIO	Eventos Realizados (EV)	20.000	350.000,00

II - Descrição das Ações

Ofertar eventos culturais seguindo calendário oficial.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	340.000,00	0,00	340.000,00
Total:			350.000,00	0,00	350.000,00

Página: 72/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DE DESENVOLVIM. ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA	12.00
Unidade:	DEPARTAMENTO DE CULTURA	12.04
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	DECORAÇÕES TEMÁTICAS E CULTURAIS	0033

**Objetivo do programa:**

Beneficiar o município com decorações temáticas visadas por eventos no calendário anual, proporcionando o embelezamento da cidade, para a comunidade e para recepção de turistas durante festividades anuais realizadas.

**Justificativa do programa:**

Incentivar a comunidade a resgatar valores, beneficiar através de atividades decorativas e temáticas o embelezamento do município oportunizando um ambiente agradável aos munícipes e turistas visitantes durante o decorrer do ano.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.073	2 A		AÇÃO REFERENTE AS DECORAÇÕES TEMÁTICAS	Eventos Realizados (EV)	20,000	100.000,00

**II - Descrição das Ações**

Desenvolver a continuidade das decorações em eventos públicos municipais, decoração temáticas de ruas e praças, seguir calendário anual de festividades com decorações no município evidenciando pontos tu

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
<b>Total:</b>			<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>

Página: 73/85

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	13.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	13.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	ESPORTE E LAZER	0034

Objetivo do programa:

Incentivo ao desenvolvimento de promoções esportivas e recreativas voltadas para a participação comunitária.

Justificativa do programa:

Realização de competições a nível municipal e regional, atendimento às escolinhas de rendimento e iniciação esportiva e promoção de atividades de lazer.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.031	7	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA FME	Veiculo (1)	0,000	60.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de veículos para deslocamentos dos servidores e transporte de atletas.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	60.000,00	0,00	60.000,00
Total:			60.000,00	0,00	60.000,00

Página: 74/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	13.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	13.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	ESPORTE E LAZER	0034

Objetivo do programa:

Incentivo ao desenvolvimento de promoções esportivas e recreativas voltadas para a participação comunitária.

Justificativa do programa:

Realização de competições a nível municipal e regional, atendimento às escolinhas de rendimento e iniciação esportiva e promoção de atividades de lazer.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.030	7	P	CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA E DE LAZER	Obras e Instalações (M²)	1000,000	5.000,00

**II - Descrição das Ações**

Construção de quadra de grama sintética.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>

Página: 75/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	13.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	13.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	ESPORTE E LAZER	0034

Objetivo do programa:

Incentivo ao desenvolvimento de promoções esportivas e recreativas voltadas para a participação comunitária.

Justificativa do programa:

Realização de competições a nível municipal e regional, atendimento às escolinhas de rendimento e iniciação esportiva e promoção de atividades de lazer.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.074	7 A	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	Manutenção (AN)	4.000	1.165.000,00

**II - Descrição das Ações**

Gerenciar as competições esportivas e atividades de lazer, visando a qualidade de vida dos munícipes

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	550.000,00	0,00	550.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	600.000,00	0,00	600.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.165.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.165.000,00</b>

Página: 76/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0035

**Objetivo do programa:**

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem pluvial.

**Justificativa do programa:**

Executar os serviços de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.081	8 A		GESTÃO ADMINISTRATIVA - SANEFRAI	Manutenção (AN)	4,000	1.570.000,00

**II - Descrição das Ações**

GESTÃO ADMINISTRATIVA - SANEFRAI

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	900.000,00	0,00	900.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	600.000,00	0,00	600.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0989 - Alienação de Bens Móveis	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.565.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>1.570.000,00</b>

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0035

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.080	8 A	DRENAGEM PLUVIAL	Manutenção (AN)	4.000	370.000,00

II - Descrição das Ações

DRENAGEM PLUVIAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	70.000,00	0,00	70.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	250.000,00	0,00	250.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			370.000,00	0,00	370.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO			14.00
Unidade:	AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI			14.01
Função:	Saneamento			17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano			512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO			0035

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.079	8 A	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Manutenção (AN)	4.000	510.000,00

II - Descrição das Ações

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	160.000,00	0,00	160.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	300.000,00	0,00	300.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			510.000,00	0,00	510.000,00



Página: 79/85

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação				
Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO			14.00
Unidade:	AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI			14.01
Função:	Saneamento			17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano			512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO			0035

Objetivo do programa:  
Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:  
Executar os serviços de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.033	8	P	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA SANEFRAI	Máquinas/Veículos/Equipamentos (1)	4,000	200.000,00

II - Descrição das Ações  
Adquirir máquinas e veículos para SANEFRAI

III - Detalhamento das Ações					
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			200.000,00	0,00	200.000,00

Página: 80/85

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0035

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.077	8 A		GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Manutenção (AN)	4,000	2.756.000,00

II - Descrição das Ações

Continuar o serviço de coleta e destino final de resíduos sólidos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	200.000,00	0,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	2.451.000,00	0,00	2.451.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			2.756.000,00	0,00	2.756.000,00

Página: 81/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0035

**Objetivo do programa:**

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem pluvial.

**Justificativa do programa:**

Executar os serviços de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.076	8 A	ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA	Manutenção (AN)	4,000	3.785.000,00

**II - Descrição das Ações**

Continuar os serviços referente a manutenção do saneamento básico.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	30.000,00	0,00	30.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	600.000,00	0,00	600.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	35.000,00	0,00	35.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0983 - Operações de Crédito Contratua	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.4.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR.	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>2.785.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>3.785.000,00</b>

Página: 82/85

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO	15.00
Unidade:	CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO	15.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	0036

Objetivo do programa:

Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento da Câmara Municipal de Fraiburgo; divulgar os trabalhos realizados; incentivar a participação popular; desenvolver ações para a manutenção das atividades legislativas e atuar de forma integrada com o Poder Executivo.

Justificativa do programa:

O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal de Fraiburgo, é composto por 11 (onze) Vereadores; além da competência legislativa, tem funções: de fiscalização financeira, controle externo do executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, alinadas à gestão administrativa e de economia interna da instituição.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
1.036	11	P	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA O LEGISLATIVO	Móveis e Equipamentos (1)		10.000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Equipar a sede do Legislativo

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Página: 83/85  
Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação				
Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO			15.00
Unidade:	CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO			15.01
Função:	Legislativa			1
Subfunção:	Ação Legislativa			31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO			0036

Objetivo do programa:  
Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento da Câmara Municipal de Fraiburgo; divulgar os trabalhos realizados; incentivar a participação popular; desenvolver ações para a manutenção das atividades legislativas e atuar de forma integrada com o Poder Executivo.

Justificativa do programa:

O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal de Fraiburgo, é composto por 11 (onze) Vereadores; além da competência legislativa, tem funções: de fiscalização financeira, controle externo do executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, alinentes à gestão administrativa e de economia interna da instituição.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.035	11 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O LEGISLATIVO	Veiculo (1)	1,000	80.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	80.000,00	0,00	80.000,00
Total:			80.000,00	0,00	80.000,00

Página: 84/85  
Data: 11/10/2018

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO	15.00
Unidade:	CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO	15.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	0036

Objetivo do programa:  
Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento da Câmara Municipal de Fraiburgo; divulgar os trabalhos realizados; incentivar a participação popular; desenvolver ações para a manutenção das atividades legislativas e atuar de forma integrada com o Poder Executivo.

Justificativa do programa:

O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal de Fraiburgo, é composto por 11 (onze) Vereadores; além da competência legislativa, tem funções: de fiscalização financeira, controle externo do executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, alinhadas à gestão administrativa e de economia interna da instituição.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.078	11	A	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	Manutenção (AN)	4,000	3.170.000,00

**II - Descrição das Ações**

Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento da Câmara Municipal de Fraiburgo; divulgar os trabalhos realizados; incentivar

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	900.000,00	0,00	900.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	70.000,00	0,00	70.000,00
<b>Total:</b>			<b>3.170.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.170.000,00</b>



Página: 85/85

Data: 11/10/2018

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2019 (C)

I - Classificação

Órgão:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99.00
Unidade:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99.01
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0099

Objetivo do programa:  
Atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Justificativa do programa:

A dificuldade de prever os riscos fiscais e passivos contingentes com exatidão, torna-se necessário criar a Reserva de Contingência.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
9.999	2 R	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Reserva (Ano)	4.000	200.000,00

II - Descrição das Ações

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00		200.000,00
Total:			200.000,00		200.000,00

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

JOÃO CARLOS PADILHA  
Secretário de Finanças

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador

GIOVANI GREGOLON  
Contador

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO 03-2018 - 4º ETAPA - CÂMARA DE VEREADORES - DIONE A.M.WURLITZER-ME

Publicação N° 1772109

EXTRATO DO CONTRATO N° 003/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FREI ROGÉRIO - SC

A Câmara Municipal de Vereadores de Frei Rogério – SC torna público aos interessados que a empresa vencedora do processo licitatório nº 002/2018 Tomada de Preços nº 002/2018 - CMFR, cujo objetivo é a contratação de empresa do ramo para execução do serviço paisagístico para urbanização do exterior da Câmara de Vereadores do Município de Frei Rogério, localizada Avenida Vereador José Almeida de Souza, com área do terreno de 5.888,91 m², “Quarta etapa” de acordo com os Projetos, Memoriais Descritivos/Quantitativo e demais anexos ao edital, foi a empresa DIONE A.M.WURLITZER-ME, com a qual foi celebrado o seguinte contrato:

CONTRATO N ° 003/2018

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 49.766,69 (Quarenta e Nove Mil e Setecentos e Sessenta e Seis Reais e Sessenta e Nove Centavos).

A integra do contrato encontra-se disponível no site: <http://www.freirogerio.sc.gov.br/>

André Da Rold

Presidente



# Garopaba

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO 045/2018 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação N° 1771269

CONVOCAÇÃO 045/2018 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

KÁTIA DE SOUZA GONÇALVES DE AMORIM

Candidato(a): 250807

Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA - 20 HORAS

Classificação: 27º LUGAR

Garopaba, 11 de outubro de 2018.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA - 20 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 27º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 046/2018 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação N° 1771270

CONVOCAÇÃO 046/2018 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

DAIANI SOUZA DA SILVA TEIXEIRA

Candidato(a): 263163

Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA - 20 HORAS

Classificação: 28º LUGAR

Garopaba, 11 de outubro de 2018.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA - 20 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 28º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 047/2018 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação N° 1771271

CONVOCAÇÃO 047/2018 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

VERÔNICA BILHALVA DA SILVA

Candidato(a): 244106

Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA - 20 HORAS

Classificação: 29º LUGAR

Garopaba, 11 de outubro de 2018.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA - 20 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 29º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 048/2018 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.**

Publicação Nº 1771272

CONVOCAÇÃO 048/2018 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
RENATA VIEIRA MARCELINO  
Candidato(a): 257057  
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA - 20 HORAS  
Classificação: 30º LUGAR

Garopaba, 11 de outubro de 2018.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA - 20 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 30 LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 049/2018 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.**

Publicação Nº 1771273

CONVOCAÇÃO 049/2018 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
CLAUDIA MARQUES  
Candidato(a): 258369  
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA - 20 HORAS  
Classificação: 31º LUGAR

Garopaba, 11 de outubro de 2018.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA - 20 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 31º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 050/2018 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.**

Publicação Nº 1771275

CONVOCAÇÃO 050/2018 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
NAIANE DA SILVEIRA SEVERINO  
Candidato(a): 249100  
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA - 20 HORAS  
Classificação: 32º LUGAR

Garopaba, 11 de outubro de 2018.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA - 20 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 32º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 051/2018 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.**

Publicação Nº 1771276

CONVOCAÇÃO 051/2018 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

ALINE ELOISA DA SILVA

Candidato(a): 247131

Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA - 40 HORAS

Classificação: 53º LUGAR

Garopaba, 11 de outubro de 2018.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA - 40 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 53º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 052/2018 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.**

Publicação Nº 1771277

CONVOCAÇÃO 052/2018 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

VIRGINIA FIDELIS

Candidato(a): 262011

Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA - 40 HORAS

Classificação: 54º LUGAR

Garopaba, 11 de outubro de 2018.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA - 40 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 54º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 053/2018 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.**

Publicação Nº 1771278

CONVOCAÇÃO 053/2018 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

ISABEL CRISTINA SANTOS

Candidato(a): 250902

Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA - 40 HORAS

Classificação: 55º LUGAR

Garopaba, 11 de outubro de 2018.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA - 40 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 55º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 054/2018 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.**

Publicação Nº 1771279

CONVOCAÇÃO 054/2018 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
TATIANE AGOSTINHO  
Candidato(a): 240094  
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA - 40 HORAS  
Classificação: 56º LUGAR

Garopaba, 11 de outubro de 2018.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA - 40 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 56º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 055/2018 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.**

Publicação Nº 1771281

CONVOCAÇÃO 055/2018 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
MARIA GORETH DE MATOS  
Candidato(a): 246678  
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA - 40 HORAS  
Classificação: 57º LUGAR

Garopaba, 11 de outubro de 2018.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA - 40 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 57º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 056/2018 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.**

Publicação Nº 1771282

CONVOCAÇÃO 056/2018 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
CASSIA PEREIRA DOS SANTOS  
Candidato(a): 239134  
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA - 40 HORAS  
Classificação: 58º LUGAR

Garopaba, 11 de outubro de 2018.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA - 40 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 58º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 057/2018 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.**

Publicação Nº 1771283

CONVOCAÇÃO 057/2018 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

GUILHERME ENICK CARNIEL

Candidato(a): 251717

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS

Classificação: 24º LUGAR

Garopaba, 11 de outubro de 2018.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 24º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 058/2018 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.**

Publicação Nº 1771284

CONVOCAÇÃO 058/2018 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

BRUNO SARAIVA LOPES

Candidato(a): 265840

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS

Classificação: 25º LUGAR

Garopaba, 11 de outubro de 2018.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 25º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 210/2018**

Publicação Nº 1773010

DECRETO N.º 210, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 19.174,42 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.085 de 04/12/2017 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 19.174,42 (dezenove mil, cento e setenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19.174,42
10301251.076 - Construção, Ampliação, Reforma Apar. de Unidades de Saúde	19.174,42
4.4.90-0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	19.174,42

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 19.174,42 (dezenove mil, cento e setenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de outubro de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 15/10/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## DECRETO Nº 211/2018

Publicação Nº 1773013

DECRETO N.º 211, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 10.922,56 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.085 de 04/12/2017 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 10.922,56 (dez mil, novecentos e vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos) no Orçamento vigente:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL	10.922,56
01031012.001 - Funcionamento da Câmara Municipal	10.922,56
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.922,56

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 10.922,56 (dez mil, novecentos e vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos), correrão por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento vigente:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL	10.922,56
01031012.001 - Funcionamento da Câmara Municipal	10.922,56
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.922,56

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de outubro de 2018.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 15/10/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## DECRETO Nº 212/2018

Publicação Nº 1773015

DECRETO N.º 212, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 880.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.085 de 04/12/2017 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 880.000,00 (oitocentos e oitenta mil reais), no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	10.000,00
04122092.007 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração	10.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	80.000,00
12361282.024 - Manutenção do Transporte Escolar	80.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	80.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	380.000,00
15452312.049 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	300.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	300.000,00
15451312.052 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura	80.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	80.000,00
12.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	10.000,00
20606482.061 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Agricultura e Pesca	10.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	400.000,00
28843002.069 - Amortização e Encargos da Dívida Interna	270.000,00
4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	270.000,00
28845002.071 - Contribuição ao PASEP	130.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	130.000,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 880.000,00 (oitocentos e oitenta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de outubro de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 15/10/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

## **EDITAL Nº. 006/2018 DE ESCOLHA DE VAGAS – PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018**

Publicação Nº 1773047

### **EDITAL Nº. 006/2018 DE ESCOLHA DE VAGAS – 6º CHAMADA.**

Define normas para a Escolha de Vagas de Chamada Presencial em atenção ao item 17 do Edital nº. 002/2018 de Processo Seletivo da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Garopaba/SC.

O Senhor Paulo Sergio de Araújo, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público, pelo presente edital, a realização da escolha de vagas para provimento de vagas para admissão em caráter temporário da Secretaria de Saúde do município de Garopaba, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

#### **DA ESCOLHA DE VAGAS**

1. A escolha de vagas da 6ª Chamada será realizada no Centro Comercial Garopaba sala 14 na Rua Prefeito João Orestes de Araújo, 276 - Centro, Garopaba - SC, CEP: 88495-000, das 9:00 às 11:00 hs ou até o momento em que todas as vagas forem preenchidas, o que ocorrer primeiro conforme cronograma a seguir:

CARGO	DATA DA REALIZAÇÃO DA ESCOLHA DAS VAGAS
MÉDICO EMERGENCISTA	22/10/2018, A PARTIR DAS 09h
MÉDICO URULOGISTA	22/10/2018, A PARTIR DAS 09h
MONITOR DE OFICINA TERAPÊUTICA	22/10/2018, A PARTIR DAS 09h
TÉCNICO DE ESF	22/10/2018, A PARTIR DAS 09h
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	22/10/2018, A PARTIR DAS 09h

2. As vagas devem ser escolhidas na totalidade de sua carga horária.

3. No dia e horário estabelecidos, o candidato deverá dirigir-se ao endereço descrito no item 1, munido de documento oficial de identificação (RG, Carteira de Trabalho, Carteira de Habilitação) e de comprovação de habilitação para o cargo para o qual foi aprovado (Anexo I do Edital de Processo Seletivo nº. 002/2018).

3.1. A falta de qualquer documento indicado no item 3, a ser apresentado pelo candidato, será motivo para exclusão e conseqüente desclassificação da vaga do processo seletivo.

3.2. A documentação poderá ser apresentada por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou ainda por cópia acompanhada do original, a fim de ser autenticada por servidor desta municipalidade.

4. O candidato que não estiver presente no momento da chamada de seu nome para a escolha da vaga, irá automaticamente para o final da lista de aprovados, conforme item 16.6.3 do Edital de Processo Seletivo nº. 002/2018.

4.1. Considerando o que estabelece o item 4, o candidato já reclassificado, que não estiver presente no momento da chamada de seu nome para a escolha da vaga, será automaticamente desclassificado, conforme item 16.6.3.1 do Edital de Processos Seletivo nº. 002/2018.



5. As vagas a serem escolhidas são as seguintes:

CARGO	LOCALIDADE	VAGAS
MÉDICO EMERGENCISTA	POLICLINICA	02
MÉDICO URULOGISTA	POLICLINICA	01
MONITOR DE OFICINA TERAPÊUTICA	CAPS	01
TÉCNICO DE ESF	ESF NORTE	05
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ASSISTENCIA SOCIAL	01

6. A chamada dos(as) candidatos(as) aprovados(as) será efetuada obedecendo a ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

7. Após concluídos os trabalhos da 6ª Chamada, será reprocessada a classificação, com o registro dos candidatos que escolheram suas vagas.

8. O(A) candidato(a) que escolher vaga e desistir dela será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga, ficando impedido de escolher outra vaga, e conseqüentemente desclassificado do processo seletivo.

9. Escolhida a vaga, o candidato receberá sua convocação, para no prazo nela estabelecido apresentar a documentação exigida para a contratação.

10. Exceto para os aprovados para a função de Agente comunitário de saúde, após efetuado a classificação dos candidatos; os mesmos poderão ser remanejados de acordo com interesse público em qualquer das UBS cadastradas do CNES da municipalidade do sistema público.

Garopaba, 11 de Outubro de 2018.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 15/10/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

#### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 186/2018**

Publicação Nº 1772050

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 186/2018

PMG

Processo nº 089/2018; Modalidade: PE 061/2018 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: D & D GAROPABA VIAGENS E TURISMO LTDA ME, CNPJ nº 09.676.806/0001-79; Objeto: SERVIÇO DE TRANSPORTE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS □ SCFV E TRANSPORTE DE PACIENTES DO MUNICÍPIO DE GAROPABA PARA A GRANDE FLORIANÓPOLIS; VALOR: R\$ 116.100,00; Data da Assinatura: 10/10/2018.

#### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 187/2018**

Publicação Nº 1772051

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 187/2018

PMG

Processo nº 097/2018; Modalidade: PE 065/2018 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ nº 10.820.186/0001-89; Objeto: AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS PARA IMPRESSORAS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS ADMINISTRADAS PELA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA; VALOR: R\$ 7.000,00; Data da Assinatura: 10/10/2018.

#### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2018**

Publicação Nº 1772053

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 188/2018

PMG

Processo nº 097/2018; Modalidade: PE 065/2018 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: FIVE PRINT COMERCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFIRMATICA LTDA ME, CNPJ nº 10.612.367/0001-10; Objeto: AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS PARA IMPRESSORAS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS ADMINISTRADAS PELA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA; VALOR: R\$ 57.699,00; Data da Assinatura: 10/10/2018.



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2018**

Publicação Nº 1772054

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 189/2018

FMS

Processo nº 021/2018; Modalidade: PE 059/2018 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA; Contratada: EQUIPOS COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 11.674.540/0001-77; Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE USO DA SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA; VALOR: R\$ 49.239,00; Data da Assinatura: 10/10/2018.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2018**

Publicação Nº 1772056

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 190/2018

FMS

Processo nº 021/2018; Modalidade: PE 059/2018 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA; Contratada: AGUAMED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA, CNPJ nº 25.137.947/0001-70;; Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE USO DA SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA; VALOR: R\$ 12.800,00; Data da Assinatura: 10/10/2018.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2018**

Publicação Nº 1772058

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 191/2018

PMG

Processo nº 095/2018; Modalidade: PE 062/2018 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: LINKS & PRINT SOLUCOES EM IMPRESSOES EIRELI EPP, CNPJ nº 09.648.095/0001-29; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE CARNÊS DE IPTU, BOLETOS DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA E HOLERITE DE PAGAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; VALOR: R\$ 2.600,00; Data da Assinatura: 10/10/2018.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 192/2018**

Publicação Nº 1772059

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 192/2018

PMG

Processo nº 095/2018; Modalidade: PE 062/2018 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: COPEC MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE CÓPIAS LTDA, CNPJ nº 05.245.738/0001-32; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE CARNÊS DE IPTU, BOLETOS DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA E HOLERITE DE PAGAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; VALOR: R\$ 9.200,00; Data da Assinatura: 10/10/2018.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2018**

Publicação Nº 1772060

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 193/2018

PMG

Processo nº 095/2018; Modalidade: PE 062/2018 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: MIGUEZ QUEIROZ SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, CNPJ nº 26.095.288/0001-19; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE CARNÊS DE IPTU, BOLETOS DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA E HOLERITE DE PAGAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; VALOR: R\$ 13.000,00; Data da Assinatura: 10/10/2018.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2018**

Publicação Nº 1772061

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 194/2018

PMG

Processo nº 095/2018; Modalidade: PE 062/2018 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: IP LASER SERVIÇOS DE IMPRESSÃO LTDA - ME, CNPJ nº 23.808.456/0001-88; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE CARNÊS DE IPTU, BOLETOS DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA E HOLERITE DE PAGAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; VALOR: R\$ 3.900,00; Data da Assinatura: 10/10/2018.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 195/2018**

Publicação Nº 1772062

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 195/2018

FMS

Processo nº 023/2018; Modalidade: PE 063/2018 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA; Contratada: 737 COMERCIO DE VEICULOS E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 28.832.115/0001-61; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AMBULÂNCIA TIPO SIMPLES REMOÇÃO, PARA USO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE GAROPABA; VALOR: R\$ 152.330,00; Data da Assinatura: 10/10/2018.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 196/2018**

Publicação Nº 1772064

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 196/2018

FMS

Processo nº 023/2018; Modalidade: PE 063/2018 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA; Contratada: JCB MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - EIRELI, CNPJ nº 16.850.663/0001-35; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AMBULÂNCIA TIPO SIMPLES REMOÇÃO, PARA USO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE GAROPABA; VALOR: R\$ 85.000,00; Data da Assinatura: 10/10/2018.

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL TP 21/2018

Publicação Nº 1772740

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC  
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL  
Tomada de Preços nº 21/2018

O Município de Gaspar torna público e para conhecimento dos interessados em participar da Licitação supramencionada, a qual tem por objeto a construção de ponte em estrutura mista no Belchior, que foram efetivadas alterações no Edital. Em face disto, fica redesignado até o dia 30/10/2018, às 09 horas, para o recebimento dos envelopes e às 09h30min do mesmo dia para a abertura do certame. As alterações poderão ser obtidas no Depto. de Compras ou através do site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br). Gaspar, 10/10/2018.

JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

### AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2018

Publicação Nº 1772730

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2018  
AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2018

Objeto: Registro de Preços de materiais e ferramentas para manutenção da Iluminação Pública do Município de Gaspar. O MUNICÍPIO DE GASPAR torna público para conhecimento dos licitantes e de quem mais possa interessar, que a licitação supramencionada foi REVOGADA. Base Legal: artigo 49 da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 11 de outubro de 2018.

FELIPE JULIANO BRAZ  
Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

### DECRETO Nº 8.398, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1772972

DECRETO Nº 8.398, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.  
NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto no artigo 10, inciso I e no artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados em caráter efetivo, os candidatos habilitados em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2014, nos cargos discriminados abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
ICARO GONCALVES SILVA	ASE III – ADMINISTRATIVO	40H	16º	SECRETARIA DA FAZENDA
MARCELA CORREIA	ASE III – ADMINISTRATIVO	40H	18º	SECRETARIA DA FAZENDA

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de outubro de 2018.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 8.403, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772794

DECRETO Nº 8.403, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

ALTERA DECRETO Nº 6.184, DE 22 DE JANEIRO DE 2015, QUE FIXA O VALOR DOS PREÇOS PÚBLICOS PARA A UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o valor do preço público para a utilização do bem público Caminhão Mercedes, descrito na tabela do artigo 1º do Decreto nº 6.184, de 22 de janeiro de 2015, passando a vigorar conforme segue:

Descrição Serviço	Unidade	Valor em UFM
Caminhão Mercedes	Hora	0,26

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, alterando o Decreto nº 6.184, de 22 de janeiro de 2015.

Gaspar, 08 de outubro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 8.405, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772519

DECRETO Nº 8.405, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.820, de 29 de novembro de 2017, artigo 6º, incisos II, V e VI,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por excesso de arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo de Saúde:

Órgão: 06 Fundo de Saúde	
Unidade: 11 Fundo de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Dotação: 77 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 129.270,83

Art. 2º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente da Secretaria de Agricultura e Aquicultura:

Órgão: 07 Secretaria de Agricultura e Aquicultura	
Unidade: 12 Secretaria de Agricultura e Aquicultura	
Função: 20 Agricultura	
Subfunção: 606 Extensão Rural	
Programa: 0021 Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro	
Atividade: 2104 Manutenção das Atividades Agrícolas e Pesqueira	
Dotação: 305 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 77.000,00

Art. 3º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente da Secretaria de Educação:

Órgão: 04 Secretaria de Educação	
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão de Educação de Ensino Infantil	
Atividade: 2038 Ampliação e Manutenção da Educação Infantil	

Dotação: 312 3.3.91.00.00.00.00.00 Aplicação Direta decorrente de Operação entre Órgão, Fundos e Entidades integrantes do orçamento fiscal e da Seguridade Social.	R\$ 4.000,00
Unidade: 07 Educação Fundamental	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 361 Ensino Fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2042 Manutenção da Educação Fundamental	
Dotação: 313 3.3.91.00.00.00.00.00 Aplicação Direta decorrente de Operação entre Órgão, Fundos e Entidades integrantes do orçamento fiscal e da Seguridade Social.	R\$ 24.000,00

Art. 4º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa:

Órgão: 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Unidade: 14 DITRAN - Diretoria de Trânsito	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 452 Serviços Urbanos	
Programa: 0015 Gestão da Ditrán	
Atividade: 1147 Manutenção da Área Azul	
Dotação: 292 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

Art. 5º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos:

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0011 Const.Manut.Melh.Infr. estr. Munic. por Meio Avança Gaspar	
Atividade: 1207 Const.Manut.Melh.Infr. Estrut. Munic. por Meio Avança Gaspar	
Dotação: 265 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.128.118,74

Art. 6º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos:

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 452 Serviços Urbanos	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Atividade: 1053 Aquisição de Equip., Material Perman., Máquinas e Caminhões	
Dotação: 261 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 5.080,00

Art. 7º Fica anulado o seguinte saldo de dotação constante do orçamento vigente da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa:

Órgão: 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Unidade: 04 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0006 Gestão da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Atividade: 2022 Manutenção da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Dotação: 23 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 8º Por conta da anulação do artigo anterior fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa:

Órgão: 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Unidade: 04 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0006 Gestão da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Atividade: 2022 Manutenção da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Dotação: 28 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 9º Fica anulado o seguinte saldo de dotação constante do orçamento vigente do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	
Unidade: 03 Diretoria de Comunicação	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 131 Comunicação Social	

Programa: 0005 Manutenção da Diretoria de Comunicação

Atividade: 2020 Manutenção da Comunicação

Dotação: 9 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Art. 10. Por conta da anulação do artigo anterior fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

Unidade: 03 Diretoria de Comunicação

Função: 04 Administração

Subfunção: 131 Comunicação Social

Programa: 0005 Manutenção da Diretoria de Comunicação

Atividade: 2020 Manutenção da Comunicação

Dotação: 12 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Art. 11. Fica anulado o seguinte saldo de dotação constante do orçamento vigente do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

Unidade: 27 Defesa Cível

Função: 06 Segurança Pública

Subfunção: 182 Defesa Civil

Programa: 0022 Apoio a Defesa Civil

Atividade: 2202 Manutenção da Defesa Civil

Dotação: 14 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 8.000,00

Art. 12. Por conta da anulação do artigo anterior fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

Unidade: 27 Defesa Cível

Função: 06 Segurança Pública

Subfunção: 182 Defesa Civil

Programa: 0022 Apoio a Defesa Civil

Atividade: 2202 Manutenção da Defesa Civil

Dotação: 16 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 8.000,00

Art. 13. Fica anulado o seguinte saldo de dotação constante do orçamento vigente da Secretaria de Agricultura e Aquicultura:

Órgão: 07 Secretaria de Agricultura e Aquicultura

Unidade: 12 Secretaria de Agricultura e Aquicultura

Função: 20 Agricultura

Subfunção: 606 Extensão Rural

Programa: 0021 Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro

Atividade: 2104 Manutenção das Atividades Agrícolas e Pesqueira

Dotação: 152 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 3.000,00

Art. 14. Por conta da anulação do artigo anterior fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente da Secretaria de Agricultura e Aquicultura:

Órgão: 07 Secretaria de Agricultura e Aquicultura

Unidade: 12 Secretaria de Agricultura e Aquicultura

Função: 20 Agricultura

Subfunção: 606 Extensão Rural

Programa: 0021 Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro

Atividade: 2104 Manutenção das Atividades Agrícolas e Pesqueira

Dotação: 155 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 3.000,00

Art. 15. Fica anulado o seguinte saldo de dotação constante do orçamento vigente da Secretaria de Planejamento Territorial:

Órgão: 09 Secretaria de Planejamento Territorial

Unidade: 19 Secretaria de Planejamento Territorial

Função: 04 Administração

Subfunção: 122 Administração Geral

Programa: 0019 Constr. Manut. Melh. Infra. Munic. Sec. Planej. Territorial

Atividade: 2088 Manutenção das Ações da Secretaria

Dotação: 185 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

Art. 16. Por conta da anulação do artigo anterior fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente da Secretaria de Planejamento Territorial:

Órgão: 09 Secretaria de Planejamento Territorial

Unidade: 19 Secretaria de Planejamento Territorial	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0019 Constr. Manut. Melh. Infra. Munic. Sec. Planej. Territorial	
Atividade: 2088 Manutenção das Ações da Secretaria	
Dotação: 188 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00

Art. 17. Fica anulado o seguinte saldo de dotação constante do orçamento vigente da Procuradoria-Geral do Município:

Órgão: 11 Procuradoria-Geral do Município	
Unidade: 23 Procuradoria-Geral do Município	
Função: 03 Essencial à Justiça	
Subfunção: 092 Representação Judicial e Extrajudicial	
Programa: 0020 Gestão da Procuradoria do Município	
Atividade: 2100 Manutenção da Procuradoria Geral	
Dotação: 223 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Art. 18. Por conta da anulação do artigo anterior fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente da Procuradoria-Geral do Município:

Órgão: 11 Procuradoria-Geral do Município	
Unidade: 23 Procuradoria-Geral do Município	
Função: 03 Essencial à Justiça	
Subfunção: 092 Representação Judicial e Extrajudicial	
Programa: 0020 Gestão da Procuradoria do Município	
Atividade: 2100 Manutenção da Procuradoria Geral	
Dotação: 227 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Art. 19º Fica suplementado, por excesso de arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa:

Órgão: 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Unidade: 15 PM - Polícia Militar - Trânsito	
Função: 06 Segurança Pública	
Subfunção: 181 Policiamento	
Programa: 0018 Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar	
Atividade: 2084 Manutenção da Polícia Militar Trânsito PM	
Dotação: 60 3.3.30.00.00.00.00.00 Transferências à Estados e ao Distrito Federal	R\$ 78.438,60

Art. 20º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de outubro de 2018.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

## EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DA ATA Nº 31/2018

Publicação Nº 1772492

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DA ATA Nº 31/2018  
Pregão Presencial nº.: 20/2018. OBJETO: Acréscimo do quantitativo do item 2 FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: MECANICA VANIO LTDA (80.088.925/0001-75). VALOR ADITIVADO R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).  
Gaspar/SC, 11 de outubro de 2018.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito

## EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 017/2018.

Publicação Nº 1772037

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 017/2018.  
Vigência: 5 (cinco) anos;  
Concedente: Município de Gaspar - CNPJ nº 83.102.244/0001-02, por intermédio da Secretaria de Assistência Social; Organização da Sociedade Civil: Ação Social e Cidadã – Casa Lar das Meninas - CNPJ nº 07.642.574/0002-93;  
Valor: R\$ 422.049,60 (quatrocentos e vinte e dois mil, quarenta e nove reais e sessenta centavos);



Objeto: O presente Termo de Fomento, dispensável do chamamento público, com fulcro no artigo 30, VI, da Lei nº. 13.019/2014 e alterações, bem como demais legislações aplicadas a matéria, tem por objeto a conjugação de esforços entre as partes convenientes e o auxílio financeiro à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para a execução do serviço de acolhimento institucional, para atendimento de adolescentes do sexo feminino, de 12 (doze) anos a 18 (dezoito) anos ou em casos especiais até 21 (vinte e um) anos, em situação de risco, do Município de Gaspar, sendo defeso o acolhimento de adolescentes infratores, quer por cometimento de ato infracional de fato, flagrante delito, ou em cumprimento de medida sócio-educativa decorrente de ato infracional grave.

Gaspar/SC, 28 de setembro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL | Prefeito

SANTIAGO MARTIN NAVIA | Secretário de Assistência Social

MARIA HELENA SPENGLER | Presidente da Organização da Sociedade Civil

## **EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 018/2018.**

Publicação Nº 1772039

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 018/2018.

Vigência: 5 (cinco) anos;

Concedente: Município de Gaspar - CNPJ nº 83.102.244/0001-02, por intermédio da Secretaria de Assistência Social; Organização da Sociedade Civil: Ação Social e Cidadã – Centro Gasparense de Proteção ao Adolescente Masculino (CEGAPAM) - CNPJ nº 07.642.574/0003-74; Valor: R\$ 509.033,16 (quinhentos e nove mil, trinta e três reais e dezesseis centavos);

Objeto: O presente Termo de Fomento, dispensável do chamamento público, com fulcro no artigo 30, VI, da Lei nº. 13.019/2014 e alterações, bem como demais legislações aplicadas a matéria, tem por objeto a conjugação de esforços entre as partes convenientes e o auxílio financeiro à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para a execução do serviço de acolhimento institucional, para atendimento de adolescentes do sexo masculino, de 12 (doze) anos a 18 (dezoito) anos ou em casos especiais até 21 (vinte e um) anos, em situação de risco, do Município de Gaspar, sendo defeso o acolhimento de adolescentes infratores, quer por cometimento de ato infracional de fato, flagrante delito, ou em cumprimento de medida sócio-educativa decorrente de ato infracional grave.

Gaspar/SC, 28 de setembro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL | Prefeito

SANTIAGO MARTIN NAVIA | Secretário de Assistência Social

MARIA HELENA SPENGLER | Presidente da Organização da Sociedade Civil

## **PORTARIA Nº 5.649, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1771421

PORTARIA Nº 5.649, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 13/2017, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR A. R. F.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no artigo 183 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n. 14/2018 – PAD 13/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 15 de outubro de 2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 13/2017, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor A. R. F.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de outubro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

**SAMAE - GASPAR**

## **PORTARIA Nº 97 DE 11 OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1772378

PORTARIA Nº.97 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 01/2018 INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR T.S.

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina,



no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009, com base no artigo 183 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo através do Ofício nº 15/2018.

Considerando o teor do Ofício nº 15/2018, através do qual explica-se e requer-se a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 13 de outubro de 2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2018, o qual foi deflagrado para apurar responsabilidade do servidor T.S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de outubro de 2018.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

## **PORTARIA Nº 98 DE 11 OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1772379

PORTARIA Nº.98 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 05/2018 INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR M.X.C.A.S.

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009, com base no artigo 183 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo através do Ofício nº 02/2018.

Considerando o teor do Ofício nº 02/2018, através do qual explica-se e requer-se a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 16 de outubro de 2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 05/2018, o qual foi deflagrado para apurar responsabilidade do servidor M.X.C.A.S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de outubro de 2018.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

## **PORTARIA Nº 99 DE 11 OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1772380

PORTARIA Nº.99 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 03/2018 INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR E.H.F.

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009, com base no artigo 183 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo através do Ofício nº 07/2018.

Considerando o teor do Ofício nº 07/2018, através do qual explica-se e requer-se a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 17 de outubro de 2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 31/2018, o qual foi deflagrado para apurar responsabilidade do servidor T.S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de outubro de 2018.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### **LEI 1.281 - 2018 - INSTITUI O PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS PELO SAMAE EM DÍVIDA ATIVA COM REMISSÃO DE JUROS E MULTAS NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA.**

Publicação Nº 1773034

LEI Nº 1.281 / 2018.

INSTITUI O PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS PELO SAMAE EM DÍVIDA ATIVA COM REMISSÃO DE JUROS E MULTAS NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS referente às contas de água e esgoto junto ao SAMAE, com a finalidade de implementar a arrecadação, bem como efetivar a regularização de créditos desta Autarquia Municipal, inscritos em dívida ativa, parcelados ou não, ajuizados ou a ajuizar, com a exigibilidade suspensa ou não, em razão de fatos geradores ocorridos até 31/12/2017.

Art. 2º - A opção pelo ingresso no PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS junto ao SAMAE poderá ser feita pelo contribuinte, a partir da aprovação e publicação desta lei pelo prazo máximo de quatro meses.

Art. 3º A opção em aderir ao programa poderá ser firmada pelo usuário, terceiro interessado ou seu representante legal, mediante requerimento a ser formalizado junto ao atendimento comercial do SAMAE e celebração de Termo de Acordo e Confissão de Dívida.

§1º Considera-se terceiro interessado o locatário, o cessionário, o usufrutuário, o donatário, o comodatário, o arrendatário, o representante legal ou procurador regularmente constituído, o cônjuge ou companheiro do proprietário, seu descendente ou ascendente em até 2º (segundo grau), herdeiro ou inventariante, mediante prova documental idônea de uma dessas qualidades.

§2º Em todos os casos, o requerimento de parcelamento deverá ser instruído com cópia simples de Cédula de Identidade (RG) ou Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Comprovante de Propriedade do Imóvel.

§3º Constará do documento mencionado no caput, que o interessado autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, como condição para o deferimento do benefício, que a cobrança das parcelas sejam inseridas nas faturas mensais de água e esgoto vincendas e sucessivas, até a completa liquidação do débito.

Art. 4º - O ingresso no PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS junto ao SAMAE implica na inclusão da totalidade dos débitos constituídos em nome do usuário e inscritos em dívida ativa.

Art. 5º - O usuário deverá optar por uma das seguintes formas de parcelamento, para gozar dos benefícios de remissão de multas e juros:

I - Parcela única e à vista: redução de 100% (cem por cento) da multa e juros;

II - Pagamento em até 03 (três) vezes: redução de 60% (sessenta por cento) de multa e juros;

III - Pagamento em até 04 (quatro) vezes: redução de 45% (quarenta e cinco por cento) de multa e juros;

IV - Pagamento em até 06 (seis) vezes: redução de 35% (trinta e cinco por cento) de multa e juros;

V - Pagamento em até 08 (oito) vezes: redução de 25% (vinte e cinco por cento) de multa e juros;

VI - Pagamento em até 10 (dez) vezes: redução de 15% (quinze por cento) de multa e juros;

VII - Pagamento em até 12 (doze) vezes: redução de 10% (dez por cento) de multa e juros;

§ 1º No caso de débitos com valores acima de R\$ 1.000,00 (um mil reais) o pagamento poderá ser realizado em até 36 (trinta e seis) vezes, hipótese em que a redução de juros e multa deverá ser fixada em 5% (cinco por cento).

§ 2º Sob o valor a ser parcelado incidirá atualização monetária pelo IPCA.

Parágrafo único: O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias após a formalização do termo de acordo, caracterizando sua efetivação com o pagamento, o mesmo prazo deverá ser observado na hipótese de pagamento à vista. A data de vencimento das demais parcelas poderá ser estabelecida pelas partes.

Art. 6º Quando o requerimento de adesão ao parcelamento for formulado por terceiro obrigado a efetuar o pagamento em virtude de estipulação contratual, o número de parcelas não poderá exceder ao período de vigência do contrato.

Art. 7º No caso de transferência do imóvel, a qualquer título, o débito deverá ser prévia e integralmente liquidado, independentemente do número de parcelas remanescentes.

Art. 8º Será responsabilidade do usuário realizar o cancelamento de eventual protesto junto ao tabelionato, também será de sua responsabilidade o pagamento dos devidos emolumentos de apontamento e cancelamento.

Parágrafo único: Não se concederá Certidão negativa no período da opção pelo parcelamento até a data fixada para a quitação da primeira parcela.

Art. 9º O não pagamento da parcela instituída no PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS até o dia do seu vencimento, não impedirá o seu recebimento, desde que respeitado o disposto no art. 10 e, acarretará multa de:

I - 2% (dois por cento) sob o valor da parcela em atraso, quando o pagamento for efetuado em até 30 (trinta) dias depois do vencimento;

II - 5% (cinco por cento) sob o valor da parcela em atraso, quando o pagamento for efetuado em até 60 (sessenta) dias depois do vencimento;

III - 10% (dez por cento) sob o valor da parcela em atraso, quando o pagamento for efetuado em mais de 60 (sessenta) dias depois do vencimento;

§ 1º Sob a parcela em atraso, ainda incorrerá juros de mora de 0,033% ao dia.

Art. 10 - A inadimplência no pagamento de 03 (três) parcelas, consecutivas ou alternadas, implicará no automático cancelamento do parcelamento, retornando a dívida ao seu valor original, com juros, multa e correção monetária, conforme a Lei Municipal nº 1.236/2017, art. 2º, §2º, apenas com a dedução dos valores já pagos, sem prejuízo de outras medidas de natureza administrativa, inclusive a suspensão do

fornecimento do serviço de água, e da cobrança judicial ou extrajudicial.

Parágrafo único: Os honorários advocatícios decorrentes das cobranças judiciais serão devidos ao procurador do SAMAE ocupante de cargo efetivo ou temporário que esteja em efetivo exercício da advocacia.

§ 1º Os valores decorrentes de honorários de sucumbência, a que tiver direito o Procurador, poderá ser incluído na folha de pagamento.

§ 2º Os valores recebidos a título de honorários advocatícios não integrarão a remuneração básica do servidor para nenhum efeito.

Art. 11 - A opção pelo parcelamento dos débitos junto ao SAMAE fica condicionada à desistência expressa e irrevogável de parcelamentos anteriores, das respectivas ações judiciais ou processos administrativos formulados pelo usuário, bem como da renúncia do direito sobre os mesmos débitos em que se funda ação judicial ou pleito administrativo, mediante termo de desistência expressa e irrevogável.

Parágrafo único: Na desistência de ação judicial, deverá o usuário suportar custas judiciais e honorários advocatícios.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 10 de outubro de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

## **LEI 1.282 - 2018 - REGULA O PARCELAMENTO DE DÉBITOS NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS PELO SAMAE EM DÍVIDA ATIVA, HIPÓTESE PREVISTA NA LEI 1.236/2017**

Publicação Nº 1773038

LEI Nº 1.282 / 2018

REGULA O PARCELAMENTO DE DÉBITOS NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS PELO SAMAE EM DÍVIDA ATIVA, HIPÓTESE PREVISTA NA LEI 1.236/2017

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I DO PARCELAMENTO**

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a concessão de parcelamento de créditos de titularidade do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

Art. 2º - O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 2º da Lei nº 1.236/2017, fica autorizado a conceder o parcelamento de débitos desta Autarquia vencidos, inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não.

Art. 3º - Considera-se débito do usuário o valor inscrito em dívida ativa desta autarquia, acrescidos de multa de 2%, atualizado pelo IPCA e acrescido de juros de mora de 0,033% ao dia, desde o dia do seu vencimento, nos moldes da Lei Municipal nº 1.236/2017, vedada a concessão de qualquer percentual de desconto.

Art. 4º - É condição para o parcelamento de débitos a celebração de Termo de Acordo e Confissão de Dívida firmado pelo usuário.

Art. 5º - A opção pelo parcelamento poderá ser firmada pelo usuário, terceiro interessado ou seu representante legal, mediante requerimento a ser formalizado junto ao atendimento comercial do SAMAE.

§1º Considera-se terceiro interessado o locatário, o cessionário, o usufrutuário, o donatário, o comodatário, o arrendatário, o representante legal ou procurador regularmente constituído, o cônjuge ou companheiro do proprietário ou

do terceiro, seu descendente ou ascendente em até 2º (segundo grau), herdeiro ou inventariante, mediante prova documental idônea de uma dessas qualidades.

§2º Em todos os casos, o requerimento de parcelamento deverá ser instruído com cópia simples de Cédula de Identidade (RG) ou Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Comprovante de Propriedade de Imóvel.

§3º Constará do documento mencionado no caput, que o interessado autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, como condição para o deferimento do benefício, que a cobrança das parcelas sejam inseridas nas faturas mensais de água e esgoto vincendas e sucessivas, até a completa liquidação do débito.

Art. 6º - Com o pagamento da primeira parcela acordada, será de responsabilidade do usuário realizar o cancelamento de eventual protesto junto ao tabelionato, bem como todos os devidos emolumentos de apontamento e cancelamento.

Parágrafo único: Não se concederá Certidão negativa no período da opção pelo parcelamento até a data fixada para a quitação da primeira parcela.

Art. 7º A inadimplência no pagamento de 03 (três) parcelas, consecutivas ou alternadas, implicará no automático cancelamento do parcelamento, apenas com a dedução dos valores já pagos, sem prejuízo de outras medidas de natureza administrativa, inclusive a suspensão do fornecimento do serviço de água, e da cobrança judicial ou extrajudicial.

Parágrafo Único: Considera-se valor consolidado o resultante da soma do valor originário, acrescido de atualização monetária, juros, multas e demais encargos legais, inscritos em Dívida Ativa conforme a Lei Municipal nº 1.236/2017 e calculado até o momento da anterior concessão do parcelamento.

Art. 8º Quando o requerimento for formulado por terceiro obrigado a efetuar o pagamento em virtude de estipulação contratual, o número de parcelas não poderá exceder ao período de vigência do contrato.

Art. 9º No caso de transferência do imóvel, a qualquer título, o débito deverá ser prévia e integralmente liquidado, independentemente do número de parcelas remanescentes.

### **CAPÍTULO II DA COBRANÇA**

Art. 10 - Vencido o prazo para pagamento do débito perante o SAMAE sem que tenha havido o respectivo adimplemento, o Diretor do SAMAE determinará que se promova a inscrição em Dívida Ativa nos moldes da Lei Municipal nº 1.236/2017.

Art. 11 - O requerimento de parcelamento deverá ser formalizado junto ao atendimento do SAMAE, em horário comercial, nos moldes do

art. 4º e art. 5º

§1º O parcelamento poderá ser concedido em até 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no mês subsequente ao da concessão do benefício, sem prazo de carência.

§2º A validade do parcelamento se dará com a comprovação do pagamento da primeira parcela aprazada.

Art. 12 - Em caso de cobrança judicial, sem prejuízo dos acréscimos e legais, incidirá, a partir do protocolo da petição inicial, custas e despesas judiciais, honorários advocatícios, verba indenizatória e demais encargos previstos na legislação pátria, ainda que a celebração do parcelamento se dê no curso do processo executivo

Art. 13 - O usuário que der causa ao cancelamento do parcelamento, por qualquer dos motivos mencionados nesta Lei, não poderá novamente obtê-lo no curso do exercício financeiro em que foi concedido.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 10 de outubro de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

## **LEI 1.283 - 2018 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO EM NOME DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação N° 1773041

LEI N° 1.283 / 2018.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO EM NOME DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com interveniência da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando à realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar, nos termos do anexo I - minuta do convenio que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias do corrente ano e dos próximos exercícios.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 10 outubro de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### **ANEXO I**

CONVÊNIO N° xxxxx/ 2018

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, VISANDO A REALIZAÇÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO MOTORIZADO POR INTERMÉDIO DE GUARNIÇÕES DE RADIOPATRULHA DA POLÍCIA MILITAR.

Aos .... dias do mês de ..... 2018, o Município de Governador Celso Ramos, doravante denominado - Município, situado à Rua Praça 6 de Novembro, 01 - Ganchos do Meio, 88190-000, inscrito no CNPJ sob nº 82.892.373/0001-89, neste ato representado pelo Exmo Sr. Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada - PMSC, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, neste ato representada pelo seu Comandante Geral, Coronel PM Carlos Alberto de Araújo Gomes Júnior, amparados na Lei Municipal nº ...., no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto 1.158, de 18 de março de 2008, e na Portaria nº 2400/GAB/GEREH/SSP, de 17 de dezembro de 2010, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente convênio, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente convênio tem por objetivo a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município, através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

Para a consecução das obrigações deste convênio compete:

a) - À PMSC:

I. Dispor de Organização Policial Militar no Município;

II. Destacar policiais militares necessários para o planejamento, execução e fiscalização do policiamento ostensivo através de radiopatrulha;

III. Fornecer as viaturas necessárias para tal serviço, devendo estas ser cadastradas no setor competente do Município e na Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar, cuja quantidade será definida de acordo com as necessidades e disponibilidades;

- IV. Equipar as viaturas com estações transceptoras móveis, para comunicação entre essas e uma central de atendimentos;  
V. Manter uma central de atendimentos equipada com uma estação transceptora fixa ou equipamento alternativo, no porte suficiente para atendimento à demanda do serviço;  
VI. Publicação do Extrato do Convênio no Diário Oficial do Estado.

b) – Ao Município:

- I. Disponibilizar, mensalmente, à PMSC a importância de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), por viatura conveniada no Município para cobrir as despesas com a manutenção (combustível, peças e serviços) e outras despesas na forma do inciso III da letra "a" da Clausula segunda;  
II. Disponibilizar, para cobrir despesas com alimentação, material de expediente, limpeza, fardamento, manutenção do aquartelamento, equipamentos e alimentação do pessoal do serviço de uma importância não superior a 20% (vinte por cento) do item anterior;  
III. Depositar a importância prevista no inciso "I", na primeira semana de cada mês, em conta vinculada, na Agência do Banco do Brasil - BB, do Município, sob a denominação de PMSC/Convênio de Radiopatrulha;  
IV. Realizar, a conta de suas dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente convênio, por requisição do Comandante da Organização Policial Militar do Município, observadas as Diretrizes de Ação Administrativas do Comando Geral da PMSC;

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

São executores do presente convênio, o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e o Comandante da Organização Policial Militar do Município.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta da dotação orçamentária específica da Prefeitura Municipal.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá validade pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser denunciado, a qualquer época por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independente de interposição judicial.

#### CLAUSULA SEXTA – DA CONVALIDAÇÃO DOS ATOS

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente convênio.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 6 (seis) vias de igual teor, junto com duas testemunhas. A minuta do presente convênio foi analisada pela Assessoria Jurídica nos termos da Lei.

Florianópolis - SC, 10 de outubro de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS Prefeito Municipal	CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES JÚNIOR Cel PM Cmt Geral PMSC
---	--

Testemunhas:

Nome: _____ CPF: _____	Nome: _____ CPF: _____
---------------------------	---------------------------



**SAMAE - Gov. CELSO RAMOS****PRORROGAÇÃO DA LICITAÇÃO PROCESSO 20/2018 REGISTRO DE PREÇO 13/2018**

Publicação Nº 1772583

**PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

***PREGÃO PRESENCIAL PROCESSO***  
***20/2018***  
**LICITAÇÃO RP 13/2018**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETROS COM FORNECIMENTO EM CLIENTES**

**MOTIVO: AJUSTES CONFORME QUESTIONAMENTOS AO EDITAL**

**DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 25/10/2018 até às 15h00min.**

**DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 25/10/2018 às 15h30min.**

Os interessados deverão retirar o edital no site do SAMAE de Governador Celso Ramos – [www.samaegcr.com.br](http://www.samaegcr.com.br), presencialmente na sede do SAMAE de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: [licitasamaegcr@gmail.com](mailto:licitasamaegcr@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 10 de Outubro de 2018.

**NEDISON NILDO MARTINS**

Diretor Geral

Av. Bela Vista, km 14 - Calheiros - Governador Celso Ramos - Fone: (48) 3047 8647  
Email: [licitasamaegcr@gmail.com](mailto:licitasamaegcr@gmail.com) - Site: [samaegcr.com.br](http://samaegcr.com.br)

1



# Grão Pará

## PREFEITURA

### 12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 80-2015 (CONSTRUTORA DANDOLINI)

Publicação Nº 1772886

#### DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 80/2015, DATADO DE 06 DE AGOSTO DE 2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UM NÚCLEO DE ESPORTE E LAZER - GINÁSIO POLIESPORTIVO COM A ÁREA TOTAL DE 980,40M2 (44mx32M), COM UM MURO DE CONTENÇÃO, NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA, estabelecida na Av. Monsenhor Frederico Tombrock, 815, Centro, São Ludgero, Santa Catarina, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 04.357.863/0001-71, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, representada, neste ato, pelo Senhor CLÁUDIO DANDOLINI, brasileiro, casado, engenheiro civil, Sócio Administrador, CPF n. 651.514.109-20, CREA/SC 46885-6, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 80/2015, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar, a partir desta data, por 4(quatro) meses e 20(vinte) dias o prazo para a execução da obra, totalizando, assim, 44(quarenta e quatro) meses e 20 (vinte) dias o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 18 de agosto de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 10 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE  
MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA  
CLÁUDIO DANDOLINI  
Sócio Administrador da Empresa Contratada

TESTEMUNHAS

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### 13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 80-2015 (CONSTRUTORA DANDOLINI)

Publicação Nº 1772889

#### DECIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 80/2015, DATADO DE 06 DE AGOSTO DE 2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UM NÚCLEO DE ESPORTE E LAZER - GINÁSIO POLIESPORTIVO COM A ÁREA TOTAL DE 980,40M2 (44mx32M), COM UM MURO DE CONTENÇÃO, NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA, estabelecida na Av. Monsenhor Frederico Tombrock, 815, Centro, São Ludgero, Santa Catarina, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 04.357.863/0001-71, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, representada, neste ato, pelo Senhor CLÁUDIO DANDOLINI, brasileiro, casado, engenheiro civil, Sócio Administrador, CPF n. 651.514.109-20, CREA/SC 46885-6, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 80/2015, no que diz respeito à alteração da vigência contratual, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar, a partir desta data, por 12(doze) meses o prazo de vigência do Contrato n. 80/2015, assinado em 06 de agosto de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 10 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE  
MARCIO BORBA BLASIU  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA  
CLÁUDIO DANDOLINI  
Sócio Administrador da Empresa Contratada

TESTEMUNHAS

\_\_\_\_\_



**DECRETO DF 059/2018 - ORÇAMENTO**

Publicação Nº 1772427

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000059/18 de 11 de Outubro de 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002094/17 de 5 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(059)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0001 - Aplicacoes Diretas

5.000,00

Total Suplementação:

5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(056)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0001 - Aplicacoes Diretas

5.000,00

Total Anulação:

5.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 de Outubro de 2018.

MARCIO BORBA BLASIU

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 11 de Outubro de 2018.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## Guaraciaba

## PREFEITURA

## ATA Nº155.2018 PROCESSO LICITATÓRIO 136.2018 PMGBA-CONVERTED.DOCX

Publicação Nº 1772084

ESTADO DE SANTA CATARINA		PREGÃO PRESENCIAL	
MUNICIPIO DE GUARACIABA		Nr.: 110/2018 - PR	
CNPJ: 82.821.216/0001-82		Processo Administrativo:	136/2018
RUA ADEMAR DE BARROS, 85		Processo de Licitação:	136/2018
C.E.P.: 89920-000	- Guaraciaba - SC	Data do Processo:	27/09/2018
			Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
Número da ATA: 155/2018 (Sequência: 1)

## OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AO USO EM REFORMA DO PRÉDIO ONDE FICAM AS DEPENDÊNCIAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, A SEREM ADQUIRIDOS CONFORME A NECESSIDADE.

Às 09:00 horas do dia 11 (onze) de outubro de dois mil e dezoito, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 136/2018, Pregão Presencial 110/2018 do Município de Guaraciaba/SC o Pregoeiro reuniu-se com a Equipe de apoio para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo proposta e documentação, diante disso o Pregoeiro juntamente com a Equipe de apoio resolve REABRIR o prazo para as empresas interessadas na apresentação de propostas e documentação conforme previsto no Artigo 48 parágrafo único da Lei Federal 8.666/93, ficando o novo prazo previsto para o dia 25/10/2018, às 11:00 horas no mesmo local, descrito no edital.

Guaraciaba, 11 de Outubro de 2018  
COMISSÃO:

ALDO JUSTINO SALVI JOCÉLIA DA SILVA  
- ..... - Pregoeiro(a)

- ..... - EQUIPE DE APOIO

ADRIANA OMIZZOLO

ELIZETE SANDRA BENACHIO LUDWIG FATIMA HOFFMANN  
ROSENEIDE FÁTIMA ZENI CLÁUDIO DOS SANTOS  
- ..... - EQUIPE DE APOIO

- ..... - EQUIPE DE APOIO

- ..... - Equipe de Apoio/Suplente

- ..... - Equipe de Apoio/Suplente

- ..... - Equipe de Apoio/Suplente

## EXTRATOS CONTRATOS 34.18 FMS.DOCX

Publicação Nº 1771998

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 34/2018  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC  
Contratada...: M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI  
Valor ..... : 2.940,00 (dois mil novecentos e quarenta reais)

Vigência ..... : Início: 11/10/2018 Término: 11/10/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2018  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BALANÇAS  
DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PACIENTES  
NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA  
SC. RECURSO VIGILANCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.  
-----

### **HOMOLOGAÇÃO PROCESSOS 33.18 FMS.DOCX**

Publicação Nº 1771995

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2018  
PROCESSO Nº 33/2018 HOMOLOGAÇÃO: 11/10/2018  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA  
SC  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BALANÇAS (ADULTO E INFANTIL) E  
ANTROPOMETROS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE  
PACIENTES NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO  
DE GUARACIABA SC. RECURSO VIGILANCIA ALIMENTAR E  
NUTRICIONAL.  
-----

CONTRATADO: M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.940,00 (dois mil novecentos e quarenta  
reais)  
=====

### **MINUTA EDITAL DE PREGÃO 114.18 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS.DOC**

Publicação Nº 1772752

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº114/2018.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 142/18, Edital de Pregão Presencial Nº 114/18, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 25/10/18; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 25/10/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e e das 13:30h às 17:30h e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 11 de outubro de 2018.

Vandecir Dorigon,

Prefeito Municipal em Exercício

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 201/2018 PMG

Publicação Nº 1772066

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital: Pregão Presencial 201/2018 PMG

Processo Licitatório: 201/2018 PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPRESSÃO DE HOLERITES PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM(SC).

Entrega dos Envelopes: 26/10/2018 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 26/10/2018 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 11 de outubro de 2018.  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
Prefeito

### DECRETO Nº. 979/2018

Publicação Nº 1772345

DECRETO Nº. 979/2018  
Abre crédito suplementar no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

Órgão: 04 - Secretaria de Administração e Finanças  
Unidade: 001 - Secretaria de Administração e Finanças  
Funcional: 0004.0123.0004.2009 - Manutenção das Atividades de Controle Financeiro e Prestação de Contas  
3449000000000000 - Aplicações Diretas  
03890000 - Alienação Bens Dest.outros Programas ..... R\$ 900,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm do superávit financeiro apurado no exercício anterior, no item 03890000 (Alienação Bens Dest.outros Programas), no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 09 de outubro de 2018.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº. 980/2018**

Publicação Nº 1772346

DECRETO Nº. 980/2018

Abre crédito suplementar no valor de 27.104,38 (vinte e sete mil, cento e quatro reais e trinta e oito centavos).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito suplementar no valor de 27.104,38 (vinte e sete mil, cento e quatro reais e trinta e oito centavos), a ser incluído no orçamento Municipal, aprovado pela lei nº. 4544/2018, a saber:

08 - Secretaria de Infraestrutura

001 - Secretaria de Infraestrutura

0015.0451.0011.1013 - Pavimentação e Urbanização de Vias Publicas

3339000000000000 - Aplicações diretas

01340000 - Transf.convênios-união/outros Não Rel ..... R\$ 1.473,32

03340000 - Transf.convênios-união/outros Não Rel ..... R\$ 25.631,06

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm da anulação das dotações abaixo relacionadas:

08 - Secretaria de Infraestrutura

001 - Secretaria de Infraestrutura

0015.0451.0011.1013 - Pavimentação e Urbanização de Vias Publicas

3449000000000000 - Aplicações diretas

01340000 - Transf.convênios-união/outros Não Rel ..... R\$ 1.473,32

03340000 - Transf.convênios-união/outros Não Rel ..... R\$ 25.631,06

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº. 960/2018.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de outubro de 2018.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº. 982/2018**

Publicação Nº 1772370

DECRETO Nº. 982/2018

Abre crédito suplementar no valor de 9.000,00 (nove mil reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito suplementar no valor de 9.000,00 (nove mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

08 - Secretaria de Infraestrutura

001 - Secretaria de Infraestrutura

0015.0451.0011.1013 - Pavimentação e Urbanização de Vias Publicas

3339000000000000 - Aplicações diretas

01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 9.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm da anulação das dotações abaixo relacionadas:

08 - Secretaria de Infraestrutura

001 - Secretaria de Infraestrutura

0015.0451.0011.1013 - Pavimentação e Urbanização de Vias Publicas

3449000000000000 - Aplicações diretas

01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 9.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de outubro de 2018.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

## **EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2018 – FIA.**

Publicação Nº 1772364

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2018 – FIA.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA NA REALIZAÇÃO DA VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.

Contratado: PRATICAS ASSESSORIA LTDA, sob o CNPJ nº 12.038.574/0001-38, estabelecida na Rua 406A, Bairro Morretes, Itapema - SC, CEP: 88.220-000.

Valor: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Guaramirim (SC), 11 de outubro de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

## **EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2018 – PMG**

Publicação Nº 1772217

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2018 – PMG

Dispensa de Licitação nº: 207/2018 – PMG

Contrato nº: 54/2018 - PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Fundamento Legal: Artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA, QUE SERÁ UTILIZADA EM REPAROS E MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS, FUNDOS E DEMAIS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.

Contratada: RS INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.512.745/0001-96, estabelecida na Rua 28 de Agosto, nº 887, Sala 001 CXPST 017, bairro Nova Esperança, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Valor: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Data da Assinatura: 11/10/2018 . Vigência: 31/12/2018.

GUARAMIRIM (SC), 11 de outubro de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

## **LEI Nº. 4544/2018**

Publicação Nº 1772343

LEI Nº. 4544/2018

Autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de até R\$ 27.104,38 (vinte e sete mil, cento e quatro reais e trinta e oito centavos).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de até R\$ 27.104,38 (vinte e sete mil, cento e quatro reais e trinta e oito centavos), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

08 - Secretaria de Infraestrutura

001 - Secretaria de Infraestrutura

0015.0451.0011.1013 - Pavimentação e Urbanização de Vias Publicas

3339000000000000 - Aplicações diretas

01340000 - Transf.convênios-união/outros Não Rel ..... R\$ 1.473,32

03340000 - Transf.convênios-união/outros Não Rel ..... R\$ 25.631,06

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm da anulação das dotações abaixo relacionadas:

08 - Secretaria de Infraestrutura

001 - Secretaria de Infraestrutura

0015.0451.0011.1013 - Pavimentação e Urbanização de Vias Publicas

3449000000000000 - Aplicações diretas

01340000 - Transf.convênios-união/outros Não Rel ..... R\$ 1.473,32

03340000 - Transf.convênios-união/outros Não Rel ..... R\$ 25.631,06

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de outubro de 2018.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

## LEI Nº. 4545/2018

Publicação Nº 1772344

LEI Nº. 4545/2018

Declara o Município de Guaramirim, como a "Cidade das Guirlandas".

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Declara o Município de Guaramirim como a "Cidade das Guirlandas".

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de outubro de 2018.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº. 386/2018

Publicação Nº 1772338

PORTARIA Nº. 386/2018

Exonera Dileta Elizabete de Lima Kauling.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Dileta Elizabete de Lima Kauling, da função de Diretora de Convênios, vinculada à Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 04 de outubro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de outubro de 2018.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 387/2018**

Publicação Nº 1772339

PORTARIA Nº. 387/2018

Nomeia Dileta Elizabete de Lima Kauling.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Dileta Elizabete de Lima Kauling, na função de Gestora de Captação de Recursos e Projetos Estratégicos, vinculada ao Gabinete do Prefeito, a partir de 05 de outubro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de outubro de 2018.

Luís Antônio Chiodini  
PrefeitoJair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 388/2018**

Publicação Nº 1772341

PORTARIA Nº. 388/2018

Retorna de licença sem vencimento, a servidora Clea dos Santos Segundo.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença sem vencimento, a servidora Clea dos Santos Segundo, Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 08 de outubro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de outubro de 2018.

Luís Antônio Chiodini  
PrefeitoJair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 389/2018**

Publicação Nº 1772342

PORTARIA Nº. 389/2018

Concede licença saúde para Claudineia da Silva.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Concede licença saúde para Claudineia da Silva, Merendeira (40 horas semanais), vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 24 de setembro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 09 de outubro de 2018.

Luís Antônio Chiodini  
PrefeitoJair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças



# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

**151/2018**

Publicação Nº 1772332

DECRETO Nº 151/2018  
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.564/17 de 17 de novembro de 2017.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2018, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.0010.2.069

3.3.90.00-00.00.382- Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Soma ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido o Excesso de Arrecadação do Exercício de 2018, referente aos recursos MAC o valor de R\$ 20.000,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,

11 de outubro de 2018.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

### EXTRATO DE CONTRATO - FMAS 13, 14, 15 E 16/2018

Publicação Nº 1772320

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 13/2018

PROCESSO LICITATORIO Nº. 09/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: BOSA & BOSA LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender ao CRAS ( Centro de Referencia da Assistência Social ) e Centro de Convivência do Idosos do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 12.534,52

VIGENCIA: 28/12/2018

Guarujá do Sul, SC, 11 de outubro de 2018.

Julio Cesar Della Flora,

Fundo. Mun. da Assistência Social

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 14/2018

PROCESSO LICITATORIO Nº. 09/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: A.E.M. OESTE COMERCIAL LTDA ME

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender ao CRAS ( Centro de Referencia da Assistência Social ) e Centro de Convivência

do Idosos do VALOR TOTAL: R\$ 11.977,82  
VIGENCIA: 28/12/2018  
Guarujá do Sul, SC, 11 de outubro de 2018.  
Julio Cesar Della Flora,  
Fundo. Mun. da Assistência Social

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 15/2018

PROCESSO LICITATORIO Nº. 09/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: SUPERMERCADO E TRANSPORTES GALLERT LTDA ME

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender ao CRAS ( Centro de Referencia da Assistência Social ) e Centro de Convivência do Idosos do VALOR TOTAL: R\$ 10.800,48

VIGENCIA: 28/12/2018

Guarujá do Sul, SC, 11 de outubro de 2018.

Julio Cesar Della Flora,

Fundo. Mun. da Assistência Social

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 16/2018

PROCESSO LICITATORIO Nº. 09/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: SCS COMERCIO LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender ao CRAS ( Centro de Referencia da Assistência Social ) e Centro de Convivência do Idosos do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 14.670,45

VIGENCIA: 28/12/2018

Guarujá do Sul, SC, 11 de outubro de 2018.

Julio Cesar Della Flora,

Fundo. Mun. da Assistência Social

# Guatambú

## PREFEITURA

### DECRETO 184 / 2018

Publicação Nº 1772400

DECRETO N. 184/2018 DO MÊS DE OUTUBRO DE 2018.

"Dispõe sobre exoneração de cargo temporário e da outras providências".

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, PREFEITO MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e, de conformidade com o disposto no artigo 72;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora:

NOME	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	DATA
Roseli de Vargas	Professora	20h	05/10/2018

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação;

Art. 3º Revogam-se as disposições e contrário.

Registre e Publique-se.

Guatambu, 05 outubro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

### DECRETO 185 / 2018

Publicação Nº 1772402

DECRETO N. 185/2018 DO MÊS DE OUTUBRO DE 2018.

"Dispõe sobre contratação de cargo temporário e da outras providências".

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, PREFEITO MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e, de conformidade com o disposto no artigo 72.

DECRETA:

Art. 1º Considerando o resultado do Processo Seletivo N. 05/2016, fica admitido o cargo temporário, abaixo relacionado:

NOME	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	DATA
CRISTIANE ROSA ANTUNES MACIEL	PROFESSORA	20	08/10/2018

Art. 2º A Contratação decorrente deste Decreto, será efetuada individualmente, mediante Contrato de Prestação de Trabalho Temporário, lavrado e assinado a termo pela Contratante e o Contratado.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições e contrário.

Registre e Publique-se.

Guatambu, 08 de outubro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 63/2018

Publicação Nº 1772467

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	63/2018
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.

Contratado...:	GUSTAVO BRITO SOARES.
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CLÍNICO GERAL PARA ATUAR NA UNIDADE DE SAÚDE DA SEDE DO MUNICÍPIO, COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS A SER CUMPRIDA DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 08:00H ÀS 12:00H E DAS 13:00H ÀS 17:00H.
Valor	R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais).
Vigência....:	Início: 03/10/2018 Término: 31/12/2018.
Licitação...:	Dispensa de Licitação nº 105/2018.
Guatambu/SC, 03/10/2018. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO DE CONTRATO 64/2018**

Publicação Nº 1772468

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	64/2018
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contratado...:	P&F PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO EIRELI.
Objeto ..... :	CERCAMENTO DE ÁREAS VERDES, ÁREAS DE APP E ÁREAS INSTITUCIONAIS NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU SC, SENDO: LOTEAMENTO DI FIORI, LOTEAMENTO ABILIO DAL PIVA 1, LOTEAMENTO ABILIO DAL PIVA 2, LOTEAMENTO ABILIO DAL PIVA 3, LOTEAMENTO GREENVILLE, LOTEAMENTO HABITAR SOCIAL, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DE ESPECIFICAÇÕES, PLANILHA DE QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FINANCEIRO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NOS ANEXOS DESTA EDITAL.
Valor	R\$ 54.916,26 (Cinquenta e quatro mil, novecentos e dezesseis reais e vinte e seis centavos).
Vigência....:	Início: 11/10/2018 Término: 31/12/2018.
Licitação...:	Tomada de Preço nº 08/2018.
Guatambu/SC, 11/10/2018. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO DE CONTRATO 65/2018**

Publicação Nº 1772471

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	64/2018
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contratado...:	BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA.
Objeto ..... :	AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) AMBULÂNCIAS, TIPO FURGÃO OU PICK-UP, COM AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRÁULICA ORIGINAL DE FÁBRICA, SIMPLES REMOÇÃO, ZERO KM, ANO/MODELO 2018/2019, CONFORME CLASSIFICAÇÃO ESTABELECIDADA PELA PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 2.048/GM/MS, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2002, E TERMOS DE COMPROMISSO Nº 4206651712190839830 E Nº 4206651712200829875.
Valor	R\$ 184.000,00 (Cento e oitenta e quatro mil reais).
Vigência....:	Início: 11/10/2018 Término: 31/12/2018.
Licitação...:	Preço Presencial nº 52/2018.
Guatambu/SC, 11/10/2018. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA PREFEITO MUNICIPAL	

**PORTARIA 74 / 2018**

Publicação Nº 1772405

PORTARIA 74/2018

"Transfere lotação de servidor em cargo efetivo que especifica, e dá outras providências".

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Transferir o servidor Rodinei Antonio Gosh, ocupante do cargo de Vigia, atualmente lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu - SC, 11 de outubro de 2018

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 75 / 2018**

Publicação N° 1772406

**PORTARIA 75/2018**

“Transfere lotação de servidor em cargo efetivo que especifica, e dá outras providências”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Transferir a servidora Giceli Aparecida Gosh, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, atualmente lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu - SC, 11 de outubro de 2018

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.920/2018.

Publicação Nº 1772831

DECRETO Nº 3.920/2018

DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE – SVA, NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE.

Américo Lorini, Prefeito Municipal, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta, e sua revisão, relativo ao SIG nº 06.2017.00000334-1; e

CONSIDERANDO que a Lei Federal Nº 10.098/2000 estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e prevê que o acesso aos edifícios públicos ou de uso coletivo e os edifícios de uso privado também devem atender às normas de acessibilidade;

CONSIDERANDO que o Decreto Federal Nº 5.296/2004 regulamentou as Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000 e estabeleceu critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade;

CONSIDERANDO o Decreto Federal Nº 9.405/2018, que dispõe sobre o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte;

CONSIDERANDO as normas técnicas ABNT NBR-9050/2015, NBR-16537/2016, e outras relativas à acessibilidade, bem como suas alterações;

CONSIDERANDO que foi celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC (SIG Nº 06.2017.00000334-1), datado de 18.01.2017, com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, objetivando a conscientização e cumprimento das legislações e normas técnicas pertinentes à matéria, no que tange à acessibilidade para fins de emissão de Alvará Municipal de Licença de Localização e Funcionamento no Município de Herval d'Oeste;

CONSIDERANDO a revisão do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC (SIG Nº 06.2017.00000334-1);

CONSIDERANDO o Desenho Universal e seus princípios,

### DECRETA

Art. 1º Estabelece o Serviço de Verificação de Acessibilidade – SVA, prestado através da Secretaria de Planejamento e Coordenação e da Secretaria de Administração e Finanças, mediante cobrança de taxas, nos termos do Código Tributário Municipal.

Art. 2º O SVA é responsável:

I – pela análise e aprovação de Projetos de Acessibilidade;

II – pela verificação, mediante vistoria, das condições de acessibilidade dos estabelecimentos; e

III – pela emissão do Certificado de Acessibilidade – C.A., ou do Certificado de Adaptação Razoável – C.A.R.

Art. 3º Para efeitos deste decreto, consideram-se:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias e outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público, privado ou de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida;

II – adaptações razoáveis: as adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

III – desenho universal – concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluídos os recursos de tecnologia assistiva;

IV – estabelecimentos: os espaços, salas ou elementos externos ou internos, disponíveis para o uso de um grupo específico de pessoas, ou para o público em geral, podendo ocorrer em edificações ou equipamentos de propriedade pública ou privada;

V – microempresa e empresa de pequeno porte – a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário que cumprirem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, inclusive o microempreendedor individual;

VI – tecnologia assistiva – produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, visando à autonomia, à independência, à qualidade de vida e à inclusão social.

Art. 4º O Certificado de Acessibilidade é um documento, expedido pelo SVA, que atesta as condições de acessibilidade do estabelecimento. Parágrafo único. O Certificado de Acessibilidade é condição necessária para a obtenção do Alvará de Localização e Funcionamento.

Art. 5º O Certificado de Adaptação Razoável é um documento, expedido pelo SVA, que atesta as condições razoáveis de adaptação de um estabelecimento, nos termos deste Decreto e demais legislações pertinentes. Parágrafo único. O Certificado de Adaptação Razoável é condição necessária para a renovação do Alvará de Localização e Funcionamento.

Art. 6º São legitimados a solicitar a emissão do Certificado de Acessibilidade, ou do Certificado de Adaptação Razoável, pessoalmente ou através de seus procuradores, inclusive corretores de imóveis:

I – o proprietário do estabelecimento;

II – o locatário do estabelecimento.

Art. 7º Tanto o Certificado de Acessibilidade, quanto o Certificado de Adaptação Razoável, quando obtidos, deverão estar dispostos de forma visível, no interior do estabelecimento.

Parágrafo único. Somente após a obtenção do Certificado de Acessibilidade, ou do Certificado de Adaptação Razoável, deverá ser fixado, na

forma do Anexo I, o Símbolo Internacional de Acesso, na entrada do estabelecimento.

Art. 8º Será considerado acessível o estabelecimento que, sem prejuízo às legislações municipais pertinentes, atenda:

I – o disposto neste Decreto;

II – no que couber, o Decreto Federal nº 5.296/2004;

III – a NBR 9050/2015 e suas revisões;

IV – a NBR 16.537/2016 e suas revisões;

V – demais normas e legislações pertinentes à matéria.

Art. 9º Será considerado razoavelmente adaptado o estabelecimento que atenda o disposto neste Decreto.

Art. 10 Os microempreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte poderão realizar adaptações razoáveis, para obtenção do Certificado de Adaptação Razoável, quando já instaladas no município há pelo menos 01 (um) ano.

Parágrafo único. Para fins da realização de adaptações razoáveis entende-se por adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretam ônus desproporcional e indevido aqueles que não ultrapasse os seguintes percentuais da receita bruta do exercício contábil anterior:

I – dois e meio por cento, no caso de microempreendedor individual, exceto quanto ao disposto no § 1º do art. 11;

II – três e meio por cento, no caso da microempresa; ou

III – quatro e meio por cento, no caso da empresa de pequeno porte.

Art. 11 A microempresa e a empresa de pequeno porte deverão, na relação com pessoas com deficiência, e sem prejuízo às demais normas e legislações vigentes, assegurar as condições de acessibilidade ao estabelecimento e suas dependências abertos ao público.

§1º Os microempreendedores individuais ficam dispensados do cumprimento do disposto no caput do artigo 10 quando tiverem o estabelecimento comercial em sua residência ou não atenderem ao público de forma presencial no seu estabelecimento.

§2º Para assegurar as condições de acessibilidade de que trata o caput deste artigo, os valores mencionados nos incisos I a III do artigo 10 serão renovados anualmente, tendo como limite o prazo solicitado no requerimento do Anexo VIII.

Art. 12 Na impossibilidade de realização de quaisquer obras de adaptação, independentemente do porte da empresa, poderá ser emitido o C.A. ou o C.A.R., mediante apresentação de justificativa técnica e apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

§1º Considerar-se-á impossível a adoção integral dos requisitos de acessibilidade somente para edificações que tenham recebido o alvará de construção anteriormente a 20 de dezembro de 2000 em que as obras de adaptação aos requisitos de acessibilidade causarem risco estrutural insuperável, mediante apresentação de justificativa técnica e Anotação de Responsabilidade Técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica.

§2º O disposto no parágrafo anterior será analisado pelo SVA, que emitirá parecer fundamentado sobre o caso, e avaliará a efetiva realização das adequações possíveis.

Art. 13 Serão analisadas e vistoriadas as seguintes condições de acessibilidade:

I – Calçadas;

II – Acessos;

III – Circulação Horizontal;

IV – Circulação Vertical;

V – Portas e Janelas;

VI – Banheiros, Sanitários e Vestiários;

VII – Dispositivos de comando;

VIII – Mobiliário;

IX – Elementos de sinalização e informação; e

X – Rota acessível.

Parágrafo único. Para a vistoria das calçadas, enquanto não houver regulamentação específica, serão analisados:

a) Interferências na faixa livre, como rampas, escadas, tampas, mobiliário, etc;

b) Piso podotátil, quando houver;

Art. 14 Poderá o legitimado solicitar:

I – Aprovação de Projeto de Acessibilidade;

II – Vistoria de Acessibilidade;

III – Certificado de Acessibilidade;

IV – Certificado de Adaptação Razoável.

Art. 15 A solicitação de que trata o inciso I do art. 14 deverá ser feita mediante protocolo dos seguintes documentos:

I – Requerimento assinado pelo legitimado, conforme Anexo II;

II – Comprovante de pagamento de taxa de expediente;

III – Projeto de acessibilidade – 01 (uma) via;

IV – ART ou RRT do responsável técnico;

V – Justificativa técnica, quando for o caso, conforme artigo 12.

VI – Requerimento solicitando prazo, quando for o caso, conforme Anexo VIII.

§1º Verificado que o projeto se encontra em conformidade com as legislações e normas de acessibilidade, o SVA solicitará mais 02 (duas) vias do projeto, e emitirá documento autorizando o início das obras.

§2º O documento mencionado no parágrafo anterior deverá estar no local da obra até sua conclusão.

§3º Não aprovado o Projeto de Acessibilidade, o SVA emitirá documento solicitando a correção do projeto, até o limite de 03 (três) análises.

§4º Se, na terceira análise, o projeto continuar em desconformidade com a legislação e as normas de acessibilidade, o mesmo será automaticamente reprovado e deverá ser realizado novo protocolo de Aprovação de Projeto de Acessibilidade.

§5º Para os casos dispostos no Art. 10, deverão ser anexados à solicitação, ainda, os seguintes documentos:

I – Documento comprobatório da receita bruta do exercício anterior, assinado pelo contador;

II – Orçamento:

a) Elaborado por responsável técnico, com ART ou RRT, no caso de administração direta da obra de adaptação, mediante comprovação dos valores utilizados na elaboração do orçamento; ou

b) Elaborado por empresa executora do serviço, com responsável técnico e ART ou RRT.



III – Declaração assinada pelo legitimado, contador e responsáveis pela elaboração do orçamento, conforme Anexo III deste Decreto;  
§6º Solicitado o prazo para conclusão das obras, conforme inciso VI do “caput” deste artigo, deverá o requerente cumprir o que foi solicitado, sem direito a prorrogação de prazo.

Art. 16 A solicitação da Vistoria de Acessibilidade, do Certificado de Acessibilidade ou do Certificado de Adaptação Razoável poderá ser feita mediante protocolo dos seguintes documentos:

- a) Requerimento assinado pelo legitimado, conforme anexo IV, para a Solicitação de Vistoria de Acessibilidade;
- b) Requerimento assinado pelo legitimado, conforme anexo VI, para a Solicitação de Certificado de Acessibilidade;
- c) Requerimento assinado pelo legitimado, conforme anexo VII, para a Solicitação de Certificado de Adaptação Razoável;
- d) Comprovante de pagamento da Taxa de Acessibilidade;
- e) Atestado de Acessibilidade, emitido por profissional legalmente habilitado, conforme Anexo V;
- f) ART ou RRT do profissional legalmente habilitado.

§1º Realizada a vistoria e verificado que o estabelecimento não se encontra acessível e não possui Projeto de Acessibilidade aprovado, o SVA elaborará procedimento administrativo e encaminhará ao Departamento Jurídico da Prefeitura para tomada das providências legais cabíveis.

§2º Realizada a vistoria e verificado que o estabelecimento não se encontra acessível, porém possui Projeto de Acessibilidade aprovado, o SVA notificará o legitimado para, em 15 dias úteis, adequar o estabelecimento conforme projeto aprovado.

§3º Não atendido o prazo a que se refere o parágrafo anterior, o SVA elaborará procedimento administrativo e encaminhará ao Departamento Jurídico da Prefeitura para tomada das providências legais cabíveis.

§4º Para os casos dispostos no Art. 10, deverão ser anexados, ainda, os documentos citados nos incisos I a III do §5º do artigo 15.

Art. 17 Para obtenção do Certificado de Acessibilidade, o legitimado deverá protocolar o pedido de Vistoria de Acessibilidade, conforme artigo 16, que será feita em duas etapas:

I – Vistoria da obra, conforme incisos I a VII do artigo 13 deste decreto;

II – Vistoria do estabelecimento, conforme incisos VIII a X do artigo 13 deste decreto.

§1º Realizada a vistoria de que trata o inciso I deste artigo, e constatada que o estabelecimento se encontra acessível, o SVA emitirá documento autorizando a instalação da empresa no local.

§2º Uma vez instalada a empresa no local, a mesma deverá solicitar nova vistoria, de que trata o inciso II deste artigo.

§3º Poderá ser realizada uma única vistoria, caso a empresa já se encontre estabelecida no local e não se enquadre no artigo 10 deste decreto.

§4º Realizadas as vistorias e constatado que o estabelecimento se encontra acessível, o SVA emitirá o Certificado de Acessibilidade.

§5º Realizadas as vistorias e constatado que o estabelecimento não se encontra acessível, o SVA procederá, conforme o caso, ao disposto nos §§ 1º a 3º do artigo 16 deste decreto.

Art. 18 Para a obtenção do Certificado de Adaptação Razoável, o legitimado deverá:

I – requerer a Vistoria de Acessibilidade de que trata o artigo 16 deste decreto;

II – estar enquadrado no disposto do artigo 10 deste decreto;

III – atender ao disposto no artigo 11 deste decreto.

§1º Realizada a vistoria e constatado que o estabelecimento se encontra acessível, o SVA emitirá o Certificado de Adaptação Razoável.

§2º Realizada a vistoria e constatado que o estabelecimento não se encontra acessível, o SVA procederá, conforme o caso, ao disposto nos §§ 1º a 3º do artigo 16 deste decreto.

Art.19 O Certificado de Acessibilidade, bem como o Certificado de Adaptação Razoável, deverão estar fixados no interior do estabelecimento, de forma visível a todos os usuários.

Art.20 O prazo de validade do Certificado de Acessibilidade e do Certificado de Adaptação Razoável será de 05 (cinco) anos;

Parágrafo único. Vencido o prazo de que trata este artigo, o legitimado deverá renovar o respectivo Certificado.

Art.21 As edificações públicas, afora as municipais, e as privadas de uso coletivo deverão adaptar-se às condições de acessibilidade até 31 de dezembro de 2018.

§1º o prazo previsto no caput será acrescido:

- a) De 42 (quarenta e dois) meses, quando o contribuinte for Empresa de Pequeno Porte ou órgãos públicos;
- b) De 54 (cinquenta e quatro) meses, quando o contribuinte for Microempresa;
- c) De 54 (cinquenta e quatro) meses, quando o contribuinte for Microempreendedor Individual, autônomo e entidade sem fins lucrativos;
- d) De 12 (doze) meses, quando o contribuinte for localizado fora da zona central, na forma definida pela Lei Complementar nº 219/2006;
- e) De 12 (doze) meses, quando o imóvel em que estiver localizado o contribuinte necessitar de modificações arquitetônicas para garantir acessibilidade vertical;
- f) De 12 (doze) meses, quando o imóvel tenha recebido alvará de construção anteriormente a 20 de dezembro de 2000.

§2º Os prazos previstos no parágrafo anterior não são cumulativos.

§3º Terminados os prazos de que trata este artigo, nenhum Alvará será emitido, ou renovado, sem a observância das condições de acessibilidade previstas neste decreto e demais legislações e normas pertinentes.

Art. 22 O Município de Herval d'Oeste deverá concluir os projetos de adaptação dos imóveis de sua propriedade até 31 de dezembro de 2019.

Art. 23 O Município de Herval d'Oeste, de acordo com os projetos, deverá concluir as obras de acessibilidade dos imóveis de sua propriedade de acordo com o seguinte cronograma:

- a) 30% (trinta por cento) até 31 de dezembro de 2020;
- b) 60% (sessenta por cento) até 31 de dezembro de 2021;
- c) 100% (cem por cento) até 31 de dezembro de 2022.

Art. 24 A partir de 1º de janeiro de 2019, os alvarás serão emitidos para contribuintes em imóveis acessíveis, assim reconhecidos por serem portadores do Certificado de Acessibilidade ou do Certificado de Adaptação Razoável, ressalvada a extensão de prazo para regularização prevista no artigo 21.

Art. 25 Até 31 de dezembro de 2019, o Município deve desocupar todos os imóveis locados que não sejam acessíveis.

Art. 26 Nenhum imóvel poderá ser locado ou adquirido pelo Município sem autorização do Serviço de Verificação de Acessibilidade.

Art. 27 Revoga-se o Decreto nº 3855/2018.

Art. 28 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC, 10 de outubro de 2018.



Américo Lorini  
Prefeito Municipal

ANEXO I  
SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO

Objetivo: Sinalizar os locais acessíveis.

Dimensões: 15cm x 15 cm  
Ref. Cor azul: Munsell 10B5/10 ou Pantone 2925 C  
Observação: Nenhuma modificação, estilização ou adição deve ser feita.

ANEXO II  
REQUERIMENTO PARA ANÁLISE DE PROJETO

Exmo. Sr. Prefeito Municipal

Eu, , CPF , abaixo assinado, solicito ANÁLISE DE PROJETO DE ACESSIBILIDADE de um(a) , localizado(a) na(o) , número , complemento , bairro , telefone ( ) , razão pela qual me sujeito a todos os dispositivos legais.

Informações:  
Requerente: Proprietário Locatário Representante Legal  
Inscrição Imobiliária:

Nestes termos,  
Pede e aguarda deferimento.  
Herval d'Oeste (SC), de de \_\_\_\_\_

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu \_\_\_\_\_ , \_\_\_\_\_ (nacionalidade), \_\_\_\_\_ (estado civil), \_\_\_\_\_ (profissão), portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Cidade de \_\_\_\_\_, à Rua \_\_\_\_\_, complemento , bairro declaro, para fins de direito, sob as penas da lei, e em atendimento ao DECRETO MUNICIPAL nº XXXXX, que as informações constantes nos documentos por mim firmados são VERDADEIRAS. Fico CIENTE, e declaro de que a utilização de informações falsas configura o crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal.

Nada mais a declarar, e ciente das responsabilidades pelas declarações prestadas, firmo a presente.

Herval d'Oeste, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do declarante  
Obs. Este documento só é válido se totalmente preenchido e com firma reconhecida em cartório.

ANEXO IV  
REQUERIMENTO PARA VISTORIA DE ACESSIBILIDADE

Exmo. Sr. Prefeito Municipal

Eu, , CPF- , abaixo assinado, solicito VISTORIA DE ACESSIBILIDADE de um(a) \_\_\_\_\_ localizado(a) na(o) , número complemento , bairro , telefone , razão pela qual me sujeito a todos os dispositivos legais. Fico CIENTE, e declaro de que a utilização de informações falsas configura o crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal.

Informações:  
Requerente: Proprietário Locatário Representante Legal  
Inscrição Imobiliária:  
Possui Projeto de Acessibilidade aprovado? Sim Não

Nestes termos,  
Pede e aguarda deferimento.  
Herval d'Oeste (SC), de de \_\_\_\_\_

Assinatura

**ANEXO V**  
**ATESTADO DE ACESSIBILIDADE**

Eu, , portador da cédula de identidade nº , CPF \_\_\_\_\_, profissional habilitado no , número do registro \_\_\_\_\_ , domiciliado à , nº , complemento , bairro , na cidade de , CEP , ATESTO, sob as penas da lei, em especial o Art. 3º do Decreto nº 5.296/04 e o Art. 299 do Código Penal, que o estabelecimento sito à , nº , complemento , bairro , inscrição imobiliária nº , é acessível, estando em plena conformidade com a legislação e normas pertinentes.

Herval d'Oeste (SC), de de .

Assinatura

Obs. Este documento só é válido se totalmente preenchido e com firma reconhecida em cartório

**ANEXO VI**  
**CERTIFICADO DE ACESSIBILIDADE**

Exmo. Sr. Prefeito Municipal

Eu, , CPF , abaixo assinado, solicito CERTIFICADO DE ACESSIBILIDADE de um(a) , localizado(a) na(o) , número complemento , bairro , telefone , razão pela qual me sujeito a todos os dispositivos legais.

Fico CIENTE, e declaro de que a utilização de informações falsas configura o crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal.

Informações:

Requerente: Proprietário Locatário Representante Legal

Inscrição Imobiliária:

Possui Projeto de Acessibilidade aprovado? Sim Não

Nestes termos,

Pede e aguarda deferimento.

Herval d'Oeste (SC), de de \_\_\_\_\_

Assinatura

**ANEXO VII**  
**CERTIFICADO DE ADAPTAÇÃO RAZOÁVEL**

Exmo. Sr. Prefeito Municipal

Eu, , CPF , abaixo assinado, solicito CERTIFICADO DE ADAPTAÇÃO RAZOÁVEL de um(a) , localizado(a) na(o) \_\_\_\_\_ , número complemento \_\_\_\_\_ , bairro , telefone , razão pela qual me sujeito a todos os dispositivos legais.

Fico CIENTE, e declaro de que a utilização de informações falsas configura o crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal.

Informações:

Requerente: Proprietário Locatário Representante Legal

Inscrição Imobiliária:

Possui Projeto de Acessibilidade aprovado? Sim Não

Nestes termos,

Pede e aguarda deferimento.

Herval d'Oeste (SC), de de .

Assinatura

**ANEXO VIII**  
**REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE PRAZO**

Exmo. Sr. Prefeito Municipal

Eu, , CPF , abaixo assinado, solicito PRAZO PARA REALIZAÇÃO DAS OBRAS DE ACESSIBILIDADE, de um(a) , localizado(a) na(o) \_\_\_\_\_ , número , complemento \_\_\_\_\_ , bairro , telefone \_\_\_\_\_ , conforme o Artigo 21 do Decreto XXXX/2018, razão pela qual me sujeito a todos os dispositivos legais.

Fico CIENTE, e declaro de que a utilização de informações falsas configura o crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal.

Informações:

Estabelecimento:

Microempreendedor, autônomo ou entidade sem fins lucrativos (até 54 meses)

Microempresa (até 54 meses)

Empresa de Pequeno Porte (até 42 meses)

Imóvel localizado fora da Zona Central, conforme LC 219/2006 (até 12 meses)  
Imóvel necessita modificações arquitetônicas para garantir acessibilidade vertical (até 42 meses)  
Imóvel possui Alvará de Construção anterior a 20 de dezembro de 2000 (até 12 meses)  
Inscrição Imobiliária:  
Prazo solicitado para realização das obras: meses.  
Nestes termos,  
Pede e aguarda deferimento.  
Herval d'Oeste (SC), de de .

Assinatura

## DECRETO Nº 3.921/2018.

Publicação Nº 1772836

DECRETO Nº 3.921/2018

“REGULAMENTA A LEI Nº. 3.264/2018 QUE TORNOU OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE CURSOS DE PRIMEIROS SOCORROS POR PROFESSORES E/OU FUNCIONÁRIOS QUE TENHAM CONTATO DIRETO COM OS ALUNOS NAS CRECHES E ESCOLAS INSTALADAS NO MUNICÍPIO, SEJAM DA REDE PÚBLICA OU PRIVADA.”

O PREFEITO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 3.264/2018, DECRETA:

Art.1º Fica Regulamentada a Lei nº 3.264/2018 que dispõe sobre realização de cursos de primeiros socorros para professores e funcionários que tenham contato direto com alunos nas creches instaladas no município, sejam elas da rede pública ou privada, de acordo com os seguintes critérios.

Art.2º Os estabelecimentos de ensino da rede pública ou privada de ensino localizadas no município de Herval d'Oeste-SC, devem dispor de kits de primeiros socorros, conforme orientação das entidades especializadas em atendimento emergencial à população.

Parágrafo único: As instituições que não cumprirem a lei estarão sujeitas à notificação, multa, cassação do alvará de funcionamento em casos de estabelecimentos particulares e responsabilização funcional e patrimonial, quando a unidade for pública.

Art.3º É obrigatória realização de cursos de primeiros socorros por professores e funcionários que tenham contato direto com os alunos nas creches e escolas instaladas no município, seja da rede pública ou particular.

Parágrafo único: A instituição, pública e/ou privada deverá possuir o selo "Lucas Begali Zamora de Souza" referente a capacitação em primeiros socorros, que será concedido pela Administração Municipal para as instituições de ensino que estejam de acordo com a lei.

Art.4º Os cursos deverão ser ministrados por entidades e instituições especializadas ou por integrantes do Corpo Bombeiro Militar. A validade do treinamento terá validade de dois anos. Além da capacitação para seus profissionais, as escolas deverão manter em suas unidades kits de primeiros socorros à disposição dos funcionários e professores que receberam o treinamento.

Art.5º Os cuidados de primeiros socorros, devem atender apenas situações emergenciais simples, não podendo as instituições de ensino aplicarem quaisquer medicamentos, sem a devida prescrição médica.

Art.6º O município poderá realizar convênios com o Corpo de Bombeiros para ministrar cursos de primeiros socorros às pessoas abrangidas por este Decreto e/ou firmar convênios com outras entidades públicas e/ou privadas, ficando responsável pelo pagamento de eventuais despesas com o treinamento de seus servidores públicos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Herval d'Oeste (SC), 11 de outubro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito

## NOTIFICAÇÃO ABERTURA PROPOSTAS TP 006/2018

Publicação Nº 1772362

### NOTIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização, em regime de empreitada por preço unitário, de recapeamento em CBUQ e CAUQ, sinalização vertical e horizontal em sete ruas do perímetro urbano do Município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra

NOTIFICANTE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES do município de Herval d'Oeste, com sede administrativa na Rua Nereu Ramos, 389 – Centro Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, por seu presidente Senhor LUCAS WILIAN DA SILVA SEGUNDO, inscrito no CPF sob nº. 017.558.670-50

NOTIFICADO: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.; VIAPAVI OBRAS E SERVIÇOS LTDA. ME; CTT CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA. EPP; KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI; SETEP CONSTRUÇÕES S/A; SANTASUL PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA, pessoas jurídicas de direito privado, participantes do processo licitatório nº 070/2018, na pessoa do seus representantes legais,

A Comissão Permanente de Licitações do Município de Herval d'Oeste, através de seu representante já qualificado, desejando prover a conservação e ressalva de seus direitos, bem como manifestar intenção de modo formal e prevenir responsabilidade, em conformidade com o capítulo XIII, item 13.6 do edital que rege o processo licitatório nº 070/2018 vem:

**NOTIFICAR:**

TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.; VIAPAVI OBRAS E SERVIÇOS LTDA. ME; CTT CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA. EPP; KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI; SETEP CONSTRUÇÕES S/A; SANTASUL PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA, e a quem interessar possa, nos termos que a seguir articula:

Tendo em vista que decorreu o prazo sem interposição de recurso administrativo contra a decisão da comissão de licitação, na fase de habilitação, do processo licitatório acima epigrafado, NOTIFICAMOS Vossa Senhoria, para a sessão pública de abertura das propostas que ocorrerá dia 16/10/2018 às 14h00min horas na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Herval d'Oeste, em 11 de outubro de 2018.

LUCAS WILIAN DA SILVA SEGUNDO

Presidente da Comissão

# Ibicaré

## PREFEITURA

### CRENCIAMENTO 7/2018 SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PSICOPEDAGOGIA

Publicação Nº 1772655

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2018

EDITAL CRENCIAMENTO Nº 7/2018

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ (SC), representada neste ato pelo Secretário, EVANDRO VOLPATO, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 11.408.074/0001-88 torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com o disposto no art. 25 da Lei 8.666/93, bem como, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, se encontra aberto o CRENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DE SESSÃO DE PSICOPEDAGOGIA.

Poderão participar deste Credenciamento todas as Pessoas Física habilitadas à prestação dos serviços, objeto deste Edital, desde que:

a. Não estejam impedidas de exercer a atividade.

b. Não tenham sido declaradas inidôneas ou impedidas de contratar com o Município de Ibicaré.

c. Atendam a todos os pressupostos da Legislação Municipal pertinente e as regras editalícias.

Os interessados devem solicitar o seu credenciamento no Setor de Compras e Licitações, na Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, em dias úteis, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13:30 às 17:30 horas, observando as condições e exigências mínimas para a prestação do serviço, as condições de pagamento e a tabela de preços que remunerará os serviços prestados, e demais requisitos fixados no presente regulamento.

A Secretaria Municipal de Saúde de Ibicaré credenciará todos os interessados que preencherem as condições e exigências mínimas do presente regulamento, sendo que inexistirá possibilidade de discussão entre as partes acerca das cláusulas contratuais.

Objeto: CRENCIAMENTO de profissionais especializados para a realização de sessão de Psicopedagogia, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Ibicaré, SC.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: [licitacao@ibicare.sc.gov.br](mailto:licitacao@ibicare.sc.gov.br), site: [www.ibicare.sc.gov.br](http://www.ibicare.sc.gov.br), FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 11 de outubro de 2018

Evandro Volpato

Gestor

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 8/2018 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CINEMATOGRAFICA PARA O DIA DAS CRIANÇAS

Publicação Nº 1772372

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2018

DISPENSA Nº 8/2018

DA JUSTIFICATIVA

Portanto, tal contratação se deu a com base no Inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê a Dispensa de Licitação para serviço de comum de valor até 10% (Dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do Inciso II do artigo 23 da Lei Federal nº 8.666/93. E Decreto 9.412/2018.

DA EMPRESA CONTRATADA

EMPRESA CINEMATOGRAFICA ITAPETININGA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 05.762.295/0004-08, situada na Av. Dom Pedro II, nº 35, centro, do Município de Videira (SC).

DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso II.

Objeto: Contratação da Empresa Cinematográfica, para a oferecer as crianças da Escola Municipal Madre Leontina (Maternal III ao Pré II) e (2º ao 5º ano), do Município de Ibicaré, totalizando 306 (trezentos e seis) crianças nos dias 11/10 e 17/10, repassando informação cultural com filme de longa metragem em 3D

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: [licitacao@ibicare.sc.gov.br](mailto:licitacao@ibicare.sc.gov.br), site: [www.ibicare.sc.gov.br](http://www.ibicare.sc.gov.br), FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 11 de outubro de 2018

Gianfranco Volpato

Prefeito

### EXTRATO CONTRATO Nº 090/2018

Publicação Nº 1772728

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Contrato nº 090/2018

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 62/2018, modalidade Dispensa de Licitação nº 08/2018, fundamentado nas disposições da Lei nº 8666/93.

OBJETO: Contratação de Empresa Cinematográfica, para a oferecer as crianças da Escola Municipal Madre Leontina (Maternal III ao Pré II) e (2º ao 5º ano), do Município de Ibicaré/SC, totalizando 306 (Trezentos e seis) crianças, nos dias 11/10 e 17/10/2018, repassando informação cultural com filme de Longa Metragem em 3D.

VALOR TOTAL: R\$ 5.508,00 (Cinco mil, quinhentos e oito reais)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADA: EMPRESA CINEMATOGRAFICA ITAPETININGA LTDA

VIGÊNCIA: 31 de outubro de 2018.

Ibicaré, SC, aos 11 de outubro de 2018.

Gianfranco Volpato

Prefeito

## EXTRATO PROCESSO SELETIVO Nº 007-2018

Publicação Nº 1772776

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2018

O Município de Ibicaré, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.448/0001-30, com sede na rua D. Pedro II, 133, centro, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. Gianfranco Volpato, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que estabelece a Lei Municipal 1.887/17, faz saber que estará realizando PROCESSO SELETIVO, visando à seleção de jovens alunos para preenchimento de vagas reservadas a este Município junto ao Centro de Educação Profissional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva – CEDUP de Água Doce – SC, para o ano letivo de 2019.

### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O processo seletivo será regido pelas regras do presente edital no intuito de disponibilizar até 15 (quinze) vagas pelo sistema de Regime de Matrícula Interno, compreendendo também alimentação e alojamento, pelo período de 01 (um) ano letivo, no CEDUP de Água Doce, correspondente ao Curso Técnico em Agropecuária.

### DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO

As inscrições serão realizadas nos dias úteis, no período de 01 de novembro de 2018 a 07 de dezembro 2018, exclusivamente na modalidade presencial, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, sito à Rua São José, nº 140, Centro, na cidade de Ibicaré-SC. Edital completo no site [www.ibicare.sc.gov.br](http://www.ibicare.sc.gov.br).

Ibicaré (SC), 10 de outubro de 2018.

Gianfranco Volpato

Prefeito

# Ibirama

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 001/2018 - PROCESSO SELETIVO 002/2018

Publicação Nº 1772125

EDITAL Nº 001/2018 – ABRE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO 002/2018

MODALIDADE: PROCESSO SELETIVO

MUNICÍPIO: IBIRAMA/SC

ADRIANO POFFO, Prefeito de Ibirama/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO, sob o Regime Estatutário Lei 67/2007, Lei Complementar Nº 21 de 04 de dezembro de 2001, Lei Complementar Nº 64, de 11 de dezembro de 2007, bem como suas alterações e/ou complementos, para provimento de vagas legais e formação de cadastro reserva do quadro geral dos servidores da Prefeitura Municipal de Ibirama/SC, com a execução técnico-administrativa da empresa Atena Assessoria Educacional, o qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital e seus anexos.

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A divulgação oficial do inteiro teor deste Edital dar-se-á com a afixação no Mural da Prefeitura Municipal de Ibirama, bem como, na internet, pelos sites [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br) e [atena.listaeditais.com.br](http://atena.listaeditais.com.br), sendo seu extrato veiculado em jornal "Vale do Norte" de circulação regional. Os demais editais relativos às etapas do Processo Seletivo Público serão publicados no Mural da Prefeitura Municipal de Ibirama, bem como, na internet, nos sites acima mencionados.

O Processo Seletivo seguirá o seguinte Cronograma de Execução:

CRONOGRAMA	
10/10/2018	Publicação do Edital de Abertura de Inscrições
11 e 12/10/2018	Prazo para impugnação do Edital de Inscrições
15/10/2018	Publicação das decisões acerca das impugnações ao Edital de Abertura de Inscrições (caso houver recursos)
16/10 à 14/11/2018	Período de Inscrições
16/11/2018	Último dia para pagamento da taxa de inscrição
21/11/2018	Publicação do Rol dos Inscritos
22 e 23/11/2018	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
23/11/2018	Divulgação dos pedidos de atendimento e vaga especial
26 e 27/11/2018	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de atendimento e vaga especial
28/11/2018	Publicação do julgamento dos recursos do não deferimento do pedido de inscrição e do atendimento e vaga especial (caso houver recursos), Homologação das Inscrições e dos pedidos de atendimento e vaga especial e convocação para Prova Objetiva.
30/11/2018	Recolha dos Diplomas/Certificados referente à Prova de Títulos e documentos comprobatórios para as solicitações Vaga e Atendimento especial e condição desempate - júri.
02/12/2018	Realização da Prova Objetiva
02/12/2018	Divulga o gabarito da prova objetiva - Após as 18hs
03 e 04/12/2018	Prazo para recursos da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova objetiva
05/12/2018	Publicação do julgamento dos recursos contra a formulação das questões e da discordância com o Gabarito (Caso houver Recurso), Publicação do Gabarito Definitivo, Notas da prova objetiva e da Prova de Títulos e a respectiva classificação
06 e 07/12/2018	Prazo para recursos da nota da prova objetiva e classificação
10/12/2018	Publicação do julgamento dos recursos contra nota da prova objetiva e de títulos (caso houver recursos) e Homologação do resultado final

As datas definidas neste Edital poderão sofrer alteração em virtude da necessidade de ajustes operacionais, mediante a publicação de Edital nos meios de comunicação acima estipulados. Todos os horários definidos neste Edital, seus Anexos e demais publicações oficiais referentes ao andamento deste certame têm como referência o Horário de Brasília-DF.

É importante destacar que todos os interessados em participar deste Processo Seletivo deverão obrigatoriamente ler na íntegra este Edital e seus Anexos. É de inteira responsabilidade dos candidatos conhecer todas as normas e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos. Efetuada inscrição, o candidato manifesta tacitamente o conhecimento e aceitação das regras editalícias, bem como quanto à realização das provas nos prazos estipulados, não cabendo qualquer alegação de desconhecimento.

Por se tratar de Processo Público, concretizada a inscrição, o candidato manifesta tacitamente ciência de que seus dados (nome e número de inscrição) e resultados também serão públicos, anuindo assim com a sua publicação nos meios acima referidos.

As informações prestadas pelo candidato e eventuais documentos entregues por ele são de sua inteira responsabilidade, podendo responder, no caso de falsidade, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do certame.

Durante todo o curso deste certame, é assegurado ao candidato o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos deste Edital.

É de inteira responsabilidade do candidato, seguir estritamente as instruções contidas neste Edital, bem como acompanhar os comunicados



e os Editais referentes ao andamento deste processo, divulgados nos meios acima mencionados.

Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Municipal Coordenadora Processo Seletivo em conjunto com a Atena Assessoria Educacional.

## CAPITULO I - DOS CARGOS E DAS VAGAS

1.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento de vagas e à formação de cadastro reserva para os cargos mencionados na tabela deste capítulo, atualmente vagos e dos que vierem a vagar.

1.2. Os candidatos aprovados em todas as fases do Processo Seletivo e convocados para nomeação estarão sujeitos conforme regulamentação do Regime Estatutário Lei 67/2007 – Lei Complementar Nº 21 de 04 de dezembro de 2001 e Lei Complementar Nº 64, de 11 de dezembro de 2007, bem como suas Alterações, Legislações Complementares e/ou Regulamentadoras e pelas demais normas legais.

1.3. O prazo de validade do Processo Seletivo será de 1 (um) ano, contados a partir da data da homologação do resultado final.

1.4. Os candidatos aprovados serão nomeados segundo a necessidade de pessoal e disponibilidade orçamentária da Prefeitura Municipal de Ibirama, obedecendo à ordem de classificação final e as vagas abertas, podendo os remanescentes serem aproveitados dentro do prazo de validade do Processo Seletivo, à medida que forem surgindo novas vagas.

1.5. Os vencimentos constantes na Tabela 1, deste capítulo, correspondem à faixa inicial de cada cargo.

Tabela 1 – Vencimento inicial por carga horária:

Para os Cargos de Professor			
Habilitado		Não Habilitado	
Carga horária	Salário Base	Carga horária	Salário Base
40 horas	R\$ 2.592,74	40 horas	R\$ 2.455,35
30 horas	R\$ 1.944,56	30 horas	R\$ 1.841,51
20 horas	R\$ 1.296,36	20 horas	R\$ 1.227,67
10 horas	R\$ 648,51	10 horas	R\$ 613,83
Para o cargo de Servente/Merendeira			
Carga horária		Salário Base	
44 horas		R\$ 864,85 + 60%* = R\$ 1.383,76	
Para o Cargo de Psicólogo			
40 horas		R\$ 2.890,23	

\* 60% = gratificação de atribuição devida a partir do artigo 1º da Lei 3058/2014.

1.5.1. Será concedido auxílio-alimentação, conforme previsto na Lei 2.863/2011.

1.5.2. Será concedido 5% de regência de classe aos professores conforme Lei Nº 2.794, de 14 de Fevereiro de 2011.

1.6. A carga horária para contratação dos cargos para magistério, será definida conforme necessidade do Poder Executivo, informada na Chamada para Escolha de Vagas.

1.7. As atribuições dos cargos estão disponíveis no Anexo I deste edital.

1.8. A nomeação para os cargos designados como Cadastro Reserva fica condicionada à liberação e/ou à criação futura de vagas no prazo de validade deste Processo Seletivo e ao interesse público.

1.9. Os cargos, vagas e requisitos de habilitação de exigência para contratação, estão estabelecidos na tabela 2 deste capítulo, especificadas abaixo:

Tabela 2: Especificações dos Cargos:

Cargos	Total de Vagas	Requisitos e exigências de habilitação
Professor Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	CR1	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia; ou Diploma/Certificado de Conclusão do Magistério. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.
Professor de Ciências	CR	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Ciências. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Plena em Ciências.
Professor de História	CR	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em História; Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Plena em História.
Professor de Geografia	CR	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Geografia; Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Plena em Geografia.
Professor de Ensino Religioso	CR	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Ciências da Religião; ou Curso de Licenciatura Plena em Ensino Religioso. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Ciências da Religião; ou Curso Licenciatura Plena em Ensino Religioso.
Professor de Educação Física	CR	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no Conselho Regional de Educação Física, conforme Lei nº 9.696/98. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Plena em Educação Física.



Professor de Arte	CR	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Educação Artística ou Curso de Licenciatura Plena em Artes; Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Plena em Educação Artística; ou Curso de Licenciatura Plena em Artes.
Professor de Língua Estrangeira – Inglesa	CR	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras -Inglês. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Plena Letras -Inglês.
Professor de Língua Estrangeira – Alemão	CR	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Alemão. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Plena em Alemão.
Professor de Língua Portuguesa	CR	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras Português. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Plena em Letras Português.
Professor de Matemática	CR	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Matemática. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Plena em Matemática.
Professor de Artes Marciais Tae-kwon-do	CR	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de curso de Graduação em Educação Física, acompanhado de Experiência Profissional específica na modalidade, comprovada por meio de declaração concedida pela Federação Oficial da modalidade especializada, e/ou órgão público ou privado, com no mínimo 1 ano de experiência, com Registro no Conselho Regional de Educação Física, conforme Lei nº 9.696/98. Não Habilitado - Certidão de Frequência em Curso de Licenciatura Plena em Educação Física, acompanhado de Experiência profissional específica na modalidade, comprovada por meio de declaração concedida pela Federação Oficial da modalidade especializada, ou órgão público ou privado, com no mínimo 1 ano de experiência.
Professor de Artes Marciais karatê	CR	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de curso de Graduação em Educação Física, acompanhado de Experiência Profissional específica na modalidade, comprovada por meio de declaração concedida pela Federação Oficial da modalidade especializada, ou órgão público ou privado, com no mínimo 1 ano de experiência, com Registro no Conselho Regional de Educação Física, conforme Lei nº 9.696/98. Não Habilitado - Certidão de Frequência em Curso de Licenciatura Plena em Educação Física, acompanhado de Experiência profissional específica na modalidade, comprovada por meio de declaração concedida pela Federação Oficial da modalidade especializada, ou órgão público ou privado, com no mínimo 1 ano de experiência.
Professor de Patinação	CR	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Dança ou Educação Física (Neste caso, com Registro no Conselho Regional de Educação Física, conforme Lei nº 9.696/98). Acompanhado de Experiência profissional específica na modalidade, comprovada por meio de declaração concedida por órgão público ou privado, com no mínimo 1 ano de experiência. Não Habilitado – Certidão de Frequência em Curso de Licenciatura Plena em Dança ou Educação Física, acompanhado de Experiência profissional específica na modalidade, comprovada por meio de declaração concedida por órgão público ou privado, com no mínimo 1 ano de experiência.
Professor de Informática	CR	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Informática. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Plena em Informática.
Psicólogo	CR	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior em Psicólogo, com registro no Órgão Fiscalizador do exercício profissional.
Servente/Merendeira	CR	Ser alfabetizado

1 CR = Cadastro Reserva.

1.10. A escolaridade, exigências e requisitos exigidos para contratação deverão ser comprovados quando da admissão do candidato para o cargo no qual prestou o processo seletivo e foi aprovado.

1.11. Os candidatos deverão manter seu endereço atualizado no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, durante todo o período de validade do processo seletivo, sob pena de perda da classificação.

1.12. Caso o candidato que não deseje assumir de imediato na 1ª Chamada de escolha de vagas, ou não comparecer no dia da escolha previsto no item 1.16, passará para o final da lista dos aprovados, para concorrer a novos chamamentos, observada sempre a ordem de classificação e a validade do Processo Seletivo.

1.13. O candidato que integrar o cadastro de Reserva na opção de Professor (Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental) poderá constar em duas classificações, sendo uma, a dos interessados em trabalhar no período de plantão nos CEIS em janeiro de 2019 e a outra no ano letivo de 2019, devendo os mesmos indicar interesse no momento da inscrição.

1.14. A conclusão do Curso de Licenciatura Plena em outra disciplina não habilita o candidato que possuir conclusão de Curso de Bacharelado na disciplina específica.

1.15. As vagas para a 1ª chamada serão publicadas em Edital no dia 13/12/2018, no site da Prefeitura de Ibirama (<http://www.ibirama.sc.gov.br>).

1.16. A 1ª chamada para escolha de vagas será realizada no dia 17/12/2018, com horários e normas a serem publicadas no Edital mencionado no item 1.15. tendo como local Escola Municipal Christa Sedlacek, localizada à Rua Elizabeth Weschenfelder Nº 111, Bairro Ponto Chic – Ibirama – SC.

1.17. Após a 1ª chamada, as vagas remanescentes e as novas vagas serão divulgadas no site da Prefeitura de Ibirama (<http://www.ibirama.sc.gov.br>) e oferecidas aos candidatos aprovados respeitando a listagem de classificação, conforme o surgimento das mesmas no decorrer do ano de 2019, sendo de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar os cronogramas de chamada disponibilizados no site acima citado.

1.17.1. Após a escolha de vagas prevista no item 1.16, os candidatos deverão se apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Ibirama, na Rua Getúlio Vargas nº 70, Centro de Ibirama - SC, no horário de funcionamento, munidos dos documentos previstos no item 6.3 para efetivação da contratação, conforme cronograma abaixo:

1.17.1.1. Candidato que optarem para trabalhar no Plantão de Férias nos CEIS até 09/01/2019.

1.17.1.2. Candidato que optarem para trabalhar durante o ano letivo 2019 até 31/01/2019.

1.17.2. Os candidatos que forem convocados por intermédio de chamadas subsequentes, terão o prazo de 2 (dois) dias úteis, para se apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Ibirama, na Rua Getúlio Vargas nº 70, Centro de Ibirama - SC, no horário de funcionamento, para assumir as aulas da vaga escolhida.

1.17.3. Passado o prazo, fica a Secretaria Municipal de Educação autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação. Caso o candidato não se apresentar no prazo determinado, passará para o final da lista dos aprovados, para concorrer a novo chamamento, observada sempre a ordem de classificação e a validade do Processo Seletivo.

1.18. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração. O candidato somente poderá escolher vaga mediante a apresentação de um dos Documentos de Identidade Oficial com foto, original ou fotocópia.

1.19. A classificação para os cargos de professor, será composta por duas listas, uma de Habilitados e outra de não Habilitados, seguindo os critérios estabelecidos na Tabela 2, do item 1.9. O enquadramento na lista dos Habilitados e Não Habilitados, será feita com base nos documentos (Diplomas/Certificados) entregues para a Prova de Títulos.

1.20. O candidato deve estar ciente que a habilitação mínima será exigida no ato da contratação. A não comprovação da habilitação mínima pelo candidato, prove sua exclusão da chamada, sem direito a contratação, sendo reclassificado ao final da lista de aprovados, respeitando a sequência de classificação.

1.21. A habilitação apresentada no ato da contratação, constituirá o nível de contratação do candidato, respeitando as exigências e os requisitos mínimos para nomeação ao cargo.

1.22. A chamada dos candidatos não habilitados deverá ocorrer depois de esgotadas todas às possibilidades de admissão dos candidatos habilitados.

## CAPITULO II – DA INSCRIÇÃO

### Seção I

#### Das condições para inscrição

2.1. Para se inscrever o candidato deverá ler o edital em sua íntegra e preencher as condições para inscrição especificadas a seguir:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou cidadão português, a quem tenha sido deferida a igualdade nas condições prevista no Decreto Presidencial nº 70.436, de 18/04/1972, ou gozar das prerrogativas previstas no art. 12 da Constituição Federal e demais disposições de lei, no caso de estrangeiros;

b) Ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos no ato da nomeação;

c) No caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;

d) Ser eleitor e estar quite com a Justiça Eleitoral;

e) Possuir os REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS para o cargo, especificado na tabela 1 citadas no capítulo I, deste edital;

f) Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória nos termos do Artigo 40, inciso II, da Constituição Federal;

g) Não ocupar cargo, emprego ou função pública, ressalvados os acumuláveis previstos no Artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal;

h) Candidato com deficiência, verificar capítulo próprio neste Edital;

2.2. A comprovação dos documentos exigidos para inscrição estabelecidos no item 2.1, deste capítulo e seus subitens, será solicitada por ocasião da contratação do candidato.

2.3. A não apresentação de qualquer dos documentos implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato em decorrência de sua habilitação no processo seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes de sua inscrição.

### Seção II

#### Da Inscrição

2.4. A inscrição do candidato implicará na completa ciência e aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e na legislação pertinente, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

2.5. As inscrições serão realizadas somente por meio da INTERNET, através do endereço eletrônico [atena.listaeditais.com.br](http://atena.listaeditais.com.br) iniciando-se às 10hs do dia 16/10/2018 e encerrando-se, impreterivelmente, no dia 14/11/2018, às 23hs59min.

2.5.1. O candidato para o Cargo de Servente/Merendeira que possua dificuldade na realização de inscrição, seja por motivos de acesso a computadores ligados a internet ou por dificuldade de compreensão e operacionalização do requerimento de inscrição via plataforma on-line, poderá solicitar junto Departamento de Gestão de Pessoas, no endereço Rua Dr. Getúlio Vargas, Nº 70 – Centro – Ibirama – SC, auxílio para efetivação da sua inscrição.

2.6. O candidato ao realizar sua inscrição, deverá preencher o formulário de inscrição on-line e transmitir os dados pela Internet.

2.7. O candidato deverá OBRIGATORIAMENTE EFETUAR O PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, ATRAVÉS DO BOLETO BANCÁRIO EMITIDO PELA INTERNET.

2.7.1. O documento de boleto bancário estará disponível no endereço eletrônico [atena.listaeditais.com.br](http://atena.listaeditais.com.br) e deverá ser impresso para o pagamento obrigatório da taxa de inscrição, após a conclusão do preenchimento do Formulário de inscrição on-line, pagável em toda a rede

bancária, com vencimento em 16/11/2018.

2.7.2. Ao emitir o boleto bancário, certifique-se que o computador utilizado seja confiável e que esteja com o antivírus atualizado para, assim, evitar possíveis fraudes na geração do boleto bancário supracitado.

2.7.3. O boleto bancário a ser gerado para este Processo Seletivo será emitido pela Caixa Econômica Federal.

2.7.3.1. A representação numérica do código de barras (linha digitável) constante no boleto bancário sempre iniciará com o número 104 que identifica a Caixa Econômica Federal.

2.7.3.2. Antes de efetuar o pagamento, verifique se os primeiros números constantes no código de barras pertencem ao Caixa Econômica Federal. Boleto gerados por outras instituições bancárias para o pagamento da taxa de inscrição deste Processo Seletivo são boletos falsos.

2.7.3.3. Será de responsabilidade do candidato ficar atento para as informações do boleto bancário, a fim de evitar fraudes no pagamento.

2.7.4. Não será aceito pagamento da taxa de inscrição por depósito em caixa eletrônico, pelos Correios, fac-símile, transferência, DOC, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional ou após a data de vencimento especificada no boleto bancário ou por qualquer outro meio que não o especificado neste Edital. O pagamento por "agendamento" somente será aceito se comprovada a sua efetivação dentro do período de inscrição.

2.7.5. Os candidatos que efetuarem o pagamento da taxa de inscrição em desacordo com as instruções deste Capítulo, NÃO TERÃO A SUA INSCRIÇÃO EFETIVADA.

2.7.6. O pagamento após a data de vencimento implica a não efetivação da inscrição.

2.7.7. As inscrições somente serão homologadas após a compensação dos valores recolhidos, não se responsabilizando a Prefeitura Municipal de Ibirama e Atena Assessoria Educacional por eventuais atrasos ou erros decorrentes dos trâmites bancários. Também não se responsabilizará pelo não recebimento de solicitação de inscrição por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2.8. Os candidatos poderão se inscrever:

a) Para o cargo de Professor em até duas áreas, desde que obedecida à habilitação mínima exigida para cada cargo e efetue uma inscrição para cada cargo e efetive o pagamento de uma taxa de inscrição para cada cargo.

b) Para o cargo de Servente/Merendeira.

c) Para o Cargo de Psicólogo.

2.8.1. Havendo mais de duas inscrições para o mesmo candidato (para o cargo de professor) ou mais de uma (Psicólogo e Servente/Merendeira) será deferida (validada) as inscrições mais recentes, devidamente pagas.

2.8.2. Ocorrendo pagamento duplicado de um mesmo boleto bancário, não haverá restituição parcial ou integral dos valores pagos a título de taxa de inscrição.

2.9. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de cargo sob hipótese alguma, portanto, antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, verifique atentamente o cargo de interesse.

2.10. O candidato inscrito NÃO deverá enviar cópia de documento de identidade, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato, os dados cadastrais informados no ato de inscrição, sob as penas da lei.

2.10.1. Serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, são válidos como documentos de identidade, como, por exemplo, as Carteiras do CRA, CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).

2.10.2. O documento de identidade utilizado pelo candidato para a realização da inscrição deverá ser o mesmo utilizado para ingresso no local de realização da prova e para tratar de seus interesses junto ao Município de Ibirama e à Atena Assessoria Educacional.

2.10.3. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

2.10.4. O candidato deverá estar ciente de que, caso não validado o documento de identificação, não poderá fazer a prova.

2.10.5. Para efetivar sua inscrição, é imprescindível que o candidato possua número de CPF - Cadastro de Pessoa Física regularizado.

2.11. Não haverá devolução de importância paga, diante de equívocos cometidos pelo candidato e nem isenção total ou parcial de pagamento do valor da taxa de inscrição.

2.12. O deferimento da inscrição dependerá do correto preenchimento do Formulário de Inscrição via Internet pelo candidato.

2.13. As informações prestadas no Formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo à Prefeitura Municipal de Ibirama o direito de excluir do Processo Seletivo aquele que preenchê-la com dados incorretos, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

2.14. O candidato com deficiência deverá ler atentamente o Capítulo III deste edital.

2.15. O descumprimento das instruções para inscrição implicará a não efetivação da inscrição.

2.16. A Prefeitura Municipal de Ibirama e a Atena Assessoria Educacional não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

2.17. O comprovante de pagamento da inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas, quando solicitados.

2.18. O Município de Ibirama e a Atena Assessoria Educacional não possuem qualquer responsabilidade com despesas de deslocamento e estadia efetuadas pelos candidatos em razão deste Processo Seletivo.

### Seção III

#### Da homologação das inscrições

2.19. No dia 21/11/2018 será publicado Edital com relação nominal dos candidatos inscritos, no Mural da Prefeitura Municipal de Ibirama bem como, na internet, pelos sites [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br) e [atena.listaeditais.com.br](http://atena.listaeditais.com.br)

2.20. O candidato deverá consultar o Edital de Homologação das Inscrições, bem como a relação de candidatos homologados para confirmar sua inscrição.

2.21. Caso a inscrição não tenha sido homologada, o candidato poderá a seu critério interpor pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.

2.22. Se mantida a não homologação, o candidato será eliminado do Processo Seletivo, não assistindo direito de realizar as provas, exceto se, por ocasião das provas, apresentar documento de inscrição e comprovante de pagamento válidos que permitam a inclusão da inscrição.

2.23. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas às exigências no dia 28/11/2018, após julgados os recursos, a lista dos inscritos será homologada pelo Prefeito Municipal.

#### Seção IV

##### Do valor da Inscrição

2.24. Será cobrado o valor de R\$ 50,00 (Cinquenta Reais) por inscrição/área para os cargos de Professor e Psicólogo.

2.24.1. O(A) candidato(a) ao cargo de professor que optar em realizar a inscrição para dois cargos, deverá efetivar uma inscrição para cada cargo, gerando um código e uma taxa de inscrição para cada cargo.

2.25. Será cobrado o valor de R\$ 25,00 (Vinte e cinco Reais) para o cargo de Servente/Merendeira.

### CAPITULO III – DAS VAGAS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E CONDIÇÕES ESPECIAIS

#### Seção I

##### Das disposições para as pessoas com necessidades especiais

3.1. Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo.

3.2. Será reservada vaga para candidato com deficiência, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, na proporção de um para cada vinte candidatos, equivalente a 5% das vagas a serem ofertadas, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal nº 7.853/1989, Decreto Federal nº 3.298/1999, Decreto nº 5.296/04 e Lei Estadual/SC nº 12.870/2004 e suas respectivas alterações.

3.3. A publicação do resultado final do processo seletivo será feita em duas listas, contendo a primeira a pontuação de todos os candidatos, inclusive as pessoas com necessidades especiais, e a segunda somente a pontuação destes últimos, de acordo com a ordem classificatória entre os seus congêneres.

3.4. Será considerada com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto Federal nº 3.298/1999, Decreto nº 5.296/04 e Lei Estadual/SC nº 12.870/2004 e suas respectivas alterações.

3.4.1. Considera-se, para os efeitos da legislação:

3.4.1.1. Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparisia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "a", c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, I).

3.4.1.2. Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "b", c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, II).

3.4.1.3. Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "c", c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, II)

3.4.1.4. Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho. (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "d"; e Decreto nº 3.298/99, art. 4º, I).

3.4.1.5. Deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

3.5. A condição de pessoa com deficiência pode ser comprovada por meio de:

3.5.1. Laudo médico, emitido por médico do trabalho ou médico da área da saúde/especialista, atestando enquadramento legal do candidato para integrar a cota, de acordo com as definições estabelecidas na legislação vigente.

3.5.1.1. O laudo médico deverá, obrigatoriamente, especificar o tipo de deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, origem da deficiência, com descrição detalhada das alterações físicas (anatômicas e funcionais), sensoriais, intelectuais e mentais, com descrição das limitações funcionais para atividades da vida diária e social e dos apoios necessários, atestando que a deficiência está enquadrada nas definições dos artigos 3º e 4º do Decreto nº 3.298/1999, com alterações do Decreto nº 5.296/2004, Lei Estadual nº 12.870/2004, Lei nº 12.764/2012, de acordo com dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009 e recomendações da IN 98/SIT/2012, e que a deficiência não impede o candidato ao exercício a que se inscreveu.

3.5.2. Certificado de Reabilitação Profissional emitido pelo INSS.

3.6. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher no formulário de inscrição o cargo a que deseja concorrer e selecionar a opção pessoas com deficiência, bem como entregar impreterivelmente no dia 30/11/2018, das 9hs às 12hs e das 13h30min às 16hs, na Secretaria Municipal de Educação, Rua Dr. Getúlio Vargas, Nº 70 – 2º Piso – Centro – Ibirama – SC, os seguintes documentos:

a) Laudo médico (original ou cópia legível e autenticada em cartório), emitido há menos de um ano, caso não contiver expressamente que se trata de deficiência irreversível, conforme item 3.5.1.1. ou Certificado de Reabilitação Profissional emitido pelo INSS.

b) Requerimento, conforme modelo Anexo V deste Edital, solicitando vaga especial, constando o tipo de deficiência.

3.6.1. Caso o candidato não entregar o laudo médico e o respectivo requerimento o prazo determinado, não concorrerá às vagas reservadas para pessoas com deficiência, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha marcado tal opção no formulário de inscrição.



## Seção II

## Do atendimento aos candidatos com necessidades especiais

3.7. O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá marcar essa opção no formulário de inscrição, bem como indicar os recursos especiais necessários e, ainda, entregar impreterivelmente no dia 30/11/2018, das 9hs às 12hs e das 13h30min às 16hs, na Secretaria Municipal de Educação, Rua Dr. Getúlio Vargas, Nº 70 – 2º Piso – Centro – Ibirama – SC, os seguintes documentos:

a) Laudo médico (original ou cópia legível e autenticada em cartório), emitido há menos de um ano, caso não contiver expressamente que se trata de deficiência irreversível, que justifique o atendimento especial solicitado; e

b) no caso de tempo adicional, também Parecer Original emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a necessidade de tempo adicional, conforme Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e alterações.

b1) Prezado pela isonomia de tratamento entre os candidatos, por padrão, será concedida 1 (uma) hora adicional a candidatos nessa situação.

3.7.1. Caso não for apresentado o Laudo Médico e/ou Parecer Original, o candidato não terá deferida a sua solicitação.

3.7.2. O candidato que encaminhar a documentação para concorrer à vaga especial para Pessoas com Deficiência e necessitar de atendimento especial poderá utilizar o mesmo laudo para ambos os pedidos.

3.8. Após período referido no item 3.7, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior desde que devidamente comprovados.

3.9. Os pedidos devem ser formalizados por escrito e serão examinados juntamente com o laudo e/ou parecer para verificação das possibilidades operacionais de atendimento. A solicitação de atendimento especial estará sujeita à análise da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido, podendo, ainda, a Comissão deste processo solicitar ao candidato outras informações e/ou documentação complementar.

3.9.1. O fornecimento do Laudo Médico (original ou cópia autenticada em cartório) e/ou Parecer Original, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

3.9.2. O Laudo Médico (original ou cópia autenticada em cartório) e o Parecer Original terão validade somente para este Processo Seletivo e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias desses documentos.

3.10. O laudo médico será analisado e, caso não atenda às exigências previstas o candidato não terá sua inscrição deferida para concorrer à vaga como pessoa com deficiência.

3.11. O candidato com deficiência submeter-se-á, quando convocado, à avaliação de equipe multiprofissional, conforme Decreto Federal nº 3.298/99 e Decreto Federal 5.296/04, que terá a decisão terminativa sobre:

3.11.1. a qualificação do candidato com deficiência ou não; e

3.11.2. o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício do cargo.

3.12. O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.13. O candidato que apresentar Laudo Médico falso com referência a sua deficiência será excluído, se confirmada tal situação, em qualquer fase deste Processo Seletivo, sujeitando-se às consequências legais pertinentes.

3.14. A pessoa com deficiência que não preencher no requerimento de inscrição a opção por disputar às vagas à pessoa com deficiência, ou que não atender as exigências previstas não terá direito ao pleito das vagas a elas reservadas.

3.14.1. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

3.15. O resultado referente ao deferimento ou não para concorrer à vaga como pessoa com deficiência será realizada juntamente com a homologação das inscrições.

3.16. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deve solicitar atendimento especial para tal fim, por meio do requerimento (ANEXO VI), sendo dispensada a apresentação de laudo.

3.17. No dia da prova, a candidata deverá apresentar certidão de nascimento da criança e levar um(a) acompanhante, que ficará em sala reservada com a criança e será o(a) responsável pela sua guarda.

3.18. A candidata que não levar acompanhante maior de idade não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

3.19. A criança não poderá permanecer desacompanhada de responsável.

3.20. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

3.21. Para garantir a aplicação dos termos e condições deste Edital, a candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada por Fiscal, sem a presença do responsável pela guarda da criança.

3.22. Considerando-se a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais durante as provas, aqueles que, por razões de saúde, fizerem uso de marca-passos, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão comparecer ao local de provas munidos dos exames e laudos que comprovem o uso de tais equipamentos, sob possibilidade de serem excluídos sumariamente do certame.

## CAPITULO IV – DAS PROVAS

4.1. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas – Anexos III e IV deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

4.2. A prova objetiva terá 30 questões, distribuídas da forma abaixo:

Tabela de Avaliações					
Cargos	Provas/Disciplina		Nº de Questão	Peso p/ Questão	Peso Final
Servente/Merendeira e Psicólogo	Prova Objetiva	Matemática/Raciocínio Lógico	05	0,10	0,50
		Língua Portuguesa	05	0,20	1,00
		Atualidades/Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
		Conhecimentos Específicos	15	0,50	7,50
		Total	30	--	10,00

Todos os Cargos de Professor	Prova Objetiva	Matemática/Raciocínio Lógico	05	0,10	0,50
		Língua Portuguesa	05	0,20	1,00
		Atualidades/Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
		Conhecimentos Específicos	15	0,50	7,50
		Total	30	--	10,00
	Prova de Títulos	Normas estabelecidas no Anexo III	-	10,00	10,00

4.2.1. Para o cargo de professor que optarem em escolher duas áreas, as questões de conhecimento específico serão compostas de 15 questões específicas para cada área. Sendo que as Questões de Conhecimento Geral valerá para os dois cargos.

4.2.2 Prova Objetiva (PO) objetiva, de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter Classificatório/Eliminatório, com nota mínima de 4,00 (quatro) pontos, a ser aplicada para todos os candidatos.

a) O candidato que não atingir a nota mínima de 4,00 pontos na Prova Objetiva, será desclassificado do Processo Seletivo.

b) A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 2 (dois) decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos.

4.3. Prova de Títulos (PT), de caráter classificatório, a ser aplicada a todos os candidatos, (exceto para os cargos de Servente/Merendeira e Psicólogo), conforme Anexo IV e VIII, podendo perfazer um total de 10 (dez) pontos.

4.5. A Nota Final (NF) será composta pela seguinte forma:

4.5.1.  $NF = (PO \times 0,7) + (PT \times 0,3)$

4.5.2. Sendo PO = Prova Objetiva e PT = Prova de Títulos

4.5.3. A Nota Final (NF) para os cargos de Servente/Merendeira e Psicólogo será composta pela Nota da Prova Objetiva.

## Seção I

Da realização das provas e da divulgação dos resultados

4.6. A Prova Objetiva será realizada no dia 02/12/2018, com duração mínima de 30 minutos e máxima de 3 horas, com início às 9h, tendo como local a Escola Municipal Christa Sedlacek, localizada à Rua Elizabeth Weschenfelder Nº 111, Bairro Ponto Chic – Ibirama – SC– Centro – Ibirama/SC.

4.7. A recolha dos títulos será realizada no dia 30/11/2018, das 9hs às 12hs e das 13h30min às 16hs, tendo como local a Secretaria Municipal de Educação, Rua Dr. Getúlio Vargas, Nº 70 – 2º Piso – Centro – Ibirama – SC.

4.8. Os documentos a serem entregues na Prova de Títulos, podem ser apresentados em cópias simples, porém acompanhados dos originais para conferência. A qualquer momento durante a validade do Processo Seletivo, se solicitado, o(a) candidato(a) deverá apresentar os documentos originais para reanálise, a recusa, caracterizar-se-á eliminação do certame.

4.9. A realização da Prova Objetiva dar-se-á conforme disposto no Anexo III deste Edital.

4.10. A classificação dos títulos estará em consonância como o descrito no Anexo IV deste Edital.

4.11. Os gabaritos das provas objetivas serão disponibilizados via internet, nos sites [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br) e [atena.listaeditais.com.br](http://atena.listaeditais.com.br), no dia 02/12/2018 após as 18h.

4.12. No dia 05/12/2018, será publicado o gabarito definitivo e a classificação provisória.

4.13. O conteúdo programático da prova objetiva está descrito no Anexo II.

4.14. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

4.14.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo Público, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

4.14.2. Para os casos previstos na Lei Federal nº 11.689, de 9 de junho de 2008 (alterou o Art. 440, Código de Processo Penal), será assegurada a preferência em igualdade de condições em Concurso Público, desde que empatado e que tenha exercido a função de jurado, devidamente comprovado.

4.14.3. O candidato que desejar exercer a preferência na condição de jurado deverá preencher o formulário Anexo VII deste Edital, e entregar individualizado em caso de inscrição em mais de um cargo, impreterivelmente no dia 30/11/2018, das 9hs às 12hs e das 13h30min às 16hs, na Secretaria Municipal de Educação, Rua Dr. Getúlio Vargas, Nº 70 – 2º Piso – Centro – Ibirama – SC, acompanhado dos seguintes documentos:

a) Cópia do RG e CPF;

b) Cópia autenticada ou original da Certidão, Declaração, Atestado, ou outros documentos públicos expedidos pela Justiça Estadual ou Federal, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do Art. 440, Código de Processo Penal (alterado pela Lei Federal nº 11.689/08), a partir da vigência da Lei.

4.15. Após a aplicação dos critérios acima, se ainda persistir o empate, o desempate ocorrerá, conforme segue:

4.15.1. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

4.15.2. Que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

4.15.3. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

4.15.4. Que obtiver melhor nota na prova de Matemática/Raciocínio Lógico;

4.15.4. Que possuir maior número de dependentes.

4.15.5. Que tiver maior idade

4.16. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência, divulgados nos mesmo meios de comunicação expresso neste Edital.

4.17. O não comparecimento do candidato na prova objetiva implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.

4.18. A lista de Classificação Final, homologada pelo Prefeito Municipal será publicada no dia 07/12/2018, Mural da Prefeitura Municipal de Ibirama bem como, na internet, pelos sites [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br) e [atena.listaeditais.com.br](http://atena.listaeditais.com.br)

## CAPITULO V – DOS RECURSOS

5.1. Será admitido recurso quanto:

- a) Deste Edital de Abertura de Inscrições
  - b) Ao indeferimento/não processamento de inscrição;
  - c) Ao indeferimento do pedido de atendimento especial;
  - d) À formulação das questões, respectivos quesitos e gabaritos;
  - e) Aos resultados das provas aplicadas no Processo Seletivo.
- 5.2. Todos os recursos deverão ser interpostos em até 02 (dois) dias, após a divulgação por Edital, de cada evento.
- 5.3. Os recursos deverão ser preenchidos/digitados no site [atena.listaeditais.com.br](http://atena.listaeditais.com.br) na página referente ao Processo Seletivo, no prazo marcado por edital, por meio de sistema eletrônico de interposição de recurso, seguindo as orientações da página e deverão conter:
- 5.3.1. Um formulário de recurso para cada pedido de revisão, sendo que deve(m) ser apresentada(s):
- a) No caso de indeferimento/não processamento de inscrição, razões pelas quais solicita a homologação da sua inscrição, bem como cópias anexadas dos comprovantes de inscrição e de pagamento;
  - b) Circunstanciada exposição a respeito das questões, pontos ou Títulos, para as quais, em face às normas do certame, contidas no Edital, da natureza do cargo a ser provido ou do critério adotado, deveria ser atribuído maior grau ou número de pontos;
  - c) Em outros casos, as razões do pedido, bem como o total dos pontos pleiteados.
- 5.4. Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados. Não se conhecerão os recursos que não estejam fundamentados com argumentação lógica e consistente, inclusive os pedidos de simples revisão da prova ou da nota. Recursos inconsistentes e/ou fora das especificações estabelecidas neste edital serão preliminarmente indeferidos.
- 5.5. Os recursos interpostos, que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecidos no Edital não serão apreciados.
- 5.6. Nos formulários digitais não haverá necessidade de qualificação do candidato, tendo em vista que cada formulário estará vinculado diretamente ao registro do recorrente.
- 5.7. Não haverá hipótese de solicitação do pedido de revisão por outro meio senão aquele disponibilizado para tal na respectiva página, considerando-se deserto o pedido cujo preparo seja efetuado de outro modo.
- 5.8. As razões do pedido não poderão conter qualquer identificação do recorrente, timbre de escritório e/ou empresa etc., permitindo-se assim a sua análise sem a identificação do postulante.
- 5.9. Os recursos que forem apresentados deverão obedecer rigorosamente aos preceitos fixados neste Capítulo e serão dirigidos à Atena Assessoria Educacional, empresa designada para execução do Processo Seletivo.
- 5.10. Admite-se um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito preliminar divulgado, não sendo aceitos recursos coletivos.
- 5.11. Se houver alguma alteração de gabarito oficial, as provas serão corrigidas de acordo com a alteração.
- 5.12. Em caso de haver questões que possam vir a ser anuladas por decisão da Comissão Executiva do Processo Seletivo, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.
- 5.13. A decisão final dos recursos será publicada por Edital, da qual não é admissível qualquer recurso ou pedido de revisão e/ou reconsideração.
- 5.14. Os Pareceres exarados pela Banca Examinadora ficarão disponíveis para consulta dos candidatos no site [atena.listaeditais.com.br](http://atena.listaeditais.com.br), na página do Processo Seletivo, a partir da divulgação dos respectivos Editais e resultados. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.
- 5.15. A Atena Assessoria Educacional não se responsabilizará por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

## CAPITULO VI – DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

- 6.1. O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação dos candidatos aprovados, respeitado o percentual de reserva de vagas para as pessoas com deficiência.
- 6.2. A publicação da nomeação dos candidatos será feita por Edital, publicado junto ao Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Ibirama e, paralelamente, no Site [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br).
- 6.2.1. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço e telefone atualizados, até que se expire o prazo de validade do Processo Seletivo, para viabilizar os contatos necessários, sob pena de quando for nomeado, perder o prazo para tomar contratação, caso não seja localizado.
- 6.2.2. O Município de Ibirama e a Atena Assessoria Educacional não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de endereços residencial e eletrônico ou telefones não atualizados ou informados erroneamente.
- 6.3. Ficam advertidos os candidatos de que, no caso de nomeação, a contratação do cargo só lhes será deferida no caso de exibirem:
- a) A documentação comprobatória das condições previstas no Capítulo II - item 2.1 deste Edital acompanhada de fotocópia;
  - b) Atestado de boa saúde física e mental, a ser fornecido por médico trabalhista, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física;
  - c) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas.
  - d) Documentos pessoais: Carteira de Identidade (RG), Cadastro Pessoa Física (CPF), Certidão de Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos e Comprovante de Endereço;
  - e) Número da conta corrente, na Caixa Econômica Federal
  - f) PIS/PASEP (frente e verso);
  - g) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares.
  - h) Certidão de Antecedentes Criminais.
  - i) Declaração da Carteira de Vacina Atualizada.
  - j) Carteira de Registro Profissional, conforme exigência previstas nas atribuições de cada cargo.
- 6.4. A não apresentação dos documentos acima, na ocasião da contratação, implicará impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.
- 6.5. Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, deverão apresentar todos os Laudos e Atestados Médicos, para a verificação

da deficiência, bem como da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

## CAPITULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A habilitação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a contratação imediata, mas apenas a garantia de ser nomeado segundo as vagas existentes, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, dentro da validade do certame.

7.2. A nomeação para os cargos designados como Cadastro Reserva fica condicionada à liberação e/ou à criação futura de vagas no prazo de validade deste Processo Seletivo.

7.3. Não poderão participar do Processo Seletivo os membros de quaisquer das comissões deste Processo Seletivo e os profissionais responsáveis pela elaboração das provas, assim como seus parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até segundo grau.

7.4. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado em Edital próprio.

7.5. O distrato da contratação ocorrerá conforme legislações estatutárias que regulamentam o exercício dos cargos.

7.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora e a Atena Assessoria Educacional.

7.7. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

7.7.1. Anexo I – Descrições, atribuições e responsabilidades dos cargos.

7.7.2. Anexo II – Conteúdo Programático da Prova objetiva.

7.7.3. Anexo III – Normas para realização da Prova objetiva.

7.7.4. Anexo IV – Normas para Prova de títulos.

7.7.5. Anexo V – Requerimento – Pessoa com Deficiência.

7.7.6. Anexo VI – Requerimento de Atendimento Especial.

7.7.7. Anexo VII – Requerimento de Desempate – Condição de Jurado.

7.7.8. Anexo VIII – Formulário Prova de Títulos - Professores

Prefeitura Municipal de Ibirama, 10 de outubro de 2018

Adriano Poffo

Prefeito de Ibirama

ANEXO I

DESCRIÇÃO, ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

EDITAL 001/2018 – PROCESSO SELETIVO 002/2018

### CARGO: PROFESSOR

DESCRIÇÃO DETALHADA: Planejar, ministrar e orientar a aprendizagem; Participar do processo de planejamento das atividades da escola; Elaborar programas, plano de estudos, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes de ensino; Executar o trabalho docente em consonância com o Plano curricular da escola; Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino; Colaborar com as atividades da articulação da escola com as famílias e a comunidade; Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos; Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentam menos rendimento; Atualizar-se em sua área de conhecimento; Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; Zelar pela aprendizagem do aluno; Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe; Levantar, interpretar e formar dados relativo à realidade de sua(s) classe(s); Seguir as diretrizes de ensino, emanadas do órgão superior competente; Constatar necessidades de encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola; Zelar pela disciplina e pelo material; e Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

### CARGO: PSICOLOGO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Procede ao estudo e à análise dos processos intra e interpessoais e nos mecanismos do comportamento humano, elaborando e ampliando técnicas psicológicas como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras, técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação para possibilitar a orientação, seleção e treinamento no campo profissional no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo em sua história pessoal, familiar, educacional e social.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Analisar a influência dos fatores hereditários, ambientais e psicossociais e de outras espécies que sobre o indivíduo, entrevistando o paciente, consultando sua ficha de atendimento, aplicando, elaborando psicodiagnóstico e outros métodos de verificação para orientar-se no diagnóstico e tratando o psicológico de certos distúrbios emocionais e de personalidades; Promover a saúde na prevenção. No tratamento e reabilitação de distúrbios psíquicos, estudando características individuais e aplicando técnicas adequadas para restabelecer os padrões normais de comportamento e relacionamento humano; Elaborar e aplicar testes, utilizando seu conhecimento e prática de seus métodos psicológicos para determinar o nível de inteligência, faculdades, aptidões, traços de personalidade e outras características pessoais, possíveis desajustamentos ao meio social ou de trabalho ou outros problemas de ordem psíquica e recomendar a terapia adequada; Participar da elaboração de análises ocupacionais, observando as condições de trabalho e as funções e tarefas típicas de cada ocupação, para identificar as aptidões conhecimento e traços de personalidade compatíveis com as exigências de ocupação e estabelecer um processo de seleção e orientação no campo profissional; Atuar no campo educacional, estudando a importância da motivação no ensino, novos métodos de ensino e treinamento, a fim de contribuir para o estabelecimento de currículos escolares e técnicas de ensino adequadas e determinação das características especiais necessárias ao professor; Reunir informações a respeito de pacientes, transcrevendo os dados psicopatológicos obtidos em testes e exames, para fornecer aos médicos, analistas e psiquiatras subsídios indispensáveis ao diagnóstico e tratamento das respectivas enfermidades; Diagnosticar a existência de possíveis problemas na área de psicomotricidade, disfunções cerebrais mínimas, disritmias, dislexias e outros distúrbios psíquicos, aplicando e interpretando provas e outros reativos psicológicos, para aconselhar o tratamento ou a forma de resolver as dificuldades momentâneas; Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes a função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.



**CARGO: SERVENTE/MERENDEIRA**

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Executar serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação de edificações públicas administrativas e escolares. Executar atividades próprias de responsável pelo preparo de merenda escolar.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:** Executar trabalho rotineiro de limpeza em geral em edifícios e dependências, escolares, espanando, varrendo, lavando ou encerando dependências, moveis, utensílios e instalações, loucas, talheres, copos, vasilhames, panelas e outros para manter as condições de higiene e conservação; Remover o pó dos móveis, paredes, tetos, portas, janelas equipamentos, espanando-os ou limpando-os com, flanelas ou vassouras apropriadas para conservar-lhes a aparência; Limpar utensílios, como cinzeiros e objetos de adorno, utilizando pano, esponja ou outros matérias de limpeza, embebidos em água e sabão, detergentes e/ou outros produtos de limpeza, para manter a boa aparência dos locais; Arrumar banheiros e toaletes, limpando-os e reabastecendo-os com papel sanitário, toalhas e sabonetes para conserva-los em condições de uso; Coletar lixo de depósitos, recolhendo-os em latões, para depositá-los em lixeiras ou incineradores; Preparar a alimentação, temperando, amassando e triturando os alimentos de acordo com as instruções recebidas para atender ao regime alimentar adequado, auxiliando as crianças nas suas refeições, para garantir o bem estar e o desenvolvimento sadio das mesmas; Separar os matérias a serem utilizados na confecção da refeição ou merenda, escolhendo panelas,, temperos, molhos e outros ingredientes para facilitar a sua manipulação; Preparar os alimentos, de maneira a garantir a forma e o sabor adequados a cada prato ou para seguir a receita; Fazer a cocção dos alimentos utilizando a forma de vasilhame mais adequado; Fazer a limpeza dos talheres e utensílios, solicitando ou fazendo a lavagem dos mesmos, para assegurar a sua posterior utilização em condições de higiene; Controlar o estoque de ingredientes, verificando seu nível e o estado dos que estão sujeitos a deterioração para providenciar as reposições necessárias; e Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes a função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

**ANEXO II****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA**  
**EDITAL 001/2018 – PROCESSO SELETIVO 002/2018****GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR****CARGOS:** Professores e Psicólogo**CONHECIMENTOS GERAIS****1 – LÍNGUA PORTUGUESA**

Compreensão de textos – Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura – A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico–Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

**2 – ATUALIDADES**

História e geografia do Brasil, de Santa Catarina e de Ibirama. Aspectos econômicos, geográficos, políticos e sociais do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e de Ibirama. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Notícias publicadas na mídia escrita ou falada. Lei Orgânica do Município.

**3 – RACIOCÍNIO LÓGICO (MATEMÁTICA)**

Raciocínio lógico em regras de três, simples e compostas; equações de 1º e de 2º grau; cálculo de juros simples e juros compostos; razão e proporção; regra de 3 simples e composta; resolução de problemas; progressão aritmética e geométrica e análise combinatória; medidas: de valor, de tempo, de área e de volume; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; problemas e operações matemáticas que afirmam o raciocínio lógico dos concorrentes. Conjuntos números naturais múltiplos e divisores; números inteiros; números racionais; números reais; sistema de numeração decimal; Operações fundamentais; Sistema métrico decimal de medidas de: comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo; equações; Inequações e sistemas de 1º e 2º graus; matrizes e determinantes; Razões e proporções; estatística; análise combinatória; probabilidade; matemática financeira; porcentagens; Cálculo algébrico; Potenciação e radiciação; Funções de 1º e 2º grau; Função modular; Progressões (PA e PG); Geometrias.

**4 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:****4.1. CONHECIMENTO ESPECÍFICO PARA TODOS OS CARGOS DE PROFESSORES**

Constituição Federal de 1988 - Artigos 205 a 214. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Ampliação do Ensino Fundamental. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Fundamentos da Educação; Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas. Relações socioeconômicas e políticas-culturais de educação. Educação e Direitos Humanos, Democracia e Cidadania. Inclusão educacional e respeito à diversidade. Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 10.639-2003 História e Cultura Afro Brasileira e Africana. Plano Nacional de Educação.

**4.2. CONHECIMENTO ESPECÍFICO POR ÁREA:****4.2.1. Professor Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental**

A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. Avaliação na educação infantil. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Família e instituição. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Diretrizes Curriculares e de qualidade para Educação Infantil. Ensino fundamental de nove anos. Interdisciplinaridade. Avaliação no ensino fundamental. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. Alfabetização e letramento: características e pressupostos. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. O professor de ensino fundamental.

**4.2.2. Professor Artes**

Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; - Artes Plásticas: História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; - Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; - Pintores Brasileiros.

#### 4.2.3. Professor Educação Física

Didática Geral; - Históricos Conceitos e generalidades; - Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. - Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor.

#### 4.2.4. Professor de Ciências

Ciclo da matéria e energia: estados físicos da matéria, transformação (ocorrência e utilização), fenômenos físicos e químicos, processos de produção de energia (substâncias químicas, misturas, noções de atomística, tabela periódica, ligações químicas, reações químicas, calor, eletricidade); Seres vivos: características, reinos, interação; Homem/Corpo humano: células, sistemas, sentidos, sexualidade, reprodução e prevenção, noções de Genética e Evolução; Vírus: características e viroses; Ar: composição, alterações climáticas, transformações, emprego nos processos de produção, poluição, contaminação, ondas; Solo: estrutura da Terra, processos de produção, o homem como agente de transformação do solo; Água: interação, emprego, transformações, fonte energética; interação do meio biótico e abiótico; Preservação, degradação e recuperação ambiental; Ecossistemas brasileiros.

#### 4.2.5. Professor de História

Ensino de História: Saber histórico escolar. Seleção e organização de conteúdos históricos. Metodologias do ensino de História. Trabalho com diferentes linguagens no ensino de História. Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia. história e temporalidade. Historiografia brasileira. História nacional, regional e local. Conhecimentos e conceitos produzidos historicamente pela humanidade presentes nos vários temas/conteúdos que compõem a História Regional (Ibirama e Santa Catarina), História do Brasil, História da América e História Geral; História e cultura afro-brasileira e indígena; Tempo/espaço; Cultura; Cotidiano; Relações sociais e de poder; Etnia; Imaginário; Memória; Identidade; Trabalho; Relações de produção; Ideologia.

#### 4.2.6. Professor de Geografia

Espaço geográfico; Lugar; Paisagem; Território; Região; Orientação e representação espacial; Fusos horários; Ambiente natural: ocupação, preservação/conservação; Economia e sociedade: desigualdades mundiais; Diversidade étnica e religiosa: conflitos sociais no Brasil e no mundo; Globalização: diferenças regionais; Santa Catarina como lugar no/do mundo.

#### 4.2.7. Professor de Ensino Religioso

Ensino religioso na atualidade brasileira: legislação nacional e estadual sobre o Ensino Religioso Escolar. Fenômeno religioso e suas manifestações nas diferentes culturas e tradições religiosas. Os espaços e territórios sagrados das diferentes tradições religiosas. Os ritos sagrados na relação com o transcendente, seus significados nas tradições religiosas (iniciação, passagem, mortuários...). Diversidade religiosa, preconceito e intolerância religiosa. As ideias de imortalidade (ancestralidade, reencarnação, transmigração e ressurreição) nos mitos sagrados.

#### 4.2.8. Professor de Língua Estrangeira – Inglesa

A metodologia da Língua Estrangeira. Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna. O ensino de língua para a comunicação. Dimensões comunicativas do inglês. Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira. A escrita e a linguagem oral do inglês. A natureza sociointernacional da linguagem. O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira.

#### 4.2.9. Professor de Língua Estrangeira – Alemão

Concepções metodológicas referentes ao processo de ensino e aprendizagem da Língua Alemã. Compreensão escrita em Língua Alemã. Compreensão e interpretação de Textos. Conhecimento do vocabulário, da literatura, aspectos culturais e expressões idiomáticas. Elementos de linguagem: fonéticos-fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos.

#### 4.2.10. Professor de Língua Portuguesa

Compreensão e interpretações de textos. - Denotação e Conotação; - Sistema ortográfico vigente: emprego das letras e acentuação gráfica; - Classes de palavras e suas flexões; Processo de formação de palavras; - Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais. - Concordância Nominal e Verbal, Regência Nominal e Verbal; - Emprego do acento indicativo da crase; - Colocação dos pronomes átonos; - Emprego dos sinais de pontuação; - Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia; - Literatura Geral e Brasileira; - Funções sintéticas de termos e de orações. Processos sintáticos: subordinação e coordenação.

#### 4.2.11. Professor de Matemática

Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística); Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; - Regra de Três e proporções; - Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; - Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. - Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas; - Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões; - Matrizes e Determinantes; - Sistemas Lineares. - Análise Combinatória; - Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; - Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; - Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; - Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; - Polinômios e Equações Algébricas; e Noções de limites, derivadas e integral.

**4.2.12. Professor de Patinação**

Orientações didáticas para Arte; dimensões histórico-sociais da dança e seus aspectos estéticos, critérios de avaliação em dança; Aspectos Culturais da dança e patinação, modalidades e técnicas da patinação; Coreográficas; Elementos Cênicos; Postura; Orientação espacial; Percepção e memória do movimento; Ritmo/musicalidade - relação música-movimento; Domínio corporal; Percepção Musical - harmônicos e melódicos.

**4.2.13. Professor de Artes Marciais Tae-kwon-do e Karatê**

Metodologias, abordagens e objetivos para o ensino da Educação Física Escolar. Concepções psicomotoras na educação física escolar. Conteúdos da Educação Física Escolar: atividades rítmicas e expressivas, conhecimento sobre o corpo, ginásticas, jogos, lutas e atividades cooperativas. Esporte na escola: fundamentos, concepções e princípios. Atividade física e saúde na escola. Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física. Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica. Crescimento e desenvolvimento motor. Aspectos históricos e conceituais das artes marciais. O ensino de artes marciais na escola. Metodologias de ensino para a educação física adaptada as artes marciais. Educação das relações étnico-raciais e suas implicações para o ensino da Educação Física. Registros e avaliação em educação física.

**4.2.14. Professor de Informática**

Fundamentos gerais da área de Informática; Conceitos relacionados ao ambiente Microsoft Windows; uso do ambiente gráfico; aplicativos; acessório; execução de programas e suas funcionalidades: ícones, teclas de atalho, janelas, menus, arquivos, pastas e programas; Noções de Hardware; Instalação e manutenção de periféricos: impressora, scanner, teclado e mouse; Noções de Redes e Protocolos; Cuidados com equipamentos e programas; Limpeza do ambiente de trabalho; Backup, Antivírus, MS-Office 2010 em diante, Correio Eletrônico; Navegadores (Internet Explorer, Mozilla Firefox etc...); Aspectos básicos de Segurança de Informática. Noções básicas de MS-DOS. Noções básicas de montagem e manutenção de computadores.

**4.2.15. Psicólogo**

PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE: Saúde pública e saúde coletiva. Políticas Nacionais de Saúde. Sistema Único de Saúde. Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica. Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde. Educação em saúde; Prevenção, Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. Vigilância e prioridades em saúde. Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. PSICOLOGIA: Conhecimentos gerais de Psicologia. Psicologia do Desenvolvimento. Desenvolvimento da personalidade. Avaliação psicológica/psicodiagnóstico. Dificuldades de aprendizagem escolar. Psicologia na Assistência Social. O psicólogo em equipes interdisciplinares. Fundamentos da Psicoterapia. O papel do psicólogo no contexto da inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais. Atribuições profissionais do psicólogo no Brasil. Psicopatologia da criança, adolescente e adulto. Psicodinâmica do indivíduo e do grupo. Testagem e Avaliação Psicológica. Psicologia da Família. Psicologia Escolar e da Aprendizagem e suas relações com a infância e a adolescência. Psicologia Social. Psicologia da Saúde. Psicologia do Trabalho e Organizacional.

**GRUPO II – ATIVIDADES DE NÍVEL BÁSICO**

CARGO: Servente/Merendeira

**CONHECIMENTOS GERAIS:****1 – LÍNGUA PORTUGUESA**

Ler interpretar textos; Identificar os tipos de frase; Pontuação: reticências, dois pontos, vírgula; Classificação das palavras quanto a tonicidade; Reconhecer no texto classes e estruturas gramaticais; (Substantivo, Artigo, Adjetivo – locução adjetiva, Preposição, Pronomes Verbos, Advérbio,.. ); Identificar a aplicação em textos e palavras da Acentuação gráfica vigente.

**2 – ATUALIDADES**

História e geografia do Brasil, de Santa Catarina e de Ibirama. Aspectos econômicos, geográficos, políticos e sociais do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e de Ibirama. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Lei Orgânica do Município.

**3 – RACIOCÍNIO LÓGICO (MATEMÁTICA)**

Sistema de numeração decimal; Números naturais: ordenação e operações; Números inteiros: ordenação e operações; Números racionais: representação fracionária e representação decimal; Razões e proporções: grandezas proporcionais, porcentagem e juros simples; Sistema decimal e medidas de comprimento, superfície e volume; Situações problemas; Sistema monetário.

**4. CONHECIMENTO ESPECÍFICO:****4.1. Servente/Merendeira**

Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Conservação dos instrumentos de trabalho. Noções de limpeza e higiene. Prevenção de acidentes no trabalho. Equipamentos de segurança. Cuidados com a saúde, qualidade de vida e higiene. Postura profissional e apresentação pessoal. Serviços auxiliares de limpeza. Produtos e maneiras apropriadas para limpeza de: cozinhas, pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos. Alimentação e nutrição de escolares. Pirâmide de alimentos. Preparação, higienização e conservação de Alimentos. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

**ANEXO III**

**NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA**  
**EDITAL 001/2018 – PROCESSO SELETIVO 002/2018**

Na realização da prova objetiva, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

1. O tempo de duração da Prova Objetiva será de até 3 (três) horas, incluído o tempo para preenchimento do cartão de respostas.

2. O candidato somente poderá levar consigo seu caderno de provas após 2 (duas) horas contada do efetivo início das provas.
3. Ao candidato que sair antes de 2 (duas) horas contada do efetivo início das provas, será permitido copiar seu cartão de respostas, para conferência com o gabarito oficial, em papel entregue pelo fiscal de sala.
4. Desde já, ficam os candidatos comunicados a comparecerem com antecedência de 30 (trinta) minutos ao local das provas, munidos de documento de identidade e caneta esferográfica azul ou preta de preferência ponta grossa, não sendo permitido seu ingresso após o fechamento dos portões, que ocorrerá no horário marcado para o início da prova.
5. Não haverá prova fora do local designado, nem em datas e/ou horários diferentes. Não será admitido à prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início; em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.
6. O candidato deverá apresentar, no dia da realização da prova, o documento de inscrição e o comprovante de pagamento, caso seu nome não esteja relacionado na lista de inscrições homologadas.
7. O ingresso na sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade, desde que o documento permita com clareza sua identificação.
  - 7.1. Serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, são válidos como documentos de identidade, como, por exemplo, as Carteiras do CRA, CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).
  - 7.2. O documento de identidade utilizado pelo candidato para a realização da inscrição deverá ser o mesmo utilizado para ingresso no local de realização da prova e para tratar de seus interesses junto ao Município de Ibirama e à Atena Assessoria Educacional.
  - 7.3. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.
  - 7.4. O candidato deverá estar ciente de que, caso não validado o documento de identificação, não poderá fazer a prova.
  - 7.5. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, os documentos originais, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que poderá ser submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
  - 7.6. A identificação especial também poderá ser exigida do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador ou que esteja danificado.
  - 7.7. A identificação especial será julgada pela Comissão Executiva deste Processo Seletivo. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do certame.
8. A identificação correta do dia, local e horário da realização das provas, bem como seu comparecimento, é de responsabilidade exclusiva do candidato.
9. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.
10. Durante a realização das provas, o candidato somente poderá manter consigo, em lugar visível, os seguintes objetos: caneta esferográfica de tinta azul ou preta, lápis, borracha, documento de identidade e uma garrafa transparente de água, sem rótulo.
11. Após ingresso na sala de prova, não será permitido ao candidato usar óculos escuros e/ou acessórios de chapelaria como boné, chapéu, gorro, cachecol, manta, luvas e similares, e, ainda, permanecer com armas, ou quaisquer dispositivos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, ipod®, gravadores, pen drive, mp3 ou similar, relógio de qualquer espécie, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, Walkman®, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc. Caso o candidato esteja portando arma, deverá depositá-la na sala de Coordenação. Os demais pertences, inclusive aparelhos eletrônicos, deverão ser desligados e depositados na sala de prova, em local indicado pelo fiscal. Os objetos pessoais devem ser deixados em local indicado pelo fiscal dentro da sala de prova, ficando sob inteira responsabilidade do candidato. A Empresa não se responsabiliza por quaisquer objetos dos candidatos, de valor ou não.
12. Após o início das provas, a utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de provas. Assim, ainda que o candidato tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer dos dispositivos previstos no item anterior. O descumprimento dessa determinação poderá implicar eliminação do candidato deste Certame, caracterizando-se como tentativa de fraude.
13. O candidato que necessitar utilizar prótese auditiva deverá apresentar laudo médico, bem como informar previamente ao Fiscal de sala, sob pena de não poder utilizar a prótese durante a realização das Provas.
14. Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou divergência na distribuição, os organizadores do certame poderão, para o bom andamento dos trabalhos, providenciar cópias do material necessário ou entregar material reserva, podendo ser não personalizado, desde que constantes todos os dados necessários que assegurem os procedimentos de correção das provas dos candidatos, devendo ser registradas em ata as providências tomadas.
15. Se, por qualquer razão fortuita, as provas sofrerem atraso em seu início ou necessitarem de interrupção dos trabalhos, os candidatos afetados terão sempre assegurado o tempo total para realização da prova, previsto neste Edital, sendo concedido o tempo adicional necessário para garantia de isonomia de tratamento.
16. Em ocorrendo atraso ou interrupção, os candidatos atingidos deverão permanecer no local do Processo Seletivo e atender às orientações dos coordenadores e fiscais, auxiliando no bom andamento dos trabalhos, sob pena de serem excluídos sumariamente do certame.
17. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos.
18. O caderno de provas é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO DE RESPOSTAS.
19. O CARTÃO DE RESPOSTAS será o ÚNICO documento válido a ser utilizado para correção das questões, devendo ser preenchido pelo candidato com bastante atenção.



19.1. O cartão de respostas não poderá ser substituído, tendo em vista sua codificação, sendo o candidato responsável pela conferência dos dados, em especial o nome, o número de inscrição e o cargo de sua opção impressos no cartão de respostas, bem como pela entrega do seu cartão, devidamente preenchido e assinado.

19.2. A não entrega do cartão de respostas do candidato implicará a sua automática eliminação do certame. A falta de assinatura no cartão poderá também implicar eliminação do candidato do certame.

19.3. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, no cartão de respostas, não estiver assinalada ou que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura. Qualquer marcação que estiver em desconformidade com as instruções poderá ser anulada.

19.4. Em nenhuma hipótese será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões.

19.5. O candidato, ao terminar a Prova Objetiva, devolverá ao fiscal da sala o cartão de respostas.

19.6. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência e a rubrica dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

20. Poderá ser excluído sumariamente do Processo Seletivo Público o candidato que:

a) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

b) Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

c) For surpreendido, em ato flagrante, durante a realização da prova ou em caso de interrupção dos trabalhos, comunicando-se com outro candidato, bem como utilizando-se de consultas não permitidas, de aparelho celular ou de outro equipamento de qualquer natureza não permitido;

d) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão de respostas;

e) Não permitir ser submetido ao detector de metal (quando aplicável);

f) Antes do término de sua prova, afastar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;

g) Não permitir a coleta de sua assinatura e/ou recusar-se a realizar qualquer procedimento que tenha por objetivo comprovar a autenticidade de identidade e/ou de dados;

h) Recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado a sua realização, ou, em caso de razão fortuita, ao ser determinado pelo fiscal ou pela Coordenação Executiva.

21. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de procedimento ilícito ou colaborado para tal, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do certame.

#### ANEXO IV

##### NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS PARA PROFESSORES

##### EDITAL 001/2018 – PROCESSO SELETIVO 002/2018

1. O computo da PROVA DE TÍTULOS será feito na forma abaixo:

1.1. 0,3 pontos por fase cursada no curso superior específico em qual o candidato se inscreveu.

1.2. 2,4 pontos para o candidato com Certificado de Ensino Médio com habilitação Magistério.

1.3. 4 (Quatro) pontos para o candidato habilitado, que apresentar certificado ou declaração de conclusão de curso do curso superior específico para qual se inscreveu;

1.4. 6 (Seis) pontos para o candidato habilitado, que apresentar além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, certificado ou certidão de conclusão de pós (especialização) na área da educação.

1.5. 8 (oito) pontos para o candidato habilitado, que apresentar além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, certificado ou certidão de conclusão de mestrado ou doutorado na área da educação.

1.6. Os pontos não são acumulativos, será validado a pontuação maior apresentada pelo candidato.

1.7. Será acrescido a nota da prova de títulos 0,01 ponto a cada 10 horas de cursos de aperfeiçoamento específico para a área da educação, apresentado pelo candidato, podendo acumular no máximo 200 horas. Serão validados cursos realizados a partir de janeiro/2017.

2. Os documentos para comprovação da habilitação mínima na prova de títulos podem ser cópias simples. Porém os originais devem ser apresentados para conferência.

3. A data da entrega dos títulos está previsto no Capítulo IV deste Edital.

4. No local de entrega dos documentos não será realizado cópias.

#### ANEXO V

##### REQUERIMENTO - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

##### EDITAL 001/2018 – PROCESSO SELETIVO 002/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA		
Nome do Candidato:		N.º de Inscrição:
Cargo Pretendido:		
DADOS CADASTRAIS		
Mãe:		
Data do Nascimento:		
Naturalidade:		Estado:
N.º filhos:	Sexo:	Estado Civil:

Endereço Residencial:	N.º:
Cidade:	Estado:
CPF:	Fone:
Carteira de Identidade:	Órgão Expedidor:
E-mail:	

( ) Vem REQUERER vaga especial como PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Apresentou LAUDO MÉDICO com CID. (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: \_\_\_\_\_

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID: \_\_\_\_\_

Nome do Médico Responsável pelo laudo: \_\_\_\_\_

(OBS.: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres).

Nestes Termos,  
Espera Deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Candidato  
ANEXO VI  
REQUERIMENTO – ATENDIMENTO ESPECIAL  
EDITAL 001/2018 – PROCESSO SELETIVO 002/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA		
Nome do Candidato:		N.º de Inscrição:
Cargo Pretendido:		
DADOS CADASTRAIS		
Mãe:		
Data do Nascimento:		
Naturalidade:		Estado:
N.º filhos:	Sexo:	Estado Civil:
Endereço Residencial:		N.º:
Cidade:		Estado:
CPF:		Fone:
Carteira de Identidade:		Órgão Expedidor:
E-mail:		

Declaro, para os devidos fins, e para que surta os efeitos legais que:

- A necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;
- Fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de atendimento especial que necessita para realização das provas:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Candidato  
 ANEXO VII  
 REQUERIMENTO DE DESEMPATE – CONDIÇÃO DE JURADO  
 EDITAL 001/2018 – PROCESSO SELETIVO 002/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA		
Nome do Candidato:		N.º de Inscrição:
Cargo Pretendido:		
DADOS CADASTRAIS		
Mãe:		
Data do Nascimento:		
Naturalidade:		Estado:
N.º filhos:	Sexo:	Estado Civil:
Endereço Residencial:		N.º:
Cidade:		Estado:
CPF:		Fone:
Carteira de Identidade:		Órgão Expedidor:
E-mail:		

Eu, \_\_\_\_\_, venho REQUERER que, em caso de aprovação, restando empatado, haja preferência no critério de desempate pela condição de jurado (conforme Art. 440, Código de Processo Penal). Para tanto, seguem anexos, nos termos deste Edital, os documentos que comprovam essa condição.

\_\_\_\_\_/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018 .

Assinatura do candidato

ANEXO VIII  
 FORMULÁRIO PROVA DE TÍTULOS - PROFESSORES  
 EDITAL 001/2018 – PROCESSO SELETIVO 002/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA	
Nome do Candidato:	N.º de Inscrição:
Cargo Pretendido:	

QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE PROVA DE TÍTULOS:  
 CARGO: PROFESSORES

Títulos Professores	Títulos	Valor dos títulos	Total
Certificado de conclusão de curso de Pós Graduação em nível de mestrado e/ou doutorado na Área específica, e ou, da Educação.		8,0	
Certificado de conclusão de curso de Pós Graduação em nível de especialização na Área específica, e ou, da Educação.		6,0	
Certificado ou declaração de conclusão de curso do curso superior específico para qual se inscreveu;		4,0	
Certificado de Ensino Médio com habilitação Magistério.		2,4	
Certificado de frequência por fase cursada no curso superior específico em qual o candidato se inscreveu.		0,30	
Curso de Aperfeiçoamento na área de atuação. Serão validados cursos realizados a partir de Janeiro de 2017. (Máximo 200 horas)		0,01	
TOTAL			

Ibirama/SC ..... de .....de 2018.

Assinatura – Resp. do recebimento Assinatura do Candidato

**LEI Nº 3.349, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018 - CRIA O FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA CONSULTORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA, E ATRIBUI AOS ADVOGADOS DO MUNICÍPIO E AO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA CONSULTORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA, OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E OS DECORRENTES DE ACORDOS ORI**

Publicação Nº 1772024

LEI Nº 3.349, de 09 de outubro de 2018.

“CRIA O FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA CONSULTORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA, E ATRIBUI AOS ADVOGADOS DO MUNICÍPIO E AO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA CONSULTORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA, OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E OS DECORRENTES DE ACORDOS ORIUNDOS DE PROCESSOS JUDICIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Fundo de Reparelhamento da Consultoria Jurídica do Município de Ibirama (FUNRECONJUR), vinculado à Consultoria Jurídica do Município, e por ela administrado, com as seguintes destinações:

- I - informatização, equipamentos, instalações, biblioteca e reaparelhamento da Consultoria Jurídica do Município;
- II - custeio de suas atividades de pesquisa, estudos jurídicos e intercomunicação com órgãos e entidades públicas especializadas na área do Direito;
- III - aperfeiçoamento da capacitação profissional de seus servidores;
- IV - realização e participação em cursos, seminários, aulas, palestras, simpósios, congressos e outros encontros de fundo jurídico;
- V - assinatura e aquisição de jornais, revistas, livros, vídeos e documentários de interesse jurídico do órgão;
- VI - outras aplicações e investimentos de interesse da Consultoria Jurídica do Município;
- VII - criação, edição e distribuição, onerosa ou gratuita, da Revista da Consultoria Jurídica do Município.

Art. 2º A receita do O Fundo de Reparelhamento da Consultoria Jurídica do Município de Ibirama (FUNRECONJUR) será constituída de:

- I - transferências do Município;
- II - honorários advocatícios concedidos em favor do Município, inclusive em acordos judiciais e extrajudiciais;
- III - receitas próprias diversas.

Art. 3º O Fundo de Reparelhamento da Procuradoria Geral do Município será administrado pelo Consultor Jurídico, que designará um servidor para exercer as funções de Tesoureiro.

§ Único - A movimentação bancária dos recursos do Fundo de Reparelhamento da Consultoria Jurídica do Município será realizada em conjunto pelo Consultor Jurídico e pelo Tesoureiro.

Art. 4º O Fundo de Reparelhamento da Consultoria Jurídica do Município de Ibirama (FUNRECONJUR) será regulamentado por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Nos processos judiciais em que o Município seja parte, os honorários advocatícios incluídos na condenação, por sucumbência, bem como aqueles decorrentes de acordos serão atribuídos:

- I - noventa e cinco por cento (95%) aos servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo de Advogado do Município em atividade e cargo comissionado de Consultor Jurídico.
- II - cinco por cento (5%) ao Fundo de Reparelhamento da Consultoria Jurídica do Município (FUNRECOJUR).

§ Único- Os valores dos honorários advocatícios serão integralmente recolhidos em conta especial (PMI - honorários advocatícios) aberta com a exclusiva finalidade de receber recursos desta natureza.

Art. 6º A conta especial (PMI - honorários advocatícios) será controlada pela Consultoria Jurídica do Município, por meio de tesoureiro indicado pelo Consultor Jurídico, ao qual compete fazer aplicação financeira dos recursos nela depositados e repassar mensalmente:

- I - ao FUNRECOJUR, o valor correspondente a cinco por cento (5%) dos honorários efetivamente recolhidos no mês imediatamente anterior;
- II - ao erário, o valor dos honorários rateados entre os Advogados e Consultor Jurídico do Município;

Art. 7º O saldo remanescente no final do exercício financeiro permanecerá na conta especial para o exercício subsequente, de forma a assegurar a destinação prevista nesta Lei.



Art. 8º Os honorários advocatícios de que trata o inciso I do art. 5º serão rateados mensalmente entre os Advogados ativos do Município e Consultor Jurídico, em partes iguais.

§ 1º O valor mensal individual que exceder o teto constitucional a que se refere o Artigo 8º ficará reservado, na conta especial, ao respectivo Advogado do Município, sendo-lhe pago o excedente nos meses seguintes, de modo a assegurar a distribuição dos honorários em partes iguais, na forma desta Lei.

§ 2º Não entrarão no rateio dos honorários:

I - pensionistas;

II - aqueles em licença para tratar de interesses particulares;

III - aqueles em licença para acompanhar cônjuge ou companheiro;

IV - aqueles em licença para atividade política;

V - aqueles em afastamento para exercer mandato eletivo;

VI - aqueles cedidos ou requisitados para entidade ou órgão estranho à administração pública federal direta, autárquica ou fundacional.

Art. 9º O tesoureiro responsável pela conta especial informará mensalmente ao Consultor Jurídico e à Secretaria de Administração e Finanças, os valores individuais e totais que deverão ser repassados a título de honorários advocatícios aos Advogados Ativos e Consultor Jurídico do Município.

Art. 10º Os honorários não integrarão a base de cálculo, compulsória ou facultativa, da contribuição previdenciária, mas sujeita à retenção do Imposto de Renda, obedecidos os limites estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

Art. 11 A Regulamentação do Fundo de Reaparelhamento da Consultoria Jurídica do Município de Ibirama será aprovado através de Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 12 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 09 de outubro de 2018.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

## **PREGAO PRESENCIAL Nº 95/2018**

Publicação Nº 1772559

MUNICIPIO DE IBIRAMA

PREGAO PRESENCIAL Nº 95/2018.

Objeto: Registro de preços para aquisição futura de materiais para "iluminação natalina" junto ao perímetro urbano do município de Ibirama. Entrega dos envelopes até o dia 26 de outubro de 2018 às 09h00min. Sessão de abertura às 09h15min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357 8523, na página do município na Internet [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br) ou ainda pelo e-mail [compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - Ibirama, 11 de outubro de 2018. Adriano Poffo - Prefeito Municipal.

# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DO PRG 079 - 2018 MUL - REGISTRO DE PREÇO - PNEUS, CÂMARAS E PROTETOR

Publicação Nº 1773058

PROCESSO Nº. 414/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2018 - MUL

REGISTRO DE PREÇO

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	DO OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES NOVOS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, DA POLÍCIA MILITAR, CIVIL E O ÁGUAS DE ILHOTA, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 29/10/2018 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 29/10/2018 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site <a href="http://www.ilhota.sc.gov.br">www.ilhota.sc.gov.br</a> e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: <a href="mailto:licitacao3@ilhota.sc.gov.br">licitacao3@ilhota.sc.gov.br</a> - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 07h às 13:00h	

ERICO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 15 de Outubro de 2018.

### EDITAL CONVOCAÇÃO REUNIÃO CONSELHO MEIO AMBIENTE 6/2018

Publicação Nº 1773049

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DO CONSELHO DO MEIO AMBIENTE Nº 06/2018

A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de Ilhota, através de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 45/2013, e o Conselho do Meio Ambiente, criado pela Lei Municipal nº 1.198/2004 e reestruturado pela Lei Complementar nº 45/2013 convoca os integrantes do Conselho de Meio Ambiente, para a reunião que se realizará no dia 16 de outubro de 2018, às 09h, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ilhota, localizada na Rua Leoberto Leal, 160, Centro, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

Alteração da composição do Conselho de Meio Ambiente, em virtude da saída de 2 membros;  
Requerimento de isenção de taxa da Licença de Terraplanagem 014/2015 em nome de Luís Carlos Censi Rebellato;  
Assuntos diversos.

Ilhota, 10 de outubro de 2018.

LUIS FERNANDO MELCHER E MABA  
Secretário de Meio Ambiente  
Portaria nº 074/2018

### ERRATA DO EDITAL PRG 071- 2018 MUL - TANQUE PIPA

Publicação Nº 1772411

Errata 1 do Edital Pregão 071 - MUL

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 071/2018 - MUL, que o Edital será retificado da seguinte forma:

Onde se lê:

6.4.1 Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, DO DOMICÍLIO OU SEDE do Licitante, comprovando o registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente, devidamente atualizado, ou seja, com

validade na data de abertura desta licitação.

6.4.3 Certidão de Registro de Pessoa Física no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com validade na data de entrega dos envelopes da "Documentação de Habilitação" e "Proposta de Preços", comprovando o registro ou inscrição do(s) profissional(is) RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DOS SERVIÇOS. Pelo menos um destes profissionais deverá figurar como responsável pela execução dos serviços na entidade profissional competente.

6.4.3.1 Comprovação da capacitação técnico-profissional: Exige-se comprovação de aptidão do profissional de ter executado a qualquer tempo, serviços compatíveis com o objeto desta licitação, através de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica ou certidão de acervo técnico (CAT), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado pelo CREA, com características semelhantes com o objeto da licitação, que não emitida pela empresa para a própria empresa (de forma a não ser a mesma empresa a contratante e contratada) ou empresa do mesmo grupo ou proprietários.

#### PROJETO BÁSICO

Comprovante de assistência técnica em um raio de 15km , sendo de responsabilidade da CONTRATADA

Leia-se:

6.4.1 Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, DO DOMICÍLIO OU SEDE do Licitante, comprovando o registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente, devidamente atualizado, ou seja, com validade na data de abertura desta licitação.

6.4.3 Certidão de Registro de Pessoa Física no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com validade na data de entrega dos envelopes da "Documentação de Habilitação" e "Proposta de Preços", comprovando o registro ou inscrição do(s) profissional(is) RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DOS SERVIÇOS. Pelo menos um destes profissionais deverá figurar como responsável pela execução dos serviços na entidade profissional competente.

6.4.3.1 Comprovação da capacitação técnico-profissional: Exige-se comprovação de aptidão do profissional de ter executado a qualquer tempo, serviços compatíveis com o objeto desta licitação, através de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica ou certidão de acervo técnico (CAT), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado pelo CREA, com características semelhantes com o objeto da licitação, que não emitida pela empresa para a própria empresa (de forma a não ser a mesma empresa a contratante e contratada) ou empresa do mesmo grupo ou proprietários.

Portanto para fins de atestar a qualidade do objeto adquirido, mantenham-se os itens solicitados, podendo o licitante interessado que for vendedor/representante do produto possa fazer comprovação destes itens comprovando com os documentos em nome do fabricante por ele adquirido.

#### PROJETO BÁSICO

Comprovante de assistência técnica em um raio de 30 km , sendo de responsabilidade da CONTRATADA.

Inclui-se no envelope de habilitação à declaração de garantia do bem licitado de no mínimo 12 meses.

Considerando que a alteração no edital afeta a formulação das propostas e a quantidade dos interessados, mas estando dentro do prazo legal mantenha-se a data de abertura da sessão para o dia 26 de Outubro de 2018 às 09:00 horas. A entrega dos envelopes e credenciamento deverá ser feita até as 08h30min horas.

Ilhota, 11 de outubro de 2018.

Francineide Pereira  
Pregoeiro Oficial

### PARECER SUPERIOR - PRG 073-2018 - MUL-PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES NOVOS

Publicação N° 1772077

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  CNPJ: 83.102.301/0001-53 Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro Ilhota – SC, CEP: 88.320-000 Fone: (47) 3343-8800	Pregão Registro de Preço Nº: 073/2018 Data: 11/10/2018
---	---

#### DESPACHO

Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço N° 073/2018

--	--

Tratando-se do processo de REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES NOVOS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL, conforme Anexo I do Edital, e considerando o fato de esta pregoeira ter percebido erro cometido no edital, de ter lançado a licitação por lote, quando o correto seria por item, bem como por haver cadastrado erroneamente itens de recapagem, opino pela anulação do presente processo licitatório, remetendo o presente despacho para o secretário de administração para deliberação.

Francineide Pereira  
Pregoeira Oficial

Acolho o despacho e determino que seja anulado o processo licitatório nº 404 e Pregão 073/2018. Publique-se.

Diogo Werner  
Secretário de Administração

# Imarui

## PREFEITURA

### **ANULAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 002/2018 E DO CONTRATO FMS Nº 006/2018.**

Publicação Nº 1772179

ANULAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 002/2018 E DO CONTRATO FMS Nº 006/2018.

O município de Imaruí, torna público a anulação do Processo Licitatório FMS Nº 008/2018, que originou a Dispensa de Licitação FMS Nº 002/2018, e do Contrato FMS nº 006/2018, conforme dados abaixo:

Objeto: Contratação de empresa especializada na confecção de edital e realização de Processo Seletivo e concurso para o Fundo Municipal de Saúde.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Imaruí (CNPJ 10.631.880/0001-58).

Contratada: IOBV - Instituto O Barriga Verde (CNPJ 08.072.361/0001-55).

Preço Global: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Fundamentação legal da anulação: Art. 49 da Lei nº 8.666/93 e Ofício Recomendação nº 0014/2018/PJ/IMA.

Imaruí, 11 de outubro de 2018.

Rui José Candemil Júnior

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 059, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772326



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**DECRETO Nº. 059, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.**

**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR/REMANEJAMENTO, EXERCÍCIO  
2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica aberto Crédito Suplementar/Remanejamento no Orçamento do Poder Executivo, do corrente Exercício, na importância de **R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais)**, conforme segue:

<b>ÓRGÃO – 11</b>	<b>SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>			
<b>UNIDADE – 11.01</b>	<b>SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>			
<b>PROJ/ATIV. – 2.034</b>	<b>MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	166	1.000	Aplicações Diretas	170.000,00
<b>Total</b>				<b>170.000,00</b>

**Art. 2º** Para atendimento da Suplementação que trata o item (1) anterior (a) serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

<b>ÓRGÃO – 11</b>	<b>SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>			
<b>UNIDADE – 11.01</b>	<b>SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>			
<b>PROJ/ATIV. – 2.034</b>	<b>MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	163	1.000	Aplicações Diretas	130.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	171	1.000	Aplicações Diretas	40.000,00
<b>Total</b>				<b>170.000,00</b>

**Art. 3º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2018-2021 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2018.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, 11 de outubro de 2018.

**RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR**  
**Prefeito Municipal**

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

Decreto nº 059/2018

Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro - CEP 88770-000 – Imaruí – Santa Catarina.  
Fone: (48) 3643 0196 / 3643 0213 - www.imarui.sc.gov.br

# Imbituba

## PREFEITURA

### ATA Nº 237/2018 PP Nº 14/2018

Publicação Nº 1772915

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 237/2018  
DO PP Nº 10/2018  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRALDAS PARA AS CRIANÇAS ACOLHIDAS PELO PROGRAMA ACALENTO  
EMPRESA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA  
VALOR TOTAL: R\$ 3.252,10  
VIGÊNCIA: será de 12 meses  
Imbituba, 27 de setembro de 2018.  
CAMILA PIRES FERMINO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

### CONTRATO 2018/12 -A/00 PROC 12/2018 SEASTH

Publicação Nº 1772814

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAST 2018/12 – A/00  
Contratada: LUIS JOSE ESPEZIM PEREIRA 78147166915  
CNPJ: 25.447.696/0001-20  
Objeto: AQUISIÇÃO DE 800 (OITOCENTOS) CONJUNTOS DE FOTOS 3X4 COM 08 FOTOS 20X25 PARA OS USUÁRIOS DO ACOLHIMENTO SOCIAL E CASOS ESPECIAIS DA SECRETARIA DA SEASTH.  
Prazo: 12 meses Valor Total: R\$ 7.200,00  
Fundamento: Processo nº 12/2018 Dispensa nº02/2018  
Imbituba, 01 de outubro de 2018.

Camila Pires Fermينو  
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação  
Contratante

LUIS JOSE ESPEZIM PEREIRA 78147166915  
Representante legal  
Contratada

### CONTRATO 2018/13 -A/00 PROC 05/2018 SEASTH

Publicação Nº 1772779

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEASTH 2018/13 – A/00  
Contratada: NATHALIA EDUARDA FERREIRA DE JESUS DA SILVA  
CPF: 063.437.259-97  
Objeto: ABRIGAMENTO PROVISÓRIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM FAMÍLIA ACOLHEDORA/SUBSTITUTA A FIM DE ATENDER O PROGRAMA ACALENTO "ALIMENTO SONHOS E ESPERANÇAS" DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC.

Prazo: 12 meses  
Fundamento: Processo nº 05/2018 Inexigibilidade nº 01/2018  
Imbituba, 09 de outubro de 2018.

Camila Pires Fermينو  
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação  
Credenciante

NATHALIA EDUARDA FERREIRA DE JESUS DA SILVA  
Representante legal  
Credenciada

**DECRETO PMI Nº 126, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1773046

**DECRETO PMI Nº 126, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018**

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por colapso de estrutura civil caracteriza como obra de arte especial, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos artigos 32, I; 93, VII e 109, § 2º da Lei Orgânica do Município e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012, e

CONSIDERANDO a ocorrência de colapso de estrutura civil, ponte, caracterizada como obra de arte especial destinada a permitir que uma estrada transponha um obstáculo líquido;

CONSIDERANDO que o colapso da obra de arte especial poderá vir a causar danos a comunidade decorrentes da interrupção do abastecimento de água tratada e linhas de comunicação a prédios particulares, comerciais, industriais e públicos, interferindo sobremaneira em todas as atividades públicas e privadas naquela região do município;

CONSIDERANDO que concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário da população atingida, decorrente da interrupção prolongada do sistema de transporte coletivo regular, veículos particulares e de serviços;

CONSIDERANDO que concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário da população atingida, decorrente do acesso a comunidade a serviços de urgência e emergência em caso de sinistros;

CONSIDERANDO que concorre também como critério agravante da situação de anormalidade, a queda de arrecadação ocasionada por força da redução do movimento do comércio e estabelecimentos de hospedagem pela dificuldade de acesso a comunidade;

CONSIDERANDO que o parecer da Gerência Municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência no Município de Imbituba nas localidades de Ibiraquera, Barra de Ibiraquera e Praia do Rosa, em virtude do colapso da estrutura civil caracteriza como obra de arte especial, Ponte de Ibiraquera situada, na rodovia IMB 402.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Gerência Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Gerência Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da Republica Federativa do Brasil autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre. § 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Imbituba, 10 de outubro de 2018.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.



Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini  
Assessor de Gabinete

## **DIVULGAÇÃO DA PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DOS CANDIDATOS – PROCESSO DE SELEÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA – CMIC EDITAL PMI/CERSP/CMPC/ N° 01/2018.**

Publicação N° 1773020

DIVULGAÇÃO DA PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DOS CANDIDATOS –  
PROCESSO DE SELEÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA – CMIC  
EDITAL PMI/CERSP/CMPC/ N° 01/2018.

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público a divulgação da pontuação e classificação preliminar dos candidatos referente ao Processo de Seleção dos membros da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, Edital PMI/CERSP/CMPC/ N° 01/2018.

Profissionais da Área Técnico-Artística

Class.	Nome	Inscrição	Habilitação 5.4.2	Experiência na área Específica	Formação na área Específica	Qualificação Técnica	Eventos de Capacitação	Ações	Amplo Conhecimento	Total
1	Eduardo Paredes	23273/2018	Sim	20	20	20	0	0	10	70
2	Viviane Rodrigues Peixe	22949/2018	Sim	20	15	20	5	0	10	70
3	Carla Maria Scheid	21640/2018	Sim	20	20	15	0	0	10	65
4	Gabriela Eltz Brum	21674/2018	Sim	20	20	0	15	0	10	65
5	Vicente Paula Andrade Junior	23146/2018	Sim	20	20	20	0	0	0	60
6	Cristiane Cardoso	22950/2018	Sim	7	32	0	0	10	10	59
7	Ines Spessatto Brescianini	21978/2018	Sim	7	20	0	15	0	10	52
8	Marlete Garcia Carpes	23108/2018	Não*	0	22	0	15	0	10	47
9	Ana Paula Machado Lopes Delfino	21537/2018	Sim	7	10	0	10	0	10	37
10	Suzana Larroyd	22578/2018	Sim	20	10	0	0	0	0	30
11	Camila da Rosa Nascimento	20453/2018	Sim	7	10	0	0	0	10	27
12	Alexsandra Rosa Carpes Machado	21981/2018	Sim	0	10	0	0	0	0	10

\* Candidato não habilitado conforme itens 4.3.9 e 4.3.10 do EDITAL PMI/CERSP/CMPC/ N 01/2018.

Profissionais da Área de Patrimônio Cultural

Class.	Nome	Inscrição	Habilitação 5.4.2	Experiência na área específica	Formação na área específica	Qualificação Técnica	Eventos de Capacitação	Ações	Amplo Conhecimento	Total
1	Wellington Linhares Martins	21949/2018	Sim	15	30	45	15	0	10	115
2	Célia David da Silva	22805/2018	Sim	20	20	10	0	10	0	60
3	Kátia Minatto Leal	22460/2018	Sim	15	10	15	0	0	0	40
4	Camila Pains Silva	23264/2018	Não*	20	10	0	0	0	10	40
5	Cristina Fernando Fernandes	21951/2018	Sim	7	10	0	15	0	0	32
6	Helisa Canfield de Castro	21903/2018	Sim	15	15	0	0	0	0	30
7	Fabiana de Freitas Souza	23259/2018	Sim	0	12	0	0	0	0	12
8	Lenice da Silva Couto	22779/2018	Sim	0	0	0	0	0	0	0

\* Candidato não habilitado conforme itens 4.3 do EDITAL PMI/CERSP/CMPC/ N 01/2018.

Profissionais Representantes de Entidades Fomentadoras de Atividades e/ou Pesquisadores Culturais

Class.	Nome	Inscrição	Habilitação 5.4.2	Experiência na área específica	Formação na área específica	Qualificação Técnica	Eventos de Capacitação	Ações	Amplo Conhecimento	Total
1	Rosa Nadir Teixeira Jerônimo	20857/2018	Sim	20	15	20	0	10	10	75
2	Marli Garcia	23107/2018	Sim	20	12	0	0	0	10	42
3	Amanda Crithie Trummer Gomes	21734/2018	Sim	7	0	15	0	10	0	32
4	Miguel José Cardozo Junior	22748/2018	Sim	20	10	0	0	0	0	30

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 16/2018 PREGÃO 12/2018 (SEASTH)**

Publicação N° 1772441

PREFEITURA DE IMBITUBA

SEASTH

PROCESSO N° 16/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2018

A Prefeitura de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 25 de outubro de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei n° 10.520/2002, pela Lei complementar n° 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/93 e suas alterações, a possível CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS PARA OS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DA SEASTH, encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 15 de outubro de 2018

Camila Pires Fermينو

Secretária da SEASTH

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO N° 99/2018 INEXIGIBILIDADE N° 21/2018 (CREDENCIAMENTO)**

Publicação N° 1772565

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEDETUR

PROCESSO N° 99/2018

INEXIGIBILIDADE N° 21/2018

CREDENCIAMENTO

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Presidente da Comissão de Licitação e através da SEDETUR – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico, torna público o edital de Chamamento Público, visando o “CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A CONCESSÃO DE ATIVIDADES DE LAZER E BEM-ESTAR COM PROFISSIONAIS PARA O EVENTO VERÃO SHOW 2019” que realizará às inscrições a partir de 30/10/2018, às 14:00, poderão ser feitas por pessoas jurídicas de direito privado, na Diretoria de Licitações e Atos Contratuais, regido pelo disposto na Lei n° 8.666/93 e suas alterações.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações e Atos Contratuais, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 15 de outubro de 2018

Carina Genovez Ferreira Silvestre

Secretária da SEDETUR

**PORTARIA PMI/SEAD N° 635, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação N° 1773044

PORTARIA PMI/SEAD N° 635, de 10 de outubro de 2018.

Dispõe sobre a Exoneração de Assessor Jurídico Especial – PGM, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar n° 4.927, de 12 de julho de 2018 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 11 de outubro de 2018, o SR. KADYR SEBOLT CARGNIN, brasileiro, Advogado inscrito na OAB/SC n.º 14.316, inscrito no CPF sob o n.º 888.517.969-04, do cargo de Assessor Jurídico Especial, da Procuradoria Geral do Município, nomeado através da PORTARIA PMI/SEAD N.º 443, de 16 de julho de 2018, com ato retificado pela PORTARIA PMI/SEAD N.º 460, de 31 de julho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de outubro de 2018.

Rosenvaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## **RESOLUÇÃO C.M.D.C.A. Nº 022/2018**

Publicação Nº 1773043

RESOLUÇÃO Nº022/2018 - C.M.D.C.A.

Dispõe sobre a convocação da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e adolescente.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 4.110 de 11 de setembro de 2012, art. 5º inciso XII, conforme deliberação em plenária ordinária no dia 26 de setembro de 2018,

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Aprova a convocação da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Imbituba a se realizar no dia 20 de novembro de 2018, das 9:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, no auditório da UNIASSELVI – Pólo FAIEP – Imbituba situado a Rua Ernani Cotrin, Quadra G2 Lote 14, - Loteamento Granja Henrique Lage - Bairro: Centro - Imbituba/SC.

Art. 2º - A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá como Tema central: Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências, estando estruturado em cinco eixos temáticos para orientar os debates:

1. Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social;
2. Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes;
3. Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes;
4. Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes;
5. Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Art. 3º - Institui a Comissão Organizadora incumbida da organização dessa Conferência, composta pelos seguintes conselheiros:

1. Valéria Maciel Costa Carvalho (presidente)
2. Edna dos Santos Souza Demétrio (secretária)
3. Renata Domingos Nunes (membro)
4. Simone Hipólito Martins (membro)

Art. 4º Compete à Comissão Organizadora:

1. Propor e submeter ao Plenário da Conferência, regimento, instrumentos normativos e legais para a realização da Conferência;
2. Decidir em primeira instância sobre as ocorrências das Conferências Livres de Criança e Adolescentes e Conferência Municipal;
3. Orientar sobre o funcionamento e procedimento para a realização das Conferências Livres e Conferência Municipal;
4. Promover diligências necessárias à participação dos Delegados para participarem das Conferência Estadual;
5. Registrar e sistematizar as propostas de trabalho da Comissão submetendo ao Plenário da Conferência;
6. Exercer outras atividades correlatas.

Art. 5º A Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá promover todas as atividades necessárias ao cumprimento desta Resolução especialmente nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros, além de elaborar a sua programação.

Art. 6º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de setembro de 2018  
Valéria Maciel Costa Carvalho  
Presidente do CMDCA

**CÂMARA MUNICIPAL****ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 042/2018**

Publicação Nº 1773040

Ato da Presidência nº 042/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 35ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, a realizar-se no dia 15 de outubro de 2018 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação
074	PL nº 5.058/2018  CCJ: Parecer Desfavorável  Discussão e votação do Parecer da CCJ pela inconstitucionalidade do PL 5.058/2018	17/09/2018	Poder Executivo	Rosivaldo da Silva Júnior	Autoriza o Chefe do Poder Executivo de subsidiar o valor da tarifa do Transporte Coletivo Urbano Municipal e dá outras providências.	Ordinário
075	PL nº 5.059/2018  CCJ: Parecer Favorável CFO: Parecer Favorável  Emenda 001 CCJ: Parecer Favorável CFO: Parecer Favorável  Emenda 002 CCJ: Parecer Favorável CFO: Parecer Favorável  Discussão e votação da Emendas e da Redação Final do PL nº 5.059/2018	17/09/2018	Poder Executivo	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca e dá outras providências.	Ordinário
-	REQ nº 0026/2018  Discussão e Votação	09/10/2018	Poder Legislativo	Luiz Cláudio Carvalho de Souza	Requer que seja convidado o novo Comandante da Guarnição Especial da Polícia Militar em Imbituba, Major Daniel Nunes da Silva, para que compareça à Câmara de Vereadores, durante o Grande Expediente de Sessão Ordinária.	Ordinário

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 11 de outubro de 2018.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza	Gilberto Pereira
Presidente	Vice-Presidente
Humberto Carlos dos Santos	Roberto Luiz Rodrigues
Primeiro-Secretário	Segundo-Secretário

# Imbuia

## PREFEITURA

### ATA DA PROPOSTA PREGÃO 28-2018

Publicação Nº 1772816

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA</b>  <b>CNPJ:</b> 83.102.632/0001-93 <b>AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86</b> <b>C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 28/2018 - PR</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> 28/2018 <b>Processo de Licitação:</b> 28/2018 <b>Data do Processo:</b> 27/06/2018
Folha: 1/3	

#### OBJETO DA LICITAÇÃO:

Aquisições de pneus para a frota de veículos do Município de Imbuia.

#### ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 18 de Julho de 2018, às 09:29 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 01/2018, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 28/2018, Licitação nº 28/2018 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Após analisadas as propostas de preços, e visto que as propostas dos participantes estavam dentro dos valores praticados no mercado, foi consideradas vencedoras os participantes conforme segue:

**Participante:** 253 - MODELO PNEUS LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
50	PNEU 18.4 X 30 - 10 LONAS	UN	4,00	FIRESTONE	0,0000	1.900,00	7.600,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							7.600,00

**Participante:** 2727 - PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
41	PNEU 175/65 R 14 - 84 T	UN	36,00	GOODYEAR	0,0000	201,00	7.236,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							7.236,00

**Participante:** 2963 - R. K. KASCZUK & CIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	CÂMARA DE AR 1000 X 20	UN	100,00	JFF	0,0000	55,00	5.500,00
3	Câmara de ar 17,5 x 25	PC	45,00	JFF	0,0000	170,00	7.650,00
6	Pneu 1000 R20 Radial borrachudo com profundidade de borracha acima de 20 mm	UN	130,00	FIRESTONE T831	0,0000	1.260,00	163.800,00
7	Pneu -11 R 22-5, borrachudo p/ terra e asfalto profundidade mínima de borracha de 18 mm	UN	16,00	FIRESTONE T831	0,0000	1.450,00	23.200,00
12	Pneu 165 R13 - 79 T	PC	44,00	FIRESTONE F700	0,0000	159,00	6.996,00
14	PNEU 175 X 70 R 13	UN	40,00	FUZION STD	0,0000	140,00	5.600,00
15	PNEU 175 X 70 R14	UN	40,00	FUZION STD	0,0000	193,80	7.752,00
16	Pneu 185R14 - 8 Lonas	PC	8,00	FIRESTONE CV 5000	0,0000	250,00	2.000,00
19	PNEU 215/75 R 17,5 RADIAL MIXTO 12 LONAS	UN	50,00	FIRESTONE FS558	0,0000	720,00	36.000,00
22	Pneu 235/75R15 borrachudo	UN	12,00	DAYTON TIMBERLINE	0,0000	385,00	4.620,00
23	PNEU 275/22,5 R MIXTO - COM PROFUNDIDADE MINIMA DE BORRACHA DE 18 MM	UN	4,00	BRIDGESTONI M840	0,0000	1.400,00	5.600,00
24	PNEU 275/80R X 22,5 BORRACHUDO MIXTO COM PROFUNDIDADE MINIMA DE BORRACHA DE 20,5 MM	UN	10,00	BRIDGESTONI L320	0,0000	1.440,00	14.400,00
35	PNEU 23.1/30 12 LONAS	UN	6,00	FIRESTONE SAT 23	0,0000	3.400,00	20.400,00
37	CÂMARA - AR 12.5/80-18	UN	8,00	JFF	0,0000	65,00	520,00
39	PNEU 175/70 R 14 - 88 T	UN	26,00	FIRESTONE F700	0,0000	217,00	5.642,00
44	PNEU 225/75 R 15 - 108/104 S	UN	8,00	BRIDGESTONI DUELLER	0,0000	320,00	2.560,00
46	Pneu 1000 R 20 radial misto terra e asfalto com profundidade mínima de borracha de 16 mm	UN	40,00	FIRESTONE T831	0,0000	1.300,00	52.000,00
47	PNEU 185 X 65 R 14	UN	16,00	FUZION STD	0,0000	200,00	3.200,00
58	PNEU 1000 R X 20 LISO - EQUIVALENTE OU SIMILAR A GG86 MSS	UN	30,00	FIRESTONE T819	0,0000	1.250,00	37.500,00
70	CÂMARA DE AR 12.5 X 80	UN	10,00	JFF	0,0000	73,00	730,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							405.670,00

**Participante:** 2964 - NACIONAL PNEUS EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
11	PNEU 1400-24 16 LONAS	UN	10,00	Malhotra/G2	0,0000	1.790,00	17.900,00
17	PNEU 19,5L X24 12 LONAS	UN	12,00	Malhotra/R4	0,0000	2.009,00	24.108,00
21	PNEU 235 X 75 R15 LISO	UN	12,00	Goodyear/Edge	0,0000	360,00	4.320,00
25	PNEU 900 X 20 convencional borrachudo	UN	8,00	Centella/CL550	0,0000	747,00	5.976,00
28	PROTECTOR 1400 X 24	UN	10,00	Carreteiro/Aro2	0,0000	35,00	350,00
40	PNEU 165/70 R 12 - 82 T	UN	12,00	Edge/Touring	0,0000	160,00	1.920,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

CNPJ: 83.102.632/0001-93  
 AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86  
 C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 28/2018 - PR**

Processo Administrativo: 28/2018  
 Processo de Licitação: 28/2018  
 Data do Processo: 27/06/2018

Folha: 2/3

**Participante: 2964 - NACIONAL PNEUS EIRELI**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
65	PNEU 10.5 X 65 R 16 - 10 LONAS	UN	16,00	GripMaster/I3	0,0000	560,00	8.960,00
68	PNEU 19.5 X 24	UN	10,00	Malhthora/R4	0,0000	1.975,00	19.750,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>94.984,00</b>

**Participante: 2965 - COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	CAMARA DE AR 1400 X 24	UN	20,00	JFF TR220A	0,0000	130,00	2.600,00
5	CAMARA DE AR 900 X 20	UN	10,00	JFF TR75A	0,0000	65,00	650,00
9	PNEU 12,5/80 X18 10 LONAS - SGI	UN	4,00	Tough G2-L2	0,0000	910,00	3.640,00
10	PNEU 12,5/80 X18 12 LONAS - SGL	UN	8,00	Tough G2-L2	0,0000	965,00	7.720,00
13	Pneu 17,5 x 25, 12 Lonas	PC	10,00	Superguider G2-L2	0,0000	2.187,50	21.875,00
18	PNEU 215 X 75 X 17,5 RADIAL BORRACHUDO (12 LONAS)	UN	64,00	Ling Long D905	0,0000	550,00	35.200,00
20	Pneu 215/75 R 17,5 Radial liso 12 lonas	UN	40,00	Ling Long LLF86	0,0000	543,75	21.750,00
27	Protetor 1000 X 20.	UN	100,00	Irboflex	0,0000	21,50	2.150,00
29	Protetor 17,5 x 25	PC	20,00	Irboflex	0,0000	108,00	2.160,00
30	Protetor 900 X 20.	UN	10,00	Irboflex	0,0000	21,50	215,00
31	PNEU 195/60 R 15 MARCA EQUIVALENTE, OU SIMILAR A GOODYEAR OU DE MELHOR QUALIDADE	UN	14,00	Windforce Catchgre	0,0000	202,50	2.835,00
33	PNEU 205/55 R 16	UN	16,00	Windforce Catchgre	0,0000	202,50	3.240,00
36	CAMARA - AR 19.5 L - 24	UN	8,00	JFF TR218A	0,0000	159,00	1.272,00
38	PNEU 225/70 R 15 C - 112/110R	UN	8,00	Windforce Milemax	0,0000	316,25	2.530,00
43	PNEU 205/75 R 16 C - 113/110 O	UN	24,00	Windforce Milemax	0,0000	350,00	8.400,00
45	PNEU 215/75 R 16 C - 113/111R	UN	32,00	Windforce Milemax	0,0000	340,00	10.880,00
48	PNEU 185 X 65 R 15	UN	18,00	Windforce Catchgre	0,0000	190,00	3.420,00
49	PNEU 18.4 X 30 - 12 LONAS	UN	4,00	Tough R-1	0,0000	2.028,00	8.112,00
51	CAMARA - AR 18.4 X 30	UN	4,00	JFF TR220A	0,0000	182,25	729,00
52	PNEU 12.4 X 24 - 08 LONAS	UN	4,00	Tough R-1	0,0000	880,00	3.520,00
53	CAMARA - AR 12.4 X 24	UN	4,00	JFF TR220A	0,0000	90,45	361,80
60	PNEU 185 X 70 R14	UN	8,00	Forceum Trideka	0,0000	213,00	1.704,00
63	PNEU 185 X 60 R15	UN	12,00	Windforce Catchgre	0,0000	185,00	2.220,00
64	PNEU 205 X 60 R15	UN	20,00	Windforce Catchgre	0,0000	206,25	4.125,00
66	PNEU 17.5 X 25 R 16 - 10 LONAS	UN	6,00	Superguider G2-L2	0,0000	2.187,50	13.125,00
69	CAMARA DE AR 19.5 X 24	UN	10,00	JFF TR220A	0,0000	165,00	1.650,00
72	CAMARA DE AR 17.5 X 25	UN	10,00	JFF TR220A	0,0000	180,00	1.800,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>167.883,80</b>

**Participante: 2966 - BELLENZIER PNEUS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	Pneu -11 R 22-5, liso misto com profundidade mínima de borracha de 18mm	UN	8,00	PIRELLI FG01	0,0000	1.547,00	12.376,00
26	Pneu 900R20 Radial misto terra e asfalto com profundidade de borracha acima de 14 mm	UN	8,00	PIRELLI FG01	0,0000	1.263,00	10.104,00
32	PROTETOR 11L / 16	UN	8,00	RUZI R16	0,0000	25,00	200,00
42	PNEU 205/70 R 15 C - 106/104 R	UN	24,00	NEXEN ROADIAN	0,0000	342,00	8.208,00
54	PROTETOR 12.4 X 24	UN	4,00	RALFLEX R24	0,0000	55,00	220,00
55	PNEU 700X16 BORRACHUDO	UN	8,00	PIRELLI RT59	0,0000	397,00	3.176,00
56	PNEU 700 X 16 LISO	UN	4,00	PIRELLI CT52	0,0000	372,00	1.488,00
67	PNEU 100 X 20 16 LONAS - LISO - CONVENCIONAL, EQUIVALENTE OU SIMILAR A G8 GOODYER OU DE MELHOR QUALIDADE	UN	30,00	PIRELLI CT65S	0,0000	820,00	24.600,00
74	CAMARA DE AR 10.5 X 65 -16 PARA PNEU FRISADO	UN	10,00	QBOM AGQ9.00-16	0,0000	62,00	620,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>60.992,00</b>

**Participante: 2968 - ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	CAMARA DE AR 700 X 16	UN	10,00	FLEXEN	0,0000	33,00	330,00
34	PNEU 14.9/26 10 LONAS	UN	6,00	GOODYEAR	0,0000	1.690,00	10.140,00
59	PNEU 11 L -16	UN	2,00	GOODYEAR	0,0000	710,00	1.420,00
61	PROTRTOR - 700 X 16	UN	8,00	SBN	0,0000	21,00	168,00
62	CAMARA 12X16.5	UN	4,00	FLEXEN	0,0000	54,00	216,00
71	CAMARA DE AR 12 X 16.5	UN	10,00	FLEXEN	0,0000	59,00	590,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

CNPJ: 83.102.632/0001-93  
 AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86  
 C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 28/2018 - PR**

Processo Administrativo: 28/2018  
 Processo de Licitação: 28/2018  
 Data do Processo: 27/06/2018

Folha: 3/3

**Participante: 2968 - ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
73	CÂMARA DE AR 10.5 X 65-16	UN	10,00	FLEXEN	0,0000	55,00	550,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							13.414,00
<b>Total Geral -----&gt;</b>							757.779,80

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Imbuí, 18 de Julho de 2018

**COMISSÃO:**

EDNA DA SILVA KOCH - ..... - Pregoeiro(a)  
 ADRIANA SCHAFFER - ..... - PRESIDENTE  
 FABIOLA MACHADO - ..... - SECRETARIA  
 LEOMAR DE SOUZA JUNIOR - ..... - SUPLENTE

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

LUCAS RECH - ..... - Representante  
 RICARDO SAMUEL ZEMIANI - ..... - Representante  
 VILMAR RENSI - ..... - Representante  
 IVERSON BORDIGNON - ..... - Representante  
 ALEX JOSE CORDEIRO - ..... - Representante  
 MARCELO JUNKES - ..... - Representante  
 RICARDO ANTONIAZZI DA SILVA JUNIOR - ..... - Representante



**ATA DO PREGÃO 28-2018**

Publicação Nº 1772850

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 1/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

Reuniram-se no dia 18/07/2018, as 09:29:20, na PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Decreto 01/2018 com o objetivo de COMISSÃO DO PREGÃO, tratando do Edital de Pregão Presencial Nº 28 destinado a Aquisições de pneus para a frota de veículos do Município de Imbuí..

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

2968 ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	CNPJ: 20.862.784/0001-74
2966 BELLENZIER PNEUS LTDA	CNPJ: 73.730.129/0016-05
2965 COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	CNPJ: 03.725.261/0001-67
253 MODELO PNEUS LTDA.	CNPJ: 94.510.682/0001-26
2964 NACIONAL PNEUS EIRELI	CNPJ: 27.879.590/0001-20
2727 PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	CNPJ: 06.880.642/0001-09
2963 R. K. KASCZUK & CIA LTDA	CNPJ: 22.196.632/0002-96

**ITEM 1 - CAMARA DE AR 1000 X 20**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	80,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	78,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	66,1500

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	80,0000
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	65,0000	
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	64,0000	
2	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	63,0000	
2	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	62,0000	
3	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	61,0000	
3	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	60,0000	
4	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	57,0000	
4	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	56,0000	
5	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	55,0000	
5	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	56,0000

O licitante R. K. KASCZUK & CIA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 1 deste Pregão Presencial o fornecedor R. K. KASCZUK & CIA LTDA pelo valor de R\$ 55,0000 (cinquenta e cinco reais).

**ITEM 2 - CAMARA DE AR 1400 X 24**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	167,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	155,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	140,4000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	167,0000
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	140,0000	
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	130,0000	
2	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	140,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 2 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 130,0000 (cento e trinta reais).



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA**

Página: 2/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 3 - Câmara de ar 17,5 x 25**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	207,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	201,1500
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	200,0000
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	197,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	190,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	188,0000	
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	180,0000	
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	170,0000	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	197,0000
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	190,0000
2	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	188,0000
2	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	180,0000

O licitante R. K. KASCZUK & CIA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 3 deste Pregão Presencial o fornecedor R. K. KASCZUK & CIA LTDA pelo valor de R\$ 170,0000 (cento e setenta reais).

**ITEM 4 - CAMARA DE AR 700 X 16**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	40,5000
2968	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Sim	39,0000
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	39,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	38,0000	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	39,0000
1	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	0,0000	35,0000	
2	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	34,0000	
2	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	0,0000	33,0000	
3	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	34,0000

O licitante ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 4 deste Pregão Presencial o fornecedor ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA pelo valor de R\$ 33,0000 (trinta e três reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA**

Página: 3/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial N° 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 5 - CAMARA DE AR 900 X 20**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	75,0000
2968	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Sim	75,0000
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	73,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	66,1500

N° do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	65,5000	
1	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Desistiu	Desistiu	75,0000
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	73,0000
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	65,0000	
2	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	65,5000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 5 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 65,0000 (sessenta e cinco reais).

**ITEM 6 - Pneu 1000 R20 Radial borrachudo com profundidade de borracha acima de 20 mm**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	1.396,0000
253	MODELO PNEUS LTDA.	Sim	1.387,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	1.300,0000

N° do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	1.396,0000
1	MODELO PNEUS LTDA.	0,0000	1.298,0000	
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	1.295,0000	
2	MODELO PNEUS LTDA.	0,0000	1.293,0000	
2	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	1.290,0000	
3	MODELO PNEUS LTDA.	0,0000	1.288,0000	
3	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	1.285,0000	
4	MODELO PNEUS LTDA.	0,0000	1.283,0000	
4	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	1.280,0000	
5	MODELO PNEUS LTDA.	0,0000	1.278,0000	
5	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	1.275,0000	
6	MODELO PNEUS LTDA.	0,0000	1.273,0000	
6	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	1.270,0000	
7	MODELO PNEUS LTDA.	0,0000	1.268,0000	
7	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	1.260,0000	
8	MODELO PNEUS LTDA.	Desistiu	Desistiu	1.268,0000

O licitante R. K. KASCZUK & CIA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 6 deste Pregão Presencial o fornecedor R. K. KASCZUK & CIA LTDA pelo valor de R\$ 1.260,0000 (um mil duzentos e sessenta reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 4/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial N° 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 7 - Pneu -11 R 22-5, borrachudo p/ terra e asfalto profundidade mínima de borracha de 18 mm**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	1.753,0000
253	MODELO PNEUS LTDA.	Sim	1.612,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	1.500,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	1.753,0000
1	MODELO PNEUS LTDA.	0,0000	1.498,0000	
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	1.495,0000	
2	MODELO PNEUS LTDA.	0,0000	1.493,0000	
2	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	1.490,0000	
3	MODELO PNEUS LTDA.	0,0000	1.488,0000	
3	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	1.480,0000	
4	MODELO PNEUS LTDA.	0,0000	1.478,0000	
4	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	1.470,0000	
5	MODELO PNEUS LTDA.	0,0000	1.468,0000	
5	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	1.450,0000	
6	MODELO PNEUS LTDA.	Desistiu	Desistiu	1.468,0000

O licitante R. K. KASCZUK & CIA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 7 deste Pregão Presencial o fornecedor R. K. KASCZUK & CIA LTDA pelo valor de R\$ 1.450,0000 (um mil quatrocentos e cinquenta reais).

**ITEM 8 - Pneu -11 R 22-5, liso misto com profundidade mínima de borracha de 18mm**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	1.753,0000
253	MODELO PNEUS LTDA.	Sim	1.627,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	1.547,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	1.547,0000	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	1.753,0000
1	MODELO PNEUS LTDA.	Desistiu	Desistiu	1.627,0000

O licitante BELLENZIER PNEUS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 8 deste Pregão Presencial o fornecedor BELLENZIER PNEUS LTDA pelo valor de R\$ 1.547,0000 (um mil quinhentos e quarenta e sete reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 5/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 9 - PNEU 12,5/80 X18 10 LONAS - SGI**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2968	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Sim	1.034,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	1.000,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	970,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	965,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Desistiu	Desistiu	1.034,0000
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	1.000,0000
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	954,0000	
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	950,0000	
2	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	945,0000	
2	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	940,0000	
3	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	930,0000	
3	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	925,0000	
4	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	920,0000	
4	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	915,0000	
5	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	913,0000	
5	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	910,0000	
6	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	913,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 9 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 910,0000 (novecentos e dez reais).

**ITEM 10 - PNEU 12,5/80 X18 12 LONAS - SGL**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	1.160,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	1.000,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	965,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	965,0000	
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	1.160,0000
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	1.000,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 10 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 965,0000 (novecentos e sessenta e cinco reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 6/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial N° 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 11 - PNEU 1400-24 16 LONAS**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	1.948,7500
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	1.910,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	1.850,0000

N° do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	1.948,7500
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	1.840,0000	
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	1.830,0000	
2	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	1.820,0000	
2	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	1.800,0000	
3	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	1.796,0000	
3	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	1.790,0000	
4	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	1.796,0000

O licitante NACIONAL PNEUS EIRELI declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 11 deste Pregão Presencial o fornecedor NACIONAL PNEUS EIRELI pelo valor de R\$ 1.790,0000 (um mil setecentos e noventa reais).

**ITEM 12 - Pneu 165 R13 - 79 T**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	177,0000
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	171,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	170,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	170,0000

N° do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	167,0000	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	0,0000	165,0000	
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	164,0000	
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	163,0000	
2	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	161,0000	
2	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	0,0000	160,0000	
2	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	159,0000	
2	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	163,0000
3	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	161,0000
3	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	160,0000

O licitante R. K. KASCZUK & CIA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 12 deste Pregão Presencial o fornecedor R. K. KASCZUK & CIA LTDA pelo valor de R\$ 159,0000 (cento e cinquenta e nove reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 7/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial N° 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 13 - Pneu 17,5 x 25, 12 Lonas**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	2.402,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	2.350,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	2.187,5000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	2.187,5000	
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	2.402,0000
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	2.350,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 13 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 2.187,5000 (dois mil cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

**ITEM 14 - PNEU 175 X 70 R 13**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	172,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	170,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	165,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	160,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	172,0000
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	157,0000	
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	155,0000	
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	154,0000	
2	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	157,0000
2	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	155,0000
2	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	140,0000	

O licitante R. K. KASCZUK & CIA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 14 deste Pregão Presencial o fornecedor R. K. KASCZUK & CIA LTDA pelo valor de R\$ 140,0000 (cento e quarenta reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 8/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 15 - PNEU 175 X 70 R14**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	244,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	220,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	218,7500

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	244,0000
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	215,0000	
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	214,0000	
2	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	210,0000	
2	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	209,0000	
3	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	205,0000	
3	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	204,0000	
4	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	200,0000	
4	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	204,0000
5	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	193,8000	

O licitante R. K. KASCZUK & CIA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 15 deste Pregão Presencial o fornecedor R. K. KASCZUK & CIA LTDA pelo valor de R\$ 193,8000 (cento e noventa e três reais e oitenta centavos).

**ITEM 16 - Pneu 185R14 - 8 Lonas**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	300,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	299,0000
253	MODELO PNEUS LTDA.	Sim	292,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	278,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	275,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	300,0000
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	299,0000
1	MODELO PNEUS LTDA.	0,0000	270,0000	
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	265,0000	
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	264,0000	
2	MODELO PNEUS LTDA.	Desistiu	Desistiu	270,0000
2	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	250,0000	
2	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	264,0000

O licitante R. K. KASCZUK & CIA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 16 deste Pregão Presencial o fornecedor R. K. KASCZUK & CIA LTDA pelo valor de R\$ 250,0000 (duzentos e cinquenta reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 9/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 17 - PNEU 19,5L X24 12 LONAS**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	2.200,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	2.183,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	2.150,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	2.040,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	2.035,0000	
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	2.183,0000
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	2.034,0000	
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	2.040,0000
2	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	2.030,0000	
2	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	2.029,0000	
3	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	2.025,0000	
3	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	2.024,0000	
4	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	2.020,0000	
4	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	2.019,0000	
5	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	2.015,0000	
5	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	2.013,0000	
6	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	2.010,0000	
6	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	2.009,0000	
7	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	2.010,0000

O licitante NACIONAL PNEUS EIRELI declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 17 deste Pregão Presencial o fornecedor NACIONAL PNEUS EIRELI pelo valor de R\$ 2.009,0000 (dois mil e nove reais).

**ITEM 18 - PNEU 215 X 75 X 17,5 RADIAL BORRACHUDO (12 LONAS)**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	695,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	690,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	550,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	550,0000	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	695,0000
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	690,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 18 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 550,0000 (quinhentos e cinquenta reais).



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA**

Página: 10/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 19 - PNEU 215/75 R 17,5 RADIAL MIXTO 12 LONAS**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	923,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	896,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	720,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	720,0000	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	923,0000
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	896,0000

O licitante R. K. KASCZUK & CIA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 19 deste Pregão Presencial o fornecedor R. K. KASCZUK & CIA LTDA pelo valor de R\$ 720,0000 (setecentos e vinte reais).

**ITEM 20 - Pneu 215/75 R 17,5 Radial liso 12 lonas**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	640,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	630,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	543,7500

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	543,7500	
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	640,0000
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	630,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 20 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 543,7500 (quinhentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

**ITEM 21 - PNEU 235 X 75 R15 LISO**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	417,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	410,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	360,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	360,0000	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	417,0000
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	410,0000

O licitante NACIONAL PNEUS EIRELI declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 21 deste Pregão Presencial o fornecedor NACIONAL PNEUS EIRELI pelo valor de R\$ 360,0000 (trezentos e sessenta reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA**

Página: 11/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 22 - Pneu 235/75R15 borrachudo**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
253	MODELO PNEUS LTDA.	Sim	480,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	480,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	420,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	420,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	480,0000
1	MODELO PNEUS LTDA.	Desistiu	Desistiu	480,0000
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	415,0000	
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	410,0000	
2	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	405,0000	
2	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	402,0000	
3	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	400,0000	
3	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	395,0000	
4	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	390,0000	
4	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	388,0000	
5	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	385,0000	
5	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	388,0000

O licitante R. K. KASCZUK & CIA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 22 deste Pregão Presencial o fornecedor R. K. KASCZUK & CIA LTDA pelo valor de R\$ 385,0000 (trezentos e oitenta e cinco reais).

**ITEM 23 - PNEU 275/22,5 R MIXTO - COM PROFUNDIDADE MINIMA DE BORRACHA DE 18 MM**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	1.500,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	1.500,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	1.494,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	1.400,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	1.400,0000	
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	1.500,0000
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	1.500,0000
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	1.494,0000

O licitante R. K. KASCZUK & CIA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 23 deste Pregão Presencial o fornecedor R. K. KASCZUK & CIA LTDA pelo valor de R\$ 1.400,0000 (um mil e quatrocentos reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA**

Página: 12/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial N° 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 24 - PNEU 275/80R X 22,5 BORRACHUDO MIXTO COM PROFUNDIDADE MINIMA DE BORRACHA DE 20,5 MM**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
253	MODELO PNEUS LTDA.	Sim	1.600,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	1.534,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	1.450,0000

  

N° do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	MODELO PNEUS LTDA.	Desistiu	Desistiu	1.600,0000
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	1.443,0000	
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	1.440,0000	
2	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	1.443,0000

O licitante R. K. KASCZUK & CIA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 24 deste Pregão Presencial o fornecedor R. K. KASCZUK & CIA LTDA pelo valor de R\$ 1.440,0000 (um mil quatrocentos e quarenta reais).

**ITEM 25 - PNEU 900 X 20 convencional borrachudo**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	896,2500
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	850,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	801,0000

  

N° do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	896,2500
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	784,0000	
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	780,0000	
2	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	779,0000	
2	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	765,0000	
3	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	764,9000	
3	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	760,0000	
4	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	750,0000	
4	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	748,0000	
5	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	747,0000	
5	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	748,0000

O licitante NACIONAL PNEUS EIRELI declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 25 deste Pregão Presencial o fornecedor NACIONAL PNEUS EIRELI pelo valor de R\$ 747,0000 (setecentos e quarenta e sete reais).

**ITEM 26 - Pneu 900R20 Radial misto terra e asfalto com profundidade de borracha acima de 14 mm**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
253	MODELO PNEUS LTDA.	Sim	1.544,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	1.263,0000

  

N° do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	1.263,0000	
1	MODELO PNEUS LTDA.	Desistiu	Desistiu	1.544,0000

O licitante BELLENZIER PNEUS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 26 deste Pregão Presencial o fornecedor BELLENZIER PNEUS LTDA pelo valor de R\$ 1.263,0000 (um mil duzentos e sessenta e três reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 13/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 27 - Protetor 1000 X 20.**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2968	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Sim	28,0000
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	27,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	24,9800

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	0,0000	24,0000	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	27,0000
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	23,0000	
2	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	0,0000	22,0000	
2	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	21,5000	
3	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Desistiu	Desistiu	22,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 27 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 21,5000 (vinte e um reais e cinquenta centavos).

**ITEM 28 - PROTETOR 1400 X 24**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	55,0000
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	51,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	35,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	35,0000	
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	55,0000
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	51,0000

O licitante NACIONAL PNEUS EIRELI declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 28 deste Pregão Presencial o fornecedor NACIONAL PNEUS EIRELI pelo valor de R\$ 35,0000 (trinta e cinco reais).

**ITEM 29 - Protetor 17,5 x 25**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	125,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	120,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	108,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	108,0000	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	125,0000
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	120,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 29 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 108,0000 (cento e oito reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 14/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 30 - Protetor 900 X 20.**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2968	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Sim	28,0000
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	27,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	24,9800

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Desistiu	Desistiu	28,0000
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	27,0000
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	21,5000	

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 30 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 21,5000 (vinte e um reais e cinquenta centavos).

**ITEM 31 - PNEU 195/60 R 15 MARCA EQUIVALENTE, OU SIMILAR A GOODYEAR OU DE MELHOR QUALIDADE**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	279,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	250,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	250,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	202,5000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	202,5000	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	279,0000
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	250,0000
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	250,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 31 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 202,5000 (duzentos e dois reais e cinquenta centavos).

**ITEM 32 - PROTETOR 11L / 16**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
253	MODELO PNEUS LTDA.	Sim	35,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	29,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	25,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	25,0000	
1	MODELO PNEUS LTDA.	Desistiu	Desistiu	35,0000
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	29,0000

O licitante BELLENZIER PNEUS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 32 deste Pregão Presencial o fornecedor BELLENZIER PNEUS LTDA pelo valor de R\$ 25,0000 (vinte e cinco reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 15/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 33 - PNEU 205/55 R 16**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	261,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	260,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	260,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	202,5000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	202,5000	
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	261,0000
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	260,0000
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	260,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 33 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 202,5000 (duzentos e dois reais e cinquenta centavos).

**ITEM 34 - PNEU 14.9/26 10 LONAS**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	1.966,0000
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	1.807,0000
2968	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Sim	1.690,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	0,0000	1.690,0000	
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	1.966,0000
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	1.807,0000

O licitante ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 34 deste Pregão Presencial o fornecedor ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA pelo valor de R\$ 1.690,0000 (um mil seiscentos e noventa reais).

**ITEM 35 - PNEU 23.1/30 12 LONAS**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2968	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Sim	3.818,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	3.769,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	3.400,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	3.400,0000	
1	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Desistiu	Desistiu	3.818,0000
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	3.769,0000

O licitante R. K. KASCZUK & CIA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 35 deste Pregão Presencial o fornecedor R. K. KASCZUK & CIA LTDA pelo valor de R\$ 3.400,0000 (três mil e quatrocentos reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 16/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 36 - CAMARA - AR 19.5 L - 24**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	197,0000
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	187,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	174,1500

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	173,0000	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	187,0000
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	172,0000	
2	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	170,0000	
2	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	169,0000	
3	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	160,0000	
3	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	159,0000	
4	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	160,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 36 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 159,0000 (cento e cinquenta e nove reais).

**ITEM 37 - CAMARA - AR 12.5/80-18**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2968	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Sim	93,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	90,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	76,9500

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Desistiu	Desistiu	93,0000
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	74,0000	
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	73,0000	
2	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	70,0000	
2	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	69,0000	
3	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	68,0000	
3	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	67,0000	
4	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	65,0000	
4	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	67,0000

O licitante R. K. KASCZUK & CIA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 37 deste Pregão Presencial o fornecedor R. K. KASCZUK & CIA LTDA pelo valor de R\$ 65,0000 (sessenta e cinco reais).



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 17/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 38 - PNEU 225/70 R 15 C - 112/110R**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	483,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	391,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	316,2500

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	316,2500	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	483,0000
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	391,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 38 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 316,2500 (trezentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos).

**ITEM 39 - PNEU 175/70 R 14 - 88 T**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	250,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	240,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	218,7500

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	217,0000	
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	240,0000
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	218,7500

O licitante R. K. KASCZUK & CIA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 39 deste Pregão Presencial o fornecedor R. K. KASCZUK & CIA LTDA pelo valor de R\$ 217,0000 (duzentos e dezesseis reais).

**ITEM 40 - PNEU 165/70 R 13 - 82 T**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	173,0000
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	173,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	170,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	160,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	160,0000	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	173,0000
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	173,0000
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	170,0000

O licitante NACIONAL PNEUS EIRELI declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 40 deste Pregão Presencial o fornecedor NACIONAL PNEUS EIRELI pelo valor de R\$ 160,0000 (cento e sessenta reais).



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 18/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial N° 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 41 - PNEU 175/65 R 14 - 84 T**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
253	MODELO PNEUS LTDA.	Sim	295,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	218,0000
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	215,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	MODELO PNEUS LTDA.	Desistiu	Desistiu	295,0000
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	212,0000	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	0,0000	210,0000	
2	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	207,0000	
2	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	0,0000	205,0000	
3	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	202,0000	
3	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	0,0000	201,0000	
4	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	202,0000

O licitante PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 41 deste Pregão Presencial o fornecedor PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA pelo valor de R\$ 201,0000 (duzentos e um reais).

**ITEM 42 - PNEU 205/70 R 15 C - 106/104 R**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	430,0000
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	397,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	342,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	342,0000	
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	430,0000
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	397,0000

O licitante BELLENZIER PNEUS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 42 deste Pregão Presencial o fornecedor BELLENZIER PNEUS LTDA pelo valor de R\$ 342,0000 (trezentos e quarenta e dois reais).

**ITEM 43 - PNEU 205/75 R 16 C - 113/110 O**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	440,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	436,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	350,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	350,0000	
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	440,0000
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	436,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 43 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 350,0000 (trezentos e cinquenta reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 19/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 44 - PNEU 225/75 R 15 - 108/104 S**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	438,0000
253	MODELO PNEUS LTDA.	Sim	374,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	320,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	320,0000	
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	438,0000
1	MODELO PNEUS LTDA.	Desistiu	Desistiu	374,0000

O licitante R. K. KASCZUK & CIA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 44 deste Pregão Presencial o fornecedor R. K. KASCZUK & CIA LTDA pelo valor de R\$ 320,0000 (trezentos e vinte reais).

**ITEM 45 - PNEU 215/75 R 16 C - 113/111R**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	549,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	471,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	340,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	340,0000	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	549,0000
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	471,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 45 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 340,0000 (trezentos e quarenta reais).

**ITEM 46 - Pneu 1000 R 20 radial misto terra e asfalto com profundidade mínima de borracha de 16 mm**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	1.420,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	1.414,0000
253	MODELO PNEUS LTDA.	Sim	1.410,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	1.300,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	1.300,0000	
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	1.420,0000
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	1.414,0000
1	MODELO PNEUS LTDA.	Desistiu	Desistiu	1.410,0000

O licitante R. K. KASCZUK & CIA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 46 deste Pregão Presencial o fornecedor R. K. KASCZUK & CIA LTDA pelo valor de R\$ 1.300,0000 (um mil e trezentos reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 20/31  
Data: 11/10/2018  
Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 47 - PNEU 185 X 65 R 14**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)	
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	232,0000	
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	231,2500	
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	200,0000	
Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)

O licitante R. K. KASCZUK & CIA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 47 deste Pregão Presencial o fornecedor R. K. KASCZUK & CIA LTDA pelo valor de R\$ 200,0000 (duzentos reais).

**ITEM 48 - PNEU 185 X 65 R 15**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)	
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	267,0000	
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	245,0000	
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	190,0000	
Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 48 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 190,0000 (cento e noventa reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA**

Página: 21/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial N° 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 49 - PNEU 18.4 X 30 - 12 LONAS**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
253	MODELO PNEUS LTDA.	Sim	2.500,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	2.360,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	2.187,5000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	MODELO PNEUS LTDA.	Desistiu	Desistiu	2.500,0000
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	2.180,0000	
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	2.175,0000	
2	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	2.170,0000	
2	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	2.165,0000	
3	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	2.150,0000	
3	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	2.140,0000	
4	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	2.130,0000	
4	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	2.120,0000	
5	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	2.100,0000	
5	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	2.090,0000	
6	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	2.080,0000	
6	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	2.075,0000	
7	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	2.060,0000	
7	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	2.059,0000	
8	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	2.050,0000	
8	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	2.049,0000	
9	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	2.045,0000	
9	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	2.044,0000	
10	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	2.040,0000	
10	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	2.039,0000	
11	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	2.035,0000	
11	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	2.034,0000	
12	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	2.029,0000	
12	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	2.028,0000	
13	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	2.029,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 49 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 2.028,0000 (dois mil e vinte e oito reais).

**ITEM 50 - PNEU 18.4 X 30 - 10 LONAS**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	2.187,5000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	2.100,0000
253	MODELO PNEUS LTDA.	Sim	2.075,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	2.074,0000	
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	2.050,0000	
1	MODELO PNEUS LTDA.	0,0000	1.900,0000	
2	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	2.074,0000
2	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	2.050,0000

O licitante MODELO PNEUS LTDA. declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 50 deste Pregão Presencial o fornecedor MODELO PNEUS LTDA. pelo valor de R\$ 1.900,0000 (um mil e novecentos reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA**

Página: 22/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 51 - CAMARA - AR 18.4 X 30**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	241,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	220,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	182,2500

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	182,2500	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	241,0000
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	220,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 51 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 182,2500 (cento e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

**ITEM 52 - PNEU 12.4 X 24 - 08 LONAS**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	1.229,0000
2968	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Sim	1.146,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	880,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	880,0000	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	1.229,0000
1	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Desistiu	Desistiu	1.146,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 52 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 880,0000 (oitocentos e oitenta reais).

**ITEM 53 - CAMARA - AR 12.4 X 24**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	115,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	112,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	90,4500

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	90,4500	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	115,0000
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	112,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 53 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 90,4500 (noventa reais e quarenta e cinco centavos).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 23/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 54 - PROTETOR 12.4 X 24**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	65,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	59,4000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	55,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	55,0000	
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	65,0000
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	59,4000

O licitante BELLENZIER PNEUS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 54 deste Pregão Presencial o fornecedor BELLENZIER PNEUS LTDA pelo valor de R\$ 55,0000 (cinquenta e cinco reais).

**ITEM 55 - PNEU 700X16 BORRACHUDO**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	480,0000
2968	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Sim	452,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	397,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	397,0000	
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	480,0000
1	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Desistiu	Desistiu	452,0000

O licitante BELLENZIER PNEUS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 55 deste Pregão Presencial o fornecedor BELLENZIER PNEUS LTDA pelo valor de R\$ 397,0000 (trezentos e noventa e sete reais).

**ITEM 56 - PNEU 700 X 16 LISO**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	440,0000
2968	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Sim	428,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	381,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	440,0000
1	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	0,0000	380,0000	
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	372,0000	
2	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Desistiu	Desistiu	380,0000

O licitante BELLENZIER PNEUS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 56 deste Pregão Presencial o fornecedor BELLENZIER PNEUS LTDA pelo valor de R\$ 372,0000 (trezentos e setenta e dois reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 24/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 57 - PNEU 12 X 16,5 - 10 LONAS**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	772,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	656,2500
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	650,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	650,0000	
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	772,0000
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	656,2500

O licitante NACIONAL PNEUS EIRELI declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 57 deste Pregão Presencial o fornecedor NACIONAL PNEUS EIRELI pelo valor de R\$ 650,0000 (seiscentos e cinquenta reais).

**ITEM 58 - PNEU 1000 R X 20 LISO - EQUIVALENTE OU SIMILAR A GG86 MSS**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	1.430,0000
253	MODELO PNEUS LTDA.	Sim	1.397,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	1.300,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	1.430,0000
1	MODELO PNEUS LTDA.	0,0000	1.298,0000	
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	1.290,0000	
2	MODELO PNEUS LTDA.	0,0000	1.288,0000	
2	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	1.260,0000	
3	MODELO PNEUS LTDA.	0,0000	1.258,0000	
3	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	1.250,0000	
4	MODELO PNEUS LTDA.	Desistiu	Desistiu	1.258,0000

O licitante R. K. KASCZUK & CIA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 58 deste Pregão Presencial o fornecedor R. K. KASCZUK & CIA LTDA pelo valor de R\$ 1.250,0000 (um mil duzentos e cinquenta reais).



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 25/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial N° 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 59 - PNEU 11 L -16**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	855,0000
2968	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Sim	798,0000
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	787,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	783,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	855,0000
1	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	0,0000	780,0000	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	787,0000
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	770,0000	
2	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	0,0000	765,0000	
2	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	750,0000	
3	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	0,0000	740,0000	
3	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	732,0000	
4	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	0,0000	730,0000	
4	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	725,0000	
5	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	0,0000	720,0000	
5	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	713,0000	
6	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	0,0000	710,0000	
6	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	713,0000

O licitante ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 59 deste Pregão Presencial o fornecedor ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA pelo valor de R\$ 710,0000 (setecentos e dez reais).

**ITEM 60 - PNEU 185 X 70 R14**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	241,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	231,2500
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	224,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	241,0000
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	223,0000	
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	214,0000	
2	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	213,0000	
2	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	214,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 60 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 213,0000 (duzentos e treze reais).



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 26/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 61 - PROTRTOR - 700 X 16**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	23,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	22,2800
2968	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Sim	21,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	0,0000	21,0000	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	23,0000
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	22,2800

O licitante ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 61 deste Pregão Presencial o fornecedor ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA pelo valor de R\$ 21,0000 (vinte e um reais).

**ITEM 62 - CAMARA 12X16.5**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	65,0000
2968	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Sim	63,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	62,1000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	62,0000	
1	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	0,0000	61,0000	
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	62,1000
2	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	55,0000	
2	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	0,0000	54,0000	
3	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	55,0000

O licitante ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 62 deste Pregão Presencial o fornecedor ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA pelo valor de R\$ 54,0000 (cinquenta e quatro reais).

**ITEM 63 - PNEU 185 X 60 R15**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	253,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	248,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	185,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	185,0000	
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	253,0000
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	248,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 63 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 185,0000 (cento e oitenta e cinco reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 27/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 64 - PNEU 205 X 60 R15**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	291,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	290,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	206,2500

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	206,2500	
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	291,0000
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	290,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 64 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 206,2500 (duzentos e seis reais e vinte e cinco centavos).

**ITEM 65 - PNEU 10.5 X 65 R 16 - 10 LONAS**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	615,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	606,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	594,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	590,0000	
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	606,0000
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	580,0000	
2	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	575,0000	
2	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	570,0000	
3	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	560,0000	
3	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	570,0000

O licitante NACIONAL PNEUS EIRELI declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 65 deste Pregão Presencial o fornecedor NACIONAL PNEUS EIRELI pelo valor de R\$ 560,0000 (quinhentos e sessenta reais).

**ITEM 66 - PNEU 17.5 X 25 R 16 - 10 LONAS**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	2.402,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	2.300,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	2.187,5000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	2.187,5000	
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	2.402,0000
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	2.300,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 66 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 2.187,5000 (dois mil cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA**

Página: 28/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial N° 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 67 - PNEU 100 X 20 16 LONAS - LISO - CONVENCIONAL, EQUIVALENTE OU SIMILAR A G8 GOODYER OU DE MELHOR QUALIDADE**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	990,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	962,5000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	891,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	990,0000
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	962,5000
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	820,0000	

O licitante BELLENZIER PNEUS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 67 deste Pregão Presencial o fornecedor BELLENZIER PNEUS LTDA pelo valor de R\$ 820,0000 (oitocentos e vinte reais).

**ITEM 68 - PNEU 19.5 X 24**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	2.200,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	2.084,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	2.040,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	2.000,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	2.200,0000
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	1.980,0000	
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	2.040,0000
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	0,0000	1.975,0000	
2	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	1.980,0000

O licitante NACIONAL PNEUS EIRELI declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 68 deste Pregão Presencial o fornecedor NACIONAL PNEUS EIRELI pelo valor de R\$ 1.975,0000 (um mil novecentos e setenta e cinco reais).

**ITEM 69 - CAMARA DE AR 19.5 X 24**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	195,0000
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	187,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	174,1500

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	170,0000	
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	187,0000
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	165,0000	
2	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	170,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 69 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 165,0000 (cento e sessenta e cinco reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 29/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 70 - CAMARA DE AR 12.5 X 80**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	90,0000
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	80,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	75,6000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	73,0000	
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	80,0000
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	75,6000

O licitante R. K. KASCZUK & CIA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 70 deste Pregão Presencial o fornecedor R. K. KASCZUK & CIA LTDA pelo valor de R\$ 73,0000 (setenta e três reais).

**ITEM 71 - CAMARA DE AR 12 X 16.5**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	70,0000
2968	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Sim	63,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	62,1000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	60,0000	
1	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	0,0000	59,0000	
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	62,1000
2	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	60,0000

O licitante ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 71 deste Pregão Presencial o fornecedor ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA pelo valor de R\$ 59,0000 (cinquenta e nove reais).

**ITEM 72 - CAMARA DE AR 17.5 X 25**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	207,0000
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	205,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	201,1500
2964	NACIONAL PNEUS EIRELI	Sim	200,0000
2727	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Sim	197,0000

  

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	190,0000	
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	205,0000
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	180,0000	
1	NACIONAL PNEUS EIRELI	Desistiu	Desistiu	200,0000
1	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	197,0000
2	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	190,0000

O licitante COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 72 deste Pregão Presencial o fornecedor COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA pelo valor de R\$ 180,0000 (cento e oitenta reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA**

Página: 30/31  
 Data: 11/10/2018  
 Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial Nº 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ITEM 73 - CAMARA DE AR10.5 X 65-16**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	70,0000
2965	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Sim	62,1000
2968	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	Sim	61,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	Desistiu	Desistiu	70,0000
1	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	60,0000	
1	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	0,0000	59,0000	
2	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	0,0000	58,0000	
2	ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	0,0000	55,0000	
3	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	Desistiu	Desistiu	58,0000

O licitante ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 73 deste Pregão Presencial o fornecedor ACS PNEUS E ACESSORIOS LTDA pelo valor de R\$ 55,0000 (cinquenta e cinco reais).

**ITEM 74 - CAMARA DE AR 10.5 X 65 -16 PARA PNEU FRISADO**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
2963	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Sim	73,0000
2966	BELLENZIER PNEUS LTDA	Sim	70,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	0,0000	65,0000	
1	BELLENZIER PNEUS LTDA	0,0000	62,0000	
2	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	Desistiu	Desistiu	65,0000

O licitante BELLENZIER PNEUS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 74 deste Pregão Presencial o fornecedor BELLENZIER PNEUS LTDA pelo valor de R\$ 62,0000 (sessenta e dois reais).

Sobre a documentação dos licitantes:

A comissão de licitação após abrir os envelopes com a documentação dos participantes, constatou-se que se encontravam de acordo com o exigido no edital

Após verificada a regularidade da documentação dos licitantes melhores classificados, os mesmos foram declarados vencedores dos respectivos itens, tendo sido, então, concedida a palavra aos participantes do certame para manifestação da intenção de recurso, e em seguida foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro Resultado da Sessão Pública. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 10:38 horas do dia 18 de Julho de 2018, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.

**Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.**

EDNA DA SILVA KOCH - ..... Pregoeiro

ADRIANA SCHAFFER - ..... PRÉSIDENTE

FABIOLA MACHADO - ..... SECRETARIA

LEOMAR DE SOUZA JUNIOR - ..... SUPLENTE

DANIELA PRISCILA HENN - ..... SUPLENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Página: 31/31  
Data: 11/10/2018  
Processo: 28/2018

**Edital de Pregão Presencial N° 28**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

LUCAS RECH	- .....	Representante
RICARDO SAMUEL ZEMIANI	- .....	Representante
VILMAR Rensi	- .....	Representante
IVERSON BORDIGNON	- .....	Representante
ALEX JOSE CORDEIRO	- .....	Representante
MARCELO JUNKES	- .....	Representante
RICARDO ANTONIAZZI DA SILVA JUNIOR	- .....	Representante

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 591/18

Publicação Nº 1772469

. DECRETO Nº 591/18

. De 11 de outubro de 2018

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 019/2018 CMAS / Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Indaial

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº8742 de 07 de dezembro de 1993, da Lei Municipal nº 4660 de 15 de junho de 2012, cria o CMAS de Indaial, na Lei Municipal nº 2563 de 10 de dezembro de 1996, cria o FMAS de Indaial, Decreto nº 439/2017 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 019/2018, Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, no valor total de R\$111.111,11 e para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, no valor total de R\$41.666,67 a serem transferido para o FMAS referente ao ano de 2018 e a serem executados conforme o percentual estabelecido no referido Plano, a resolução nº 019/2018, é parte integrante deste decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de outubro de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

RESOLUÇÃO  
Nº 19/2018

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Indaial

O Conselho Municipal de Assistência Social de Indaial, em Plenária Extraordinária realizada em 05 de Outubro de 2018 no uso de suas competências e atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 2386 de 31 de outubro de 1994 e suas alterações; na Lei Municipal nº 2.563 de 10 de Dezembro de 1996; no Decreto nº 439/2017 e suas alterações.

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, no valor total de R\$111.111,11 e para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, no valor total de R\$41.666,67 a serem transferido para o FMAS referente ao ano de 2018 e a serem executados conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º - Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 11 de Outubro de 2018.

ADRIANA REGINA BACIL SANTOS COELHO

PRESIDENTE DO CMAS - INDAIAL/SC

**DECRETO Nº 592/18**

Publicação Nº 1772895

. DECRETO Nº 592/18  
. De 11 de outubro de 2018

DELEGA ATRIBUIÇÕES / LETÍCIA DA SILVA GLORIA GRISOLIA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 199/2017 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica delegada, a senhora Letícia da Silva Gloria Grisolia, ocupante do cargo de Educadora Social, competência para responder interinamente pela Secretaria de Desenvolvimento Social, no período de 16 de outubro à 30 de outubro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de outubro de 2018.

Município de Indaial, em 11 de outubro de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

**PORTARIA Nº 1672/18**

Publicação Nº 1772734

PORTARIA Nº 1672/18

De 08 de outubro de 2018

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 5436 de 12 de julho de 2017 que criou o cargo de Enfermeiro IV e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Enfermeiro IV, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Marilaine de Oliveira Davide de Oliveira, aprovado em 21º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de outubro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1682/18**

Publicação Nº 1772741

PORTARIA Nº 1682/18

De 10 de outubro de 2018

Interrompe Licença para Tratar Interesses Particulares

Edilson Edemar Kuehn

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar nº 105/10 artigo 90 e demais dispositivos legais em vigor e considerando, RESOLVE:

Interromper, conforme artigo 90, § 2º da lei Complementar nº 105/10, a Licença sem Vencimentos para tratar de Assuntos Particulares do



servidor Edilson Edemar Kuehn, ocupante do cargo de Eletricista de Manutenção, do quadro de pessoal desta Prefeitura, determinando o prazo de 30 dias, a partir da publicação desta portaria, para o comparecimento do servidor ao trabalho.

Prefeitura de Indaial, em 10 de outubro de 2018.

SÍLVIO CESAR DA SILVA  
Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSI  
Diretora de Recursos Humanos

## **PORTARIA Nº 77/18**

Publicação Nº 1772374

. PORTARIA Nº 77/18  
. De 09 de outubro de 2018

Coloca a Disposição da Universidade Aberta do Brasil / Servidora Catleen May Gumz Fink

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 105/10, Artigo 31, inciso II e demais dispositivos legais em vigor,

### **RESOLVE**

Art. 1º - Colocar a disposição da Universidade Aberta do Brasil, a Servidora Catleen May Gumz Fink, pela carga horária de 40 horas, ocupante do Cargo de Orientadora Escolar, do quadro pessoal desta Prefeitura, ficará como Secretária Do Polo, conforme Termo de Compromisso Mantenedor do Polo de Apoio Presencial Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB de 18 de maio de 2016, com ônus para o Município de Indaial.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito, em 09 de outubro de 2018.  
André Luiz Moser  
Prefeito  
Cumpre-se

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 174-2018-ALTERA**

Publicação Nº 1772454

ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDAIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 174/2018  
Edital de Pregão Presencial nº 008/2018-19208

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que altera a data de entrega e abertura dos envelopes.

Objeto: Aquisição de 03 micro ônibus e dois carros de passeio.

Entrega dos envelopes: 26/10/2018 – 08:45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 26/10/2018 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br).

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 038/2018

Publicação Nº 1772033

Extrato Ata de Registro de Preços nº 038/2018

Processo Administrativo nº 151/2018

Pregão Presencial nº 064/2018

O Município de Iporã do Oeste, Estado Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 78.485.554/0001-13, neste Ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Lucio Mallmann, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Pregão Presencial nº064/2018, homologadas aos 11 dias do mês de outubro de 2018, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando SELEÇÃO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS (TRATOR ESTEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, MOTONIVELADORA, ROLO COMPACTADOR E CAMINHÃO BASCULANTE) PARA ATENDIMENTO DOS MAIS DIVERSOS SERVIÇOS NECESSARIOS EXECUTADOS PELO MUNICIPIO, conforme especificações abaixo.

1.2. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Código:	139050	Fornecedor: LIDER TERRAPLANAGENS LTDA EPP			
Item	Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
4	HORAS DE SERVIÇOS- ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, PESO OPERACIONAL MINIMO 19 TONELADAS.	HORAS	400	R\$238,00	R\$95.200,00
5	HORAS DE SERVIÇOS-TRATOR SOBRE ESTEIRAS COM PESO OPERACIONAL MINIMO DE 19 TONELADAS EQUIPADO COM ESCARIFICADOR, LAMINA COM ANGULAÇÃO E INCLINAÇÃO.	HORAS	400	R\$238,50	R\$95.400,00
Código:	139050	Fornecedor: LIDER TERRAPLANAGENS LTDA EPP			
Item	Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	HORAS DE SERVIÇOS- ROLO COMPACTADOR COM CILINDRO LISO, MINIMO DE 30 TONELADAS DE COMPACTAÇÃO E TRAÇÃO NO TAMBOR.	HORAS	300	R\$194,00	R\$58.200,00
3	HORAS DE SERVIÇOS- MOTONIVELADORA COM PESO OPERACIONAL MINIMO DE 19 TONELADAS, LAMINA DESLIZANTE E ESCARIFICADOR TRASEIRO DUPLO.	HORAS	400	R\$199,00	R\$79.600,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de 12 (dose) meses contados da data de sua assinatura.

As demais cláusulas estão descritas na presente Ata.

Município de Iporã do Oeste - SC, em 11 de outubro de 2018.

Lucio Mallmann  
Prefeito Municipal

Albater Terraplanagens Ltda EPP  
Fornecedor

Lider Terraplanagens Ltda EPP  
Fornecedor

**EXTRATO CONTRATUAL 091/2018**

Publicação Nº 1772138

Extrato Contrato 091/2018

Partes: Município de Iporã do Oeste e Engepeças Equipamentos Ltda

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Retroescavadeira/pa carregadeira Nova, Os recursos são provenientes do Contrato de Repasse nº 871281/2018 – Operação 1056587-77 – Programa Fomento ao Setor Agropecuário – Aquisição de Patrulha Agrícola

Processo Administrativo: 149/2018

Pregão Presencial nº 062/2018

Valor Total R\$ 299.900,00

Vigência: 11.10.2018 a 31.12.2018

Data: 11.10.2018

Lucio Mallmann – Prefeito Municipal

**EXTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO 155/2018**

Publicação Nº 1771047

Processo Administrativo Nº 155/2018

Pregão Presencial Nº 066/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Iporã do Oeste – SC, torna público a realização de Processo Licitatório, Modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, sistema de registro de preços, com abertura prevista para dia 26.10.2018, a partir das 09:00hr e credenciamento até as 08:00hr, tendo como objeto a Seleção e Registro de preços para CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GENEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA ALMOÇO, LANCHE E DE LEMBRANÇAS PARA A CONFRATERNIZAÇÃO MUNICIPAL DA TERCEIRA IDADE DO MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE – ANO 2018, conforme quadro de quantitativos e qualitativos descritos no termo de referência no ANEXO I do presente Edital. O sistema de registro de preços não obriga a Administração a contratação total do quantitativo, e sim registra o preço formal para futura aquisição.

A íntegra do edital e demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, Rua Santo Antônio, 100, de Segunda a Sexta feira, das 7:45h às 11:45h e das 13:15h às 17:15h, pelo Fone: (049) 3634-1210 ou no site [www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br).

Iporã do Oeste - SC, 09 de outubro de 2018

Lucio Mallmann

Prefeito Municipal

**EXTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO 156/2018**

Publicação Nº 1771049

Processo Administrativo Nº 156/2018

Pregão Presencial Nº 067/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Iporã do Oeste – SC, torna público a realização de Processo Licitatório, Modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, sistema de registro de preços, com abertura prevista para dia 29.10.2018, a partir das 09:00hr e credenciamento até as 08:00hr, tendo como objeto receber propostas para seleção e futura contratação para fornecimento de material e serviços de mão de obra para instalação de decoração natalina no Município de Iporã do Oeste, conforme especificações constantes no Termo de Referência no Anexo I do presente Edital. O sistema de registro de preços não obriga a Administração a contratação total do quantitativo, e sim registra o preço formal para futura aquisição.

O presente Procedimento Licitatório é destinado à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme prevê o art. 48 da Lei 123/06, atualizada pela Lei 147/14, e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 091/2017.

A íntegra do edital e demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, Rua Santo Antônio, 100, de Segunda a Sexta feira, das 7:45h às 11:45h e das 13:15h às 17:15h, pelo Fone: (049) 3634-1210 ou no site [www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br).

Iporã do Oeste - SC, 09 de outubro de 2018

Lucio Mallmann

Prefeito Municipal

# Ipuacú

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 161 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2018 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1772708

DECRETO Nº 161

DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2018 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91, da Lei Orgânica, artigo 9º da Lei 869 de 14 de dezembro de 2017 – Lei Orçamentária para o exercício de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar pelo superávit financeiro no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) na seguinte programação de despesa:

04.00 – Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

Projeto/Atividade n. 27.813.2901.2.069 – Realização e Organização do Aniversário do Município, Natal, dia do Índio e Outros Eventos

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 03.1300 – Superávit Financeiro – Recursos Ordinários

Despesa: 132 – R\$ 15.000,00

Art. 2º. Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da fonte de recursos 03.1300 – Superávit Financeiro – Recursos Ordinários.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacú/SC, em 10 de outubro de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacú

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2018.

### **PL PREF 51.2018 TP PREF 03.2018**

Publicação Nº 1772775

#### EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório PREF n.51/2018, Tipo Tomada de Preços PREF n. 03/2018, obras e serviços de engenharia (menor preço global).

Entrega de envelopes: Até às 08h40min de 01 de novembro de 2018.

Data de abertura: A partir das 09h00min de 01 de novembro de 2018.

Objeto: Consiste na seleção de propostas para contratação de empresa especializada para execução de obras civis do projeto de engenharia de uma Unidade de Recuperação de Recicláveis (Barracão, Compostagem e Lixeiras) destinado à implantação de sistema de resíduos sólidos, objeto do Convênio Siconv n. 796781/2013 e Convênio Funasa n. 0587/2013, conforme edital e projetos de engenharia, com descrições/características, quantitativos, condições estabelecidas neste edital e em seus anexos. Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuacú –SC, telefone (49) 34490045. Ipuacú - SC, em 11 de outubro de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

**PL PREF 52.2018 PP PREF 35.2018**

Publicação Nº 1772855

**EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório Pref n. 52/2018, Tipo Pregão Presencial Pref n. 35/2018 (menor por item) Registro de preços.

Entrega/envelopes: Até às 08h30min 29 de outubro de 2018.

Data/abertura: A partir das 08h45min 29 de outubro de 2018.

Objeto: Visa o presente edital a aquisição de bens – material permanente (veículo utilitário e processador de alimentos) para o CRAS de Ipuacu-SC, conforme descrito no anexo I termo de referência em atendimento ao Convênio SICONV MDS n.º 863204/2017 Proposta n.º 68986/2017 para execução do Projeto de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica. Fundamento legal é a Lei Federal 10.520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuacu –SC, telefone (49) 34490045. Ipuacu - SC, em 11 de outubro de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 173 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018. ENCERRA EFEITOS DA PORTARIA 027/2018.**

Publicação Nº 1772701

PORTARIA Nº 173

DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

ENCERRA EFEITOS DA PORTARIA 027/2018.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Encerrar, a partir da presente data os efeitos da Portaria 027, de 15 de janeiro de 2018, a qual concedeu Gratificação de Direção ao servidor DANIEL DOS SANTOS ALIPÍO, contratado temporariamente através do Processo Seletivo 001/2017, para exercer a função de Professor.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 11 de outubro de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2018.

**PORTARIA Nº 172 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018. CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.**

Publicação Nº 1772023

PORTARIA Nº 172

DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Complementar nº 011, de 14 de junho de 2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, artigo 76 e seguintes;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Conceder FÉRIAS, de 30 (trinta) dias para Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

NOME	CARGO	REFERENCIA	GOZO
DOUGLAS TUROSSI	Motorista – 40hs	06/05/2015 à 05/05/2016	10/10/2018 à 08/11/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 10 de outubro de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2018.

## **QUADRAGÉSIMO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017.**

Publicação Nº 1772721

QUADRAGÉSIMO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu/SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica e de conformidade com os artigos 14 a 21 da Lei Complementar nº 011, de 14 de junho de 2005, faz saber a todos, que fica convocado(a) a se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, até o dia 22 de outubro de 2018, para a posse e exercício de cargo de provimento temporário do Poder Executivo Municipal, o(a) seguinte candidato(a) classificado(a) no supramencionado processo seletivo:

SERVIDOR	C.H	FUNÇÃO	DISPONIBILIDADE
DAIANE LORENZON VIZOLLI	40h	Enfermeira	Matutino/Vespertino

O(a) candidato(a) supra relacionado(a) deverá se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal com cópia dos seguintes documentos:

I – Carteira de Identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Título de Eleitor e comprovante da última votação;

IV – Certidão de Nascimento ou Casamento;

V – Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);

VI – Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);

VII – 01 (uma) foto 3 x 4 recente;

VIII – Número de Inscrição no PIS/PASEP;

IX – Carteira de Trabalho – CTPS;

X - Comprovante de escolaridade;

XI – Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);

XII - Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);

XIII - Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo expedida por médico do trabalho;

XIV – Certidão Cível e Criminal disponível no site do TJSC e Justiça Federal da 4ª Região;

XV - Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;

XVI – Conta Bancária (Bancos: Brasil ou Cresol);

XVII - Declaração de bens e fontes de rendas;

XVIII – Comprovante de residência.

XIX – Declaração de disponibilidade de horários para atuar conforme carga horária aprovada;

XX – Para os cargos de agente comunitário de saúde deve ser comprovado residência na área para qual se candidatou no processo seletivo conforme item 2.5.20 do edital e art. 6º, I da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do(a) candidato(a) aprovado(a) e convocado(a).

Caso o(a) candidato(a), por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito manter a mesma posição da lista para novo chamamento ou a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu - SC, em 11 de Outubro de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

# Iraceminha

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - TP 09/2018

Publicação Nº 1772292

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Iraceminha  
Processo Licitatório 71/2018  
Edital de Tomada de Preços 09/2018

Objeto: Contratação de empresa para construção de barracão industrial em alvenaria e estrutura metálica, com área total a ser construído de 613,00 m<sup>2</sup>, na Área Industrial, situada na BR 282, Km 617, no Município de Iraceminha, de acordo com o Programa de Transferência nº 2018007620 e Proposta de Transferência nº 0000021206 e com as especificações dos Anexos.

Modalidade: Tomada de Preços

Julgamento do tipo Menor Preço Global, cujo processo licitatório será regido pela Lei Federal 8666/93 e suas alterações posteriores, e em especial o contido neste edital.

Recebimento das Propostas: até as 17:00 do dia 29/10/2018.

Abertura do certame: às 08:30 do dia 30/10/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.iraceminha.sc.gov.br](http://www.iraceminha.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras@iraceminha.sc.gov.br](mailto:compras@iraceminha.sc.gov.br) ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 15 de Outubro de 2018.

Jean Carlos Nyland  
Prefeito Municipal

**DECRETO 080/2018**

Publicação N° 1772430

**DECRETO N° 000080/18 de 10 de Outubro de 2018**

Abre crédito adicional - suplementar - não originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de IRACEMINHA e autorização contida na Lei Municipal nº 001370/17 de 27 de Novembro de 2017.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 130.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SECRETARIA DE IND, COMERCIO E DESENV ECONOMICO

08.01 - DEPTO DE INDUSTRIA, COM E DESENVOLVIMENTO ECONOMIC

08.01.22.661.1010.1.039-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

130.000,00

**Art 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro

130.000,00

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 10 de Outubro de 2018**

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal



# Irani

## PREFEITURA

### DECRETO N. 142, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1772446

DECRETO Nº 142, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.  
NOMEIA GESTOR DO FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com o Artigo 104, da Lei Orgânica,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica nomeado a Sra. Claudete Deitos Gonzaga para Gestora do Fundo da Assistência Social, podendo ordenar despesas, movimentar as contas do Fundo junto com o tesoureiro do município, assinar cheques, empenhos e ordens de pagamento.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 190/2017.

Irani/SC, 03 de outubro de 2018.  
Sívio Antonio Lemos das Neves  
Prefeito

Publicado e Registrado nesta Secretaria em 03/10/2018.

Marcelo Pegoraro  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

# Irati

## PREFEITURA

### **ERRATA PREGÃO Nº 007/2018-FMS - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO DE FABRICAÇÃO 2018 E MODELO 2019, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI/SC**

Publicação Nº 1772078

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

E R R A T A

Processo Administrativo Nº 018/2018

Processo Licitatório Nº 018/2018

Edital: Pregão Presencial Nº 007/2018

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

ONDE SE LÊ:

Objeto: VEÍCULO NOVO, ANO DE FABRICAÇÃO 2018, MODELO 2019, SEDAN, BI COMBUSTÍVEL, CAPACIDADE DO TANQUE MÍNIMO 50 LITROS, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 78 CV, TRANSMISSÃO MANUAL DE 6 (SEIS) VELOCIDADES Á FRENTE E 1 (UMA) A RÉ, 4 PORTAS, COM MOTOR 1.0, COR BRANCA, AIR BAGS DUPLO, SISTEMA DE FREIOS COM ABS, COM EQUALIZADOR DE FREIOS, PARACHOQUES PINTADOS NA COR DO VEÍCULO, RODAS DE AÇO ARO 14" COM CALOTAS INTEGRAIS, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO ELÉTRICA PROGRESSIVA, TRAVA ELÉTRICA NAS PORTAS, VIDROS ELÉTRICOS NAS PORTAS DIANTEIRAS, BANCO TRASEIRO REBATÍVEL, COM SISTEMA DE SOM INSTALADO, COM RÁDIO USB, PELÍCULAS NOS VIDROS, 4 TAPETES, PORTA MALAS COM CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 500 LITROS, PROTETOR DE CÁRTER, ALARME ANTI-FURTO, CINTOS TRASEIROS COM TRÊS PONTOS PARA OS TRÊS PASSAGEIROS, COM ENCOSTO, PARA O FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI

LEIA-SE:

Objeto: VEÍCULO NOVO, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO DE FABRICAÇÃO 2018, MODELO 2019, SEDAN, BI COMBUSTÍVEL, CAPACIDADE DO TANQUE MÍNIMO 50 LITROS, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 78 CV, TRANSMISSÃO MANUAL DE 6 (SEIS) VELOCIDADES Á FRENTE E 1 (UMA) A RÉ, 4 PORTAS, COM MOTOR 1.0, COR BRANCA, AIR BAGS DUPLO, SISTEMA DE FREIOS COM ABS, COM EQUALIZADOR DE FREIOS, PARACHOQUES PINTADOS NA COR DO VEÍCULO, RODAS DE AÇO ARO 14" COM CALOTAS INTEGRAIS, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO ELÉTRICA PROGRESSIVA, TRAVA ELÉTRICA NAS PORTAS, VIDROS ELÉTRICOS NAS PORTAS DIANTEIRAS, BANCO TRASEIRO REBATÍVEL, COM SISTEMA DE SOM INSTALADO, COM RÁDIO USB, PELÍCULAS NOS VIDROS, 4 TAPETES, PORTA MALAS COM CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 500 LITROS, PROTETOR DE CÁRTER, ALARME ANTI-FURTO, CINTOS TRASEIROS COM TRÊS PONTOS PARA OS TRÊS PASSAGEIROS, COM ENCOSTO, PARA O FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 25.10.2018

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 25.10.2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0000, 03349-0143, 3349-0010, pelo site: [www.irati.sc.gov.br](http://www.irati.sc.gov.br), ou através de e-mail: [irati@irati.sc.gov.br](mailto:irati@irati.sc.gov.br)

Irati – SC, 11 de outubro de 2018.

MARCOS HENRIQUE KEHL

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irati

# Irineópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3477/2018

Publicação Nº 1772083

DECRETO Nº. 3.477/2017, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

"NOMEIA MEMBROS DA DIRETORIA DO HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei orgânica do Município, combinado com o disposto no artigo 3º da Lei Municipal nº 203/74 e artigo 5º da Lei 234/76 de 01/06/1999:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros da diretoria do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.145.375/0001-77, para mandato de 02 (dois) anos, com a seguinte composição:

Presidente: DULCE MARA DOLINSKI BEDRECHUK

Vice-presidente: MIRIANE FRIEDRICH REICHARDT

1º Secretário: BERNADETE KONKOL FRITZEN

2º Secretário: DANIELA APARECIDA FRITZEN RANDIG

1º Tesoureiro: JOSÉ OSNIR CARDOSO

2º Tesoureiro: SANDRA MARA NIGRIN

Conselho Fiscal – Efetivos: MARIA ELIZABETE BENDA

NORMA EDITE BATSCHAUER

ROZENI ANA K. WAGNER

Conselho Fiscal – Suplentes: CECÍLIA M. MAIDEL

TÂNIA REGINA RÜCKL PEREIRA

SONIA COELHO.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 10 de outubro de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### DECRETO. 3475/2018

Publicação Nº 1772585

Decreto nº 3.475/2018.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 2.006 de 09 de Outubro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas a dotações a seguir especificadas no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 464.112,00 (quatrocentos e sessenta e quatro mil cento e doze reais).

03 –SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
2.002 – Manutenção da Secretaria de Administração		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (6)	Aplicações Diretas	R\$ 80.000,00
04 –SECRETARIA DA FAZENDA		
2.004 - Manutenção da Secretaria de Fazenda		
3.1.90.00.00.00.00.0100 (21)	Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
07 –SECRETARIA DA AGRICULTURA		
2.014 - Manutenção da Secretaria de Agricultura		

3.3.50.00.00.00.00.0100 (91)	Aplicações Diretas	R\$ 66.000,00
09 –SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA		
2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário.		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (128)	Aplicações Diretas	R\$ 174.112,00
4.6.90.00.00.00.00.0100 (135)	Aplicações Diretas	R\$ 12.000,00
10 –SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.019 - Manutenção do Conselho Tutelar Municipal.		
3.1.90.00.00.00.00.0100 (137)	Aplicações Diretas	R\$ 9.000,00
2.020 - Manutenção de Programas de Assistência Social.		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (142)	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
2.024 - Manutenção do Desporto Comunitário.		
3.1.90.00.00.00.00.0100 (149)	Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0100 (150)	Aplicações Diretas	R\$ 6.000,00
2.022 - Contribuições para o PASEP e INSS sobre Serviços Terceiros - Outros		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (136)	Aplicações Diretas	R\$ 12.000,00
12 –FUNREBON		
2.026 - Manutenção do Funrebom.		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (159)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0100 (160)	Aplicações Diretas	R\$25.000,00

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, ficam anuladas a dotações a seguir especificadas:

02 – GABINETE DO PREFEITO		
2.001 – Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (2)	Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
03 –SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
2.002 – Manutenção da Secretaria de Administração		
3.3.50.00.00.00.00.0100 (5)	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
2.003 - Manutenção de convênios e Defesa Civil.		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (15)	Aplicações Diretas	R\$ 7.732,00
4.4.90.00.00.00.00.0100 (18)	Aplicações Diretas	R\$ 2.420,00
04 –SECRETARIA DA FAZENDA		
2.004 - Manutenção da Secretaria de Fazenda		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (22)	Aplicações Diretas	R\$ 85.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0100 (25)	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
05 –SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.005 - Despesas não consideradas nos índices legais - Educação		
4.4.90.00.00.00.00.0100 (27)	Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00.00.00.0100 (45)	Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
2.010 - Apoio ao Ensino Superior.		
4.4.90.00.00.00.00.0100 (59)	Aplicações Diretas	R\$ 1.500,00
2.059 - Programa Merenda Escolar - Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (53)	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
2.061 - Programa Merenda Escolar - Creche		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (77)	Aplicações Diretas	R\$ 12.000,00
09 –SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
2.016 – Manutenção de ações de serviços urbanos.		
4.4.90.00.00.00.00.0100 (118)	Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00

2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário		
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (131)	Aplicações Diretas	90.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00.0100 (127)	Aplicações Diretas	40.000,00
10 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.020 - Manutenção de Programas de Assistência Social.		
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (143)	Aplicações Diretas	10.000,00
2.023 - Desenvolvimento da Cultura		
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (154)	Aplicações Diretas	6.000,00
11 – FUNDO DE INFANCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA		
2.025 – Manutenção do FIA		
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (157)	Aplicações Diretas	1.210,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (155)	Aplicações Diretas	10.000,00
13 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL		
1.009 – Construção de Casas Populares		
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (162)	Aplicações Diretas	30.000,00
15- FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO DE IRINEÓPOLIS - FMDI		
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (171)	Aplicações Diretas	1.250,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 09 de Outubro de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 334/2018

Publicação Nº 1772085

PORTARIA N.º 334/2018.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, e, amparado nas disposições contidas no Art. 181 da LC 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, nº 004/2018, instaurado através da Portaria nº 179/2018 de 24/05/2018.

Art 2nd - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 10 de outubro de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

# Itá

## PREFEITURA

### ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2018, PP Nº 038/2018

Publicação Nº 1772647

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 050/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2018 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos onze dias do mês de outubro de dois mil e dezoito às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 005 de 10 de janeiro de 2018, senhor Pregoeiro Delso Minski, Silvine Carla Mertins e Marta Bender Sartoretto, Equipe de Apoio, para efetuarem o credenciamento dos participantes do Processo Licitatório nº 050/2018, Pregão Presencial nº 038/2018, objetivando a contratação de empresa para reforma do Centro Comunitário da Linha Aurora, neste município. Apresentaram envelopes de Proposta de Preços e Documentação as empresas: SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME e CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI, neste ato, representadas pelos Senhores: Tiago Canepelle, André Luiz Simon; os representantes cumpriram com os requisitos do edital para a fase de credenciamento. As empresas comprovaram a condição de micro empresa. Ato contínuo o Pregoeiro efetuou a verificação do atendimento à Lei nº. 10.520/2002, e verificou que as empresas atenderam à disposição da Lei. Aberto os envelopes de propostas de preços, conferidos, rubricados os documentos neles existentes, e registrados no sistema COMPRAS. Aberto os lances conforme determina a Lei nº. 10520/2002. Encerrado os lances ficou classificado conforme segue, a empresa: CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELLI ME se sagrou vencedora no lote 01 do edital com o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). O critério de classificação foi o de menor preço por lance por lote. Após a classificação, prosseguiu-se para a abertura do envelope de documentação da licitante vencedora do certame; O envelope foi aberto, os documentos nele contidos foram rubricados pelos licitantes presentes pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio; Da análise da documentação, restou em HABILITAR a empresa: CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELLI ME, por cumprir os requisitos do edital. Fica intimada a empresa vencedora para que no prazo de 03 (três) dias úteis apresente a nova tabela de valores atualizada. O senhor Pregoeiro intima os Participantes do certame a manter a regularidade das certidões negativas de débitos com a Municipalidade. Os documentos que foram emitidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites. Aberto espaço pelo Pregoeiro para intenção de interpor recurso, o representante da empresa manifesta a intenção de recurso quanto a documentação atestado de capacidade técnica da empresa vencedora; Diante do fato o pregoeiro abre o prazo de cinco dias (devido ao feriado do dia 12/10/2018) para apresentação do recurso; Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br) e entregue pessoalmente aos licitantes presentes.

Delso Minski Silvine  
Pregoeiro

Carla Mertins  
Equipe de Apoio

Marta Bender Sartoretto  
Equipe de apoio

SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME  
Licitante

CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI  
Licitante

### EXTRATO ADITIVO COPÉRDIA 7º E INOVAMED

Publicação Nº 1772705

7º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 104/2017, PL 073/2017  
PARTES: Município de Itá e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 043/2017  
OBJETO: Reajuste do valor do óleo diesel comum  
VALOR REAJUSTADO: R\$ 3,61 (três reais e sessenta e um centavos) por litro;  
VIGÊNCIA: Início: 10/10/2018 Término: 31/12/2018  
Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 057/2018, PL 005/2018 FMS  
PARTES: Município de Itá e Inovamed Comércio de Medicamentos LTDA  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 003/2018 FMS  
OBJETO: Reajuste do valor dos seguintes produtos:  
Cloridrato de metformina 500mg, valor reajustado para R\$ 0,061 (seis centavos e um milésimos) por comprimido.  
VIGÊNCIA: Início: 27/09/2018 Término: 12/12/2018  
Darci Antonio Kolakowski – Gestor do Fundo

**EXTRATO DE CONTRATO 60**

Publicação N° 1772700

Contrato N°.: 60/2018  
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA  
Contratada...: INSTALADORA BRASIL LED LTDA - ME  
Valor ..... : 144.900,00 (cento e quarenta e quatro mil e novecentos reais)  
Vigência ..... : Início: 10/10/2018 Término: 31/01/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 39/2018  
Recursos ..... : Dotação: 2.044.3.3.90.00.00.00.00 (195) Saldo: 171.890,92  
Objeto ..... : Aquisição de materiais e a contratação de empresa para montagem e manutenção do "BRILHA ITÁ 2018".  
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

# Itaiópolis

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### NOVA DATA DE ABERTURA DO PR 20/2018

Publicação Nº 1772591

#### NOVA DATA DE ABERTURA

Pregão Presencial nº 20/2018; Objeto: Registro de Preços para aquisição de Materiais e Descartáveis para uso, consumo e Distribuição nas Unidades Sanitárias e ESF's da Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde. Abertura dos Envelopes: as 08:30 horas do dia 29 de outubro de 2018. Os documentos do envelope nº 02, item 8 do edital, que estiverem vencidos até esta data deverão ser apresentados novamente em outro envelope no dia da licitação. Os demais itens permanecem inalterados. Esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.itaioptis.sc.gov.br](http://www.itaioptis.sc.gov.br) - Fone 047 3652 2211. Itaiópolis, 11 de outubro de 2018. Felipe Tavares – Secretário Municipal da Saúde.

### RESULTADO DO PR 58/2018

Publicação Nº 1772499

Resultado do Pregão Presencial Nº 58/2018. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresas para transporte de pacientes para a Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio e Fundo Municipal de Saúde. Empresas vencedoras: Gilnei Pedrinho Basso & Cia Ltda. Valor: 93.900,00; Soethur Turismo Eireli. Valor: 156.900,00, Transfer Care Serviços Privados de Ambulância Ltda - ME. Valor: R\$ 119.200,00. Vigência: 09/04/2019. Itaiópolis, 11/10/2018. Felipe Tavares – Secretário Municipal da Saúde.



# Itapema

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL PREGÃO 04.112.2018

Publicação Nº 1772943

Estado de Santa Catarina  
Município de Itapema  
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:  
Pregão Presencial nº. 04.112.2018.

Objeto: Aquisição de cadeiras, para atender as necessidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.112.2018.

Entrega dos envelopes: até as 13:00(treze) horas do dia 25(vinte e cinco) de outubro de 2018.

Abertura do Pregão: 25(vinte e cinco) de outubro de 2018, às 13:01(treze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "licitações –modalidades – pregão – pasta 04.112.2018" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 11 de outubro de 2018.

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração

### EXTRATO EDITAL PREGÃO 04.113.2018

Publicação Nº 1772944

Estado de Santa Catarina  
Município de Itapema  
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:  
Pregão Presencial nº. 04.113.2018.

Objeto: Aquisição de móveis sob medida, para atender as necessidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS II), do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.113.2018.

Entrega dos envelopes: até as 15:00(quinze) horas do dia 25(vinte e cinco) de outubro de 2018.

Abertura do Pregão: 25(vinte e cinco) de outubro de 2018, às 15:01(quinze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "licitações –modalidades – pregão – pasta 04.113.2018" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 11 de outubro de 2018.

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.082.2018 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO PARA PORTÃO ELETRÔNICO(KIT MOTOR, CREMALHEIRA, CONTROLE, PILHA, CORREIA, POLIA, SENSOR, PLACA E IMÃ) COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO.

Publicação Nº 1773025

Estado de Santa Catarina  
Município de Itapema  
EDITAL DE LICITAÇÃO

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – Conforme Decreto Federal 8.538 de 06 de outubro de 2015.

O Município de Itapema, torna público a abertura do:  
Pregão Presencial nº. 04.082.2018.

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais e equipamentos para sistemas de automação para portão eletrônico(kit motor, cremalheira, controle, pilha, correia, polia, sensor, placa e imã) com prestação de serviço de instalação e manutenção, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.082.2018.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(catorze) horas do dia 26(vinte e seis) de outubro de 2018.

Abertura do Pregão: 26(vinte e seis) de outubro de 2018, às 14:01(catorze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "licitações – modalidades – pregão – pasta 04.082.2018" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 11 de outubro de 2018.

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração

### **PUBLICAÇÃO 331 - HOMOLOGAÇÃO 168.2018 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO 04.103.2018**

Publicação Nº 1773011

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO Nº 168/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2018 – ATA DE REGISTRO DE PREÇO 103.2018

HOMOLOGAÇÃO: 11/10/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

OBJETO: Registro de Preços - Aquisição de água mineral para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.103.2018.

CONTRATADO: ISABELA SCHARF BARACUHY - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 91.100,00 (noventa e um mil e cem reais)

Itapema, 11/10/2018

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

### **PUBLICAÇÃO 332 - HOMOLOGAÇÃO 169.2018 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO 04.104.2018**

Publicação Nº 1773014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº 169/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2018 – ATA DE REGISTRO DE PREÇO 104.2018

HOMOLOGAÇÃO: 11/10/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

OBJETO: Registro de Preços - Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de vidros, portas e janelas para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema

CONTRATADO: VIDRAÇARIA PINHAIS IND. E COM. DE ALUMINÍOS E VIDROS

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.016,00 (dezessete mil e dezesseis reais)

CONTRATADO: LINDOLAR COMERCIO DE ESQUADRIAS, FORROS E DIVISÓRIAS

VALOR DA DESPESA: R\$ 128.500,00 (cento e vinte e oito mil e quinhentos reais)

Itapema, 11/10/2018

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Publicação Nº 1772449

Edital de Convocação - Audiência Pública

A Câmara de Vereadores de Itapema, por proposição da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em atendimento aos preceitos legais e buscado ampla discussão, convoca AUDIÊNCIA PÚBLICA para ouvir a comunidade sobre o Projeto de Lei Complementar nº 010/2018 que Modifica a Lei Complementar nº 65/2018 e a Lei Complementar nº 008/2002 e dá outras providências.

A Audiência Pública será realizada no dia 29 de outubro de 2018, com início marcado para às 19h00, na Sala das Sessões Pedro Mercês Vieira, na Câmara de Vereadores de Itapema, sito na rua 120, nº 423, Centro, no Município de Itapema, a integra dos projetos estão disponíveis no site [itapema.sc.leg.br](http://itapema.sc.leg.br), ícone atividade legislativa ou pode ser solicitado pelo e-mail [administracao@itapema.sc.leg.br](mailto:administracao@itapema.sc.leg.br).

A participação na Audiência Pública obedecerá às seguintes regras:

1. audiências públicas são eventos públicos que permitem a participação de qualquer pessoa ou entidade interessada no assunto objeto da discussão;

2. estão previamente inscritos as autoridades municipais, estaduais e federais, podendo se fazer representar.
3. as inscrições para o uso da palavra deverão ser realizada por e-mail encaminhado ao endereço [administracao@itapema.sc.leg.br](mailto:administracao@itapema.sc.leg.br) , em até 24hs antes do início da audiência ou de forma presencial nos 10 primeiros minutos da audiência;
4. para inscrever-se como representante de entidade da sociedade civil, o interessado deverá comprovar que a ela pertence e tem delegação para falar em seu nome, sendo permitida apenas uma inscrição para cada órgão ou entidade;
5. cada pessoa inscrita terá direito a uma única manifestação para apresentação das sugestões ou comentários, que deverá ser realizada em até cinco minutos, obedecida a ordem de inscrição;
6. os interessados deverão apresentar preferencialmente, junto à sua inscrição, os memoriais da matéria que for apresentar, contendo em destaque o assunto, relatório e conclusão final, para ser anexado aos encaminhamentos da audiência;
7. a apresentação deverá ater-se, exclusivamente, ao breve relato dos memoriais;
8. a palavra será garantida ao orador, não podendo o mesmo ser aparteado;
9. para o bom andamento dos trabalhos, nas manifestações de apoio ou reprovação das sugestões apresentadas, fica vedado o uso de instrumentos acústicos ou de quaisquer meios que conturbem a discussão;
10. havendo quantidade de inscritos que torne impossível a apresentação de todos no mesmo dia, a Audiência Pública poderá ser interrompida para continuidade no dia seguinte;
11. em cada um dos dias da Audiência Pública, o horário de encerramento não ultrapassará às 22h, preferencialmente;
12. após a apresentação de todos os inscritos, os trabalhos serão encerrados e a gravação será considerada como ata da audiência;
13. poderão ser apresentados recursos, mediante requerimento no Protocolo Geral da Câmara de Vereadores, no prazo de quarenta e oito horas, contado do final da Audiência Pública, visando dirimir quaisquer dúvidas a respeito do seu andamento.

E, para conhecimento público é expedido o presente Edital de Convocação a toda a população de Itapema e interessados.  
Itapema, 11 de outubro de 2018.

Xavier de Legarrea Cañas

Presidente da Câmara de Vereadores de Itapema

Projeto de Lei Complementar N 10/2018

Modifica a Lei Complementar nº 65/2018 e a Lei Complementar nº 008/2002 e dá outras providências.

Art. 1º O § 4º, do art. 2º, da Lei complementar 65/2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º...

§ 4º Para fins de migração de obra já aprovada, entendida como aquela que se encontra com o projeto arquitetônico aprovado, poderá ser solicitada a Outorga Onerosa de potencial construtivo Adicional, mantendo os recuos laterais e de fundos, do projeto aprovado, em até dois pavimentos acrescidos por outorga onerosa.”

Art. 2º Acrescenta os itens 'd' e 'e', ao quadro de medidas e áreas mínimas dos compartimentos habitáveis, do artigo 337, da Lei Complementar 08/2002:

“Art. 337...

d) Nas edificações residenciais transitórias, quando necessário para a edificação de pavimento ou de mezanino com vagas de garagem, permitir-se-á o aumento ou adição de até 1 (um) metro à altura máxima de desnível prevista no item 'c' deste quadro;

e) Para os projetos já aprovados, adquiridos 100% dos 2 (dois) pavimentos disponíveis para outorga, o desnível previsto no item 'c' deste quadro poderá ser acrescido de um pavimento ou mezanino estra de garagem, mantidos os recuos laterais e de fundos já aprovados, e limitado à altura máxima permitida no mesmo item 'c'.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 204/2018

Publicação Nº 1772878

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 204/2018

Inexigibilidade de Licitação nº 204/2018

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: Contratação de empresa para realização de palestra sob o tema: "Motivações para viver melhor em tempos de mudanças", para servidores da Rede Municipal de Educação, a ser realizada no dia 15 de outubro de 2018.

Fundamentação Legal: Artigo 25, Inciso II c/c Artigo 13, inciso VI, da Lei 8.666/93.

Contratado: Joantre – Educação e Cultura Ltda ME

Valor: R\$ 6.750,00

Itapiranga - SC, 11 de outubro de 2018.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 203, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1772663

DECRETO Nº 203, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2018, DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso V do art. 59, c/c a alínea "g" do inciso I do art. 75, ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando a Lei Complementar nº 47/2012;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovada a Instrução Normativa SCI nº 01/2018 de responsabilidade da Coordenação do Controle Interno, constante do Anexo Único do presente Decreto, que estabelece normas de controle a serem observadas na concessão, pagamento e prestação de contas de diárias no âmbito da Administração Direta.

Art. 2º Caberá à Coordenação do Controle Interno a divulgação da Instrução Normativa ora aprovada.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 10 de outubro de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

### ANEXO ÚNICO

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 01/2018
ASSUNTO: Estabelece normas de controle a serem observadas na Concessão, Pagamento e Prestação de Contas de Diárias no âmbito da Administração Direta.
SETORES ENVOLVIDOS: Todos os setores

Considerando o disposto na Lei Complementar n. 47/2012, que estabelece a possibilidade de regulamentação sobre normas de controle interno através de normas de aplicabilidade a todos os órgãos da administração Municipal;

Considerando o que dispõe a Instrução Normativa n. TC-14/2012, que estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento;

Considerando a necessidade de fortalecer o controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal;

Considerando a necessidade de disciplinar e normatizar os procedimentos para a concessão de diárias desde a solicitação até a prestação

de contas;

Considerando a necessidade de garantir maior segurança e transparência no processo de autorização das diárias;

Considerando o atendimento dos dispositivos contidos nos Artigos 94, 68 e 69 da Lei Federal nº 4.320/64 e das Leis Municipais nº 3013/2015 e 3.132/2018 e legislação correlata.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 1º A concessão de diárias é destinada a suprir despesas extraordinárias com alimentação, estadia e táxi quando os servidores, agentes políticos e conselheiros tutelares, se deslocarem temporariamente da circunscrição municipal, com o objetivo de atender serviços ou para participar de cursos e eventos de interesse do Município, desde que prévia e formalmente autorizado pelo ordenador de despesa ou por quem detenha delegação de competência, segundo as disposições desta Lei.

Art. 2º A concessão de diárias será prévia e formalmente autorizada pelo ordenador de despesas ou por quem detenha delegação de competência.

Art. 3º A autorização para deslocamento e concessão de diária será prévia e deferida após formalização do pedido, de forma clara e objetiva, de modo a permitir que a autoridade competente conheça a natureza e a finalidade da missão. A formalização do pedido deverá conter, no mínimo:

I – matrícula, nome, CPF, cargo, emprego ou função do servidor;

II – motivo da diária;

III – indicação do período do deslocamento e do destino;

IV – unidade orçamentária pela qual ocorrerá a despesa;

V – data e hora de saída e retorno;

VI – quantidade de diárias;

VII – forma de deslocamento, incluindo a placa do veículo quando for o caso;

VIII – assinatura do responsável pela autorização da diária.

Art. 4º As solicitações de diárias devem ser encaminhadas em formulário próprio, conforme Anexo I, devidamente preenchido e autorizado pela Secretaria que está solicitando a diária, e entregue no Setor de Recursos Humanos com antecedência mínima de 24 horas, antes da realização da viagem, salvo em viagens emergenciais e urgentes devidamente justificadas.

§ 1º No caso de servidores que exerçam suas atividades na Secretaria Municipal de Saúde, a autorização prévia será do Gestor do Fundo Municipal da Saúde. Em viagens urgentes nos finais de semana ou feriados a solicitação de diária deverá ser entregue ao setor competente até às 10 (dez) horas do dia útil posterior.

§ 2º O não cumprimento dos prazos determinados neste artigo acarreta o não pagamento da diária.

Art. 5º A diária será paga antes do início da viagem, de uma só vez, exceto nas seguintes situações, a critério da autoridade competente:

I - durante a viagem já iniciada na hipótese de emergência;

II - parceladamente se a viagem se estender por período superior a 15 (quinze) dias, mas sempre antes de expirado o período já contemplado pelas diárias.

§ 1º Para efeitos do inciso I deste artigo e do artigo 4º, não será considerado emergência a participação em eventos programados, tais como cursos, seminários, palestras, reuniões, congressos e workshops, mas somente os relacionados com estado de calamidade pública, convocação extraordinária ou participação em campanha imprevista.

§ 2º A realização de viagens emergenciais somente poderão ocorrer mediante autorização de superior direto, a qual deverá ser comprovada.

§ 3º O pagamento das diárias correspondentes aos deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto deve estar acompanhado da autorização concedida pela autoridade competente ou gestor.

CAPÍTULO II

DAS DIÁRIAS

SEÇÃO I

DIÁRIAS PARA MOTORISTAS DA SAÚDE

Art. 6º A concessão de diárias aos servidores municipais motoristas que realizam o transporte de pacientes e a condução de veículos de emergência para fora do Município de Itapiranga/SC é realizada com base na Lei n. 3.013/2015.

Art. 7º Para a concessão das diárias que dispõe a Lei é necessário que o servidor esteja fora do Município por um período mínimo de 04 (quatro) horas.

Art. 8º O valor da diária será de 0,10 (dez centésimos) para deslocamento aos municípios constantes no anexo II e de 0,15 (quinze centésimos) para municípios constantes no anexo III.

Parágrafo único. Caso o deslocamento para os municípios previstos no caput deste artigo ocorra por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, o valor da diária será de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos).

Art. 9º O valor da diária para deslocamentos às capitais dos Estados será de 1,50 (um inteiro e cinquenta centésimos), sendo devido metade deste valor se o deslocamento for por período inferior a 24 (vinte e quatro) horas e superior a 10 (dez) horas, e de um quarto se o deslocamento for por período inferior a 10 (dez) horas e superior a 04 (quatro) horas.

Art. 10 O valor da diária para deslocamento aos municípios não previstos nos anexos da presente Instrução e não capitais dos Estados será de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), sendo devido metade deste valor se o deslocamento for por período inferior a 24 (vinte e quatro) horas e superior a 10 (dez) horas, e de um quarto se o deslocamento for por período inferior a 10 (dez) horas e superior a 04 (quatro) horas.

## SEÇÃO II DIÁRIAS PARA DEMAIS SERVIDORES

Art. 11 A concessão de diárias aos demais servidores municipais que se deslocarem temporariamente da circunscrição municipal, com o objetivo de atender serviços ou para participar de cursos e eventos de interesse do Município é realizada com base na Lei n. 3.132/2018.

Art. 12 As diárias serão calculadas por um período de 24 horas, contadas a partir da saída e a fração de período inferior a 24 horas e superior a 18 horas será contada como três quartos de uma diária, período inferior a 18 horas e superior a 12 horas será contado como meia diária e a fração inferior a 12 horas e superior a 4 horas será contado como um quarto de diária.

Art. 13 Para deslocamento aos Municípios constantes dos Anexos II e III, quando o servidor, agente político ou conselheiro tutelar esteja fora do Município por um período superior a 04 horas e inferior a 12 horas o valor da diária será de 0,15 (quinze décimos) da UFM.

Parágrafo único. Caso o deslocamento para os municípios previstos no caput deste artigo ocorra por período superior a 12 horas, aplica-se o constante no art. 2º desta Lei.

Art. 14 As despesas com pousada, alimentação e locomoção de agente que permanecer no local de destino após o término do período autorizado, serão por ele custeadas.

## SEÇÃO III DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 15 O beneficiário deverá apresentar ao Departamento de Contabilidade/Setor Prestação de Contas, no prazo de três dias após o retorno da viagem, um dos documentos descritos em cada um dos incisos I, II e III deste artigo, para compor o Processo de Prestação de Contas.

I – do deslocamento:

- a) ordem de tráfego e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial, conforme Anexo IV;
- b) bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;
- c) comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo;
- d) roteiro e agenda de viagem assinada pelos pacientes transportados, no caso das diárias dos motoristas da Secretaria da Saúde.

II – da estada no local de destino, quaisquer dos documentos abaixo:

- a) nota fiscal de hospedagem;
- b) nota fiscal de alimentação;
- c) nota de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;
- d) outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

III – do cumprimento do objetivo da viagem:

- a) ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria ou similares;
- b) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;
- c) fotos, reportagens e outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem;
- d) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

§ 1º. O beneficiário é obrigado a restituir, em até cinco dias após a notificação, integralmente ao concedente as diárias consideradas indevidas, sem prejuízo da competente apuração de responsabilidades.

§ 2º. No caso de retorno antecipado ou se, por qualquer circunstância, não tiver sido realizada a viagem, o beneficiário restituirá o saldo ou a totalidade das diárias no prazo estabelecido no parágrafo anterior.

§ 3º. No caso de necessidade de nova diária antes dos três dias para prestação de contas, o beneficiário poderá prestar contas três dias após o retorno do último compromisso, não podendo ficar com mais de uma prestação de contas em aberto.

§ 4º. O beneficiário que não apresentar o processo de prestação de contas no prazo estipulado ficará impedido de solicitar diárias até que a situação seja regularizada.

§ 5º Excepcionalmente para os motoristas que atuam na Secretaria Municipal da Saúde o prazo estipulado no caput deste artigo, será de dez dias para apresentação da devida prestação de contas.

Art. 16 Constitui comprovante regular da despesa pública: a nota fiscal, o cupom fiscal, recibo, bilhete de passagem, e ainda outros documentos que devem ser fornecidos pelo prestador de serviços.

§ 1º Os recibos não se constituem em documentos hábeis a comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais ou municipais.

§ 2º Os recibos para fins de comprovação da despesa pública, respeitado o disposto no § 1º deste artigo, deverão apresentar-se com precisa descrição e especificação dos serviços prestados, e conter nome, endereço, CPF ou CNPJ do emitente, valor pago (numérico e por extenso) e discriminação das deduções efetuadas.

§ 3º Os comprovantes de despesas deverá ser sempre originais e nominais ao servidor que recebeu a diária, não sendo aceitos fotocópias, com rasuras, emendas ou entrelinhas que prejudiquem sua clareza, ilegíveis, com data anterior ou posterior ao período de aplicação.

Art. 17 As prestações de contas serão examinadas pelo Setor de Contabilidade/Prestação de Contas do Município, verificando se as disposições legais foram cumpridas, principalmente nos seguintes aspectos:

I - Conferência dos documentos;

II – Relação entre objetivo da viagem e comprovantes de despesas;

III - Obediência às normas legais e regulamentares;



**IV - Legitimidade da documentação.**

Art. 18 O servidor que receber diárias deverá apresentar comprovantes da estada no local para todos os dias que estiverem em deslocamento ou viagem.

Art. 19 Se a prestação de contas for considerada em ordem, o setor de contabilidade promoverá a baixa da responsabilidade inscrita na respectiva conta contábil e remeterá o processo para arquivamento.

**SEÇÃO IV****TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

Art. 20 Verificando-se qualquer ocorrência que contrarie as normas legais vigentes, o Setor de Contabilidade, convocará o responsável, para num prazo razoável, cumprir as exigências para sanar as falhas apontadas ou promover o ressarcimento do valor da diária, corrigido monetariamente e acrescido de juros legais.

Art. 21 Consideram-se não prestadas as contas quando:

I - não apresentadas no prazo regulamentar;

II - apresentadas com documentação incompleta;

III - a documentação apresentada não oferecer condições à comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos.

Art. 22 O detentor da diária é o responsável pela boa e regular aplicação do dinheiro público, de acordo com as leis, regulamentos e normas emanadas pelas autoridades competentes.

Art. 23 O ordenador da despesa é solidariamente responsável por prejuízos causados à Fazenda Municipal decorrentes de atos praticados por agente subordinado que exorbitar as ordens recebidas, ou por atraso na prestação de contas de diária recebida.

Art. 24 Encerradas todas as medidas administrativas para sanar o dano ao erário e persistindo a situação de irregularidade, deverá ser instaurado o Processo de Tomada de Contas Especial, de acordo com a legislação pertinente

**CAPÍTULO III****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 25 Todas as dúvidas ou omissões geradas por esta Instrução Normativa deverão ser esclarecidas junto ao Setor de Contabilidade e/ou Controladoria Interna.

Art. 26 Integra para todos os fins e efeitos esta Instrução Normativa os seguintes Anexos:

Anexo I – Formulário solicitação Diária

Anexo II – Municípios região AMERIOS e AMEOSC

Anexo III – Municípios região AMOSC e AMAI

Anexo IV – Ordem de tráfego

Art. 27 Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga(SC), 10 de outubro de 2018.

Nadir T. Etges

Coordenadora de Controle Interno

CPF 831.973.899-72 Matr. 1455/06

**ANEXO I****SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA**

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ MATRÍCULA: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

DESTINO: \_\_\_\_\_

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: \_\_\_\_\_

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: \_\_\_\_\_

FORMA DE DESLOCAMENTO: ( ) Veículo Oficial

( ) Ônibus

( ) Avião

DATA DA SAÍDA: \_\_\_\_\_ HORA DA SAÍDA: \_\_\_\_\_

DATA DO RETORNO: \_\_\_\_\_ HORA DO RETORNO: \_\_\_\_\_

MOTIVO: \_\_\_\_\_

AUTORIZADO POR

AUTORIZAÇÃO PARA USO DO VEÍCULO

Autorizo o servidor municipal acima qualificado a usar o veículo do município placa \_\_\_\_\_, a fim de cumprir o presente roteiro de viagem.

AUTORIZADO POR

ANEXO II<sup>1</sup>

Anchieta;  
Bandeirante;  
Barra Bonita;  
Belmonte;  
Bom Jesus do Oeste;  
Caibi;  
Campo Erê;  
Cunha Porã;  
Cunhataí;  
Descanso;  
Dionísio Cerqueira;  
Flor do Sertão;  
Guaraciaba;  
Guarujá do Sul;  
Iporã do Oeste;  
Iraceminha;  
Maravilha;  
Modelo;  
Mondaí;  
Palma Sola;  
Palmitos;  
Paraíso;  
Princesa;  
Riqueza;  
Romelândia;  
Saltinho;  
Santa Helena;  
Santa Terezinha do Progresso;  
São João do Oeste  
São José do Cedro;  
São Miguel da Boa Vista;  
São Miguel do Oeste;  
Saudades;  
Tigrinhos;  
Tunápolis.

<sup>1</sup> Municípios da região da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS e da região da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC

ANEXO III<sup>2</sup>

Abelardo Luz;  
Águas de Chapecó;  
Águas Frias;  
Arvoredo;  
Bom Jesus;  
Caxambu do Sul;  
Chapecó;  
Cordilheira Alta;  
Coronel Freitas;  
Entre Rios;



Faxinal dos Guedes;  
Formosa do Sul;  
Guatambú;  
Ipuaçu;  
Irati;  
Jardinópolis;  
Lajeado Grande;  
Marema;  
Nova Erechim;  
Nova Itaberaba;  
Ouro Verde;  
Passos Maia;  
Pinhalzinho;  
Planalto Alegre;  
Ponte Serrada;  
Quilombo;  
Santiago do Sul;  
São Carlos;  
São Domingos;  
Serra Alta;  
Sul Brasil;  
União do Oeste;  
Vargeão;  
Xanxerê;  
Xaxim.

<sup>2</sup> Municípios da região da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC e da região da Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI.

#### ANEXO IV ORDEM DE TRÁFEGO

Condutor:			Matrícula:			
Conduzido(s):						
Veículo/Placa:			Data:			
ITINERÁRIO	DATA	HORÁRIO		HODÔMETRO		KM RODADOS
		SAÍDA	CHEGADA	SAÍDA	CHEGADA	
TOTAL DE Kms. RODADOS						
ASSINATURA DO CONDUTOR:			ASSINATURA DO CONDUZIDO:			

### DECRETO Nº 204, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1772665

DECRETO Nº 204, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 02/2018, DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso V do art. 59, c/c a alínea "g" do inciso I do art. 75, ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando a Lei Complementar nº 47/2012;

#### DECRETA

Art. 1º Fica aprovada a Instrução Normativa SCI nº 02/2018 de responsabilidade da Coordenação do Controle Interno, constante do Anexo Único do presente Decreto, que estabelece procedimentos para preenchimento de diário de bordo de máquinas, veículos e equipamentos em geral.

Art. 2º Caberá à Coordenação do Controle Interno a divulgação da Instrução Normativa ora aprovada.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 10 de outubro de 2018.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Lauro Schlickmann  
Secretaria Municipal de Administração.

#### ANEXO ÚNICO

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 02/2018
ASSUNTO: Estabelece procedimentos para preenchimento de diário de bordo de máquinas, veículos e equipamentos em geral
SETORES ENVOLVIDOS: Todas as secretarias e fundos municipais que possuam no seu patrimônio veículos e/ou equipamentos que utilizem combustíveis

Considerando o disposto na Lei Complementar n. 47/2012, que estabelece a possibilidade de regulamentação sobre normas de controle interno através de Instruções Normativas de aplicabilidade a todos os órgãos da administração Municipal;

Considerando a necessidade de fortalecer o controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal;

Considerando que as ações dos agentes públicos devem obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, elencados no art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o disposto nos arts. 62 e 113, inciso II, da Constituição do Estado, que preveem a ação do controle interno para fiscalizar e avaliar a gestão de dinheiros, bens e valores públicos;

Considerando a necessidade de disciplinar e normatizar o uso da frota de veículos e máquinas do Município, principalmente no que tange ao preenchimento correto do Diário de Bordo;

Considerando uma necessidade de maior agilização, transparência, eficiência e eficácia quando do acompanhamento das ações do sistema de transporte municipal pela Controladoria Municipal.

#### RESOLVE:

##### CAPÍTULO I

##### DOS OBJETIVOS

Art. 1º. Esta normativa tem como objetivo regulamentar no âmbito da administração municipal, do Município de Itapiranga, a utilização e os procedimentos para preenchimento do Diário de Bordo de máquinas, veículos, equipamentos e espécies congêneres.

##### CAPÍTULO II

##### DOS PROCEDIMENTOS

Art. 2º. Sem prejuízos das atribuições estabelecidas por normas organizacionais do município, o Sistema de Controle Interno recomenda a todas as Secretarias Municipais, aos operadores e condutores de veículos e máquinas adoção dos procedimentos a seguir.

#### Seção Única

##### DO PREENCHIMENTO DO DIÁRIO DE BORDO

Art. 3º Os deslocamentos de veículos, máquinas e equipamentos do Município de Itapiranga serão controlados em conformidade com o que dispõe esta regulamentação.

Art. 4º Para o controle dos veículos, máquinas e equipamentos em geral deverá ser preenchido o Diário de Bordo.

Art. 5º Nenhum veículo, máquina ou equipamento deverá circular sem o Diário de Bordo, identificado como ANEXO I a esta Instrução.

Art. 6º Toda vez que veículo, máquina ou equipamento for deslocado deverá ser preenchido o Diário de Bordo constando:

I - Data;

II - Hora de saída;

III - km/hodômetro na saída ou horímetro de saída;

IV - Hora de chegada;

V - km/hodômetro de chegada ou horímetro de chegada;

VI - Local de Trabalho ou destino/objeto da viagem;

VII – Nome legível do motorista ou operador.

Art. 7º A Ficha do Diário de Bordo deverá ser identificada obrigatoriamente com no mínimo:

I – Placa do Veículo ou identificação da máquina ou equipamento.

II - Mês e ano.

Art. 8º Anotações adicionais também devem ser registradas em campos específicos no Diário de Bordo:

I - Abastecimentos;

II - Trocas de óleo;

III - Trocas de pneu.

Parágrafo único. Os condutores deverão também efetuar a verificação diária nas máquinas e equipamentos sob sua direção ou responsabilidade, no início e final do expediente, e comunicar quaisquer falhas ou defeitos verificados, efetuando o registro de observação no Diário de Bordo, visando providenciar em tempo hábil, o imediato ajuste e/ou conserto, com supervisão e orientação da Secretaria competente.

Art. 9º Toda a máquina, veículo ou equipamento que for abastecido, independentemente do local de abastecimento, deverá ter o registro efetuado no Diário de Bordo.

Art. 10 Sempre que o motorista ou operador abastecer, trocar peças, se deslocar de um lugar para outro ou qualquer gasto como o seu veículo ou máquina, deverá ser preenchido o Diário de Bordo no campo específico.

Art. 11 Nos períodos que eventualmente o veículo, máquina ou equipamento por motivos diversos permanecer parado, sem ser utilizado, tal período também deverá constar anotado nos Diários de Bordo.

Parágrafo único. Cada Secretário é responsável por manter a regularidade de tais anotações em Diário de Bordo, dos bens sob sua guarda e controle.

Art. 12 No final de cada mês o motorista ou operador deverá encaminhar o Diário de Bordo devidamente preenchido por completo ao Secretário da respectiva pasta e retirar outro Diário de Bordo em branco, para o uso no mês seguinte.

Art. 13 O Secretário, após recolher todos os Diários de Bordo e verificar o preenchimento dos mesmos, deve vistá-los e encaminhá-los ao Setor de Controle Interno para posterior arquivamento.

Parágrafo único. Os diários de bordo vistados devem conter a data, carimbo e assinatura identificada do Secretário responsável.

Art. 14 O Secretário Municipal tem a obrigação de fiscalizar o correto preenchimento dos Diários de Bordo dos veículos vinculados a sua Secretaria.

### CAPÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15 Os procedimentos instituídos por esta Instrução Normativa se sujeitam a fiscalização in loco realizados periodicamente pelo Sistema de Controle Interno do Município

Art. 16 As dúvidas ou omissões geradas por esta Norma Interna, deverão ser esclarecidas junto a Controladoria do Município.

Art. 17 Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições constantes na Instrução Normativa n. 04/2016.

Itapiranga(SC), 10 de outubro de 2018.

Nadir T. Etges

Coordenadora de Controle Interno

CPF: 831.973.899-72 Mat: 1455/05

### ANEXO I

#### DIÁRIO DE BORDO

## DECRETO Nº 205, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1772680

DECRETO Nº 205, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 03/2018, DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso V do art. 59, c/c a alínea "g" do inciso I do art. 75, ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando a Lei Complementar nº 47/2012;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovada a Instrução Normativa SCI nº 03/2018 de responsabilidade da Coordenação do Controle Interno, constante do Anexo Único do presente Decreto, que estabelece procedimentos para instituição de programas ambientais para mitigação de danos em área de preservação permanente do Rio Uruguai.

Art. 2º Caberá à Coordenação do Controle Interno a divulgação da Instrução Normativa ora aprovada.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 10 de outubro de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

## ANEXO ÚNICO

### INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 03/2018

ASSUNTO: Estabelece procedimentos para instituição de programas ambientais para mitigação de danos em área de preservação permanente do Rio Uruguai

SETORES ENVOLVIDOS: Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento e Assessoria de Comunicação.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 47, de 2012, que estabelece a possibilidade de regulamentação sobre normas de controle interno por meio de normas de aplicabilidade a todos os órgãos da administração Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade da implementação de ações para atendimento dos programas de mitigação de danos decorrentes do Estudo de Regularização Fundiária da Área de Preservação Permanente – APP do Rio Uruguai;

CONSIDERANDO que o órgão ambiental responsável pelo estudo fiscalizará a implantação dos programas propostos.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º A presente Instrução Normativa dispõe sobre os procedimentos para implementação de ações para atendimento dos programas de mitigação de danos decorrentes do Estudo de Regularização Fundiária da Área de Preservação Permanente do Rio Uruguai, estabelecendo rotinas e responsabilidades no âmbito de cada Secretaria.

Art. 2º Os Programas Ambientais são instrumentos criados para mitigar e compensar impactos ambientais avaliados durante o processo de estudo da regularização fundiária.

Art. 3º Os Programas Ambientais constantes no Estudo de Regularização Fundiária da área urbana atingida pela Área de Preservação Permanente do Rio Uruguai constituem um Plano de Gestão Ambiental do projeto de regularização e tem por objetivo minimizar os impactos ambientais decorrentes da ocupação humana, além de monitorar os diferentes aspectos ambientais deste.

CAPÍTULO II

DOS PROGRAMAS

Art. 4º Os Programas que deverão ser implementados são:

I – Programa de Comunicação Social;

II – Programa de Educação Ambiental;

III – Programa de recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização;

IV – Programa de Mitigação dos Passivos Ambientais;

V – Programa de Monitoramento dos Processos Erosivos;

VI – Programa de Monitoramento de Qualidade de Águas Superficiais;

VII – Programa de Monitoramento dos Indicadores de Impactos Ambientais.

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º O Programa de Comunicação Social, relacionado ao item nº 5.6.3.1 do Estudo de Regularização Fundiária, tem por objetivo comunicar e informar a população diretamente afetada sobre todas as ações desenvolvidas, desde a concepção do projeto até a execução das ações propostas e ficará sob a responsabilidade da Assessoria de Comunicação do Município.

Parágrafo único. A Assessoria de Comunicação será responsável por dar publicidade à todas as ações desenvolvidas e manter arquivo de todas as publicações e relatórios apresentados.

Art. 6º O Programa de Educação Ambiental referenciado no item 5.6.3.2 do Estudo, cujo objetivo é a promoção de educação ambiental formal, nos diferentes níveis de ensino, bem como, para a comunidade em geral, engajando-a na conservação, recuperação e melhoria do Meio Ambiente, será de responsabilidade conjunta da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

§ 1º Os responsáveis deverão criar rotinas e projetos para disseminação de informações e práticas educativas com o objetivo de sensibilizar a população em geral para a relevância das questões ambientais envolvidas no estudo.

§ 2º As secretarias responsáveis por este programa deverão envolver também no processo de educação ambiental as empresas, entidades de classe, outras instituições públicas e privadas, com o intuito de desenvolver ações para preservação ambiental.

Art. 7º O Programa de recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização, item 5.6.3.3 do Estudo de Regularização Fundiária, tem como objetivo auxiliar no reestabelecimento do ecossistema degradado, danificado ou destruído e será coordenado e executado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

§ 1º As técnicas e procedimentos a serem empregados na recuperação de áreas degradadas deverão ser individualizados por setores, respeitando as características específicas quanto as formações vegetais, solo, declividade, tipo de intervenção entre outros.

§ 2º O programa de recuperação deve se estender às áreas degradadas e não passíveis de regularização, somadas àquelas além da faixa original da Área de Preservação Permanente.

Art. 8º O Programa de Mitigação dos Passivos Ambientais, item 5.6.3.4 do Estudo, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento em parceria com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, tem como objetivo ampliar as possibilidades de abrigo de fauna e flora nos locais propícios a recuperação e diminuir a magnitude dos passivos ambientais por meio da reversão da ocupação que originou a supressão da vegetação.

Parágrafo único. Este Programa deve contemplar todas as ações necessárias para promover a recomposição e a recuperação das áreas identificadas como degradadas pela intervenção humana, incluindo a água, o solo, o ar, a fauna e a flora.

Art. 9º O Programa de Monitoramento dos Processos Erosivos, item 5.6.3.5 do Estudo, tem por objetivo identificar e caracterizar as áreas suscetíveis a erosão e aquelas consideradas de risco em decorrência da ocupação humana, bem como, realizar ações de prevenção e contenção de processos erosivos.

§ 1º Este programa será coordenado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, por meio do Departamento de Engenharia.

§ 2º O programa prevê ações especialmente voltadas para as zonas de escorregamento de nível alto, que devem ser constantemente monitoradas por meio de vistorias e elaboração de laudos técnicos conclusivos orientando as decisões a serem tomadas.

Art. 10 O Programa de Monitoramento de Qualidade de Águas Superficiais, item 5.6.3.6 do Estudo de Regularização Fundiária, pelo qual se avalia a qualidade das águas no entorno da área ocupada, acompanhando eventuais alterações por meio de análises periódicas em comparação às normas relacionadas ao padrão de qualidade, estará ao cargo da Secretaria de Administração, Obras e Serviços Urbanos, por intermédio do Departamento de Água.

Parágrafo único. O Programa deverá ser idealizado com a elaboração de rotinas que promovam a avaliação da qualidade das águas visando detectar possíveis interferências associadas à ocupação humana.

Art. 11 O Programa de Monitoramento dos Indicadores de Impactos Ambientais, item 5.6.3.7 do Estudo, que diz respeito aos elementos ou parâmetros que fornecem medidas de magnitude de um impacto ambiental, dividindo-se em quantitativos ou qualitativos, podendo ser biológicos, físicos e químicos, deverá mensurar a alteração provocada direta ou indiretamente por atividades humanas, as quais afetam saúde, segurança, bem estar da população, atividades socioeconômicas entre outras.

Parágrafo único. Este programa será executado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, a qual deverá implementar rotinas e ações para desenvolvê-lo.

Art. 12 O responsável pelo monitoramento e coordenação de cada programa será o Secretário de cada pasta, que deverá formar equipe necessária para implementá-lo.

Art. 13 As Secretarias responsáveis deverão apresentar relatório trimestral das atividades desenvolvidas em sua área para atingimento das metas propostas em cada programa.

Parágrafo único. Este relatório deverá ser entregue à Secretária de Fazenda e Planejamento, a qual será a responsável pela coordenação geral dos Programas.

Art. 14 Os responsáveis por cada programa e equipe se reunirão para apresentar as ações incrementadas e discutir o andamento da implementação dos programas à cada 3 (três) meses.

Art. 15 O prazo para implementação dos programas será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Instrução Normativa.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais ou técnicos assim o exigirem.

Art. 17 Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga, SC, 10 de outubro de 2018.

Nadir T. Etges  
Coordenadora de Controle Interno  
CPF 831.973.899-72 Matr. 1455/06

## DECRETO Nº 206, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1772682

DECRETO Nº 206, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 04/2018, DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso V do art. 59, c/c a alínea "g" do inciso I do art. 75, ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando a Lei Complementar nº 47/2012;

### DECRETA

Art. 1º Fica aprovada a Instrução Normativa SCI nº 04/2018 de responsabilidade da Coordenação do Controle Interno, constante do Anexo Único do presente Decreto, que disciplina procedimentos para o controle de utilização e gastos com a frota oficial da administração pública municipal.

Art. 2º Caberá à Coordenação do Controle Interno a divulgação da Instrução Normativa ora aprovada.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 10 de outubro de 2018.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Lauro Schlickmann  
Secretaria Municipal de Administração.

### ANEXO ÚNICO

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 04/2018
ASSUNTO: Disciplina procedimentos para o controle de utilização e gastos com a frota oficial da administração pública municipal.
SETORES ENVOLVIDOS: Todas as secretárias e fundos municipais que possuam no seu patrimônio veículos e/ou equipamentos que utilizem combustíveis

Considerando o disposto na Lei Complementar n. 47/2012, que estabelece a possibilidade de regulamentação sobre normas de controle interno através de Instruções Normativas de aplicabilidade a todos os órgãos da administração Municipal;

Considerando a necessidade de fortalecer o controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal;

Considerando a necessidade de disciplinar e normatizar o uso da frota de veículos e máquinas do Município;

Considerando uma necessidade de maior agilização, transparência, eficiência e eficácia quando do acompanhamento das ações do sistema de transporte municipal pela Controladoria Municipal.

Considerando que as ações dos agentes públicos devem obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, elencados no artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando o disposto nos artigos 62 e 113, inciso II, da Constituição do Estado, que preveem a ação do controle interno para fiscalizar e avaliar a gestão de dinheiros, bens e valores públicos;

Considerando que na função administrativa de controle, os órgãos da administração devem assegurar que a existência de erros e riscos potenciais devem ser devidamente controlados e monitorados, atuando de forma preventiva, concomitante ou corretiva.

RESOLVE:  
CAPÍTULO I  
DOS OBJETIVOS

Art. 1º Esta normativa tem como objetivo:

I - disciplinar e normatizar o controle de abastecimento e manutenção das máquinas e veículos do Município;



- II - permitir uma análise detalhada dos gastos com o abastecimento e manutenção da frota;
- III - orientar ações no sentido de reduzir e/ou otimizar os gastos com a frota;
- IV - possibilitar a identificação das máquinas e veículos que deverão ser examinadas quando do consumo excessivo de combustíveis;
- V - conscientizar os motoristas e operadores de suas responsabilidades como condutores de veículos e máquinas.

## CAPÍTULO II

### DO GERENCIAMENTO E CONTROLE DA FROTA

Art. 2º São responsabilidades do Setor de Controle de Frotas:

- I – controlar e manter a regularidade do Licenciamento dos Veículos;
- II – controlar e manter a validade dos Seguros dos Veículos;
- III – manter em arquivo o Documento Único de Transferência – DUT dos veículos;
- IV – acompanhar a manutenção e conserto dos veículos.

Parágrafo único. Será de responsabilidade de servidor designado para este fim, providenciar o licenciamento dos veículos, reservando cópia em pasta própria e assegurando que o original de porte obrigatório esteja no veículo, bem como, acompanhar o vencimento das apólices de seguro e solicitar a sua renovação com antecedência necessária.

Art. 3º A Secretaria respectiva, onde a frota de veículos estiver alocada será responsável pelo gerenciamento e guarda dos mesmos.

Art. 4º É de responsabilidade da unidade administrativa de cada Secretaria encaminhar as informações necessárias para a alimentação do Sistemas de Informações da Frota Municipal, que deverá ser encaminhado ao Setor de Controle Interno.

Art. 5º É responsabilidade dos Secretários Municipais o exame dos relatórios do lançamento das despesas, bem como, dar condições administrativas para o alcance dos objetivos desta Instrução.

Art. 6º São responsabilidades dos motoristas e operadores de máquinas, cumprir os preceitos estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro e atenderem as solicitações do exercício de suas atribuições.

Art. 7º Todos os veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal deverão estar devidamente identificados com plotagem específica, demonstrando que pertencem ao Município de Itapiranga.

Art. 8º As máquinas, caminhões e equipamentos devem ser utilizados de acordo com as recomendações do fornecedor e da fábrica.

Art. 9º O deslocamento dos veículos, das motocicletas, das máquinas, caminhões, ônibus, micro ônibus, vans, equipamentos e demais bens relacionados na frota municipal, será efetuado mediante autorização do responsável, devendo obrigatoriamente ocorrer o registro de movimentação no Diário de Bordo.

§ 1º O uso e os procedimentos para preenchimento dos Diários de Bordo são regulamentados por Instrução Normativa específica.

§ 2º A autorização, que poderá ser verbal, de uso dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, independentemente do órgão solicitante, somente poderá se dar por ordem do Secretário da pasta, ou por delegação a servidor autorizado.

Art. 10 Os empréstimos de veículos entre órgãos e secretarias municipais são possíveis mediante solicitação prévia do requerente do empréstimo ao responsável pelo veículo a ser requerido.

Art. 11 As possíveis transferências e/ou trocas de veículos entre os órgãos e secretarias municipais, deverão ser formalizadas mediante emissão de Termo de Transferência (disponibilizado pelo Departamento de Patrimônio), e deverão ser comunicadas ao Departamento de Patrimônio e ao Setor Controle de Frota para a procedência de atualização de cadastros e registros.

Parágrafo único. Nas transferências e trocas de bens deverão ser observados os fins para os quais foram adquiridos, conveniência administrativa e interesse público.

Art. 12 Qualquer manutenção e/ou compra de peça, equipamento ou acessório deverá ser obrigatoriamente requisitada previamente à Secretaria competente onde o veículo estiver alocado.

Art. 13 Nenhum veículo, caminhão, ônibus, micro ônibus, van, motocicleta e congêneres poderá deslocar-se sem a documentação legal e sem o perfeito funcionamento.

Art. 14 Encerrada a circulação diária a frota deverá ser recolhida ao pátio da Secretaria onde estiver alocada ou na garagem do parque de máquinas.

§1º Somente com autorização, que poderá ser verbal, do Secretário da pasta, dos Chefes imediatos, ou por delegação dos mesmos a servidor autorizado, as máquinas, caminhões e equipamentos poderão permanecer no local da obra ou serviço, desde que seja comprovada sua necessidade e economicidade.

§ 2º Eventuais autorizações para a guarda da frota de veículos fora do pátio dos Órgãos da Administração Pública Municipal deverá ser realizada mediante a emissão de Termo de Responsabilidade para aquele que se responsabilizará pela guarda da mesma.

§ 3º Em todos os casos deverá se tomar todas as precauções necessárias para se evitar danos aos bens do município.

§ 4º Eventuais avarias e prejuízos decorrentes da negligência quanto ao cumprimento do disposto neste artigo serão de responsabilidade do servidor que deu causa, exceto se autorizado pela chefia, quando esta assume tal responsabilidade.

## CAPÍTULO III

### DA POLÍTICA DISCIPLINAR PARA OS MOTORISTAS / OPERADORES

Art. 15 A condução das máquinas, veículos, caminhões, ônibus, micro ônibus, vans, motocicletas, equipamentos e congêneres somente poderá ser realizada por motorista ou servidor, devidamente habilitado e autorizado, que detenha a obrigação respectiva em razão do cargo ou da função que exerça.

Parágrafo único. Os servidores públicos municipais, dos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Municipal direta, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições ou em situação eventual e transitória, em caráter temporário e excepcional, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de motorista, poderão dirigir veículos oficiais, desde que possuidores da Carteira Nacional de Habilitação e devidamente autorizados, nos termos da Legislação vigente.

Art. 16 A Carteira Nacional de Habilitação deverá ser compatível ao tipo de veículo que o condutor irá utilizar, conforme a Lei nº 9.503, de 23/09/97, a saber:

- a) Categoria A condutor de veículo motorizado de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral;
- b) Categoria B condutor de veículo motorizado, não abrangido pela categoria A, cujo peso bruto total não exceda a três mil e quinhentos quilogramas e cuja lotação não exceda a oito lugares, excluído o do motorista;
- c) Categoria C condutor de veículo motorizado utilizado em transporte de carga, cujo peso bruto total exceda a três mil e quinhentos quilogramas;
- d) Categoria D condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista;
- e) Categoria E condutor de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas Categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, semirreboque ou articulada, tenha seis mil quilogramas ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a oito lugares, ou, ainda, seja enquadrado na categoria trailer.

Art. 17 Os servidores ocupantes dos cargos de categorias profissionais de motorista e operador de equipamentos deverão manter a habilitação exigida para o cargo, e realizar cursos obrigatórios de transporte de passageiros, transporte escolar, e de urgência e emergência, entre outros cogentes para o desempenho de suas funções.

Art. 18 Fica expressamente proibida a utilização de veículos, máquinas, caminhões e equipamentos:

I - em qualquer atividade de caráter particular;

II - no transporte de familiares de servidores públicos ou de pessoas que não estejam vinculadas às atividades da Administração Direta;

III - aos sábados, domingos e feriados, salvo autorização prévia do Secretário da pasta.

Parágrafo único. O uso indevido destes equipamentos públicos é passível de aplicação de penas disciplinares, sanções civis e administrativas aos responsáveis e envolvidos, conforme cada caso.

Art. 19 Em caso de acidentes de trânsito ou colisões fica o condutor obrigado a permanecer no local do acidente até a realização de perícia, bem como comunicar à Secretaria onde desempenha suas atividades sobre o sinistro e registrar ocorrência na Delegacia de Polícia.

§ 1º Será instaurada, quando necessário, sindicância ou processo administrativo disciplinar, caso o acidente resulte em dano ao erário ou a terceiros, com o fito de apurar a responsabilidade.

§ 2º Se o laudo pericial, sindicância ou processo administrativo disciplinar concluir pela responsabilidade (dolo ou culpa) do condutor, este responderá pelos danos causados, pelas avarias e quaisquer prejuízos resultantes do acidente e, configurando a ocorrência de dano ao erário público municipal, será instaurado processo de Tomada de Contas Especial, visando o ressarcimento ao erário.

§ 3º Se o laudo pericial, sindicância ou processo administrativo disciplinar concluir pela responsabilidade (dolo ou culpa) de terceiro envolvido, o Município acionará ao condutor ou proprietário do veículo, para o devido ressarcimento dos prejuízos causados.

Art. 20 Os Autos de Infrações dos veículos da Administração Municipal (multas de trânsito) serão tratados nos termos da regulamentação específica.

Art. 21 Será de responsabilidade do condutor do veículo ou máquina:

I - preencher corretamente o instrumento de controle, Diário de Bordo, realizar o transporte com segurança, obedecendo as normas de trânsito, de conservação, limpeza e economia do veículo/máquina;

II - proceder a inspeção periódica dos veículos e máquinas, verificando seu estado de conservação, e comunicar a chefia responsável, para que este solicite os reparos que se fizerem necessários;

III - conferir a existência dos acessórios e ferramentas de porte obrigatório no veículo, tais como macaco, chave de rodas, triângulo, extintor, cinto de segurança, sempre antes de movimentar o veículo, notificando a chefia responsável sobre qualquer ausência dos mesmos ou sobre quaisquer problemas que possam causar multas de trânsito;

IV - verificar níveis de água, óleo e pressão dos pneus periodicamente;

V - respeitar as Leis de Trânsito, responsabilizando-se pelo pagamento imediato de multas a que der causa;

VI - não fumar e não permitir que outros fumem no interior do veículo;

VII - não falar ao telefone celular quando o veículo ou máquina estiver em movimento;

VIII - ter zelo pelos veículos e máquinas e se responsabilizando por danos ocorridos por mal uso, imprudência ou desleixo;

IX - usar sempre o cinto de segurança, exigindo que todos os demais passageiros também usem.

#### CAPÍTULO IV

#### DOS ABASTECIMENTOS

Art. 22 Todos os veículos que compõem a frota municipal, inclusive os doados, cedidos ou locados serão cadastrados no Sistema de Controle de Frota para gerenciamento e controle.

Art. 23 O cadastro dos veículos deverá ter as seguintes especificações mínimas:

I – Placa, quando não houver determinar uma nomenclatura que identifique o bem;

II – Vínculo: próprio, cedido, locado, doado, outros.



- III – Descrição, detalhamento do bem (marca/modelo...);
- IV – Marca;
- V – Data da aquisição;
- VI – Número do patrimônio;
- VII – Centro de Custos;
- VIII – Cor predominante;
- IX – Ano;
- X – Classificação: De passageiros, cargas, de tração, outros;
- XI – Tipo de Veículo: automóvel, ambulância, ônibus, van, caminhão, etc;
- XII – Tipo de Combustível;
- XIII – Se o bem está ativo ou inativo.

Art. 24 Todo o veículo e/ou máquina deverá abastecer somente nos postos contratados pelo Município, através de competente processo licitatório. Sempre que os veículos e/ou máquinas forem abastecidos, o motorista e/ou operador deverá apresentar a Requisição de Abastecimento assinada pelo (a) Secretário (a) ou pessoa designada.

§ 1º Os documentos fiscais relativos aos abastecimentos além das informações básicas (data, número da NF, fornecedor, cliente, endereços...), devem conter a identificação do veículo (marca/modelo...), número da placa e a quilometragem/hora registrada no hodômetro ou horímetro, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível controle semelhante.

§ 2º Todos os documentos fiscais deverão estar assinados com assinatura legível do motorista/conductor responsável pelo abastecimento.

§ 3º Da mesma forma os abastecimentos em viagens deverão ser feitos com a emissão de Nota ou cupom Fiscal que deverá ser nominal ao Município de Itapiranga e com descrição do produto, litragem, valor, placa, quilometragem, veículo e assinatura do motorista.

Art. 25 O abastecimento das máquinas e veículos somente poderá ser realizado com Requisição de Abastecimento, exceto quando necessitar de abastecimento fora do Município.

Art. 26 Sempre que o motorista for abastecer, o mesmo deverá descer do veículo e/ou máquina e verificar se o frentista do posto zerou a bomba antes de iniciar o abastecimento.

Art. 27 Após abastecer o veículo, o motorista deverá conferir a Nota Fiscal, verificando o correto preenchimento quanto ao produto, litragem, valor, placa, quilometragem e veículo e após a conferência o motorista deverá assinar a Nota Fiscal.

Art. 28 Os abastecimentos realizados com o caminhão tanque do Município nas máquinas que estão trabalhando no interior, deverão ter registro dos abastecimentos através de requisição assinada pelo operador e/ou motorista da máquina ou veículo.

Art. 29 O motorista do caminhão tanque do Município deverá encaminhar as requisições mensalmente juntamente com os diários de bordo ao Setor de Controle Interno para lançar os dados no Sistema de Frotas.

Art. 30 Nenhum veículo, máquina ou equipamento deverá circular sem o Diário de Bordo.

## CAPÍTULO V DA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO

Art. 31 Qualquer manutenção e/ou compra de peça, equipamento ou acessório deverá ser obrigatoriamente precedida, além das disposições da Lei nº 4.320/64 em relação ao prévio empenho e outras normas legais, de orçamento da empresa vencedora da licitação dos quais a Secretaria responsável pelo veículo, máquina, caminhão ou equipamento fará análise destes, verificando os valores com as tabelas de preços adotadas como parâmetros, bem como a compatibilidade das peças orçadas com o veículo.

Art. 32 As aquisições serão precedidas da elaboração de orçamentos e deverão ser validados (assinados por quem coletou o orçamento) e terão as especificações mínimas:

- I – identificação da empresa (nome, CNPJ, endereço, telefone ou e-mail);
- II – data;
- III – identificação do veículo, máquina ou equipamento;
- IV – descrição do objeto (peças, acessórios, mão de obra, serviço), e o valor individual;
- V – nome e assinatura do responsável pela empresa.

§ 1º Para os orçamentos recebidos por e-mail, sem a assinatura do responsável pela empresa, deverá ser anexada cópia do e-mail e os orçamentos coletados por telefone deverão constar a data, hora exata e o nome completo da pessoa que repassou as informações do orçamento.

§ 2º Os orçamentos deverão ser compatíveis com as reais necessidades de aquisição e os preços deverão ser condizentes com os valores praticados no mercado.

Art. 33 Os Secretários Municipais, ou aquele designado por estes, deverão acompanhar e fiscalizar se os serviços foram executados adequadamente e se as peças utilizadas são aquelas adquiridas, conforme a contratação com a empresa prestadora de serviços e atestarão a conformidade mediante carimbo e assinatura nas notas fiscais de prestação de serviços/fornecimento de peças.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34 Todas aquelas máquinas e/ou veículos que apresentarem excesso de gastos (fora da normalidade) deverão ser analisados para identificar as causas, por exemplo: o mesmo problema de manutenção acontecendo repetidamente, alto consumo médio de combustível, etc.

Art. 35 No final de cada ano deverá ser somado o custo de manutenção de cada máquina e veículo. A partir desse comparativo deverão ser tomadas as providências obedecendo o princípio da economicidade.

Art. 36 Os procedimentos instituídos por esta Instrução Normativa se sujeitam a fiscalização in loco realizados pela Coordenação de Controle Interno do Município.

Art. 37 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 38 A presente Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga(SC), 10 de outubro de 2018.

Nadir T. Etges  
Coordenadora de Controle Interno  
CPF: 831.973.899-72 Mat: 1455/06

## DECRETO Nº 207, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1772684

DECRETO Nº 207, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 05/2018, DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso V do art. 59, c/c a alínea "g" do inciso I do art. 75, ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando a Lei Complementar nº 47/2012;

### DECRETA

Art. 1º Fica aprovada a Instrução Normativa SCI nº 05/2018 de responsabilidade da Coordenação do Controle Interno, constante do Anexo Único do presente Decreto, que disciplina os procedimentos de controle de estoque, guarda, conservação e fornecimento de materiais de consumo.

Art. 2º Caberá à Coordenação do Controle Interno a divulgação da Instrução Normativa ora aprovada.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga, SC, 10 de outubro de 2018.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Lauro Schlickmann  
Secretaria Municipal de Administração.

### ANEXO ÚNICO

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 05/2018
ASSUNTO: Disciplina os procedimentos de controle de estoque, guarda, conservação e fornecimento de materiais de consumo
SETORES ENVOLVIDOS: Poder Executivo

Considerando o disposto na Lei Complementar n. 47/2012, que estabelece a possibilidade de regulamentação sobre normas de controle interno através de normas de aplicabilidade a todos os órgãos da administração Municipal;

Considerando a necessidade de fortalecer o controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal;

Considerando a necessidade de padronizar o conjunto de princípios e procedimentos destinados à gestão de estoque, compreendendo o seu registro, controle, guarda e manutenção;

Considerando a otimização da relação custo de estoque e resultado operacional, observando o ensinamento básico de logística.

Considerando a necessidade de normatizar os procedimentos de entrada e saída dos materiais adquiridos através da administração pública.

RESOLVE:  
CAPÍTULO I  
FINALIDADE

Art. 1º A presente Instrução Normativa tem por finalidade disciplinar procedimentos e rotinas para controlar o estoque, guarda, conservação e fornecimento de materiais adquiridos pelo Poder Executivo Municipal como forma de promoção da eficiência e transparência nos gastos públicos.

## CAPÍTULO II ABRANGÊNCIA

Art. 2º Esta norma abrange todos os órgãos da administração direta do Poder Executivo Municipal.

## CAPÍTULO III CONCEITOS

Art. 3º Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

I - Gestão de Estoques: Conjunto de atividades do Sistema de Suprimentos que requer meios, métodos e técnicas adequadas, definição de parâmetros de estoque, bem como instalações apropriadas e que tem como propósito o recebimento, a estocagem, o controle, o manuseio e a distribuição do material, a partir do planejamento das aquisições e das necessidades dos usuários.

II - Almoxarifado: é o local onde são armazenados os materiais de consumo utilizados pelo Município de Itapiranga, antes de serem distribuídos às Unidades Gestoras.

III - Materiais de Consumo: Itens de consumo, a saber, aqueles que, em razão do seu uso constante e da definição da Lei Federal nº 4.320/64, perdem normalmente sua identidade física mesmo quando incorporados ao bem e/ou têm sua utilização limitada há dois anos, tais como gêneros alimentícios, utensílios domésticos, vestuário, materiais pedagógicos, materiais de expediente, materiais de higiene e limpeza, peças e acessórios para a manutenção de bens etc.

IV - Materiais Permanentes: aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos.

V - Materiais Estocáveis: aqueles que se pode estocar. Conjunto de mercadorias, materiais ou artigos existentes fisicamente no almoxarifado à espera de utilização futura e que permite suprir regularmente os usuários, sem causar interrupções às unidades funcionais da organização.

VI - Equipamentos e Materiais Permanentes: Itens de uso permanente que em razão de seu uso constante e da definição da Lei Federal nº 4.320/64, não perdem a sua identidade física mesmo quando incorporados ao bem e/ou têm uma durabilidade superior a dois anos, tais como: mobiliário, equipamentos elétricos e eletrônicos, veículos, máquinas etc.

VII - Recebimento: É o ato pelo qual o material encomendado é entregue no local previamente designado, não implicando em aceitação, transfere apenas a responsabilidade pela guarda e conservação do material, do fornecedor ao órgão receptor.

VIII - Aceitação: É a operação segundo a qual se declara, na documentação fiscal, que o material recebido satisfaz às especificações contratadas.

IX - Armazenagem: Compreende a guarda, localização, segurança e preservação do material adquirido, a fim de suprir adequadamente as necessidades operacionais das Unidades.

X - Distribuição: É o processo pelo qual se faz chegar o material em perfeitas condições ao usuário, sendo fornecida através de Requisição feita pela unidade requisitante.

XI - Inventário: é a conferência física dos materiais permanentes ou de consumo. O inventário pode ser realizado no setor de Almoxarifado, caso se trate de material de consumo, ou em qualquer órgão da administração pública municipal, caso se trate de material permanente, e possui a finalidade de se verificar a regularidade dos bens.

## CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º São responsabilidades do Setor de Controle Interno:

I – promover a divulgação e implementação da Instrução Normativa, mantendo-a atualizada, orientar as áreas executoras e supervisionar sua aplicação;

II – promover discussões técnicas com as unidades executoras, para definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão.

III – manter a Instrução à disposição de todos os servidores do Poder Executivo e Legislativo.

Art. 6º É de responsabilidade da Secretaria de Fazenda e Planejamento, dentre outras atribuições, a formalização do processo de compras e a manutenção do cadastro de produtos nos sistemas de informação relativos a compras, licitações e contratos e a sua integração com os cadastros de produtos nos sistemas de controle e gerenciamento de estoques. Art. 7º Compete aos órgãos municipais que manterão sistema de controle de estoques, sem prejuízo de outras atribuições legais:

I – manter o controle de Estoque, em sistema informatizado;

II – o registro dos movimentos do estoque de entrada e saída;

III – controlar os materiais em ponto de reposição, com a definição objetiva e detalhada de estoques mínimos;

IV – controlar o consumo médio dos materiais;

V – prestar conta do movimento do estoque por período, material, órgãos e unidades administrativas, contrato/licitação e/ou por fornecedor.

Art. 7º Compete aos órgãos municipais que manterão sistema de controle de estoques, sem prejuízo de outras atribuições legais:

I – manter o controle de Estoque, em sistema informatizado;

II – o registro dos movimentos do estoque de entrada e saída;

III – controlar os materiais em ponto de reposição, com a definição objetiva e detalhada de estoques mínimos;

IV – controlar o consumo médio dos materiais;

V – prestar conta do movimento do estoque por período, material, órgãos e unidades administrativas, contrato/licitação e/ou por fornecedor.

Art. 8º Manterão sistema de controle de estoques os seguintes órgãos, com a seguinte distribuição:

I – Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos, que manterá o controle de estoques de todos os órgãos da administração

municipal não abrangidos nos incisos de II a VI;

II – Secretaria Municipal de Assistência Social, que manterá o controle de estoques das aquisições realizadas através da Secretaria de Assistência Social, do Fundo Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III – Secretaria Municipal de Transportes, que manterá o controle de estoques de materiais adquiridos através da sua secretaria e de materiais para manutenção de bens de infraestrutura urbana e de prédios públicos, mesmo quando estes últimos forem adquiridos através de outros órgãos da administração municipal;

IV – Secretaria Municipal de Educação, que manterá controle de estoques de materiais de higiene e limpeza e didático para a Secretaria de Educação e toda a rede municipal de ensino, bem como gêneros de alimentação que compõem a merenda escolar;

V – Secretaria Municipal de Saúde, que manterá controle de estoques de todos os materiais, medicamentos e insumos adquiridos através do Fundo Municipal de Saúde;

VI – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, que manterá o estoque dos materiais utilizados nos programas de sua Secretaria e do viveiro de mudas.

## CAPÍTULO V

### PROCEDIMENTOS

#### Seção I

##### DO RECEBIMENTO DE MATERIAIS

Art. 9º A aquisição de materiais de consumo e bens se dará conforme requisitos e procedimentos estabelecidos na Lei nº 8.666/93, Lei n. 10.520/02 e Instrução Normativa SCI nº 05/2016, sob a responsabilidade de cada Órgão do Poder Executivo Municipal.

§ 1º Todo o recebimento de materiais estocáveis, no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como sua distribuição, deverá ser registrado em sistema informatizado de controle de estoques.

§ 2º O recebimento de materiais está condicionado à prévia Autorização de Fornecimento - AF e prévio empenho, em conformidade com a Lei nº 4.320/64 e deverá ser realizado mediante os seguintes procedimentos:

I – o fornecedor entregará o produto ao Almoxarifado correspondente, sendo imprescindível a nota fiscal;

II – no ato da entrega do material de que trata o inciso anterior, o responsável pelo Almoxarifado fará a conferência do produto ou serviço entregue com aquilo que fora solicitado/contratado, conferindo os preços, marcas licitadas, prazo de validade, especificações, quantidade, cálculos e situação física de todos os materiais mediante nota fiscal e autorização de fornecimento;

III – caso o material não se apresente na forma contratada e solicitada, o responsável pelo Almoxarifado informará a inconformidade, notificando a empresa (Anexo I), fará registro fotográfico das inconformidades e deverá devolver a Nota Fiscal e o material ao fornecedor e fixar novo prazo para sanar o vício do material, conforme contratado;

IV – conferido o material e se este estiver em conformidade com o contratado, o responsável pelo Almoxarifado atestará o recebimento dos materiais e insumos na Nota Fiscal e a encaminhará ao Setor de Compras que deverá encaminhá-la para pagamento.

Art. 10 O recebimento ocorrerá no Almoxarifado correspondente, salvo quando o mesmo não possa ou não deva ser ali estocado ou recebido, caso em que a entrega se fará nos locais previamente designados.

Parágrafo único. Qualquer que seja o local de recebimento, o registro de entrada do material sempre deverá ser realizado no sistema informatizado de controle de estoques.

Art. 11 O material recebido depende, para sua aceitação, de:

I - autorização de fornecimento;

II - documento fiscal;

III – conferência da marca, dos valores;

IV - exame qualitativo, quando for o caso.

§ 1º Se o material depender, também, de exame qualitativo, o responsável pelo Almoxarifado indicará esta condição no documento de entrega do fornecedor e solicitará à Secretaria de Administração indicação de servidor capaz de proceder com a análise e manifestar-se expressamente sobre a respectiva aceitação para fins de subsidiar o ateste na Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato.

§ 2º O exame qualitativo poderá ser feito por técnico especializado ou por Comissão Especial, da qual, em princípio, fará parte o encarregado do Almoxarifado correspondente.

Art. 12 Quando o material não corresponder com exatidão ao pedido e/ou apresentar falhas ou defeitos, o responsável pelo Almoxarifado deverá providenciar com o fornecedor a regularização da entrega para efeito de aceitação.

#### Seção II

##### DA ARMAZENAGEM

Art. 13 Os principais cuidados a serem observados na armazenagem, dentre outros são:

I – resguardar os materiais contra o furto ou roubo, e protegidos contra a ação dos perigos mecânicos, das ameaças climáticas, bem como insetos e peçonhas;

II – no caso de gêneros de alimentação devem ser observadas as condições de higiene e limpeza entre outros aspectos previstos em legislações específicas;

III – os materiais estocados há mais tempo devem ser distribuídos em primeiro lugar (primeiro a entrar, primeiro a sair – PEPS), exceto nos casos em que o material adquirido posteriormente tenha prazo de validade inferior ao já estocado, com a finalidade de evitar o envelhecimento e/ou perecibilidade do estoque;

IV – acompanhar, periodicamente, o prazo de validade dos materiais, promovendo assim, a substituição dos mesmos quando for necessário e possível;

V – os materiais devem ser estocados de modo a possibilitar uma fácil inspeção e um rápido inventário;

VI – os materiais que possuem grande movimentação devem ser estocados em lugar de fácil acesso e próximo das áreas de expedição;

VII – os materiais jamais devem ser estocados em contato direto com o piso, é preciso utilizar corretamente os acessórios de estocagem

para protegê-los, exceto nos casos de inviabilidade desta prática, como materiais para manutenção de vias públicas (areia, brita, tubos de concreto etc.);

VIII – a arrumação dos materiais não deve prejudicar o acesso às partes de emergência, aos extintores de incêndio ou à circulação de pessoal especializado para combater a incêndio (Corpo de Bombeiros);

IX – os materiais da mesma classe devem ser concentrados em locais adjacentes, a fim de facilitar a movimentação e inventário;

X – os materiais pesados e/ou volumosos devem ser estocados nas partes inferiores das estantes e porta-estrado, eliminando os riscos de acidentes ou avarias e facilitando a movimentação;

XI – os materiais devem ser conservados nas embalagens originais e somente abertos quando houver necessidade de fornecimento parcelado, ou por ocasião da utilização;

XII - o almoxarifado deverá estar em local limpo, seguro, de fácil acesso e arejado, que garanta a conservação dos materiais, bem como, deverá ser organizado de tal forma que haja a maximização do espaço, a garantia de segurança para os materiais estocados e a fácil circulação interna.

### Seção III

#### DA REQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Art. 14 As unidades integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal serão supridas de materiais e insumos estocáveis exclusivamente pelo Almoxarifado correspondente, conforme disposição prevista no art. 8º desta Instrução.

Art. 15 Serão permitidas duas formas de distribuição de materiais:

I – por requisição da unidade;

II - distribuição periódica.

Art. 16 A unidade solicitante, quando identificar a necessidade de materiais e insumos estocados, deverá fazer requisição de materiais a ser encaminhada ao Almoxarifado correspondente.

Art. 17 A requisição de material poderá ser realizada eletronicamente por meio de sistema informatizado de controle de estoque, por e-mail ou impressa, conforme padrão a ser estipulado pela Administração Municipal e deverá conter:

I – numeração sequencial e data;

II – identificação do Almoxarifado correspondente e estoque de referência (art. 8º desta Instrução);

III – centro de custo;

IV – descrição padronizada do material;

V – quantidade;

VI – unidade de medida;

VII – identificação e assinatura do requisitante.

Art. 18 O remetente comunicará, pela via mais rápida, a remessa de qualquer material ao destinatário que, da mesma forma, dará ciência do recebimento.

Art. 19 Para atendimento das requisições de material cujo estoque já se tenha exaurido, caberá às Unidades de Almoxarifado encaminhar a respectiva planilha de materiais a serem adquiridas às Secretarias competentes para que providenciem pedido de compra e encaminhem ao Setor de Compras para as devidas providências.

§ 1º Os diversos órgãos do Poder Executivo Municipal deverão estabelecer quantidades de estoques mínimos por material, como forma de evitar a falta de materiais.

§ 2º Os estoques mínimos serão objeto de registro no sistema informatizado de controle de estoques, sendo que sempre que as quantidades de determinado material atingir o mínimo estabelecido, o responsável pelo Almoxarifado correspondente dará ciência aos órgãos competentes para que providenciem, em tempo hábil, novas aquisições.

Art. 20 Deve ser evitada a compra volumosa de materiais sujeitos a prazo de validade, a perda de suas características normais de uso, também daqueles propensos ao obsolescimento (por exemplo: gêneros alimentícios, material para análises laboratoriais, suprimentos de informática, etc.)

Art. 21 A movimentação de material entre o Almoxarifado e outro depósito ou Unidade requisitante deverá ser precedida sempre de registro no sistema informatizado de controle de estoques, mediante documento de Transferência ou Requisição.

### Seção IV

#### DOS INVENTÁRIOS FÍSICOS

Art. 22 Inventário físico é o instrumento de controle para verificar, os saldos de estoques nos almoxarifados e depósitos, que irá permitir, entre outros:

I – o ajuste dos dados escriturais de saldos e movimentações dos estoques com o saldo físico real nas instalações de armazenagem; e

II – a análise do desempenho das atividades no almoxarifado, através dos resultados obtidos no levantamento físico.

Art. 23 Os Inventários Físicos de materiais de consumo em estoque nos Almoxarifados do Poder Executivo Municipal deverão ser realizados semestralmente, devendo sempre se manter registros físicos dos procedimentos.

Art. 24 Tipos de Inventário físico:

I- Inicial: quando da criação ou identificação de uma unidade administrativa com armazenagem, para identificação e registro do material de consumo sob a responsabilidade do agente.



II- De Transferência de Responsabilidade: quando da mudança de responsável pela guarda do material de consumo;  
III- Eventual: em qualquer época ou por iniciativa do titular do órgão, ou por solicitação do órgão de controle interno;  
IV- Anual: destinado a comprovar a quantidade e o valor dos materiais de consumo em estoque nos Almojarifados existente em 31 de dezembro de cada exercício, constituído do inventário anterior e das movimentações ocorridas durante o exercício.

#### Seção V

#### DA RESPONSABILIDADE E INDENIZAÇÃO

Art. 25 Todo servidor público poderá ser chamado à responsabilidade pelo desaparecimento de materiais dos estoques sob a sua responsabilidade, bem como pelo dano que, dolosa ou culposamente, causar a qualquer material.

Art. 26 É dever de todo o servidor comunicar, imediatamente, o responsável pelo Almojarifado, qualquer irregularidade ocorrida com o material entregue aos seus cuidados.

Art. 27 Recebida a comunicação, o responsável pelo Almojarifado, após a avaliação da ocorrência poderá:

I – concluir que a perda das características ou avarias do material decorreu do uso normal ou de outros fatores que independem da ação do consignatário ou usuário;

II – identificar, desde logo, o(s) responsável(eis) pelo dano causado ao material, sujeitando-o (s) às providências cabíveis;

III – comunicar à Chefia imediata o fato a fim de que seja, se for o caso, designada Comissão para apuração da irregularidade.

Art. 28 Na hipótese de ocorrer qualquer pendência ou irregularidade caberá a Secretaria responsável pelo Almojarifado adotar as providências cabíveis necessárias à apuração e imputação de responsabilidade.

#### CAPÍTULO VI

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29 Nenhum material deverá ser liberado aos usuários, antes de cumpridas as formalidades de recebimento, aceitação e registro no sistema eletrônico no controle de estoques.

Art. 30 Não será permitido o acesso de nenhuma pessoa estranha ao Almojarifado, salvo se estiver acompanhado por pessoa autorizada.  
Parágrafo Único. O Almojarifado deverá ser utilizado única e exclusivamente para o armazenamento de material de consumo, conforme especificado nesta Instrução Normativa.

Art. 31 Nenhum material pode ser entregue sem a respectiva requisição de materiais, sob pena de responsabilidade.

Art. 32 Nenhum material poderá ser recebido se não estiver de acordo com a Nota Fiscal, bem como, com a Autorização de Fornecimento.

Art. 33 A Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento deverá promover, em conjunto com outras secretarias ou setores envolvidos, melhorias no sistema de cadastramento de produtos, visando à futura integração dos sistemas de compras, licitações e contratos com os sistemas de controle de estoques e de contabilidade.

Art. 34 Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais e/ou técnicos assim exigirem, bem como para manter o processo de melhoria contínua dos serviços públicos municipais.

Art. 35 Os termos contidos nesta Instrução Normativa, não eximem a observância das demais normas competentes, que devem ser respeitadas.

Art. 36 O descumprimento do disposto nesta Instrução Normativa poderá importar na aplicação de penalidades ao responsável, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais vigente, sem prejuízo de outras medidas legais.

Art. 37 É parte integrante desta Instrução Normativa o Anexo I - NOTIFICAÇÃO NA ENTREGA DE MERCADORIAS.

Art. 38 Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 39 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga, SC, 10 de outubro de 2018.

Nadir T. Etges

Coordenadora de Controle Interno

CPF 831.973.899-72 Matr. 1455/06

#### ANEXO I

Itapiranga, .....de ..... de .....

À

(Nome da empresa)

### NOTIFICAÇÃO NA ENTREGA DE MERCADORIAS

Fica essa empresa notificada, que no ato do recebimento das mercadorias decorrentes da Autorização de Fornecimento ....., e que foram acobertadas pela Nota Fiscal ..... , foi constatado divergências conforme segue:

☐ falta de mercadoria;

☐ mercadoria em desacordo com o pedido;

☐ mercadorias com avarias;

☐ outros;

(Especificar) .....

☐ dessa forma, firmamos o aceite parcial e estamos devolvendo as seguintes Mercadorias: .....  
.....

☐ dessa forma, estamos fazendo a devolução total das mercadorias, não sendo dado o aceite.

Fica fixado o prazo de \_\_\_\_\_ dias para sanar o vício do material, conforme contratado, fazendo a entrega dos produtos/materiais conforme contratado.

Nome e Assinatura do Responsável

Nome e Assinatura da Empresa

Representante/transportadora

# Itapoá

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 3790, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.

Publicação Nº 1772555

DECRETO MUNICIPAL Nº 3790, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.

Nomeia Chefe da Divisão de Protocolo Geral, do Órgão Tributário, da Secretaria Municipal da Fazenda.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor Fabiano Valore de Siqueira no cargo de Chefe da Divisão de Protocolo Geral, do Órgão Tributário, da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2018.

Itapoá (SC), 28 de setembro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

### ATA: 013/2018 - CMAS.

Publicação Nº 1772525

Ata: 013/2018,

Reunião: ORDINÁRIA,

Data: 02/10/2018,

Horário: 09h00

Local: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

Aos dois dias do mês de outubro de 2018, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, situado na Avenida das Nações Unidas, 340, Centro, Itapoá, às 09h00 foi efetuada a contagem dos presentes, não houve quórum. Em nova contagem realizada às 09h16 não houve quórum novamente, estando presentes os conselheiros: Eustáquio José Brand (Entidades – APAE), Ana Luiza Valente de Oliveira (Trabalhadores), Dilva Maria Laurindo (OAB). Conforme estipula o Regimento Interno do CMAS em seu art. 7º - O dia e horário das reuniões serão definidos pelo Conselho. Haverá tolerância de 15 (quinze) minutos para o estabelecimento do quorum da maioria ou 50% + 1 (cinquenta por cento mais um), respeitada rigorosamente a paridade. Não havendo quorum a reunião será suspensa e as entidades consideradas faltosas. Convoca-se extraordinária para o dia 09/10/2018. Justificativas de ausência: Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo (Entidades – ROSAMAR), Irene Demarchi (Usuários), Francisco de Assis Silva (Usuários), Cleide dos Santos Mazetti (SMS), Neusa Maria Gomes Lopes (SMTTC). Ausentes os conselheiros: Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo (Entidades – ROSAMAR), Cleide dos Santos Mazetti (SMS), Sulmária Maria da Silva (SMA), Neusa Maria Gomes Lopes (SMTTC). Assinam esta ata os presentes:

Ana Luiza Valente de Oliveira (Trabalhadores)
Eustáquio José Brand (Entidades - APAE)
Dilva Maria Laurindo (OAB)

### ATA: 014/2018 - CMAS.

Publicação Nº 1772527

Ata: 014/2018,

Reunião: EXTRAORDINÁRIA,

Data: 09/10/2018,

Horário: 09h00

Local: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

Aos nove dias do mês de outubro de 2018, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, situado na Avenida das Nações Unidas, 340, Centro, Itapoá, às 09h00 foi efetuada a contagem dos presentes, não houve quórum. Em nova contagem realizada às 09h10 houve quórum novamente, estando presentes os conselheiros: Eustáquio José Brand (Entidades – APAE), Simone de oliveira (SME), Neusa Maria Gomes Lopes (SMTTC), Dilva Maria Laurindo (OAB), Irene Demarchi (Usuários), Alexandre Ribeiro da Silva (SMAS), Ana Luiza Valente de Oliveira (Trabalhadores) e Célia Maria Konell (SMAS). Justificativas de ausência: Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo (Entidades – ROSAMAR). Ausentes os conselheiros: Francisco de Assis Silva (Usuários), Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo (Entidades – ROSAMAR), James Adriano M. Schmitz (Entidades - ROSAMAR), Edgar Uratã Dória (Entidades – APAE), Caroline Michely da Silva (Trabalhadores), Carlos Roberto Fogagnolo (OAB), Vania Cleusa Pinto da Silva (SME), Claudinete Rofalski (SMS), Cleide dos Santos Mazetti (SMS), Eliana Nehring Silveira Belo, Sulmária Maria da Silva, Claudio Roberson Lemonie (SMTTC). Dando início a reunião, a presidente dá boas vindas a todos e



informa que como de praxe a reunião será gravada. Em seguida, no expediente: Item 01. Of. CGP 205/2018 - sobre a indicação da Rosamar ao CMAS. Item 02. Of. Circular 005/2018/MDS/SNAS/DGSUAS/CGPVI - Censo Suas 2018. Item 03. E-mail de 28/09/2018 da gestão que trata sobre o Demonstrativo Sintético de Execução Físico-Financeira do exercício de 2017. Item 04. Decreto 3778 que alterou a titularidade da SME no CMAS. A seguir, na Pauta Deliberativa: Item 01. Censo SUAS 2018 - Questionário do Conselho e demais equipamentos. O questionário do conselho foi projetado em tela e as respostas foram conferidas e corrigidas, quando necessário, pelo Conselho. DEVE a S.E. providenciar o preenchimento no site do MDS. A conselheira Simone deverá fornecer o formulário de cadastro do MDS para a S.E.. Item 02.Co-financiamento do Estado. DELIBERADO pelo conselho a APROVAÇÃO do co-financiamento. Item 03. Votação para presidente. A S.E. esclarece que, conforme determinado no Reg. Int. do CMAS no Art. 3º, §5º: "O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social serão escolhidos pelos conselheiros, dentre os seus membros, por meio de votação, para mandato de um ano, permitida uma única recondução por igual período.". Ainda em mesmo artigo e parágrafo porém no inciso II assim está provisionado: "II - Fica assegurada, preferencialmente, em cada mandato, a alternância dos segmentos que compõem a sociedade civil no exercício da função de Presidente e de Vice-Presidente (§3º do RI do CNAS)". DEVE a S. E. reiterar a necessidade de indicação dos membros para a entidade ROSAMAR e da OAB. na continuidade, em Outros Assuntos: a) LC 070.2018, Art. 8º - Visão do TCE-SC. Relatou a presidente a sua reunião com o conselheiros Marcos André, do Tribunal de Contas do Estado. Na visão do Auditor, a cláusula que estabelece a necessidade de deliberação prévia com a entidade de representação é ilegal pois, na visão do Auditor, infere no funcionamento da entidade, porém, cada entidade que se sentir prejudicada é quem deverá fazer as ações cabíveis. Nos demais pontos o Auditor não reconheceu ilegalidade dos outros pontos da referida lei. Questionada pelo conselho, a presidente relatou a não existência de parecer formal (por escrito). O conselheiro Eustáquio contradiu a interpretação da Lei. Conforme a informação trazida pela presidente. Não há ações adicionais a serem tomadas pelo conselho. DEVE a Secretaria Executiva formalizar consulta por escrito ao Auditor do Tribunal de Contas. b) .PPP - Plano Político Pedagógico e Regimento Interno do Abrigo Institucional Recanto Feliz. Reunião marcada para 22/08/2018 foi cancelada pela presidência. Ações continuam inertes. DEVE a S.E encaminhar o PPP para o novo titular da SME. c) Plano de Ação 2018. Mantém-se a inércia com relação ao item k da ordinária de agosto de 2018. d) Solicitação de Registro da Entidade Pastoral encontra-se pendente. Deve ser encaminhado para a Comissão Permanente (não formada). Nada mais havendo a ser tratado. Encerra-se a reunião às 10h59. Assinam esta ata os presentes:

Eustáquio José Brand (Entidades - APAE)
Ana Luiza Valente de Oliveira (Trabalhadores)
Dilva Maria Laurindo (OAB)
Irene Demarchi (Usuários)
Alexandre Ribeiro da Silva (SMAS)
Célia Maria Konell (SMAS)
Simone de Oliveira (SME)
Vania Cleusa Pinto da Silva (SME)
Neusa Maria Gomes Lopes (SMTC)

## DECRETO MUNICIPAL Nº 3791, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1772685

DECRETO MUNICIPAL Nº 3791, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 43, inciso III da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 5º da Lei Municipal nº 754, de 11 de dezembro de 2017 - LOA – 2018 e Lei Municipal nº 806, de 24 de setembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação, perfazendo o montante de R\$12.890,00 (doze mil e oitocentos e noventa reais) conforme segue:

Anulações:

### 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001 Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0243.0005.2124 Manutenção do Abrigo Provisório Recanto Feliz

33390 Aplicações Diretas (458) FR 3000000 ..... R\$10.000,00

### 08 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

001 Departamento de Esportes

0027.0812.0016.2035 Incentivo ao Esporte Amador e Profissional

34490 Aplicações Diretas (222) FR 10000 ..... R\$990,00

### 08 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

001 Departamento de Lazer

0027.0813.0016.1013 Projeto Verão

33390 Aplicações Diretas (84) FR 10000 ..... R\$1.500,00

### 08 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

001 Departamento de Lazer

0027.0813.0016.2154 Gincana Esportiva, de Lazer e Cultural Aniversário de Itapoá

33390 Aplicações Diretas (58) FR 10000 ..... R\$400,00



TOTAL DAS ANULAÇÕES ..... R\$12.890,00

Suplementações:

15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001 Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0244.0005.2122 Manutenção do Fmas

33390 Aplicações Diretas (573) FR 3000000 ..... R\$10.000,00

08 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

001 Departamento de Lazer

0027.0812.0016.2033 Realização e Apoio a Eventos Esportivos

33390 Aplicações Diretas (67) FR 10000 ..... R\$2.890,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$12.890,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de outubro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA

## **DECRETO MUNICIPAL Nº 3792, DE 01 DE SETEMBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772557

DECRETO MUNICIPAL Nº 3792, DE 01 DE SETEMBRO DE 2018.

Altera o Decreto Municipal nº 3566, de 17 de abril de 2018, que nomeia Membros do Conselho Municipal de Saúde para Biênio de 2018-2019.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado item 1 da alínea "c", do inciso II, do artigo 1º do Decreto Municipal nº 3566/2018 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ...

...

III - representantes dos prestadores de serviços:

...

c) Serrana Engenharia Ltda. – Surbi:

1. Tiago Svihgun Titular; (NR)

...

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de setembro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

## **DECRETO MUNICIPAL Nº 3793, DE 01 DE SETEMBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772562

DECRETO MUNICIPAL Nº 3793, DE 01 DE SETEMBRO DE 2018.

Altera o Decreto Municipal nº 3084, de 07 de fevereiro de 2017, que nomeia membros do Comitê Municipal de Mobilização e Prevenção no Controle a Dengue do município de Itapoá – SC, para o biênio 2017/2019.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso XII do artigo 1º do Decreto Municipal nº 3084/2017 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ...

...

XII - Tiago Svihgun – Titular – Concessionária de Coleta de Lixo; (NR)  
Said Addallah Junior – Suplente – Concessionária de Coleta de Lixo. (NR)

...

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Itapoá (SC), 01 de setembro de 2018.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
CHEFE DE GABINETE

## **DECRETO MUNICIPAL Nº 3794, DE 01 OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772567

DECRETO MUNICIPAL Nº 3794, DE 01 OUTUBRO DE 2018.

Homologa a Resolução nº 003/2018 do Conselho Municipal do Idoso de Itapoá, do dia 24 de setembro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 003/2018, do Conselho Municipal de Idoso de Itapoá, do dia 24 de setembro de 2018, que dispõe sobre a convocação da II Conferência Municipal dos Diretos da Pessoa Idosa, anexa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de outubro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER  
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
CHEFE DE GABINETE

## **DECRETO MUNICIPAL Nº 3795, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772578

DECRETO MUNICIPAL Nº 3795, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar proveniente de excesso de arrecadação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 41 inciso I e artigo 43 inciso II da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e inciso IV do artigo 6º da Lei Municipal nº 754, de 11 de dezembro de 2017 - LOA/2018,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar, proveniente de excesso de arrecadação, vínculo 2670100, perfazendo o montante de R\$70.200,00 (setenta mil e duzentos reais) conforme segue:

Suplementação:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

001 Fundo Municipal de Saúde

0010.0301.0013.2113 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde da Família.

34490 Aplicações Diretas (335) FR 02670100 ..... R\$70.200,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$70.200,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de outubro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER  
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3798, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772696

DECRETO MUNICIPAL Nº 3798, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

Altera o Decreto Municipal nº 3229, de 25 de maio de 2017, que nomeia Conselho Municipal do Idoso CMI, para o biênio de 2017-2019.  
MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º Fica acrescida a alínea "f", com os itens 1 e 2, no inciso II do artigo 1º do Decreto Municipal nº 3229/2017, que passam a vigorar com a seguinte redação:

...

II - representantes não governamentais:

...

f) Associação dos Moradores do Balneário Rainha e Adjacentes - AMBRA:

1. – Pedrolino Pires Neves Titular;

2. - Suplente.

...

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 03 de outubro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3799, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772630

DECRETO MUNICIPAL Nº 3799, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares provenientes de operações de crédito.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com os artigo 41 inciso II e artigo 43 inciso IV da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 5º da Lei Municipal nº 754, de 11 de dezembro de 2017 - LOA/2018,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares, provenientes de operações de crédito, perfazendo o montante de R\$2.898.000,00 (dois milhões, oitocentos e noventa e oito mil reais) conforme segue:

Suplementações:

## 11 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

001 Departamento de Obras

0015.0451.0009.2077 Aquisição e Manutenção de Veículos, Maquinários e Equipamentos

34490 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos (593)

Operações de Crédito Banco do Brasil FR 01830200 ..... R\$2.898.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$2.898.000,00

Art. 2º Serviram como recursos para abertura do crédito de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da operação de crédito autorizada pela Lei nº 770, de 09 de abril de 2018.

§1º Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 08 de outubro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 40/2018 PROFESSORES ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT)**

Publicação Nº 1772447

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 40/2018**  
**Professores Admitidos em Caráter Temporário (ACT)**

Fixa data e estabelece as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo de Profissionais da Educação Admitidos em Caráter Temporário (ACT) de vagas vinculadas para o ano letivo de 2019.

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 do Capítulo V, da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público, pelo presente Edital, as normas do procedimento que nortearão o Processo Seletivo de Profissionais da Educação Admitidos em Caráter Temporário (ACT) em vagas VINCULADAS, para complementação do quadro de professores e especialistas para atuarem nas escolas de Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá, num período compreendido entre 01/02/2019 a 15/12/2019.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidato para ser contratado, em vaga vinculada, de caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais da Rede Municipal de Ensino de Itapoá;

1.2 - Os candidatos deverão atender as atribuições contidas no capítulo V da Lei Municipal nº 075/2001;

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são:

a) ter aptidão física e mental, comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho custeado pelo próprio candidato;

b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;

1.4 - Retribuição Mensal para habilitado: R\$ 2.859,31 (Dois mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e um centavos), para 40 horas semanais;

1.5 - O contratado fará jus:

a) Ao vale-transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade por meio de comprovante de residência e não utilize veículo próprio;

b) Ao auxílio-alimentação no valor de R\$ 426,76 (Quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e seis centavos);

c) Férias e 13º salários proporcionais;

1.6 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e Leis Municipais nº 075/2001, 155/2003 e 044/2014;

1.7 - Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente pela equipe gestora, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme parágrafo único do artigo 10, da Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

**2. DAS INSCRIÇÕES:**

2.1 - As inscrições estarão abertas conforme especificado abaixo:

Abertura das inscrições: dia 14 (quatorze) de novembro (4ª feira) a partir das 13 horas;

Encerramento das inscrições: dia 22 (vinte e dois) de novembro de 2018 as 16 horas;

Local: Secretaria Municipal de Educação, Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, nº 430, Centro, município de Itapoá, das 08h00 às 16h00. Não fecha para o almoço.

2.2 - O candidato(a) poderá inscrever-se em 01 (uma) ou até 02 (duas) áreas em que tenha habilitação;

2.3 - Áreas de inscrição:

a. Especialistas: Supervisão, Orientação, Administração;
b. Educação Infantil;
c. Anos Iniciais / 1º ao 5º ano;
d. Professor: Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, História, Geografia, Ciências, Arte, Educação Física, Ensino Religioso;
e. Professor Auxiliar de Turma;
f. Professor Interpretre/Tradutor de Libras/Língua Portuguesa;
g. Professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE);

**3. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:**

3.1 - Para a inscrição, o candidato(a) deverá autenticar os documentos de Identidade (RG), CPF, Diploma de Graduação, Histórico Escolar, Certidão de Conclusão de Graduação, carteira do CREFI (professor de Educação Física), certificados de capacitação (para professor inscrito nas letras "e,f,g" do item 2.3), Carteiras de Trabalho e Certidões e/ou Declarações de Tempo de Serviço na Secretaria Municipal de Educação, mediante apresentação dos originais e cópias, de 08 (oito) a 14 (quatorze) de novembro de 2018, sendo:

DIAS E HORÁRIOS para conferência dos documentos:

1º dia - 08 de novembro de 2018 (5ª feira) das 8:30 as 16:00 horas

2º dia - 09 de novembro de 2018 (6ª feira) das 8:30 as 16:00 horas

3º dia - 12 de novembro de 2018 (2ª feira) das 8:30 as 16:00 horas

4º dia - 13 de novembro de 2018 (3ª feira) das 8:30 as 16:00 horas

5º dia - 14 de novembro de 2018 (4ª feira) das 8:30 as 12:00 horas

3.1.2 - O candidato(a) inscrito deverá apresentar os documentos abaixo especificados, entregues em ENVELOPE IDENTIFICADO, LACRADO, contendo todos os documentos solicitados na ordem descrita abaixo, e já autenticados, acompanhado da ficha de inscrição fixada por fora do envelope;

**3.2 - Documentos Obrigatórios para ESPECIALISTA:**

a. Cédula de identidade e CPF;
b. Diploma e Histórico Escolar do Curso de Graduação, para habilitados que tenham concluído o curso superior na área há mais de 180 (cento e oitenta) dias;
c. Histórico Escolar e Certidão de Conclusão de Curso de Graduação, para os habilitados que tenham concluído curso na área até 180 (cento e oitenta) dias.
d. Experiência de, no mínimo, 2 (dois) anos como especialista na área da educação.

**3.3 - Documentos Obrigatórios para Professores de EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS:**

a. Cédula de identidade e CPF;
b. Diploma e Histórico Escolar do Curso de Graduação, para os habilitados que tenham concluído o curso superior na área há mais de 180 (cento e oitenta) dias;
c. Histórico Escolar e Certidão de Conclusão de Curso de Graduação, para os habilitados que tenham concluído curso na área até 180 (cento e oitenta) dias;
d. Carteira do CREFI (Conselho Regional de Educação Física), para os inscritos em Educação Física, habilitados.

**3.4 - Documentos Obrigatórios para PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA**

a) Cédula de identidade e CPF;
b) Diploma de Licenciatura em Educação Especial;
c) Diploma de Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com especialização em Educação Especial ou especialização em Psicopedagogia;
d) Diploma de Pedagogia ou Normal Superior, o comprovante de experiência na área de Educação Especial, emitida por órgão oficial com data e assinatura, e/ou Certificado de Formação Continuada na área de Educação Especial, com no mínimo 80 horas, nos últimos 05 anos, de acordo com art. 1º da Lei Municipal nº 713/2017.

**3.5 - Documentos obrigatórios PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE**

e. Cédula de identidade e CPF;
f. Diploma e histórico de Licenciatura em Educação Especial;
g. Diploma em Pedagogia e especialização em AEE ou especialização em Educação Especial ou especialização em Psicopedagogia;
h. Diploma em Pedagogia e experiência, no mínimo 6 meses, na área de AEE/Educação Especial ou certificado de formação continuada em AEE/Educação Especial, com no mínimo 80 horas, nos últimos 05 anos, de acordo com art. 1º da Lei Municipal nº 713/2017.

**3.6 - Documentos Obrigatórios para INTÉRPRETE/TRADUTOR DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA**

a. Cédula de identidade e CPF;
b. Ser ouvinte e ter domínio e fluência em Libras a ser comprovada por meio de declaração;
c. Diploma de Pedagogia Bilíngue: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua;
d. Diploma de Pedagogia com especialização em Tradutor/Intérprete em Libras/Língua Portuguesa ou Certificação do ProLibras;
e. Diploma de Pedagogia e experiência, no mínimo 6 meses, na área de Intérprete e/ou Certificado de Formação em curso de no mínimo 80 horas em Intérprete/ tradutor em LIBRAS; nos últimos 05 anos, de acordo com art. 1º da Lei Municipal nº 713/2017.

**3.7 - Documentos Opcionais:**

a- Atestado e/ou Declaração de Tempo de Serviço atualizado na área de atuação;
b. Certidão de nascimento de filhos (para desempate).

3.8 - A falta de qualquer das informações citadas nos itens 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6 de acordo com a área de inscrição, implicará na nulidade da inscrição;

3.9 - O atestado ou Declaração de Tempo de Serviço, e/ou a Carteira de Trabalho deverá ser cópia conferida com o original, constando obrigatoriamente o período trabalhado, expresso em início e término da portaria ou do contrato administrativo, citando dia, mês e ano do início e dia mês e ano do término de cada portaria ou contrato, observando o prazo final em 09/11/2018;

3.10 - A falta de qualquer informação relacionada no item 3.9 implicará no cancelamento do documento apresentado para contagem de tempo de serviço;

3.11 - O Atestado ou Declaração de tempo de serviço no magistério, expresso em anos, meses e dias deverá ser expedido pelos órgãos competentes, datado e assinado pelo responsável, não sendo computado tempo de serviço paralelo;

3.12 - São considerados órgãos competentes:

- a) Departamento de Recursos Humanos do Município, quando se tratar de magistério público municipal;
- b) Unidade Escolar, quando se tratar de magistério público estadual de Santa Catarina,;
- c) Unidade Escolar, quando se tratar de magistério público de outros estados;
- d) Setor de recursos humanos do órgão Federal ou de unidade escolar, quando se tratar de magistério público Federal ou Particular, respectivamente.

3.13 - O atestado de tempo de serviço para professores e especialistas já aposentados contará a partir da data de homologação da aposentadoria, não sendo considerado o período de trabalho anterior à aposentadoria.

3.14 - A falta da juntada da Portaria de Homologação da Aposentadoria ou a omissão da informação relacionada no item 3.9 implicará na desconsideração do documento apresentado para contagem de tempo de serviço;



#### 4. CLASSIFICAÇÃO:

4.1 - A Classificação acontecerá de acordo com a somatória de pontos obtidos no cômputo do Tempo de Serviço na área de atuação apresentado e os critérios estabelecidos para cada área;

4.2 - Critérios de Classificação para ESPECIALISTAS (nível 2.3. "a"):

- a) Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em administração, orientação ou supervisão de acordo com a área que pretende atuar;
- b) Pedagogia ou Normal Superior com curso de especialização em administração, orientação educacional ou supervisão de acordo com a área que pretende atuar;

c) Tempo de serviço como especialista;

4.3 - A classificação para PROFESSORES (níveis 2.3. "b" até 2.3."d") ocorrerá da seguinte forma:

- a) Habilitação de licenciatura plena na área que pretende atuar;
- b) Tempo de serviço na área que pretende atuar;

4.4 - A classificação para PROFESSORES (níveis 2.3. "e" até 2.3."g") ocorrerá da seguinte forma:

- a) Habilitação de licenciatura plena na área que pretende atuar;
- b) Tempo de serviço na área do magistério;

4.5 - Não caberá ao candidato classificado a escolha de vaga, ficando a critério da equipe da Secretaria Municipal de Educação.

4.6 - A contagem dos pontos obedecerá aos seguintes critérios para Especialistas (3.2):

- a) Não será considerada fração para pontuação de tempo de serviço;
- b) Para cada mês de tempo de serviço como especialista (administração, supervisão ou orientação) computar-se-á 01 (um) ponto;

4.7 - A contagem dos pontos obedecerá aos seguintes critérios para Professores (3.3)

- a) Não será considerada fração para pontuação de tempo de serviço;
  - b) Para cada mês de tempo de serviço no magistério computar-se-á 01 (um) ponto;
- 4.8 - A contagem dos pontos obedecerá aos seguintes critérios para Professores (3.4 - 3.5 e 3.6)
- a) Não será considerada fração para pontuação de tempo de serviço;
  - b) Para cada mês de tempo de serviço no magistério computar-se-á 01 (um) ponto;

#### 5. - CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1- Para os classificados:

- a) Maior tempo de experiência;
- b) Maior número de dependentes;
- c) Maior idade.

#### 6. - DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 - A listagem classificatória será publicada no site da Prefeitura [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) e será afixada na Secretaria Municipal de Educação no dia 10 de dezembro de 2018 (2ª feira), a partir das 13h00.

#### 7. - DA RECONSIDERAÇÃO (Recursos)

7.1 - A contar da publicação da classificação, o candidato terá 02 (dois) dias úteis, 11 e 12/12/2018, para solicitar reconsideração, junto a Secretaria Municipal de Educação;

7.2 - A reconsideração somente será analisada com base na documentação apresentada na data da inscrição, não sendo aceita a inclusão de nova documentação;

7.3 - No dia 14 de dezembro de 2018 (6ª feira), às 13h00, será publicada no site da prefeitura [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) a classificação final com as reconsiderações, se houverem.

#### 8. DAS VAGAS EM GERAL

8.1 - Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- 8.1.1- Não responderem à Convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoa, no prazo de dois dias úteis;
- 8.1.2- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria de Educação;
- 8.1.3- Não aceitarem a vaga oferecida;
- 8.1.4- Desistirem da vaga;
- 8.1.5- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

8.2 - Ao candidato que se inscrever em mais de uma área, após assumir uma das vagas, não poderá desistir desta para assumir outra vaga de sua classificação;

8.2.1 - Ao candidato que se inscrever em mais de uma área, após assumir uma das vagas com 10, 20 ou 30 horas semanais, poderá assumir outra vaga de sua classificação, desde que haja compatibilidade de cargo, carga horária, regime de trabalho e turno de funcionamento das escolas;

8.3 - Na hipótese de abrir vaga no decorrer do ano letivo e não havendo candidato classificado no processo seletivo a admissão ocorrerá por novo edital publicado pela Secretaria de Educação;

8.4 - Os candidatos que participarem e forem classificados do processo seletivo na disciplina que não houver momentaneamente disponibilidade de vagas, aguardarão a consequente abertura das vagas, e o respectivo chamamento na época própria.

## 9 - DO QUADRO DE VAGAS

9.1 - O QUADRO DE VAGAS será publicado no site da Prefeitura Municipal de Itapoá [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) e afixado na Secretaria Municipal de Educação, no dia 03/01/2019 (5ª feira), às 08h:00 lembrando que no período de inscrição todas as vagas serão consideradas RESERVAS TÉCNICAS, de acordo com o artigo 2º, inciso VIII, Lei 016/2007;

9.1.1 - As vagas relacionadas no Quadro de Vagas referem-se às vagas vinculadas, podendo, contudo, surgirem outras vagas, sendo excedentes, para atender demanda de matrícula imprevista na Rede Pública Municipal durante o ano letivo, (inciso III art. 36, LMC nº 75/2001 de 24/12/2001).

9.2 - A chamada com o Termo de Convocação para o preenchimento da vaga e o informe da unidade a qual o candidato atuará ocorrerá a partir do dia 10/01/2019 (5ª feira), a partir das 8h:00, conforme e-mail do Departamento Pedagógico e Administrativo, convocação no site da Prefeitura Municipal de Itapoá [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) e distribuição feita durante a convocação num prazo de 02 (dois) dias úteis para o candidato se apresentar;

9.3 - As vagas serão oferecidas em:

- a) Módulo de 20 ou 40 horas semanais para área de Especialista;
- b) Módulos de 20 ou 40 horas semanais para áreas de Anos Iniciais, Professor Auxiliar de Turma, Professor Interpretre/Tradutor de Libras/Língua Portuguesa e o professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- c) Módulos de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais para áreas de Anos Finais e Educação Infantil;

9.4 - Os candidatos ao assumirem as vagas de Creches, Professor Auxiliar de Turma, Professor Interpretre/Tradutor de Libras/Língua Portuguesa e o Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), estarão sujeitos às regras e normas estabelecidas para o segmento;

## 10 - CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

10.1 - No ato da admissão o candidato deverá apresentar, em um prazo de até 3 (três) dias úteis, cópia dos documentos abaixo relacionados ao setor de Recursos Humanos:

Uma Foto 3x4 (recente);
Cédula de identidade – RG (cópia e original)
Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia e original);
Título de eleitor (cópia e original);
Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
Comprovante Quitação Militar – carteira de reservista (cópia e original);
Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão);
Número do PIS / PASEP;
Certidão de nascimento ou casamento (cópia e original);
Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo (cópia e original);
Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);
Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
Declaração de IRRF (imposto de renda);
Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);
Declaração de não ter sofrido Processo Disciplinar (prefeitura fornece);
Declaração de Bens e ou IRRF (prefeitura fornece);
Certidão de antecedentes criminais federal, estadual e municipal, atual (original);
Registro no órgão de classe atualizado (quando o cargo requerer);
Certidão de regularização do CPF (internet);
Declaração de Qualificação Social (Site – <a href="http://consultacadastral.inss.gov.br">consultacadastral.inss.gov.br</a> )
Tipagem sanguínea – Exame, carteira de doador ou declaração;
Laudo Médico;
Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá.
Comprovante escolaridade exigido edital para cargo (Diploma e histórico escolar) cópia e original
Demais documentos solicitados pelo setor de RH.

## 11 – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

11.1 - A inscrição deverá ser realizada pelo próprio candidato, ou por meio de procuração simples por meio do preenchimento de ficha própria à disposição do candidato na Secretaria Municipal de Educação, na Rua 1590, nº 430, Centro, em Itapoá e em anexo a este edital disponível no Site da Prefeitura Municipal de Itapoá (<http://www.itapoa.sc.gov.br>);

11.2 - A inscrição do candidato implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Permanente do Enquadramento de Cargos e Salários da Secretaria Municipal de Educação.

11.3 - O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após o envio, responsável pela mesma;



11.4 - O candidato que, no ato da inscrição ou admissão, prestar declarações falsas ou inexatas, ou apresentar documentos adulterados ou falsos, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes;

11.5 - A análise do tempo de serviço e demais documentos para contagem de pontos será realizado pela Comissão Permanente do Enquadramento de Cargos e Salários da Secretaria Municipal de Educação.

11.6 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria de Educação.

Itapoá, 11 de outubro de 2018.

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO  
Secretária Municipal de Educação

#### ANEXO I

#### FICHA DE INSCRIÇÃO Edital \_\_\_\_/ACTs – 2019

Nome: \_\_\_\_\_  
Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Email: \_\_\_\_\_  
Formação Profissional: \_\_\_\_\_  
Rua: \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Tel. Res.: ( ) \_\_\_\_\_ Tel. Celular: ( ) \_\_\_\_\_

#### Área de Inscrição:

- ( ) Educação Infantil  
( ) Anos Iniciais / 1º ao 5º ano  
( ) Professor de L. Portuguesa  
( ) Professor de Matemática  
( ) Professor de História  
( ) Professor de Geografia  
( ) Professor de Ciências  
( ) Professor de Artes  
( ) Professor de Inglês  
( ) Professor de Educ. Física  
( ) Professor de Ensino Religioso  
( ) Professor Auxiliar de Turma  
( ) Professor AEE  
( ) Professor de Libras  
( ) Especialistas: Administração  
( ) Especialistas: Supervisão  
( ) Especialistas: Orientação

\_\_\_\_\_, Itapoá, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018  
(Assinatura do candidato)

(X)	DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA:
( )	Cédula de identidade (RG);
( )	CPF;
( )	Certidão de nascimento dos filhos;
( )	Carteira do CREF/SC atualizada (Educação Física);
( )	Comprovante de escolaridade (Diploma e Histórico Escolar);
( )	Comprovante de escolaridade (certificado de conclusão e histórico escolar);
( )	Comprovante de, no mínimo, 2 anos de docência (especialista);
( )	Declaração de Tempo de Serviço atualizado;

PARA USO EXCLUSIVO DA SME:			
Área Inscrição:	1ª opção:	2ª opção:	Total Pontos
Especialista:	( ) pontos	( ) pontos	( ) pontos
Professor Anos Iniciais:	( ) pontos	( ) pontos	( ) pontos
Professor Anos Finais:	( ) pontos	( ) pontos	( ) pontos
Professor Aux. Turma:	( ) pontos	( ) pontos	( ) pontos
Professor AEE:	( ) pontos	( ) pontos	( ) pontos
Professor LIBRAS:	( ) pontos	( ) pontos	( ) pontos
Total de Pontos:	( ) pontos	( ) pontos	( ) pontos

**ERRATA À TOMADA DE PREÇO Nº 14/2018**

Publicação Nº 1772478

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA À TOMADA DE PREÇO Nº 14/2018 - PROCESSO Nº 90/2018

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS

DATA: 23 de agosto de 2018. HORÁRIO: 14h:30min (abertura)

OBJETO: Contratação de empresas especializadas para: a) elaboração de estudo de modelagem computacional de estabilidade costeira e controle de vazão juntamente com os projetos executivos de engenharia para implantação de estruturas de fixação e proteção da barra do Rio Saí-mirim e b) elaboração do Estudo Ambiental Simplificado (EAS) para dragagem e obras de fixação da barra do Rio Saí-mirim, conforme Termos de Referência e demais especificações constantes no Edital e seus Anexos.

O Município de Itapoá torna públicas, as alterações promovidas no edital em epígrafe, em virtude das solicitações de esclarecimento protocoladas sob o nº 6653/2018, pela empresa ATLÂNTICO SUL CONSULTORIA E PROJETOS S/S LTDA, CNPJ/MF: 22.119.158/0001-18, sob o nº 6738/2018, pela empresa CONSTRUTORA AJM LTDA EPP, CNPJ/MF: 04.991.446/0001-86, sob o nº 6743/2018, sob o nº 6764/2018, pela empresa OAP CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, CNPJ/MF: 00.958.096/0001-03 e impugnação protocolada sob o nº 6744/2018, pela empresa ATLÂNTICO SUL CONSULTORIA E PROJETOS S/S LTDA, CNPJ/MF: 22.119.158/0001-18:

ONDE CONSTA: 7. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 1):

(...)

7.6.4. Qualificação Técnica - Item 1:

7.6.4.1. Certidão atualizada de registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, com indicação dos seguintes responsáveis técnicos: Engenheiro Civil e Arquiteto Urbanista.

7.6.4.1.1. Quando a Empresa Licitante for de outro Estado, deverá obrigatoriamente apresentar, depois de declarada vencedora, o visto para licitar no CREA/SC ou CAU/SC, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

7.6.4.2. Prova do registro profissional dos responsáveis técnicos indicados no item 7.6.4.1. nos respectivos Conselhos de Classe Profissional.

7.6.4.3. Comprovação de que os responsáveis técnicos integram o quadro permanente da proponente, na data prevista para entrega dos invólucros, que deverá ser feito mediante a apresentação de:

a) Carteira de Trabalho, consistindo na apresentação das partes referentes à identificação do profissional e do contrato de trabalho, ou

b) Contrato de Prestação de Serviço, ou

c) Contrato Social;

7.6.4.3. Atestado(s) de Capacidade Técnica, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT, comprovando que a proponente tenha executado serviços de características compatíveis com o objeto dessa licitação, ou seja, estudos e projetos de engenharia costeira para implantação de estruturas de fixação do tipo guias correntes ou molhes e dragagens em barra ou foz de rios.

7.6.4.4. Atestado(s) de Capacidade Técnica, devidamente registrado no CREA e no CAU, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT, comprovando que os responsáveis técnicos do proponente tenham executado serviços de características compatíveis com o objeto dessa licitação, ou seja:

a) Estudos e projetos de engenharia costeira para implantação de estruturas de fixação do tipo guias correntes ou molhes e dragagens em barra ou foz de rios, e

b) Masterplan ou planos diretores para intervenções urbanísticas ou de áreas em zonas costeiras, parques, unidades de preservação ou proteção ambiental.

7.6.5. Qualificação Técnica - Item 2:

7.6.5.1. Certidão atualizada de registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou respectivo conselho de classe profissional, com indicação de no mínimo um dos seguintes responsáveis técnicos:

a) Biólogo, ou

b) Oceanógrafo, ou

c) Engenheiro Civil, ou

d) Engenheiro Ambiental

7.6.5.1.1. Quando a Empresa Licitante for de outro Estado, deverá obrigatoriamente apresentar, depois de declarada vencedora, o visto para licitar no CREA/SC ou respectivo conselho de classe profissional, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

7.6.5.2. Prova do registro profissional do responsável técnico indicado no item 7.6.5.1. no respectivo Conselho de Classe Profissional.

7.6.5.3. Comprovação de que o responsável técnico integra o quadro permanente da proponente, na data prevista para entrega dos invólucros, que deverá ser feito mediante a apresentação de:

a) Carteira de Trabalho, consistindo na apresentação das partes referentes à identificação do profissional e do contrato de trabalho, ou

b) Contrato de Prestação de Serviço, ou

c) Contrato Social;

7.6.5.4. Atestado(s) de Capacidade Técnica, devidamente registrado no CREA ou respectivo conselho de classe profissional, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT, comprovando que o proponente tenha executado serviços de características compatíveis com o objeto dessa licitação, ou seja, Estudos Ambientais Simplificados – EAS ou Estudos de Impacto Ambiental.

7.6.5.5. Atestado(s) de Capacidade Técnica, devidamente registrado no CREA ou respectivo conselho de classe profissional, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT, comprovando que o responsável técnico do proponente tenha executado serviços de características compatíveis com o objeto dessa licitação, ou seja, Estudos Ambientais Simplificados – EAS ou Estudos de Impacto Ambiental.

7.6.5.6. DECLARAÇÃO de disponibilidade de equipe técnica para a realização dos serviços composta por no mínimo: 1 Biólogo, 1 Engenheiro Civil ou Ambiental, 1 Oceanógrafo e 1 Geógrafo ou Geólogo.

PASSA A VIGORAR: 7. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 1):

(...)

**7.6.4. Qualificação Técnica - Item 1:**

7.6.4.1. Certidão atualizada de registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, com indicação dos seguintes responsáveis técnicos: Engenheiro Civil e/ou Arquiteto Urbanista.

7.6.4.1.1. Quando a Empresa Licitante for de outro Estado, deverá obrigatoriamente apresentar, depois de declarada vencedora, o registro da empresa no CREA/SC ou CAU/SC, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

7.6.4.2. Prova do registro profissional dos responsáveis técnicos indicados no item 7.6.4.1. nos respectivos Conselhos de Classe Profissional.

7.6.4.3. Comprovação de que os responsáveis técnicos integram o quadro permanente da proponente, na data prevista para entrega dos invólucros, que deverá ser feito mediante a apresentação de:

d) Carteira de Trabalho, consistindo na apresentação das partes referentes à identificação do profissional e do contrato de trabalho, ou

e) Contrato de Prestação de Serviço, ou

f) Contrato Social;

7.6.4.3. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a proponente tenha executado serviços de características compatíveis com o objeto dessa licitação, ou seja, estudos e projetos de engenharia costeira para implantação de estruturas de fixação do tipo guias correntes ou molhes em barras e foz de rios e dragagens em rios baías ou oceânicas.

7.6.4.4. Atestado(s) de Capacidade Técnica, devidamente registrado no CREA e/ou no CAU, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT, comprovando que os responsáveis técnicos do proponente tenham executado serviços de características compatíveis com o objeto dessa licitação, ou seja:

a) Estudos e projetos de engenharia costeira para implantação de estruturas de fixação do tipo guias correntes ou molhes em barras e foz de rios e dragagens em rios baías ou oceânicas.

**7.6.5. Qualificação Técnica - Item 2:**

7.6.5.1. Certidão atualizada de registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, respectivo conselho de classe profissional ou Associação Brasileira de Oceanografia, com indicação de no mínimo um dos seguintes responsáveis técnicos:

e) Biólogo, ou

f) Oceanógrafo, ou

g) Engenheiro Civil, ou

h) Engenheiro Ambiental

7.6.5.1.1. Quando a Empresa Licitante for de outro Estado, deverá obrigatoriamente apresentar, depois de declarada vencedora, o registro da empresa no CREA/SC ou respectivo conselho de classe profissional, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

7.6.5.2. Prova do registro profissional do responsável técnico indicado no item 7.6.5.1. no respectivo Conselho de Classe Profissional.

7.6.5.3. Comprovação de que o responsável técnico integra o quadro permanente da proponente, na data prevista para entrega dos invólucros, que deverá ser feito mediante a apresentação de:

d) Carteira de Trabalho, consistindo na apresentação das partes referentes à identificação do profissional e do contrato de trabalho, ou

e) Contrato de Prestação de Serviço, ou

f) Contrato Social;

7.6.5.4. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que o proponente tenha executado serviços de características compatíveis com o objeto dessa licitação, ou seja, Estudos Ambientais Simplificados – EAS ou Estudos de Impacto Ambiental.

7.6.5.5. Atestado(s) de Capacidade Técnica, devidamente registrado no CREA, respectivo conselho de classe profissional ou Associação Brasileira de Oceanografia, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT do CREA, CRBio ou órgão competente, comprovando que o responsável técnico do proponente tenha executado serviços de características compatíveis com o objeto dessa licitação, ou seja, Estudos Ambientais Simplificados – EAS ou Estudos de Impacto Ambiental.

7.6.5.6. DECLARAÇÃO de disponibilidade de equipe técnica para a realização dos serviços composta por no mínimo: 1 Biólogo, 1 Engenheiro Civil ou Ambiental, 1 Oceanógrafo e 1 Geógrafo ou Geólogo.

ALTERA-SE: Termo de Referência 1 – Projetos de Engenharia (Rio saí-mirim) e Termo de Referência 2 – EAS (Rio saí-mirim).

Conforme o Art. 21 § 4º da Lei nº 8.666/93, onde consta à DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES passará a data de 30/10/2018 mantendo-se s mesmos horários: até 14h:00m para recebimento de envelopes dos possíveis interessados em participar do certame, e às 14h:30m a Sessão Pública de abertura de envelopes.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 10 de outubro de 2018.

ANGELA MARIA PUERARI

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

JONECIR SOARES

SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PESCA

**EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2018**

Publicação Nº 1772410

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: CLEONICE DA SILVA MARIA, inscrita no CNPF sob o nº 062.365.759-75, CI.RG sob o nº 5.504.996-6 SSP/SC e DAP sob o nº SDW0062365759752407180208, residente e domiciliada à Estrada Geral Braço do Norte, s/nº, neste município de Itapoá/SC.

Licitação: DISPENSA Nº 03/2018 - PROCESSO Nº 30/2018.

Objeto: Aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, ano letivo de 2018.

VALOR R\$: 6.006,00 (seis mil e seis reais)

DATA DA ASSINATURA: 11/10/2018

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2018

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 11 de outubro de 2018.

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

**LEI MUNICIPAL Nº 808, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772650

LEI MUNICIPAL Nº 808, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial proveniente de anulação parcial de dotação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº 754, de 11 de dezembro de 2017 - LOA 2018, o Comando da Guarda Municipal, de acordo com a Lei Complementar nº 71, de 24 de julho de 2018, com a seguinte funcional programática:

Órgão: 23 Comando da Guarda Municipal-CGM

Unidade: 01 Comando da Guarda Municipal-CGM

Funcional/Programática: 0006.0181.0024.2235- Manutenção da Guarda Municipal

Aplicação Direta: 3319 – Pessoal e Encargos

Aplicação Direta: 3339 – Outros Serviços

Aplicação Direta: 3449 – Investimentos

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir na Lei Municipal nº 754/2017, crédito adicional especial, proveniente de anulação parcial de dotação, perfazendo o montante de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) conforme segue:

Anulação:

03 GABINETE DO PREFEITO

001 Gabinete do Prefeito

0004.0122.0002.2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito

33171 Transf consórcios públicos FR 30000 ..... R\$35.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$35.000,00

Suplementação:

23 Comando da Guarda Municipal-CGM

01 Comando da Guarda Municipal-CGM

0006.0181.0024.2235 – Manutenção da Guarda Municipal-CGM

33190-aplicações Diretas FR 30000 ..... R\$ 30.000,00

33390-Aplicações Diretas FR 30000 ..... R\$ 4.000,00

34490-Aplicações Diretas FR 30000 ..... R\$ 1.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$35.000,00

Art. 3º Fica autorizado a compatibilização do PPA - Plano Plurianual de Aplicação e LDO - Lei de Diretrizes orçamentária com as alterações decorrentes da presente lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 08 de outubro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

**LEI MUNICIPAL Nº 809, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772662

LEI MUNICIPAL Nº 809, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Denomina via pública como "Travessa General Osório", no município de Itapoá - SC.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada como "Travessa General Osório", a qual localiza-se em paralelo a Rua Cândido Lopes, rente a quadra 77 do lote 01 ao 17 na localidade do Balneário Saí Mirim, Bairro Barra do Saí.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itapoá (SC), 08 de outubro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

**LEI MUNICIPAL Nº 810, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772674

LEI MUNICIPAL Nº 810, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Autoriza o Poder Executivo a aderir ao Sistema Informatizado de Ouvidorias dos Entes Federados e-Ouv Municípios.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a aderir ao Sistema Informatizado de Ouvidorias dos Entes Federados - e-Ouv Municípios - com o intuito de oferecer plataforma web gratuita aos munícipes como canal de recebimento, análise e resposta às manifestações dos usuários de serviços públicos.

Parágrafo único. O e-Ouv Municípios guardará aderência às normas de tratamento de manifestações de ouvidoria vigentes, quanto a prazos, fluxos e tipologias.

Art. 2º Caberá ao município:

I - assinar e encaminhar ao Núcleo de Ações de Ouvidoria e Prevenção à Corrupção da Superintendência da Controladoria-Regional da União conforme termo de adesão oficial;

II - disponibilizar em suas páginas institucionais, em local de fácil acesso, o link e os banners digitais com identidade visual padrão oferecida pela Ouvidoria Geral da União;

III - divulgar e dar publicidade ao Sistema, bem como às formas de acesso a este pelos usuários;

IV - designar Administrador Local do Sistema, para fins de cadastramento e interlocução com a equipe de suporte;

V - receber, analisar e responder às manifestações recebidas por meio do canal e-Ouv Municípios;

VI - resguardar o sigilo da identidade dos manifestantes, nos termos do artigo 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, bem como demais informações sigilosas porventura inseridas no Sistema;

VII - informar aos Núcleos de Ações de Ouvidoria e Prevenção à Corrupção da Superintendência da Controladoria Regional da União nos estados acerca de qualquer incidente referente ao uso do Sistema e-Ouv Municípios;

VIII - prestar informações à Ouvidoria Geral da União a respeito dos seus dirigentes, ouvidores e outros agentes públicos responsáveis pelas atividades de ouvidoria no ente, bem como atualizar tais informações, quando necessário;

IX - integrar, quando necessário, o Sistema e-Ouv Municípios aos softwares que utiliza;

X - zelar pelo uso adequado do Sistema e-Ouv Municípios, comprometendo-se a utilizar os dados que lhe forem disponibilizados somente nas atividades que, em virtude de lei, lhe compete exercer; e,

XI - apurar o fato, no caso de uso indevido do Sistema e-Ouv Municípios, com vistas a eventual responsabilização administrativa e criminal.

§1º Caberá ao Administrador Local a manutenção de cadastro atualizado com os dados do órgão ou entidade usuário do Sistema, bem como o cadastramento dos demais agentes públicos que utilizem o Sistema na sua unidade.

§2º A alteração do Administrador Local do Sistema deverá ser comunicada à Ouvidoria Geral da União imediatamente após o ato de nova designação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 08 de outubro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

**RESOLUÇÃO DO CMI 003/2018.**

Publicação Nº 1772571

**RESOLUÇÃO DO CMI 003/2018**

Dispõe sobre a convocação da II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

O Presidente do Conselho Municipal do Idoso de Itapoá, no uso de suas atribuições legais conferidas pelas Leis Municipais 342 de 15 de julho de 2011 alterada pela 566 de 29 de abril de 2015 e a LM 500 de 18 de dezembro de 2013 em conjunto com o Poder Executivo,

Resolve:

Art. 1º Convocar a II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA com a atribuição de avaliar a situação da Pessoa Idosa no município de Itapoá e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

Art. 2º A II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA realizar-se-á na entidade Maria Isabel, bairro Itapema do Norte, no dia 25 de outubro de 2018.

Art. 3º A II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA terá como tema "OS DESAFIOS DE ENVELHECER NO SÉCULO XXI E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS".

Art. 4º A Comissão Organizadora coordenada pelo Enfermeira Cíntia Colotoni, ladeada pelos membros Carlos A. Zehder, Juliane Schuster e James Schmitz, com composição paritária dos representantes do Governo e da Sociedade Civil, será responsável pela organização da XI Conferência Nacional de Assistência Social.

Parágrafo único. Apoiará a organização da Conferência a Secretaria Municipal de Assistência Social – Órgão gestor do Fundo Municipal do idoso de Itapoá.

Itapoá, 24 de setembro de 2018.

Carlos A. Zehder  
Presidente do CMI.

□

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 022/2018 EDITAL 31/2017**

Publicação Nº 1772361

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 022/2018**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 31/2017 – Luiza Montalvão de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado à comparecer na Secretária de Educação no dia 15/10/2018, para distribuição de aula, que atuara nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

09H00MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
37	40h	Professor Aux. De Turma	Gislaine Martins Santos	18/10/2018	19/12/2018

De acordo com o item 8.1 do edital 031/2017:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 11 de outubro de 2018

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo  
Secretária de Educação

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 023/2018 EDITAL 31/2017**

Publicação Nº 1772371

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 023/2018**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 31/2017 – Luiza Montalvão de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado à comparecer na Secretária de Educação no dia 15/10/2018, para distribuição de



aula, que atuara nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

09H00MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
38	40h	Professor Aux. De Turma	Regina Gloria dos Santos Martins	18/10/2018	19/12/2018

De acordo com o item 8.1 do edital 031/2017:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 11 de outubro de 2018

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo  
Secretária de Educação

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 024/2018 EDITAL 31/2017

Publicação Nº 1772420

### TERMO CONVOCAÇÃO Nº 024/2018

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 31/2017 – Luiza Montalvão de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado à comparecer na Secretária de Educação no dia 16/10/2018, para distribuição de aula, que atuara nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

09H00MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
39	40h	Professor Aux. De Turma	Sirlete do Rocio Piazzetta	19/10/2018	19/12/2018

De acordo com o item 8.1 do edital 031/2017:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 11 de outubro de 2018

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo  
Secretária de Educação

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: EDITAL Nº 041/2018 - ORIENTADOR EDUCACIONAL

Publicação Nº 1772660

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 041/2018 – Admitidos em Caráter Temporário (ACT)

Fixa data e estabelece as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo de Profissionais da Educação Admitidos em Caráter Temporário (ACT) de vagas vinculadas e excedentes para o ano de 2018.

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público, pelo presente Edital, as normas do procedimento que nortearão o Processo Seletivo de Profissionais da Educação Admitidos em Caráter Temporário (ACT) para complementação do quadro de Orientador Educacional, para atuarem nas Escolas da Rede Municipal de Itapoá, para o ano letivo de 2018.

#### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para serem contratados, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais da Rede Municipal de Ensino de Itapoá;

1.2 Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/2001 nos anexos II e III e a Lei 384/2012;

1.3 As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental, comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho custeado pelo próprio candidato; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação.

1.4 - Retribuição Mensal para habilitado: R\$ 2.859,31 (Dois mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e um centavos), para 40 horas semanais;

1.5 O contratado fará jus:

· Ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade por meio de comprovante de residência e não utilize veículo próprio;

· A auxílio alimentação no valor de R\$ 426,76 (Quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e seis centavos);

· A férias e 13º salários proporcionais;

1.6 A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº 075/2001, 155/2003, 384/2012 e 044/2014.

1.7 Os contratados, durante a prestação de serviço temporária, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

## 2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1 As inscrições estarão abertas conforme especificado abaixo:

Data: 19 de outubro de 2018. (6º feira)

Local: Secretaria Municipal de Educação, Rua Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº1590, nº 430, Itapoá, das 8h00 às 14h00

## 3. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

3.1 Para realização da inscrição serão necessários os documentos abaixo especificados, entregues em envelope lacrado e identificado, contendo todos os documentos solicitados, juntamente com a ficha de inscrição.

### 3.2 Documentos Obrigatórios:

3.2.1 Para habilitados em Orientador educacional:

A - Cédula de identidade e CPF (cópia);
B - Diploma e histórico do Curso de graduação em licenciatura plena na área, para os habilitados que tenham concluído o curso superior na área a mais de 180 (cento e oitenta) dias (cópia autenticada);
C - Histórico Escolar e Certidão de Conclusão de Curso de graduação em licenciatura plena na área, para os habilitados que tenham concluído curso na área até 180 (cento e oitenta) dias (cópia autenticada);
D – Experiência de, no mínimo, 2 (dois) anos como docente.

### 3.3 Documentos Opcionais:

a. Certificados dos cursos de aperfeiçoamento ou especialização (cópia autenticada).
b. Atestado de Tempo de Serviço na área (original ou cópia autenticada).
c. Certidão de nascimento de filhos (para desempate).

3.4 A falta de qualquer das informações citadas nos itens 3.2 implicará na nulidade da inscrição;

3.5 Os cursos de especialização serão computados como horas de curso, independente do ano de conclusão, exceto o utilizado como habilitação;

3.6 Não serão computados os Cursos de aperfeiçoamento anteriores ao ano de 2014 e nem com carga horária inferior a 20 horas.

3.7 O atestado de tempo de serviço deverá ser original ou cópia autenticada, constando obrigatoriamente o período trabalhado, expresso em início e término da portaria ou do contrato administrativo, citando dia, mês e ano do início e dia mês e ano do término de cada portaria ou contrato;

3.7.1 A falta de qualquer informação relacionada no item 3.7 implicará na desconsideração do documento apresentado;

3.8 O Atestado de tempo de serviço no magistério, relacionado no item 3.7 deverá ser expedido pelos órgãos competentes, não sendo computado tempo de serviço paralelo;

3.8.1 São considerados órgãos competentes:

a) Departamento de Recursos Humanos do Município, quando se tratar de magistério público municipal;

b) Secretaria de Educação do Estado de origem, quando se tratar de magistério público estaduais ;

c) Setor de recursos humanos do órgão federal ou de unidade escolar, quando se tratar de magistério público Federal ou Particular, respectivamente;



3.9 O atestado de tempo de serviço para professores já aposentados contará a partir da data de homologação da aposentadoria, não sendo considerado o período de trabalho anterior à aposentadoria;

#### 4. CLASSIFICAÇÃO:

4.1 A Classificação acontecerá de acordo com a somatória de pontos obtidos no cômputo dos títulos apresentados e os critérios estabelecidos:

a. Orientador Educacional 4.2 A classificação para Orientador Educacional ocorrerá da seguinte forma:

- a) Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional;
- b) Pedagogia ou Normal Superior com curso de especialização em Orientação Educacional;
- c) tempo de serviço no magistério;
- d) Cursos de aperfeiçoamentos na área de atuação;

4.3 Não caberá ao candidato classificado a escolha de vagas, ficando a critério da equipe da Secretaria de Educação a distribuição das mesmas.

4.4 A contagem dos pontos obedecerá aos seguintes critérios:

- a) não será considerada fração para pontuação de tempo de serviço ou curso;
- b) para cada mês de tempo de serviço na área computar-se-á 01(um) ponto;
- c) para cada 20 (vinte) horas de curso de aperfeiçoamento frequentado na área que pretende atuar computar-se-á 01 (um) ponto.

#### 5. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1 Para os classificados:

- a) Maior número de dependentes.
- b) Maior idade.

#### 6. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 A listagem pré classificatória será afixada no site da Prefeitura (<http://www.itapoa.sc.gov.br>) no dia 22 de outubro de 2018.

#### 7. DA RECONSIDERAÇÃO (Recursos)

7.1 A contar da publicação da classificação, o candidato terá 01 (um) dia útil, 23/10/2018 para solicitar reconsideração, junto a Secretaria Municipal de Educação; (Das 8h00 às 14h00)

7.2 A reconsideração somente será analisada com base na documentação apresentada na data da inscrição, não sendo aceito a inclusão de nova documentação;

7.3 No dia 24/10/2018 (4ªfeira), será publicado a classificação final com as considerações, se houverem.

#### 8. DAS VAGAS EM GERAL

8.1 Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação, conforme o termo de convocação publicado no site da Prefeitura;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

8.2 Na hipótese de abrir vaga no decorrer do ano letivo e não havendo candidato classificado no processo seletivo a admissão ocorrerá por novo edital publicado pela Secretaria de Educação.

8.3 Os candidatos que participarem e forem classificados do processo seletivo, que não houver momentaneamente disponibilidade de vagas, aguardarão a consequente abertura das vagas, e o respectivo chamamento na época própria.

#### 9 – CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

9.1 No ato da admissão o candidato deverá apresentar, em um prazo de 3 (três) dias úteis, cópia dos documentos abaixo relacionados ao setor de Recursos Humanos:

a)	Foto recente 3x4 (uma);
b)	Cédula de identidade (RG);
c)	CPF e certidão de regularização do CPF;
d)	Título de eleitor e certidão de quitação eleitoral (emitido no site do TRE);
e)	Comprovante de quitação com as obrigações militares;
f)	Carteira de Trabalho e nº do PIS;
g)	Número do PIS / PASEP;
h)	Certidão de nascimento ou casamento;

i)	Comprovante de residência;
j)	Certidão de nascimento dos filhos;
k)	Carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
l)	Declaração de IRRF (imposto de renda);
m)	Declaração de bens (fornecido pelo RH);
n)	Declaração de dependentes;
o)	Declaração de não ter sofrido Processo Disciplinar (fornecido pelo RH);
p)	Declaração de dependentes para imposto de renda (fornecido pelo RH);
q)	Certidão negativa de antecedentes criminais federal e municipal, atual (original);
r)	Tipagem sanguínea;
s)	Laudo Médico;
t)	Comprovante de escolaridade (Diploma e histórico escolar)
u)	Demais documentos solicitados pelo setor de RH.

#### 10 – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

9.1 – A ficha de inscrição para preenchimento, ficará disponível na Secretaria Municipal de Educação, na Rua 1590, 430, Centro, em Itapoá e no Site da Prefeitura Municipal de Itapoá (<http://www.itapoa.sc.gov.br>).

9.2 – O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

9.3 – O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após a assinatura, responsável pela mesma.

9.4 – O candidato que, no ato da inscrição ou admissão, prestar declarações falsas ou inexatas, ou apresentar documentos adulterados ou falsos, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes.

9.5 – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 11 de outubro de 2018.

Luiza Montalvão de Oliveira Bongalhardo.  
Secretária de Educação

FICHA DE INSCRIÇÃO Edital 041/ACTs – 2018  
PROTOCOLO N.º \_\_\_\_\_/2018

Inscrição: PARA ATUAÇÃO em Orientação Educacional:

Nome: \_\_\_\_\_  
Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Formação Profissional: \_\_\_\_\_  
Rua: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Telefone residencial: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
Celular: \_\_\_\_\_

Itapoá, \_\_\_\_/10/2018

(Assinatura do candidato)

-----  
COMPROVANTE DE PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO:  
Edital nº 041 - Protocolo nº \_\_\_\_\_2018

Nome: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura SME) Itapoá, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018

# SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: EDITAL Nº 37/2018 - PROFESSOR DE 1º AO 3º ANO SÉRIES INICIAIS CLASSIFICAÇÃO FINAL

Publicação Nº 1772081

Inscrições DEFERIDAS – 09/10/2018

Edital 037/2018 - HABILITAÇÃO 1º AO 3º ANOS – SÉRIES INICIAIS

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Desempate	Total
1	SIRLENE TERE-SINHA ÁVILA ANTUNES	1º ao 3º ano - séries iniciais	0	217		217
2	JOSIANE LETICIA S. DE LIMA	1º ao 3º ano - séries iniciais	98	77		175
3	RIZOLENE FATIMA SANTANA SCHAUTZ SOUZA	1º ao 3º ano - séries iniciais	42	126		168
4	ANA PAULA LETICIA DOS SANTOS H. CARVALHO	1º ao 3º ano - séries iniciais	07	58		65
5	ROSELI FATIMA DA SILVA	1º ao 3º ano - séries iniciais	13	14		27
6	LIZIANE MARA DO NASCIMENTO	1º ao 3º ano - séries iniciais	16	0		16
7	ANGELA MARIA REIS	1º ao 3º ano - séries iniciais	0	13		13
8	PRICILA CHIARELLO ROCHA	1º ao 3º ano - séries iniciais	12	0		12
9	MARA CRISTINA DA SILVA	1º ao 3º ano - séries iniciais	0	0		0

# SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: EDITAL Nº 38/2018 - PROFESSOR DE CIÊNCIAS CLASSIFICAÇÃO FINAL

Publicação Nº 1772087

Edital 038/2018 - Matérias Específicas – CIÊNCIAS

Inscrições DEFERIDAS – 09/10/2018

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Desempate	Total
1	MARILENE LEMONY	CIÊNCIAS	63	23		86
2	PAULA REBOLA	ESTUDANTE 4º PERÍODO	0	115		115
3	VICTOR GIOVANI K. SLEZINSKI	ESTUDANTA 3º PERÍODO	0	0		0

Inscrições INDEFERIDAS – 09/10/2018

Ordem	Candidato	Protocolo	Base do indeferimento
1	SONIA APARECIDA DOS SANTOS	01	DESCUMPRIU O ITEM 4.3
2	RAYSSA DMEU DE ANDRADE	04	DESCUMPRIU O ITEM 4.3
3	SELMA CRISTINA G. LOURES	05	DESCUMPRIU O ITEM 3.2.1 LETRA B

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO

Secretária de Educação


**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 84/2018 - NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

Publicação Nº 1772436

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 84, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018  
NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Incisos II, III e IV da Lei Orgânica Municipal e Incisos, III e XXIII do Art. 39, e Art. 64 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC:

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeado o Vereador Geraldo Rene Behlau Weber - (PSDB), como parte integrante da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a partir de 10 de outubro de 2018, até 31 de dezembro 2018, devido a vacância do Cargo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Itapoá, em 10 de outubro de 2018.

José Antonio Stoklosa

Presidente [assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

**DESPACHO DECISÓRIO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018**

Publicação Nº 1772383

DESPACHO DECISÓRIO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 02 / 2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02 / 2018

ASSUNTO: HOMOLOGAÇÃO do resultado do Processo Licitatório nº 02/2018, do Pregão Presencial nº 02/2018.

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa para a prestação de serviço, com o fornecimento de mão de obra e material, para a pintura externa e interna da sede da Câmara Municipal de Itapoá, no prédio localizado na Rua Mariana Michels Borges, nº 1115, bairro Itapema do Norte - Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Anexo VI do Edital do Pregão Presencial nº 02/2018.

JOSÉ ANTÔNIO STOKLOSA, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais prevista no inciso II do art. 30 da Constituição Federal, bem como nos termos do art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá e do art. 39, inciso XXVIII do Regimento Interno, e para cumprir o disposto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal, com observância no disposto na Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto Legislativo nº 24, de 20 de março de 2013.

CONSIDERANDO, à vista dos elementos informativos constantes do presente processo licitatório, com destaque para a análise da Ata nº 01 (Sessão Pública) do Pregão Presencial nº 02/2018, e em especial, da decisão expedida através da Resposta ao Recurso Administrativo pelo Pregoeiro Oficial e pelo Procurador Jurídico DR. FRANCISCO XAVIER SOARES, devidamente RATIFICADO por mim em documento próprio, e em observância do Art. XXII, da Lei no 10.520/02, constata-se o regular procedimento de ADJUDICAÇÃO do objeto da licitação à empresa PINTURAS JJ ALMEIDA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 22.585.390/0001-41, que apresentou a segunda melhor proposta de preço, tendo em vista a desclassificação da empresa ASR CONSTRUTORA EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 27.383.455/0001-90 esta desclassificada pela não observância do item 6.6.5 do Edital do referido Pregão.

CONSIDERANDO, as análises do recurso e da contrarrazão protocolado e da resposta devidamente publicada e informada aos licitantes pelo pregoeiro, e todos esses documentos registrados como tempestivos e em conformidade com os prazos estabelecidos em Edital do Pregão Presencial nº 02/2018, constata-se que a Administração procedeu as devidas respostas administrativas e respeitou o direito de recurso de cada licitante, com observância dos prazos para cada fase do processo licitatório, e com respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência administrativa.

CONSIDERANDO, o interesse público na contratação, com destaque para a necessidade de limpeza e pintura interna e externa da sede da Câmara Municipal de Itapoá, conforme as informações dispostas no termo de referência do Pregão.

DECIDE, à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, da decisão pela ADJUDICAÇÃO realizado pelo Pregoeiro FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO, conforme informações dispostas na Ata do Pregão Presencial nº 02/2018, decido HOMOLOGAR a licitação para a aquisição do objeto de licitação da presente Licitação, no qual se sagrou vencedora a seguinte empresa, conforme tabelas abaixo:

Empresa vencedora	Valor Final Unitário Mensal
PINTURAS JJ ALMEIDA LTDA – ME CNPJ 22.585.390/0001-41	R\$ 55.300,00 (cinquenta e cinco mil e trezentos reais)

DESTACAR, que o valor estimado pelos orçamentos na formação de preço e pesquisa de mercado realizado previamente foi de R\$ 58.700,02 (cinquenta e oito mil e setecentos reais com dois centavos), e que com a realização do presente Pregão Presencial o valor total do lance vencedor foi de R\$ 55.300,00 (cinquenta e cinco mil e trezentos reais), o que proporcionou uma economia total de R\$ 3.400,02 (três mil e quatrocentos reais com dois centavos) ou 5,79% (cinco vírgula setenta e nove por cento) de redução de preço.

CONGRATULAR o Pregoeiro e a sua Equipe de Apoio pela economia alcançada, visto que o preço estimado já estava cotado de modo a proporcionar excelente economia para a administração, com a cotação e formação de preço de 3 (três) empresas do ramo de atividade de pintura e limpeza, e dos orçamentos apresentados pela AMUNESC. E que a Câmara Municipal garantirá a manutenção da sede da Câmara Municipal de Itapoá, com a contratação de empresa especializada em pintura, que possui os requisitos legais necessários (habilitação da licitação), e com preço compatível ao praticado no mercado. Conforme o Memorial Descritivo e a Proposta de Preço da empresa vencedora, verifica-se um preço que proporciona economicidade e que segue as especificações determinadas pela Administração, e que a contratação pública seguirá o estipulado na minuta de contrato, com a busca pela eficiência na execução dos serviços, para atender às disposições legais pertinentes. A obra está em conformidade com os parâmetros de engenharia do Memorial Descritivo, e por essas razões, atesta-se a contratação oportuna e que vai ao encontro das diretrizes de gestão estabelecidos pela atual Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itapoá, com observância dos princípios do Art. 37 da CF/88.

DETERMINAR as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa.

Itapoá, 11 de outubro de 2018.

José Antônio Stoklosa Presidente	Francisco Xavier Soares Filho Pregoeiro
-------------------------------------	--

## RESPOSTA AO RECURSO E CONTRARRAZÕES REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018

Publicação Nº 1772381

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2018

PROCESSO Nº 02/2018

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2018

RECORRENTE ASR CONSTRUTORA EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 27.383.455/0001-90, com recurso protocolado na Câmara Municipal e publicado no site da Casa às 12h02min do dia 04 de outubro de 2018, contra decisão do pregoeiro e empresa RECORRIDA PINTURAS JJ ALMEIDA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 22.585.390/0001-41.

CONTRARRAZÕES DO RECURSO DA RECORRIDA PINTURAS JJ ALMEIDA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 22.585.390/0001-41, protocolado na Câmara Municipal e publicado no site da Casa às 14h11min do dia 08 de outubro de 2018, com a apresentação explícita das contrarrazões ao recurso administrativo formulado pela RECORRENTE ASR CONSTRUTORA EIRELI ME.

**PRELIMINARMENTE**

O Pregoeiro da Câmara Municipal de Itapoá-SC, no exercício das suas atribuições regimentais designadas pela Portaria nº 54/2018, de 04 de junho de 2018, tendo em vista o princípio da legalidade, notadamente Decreto Legislativo nº 24/2013, de 20 de março de 2013, em que regulamenta a modalidade de licitação denominada Pregão Presencial no âmbito da Câmara Municipal de Itapoá, e por determinação legal definida pelo art. 4º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Art. 38, Inciso VIII, e dos Incisos I e II do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 123/2006, e principalmente do item nº 09, do Edital do Pregão Presencial nº 02/2018, em que detalha os procedimentos no qual o pregoeiro deverá agir diante da apresentação de recurso administrativo das empresas licitantes, apresenta, para os fins administrativos a que se destinam, as considerações e decisões acerca do Recurso interposto pela empresa RECORRENTE ASR CONSTRUTORA EIRELI ME, e das contrarrazões apresentadas pela empresa RECORRIDA PINTURAS JJ ALMEIDA LTDA – ME, em relação ao resultado da licitação na disputa pelo direito de celebrar o contrato de prestação de serviço do item único do objeto de licitação do Pregão Presencial nº 02/2018, em que busca a contratação de empresa para a prestação de serviço, com o fornecimento de mão de obra e material, para a pintura externa e interna da sede da Câmara Municipal de Itapoá, no prédio localizado na Rua Mariana Michels Borges, nº 1115, bairro Itapema do Norte - Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Anexo VI do Edital. Atesta-se que tanto o recurso, quanto as contrarrazões ao recurso, ambos foram protocolados de forma adequada e tempestivamente. Assim, confirma-se para os devidos fins, o conhecimento pela Administração do recurso administrativo, bem como a suspensão do andamento no processo licitatório até a manifestação expressa da Câmara Municipal sobre o resultado da análise do recurso da Recorrente e da Contrarrazão da Recorrida.

**1) DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO AO FINAL DE SESSÃO PÚBLICA PELA RECORRENTE**

O registro da Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial nº 02/2018 traz as seguintes informações:

“Após análise do pregoeiro, dos membros da equipe de apoio, e dos licitantes presentes, sobre a regularidade da documentação de habilitação da empresa PINTURAS JJ ALMEIDA LTDA – ME, atesta-se a conformidade com as disposições e determinações do Edital. Em negociação final entre pregoeiro e pelo representante credenciado da empresa PINTURAS JJ ALMEIDA LTDA – ME, foi encerrado o valor final para contratação em R\$ 55.300,00 (cinquenta e cinco mil e trezentos reais). O pregoeiro indagou aos representantes quanto ao registro de intenções de recurso, tendo a manifestação expressa do representante credenciado da empresa ASR CONSTRUTORA EIRELI – ME, Sr. ANDERSON SALES RICARDO, para interposição de recurso contra decisão do pregoeiro, em relação ao item 6.6.5, das exigências de 02 (dois) atestados de qualificação técnica, comprovando que o seu ramo de atividade é compatível com o objeto desta licitação, e que o licitante já executou ou forneceu de maneira satisfatória, a prestação de serviços conforme o item objeto do Edital de interesse de concorrência pelo licitante, em condições, qualidade, características e quantidades em conformidade com o Termo de Referência desta Licitação, em atestado emitido por órgão público e/ou privado de reconhecida idoneidade, e devidamente assinado pelo responsável de quem emitiu o atestado. O Sr. ANDERSON SALES RICARDO alegou que possui o atestado de qualificação técnica, mas por um equívoco no momento da inclusão dos documentos da habilitação no seu respectivo envelope, acabou trocando o documento de atestado de qualificação técnica. O Sr. ANDERSON SALES RICARDO também argumentou que seu outro documento de atestado de qualificação técnica consta com firma reconhecida em cartório, com data anterior ao presente Processo Licitatório, e que pede a revisão do ato do pregoeiro para ampliar a concorrência e obter a proposta mais vantajosa para o órgão licitante. O pregoeiro informou que é direito do licitante a apresentação de recurso, e que o mesmo terá prazo de até 48 h para protocolo do recurso na Câmara Municipal de Itapoá. E que na sequência, abrir-se-á igual prazo para as contrarrazões do licitante vencedor. Ambos os documentos serão devidamente publicados no site da Câmara Municipal de Itapoá, e encaminhados para análise da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Itapoá. E após análise do pregoeiro e do Procurador Jurídico, será publicado o resultado final da análise administrativa com a despacho final e fundamentado da presente licitação. Assim, o pregoeiro declarou como vencedor em sessão pública, o licitante PINTURAS JJ ALMEIDA LTDA – ME” (grifo nosso)

**2) DA ACEITABILIDADE DO REGISTRO DE MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO PELA RECORRENTE E DO PRAZO**

Cabe destacar o juízo de admissibilidade da intenção de recurso pelo pregoeiro ao final de Sessão Pública do Pregão Presencial nº 02/2018, da Sessão Pública realizada no dia 02 de outubro de 2018, quando a Recorrente manifestou intenção de interpor recurso administrativo, conforme registro da Ata da Sessão do Pregão. O Pregoeiro reconheceu na manifestação da empresa Recorrente os pressupostos recursais, ou seja, sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, abstendo-se de analisar, de antemão, o mérito do recurso, nos termos do art. 4º, incisos XVIII e XIX, da Lei nº 10.520/2002 e do item 9.1 do Edital do Processo Licitatório nº 02/2018.

Sobre o prazo de 3 (três) dias úteis, cuja contagem iniciou no dia útil subsequente ao da realização do pregão. A empresa recorrente ASR CONSTRUTORA EIRELI - ME protocolou o recurso no dia 04/10/18 para o referido Pregão. E a partir dessa data, a empresa vencedora da licitação PINTURAS JJ ALMEIDA LTDA – ME possui igual prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as contrarrazões, ou seja, a empresa poderia exercer esse direito até no prazo máximo do dia 09/10/18.

Sobre o aspecto legal do procedimento, destaque para o art. 9º, inciso XIX, do Decreto Legislativo Municipal nº 24/2013, que traz a explicação do procedimento e prazos para interposição de recursos administrativos, conforme segue:

Decreto Legislativo Municipal nº 24/2013, Art. 9º, XIX – a manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de três dias úteis, cuja contagem iniciará-se no dia útil subsequente ao da realização do pregão, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias úteis, que começarão a fluir no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos; (Grifo nosso).

No mais, os itens nº 9.1 e 9.2 do Edital do Pregão Presencial nº 01/2016, apresentam o seguinte procedimento:

9.1. Qualquer licitante, desde que motivadamente e ao final da sessão, após o Pregoeiro abrir o tempo para recursos, poderá manifestar a intenção de recorrer de atos do Pregoeiro, sendo suas justificativas aceitas, estas serão registradas resumidamente em ata e lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentar as contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A falta de manifestação importará a decadência do direito de recurso.

9.2. O recurso contra a decisão do Pregoeiro deverá ser apresentado em original, devidamente assinado pelo representante legal da empresa ou que possua poderes para tal, sob protocolo no Setor de protocolo da Câmara Municipal de Itapoá, e importará a invalidação apenas



dos atos insusceptíveis de aproveitamento, sendo adjudicado os itens não recorridos. (Grifo nosso).

Portanto, a partir do dia 10/10/18, conforme o Item 9.1 do Edital do Pregão Presencial nº 02/2018, o pregoeiro poderá apresentar manifestação sobre a ciência do recurso (juízo positivo de admissibilidade) e a decisão de manter, ou não, a decisão proferida na sessão pública do pregão no dia 02/10/18 para a empresa vencedora, conforme a Ata do Pregão.

### 3) DAS RAZÕES DO RECURSO

De forma resumida, a Recorrente apresenta 1 (uma) razão de recurso, de forma resumida, conforme abaixo:

I - Da falta de documento no envelope nº 02, para habilitação da empresa Recorrente, em virtude do não cumprimento do item 6.6.5 do Edital do Pregão Presencial nº 02/2018, e da decisão do pregoeiro pela desclassificação da proposta da empresa Recorrente e declaração de vencedora a segunda proposta economicamente mais vantajosa da empresa Recorrida;

#### 3.1 ANÁLISE DA ADMISSIBILIDADE AO PEDIDO DA RECORRENTE

Inicialmente, atesta-se a existência de manifestação de recurso que foram devidamente indicados na ata da sessão do pregão e também indicados oralmente pela Recorrente.

A admissibilidade da intenção de recurso foi feita pelo Pregoeiro em favor da Recorrente, após a manifestação precisa das razões do recurso. A Recorrente manifestou imediata e motivadamente sobre a sua intenção de recorrer, e registrou verbalmente na sessão sobre quais os atos de que discordou, bem como o motivo pelo qual discordou. No mais, o item 9.1 do Edital é claro: "a falta de manifestação importará a decadência do direito do recurso".

Portanto, assegura-se a consonância entre a motivação invocada na sessão e a apresentação do recurso pela Recorrente.

#### 3.2 – DO NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 6.6.5 DO EDITAL DO PREGÃO Nº 02/2018

No mérito, após análise administrativa do pregoeiro, comissão de licitação e análise jurídica da procuradoria, todos da Câmara Municipal de Itapoá, constata-se a total improcedência do Item I, das razões de recurso apresentados pela Recorrente, senão vejamos:

As licitações públicas buscam garantir para a Administração, a proposta mais vantajosa para a contratação de bens e serviços, e além do menor preço, a Administração deve garantir outros requisitos como a qualidade, a integral execução e capacidade técnica, a regularidade fiscal e trabalhista, entre outros requisitos legais. E também a Administração deve pautar as ações no princípio da isonomia (impressoalidade), com igualdade de competição para os licitantes em condições iguais, além de observar os princípios do Art. 37 da CF/88, da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O Art. 3º, da Lei nº 8666/93, estabelece o seguinte:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifo nosso)

Assim, a Administração deverá observar, além do menor preço, a questão da vinculação ao instrumento convocatório e ao princípio da isonomia. E nesse ponto, verifica-se o não cumprimento da integralidade do disposto no item 6.6.5 do Edital, conforme segue:

##### 6.6.5. Documentação relativa à Qualificação Técnica:

a) Atestado de qualificação técnica, no mínimo 02 (dois), comprovando que o seu ramo de atividade é compatível com o objeto desta licitação, e que o licitante já executou ou forneceu de maneira satisfatória, a prestação de serviços conforme o item objeto do Edital de interesse de concorrência pelo licitante, em condições, qualidade, características e quantidades em conformidade com o Termo de Referência desta Licitação. Atestado emitido por órgão público e/ou privado de reconhecida idoneidade, e devidamente assinado pelo responsável de quem emitiu o atestado.

O Recorrente, conforme consta em suas razões do Recurso, fez a juntada de apenas 1 (um) atestado de qualificação técnica, pois por um lapso, esqueceu de fazer a juntada de segundo atestado de qualificação técnica. Por esse motivo, em análise pelo pregoeiro e pela equipe de apoio, descumpriu a expressa determinação editalícia, e pelo princípio da vinculação do instrumento convocatório e julgamento objetivo, não restou alternativa ao pregoeiro senão em desclassificar a proposta do Recorrente na análise da habilitação.

É importante destacar que o atestado de qualificação técnica objetiva resguardar a Administração em contratar uma empresa com condições para cumprir a integralidade e de maneira satisfatória, todo o objeto da licitação. Trata-se de 1701,09 m² de pintura externa e 1795,86 m² de pintura interna, perfazendo 3.496,95 m² de área total. E que pelo valor dos orçamentos da fase interna, no montante total de R\$ 58.700,02, a licitação foi exclusiva para ME e EPP, nos termos do Art. 48, Inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006. Dessa forma, a Administração contratar uma microempresa ou empresa de pequeno porte, deve estar especialmente atenta para resguardar o cumprimento integral das especificações do objeto da licitação.

Empresas de médio e grande porte podem mais facilmente executar um serviço de lavagem e pintura de uma área de 3.496,95 m², entretanto para empresas de menor porte, essa dimensão e exigência técnica do serviço devem ser melhores resguardadas para assegurar o cumprimento integral do objeto em favor da Administração. Foi a partir dessa análise que o Termo de Referência propôs como exigência o Item 6.6.5 do referido Edital. Não se trata de um excesso burocrático, mas sim da busca pela eficiência na contratação pela Administração. Sobre a vinculação do instrumento convocatório, o princípio da isonomia e o critério de julgamento objetivo das propostas, remete-se para a conformidade da justa manifestação da empresa Recorrida em suas contrarrazões, com os destaques já colecionados dos dispositivos legais, da doutrina e da jurisprudência preponderante acerca dessa matéria. Reforça-se que é o Edital o balizador do Processo Licitatório, e as suas regras devem ser observadas e cumpridas integralmente pelos licitantes, com destaque ao Parágrafo 3º, do Art. 43, da Lei 8.666/93, conforme segue:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. (grifo nosso)

Desse modo, não é possível admitir a inclusão posterior do atestado de qualificação técnico definido no item 6.6.5 do referido Edital. Permitir essa diferenciação, mesmo em vistas de uma proposta economicamente mais atraente, ainda assim fere frontalmente as disposições legais pertinentes ao processo licitatório. A vontade do pregoeiro de habilitar a empresa com o menor preço, não pode ser superior à vinculação do instrumento convocatório, tampouco aos princípios e Leis que regem as contratações públicas.

A verdade, o pregoeiro poderia inclusive já ter negado o pedido de recurso na Sessão Pública, pois os pressupostos recursais, em tese, não estavam presentes. Entretanto, dada as condições de pulverização de legislações concernentes sobre as contratações públicas, como por exemplo as disposições de tratamento diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, por prudência, decidiu-se abrir a possibilidade ao Recorrente apresentar as suas razões fundamentadas de recurso.

Sobre a LC 123/2006, destaca-se as seguintes disposições:

Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016)

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016)

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

[...]

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; (grifo nosso)

Da leitura dos supracitados artigos, infere-se pela Lei Complementar nº 123/2006, com suas respectivas alterações, evidencia a necessidade de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, sendo o enquadramento de microempresas tanto da Recorrente quanto da Recorrida.

Entretanto, a própria LC 123/2006 estabelece que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não é ilimitado, e quando não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, não deve prevalecer sobre os demais preceitos das contratações públicas.

#### 4. DECISÃO

A finalidade do processo de licitação é pluralidade de concorrentes, mas o interesse público e os princípios da Administração Pública devem ser observados para se obter a proposta mais vantajosa.

Assim, no mérito, após análise administrativa do pregoeiro, comissão de licitação e análise jurídica da procuradoria, todos da Câmara Municipal de Itapoá, constata-se a total improcedência do Item I, das razões de recurso apresentados pela Recorrente. Nesse caso, reitera-se os termos da Ata da Sessão Pública do dia 02/10/2018, tendo como vencedor a empresa Recorrida.

Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos procedimentais, na sequência, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora, e nesse caso, contata-se vencedora a 2ª colocada no certame, a empresa Recorrida PINTURAS JJ ALMEIDA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 22.585.390/0001-41, e que conforme já consta em Ata da Sessão Pública, o pregoeiro obteve em negociação final o valor para contratação em R\$ 55.300,00 (cinquenta e cinco mil e trezentos reais).

Conforme o item 9.4 do Edital, a decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento às empresas interessadas, através de publicação na imprensa oficial do Município através do site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e ficará a cargo da licitante o seu acompanhamento.

Também será publicada no site [www.camaraitapoa.sc.gov.br](http://www.camaraitapoa.sc.gov.br), banner licitações, e para que nenhuma licitante ainda alegue desconhecimento poderá também a pedido do licitante ser enviada via e-mail.

No mais, conforme o item 9.5 do Edital de Licitação e o art. 9º do Decreto Legislativo Municipal nº 24/2013, decidido os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente (Presidente da Câmara Municipal de Itapoá Sr. José Antônio Stoklosa) adjudicará o objeto do pregão ao licitante vencedor e homologará a adjudicação para determinar a contratação.

Homologada a licitação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato, ou retirar o instrumento equivalente no prazo definido no



edital, respeitado o prazo de validade de sua proposta.

Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação.

Por fim, oportuno destacar que o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame; apresentar documentação inverossímil exigida para o certame; não mantiver a proposta, lance ou oferta; recusar-se a celebrar o contrato; falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo período de até cinco anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Itapoá-SC, 10 de outubro de 2018.

JOSÉ ANTÔNIO STOKLOSA PRESIDENTE DA MESA DIRETORA	FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO PREGOEIRO
FRANCISCO XAVIER SOARES PROCURADOR JURÍDICO	

DESPACHO

DECISÃO DE RECURSO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018

RATIFICO, nos termos do Art. 109, parágrafo 4º, da Lei nº 8.666/1993, a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos.

Por fim, para ciência da empresa Recorrente e Recorrida.

Itapoá-SC, 10 de outubro de 2018

JOSÉ ANTÔNIO STOKLOSA  
PRESIDENTE DA MESA DIRETORA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ-SC

# Ituporanga

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2018/PMI REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, MEDIANTE FORNECIMENTO PARCELADO DE PASSAGENS AÉREAS, PARA TRECHOS DIVERSOS, À ESCOLHA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. A QUANTIDADE É MERA ESTIMATIVA PA**

Publicação Nº 1773062

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº44/2018

Processo: 64/2018/PMI

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, MEDIANTE FORNECIMENTO PARCELADO DE PASSAGENS AÉREAS, PARA TRECHOS DIVERSOS, À ESCOLHA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. A QUANTIDADE É MERA ESTIMATIVA PARA OS PRÓXIMOS 12 (DOZE) MESES E SERÁ EXECUTADO DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA PREFEITURA, SENDO OBJETO DE FATURAMENTO E PAGAMENTO AOS QUANTITATIVOS EFETIVAMENTE SOLICITADOS E EFETUADOS. APÓS A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ EFETUAR O SERVIÇO NO PRAZO MÁXIMO DE 02 (DOIS) DIAS APÓS O PEDIDO. CASO A ENTREGA NÃO SEJA REALIZADA NO REFERIDO PRAZO, A CONTRATADA ESTARÁ SUJEITA A SANÇÕES PREVISTAS EM LEI. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 26 de outubro de 2018 até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 26 de outubro de 2018 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10h00min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 15 de outubro de 2018 – Osni Francisco de Fragas - Prefeito

### **LEI Nº 2.734, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772136

LEI Nº 2.734, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

“RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES E AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, em anexo.

Art. 2º. Fica autorizado o ingresso do Município de Ituporanga no Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, nos termos do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 10 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município

### **PORTARIA Nº 984, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1771996

PORTARIA Nº 984, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 71, da Lei Complementar nº 11, de 06 de setembro de 2006, com o artigo 9º, da Lei Nº 2.189, de 27 de setembro de 2007, e artigo 4º da Lei nº 2.304, de 14 de julho de 2010,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR LUIZ CARLOS BACK, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Pecuária – Grupo Profissional de Direção e Assessoramento intermediário - DAI, na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de outubro de 2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 10 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO

Secretária da Administração

ADILSON RODE

Secretário da Agricultura

# Jaborá

## PREFEITURA

### DECRETO 1.757/2018\_SUPLEMENTACAO

Publicação Nº 1773051

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."  
KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito de Jaborá(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 5º, da Lei nº 1.602 de 27 de novembro de 2017, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) nas seguintes dotações do orçamento vigente da Município de Jaborá:

08.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
08.02 - COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0009.2.025- MANUTENÇÃO DO CRAS  
4.4.90.00.00.00.00 - 0.1.0035.000000 (154) – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

Transferências de Recursos do FNAS – 0.1.0035.000000 - R\$ 5.000,00  
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

08.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
08.02 - COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0009.2.025- MANUTENÇÃO DO CRAS  
3.3.90.00.00.00.00 - 0.1.0035.000000 (154) – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

Transferências de Recursos do FNAS – 0.1.0035.000000 - R\$ 5.000,00  
TOTAL ANULADO R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC,  
em 15/outubro/2018.  
KLEBER MÉRCIO NORA  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 15/10/2018

CLAUDIA CORRADI TONIELLO  
Secretária De Administração

### DECRETO 1.758/2018\_SUPLEMENTACAO

Publicação Nº 1773052

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito de Jaborá(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 5º, da Lei nº 1.602 de 27 de novembro de 2017, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) nas seguintes dotações do orçamento vigente da Município de Jaborá:

05.00 - SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA  
05.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
26.782.0008.2.009 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES  
3.3.90.00.00.00.00 - 0.1.0039.000000 (39) – Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

Transf. de recursos do FEP – 0.1.0039.000000 - R\$ 15.000,00  
TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 15.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação nas seguintes Fontes de Recursos:

**FONTES DE RECURSOS:**

Transf. de recursos do FEP – 0.1.0039.00000 - R\$ 15.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC,

em 15/outubro/2018

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 15/10/2018

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária De Administração

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### 1º TA AO CONTRATO 78/2018

Publicação Nº 1772433

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

#### Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 78/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Contratado: Posto Gávea Ltda.

Objeto/Valor: Constitui objeto do presente instrumento, aditivo ao Contrato nº 78/2018. O valor total estimado previsto na Cláusula Sexta do Contrato original de R\$ 29.980,50 (Vinte e nove mil, novecentos e oitenta reais e cinquenta centavos), fica acrescido o valor de R\$ 5.161,00 (Cinco mil cento e sessenta e um reais).

Prazo de vigência: A vigência deste instrumento inicia em 10/10/2018 e se estende até 31/12/2018.

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2018

Publicação Nº 1772788

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC  
PROCESSO SELETIVO N.º 001/2018

O MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, Estado de Santa Catarina, através da Comissão de Processo Seletivo, nos termos do Decreto Municipal n.º 096 de 05 de Outubro de 2018, no uso de suas atribuições legais, e a empresa AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA (Através de seu departamento de pesquisas:PS Concursos)TORNA PÚBLICO o PROCESSO SELETIVO de pessoal para atuação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Público, e Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família, a serem Admitidos em Caráter Temporário nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal de 1988 e conforme as Leis Municipais: 251/2000, 460/2006, 470/2006, 726/2014, 727/2014, 135/97 e suas respectivas alterações, na forma deste Edital:

#### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO reserva o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Processo Seletivo.

1.2 Para se inscrever, o candidato deverá acessar o site [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado), efetuar seu cadastro e inscrição, e antes de validar a inscrição, conferir todos os dados inclusive à denominação do cargo e seu respectivo código.

1.3 O cronograma com as datas de cada fase do Processo Seletivo, os conteúdos programáticos e as atribuições dos cargos, estarão disponibilizadas nos Anexos I, II e IV, partes integrantes do presente Edital.

#### 2. DAS VAGAS, CARGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS E REMUNERAÇÃO.

Poderão participar da Seleção, os profissionais interessados em prestar serviço em caráter temporário e que atendam os requisitos deste Edital e da legislação municipal vigente e alterações supervenientes, para os cargos/áreas abaixo relacionados:

#### ÁREA 01: CARGOS DA EDUCAÇÃO

Nº	Cargo	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos para o cargo
01	Professor de Educação Infantil	CR	Até 40h	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia em Educação Infantil.  Habilitado(Nível Médio):Certificado de conclusão do Magistério em nível médio.  Não Habilitado –Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia em Educação Infantil.

02	Professor de Ensino Fundamental	CR	Até 40h	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia em Anos Iniciais.  Habilitado(Nível Médio):Certificado de conclusão do Magistério em nível médio.  Não Habilitado –Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia em Anos Iniciais.
03	Professor de Língua Portuguesa	CR	Até 40h	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área – Português ou Letras (Português).  Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área - Português.
04	Professor de Inglês	CR	Até 40h	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área – Inglês ou Letras (Inglês).  Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na Área – Inglês.
05	Professor de Ciências	CR	Até 40h	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área - Ciências.  Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na Área - Ciências.
06	Professor de Matemática	CR	Até 40h	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área - Matemática.  Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na Área - Matemática.
07	Professor de História	CR	Até 40h	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área - História.  Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na Área - História.
08	Professor de Geografia	CR	Até 40h	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área - Geografia.  Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na Área - Geografia.
09	Professor de Espanhol	CR	Até 40h	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área – Espanhol ou Letras (Espanhol).  Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área - Espanhol.
10	Professor de Artes	CR	Até 40h	Habilitado –Diploma de conclusão decurso superior com licenciatura em Artes, licenciatura em Artes Visuais ou Educação Artística.  Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Artes ou Artes Visuais.
11	Professor de Educação Física	CR	Até 40h	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área – Educação Física.  Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na Área – Educação Física.
12	Auxiliar de Ensino	CR	Até 40h	Habilitação de nível médio e/ou Magistério
13	Servente	CR	Até 40h	Escolaridade dispensada

Nota 01: No dia da chamada será apresentado o quadro dos vencimentos de referência devidamente atualizado.

**ÁREA 02: OUTROS CARGOS**

Nº	Cargo	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração (R\$)	Requisitos para o cargo
14	Motorista	02 + CR	40hrs	R\$ 1.158,76	Ensino Fundamental incompleto e habilitação mínima categoria "D" de motorista profissional
15	Operador de Máquinas Pesadas	01 + CR	40hrs	R\$ 1282,78	Ensino Fundamental incompleto e qualificação para o exercício da função de operador de máquinas.
16	Auxiliar de Serviços Gerais	04 + CR	40hrs	R\$ 954,00	Escolaridade dispensada
17	Eletricista	01 + CR	40hs	R\$ 1.160,89	Ensino Médio incompleto e qualificação com habilitação para o exercício da função

\* CR = Cadastro de Reserva

Nota 01: As atribuições dos cargos são as constantes na Lei nº 135/97, 251/2000, 460/2006, 470/2006, 726/2014, 727/2014.

Nota 02: Após o preenchimento das vagas existentes no edital, o Município de Jacinto Machado, poderá chamar os candidatos, de acordo com sua necessidade e conveniência, desde que respeitada a lista classificatória.

Nota 03: Para os cargos de Servente e Auxiliar de Serviços Gerais, será aplicada a prova de nível fundamental.

Nota 04: a) Será exigido exame toxicológico, a expensas do candidato, para verificar se é usuário de drogas ilícitas que causam dependência física ou psíquica. O candidato deverá realizar exame toxicológico, com laudo, para a detecção do uso de drogas ilícitas, a partir de amostras de materiais biológicos (cabelos, pelos ou, em casos de alopecia universal, em raspas de unhas), doados pelos candidatos, com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias, abrangendo, pelo menos, os seguintes grupos de drogas: delta9-THC e metabólitos, cocaína e metabólitos anfetaminas ilegais (MDMA, MDA, Metanfetamina etc.), opiáceos e opioides. b) O exame toxicológico deverá ser realizado em laboratório com certificação oficial, por metodologia validada para a testagem dos analitos descritos no subitem "a" dessa nota; c) É de responsabilidade do candidato providenciar o exame toxicológico com antecedência, prevendo o prazo que o laboratório necessita para emitir o resultado. d) Somente serão aceitos os exames toxicológicos realizados no período entre a nomeação e a posse.

**3. DAS INSCRIÇÕES**

O candidato poderá se inscrever somente para 01 (um) cargo.

**2.1 INSCRIÇÃO ONLINE**

2.1.1 A inscrição on-line do candidato somente será efetuada via internet, no período de 13/10/2018 a 29/10/2018 as 12:00 horas (meio dia). Para realizar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Acessar o endereço eletrônico: [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado)

b) Ler atentamente o edital, preencher o Formulário de Inscrição on-line, imprimir o comprovante gerado e o documento contendo o valor de inscrição e a conta para DEPÓSITO IDENTIFICADO também gerado após a inscrição eletronicamente, e seguir os passos constantes neste edital.

c) Efetuar o DEPÓSITO IDENTIFICADO COM O NÚMERO DO CPF DO CANDIDATO ou TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA, até o dia 29/10/2018 às 23h:59min referente à taxa de inscrição (ÍTEM 3.3) atribuída ao nível do cargo para o qual pretende concorrer, na seguinte conta corrente: - C/C: 15.907-7 AG: 2192-X, Banco nº 001 (Banco do Brasil), Titular: Município de Jacinto Machado/SC.

2.1.2 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá mencionar a sua condição no Formulário de inscrição. O mesmo deverá informar no ato da inscrição, o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, atestando a aptidão para o cargo que está sendo pretendido.

2.1.3 O candidato, que possuir deficiência ou não, que precisar de condições ou necessidades especiais para a prestação da prova escrita deverá selecionar a opção para este fim e mencionar os cuidados ou recursos especiais, para o dia da prova escrita, no formulário de inscrição on-line.

2.1.4 O candidato poderá obter informações técnicas referentes à utilização do portal das inscrições e preenchimento do formulário de inscrição online, através do e-mail: [suporte@processosseletivos.com.br](mailto:suporte@processosseletivos.com.br).

2.1.5 As informações prestadas no Formulário de Inscrição online serão de inteira responsabilidade do candidato. Reserva-se à comissão técnica do processo seletivo, o direito de não homologar a inscrição do candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como, fornecer dados inverídicos ou falsos.

**2.2 VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO:**

2.2.1 O candidato, para validar a sua inscrição no presente Processo Seletivo, após preenchimento do formulário de pré-inscrição on-line, deverá comparecer de 29 a 30/10/2018, das 08:00h as 12:00h, na Prefeitura Municipal de Jacinto Machado/SC, rua Pool Jorge Zacca, 75, Centro, munido dos seguintes documentos:

a) Formulário de Pré-inscrição impresso;

b) Comprovante de DEPÓSITO IDENTIFICADO referente ao valor da inscrição (original).

c) CPF e Carteira de Identidade ou CNH (original e cópia);

d) Comprovante de habilitação profissional ou de escolaridade exigida para o cargo pleiteado (original e cópia), exceto nos cargos de Servente e Auxiliar de serviços Gerais.



- e) O Candidato que apresentar certidão de colação de grau deverá, obrigatoriamente, no dia da admissão, apresentar o diploma de conclusão do curso (original e cópia).
- f) Documentos para comprovação de cursos de aperfeiçoamento (original e cópia);
- g) Documentos para comprovação do tempo de serviço (original e cópia);
- h) Laudo médico, para os candidatos que possuírem deficiência. (Original)
- i) Para os Cargo de: Motorista, Operador de Máquinas Pesadas Eletricista, o candidato deverá apresentar atestado de capacidade técnica, emitido pelo empregador, que certifique que o candidato já possui experiência na função em que concorre a vaga e que tenha atendido satisfatoriamente os requisitos da função. (Original e Cópia)
- j) Não haverá validação de inscrição condicional ou extemporânea nem validação da inscrição por correspondência.
- 2.2.2 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá entregar no ato da validação da inscrição o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, atestando a aptidão para o cargo que está sendo pretendido.
- 2.2.3 O candidato portador de deficiência deverá solicitar a prova especial, se for o caso, preenchendo o requerimento do Anexo III, parte integrante deste Edital.
- 2.2.4 No momento da validação, será emitido o comprovante de inscrição onde o candidato deverá assinar concordando incondicionalmente com todos os termos descritos na sua inscrição.
- 2.2.5 A validação da inscrição poderá ser efetuada somente pelo candidato, ou mediante procuração devidamente registrada em cartório.

### 2.3 VALORES DE INSCRIÇÃO

CARGO / ESCOLARIDADE	VALOR
Cargos de Nível Fundamental ou Escolaridade Dispensada	R\$ 30,00
Cargos de Nível Médio	R\$ 40,00
Cargos de Nível Superior	R\$ 50,00

### 2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES

- 2.4.1 É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento do formulário de inscrição on-line, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes da confirmação, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das inscrições.
- 2.4.2 As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do site [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado) nos últimos dias de inscrição on-line.
- 2.4.3 A empresa organizadora do certame e a Município de Jacinto Machado/SC não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

### 2.5 PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 2.5.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão publicados e deferidas parcialmente (preliminar) no dia 30/10/2018 e definitiva (após prazo de recursos) no dia 06/11/2018 pela autoridade competente, ambas até as 23h:59min. O ato de publicação será divulgado no site [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado), onde estarão indicados o nome do candidato, o cargo pretendido e o número de sua inscrição.
- 2.5.2 No mesmo local será publicada a relação das inscrições indeferidas.

### 3 REQUISITOS BÁSICOS PARA ADMISSÃO NO CARGO

- 3.1 Ter nacionalidade brasileira ou equivalente
- 3.2 Estar no gozo de direitos políticos;
- 3.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- 3.4 Possuir quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.
- 3.5 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no ITEM II do presente Edital, na data da contratação.
- 3.6 Contar com, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data da posse.
- 3.7 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.
- 3.8 Firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei.
- 3.9 Apresentar Cópia do Título de Eleitor
- 3.10 Apresentar Certidão Negativa de Antecedentes criminais
- 3.11 Apresentar Declaração de Imposto de Renda (se houver) ou declaração de bens
- 3.12 Apresentar toda a documentação comprobatória exigida para atender aos requisitos do cargo conforme ITEM 2 deste edital e leis municipais que regulamentam o cargo no município de Jacinto Machado /SC.
- 3.13 Apresentar o Laudo Toxicológico negativo em conformidade com a nota 4 desse edital (para Motorista).

### 4 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

O Processo Seletivo constará de 02 (duas) etapas consistentes de:

- a. Prova Escrita, de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos de caráter classificatório (ressalvada a ausência do candidato à prova ou zerá-la, casos em que será eliminado do processo seletivo);
- b. Prova de Títulos (escolaridade, cursos de aperfeiçoamento ou atualização, e tempo de serviço na área de atuação), de caráter classificatório.

#### 4.1 PROVA ESCRITA

- 4.1.1 A prova escrita será de caráter classificatório e eliminatório, que avaliará a aptidão funcional dos candidatos para o desempenho das funções a serem executadas no exercício do cargo pretendido.
- 4.1.2 As provas escritas serão organizadas conforme exigências do cargo pretendido:

**4.1.2.1 Provas para os cargos da AREA 01 - CARGOS DA EDUCAÇÃO (EXCETO o Cargo de Servente)**

a) A Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas, sendo 05 (cinco) questões de língua portuguesa e/ou interpretação de texto, 05 (cinco) questões de atualidades e dados históricos, 05 (cinco) questões de conhecimentos Gerais da Educação e 05 (cinco) questões de conhecimentos específicos do cargo pretendido. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

b) Os candidatos receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões. Sendo 05 (cinco) questões específicas para cada cargo pretendido;

c) O caderno de avaliações será composto pelas questões gerais e específicas de cada cargo;

d) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

**4.1.2.2 Provas para os cargos da AREA 02 (e Cargo de Servente da AREA\_01)**

a) A Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas, sendo 05 (cinco) questões de língua portuguesa e/ou interpretação de texto, 05 (cinco) questões de atualidades e dados históricos, 05 (cinco) questões de matemática e 05 (cinco) questões de conhecimentos específicos do cargo pretendido. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

b) Os candidatos receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões. Sendo 05 (cinco) questões específicas para cada cargo pretendido;

c) O caderno de avaliações será composto pelas questões gerais e específicas de cada cargo;

d) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

4.1.2.3 As questões das provas versarão sobre os conteúdos programáticos constantes no Anexo II deste Edital.

4.1.2.4 O peso de cada questão é de 0,5 pontos.

4.1.2.5 A nota da prova escrita (NPE) será calculada com o emprego da seguinte fórmula:  $NPE = (NA \times 0,5)$  onde (NPE= Nota da Prova Escrita, e NA= Número de Acertos).

4.1.2.6 Cada Candidato inscrito no certame terá direito a apenas 01 (um) cartão de respostas, não sendo permitida, em hipótese alguma, a troca de seu cartão assinado por outro.

4.1.2.7 O candidato deverá transpor os resultados das questões para grade de respostas, cujo preenchimento é de sua inteira responsabilidade.

4.1.2.8 Questões rasuradas ou com mais de uma alternativa marcada, na grade de respostas, serão consideradas como marcadas incorretamente pelo candidato.

4.1.2.9 Para fins de correção da prova, somente será considerada a grade de respostas, sendo que os cadernos de prova não serão considerados, sob quaisquer hipóteses.

**4.2 PROVA DE TÍTULOS****4.2.1 Da avaliação do nível de escolaridade**

A avaliação do nível de escolaridade será feita através de certificados ou diplomas de licenciatura na área a que concorre, curso de pós-graduação, mestrado e doutorado na área da educação, de acordo com a tabela de pontos abaixo:

Cargo: Professor (Habilitado)

Título	Comprovantes Exigidos	Valor unitário	Quantidade Máxima	Pontuação Máxima
Doutorado	Diploma devidamente registrado.	6,00	1	6,00
Mestrado	Diploma devidamente registrado.	4,50	1	4,50
Especialização	Diploma devidamente registrado.	3,00	1	3,00

Cargo: Auxiliar de Ensino

Título	Comprovantes Exigidos	Valor unitário	Quantidade Máxima	Pontuação Máxima
Licenciatura na Área	Diploma de curso superior na área da pedagogia	4,00	1	4,00
Magistério	Diploma ou certificado de conclusão do curso de magistério	3,00	1	3,00

Cargo: Servente, Motorista, Operador de Máquinas Pesadas e Auxiliar de Serviços Gerais

Título	Comprovantes Exigidos	Valor unitário	Quantidade Máxima	Pontuação Máxima
Nível Médio Completo	Certificado de conclusão do Nível Médio Completo	4,00	1	4,00
Nível Fundamental Completo	Certificado de conclusão do Nível Fundamental Completo	3,00	1	3,00

Cargo: Eletricista

Título	Comprovantes Exigidos	Valor unitário	Quantidade Máxima	Pontuação Máxima
Nível Médio Completo	Certificado de conclusão do Nível Médio Completo	3,00	1	3,00

Nota 01: Para os candidatos inscritos como "não habilitados", ou "habilitados (Nível Médio)" no cargo de Professor, não será atribuída pontuação referente a títulos de graduação.

NOTA 02: O candidato que apresentar títulos, conforme quadros acima, destaca-se que apenas receberá a pontuação referente ao maior título que possuir, portanto a pontuação não será de caráter somatório.

**4.2.2 Da avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização.**

A avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de atuação será feita através de cursos de aperfeiçoamento ou atualização frequentados, ministrados e concluídos no período de 01/01/2017 a 10/10/2018, obedecida a tabela de pontos abaixo:

Número de Horas	Pontuação	Comprovantes Exigidos
80 horas	1,0 ponto	Diplomas, certificados ou declarações devidamente expedido por instituição credenciada pelo MEC, CEE ou CME, contendo a assinatura do responsável, carga horária, conteúdo programático, período de realização.

#### 4.2.3 Da avaliação do tempo de serviço.

4.2.3.1 A avaliação do tempo de serviço será feita através de atestado de tempo de serviço no magistério da rede pública ou particular de Santa Catarina e de outros estados, e obterá a pontuação de 0,01 (zero vírgula zero um) pontos para cada mês completo de tempo de serviço, limitando-se a 25 (vinte e cinco) anos, totalizando o máximo de 3,0 (três) pontos.

4.2.3.2 No cálculo de pontos por tempo de serviço comportar-se-á como um mês a fração igual ou superior a 15 dias.

4.2.3.3 Para receber a pontuação relativa ao tempo de serviço, o candidato deverá comprovar através de:

I. Para exercício de atividade em instituição privada ou instituição pública que adote o Regime Celetista para o quadro funcional será necessária a comprovação através de: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa;

II. Para exercício de atividade em instituição pública que adote o regime estatutário será necessária a comprovação do tempo de serviço que informe o período, com início e fim, emitida pelos órgãos contratantes.

4.2.3.4 Para efeito de pontuação relativa ao título de tempo de serviço no magistério o atestado/certidão emitido deverá conter o nome do órgão por extenso, não se aceitando abreviaturas.

4.2.3.5 Para efeito de pontuação relativa ao título de tempo de serviço no magistério não será considerada sobreposição de tempo nos documentos apresentados, mesmo que em instituições diferentes.

4.2.3.6 Não será computado para efeito de pontuação ao título de tempo de serviço no magistério, o tempo de serviço que excede a 25 anos de trabalho.

4.2.3.7 Não será computado também, o tempo de estágio, de monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante.

4.2.3.8 O tempo de serviço será considerado até a data de 10/10/2018.

### 5 DA REALIZAÇÃO DA PROVA

5.1 A prova será realizada no dia 17/11/2018 na ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JACINTO MACHADO, sito a avenida Padre Herval Fontanella, 1063, Bairro Centro, em Jacinto Machado/SC.

5.2 Os horários das provas serão divulgados até as 23h:59min do dia 10/11/2018, no portal [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado), no site [www.jacintomachado.sc.gov.br](http://www.jacintomachado.sc.gov.br) e no mural da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado/SC.

5.3 A prova terá duração máxima de 01 hora e 30 minutos.

5.4 Para fins de acesso à sala de realização da prova, será exigido o Documento de Identidade Original com Foto (Obrigatoriamente) e o Comprovante de inscrição (Facultativamente).

5.5 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteira de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

5.6 Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, de tinta azul ou preta.

5.7 As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

5.8 O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado e confirmado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

5.9 Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de carteiras, bolsas, bonés, chapéus e similares, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.

5.10 A Equipe Organizadora do Processo Seletivo não se responsabilizará por perda, roubo ou dano dos referidos materiais e equipamentos de candidatos.

5.11 A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

5.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial, há no máximo 30 (trinta) anteriores em relação ao dia da realização da Prova.

5.13 A apresentação do comprovante de inscrição no dia da realização da prova escrita servirá também ao candidato como único documento que possibilitará a garantia de poder realizar a prova em caso sua inscrição deferida e não constatação de seu nome nas listas de distribuições de locais de prova.

5.14 Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

5.15 Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do cartão de respostas, que será o único documento válido para efeito de correção da prova.

5.16 Não serão computadas as questões não assinaladas, assinaladas a lápis ou caneta de cor diferente da preta ou azul, assim como as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis.

5.17 Em hipótese nenhuma haverá substituição do cartão de respostas em caso de erro, rasura ou preenchimento incorreto do candidato conforme instruções contidas no mesmo.

5.18 Em caso de existirem tipos de cadernos de provas diferentes (para cargos diversos), estes serão identificados na lista de presença de cada candidato e o cartão de respostas será devidamente identificado com o número do caderno de prova ou outra forma que auxilie o

candidato na identificação das questões correspondentes a sua área/cargo pretendido.

5.19 Em hipótese nenhuma haverá segunda chamada para realização da prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, implicando a ausência na sua eliminação do Processo Seletivo.

5.20 Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão no local até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

5.21 Por razões de ordem técnica e de segurança, a entidade responsável pela elaboração das provas, se reserva ao direito de não fornecer exemplares dos Cadernos de Provas a candidatos ou a outras instituições, mesmo após o encerramento do certame, estando à disposição dos candidatos uma cópia para download no mesmo endereço das inscrições em até 24 horas úteis após aplicação da prova.

5.22 A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.

5.23 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

5.24 A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

5.25 A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

5.26 Não será disponibilizado pela equipe técnica do Processo Seletivo, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

5.27 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

5.28 Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

5.29 Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

5.30 Após a entrada na escola onde será realizada a prova, o candidato deverá se dirigir imediatamente para sua sala de realização de prova, ficando vedada a permanência do mesmo nas outras dependências do prédio, salvo para os casos devidamente justificados e autorizados pelos organizadores do certame.

5.31 Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.

5.32 A Comissão e equipe organizadora do certame poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no ITEM 6 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Certame.

## 7. DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

7.1 Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela área/cargo e pela habilitação mínima exigida em listagem, de acordo com a sua inscrição no processo seletivo, seguindo a ordem decrescente de pontuação final, expressa em 03 (três) algarismos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{PONTUAÇÃO FINAL} = (\text{NOTA DA PROVA ESCRITA}) \times 7 + (\text{PONTOS DA PROVA DE TÍTULOS} + \text{CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO} + \text{TEMPO DE SERVIÇO}) \times 3$$

7.2 Em caso de empate na classificação terá preferência para a nomeação, sucessivamente, o candidato que:

a) Obter a maior idade;

b) Persistindo o empate prevalecerá o maior número de dependentes.

7.3 As provas obedecerão aos critérios especificados pelo Anexo I e conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital.

7.4 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas.

7.5 A publicação da classificação parcial será divulgada exclusivamente no portal [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado), no dia 28/11/2018.

7.6 A publicação da classificação final e definitiva, após apuração de recursos, será divulgada nos sites: [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado) e [www.jacintomachado.sc.gov.br](http://www.jacintomachado.sc.gov.br), no dia 05/12/2018.

## 8. DOS RECURSOS

8.1 O candidato poderá interpor recurso nos seguintes casos e prazos:

a) Com relação à homologação das inscrições, no prazo de 02 (dois) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do edital de homologação das inscrições;

b) Com relação à prova escrita (questões objetivas) no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à realização da prova.

c) Com relação à classificação parcial no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação dos resultados.

8.2 O recurso deverá ser interposto de forma individual referente a quaisquer das situações descritas no item 8.1 deste Edital com a indicação daquilo que o candidato se julga prejudicado, sendo, portanto, necessária a devida fundamentação das razões de inconformidade com a sua comprovação por meio de citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, etc., juntando-se em anexo ao respectivo recurso cópia destes comprovantes.

8.3 Para recorrer o candidato(a) deverá imprimir o formulário próprio para recursos constante no Anexo IV. Após o preenchimento correto e completo do formulário de recursos, nos moldes do que prescreve o item 8.2, o candidato(a) deverá protocolá-lo presencialmente perante a o Departamento de Recursos Humanos da prefeitura Municipal de Jacinto Machado/SC aos cuidados da Comissão de Processo Seletivo, nos prazos estabelecidos no cronograma do Anexo I.

8.4 Na hipótese de impossibilidade do protocolo presencial do Recurso dentro os prazos definidos no Anexo I, é assegurado ao candidato(a) o direito de enviar seu recurso pela forma digitalizada por meio de correio eletrônico para o e-mail [recursos@processosseletivos.com.br](mailto:recursos@processosseletivos.com.br) desde que respeitado em seu protocolo os prazos fixados neste Edital

8.5 Os Recursos enviados pelo sistema de correio eletrônico somente serão aceitos como válidos se a data de postagem e envio do e-mail do candidato com suas razões recursais e recebimento da mensagem automatizada do recebimento do e-mail, estiverem dentro dos prazos fixados por este Edital para tal desiderato. E-mails enviados fora dos prazos recursais, não serão considerados

8.6 O endereço eletrônico para recebimento de recursos, mostrado no item 8.4 deste edital, só estará disponível e operante durante os prazos recursais e será utilizado apenas para este fim. Para outros assuntos e dúvidas, o candidato deverá se dirigir pelo e-mail informado



no item 3.1.4 deste edital

8.7 Não será aceito recurso via fax, fora do prazo ou ainda em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital.

8.8 Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não os obtiveram na correção inicial. Se resultar em alteração do gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas novamente, conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

8.9 Os pedidos de revisão de provas e notas somente serão aceitos se feitos pelos próprios candidatos, em até 02 (dois) dias úteis a contar a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação dos classificados no Processo Seletivo, com respeito somente às suas próprias provas, ficando vedados, a qualquer tempo e condição, pedidos de revisão de provas e notas de terceiros.

8.10 No pedido de Revisão de correção de provas, será apresentado apenas uma vez ao candidato, caso necessário, o Cartão Resposta Digitalizado, ficando impedido de fazer qualquer alteração ou cópia.

9. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

10. Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado), conforme cronograma do Anexo I. Respostas individuais não serão encaminhadas aos candidatos.

11. A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso e em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo.

## 12. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

12.1 Às pessoas com deficiência são asseguradas o direito de inscrição no Processo Seletivo, Modalidade - Emprego Público de que trata este Edital, nos termos do Decreto Federal nº. 3.298/99.

12.2 São reservados 5% das vagas abertas por este edital, para cada cargo, às pessoas com deficiência de conformidade com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e Decreto Federal nº. 3.298/99, e suas alterações, Decreto Federal nº. 5.296/2004 e suas alterações e na Lei Federal nº. 7.853/1989, caso não houver candidato inscrito ou aprovado as vagas reservadas serão disponibilizadas para os demais candidatos aprovados.

12.3 Os candidatos com deficiência poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência, em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

12.4 Caso o candidato inscrito como pessoa com deficiência não se enquadre nas categorias definidas no Art. 4, incisos I a V, do Decreto Federal nº. 3.298/99, a homologação de sua inscrição se dará na listagem geral de candidatos e não na listagem específica para pessoas com deficiência

12.5 Na avaliação médica, posterior a nomeação, caso o candidato com deficiência seja considerado inapto para o cargo, será nomeado o candidato imediatamente posterior.

12.6 O candidato com deficiência ou aquele que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo no formulário de inscrição on-line, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou sala para amamentação.

12.7 A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

12.8 O candidato com deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição ou não atender as condições de deficiência determinadas neste Processo Seletivo, terá sua inscrição solicitação de recursos especiais não concedida, passando a concorrer unicamente como candidato sem deficiência e não poderá impetrar recurso em favor de sua situação

12.9 A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

13. As pessoas com deficiência participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

14. O candidato que no ato da inscrição, não declarar sua condição de deficiente, não poderá interpor recurso posteriormente relativo a sua condição.

15. A pessoa com deficiência que não optar no momento da inscrição por disputar as vagas reservadas aos deficientes, não terá direito ao pleito das vagas a elas reservadas.

## 16. DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

16.1 Fica delegada competência à empresa organizadora do certame para:

- Desenvolver edital juntamente com a comissão a comissão do Processo Seletivo;
- Organizar programas e inscrições no portal da internet;
- Deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos previstos neste Edital;
- Disponibilizar a Emissão Eletrônica dos documentos de inscrições online através de sistemas automatizados e on-line;
- Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova escrita;
- Apurar e responder os recursos das inscrições, da prova escrita e resultados publicados, com auxílio e suporte da Comissão do Processo Seletivo, quando necessário.

16.2 Fica atribuído à Comissão do Processo Seletivo, nomeada através de Decreto, exclusivamente para acompanhar o certame, as seguintes responsabilidades:

- Conferir, aprovar e publicar o edital;
- Prestar informações sobre o Processo Seletivo;
- Acompanhar e fiscalizar a realização das provas;
- Repassar toda documentação e informações do certame à Organizadora do Certame.

## 17. CONVOCAÇÃO PARA EXAMES MÉDICOS E ENTREGA DE DOCUMENTOS

18. Os candidatos aprovados e convocados deverão apresentar exames médicos admissionais e a critério do médico avaliador responsável poderão requisitar exames complementares e emitir parecer de APTO ou NÃO APTO para o exercício do cargo, sendo este de caráter eliminatório.

19. Será exigido exame toxicológico NEGATIVO, em conformidade com a Nota nº 4 (folha 04 desse Edital).

20. O candidato convocado deverá apresentar ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado/SC, situada a rua Pool Jorge Zacca, 75, Bairro Centro com a documentação necessária à sua admissão, composta por:

- a) Comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) Prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) Prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) Comprovação da escolaridade exigida neste edital;
- e) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- f) Atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo público;
- g) Nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos decretos Nº. 70.391/1972 e Nº. 70.436/1972.
- h) Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 70 anos.
- i) Carteira de Identidade;
- j) CPF;
- k) PIS/PASEP;
- l) Certidão de Casamento;
- m) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- n) (Uma) foto 3x 4 recente;
- o) Carteira Profissional Original;
- p) Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado, assim sendo considerado: Conta de luz, IPTU, água ou telefone fixo, em nome do candidato, cônjuge ou de ascendente ou descendente direto;

#### 21. DA ESCOLHA DE VAGAS

22. A escolha de vagas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação e será feita de acordo as necessidades do quadro funcional da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado/SC.

23. A escolha de vaga deve ser feita pelo titular da inscrição, não podendo ser por procuração.

24. O candidato deverá escolher a vaga existente na Unidade de Saúde.

25. O candidato que escolher vaga e não assumir no tempo previsto será eliminado do processo seletivo.

26. O prazo de se apresentar na unidade de trabalho será o seguinte:

27. Para a 1ª chamada – o primeiro dia de atividades na unidade de trabalho;

28. Para a 2ª chamada e demais – 24 (vinte e quatro) horas a partir do documento de encaminhamento.

29. O profissional contratado ficará vinculado à Secretaria Municipal da Saúde, onde poderá ocorrer mudança de local de trabalho e alteração da jornada de trabalho, sempre que necessário.

30. O candidato contratado ficará em permanente avaliação, caso seu aproveitamento não seja satisfatório, será rescindido seu contrato.

31. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinado para a escolha da vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada.

32. O candidato terá dois dias úteis para se apresentar no Setor Pessoal munido da documentação exigida para o contrato e assim assumir a vaga escolhida. Passando o prazo, fica as Secretarias de: Educação Cultura e Esporte; Obras e Serviços Públicos; E Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família, autorizadas a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação.

33. O candidato que tiver 3 (três) faltas injustificadas consecutivas ou alternadas terá seu contrato rescindido.

#### 34. DISPOSIÇÕES GERAIS

12

13

13.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Processo Seletivo, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

13.2 Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo em qualquer de suas fases.

13.3 Será excluído do certame o candidato que:

- a) Faltar a qualquer uma das fases do Processo Seletivo;
- b) Não pontuar na prova objetiva;
- c) Portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Processo Seletivo;
- d) For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- e) For apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- f) Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

13.4 O presente edital objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do regime jurídico estatutário dos servidores públicos municipais de Jacinto Machado/SC.

13.5 Se aprovado e convocado o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital bem como outros que lhe forem solicitados, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito à vaga e consequentemente não contratação.

13.6 A aprovação no Processo Seletivo não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério das Secretarias de: Educação Cultura e Esporte; Obras e Serviços Públicos; E Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura da mesma.

13.7 O ato de inscrição implica na aceitação destas e demais condições do presente Edital e do Regulamento do Processo Seletivo e, em caso de classificação e contratação, a observância do regime jurídico nele indicado.

13.8 O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão do Processo Seletivo e da Equipe Organizadora, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

13.9 É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo.

13.10 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico, no portal das inscrições, até a publicação da classificação final do Processo Seletivo, e junto ao Departamento de Recursos Humanos da Município de Jacinto Machado/SC, após a homologação do resultado do Processo Seletivo.

13.11 Os casos omissos serão resolvidos pela empresa organizadora do certame e pela Comissão do Processo Seletivo.

13.12 O presente Edital estará disponibilizado no respectivo endereço eletrônico [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado), no site [www.jacintomachado.sc.gov.br](http://www.jacintomachado.sc.gov.br) e no mural da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado/SC.

13.13 O candidato que escolher uma vaga real apresentada para concurso público terá seu contrato rescindido no momento em que o efetivo (titular ou designado) for chamado para assumir a respectiva vaga.

13.14 O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo nos casos de substituições pelo retorno do titular ou por problema de ordem pedagógica e/ou administrativa causado pelo substituto; neste caso, desde que devidamente justificado.

13.15 Não havendo mais candidatos inscritos para as vagas, serão admitidos profissionais selecionados pela Prefeitura Municipal de Jacinto Machado/SC.

13.16 O processo seletivo de que trata este Edital será realizado sob a coordenação das Secretarias de: Educação Cultura e Esporte; Obras e Serviços Públicos; E Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família, através da Comissão nomeada pelo Prefeito Municipal e terá validade de um ano, prorrogável por mais um ano, a partir da data de publicação da classificação final do certame.

13.17 Faz parte deste edital o Anexo I – Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.

13.18 Faz parte deste edital o Anexo II – Dos Conteúdos Programáticos.

13.19 Faz parte deste edital o Anexo III – Do formulário para recurso.

13.20 Faz parte deste edital o Anexo IV – Das Atribuições dos Cargos.

13.21 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

13.22 Revogam-se as disposições em contrário.

JACINTO MACHADO/SC, em 11 de OUTUBRO de 2018.

ANTONIO BORGES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologado o presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018, a data, o local e o horário da prova.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº001/2018

#### ANEXO I

#### CRONOGRAMA DO PROCESSO

Cronograma	Data
Publicação do Edital 001/2018	11/10/2018
Período de Pré-Inscrições Online	14a 29/10/2018(até as 12h:-00min)
Último para efetuar o depósito identificado ou transferência bancária	29/10/2018 (até as 23h:59min)
Período de Validações das Inscrições	29 a 30/10/2018 das 08:00h as 12:00h
Divulgação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas	30/10/2018(até as 23h:59min)
Prazo para apresentação dos Recursos contra o indeferimento das inscrições	31/10 a 01/11/2018 Das 08:00h as 12:00h presencialmente ou até as 23h:59min via correio eletrônico
Homologação Definitiva das Inscrições	06/11/2018(até as 23h:59min)
Divulgação dos Horários de aplicação da Prova Escrita	Até 10/11/2018(as 23h:59min)
Realização das Provas Escritas e Divulgação do Gabarito Oficial	17/11/2018
Prazo para Recursos referentes à Prova Escrita	19 a 20/11/2018 Das 08:00h as 12:00h presencialmente ou até as 23h:59min via correio eletrônico
Divulgação do resultado preliminar e notas das provas (Classificação Parcial)	28/11/2018(até as 23h:59min)
Prazo para Recursos referentes ao resultado e/ou notas das provas	29 a 30/11/2018 Das 08:00h as 12:00h presencialmente ou até as 23h:59min via correio eletrônico
Homologação e Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo	05/12/2018(até as 23h:59min)

#### REGULAMENTO PARA AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO



Oshorários das provas serão divulgados até o dia 10/11/2018, no portal [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado).

A prova terá duração máxima de 01 hora e 30 minutos.

Não será admitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões do prédio, e/ou que não estiver munido do Documento Original com Foto.

O candidato apenas estará segurado da realização da prova mediante a apresentação do comprovante de validação de inscrição em caso de não constatação de seu nome nas listas de distribuição de locais de prova fixados na entrada do prédio onde serão realizadas as provas. Os envelopes das provas serão abertos por 02 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com 01 (um) fiscal de sala e 01 (um) fiscal coordenador, um termo de abertura dos envelopes.

Durante a prova não poderá ser feita qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquinas calculadoras, celulares ou quaisquer tipos de aparelhos ou anotações.

Não será permitido qualquer tipo de comunicação do candidato com outros candidatos ou com o exterior do recinto, sob pena da eliminação do Processo Seletivo do(s) Candidato(s) envolvido(s). Aparelhos de telefonia celular, bip e/ou similares deverão ser desligados.

As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

O candidato poderá sair da sala somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

É expressamente proibido fumar nos locais das provas.

Todas as respostas da prova escrita deverão ser transpostas para a grade de respostas, não podendo ficar nenhuma questão sem resposta. Após a conclusão e entrega da prova, os candidatos não poderão permanecer nos corredores e dependências do local da aplicação das provas.

Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão na sala até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

Os cartões de respostas, juntamente com a lista de presença e termos referentes aos pacotes lacrados e entrega de cartões resposta deverão ser entregues pelos Fiscais ao Coordenador da equipe de aplicação do Processo Seletivo, acompanhados dos três últimos candidatos.

JACINTO MACHADO/SC, em 11 de OUTUBRO de 2018.

ANTONIO BORGES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologado o ANEXO I do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2018, do Cronograma do Processo Seletivo.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2018

## ANEXO II

### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DA PROVA ESCRITA

#### 1. CONHECIMENTOS GERAIS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Para os cargos da área da educação de Nível Médio e Superior

1. Função social da escola; 2. Concepção de Currículo; 3. Concepção de Projeto Político Pedagógico; 4. Concepções de Ensino Aprendizagem; 5. Concepção histórico cultural (Vygotsky e Wallon); 6. Inclusão digital; 7. Teorias do conhecimento (Paulo Freire); 8. Educação Inclusiva; 9. Planejamento e avaliação; 10. O lúdico nas atividades de aprendizagem e o cotidiano escolar; 11. Pluralidade cultural e inclusão escolar; 12. Legislação da educação básica; 13. Estatuto da Criança e do Adolescente; 14. Diversidade; 15. Avaliação da aprendizagem; 16. História da Educação; 17. Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; 18. Lei nº 8.069/90 que dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências; 19. Definição de educação escolar, papel do professor e do aluno; 20. Relação Educação e Sociedade; 21. Teoria Histórico-Cultural; 22. Tecnologia na Educação; 23. Projeto Político Pedagógico; 24. Base Nacional Comum Curricular

#### 2. CONHECIMENTOS GERAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Para os cargos de nível fundamental e eletricista

1. Leitura e interpretação de textos simples; 2. Ortografia; 3. Linguagem Formal e Informal; 4. Concordância Nominal e Verbal; 5. Classes Gramaticais; 6. Alfabeto (ordem alfabética; reconhecimento de vogais e de consoantes); 7. Sílabas: separação e classificação; 8. Emprego de maiúsculas e minúsculas; 9. Pontuação; 10. Gêneros Textuais.

Para os cargos de nível médio e superior

1. Leitura, Compreensão e interpretação de textos; 2. Características dos diversos gêneros textuais; 3. Tipologia textual, (sequências narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva, injuntiva e dialogal); 4. Elementos de coesão e coerência textual; 5. Léxico/Semântica; 6. Funções da linguagem; 7. Concordância nominal e verbal; 8. Ortografia oficial; 9. Acentuação gráfica; 10. Emprego do sinal indicativo de crase; 11. Pontuação; 12. Emprego e descrição das classes de palavras; 13. Sintaxe da oração e do período (ênfase em concordância e regência); 14. Significação das palavras e inferência lexical através do contexto; 15. Fonética e Fonologia; 16. Fonema e Letra; 17. Ortografia; 18. Recursos sonoros; 19. Vícios de linguagem; 20. Lexicologia; 21. Polissemia; 22. Sinônimos e antônimos; 23. Homônimos e parônimos; 24. Morfologia; 25. Estrutura das palavras; 26. Formação das palavras; 27. Neologismos e Estrangeirismos; 28. Figuras de Linguagem e linguagem figurada; 29. Vozes verbais e sua conversação; 30. Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos

#### 3. CONHECIMENTOS DE ATUALIDADES E DADOS HISTÓRICOS

Para todos os Cargos



Aspectos atuais e históricos a nível mundial, nacional, estadual, regional e municipal, noticiados através de meios de comunicação e publicações oficiais.

#### 4. CONHECIMENTOS DE MATEMÁTICA

Para os cargos de nível fundamental e eletricitista

Os números naturais: ordens e classes; 2. Escrita dos números naturais; números pares e ímpares; 3. Comparação de números naturais; 4. Operações com números naturais (adição, subtração, multiplicação e divisão); 5. Os números inteiros: Expressões numéricas; 6. Múltiplos; divisores; 7. Fatoração; números primos; máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum; razões e proporções; 8. Porcentagem. 9. Frações: comparação de frações; operação com frações; 10. Números decimais: operações com números decimais; relação entre frações e números decimais; 11. Geometria plana: características das figuras geométricas planas (triângulos, quadriláteros, circunferência) e espaciais (esfera, cone, pirâmide, paralelepípedo e cubo); 12. Áreas das figuras planas; 13. Medidas de tempo, massa e capacidade; 14. Sistema monetário brasileiro; 15. Aplicação dos conteúdos acima listados em resolução de problemas.

Para os cargos de nível médio e superior

Operações com números reais: Resolução de problemas envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação; 2. Conjuntos e Subconjuntos: operações e problemas com conjuntos; 3. Conjuntos Numéricos: Conjunto dos números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais. 4. Múltiplos e Divisores; 5. Números primos, mínimo múltiplo comum, máximo divisor comum; 6. Número, álgebra, geometria, medidas e estatística; 7. Número e suas operações; 8. Sistemas de Medidas: comprimento, área, perímetro, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; 9. Regra de Três simples e composta; 10. Divisão proporcional; 11. Proporcionalidade: Razão e proporção; 12. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus; 13. Estudo de Funções: 1º e 2º Grau, logarítmica, exponencial, trigonométricas; 14. Geometria Plana e espacial; 15. Sequências e progressões; 16. Matrizes e Determinantes; 17. Sistemas Lineares; 18+. Análise Combinatória; 19. Probabilidade; 20. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; 21. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; 22. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; 23. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, 24. Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; 26. Polinômios e Equações Algébricas; 28. Porcentagem; 29. Volumes dos principais sólidos geométricos 30. Princípio Multiplicativo; 31. Conservação, redução e ampliação de perímetros e áreas das principais figuras planas usando malhas quadriculadas; 32. Arestas, vértices e faces de um sólido geométrico. 33. Conjuntos numéricos: intersecção, união e diferença

#### 5. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (a cada Cargo).

Professor de Educação Infantil

1. Concepção de Infância; concepções de atendimento educacional à infância; 2. Função Social da Educação Infantil; 3. Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, 4. Eixos Norteadores da Educação Infantil e o Papel do Professor; 5. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/1990; 6. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 7. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil; 8. Parâmetro Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil; 9. Base Nacional Comum Curricular 10. Projeto Político Pedagógico; 11. Legislação vigente da Educação, 12. Desenvolvimento psicológico e aprendizagem; 13. Espaços qualificados e temáticos para o desenvolvimento da infância; 14. A aprendizagem e desenvolvimento Infantil; 15. A importância da Educação Infantil na Constituição da Identidade das crianças como sujeitos; 16. Atividade Lúdica no Contexto da Educação Infantil; 17. Trabalho com Projetos; 18. Musicalidade na Infância; 19. Jogo e a Aprendizagem; 20. Fases do Desenvolvimento Psicomotor da criança e transtornos; 21. A Criatividade e o Brincar; 22. Currículo na Educação Infantil; 23. A Avaliação na Educação Infantil; 24. Arte, Movimento e Corporeidade. 25. Diferença entre brincar e o lúdico; 26. Desenvolvimento da linguagem oral e escrita. 27. Leitura e escrita na Educação Infantil. 28. A promoção da leitura na Educação Infantil. 29. O cuidar e o ensinar na Educação Infantil; 30. Princípios que fundamentam as práticas da Educação Infantil; 31. Pluralidade cultural e inclusão escolar. 32. Organização do cotidiano na Educação Infantil: tempo, espaço, atividade. 32. Documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação descritiva);

Professor de Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

1. Aprendizagem e a construção do conhecimento; 2. O planejamento pedagógico e o ambiente de aprendizagem; 3. A proposta pedagógica realizada com o coletivo da escola; 4. Currículo: como organizar e o que ensinar; 5. A avaliação da aprendizagem; 6. A prática docente frente as necessidades da sociedade atual; 7. Interação professor/aluno; 8. Alfabetização na perspectiva do letramento; 9. Alfabetização como processo de apropriação das diferentes linguagens: apropriação inicial da leitura e da escrita; 10. Oralidade e escrita; 11. Perfil do Professor Alfabetizador; 12. Letramento e a diversidade de Gêneros discursivos; 13. Ideia de representação, funções sociais da escrita; 14. Texto: unidade da língua, tipologia textual, produção e reestruturação de textos, análise linguística; 15. Direitos de aprendizagem da Língua Portuguesa; 16. Emília Ferreiro e o processo de construção da escrita; 17. Diferença entre alfabetização e letramento. 18. Métodos de alfabetização: analítico, sintético, analítico-sintético; 19. Conceito de lúdico nas atividades dos anos iniciais 20. Sequência didática (Schneuwly, Dolz e colaboradores). 21. Elaboração de conceitos matemáticos: Campos Numéricos - Números Naturais, Números Racionais, 22. Análise Combinatória; 23. Campos Geométricos - Geometria Espacial, Geometria Plana, 24. Sistema de Medidas; 25. Estatística - Gráficos estatísticos; 26. Direitos de aprendizagem da Matemática; 27. Elaboração de conceitos das Ciências Naturais: meio biótico e abiótico, recursos tecnológicos, interdependências, saúde; 28. Elaboração de conceitos das Ciências humanas e sociais: tempo, tempo cronológico e histórico, temporalidade, espaço, relações e interações, cotidiano, memória e identidade/grupo, paisagem, localização, orientação, representação; 29. Parâmetros Curriculares Nacionais das Séries Iniciais. 30. Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 31. Contribuição da brincadeira, das interações e das linguagens no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. 32. Base Nacional Comum Curricular 33. Projeto Político Pedagógico.

Professor de Língua Portuguesa

1. Leitura e compreensão de textos; 2. Estruturação do texto; 3. Ideias principais e secundárias; 4. Relação entre ideias; 5. Ideia central e intenção comunicativa; 6. Identificação das características de composição e de função social de diferentes gêneros de texto; 7. Tipologia Textual; 8. Dialogismo, intertextualidade, interdiscursividade e gêneros textuais; 9. Efeitos de sentido; 10. Figuras de Linguagem; 11. Concordância nominal e verbal; 12. Léxico; 13. Conceito de fonemas; 14. Relações entre fonemas e grafias; 15. O sistema ortográfico do português; 16. Acentuação gráfica de acordo com o atual Acordo Ortográfico; 17. Sintaxe de concordância e de regência nominal e verbal; 18.

Crase; 19. Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos; 20. Reconhecimento do uso significativo dos diferentes recursos gramaticais no texto escrito (níveis: morfológico, sintático, semântico e textual/discursivo); 21. Formação de palavras – significado e sentido de morfemas; 22. Emprego das diferentes classes gramaticais; 23. Flexão verbal – valor semântico de tempos, modos e vozes verbais, locuções verbais, tempos compostos e formas nominais do verbo; 24. Elipse; Colocação de termos na oração; 25. Relações de sentido entre orações e segmentos de texto – elementos de coesão e coerência textuais; 26. Emprego dos sinais de pontuação; 27. Conotação e denotação; 28. Literatura: conceitos básicos; gêneros literários; movimentos literários; 29. Texto e discurso; 30. A semântica textual: conteúdo e forma/estruturação frasal e textual; 31. Parâmetros Curriculares Nacionais Língua Portuguesa; 32. Base Nacional Comum Curricular.

#### Professor de Inglês

1. Métodos e abordagens de ensino da língua inglesa e sua relação com os Parâmetros Curriculares Nacionais – língua estrangeira. 2. Compreensão de textos: estratégias de leitura; conceito de gênero textual e de tipo de texto; leitura e gêneros textuais; identificação dos mecanismos que conferem coesão e coerência ao texto; relação texto-contexto. 3. Léxicogramática: verbos: tempo, modo e voz; auxiliares modais; 'phrasal verbs'; substantivos, pronomes, artigos, adjetivos possessivos e numerais. 4. Advérbios e preposições expressando tempo, modo e lugar; subordinação e coordenação. 5. Discurso: discurso direto, relatado, direto livre e relatado livre e sua função comunicativa no texto. 6. Inglês escrito e falado, inclusive nas novas tecnologias de comunicação. 7. Compreensão escrita em Língua Inglesa. 8. Conhecimento do vocabulário, da literatura, aspectos culturais e expressões idiomáticas. 9. Elementos de linguagem: fonéticos-fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. 10. Prática pedagógica do ensino da língua inglesa; 11. Competências para ensinar e aprender língua inglesa.; 12. Interação em sala de aula e valorização do conhecimento prévio e de mundo do aluno. 13. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Estrangeira. 14. Base Nacional Comum Curricular

#### Professor de Ciências

1. Educação em ciências: conteúdo e metodologia. Questões sócio-científicas e as implicações éticas. Alfabetização científica. 2. Origem da vida. Principais teorias do processo evolutivo. 3. Seres vivos. Origem das espécies. Biodiversidade. Caracterização geral dos filos. Funções vitais. Sistemas de classificação. 4. Biologia celular. Principais diferenças entre procariotas e eucariotas. Processos bioenergéticos: fundamentos, respiração e fotossíntese, biossíntese de proteínas. Reprodução celular: mitose e meiose. Desenvolvimento embrionário. Reprodução humana. 5. Genética. Fundamentos de citogenética. Código genético. Caracterização geral das biotecnologias e seus impactos sociais. Organismos geneticamente modificados. 6. Ecologia. Conceitos fundamentais. Relações tróficas entre os seres vivos. O ecossistema e seus componentes. Os principais biomas. Educação ambiental: princípios gerais. Ocupação histórica do meio ambiente pelo homem. Poluição e desequilíbrios ecológicos. 7. Ser humano e Saúde. Educação para a promoção da saúde. Conceitos de saúde. Sistemas do corpo humano. Sexualidade. Doenças transmissíveis, meio ambiente e qualidade de vida. Implicações no contexto atual. 8. Universo, Sistema Solar e Planeta Terra. Teoria do Big Bang. Energia e suas transformações. Sol como fonte básica de energia. Elementos da natureza: ar, água e solo. Ciclos biogeoquímicos e a vida na Terra. Importância e propriedades da água. 9. Matéria. Teoria atômica-molecular: evolução do conceito de átomo. Estados físicos da matéria. Mudanças de estado. Aspectos macroscópicos: substâncias simples e compostas; misturas homogêneas e heterogêneas. Processos físicos de fracionamento das misturas. Soluções. Funções químicas inorgânicas: conceitos, classificações e nomenclaturas de óxidos, ácidos, hidróxidos e sais. 10. Vida: Movimentos e Fenômenos. Transformações mecânicas, térmicas e eletromagnéticas. Fenômenos ondulatórios: acústicos e ópticos. 11. Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências.; 12. Ensino de ciências – objetivos, especificidades, tendências, pressupostos teórico-metodológicos, estratégias e conteúdos. 13. Base Nacional Comum Curricular

#### Professor de Matemática

1. Conjuntos e Subconjuntos: operações e problemas com conjuntos; 2. Conjuntos Numéricos: Conjunto dos números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais; 3. Operações com números reais: Resolução de problemas envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação; 4. Múltiplos e Divisores; 5. Número, álgebra, geometria, medidas e estatística; 6. Número e suas operações; 7. Sistemas de Medidas: comprimento, área, perímetro, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; 8. Regra de Três simples e composta; 9. Divisão proporcional; 10. Proporcionalidade: Razão e proporção; 11. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus; 12. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas; 13. Geometria Plana e espacial; 14. Sequências e progressões; 15. Matrizes e Determinantes; 16. Sistemas Lineares; 17. Análise Combinatória; 18. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; 19. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. 20. Teorema de Pitágoras e suas aplicações; 21. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; 22. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Polinômios e Equações Algébricas; 23. Noções de limites, derivadas e integrais; 24. Porcentagem; 25. Volumes dos principais sólidos geométricos 26. Princípio Multiplicativo; 27. Conservação, redução e ampliação de perímetros e áreas das principais figuras planas usando malhas quadriculadas; 28. Arestas, vértices e faces de um sólido geométrico; 29. Parâmetros curriculares nacionais: Matemática. 30. Os objetivos da Matemática na Educação Básica. 31. Seleção e organização dos conteúdos para o Ensino Fundamental e Médio. 31. Base Nacional Comum Curricular

#### Professor de História

1. Transformações e permanências: Tempo do indivíduo e o tempo social; tempo cronológico e tempo histórico, características dos sistemas sociais e culturais, registro de tempo ao longo da história; 2. Diferenças socioculturais que caracterizam os espaços sociais (escola, a localidade, a cidade, o país e o mundo), reconhecimento, valorização e respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural como fundamentos da vida social; 3. HISTÓRIA ANTIGA: o surgimento das grandes civilizações; 4. HISTÓRIA MEDIEVAL: O Império Bizantino. Alta Idade Média. Baixa Idade Média. As Cruzadas. A Cultura Medieval; 5. HISTÓRIA MODERNA: A Expansão Marítima Europeia; Revolução Comercial, Formação das Monarquias Nacionais. Mercantilismo. Conquista e Colonização da América; O Renascimento Cultural, Reforma Religiosa; Contra-Reforma; 6. HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA: A Revolução Francesa; Era Napoleônica; Revolução Industrial; Doutrinas Sociais do século XIX. O imperialismo e Neocolonialismo do século XIX; Revolução Russa; Primeira e Segunda Guerra Mundial; Período Entre-Guerras; Guerra Fria; 7. Desintegração do Socialismo; 8. Formação histórica brasileira: o estudo e a análise de situações históricas – o período da colonização, processo de independência, período monárquico, a República, desenvolvimento e consolidação da democracia, inserção no mundo globalizado – reconhecimento e valorização da diversidade, responsáveis pela construção das identidades individual e coletiva. 9. Influências da História nas formas de convivência e organização social do tempo presente e do passado. 10. As relações sociais de trabalho

ao longo da história: impactos da tecnologia nas transformações dos processos de trabalho, relações entre trabalho e cidadania, trabalho urbano e trabalho rural; 11. Os múltiplos caminhos para estudar, ensinar e compreender a história; 12. Conceitos de Práticas e propostas pedagógicas, relacionadas ao conteúdo de história; 13. Parâmetros Curriculares Nacionais de História. 14. Didática e prática dos procedimentos de produção do conhecimento histórico; 15. Linguagem e ensino de História; 16. Orientações Curriculares Nacionais do Ensino Médio: História 17. Base Nacional Comum Curricular

#### Professor de Geografia

1. A Geografia como conhecimento científico. O objeto de estudo da Geografia: o espaço geográfico. As diversas áreas da Geografia. Aplicações da Geografia. 2. Cartografia: Meios de orientação e de representação cartográfica; coordenadas geográficas; Sistemas de projeções; fusos horários e escalas. 3. O planeta Terra: origem, formação e movimentos. Forma, estrutura e composição interna da Terra. Fenômenos na crosta terrestre e a formação do solo. 4. A atmosfera terrestre. As camadas da atmosfera. Os elementos e fatores responsáveis pela diversificação climática. O clima na vida do homem. Os fenômenos climáticos. 5. Os biomas terrestres e as formações vegetais. A questão ambiental e as relações entre a natureza e a sociedade; As perspectivas e desafios da sociedade atual com relação ao meio ambiente; Mudanças climáticas globais. A desertificação do mundo. 6. Energia e meio ambiente. A produção mundial de energia e a produção de energia no Brasil. 7. O relevo terrestre: fatores endógenos e exógenos. Os diversos tipos de relevo. As rochas e os solos. Problemas ambientais geomorfológicos. 8. O relevo submarino e a morfologia litorânea. 9. Os recursos hídricos e sua utilização pelo homem. Oceanos, mares, lagos e rios: principais características. 10. A população mundial e brasileira: aspectos demográficos, estrutura, dinâmica, migrações e distribuição da população. 11. As desigualdades de desenvolvimento econômico-social no mundo. O modo de produção capitalista. As experiências socialistas no mundo. A globalização e seus efeitos sobre o espaço geográfico. A ordem geopolítica e econômica: do pós-segunda guerra aos dias atuais. 12. Mundo contemporâneo: economia, geopolítica e sociedade. 13. Os conflitos armados no mundo atual. 14. Processo de urbanização e a industrialização no mundo e no Brasil. 15. O espaço brasileiro. Os principais aspectos do quadro natural. Características do processo de urbanização. O espaço agrário e os problemas agrários brasileiros. As atividades industriais. As fontes de energia. O comércio e os serviços. Os transportes e as comunicações. 16. A organização regional no Brasil. As principais características naturais e socioeconômicas das grandes regiões brasileiras. A população brasileira: aspectos demográficos, estrutura, dinâmica, migrações e distribuição da população. 17. Ensino de Geografia: Práticas de ensino de Geografia; 18. Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia. 19. A Educação Geográfica e o Ensino Fundamental. 20. Orientações Curriculares Nacionais do Ensino Médio: Geografia. 21. Base Nacional Comum Curricular.

#### Professor de Espanhol

1. Fonética e fonologia; 2. Ortografia; 3. Morfologia; 4. Sintaxe; 5. Vocabulário; 6. Análise e Compreensão de textos; 7. Emprego dos sinais de pontuação; 8. Verbos usuais; 9. Artigo neutro Lo; 10. Verbos reflexivos; 11. Expressões idiomáticas com o verbo tener; 12. Particípio presente; 13. Particípio passado irregular; 14. Probabilidade, futuro e condicional; 15. Parâmetros Curriculares Nacionais Língua Estrangeira. 16. Prática pedagógica do ensino da língua espanhola: Métodos e técnicas de ensino; Recursos didáticos; 17. Avaliação no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. 18. Concepções metodológicas referentes ao processo de ensino e aprendizagem da Língua Espanhola. 19. Compreensão escrita em Língua Espanhola. 20. Conhecimento do vocabulário, da literatura, aspectos culturais e expressões idiomáticas. 21. Elementos de linguagem: fonéticos-fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. 22. Base Nacional Comum Curricular

#### Professor de Artes

1. As implicações pedagógicas do processo de estruturação da prática de ensino em artes visuais. 2. Relação entre teoria e prática nas aulas de arte. 3. Características, funções, limites e procedimentos no cotidiano escolar; 4. Conhecimentos artísticos, estéticos e culturais produzidos historicamente e em produção pela humanidade; 5. História da Arte; 6. Conceitos de som, forma, cor, gesto, movimento, espaço e tempo nas linguagens artísticas: musical, visual, cênica, articulados aos processos de contextualização, produção artística e leitura de imagens e de obras de arte; 7. Arte em contextos não formais de ensino: ação educativa em museus, galerias, etc; 8. Processos de criação Artística: Desenvolvimento do aparelho motor e da expressão criativa. 9. Introdução dos elementos formais e sintáticos do desenho: ponto; linha, massa, textura, volume, composição, valor tonal, cor, luz e sombra; 10. Fundamentos da Arte na Educação; 11. Desenvolvimento da competência estética e artística nas diversas formas de arte visuais (dança, música, teatro e cinema), na produção de trabalhos individuais e em grupo, e progressivamente apreciar; desfrutar; valorizar e julgar os bens artísticos de tempos e culturas distintas; 12. Parâmetros curriculares nacionais: Arte; 13. Tendências Pedagógicas da Arte na Educação; 14. Metodologias e concepções do ensino de Arte. 15. Avaliação em Arte. 16. Base Nacional Comum Curricular

#### Professor de Educação Física

1. Origem e evolução da Educação Física, Educação Física na Concepção Histórico Cultural, 2. Educação Física Crítico Superadora; 3. Educação do corpo e do movimento humano; 4. O desenvolvimento motor na infância e adolescência; 5. Atividade física e saúde; 6. Inclusão dos alunos com deficiência na Educação Física: principais características, implicações e considerações sobre a prática de atividades físicas; 7. Conceitos essenciais da Educação Física Escolar; 8. Corporeidade/Movimento: dança; jogos; ginástica, 9. Esporte e Lutas e Qualidade de vida; 10. Órgãos regulamentadores da profissão. 11. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física. 12. Planejamento e Avaliação em Educação Física Escolar. 13. Educação Física como componente curricular na Educação Básica; 14. Educação Física e suas Abordagens: intenção, fundamentos, objetos de estudo e função na educação física escolar; 15. Esporte Escolar: O processo de Ensino-Aprendizagem; 16. Treinamento Esportivo no contexto escolar. 17. Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; 18. Atividade da Cultura Corporal: Jogo, Luta, Dança, Mímica, Ginástica Esportiva; 19. Base Nacional Comum Curricular

#### Auxiliar de Educação Infantil

1. Recepção às crianças; 2. Banho e higiene; 3. Fornecimento de alimentação; 4. Vigilância a saúde e alimentação; 5. Zelo pela higiene da sala e outros materiais; 6. Organização e planejamento de atividades educativas e materiais pedagógicos; 7. Auxílio em atividades escolares que promovam o desenvolvimento físico, mental, emocional e social; 8. Auxílio ao docente em todas as atividades de atendimento às crianças; 9. Inclusão escolar; 10. Processo ensino-aprendizagem; 11. Planejamento Didático; 12. Diversidade Cultural; 13. A educação infantil e seu papel social; 14. Os dois grandes eixos da educação infantil - educar e cuidar; 15. As características da criança de 0 a 5 anos; 16. Direitos da infância e a relação creche-família.

#### Servente Educacional



1. Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. 2. Limpeza e organização do ambiente de trabalho. 3. Utilização de materiais e utensílios, armazenamento e manuseio de produtos de higiene. 4. Utilização de EPI (Equipamento de Proteção Individual) e equipamentos de proteção coletiva (EPC) 5. Acidente de trabalho e prevenção de acidentes de trabalho. 6. Noções básicas de preparação de alimentos; 7. Trabalho de Cozinha: preparo de café, lanches e refeições em geral; 8. Guarda e conservação de alimentos; 9. Controle de Estoque de Material de cozinha; 10. Higiene pessoal e dos alimentos em diversas etapas: recebimento, armazenamento, pré-preparo e preparo de alimentos, distribuição. 11. Contaminação de alimentos. 12. Alimentação Escolar; 13. Noções básicas de armazenamento de alimentos e produtos de limpeza. 14. Cuidados no uso de produtos de limpeza. 15. Controle de estoque dos materiais de limpeza. 16. Remoção de lixo e detritos, destino e seleção do lixo. 17. Cardápios; 18. Relação interpessoal e ética profissional. 19. Boas maneiras; 20. Comportamento no ambiente de trabalho; 21. Organização do local de trabalho; 22. Atribuições inerentes às funções do cargo.

#### Motorista

1. Novo Código Nacional de Trânsito, abrangendo os seguintes tópicos: administração de trânsito, regras gerais para circulação de veículos, sinalização de trânsito, registro e licenciamento de veículos, condutores de veículos, deveres e proibições, infrações à legislação de trânsito, penalidades e recursos. 2. Noções de manutenção básica preventiva e corretiva. 3. Controle das condições de funcionamento do veículo: troca de pneus, cinto de segurança, óleo, bomba d'água, circuito elétrico. 4. Direção defensiva. 5. Primeiros socorros. 6. Proteção ao meio ambiente. 7. Utilização correta no transporte de materiais e pessoas. 8. Conservação e limpeza de veículo. 9. Relacionamento interpessoal; 10. Deveres e proibições, infrações e penalidades. 11. Atribuições inerentes às funções do cargo.

#### Operador de Máquinas Pesadas

1. Técnicas de operação, transporte, estabilização e manuseio dos equipamentos. 2. Segurança na operação. 3. Inspeção e manutenção diária do equipamento. 4. Conceitos básicos e funcionamento de componentes dos equipamentos. 5. Noções sobre funcionamento de máquinas pesadas. 6. Transporte de carga. 7. Conservação e preservação do meio ambiente. 8. Noções de prevenção de acidentes no trabalho. 9. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e equipamentos de proteção coletiva (EPC). 10. Regras básicas de comportamento profissional para o relacionamento diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. 11. Novo Código Nacional de Trânsito, abrangendo os seguintes tópicos: administração de trânsito, regras gerais para circulação de veículos, sinalização de trânsito, registro e licenciamento de veículos, condutores de veículos, deveres e proibições, infrações à legislação de trânsito, penalidades e recursos; 12. Conservação e limpeza de veículo

#### Auxiliar de Serviços Gerais

1. Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. 2. Limpeza e organização do ambiente de trabalho. 3. Utilização de materiais e utensílios, armazenamento e manuseio de produtos de higiene. 4. Utilização de EPI (Equipamento de Proteção Individual) e equipamentos de proteção coletiva (EPC) 5. Acidente de trabalho e prevenção de acidentes de trabalho. 6. Noções básicas de preparação de alimentos; 7. Trabalho de Cozinha: preparo de café, lanches e refeições em geral; 8. Guarda e conservação de alimentos; 9. Controle de Estoque de Material de cozinha; 10. Higiene pessoal e dos alimentos em diversas etapas: recebimento, armazenamento, pré-preparo e preparo de alimentos, distribuição. 11. Contaminação de alimentos. 12. Noções básicas de armazenamento de alimentos e produtos de limpeza. 13. Cuidados no uso de produtos de limpeza. 14. Controle de estoque dos materiais de limpeza. 15. Remoção de lixo e detritos, destino e seleção do lixo. 16. Cardápios; 17. Relação interpessoal e ética profissional. 18. Boas maneiras; 19. Comportamento no ambiente de trabalho; 20. Organização do local de trabalho; 21. Atribuições inerentes às funções do cargo.

#### Eletricista

1. Montagem e reparação de instalações de baixa e alta tensão em edifícios, residências, iluminação pública ou outros locais guiando-se por esquemas elétricos e outras especificações. 2. Uso de ferramentas manuais comuns e especiais, aparelhos de medição elétricos e eletrônicos. 3. Conhecimento de materiais condutores, isolantes e resistores, unidades de medidas e grandezas elétricas. 4. Conhecimentos, fixação e instalação de: quadros de distribuição monofásico, bifásico e trifásico, tomadas e interruptores, chaves de comando, circuitos de sinalização, tipos de redes de distribuição, material e ferramentas. 5. Operações de serra, roscar e curvas eletrodutos, conectar e emendar fios. 6. Instalar luminárias. 7. Consumo de energia. 8. Proteção de condutores. 9. Noções básicas sobre energia elétrica; 10. Tipos de geradores elétricos; 11. Produção de energia elétrica no Brasil e no mundo; 12. Equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC). 13. Noções de segurança e higiene do trabalho. 14. Relação interpessoal e ética profissional. 15. Atribuições inerentes às funções do cargo. 16. Organização do local de trabalho

JACINTO MACHADO/SC, em 11 de OUTUBRO de 2018.

ANTONIO BORGES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologado o ANEXO II do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2018, dos Conteúdos Programáticos.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2018

#### ANEXO III

#### FORMULÁRIO PARA RECURSO

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_



Nº. Inscrição: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Questionamento: \_\_\_\_\_

Embasamento: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Requerente

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2018

## ANEXO IV

## ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

## Professor

1. Participar da elaboração do Regimento Escolar e Proposta Pedagógica da escola; 2. Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; 3. Participar do processo do planejamento das atividades da escola; 4. Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; 5. Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola; 6. Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; 7. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; 8. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos; 9. Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento; 10. Atualizar-se em sua área de conhecimento; 11. Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; 12. Zelar pela aprendizagem do aluno; 13. Manter-se atualizado sobre legislação de ensino; 14. Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe; 15. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe; 16. Seguir as diretrizes do ensino, emanados do órgão superior competente; 17. Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; 18. Zelar pela disciplina e pelo material docente; 19. Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

## Auxiliar de Educação Infantil

Executar trabalhos aos docentes do Ensino de Educação Infantil no tocante a: 1. Recepcionar as crianças na entrada e saída do horário escolar; 2. Realizar tarefas de banho e higiene das crianças; 3. Fornecer alimentação das crianças nos horários determinados; 4. Manter vigilância permanente das crianças no tocante a saúde e alimentação; 5. Zelar pela higiene e conservação da sala, objetos e materiais pertencentes às crianças; 6. Auxiliar na recreação e atividades de coordenação psicomotora das crianças; 7. Executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo, bem como aquelas que lhe forem atribuídas pela Secretaria Municipal de Educação.

## Servente Educacional

Atividade de nível subalterno e de natureza operacional e de grau de complexidade mediana, abrangendo trabalhos de atendimento a crianças, limpeza, preparação de merenda e demais atividades correlatas.

## Motorista

1. Dirigir veículos oficiais, ônibus e caminhão, transportando materiais e passageiros; 2. Zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; 3. Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade; 4. Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidade ou avarias com sua viatura; 5. Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; 6. Proceder ao mapeamento de viagens, identificando usuários, seu destino, quilometragem, horários de saída e entradas; 7. Tratar os passageiros com respeito; 8. Manter atualizada sua carteira nacional de habilitação e documentação do veículo; 9. Atender as necessidades de deslocamento a serviço, seguindo determinações dos usuários; 10. Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

## Operador de Máquinas Pesadas

1. Executar serviços de escavação, terraplanagem e nivelamento de solos; 2. Executar serviços de construção, pavimentação e conservação de vias; 3. Efetuar carregamento e descarregamento de materiais; 4. Verificar os itens de manutenção periódica e de desgaste das máquinas e equipamentos, comunicando a necessidade de substituição ao setor responsável. 5. Acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após a execução, efetuar testes necessários; 6. Pôr em prática as medidas de segurança, recomendadas para a operação e estacionamento da máquina; 7. Anotar dados e informações sobre consumo de combustível e conservação; 8. Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

## Auxiliar de Serviços Gerais

1. Executar serviços de manutenção e limpeza em repartições públicas e áreas públicas pertencentes ao Município; 2. Executar trabalhos de limpeza das repartições e áreas públicas, praças, ruas, ou local para onde for designado, bem como dos demais bens públicos como veículos, monumentos etc.; 3. Executar trabalhos de manutenção de repartições e áreas públicas, praças, ruas, pontes, drenagens etc.; 4. Manter vigilância e guarda dos materiais produtos de limpeza que estiver em sua posse; 5. Zelar pelo patrimônio público municipal; 6. Comunicar a autoridade competente qualquer ocorrência ou dano observado no patrimônio público municipal; 7. Executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo, bem como aqueles que lhe forem atribuídos pela Secretaria Municipal a qual estiver lotado.

## Eletricista

1. Instalar e observar o funcionamento correto do sistema elétrico; 2. Sugere modificações que visem a diminuir o consumo de energia; 3. Instalar quadro de comando e proteção para o local; 4. Manusear aparelhos elétricos de teste e medição; 5. Ler desenhos e esquemas de circuito elétrico de maior complexidade; 6. Verificar o conserto de material, a utilização e a guarda das ferramentas e o aproveitamento das sobras de material; 7. Zelar pela segurança dos locais de trabalho; 8. Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

JACINTO MACHADO/SC, em 11 de OUTUBRO de 2018.  
ANTONIO BORGES  
Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologado o ANEXO IV do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2018, das Atribuições dos Cargos.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
Prefeito Municipal

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 002/2018 FMS

Publicação N° 1772790

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
PROCESSO SELETIVO N.º 002/2018

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, Estado de Santa Catarina, através da Comissão de Processo Seletivo, nos termos do Decreto Municipal n.º 096 de 05 de Outubro de 2018, no uso de suas atribuições legais, e a empresa AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA (Através de seu departamento de pesquisas: PS Concursos), TORNA PÚBLICO o PROCESSO SELETIVO de pessoal para atuação no Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, a serem Admitidos em Caráter Temporário nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal de 1988 e conforme as Leis Municipais: 251/2000, 726/2014 e 834/2017 e 839/2017 e suas respectivas alterações, na forma deste Edital:

### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO reserva o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Processo Seletivo.

1.2 Para se inscrever, o candidato deverá acessar o site [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado), efetuar seu cadastro e inscrição, e antes de validar a inscrição, conferir todos os dados inclusive à denominação do cargo e seu respectivo código.

1.3 O cronograma com as datas de cada fase do Processo Seletivo, os conteúdos programáticos, as atribuições dos cargos e o detalhamento das Micro Áreas para os Agentes Comunitários de Saúde, estarão disponibilizadas nos Anexos I, II, IV e V, partes integrantes do presente Edital.

### 2. DAS VAGAS, CARGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS E REMUNERAÇÃO.

Poderão participar da Seleção, os profissionais interessados em prestar serviço em caráter temporário e que atendam aos requisitos deste Edital e da legislação municipal vigente e alterações supervenientes, para os cargos/áreas abaixo relacionados:

#### ÁREA 01: CARGOS DA SAÚDE

Nº	Cargo	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração (R\$)	Requisitos para o cargo
01	Agente Comunitário da Saúde da Família  OBS: Ver Anexo V (Detalhamento e Quantidade de Vagas por Micro área)	25 + CR	40 horas	R\$ 1.043,92	Ensino Fundamental.  (OBS: O Candidato deverá apresentar, na validação da inscrição, o comprovante de cadastro da micro área do programa ESF, emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, onde irá comprovar que reside na área de atuação em que concorre)
02	Médico da Saúde da Família	02 + CR	40 horas	R\$ 11.118,60	Nível Superior em Medicina e registro no CRM
03	Enfermeiro da Saúde da Família	03 + CR	40 horas	R\$ 2.465,79	Nível Superior em Enfermagem e registro no COREN
04	Técnico em Enfermagem da Saúde da Família	03 + CR	40 horas	R\$ 1.416,28	Curso Técnico em Enfermagem e registro no COREN
05	Educador Físico	01 + CR	20 horas	R\$ 1.232,89	Portador de Diploma Nível Superior, com habilitação em Educação Física, com registro no Conselho Regional - CREF/SC.

06	Farmacêutico	02 + CR	40 horas	R\$ 2.465,79	Portador de Diploma Nível Superior, com habilitação em Farmácia, registrado no conselho Regional de Farmácia – CRF/SC
07	Odontólogo	01 + CR	40 horas	R\$ 3.189,76	Portador de Diploma Nível Superior, em Odontologia, com registro no órgão competente.
08	Fisioterapeuta	02 + CR	20 horas ou 40 horas	R\$ 1.334,52 (20horas) R\$ 2.669,04 (40 horas)	Portador de Diploma Nível Superior, com registro no órgão competente.
09	Nutricionista	01 + CR	20 horas	R\$ 1.308,35	Portador de Diploma Nível Superior, com habilitação em Nutrição e registro no órgão competente.
10	Servente	02 + CR	40 horas	R\$ 954,00	Escolaridade dispensada.

\* CR = Cadastro de Reserva

Nota 01: As atribuições dos cargos são as constantes na Lei nº 834/2017, Lei nº 726/2014, Lei nº 251/2000 e Lei 839/2017.

Nota 02: Após o preenchimento das vagas existentes no edital, o Município de Jacinto Machado, poderá chamar os candidatos, de acordo com sua necessidade e conveniência, desde que respeitada a lista classificatória.

Nota 03: As vagas para o Cargo de Agente Comunitário de Saúde destinam-se a todas as regiões do município, sendo que o candidato concorrerá às vagas oferecidas para apenas uma delas, devendo indicar o código do cargo de acordo com a microárea em sua inscrição eletrônica, conforme quadro demonstrativo no ITEM 2 deste edital e sua complementação no ANEXO V, também parte integrante deste documento. Após o deferimento final das inscrições, o candidato não poderá trocar de micro área em sua inscrição.

Nota 04: O Candidato, ao Cargo de Agente Comunitário de Saúde, deverá residir dentro da área para a qual se inscrever, e possuir os requisitos exigidos de acordo com a Lei Federal 11.350 e Lei Municipal Lei 834/2017.

Nota 05: Na escolha da vaga, o candidato ao Cargo de Agente Comunitário de Saúde deverá comprovar residência na área para a qual se inscreveu, sob pena de desclassificação do Processo Seletivo.

Nota 06: Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, caso não haja nenhum inscrito na área de residência será chamado conforme classificação da micro área mais próxima, a critério do Município de Jacinto Machado/SC.

Nota 07: No cargo de Fisioterapeuta, haverá 1(uma) vaga para 20(vinte) horas, e 1(uma) vaga para 40 (quarenta) horas, mais cadastro de reserva.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

O candidato poderá se inscrever somente para 01 (um) cargo.

#### 2.1 INSCRIÇÃO ONLINE

2.1.1 A inscrição on-line do candidato somente será efetuada via internet, no período de 13/10/2018 a 29/10/2018 as 12:00 horas (meio dia). Para realizar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Acessar o endereço eletrônico: [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado)

b) Ler atentamente o edital, preencher o Formulário de Inscrição on-line, imprimir o comprovante gerado e o documento contendo o valor de inscrição e a conta para DEPÓSITO IDENTIFICADO também gerado após a inscrição eletronicamente, e seguir os passos constantes neste edital.

c) Efetuar o DEPÓSITO IDENTIFICADO COM O NÚMERO DO CPF DO CANDIDATO, até o dia 29/10/2018 às 23h:59min referente à taxa de inscrição (ITEM 3.3) atribuída ao nível do cargo para o qual pretende concorrer, na seguinte conta corrente: C/C: 71.005-9 AG:1084, Operação 006, Banco (Caixa Econômica), Titular: Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado/SC.

2.1.2 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá mencionar a sua condição no Formulário de inscrição. O mesmo deverá informar no ato da inscrição, o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, atestando a aptidão para o cargo que está sendo pretendido.

2.1.3 O candidato, que possuir deficiência ou não, que precisar de condições ou necessidades especiais para a prestação da prova escrita deverá selecionar a opção para este fim e mencionar os cuidados ou recursos especiais, para o dia da prova escrita, no formulário de inscrição on-line.

2.1.4 O candidato poderá obter informações técnicas referentes à utilização do portal das inscrições e preenchimento do formulário de inscrição online, através do e-mail: [suporte@processosseletivos.com.br](mailto:suporte@processosseletivos.com.br).

2.1.5 As informações prestadas no Formulário de Inscrição online serão de inteira responsabilidade do candidato. Reserva-se à comissão técnica do processo seletivo, o direito de não homologar a inscrição do candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecidos inverídicos ou falsos.

#### 2.2 VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

2.2.1 O candidato, para validar a sua inscrição no presente Processo Seletivo, após preenchimento do formulário de pré-inscrição on-line, deverá comparecer de 29 a 30/10/2018, das 08:00h as 12:00h, na Prefeitura Municipal de Jacinto Machado/SC, rua Pool Jorge Zacca, 75, Centro, munido dos seguintes documentos:

a) Formulário de Pré-inscrição impresso;

b) Comprovante de DEPÓSITO IDENTIFICADO referente ao valor da inscrição (original);

- c) CPF e Carteira de Identidade ou CNH (original e cópia);
- d) Comprovante de habilitação profissional ou de escolaridade exigida para o cargo pleiteado (original e cópia);
- e) O Candidato que apresentar certidão de colação de grau deverá, obrigatoriamente, no dia da admissão, apresentar o diploma de conclusão do curso (original e cópia).
- f) Documentos para comprovação de cursos de aperfeiçoamento (original e cópia);
- g) Laudo médico, para os candidatos que possuírem deficiência. (Original)
- h) Para o Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, o Candidato deverá apresentar o comprovante de cadastro da micro área do programa ESF, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, onde irá comprovar que reside na área de atuação em que concorre, emitido pela secretaria de Saúde de Jacinto Machado/SC. (Original e Cópia)
- i) Não haverá validação de inscrição condicional ou extemporânea nem validação da inscrição por correspondência.
- 2.2.2 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá entregar no ato da validação da inscrição o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, atestando a aptidão para o cargo que está sendo pretendido.
- 2.2.3 O candidato portador de deficiência deverá solicitar a prova especial, se for o caso, preenchendo o requerimento do Anexo III, parte integrante deste Edital.
- 2.2.4 No momento da validação, será emitido o comprovante de inscrição onde o candidato deverá assinar concordando incondicionalmente com todos os termos descritos na sua inscrição.
- 2.2.5 A validação da inscrição poderá ser efetuada somente pelo candidato, ou mediante procuração devidamente registrada em cartório.

### 2.3 VALORES DE INSCRIÇÃO

CARGO / ESCOLARIDADE	VALOR
Cargos de Nível Fundamental	R\$ 30,00
Cargos de Nível Médio	R\$ 40,00
Cargos de Nível Superior	R\$ 50,00

### 2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES

- 2.4.1 É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento do formulário de inscrição on-line, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes da confirmação, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das inscrições.
- 2.4.2 As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do site [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado) nos últimos dias de inscrição on-line.
- 2.4.3 A empresa organizadora do certame e o Município de Jacinto Machado/SC não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

### 2.5 PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 2.5.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão publicados e deferidas parcialmente (preliminar) no dia 30/10/2018 e definitiva (após prazo de recursos) no dia 06/11/2018 pela autoridade competente, ambas até as 23h:59min. O ato de publicação será divulgado no site [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado), onde estarão indicados o nome do candidato, o cargo pretendido e o número de sua inscrição.
- 2.5.2 No mesmo local será publicada a relação das inscrições indeferidas.

### 3 REQUISITOS BÁSICOS PARA ADMISSÃO NO CARGO

- 3.1 Ter nacionalidade brasileira ou equivalente
- 3.2 Estar no gozo de direitos políticos;
- 3.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- 3.4 Possuir quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.
- 3.5 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no ITEM II do presente Edital, na data da contratação.
- 3.6 Contar com, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data da posse.
- 3.7 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.
- 3.8 Firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei.
- 3.9 Apresentar Cópia do Título de Eleitor
- 3.10 Apresentar Certidão Negativa de Antecedentes criminais
- 3.11 Apresentar Declaração de Imposto de Renda (se houver) ou declaração de bens
- 3.12 Apresentar toda a documentação comprobatória exigida para atender aos requisitos do cargo conforme ITEM 2 deste edital e leis municipais que regulamentam o cargo no município de Jacinto Machado /SC.

### 4 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

O Processo Seletivo constará de 02 (duas) etapas consistentes de:

- a. Prova Escrita, de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos de caráter classificatório (ressalvada a ausência do candidato à prova ou zerá-la, casos em que será eliminado do processo seletivo);
- b. Prova de Títulos (escolaridade, e cursos de aperfeiçoamento ou atualização), de caráter classificatório.

#### 4.1 PROVA ESCRITA

- 4.1.1 A prova escrita será de caráter classificatório e eliminatório, que avaliará a aptidão funcional dos candidatos para o desempenho das funções a serem executadas no exercício do cargo pretendido.
- 4.1.2 As provas escritas serão organizadas conforme exigências do cargo pretendido:



**4.1.2.1 Provas para o cargo de Servente:**

- a) A Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas, sendo 05 (cinco) questões de língua portuguesa e/ou interpretação de texto, 05 (cinco) questões de atualidades e dados históricos, 05 (cinco) questões de matemática e 05 (cinco) questões de conhecimentos específicos do cargo pretendido. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.
- b) Os candidatos receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões. Sendo 05 (cinco) questões específicas para cada cargo pretendido;
- c) O caderno de avaliações será composto pelas questões gerais e específicas de cada cargo;
- d) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

**4.1.2.2 Provas para os demais cargos deste edital na Área da Saúde:**

- a) A Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas, sendo 05 (cinco) questões de língua portuguesa e/ou interpretação de texto, 05 (cinco) questões de atualidades e dados históricos, 05 (cinco) questões de conhecimentos Gerais da Área da Saúde e 05 (cinco) questões de conhecimentos específicos do cargo pretendido. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.
- b) Os candidatos receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões. Sendo 05 (cinco) questões específicas para cada cargo pretendido;
- c) O caderno de avaliações será composto pelas questões gerais e específicas de cada cargo;
- d) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

**4.1.2.3 As questões das provas versarão sobre os conteúdos programáticos constantes no Anexo II deste Edital.****4.1.2.4 O peso de cada questão é de 0,5 pontos.****4.1.2.5 A nota da prova escrita (NPE) será calculada com o emprego da seguinte fórmula:  $NPE = (NA \times 0,5)$  onde (NPE= Nota da Prova Escrita, e NA= Número de Acertos).****4.1.2.6 Cada Candidato inscrito no certame terá direito a apenas 01 (um) cartão de respostas, não sendo permitida, em hipótese alguma, a troca de seu cartão assinado por outro.****4.1.2.7 O candidato deverá transpor os resultados das questões para grade de respostas, cujo preenchimento é de sua inteira responsabilidade.****4.1.2.8 Questões rasuradas ou com mais de uma alternativa marcada, na grade de respostas, serão consideradas como marcadas incorretamente pelo candidato.****4.1.2.9 Para fins de correção da prova, somente será considerada a grade de respostas, sendo que os cadernos de prova não serão considerados, sob quaisquer hipóteses.****4.2 PROVA DE TÍTULOS****4.2.1 Da avaliação do nível de escolaridade**

A avaliação do nível de escolaridade será feita através de certificados ou diplomas de graduação em nível superior, curso de pós-graduação, mestrado e doutorado, todos na área em que o candidato concorre, de acordo com a tabela de pontos abaixo:

**Cargos de Nível Superior**

Título	Comprovantes Exigidos	Valor unitário	Quantidade Máxima	Pontuação Máxima
Doutorado	Diploma devidamente registrado.	7,00	1	7,00
Mestrado	Diploma devidamente registrado.	5,00	1	5,00
Especialização	Diploma devidamente registrado.	3,00	1	3,00

NOTA 01: Para os cargos de Servente, Agente Comunitário da Saúde da Família e Técnico em Enfermagem da Saúde da Família, não haverá pontuação referente ao nível de escolaridade do candidato.

NOTA 02: O candidato que apresentar títulos, conforme quadro acima, destaca-se que apenas receberá a pontuação referente ao maior título que possuir, portanto a pontuação não será de caráter somatório.

**4.2.2 Da avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização.**

A avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de atuação será feita através de cursos de aperfeiçoamento ou atualização frequentados, ministrados e concluídos no período de 01/01/2017 a 10/10/2018, obedecida a tabela de pontos abaixo:

Número de Horas	Pontuação	Comprovantes Exigidos
80 horas	1,0 ponto	Diplomas, certificados ou declarações devidamente expedidas por instituição credenciada pelo MEC, CEE ou CME, contendo a assinatura do responsável, carga horária, conteúdo programático, período de realização.

**5 DA REALIZAÇÃO DA PROVA**

5.1 A prova será realizada no dia 17/11/2018 na ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JACINTO MACHADO, sito a avenida Padre Herval Fontanella, 1063, Bairro Centro, em Jacinto Machado/SC.

5.2 Os horários das provas serão divulgados até as 23h:59min do dia 10/11/2018, no portal [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado) no site [www.jacintomachado.sc.gov.br](http://www.jacintomachado.sc.gov.br).

5.3 A prova terá duração máxima de 01 hora e 30 minutos.

5.4 Para fins de acesso à sala de realização da prova, será exigido o Documento de Identidade Original com Foto (Obrigatoriamente) e o Comprovante de inscrição (Facultativamente).

5.5 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteira de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que

autenticada, nem protocolo do documento

5.6 Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, de tinta azul ou preta.

5.7 As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

5.8 O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado e confirmado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

5.9 Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de carteiras, bolsas, bonés, chapéus e similares, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.

5.10 A Equipe Organizadora do Processo Seletivo não se responsabilizará por perda, roubo ou dano dos referidos materiais e equipamentos de candidatos.

5.11 A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

5.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial, há no máximo 30 (trinta) anteriores em relação ao dia da realização da Prova.

5.13 A apresentação do comprovante de inscrição no dia da realização da prova escrita servirá também ao candidato como único documento que possibilitará a garantia de poder realizar a prova em caso sua inscrição deferida e não constatação de seu nome nas listas de distribuições de locais de prova.

5.14 Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

5.15 Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do cartão de respostas, que será o único documento válido para efeito de correção da prova.

5.16 Não serão computadas as questões não assinaladas, assinaladas a lápis ou caneta de cor diferente da preta ou azul, assim como as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis.

5.17 Em hipótese nenhuma haverá substituição do cartão de respostas em caso de erro, rasura ou preenchimento incorreto do candidato conforme instruções contidas no mesmo.

5.18 Em caso de existirem tipos de cadernos de provas diferentes (para cargos diversos), estes serão identificados na lista de presença de cada candidato e o cartão de respostas será devidamente identificado com o número do caderno de prova ou outra forma que auxilie o candidato na identificação das questões correspondentes a sua área/cargo pretendido.

5.19 Em hipótese nenhuma haverá segunda chamada para realização da prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, implicando a ausência na sua eliminação do Processo Seletivo.

5.20 Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão no local até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

5.21 Por razões de ordem técnica e de segurança, a entidade responsável pela elaboração das provas, se reserva ao direito de não fornecer exemplares dos Cadernos de Provas a candidatos ou a outras instituições, mesmo após o encerramento do certame, estando à disposição dos candidatos uma cópia para download no mesmo endereço das inscrições em até 24 horas úteis após aplicação da prova.

5.22 A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.

5.23 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

5.24 A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

5.25 A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

5.26 Não será disponibilizado pela equipe técnica do Processo Seletivo, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

5.27 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

5.28 Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

5.29 Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

5.30 Após a entrada na escola onde será realizada a prova, o candidato deverá se dirigir imediatamente para sua sala de realização de prova, ficando vedada a permanência do mesmo nas outras dependências do prédio, salvo para os casos devidamente justificados e autorizados pelos organizadores do certame.

5.31 Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.

5.32 A Comissão e equipe organizadora do certame poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no ITEM 6 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Certame.

## 7. DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

7.1 Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela área/cargo e pela habilitação mínima exigida em listagem, de acordo com a sua inscrição no processo seletivo, seguindo a ordem decrescente de pontuação final, expressa em 03 (três) algarismos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{PONTUAÇÃO FINAL} = (\text{NOTA DA PROVA ESCRITA}) \times 7 + (\text{PONTOS DA PROVA DE TÍTULOS}) \times 3$$

7.2 No caso de empate na classificação terá preferência para a nomeação, sucessivamente, o candidato que:

a) Obtiver a maior idade;

b) Persistindo o empate prevalecerá o maior número de dependentes.

7.3 As provas obedecerão aos critérios especificados pelo Anexo I e conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital.

7.4 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas.

7.5 A publicação da classificação parcial será divulgada exclusivamente no portal [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado), no dia 28/11/2018.

7.6 A publicação da classificação final e definitiva, após apuração de recursos, será divulgada nos sites: [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado) e [www.jacintomachado.sc.gov.br](http://www.jacintomachado.sc.gov.br), no dia 05/12/2018.

## 8. DOS RECURSOS

8.1 O candidato poderá interpor recurso nos seguintes casos e prazos:

a) Com relação à homologação das inscrições, no prazo de 02 (dois) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do edital de homologação das inscrições;

b) Com relação à prova escrita (questões objetivas) no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à realização da prova.

c) Com relação à classificação parcial no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação dos resultados. 8.2 O recurso deverá ser interposto de forma individual referente a quaisquer das situações descritas no item 8.1 deste Edital com a indicação daquilo que o candidato se julga prejudicado, sendo, portanto, necessária a devida fundamentação das razões de inconformidade com a sua comprovação por meio de citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, etc., juntando-se em anexo ao respectivo recurso cópia destes comprovantes.

8.3 Para recorrer o candidato(a) deverá imprimir o formulário próprio para recursos constante no Anexo III. Após o preenchimento correto e completo do formulário de recursos, nos moldes do que prescreve o item 8.2, o candidato(a) deverá protocolá-lo presencialmente perante o Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado/SC aos cuidados da Comissão de Processo Seletivo, nos prazos estabelecidos no cronograma do Anexo I.

8.4 Na hipótese de impossibilidade do protocolo presencial do Recurso dentro os prazos definidos no Anexo I, é assegurado ao candidato(a) o direito de enviar seu recurso pela forma digitalizada por meio de correio eletrônico para o e-mail [recursos@processosseletivos.com.br](mailto:recursos@processosseletivos.com.br) desde que respeitado em seu protocolo os prazos fixados neste Edital.

8.5 Os Recursos enviados pelo sistema de correio eletrônico somente serão aceitos como válidos se a data de postagem e envio do e-mail do candidato com suas razões recursais e recebimento da mensagem automatizada do recebimento do e-mail, estiverem dentro dos prazos fixados por este Edital para tal desiderato. E-mails enviados fora dos prazos recursais, não serão considerados.

8.6 O endereço eletrônico para recebimento de recursos, mostrado no item 8.4 deste edital, só estará disponível e operante durante os prazos recursais e será utilizado apenas para este fim. Para outros assuntos e dúvidas, o candidato deverá se dirigir pelo e-mail informado no item 3.1.4 deste edital.

8.7 Não será aceito recurso via fax, fora do prazo ou ainda em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital.

8.8 Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não os obtiveram na correção inicial. Se resultar em alteração do gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas novamente, conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

8.9 Os pedidos de revisão de provas e notas somente serão aceitos se feitos pelos próprios candidatos, em até 02 (dois) dias úteis a contar a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação dos classificados no Processo Seletivo, com respeito somente às suas próprias provas, ficando vedados, a qualquer tempo e condição, pedidos de revisão de provas e notas de terceiros.

8.10 No pedido de Revisão de correção de provas, será apresentado apenas uma vez ao candidato, caso necessário, o Cartão Resposta Digitalizado, ficando impedido de fazer qualquer alteração ou cópia.

9. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

10. Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado), conforme cronograma do Anexo I. Respostas individuais não serão encaminhadas aos candidatos.

11. A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso e em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo.

## 12. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

12.1 Às pessoas com deficiência são asseguradas o direito de inscrição no Processo Seletivo, Modalidade - Emprego Público de que trata este Edital, nos termos do Decreto Federal nº. 3.298/99.

12.2 São reservados 5% das vagas abertas por este edital, para cada cargo, às pessoas com deficiência de conformidade com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e Decreto Federal nº. 3.298/99, e suas alterações, Decreto Federal nº. 5.296/2004 e suas alterações e na Lei Federal nº. 7.853/1989, caso não houver candidato inscrito ou aprovado as vagas reservadas serão disponibilizadas para os demais candidatos aprovados.

12.3 Os candidatos com deficiência poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência, em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

12.4 Caso o candidato inscrito como pessoa com deficiência não se enquadre nas categorias definidas no Art. 4, incisos I a V, do Decreto Federal nº. 3.298/99, a homologação de sua inscrição se dará na listagem geral de candidatos e não na listagem específica para pessoas com deficiência.

12.5 Na avaliação médica, posterior a nomeação, caso o candidato com deficiência seja considerado inapto para o cargo, será nomeado o candidato imediatamente posterior.

12.6 O candidato com deficiência ou aquele que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo no formulário de inscrição on-line, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou sala para amamentação.

12.7 A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

12.8 O candidato com deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição ou não atender as condições de deficiência determinadas neste Processo Seletivo, terá sua inscrição/solicitação de recursos especiais não concedida, passando a concorrer unicamente como candidato sem deficiência e não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

12.9 A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

13. As pessoas com deficiência participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

14. O candidato que no ato da inscrição, não declarar sua condição de deficiente, não poderá interpor recurso posteriormente relativo à sua condição.

15. A pessoa com deficiência que não optar no momento da inscrição por disputar as vagas reservadas aos deficientes, não terá direito ao pleito das vagas a elas reservadas.

#### 16. DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

16.1 Fica delegada competência à empresa organizadora do certame para:

- a) Desenvolver edital juntamente com a comissão do Processo Seletivo;
- b) Organizar programas e inscrições no portal da internet;
- c) Deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos previstos neste Edital;
- d) Disponibilizar a Emissão Eletrônicos documentos de inscrições online através de sistemas automatizados e on-line;
- e) Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova escrita;
- f) Apurar e responder os recursos das inscrições, da prova escrita e resultados publicados, com auxílio e suporte da Comissão do Processo Seletivo, quando necessário.

16.2 Fica atribuído à Comissão do Processo Seletivo, nomeada através de Decreto, exclusivamente para acompanhar o certame, as seguintes responsabilidades:

- a) Conferir, aprovar e publicar o edital;
- b) Prestar informações sobre o Processo Seletivo;
- c) Acompanhar e fiscalizar a realização das provas;
- d) Repassar toda documentação e informações do certame à Organizadora do Certame.

#### 17. CONVOCAÇÃO PARA EXAMES MÉDICOS E ENTREGA DE DOCUMENTOS

18. Os candidatos aprovados e convocados deverão apresentar exames médicos admissionais e a critério do médico avaliador responsável poderão requisitar exames complementares e emitir parecer de APTO ou NÃO APTO para o exercício do cargo, sendo este de caráter eliminatório.

19. O candidato convocado deverá apresentar ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado/SC, situada a rua Pool Jorge Zacca, 75, Bairro Centro com a documentação necessária à sua admissão, composta por:

- a) Comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) Prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) Prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) Comprovação da escolaridade exigida neste edital;
- e) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- f) Atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo público;
- g) Nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos decretos Nº. 70.391/1972 e Nº. 70.436/1972.
- h) Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 70 anos.
- i) Carteira de Identidade;
- j) CPF;
- k) PIS/PASEP;
- l) Certidão de Casamento;
- m) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- n) (Uma) foto 3x 4 recente;
- o) Carteira Profissional Original;
- p) Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado, assim sendo considerado: Conta de luz, IPTU, água ou telefone fixo, em nome do candidato, cônjuge ou de ascendente ou descendente direto;

#### 20. DA ESCOLHA DE VAGAS

21. A escolha de vagas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação e será feita de acordo as necessidades do quadro funcional da Secretaria Municipal de Saúde

22. A escolha de vaga deve ser feita pelo titular da inscrição, não podendo ser por procuração.

23. O candidato deverá escolher a vaga existente na Unidade de Saúde.

24. O candidato que escolher vaga e não assumir no tempo previsto será eliminado do processo seletivo.

25. O prazo de se apresentar na unidade de trabalho será o seguinte:

26. Para a 1ª chamada – o primeiro dia de atividades na unidade de trabalho;

27. Para a 2ª chamada e demais – 24 (vinte e quatro) horas a partir do documento de encaminhamento.

28. O profissional contratado ficará vinculado à Secretaria Municipal da Saúde, onde poderá ocorrer mudança de local de trabalho e alteração da jornada de trabalho, sempre que necessário.

29. O candidato contratado ficará em permanente avaliação, caso seu aproveitamento não seja satisfatório, será rescindido seu contrato.

30. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinado para a escolha da vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada.

31. O candidato terá dois dias úteis para se apresentar no Setor Pessoal munido da documentação exigida para o contrato e assim assumir a vaga escolhida. Passando o prazo, fica a Secretaria de Saúde autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação.

32. O candidato que tiver 3 (três) faltas injustificadas consecutivas ou alternadas terá seu contrato rescindido.

#### 33. DISPOSIÇÕES GERAIS



34. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Processo Seletivo, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
35. Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo em qualquer de suas fases.
36. Será excluído do certame o candidato que:
- a) Faltar a qualquer uma das fases do Processo Seletivo;
  - b) Não pontuar na prova objetiva;
  - c) Portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Processo Seletivo;
  - d) For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
  - e) For apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
  - f) Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.
37. O presente edital objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do regime jurídico estatutário dos servidores públicos municipais de Jacinto Machado/SC.
38. Se aprovado e convocado o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital bem como outros que lhe forem solicitados, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito à vaga e consequentemente não contratação.
39. A aprovação no Processo Seletivo não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Secretaria Municipal de Saúde, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura da mesma.
40. O ato de inscrição implica na aceitação destas e demais condições do presente Edital e do Regulamento do Processo Seletivo e, em caso de classificação e contratação, a observância do regime jurídico nele indicado.
41. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão do Processo Seletivo e da Equipe Organizadora, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.
42. É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo.
43. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico, no portal das inscrições, até a publicação da classificação final do Processo Seletivo, e junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Jacinto Machado/SC, após a homologação do resultado do Processo Seletivo.
44. Os casos omissos serão resolvidos pela empresa organizadora do certame e pela Comissão do Processo Seletivo.
45. O presente Edital estará disponibilizado no respectivo endereço eletrônico [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado) e no site [www.jacintomachado.sc.gov.br](http://www.jacintomachado.sc.gov.br).
46. O candidato que escolher uma vaga real apresentada para concurso público terá seu contrato rescindido no momento em que o efetivo (titular ou designado) for chamado para assumir a respectiva vaga.
47. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo nos casos de substituições pelo retorno do titular ou por problema de ordem pedagógica e/ou administrativa causado pelo substituto; neste caso, desde que devidamente justificado.
48. Não havendo mais candidatos inscritos para as vagas, serão admitidos profissionais selecionados pela Prefeitura Municipal de Jacinto Machado/SC.
49. O processo seletivo de que trata este Edital será realizado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde, através da Comissão nomeada pelo Prefeito Municipal e terá validade de um ano, prorrogável por mais um ano, a partir da data de publicação da classificação final do certame.
50. Faz parte deste edital o Anexo I – Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.
51. Faz parte deste edital o Anexo II – Dos Conteúdos Programáticos.
52. Faz parte deste edital o Anexo III – Do formulário para recurso.
53. Faz parte deste edital o Anexo IV – Das Atribuições dos Cargos.
54. Faz parte deste edital o Anexo V – Do Detalhamento das Micro Áreas para o Cargo de ACS.
55. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
56. Revogam-se as disposições em contrário.

JACINTO MACHADO/SC, em 11 de OUTUBRO de 2018.

ANTONIO BORGES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologado o presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018, a data, o local e o horário da prova.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº002/2018

ANEXO I

CRONOGRAMA DO PROCESSO

Cronograma	Data
Publicação do Edital 001/2018	11/10/2018
Período de Pré-Inscrições Online	14 a 29/10/2018 (até as 12h:-00min)

Último para efetuar o depósito identificado ou transferência bancária	29/10/2018 (até as 23h:59min)
Período de Validações das Inscrições	29 a 30/10/2018 das 08:00h as 12:00h
Divulgação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas	30/10/2018 (até as 23h:59min)
Prazo para apresentação dos Recursos contra o indeferimento das inscrições	31/10 a 01/11/2018 Das 08:00h as 12:00h presencialmente ou até as 23h:59min via correio eletrônico
Homologação Definitiva das Inscrições	06/11/2018 (até as 23h:59min)
Divulgação dos Horários de aplicação da Prova Escrita	Até 10/11/2018 (as 23h:59min)
Realização das Provas Escritas e Divulgação do Gabarito Oficial	17/11/2018
Prazo para Recursos referentes à Prova Escrita	19 a 20/11/2018 Das 08:00h as 12:00h presencialmente ou até as 23h:59min via correio eletrônico
Divulgação do resultado preliminar e notas das provas (Classificação Parcial)	28/11/2018 (até as 23h:59min)
Prazo para Recursos referentes ao resultado e/ou notas das provas	29 a 30/11/2018 Das 08:00h as 12:00h presencialmente ou até as 23h:59min via correio eletrônico
Homologação e Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo	05/12/2018 (até as 23h:59min)

**REGULAMENTO PARA AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO**

Oshorários das provas serão divulgados até o dia10/11/2018, no portal [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado), no site [www.jacintomachado.sc.gov.br](http://www.jacintomachado.sc.gov.br) e no mural da Prefeitura Municipal deJACINTO MACHADO/SC.

A prova terá duração máxima de 01 hora e 30 minutos.

Não será admitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões do prédio, e/ou que não estiver munido do Documento Original com Foto.

O candidato apenas estará segurado da realização da prova mediante a apresentação do comprovante de validação de inscrição em caso de não constatação de seu nome nas listas de distribuição de locais de prova fixados na entrada do prédio onde serão realizadas as provas. Os envelopes das provas serão abertos por 02 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com 01 (um) fiscal de sala e 01 (um) fiscal coordenador, um termo de abertura dos envelopes.

Durante a prova não poderá ser feita qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquinas calculadoras, celulares ou quaisquer tipos de aparelhos ou anotações.

Não será permitido qualquer tipo de comunicação do candidato com outros candidatos ou com o exterior do recinto, sob pena da eliminação do Processo Seletivo do(s) Candidato(s) envolvido(s). Aparelhos de telefonia celular, bip e/ou similares deverão ser desligados.

As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

O candidato poderá sair da sala somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

É expressamente proibido fumar nos locais das provas.

Todas as respostas da prova escrita deverão ser transpostas para a grade de respostas, não podendo ficar nenhuma questão sem resposta. Após a conclusão e entrega da prova, os candidatos não poderão permanecer nos corredores e dependências do local da aplicação das provas.

Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão na sala até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

Os cartões de respostas, juntamente com a lista de presença e termos referentes aos pacotes lacrados e entrega de cartões resposta deverão ser entregues pelos Fiscais ao Coordenador da equipe de aplicação do Processo Seletivo, acompanhados dos três últimos candidatos.

JACINTO MACHADO/SC, em 11 de OUTUBRO de 2018.

ANTONIO BORGES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologado o ANEXO I do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 002/2018, do Cronograma do Processo Seletivo.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 002/2018

**ANEXO II****CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DA PROVA ESCRITA****1. CONHECIMENTOS GERAIS DA ÁREA DA SAÚDE**

Para todos os Cargos (Exceto Servente)

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS (e suas alterações): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção

e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 2. Lei Federal Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 (e suas alterações): Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. 3. Decreto 7.508 de 28 de Junho de 2011; 4. Portaria GM/MS nº 1.020, de 31 de maio de 2002 - Regulamentação da Programação Pactuada e Integrada da NOAS/SUS01/2002; 5. Pacto pela Saúde de 2006; 6. Portaria 399 de 22 de Fevereiro de 2006; 7. Portaria 699 de 30 de Março de 2006; 8. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017

## 2. CONHECIMENTOS GERAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Para o cargo de Servente

1. Leitura e interpretação de textos simples; 2. Ortografia; 3. Linguagem Formal e Informal; 4. Concordância Nominal e Verbal; 5. Classes Gramaticais; 6. Alfabeto (ordem alfabética; reconhecimento de vogais e de consoantes); 7. Sílabas: separação e classificação; 8. Emprego de maiúsculas e minúsculas; 9. Pontuação. 10. Gêneros Textuais.

Para o cargo de Agente Comunitário da Saúde da Família

Leitura e interpretação de textos. 2. Ortografia. 3. Fonemas e Letras; 4. Flexões e emprego de classes gramaticais; 5. Concordância nominal e verbal. 6. Acentuação gráfica; 7. Linguagem Formal e informal. 8. Separação Silábica; 9. Formação de Palavras: aglutinação, justaposição e derivação; 10. Tempos e conjugações Verbais; 11. Tipos de Discurso; 12. Grafia correta de palavras; 13. Emprego e classificação dos numerais. 14. Emprego de maiúsculas e minúsculas; 15. Pontuação. 16. Gêneros Textuais.

Para os cargos de nível médio e superior

1. Leitura, Compreensão e interpretação de textos; 2. Características dos diversos gêneros textuais; 3. Tipologia textual, (sequências narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva, injuntiva e dialogal); 4. Elementos de coesão e coerência textual; 5. Léxico/Semântica; 6. Funções da linguagem, 7. Concordância nominal e verbal; 8. Ortografia oficial; 9. Acentuação gráfica; 10. Emprego do sinal indicativo de crase; 11. Pontuação; Emprego e descrição das classes de palavras; 12. Sintaxe da oração e do período (ênfase em concordância e regência); 13. Significação das palavras e inferência lexical através do contexto; 14. Fonética e Fonologia; 15. Fonema e Letra; 16. Ortografia; 17. Recursos sonoros; 18. Vícios de linguagem; 19. Lexicologia; 20. Polissemia; 21. Sinônimos e antônimos; 22. Homônimos e parônimos; 23. Morfologia; 24. Estrutura das palavras; 25. Formação das palavras; 26. Neologismos e Estrangeirismos; 27. Figuras de Linguagem e linguagem figurada; 28. Vozes verbais e sua conversação; 29. Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos

## 3. CONHECIMENTOS DE ATUALIDADES E DADOS HISTÓRICOS

Para todos os Cargos

Aspectos atuais e históricos a nível mundial, nacional, estadual, regional e municipal, noticiados através de meios de comunicação e publicações oficiais.

## 4. CONHECIMENTOS GERAIS DE MATEMÁTICA

Apenas para o cargo de Servente

Os números naturais: ordens e classes; 2. Escrita dos números naturais; números pares e ímpares; 3. Comparação de números naturais; 4. Operações com números naturais (adição, subtração, multiplicação e divisão); 5. Os números inteiros: Expressões numéricas; 6. Múltiplos; divisores; 7. Fatoração; números primos; máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum; razões e proporções; 8. Porcentagem. 9. Frações: comparação de frações; operação com frações; 10. Números decimais: operações com números decimais; relação entre frações e números decimais; 11. Geometria plana: características das figuras geométricas planas (triângulos, quadriláteros, circunferência) e espaciais (esfera, cone, pirâmide, paralelepípedo e cubo); 12. Áreas das figuras planas; 13. Medidas de tempo, massa e capacidade; 14. Sistema monetário brasileiro; 15. Aplicação dos conteúdos acima listados em resolução de problemas.

## 5. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (a cada Cargo).

Médico da Saúde da Família

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 2. Código de ética médica; 3. Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente, transferência de paciente, atestado médico (legislação), sigilo médico e segredo profissional, remoção do paciente, responsabilidade do médico, indicadores de saúde pública; 04. Programa de Saúde da Família; 05. Internação domiciliar 6. Noções de medicina comunitária; 7. PSE – programa saúde na escola 8. Noções de trabalho em equipe; 9. Visitas médicas domiciliares; 10. Clínica Médica Geral; 11. Portaria Nº 104, de 25 de janeiro de 2011 regulamenta notificações compulsórias na saúde; 12. Legislações pertinentes ao conselho de Classe (CFM), 13. Doenças de Interesse Epidemiológico; 14. Portaria GM/MS n.º 3916, de 30 de outubro de 1998 - Define a Política Nacional de Medicamentos; 15. Exames diagnósticos, seleção e interpretação de exames laboratoriais; 16. Problemas comuns de saúde na adolescência; 17. Acompanhamento da saúde da mulher na atenção primária; 18. Atenção à gestante com problema crônico de saúde; 19. Saúde do Trabalhador; 20. Doenças infecciosas; 21. Urgências e emergências clínicas: abordagem do paciente grave. 22. Sinais e sintomas em emergência; 23. Urgências por causas externas; 24. Problemas de saúde da população brasileira e seus determinantes. 25. Prevenção, atenção e controle em saúde mental. 26. Prevenção, atenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis.

Enfermeiro da Saúde da Família

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 2. Ações em saúde. 3. Sistemas de informações, atribuições no PSF; 4. Abordagem social; 5. Noções de trabalho em equipe, humanização e ética profissional; 6. Lei Nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1990 - Lei dos conselhos de saúde; 7. PSE – programa saúde na escola; 8. Portaria Nº 104, de 25 de janeiro de 2011 regulamenta notificações compulsórias na saúde; 9. Legislações pertinentes ao conselho de Classe (COFEN); 10. Doenças de Interesse Epidemiológico. 11. Sistematização da Assistência de Enfermagem, 12. Administração de serviços; 13. Assistência de enfermagem em HIV, AIDS, hepatites virais e sífilis; 14. Assistência de enfermagem em prevenção e controle de infecção e em doenças infectocontagiosas; 15. Assistência de enfermagem em Pré-natal e Puerpério. 16. Cuidados de enfermagem: em administração de medicamentos, em uso de cateteres, drenos e sondas, em feridas, em terapia respiratória, conforto e sinais vitais; 17. Educação Permanente. 18. Legislação em enfermagem; 19. Limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização de materiais; 20. Programa nacional de imunizações; 21. Estratégia de Saúde da Família e a Atenção Básica; 22. Vigilância epidemiológica. 23. Prevenção do câncer de colo e mamas; 24. Primeiros socorros; 25. Atualidades relativas à profissão.

Técnico em Enfermagem da Saúde da Família

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 2. Código de ética profissional; 3. Atribuições no PSF; 4. Noções de

trabalho em equipe, humanização; 5. Esquema de vacinação Imunização – Vacinas, acondicionamento, Cadeia de frio (conservação), dosagens, aplicação, Calendário de vacinação); 6. Controle de doenças sexualmente transmissíveis; 7. Orientação às gestantes no pré-natal; 8. Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios; 9. Saúde Pública e saneamento básico; 10. Procedimentos em enfermagem; 11. Política Nacional de Imunização; 12. Saúde Mental; 13. Doenças Crônicas: Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus; 14. Triagem Neonatal; 15. Atenção à População em Situação de Rua; 16. Atenção Primária em Saúde; 17. Lei Nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1990 - Lei dos conselhos de saúde; 18. PSE – programa saúde na escola; 19. Portaria Nº 104, de 25 de janeiro de 2011 regulamenta notificações compulsórias na saúde; 20. Legislações pertinentes ao conselho de Classe (COREN); 20. Doenças de Interesse Epidemiológico. 21. Princípios da administração de medicamentos: terapêutica medicamentosa, noções de farmacoterapia; 22. Prevenção do câncer de colo e mamas; 23. Primeiros socorros; 24. Atualidades relativas à profissão.

#### Educador Físico

1. Origem e evolução da Educação Física, Educação Física na Concepção Histórico Cultural, 2. Educação Física Crítico Superadora; 3. Educação do corpo e do movimento humano; 4. O desenvolvimento motor na infância e adolescência; 5. Atividade física e saúde; 6. Corporeidade/ Movimento: dança; jogos; ginástica, 7.. Esporte e Lutas e Qualidade de vida; 8.. Órgãos regulamentadores da profissão. 9. Treinamento Esportivo 10. Dimensões Sociais do Esporte: revisão conceitual do esporte; esporte educação; esporte de participação e lazer; esporte de rendimento e efeitos sociais negativos do esporte moderno. 11. Esporte Adaptado: pessoa com deficiência; fundamentos da avaliação motora em educação física e esporte adaptado. 12. Esporte no Tempo: Esporte Antigo, Moderno e Contemporâneo 13. Constituição da República Federativa do Brasil (dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos sociais; e da educação, da cultura e do desporto).

#### Farmacêutico

1. Sistema Único de Saúde – SUS: Fundamentos e Práticas em Atenção Primária à Saúde e Medicina de Família e Comunidade – Políticas Públicas de Saúde. 2. Bases Legais do Sistema Único de Saúde (SUS) 3. Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde (Lei Federal 8.080/90, 19 de setembro de 1990; 4. Lei Federal 8.142/90, de 28 de dezembro de 1990); 5. Atenção Primária a Saúde; 6. Política Nacional de Atenção Básica (Portaria MS 2.488/11, de 21 de outubro de 2011 e seus anexos); 7. Normas Operacionais Básicas – NOB-SUS de 1996; 8. Pacto pela vida em defesa do SUS e de gestão - Portaria MS 399/06; 9. Norma Operacional de Assistência à Saúde/SUS – NOAS-SUS 01/02; 10. Controle Social do SUS; 11. Lei complementar 141/12, de 13 de janeiro de 2012; 12. Decreto n. 7.508/11, de 28 de junho de 2011. 13. Fármacos que atuam nos diversos sistemas orgânicos. Farmacocinética. 14. Antimicrobianos / anti-inflamatórios / anti-neoplásicos, medicamentos controlados. 15. Manipulação de medicamentos / Produção de antissépticos e desinfetantes. 16. Dispensação de medicamentos. Doses. Vias de administração. 17. Padronização de medicamentos. 18. Noções de Vigilância Epidemiológica. 19. Inspeção em Vigilância Sanitária; legislação sanitária. 20. Controle de infecção hospitalar. 21. Medicamentos genéricos, medicamentos excepcionais, medicamentos específicos. 22. Política nacional de medicamentos. 23. Estratégia do Programa Saúde da Família; Portaria Nº 154 de 24 de Janeiro de 2008 - Criação do NASF 24. Código de Ética Profissional. 25. Normas de armazenamento e transportes de produtos. 26. Abuso de drogas. 27. Manipulação de medicamentos oncológicos. 28. Validação da prescrição médica. 29. Interação medicamentosa. 30. Interação medicamento-alimento. 31. Gerenciamento de resíduos farmacêuticos. 32. Fisiologia humana e principais patologias. 33. Receituário apropriado a cada classe de fármaco; 34. Atualidades relativas à profissão. 35. Resolução RDC nº 67 de 08 de outubro de 2007. Regulamento que institui as boas práticas de manipulação em farmácia – BPMF; 36. Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; 37. Legislação farmacêutica: Lei Federal n. 5.991/73. Resolução n. 328/99, Portaria n. 344/98 e Lei Federal n. 6.437/77.

#### Agente Comunitário de Saúde

1. Noções básicas do Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, e da Estratégia Saúde da Família – ESF; 2. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 3. Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, e alterações – Regula as atividades do Agente Comunitário de Saúde; 4. Formas da abordagem nas visitas domiciliares e no relacionamento com as pessoas, as famílias e as comunidades da Micro Área de atuação; 5. Política Nacional de Imunizações. 6. Política para atenção integral para usuários de álcool e outras drogas. 7. Atenção à população em situação de rua. 8. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Lei dos conselhos de saúde; 9. Lei nº 12.994, de 17 junho de 2014, piso nacional do ACS. 10. História do PACS/ESF; 11. Competências e habilidades do Agente Comunitário de Saúde: (Cadastramento as famílias e formulários); 12. Legislações pertinentes ao Agente Comunitário de Saúde. 13. O diagnóstico comunitário; 14. Planejamento; 15. Meio Ambiente: (Água, solo e poluição); 16. Doenças mais comuns na comunidade: 17. Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis, (Tuberculose, Hanseníase, DST/AIDS, Hipertensão Arterial, Diabetes, Neoplasias, Saúde Mental); 18. Saúde Bucal; 19. Alimentação e Nutrição; 20. A saúde nas diversas fases da vida: (Transformações do Corpo Humano, Planejamento Familiar, Gestação, Pré-Natal e o ACS, Riscos na Gravidez, Direito da Gestante, cuidados básicos ao recém-nascido, imunização, Puerpério: Um tempo para o Resguardo, Direitos da Criança, Amamentação, Critérios de Risco Infantil, Crescimento e Desenvolvimento, Doenças mais Comuns na Infância, Acidentes e Violência à Criança, Puberdade e Adolescência, Direito e saúde do Idoso, Prevenção de Acidentes); 21. Educação em saúde, 22. Dengue; 23. Atualidades relativas à profissão.

#### Odontólogo

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 2. Código de ética profissional; 3. Políticas de Saúde Bucal; 4. Organização da Saúde Bucal na Atenção Básica; 5. Principais Agravos em Saúde Bucal; 6. Organização da Atenção à Saúde Bucal por Meio do Ciclo de Vida do Indivíduo; 7. Fármacos mais utilizados em Odontologia: Analgésicos; antibióticos; anti-inflamatórios; fluoretos (uso tópico e sistêmico); 8. Técnicas clássicas e atuais; materiais restauradores; tratamento invasivo e não invasivo de lesões cáries; 9. Exame do Paciente: Anamnese; exame clínico; exames complementares laboratoriais (solicitação e interpretação dos resultados); radiologia intra e extra bucal (técnica e interpretação); 10. Recomendações para Referência e Contra-Referência aos Centros de Especialidades Odontológicas – CEO; 11. Noções de Trabalho em Equipe; 12. Portaria Nº 2.281, de 1º de outubro de 2009 - cria os NASFs; 13. Legislações pertinentes ao conselho de Classe (CFO); 14. Lei Federal Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 (e suas alterações): Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências; 15. Controle de infecções e a prática odontológica em tempos de AIDS; 16. Lesões bucais, feridas e seus tratamentos. 17. Atualidades relativas à profissão. 18. Atribuições dentro da equipe saúde de família. 19. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. 20. Lei nº 5.081/66 que regulamenta o exercício da Odontologia. 21. PSE – programa saúde na escola.

#### Fisioterapeuta

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 2. Fisiologia e Anatomia do Corpo Humano; 3. Reabilitação de lesões, alterações ortopédicas traumatológicas, neurológicas e respiratórias; 4. Cuidados profiláticos com a terceira idade e população em geral; 5. Neurofisiologia: contração muscular, receptores; músculos tendinosos, articulares e labirínticos; 6. Tônus e postura. 7. Biomecânica: dinâmica dos movimentos. 8. Disfunções neurológicas da infância. 9. Eletroterapia. 10. Termoterapia. 11. Fototerapia. 12. Ergonomia. 13.



Noções de trabalho em equipe e ética profissional; 14. Portaria Nº 2.281, de 1º de outubro de 2009 cria os NASFs. 15. PSE – programa saúde na escola; 16. Lei Federal Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 (e suas alterações): Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. 16. Legislações pertinentes ao conselho de Classe; 17. Fisioterapia Uroginecológica, Fisioterapia Geral (recursos eletrotermofototerápicos e manuais); 18. Dispositivos auxiliares (órteses e próteses) e amputações; 19. Fisioterapia na Saúde do Trabalhador; 20. Atualidades relativas à profissão.

**Nutricionista**

1. Necessidades nutricionais nas diferentes etapas da vida; 2. Administração de Unidades de Alimentação e Nutrição; 3. Anatomia; Anatomia dos Sistemas; 4. Antropologia da Alimentação; 5. Políticas de Nutrição e Alimentação na Saúde; 6. Práticas Educativas em Saúde; 7. Legislações pertinentes ao conselho de Classe (CFN); 8. Doenças Relacionadas ao Sistema Digestório; 9. Critérios para elaboração de cardápios; 10. Seleção e preparo dos alimentos; 11. Seleção, conservação, pré-preparo, preparo e distribuição dos alimentos; 12. Nutrição nos ciclos da vida; 13. Terapia de Nutrição Enteral: indicação, técnica de administração, preparo, distribuição, seleção e classificação das fórmulas enterais; 14. Terapia Nutricional em condições específicas: Desnutrição, Doenças Gastrointestinais, Doenças Crônicas Não transmissíveis (Diabetes, Hipertensão e Obesidade), Doenças Renais, Doenças Hepáticas, HIV/AIDS e Neoplasias, Síndromes de Má Absorção, Alergias e Intolerâncias alimentares. 15. Interação entre medicamentos e nutrientes; 16. Interpretação de exames laboratoriais; 17. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 18. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN; 19. Código de Ética Profissional do Nutricionista.

**Servente**

1. Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. 2. Limpeza e organização do ambiente de trabalho. 3. Utilização de materiais e utensílios, armazenamento e manuseio de produtos de higiene. 4. Utilização de EPI (Equipamento de Proteção Individual) e equipamentos de proteção coletiva (EPC) 5. Acidente de trabalho e prevenção de acidentes de trabalho. 6. Noções básicas de preparação de alimentos; 7. Trabalho de Cozinha: preparo de café, lanches e refeições em geral; 8. Guarda e conservação de alimentos; 9. Controle de Estoque de Material de cozinha; 10. Higiene pessoal e dos alimentos em diversas etapas: recebimento, armazenamento, pré-preparo e preparo de alimentos, distribuição. 11. Contaminação de alimentos. 12. Noções básicas de armazenamento de alimentos e produtos de limpeza. 13. Cuidados no uso de produtos de limpeza. 14. Controle de estoque dos materiais de limpeza. 15. Remoção de lixo e detritos, destino e seleção do lixo. 16. Cardápios; 17. Relação interpessoal e ética profissional. 18. Boas maneiras; 19. Comportamento no ambiente de trabalho; 20. Organização do local de trabalho; 21. Atribuições inerentes às funções do cargo.

JACINTO MACHADO/SC, em 11 de OUTUBRO de 2018.

ANTONIO BORGES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologado o ANEXO II do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 002/2018, dos Conteúdos Programáticos.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 002/2018

**ANEXO III****FORMULÁRIO PARA RECURSO**

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº. Inscrição: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Questionamento: \_\_\_\_\_

Embasamento: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Requerente

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 002/2018

**ANEXO IV****ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****Médico**

1. Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; 2. Realizar consultas clínicas e procedimentos na Unidade de Saúde da Família e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc); 3. Realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, ginecoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos; 4. Encaminhar,

quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência; 5. Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário; 6. Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Técnicos de Enfermagem, ACD e THD; 7. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde da Família. 8. Possuir CNH – B e dirigir o veículo necessário para a realização das atividades do EMPREGO, mediante autorização prévia.

#### Enfermeiro

1. Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada; 2. Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolos estabelecidos nos Programas do Ministério da Saúde e as disposições legais da profissão; 3. Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida e da doença: Saúde da Mulher, Acompanhamento do Pré-natal e Planejamento Familiar, Saúde da Criança, Hipertensos, Diabéticos, Tuberculose, Hanseníase, Saúde Bucal, Saúde do Idoso: Saúde Mental; 4. Atividades assistenciais rotineiras: Curativos; Exame de Glicemia Capilar; Aferição de pressão arterial; Mensuração (peso e medida); Administração de medicamentos; Instrumentação em pequenas cirurgias; Nebulização. 5. Planejamento de ações como: cronograma anual do hiperdia, atendimento médico, odontológico, enfermagem, visitas domiciliares, pequenas cirurgias, reunião de equipe; 6. Elaboração das rotinas das auxiliares de serviços gerais; 7. Relatório semanal do atendimento médico e odontológico; 8. Pedidos semanais para material de consumo: farmácia, almoxarifado e impressos; 9. Responsabilidade pelos pedidos de manutenção e reparo dos equipamentos; 10. Direcionamento dos encaminhamentos médicos especializados e exames de média e alta complexidade; 11. Fechamento do relatório SIA e SIAB de toda a equipe (agente comunitária de saúde, técnico em enfermagem, enfermeiro, médico, odontólogo); 12. No nível de sua competência, executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária: Relatório semanal para vigilância epidemiológica, planilha de diarreia e agravos; 13. Realizar ações de saúde em diferentes ambientes, na Unidade de Saúde da Família e, quando necessário, no domicílio; 14. Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; 15. Organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc.; 16. Supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e de auxiliares de enfermagem, com vistas ao desempenho de suas funções. 17. Exercer as atividades de Chefia da Unidade de Saúde da Família; 18. Identificar as necessidades e realizar as ações de Oxigenioterapia, capacitando as Equipe de Saúde da Família no acompanhamento desta ação de atenção à Saúde; 19. Supervisão e Organização: Planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a Unidade de Saúde da Família; 20. Possuir CNH – B e dirigir o veículo necessário para a realização das atividades do CARGO, mediante autorização prévia.

#### Técnico em Enfermagem

1. Participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na Unidade de Saúde da Família e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); 2. Realizar busca ativa de casos como tuberculose, hanseníase e demais doenças de cunho epidemiológico; 3. Realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe; 4. Zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamentos e de dependências da Unidade de Saúde da Família, garantindo o controle de infecção; 5. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde da Família. 6. Possuir CNH – B e dirigir o veículo necessário para a realização das atividades do CARGO, mediante autorização prévia.

#### Educador Físico

1. Desenvolver ações de orientação junto à população, sobre os benefícios de estilos de vida saudáveis, objetivando aumento os níveis populacionais de atividade física e reduzir fatores de risco para doenças não transmissíveis; 2. Mapear, apoiar, e criar ações de atividades físicas e de exercícios físicos nos serviços de atenção básica e estratégia de saúde da família; 3. Estimular a inclusão de pessoas com deficiência em projetos de atividades físicas e de exercícios físicos; 4. Avaliar, planejar, definir indicações e contra-indicações, considerar fatores de risco para a prática e pela prática de atividades físicas, bem como estratégia e metodologias; prescrever, organizar, adequar, dirigir, desenvolver e ministrar programas de atividades físicas e de exercícios físicos na área de especialidade ou de forma interdisciplinar; 5. Prestar serviços de consultoria, auditoria e assessoria na área de especialidade ou de forma interdisciplinar; 6. Desenvolver pesquisa e investigação científica na área de especialidades ou de forma interdisciplinar; 7. Desenvolver estudos e formular metodologias capazes de produzir evidência e comprovar a efetividade de estratégias de atividades físicas e de exercícios físicos no controle e prevenção das doenças crônicas não transmissíveis. 8. O profissional de educação física deve atuar e contribuir de forma efetiva para a qualidade do trabalho em equipe multiprofissional em conformidade com o código de ética profissional e sem renunciar a sua autonomia técnico científico.

#### Farmacêutico

1. Organização de Almoxarifados, avaliação da área física e condições adequadas de armazenamento. 2. Controle de estoques de medicamentos e material de consumo. 3. Padronização dos itens de consumo. 4. Sistema de compra. 5. Sistema de dispensação de medicamentos e materiais de consumo. 6. Sistema de distribuição de medicamentos. 7. Farmacologia. 8. Conceitos: SUS, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Assistência Farmacêutica. 9. Política de medicamentos □ legislação para o setor farmacêutico. 10. Educação em saúde □ noções básicas. 11. Estrutura física e organizacional e funções da Farmácia Hospitalar. 12. Seleção de medicamentos, germicidas e correlatos. 13. Programação e estimativas de necessidade de medicamento. 14. Noções básicas de epidemiologia. 15. Farmacologia clínica e terapêutica. 16. Serviços/centros de informação de medicamentos. 17. Farmacovigilância e farmacoepidemiologia. 18. A Farmácia Farmacotécnica e Tecnologia Farmacêutica. 19. Controle de qualidade dos produtos farmacêuticos □ métodos físicos, químicos, físico-químico, biológico e microbiológico. 20. Boas Práticas de Fabricação de Produtos Farmacêuticos. 21. Conhecimentos gerais sobre material médico-hospitalar. 22. Garantia de qualidade em farmácia hospitalar. 23. Legislação farmacêutica. 24. O Sistema Único de Saúde: Aspectos históricos. 25. Fundamentação Jurídica e organizacional do SUS: Princípios e Diretrizes do SUS. Legislação: Constituição Federal art. 196 a 200, Leis Orgânicas da Saúde: Lei Federal nº 8.080/1990, Lei Federal nº 8142/1990. - Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB) e o Incentivo Financeiro do PMAQ-AB, denominada Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável - PAB Variável. Portaria nº 3.124, de 28 de dezembro de 2012 - Redefine os parâmetros de vinculação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) Modalidades 1 e 2 às Equipes Saúde da Família e/ou Equipes de Atenção Básica para populações específicas

#### Agente Comunitário de Saúde

1. Realizar mapeamento de sua área; 2. Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; 3. Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; 4. Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; 5. Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas

prioritárias da Atenção Básica; 6. Realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade de acordo com as necessidades definidas pela equipe no mínimo duas visitas mensais; 7. Estar sempre bem informado e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; 8. Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; 9. Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; 10. Traduzir para a Equipe de Saúde da Família a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites; 11. Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe.

#### Odontólogo

1. Elaborar, juntamente com a equipe de saúde, normas técnicas e administrativas de organização e funcionamento dos serviços odontossanitários; 2. Aplicar as normas técnicas que reagem as atividades de odontologia sanitária a fim de que sejam integralmente cumpridas da maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha aos interesses e necessidades do serviço; 3. Encarar o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas; 4. Examinar as condições buco-dentárias do paciente, esclarecendo sob diagnóstico, prognóstico, e tratamento indicado; 5. Fazer encaminhamentos a serviços ou entidades dos casos que exijam tratamento especializado; 6. Aplicar medidas tendentes à melhoria do nível de saúde oral da população, avaliando os resultados; 7. Promover a participação do programa de educação de doenças de boca, esclarecendo à população métodos eficazes para evitá-las; 8. Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil; 9. Prestar assistência odontológica ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental; 10. Diagnosticar e tratar afecções de boca, dentes e região maxilofacial, utilizando processos clínicos ou cirúrgicos; 11. Fazer perícia odontolegal, examinando a cavidade bucal e os dentes, afim de fornecer atestados para demissão, concessão de licença, abonos de falta e outros; 12. Fazer perícia odontolegal, examinando a cavidade legal bucal dos dentes para fornecer laudos, responder a requisitos e dar outras informações; 13. Treinar pessoal auxiliar deixando-o apto a realizar serviços de acordo com as necessidades do atendimento; 14. Realizar estudos sobre a frequência e características de afecções orais, analisando suas causas e conseqüências; 15. Divulgar pesquisas, experiência e informações técnicas que interpretam à categoria e à população em geral; 16. Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; 17. Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; 18. Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Fisioterapeuta

1. Planejar, organizar e executar serviços gerais e específicos; 2. Avaliar elegibilidade do lesionado para ser submetido ao tratamento proposto; 3. Fazer testes musculares, goniometria, perimetria, pesquisa de reflexos normais e patológicos, provas de esforço e sobrecarga para identificar a incapacidade do paciente; 4. Elaborar plano de tratamento, orientando a família e o paciente no acompanhamento Domiciliar; 5. Orientar, treinar o manuseio de aparelho e supervisionar na execução de plano de tratamento; 6. Reavaliar o paciente para conotar recuperação, fazendo integração médico/paciente através de sugestão, alterações na conduta de tratamento e encaminhamento para alta definitiva; 7. Fazer estudos junto a equipe técnica para definir melhor atuação para integração do indivíduo na sociedade; 8. Promover cursos internos de atualização para técnicos e atendentes; 9. Assessorar autoridades superiores em assuntos de fisioterapia, preparando informes, documentos, laudos e pareceres; 10. Fornecer laudos estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; 11. Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Nutricionista

1. Estabelecer normas e diretrizes administrativas dentro de serviço de nutrição; 2. Planejar, acompanhar e executar programas de nutrição na área de saúde pública; 3. Proceder o planejamento e elaboração de cardápios para dietas normais e especiais desde a política de compras, abastecimentos, preparo e distribuição; 4. Proceder cálculos de dietas especiais; 5. Elaborar mapa dietético de acordo com a prescrição médica, patologia, dados pessoais e laboratoriais do paciente; 6. Orientar pacientes e familiares sobre a necessidade da observância da dieta; 7. Fazer avaliação nutricional; 8. Participar de comissões e grupos de trabalho técnico-científicos; 9. Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; 10. Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; 11. Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

#### Servente

1. Executar trabalhos de manutenção e limpeza das repartições, praças, ruas, ou local para onde for designado; 2. Manter vigilância e guarda dos materiais produtos, de limpeza que estiver em sua responsabilidade; 3. Atendimento a crianças, limpeza de escolas, bibliotecas, museus; 4. Preparação de merenda e demais atividades correlatas; 5. Zelar pelo patrimônio público municipal; 6. Comunicar a autoridade competente, qualquer ocorrência ou dano observado no patrimônio público municipal; 7. Executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo, bem com aqueles que lhe forem atribuídos pela Secretaria Municipal a qual estiver lotado.

JACINTO MACHADO/SC, em 11 de OUTUBRO de 2018.

ANTONIO BORGES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologado o ANEXO IV do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 002/2018, das Atribuições dos Cargos.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 002/2018

#### ANEXO V

#### DETALHAMENTO DAS MICROÁREAS E QUANTIDADE DE VAGAS POR MICROÁREA

Para o cargo de Agente comunitário de Saúde, as vagas serão distribuídas conforme tabela abaixo. O Candidato deverá residir e comprovar que pertence à área que estiver concorrendo a vaga. A comprovação poderá ser feita através da apresentação do comprovante de cadastro da micro área do programa ESF, onde irá comprovar que reside na área de atuação em que concorre, emitido pela secretaria de Saúde de

Jacinto Machado/SC

Cargo: 01. Agente Comunitário de Saúde (Total de 25 Vagas + CR)

Micro área	Detalhamento	Nº de Vagas
a) ESF 01 - Micro área 01	Paraguai/Barra do Pinheirinho	CR
b) ESF 01 - Micro área 02	Arizona/Picadão	01
c) ESF 01 - Micro área 03	Pinheirinho de Baixo/Morro de Fátima	01
d) ESF 01 - Micro área 04	Pinheirinho do Meio	01
e) ESF 01 - Micro área 05	Paredão/ Pinheirinho Alto	01
f) ESF 01 - Micro área 06	Rio de Dentro/Areia Branca	01
g) ESF 01 - Micro área 07	Pinheirinho do Meio/Paredão	01
h) ESF 01 - Micro área 08	Arizona/Linha Gabriela	01
i) ESF 01 - Micro área 09	Linha São Pedro	01
j) ESF 01 - Micro área 10	Paraguai/Linha Rovaris	01
k) ESF 02 - Micro área 01	Último Rio	01
l) ESF 02 - Micro área 02	Figueira I	01
m) ESF 02 - Micro área 03	Figueira II	01
n) ESF 02 - Micro área 04	Jardim Nicolau/Centro	01
o) ESF 02 - Micro área 06	Araçá/Cotovelo	01
p) ESF 02 - Micro área 10	Centro	01
q) ESF 02 - Micro área 11	Água Branca/Figueira	CR
r) ESF 03 - Micro área 01	Tenente/Sanga da Paca	01
s) ESF 03 - Micro área 02	Dois Irmãos/Morro Dois Irmãos	01
t) ESF 03 - Micro área 03	Centro/Jardim Azaleia	01
u) ESF 03 - Micro área 04	Serra da Pedra/Morro da Pedra	01
v) ESF 03 - Micro área 05	Engenho Velho	01
w) ESF 03 - Micro área 06	Costão da Pedra/Tigre Preto	01
x) ESF 03 - Micro área 07	Rio Cara	01
y) ESF 03 - Micro área 08	Morro da Queimada	01
z) ESF 03 - Micro área 09	Gavea I / Linha Coelho	01
aa) ESF 03 - Micro área 10	Bairro Gavea II	01

\* CR = Cadastro de Reserva

JACINTO MACHADO/SC, em 11 de OUTUBRO de 2018.

ANTONIO BORGES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologado o ANEXO IV do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 002/2018, das Atribuições dos Cargos.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 003/2018 FMAS**

Publicação Nº 1772793

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO  
PROCESSO SELETIVO N.º 003/2018

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO, Estado de Santa Catarina, através da Comissão de Processo Seletivo, nos termos do Decreto Municipal n.º 096 de 05 de Outubro de 2018, no uso de suas atribuições legais, e a empresa AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA (Através de seu departamento de pesquisas: PS Concursos), TORNA PÚBLICO o PROCESSO SELETIVO de pessoal para atuação no Fundo Municipal de Assistência Social de Jacinto Machado, a serem Admitidos em Caráter Temporário nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal de 1988 e conforme as Leis Municipais: 726/2014 e 460/2006 e suas respectivas alterações, na forma deste Edital:

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 A MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO reserva o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Processo Seletivo.

1.2 Para se inscrever, o candidato deverá acessar o site [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado), efetuar seu cadastro e inscrição, e antes de validar a inscrição, conferir todos os dados inclusive à denominação do cargo e seu respectivo código.

1.3 O cronograma com as datas de cada fase do Processo Seletivo, os conteúdos programáticos, as atribuições dos cargos e o detalhamento das Micro Áreas para os Agentes Comunitários de Saúde, estarão disponibilizadas nos Anexos I, II e IV, partes integrantes do presente Edital.



**2. DAS VAGAS, CARGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS E REMUNERAÇÃO.**

Poderão participar da Seleção, os profissionais interessados em prestar serviço em caráter temporário e que atendam aos requisitos deste Edital e da legislação municipal vigente e alterações supervenientes, para os cargos/áreas abaixo relacionados:

**ÁREA 01: CARGOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Nº	Cargo	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração (R\$)	Requisitos para o cargo
01	Assistente Social	01 + CR	30 horas	R\$ 2.278,00	Portador de Diploma Nível Superior, em Serviço Social, com registro no órgão competente.
02	Monitor	01 + CR	40 horas	R\$ 954,00	Ensino Médio.

\* CR = Cadastro de Reserva

Nota 01: As atribuições dos cargos são as constantes na Lei nº 726/2014, e Lei nº 460/2006.

Nota 02: Após o preenchimento das vagas existentes no edital, o Município de Jacinto Machado, poderá chamar os candidatos, de acordo com sua necessidade e conveniência, desde que respeitada a lista classificatória.

**3. DAS INSCRIÇÕES**

O candidato poderá se inscrever somente para 01 (um) cargo.

**2.1 INSCRIÇÃO ONLINE**

2.1.1 A inscrição on-line do candidato somente será efetuada via internet, no período de 13/10/2018 a 29/10/2018 as 12:00 horas (meio dia). Para realizar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Acessar o endereço eletrônico: [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado)

b) Ler atentamente o edital, preencher o Formulário de Inscrição on-line, imprimir o comprovante gerado e o documento contendo o valor de inscrição e a conta para DEPÓSITO IDENTIFICADO também gerado após a inscrição eletronicamente, e seguir os passos constantes neste edital.

c) Efetuar o DEPÓSITO IDENTIFICADO COM O NÚMERO DO CPF DO CANDIDATO, até o dia 29/10/2018 às 23h:59min referente à taxa de inscrição (ÍTEM 3.3) atribuída ao nível do cargo para o qual pretende concorrer, na seguinte conta corrente: C/C: 71.025-3 AG:1084, Operação 006, Banco (Caixa Econômica Federal), Titular: Fundo Municipal de Assistência Social de Jacinto Machado/SC.

2.1.2 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá mencionar a sua condição no Formulário de inscrição. O mesmo deverá informar no ato da inscrição, o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, atestando a aptidão para o cargo que está sendo pretendido.

2.1.3 O candidato, que possuir deficiência ou não, que precisar de condições ou necessidades especiais para a prestação da prova escrita deverá selecionar a opção para este fim e mencionar os cuidados ou recursos especiais, para o dia da prova escrita, no formulário de inscrição on-line.

2.1.4 O candidato poderá obter informações técnicas referentes à utilização do portal das inscrições e preenchimento do formulário de inscrição online, através do e-mail: [suporte@processosseletivos.com.br](mailto:suporte@processosseletivos.com.br).

2.1.5 As informações prestadas no Formulário de Inscrição online serão de inteira responsabilidade do candidato. Reserva-se à comissão técnica do processo seletivo, o direito de não homologar a inscrição do candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecidos inverídicos ou falsos.

**2.2 VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO:**

2.2.1 O candidato, para validar a sua inscrição no presente Processo Seletivo, após preenchimento do formulário de pré-inscrição on-line, deverá comparecer de 29 a 30/10/2018, das 08:00h às 12:00h, na Prefeitura Municipal de Jacinto Machado/SC, rua Pool Jorge Zacca, 75, Centro, munido dos seguintes documentos:

a) Formulário de Pré-inscrição impresso;

b) Comprovante de DEPÓSITO IDENTIFICADO referente ao valor da inscrição (original);

c) CPF e Carteira de Identidade ou CNH (original e cópia);

d) Comprovante de habilitação profissional ou de escolaridade exigida para o cargo pleiteado (original e cópia);

e) O Candidato que apresentar certidão de colação de grau deverá, obrigatoriamente, no dia da admissão, apresentar o diploma de conclusão do curso (original e cópia).

f) Documentos para comprovação de cursos de aperfeiçoamento (original e cópia);

g) Laudo médico, para os candidatos que possuem deficiência. (Original)

h) Não haverá validação de inscrição condicional ou extemporânea nem validação da inscrição por correspondência.

2.2.2 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá entregar no ato da validação da inscrição o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, atestando a aptidão para o cargo que está sendo pretendido.

2.2.3 O candidato portador de deficiência deverá solicitar a prova especial, se for o caso, preenchendo o requerimento do Anexo III, parte integrante deste Edital.

2.2.4 No momento da validação, será emitido o comprovante de inscrição onde o candidato deverá assinar concordando incondicionalmente com todos os termos descritos na sua inscrição.

2.2.5 A validação da inscrição poderá ser efetuada somente pelo candidato, ou mediante procuração devidamente registrada em cartório.

## 2.3 VALORES DE INSCRIÇÃO

CARGO / ESCOLARIDADE	VALOR
Cargos de Nível Fundamental	R\$ 30,00
Cargos de Nível Superior	R\$ 50,00

## 2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES

2.4.1 É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento do formulário de inscrição on-line, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes da confirmação, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das inscrições.

2.4.2 As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do site [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado) nos últimos dias de inscrição on-line.

2.4.3 A empresa organizadora do certame e o Município de Jacinto Machado/SC não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

## 2.5 PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

2.5.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão publicados e deferidas parcialmente (preliminar) no dia 30/10/2018 e definitiva (após prazo de recursos) no dia 06/11/2018 pela autoridade competente, ambas até as 23h:59min. O ato de publicação será divulgado no site [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado), onde estarão indicados o nome do candidato, o cargo pretendido e o número de sua inscrição.

2.5.2 No mesmo local será publicada a relação das inscrições indeferidas.

## 3 REQUISITOS BÁSICOS PARA ADMISSÃO NO CARGO

3.1 Ter nacionalidade brasileira ou equivalente

3.2 Estar no gozo de direitos políticos;

3.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais.

3.4 Possuir quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.

3.5 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no ITEM II do presente Edital, na data da contratação.

3.6 Contar com, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data da posse.

3.7 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

3.8 Firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei.

3.9 Apresentar Cópia do Título de Eleitor

3.10 Apresentar Certidão Negativa de Antecedentes criminais

3.11 Apresentar Declaração de Imposto de Renda (se houver) ou declaração de bens

3.12 Apresentar toda a documentação comprobatória exigida para atender aos requisitos do cargo conforme ITEM 2 deste edital e leis municipais que regulamentam o cargo no município de Jacinto Machado /SC.

## 4 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

O Processo Seletivo constará de 02 (duas) etapas consistentes de:

a. Prova Escrita, de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos de caráter classificatório (ressalvada a ausência do candidato à prova ou zerá-la, casos em que será eliminado do processo seletivo);

b. Prova de Títulos (escolaridade, e cursos de aperfeiçoamento ou atualização), de caráter classificatório.

### 4.1 PROVA ESCRITA

4.1.1 A prova escrita será de caráter classificatório e eliminatório, que avaliará a aptidão funcional dos candidatos para o desempenho das funções a serem executadas no exercício do cargo pretendido.

4.1.2 As provas escritas serão organizadas conforme exigências do cargo pretendido:

4.1.2.1 Prova para o cargo de Monitor:

a) A Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas, sendo 05 (cinco) questões de língua portuguesa e/ou interpretação de texto, 05 (cinco) questões de atualidades e dados históricos, 05 (cinco) questões de matemática e 05 (cinco) questões de conhecimentos específicos do cargo pretendido. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

b) Os candidatos receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões. Sendo 05 (cinco) questões específicas para cada cargo pretendido;

c) O caderno de avaliações será composto pelas questões gerais e específicas de cada cargo;

d) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

4.1.2.2 Provas para o Cargo de Assistente Social:

a) A Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas, sendo 05 (cinco) questões de língua portuguesa e/ou interpretação de texto, 05 (cinco) questões de atualidades e dados históricos, 05 (cinco) questões de conhecimentos Gerais da Área da Assist e 05 (cinco) questões de conhecimentos específicos do cargo pretendido. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

b) Os candidatos receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões. Sendo 05 (cinco) questões específicas para cada cargo pretendido;

c) O caderno de avaliações será composto pelas questões gerais e específicas de cada cargo;

d) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

4.1.2.3 As questões das provas versarão sobre os conteúdos programáticos constantes no Anexo II deste Edital.

4.1.2.4 O peso de cada questão é de 0,5 pontos.

4.1.2.5 A nota da prova escrita (NPE) será calculada com o emprego da seguinte fórmula:  $NPE = (NA \times 0,5)$  onde (NPE= Nota da Prova Escrita, e NA= Número de Acertos).

4.1.2.6 Cada Candidato inscrito no certame terá direito a apenas 01 (um) cartão de respostas, não sendo permitida, em hipótese alguma, a troca de seu cartão assinado por outro.

4.1.2.7 O candidato deverá transpor os resultados das questões para grade de respostas, cujo preenchimento é de sua inteira responsabilidade.

4.1.2.8 Questões rasuradas ou com mais de uma alternativa marcada, na grade de respostas, serão consideradas como marcadas incorretamente pelo candidato.

4.1.2.9 Para fins de correção da prova, somente será considerada a grade de respostas, sendo que os cadernos de prova não serão considerados, sob quaisquer hipóteses.

## 4.2 PROVA DE TÍTULOS

### 4.2.1 Da avaliação do nível de escolaridade

A avaliação do nível de escolaridade será feita através de certificados ou diplomas de graduação em nível superior, curso de pós-graduação, mestrado e doutorado, todos na área em que o candidato concorre, de acordo com a tabela de pontos abaixo:

#### Cargos de Nível Superior

Título	Comprovantes Exigidos	Valor unitário	Quantidade Máxima	Pontuação Máxima
Doutorado	Diploma devidamente registrado.	7,00	1	7,00
Mestrado	Diploma devidamente registrado.	5,00	1	5,00
Especialização	Diploma devidamente registrado.	3,00	1	3,00

NOTA 01: Para o cargo de Monitor, não haverá pontuação referente ao nível de escolaridade do candidato.

NOTA 02: Ao candidato que apresentar títulos, conforme quadro acima, destaca-se que apenas receberá a pontuação referente ao maior título que possuir, portanto a pontuação não será de caráter somatório.

### 4.2.2 Da avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização.

A avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de atuação será feita através de cursos de aperfeiçoamento ou atualização frequentados, ministrados e concluídos no período de 01/01/2017 a 10/10/2018, obedecida a tabela de pontos abaixo:

Número de Horas	Pontuação	Comprovantes Exigidos
80 horas	1,0 ponto	Diplomas, certificados ou declarações devidamente expedidas por instituição credenciada pelo MEC, CEE ou CME, contendo a assinatura do responsável, carga horária, conteúdo programático, período de realização.

## 5 DA REALIZAÇÃO DA PROVA

5.1 A prova será realizada no dia 17/11/2018 na ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JACINTO MACHADO, sito a avenida Padre Herval Fontanella, 1063, Bairro Centro, em Jacinto Machado/SC.

5.2 Os horários das provas serão divulgados até as 23h:59min do dia 10/11/2018, no portal [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado) no site [www.jacintomachado.sc.gov.br](http://www.jacintomachado.sc.gov.br).

5.3 A prova terá duração máxima de 01 hora e 30 minutos.

5.4 Para fins de acesso à sala de realização da prova, será exigido o Documento de Identidade Original com Foto (Obrigatoriamente) e o Comprovante de inscrição (Facultativamente).

5.5 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteira de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

5.6 Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, de tinta azul ou preta.

5.7 As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

5.8 O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado e confirmado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

5.9 Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de carteiras, bolsas, bonés, chapéus e similares, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.

5.10 A Equipe Organizadora do Processo Seletivo não se responsabilizará por perda, roubo ou dano dos referidos materiais e equipamentos de candidatos.

5.11 A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

5.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial, há no máximo 30 (trinta) anteriores em relação ao dia da realização da Prova.

5.13 A apresentação do comprovante de inscrição no dia da realização da prova escrita servirá também ao candidato como único documento que possibilitará a garantia de poder realizar a prova em caso sua inscrição deferida e não constatação de seu nome nas listas de distribuições de locais de prova.

5.14 Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

5.15 Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do cartão de respostas, que será o único documento válido

para efeito de correção da prova.

5.16 Não serão computadas as questões não assinaladas, assinaladas a lápis ou caneta de cor diferente da preta ou azul, assim como as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis.

5.17 Em hipótese nenhuma haverá substituição do cartão de respostas em caso de erro, rasura ou preenchimento incorreto do candidato conforme instruções contidas no mesmo.

5.18 Em caso de existirem tipos de cadernos de provas diferentes (para cargos diversos), estes serão identificados na lista de presença de cada candidato e o cartão de respostas será devidamente identificado com o número do caderno de prova ou outra forma que auxilie o candidato na identificação das questões correspondentes a sua área/cargo pretendido.

5.19 Em hipótese nenhuma haverá segunda chamada para realização da prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, implicando a ausência na sua eliminação do Processo Seletivo.

5.20 Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão no local até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

5.21 Por razões de ordem técnica e de segurança, a entidade responsável pela elaboração das provas, se reserva ao direito de não fornecer exemplares dos Cadernos de Provas a candidatos ou a outras instituições, mesmo após o encerramento do certame, estando à disposição dos candidatos uma cópia para download no mesmo endereço das inscrições em até 24 horas úteis após aplicação da prova.

5.22 A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.

5.23 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

5.24 A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

5.25 A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

5.26 Não será disponibilizado pela equipe técnica do Processo Seletivo, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

5.27 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

5.28 Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

5.29 Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

5.30 Após a entrada na escola onde será realizada a prova, o candidato deverá se dirigir imediatamente para sua sala de realização de prova, ficando vedada a permanência do mesmo nas outras dependências do prédio, salvo para os casos devidamente justificados e autorizados pelos organizadores do certame.

5.31 Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.

5.32 A Comissão e equipe organizadora do certame poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no ITEM 6 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Certame.

## 7. DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

7.1 Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela área/cargo e pela habilitação mínima exigida em listagem, de acordo com a sua inscrição no processo seletivo, seguindo a ordem decrescente de pontuação final, expressa em 03 (três) algarismos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{PONTUAÇÃO FINAL} = (\text{NOTA DA PROVA ESCRITA}) \times 7 + (\text{PONTOS DA PROVA DE TÍTULOS}) \times 3$$

7.2 No caso de empate na classificação terá preferência para a nomeação, sucessivamente, o candidato que:

a) Obtiver a maior idade;

b) Persistindo o empate prevalecerá o maior número de dependentes.

7.3 As provas obedecerão aos critérios especificados pelo Anexo I e conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital.

7.4 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas.

7.5 A publicação da classificação parcial será divulgada exclusivamente no portal [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado), no dia 28/11/2018.

7.6 A publicação da classificação final e definitiva, após apuração de recursos, será divulgada nos sites: [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado) e [www.jacintomachado.sc.gov.br](http://www.jacintomachado.sc.gov.br), no dia 05/12/2018.

## 8. DOS RECURSOS

8.1 O candidato poderá interpor recurso nos seguintes casos e prazos:

a) Com relação à homologação das inscrições, no prazo de 02 (dois) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do edital de homologação das inscrições;

b) Com relação à prova escrita (questões objetivas) no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à realização da prova.

c) Com relação à classificação parcial no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação dos resultados.

8.2 O recurso deverá ser interposto de forma individual referente a quaisquer das situações descritas no item 8.1 deste Edital com a indicação daquilo que o candidato se julga prejudicado, sendo, portanto, necessária à devida fundamentação das razões de inconformidade com a sua comprovação por meio de citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, etc., juntando-se em anexo ao respectivo recurso cópia destes comprovantes.

8.3 Para recorrer o candidato(a) deverá imprimir o formulário próprio para recursos constante no Anexo III. Após o preenchimento correto e completo do formulário de recursos, nos moldes do que prescreve o item 8.2, o candidato(a) deverá protocolá-lo presencialmente perante Departamento de Recursos Humanos da prefeitura Municipal de Jacinto Machado/SC aos cuidados da Comissão de Processo Seletivo, nos prazos estabelecidos no cronograma do Anexo I.

8.4 Na hipótese de impossibilidade do protocolo presencial do Recurso dentro os prazos definidos no Anexo I, é assegurado ao candidato(a) o direito de enviar seu recurso pela forma digitalizada por meio de correio eletrônico para o e-mail [recursos@processosseletivos.com.br](mailto:recursos@processosseletivos.com.br) desde que respeitado em seu protocolo os prazos fixados neste Edital



8.5 Os Recursos enviados pelo sistema de correio eletrônico somente serão aceitos como válidos se a data de postagem e envio do e-mail do candidato com suas razões recursais e recebimento da mensagem automatizada do recebimento do e-mail, estiverem dentro dos prazos fixados por este Edital para tal desiderato. E-mails enviados fora dos prazos recursais, não serão considerados

8.6 O endereço eletrônico para recebimento de recursos, mostrado no item 8.4 deste edital, só estará disponível e operante durante os prazos recursais e será utilizado apenas para este fim. Para outros assuntos e dúvidas, o candidato deverá se dirigir pelo e-mail informado no item 3.1.4 deste edital

8.7 Não será aceito recurso via fax, fora do prazo ou ainda em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital.

8.8 Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não os obtiveram na correção inicial. Se resultar em alteração do gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas novamente, conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

8.9 Os pedidos de revisão de provas e notas somente serão aceitos se feitos pelos próprios candidatos, em até 02 (dois) dias úteis a contar a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação dos classificados no Processo Seletivo, com respeito somente às suas próprias provas, ficando vedados, a qualquer tempo e condição, pedidos de revisão de provas e notas de terceiros.

8.10 No pedido de Revisão de correção de provas, será apresentado apenas uma vez ao candidato, caso necessário, o Cartão Resposta Digitalizado, ficando impedido de fazer qualquer alteração ou cópia.

9. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

10. Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado), conforme cronograma do Anexo I. Respostas individuais não serão encaminhadas aos candidatos.

11. A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso e em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo.

## 12. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

12.1 Às pessoas com deficiência são asseguradas o direito de inscrição no Processo Seletivo, Modalidade - Emprego Público de que trata este Edital, nos termos do Decreto Federal nº. 3.298/99.

12.2 São reservados 5% das vagas abertas por este edital, para cada cargo, às pessoas com deficiência de conformidade com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e Decreto Federal nº. 3.298/99, e suas alterações, Decreto Federal nº. 5.296/2004 e suas alterações e na Lei Federal nº. 7.853/1989, caso não houver candidato inscrito ou aprovado as vagas reservadas serão disponibilizadas para os demais candidatos aprovados.

12.3 Os candidatos com deficiência poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência, em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

12.4 Caso o candidato inscrito como pessoa com deficiência não se enquadre nas categorias definidas no Art. 4, incisos I a V, do Decreto Federal nº. 3.298/99, a homologação de sua inscrição se dará na listagem geral de candidatos e não na listagem específica para pessoas com deficiência

12.5 Na avaliação médica, posterior a nomeação, caso o candidato com deficiência seja considerado inapto para o cargo, será nomeado o candidato imediatamente posterior.

12.6 O candidato com deficiência ou aquele que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo no formulário de inscrição on-line, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou sala para amamentação.

12.7 A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

12.8 O candidato com deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição ou não atender as condições de deficiência determinadas neste Processo Seletivo, terá sua inscrição solicitação de recursos especiais não concedida, passando a concorrer unicamente como candidato sem deficiência e não poderá impetrar recurso em favor de sua situação

12.9 A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

13. As pessoas com deficiência participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

14. O candidato que no ato da inscrição, não declarar sua condição de deficiente, não poderá interpor recurso posteriormente relativo à sua condição.

15. A pessoa com deficiência que não optar no momento da inscrição por disputar as vagas reservadas aos deficientes, não terá direito ao pleito das vagas a elas reservadas.

## 16. DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

16.1 Fica delegada competência à empresa organizadora do certame para:

- Desenvolver edital juntamente com a comissão do Processo Seletivo;
- Organizar programas e inscrições no portal da internet;
- Deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos previstos neste Edital;
- Disponibilizar a Emissão Eletrônica de documentos de inscrições online através de sistemas automatizados e on-line;
- Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova escrita;
- Apurar e responder os recursos das inscrições, da prova escrita e resultados publicados, com auxílio e suporte da Comissão do Processo Seletivo, quando necessário.

16.2 Fica atribuído à Comissão do Processo Seletivo, nomeada através de Decreto, exclusivamente para acompanhar o certame, as seguintes responsabilidades:

- Conferir, aprovar e publicar o edital;
- Prestar informações sobre o Processo Seletivo;
- Acompanhar e fiscalizar a realização das provas;
- Repassar toda documentação e informações do certame à Organizadora do Certame.

## 17. CONVOCAÇÃO PARA EXAMES MÉDICOS E ENTREGA DE DOCUMENTOS

18. Os candidatos aprovados e convocados deverão apresentar exames médicos admissionais e a critério do médico avaliador responsável poderão requisitar exames complementares e emitir parecer de APTO ou NÃO APTO para o exercício do cargo, sendo este de caráter eliminatório.

19. O candidato convocado deverá apresentar ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado/SC, situada a rua Pool Jorge Zacca, 75, Bairro Centro com a documentação necessária à sua admissão, composta por:

- a) Comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) Prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) Prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) Comprovação da escolaridade exigida neste edital;
- e) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- f) Atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo público;
- g) Nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos decretos Nº. 70.391/1972 e Nº. 70.436/1972.
- h) Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 70 anos.
- i) Carteira de Identidade;
- j) CPF;
- k) PIS/PASEP;
- l) Certidão de Casamento;
- m) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- n) (Uma) foto 3x 4 recente;
- o) Carteira Profissional Original;
- p) Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado, assim sendo considerado: Conta de luz, IPTU, água ou telefone fixo, em nome do candidato, cônjuge ou de ascendente ou descendente direto;

## 20. DA ESCOLHA DE VAGAS

21. A escolha de vagas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação e será feita de acordo as necessidades do quadro funcional da Secretaria Municipal de Saúde

22. A escolha de vaga deve ser feita pelo titular da inscrição, não podendo ser por procuração.

23. O candidato deverá escolher a vaga existente na Unidade de Saúde.

24. O candidato que escolher vaga e não assumir no tempo previsto será eliminado do processo seletivo.

25. O prazo de se apresentar na unidade de trabalho será o seguinte:

26. Para a 1ª chamada – o primeiro dia de atividades na unidade de trabalho;

27. Para a 2ª chamada e demais – 24 (vinte e quatro) horas a partir do documento de encaminhamento.

28. O profissional contratado ficará vinculado à Secretaria Municipal da Saúde, onde poderá ocorrer mudança de local de trabalho e alteração da jornada de trabalho, sempre que necessário.

29. O candidato contratado ficará em permanente avaliação, caso seu aproveitamento não seja satisfatório, será rescindido seu contrato.

30. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinado para a escolha da vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada.

31. O candidato terá dois dias úteis para se apresentar no Setor Pessoal munido da documentação exigida para o contrato e assim assumir a vaga escolhida. Passando o prazo, fica a Secretaria de Saúde autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação.

32. O candidato que tiver 3 (três) faltas injustificadas consecutivas ou alternadas terá seu contrato rescindido.

## 33. DISPOSIÇÕES GERAIS

34. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Processo Seletivo, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

35. Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo em qualquer de suas fases.

36. Será excluído do certame o candidato que:

- a) Faltar a qualquer uma das fases do Processo Seletivo;
- b) Não pontuar na prova objetiva;
- c) Portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Processo Seletivo;
- d) For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- e) For apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- f) Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

37. O presente edital objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do regime jurídico estatutário dos servidores públicos municipais de Jacinto Machado/SC.

38. Se aprovado e convocado o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital bem como outros que lhe forem solicitados, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito à vaga e consequentemente não contratação.

39. A aprovação no Processo Seletivo não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Secretaria Municipal de Saúde, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura da mesma.

40. O ato de inscrição implica na aceitação destas e demais condições do presente Edital e do Regulamento do Processo Seletivo e, em caso de classificação e contratação, a observância do regime jurídico nele indicado.

41. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão do Processo Seletivo e da Equipe Organizadora, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

42. É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao

Processo Seletivo. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo.

43. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico, no portal das inscrições, até a publicação da classificação final do Processo Seletivo, e junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Jacinto Machado/SC, após a homologação do resultado do Processo Seletivo.

44. Os casos omissos serão resolvidos pela empresa organizadora do certame e pela Comissão do Processo Seletivo.

45. O presente Edital estará disponibilizado no respectivo endereço eletrônico [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado), e no site [www.jacintomachado.sc.gov.br](http://www.jacintomachado.sc.gov.br).

46. O candidato que escolher uma vaga real apresentada para concurso público terá seu contrato rescindido no momento em que o efetivo (titular ou designado) for chamado para assumir a respectiva vaga.

47. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo nos casos de substituições pelo retorno do titular ou por problema de ordem pedagógica e/ou administrativa causado pelo substituto; neste caso, desde que devidamente justificado.

48. Não havendo mais candidatos inscritos para as vagas, serão admitidos profissionais selecionados pela Prefeitura Municipal de Jacinto Machado/SC.

49. O processo seletivo de que trata este Edital será realizado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde, através da Comissão nomeada pelo Prefeito Municipal e terá validade de um ano, prorrogável por mais um ano, a partir da data de publicação da classificação final do certame.

50. Faz parte deste edital o Anexo I – Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.

51. Faz parte deste edital o Anexo II – Dos Conteúdos Programáticos.

52. Faz parte deste edital o Anexo III – Do formulário para recurso.

53. Faz parte deste edital o Anexo IV – Das Atribuições dos Cargos.

54. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

55. Revogam-se as disposições em contrário.

JACINTO MACHADO/SC, em 11 de OUTUBRO de 2018.

ANTONIO BORGES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologado o presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2018, a data, o local e o horário da prova.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº003/2018

#### ANEXO I

#### CRONOGRAMA DO PROCESSO

Cronograma	Data
Publicação do Edital 001/2018	11/10/2018
Período de Pré-Inscrições Online	14 a 29/10/2018 (até as 12h:-00min)
Último para efetuar o depósito identificado ou transferência bancária	29/10/2018 (até as 23h:59min)
Período de Validações das Inscrições	29 a 30/10/2018 das 08:00h as 12:00h
Divulgação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas	30/10/2018 (até as 23h:59min)
Prazo para apresentação dos Recursos contra o indeferimento das inscrições	31/10 a 01/11/2018 Das 08:00h as 12:00h presencialmente ou até as 23h:59min via correio eletrônico
Homologação Definitiva das Inscrições	06/11/2018 (até as 23h:59min)
Divulgação dos Horários de aplicação da Prova Escrita	Até 10/11/2018 (as 23h:59min)
Realização das Provas Escritas e Divulgação do Gabarito Oficial	17/11/2018
Prazo para Recursos referentes à Prova Escrita	19 a 20/11/2018 Das 08:00h as 12:00h presencialmente ou até as 23h:59min via correio eletrônico
Divulgação do resultado preliminar e notas das provas (Classificação Parcial)	28/11/2018 (até as 23h:59min)
Prazo para Recursos referentes ao resultado e/ou notas das provas	29 a 30/11/2018 Das 08:00h as 12:00h presencialmente ou até as 23h:59min via correio eletrônico
Homologação e Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo	05/12/2018 (até as 23h:59min)

#### REGULAMENTO PARA AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO

Oshorários das provas serão divulgados até o dia10/11/2018, no portal [www.processosseletivos.com.br/jacintomachado](http://www.processosseletivos.com.br/jacintomachado) e no site [www.jacintomachado.sc.gov.br](http://www.jacintomachado.sc.gov.br).

jacintomachado.sc.gov.br.

A prova terá duração máxima de 01 hora e 30 minutos.

Não será admitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões do prédio, e/ou que não estiver munido do Documento Original com Foto.

O candidato apenas estará segurado da realização da prova mediante a apresentação do comprovante de validação de inscrição em caso de não constatação de seu nome nas listas de distribuição de locais de prova fixados na entrada do prédio onde serão realizadas as provas. Os envelopes das provas serão abertos por 02 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com 01 (um) fiscal de sala e 01 (um) fiscal coordenador, um termo de abertura dos envelopes.

Durante a prova não poderá ser feita qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquinas calculadoras, celulares ou quaisquer tipos de aparelhos ou anotações.

Não será permitido qualquer tipo de comunicação do candidato com outros candidatos ou com o exterior do recinto, sob pena da eliminação do Processo Seletivo do(s) Candidato(s) envolvido(s). Aparelhos de telefonia celular, bip e/ou similares deverão ser desligados.

As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

O candidato poderá sair da sala somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

É expressamente proibido fumar nos locais das provas.

Todas as respostas da prova escrita deverão ser transpostas para a grade de respostas, não podendo ficar nenhuma questão sem resposta. Após a conclusão e entrega da prova, os candidatos não poderão permanecer nos corredores e dependências do local da aplicação das provas.

Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão na sala até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

Os cartões de respostas, juntamente com a lista de presença e termos referentes aos pacotes lacrados e entrega de cartões resposta deverão ser entregues pelos Fiscais ao Coordenador da equipe de aplicação do Processo Seletivo, acompanhados dos três últimos candidatos.

JACINTO MACHADO/SC, em 11 de OUTUBRO de 2018.

ANTONIO BORGES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologado o ANEXO I do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2018, do Cronograma do Processo Seletivo.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2018

## ANEXO II

### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DA PROVA ESCRITA

#### 1. CONHECIMENTOS GERAIS DA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para todos os cargos

1. Lei Orgânica da Assistência Social (8.742 de 07/12/1993); 2. Lei 12435 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS; 3. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS); 4. Conselho Nacional de Assistência Social; 5. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente; 6. Declaração Universal dos Direitos das Crianças; 7. Política Nacional do Idoso (PNI); 8. Estatuto do Idoso, Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003. 9. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

#### 2. CONHECIMENTOS GERAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Para todos os cargos

1. Leitura, Compreensão e interpretação de textos; 2. Características dos diversos gêneros textuais; 3. Tipologia textual, (sequências narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva, injuntiva e dialogal); 4. Elementos de coesão e coerência textual; 5. Léxico/Semântica; 6. Funções da linguagem; 7. Concordância nominal e verbal; 8. Ortografia oficial; 9. Acentuação gráfica; 10. Emprego do sinal indicativo de crase; 11. Pontuação; 12. Emprego e descrição das classes de palavras; 13. Sintaxe da oração e do período (ênfase em concordância e regência); 14. Significação das palavras e inferência lexical através do contexto; 15. Fonética e Fonologia; 16. Fonema e Letra; 17. Ortografia; 18. Recursos sonoros; 19. Vícios de linguagem; 20. Lexicologia; 21. Polissemia; 22. Sinônimos e antônimos; 23. Homônimos e parônimos; 24. Morfologia; 25. Estrutura das palavras; 26. Formação das palavras; 27. Neologismos e Estrangeirismos; 28. Figuras de Linguagem e linguagem figurada; 29. Vozes verbais e sua conversação; 30. Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos

#### 3. CONHECIMENTOS DE ATUALIDADES E DADOS HISTÓRICOS

Para todos os Cargos

Aspectos atuais e históricos a nível mundial, nacional, estadual, regional e municipal, noticiados através de meios de comunicação e publicações oficiais.

#### 4. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (a cada Cargo).

Monitor

1. Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. 2. Limpeza e organização do ambiente de trabalho. 3. Estatuto da Criança e do Adolescente. 4. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. 5. Constituição Federal (Da Ordem Social). 6. Desenvolvimento da criança. Importância da arte e brincadeiras para as crianças. 7. Higiene e limpeza de crianças. 8. Prevenção de acidentes. 9. Princípios fundamentais para o bom

atendimento. 10. Relações humanas no trabalho. 11. Noções de limpeza e higiene. 12. Preparação, higienização e conservação de Alimentos. 13. Noções do valor nutricional na alimentação das crianças. 14. Noções sobre Intoxicação. 15. Primeiros Socorros. 16. Meio Ambiente. 17. Combate a endemias. 18. Atualidades científicas, econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas, esportivas do Brasil e do mundo.

#### Assistente Social

1. Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e alterações; 2. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e alterações; 3. Lei 12.435 de 06 de Julho de 2011; 4. Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações; 5. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 e alterações; 6. Código de Ética do Assistente Social, aprovado pelo CFESS; 7 Família, Rede, Laços e Políticas Públicas; 8. Violência Doméstica; 9. Lei 8.662, de 7 de Junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências; 10. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS); 11. Programas Governamentais de Transferência de Renda. 12. O trabalho do assistente social com as diferentes expressões da questão social apresentadas como demandas cotidianas. 13. A dimensão investigativa no exercício profissional do assistente social. 14. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. 15. Diferentes espaços ocupacionais e as relações sociais que são estabelecidas pelo Serviço Social. 16. A Questão Social, o contexto conjuntural. 17. O espaço sócio ocupacional do Serviço Social e as diferentes estratégias de intervenção profissional. 18. A instrumentalidade como elemento da intervenção profissional. 19. O planejamento da intervenção e a elaboração de planos, programas e projetos sociais. 20. Questão social e direitos. 21. Estudo, laudo e parecer social; 22. Políticas Sociais. 23. Competências profissionais do assistente social nos diferentes espaços ocupacionais. 24. Contexto capitalista contemporâneo. 25. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

JACINTO MACHADO/SC, em 11 de OUTUBRO de 2018.

ANTONIO BORGES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologado o ANEXO II do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º003/2018, dos Conteúdos Programáticos.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2018

#### ANEXO III

##### FORMULÁRIO PARA RECURSO

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº. Inscrição: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Questionamento: \_\_\_\_\_

Embasamento: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Requerente

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2018

#### ANEXO IV

##### ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

#### Assistente Social

1. Planejar, coordenar, orientar, supervisionar, executar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social, aplicados a indivíduos, grupos e comunidades; 2. Prestar assessoria e consultoria técnica em assunto de natureza social; 3. Elaborar assuntos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização; 4. Participar, dentro de sua especialidade, de equipes multiprofissionais na elaboração, análise e implantação de programas e projetos; 5. Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisas, visando à implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário; 6. Mobilizar recursos comunitários para que sejam devidamente utilizados em benefício da população; 7. Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; 8. Executar outras atividades compatíveis o cargo.

#### Monitor

1. Auxiliar e monitorar as crianças de sua responsabilidade na assistência social; 2. Desenvolver atividades inerentes a função;



JACINTO MACHADO/SC, em 11 de OUTUBRO de 2018.

ANTONIO BORGES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologado o ANEXO IV do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2018, das Atribuições dos Cargos.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

## EXTRATO DO CONTRATO N° 122/2018

Publicação N° 1772490

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Termo de Contrato n° 122/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Contratada: Tec Enge Construções Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para execução de calçadas, rampas e piso táteis na Rua Nereu Ramos, no município de Jacinto Machado/SC, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico-financeiro.

Valor: R\$ 15.816,77 (quinze mil oitocentos e dezesseis reais e setenta e sete centavos).

Vigência: de 25/09/2018 a 24/12/2018.

## PORTARIA N° 452 A 455

Publicação N° 1772002

PORTARIA N°. 452 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora JANETE TOMMASI DE MELO do cargo de AUXILIAR DE ENSINO, matrícula n° 4554, lotada junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N°. 453 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora DHISSICA DOS SANTOS BOZELLO do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE FISIOTERAPIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, matrícula n° 4458, lotada junto a Secretaria de Saúde e Saneamento do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N°. 454 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, DHISSICA DOS SANTOS BOZELLO, CPF n.º 083.218.639-22, no cargo de Enfermeira da Saúde da Família, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05/10/2018 até 15/12/2018, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Enfermeira da Saúde da Família acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N°. 455 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora FRANCIELE OLIVEIRA DE OLIVEIRA do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE DA FAMÍLIA, matrícula n° 4337, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PORTARIA Nº 457 EXONERAÇÃO E VACÂNCIA**

Publicação Nº 1772005

PORTARIA Nº. 457 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Exonera o servidor público municipal VALDENI JOAQUIM INACIO, dos quadros da municipalidade em virtude de concessão do benefício de aposentadoria previdenciária por tempo de contribuição e declara a vacância do respectivo cargo público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o artigo 40 da Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, e;

CONSIDERANDO, A Carta de Concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição emitida pela Previdência Social – NB nº 1784315360 em nome do mencionado servidor público, protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a exoneração e a vacância do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, VALDENI JOAQUIM INACIO em virtude de aposentadoria por tempo de contribuição, matrícula nº. 251, em conformidade com o número do benefício previdenciário NB nº 1784315360. Parágrafo Único - Determinar ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 09 de outubro de 2018.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

**PORTARIA Nº451 EMERG. JANDIRA**

Publicação Nº 1772001

PORTARIA Nº. 451 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

Admite em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, com a Lei nº 726, de 22 de maio de 2014 e com a Lei nº 839, de 25 de maio de 2017.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a necessidade de contratação em vaga vinculada a Professora abaixo, para atuar na EMEB ALBINO ZANATTA, em substituição da titular Daiane Velho Paulino;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JANDIRA MONTOVANI DOS SANTOS, CPF nº. 460.448.099-00, no cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/10/2018 até o término de Licença Maternidade da titular, junto a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 02 de outubro de 2018.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

**PORTARIAS Nº 444 A 450**

Publicação Nº 1772000

PORTARIA Nº. 444 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Art. 1º - Prorrogam os efeitos da Portaria nº. 399 de 03 de Setembro de 2018, o período de contratação da servidora GRAZIELA ROCHA CAMARGO RANAKOSKI, matrícula nº4680, CPF nº. 048.224.789-47, no cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no EMEB Santo Simão até o término da Licença Saúde de Arcangela Ciquinel Lazzarin Paganini, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 445 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (UM) mês o Servidor LAUDIR GABRIEL, matrícula nº. 2399, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a ser gozada no período de 02/10/2018 à 31/10/2018, período aquisitivo 02/04/2013 à 01/04/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 446 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor Público Municipal, abaixo relacionado, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ADRIANA BORGES DA SILVA	2468	04/09/2017 à 03/09/2018	03/10/2018 à 01/11/18
ALESSANDRO CONSONI PADILHA	4373	01/08/2017 à 01/08/2018	02/10/2018 à 31/10/2018
TOMAZIA NAZARE DE BITTENCOURT	3833	10/02/2017 à 09/02/2018	02/10/2018 à 31/10/18

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 447 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora JANAINI CANDIDO SILVEIRA do cargo de ENFERMEIRA DA SAÚDE DA FAMÍLIA, matrícula nº 4691, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 448 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

Art. 1º - NOMEAR, FABIANA DA SILVA, portador do CPF nº. 035.674.939-81, no cargo de Diretor de Serviços e Encargos Gerais, nível DAS-2, junto a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PORTARIA Nº. 449 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada, GERUSA FAGUNDES MONTEIRO, portadora do CPF nº. 092.893.029-76, no cargo de Servente, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar no CEI ANA PAULA, em substituição temporária da Servidora Tomazia Nazaré Bitencourt, no período de 02/10/2018 até o término da licença prêmio da titular, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Servente acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 450 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte dias) a servidora DAIANE VELHO PAULINO, matrícula nº. 4140, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, a ser gozada no período de 02/10/2018 a 29/01/2019, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**PORTARIAS Nº 456 EXONERAÇÃO E VACÂNCIA**

Publicação Nº 1772004

PORTARIA Nº. 456 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Exonera o servidor público municipal ANTONIO NICOLAU ANTONIN, dos quadros da municipalidade em virtude de concessão do benefício de aposentadoria previdenciária por tempo de contribuição e declara a vacância do respectivo cargo público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o artigo 40 da Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, e;

CONSIDERANDO, A Carta de Concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição emitida pela Previdência Social – NB nº 1765184050 em nome do mencionado servidor público, protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração;  
RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a exoneração e a vacância do cargo efetivo de Mecânico do servidor, ANTONIO NICOLAU ANTONIN em virtude de aposentadoria por tempo de contribuição, matrícula nº. 956, em conformidade com o número do benefício previdenciário NB nº 1765184050.  
Parágrafo Único - Determinar ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 09 de outubro de 2018.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2018 - RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 1772733

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO  
DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2018

#### RETIFICAÇÃO

O Município através da Pregoeira e sua Equipe de Apoio comunicam aos participantes da licitação que em função de equívoco, fica corrigido na Ata de Abertura de Julgamento o número do Edital para Pregão Presencial nº 71/2018.

As demais informações permanecem inalteradas.

Jaraguá do Sul, SC, 11 de outubro de 2018.

Rosinei Aparecida Gretter Dias

Elian Gustavo Hermes Vareiro

Sidnei Corrêa de Almeida

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2018

Publicação Nº 1772731

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2018

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, com início às nove horas, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 151/2018, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos tipo PICK-UP, com quilometragem livre, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, sem motorista, obedecendo a todas as exigências estabelecidas pela legislação de trânsito e ambiental regulamentada pelo Denatran e Detran-SC, destinados para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Administração, com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Sidnei Correia de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 11.334/2017. Compareceram ao certame, devidamente credenciados e entregando os necessários envelopes, as seguintes empresas:

Proponente	Credenciado	Identificação
BRASIL LEASING LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI	Camila Garcia Simon	023.822.909-27
LINDOMAR AMADO DA CUNHA EPP	Lindomar Amado Cunha	007.381.499-77
SAMANTHA BORGES ME	Samantha Borges	092.984.149-27

Dando início a sessão foi realizada o credenciamento dos representantes presentes e após passou-se à abertura das propostas comerciais. Após a análise, relativamente às imposições do edital, foram desclassificadas a Proposta Comercial das empresas LINDOMAR AMADO DA CUNHA EPP e SAMANTHA BORGES ME, por não atenderem a exigência do item 4.1 alínea "j" do Edital, que exige a comprovação de no mínimo 40% da quantidade licitada (no mínimo 02 veículos leves) e os atestados apresentados não comprovaram a quantidade exigida e foi classificada a terceira proposta apresentada, por estar em conformidade com o exigido no edital. Ato contínuo passou-se à próxima fase (lance) com o valor registrado no Anexo I desta ata. Não houve necessidade de aderir a LC 123/2006. Restou vencedora a seguinte empresa, com o seguinte preço mensal para o item:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição do objeto licitado	Valor mensal 5 veículos (R\$)
01	BRASIL LEASING LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SRVÇOS EIRELI	05	Unid.	<p>Veículos tipo PICK-UP, quilometragem livre, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, obedecendo a todas as exigências estabelecidas pela legislação de trânsito e ambiental regulamentadas pelo Denatran e Detran-SC, nas seguintes configurações mínimas:</p> <p>CONDIÇÕES GERAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Cor branca</li> <li>&gt; 2 (duas) portas</li> <li>&gt; Cabine simples</li> <li>&gt; Capacidade para 2 (dois) passageiros</li> <li>&gt; Sistema de freios ABS e Air-bags frontais - Motorista e Passageiro</li> <li>&gt; Direção hidráulica ou elétrica</li> <li>&gt; Ar condicionado</li> <li>&gt; Vidros elétricos</li> <li>&gt; Tomada 12 v</li> <li>&gt; Jogo de tapete de borracha</li> <li>&gt; Trava Elétrica das duas portas</li> </ul> <p>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Cilindrada mínima: 1.4 (1.400 cilindradas) ou superior</li> <li>&gt; Potência mínima: 85 cv com gasolina ou superior</li> <li>&gt; Capacidade de carga: Igual ou superior a 700 Kg</li> <li>&gt; Bicombustível (Gasolina/Etanol)</li> </ul> <p>ACESSÓRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Equipada com Protetor de caçamba</li> <li>&gt; Ganchos na caçamba</li> <li>&gt; Protetor de cárter</li> <li>&gt; Película de maior proteção permitida por lei</li> <li>&gt; Rádio com CD Player com entrada USB</li> </ul> <p>Marca: Volkswagen Modelo: Saveiro 1.6 Zero quilômetro</p>	1.740,00

Os valores iniciais das propostas encontram-se no Anexo I da Ata de abertura – Mapa comparativo de preços. A seguir procedeu-se a abertura do envelope 02-Documentação da licitante vencedora, concluindo-se pela HABILITAÇÃO da mesma, visto ter atendido as exigências do edital. Dando prosseguimento foi adjudicado o item a empresa vencedora. Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. A decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal, para a competente Homologação. E, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Jaraguá do Sul, SC, 11 de outubro de 2018.

Rosinei Aparecida Gretter Dias	
Elian Gustavo Hermes Vareiro	
Sidnei Corrêa de Almeida	
Camila Garcia Simon	
Lindomar Amado Cunha	
Samantha Borges	

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 059/2018/PAS

Publicação Nº 1772483

Edital de Notificação 059/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa GTRUCK AUTO SOCORRO LTDA - ME, inscrita no CNPJ 03.353.514/0001-19, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 017/2015 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 010867/A, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente à 4000% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Nilceane Aparecida Junckes Costa  
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 060/2018/PAS**

Publicação Nº 1772487

Edital de Notificação 060/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa PIZZARIA E LANCHONETE FILHOS DE SIÃO LTDA, inscrito no CNPJ 09.469.202/0001-52, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 044/2014 sendo acolhido o Auto de Infração nº 242 e determinada a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa  
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 061/2018/PAS**

Publicação Nº 1772489

Edital de Notificação 061/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa BAR E LANCHONETE SANTA EDWIGES LTDA (RESTAURANTE CASA CAIPIRA LTDA - ME), inscrito no CNPJ 10.946.645/0001-75, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 091/2014 sendo acolhido o Auto de Infração nº 276 e determinada a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa  
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 062/2018/PAS**

Publicação Nº 1772491

Edital de Notificação 062/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA o Sr. OLADIR VIEIRA, inscrito no CPF 925.366.620-04, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 158/2015 sendo acolhido o Auto de Infração nº 10884/A e determinada a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa  
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2018**

Publicação Nº 1772477

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2018  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/GABINETE DO PREFEITO/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO/FUJAMA/PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO/SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO/SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER/FROHAB/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO/CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - Tipo: Menor preço Por Item

**OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à Contratação de serviços de mão de obra de pessoa jurídica para manutenção predial preventiva e corretiva, com disponibilização de ferramentas e equipamentos, bem como a realização de serviços eventuais diversos, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais, abrangendo instalações hidrossanitárias, pluviais, elétricas, civis, pátio externo, em quaisquer instalações ocupadas, ou que venham a ser ocupadas pelos órgãos, unidades ou entidades do município de Jaraguá do Sul, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificação e quantidade, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

**REGIMENTO:** Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

**DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES:** Até às 08:30 horas do dia 06 de novembro de 2018, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 09:00 hs do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

**VALOR MÁXIMO PARA CONTRATAÇÃO:** R\$ 2.625.425,48 (dois milhões seiscentos e vinte e cinco mil quatrocentos e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos).

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br). Jaraguá do Sul (SC), 13 de setembro de 2018.

ARGOS JOSE BURGARDT  
Secretário de Administração

NORMANDO NELSON ZITTA JUNIOR  
Presidenta da Fundação Jaraguense de Meio Ambiental

DALTON FERNANDO FISCHER  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde - FMS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/2018**

Publicação Nº 1772735

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/2018

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/218-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP

**OBJETO:** Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MATERIAIS PARA CURATIVOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para tratamento de pacientes portadores de úlceras varicosas, escarras, pós cirúrgicos com rejeição, C.A. de pele, atendidos nos curativos domiciliares e para pacientes através de Ordem Judiciais, segundo as conveniências da administração direta. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2018 e 2019, estão previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

**Pagamento:** Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

**Local para entregas:** As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

**Prazo de entrega:** A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

**DATA DA ASSINATURA:** 20/09/2018.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Argos José Burgardt, Dalton Fernando Fischer e Leandro Schlata.

Argos José Burgardt  
Secretario Municipal da Administração

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2018**

Publicação Nº 1772737

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2018**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/218-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MATERIAIS PARA CURATIVOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para tratamento de pacientes portadores de úlceras varicosas, escarras, pós cirúrgicos com rejeição, C.A. de pele, atendidos nos curativos domiciliares e para pacientes através de Ordem Judiciais, segundo as conveniências da administração direta. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2018 e 2019, estão previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 20/09/2018.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Dalton Fernando Fischer e Luiz Carlos da Rosa

Argos José Burgardt  
Secretario Municipal da Administração

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2018**

Publicação Nº 1772738

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2018**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/218-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: CF MEDICAL LTDA ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MATERIAIS PARA CURATIVOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para tratamento de pacientes portadores de úlceras varicosas, escarras, pós cirúrgicos com rejeição, C.A. de pele, atendidos nos curativos domiciliares e para pacientes através de Ordem Judiciais, segundo as conveniências da administração direta. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2018 e 2019, estão previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 20/09/2018.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Dalton Fernando Fischer e Yuri Soares Amorim

Argos José Burgardt  
Secretario Municipal da Administração



**EXTRATO DO CONTRATO Nº 361/2018**

Publicação Nº 1772729

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 361/2018**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 169/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: ME GESTÃO DE EMPRESAS LTDA ME

OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos de gestão financeira de bilheteria e do tiro ao alvo, com fornecimento de mão de obra, software e equipamentos necessários para gerenciamento financeiro, destinados à 30ª Schützenfest, no período de 08 a 18 de novembro de 2018, em conformidade com o ANEXO I – Descrição dos Serviços e ANEXO X – Termo de Referência.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, o valor total de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) incluindo mão de obra, software, materiais e equipamentos necessários pela execução total do contrato.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução dos serviços será no período de 08/11/18 a 18/11/18, em conformidade com os Anexos I – Descrição dos Serviços e X – Termo de Referência, anexos deste edital. O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 dias

PAGAMENTO: O PAGAMENTO será efetuado em até 30 dias após a conclusão dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal e do respectivo Relatório de Serviços prestados (Detalhamento do serviço realizado, com a nominata dos funcionários, carga horária, dias trabalhados, bem como dos comprovantes de recolhimento das guias previdenciárias) prestados para a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, bem como cópia das guias de recolhimento se for o caso de: INSS, ISS e do FGTS, observando-se também o disposto na ordem de serviço INSS/DAF nº 209, de 20/05/99;

LOCAL PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: Os serviços deverão ser prestados no Parque Municipal de Eventos, na Rua Walter Marquardt, nº 910, bairro Barra do Rio Molha, no município de Jaraguá do Sul-SC.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste edital correrão por conta das dotações orçamentárias do exercício de 2018, a saber:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.01.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	534	0536 Rec.Arrec. Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 21/09/2018.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt e Fernando Popinhak Franco

Argos José Burgardt

Secretário Municipal da Administração

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 359/2018 AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 248/2015**

Publicação Nº 1772494

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 359/2018****AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 248/2015**

PERMITENTE: Município de Jaraguá do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal da Administração. PERMISSIONÁRIO: CENTRO CULTURAL NEUE HEIMAT. DAS ALTERAÇÕES: O item 3.1., da Cláusula Terceira, do Termo de Permissão de Uso Nº 248/2015, passa a vigorar com a seguinte redação: "3. DA FINALIDADE DA PERMISSÃO ... 3.1. A permissão de uso tem por finalidade disponibilizar ao PERMISSIONÁRIO um espaço destinado a abrigar um centro de atividades para o grupo folclórico, para o desenvolvimento de suas finalidades estatutárias, ofertando amplo e irrestrito uso a absolutamente todos os munícipes, independentemente de comungarem ou não das mesmas tradições, e sem qualquer cobrança financeira a qualquer usuário. ... Ficam acrescidos à Cláusula Quinta, do Termo de Permissão de Uso Nº 248/2015, os seguintes itens 5.7. e 5.8.: "5. DAS CONDIÇÕES GERAIS ... 5.7. O uso da área permitida deve ser amplo e irrestrito a absolutamente todos os munícipes, independentemente de comungarem ou não das mesmas tradições, e sem qualquer cobrança financeira a qualquer usuário. 5.8. Havendo notícia de que se aufera cobrança no espaço público, por particulares, ou exploração do espaço visando ao recebimento de pecúnia, não só será cassada de imediato a permissão de uso, como serão tomadas medidas administrativas e/ou judiciais visando à responsabilização dos responsáveis." Fica acrescido à Cláusula Sexta, do Termo de Permissão de Uso Nº 248/2015, o seguinte item 6.5.: "6. DA VIGÊNCIA ... 6.5. A ocupação da área pública, pelo PERMISSIONÁRIO, é possível até que a Administração Pública a requisite para prestação direta de atendimento ao público, momento no qual deve ser rescindido qualquer vínculo precário que se tenha em nome de interesse público maior, sem se descuidar que o uso da área em questão deve ser amplo e irrestrito a absolutamente todos os munícipes, independentemente de comungarem ou não das mesmas tradições, e sem qualquer cobrança financeira a qualquer usuário, eis que, em havendo notícia de que se aufera cobrança no espaço público por particulares ou exploração do espaço visando ao recebimento de pecúnia, não só será cassada de imediato a permissão de uso, como serão tomadas medidas administrativas e/ou judiciais visando à responsabilização dos responsáveis." DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as Cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Permissão de Uso Nº 248/2015, não expressamente modificadas pelo Termo Aditivo, do qual este instrumento passa a fazer parte integrante e inseparável para todos os fins e efeitos de direito. FORO: Jaraguá do Sul - SC. DATA DE ASSINATURA: 20/09/2018. SIGNATÁRIOS: ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, Prefeito; ARGOS JOSÉ BURGARDT, Secretário Municipal da Administração; e ROGÉRIO PELLIS, Presidente do Centro Cultural Neue Heimat.



ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 385/2018**

Publicação Nº 1772480

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 385/2018**

PROCESSO: Inexigibilidade 193/2018 ao CREDENCIAMENTO 123/2018.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: EDEMAR FRIESE-ME

OBJETO: O objeto da presente contratação é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO POR GUINCHO, ATÉ O DEPÓSITO DE VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO PELA POLÍCIA MILITAR QUANDO VINCULADO A ATIVIDADE DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, em conformidade com o Anexo V do Edital (Tabela de Preços), nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento N.º 123/2018 e em conformidade com o Anexo VI – Termo de Referência.

DO VALOR: O valor a ser pago para a CREDENCIADA, estão previstos no item 3.1 da cláusula terceira deste Termo de credenciamento.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e relatório dos serviços prestados à Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, através da Diretoria de Trânsito e Transportes do MUNICÍPIO.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros para encargos decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária para o exercício de 2018, serão os seguintes:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.452.0424.2.259.3.3.90	Manut. e terc. das ativ. de segurança no trânsito	3.3.90 – Aplicações Diretas	641	71 – Convenio SSP PMJS
15.452.0424.2.259.3.3.90	Manut. do pátio de veículos apreendidos	3.3.90 – Aplicações Diretas	639	170 – Permissão/Concessão Trânsito

PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2018.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Eduardo Bertoldi e Edemar Friesse.

Eduardo Bertoldi  
Secretario Municipal de Planejamento e Urbanismo

**RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 193/2018 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO / DIRETORIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES**

Publicação Nº 1772479

**RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 193/2018**

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

DIRETORIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ORIGEM: CREDECIMENTO 123/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: EDEMAR FRIESE-ME

Endereço: Rua Henrique Nagel, 54, Água Verde, no município de Jaraguá do Sul

CNPJ: 15.312.825/0001-19

OBJETO: A presente contratação tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO POR GUINCHO, ATÉ O DEPÓSITO DE VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO PELA POLÍCIA MILITAR QUANDO VINCULADO A ATIVIDADE DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, em conformidade com o Anexo V do Edital (Tabela de Preços), nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento e em conformidade com o Anexo VI – Termo de Referência.

DO PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

VALOR: O valor a ser pago para a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores que constam da Tabela de Preços – Anexo V ao Edital de Credenciamento N.º 123/2018 e nesta Inexigibilidade.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e relatório dos serviços prestados à Secretaria Municipal do Planejamento e Urbanismo, através da Diretoria de Trânsito e Transportes do MUNICÍPIO.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros para encargos decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária para o exercício de 2018, serão os seguintes:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.452.0424.2.259.3.3.90	Manut. e terc. das ativ. de segurança no trânsito	3.3.90 – Aplicações Diretas	641	71 – Convenio SSP PMJS
15.452.0424.2.259.3.3.90	Manut. do pátio de veículos apreendidos	3.3.90 – Aplicações Diretas	639	170 – Permissão/Concessão Trânsito

Jaraguá do Sul (SC), 09 de outubro de 2018.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Douglas Antonio Conceição

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

## RESOLUÇÃO Nº 22/2018/CMAS/JS

Publicação Nº 1772092

### RESOLUÇÃO Nº22/2018/CMAS/JS

Dispõe sobre o Cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Jaraguá do Sul.

O Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 7.229/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária extraordinária, realizada no dia 10 de outubro de 2018.

Considerando o inciso X do Art 121 da NOB/SUAS/2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

Considerando a Resolução nº 16/2018/CEAS, que dispõe sobre critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina FEAS/SC, para cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e Especial, e Benefícios Eventuais no exercício de 2018;

Considerando o Plano de Aplicação dos serviços da Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade ano 2018, aprovados pelo CMAS através da Resolução nº 46/2017/CMAS/JS.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho do município de Jaraguá do Sul, que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento com o governo do Estado de Santa Catarina, dos serviços de Proteção Social Básica no valor de R\$ 166.666,67 (cento e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), Especial de Média Complexidade no valor de R\$ 83.333,34 (oitenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos), portanto, o valor total previsto é de R\$ 250.000,01 (duzentos e cinquenta mil reais e um centavo) a serem transferidos para o FMAS referente ao ano de 2018 e a serem executados conforme o percentual estabelecido no referido plano.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2018.

## RESOLUÇÃO Nº 35/2018/CMDI/JS

Publicação Nº 1772745

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL Lei nº 7.292/2016	
---	--

### RESOLUÇÃO Nº 35/2018/CMDI/JS

Dispõe sobre a análise da prestação de contas do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul, referente ao mês de agosto de 2018.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI/JS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 10 de outubro de 2018.

Considerando a Lei Municipal nº 7292/2016, que dispõe sobre a Política de Atendimento ao Idoso, estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) e dá outras providências,

especialmente:

Art.14. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI): XIV- Indicar as prioridades para destinação de valores depositados no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI), elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele.

Art.24. O Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) é o órgão captador de recursos, tendo como gestor o Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos (CMDI), que os aplicará e utilizará segundo suas diretrizes e deliberações.

Considerando a análise dos empenhos emitidos, relacionados as despesas realizadas com recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI);

Considerando o quadro abaixo, que apresenta as receitas e despesas relacionadas aos recursos do FMDI, aplicados nas ações deliberadas pelo CMDI, no mês de julho de 2018.

	MÊS 07/2018
Saldo Anterior	R\$ 1.613.654,02
Rendimentos de Aplicações Financeira	R\$ 8.926,04
Destinações IR Pessoa Jurídica	R\$ 100,00
Resgates e pagamentos	R\$ 8.130,00
SALDO EXTRATO	R\$ 1.614.550,06

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a prestação de contas dos recursos financeiros do FMDI, referentes ao mês de agosto de 2018, uma vez que não foi encontrado nenhum item em desacordo com as deliberações do Conselho.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2018.

ANTONIO MARCOS DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos

Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul/JS.

## RESOLUÇÃO Nº 36/2018/CMDI/JS

Publicação Nº 1772746

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL Lei nº 7.292/2016	
---	--

## RESOLUÇÃO Nº 36/2018/CMDI/JS

Dispõe sobre a composição da Comissão de Monitoramento e Avaliação das Parcerias relativo ao Edital de chamamento público nº 01/2018/CMDI/JS para termo de fomento.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI/JS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 10 de outubro de 2018.

Considerando a Lei Federal nº 13.019/2014, que dispõe sobre a Composição da Comissão de Monitoramento e Avaliação da Parceria:

Art. 59. A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração ou termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

§ 2º No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores, respeitadas as exigências desta Lei.

Art. 35. § 6º Será impedida de participar como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes.

Considerando o Decreto Municipal nº 11.528/2017, que regulamenta a Aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, para o fim de normatizar, em âmbito local, as parcerias e os acordos de cooperação a serem firmados entre a administração pública do município de Jaraguá do Sul, suas Autarquias e Fundações e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, especialmente o Art. 17, que dispõe sobre:

§ 3º As Comissões de Monitoramento e Avaliação reunir-se-ão periodicamente com finalidade de avaliar, principalmente, os aspectos

relacionados com a legalidade e a efetividade na execução das parcerias firmadas com as Organizações da Sociedade Civil.

§ 5º Fica vedada a participação simultânea de membros atuantes nas Comissões de Monitoramento e Avaliação em Comissões de Seleção e Julgamento para Chamamento Público.

Considerando os projetos aprovados de acordo com o Edital nº 01/2018/CMDI/JS, a saber:

**Eixo Temático: Saúde**

Nome da Organização da Sociedade Civil - OSC	Nome do Projeto
Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul	Mentor- Tecnologia a favor do tratamento dos idosos no Hospital São José de Jaraguá do Sul
Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul	Transporte Seguro ao idoso – segurança, acessibilidade e proteção ao paciente idoso no deslocamento e atendimento hospitalar do hospital São José de Jaraguá do Sul
Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul	Qualificação no atendimento ao Idoso no Hospital São José de Jaraguá do Sul
Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul	Capacitação de Profissionais da saúde para utilização da ferramenta Mentor para atendimento ao paciente idoso do Hospital São José de Jaraguá do Sul

**Eixo Temático: Assistência Social**

Nome da Organização da Sociedade Civil - OSC	Nome do Projeto
Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul	Família Ativa 60 Mais Melhor Idade Hospital São José
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Revitalização do Centro de Convivência Conviver

**Eixo Temático: Cultura, Esporte e Lazer**

Nome da Organização da Sociedade Civil - OSC	Nome do Projeto
Sociedade Cultura Artística - SCAR	Montagem Teatral
Clube de idosos Zelia Schmitt Hafermann	Qualificando o atendimento aos Idosos do Grupo Zelia Schmitt Hafermann
Sociedade Cultura Artística - SCAR	Encontros culturais

**RESOLVE:**

Art. 1º - Compôr a Comissão de Monitoramento e Avaliação das Parcerias, relativos ao Edital de chamamento público nº 01/2018/CMDI/JS para termo de fomento, conforme tabela abaixo:

Comissão de Monitoramento e Avaliação das Parcerias	Titular: Euci Cristofolini Suplente: Pâmela Ribeiro Titular: Hildegard Boshammer Suplente: Arildo Giese Titular: Sônia Pillon Suplente: Jacira Rozza Buzzarello
---	--

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2018.

ANTONIO MARCOS DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos

Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul/JS.

**RESOLUÇÃO Nº 37/2018/CMDI /JS**

Publicação Nº 1772748

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL Lei nº 7.292/2016	
---	--

**RESOLUÇÃO Nº 37/2018/CMDI /JS**

Dispõe sobre a alteração da Comissão de Legislação e Normas do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016,

em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 10 de outubro de 2018.

Considerando a Lei Municipal nº 7.292/2016, Art. 20 "O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso terá a seguinte estrutura operacional, sendo as atribuições definidas pelo regimento interno: I Plenária; II Secretaria executiva; III Comissões Temáticas".

Considerando o Art. 22 do Regimento Interno do CMDIJS a saber: " As Comissões, permanentes ou temporárias, serão constituídas paritariamente por representantes de OGs e de ONGs ou OSCIPs e compostas de 4 (quatro) a 6 (seis) membros eleitos pelos Conselheiros, os quais nomearão seus coordenadores."

Considerando Art. 22, parágrafo VIII do Regimento Interno do CMDIJS a saber: "O Conselho terá as seguintes comissões: a) Planejamento, b) Finanças e Patrimônio, c) Legislação e Normas;"

**RESOLVE:**

Art 1º – Alterar a Comissão de Legislação e Normas do CMDI, ficando assim constituída: Luciane Meyer, Anderson Fabiano Schmitt, Leonardo Tomazelli e Jeferson Perotti Ferrari.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2018.

Antonio Marcos da Silva

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso  
de Jaraguá do Sul (CMDI/JS)

# Joaçaba

## PREFEITURA

### 11/2018 FMAS TA 01

Publicação Nº 1772783

CONTRATO Nº 11/2018/FMAS – TA 01

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, representada neste ato pelo Secretário, Sr. JUCELINO JORGE FERRAZ, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, celebra o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 11/2018/FMAS, firmado em 30/05/2018 com a empresa CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.234.560/0001-85, estabelecida na Rua Marechal Deodoro, Bairro Nossa Sra. de Fátima, no Município de Herval D'Oeste – SC, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2018/FMAS – Edital TP nº 1/2018/FMAS, cujo objeto é a execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma de edificação na Rua Adair Gasparini Zílio, nº 308, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 9.204,15 (nove mil duzentos e quatro reais e quinze centavos), de acordo com a Planilha de Supressões emitida pela fiscalização da obra e em conformidade com o disposto no art. 65, I, "b" do art. 65 da Lei 8.666/93.

O valor da supressão corresponde a 6,824% do total inicialmente contratado

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

JOAÇABA (SC), 11 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
JUCELINO JORGE FERRAZ

Testemunhas: 1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

### AVISO PL 107/2018/PMJ - TP 18/2018/PMJ

Publicação Nº 1772974

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE CONTINUAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2018/PMJ  
TOMADA DE PREÇO Nº 18/2018/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 107/2018/PMJ – Tomada de Preço nº 18/2018/PMJ, cujo objeto é "a contratação de empresa especializada para a execução, em regime de empreitada por preço global, do recapeamento da pavimentação asfáltica de parte da Rua Felipe Schmidt, neste Município." a ata da sessão, realizada hoje, de julgamento das propostas, está disponível no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)), contando-se o prazo para apresentação da possível nova proposta nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br). Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)).

Joaçaba, 11 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
Comissão de Licitação



**AVISO PL 111/2018/PMJ - TP 20/2018/PMJ**

Publicação Nº 1773032

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE CONTINUAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2018/PMJ  
TOMADA DE PREÇO Nº 20/2018/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 111/2018/PMJ – Tomada de Preço nº 20/2018/PMJ, cujo objeto é “contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução, em regime de empreitada por preço global, da pavimentação em C.A.U.Q. da Rua Ondina Sganzerla (1ª e 2ª etapa), no bairro Vila Remor, neste Município.” diante do transcurso do prazo sem a apresentação de recursos, fica designado o dia 17 de outubro de 2018 as 16h, no setor de compras e licitações, para abertura dos envelopes das propostas e continuação do certame. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br). Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)).

Joaçaba, 11 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
Comissão de Licitação

**DECRETO N 5498**

Publicação Nº 1772853

DECRETO Nº 5.498 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº 5.134 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017, PELO ARTIGO 14 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto crédito adicional suplementar nas dotações abaixo identificadas, no valor R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), por conta do excesso de arrecadação dos recursos vinculados do Município.

Órgão: 08 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Unidade Orçamentária: 06 – Gerência de Controle de Frotas

Proj./Atividade: 2.040 Manutenção da Frota Municipal

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-165 Aplic. Diretas

Valor: R\$ 80.000,00

Proj./Atividade: 2.115 Manutenção da Frota Agrícola

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-173 Aplic. Diretas

Valor: R\$ 70.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 10 de outubro de 2018.

Dioclésio Ragnini

Prefeito

**DECRETO N 5499**

Publicação Nº 1773002

DECRETO Nº 5.499 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº 5.134 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017, PELO ARTIGO 16 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 125.876,00 (cento e vinte e cinco mil, oitocentos e setenta e seis reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 04 Coordenadoria de Controle Interno

Proj./Atividade: 2.045 Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 23

Valor: R\$ 5.876,00

ÓRGÃO 06: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 01 Secretaria de Educação

Proj./Atividade: 2.047 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental



Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 64  
Valor: R\$ 60.000,00  
Proj./Atividade: 2.048 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche  
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 71  
Valor: R\$ 60.000,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação da dotação abaixo descrita:

**ÓRGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO**

Unidade Orçamentária: 04 Coordenadoria de Controle Interno  
Proj./Atividade: 2.045 Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno  
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 22  
Valor: R\$ 5.876,00

**ÓRGÃO 06: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Unidade Orçamentária: 01 Secretaria de Educação  
Proj./Atividade: 2.047 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental  
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 61  
Valor: R\$ 60.000,00  
Proj./Atividade: 2.048 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche  
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 67  
Valor: R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 11 de outubro de 2018.  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito

**DECRETO Nº 5.497 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772847

DECRETO Nº 5.497 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

“ALTERA DECRETO Nº 5.336/2018 QUE NOMEIA COMITÊ DE INVESTIMENTOS NO ÂMBITO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - IMPRES, QUE ESPECIFICA”.

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de suas atribuições e com fulcro no art. 70, IV, da Lei Complementar n. 99/2005;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica substituída a servidora Luci Terezinha Heberle pelo servidor Sidnei Gemelli na representação dos membros indicados pelo Conselho de Administração para compor o Comitê de Investimentos no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, nomeado pelo Decreto nº 5.336/2018.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 10 de outubro de 2018.  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito

**EXTRATO DE ALTERAÇÃO - PL 77/2018/PMJ - CC 03/2018/PMJ**

Publicação Nº 1772558

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 01  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 77/2018/PMJ  
EDITAL CC Nº 03/2018/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital de Concorrência nº 03/2018/PMJ, tendo por objeto a “Contratação de serviços técnicos especializados de aerofotogrametria e seu processamento, atualização cadastral, fornecimento de sistema corporativo, treinamento e suporte técnico.”, conforme segue:

1. Alterado o valor máximo constante no item 2.1;
  2. Alterado o ANEXO II - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;
  3. Alterada a entrega dos envelopes para até as 14h30min do dia 19/11/2018.
- Alterado o processamento da licitação para as 15h do dia 19/11/2018.

As demais disposições permanecem inalteradas.

O edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378, telefone 0xx49 3527- 8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br), a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 11 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
JORGE LUIZ DRESCH

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 368 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772443

LEI COMPLEMENTAR Nº 368 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

REVOGA LEI Nº 4.171/2011 E DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA O EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE POR GUINCHO E GUARDA EM PÁTIO, PARA RECOLHIMENTO DE VEÍCULOS APREENDIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Processo Licitatório na modalidade de Concorrência Pública, para a exploração dos serviços de transporte por guincho e guarda em pátio para recolhimento de veículos apreendidos no Município de Joaçaba-SC.

Art. 2º A autorização de que trata a presente Lei Complementar será outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos.

§ 1º Ao final do prazo da autorização, a empresa contratada deverá entregar os veículos que estiverem sob sua guarda, para o Município de Joaçaba ou para quem este expressamente indicar.

§ 2º A empresa contratada ficará responsável pela guarda e depósito dos veículos, até o momento em que os mesmos forem solicitados pelo Município de Joaçaba ou por quem este expressamente indicar.

§ 3º Em caso de inadimplência, ficará assegurado à empresa contratada, o direito do recebimento dos valores das tarifas pendentes na medida em que tais valores forem recolhidos pelos interessados, observando os serviços que foram realizados pela concessionária e a proporção do período em que os veículos ficaram sob sua guarda.

§ 4º Ao término do prazo, poderá a empresa e sua subsequente, estipularem acordo para a transferência dos veículos com inadimplência.

Art. 3º A forma de autorização dos serviços será definida no Edital de Licitação, que preservará os procedimentos técnicos e administrativos da execução do serviço e de acordo com a legislação vigente.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com outros órgãos públicos para realização dos serviços de que trata a presente Lei Complementar.

Parágrafo único. Os veículos apreendidos ou removidos a qualquer título e não reclamados na forma e prazo do art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro serão levados a leilão pela autoridade competente, respeitada a legislação vigente.

Art. 5º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 4.171/2011.

JOAÇABA(SC), em 08 de outubro de 2018.  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 369 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772442

LEI COMPLEMENTAR Nº 369 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES CLANDESTINAS E/OU IRREGULARES NA FORMA QUE ESPECIFICA, REGULAMENTANDO O ART. Nº 91 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2007."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono, nos termos do art. 91 da Lei Complementar Municipal nº 137, a seguinte,

**LEI COMPLEMENTAR:**

Art. 1º. Fica o Município de Joaçaba, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a regularizar as edificações clandestinas e/ou irregulares iniciadas e/ou executadas, até a data de publicação desta Lei, edificadas em desconformidade com os limites urbanísticos estabelecidos na Lei de Zoneamento Municipal, instituído pela Lei municipal nº 137, de 12 de fevereiro de 2007, desde que apresentem condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade, salubridade e habitabilidade.

§ 1º As características construtivas relativa às condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade, salubridade e habitabilidade de que trata este artigo serão determinadas através de laudo técnico pericial elaborado por profissional da área, contratado pelo requerente.

§ 2º Para efeitos do que trata o caput deste artigo, considera-se:

I - construção irregular: aquela cuja licença foi expedida pelo Município, porém, executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado;

II - construção clandestina - obra feita sem prévia aprovação do projeto ou sem alvará de licença; e

III - construção clandestina parcial: aquela correspondente à ampliação de construção legalmente autorizada, porém, sem licença do Município.

Art. 2º São passíveis de regularização somente as edificações que apresentarem as seguintes irregularidades:

I - recuos frontais;

II - afastamentos laterais e fundos;

III - taxa de ocupação;

IV - número de vagas de garagens, com tolerância de redução de até cem por cento (100%);

V - gabarito;

VI - índice de aproveitamento.

VII - taxa de permeabilidade, com tolerância de redução de até cem por cento (100%).

VIII - Calçadas abaixo da largura desde que comprovado que o alinhamento de toda a rua segue o mesmo padrão

IX - Ruas com largura consolidada abaixo do gabarito exigido, neste caso deverá ser comprovado que o alinhamento dos demais imóveis impedem o alargamento da referida via, mas, seguem um padrão regular de largura de calçada e alinhamento.

§ 1º Nos casos de regularização em que a municipalidade entenda que poderá gerar grande impacto negativo urbanístico local, deverá encaminhar para análise do Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM.

§ 2º A análise do processo de regularização por parte da municipalidade, deverá ser realizado distintamente da análise de adequação da acessibilidade ou de forma conjunta, sendo de direito do munícipe indicar a forma da análise.

§ 3º As questões relativas à acessibilidade deverão ser analisadas de acordo com o Decreto n.º 5277/2017 e a Legislação Federal.

Art. 3º Não serão passíveis de regularização, para os efeitos desta Lei Complementar, as edificações que:

I - apresentarem irregularidades não previstas no art. 2º desta Lei Complementar;

II - estejam localizadas em logradouros ou terrenos públicos;

III - estejam localizados em faixas não edificáveis junto a lagos, rios, córregos, fundo de vale, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações, linhas de transmissão de energia de alta tensão, ZCA (Zona de Conservação Ambiental), ZPP (Zona de Preservação Permanente), bem como nas vias públicas municipais que contenham essa restrição e/ou situadas em áreas de risco a critério da Defesa Civil;

IV - que desatendam o direito de vizinhança de que trata o Código Civil Brasileiro; e

V - que possuam irregularidades causadas por usos desconformes com a Lei Municipal de Zoneamento e por desconformidade com a legislação federal e/ou estadual.

Parágrafo único. Todas as obras irregulares que, por suas características construtivas resultem comprometimento da estrutura restante e/ou ofereçam risco aos imóveis e logradouros confrontantes, não serão e não poderão ser objeto de adequações ou ampliações.

Art. 4º. A regularização das construções de que trata esta Lei Complementar dependerá, além de atender ao disposto na legislação federal, estadual e municipal, e aos procedimentos administrativos para aprovação de projetos e licenciamento de obras do Município de Joaçaba, da apresentação pelo proprietário ou cessionário do imóvel dos seguintes documentos:

I - requerimento do interessado, conforme modelo I, junto ao setor de Protocolo, apresentando, além dos projetos e da documentação padrão, os seguintes documentos:

a) documento oficial de alinhamento;

b) anotação de Responsabilidade Técnica - ART com Laudo Técnico e regularização da obra conforme a Norma Técnica, NBR 13752, informando as condições da edificação;

c) Três (3) fotos da edificação, mostrando os recuos, afastamento do imóvel, apresentando quando possível, as desconformidades com a lei de uso e ocupação do solo;

II - cópia da notificação emitida por fiscal de obras e posturas do Município e/ou cópia do parecer técnico emitido pelo setor responsável pela análise de projetos da Prefeitura, quando houver;

III - Termo de Declaração de Responsabilidade, conforme Modelo II, anexo a esta Lei Complementar;

IV - Certidão junto ao Cartório de Registro de Imóveis ou outro documento hábil que comprove a propriedade ou a posse do imóvel sob o qual foi realizada a construção a ser regularizada;

V - Certidão Negativa de Tributos Municipais relativo ao imóvel;

VI - projeto arquitetônico da edificação, constando:

a) planta de situação;

- b) planta de locação constando, no mínimo, as cotas da situação real da edificação sobre o lote e planilha de áreas da mesma;
  - c) no selo de identificação de cada prancha: "REGULARIZAÇÃO DE OBRA, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 369/2018";
  - d) para edificações que não sejam unifamiliares, o requerente deverá atender as Normas do Corpo de Bombeiros, relativo à aprovação de projetos de prevenção contra incêndio;
  - e) quadro estatístico demonstrando claramente a área relativa à não conformidade com a Lei de Zoneamento Municipal.
- VII - comprovante dos seguintes recolhimentos cumulativamente:
- a) taxa de expediente, relativa à solicitação de análise e aprovação do projeto;
  - b) Taxa de Licença para Aprovação e Execução de Obras;
  - c) comprovante de recolhimento da compensação (integral ou primeira parcela) correspondente à regularização da obra, a ser apresentado à secretaria competente, antes da data de emissão do alvará de regularização; e
- VIII - Termo de Compromisso de Regularização conforme Modelo III;
- IX - anuência da Sociedade Condominial, quando for o caso.

§ 1º Constatada a qualquer tempo divergências nas informações ou discrepância nos valores recolhidos, o interessado será notificado a saná-los ou a prestar esclarecimentos no prazo de trinta (30) dias, sob pena de ser tornada nula a regularidade da edificação e aplicadas as sanções cabíveis conforme previsto na Lei Complementar nº 134/2007.

§ 2º Para a solicitação de habite-se serão exigidos a documentação estabelecida na Lei nº 134, de 12 de fevereiro de 2007, inclusive o atestado de aprovação de vistoria para habite-se expedido pelo Corpo de Bombeiros relativo aos projetos de prevenção de incêndio, exceto para residências unifamiliares.

§ 3º Se o interessado na regularização da obra já tenha protocolado pedido de licença para construir, deverá requerer, no Protocolo, a sua substituição por novo pedido em que conste o requerimento de regularização conforme modelo I, além dos documentos indicados no art. 4º da presente Lei Complementar e respectivo recibo de pagamento das taxas respectivas e o número do protocolo do processo a ser substituído.

§ 4º Para regularizar obra construída com Alvará de Construção, porém, em desacordo com o Projeto Aprovado, o solicitante deverá requerer no Protocolo, a aprovação das alterações do projeto original com o requerimento de regularização conforme modelo I, apresentando, além dos documentos indicados no art. 4º da presente Lei Complementar, as vias originais do Alvará de Construção e dos Projetos Aprovados, para cancelamento.

§ 5º Nos casos de regularização em que a municipalidade ou o requerente entendam que haja divergência no processo de regularização apresentados, deverá encaminhar para análise do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, para análise e deliberação.

Art. 5º As regularizações que dizem respeito a recuo frontal, afastamento laterais/fundos, taxa de ocupação, número de vagas para garagem, gabarito, permeabilidade e índice de aproveitamento somente serão efetivadas mediante o pagamento de compensações, tendo por base a Planta de valores imobiliários do município de Joaçaba obedecidos aos seguintes critérios:

I - tratando-se de edificações construídas sobre o recuo frontal:

- a) 20% do valor do metro quadrado estabelecido na planta de valores do município, por metro quadrado de área construída irregularmente no pavimento térreo da testada principal do terreno; e
- b) 10% do valor do metro quadrado estabelecido na planta de valores do município por metro quadrado de área construída irregularmente nos demais casos (pavimentos acima e/ou abaixo do térreo e testadas secundárias).

II - tratando-se de edificações construídas sobre o afastamento lateral e/ou fundos:

- a) 15% do valor do metro quadrado estabelecido na planta de valores do município por metro quadrado edificado a mais sobre o afastamento lateral e/ou fundos;

III - tratando-se de edificações que extrapolam a taxa de ocupação máxima permitida para a zona em que situa, computar-se-ão por metro quadrado edificado a mais do que o permitido.

IV - tratando-se de edificações sem o número mínimo de vagas para garagem, computar-se-ão 50% do valor do metro quadrado estabelecido na planta de valores do município por vaga inferior ao número exigido.

V - tratando-se de edificações que extrapolam o limite de gabarito máximo permitido para a zona em que situa, computar-se-ão 2% do valor do metro quadrado estabelecido na planta de valores do município por metro quadrado edificado a mais do que o permitido;

VI - tratando-se de edificações que extrapolam o índice de aproveitamento máximo permitido para a zona em que situa, computar-se-ão 2% do valor do metro quadrado estabelecido na planta de valores do município por metro quadrado edificado a mais do que o permitido.

VII - tratando-se de edificações que não possuam área permeável conforme necessário na legislação em vigor, computar-se-ão 0,5% do valor do metro quadrado estabelecido na planta de valores do município por metro quadrado de área permeável necessário.

§ 1º Para os casos de edificações situadas em terrenos de esquina ou com mais de uma frente, considerar-se-á testada principal aquela confrontante com o logradouro de maior hierarquia viária, conforme definido na Lei Complementar nº 137, e nos casos em que os logradouros possuírem a mesma hierarquia, vale a definida na matrícula do Cartório de Registro de Imóveis como "frente" ou na ausência desta, a de maior extensão linear.

§ 2º Na ocorrência da situação definida no § 1º, deste artigo, aplicar-se-á, para efeitos de cálculo, a seguinte regra:

- I - calcular-se-á, primeiramente, a compensação incidente sobre a testada principal; e
- II - calcular-se-á, em seguida, a multa relativa às demais frentes, excetuando-se a área do terreno já abrangida na primeira apuração.

§ 3º O valor referente à compensação poderá ser parcelado em até vinte e quatro (24) parcelas iguais e mensais, obedecida às previsões legais quanto a reajuste, juros e multas e com valor mínimo de parcela de meia (0,5) Unidade Fiscal de Referência Municipal - U.R do Município de Joaçaba para pessoa física e uma (1,0) Unidade Fiscal de Referência Municipal - U.R do Município de Joaçaba para pessoa jurídica).

§ 4º Nos casos de infrações em mais de um item especificado neste artigo, as compensações serão calculadas de forma cumulativa.

§ 5º Os recursos provenientes das compensações instituídas pela presente Lei Complementar deverão ser aplicados obrigatoriamente em conta bancária específica e serão utilizados para melhoria da infraestrutura urbana, melhoria ambiental, política habitacional de interesse social, instrumentalização dos setores e capacitação dos servidores que trabalham com questões urbanísticas.

§ 6º O plano de aplicação dos recursos decorrentes das compensações será encaminhado pelo Poder Executivo e aprovado pelo CDM - Conselho de Desenvolvimento Municipal, de acordo com a destinação prevista no § 5º deste artigo.

§ 7º Fica vedada a utilização dos recursos provenientes das compensações previstas nesta Lei Complementar em finalidade diversa daquelas previstas no § 5º deste artigo.

Art. 6º. Os processos e as notificações, de que trata essa Lei Complementar, para regularização de edificação em andamento no Município na data da publicação desta Lei Complementar poderão ser analisados segundo os parâmetros nesta estabelecidos, desde que haja manifestação expressa do interessado, além da apresentação dos documentos previstos no art. 4º.

Art. 7º. As regularizações das construções localizadas em vias não oficializadas, loteamentos ou desmembramentos não aprovados pelo Poder Público Municipal, dependerão de prévia regularização do parcelamento do solo, observada a legislação vigente.

Art. 8º. A regularização da edificação não dispensa o interessado do cumprimento das demais exigências previstas no Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Joaçaba quanto à atividade exercida no imóvel.

Art. 9º. A regularização de que trata esta Lei Complementar não implica no reconhecimento pelo Município do direito de propriedade.

Art. 10. Em caso de inadimplemento parcial do parcelamento realizado nos termos do art. 5º, § 3º desta Lei Complementar, o saldo devedor deverá ser inscrito em dívida ativa.

Art. 11. Os processos não concluídos por omissão do requerente durante a vigência da presente Lei Complementar serão indeferidos e arquivados, não gerando direito à devolução do valor já pago ao Município.

Art. 12. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art.13. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 08 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

#### MODELO I

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

#### ALVARÁ DE REGULARIZAÇÃO/LEI COMPLEMENTAR Nº 369/2018

Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Joaçaba

\_\_\_\_\_, CPF/CNPJ \_\_\_\_\_, abaixo assinado, desejando a regularização, de um prédio \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, com \_\_\_\_\_ pavimentos, medindo \_\_\_\_\_m<sup>2</sup>, no lote nº. \_\_\_\_\_ quadra \_\_\_\_\_, situado na \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, com Inscrição Imobiliária – IPTU nº. \_\_\_\_\_, vem, respeitosamente, conforme Lei Complementar nº xx/2018, requerer o Alvará de Licença para a referida construção, razão pela qual sujeita-se a todos os dispositivos legais.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Joaçaba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Requerente

#### ESCLARECIMENTOS:

1. Área do terreno: \_\_\_\_\_ m<sup>2</sup>
2. Testada do terreno: \_\_\_\_\_ ml
3. Área total da construção: \_\_\_\_\_ m<sup>2</sup>
4. Autor do Projeto: \_\_\_\_\_
5. Número do Registro no CREA: \_\_\_\_\_
6. Responsável pela Construção: \_\_\_\_\_



7. Número do registro no CREA: \_\_\_\_\_

## MODELO II

### MODELO DE TERMO DE DECLARAÇÃO E RESPONSABILIDADE

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA sob o nº \_\_\_\_\_, abaixo subscrito, DECLARO, para fins de regularização, na forma prevista na Lei Complementar Municipal nº 369/18 e como responsável pelo levantamento da edificação localizada no imóvel situado na Rua \_\_\_\_\_, sob o nº de matrícula \_\_\_\_\_ junto ao Cartório de Registro de Imóveis da \_\_\_\_\_ Circunscrição de propriedade/posse/domínio útil de \_\_\_\_\_, que o projeto apresentado reflete fielmente a construção já executada, estando passível de celebração de Termo de Compromisso de Regularização, tendo pleno conhecimento de que no caso de serem apuradas desconformidades não será expedido Certificado de Vistoria e Conclusão de Obra.

E por ser a expressão da verdade, firmo a presente sob as penas da lei.

Joaçaba(SC), \_\_\_\_\_

Responsável Técnico

## MODELO III

### MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE REGULARIZAÇÃO

Termo de Compromisso de Regularização que entre si celebram o Município de Joaçaba, através da Secretaria de Infraestrutura e Agricultura e \_\_\_\_\_ (qualificação completa do interessado: nome, nº identidade, CPF/MF, estado civil, profissão e endereço), com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 137, de 12/02/2007.

Pelo presente Termo de Compromisso de Regularização, autorizado pela Lei Complementar nº 369, de outubro de 2018, o Município de Joaçaba, através da Secretaria de Infraestrutura e Agricultura e \_\_\_\_\_, tem entre si justo e acertado:

Considerando a realização, pelo interessado, de \_\_\_\_\_ (Descrever: construção, instalação, ampliação ou reforma de edificação) em desconformidade com o disposto na Lei Complementar nº 137/2007 (Lei de Zoneamento Municipal);

Considerando que incumbe ao Executivo Municipal emitir Alvará de Construção, assegurando atendimento aos preceitos da legislação correlata, especialmente da Lei de Zoneamento Municipal (Lei Complementar nº 137/2007);

Considerando a demonstração de interesse dos celebrantes em pactuar o que adiante se segue:

#### RESOLVEM:

Celebrar o presente Termo de Regularização, doravante denominado TERMO, com fundamento no art. 91º, da Lei nº 137/2007 e do art. 1º, da Lei Complementar nº 369, de outubro de 2018 e de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Este TERMO tem por objeto a aprovação do Projeto Arquitetônico da \_\_\_\_\_ (Descrever: construção, instalação, ampliação ou reforma de edificação), localizada no imóvel \_\_\_\_\_ (Descrever a localização do imóvel, seu número de matrícula junto ao Cartório de Registro de Imóveis e número no Cadastro Imobiliário Municipal) de propriedade/posse/domínio útil do requerente, de acordo com o que estabelece a Lei Complementar Municipal nº 369/2018.

Cláusula Segunda - Para a consecução do objeto deste TERMO, o interessado se compromete a efetuar o pagamento da respectiva compensação monetária, conforme estabelece o art. 5º, da Lei Complementar nº 369, de outubro de 2018, para regularização de um ou mais dos seguintes itens: (assinalar o(s) item (s) e preencher os campos respectivos)

( ) redução do recuo frontal da testada principal de \_\_\_\_\_ metros para a Zona em que se situa, para \_\_\_\_\_ metros, correspondendo a \_\_\_\_\_ % de redução, representando \_\_\_\_\_ m² construídos sobre o recuo frontal, implicando em compensação monetária de R\$ \_\_\_\_\_;

( ) redução do recuo frontal (pavimentos acima do térreo e testadas secundárias) de \_\_\_\_\_ metros para a Zona em que se situa, para \_\_\_\_\_ metros, correspondendo a \_\_\_\_\_ % de redução, representando \_\_\_\_\_ m² construídos sobre o recuo frontal, implicando em compensação monetária de R\$ \_\_\_\_\_;

( ) redução de afastamento lateral de \_\_\_\_\_ metros para a Zona em que se situa, para \_\_\_\_\_ metros, correspondendo a \_\_\_\_\_ % de redução, representando \_\_\_\_\_ m² construídos sobre o afastamento lateral, implicando em compensação monetária de R\$ \_\_\_\_\_;

( ) redução de afastamento de fundos de \_\_\_\_\_ metros para a Zona em que se situa, para \_\_\_\_\_ metros, correspondendo a \_\_\_\_\_ % de redução, representando \_\_\_\_\_ m² construídos sobre o afastamento de fundos, implicando em compensação monetária de R\$ \_\_\_\_\_;

( ) aumento do potencial construtivo com acréscimo da Taxa de Ocupação de \_\_\_\_\_ % para a Zona em que se situa, para \_\_\_\_\_ %, o que corresponde a \_\_\_\_\_ m² de excedente, implicando em compensação monetária de R\$ \_\_\_\_\_;

( ) redução do número de vagas para de \_\_\_\_\_ vagas exigidas em lei para \_\_\_\_\_, o que corresponde a \_\_\_\_\_ % de redução, implicando em compensação monetária de R\$ \_\_\_\_\_;

( ) aumento do potencial construtivo com acréscimo do limite de gabarito máximo de \_\_\_\_\_ pavimentos para a Zona em que se situa, para \_\_\_\_\_

pavimentos, o que corresponde a \_\_\_\_m<sup>2</sup> de excedente, implicando em compensação monetária de R\$ \_\_\_\_\_;

( ) aumento do potencial construtivo com acréscimo do Índice de Aproveitamento de \_\_\_\_ para a Zona em que se situa, para \_\_\_\_\_, o que corresponde a \_\_\_\_m<sup>2</sup> de excedente, implicando em compensação monetária de R\$ \_\_\_\_\_;

Cláusula Terceira - O presente TERMO somente será firmado após aprovação por parte dos demais órgãos co-responsáveis pela aprovação de projetos arquitetônicos, tais como:; Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, dentro outros, bem como da observância das demais medidas administrativa e/ou judiciais que se fizerem necessárias em face do cumprimento das Notificações/Autuações porventura lavradas.

Cláusula Quarta - A celebração do presente TERMO não impede a execução de eventuais multas aplicadas antes da protocolização do seu requerimento.

Cláusula Quinta - O presente TERMO se constitui em Título Executivo Extrajudicial.

Cláusula Sétima - Sob pena de ineficácia, o presente TERMO deverá ser publicado no Mural Público e página oficial do Município.

Cláusula Oitava - A lista de assinaturas anexas fará parte integrante do presente termo, bem como as procurações, para os fins de direito.

Cláusula Nona - Fica eleito o foro da Cidade de Joaçaba-SC para dirimir os conflitos decorrentes do presente TERMO.

Nada mais havendo a ajustar, vai o presente TERMO assinado, em três vias, pelas partes, para que surta os seus efeitos legais.

Joaçaba(SC), \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO - Sec Infraestrutura e Agricultura \_\_\_\_\_

INTERESSADO: \_\_\_\_\_

## **LEI Nº 5.207 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772444

LEI Nº 5.207 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

“AUTORIZA PROCEDER A BAIXA E POSTERIOR ALIENAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS, QUE ESPECIFICA.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à baixa para posterior alienação dos bens patrimoniais adquiridos pelo Município de Joaçaba, por meio do Convênio de Trânsito/Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, a seguir elencadas:

11ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE JOAÇABA - CIRETRAN

Quantidade	DESCRIÇÃO	Nota Fiscal	PATR
02	Microcomputadores completos (gabinete, monitor, teclado, mouse)	1.182	-

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar à 11ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL os bens relacionados e mencionados no Artigo 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 08 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

## **LEI Nº 5.208 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772445

LEI Nº 5.208 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA/SC.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),



Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica a Câmara de Vereadores de Joaçaba autorizada a anular a dotação orçamentária do orçamento vigente conforme abaixo descrito:

Entidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba

Unidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba

Proj/Ativ: 2.001 Manutenção do Poder Legislativo

3.3.3.90.00.00.00.00.0000.0 – Aplicações Diretas ..... 60.000,00

Total ..... 60.000,00

Art. 2º - O valor anulado de que trata o artigo 1º, no valor total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), servirá para suplementar o orçamento vigente do Poder Executivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 08 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

### PP 18/2018/FMS

Publicação Nº 1772531

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2018/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2018/FMS

Objeto: o Registro de Preços para eventuais aquisições futuras de materiais e equipamentos de informática, destinados à manutenção das Unidades Básicas de Saúde, ESF's, SAMU, CAPS, e demais programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 30/10/2018, a partir das 09:30 horas no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 09:30 do dia 30/10/2018, setor de compras da Secretaria Municipal de Saúde, à Avenida XV de Novembro, 223, Centro, Joaçaba, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 8:30 às 11:30 e das 13:00 às 17 horas. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 11 outubro de 2018.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA – SC

CELSO VILMAR BRANCHER - Secretário

### PP 19/2018/FMS

Publicação Nº 1772977

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2018/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2018/FMS

Objeto: o REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais aquisições futuras de camisetas, jalecos, coletes, bonés, calçados, entre outros, para os programas desenvolvidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC, bem como, de uniformes para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 01/11/2018, a partir das 09:30 horas no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 09:30 do dia 01/11/2018, setor de compras da Secretaria Municipal de Saúde, à Avenida XV de Novembro, 223, Centro, Joaçaba, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 8:30 às 11:30 e das 13:00 às 17 horas. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 11 de outubro de 2018.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA – SC  
CELSON VILMAR BRANCHER - Secretário

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 026/2018 - MANUTENÇÃO EXTINTORES

Publicação Nº 1773007

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA - SC  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 026/2018  
DISPENSA N. 014/2018

A CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente, Senhor ALMIR PASTORI, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei n. 8.666/1993, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve HOMOLOGAR a presente licitação nos seguintes termos:

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.: 026/2018 - Dispensa n.: 014/2018.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 09/10/2018.

OBJETO DA LICITAÇÃO: A presente licitação tem como objeto a prestação de serviços de recarga e testes hidrostáticos de extintores, teste e manutenção em mangueiras de hidrantes pertencentes ao prédio da Câmara de Vereadores de Joaçaba – SC.

FORNECEDOR: ZECCA E ZECCA EIRELI.

VALOR: R\$ 455,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, II da Lei n. 8.666/1993.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Desp.	Código da dotação	Descrição da dotação	Compl. do elemento	Valor previsto
3	01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de Recurso: 1001 – Recursos ordinários	MANUT.PODER LEGISLATIVO	3.3.90.30.04.00.00.00	455,00

Joaçaba (SC), 09 de outubro de 2018.

ALMIR PASTORI

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor Jurídico

## SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO SMOS 244/2018 - SIMAE

Publicação Nº 1772025

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO SMOS 0244/2018  
SMOS 0244/2018

PROTOCOLO Nº 2856/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIAS MÉDICAS ATRAVÉS DE JUNTA MÉDICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SIMAE.

Fundamento Legal: Artigo 24, V, Lei 8.666/93.

Empresa Contratada: CLOMAR FRANCISCO MILANI - EPP.

Valor: R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).

Declaração de Dispensa em 10/10/2018.

Joaçaba/SC, 11 de outubro de 2018.

Paulo César Lamin – Diretor Presidente do Simae.

**RESUMO CONTRATO JHL 0126/2018 - SIMAE**

Publicação N° 1772751

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL N° 0126/2018

PREGÃO PRESENCIAL 0066/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0075/2018

PROTOCOLO JHL 2580/2018

Data assinatura: 11/10/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PVC PARA IMPLANTAÇÃO DE ADUTORA DE ÁGUA E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NA AV. CA-ETANO NATAL BRANCO, EM JOAÇABA/SC, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Contratado: Hidroluna Materiais para Saneamento Ltda

Valor Contratado: R\$ 1.119,24 (um mil, cento e dezenove reais e vinte e quatro centavos)

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 1.051

Elemento De Despesa: 4.4.90.51.91.00.00.00

Prazo de vigência: 15/10/2018 a 14/04/2019.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae

**HOMOLOGAÇÃO PR 0066/2018 - SIMAE**

Publicação Nº 1772497

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 66/2018 - PR</b>  Processo Administrativo: 75/2018 Processo de Licitação: 75/2018 Data do Processo: 12/09/2018
Folha: 1/1	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 75/2018  
b ) Licitação Nr.: 66/2018-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 11/10/2018  
e ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PVC, PEAD, PP, FERRO GALVANIZADO E VÁLVULAS PARA REPOSIÇÃO DO ESTOQUE, MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA DO SIMAE E IMPLANTAÇÃO DE ADUTORA DE ÁGUA, REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NA AV. CAETANO NATAL BRANCO E INSTALAÇÃO DO NOVO RAP012.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA (6190)**

11 TUBO PVC DE FOFO DN 100 - Marca: CORR	M	36,00	0,0000	31,09	1.119,24
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>1.119,24</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>1.119,24</b>

Joaçaba, 11 de Outubro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

# José Boiteux

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 010/2018

Publicação Nº 1772108

Portaria nº 010 de 10 de outubro de 2018

"NOMEIA SERVIDORA EM COMISSÃO PARA O CARGO DE ASSESSORA DE GABINETE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Osmair da Silva, Presidente da Câmara Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 041 de 19 de fevereiro de 2014, que "Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Plano de Cargos, Vencimentos e Desenvolvimento Pessoal da Câmara Municipal de José Boiteux/SC e dá outras providências", em seu o artigo 12; e

Considerando o artigo 37, Inciso XXXV, alínea a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de José Boiteux/SC;

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora Cristiane Priprá Rode Penz, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessora de Gabinete, Grupo II, Código DAS-1, Nível de Referência V – 1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de José Boiteux/SC, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável a sua eficácia.

José Boiteux, 10 de outubro de 2018.

Osmair da Silva

Presidente da Câmara Municipal

# Lacerdópolis

## PREFEITURA

### CONTRATO 45-2018

Publicação Nº 1772913

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 45/2018

Processo de licitação n. 28/2018

Edital de Tomada de Preços n. 03/2018

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001 – 24, neste ato representado pelo prefeito, Sérgio Luiz Calegari.

CONTRATADA Construtora Pilar Ltda., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 27.146.304/0001-22, com sede à Rua Otaviano O. Francheschi, n. 62, sala 02, Centro, Município de Zortéa/SC, representada por seu sócio administrador, Alexandre Antônio Romani, inscrito no CPF sob nº 889.597.320-87, doravante simplesmente designada contratada.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - A presente licitação tem como a contratação, com recursos próprios, de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de obras e engenharia, por empreitada e preço global, regime de execução imediata, incluindo o fornecimento de mão de obra e materiais, consistente na realização de reforma e adequação, a serem feitos no CENTRO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, conforme memorial descritivo e demais documentos constantes nos anexos ao edital.

1.2 - VALOR MÁXIMO: R\$ 530.770,66 (quinhentos e trinta mil, setecentos e setenta reais e sessenta e seis centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

2.1 - Caberá à contratada todas as providências relativas à execução dos serviços, quais sejam:

- a) Fornecimento de materiais e da mão-de-obra;
- b) satisfação de todas as exigências legais relativas a quaisquer aspectos de execução do objeto deste contrato;
- c) adoção das medidas de segurança e proteção que se fizerem necessárias;
- d) manutenção da ordem e da disciplina no canteiro de obra; e,
- e) pagamento de todos os encargos, tributos e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas em razão da execução deste contrato.

2.2 - A execução deste contrato será administrada e fiscalizada Secretaria Municipal de Transportes e Obras juntamente com O Fiscal de obras do Município.

2.3 - A CONTRATADA manterá preposto, aceito pelo Município de Lacerdópolis, no local da obra, para representa-la na execução do contrato.

2.4 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

2.5 - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados da contratada que, como tal, tenham ou venham a ter relação com os serviços de que trata este contrato.

2.6 - A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes do trabalho e quaisquer outras relativas ao pessoal admitido para a execução deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO

3.1 - A contratada deverá facilitar, por todos os modos, o trabalho de fiscalização do Município de Lacerdópolis, mantendo inclusive, no local de execução da obra, em lugar adequado e em perfeita ordem, um espaço físico contendo o Livro Diário da Obra para anotações do fiscal municipal, uma coleção de todos os desenhos, detalhes, especificações e ordens de serviços.

3.2 - Na hipótese dos trabalhos não estarem sendo executados de acordo com as especificações, normas e instruções fornecidas ou aprovadas pelo Município de Lacerdópolis, ou, de um modo geral com a técnica vigente, poderá esta, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, ou na legislação aplicável, determinar a paralisação total ou parcial do serviço, determinando, ainda, a execução dentro dos padrões exigíveis, o que será feito à conta da contratada.

#### CLÁUSULA QUARTA - PREÇO

4.1 - Pela execução do objeto deste contrato, o Município de Lacerdópolis - pagará à CONTRATADA a importância total de R\$ 530.770,66 (quinhentos e trinta mil, setecentos e setenta reais e sessenta e seis centavos), sendo R\$ 355.616,34 (trezentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e dezesseis reais e trinta e quatro centavos) pelo material e R\$ 175.154,32 (cento e setenta e cinco mil, cento e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos) pela mão de obra.

4.2 - No preço estipulado nesta cláusula, já se encontram computados todos os impostos, taxas fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com o objeto deste contrato.

4.3 - O preço estipulado nesta cláusula será fixo e irrevogável.

#### CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA

A obra objeto deste contrato será entregue pela CONTRATADA, concluída e em condições plenas de habitabilidade, conforme estabelecido no edital, no prazo de até 05 (cinco) dias após a data de sua conclusão.

#### CLÁUSULA SEXTA - RECEBIMENTO

6.1 - A obra objeto desta Licitação será recebida:

a) PROVISORIAMENTE: por responsável pelo recebimento do Município de Lacerdópolis a ser designado oportunamente pela mesma, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações.

b) DEFINITIVAMENTE: no prazo não superior a 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão, de no mínimo, 03 (três) membros a ser designada oportunamente pelo Município de Lacerdópolis, após a verificação da qualidade do objeto da Licitação e consequentemente aceitação.

6.2 - O recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos na Lei, cabendo à Contratada refazer as obras que venham a apresentar problemas.

6.3 - Ainda que recebidos em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade da Contratada pela solidez, qualidade e segurança das obras realizadas, nos termos do Art. 618 do Novo Código Civil Brasileiro e § 2º Art. 73 da Lei 8.666/93.

6.4 - Serão rejeitados os serviços que tiverem sido executados em desacordo com o estabelecido no edital e no contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIAS

7.1 - A contratada deverá apresentar garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

7.2 - Em se tratando de garantia prestada por intermédio de caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida junto ao Banco do Brasil, em conta específica, sendo que esta será devolvida atualizada monetariamente (pelo INPC), nos termos do § 4º, do art. 56, da Lei n.º 8.666/93.

7.3 - A garantia prestada pela licitante adjudicatária contratada somente será liberada depois de certificado, pelo Município de Lacerdópolis, que o objeto do contrato foi totalmente realizado a contento.

7.4 - A liberação da garantia será feita no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pela licitante adjudicatária contratada.

7.5 - Sem prejuízo das sanções previstas neste edital, a não prestação da garantia será considerada recusa injustificada à assinatura do contrato, implicando na anulação da Nota de Empenho emitida.

7.6 - Fica estabelecido como prazo mínimo de garantia o de 05 (cinco) anos; conforme Art. 618 do Novo Código Civil e Artigo 56 da Lei 8.666/93.

7.7 - A empresa contratada deverá fazer obrigatoriamente SEGURO da obra onde estejam contemplados Danos Materiais no valor de correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra, e Danos Pessoais no valor de correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra.

#### CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO

8.1 - Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da empresa com relação aos documentos relacionados abaixo, os mesmos serão anexados ao processo de pagamento:

- Certidão Federal;
- Certidão Estadual;
- Certidão Municipal;
- Certificado de Regularidade do FGTS
- Certidão Trabalhista
- Laudo de Medição da Etapa;
- ART de Fiscalização;
- ART de Execução;



- Guia quitada do INSS;
- Guia quitada do FGTS;
- Guia SEFIP;
- CEI dos Funcionários;
- Folha dos Funcionários do mês quitada (cópia);
- Laudo de Conclusão Provisório (quando for à última medição); e,
- Livro de registro "Diário de Obra"(cópia).

8.2 - A Contratada poderá apresentar Notas Fiscais/Faturas parciais mensais correspondentes às etapas dos serviços executados, medidas e aceitas pela fiscalização do Município de Lacerdópolis, sendo que a fatura final será não inferior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, correspondentes ao serviço completado, medida e aceita pela fiscalização do Município de Lacerdópolis.

8.3 - O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor solicitante do serviço correspondente.

8.4 - A Contratante deverá reter 11% (onze por cento) do valor dos serviços contidos na Nota Fiscal, Fatura ou Recibo, conforme Ordem de Serviço INSS/DAF nº 209 de 20/05/99, bem como efetuar a retenção do percentual de ISS.

8.5 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da Dotação Orçamentária, constantes do Orçamento Geral abaixo relacionadas:

ORGAO: 06-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

UNIDADE: 06-SERVIÇOS DO ESPORTE

Proj/At. 27.812.1008.1.023-Constr. Gin. Esp./Reforma Gin. Esp. e Centro Comunitário

Compl.Elem.: 4.4.90.51.07.00.00.00 – Reforma (91)

Recurso: 0000-Recursos Ordinários CLÁUSULA NONA - VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

9.1 O contrato terá sua vigência e eficácia iniciada somente após a sua publicação na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, conforme art. 61, § único e art. 57, caput e inciso I da Lei 8.666/93.

9.2 – O prazo de vigência é de 08 (oito) meses, após a emissão a Ordem de Serviço, verificada a condição prevista no tópico anterior, podendo ser prorrogado, conforme o art. 57, caput e inciso I da Lei 8.666/93, respectivamente.

9.3 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93, sempre através de termos aditivos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

10.1 - O presente contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por qualquer dos motivos previstos no Inciso I do Artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do Município de Lacerdópolis, em caso de rescisão administrativa, por qualquer um dos motivos previstos no Inciso I do Artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

10.3 - Poderá ainda este contrato ser rescindido na forma da lei, pela ocorrência das demais situações previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

10.4 - Em quaisquer dos casos previstos nesta Cláusula será dado a Contratada o direito ao contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MULTAS

11.1 - A empresa que deixar de cumprir as condições estabelecidas na Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia e na proposta apresentada ou fizer de modo defeituoso e prejudicial aos interesses do Município de Lacerdópolis, sem prejuízo das penalidades previstas no Capítulo IV, Seção II, do Art. 87, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficará sujeito a aplicação da Multa, conforme segue:

11.2 - Multa moratória, não compensatória de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da Nota de Empenho, pela impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas;

11.3 - Multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injusta a assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho;

11.4 - Multa compensatória equivalente ao valor integral da obra não realizada, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato por inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas;

11.5 - Multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho/contrato, pelo descumprimento de qualquer outra condição do edital não previstas nas alíneas anteriores;

11.6 - O termo inicial para a incidência de qualquer das multas estipuladas nesta cláusula, será a data correspondente a do inadimplemento, e o termo final será a data do efetivo pagamento desta; e,

11.7 - A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município de Lacerdópolis. Caso seja superior, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### 12.1 - Compete a Contratante:

- a) permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para executarem os serviços;
- b) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA, pertinente aos serviços a serem executados;
- c) não permitir que outrem execute as obras Contratadas; e,
- d) efetuar o pagamento dentro do prazo estipulado, salvo por fatos supervenientes de fatos fortuitos ou força maior, devidamente justificada pelo setor competente.

Parágrafo único - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados, subcontratados ou fornecedores da empresa que, como tal, tenham relação com o serviço.

### 12.2 - Compete a CONTRATADA efetuar os serviços de obras de acordo com as especificações constantes na proposta apresentada, bem como o disposto no edital e seus anexos e no contrato;

§1º - Caberá a Contratada todas as despesas de instalação da obra, remoção de entulhos e limpeza final.

§2º - Os pagamentos serão efetuados em função da medição "in loco" dos serviços efetivamente realizados.

§3º - As faturas dos serviços realizados deverão ser apresentadas de acordo com o modelo do Município de Lacerdópolis, tendo como anexos, as folhas de medição, sendo que a fatura final não será inferior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato. As faturas serão pagas após confirmação pelo fiscal da Prefeitura de que os serviços foram executados.

§4º - Os serviços necessários à perfeita execução da obra licitada, são considerados como tendo seus preços já inclusos nas propostas, não cabendo por isso, nenhum direito de reivindicação de qualquer pagamento dos serviços reconhecidos como necessários, se comuns em qualquer obra do gênero e não constante especificamente na relação dos preços unitários ou totais propostos.

§5º - O Município de Lacerdópolis, quando julgar conveniente e mediante termo aditivo poderá introduzir modificações nos desenhos e especificações já aprovados, dar instruções adicionais ou suprimir trabalhos anteriormente ordenados.

§6 - Estas disposições gerais são aplicáveis a todas as alterações, modificações ou adições supra mencionadas.

§7 - À Contratada caberá todas as providências relativas a execução das obras tais como fornecimento dos equipamentos, dos materiais e da mão-de-obra, satisfação de todas as exigências legais relativas a qualquer aspecto da execução das obras, adoção de medidas de segurança e proteção, manutenção de ordem e disciplina no canteiro e pagamento de tributos e quaisquer outras contribuições.

§8 - A Contratada deverá designar o responsável técnico pela obra e recolher a respectiva ART/RRT junto ao CREA/CAU.

§9 - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados, subcontratados ou fornecedores da empreiteira que, como tal, tenham relação com a obra.

§10 - A Contratada assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e qualquer outra relativa ao pessoal admitido para a execução desta obra.

§11 - Não sendo os trabalhos conduzidos em inteira conformidade com os desenhos, detalhes, especificações e instruções fornecidos e aprovados pelo Município de Lacerdópolis, este, além das sanções previstas na legislação, poderá determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos.

§12 - A impontualidade na conclusão de qualquer das etapas da obra sujeitará a Contratada ao pagamento de multa moratória não compensatória de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento), do valor da obra por dia de atraso, exceto se motivado comprovadamente por caso fortuito ou força maior.

§13 - Por inexecução das obrigações estipuladas a Contratada indenizará o Município de Lacerdópolis - dos prejuízos que resultarem da paralisação da obra ou pagará multa compensatória equivalente ao valor integral da obra não executadas, limitada a 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor total do contrato.

§14 - O termo inicial para a incidência de qualquer das multas estipuladas será a data correspondente ao inadimplemento, e o termo final, da data da efetivação do pagamento.

§15 - Fica convencionado que a execução da obra será regida pelo presente edital e seus anexos (Disposições Gerais, Especificações Técnicas para a Execução de Obras Civas), pelo projeto técnico, pela proposta da firma vencedora e toda a documentação da licitação que são complementares entre si, de modo que, qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

§16 - A Contratada, obrigatoriamente, deverá manter no local da obra, e após sua conclusão, entregar para a fiscalização os seguintes documentos:

1. Livro de registro "Diário de Obra".
2. ART's - Anotação de Responsabilidade Técnica - CREA/CAU.
3. Cópia do Registro dos funcionários contratados para a obra.

§17 - A Contratada encaminhará o Município de Lacerdópolis, acompanhado de fotos e assinado pelo Engenheiro Responsável, um relatório quinzenal de acompanhamento de obra.

§18 - A substituição de profissional na equipe não justificará atraso e/ou o comprometimento na qualidade dos serviços, ficando a empresa sujeita às penalidades descritas prevista neste contrato e no edital.

§19 - A Contratada deverá manter na obra uma pessoa que responderá por ela na ausência do Engenheiro, sendo que essa pessoa deverá ser um mestre de obras com experiência comprovada em carteira de, no mínimo, dois anos em obras de construção civil.

§20 - A critério da Contratante, quando e se necessário, será desenvolvido projeto executivo concomitantemente com a execução das obras, sem que isto importe em custos adicionais de espécie alguma ao presente contrato.

§21 - A contratada não poderá subcontratar parcial ou integralmente o objeto deste contrato.

§22 - A contratada deverá respeitar o prazo para a entrega do objeto.

§23 - A contratada deverá cumprir todas as orientações do Município de Lacerdópolis - para o fiel cumprimento do objeto especificado.

§24 – A contratada deverá recrutar em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução das obras objeto deste contrato, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos de salários (com base no salário e noutros direitos fixados para cada categoria, através de acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou outra forma prevista em lei), bem como o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, inclusive aquelas decorrentes de acidentes, indenizações, seguros e quaisquer outras em decorrência da sua condição de empregados, sem qualquer solidariedade do Município de Lacerdópolis, inclusive em matéria trabalhista.

§25 - A contratada deverá fornecer toda a mão-de-obra, materiais, transporte, refeição, equipamento de proteção individual uniformes, calçados e todo o equipamento necessário à perfeita execução dos serviços.

§26 – A contratada deverá prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Lacerdópolis.

§27 – A contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências e falhas apontadas pelo Município de Lacerdópolis, quanto à execução dos serviços objeto deste contrato.

§28 – A contratada deverá arcar com eventuais prejuízos causados ao Município de Lacerdópolis e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados, na execução dos serviços.

§29 - A contratada deverá exibir, quando solicitado pelo Município de Lacerdópolis, a competente comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, dentre outros, decorrentes de sua condição de empregados.

§30 - A contratada não deve permitir que seja cumprida por seus empregados jornada de trabalho em desacordo com a legislação trabalhista, respondendo pelo prejuízo e arcando com os ônus que eventualmente tal fato possa acarretar.

§31 - A contratada deverá comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

§32 - A contratada deverá manter no local do serviço cópia completa dos projetos, detalhes e especificações, como também uma cópia de todos os anexos referente aos serviços, a serem executados exclusivamente para consulta e fiscalização que será fornecido pelo Município de Lacerdópolis.

§33 - A substituição de profissional na equipe não justificará atraso e/ou comprometimento da qualidade dos serviços, ficando a empresa sujeita as penalidades da Clausula décima.

§34 - A Contratada deverá manter no serviço em período integral um Mestre de Obras com experiência comprovada por carteira de trabalho de no mínimo 02 (dois) anos.

§35 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO

13.1 - A contratada, deverá assumir integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que se refere às obrigações fiscais, comerciais e trabalhistas e previdenciária, bem como às que dizem respeito as normas de segurança do trabalho, prevista na legislação específica, bem como os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto do contrato, nos termos do § 1º, do Art. 71, da Lei nº 8.666/93, com alterações subseqüentes.

13.2 - A contratada deverá providenciar, sob as penas cabíveis, o uso de equipamentos de segurança obrigatório, de acordo com as normas legais pertinentes, para que seja obedecido de forma rigorosa na execução de obra/serviços objeto do contrato.

13.3 - Antes de iniciar os trabalhos, objeto desta licitação, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente, apresentar à Fiscalização do Departamento competente do Município de Lacerdópolis, cópia dos seguintes documentos:

- Fornecer por escrito, em papel timbrado da empresa, os procedimentos a serem adotados em caso de acidente de trabalho, grave ou fatal;
- PPRA - NR 9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) ou PCMAT – NR 18 (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção);
- PCMSO – NR 7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional);
- ASO (Atestado de Saúde Ocupacional);
- Ordens de Serviço Sobre Segurança e Medicina do Trabalho específicas para o Objeto desta Licitação (uma para cada trabalhador envolvido na execução das obras/serviços assinada pelo mesmo), conforme item 1.7 da NR 1;
- Comprovante de participação dos trabalhadores no treinamento de segurança admissional, com carga horária mínima de 06 (seis) horas, conforme previsto no item 18.28 da NR 18;
- Ficha de controle de recebimento de EPI's e termo de responsabilidade assinada pelo trabalhador; e
- Fornecer em documento próprio da empresa o nome do Responsável Técnico da Obra, Engenheiro de Segurança, Técnico de Segurança do Trabalho, Cipeiros (onde couber, conforme Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho – NR 04 e NR 05), com telefone, endereço, etc.

13.4 - Durante a execução dos Trabalhos, a CONTRATADA deverá, quando for o caso, apresentar à Fiscalização do Departamento competente do Município de Lacerdópolis, os seguintes documentos:

- Em caso de acidente de trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar ao Departamento competente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência, cópia da CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, providências tomadas, relatório do acidente efetuado pelo SESMET, investigação do acidente pela CIPA; e
- No caso de acidente grave ou fatal a CONTRATADA deverá informar imediatamente a ocorrência à fiscalização do Município de Lacerdópolis.

13.5 - Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar até o segundo dia útil o Relatório de Segurança e Medicina do Trabalho do mês anterior, no mínimo com as seguintes informações:

- Número de funcionários na obra;
- Número de acidentes pessoais e materiais;
- Número de homens/horas trabalhadas;
- Números de dias perdidos e dias debitados referente aos acidentes;

- e) Número de inspeções de segurança realizadas;
- f) Número de cursos/treinamentos realizados; e
- g) Composição do SESMT e da CIPA.

13.6 - Diariamente a CONTRATADA deverá manter no local da Obra o Diário de Obra, que deverá ser disponibilizado para a fiscalização da contratante bem como do responsável pela obra da parte contratada, para anotações e registros diários quando houverem, findo a obra deverá ser anexado ao devido processo de licitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente será efetuada através da Imprensa Oficial do Município de Lacerdópolis, conforme parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato se sujeita às normas da Lei 8.666/93 de 21/06/93 combinada com a Lei 8.883/94 de 08/06/94 e pelo estabelecido no edital, que o CONTRATADO declara conhecer e se obriga a respeitar.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o Município de Lacerdópolis e a contratada, será feita por meio de protocolo; nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir questões fundadas neste Processo.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, cujo instrumento ficará arquivado no Município de Lacerdópolis, empresa e processo licitatório referente a Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, nos termos do art. 60, da Lei nº 8666/93.

E, por estarem justos e contratados, firmam a presente perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC, 11 de outubro de 2018.

Sérgio Luiz Calegari Prefeito CONTRATANTE	Construtora Pilar Ltda. Alexandre Antônio Romani CONTRATADA
---	---

#### TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

# Lajeado Grande

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 056/2018 DE 12/09/2018 REORGANIZA POR SECRETARIAS E FUNDOS OS VEICULOS, AS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1772028

Decreto nº 056/2018  
12/09/2018

“REORGANIZA POR SECRETARIAS E FUNDOS OS VEICULOS, AS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito do Município de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente com o Art. 98, inc. “I” da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA

Art. 1º - Os veículos, as máquinas e equipamentos da municipalidade ficam organizados por Secretarias, conforme segue:

#### GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Nº	MARCA/TIPO	PLACA	ANO
93	GM/CRUZE LTZ	OKE-4033	2013

#### SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Nº	MARCA/TIPO	PLACA	ANO
	GM/VECTRA SEDAN ELEGANCE	MFZ-2525	2009

#### SECRET. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Nº	MARCA/TIPO	PLACA	ANO
3	VW/MPOLLO FRATELLO – ONIBUS	MCZ-0011	2001/2
50	FIAT/DUCATTO – MINIBUS	MJS-6420	2006
82	MICRO ONIBUS VOLKBUS VOLARE	MKZ-5005	2012
89	VW GOL GV 1.6 PRATA	MKC-4634	2012
95	VW/ONIBUS RURAL ORE-2	MLT-2754	2013
102	MICRO ONIBUS IVECO (Cessão de uso Estado)	QHE-4475	2013

#### SEC. MUNIC. DE TRANSP., OBRAS E SERV. URBANOS

Nº	MARCA/TIPO	PLACA	ANO
15	M. BENS/LK 1113 – TANQUE-PIPA	LWT-3997	1979
13	M. BENS/L 2216 – BASCULANTE	AEI-2949	1986
19	MOTONIVELADORA HW-135M		1993
16	VW/17.210 CUMMINS – PRANCHA	MCW-0011	2001
17	VW/17.210 CUMMINS – BASCULANTE	MBL-0025	2001
18	TRATOR ESTEIRA D.41-A		2001
90	VW SAVEIRO 1.6 BRANCA	MKC-4654	2012
99	ESCAVADEIRA HIDRAULICA HYUHDAI		2014
98	FORD CARGO 2629 6X4	OKH-7934	2014
99	FIAT/STRADA WORKING CD	QHD-6538	2015
106	ROLO COMPACTADOR DINAPAK		2018
107	RETRO ESCAVADEIRA JCB CX3		2018

#### SEC. MUNIC DA AGRICULTURA E FOM. AGROPEC.

Nº	MARCA/TIPO	PLACA	ANO
21	PÁ-CARREGADEIRA MICHIGAN 75-III		1993
26	TRATOR FORD 5630 COM CONCHA		1993
53	FIAT/STRADA TREK FLEX BRANCA	MFY-0569	2008
61	TRATOR NEW HOLLAND 7630TR		2008
67	TRATOR JOHN DEERE 6615		2009
71	TRATOR CORTADOR DE GRAMA		2010

73	ESCAV. HIDRAULICA NEW HOLLAND	Cessão Uso	2010
	MINI CARREGADEIRA - BOBCAT		2010
74	FORD CARGO 2628 E 6X4 (TANQUE 15.000 L)	MJZ-1555	2011
81	RETRO ESCAVADEIRA JCB C3		2012
88	VW /GOL GIV 1.0	MJO-2645	2012
96	RENAULT/ SANDEIRO 1.6	MMJ-3364	2014
91	TRATOR MASSEY FERGUSON	Cessão Uso	2013
101	M.BENS/ATRON CAMINHÃO	QHE-3145	2014
104	MOTOCICLETA HONDA	QHI-4102	2015
103	MOTONIVELADORA CASE		2013

**FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

Nº	MARCA/TIPO	PLACA	ANO
70	RENAULT/MASTER MINIBUS	MJZ-1525	2010
83	FIAT/ DOBLO 1.8	MKC-4842	2012
92	RENAULT/MASTER AMBULÂNCIA	MLN-0216	2013
97	RENAULT/SANDEIRO 1.6	MMJ-9664	2014
100	FIAT/DOBLO ESSENCE 1.8	QHL-4950	2015
105	FIAT MOBI / LIKE	QIQ-0991	2016
108	RENAUL/DUSTER EXPRESSION – Atenção Básica	QJJ-0597	2018
109	RENAUL/DUSTER EXPRESSION – Vigilância	QJI-9887	2018

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Nº	MARCA/TIPO	PLACA	ANO
94	GM/CORSA CLASSIC – Cessão de Uso	MLU-9736	2013
66	GM/CELTA LIFE FLEX	MJZ-2555	2009

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 24 de janeiro de 2017.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

**DECRETO Nº 057/2018 DE 26/09/2018 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PROVISÓRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA E DA ORGANIZAÇÃO DO CONCELHO MUNICIPAL DE CULTURA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1772041

Decreto n. 057/2018

De 26/09/2018

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PROVISÓRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA E DA ORGANIZAÇÃO DO CONCELHO MUNICIPAL DE CULTURA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente com o Art. 98, inc. "I" da Lei Orgânica Municipal

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam nomeados os membros da comissão provisória que acompanhará a elaboração do Plano Municipal de Cultura e a organização do Concelho Municipal de Cultura, abaixo descritos:

**REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:**

- Inelve Tereza Maraschin Dierings
- Marivane Fátima Bordignon Xavier

**REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CÍVIL:**

- Nadia Inez Foresti
- Renata Fernanda Maraschin



Parágrafo Único – Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 26 de Setembro de 2018.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler

Servidora Designada



# Lebon Régis

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 436/18 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1772301

PORTARIA Nº 436/18 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, GIOSANE MOREIRA DE ALMEIDA, do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 05/10/2018, sendo que a referida vaga será provida através de efetivação de servidor por concurso público.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de outubro de 2018.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 437/18 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1772302

PORTARIA Nº 437/18 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

CONCEDE FERIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) OTAVIO RAFAELI JUNIOR, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Pintor, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, FERIAS (30 DIAS), a partir de 09/10/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 09 de outubro de 2018.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 438/18 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1772304

PORTARIA Nº 438/18 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

CONCEDE AUXILIO DOENÇA A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário CRISTIANO FREDERICO CORREA DE SOUZA, Agente de Defesa Civil, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e finanças, AUXILIO DOENÇA (INSS), a partir de 09/10/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 09 de outubro de 2018.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 439/18 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1772305

PORTARIA Nº 439/18 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, EDUARDA GABRIELA VIDAL MOREIRA, para ocupar o cargo de Professor, através do Processo Seletivo 02/2018, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 03/10/2018, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de SIMONE DE FATIMA COLAÇO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 10 de outubro de 2018.  
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário de Administração e Finanças

**CÂMARA MUNICIPAL****AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº. 003/2018**

Publicação Nº 1772047

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº. 003/2018

“Autoriza A CÂMARA MUNICIPAL de Lebon Régis, realizar acordo com funcionárioS e dá outras providências”.

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Legislativo Municipal à firmar acordo judicial com os servidores efetivos da Casa Legislativa abaixo descritos, visando o pagamento de diferenças referentes a progressão funcional por tempo de serviço, apurado pela Controladoria Interna do Município conforme procedimento administrativo arquivado junto a tesouraria:

I – Everaldo Kojikoski, Contador, Processo judicial nº. 0300110-80.2018.8.24.0088;

II – Gregory David, Tesoureiro, processo Judicial nº. 0300111-65.2018.8.24.0088;

III – Margarete Conte Archek, Agente de Serviços Gerais, processo judicial nº. 0300114-20.2018.8.24.0088;

IV – Mario Luiz Coffferri, Secretário, processo judicial nº

. 0300113-35.2018.8.24.0088;

V – Roberto Cezar Xavier, Advogado, processo judicial nº. 0300112-50.2018.8.24.0088.

Art. 2º Os valores e a forma de pagamento serão de acordo com o estabelecido nos termos de acordo firmados entre as partes, documentos anexados a presente, sendo parte integrante e inseparável da presente Lei.

Art. 3º As despesas da presente lei serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Unidade orçamentária: CÂMARA DE VEREADORES

Função: 1 – Legislativa

Programa: 1 – Processo Legislativo

Ação: 2.1 – Manutenção da Atividades da Câmara

Despesa 20: 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas

Elemento 94: Indenizações e Restituições Trabalhistas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis (SC), 10 de outubro de 2018.  
OSMAR COMPER  
Presidente

DIRCEU DOS SANTOS MAIBERG  
1º Secretário

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PE 05/2018 FMS

Publicação Nº 1772498

MUNICIPIO DE LINDOIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGAO ELETRONICO Nº 05/2018 FMS

Flavio Luiz Benini – Secretario Municipal de Saude e Acao Social de Lindoia do Sul, SC, torna publico que fara realizar, Licitacao na modalidade de PREGAO ELETRONICO, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal 2817/2016, para aquisicao de equipamentos e materiais, odontologicos, hospitalares, fisioterapia, informatica, e escritorio para o Fundo Municipal de Saude, com recebimento das propostas ate as 08:15 horas do dia 26 de outubro de 2018, atraves do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Lindoia do Sul - SC, 09 de outubro de 2018.

Flavio Luiz Benini

Secretario Municipal de Saude e Acao Social.

### AVISO DE LICITAÇÃO - PR 03/2018 FMS

Publicação Nº 1772501

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL – SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL- SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018 FMS

Flávio Luiz Benini– Secretario de Saúde e Ação Social, de Lindóia do Sul, torna público que fará realizar licitação na modalidade de pregão presencial do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO GLOBAL, para aquisição de medicamentos de farmácia, para o atendimento da saúde pública dos municípios no dia 29 de outubro de 2018, as 14:00 horas, com recebimento dos envelopes até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de licitações. Maiores informações poderá ser obtida no site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), ou junto a Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, sito a Rua Tamandaré 98, de Segunda a Sexta- feiras das 08:00 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas, ou pelo telefone 49 34461177.

Lindóia do Sul, SC, 11 de outubro de 2018.

Flavio Luiz Benini

Secretário de Saúde e Ação Social

### AVISO DE LICITAÇÃO - PR 51/2018 PMLS

Publicação Nº 1772505

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2018

Genir Lori – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para Aquisição de enfeites para ornamentação natalina, no dia 29 de outubro de 2018, as 08:30, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 11 de outubro de 2018.

Genir Lori - Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3.078, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1772840

DECRETO Nº 3.078, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto na Lei Nº 1.384, de 18 de dezembro de 2017,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO E VICE

Unidade 01 – Gabinete do Prefeito e Vice

Projeto/Atividade 2.002 – Manutenção do Gabinete e Vice

3.3.90.00.00.00.00.0300 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação das dotações constante no art. 1º, correrão por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 11 de outubro de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

## **EXTRATO DO CONTRATO Nº 117/2018 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**

Publicação Nº 1772815

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 117/2018

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: BRITAX – BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2018

Objeto: contratação em regime de empreitada global (material e mão de Obra) de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de pavimentação asfáltica com C.B.U.Q. nas Ruas Concórdia, XV de Novembro, e Otaviano Nicolao. A obra deverá ser executada de acordo com os projetos básicos constantes no Anexo "E" do Edital.

Valor Total: R\$ 234.189,34

Fonte de Recursos: Convênio MCidades 844538/2017

Vigência: 08 de junho de 2019.

Assinatura: 11 de outubro de 2018.

Genir Loli

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 255, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772819

PORTARIA Nº 255, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede Licença Saúde a Servidora Publica Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e, Considerando o artigo 100 da Lei Complementar n. 050/2003, de 10 de Janeiro de 2003,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Licença saúde a partir de 05 de outubro de 2018, por um período de 04 (quatro) dias, a Servidora Pública Municipal Marinês Ribeiro Perondi, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administradora Rural, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 05 de outubro de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 256, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772821

PORTARIA Nº 256, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede Licença Casamento a Servidora Publica Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e, Considerando o artigo 136, III a) da Lei Complementar n. 050/2003, de 10 de Janeiro de 2003,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Licença de 05 (cinco) dias, a partir de 09 de outubro de 2018, a Servidora Pública Municipal Joana Spricigo, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 09 de outubro de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 257, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772823

PORTARIA Nº 257, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Exonera Servidora Pública Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

RESOLVE

Art. 1º. Exonerar, a pedido e por motivos particulares, a Servidora Pública Municipal Monalize Straiz Guareze, das funções do cargo Auxiliar de Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 09 de Outubro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 09 de outubro de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 258, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772825

PORTARIA Nº 258, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede Licença Saúde a Servidora Publica Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e,  
Considerando o artigo 100 da Lei Complementar n. 050/2003, de 10 de Janeiro de 2003,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Licença saúde a partir de 09 de outubro de 2018, por um período de 14 (quatorze) dias, a Servidora Pública Municipal Marinês Ribeiro Perondi, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administradora Rural, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 09 de outubro de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

# Lontras

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 74/2018

Publicação Nº 1772018

LEI COMPLEMENTAR Nº 74 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 36 DE 19 DE AGOSTO DE 2011 E LEI COMPLEMENTAR Nº 12 DE MAIO DE 2003 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete a apreciação da Câmara de Vereadores Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Altera o Art. 2º da Lei Complementar nº 36 de 19 de agosto de 2011 e Capítulo V-A da Lei Complementar nº 11 de 12 de maio de 2003 passando a vigorar da seguinte forma:

#### CAPÍTULO V-A "DA MOVIMENTAÇÃO DO PESSOAL"

Art. 37-A. A movimentação dos profissionais da educação é feita mediante remoção, lotação, adjunção, autorização especial e readaptação.

Art. 37-B. Entende-se por:

I - Remoção - a determinação de deslocamento do funcionário de uma para outra Unidade Educacional.

II - Lotação - a indicação, na escola ou outro órgão do Sistema em que o ocupante de cargo do magistério deva ter exercício.

III - Adjunção - a incumbência de exercer atribuições previstas no artigo 08º junto a escolas ou outros órgãos e entidades de ensino ou educação, não integrantes do Sistema.

IV - Autorização Especial - o afastamento temporário do profissional da educação do exercício das respectivas atribuições para o desempenho de encargos especiais ou aperfeiçoamento pedagógico.

V - Readaptação - o ajustamento do profissional da educação ao exercício de atribuições mais compatíveis com seu estado de saúde.

Art. 37-C. É vedada a movimentação e a disposição dos profissionais da educação:

I - quando se tratar de funcionário não estável, excetuadas as hipóteses de mudança de lotação e remoção, bem como a disposição para ocupar cargo em comissão ou função de confiança em escola ou órgão de educação que não integre o sistema municipal de ensino;

II - quando solicitada por ocupante de cargo do magistério que, nos 2 (dois) últimos anos, houver faltado, injustificadamente, por 15 (quinze) dias, no mesmo ano letivo;

#### DA LOTAÇÃO

Art.37-D. Os profissionais da educação que vierem a ser admitidos após a promulgação desta lei, serão lotados nas Unidades Escolares do Município, somente após sua aprovação no estágio probatório, observando os critérios estabelecidos no Art.37-E.

§ 1º - Durante o estágio probatório os profissionais de educação serão lotados anualmente.

Art.37-E. Aos profissionais em educação efetivos antes da sanção desta lei, serão lotados permanentemente nas Unidades Escolares do Município, observado os seguintes critérios:

I – Maior tempo de serviço no Magistério Público na Rede Municipal de Lontras, incluído o tempo de serviço em atividades de cargos de confiança, desde que condizentes com as atribuições.

II – Maior tempo de Serviço no Magistério.

III - Em caso de empate, terá preferência o servidor mais idoso.

Art.37-F. Quando o profissional da educação tiver exercício em mais de uma escola, sua lotação será naquela em que prestar maior número de horas de trabalho.

Art.37-G. Os pedidos de mudança de lotação devem ser protocolados no órgão próprio da Secretaria nos meses de outubro e novembro de cada ano e, sendo o caso, atendidos até o dia 15 de janeiro subsequente.

Art.37-H. O atendimento dos pedidos de mudança de lotação está condicionado à existência de vaga e à ordem de prioridade previamente estabelecida pela Secretaria.

Art.37-I. Após o atendimento dos pedidos de que trata o artigo 37-G, será efetivada a lotação:

I - dos removidos;

II - dos recém-nomeados, quando as nomeações coincidirem com a época de lotação.

Art.37-J. Para efeito de lotação em Unidade Educacional da Rede Municipal de Ensino, o lugar do servidor do magistério é considerado:

I - preenchido, nos casos de:

- a) autorização especial para frequência a curso;
- b) exercício dos cargos em comissão de Diretor de Escola e de Secretário de Escola;
- c) exercício de cargo em comissão da Administração Pública Municipal;
- d) liberação para exercício de mandato eletivo em diretoria de entidade sindical;
- e) outros afastamentos legais;

II - vago, nos casos de:

- a) adjunção;
- b) disposição;
- c) remoção;
- d) mudança de lotação;
- e) licença para tratar de interesses particulares;
- f) afastamento preliminar à aposentadoria;
- g) exoneração;
- h) demissão;
- i) promoção;
- j) transferência;
- l) aposentadoria;
- k) posse em outro cargo, desde que dela se verifique acumulação vedada;
- m) falecimento.

§ 1º - O lugar do servidor, em abandono de cargo, enquanto não decidida a sua situação, é considerado vago.

Art.37-K. Quando o número de profissional da educação, lotados em escola ou outro órgão do Sistema, for superior às necessidades do ensino, serão remanejados os excedentes.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo será remanejado o funcionário de menor tempo de serviço na escola ou no órgão em que tiver exercício, deferido ao mais antigo o direito de preferência.

Art.37-L. A escolha de Turma, será realizada anualmente, após o período de Remoção, e os critérios da ordem de escolha são os mesmos estabelecidos no Art.37-E.

#### DA REMOÇÃO

Art.37-M. A remoção do ocupante de cargo ou de função pública estável no Quadro do Magistério poderá ser feita:

I - a pedido do servidor, em época própria, condicionada à existência de vaga;

II - por permuta, em época própria, mediante avaliação e autorização da Secretaria Municipal de Educação, atendendo conveniência da administração pública

III - pela Administração, após encerramento de Processo Administrativo Disciplinar, que conclua pela incompatibilidade e/ou impossibilidade de manutenção do(a) servidor(a) no ambiente de trabalho e/ou que conclua pela desconformidade entre a conduta do servidor(a) quanto as atribuições do cargo que ocupa.

Art.37-N. - Os requerimentos de remoção devem ser protocolados na Secretaria Municipal de Educação, no mês de novembro de cada ano, devidamente fundamentado.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, a remoção será efetivada, havendo vaga, respectivamente, nos meses de janeiro de cada ano.

Art.37-O. Os candidatos à remoção, a pedido, para determinada unidade escolar, serão classificados de acordo com a seguinte prioridade:  
I - o casado ou convivente em união estável, mediante apresentação de documento comprobatório de tal condição, para a localidade onde reside o cônjuge ou convivente;

II - o arrimo, para a localidade em que resida a família.

§ 1º - Não bastando à ordem de prioridade deste artigo, observar-se-á a seguinte preferência:

- a) O de mais tempo de efetivo exercício no magistério municipal;
- b) O de nível (qualificação) mais elevado;
- c) O mais antigo no serviço público municipal;
- d) O de idade maior.
- e) O com maior número de dependentes.

#### DA ADJUNÇÃO

Art.37-P. A adjunção dar-se-á a pedido ou por iniciativa do Sistema, com assentimento do funcionário, respeitada a conveniência do ensino.

Art.37-Q. A adjunção tem validade por tempo indeterminado, podendo ser revogada por conveniência do ensino.

Art.37-R. A adjunção pode ocorrer:

I - em escola ou em outro órgão de ensino ou de educação de município do Estado de Santa Catarina, mediante convênio;

II - em escola ou em outro órgão de ensino ou de educação mantidos por entidades ou instituições públicas, fundações com fins educacionais ou com fins de pesquisa ou sociedades civis sem fins lucrativos, mediante convênio ou ajuste de natureza pedagógica com o Município;

III - em entidade que ministre educação especial.

Art.37-S. A adjunção dar-se-á com ou sem vencimento e vantagens, segundo o que mais convier ao Sistema.

#### DA AUTORIZAÇÃO ESPECIAL



Art.37-T. A autorização especial, respeitada a conveniência do Sistema, poderá ser concedida ao funcionário para:

I - integrar comissão especial ou grupo de trabalho, estudo ou pesquisa;

II - participar de congresso ou reunião científica;

III - participar, como docente ou discente, de curso de mestrado, doutorado, pesquisa e extensão;

Art.37-U. O ato de autorização especial é da competência do Prefeito Municipal.

Art.37 -V - O profissional da educação, quando em regime de autorização especial e sua participação gerar recebimento de valores, deverá optar entre esta ou o vencimento e vantagens de seu cargo junto ao Município.

#### DA READAPTAÇÃO

Art.37-X. A readaptação é feita no interesse do Sistema, com base em processo especial que indique melhor aproveitamento funcional do ocupante de cargo do magistério, em virtude de alteração de seu estado de saúde.

Parágrafo único - A readaptação depende de laudo médico expedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, que conclua pelo afastamento temporário ou definitivo do funcionário do exercício das atribuições específicas de seu cargo.

Artigo 2. ° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Lontras, 09 de outubro de 2018.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

**Luiz Alves****PREFEITURA****DECRETO N.º 179/2018**

Publicação Nº 1772898

**DECRETO N.º 179/2018**

Regulamenta o Programa de Pavimentação Colaborativa de vias e calçadas para a Rua Vereador Estefânio Rech.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso IV do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam os proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores dos imóveis da Rua Vereador Estefânio Rech, localizada no bairro Dom Bosco, neste Município, autorizados a participar do Programa de Pavimentação Colaborativa de vias e calçadas, tendo em vista a adesão de 100% dos moradores, nos termos da Lei n.º 1.737/2018, mediante execução das calçadas, no prazo de até 180 dias após a conclusão da obra de pavimentação da via por parte do Município de Luiz Alves.

Art. 2º As calçadas terão a largura mínima de 1,5m e os 30cm limítrofes à pista de rolamento serão considerados como faixa de serviços. A faixa de 1,2m restante será considerada como passeio, onde deverá ser instalado, de forma centralizada, o piso podotátil direcional vermelho, com dimensão de 0,20x0,20x0,06m (LxCxE).

§ 1º O revestimento de toda a calçada deverá ser em paver de superfície lisa (paver de concreto dormido), com as dimensões de 0,20x0,10x0,06m (CxLxE), paginação do tipo "trama", assentado sobre coxim de pó de pedra, e as fugas preenchidas com o mesmo material.

§ 2º As calçadas deverão ser executadas 15cm mais altas em relação à pista de rolamento.

§ 3º Nas testadas em que for possível a pavimentação com largura superior a 1,5m, deverão ser executadas faixas de interferência (conforme definição no § 2º do artigo 109 da Lei Complementar n.º 002/2007) na porção que exceder a largura de 1,5m. Nesse caso, o piso podotátil direcional deverá permanecer centralizado na faixa de 1,2m referente ao passeio projetado.

§ 4º A faixa de passeio terá inclinação máxima de 3% no sentido da pista de rolamento.

Art. 3º Os proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores de imóveis localizados em frente às faixas de pedestres deverão executar rampas em paver, com largura mínima de 1,50m, rebaixadas ao nível da rua para garantir a acessibilidade (Anexo I) e inseridas dentro da faixa de serviços.

Art. 4º Deverá ser instalado piso podotátil vermelho do tipo alerta nas rampas que dão acesso às faixas de pedestres (Anexo I). As peças do tipo alerta a serem instaladas nesses casos poderão ter largura diferenciada, não menor que 25cm, para sua viabilidade (Anexo I).

Art. 5º Todas as rampas de acesso, tanto para as de pedestres quanto para as de veículos, deverão estar localizadas dentro da faixa de serviços, permitindo que o passeio tenha largura mínima de 1,20m.

Art. 6º Quando houver poste existente na área em que deveria ser instalado o piso podotátil direcional vermelho, o piso deverá ser instalado com um desvio de 45º no sentido da pista de rolamento, seguindo em pelo menos 1,5m neste desvio, com retorno ao local projetado (Anexo II).

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de outubro 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2018 REVISÃO DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR N.º 001/2007**

Publicação Nº 1772014

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2018****REVISÃO DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR N.º 001/2007**

O MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, por meio do Prefeito Municipal, considerando a necessidade de revisão do Plano Diretor a cada 10 (dez) anos, bem como, visando a participação da sociedade, tendo por objetivo uma gestão democrática, nos termos da Lei Federal n.º 10.257/2001, CONVOCA qualquer pessoa interessada na participação da revisão do Plano Diretor do Município de Luiz Alves para as Audiências Públicas, que, têm por objetivo a análise da realidade do Município de Luiz Alves, e para facilitar a participação de todos interessados, foi dividida em dois grupos:

**Grupo 01**

Data: 13/10/2018

Horário: 18h30min

Local: Auditório da Prefeitura Municipal de Luiz Alves

Localidades convocadas: Braço Paula Ramos, Braço Serafim, Alto Serafim, Braço Francês, Alto Máximo, Baixo Máximo, Braço Joaquim, Braço Costa, Ribeirão do Bugre, Ribeirão da Onça, Vila do Salto, Braço Comprido, Centro, Ribeirão Miguel, Braço Cunha, Braço Elza, Ribeirão Miguel e Alto Braço Miguel.

**Grupo 2**

Data: 07/11/2018

Horário: 18h30min

Local: Auditório da Associação dos Bananicultores de Luiz Alves –ABLA

Localidades convocadas: Rio Canoas, Baixo Canoas, Braço Freimann, Braço Arataca, Braço Gavião, Serrinha, Rio Novo, Rio do Peixe, Garuvinha, Garuva, Laranjeiras, Braço Belga, Boa vista, Vila Nova e Ribeirão do Padre.

Luiz Alves, 10 de outubro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 452/2018**

Publicação N° 1772424

PORTARIA N.º 452/2018

Concede férias à Diretora do Departamento Jurídico.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à Diretora do Departamento Jurídico, Sr.ª AMÁBILE ERBS SCHOEPING, com início no dia 15 de outubro de 2018 e término no dia 19 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 10 de outubro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

# Luzerna

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 140.18

Publicação Nº 1772605

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 140/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2018

Aos 11 (onze) dias do mês de outubro do ano de 2018, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, por intermédio da SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO, representada neste ato por seu Secretário, Sr. JULIANO SCHNEIDER, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

01 – MERCADO MUNARI LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Paulo de Giacometti, nº 199 – Sala A, Centro, na cidade de Capinzal (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 10.878.273/0001-97, neste ato representada por seu procurador ANTONIO CARLOS DA SILVA STEFANES, brasileiro, casado, motorista, portador da Cédula de Identidade nº 1.884.695 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 590.834.339-00, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 087/2018, Pregão Presencial nº 068/2018, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços destinado à aquisição, de forma parcelada, de materiais de limpeza e gêneros alimentícios, visando o suprimento da demanda junto aos órgãos do Município de Luzerna, inclusive a manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	2.000,00	LT	Leite longa vida integral	2,86	5.720,00

0.2. O FORNECEDOR 01, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 5.720,00 (cinco mil, setecentos e vinte reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. Os materiais e os gêneros alimentícios deverão ser entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

2.1.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade, constando as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

2.1.2. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

2.3. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante.

2.3.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

2.3.2. Os produtos, quando for o caso, deverão possuir inscrição junto ao Ministério da Agricultura.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DA ENTREGA

3.1. O FORNECEDOR deverá efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como nesta Ata e do Edital e seus Anexos.

3.2. O prazo de entrega do objeto licitado será de no máximo 05 (cinco) dias corridos, contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

3.3. Os materiais e/ou gêneros alimentícios deverão ser entregues ao servidor responsável pelo Setor de Estoque ou outra Unidade descrita na Autorização/Solicitação de Fornecimento, em dias úteis, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

3.4. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos gêneros alimentícios, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

#### CLÁUSULA QUARTA DO RECEBIMENTO

4.1. O recebimento do objeto seguirá o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, e será realizado da seguinte forma:

4.1.1. Provisoriamente: Assim que efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

4.1.2. Definitivamente: até 10 (dez) dias úteis da entrega, após verificação de qualidade e do atendimento às especificações do Edital, bem como a consequente aceitação.

4.1.3. No caso de considerada insatisfatória as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado termo de recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o fardamento ser recolhido e substituído.

4.2. Por ocasião do recebimento do objeto o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização de sua entrega, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de veículos e acessórios de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.3. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela substituição e/ou retirada do objeto, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

4.4. O aceite do objeto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

4.5. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.6. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo II que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA QUINTA DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E PELA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A fiscalização do presente Pregão Presencial ficará a cargo dos servidores abaixo mencionados:

Setor de Estoque da Prefeitura de Luzerna/SC e Nutricionista do Município:

Cheila Pegoraro e Tainá Tessari

Fone: (49)3551-4700

E-mails: cheila@luzerna.sc.gov.br | estoque@luzerna.sc.gov.br | tainatessari@hotmail.com

5.2. Caberá ao fiscal da contratação, verificar se os itens, objeto do presente Edital, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA SEXTA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

6.1. Os preços não serão reajustados, salvo se:

6.1.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer somente se de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

6.1.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

6.1.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

6.1.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

6.1.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

6.1.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

6.1.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DOS PAGAMENTOS

8.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

8.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados pelo fornecedor por ocasião da habilitação.

8.2.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

☐ MUNICÍPIO DE LUZERNA - Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna, SC, CNPJ nº 01.613.428/0001-72.

8.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)).

8.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

8.4.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES

9.1. Cabe ao MUNICÍPIO:

9.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

9.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

9.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

9.1.4. Efetuar o pagamento do FORNECEDOR de acordo com o estipulado neste Edital;

9.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pelo FORNECEDOR, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

9.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

9.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

9.2. Cabe ao FORNECEDOR:

9.2.1. Executar o objeto da presente Ata; do edital e de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

9.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

9.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

9.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLAUSULA DÉCIMA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

10.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

10.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

10.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

10.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

10.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

10.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

10.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo



encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

10.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

10.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

10.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

10.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

10.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

10.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS ALTERAÇÕES

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

11.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

12.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

12.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

12.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

12.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

12.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

12.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

12.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

12.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

12.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

12.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

12.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

13.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de



Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

03.002.04.122.0300.2302 – Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão  
04.001.15.451.0400.2402 – Serviços Integrados de Infraestrutura  
04.002.20.606.0401.2421 – Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
05.001.10.122.0500.2504 – Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administração)  
05.001.10.301.0500.2502 – Manutenção do bloco da Atenção Básica  
06.001.08.244.0601.2603 – Manutenção do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
06.001.08.244.0601.2606 – Manutenção da Assistência Social  
06.002.08.241.0601.2610 – Administração e execução do Fundo do Idoso  
06.003.08.243.0603.2620 – Manutenção do Conselho Tutelar  
07.001.12.306.0701.2704 – Manutenção da Merenda Escolar – Creche  
07.001.12.306.0701.2705 – Manutenção da merenda escolar – Pré escola  
07.001.12.361.0701.2703 – Benefícios a pessoal e estagiários – Educação – Fundamental  
07.001.12.361.0701.2711 – Manutenção da Educação – Fundamental  
07.001.12.365.0701.2709 – Manutenção da Educação – Creche  
07.001.12.365.0701.2710 – Manutenção da Educação – Pré escola  
07.002.27.812.0704.2730 – Manutenção da Diretoria de Esportes  
07.004.13.392.0706.2750 – Administração e execução do Fundo da Cultura

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários  
001 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação  
002 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde  
111 – PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DA VIGÊNCIA

14.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 11 de outubro de 2018.

JULIANO SCHNEIDER

Secretário de Coordenação de Governo e Gestão  
CONTRATANTE

ANTONIO CARLOS DA SILVA STEFANES

MERCADO MUNARI LTDA ME

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome: Nome:

CPF: CPF:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 141.18

Publicação Nº 1772760

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 141/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2018

Aos 11 (onze) dias do mês de outubro do ano de 2018, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, por intermédio da SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO, representada neste ato por seu Secretário, Sr. JULIANO SCHNEIDER, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

02 – COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Severino Slongo, n. 30, Centro, na cidade de Lacerdópolis (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 05.758.684/0001-09, neste ato representada por sua sócia Administradora CLÁUDIA INÊS TESSARO, brasileira, casada, comerciante, portadora da Cédula de Identidade nº 11/R-2.634.688 SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob o nº 908.090.099-00, doravante denominada FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 087/2018, Pregão Presencial nº 068/2018, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços destinado à aquisição, de forma parcelada, de materiais de limpeza e gêneros alimentícios, visando o suprimento da demanda junto aos órgãos do Município de Luzerna, inclusive a manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
6	100,00	CX	Luva de vinil, em vinil leitoso, ambidestra, com ou sem pó (amido) atóxico para manipulação de alimentos. Embalagem com 100 unidades. Tamanho M	12,85	1.285,00
7	100,00	CX	Luva de vinil, em vinil leitoso, ambidestra, com ou sem pó (amido) atóxico para manipulação de alimentos. Embalagem com 100 unidades. Tamanho G	12,85	1.285,00

0.2. O FORNECEDOR 01, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 2.570,00 (dois mil, quinhentos e setenta reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. Os materiais e os gêneros alimentícios deverão ser entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

2.1.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade, constando as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

2.1.2. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

2.2. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante.

2.2.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

2.2.2. Os produtos, quando for o caso, deverão possuir inscrição junto ao Ministério da Agricultura.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DA ENTREGA

3.1. O FORNECEDOR deverá efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como nesta Ata e do Edital e seus Anexos.

3.2. O prazo de entrega do objeto licitado será de no máximo 05 (cinco) dias corridos, contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

3.3. Os materiais e/ou gêneros alimentícios deverão ser entregues ao servidor responsável pelo Setor de Estoque ou outra Unidade descrita na Autorização/Solicitação de Fornecimento, em dias úteis, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

3.4. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos gêneros alimentícios, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

#### CLÁUSULA QUARTA DO RECEBIMENTO

4.1. O recebimento do objeto seguirá o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, e será realizado da seguinte forma:

4.1.1. Provisoriamente: Assim que efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

4.1.2. Definitivamente: até 10 (dez) dias úteis da entrega, após verificação de qualidade e do atendimento às especificações do Edital, bem como a consequente aceitação.

4.1.3. No caso de considerada insatisfatória as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado termo de recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o fardamento ser recolhido e substituído.

4.2. Por ocasião do recebimento do objeto o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização de sua entrega, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de veículos e acessórios de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.3. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela substituição e/ou retirada do objeto, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

4.4. O aceite do objeto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

4.5. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.6. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo II que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E PELA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A fiscalização do presente Pregão Presencial ficará a cargo dos servidores abaixo mencionados:

Setor de Estoque da Prefeitura de Luzerna/SC e Nutricionista do Município:

Cheila Pegoraro e Tainá Tessari

Fone: (49)3551-4700

E-mails: cheila@luzerna.sc.gov.br | estoque@luzerna.sc.gov.br | tainatessari@hotmail.com

5.2. Caberá ao fiscal da contratação, verificar se os itens, objeto do presente Edital, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

6.1. Os preços não serão reajustados, salvo se:

6.1.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer somente se de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

6.1.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

6.1.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

6.1.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

6.1.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

6.1.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

6.1.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DOS PAGAMENTOS

8.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

8.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados pelo fornecedor por ocasião da habilitação.

8.2.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

☐ MUNICÍPIO DE LUZERNA - Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna, SC, CNPJ nº 01.613.428/0001-72.

8.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

8.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

8.4.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento

de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES

##### 9.1. Cabe ao MUNICÍPIO:

- 9.1.1. A definição do objeto desta Licitação;
- 9.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- 9.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;
- 9.1.4. Efetuar o pagamento do FORNECEDOR de acordo com o estipulado neste Edital;
- 9.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pelo FORNECEDOR, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- 9.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- 9.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

##### 9.2. Cabe ao FORNECEDOR:

- 9.2.1. Executar o objeto da presente Ata; do edital e de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
- 9.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 9.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 9.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 9.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLAUSULA DÉCIMA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- 10.1.1. Advertência;
- 10.1.2. Multa;
- 10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 10.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 10.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 10.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 10.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 10.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- 10.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 10.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
- 10.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 10.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- 10.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
- 10.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.
- 10.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.
- 10.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:
- 10.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância

devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

10.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS ALTERAÇÕES

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

11.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

12.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

12.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

12.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

12.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

12.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

12.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

12.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

12.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

12.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

12.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

12.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

13.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

- 03.002.04.122.0300.2302 – Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão
- 04.001.15.451.0400.2402 – Serviços Integrados de Infraestrutura
- 04.002.20.606.0401.2421 – Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente
- 05.001.10.122.0500.2504 – Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administração)
- 05.001.10.301.0500.2502 – Manutenção do bloco da Atenção Básica
- 06.001.08.244.0601.2603 – Manutenção do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- 06.001.08.244.0601.2606 – Manutenção da Assistência Social
- 06.002.08.241.0601.2610 – Administração e execução do Fundo do Idoso
- 06.003.08.243.0603.2620 - Manutenção do Conselho Tutelar



07.001.12.306.0701.2704 – Manutenção da Merenda Escolar – Creche  
07.001.12.306.0701.2705 – Manutenção da merenda escolar – Pré escola  
07.001.12.361.0701.2703 – Benefícios a pessoal e estagiários – Educação – Fundamental  
07.001.12.361.0701.2711 – Manutenção da Educação – Fundamental  
07.001.12.365.0701.2709 – Manutenção da Educação – Creche  
07.001.12.365.0701.2710 – Manutenção da Educação – Pré escola  
07.002.27.812.0704.2730 – Manutenção da Diretoria de Esportes  
07.004.13.392.0706.2750 – Administração e execução do Fundo da Cultura

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários

001 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação

002 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

111 – PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DA VIGÊNCIA

14.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 11 de outubro de 2018.

JULIANO SCHNEIDER

Secretário de Coordenação de Governo e Gestão

CONTRATANTE

CLÁUDIA INÊS TESSARO

COR & ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome: Nome:

CPF: CPF:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 142.18

Publicação Nº 1772763

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 142/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2018

Aos 11 (onze) dias do mês de outubro do ano de 2018, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, por intermédio da SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO, representada neste ato por seu Secretário, Sr. JULIANO SCHNEIDER, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

03 – ENIO DELAZERI EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Sete de Abril, 3151, parque Jardim Ouro na cidade de Ouro (SC), CEP: 89.663-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.383.088/0001-17, neste ato representada pelo Administrador ENIO DELAZERI, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 1870202 e inscrito sob o CPF nº 453.533.100-63, doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 087/2018, Pregão Presencial nº 068/2018, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços destinado à aquisição, de forma parcelada, de materiais de limpeza e gêneros alimentícios, visando o suprimento da demanda junto aos órgãos do Município de Luzerna, inclusive a manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
2	50,00	FR	Café solúvel em pó tradicional, frasco com no mínimo 200g. Deverá conter selo da ABIC	8,98	449,00
3	100,00	UN	Álcool 70% grau INPM: embalagem plástica de 1 litro, com identificação do produto, marca do fabricante, data da fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no INMETRO	4,90	490,00
4	250,00	UN	Erva mate para chimarrão, de 1ª qualidade, sem açúcar - embalagem de 1kg	6,48	1.620,00
5	50,00	CX	Luva de vinil, em vinil leitoso, ambidestra, com ou sem pó (amido) atóxico para manipulação de alimentos. Embalagem com 100 unidades. Tamanho P	12,85	642,50
8	150,00	UN	Papel higiênico 300m x 10cm, folha simples nobre luxo, 100% celulose, na cor branca, gofrado de 1ª qualidade. Qualidade do papel: sem sujidade, homogênea, suave e macio, resistente, com boa absorção, neutro, de primeira qualidade. Isento de materiais estranhos (partículas lenhosas, metálicas, fragmentos de materiais plásticos e outros)	3,44	516,00
9	100,00	UN	Água sanitária - embalagem de 1 litro: composição: hipoclorito de sódio 10% estabilizante e veículo. Princípio ativo: hipoclorito de sódio. Teor de cloro ativo 2 a 2,5%. Embalagem em material que impeça a ação de luz solar, com data de fabricação impressa na embalagem, a mesma contendo indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar, embaladas em caixas de papelão com os dados do fabricante. Validade do produto não deverá ser superior a 5 meses a partir da data de entrega.	1,99	199,00
11	80,00	UN	Creme de leite UHT, embalagem tetra pak, composição: creme de leite, leite em pó desnatado, espessantes (celulose, microscristalina, carboximetilcelulose sódica, goma guar, goma xantana e carragena) e estabilizante (citrato de sódio), não contém glúten, homogeneizado, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. Deverá apresentar validade mínima de 02 meses a partir da data de entrega. Embalagem com 200g.	2,27	181,60
12	150,00	UN	Massa com Ovos tipo Espaguete, embalagem com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Pacote com 500 gramas.	2,24	336,00

0.2. O FORNECEDOR 01, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 4.434,10 (quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e dez centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. Os materiais e os gêneros alimentícios deverão ser entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

2.1.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade, constando as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

2.1.2. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

2.2. As massas deverão ser com ovos. Não serão aceitas sêmola ou similar.

2.3. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante.

2.3.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

2.3.2. Os produtos, quando for o caso, deverão possuir inscrição junto ao Ministério da Agricultura.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DA ENTREGA

3.1. O FORNECEDOR deverá efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como nesta Ata e do Edital e seus Anexos.



3.2. O prazo de entrega do objeto licitado será de no máximo 05 (cinco) dias corridos, contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

3.3. Os materiais e/ou gêneros alimentícios deverão ser entregues ao servidor responsável pelo Setor de Estoque ou outra Unidade descrita na Autorização/Solicitação de Fornecimento, em dias úteis, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

3.4. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos gêneros alimentícios, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

#### CLÁUSULA QUARTA DO RECEBIMENTO

4.1. O recebimento do objeto seguirá o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, e será realizado da seguinte forma:

4.1.1. Provisoriamente: Assim que efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

4.1.2. Definitivamente: até 10 (dez) dias úteis da entrega, após verificação de qualidade e do atendimento às especificações do Edital, bem como a consequente aceitação.

4.1.3. No caso de considerada insatisfatória as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado termo de recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o fardamento ser recolhido e substituído.

4.2. Por ocasião do recebimento do objeto o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização de sua entrega, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de veículos e acessórios de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.3. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela substituição e/ou retirada do objeto, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

4.4. O aceite do objeto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

4.5. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.6. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo II que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA QUINTA DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E PELA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A fiscalização do presente Pregão Presencial ficará a cargo dos servidores abaixo mencionados:

Setor de Estoque da Prefeitura de Luzerna/SC e Nutricionista do Município:

Cheila Pegoraro e Tainá Tessari

Fone: (49)3551-4700

E-mails: cheila@luzerna.sc.gov.br | estoque@luzerna.sc.gov.br | tainatessari@hotmail.com

5.2. Caberá ao fiscal da contratação, verificar se os itens, objeto do presente Edital, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA SEXTA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

6.1. Os preços não serão reajustados, salvo se:

6.1.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer somente se de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

6.1.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

6.1.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

6.1.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

6.1.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

6.1.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

6.1.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA SÉTIMA DOS PAGAMENTOS

8.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

8.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados pelo fornecedor por ocasião da habilitação.

8.2.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

☐ MUNICÍPIO DE LUZERNA - Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna, SC, CNPJ nº 01.613.428/0001-72.

8.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)).

8.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

8.4.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

## CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES

9.1. Cabe ao MUNICÍPIO:

9.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

9.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

9.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

9.1.4. Efetuar o pagamento do FORNECEDOR de acordo com o estipulado neste Edital;

9.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pelo FORNECEDOR, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

9.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

9.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

9.2. Cabe ao FORNECEDOR:

9.2.1. Executar o objeto da presente Ata; do edital e de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

9.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

9.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

9.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

## CLAÚSULA DÉCIMA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obediência ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

10.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

10.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

10.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

10.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega

dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

10.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

10.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

10.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

10.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

10.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

10.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

10.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

10.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

10.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS ALTERAÇÕES

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

11.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

12.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

12.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

12.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

12.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

12.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

12.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

12.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

12.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

12.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

12.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

12.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências

da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**  
**DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

13.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

**Ação (s):**

03.002.04.122.0300.2302 – Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão  
04.001.15.451.0400.2402 – Serviços Integrados de Infraestrutura  
04.002.20.606.0401.2421 – Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
05.001.10.122.0500.2504 – Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administração)  
05.001.10.301.0500.2502 – Manutenção do bloco da Atenção Básica  
06.001.08.244.0601.2603 – Manutenção do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
06.001.08.244.0601.2606 – Manutenção da Assistência Social  
06.002.08.241.0601.2610 – Administração e execução do Fundo do Idoso  
06.003.08.243.0603.2620 - Manutenção do Conselho Tutelar  
07.001.12.306.0701.2704 – Manutenção da Merenda Escolar – Creche  
07.001.12.306.0701.2705 – Manutenção da merenda escolar – Pré escola  
07.001.12.361.0701.2703 – Benefícios a pessoal e estagiários – Educação – Fundamental  
07.001.12.361.0701.2711 – Manutenção da Educação – Fundamental  
07.001.12.365.0701.2709 – Manutenção da Educação – Creche  
07.001.12.365.0701.2710 – Manutenção da Educação – Pré escola  
07.002.27.812.0704.2730 – Manutenção da Diretoria de Esportes  
07.004.13.392.0706.2750 – Administração e execução do Fundo da Cultura

**Modalidade de Aplicação (s):**

3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

**Fonte (s):**

000 – Recursos Ordinários  
001 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação  
002 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde  
111 – PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

**DA VIGÊNCIA**

14.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**  
**DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 11 de outubro de 2018.

**JULIANO SCHNEIDER**  
Secretário de Coordenação de Governo e Gestão  
CONTRATANTE

**ENIO DELAZERI**  
**ENIO DELAZERI EIRELI**  
FORNECEDOR 1

**TESTEMUNHAS:**

1. ----- 2. -----

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**DECRETO 2651**

Publicação Nº 1772782

DECRETO Nº 2651 de 10 de outubro de 2018.

“DISPÕE SOBRE NORMAS E PROCEDIMENTOS RELATIVOS À ORGANIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE DOS BENS PERMANENTES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos adequados para o melhor controle das atividades relativas ao patrimônio móvel e imóvel da Prefeitura de Luzerna;

CONSIDERANDO a necessidade de manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis da Prefeitura de Luzerna;

CONSIDERANDO que a movimentação de bens exige rigoroso controle por parte da Administração Pública, com o fim de preservar o Patrimônio Público;

DECRETA:

Art.1º- Estabelece através deste Decreto as normas e procedimentos necessários para a organização, movimentação, responsabilidade e baixa dos bens móveis e imóveis que compõem o Patrimônio do Município de Luzerna.

Art.2º - Consideram-se bens móveis permanentes aqueles que têm durabilidade e utilização superior a 02 (dois) anos, conforme art. 5º § 2º da Lei nº 4.320/64 e Portaria STN nº 448/02.

Art.3º - Consideram-se bens de consumo aqueles que em razão da sua utilização tem durabilidade inferior a 02 (dois) anos, conforme Lei 4.320/64 e Portaria STN nº 448/02.

Art.4º- São considerados bens imóveis os terrenos e edificações com instalações permanentes.

Art.5º - O controle de gestão dos bens móveis permanentes será exercido pelo Setor de Patrimônio e Almoxarifado, competindo-lhe:

- I. Registrar as incorporações e baixas;
- II. Registrar e informar a localização;
- III. Controlar a movimentação;
- IV. Cadastrar os responsáveis pela guarda, uso e conservação e emitir os respectivos Termos de Responsabilidades;
- V. Emitir relatórios dos bens existentes em cada Secretaria e Setor;
- VI. Promover a fiscalização quando necessário;
- VII. Coordenar a realização do inventário anual, com o apoio das respectivas Secretarias e Setores.

Art.6º- Na aquisição de todo e qualquer bem permanente o Setor de Contabilidade deverá encaminhar ao Setor de Patrimônio e Almoxarifado cópia da Nota Fiscal e da respectiva Nota de Empenho para o cadastramento, controle e empacotamento dos bens adquiridos.

Art.7º- Para identificação e controle do patrimônio os bens móveis receberão plaquetas com números próprios de registro patrimonial.

§1º- A fixação das plaquetas nos bens e o controle da série numérica do registro patrimonial é de competência e responsabilidade do Setor de Patrimônio e Almoxarifado.

§2º- As plaquetas de identificação, em adesivo laminado, deverão conter a seqüência numérica e o nome do Município de Luzerna.

§3º- O número dado a um bem é único e intrasferível, não podendo ser reaproveitado, mesmo que seja baixado do acervo.

§4º- Em caso de transferência de um bem de uma Secretaria/Setor para outra(o) o bem transferido conservará o número original.

§5º- Em razão da durabilidade, fragilidade e permissibilidade alguns bens permanentes não receberão a fixação de plaquetas, sendo que a relação exemplificativa encontra-se no Anexo I desse Decreto.

Art.8º- É obrigação de todo servidor do Município de Luzerna:

- I. Zelar pela boa conservação dos bens patrimoniais que estão sob sua guarda/responsabilidade ou uso, utilizando-os de forma adequada e segundo a sua finalidade e destinação, sendo vedada a utilização de qualquer bem patrimonial do Município para fins particulares, sob pena de apuração de responsabilidades;
- II. Manter os bens móveis em local seguro e adequado;
- III. Comunicar imediatamente ao superior imediato a ocorrência de qualquer dano ou irregularidade envolvendo o Patrimônio e Almoxarifado do Município;
- IV. Apoiar o Setor de Patrimônio e Almoxarifado na elaboração do inventário anual, prestando as informações relativas aos bens existentes na sua Secretaria/Setor;
- V. Comunicar ao Setor de Patrimônio e Almoxarifado quando quaisquer dos bens móveis permanentes estiverem sem a identificação/tombamento, ou seja, sem as plaquetas de identificação.

Art.9º- No caso de danos, avarias ou quaisquer outros prejuízos aos bens móveis permanentes somente será imputada a responsabilidade ao servidor que detém a sua guarda se restar comprovado, em Sindicância ou Processo Administrativo especificamente aberto para tal finalidade, que ele agiu com negligência, imprudência e/ou imperícia no trato e cuidado do bem.

Art.10 - Para cada responsável por Secretaria/Setor será atribuída uma Carga Patrimonial que corresponde à totalidade dos bens móveis permanentes sob sua guarda, e a mesma será atribuída mediante Termo de Responsabilidade, sendo que a carga patrimonial pode ficar



sob a responsabilidade de um servidor.

Parágrafo Único - O Termo de Responsabilidade será emitido em 02 (duas) vias, permanecendo uma na Secretaria/Setor e outra no Setor de Patrimônio e Almoxarifado.

Art.11 - O titular da Secretaria/Setor, a partir da assinatura do Termo de Responsabilidade, será responsável pela regularidade e exatidão da carga patrimonial, assim como pela guarda e conservação dos bens que a integram.

Parágrafo Único - No caso de afastamento do titular da Secretaria/Setor cabe a este a designação, via controles internos próprios, de novo responsável pela Carga Patrimonial que se encontra sob sua responsabilidade. Em caso de não haver designação de responsabilidade por parte do titular este continua respondendo pela Carga Patrimonial de sua Secretaria/Setor durante seu afastamento.

Art. 12 - Quando novo titular assumir a Secretaria/Setor o mesmo deverá, no prazo de 20 (vinte) dias, realizar a conferência da Carga Patrimonial a ele atribuída e remeter ao Setor de Patrimônio e Almoxarifado o Termo de Responsabilidade devidamente assinado.

§ 1º - Não sendo encontrado qualquer um dos bens integrantes da Carga Patrimonial, deverá o novo titular comunicar o fato ao Setor de Patrimônio e Almoxarifado, que adotará medidas preliminares visando à localização do bem.

§2º- Não sendo possível a localização, o Setor de Patrimônio e Almoxarifado providenciará a emissão de novo Termo de Responsabilidade e comunicará o fato à Administração superior e ao Controle Interno, para que as responsabilidades sejam apuradas em procedimentos administrativos próprios, conforme artigo 9º deste Decreto.

Art. 13 - Qualquer transferência física de bens entre Secretarias ou Setores deve ocorrer com a autorização do Secretário da pasta e deve ser comunicada ao Setor de Patrimônio e Almoxarifado para que este faça o registro no Sistema de Controle de Bens e emita novo Termo de Responsabilidade.

Art. 14 - O Inventário é o instrumento de controle para a verificação dos bens permanentes permitindo o levantamento da quantidade, situação dos bens em uso, as necessidades de manutenção e reparos e a necessidade de uso daquele bem pela Secretaria/Setor.

Parágrafo Único - O Inventário pode ser classificado como:

I. Inicial: quando da criação da Secretaria/Setor;

II. Anual: realizado para verificação da quantidade e valor dos bens patrimoniais de cada Secretaria/Setor, compatibilizando com o inventário do ano anterior e as variações patrimoniais ocorridas durante o exercício

III. Eventual: realizado a qualquer tempo, por iniciativa da Administração Pública ou órgão fiscalizador.

IV. Quando da extinção ou transformação da Secretaria/Setor.

V. De transferência de responsabilidade: quando houver a mudança do dirigente responsável pela Secretaria/Setor.

Art. 15 - Concluído o Inventário e havendo bens não localizados, sem utilização ou em precário estado de conservação, o Setor de Patrimônio e Almoxarifado comunicará através de relatório, ao Subsecretário de Administração, Finanças e Patrimônio para as providências que entender pertinentes.

Art.16 - Os bens móveis permanentes que estiverem sem utilização na Secretaria/Setor deverão ser avaliados pelo Setor de Patrimônio e Almoxarifado.

Art. 17 - O bem submetido à triagem será classificado como:

I. Servível:

a) Ocioso-excedente - considerado aquele que, embora em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado;

b) Recuperável - considerado aquele que o custo de recuperação for inferior a 50% do valor de um bem novo de mesma finalidade e qualidade;

II. Inservível:

a) Obsoleto - considerado aquele que estiver em desuso por ser considerado antiquado para o fim a que se destina;

b) Fora do padrão - considerado aquele cujo modelo ou padrão não mais atenda às necessidades da Administração Pública;

c) Irrecuperável - considerado aquele que o custo de recuperação ou atualização tecnológica for igual ou superior a 50% do valor de bem novo de mesma finalidade.

§ 1º- Os bens considerados servíveis ficarão sob os cuidados do Setor de Patrimônio e Almoxarifado podendo ser redistribuídos conforme a necessidade.

§ 2º- Os bens considerados inservíveis poderão ser destinados à baixa patrimonial, e a avaliação dos referidos bens deverá ser realizada pela Comissão de Avaliação de Bens.

Art. 18 - A baixa de bens móveis permanentes do patrimônio do Município de Luzerna poderá ocorrer, observadas as condições e formalidades legais, em razão de:

I. Perda;

II. Furto;

III. Extravio;

IV. Doação;

V. Leilão;

VI. Permuta;

VII. Descarte;

VIII. Incineração;

IX. Ser considerado inservível.

Art. 19 - Os bens que apresentarem valor de uso ou valor econômico poderão ser doados, leiloados ou permutados, observadas as normas previstas na Lei nº 8.666/93.

Art. 20 - Os bens que não apresentarem valor de uso ou valor econômico poderão ser descartados ou incinerados, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo, obedecidas todas as formalidades legais.

Art.21 - A baixa patrimonial será registrada no Sistema de Controle Informatizado dos Bens Permanentes do Município de Luzerna.

Art.22 - Constatada a perda, o furto, o dano ou o extravio de bens móveis permanentes ao patrimônio do Município de Luzerna, o responsável pelo bem deverá comunicar o fato imediatamente ao Controle Interno, que providenciará a sindicância necessária e ao Setor de Patrimônio e Almoxarifado que, conforme o caso, irá registrar Boletim de Ocorrência.

Art.23- Caso a sindicância aponte indícios de negligência, imprudência e/ou imperícia do responsável pelo bem, será instaurado Processo Administrativo, nos termos da lei, visando ao restabelecimento, substituição ou ressarcimento referente ao bem móvel do patrimônio do Município de Luzerna.

Art.24 - Em caso de perda, furto, extravio ou dano a bem público permanente, que implicar em prejuízo de pequeno valor, poderá a apuração do fato ser realizada por intermédio de Termo Circunstanciado Administrativo -TCA, conforme disposições do Decreto Municipal nº 2506/2017.

Parágrafo Único - Considera-se pequeno valor aquele adotado pela Lei Estadual nº 14.266 de 21 de dezembro de 2007 que dispensa o ajuizamento de ação de cobrança de dívida ativa com valores inferiores a 1(um) salário mínimo.

Art. 25 - Quando o valor do bem permanente for superior ao estabelecido no Parágrafo Único do art. 24 deste Decreto, o ressarcimento pode ser via:

I. Substituição do bem, mediante entrega de outro bem de mesma característica ou valor, acompanhado da nota fiscal. Nesse caso o Setor de Patrimônio e Almoxarifado realizara o registro do bem substituído no patrimônio do Município de Luzerna.

II. Por meio de indenização, que será estabelecida conforme o tempo decorrido desde a aquisição do bem móvel, conforme critérios a seguir:

- Até 01 ano de uso: 100% do valor do bem novo;
- Entre 01 e 2 anos de uso: 90% do valor do bem novo;
- Entre 02 e 04 anos: 75% do valor do bem novo;
- Entre 04 e 06 anos: 60% do valor do bem novo;
- Entre 06 e 08 anos: 30% do valor do bem novo;
- Acima de 08 anos: 10% do valor do bem novo;

Art.26 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de outubro de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

#### ANEXO I

Relação exemplificativa de bens permanentes que em razão da durabilidade, fragilidade e permissibilidade não receberão a fixação de plaquetas:

- Adaptador Wirelles
- Aparelho de Telefone de Mesa
- Aquecedores
- Botijão de Gás
- Cafeteira Elétrica (não industrial)
- Certificado Digital
- Cestos para Lixo
- Conexão para Mesas
- Cronômetro Digital
- Escada em Alumínio
- Estojo Inox de Esterilizador
- Exaustores
- Extintores
- Fonte de Energia para Painéis
- Iluminação de Emergência
- Lanterna de Segurança
- Licença de Software
- Liquidificador (não industrial)
- Mesa Plástica
- Mouse
- Pedestal para Banners
- Pen Drive
- Persianas de Fibra/Tecido/Alumínio
- Portão de Ferro
- Pulverizador
- Quadro Branco inferior a um metro quadrado



- Quadro de aviso em alumínio, madeira ou cortiça inferior a um metro quadrado
- Suporte CPU
- Suporte para DVD
- Suporte para Canhão de Projeção com fixação no teto
- Suporte para Micro-ondas
- Suporte para Monitor
- Suporte para TV e Vídeo
- Teclado para computador
- Ventilador

## **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 087/2018 - PP 068/2018 - MATERIAIS DE LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (COMPLEMENTAR) - PML**

Publicação Nº 1772366

MUNICÍPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório 087/2018 - PML  
Pregão Presencial nº 068/2018 - PML

O Secretário de Coordenação de Governo e Gestão, Sr. JULIANO SCHNEIDER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 087/2018, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à aquisição, de forma parcelada, de materiais de limpeza e gêneros alimentícios, visando o suprimento da demanda junto aos órgãos do Município de Luzerna, inclusive a manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar, em conformidade com as especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA;

\* ENIO DELAZERI EIRELI;

\* MERCADO MUNARI LTDA.

- Valor total: R\$ 12.724,10

Luzerna (SC), 15 de outubro de 2018.

JULIANO SCHNEIDER

Secretário de Coordenação de Governo e Gestão

# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

Publicação Nº 1772880

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CPF: 061.140.589-09

PAULA CRISTINA WITT

Nota Fiscal nº. 608 R\$ 4.725,62

Valor Total: R\$ 4.725,62

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a contratada é a responsável pela prestação de serviço de consultas na especialidade clínica geral, conforme Credenciamento nº 003/2017 e Contrato de Fornecimento nº 90/2017, não podendo sofrer descontinuidade ou interrompimento por falta de pagamento. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 15 de outubro de 2018.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

ALEXANDRE SOLESINSKI

Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE DE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA

Secretária Municipal de Saúde

### DECRETO Nº 4152

Publicação Nº 1772529

DECRETO Nº 4152

DATA: 11.10.2018.

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º - Ponto Facultativo para a Secretaria de Educação e toda rede municipal de ensino no dia 15 de outubro de 2018, incluindo assim ao Decreto Nº 4090/2018 referente ao dia do professor.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 11 de outubro de 2018.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2018

Publicação Nº 1773035

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2018

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de limpeza, destinados as

Unidades de Saúde e ESFs, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 31/10/2018, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47) 3641-4060.

Mafra (SC), 11 de outubro de 2018.  
Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal

## **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2018**

Publicação Nº 1773036

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2018**

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais esportivos para campeonatos e treinamentos, destinados ao Departamento de Esportes, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 05/11/2018, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47) 3641-4060.

Mafra (SC), 11 de outubro de 2018.  
Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 05/2018**

Publicação Nº 1772648

#### **EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 05/2018**

#### **TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2018**

#### **TIPO: MENOR PREÇO**

O Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra-SC, no uso de suas atribuições legais, torna público o Edital de Licitação nº 05/2018.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO TELhado E OBRAS DE ACESSIBILIDADE NA EDIFICAÇÃO CEDIDA À CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA, SITUADA À PRAÇA DES. FLÁVIO TAVARES, Nº 12, MAFRA/SC.

Data: 31 de outubro de 2018, às 9 (nove) horas.

Local: Sede da Câmara de Vereadores de Mafra-SC, sito na Av. Coronel José Severiano Maia, nº 441, Centro, Mafra-SC.

O Edital contendo as especificações completas poderá ser retirado na sede da Câmara ou através do e-mail: [contabilidade@camaramafra.sc.gov.br](mailto:contabilidade@camaramafra.sc.gov.br)

Maiores informações pelo tel. (47) 3642.0825, das 08hs00min às 12hs00min e das 13hs30min às 17hs00min.

ADILSON SABATKE  
PRESIDENTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 667/2018

Publicação Nº 1773072

DECRETO Nº 667, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretária Municipal de Assistência Social,

Que o Abrigo Institucional é serviço essencial, principalmente para crianças em medidas de proteção,

Que está sendo preparado novo Processo Seletivo para o cargo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de outubro de 2018 a 31 de janeiro de 2019, da servidora AMANDA MICHELLE GRANDO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 093.006.899-83, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Alta Complexidade, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de outubro de 2018.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.130/2018

Publicação Nº 1772781

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 130/2018. Partes: Município de Maravilha – SC e Brubring Ind. e Comércio de Brinquedos Ltda Epp. Objeto: Aquisição e instalação de 02 parques infantis. Valor global R\$ 22.980,00. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 11/10/2018. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Bruno Tadeu Jeremias Junior pela Contratada.

### EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO N. 112/2018

Publicação Nº 1772234

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Ata de Registro de Preços

Espécie: Ata de Registro de Preços n. 112/2018. Partes: Município de Maravilha – SC e Auto Mecânica Ival Ltda Me. Objeto: Registro de Preços, do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE SOBRE A TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA, a preço fixo e passível de recomposição, visando a eventual aquisição de peças e acessórios automotivos originais ou genuínos e novos, para veículos categorizados como leves, pesados, máquinas e motocicletas do Município de Maravilha – SC. Vigência: 12 meses. Média Desconto: 15%. Data de assinatura da Ata de Registro de Preços: 11/10/2018. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Valcinei Signori pela Contratada.

**EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO N. 114/2018**

Publicação Nº 1772239

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Ata de Registro de Preços

Espécie: Ata de Registro de Preços n. 114/2018. Partes: Município de Maravilha – SC e Irmãos Pissatto & Cia Ltda. Objeto: Registro de Preços, do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE SOBRE A TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA, a preço fixo e passível de recomposição, visando a eventual aquisição de peças e acessórios automotivos originais ou genuínos e novos, para veículos categorizados como leves, pesados, máquinas e motocicletas do Município de Maravilha – SC. Vigência: 12 meses. Média Desconto: 10%. Data de assinatura da Ata de Registro de Preços: 11/10/2018. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Paulo Elizeu Pissatto pela Contratada.

**EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO N. 115/2018**

Publicação Nº 1772243

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Ata de Registro de Preços

Espécie: Ata de Registro de Preços n. 115/2018. Partes: Município de Maravilha – SC e Mecânica Cezar Ltda Me. Objeto: Registro de Preços, do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE SOBRE A TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA, a preço fixo e passível de recomposição, visando a eventual aquisição de peças e acessórios automotivos originais ou genuínos e novos, para veículos categorizados como leves, pesados, máquinas e motocicletas do Município de Maravilha – SC. Vigência: 12 meses. Média Desconto: 10,60%. Data de assinatura da Ata de Registro de Preços: 11/10/2018. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Marilei Ivone Graeff Ranzi pela Contratada.

**EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO N. 116/2018**

Publicação Nº 1772245

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Ata de Registro de Preços

Espécie: Ata de Registro de Preços n. 116/2018. Partes: Município de Maravilha – SC e Rolepeças Peças e Rolamentos Ltda. Objeto: Registro de Preços, do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE SOBRE A TABELA DE PREÇOS FIXOS DA MONTADORA, a preço fixo e passível de recomposição, visando a eventual aquisição de peças e acessórios automotivos originais ou genuínos e novos, para veículos categorizados como leves, pesados, máquinas e motocicletas do Município de Maravilha – SC. Vigência: 12 meses. Média Desconto: 15,50%. Data de assinatura da Ata de Registro de Preços: 11/10/2018. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Ivair Carlinho Zanella pela Contratada.

**EXTRATO DISPENSA JUSTIFICATIVA N.016/2018**

Publicação Nº 1772893

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 132/2018. Partes: Município de Maravilha – SC e Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - Funoesc. Objeto: organização e promoção de processo seletivo. Data de assinatura do contrato: 11/10/2010. Valor R\$74.000,00. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Vitor Carlos D'Agostini pela Contratada.

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 165/2018**

Publicação Nº 1772569

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 165/2018 – Modalidade de Tomada de Preço n. 022/2018

A Secretária de Educação e Cultura de Maravilha – SC, ROSIMERI BRUCH RODRIGUES DA SILVA, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços, a contratação de empresa especializada para execução de reforma do ginásio de esportes do Centro Educacional Monteiro Lobato no Município de Maravilha - SC, tipo menor preço global, em regime de empreitada global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 17 horas do dia 05 de novembro de 2018. A abertura e julgamento dos documentos de habilitação e, eventualmente, propostas, ocorrerá no dia 06 de novembro de 2018, com início às 14 horas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 11 de outubro de 2018. ROSIMERI BRUCH RODRIGUES DA SILVA – Secretária de Educação e Cultura.

## Massaranduba

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 63.2018 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP)

Publicação Nº 1772036

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/2018

VALIDADE: DE 11/10/2018 A 11/10/2019

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 2.051/10 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/2018 – através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os preços oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS DESTINADAS À MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), tendo sido os preços oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
UNICOPA ENERGIA S/A, neste ato representado por JULIO CESAR DO VALE COSTA	23.650.282/0001-78
DELVALLE MATERIAS ELETRICOS LTDA EPP, neste ato representado por ERMINIO DE ARAUJO	37.227.550/0001-58
REPUME REPUXAÇÃO E METALURGICA LTDA., neste ato representado por BRUNO VIANA FERREIRA SENA	52.103.033/0001-60
TRÓPICO EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS ILUMINAÇÃO IND. E COM. LTDA, neste ato representado por ELVIS GRANZA	54.447.438/0001-41
PRICILA C. COLOMBO - LUXTRON SISTEMAS, neste ato representado por MIGUEL ALBERTO HERNANDEZ VALLECILLA	30.796.328/0001-27
BETA AUTOMAÇÃO LTDA - ME, neste ato representado por JOAO ADILSON CARVALHO	21.090.573/0001-23
LATINA ILUMINAÇÃO LTDA ME, neste ato representado por JORGE LEONARDO SALACHE BROQUETAS	08.932.445/0001-11

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ata de registro de preços a AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS DESTINADAS À MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 286354 - REPUME REPUXAÇÃO E METALURGICA LTDA.						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
3	LUMINÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LED - 240 W: LUMINÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LED, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DA LUMINÁRIA DE 24000 LUMENS E POTÊNCIA ELÉTRICA MÁXIMA DE 240 W. TEMPERATURA DE COR 3900 A 7000K. PROTEÇÃO MECÂNICA IK08, PROTEÇÃO ÓTICO E ALOJAMENTO IP66, THD<=20%, GARANTIA DE 5 ANOS. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. FORNECER TAMBÉM O CONJUNTO COM CABO ADICIONAL DE 4 METROS E BASE PARA RELÉ NA LUMINÁRIA.	UNID	REPUME	200	R\$ 1.205,00	R\$ 241.000,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 241.000,00						
FORNECEDOR: 286362 - TRÓPICO EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS ILUMINAÇÃO IND. E COM. LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	LUMINÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LED - 120 W: LUMINÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LED, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DA LUMINÁRIA DE 11800 LUMENS E POTÊNCIA ELÉTRICA MÁXIMA DE 120 W. TEMPERATURA DE COR 3900 A 7000K. PROTEÇÃO MECÂNICA IK08, PROTEÇÃO ÓTICO E ALOJAMENTO IP66, THD<=20%, GARANTIA DE 5 ANOS. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. FORNECER TAMBÉM O CONJUNTO COM CABO ADICIONAL DE 4 METROS E BASE PARA RELÉ NA LUMINÁRIA.	UNID	TRÓPICO	200	R\$ 800,00	R\$ 160.000,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 160.000,00						
FORNECEDOR: 286524 - LATINA ILUMINAÇÃO LTDA ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	LUMINÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LED - 180 W: LUMINÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LED, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DA LUMINÁRIA DE 18000 LUMENS E POTÊNCIA ELÉTRICA MÁXIMA DE 180 W. TEMPERATURA DE COR 3900 A 7000K. PROTEÇÃO MECÂNICA IK08, PROTEÇÃO ÓTICO E ALOJAMENTO IP66, THD<=20%, GARANTIA DE 5 ANOS. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. FORNECER TAMBÉM O CONJUNTO COM CABO ADICIONAL DE 4 METROS E BASE PARA RELÉ NA LUMINÁRIA.	UNID	ECP	200	R\$ 934,00	R\$ 186.800,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 186.800,00						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 587.800,00						

1.2. O valor estimado para a aquisição/execução do objeto desta ata de registro de preços é de: R\$ 587.800,00 (QUINHENTOS E OITENTA E SETE MIL E OITOCENTOS REAIS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade de 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua assinatura, não podendo este prazo ser prorrogado.

2.1.1. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a adquirir o objeto da mesma exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às licitantes detentoras, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos às detentoras, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes no edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2018.

2.3. Fica ressalvada à Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total do objeto desta ata de registro de preços.

2.4. O fornecimento do objeto desta ata de registro de preços será autorizado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também responsável pela unidade financeira competente.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.1. O objeto desta ata de registro de preços deverá ser entregue/executado pelas licitantes vencedoras em até 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, conforme solicitação, após o recebimento da ordem de compra/serviço.

3.1.1. As entregas/execuções serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em quantidades estabelecidas em ordem de compra/serviço a ser fornecida.

3.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

3.3. A não entrega/execução do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

3.4. O objeto somente será considerado aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

3.5. Caso o objeto não atenda às especificações desta ata, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício às licitantes vencedoras, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-as a sanar o problema no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

3.5.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

- NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS SUBSEQUENTE;
- NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 25 (VINTE E CINCO) DO MÊS SUBSEQUENTE.



4.1.1. Para efetivação do pagamento, o objeto deverá ser devidamente aceito pelo(s) fiscal(is) desta ata de registro de preços juntamente com a documentação fiscal respectiva.

4.1.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.1.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

4.2. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de 90 (noventa) dias contados da homologação e assinatura da ata de registro de preços, desde que atendidas as prerrogativas da Lei e mediante a efetiva comprovação do aumento de por parte da licitante e aprovação da Administração Municipal, devendo ser utilizado o mesmo percentual para o reajuste.

4.2.1. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no inciso VII do art. 24 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na referida ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS LICITANTES VENCEDORAS

5.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre seu pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da referida Prefeitura em seu acompanhamento.

5.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

5.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

5.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

5.6. Manter vigente durante a validade da ata de registro de preços os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

5.7. Entregar/executar o objeto em até 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, após o recebimento da ordem de compra/serviço.

5.7.1. Prover o adequado transporte e manuseio do objeto desta licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito.

5.8. Será RECUSADO o objeto que seja imprestável, defeituoso, ou que não atenda as especificações constantes no edital e/ou que não esteja adequado para o uso.

5.8.1. Na hipótese do objeto ser recusado conforme item acima, as licitantes deverão reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata de registro de preços.

5.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura de Massaranduba (SC).

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

6.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar, no todo ou em parte, esta licitação.

6.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata de registro de preços.

6.3. Proporcionar às licitantes vencedoras as facilidades necessárias a fim de que estas possam desempenhar normalmente seu serviço.

6.4. Prestar aos funcionários das licitantes vencedoras todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

6.5. Aplicar às licitantes vencedoras as sanções regulamentares previstas nesta ata de registro de preços ou nas Leis cabíveis, quando for o caso.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante, sem justificativas aceitas pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, em sanções administrativas de advertência, multas ou suspensão temporária do direito de licitar, a critério da Administração.

7.1.1. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços:

- a) A entrega/execução do objeto com atraso;
- b) A entrega/execução do objeto alheio ao especificado;
- c) A entrega/execução do objeto em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese esta em que o recebimento poderá ser rejeitado;
- d) A entrega/execução do objeto de forma parcial à quantidade solicitada.

7.1.2. Considerar-se-á descumprimento total do contrato/ata de registro de preços:

- a) A recusa injustificada em assinar o termo contratual/ata de registro de preços ou receber a autorização de fornecimento;
- b) A não entrega/execução do objeto.

7.2. As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela licitante, nos seguintes casos:

- a) Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços, a critério da Prefeitura de Massaranduba (SC);
- b) Multa moratória de 01% (um por cento) por dia sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento, até o máximo de 20% (vinte por cento), quando a licitante, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;
- c) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento, quando a licitante, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado quando a licitante não assinar o contrato/ata de registro de preços;
- e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado quando:
  - e.1) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte;
  - e.2) Desatender às determinações da fiscalização;
  - e.3) Não obedecer às condições de entrega/execução especificadas no contrato/ata de registro de preços;
  - e.4) Não entregar/executar o objeto dando ensejo à rescisão contratual ou cancelamento da ata de registro de preços;
- f) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da licitação quando a licitante apresentar declaração falsa.

7.3. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos à licitante.

7.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela licitante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

7.5. Ressalvados os motivos de força maior, devidamente comprovados e a critério da Prefeitura de Massaranduba (SC), se as licitantes vencedoras não cumprirem com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicados as penalidades nos termos do art. 7 da Lei Federal 10.520/02 e suas alterações.

7.6. Quaisquer das sanções administrativas poderão, a juízo da Administração e havendo compatibilidade, ser aplicadas de forma concomitante.

7.7. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das sanções administrativas, os princípios do devido processo legal e ampla defesa.

7.8. A aplicação das referidas sanções administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Prefeitura de Massaranduba (SC).

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. Constituem motivo para rescisão do contrato/ata de registro de preços, conforme o caso:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do

fornecimento, nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital;

g) O desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações;

i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima Autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

m) A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações;

n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

p) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

9.1. A licitante vencedora assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento das obrigações. A Prefeitura de Massaranduba (SC) ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta ata de registro de preços, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO N° 148/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N° 148/2018 e as propostas das licitantes classificadas no certame.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

10.4. A execução da presente ata de registro de preços será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. PEDRINHO OSMAR SPEZIA bem como pelo Sr. BERNARDO ARAUJO CEZAROTTO, que exercerão rigoroso controle em relação ao presente certame, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução desta ata determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Massaranduba (SC), 11 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI

CONTRATANTE
-------------

REPUME REPUXAÇÃO E METALURGICA LTDA.
--------------------------------------

BRUNO VIANA FERREIRA SENA
---------------------------

CONTRATADA
------------

TRÓPICO EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS ILUMINAÇÃO IND. E COM. LTDA
--

ELVIS GRANZA
--------------

CONTRATADA
------------

LATINA ILUMINAÇÃO LTDA ME
---------------------------

JORGE LEONARDO SALACHE BROQUETAS
----------------------------------

CONTRATADA
------------

**DECRETO Nº 3721 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1772437

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
ASSGAB – Assessoria de Gabinete****DECRETO Nº 3721 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018**

**Dispões sobre o Zoneamento Escolar do  
Município de Massaranduba, e dá outras  
providências.**

**ARMINDO SESAR TASSI**, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e:

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer critérios de Zoneamento Escolar e Itinerário para o Transporte Escolar, **DECRETA**:

**Art. 1º** Fica criado o Zoneamento Escolar no Município de Massaranduba, em consonância com o artigo 7º § 1º da Lei Municipal nº 1499/2013.

**Art. 2º** O Zoneamento Escolar do Município é composto pelas unidades escolares e seus respectivos bairros de abrangência, pormenorizados no Anexo I deste decreto.

**Art. 3º** O Zoneamento Escolar do Município de Massaranduba tem por objetivos:

I – Garantir o acesso e a permanência dos alunos de Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas mais próximas da Residência do aluno;

II – Organizar o Transporte Escolar;

III – Oferecer maior segurança no transporte escolar, evitando ônibus superlotados;

IV – Possibilitar planejamento.

V – Melhorar o aproveitamento do Espaço Físico Escolar

**Art. 4º** O cadastro dos alunos será efetuado pelas unidades escolares na matrícula e rematrícula, atendendo ao critério disposto no caput do artigo 7º da Lei Municipal nº 1499/2013.

**Art. 5º** Somente poderão ser matriculados alunos que não residem na área do zoneamento quando houver vaga, não implicando no desdobramento para formação de novas turmas.

**CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ASSGAB – Assessoria de Gabinete**

**Parágrafo único.** Na hipótese do usuário optar por matrícula em escola diversa da indicada pelo zoneamento estabelecido pela Secretaria de Educação, o usuário perderá o direito à utilização do transporte escolar.

**Art. 6º** Quando o aluno mudar de endereço deverá transferir-se para a escola pertencente à área de zoneamento da nova moradia. Caso optar em permanecer na escola até o término do ano letivo será responsável pelo transporte caso não haja abrangência.

**Art. 7º** Este Zoneamento Escolar passa a vigorar para matrículas novas a partir do ano de 2019 devendo, o usuário, no ato de matrícula apresentar o comprovante de residência ou declaração de residência com autenticidade.

**Art. 8º** Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação.

**Art. 9º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 10 de outubro de 2018.

**ARMINDO SESAR TASSI**  
**Prefeito Municipal**

Publicado no expediente da data supra,

**VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI**  
**Gerente de Gabinete**

**CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ASSGAB – Assessoria de Gabinete**

**ANEXO I**

GRAU DE ESCOLARIDADE	ESCOLA	REGIÃO	ABRANGÊNCIA
ENSINO MÉDIO	Escola de Educação Básica General Rondon	CAMPINHA	Saída da divisa de Guaramirim, passando por Ribeirão Wilde, Ribeirão Gustavo, Benjami Constant, Braço do Norte saída da EEF. PE. Bruno Linden, Braço Campinas, Campinha Central.
		REGIÃO ALTA	<p><b>a)</b> Il Braço e Sete de Janeiro;</p> <p><b>b)</b> Massaranduba Baixo e Guarani-Mirim;</p> <p><b>c)</b> Treze de Maio, Rodovia Guilherme Jensen da divisa de Blumenau à divisa de Guaramirim, Fundos Botuca, Fundo Sueco, Patrimônio I e II, Rua 11 de Novembro poderão embarcar até a Cooperativa e Igreja 58</p>
	Escola de Educação Básica Maria Konder Bornhausen	REGIÃO BAIXA	Rio Bonito, Alto Braço Direito, Braço Direito, Braço Seco, Baixo I Braço, I Braço, Alto I Braço, Alto Guarani-Açú, Tifa Roweder e Alto Guarani-Mirim a partir do Lixão.
ENSINO FUNDAMENTAL – PRÉ-ESCOLAR	Escola Municipal de Ensino Fundamental Ministro Pedro Aleixo e Pré- Escolar Gotinha Sapecá	CENTRO	<p><b>a) 1° ao 5° ano e pré-escolar:</b> Os alunos das localidades de Massaranduba Baixo, Guarani-Mirim desde a entrada do Laffin até Denis Sadzinski, Fundos Botuca, Rodovia Guilherme Jensen da divisa de Guaramirim até a Rua Otto Bauer, Rua 11 de Novembro até a Cooperativa.</p> <p><b>b) 6° ao 9° ano:</b> os alunos das localidades de Massaranduba Baixo até o Bar do Guesser, Tifa Roweder, Guarani-Mirim, Guarani-Mirim Fundos, II Braço, Sete de Janeiro, Fundos Botuca, Rodovia Guilherme Jensen da divisa de Guaramirim até a Rua Otto Bauer, Rua 11 de Novembro até a Cooperativa.</p>
	Escola de Educação Básica General Rondon		<p><b>a) 1° ao 5° ano:</b> os alunos das localidades de Campinha Central até o Bar do Moser, Fundo Sueco, Rodovia Guilherme Jensen divisa de Blumenau até a entrada da Rua Otto Bauer, Treze de Maio Baixo, Rua 11 de Novembro até a Cooperativa.</p> <p><b>b) 6° ao 9° ano:</b> os alunos das localidades de Patrimônio I e II, Campinha Central até o Bar Moser, Fundo Sueco, Rodovia Guilherme Jensen divisa de Blumenau até a entrada da Rua Otto Bauer, Treze de Maio e Rua 11 de Novembro até a Cooperativa.</p>
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Alto Luis Alves	REGIÃO ALTA	1° ao 5° ano: Os alunos das localidades de Braço Direito, desde a entrada do Sete de Janeiro, Braço Costa e Braço Seco.
	Pré-Escolar Pingo de Gente		Alunos das localidades de Rio Bonito, Alto Braço Direito, Braço Direito, Braço Costa e Braço Seco.

**CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600

E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ASSGAB – Assessoria de Gabinete**

ENSINO FUNDAMENTAL – PRÉ-ESCOLAR	Escola de Educação Básica Maria Konder Bornhausen	REGIÃO ALTA	a) <b>1° ao 5° ano:</b> Os alunos das localidades de Baixo I Braço, I Braço, Alto I Braço e Alto Guarani-Açú desde a Tifa Roweder;
	Pré-Escolar Caminho Feliz		b) <b>6° ao 9° ano:</b> Os alunos das localidades de Rio Bonito, Alto Braço Direito, Braço Direito e Braço Seco, Baixo I Braço, Alto I Braço e Alto Guarani-Açú desde a Tifa Roweder.
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Machado Kreutzfeld e Pré-Escolar Cantinho da Amizade	REGIÃO BAIXA	Os alunos das localidades de I Braço, Baixo I Braço e Alto Guarani-Açú desde a Tifa Roweder no Alto Guarani-Mirim.
	Pré-Escolar Recanto Alegre		Os alunos da localidade de Ribeirão da Lagoa.
	Escola de Educação Básica Felipe Manke		Os alunos das localidades de Guarani-Açú, Putanga, Linha Telegráfica, Tifa Hafemann, Massarandubinha e Alto Massarandubinha.
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Araci Duarte e Pré-Escolar Bondinho Feliz	GUARANI-MIRIM	a) <b>1° ao 5° ano:</b> Os alunos da localidade de Massarandubinha, Tifa Hafemann, Alto Freimann, Estrada Itapocu, Linha Telegráfica;
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Nicolau Jensen e Pré-Escolar Balão Mágico		b) <b>5° ano ao Ensino Médio:</b> Os alunos das localidades de Guarani-Açú, Putanga até o Bar do Guesser Estrada Itapocu, Ribeirão da Lagoa, Linha Telegráfica, Tifa Hafemann, Alto Freimann, Massarandubinha e Alto Massarandubinha.
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Bruno Linden	PATRIMÔNIO	Os alunos das localidades de Guarani-Mirim Fundos, II Braço, Sete de Janeiro, até a Tifa Roweder e Guarani-Mirim desde Denis Sadzinski.
	Pré-Escolar Cantinho Alegre		Toda a região do Patrimônio I e II.
		CAMPINHA	a) <b>1° ao 5° ano:</b> a partir do Bar do Moser, Braço Campinas, Braço do Norte, Benjamin Constant até Sularroz, Ribeirão Gustavo e Ribeirão Wilde;
			b) <b>6° ao 9° ano:</b> a partir do Bar do Moser, Braço Campinas, Braço do Norte, Benjamin Constant, Ribeirão Humberto, Tifa Stoinski, Tifa Kremke, Ribeirão Gustavo e Ribeirão Wilde.
			A partir do Bar Moser, Braço Campinas, Braço do Norte, Benjamin Constant, Ribeirão Humberto, Tifa Stoinski, Tifa Kremke, Ribeirão Gustavo e Ribeirão Wilde.

**CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600

E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO 170.2018 PP 170.2018 (PMM)**

Publicação Nº 1772495

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 170/2018

ERRATA

INCLUI-SE AS SEGUINTE CLÁUSULAS:

10.4. Uma comissão de servidores da Administração Municipal fará análise dos produtos, verificando a qualidade dos materiais, a compatibilidade com as especificações do edital e as propostas comerciais, aprovando ou contra-indicando a aquisição dos itens cotados, através de um parecer por escrito no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis.

10.4.1. Será franqueada a presença dos licitantes vencedores e demais licitantes na sessão de realização do procedimento da avaliação de amostras, cuja data será previamente informada aos mesmos.

10.4.2. A presença dos licitantes vencedores e demais licitantes não poderá interferir de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Página 13

Massaranduba (SC), 11 de outubro de 2018.

CIRIO MARTINI  
PREGOEIRO

**Matos Costa****PREFEITURA****DECRETO 105/2018**

Publicação Nº 1772105

DECRETO N.º 105/2018 – de 04 de outubro de 2018.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 2188/2017, de 25 de outubro de 2017:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO		
UNIDADE	02.01	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO		
ATIVIDADE	2.003	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas		15.000,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit da Prefeitura Municipal de Matos Costa.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 04 de outubro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**DECRETO 108/2018**

Publicação Nº 1772272

DECRETO N.º 108/2018 – de 11 de outubro de 2018.

Autoriza a transferência de lotação de veículo de propriedade do município de Matos Costa, e dá outras providências.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e:

Considerando que o veículo pode ser utilizado em outra secretaria no trabalho a serviços do município, e por estar em boas condições de uso e de segurança:

DECRETA

Art. 1º. Fica autorizada a transferência de lotação do veículo abaixo descrito para a Secretaria, conforme abaixo segue:

Secretaria de Origem: Secretaria Municipal Indústria e Comércio

Secretaria de Destino: Secretaria Municipal de Agricultura

Tipo	Marca	Placa	Combustível	Ano/modelo	Nº Patrimônio
Logan	Renault	AQF5813	Álcool/gasolina	2008/2008	3343

Art. 2º. Fica a Secretaria Municipal de Agricultura responsável em promover a troca de lotação do veículo acima descrito nos Registros Constantes do Patrimônio Municipal.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a manutenção dos veículos ora transferidos passará a correr por conta das dotações constantes no orçamento da secretaria beneficiada.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário contidas no Decreto 106/2018

Matos Costa, 11 de outubro de 2018

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## EDITAL DE ISENTOS CONCURSO 001/2018

Publicação N° 1772264

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2018

Edital N° 03/2018

Em cumprimento às determinações do Senhor RAUL RIBAS NETO – Prefeito do Município de Matos Costa – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, a Comissão Especial de Concurso nomeada pelo Decreto N° 069/2018, resolve:

### TORNAR PÚBLICO

1º - A relação nominal dos candidatos que solicitaram a isenção da taxa de inscrição no Concurso público N.º001/2018, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital de Abertura N° 01/2018.

2º - Os candidatos que tiveram suas solicitações de isenção da taxa de inscrição DEFERIDAS terão suas inscrições automaticamente homologadas.

### SOLICITAÇÕES DEFERIDAS:

INSCRICAO	CARGO	NOME	RG
681451	CONTADOR	DANILO FREIRE GAMEIRO	18659276
681444	CONTADOR	LUCAS DA SILVA FIRME	107766871
681426	PSICÓLOGO	ELIANE BALVEDI MEDEIROS	2113088

3º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, em 11 de Outubro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal de Matos Costa - SC

CLAUDINEI GELINSKI

Presidente da Comissão Organizadora de Concursos

Município de Matos Costa - SC

# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº041-2018 SAÚDE

Publicação Nº 1772289

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 041/2018

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC – CIS/AMESC

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS "BÁSICOS" E "NÃO BÁSICOS" DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CIS/AMESC, VISANDO A MANUTENÇÃO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO PARA O 2º SEMESTRE, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA.

Valor: R\$ 122.000,00

Vigência: Início: 03/10/2018 Término: 31/12/2018.

Data da assinatura: 03 de outubro de 2018.

### EXTRATO CONTRATO Nº132-2018

Publicação Nº 1772291

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 132/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: JOSÉ AMBONI PRESA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O 2º SEMESTRE DE 2018.

Valor: R\$ 6.736,50

Vigência: Início: 18/09/2018 Término: 31/12/2018

Data da assinatura: 18 de setembro de 2018.

### EXTRATO CONTRATO Nº133-2018

Publicação Nº 1772293

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 133/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: MOVESCO IND. COM. DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA

Objeto: aquisição de Mobiliários Escolares constituídos de conjunto aluno, mesa acessível e conjunto professor, em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Valor: R\$ 84.720,00

Vigência: Início: 03/10/2018 Término: 03/10/2019

Data da assinatura: 03 de outubro de 2018.

### EXTRATO ADITIVO Nº 001-2018 AO CONTRATO 003-2018 RIZZOTO

Publicação Nº 1772279

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

Aditivo 001/2018 (acréscimo de valor)

Contrato nº 003/2018

Contratante: PREFEITURA MUN. DE MELEIRO.  
Contratado: RIZZOTTO & CIA LTDA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (gasolina), PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2018.  
Data da assinatura: 03 de outubro de 2018.

**EXTRATRO ADITIVO Nº 001-2018 AO CONTRATO 127-2018 ADILSON**

Publicação Nº 1772277

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

Aditivo 001/2018 (altera a titularidade do locador)  
Contrato nº 127/2018  
Contratante: PREFEITURA MUN. DE MELEIRO.  
Contratado: ADILSON ROCHA

Objeto: Locação de uma casa mista (madeira e alvenaria) localizada na Rua 28, Loteamento Carminatti – Meleiro/SC, para abrigar família em situação de risco social, conforme estudo sócio econômico emitido pela assistente social do município e parecer jurídico anexos ao processo.  
Data da assinatura: 13 de setembro de 2018.

**EXTRATRO ADITIVO Nº 001-2018 AO CONTRATO 51-2018 TRANSPORTE MELEIRO**

Publicação Nº 1772274

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

Aditivo 001/2018 (acréscimo de valor)  
Contrato nº 051/2018  
Contratante: PREFEITURA MUN. DE MELEIRO.  
Contratado: TRANSPORTE MELEIRO LTDA ME

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ENSINO SUPERIOR, TRANSPORTE ESCOLAR PARA EVENTUAIS VIAGENS DE ESTUDO, DE CUNHO ESPORTIVO, E EVENTUAIS SUBSTITUIÇÕES DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DO EDITAL.  
Data da assinatura: 04 de outubro de 2018.

**EXTRATRO ADITIVO Nº 001-2018 AO CONTRATO 87-2018 TRANSPORTE MELEIRO**

Publicação Nº 1772275

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

Aditivo 001/2018 (acréscimo de valor)  
Contrato nº 087/2018  
Contratante: PREFEITURA MUN. DE MELEIRO.  
Contratado: TRANSPORTE MELEIRO LTDA ME

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ENSINO SUPERIOR DO MUNICIPIO, CONFORME TRAJETOS E CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DO EDITAL.  
Data da assinatura: 04 de outubro de 2018.

**EXTRATRO ADITIVO Nº 002-2018 AO CONTRATO 142-2017 H2Z**

Publicação Nº 1772283

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

Aditivo 001/2018 (Prorroga vigência)  
Contrato nº 147/2017  
Contratante: PREFEITURA MUN. DE MELEIRO.  
Contratado: H2Z COMÉRCIO E TRANSPORTE EIRELI ME

Objeto: Locação de uma casa mista localizada na Rua Nilton Natal, 524 - Bairro Jardim Itália – Meleiro/SC, para abrigar família em situação

de risco social, conforme estudo sócio econômico emitido pela assistente social do município e parecer jurídico anexos ao processo.  
Data da assinatura: 23 de março de 2018.

**EXTRATO ADITIVO Nº 004-2018 AO CONTRATO 004-2018 SERRA DIESEL**

Publicação Nº 1772285

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

Aditivo 004/2018 (acréscimo de valor)  
Contrato nº 004/2018  
Contratante: PREFEITURA MUN. DE MELEIRO.  
Contratado: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (Óleo diesel S500 e Óleo diesel S10), PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2018.  
Data da assinatura: 14 de setembro de 2018.

**EXTRATO ADITIVO Nº 005-2018 AO CONTRATO 004-2018 SERRA DIESEL**

Publicação Nº 1772288

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

Aditivo 005/2018 (acréscimo de valor)  
Contrato nº 004/2018  
Contratante: PREFEITURA MUN. DE MELEIRO.  
Contratado: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (Óleo diesel S500 e Óleo diesel S10), PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2018.  
Data da assinatura: 06 de outubro de 2018.



# Modelo

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017-2018 - 28.08.2018 - PM - ALVERINA WEILLER - TERMO ADITIVO 01 - RE-RATIFICAÇÃO

Publicação Nº 1772071

TERMO ADITIVO Nº. 001/2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2018

TERMO ADITIVO DE RE-RATIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 017/2018, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA ALVERINA WEILER 64670643991, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUINTA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa ALVERINA WEILER 64670643991, microempreendedor individual, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF, sob nº 18.865.338/0001-71, Nome de Fantasia MODELO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, com sede na Rua Presidente Vargas, 120, Sala, Centro, na Cidade de Modelo – SC, neste ato representada por sua titular, Senhora ALVERINA WEILER, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO

Fica retificado o prazo de validade do contrato nº 017/2018 de 28.08.2018, Constante da Cláusula Quinta, tendo em vista o equívoco quanto ao prazo, passando a cláusula quinta a ter a seguinte redação:

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO

A prestação de serviços inicia-se em 28 de agosto de 2018 e termina em 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas no Contrato Administrativo Nº 017/2018 de 28.08.2018.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 11 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	ALVERINA WEILER Microempreendedora Individual Contratada
--	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto:

GILNEI ROBERTO VOGEL  
OAB/SC Nº 11.283 – Assessor Jurídico

### DECRETO 232/2018

Publicação Nº 1772043

Decreto nº 232/2018 de 28/09/18

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1806/2018, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º 1806/2018, Modalidade Pregão nº 066/2018, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA PARA O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 862311/2017/MAPA/CAIXA, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
BUGIO TRATORES LTDA	190.125,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 28 de setembro de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO

Depto. de Licitações

## DECRETO 240/2018

Publicação Nº 1772652

Decreto nº 240/2018 de 11/10/18

Dispõe sobre homologação da Chamada Pública 004/2018 – Agricultura Familiar, adjudica o objeto da licitação aos proponentes vencedores e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigentes, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, na Chamada Pública 004/2018 – Agricultura Familiar, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto: aquisição de carne de frango da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, adjudicado a favor dos seguintes fornecedores:

Fornecedor	Valor Total Homologado
Iselso Spegiorin	R\$ 11.000,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 11 de outubro de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO

Chefe do Depto. De Licitações

## DECRETO 241/2018

Publicação Nº 1772654

Decreto nº 241/2018 de 11/10/18

Dispõe sobre a ratificação do julgamento proferido pela Comissão de Licitações na ATA de nº 041/2018 da Chamada Pública 002/2018 – Agricultura Familiar, adjudica o objeto da licitação aos proponentes vencedores e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigentes, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, na Chamada Pública 002/2018 – Agricultura Familiar, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, adjudicado a favor dos seguintes fornecedores:

Proponente vencedor	Valor total adjudicado
JUCIMAR ALBANI	18.750,00
RENATO ALOISIO MULLER	1.000,00
GENUINO SPEGIORIN	7.191,00
ENIO MUNDT	354.35
JOSÉ SCHMITZ	1.000,00
COOTRAF	27.047,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 27 de abril de 2018.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 11 de outubro de 2018.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO  
Chefe do Depto. De Licitações

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 217-2018 - PASSAGENS RODIVIÁRIAS FMS - REUNIDAS

Publicação Nº 1772566

Extrato de Contrato nº 217/2018  
Processo Licitatório nº 1979/2018  
Inexigibilidade nº 004/2018

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO SC, CNPJ sob nº. 11.511.812/0001-18

Contratada: REUNIDAS TURISMO S/A, CNPJ nº 04.176.082/0001-80

Valor: R\$ 4.391,64

Assinado em: 03/10/2018

Vigente até: 31/12/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA TRANSPORTE COLETIVO E REGULAR INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, PARA ATENDER PACIENTES QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO MÉDICO HOSPITALAR FORA DO MUNICÍPIO DE MODELO, NOS CENTROS ESPECIALIZADOS DE SAÚDE.

Modelo/SC, 03 de outubro de 2018.

MARCIA TEREZINHA JACOBY  
Gestora do FMS

### NOTA EXPLICATIVA PREGÃO PRESENCIAL 066/2018

Publicação Nº 1772592

NOTA EXPLICATIVA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1806/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2018

Considerando as disposições publicadas no Diário Oficial dos Municípios e no Diário Oficial do Estado, na edição do dia 10 setembro de 2018, referente ao Processo Licitatório Nº 1806/2018, Pregão Presencial Nº 066/2018, onde que por erro de digitação constou no OBJETO referência ao CONTRATO DE REPASSE Nº 062311/2017/MAPA/CAIXA sendo o correto o CONTRATO DE REPASSE Nº 862311/2017/MAPA/CAIXA.

Modelo, SC/ 11 de outubro de 2018.  
Ricardo Luis Maldaner  
Prefeito

### PORTARIA Nº 0157/2018

Publicação Nº 1772068

PORTARIA Nº 0157/2018 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.356/2018, 2.370/2018 e demais normas legais que dispõe

sobre a matéria,  
Considerando em especial a programação de férias do Departamento e o requerimento do Servidor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Fabricio Eberhardt	02.08.2016 a 01.08.2017	23.10.2018 a 01.11.2018 (10 dias) + conversão de 10 dias em abono pec.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 11 de outubro de 2018.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

# Mondaí

## PREFEITURA

### DECRETO 5144/2018

Publicação Nº 1772124

DECRETO Nº 5.144 DE 10 DE OUTUBRO 2018

HOMOLOGA O RESULTADO PRELIMINAR RELATIVO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado, para conhecimento dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital de Processo Seletivo nº 001/2018, o resultado preliminar destinado ao provimento dos cargos abaixo relacionados:

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
225	Angelica Regina Scherer	11/09/1980	5,00	2,00	1,00	8,00	1º
9	Janice Passarin Conrad	27/06/1978	5,00	2,00	0,50	7,50	2º
123	Neusa Sackmann	07/03/1977	5,00	1,50	1,00	7,50	3º
402	Simone Schafer	13/07/1987	5,00	1,00	1,00	7,00	4º
122	Vilson Adelar Viebrantz	29/05/1975	4,50	1,50	1,00	7,00	5º
149	Leonardo Christian Sturm	29/11/1995	4,50	1,00	1,50	7,00	6º
188	Salette Terezinha Gazola	04/02/1975	4,00	2,00	1,00	7,00	7º
410	Miriam E. Giehl	13/03/1989	4,00	2,00	1,00	7,00	8º
7	Marcos André Felicetti	30/03/1995	4,00	1,50	1,50	7,00	9º
10	Marilene Mitrus Dorr	24/02/1981	5,00	1,00	0,50	6,50	10º
224	Lisete Ames	26/09/1983	4,50	1,00	1,00	6,50	11º
298	Edineis Kretschmer	13/12/1984	4,50	1,00	1,00	6,50	12º
50	Marciana Santos Leal	09/03/1989	4,50	1,00	1,00	6,50	13º
390	Luiz Carlos Janowitz Junior	14/07/1991	4,50	1,00	1,00	6,50	14º
216	Elisabete Zang Deckert	19/12/1981	4,00	2,00	0,50	6,50	15º
150	Priscila Salú	05/10/1998	4,00	2,00	0,50	6,50	16º
26	Rosilei Terezinha Giovanella	17/06/1984	3,50	2,00	1,00	6,50	17º
366	Betunia Aparecida Rauber	13/05/1990	4,50	1,00	0,50	6,00	18º
411	Leila Ivete Giehl	07/06/1981	4,50	0,50	1,00	6,00	19º
350	Andreia Teixeira Da Rosa	16/04/1982	4,00	1,50	0,50	6,00	20º
24	Cristiano Edu Marquardt	24/07/1990	4,00	1,50	0,50	6,00	21º
37	Marlei Terezinha Gusi	02/06/1970	3,50	2,00	0,50	6,00	22º
170	Mareli Feistler	15/11/1975	4,00	0,50	1,00	5,50	23º
341	Andreia Dettenborn	10/02/1985	4,00	0,50	1,00	5,50	24º
217	Cleiton Elisandro Zang	22/01/1991	4,00	0,00	1,50	5,50	25º
154	Valdecir Dos Santos	14/03/1977	3,50	1,50	0,50	5,50	26º
186	Adriani Maria Ribas De Almeida	24/05/1984	3,50	0,50	1,50	5,50	27º
198	Ordilei Walacheski	20/01/1983	3,00	2,00	0,50	5,50	28º
296	Teresinha Maria Orth Nedel	02/10/1965	3,00	1,50	1,00	5,50	29º
315	Cristina Araújo	31/07/1993	3,00	1,00	1,50	5,50	30º
153	Paulo Correia Salú	12/05/1966	2,50	1,50	1,50	5,50	31º
345	Valdir Bassorichi	17/11/1970	2,50	1,50	1,50	5,50	32º
375	Tania Maria Steffen	16/12/1985	3,50	1,00	0,50	5,00	33º
115	Everton Fernando Puntel	19/02/1984	3,00	1,50	0,50	5,00	34º
384	Genuir Amaral	12/03/1965	3,00	1,00	1,00	5,00	35º

98	Edi Sievers	04/12/1968	3,00	0,50	1,00	4,50	36º
387	Jair Rower	15/02/1974	3,00	0,50	1,00	4,50	37º
27	Edina Barc	20/03/1987	2,50	1,00	1,00	4,50	38º
312	Andréia Moreira	21/06/1992	2,50	1,00	1,00	4,50	39º
101	Karina Peres	19/08/1996	2,50	0,50	1,50	4,50	40º
310	Juraci Saldanha	01/02/1984	3,00	0,50	0,50	4,00	41º
356	Ediane Kretschmer	29/03/1981	2,50	1,00	0,50	4,00	42º
288	Tiago Waldino Dettenborn	12/02/1999	2,50	1,00	0,50	4,00	43º
30	Nilve Hedi Loesch	13/04/1958	1,50	1,00	1,00	3,50	44º
245	Cristiane Sabrina Wilhelms Vieira	26/02/1979	2,00	1,00	0,50	3,50	45º
303	Deoclides Bassorichi	15/11/1982	1,50	1,50	0,50	3,50	46º
171	Velci Do Nascimento	09/04/1971	0,00	0,00	0,00	0,00	Desc.
177	Ireno Francisco Nunes	22/09/1963	0,00	0,00	0,00	0,00	Desc.
365	Loraci Flesch	18/12/1973	0,00	0,00	0,00	0,00	Desc.
388	Anaete Tomazi Muller	Faltante					Desc.
106	Jair Dos Santos	Faltante					Desc.
273	Mariza Pereira	Faltante					Desc.
103	Vilma Postero Da Costa Thomas	Faltante					Desc.
113	Adilson Mees	Faltante					Desc.
359	Carlise Flach Schons	Faltante					Desc.
161	Cibeli Lima Da Rosa	Faltante					Desc.
238	Tiago Andreus Britzke	Faltante					Desc.
144	Maicon Luis Maldaner	Faltante					Desc.
367	Frida Martha Simm	Faltante					Desc.
395	Jussara Weber	Faltante					Desc.
102	Eliel Revelant	Faltante					Desc.

## INSTRUTOR DE DANÇA GERMÂNICA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
364	Ilaine Reichert	28/03/1990	3,00	2,50	0,50	6,00	1º

## INSTRUTOR DE ESPORTES

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
63	Kéli Bender	24/02/1998	5,00	2,00	1,00	8,00	1º
329	Kaillyne Beltrame	18/06/1997	4,50	1,50	1,00	7,00	2º

## INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
399	Adriano Grileitov	31/10/1987	4,00	2,00	0,50	6,50	1º
129	William Meier	Faltante					Desc.

## INSTRUTOR DE PERCUSSÃO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
215	Ândrei Pierre Kehl Boita	11/08/1993	2,00	1,50	1,00	4,50	1º

## INSTRUTOR DE TECLADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
289	Claudinei Roberto Mayolo	30/11/1991	5,50	1,50	1,00	8,00	1º
72	Thiago Elesbão	20/06/1999	4,00	1,50	1,00	6,50	2º
302	Rodinei Blank	16/10/1977	3,00	1,50	1,00	5,50	3º

252	Mariano Gasparin	Faltante						Desc.
INSTRUTOR DE VIOLÃO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.	
28	Jaqueline Grützmann	Faltante						Desc.
MONITOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.	
231	Diana De Oliveira Pinto	18/02/1996	6,00	2,50	1,50	10,00	1º	
251	Catia Adriane Hirsch	31/01/1988	6,00	1,50	1,00	8,50	2º	
286	Salete De Souza	12/10/1978	5,50	2,00	1,00	8,50	3º	
404	Nayara Caroline Dhein	20/08/1999	5,50	2,00	1,00	8,50	4º	
229	Kaieni Isabeli Da Silva	06/09/2000	5,50	2,00	1,00	8,50	5º	
362	Alexandre Carminatti	31/01/1997	5,00	2,50	1,00	8,50	6º	
2	Edineia Salete Zanatta Hofstatter	03/06/1983	5,50	1,50	1,00	8,00	7º	
370	Danieli Trindade Da Rosa	01/01/1992	5,00	2,00	1,00	8,00	8º	
33	Diênefer Beatriz De Moura Nunes	29/03/1999	5,00	1,50	1,50	8,00	9º	
264	Juliane Ludke Cavalheiro Dos Santos	20/06/2000	4,50	2,50	1,00	8,00	10º	
197	Gadieli Abigail Mossini Gregorio	13/11/1988	6,00	1,00	0,50	7,50	11º	
373	Kauana Hager	23/09/1998	5,50	1,50	0,50	7,50	12º	
179	Gladis Glufke	20/01/1970	5,00	2,00	0,50	7,50	13º	
77	Ana Paula Monteiro	14/02/1989	5,00	2,00	0,50	7,50	14º	
272	Franciele Pavan	20/08/1994	5,00	1,50	1,00	7,50	15º	
76	Eduarda Raquel Stroher	14/09/1998	5,00	1,50	1,00	7,50	16º	
194	Luana Patricia Orso	12/12/1999	5,00	1,50	1,00	7,50	17º	
290	Eliane Sackmann Staats	02/02/1974	4,50	2,00	1,00	7,50	18º	
268	Marisa Rower	09/08/1977	4,50	1,50	1,00	7,00	19º	
318	Juliana J. Dos Santos	19/02/1989	4,50	1,50	1,00	7,00	20º	
419	Diana Blum	15/05/1983	4,00	2,00	1,00	7,00	21º	
189	Karine Fatima De Moura Thomas	23/07/1997	4,00	1,50	1,50	7,00	22º	
83	Juliana Weber	20/12/1997	3,50	2,50	1,00	7,00	23º	
114	Jaíne Reichert	02/09/1999	3,50	2,50	1,00	7,00	24º	
193	Jessica Dos Santos Cantarelli	26/08/1995	5,50	0,50	0,50	6,50	25º	
90	Eliza Ferreira Marquardt	10/12/1994	4,50	1,00	0,50	6,00	26º	
360	Jussara De Almeida	22/02/1995	4,00	2,00	0,00	6,00	27º	
253	Carla Marieli Rower	25/11/1985	4,00	1,50	0,50	6,00	28º	
43	Adrielly Andresa Boff	13/04/1998	4,00	1,50	0,50	6,00	29º	
14	Bianca Lyz Lucas Padilha	08/11/1997	3,50	2,00	0,50	6,00	30º	
5	Adriana Regina Dammann	03/05/1996	4,50	0,00	1,00	5,50	31º	
280	Enair Karina Winck	24/06/1998	4,00	1,00	0,50	5,50	32º	
369	Marcelei Muller	02/02/1997	3,50	1,50	0,50	5,50	33º	
185	Clarice Klement	01/06/1997	3,50	1,50	0,50	5,50	34º	
328	Leila De Souza	04/06/1998	3,00	2,00	0,50	5,50	35º	
162	Angélica Tonello	26/12/1998	3,00	1,50	1,00	5,50	36º	
413	Eliane Estela Novakowski	07/02/1977	2,50	2,00	1,00	5,50	37º	
409	Evanice Moreira	26/05/1986	4,00	0,50	0,50	5,00	38º	
53	Maiara Luiza Zancanaro	02/12/1999	4,00	0,50	0,50	5,00	39º	
416	Marinês Kumm	13/10/1974	3,50	1,00	0,50	5,00	40º	
57	Aurea Padilha Dos Santos	09/11/1979	3,50	0,50	0,50	4,50	41º	
339	Eliane Moreira	08/07/1984	3,00	0,50	1,00	4,50	42º	



221	Nicole Janina Marchiori Araujo	01/08/1999	2,00	1,50	1,00	4,50	43º
349	Roseli Carvalho Dos Santos	07/01/1976	1,50	1,00	1,00	3,50	44º
237	Carla Denise Luft	Faltante					Desc.
219	Leila Klement Kelling	Faltante					Desc.
368	Andressa Wulff Fritz	Faltante					Desc.
239	Jenifer Caroline Hermes	Faltante					Desc.

**PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO**

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
47	Elaine Stiegemeier Emmel	24/08/1984	2,80	1,40	1,05	1,23	6,48	1º
309	Katia Studt	11/06/1986	1,75	1,40	0,70	1,48	5,33	2º
389	Nicolle Callai Schuh	12/09/1984	1,40	1,05	1,05	1,02	4,52	3º
327	Janaína Iappe	12/05/1990	2,45	1,05	0,35	0,39	4,24	4º
81	Pryscilla Da Silva Mendes	Faltante						Desc.

**PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO**

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
243	Gilneia Dalla Costa	27/04/1976	1,40	1,75	0,70	0,81	4,66	1º
261	Enaê Turcato	20/11/1999	2,10	1,05	1,05	0,00	4,20	2º
405	Juliana Dos Santos Buss	13/06/1996	2,10	1,05	0,35	0,00	3,50	3º

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO**

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
39	Clairton Bernardo	21/06/1975	2,80	1,40	1,05	1,20	6,45	1º
376	Luís Eduardo Fritsch	03/05/1995	2,45	1,05	1,05	0,82	5,37	2º
145	Samanta Torres Pinheiro	08/11/1993	2,80	1,40	1,05	0,00	5,25	3º
117	Priscila Pedó	09/01/1993	2,45	1,75	1,05	0,00	5,25	4º
398	Charlene Paes Copini	09/07/1987	1,75	1,40	0,70	1,05	4,90	5º
140	Tainara Strege	17/06/1997	2,45	1,05	0,00	0,93	4,43	6º
174	Manueli Blatt Spzia	29/03/1991	2,10	1,40	0,70	0,00	4,20	7º
401	Gisele Dalla Costa	Faltante						Desc.

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO**

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
146	Samanta Torres Pinheiro	08/11/1993	3,15	1,75	1,05	0,00	5,95	1º

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO**

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
175	Everton José Lauschner	22/12/1989	3,15	1,40	1,05	2,00	7,60	1º
285	Daniel Gomes De Oliveira	18/05/1991	3,15	1,40	1,05	1,83	7,43	2º
147	Vanessa Gabrieli Ribeiro De Oliveira	12/04/1995	2,80	1,40	0,35	1,85	6,40	3º
192	Geovane Staudt	21/04/1989	2,80	1,40	1,05	0,71	5,96	4º
257	Keila Juliana Neitzel	17/06/1994	2,45	1,05	1,05	1,30	5,85	5º
148	Diego Ernandes Renz	18/10/1987	2,80	0,70	1,05	1,26	5,81	6º
143	Maritânia Peretti	16/01/1983	2,10	1,05	0,35	2,00	5,50	7º
361	Fernando Aschidamini	10/01/1982	1,40	1,05	0,70	2,00	5,15	8º
347	Cristian Gean Follmann	15/01/1997	2,80	1,05	0,35	0,80	5,00	9º
406	Dominique Beltrame	24/08/1992	2,80	1,40	0,70	0,00	4,90	10º
322	Daniela Alessandra Bruch	05/07/1993	2,80	1,40	0,35	0,00	4,55	11º
116	Andriéli Dalvit	11/02/1995	2,10	1,05	0,35	0,94	4,44	12º
100	Silvane Spesier	19/05/2017	2,45	0,70	0,35	0,80	4,30	13º

337	Maicon Manoel Raznievski	02/12/1992	2,80	1,05	0,35	0,00	4,20	14º
348	Anderson Radons Da Rosa	27/08/1994	2,45	1,40	0,35	0,00	4,20	15º
99	Alex Júnior Sepp	22/07/1996	3,15	0,35	0,35	0,00	3,85	16º
374	Jefferson Claudino Silva Da Cruz	14/11/1993	1,40	1,05	0,70	0,00	3,15	17º

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
87	Diogo Ariel Scheid	11/05/1992	2,80	1,05	1,05	0,47	5,37	1º
420	Claudimar Luiz Viera	02/01/1990	2,45	1,05	1,05	0,00	4,55	2º
168	Cristiano Gruetzmann Witfel	08/12/1994	2,80	0,70	0,70	0,00	4,20	3º
363	Diego Samuel Backendorf	10/12/1990	2,45	1,05	0,00	0,00	3,50	4º
343	Camila Frassão Tomazi	Faltante						Desc.
214	Viviane Veit	Faltante						Desc.

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
396	Vanderlize Helena Blank Willms	15/12/1984	2,10	1,40	0,35	2,00	5,85	1º
324	Felipe Oscar Wilhelms	05/12/1987	3,50	1,40	0,35	0,00	5,25	2º

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
25	Claudete Hofstatter	29/08/1991	3,85	1,40	1,05	2,00	8,30	1º
109	Alessandra Maria Mariani	28/08/1985	3,50	1,40	1,05	2,00	7,95	2º
31	Lilia Nardi	27/11/1979	3,15	1,75	1,05	2,00	7,95	3º
93	Tânia Berenice Schwengber Biolcki	24/06/1992	4,20	1,40	0,35	1,97	7,92	4º
203	Adriani Müller	13/12/1988	3,85	1,75	0,35	1,96	7,91	5º
80	Patrícia Maldaner	02/05/1994	3,85	1,40	0,70	1,76	7,71	6º
226	Janete Beilke	28/03/1973	3,85	1,75	1,05	1,01	7,66	7º
202	Nelsi Frumi Nichterwitz	03/12/1961	3,15	1,75	1,05	1,71	7,66	8º
354	Geovana Gomes	19/06/1983	3,85	0,70	1,05	2,00	7,60	9º
283	Eliane Marta Degenhart	01/02/1986	3,50	1,05	1,05	1,84	7,44	10º
352	Francieli Pohl Arbuseri	01/10/1985	3,85	1,40	0,35	1,80	7,40	11º
183	Sirlei Maria Bremm Tonezer	29/10/1972	3,50	1,40	0,35	2,00	7,25	12º
255	Jucilei Zottis	30/08/1987	3,50	1,40	0,35	2,00	7,25	13º
278	Patricia Dos Santos Dalla Lana	28/06/1977	3,15	1,40	0,70	1,92	7,17	14º
311	Ionara Assmann	22/09/1989	3,50	1,40	0,35	1,76	7,01	15º
56	Cleusa Kaufmann	28/09/1975	2,80	1,75	0,70	1,76	7,01	16º
75	Roserlice De Oliveira	03/07/1981	3,50	1,40	0,00	2,00	6,90	17º
155	Leila Juliane Dopke Miola	11/04/1986	3,15	1,05	0,70	2,00	6,90	18º
222	Clecí Baréa	27/11/1965	2,80	1,40	0,70	2,00	6,90	19º
59	Marinês Schneider	31/12/1969	2,80	1,05	1,05	2,00	6,90	20º
176	Suelyn Caroline Reis	11/08/1992	3,50	1,05	0,35	1,70	6,60	21º
135	Marciana Horst	23/08/1992	3,15	1,40	0,35	1,66	6,56	22º
351	Adriana Prestes Da Silva	06/06/1986	3,50	1,05	0,70	1,30	6,55	23º
74	Janice Bassorici Philippsen	07/11/1988	3,15	0,70	0,70	2,00	6,55	24º
111	Juliana Alves Kuhn	13/12/1977	2,80	1,40	0,35	2,00	6,55	25º
291	Márcia Ruscheinsky	18/02/1986	2,45	1,40	0,70	2,00	6,55	26º
240	Leane Flach Kuhn	15/12/1978	3,50	1,40	0,00	1,61	6,51	27º
67	Nádia Mara Wolf Dos Reis	06/03/1991	2,45	1,75	0,35	1,96	6,51	28º
151	Rosines Orth Carminatti	11/05/1990	3,50	1,05	0,70	1,22	6,47	29º

195	Andreia Born Dorigon	12/04/1977	2,80	1,75	0,35	1,56	6,46	30º
205	Solange Teresinha Link De Souza	04/05/1981	2,80	1,75	0,35	1,50	6,40	31º
40	Cristiane Salete Fraporti	03/01/1992	3,15	0,70	0,70	1,81	6,36	32º
400	Rosangela De Fatima Larentis	06/07/1983	3,50	1,75	1,05	0,00	6,30	33º
263	Adilso Sabino Da Silva	11/11/1985	2,80	1,05	0,70	1,74	6,29	34º
265	Thainan De Oliveira	15/03/1990	2,80	0,70	0,70	2,00	6,20	35º
41	Marilei Heiser	19/03/1987	2,45	1,05	0,70	2,00	6,20	36º
234	Carline Hirsch	13/06/1993	2,45	1,05	0,70	2,00	6,20	37º
381	Karina Zuleica Giehl	30/10/1989	3,15	1,40	0,35	1,25	6,15	38º
308	Diene Guimarrães Da Silva Puntel	30/09/1971	3,15	1,05	0,70	1,20	6,10	39º
275	Cleonice Sommer	01/09/1968	2,45	1,40	0,70	1,50	6,05	40º
3	Geovana Cristina Schafer	15/07/1994	3,15	1,05	0,70	1,06	5,96	41º
415	Cristiana Rigo	26/12/1995	3,85	1,40	0,70	0,00	5,95	42º
120	Neusa Anna Meurer Schirrmann	16/02/1979	2,45	1,40	0,35	1,75	5,95	43º
250	Roseli Blank Sturzbecher	04/10/1971	3,15	1,05	0,35	1,30	5,85	44º
199	Clair Krein	19/12/1989	2,45	0,70	0,70	2,00	5,85	45º
92	Marieli Metz	05/03/1995	3,50	1,40	0,70	0,02	5,62	46º
125	Danieli Pavinato	02/02/1994	3,85	1,05	0,70	0,00	5,60	47º
108	Lisiane Berté	05/05/1991	3,15	1,40	0,70	0,26	5,51	48º
336	Danubia Rosset	14/11/1989	1,75	1,40	0,35	2,00	5,50	49º
112	Silvana Alves De Souza	22/10/1981	3,15	1,05	0,70	0,45	5,35	50º
110	Claudia Schmitz	04/02/1993	3,85	1,05	0,35	0,00	5,25	51º
258	Sirlei Pitrovski Schirrmann	12/03/1984	2,80	1,05	0,00	1,30	5,15	52º
22	Joceli Maria Baseggio	01/06/1968	2,80	0,35	0,00	2,00	5,15	53º
169	Camila Veitz	26/09/1994	2,45	1,05	0,35	1,16	5,01	54º
358	Francieli Liziane Sari	11/06/1993	3,85	1,05	0,00	0,00	4,90	55º
391	Ilvani Redel	26/05/1977	2,45	0,70	0,35	1,00	4,50	56º
64	Monaly Zanella	27/05/1992	2,45	0,35	0,35	1,30	4,45	57º
190	Rosana Alves De Souza	03/01/1989	2,80	1,05	0,35	0,00	4,20	58º
340	Beloni De Fatima Dos Santos	26/02/1983	2,45	0,70	1,05	0,00	4,20	59º
269	Cláudia Serafini	05/05/1984	2,45	0,35	0,00	1,30	4,10	60º
48	Jessica Fernanda Ludtke	19/07/1993	1,40	1,40	1,05	0,16	4,01	61º
158	Viviane Klein Kreuzberger	06/10/1992	1,75	0,70	0,00	1,50	3,95	62º
23	Luciane Thome	07/05/1993	3,15	0,70	0,00	0,06	3,91	63º
306	Cristiane Horst Bazzo	08/10/1984	2,45	1,05	0,35	0,00	3,85	64º
71	Clair Do Nascimento	23/08/1994	2,45	1,05	0,35	0,00	3,85	65º
386	Salette Pech Joner	31/07/1974	2,10	0,70	1,05	0,00	3,85	66º
191	Francieli Bottega Schneider	19/03/1993	2,10	0,70	0,70	0,00	3,50	67º
301	Clanir Terezinha Wiechoreck Barbosa	20/05/1962	1,75	1,40	0,00	0,00	3,15	68º
342	Lucinaura De Assis	13/05/1996	1,75	0,70	0,00	0,00	2,45	69º

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
20	Michele Gebert	29/06/1999	3,50	1,75	1,05	0,00	6,30	1º
333	Neli Marcon	07/06/1973	2,45	1,05	0,70	0,83	5,03	2º
293	Rosane Teresinha Braun Dorr	12/01/1974	2,80	1,40	0,70	0,03	4,93	3º
314	Eliana Soares Da Silva	14/06/1984	1,75	0,70	1,05	0,86	4,36	4º
66	Jaqueline Henkel	23/06/1998	1,40	1,05	0,70	0,00	3,15	5º
236	Alini Muller	29/12/1989	1,05	1,40	0,35	0,00	2,80	6º
372	Roselene Böhne Henz	23/05/1974	1,05	1,05	0,35	0,00	2,45	7º

165	Maiara Carraro	09/07/1993	0,70	1,40	0,35	0,00	2,45	8º
299	Zenaide Kunz	20/11/1997	0,70	0,35	0,35	0,63	2,03	9º
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
204	Adriani Müller	13/12/1988	4,20	1,75	0,35	1,96	8,26	1º
79	Patrícia Maldaner	02/05/1994	4,20	1,40	0,70	1,76	8,06	2º
60	Marinês Schneider	31/12/1969	3,85	1,05	1,05	2,00	7,95	3º
284	Eliane Marta Degenhart	01/02/1986	3,85	1,05	1,05	1,84	7,79	4º
42	Marilei Heiser	19/03/1987	3,85	1,05	0,70	2,00	7,60	5º
266	Thainan De Oliveira	15/03/1990	3,85	1,05	0,70	2,00	7,60	6º
355	Geovana Gomes	19/06/1983	3,50	1,05	1,05	2,00	7,60	7º
94	Tânia Berenice Schwengber Biolcki	24/06/1992	3,85	1,40	0,35	1,97	7,57	8º
164	Marceli Salete Schu	15/09/1992	3,15	1,75	1,05	1,50	7,45	9º
201	Nelsi Frumi Nichterwitz	03/12/1961	3,15	1,75	0,70	1,71	7,31	10º
227	Janete Beilke	28/03/1973	3,15	1,75	1,05	1,01	6,96	11º
254	Jucilei Zottis	30/08/1987	3,50	1,05	0,35	2,00	6,90	12º
182	Sandra Eliane Da Silva Spielmann	05/06/1978	2,80	1,75	0,35	2,00	6,90	13º
292	Márcia Ruscheinsky	18/02/1986	2,80	1,40	0,70	2,00	6,90	14º
70	Nádia Mara Wolf Dos Reis	06/03/1991	3,15	1,05	0,70	1,96	6,86	15º
152	Rosines Orth Carminatti	11/05/1990	3,50	1,05	1,05	1,22	6,82	16º
196	Andreia Born Dorigon	12/04/1977	3,15	1,75	0,35	1,56	6,81	17º
233	Lisiane Berté	05/05/1991	4,20	1,40	0,70	0,26	6,56	18º
213	Rosane Roewer Becker	17/02/1974	3,85	0,35	0,35	2,00	6,55	19º
379	Roserlice De Oliveira	03/07/1981	3,15	1,40	0,00	2,00	6,55	20º
212	Juliane Lutz De Lima	13/03/1983	3,15	1,40	0,00	2,00	6,55	21º
156	Leila Juliane Dopke Miola	11/04/1986	3,15	1,05	0,35	2,00	6,55	22º
44	Cassiane Martins	01/09/1992	2,80	1,75	1,05	0,93	6,53	23º
241	Leane Flach Kuhn	15/12/1978	3,50	1,40	0,00	1,61	6,51	24º
332	Beatriz Rasch	30/09/1970	3,15	0,70	0,70	1,93	6,48	25º
207	Solange Teresinha Link De Souza	04/05/1981	2,80	1,75	0,35	1,50	6,40	26º
235	Carline Hirsch	13/06/1993	3,15	0,70	0,35	2,00	6,20	27º
267	Juliana Aparecida Chiele Demarchi	03/11/1978	2,45	1,40	0,35	2,00	6,20	28º
321	Danubia Rosset	14/11/1989	2,45	1,40	0,35	2,00	6,20	29º
371	Jemanir Fatima Benin Rower	02/10/1963	2,45	1,40	0,70	1,51	6,06	30º
353	Francieli Pohl Arbuseri	01/10/1985	2,10	1,40	0,70	1,80	6,00	31º
262	Adilso Sabino Da Silva	11/11/1985	2,45	1,05	0,70	1,74	5,94	32º
136	Marciana Horst	23/08/1992	3,50	0,70	0,00	1,66	5,86	33º
172	Marciano Alberto De Aguiar	13/06/1985	2,45	1,05	1,05	1,30	5,85	34º
200	Clair Krein	19/12/1989	2,45	0,70	0,70	2,00	5,85	35º
49	Jessica Fernanda Ludtke	19/07/1993	3,15	1,40	1,05	0,16	5,76	36º
357	Lorena Piran Pedretti	25/10/1966	2,45	1,40	0,35	1,50	5,70	37º
91	Marieli Metz	05/03/1995	3,50	1,40	0,70	0,02	5,62	38º
4	Geovana Cristina Schafer	15/07/1994	2,80	1,05	0,70	1,06	5,61	39º
295	Cleonice Vieira Corrêa	27/04/1987	2,45	1,05	0,00	1,98	5,48	40º
209	Marcos Luiz Schmeier	19/11/1970	2,45	0,35	0,70	1,76	5,26	41º
121	Neusa Anna Meurer Schirrmann	16/02/1979	1,75	1,40	0,35	1,75	5,25	42º
256	Jucelaine Fatima Minosso	29/03/1976	2,10	0,70	0,35	2,00	5,15	43º
211	Andressa Regina Selva	10/06/1994	1,75	1,05	0,70	1,65	5,15	44º
249	Roseli Blank Sturzbecher	04/10/1971	2,10	1,05	0,35	1,30	4,80	45º

397	Rosemeri Matte	25/05/1983	2,80	0,70	0,00	1,11	4,61	46º
246	Neivana Aparecida Aguilera	24/03/1988	2,10	0,35	0,35	1,76	4,56	47º
163	Simone Menegazzo	08/03/1986	1,75	0,70	1,05	1,00	4,50	48º
206	Mauri César Meurer	19/03/1988	1,75	0,70	1,05	0,71	4,21	49º
69	Clair Do Nascimento	23/08/1994	2,45	1,05	0,70	0,00	4,20	50º
259	Sirlei Pitrovski Schirrmann	12/03/1984	1,75	1,05	0,00	1,30	4,10	51º
65	Monaly Zanella	27/05/1992	2,10	0,35	0,00	1,30	3,75	52º
159	Viviane Klein Kreuzberger	06/10/1992	1,75	0,35	0,00	1,50	3,60	53º
344	Clanir Terezinha Wiechoreck Barbosa	20/05/1962	2,45	1,05	0,00	0,00	3,50	54º
55	Luciane Thome	07/05/1993	2,45	0,70	0,00	0,06	3,21	55º
414	Jane Carla Konzen	08/10/1977	2,10	0,70	0,00	0,00	2,80	56º
107	Lucinaura De Assis	13/05/1996	1,05	0,35	0,35	0,00	1,75	57º
244	Jacira Teixeira Da Rosa	Faltante						Desc.

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
21	Michele Gebert	29/06/1999	2,80	1,75	1,05	0,00	5,60	1º
313	Eliana Soares Da Silva	14/06/1984	2,45	0,70	1,05	0,86	5,06	2º
294	Rosane Teresinha Braun Dorr	12/01/1974	2,45	1,75	0,70	0,03	4,93	3º
385	Cleonice Maria Zerwes	20/03/1995	3,15	1,05	0,35	0,00	4,55	4º
187	Dionara Cavalheiro	08/05/1990	2,10	0,70	0,70	0,95	4,45	5º
335	Neli Marcon	07/06/1973	1,75	1,05	0,70	0,83	4,33	6º
300	Zenaide Kunz	20/11/1997	1,40	0,35	0,35	0,63	2,73	7º

## PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
58	Marco Aurelio Hirsch	23/08/1993	3,15	1,05	0,70	1,64	6,54	1º
138	Gilda Maria Klein Baseggio	26/03/1960	2,80	1,40	1,05	1,20	6,45	2º
323	Viviane Esther Scherer	06/04/1990	3,15	1,40	0,70	0,71	5,96	3º
95	Iliete Maria Ferrandin	14/04/1970	2,45	0,70	0,70	2,00	5,85	4º
124	Gustavo Lucas Manica	09/03/1994	3,50	0,70	1,05	0,46	5,71	5º
19	Rosane Pitrowski Wolff	09/08/1994	2,10	1,05	0,35	0,04	3,54	6º

## PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
338	Mirtes Luana Gabriel	20/06/1997	1,40	1,75	0,70	0,00	3,85	1º

## PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
248	Bruna Santos Araujo	02/09/1993	2,80	1,75	1,05	1,00	6,60	1º
247	Diacomo Antônio Cavalheiro	29/03/1988	2,45	1,05	0,70	0,82	5,02	2º
181	Leandro Da Silva Zimmermann	08/08/1971	2,80	1,40	0,70	0,00	4,90	3º
228	Gildomar Puntel	09/02/1976	1,05	0,70	0,70	1,84	4,29	4º
326	Lucas Blank Fano	18/07/1990	1,75	1,05	1,05	0,00	3,85	5º

## PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
139	Gilda Maria Klein Baseggio	26/03/1960	1,40	1,75	1,05	1,20	5,40	1º
346	Deolinda Wais	14/03/1993	1,40	1,40	1,05	0,00	3,85	2º
1	Neiva Specht Jacoby	20/05/1992	1,40	1,40	0,70	0,00	3,50	3º

<b>PROFESSOR DE INFORMÁTICA - HABILITADO</b>								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
86	Daiane Mariéli Renz	05/04/1991	2,80	1,05	1,05	1,30	6,20	1º
84	Deisi Marostica	25/03/1987	1,40	1,40	0,70	2,00	5,50	2º
377	Simone Mengel	04/03/1981	2,10	1,40	0,00	1,30	4,80	3º
180	Michele Miqueloto Hermes	13/04/1992	1,40	0,70	0,35	1,94	4,39	4º
392	Armando Arlan Joergensen	30/03/1995	2,10	1,40	0,35	0,00	3,85	5º
<b>PROFESSOR DE INGLÊS - HABILITADO</b>								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
61	Elisangela Macedo Gonzzalez Gass	07/04/1977	1,05	1,40	0,35	2,00	4,80	1º
119	Andrea Baierle	15/09/1977	0,70	1,40	0,70	2,00	4,80	2º
304	Luciane Salete Dalmolin	11/12/1981	1,05	0,70	0,35	2,00	4,10	3º
<b>PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO</b>								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
334	Mirtes Luana Gabriel	20/06/1997	2,10	1,75	0,70	0,00	4,55	1º
<b>PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO</b>								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
167	Elói Beilke	04/09/1969	3,85	1,40	0,70	2,00	7,95	1º
297	Camila Daltoé	15/03/1995	3,50	1,40	0,70	1,80	7,40	2º
378	Simone Mengel	04/03/1981	3,15	1,75	0,00	1,30	6,20	3º
281	Márcia Bruggemann Rohden	03/08/1982	2,45	1,75	0,35	1,30	5,85	4º
38	Francisco Rother	12/08/1996	2,80	1,40	1,05	0,00	5,25	5º
412	Leonardo Klement	22/02/1995	2,45	1,05	0,70	0,31	4,51	6º
142	Aristoteles Willyan Dias	Faltante						Desc.
<b>PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO</b>								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
319	Diego Leiria Da Silva	11/06/1999	2,45	1,05	0,35	0,06	3,91	1º
394	Adinei Luiz Rech	04/06/1993	2,10	0,70	0,70	0,00	3,50	2º
<b>PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO</b>								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
276	Monica Paula Bilibio	10/03/1984	2,45	1,05	0,70	2,00	6,20	1º
260	Sabrina Wilhelms	10/12/1981	1,75	1,40	1,05	2,00	6,20	2º
62	Elisangela Macedo Gonzzalez Gass	07/04/1977	2,45	1,05	0,00	2,00	5,50	3º
133	Luciane Dal Ri Borck	25/02/1976	2,10	1,40	1,05	0,00	4,55	4º
316	Andressa Maria Fraportti	17/10/1996	1,05	1,40	0,00	0,93	3,38	5º
<b>PROFESSOR DE PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO</b>								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
403	Carine Raquel Dalpiaz	23/02/1994	2,10	1,05	0,00	0,00	3,15	1º

Art. 2º - São considerados classificados todos os candidatos que não tenham zerado na prova objetiva.

Art. 3º - O cartão de resposta de cada candidato que realizou a prova está disponível na área do candidato para conferência, basta acessar com CPF e senha própria.

Art. 4º - Os candidatos terão os dias 11 e 12 de outubro de 2018 para interposição de recurso somente em face da correção dos cartões de



resposta, pelo site da AMEOSC, [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

Art. 5º - Os desempates estão de acordo com o Item 7 do Edital.

Art. 6º - Entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, 10 de Outubro de 2018.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

## DECRETO 5145/2018

Publicação Nº 1772126

DECRETO Nº 5.145 DE 10 DE OUTUBRO 2018

HOMOLOGA O RESULTADO PRELIMINAR RELATIVO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado, para conhecimento dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital de Concurso Público nº 001/2018, o resultado preliminar destinado ao provimento dos cargos abaixo relacionados:

PROFESSOR DE ARTES							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
300	Salete Konzen	18/03/1973	5,25	1,40	1,00	7,65	1º
262	Zizele Mergen Cappellari	12/12/1987	5,25	1,40	0,60	7,25	2º
188	Carla Daniele Marquardt	28/11/1996	5,25	1,20	0,80	7,25	3º
227	Janaíne Iappe	12/05/1990	5,60	1,20	0,40	7,20	4º
220	Jéssica Dondoerfer	04/01/1995	4,90	1,60	0,20	6,70	5º
25	Bruna Regina Reckziegel	15/02/1990	4,90	1,40	0,40	6,70	6º
246	Carolina Thomas	08/02/1994	4,90	1,20	0,40	6,50	7º
293	Juliana Dos Santos Buss	13/06/1996	4,90	1,00	0,60	6,50	8º
56	Douglas Moro	26/08/1991	5,25	0,60	0,20	6,05	9º
6	Elaine Stiegemeier Emmel	24/08/1984	3,50	1,60	0,80	5,90	10º
85	Madalena Pitrovsky	26/04/1989	3,85	1,20	0,60	5,65	11º
205	Ana Paula Garcia	15/05/1994	4,20	1,20	0,20	5,60	12º
274	Nicolle Callai Schuh	12/09/1984	3,15	1,60	0,60	5,35	13º
159	Ana Paula Fröhlich Dummel	10/02/1992	3,50	1,20	0,40	5,10	14º
212	Katia Studt	11/06/1986	3,15	1,00	0,20	4,35	Desc.
273	Claudia Roma	Faltante					Desc.
51	Pryscilla Da Silva Mendes	Faltante					Desc.
200	Felipe José Bozzetto	Faltante					Desc.
110	Caroline Ines Baumgratz	Faltante					Desc.
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
238	Ivanice Cecconet	05/02/1981	7,00	1,80	0,60	9,40	1º
86	Danieli Pavinato	02/02/1994	6,65	1,40	1,00	9,05	2º
137	Adriani Müller	13/12/1988	6,65	1,60	0,60	8,85	3º
146	Janete Beilke	28/03/1973	6,30	1,40	1,00	8,70	4º
145	Marciele Schaefer	23/04/1993	6,30	1,20	1,00	8,50	5º
172	Sirlei Schafer Seger	19/05/1990	6,65	1,20	0,60	8,45	6º
136	Andressa Ferronato	16/06/1993	5,60	1,80	0,80	8,20	7º
101	Fatima Luana Caneppele Guder	18/02/1991	5,95	1,60	0,60	8,15	8º



267	Karina Zuleica Giehl	30/10/1989	5,95	1,40	0,80	8,15	9º
15	Claudete Hofstatter	29/08/1991	5,95	1,40	0,80	8,15	10º
1	Josenara Tais Heck	23/07/1995	6,30	1,40	0,40	8,10	11º
202	Denize Ferrari	07/06/1980	5,60	1,60	0,80	8,00	12º
50	Patrícia Maldaner	02/05/1994	6,30	1,00	0,60	7,90	13º
71	Alessandra Maria Mariani	28/08/1985	5,60	1,40	0,80	7,80	14º
229	Beatriz Rasch	30/09/1970	5,95	1,40	0,40	7,75	15º
102	Leila Juliane Dopke Miola	11/04/1986	5,95	1,40	0,40	7,75	16º
256	Cristiana Schröder	07/04/1988	5,95	1,40	0,40	7,75	17º
284	Simara Vargas	07/02/1995	5,25	1,80	0,60	7,65	18º
153	Débora Alana Flach	25/11/1996	5,25	1,60	0,80	7,65	19º
108	Marceli Salete Schu	15/09/1992	5,60	1,20	0,80	7,60	20º
33	Fernanda Maria Finger	29/04/1988	5,95	1,00	0,60	7,55	21º
77	Gabriela Caspers	13/09/1985	6,30	0,80	0,40	7,50	22º
120	Sirlei Maria Bremm Tonezer	29/10/1972	5,25	1,40	0,80	7,45	23º
69	Lisiane Berté	05/05/1991	6,30	0,80	0,20	7,30	24º
301	Dayane Raquelli Drescher	23/09/1990	4,90	1,60	0,80	7,30	25º
203	Márcia Ruscheinsky	18/02/1986	4,90	1,40	1,00	7,30	26º
297	Cristiana Rigo	26/12/1995	5,25	1,40	0,60	7,25	27º
140	Solange Teresinha Link De Souza	04/05/1981	5,25	1,20	0,80	7,25	28º
247	Geovana Gomes	19/06/1983	5,25	1,20	0,80	7,25	29º
62	Marieli Metz	05/03/1995	5,25	1,20	0,80	7,25	30º
5	Geovana Cristina Schafer	15/07/1994	5,60	1,40	0,20	7,20	31º
148	Fernanda Paparella Viapiana	30/04/1979	4,90	1,60	0,60	7,10	32º
13	Joceli Maria Baseggio	01/06/1968	4,90	1,40	0,80	7,10	33º
44	Roserlice De Oliveira	03/07/1981	4,90	1,40	0,80	7,10	34º
249	Rosangela De Fatima Larentis	06/07/1983	4,90	1,20	1,00	7,10	35º
57	Eliane Marta Degenhart	01/02/1986	5,25	1,40	0,40	7,05	36º
232	Naiana Constante De Oliveira	29/12/1987	5,25	1,40	0,40	7,05	37º
183	Thainan De Oliveira	15/03/1990	5,25	1,40	0,40	7,05	38º
26	Cristiane Salete Fraporti	03/01/1992	5,25	1,40	0,40	7,05	39º
263	Tisiane Scheila Dumke Bortolanza	17/01/1990	5,25	1,20	0,60	7,05	40º
28	Cassiane Martins	01/09/1992	5,25	1,20	0,60	7,05	41º
27	Marilei Heiser	19/03/1987	5,60	1,00	0,40	7,00	42º
150	Carline Hirsch	13/06/1993	5,60	1,00	0,40	7,00	43º
222	Elisangela Macedo Gonzzalez Gass	07/04/1977	4,55	1,60	0,80	6,95	44º
83	Leidiana Kátia Konflanz	20/11/1986	4,55	1,60	0,80	6,95	45º
216	Fabiana Fischer	02/11/1997	4,90	1,40	0,60	6,90	46º
180	Adilso Sabino Da Silva	11/11/1985	4,90	1,20	0,80	6,90	47º
24	Vanessa Crystina Fraportti Albugieri	22/11/1991	5,25	1,40	0,20	6,85	48º
94	Idiane Fatima Iaroszeski	26/08/1997	5,25	1,20	0,40	6,85	49º
144	Rosane Roewer Becker	17/02/1974	5,25	1,00	0,60	6,85	50º
241	Sirlei Maria Antunes Schneiders	05/12/1973	4,55	1,40	0,80	6,75	51º
147	Siamara Meier	06/06/1993	4,90	1,60	0,20	6,70	52º
242	Katrini Ferraboli De Lima	28/02/1995	4,90	1,40	0,40	6,70	53º
63	Tânia Berenice Schwengber Biolcki	24/06/1992	4,90	1,00	0,80	6,70	54º
59	Loidir Vicentini	11/11/1972	5,25	1,20	0,20	6,65	55º
214	Ionara Assmann	22/09/1989	5,25	1,00	0,40	6,65	56º
210	Alessandra Kerber	27/07/1990	5,25	1,00	0,40	6,65	57º
275	Idione Luedke	27/01/1970	4,20	1,80	0,60	6,60	58º

133	Clair Krein	19/12/1989	4,55	1,60	0,40	6,55	59º
39	Marinês Schneider	31/12/1969	4,55	1,40	0,60	6,55	60º
192	Dioneide Riedel Walter	02/09/1983	4,90	1,40	0,20	6,50	61º
245	Francieli Pohl Arbuseri	01/10/1985	4,90	1,40	0,20	6,50	62º
70	Suelyn Caroline Reis	11/08/1992	4,90	1,40	0,20	6,50	63º
161	Leane Flach Kuhn	15/12/1978	4,90	1,00	0,60	6,50	64º
100	Rosines Orth Carminatti	11/05/1990	4,90	1,00	0,60	6,50	65º
265	Franciele Thomé	21/01/1998	4,55	1,40	0,40	6,35	66º
177	Sirlei Pitrovski Schirrmann	12/03/1984	4,55	1,20	0,60	6,35	67º
166	Catiana Siganski	15/11/1988	4,55	1,20	0,60	6,35	68º
42	Monaly Zanella	27/05/1992	4,55	1,20	0,60	6,35	69º
187	Roque Francisco Ribeiro	12/01/1969	4,20	1,20	0,80	6,20	70º
78	Janaina Dewes	20/10/1993	4,55	1,40	0,20	6,15	71º
14	Cleusa Kaufmann	28/09/1975	4,90	1,00	0,20	6,10	72º
285	Leila Daiane Kempfer	16/04/1987	4,90	0,80	0,40	6,10	73º
170	Jucilei Zottis	30/08/1987	4,90	0,80	0,40	6,10	74º
141	Marcos Luiz Schmeier	19/11/1970	4,90	0,60	0,60	6,10	75º
185	Vanessa Royer	31/01/1993	3,85	1,60	0,60	6,05	76º
43	Nádia Mara Wolf Dos Reis	06/03/1991	4,20	1,40	0,40	6,00	77º
89	Adriani Teresinha Do Nascimento	18/08/1976	4,20	1,20	0,60	6,00	78º
23	Simone Menegazzo	08/03/1986	4,20	1,20	0,60	6,00	79º
259	Marizane Marines Weber	27/05/1988	4,20	1,20	0,60	6,00	80º
93	Gabrielle Haag	10/11/1995	4,55	1,20	0,20	5,95	81º
163	Jacira Teixeira Da Rosa	24/06/1962	4,55	0,60	0,80	5,95	82º
143	Juliane Lutz De Lima	13/03/1983	4,90	0,80	0,20	5,90	83º
291	Vanessa Inelva Previdi	01/07/1995	4,20	1,40	0,20	5,80	84º
254	Josemeri Pohl Becker	01/02/1982	4,20	1,00	0,60	5,80	85º
260	Jucelaine Da Silva Moreira	04/12/1991	4,20	1,00	0,60	5,80	86º
168	Camila Sueli Manfe	28/09/1994	4,20	1,00	0,60	5,80	87º
184	Cláudia Serafini	05/05/1984	4,55	0,80	0,40	5,75	88º
72	Silvane De Gois Snigura	06/02/1985	4,55	0,80	0,40	5,75	89º
204	Rosane Teresinha Braun Dorr	12/01/1974	3,85	1,60	0,20	5,65	90º
113	Marciano Alberto De Aguiar	13/06/1985	3,85	1,20	0,60	5,65	91º
131	Andreia Born Dorigon	12/04/1977	4,20	1,20	0,20	5,60	92º
213	Salete De Souza	12/10/1978	4,20	1,00	0,40	5,60	93º
181	Juliana Aparecida Chiele Demarchi	03/11/1978	4,20	1,00	0,40	5,60	94º
132	Aline Cequim Marzola	22/01/1985	4,20	1,00	0,40	5,60	95º
280	Tisineia Kemberli Dumke	09/11/1994	4,20	1,00	0,40	5,60	96º
31	Jessica Fernanda Ludtke	19/07/1993	4,20	0,60	0,80	5,60	97º
76	Silvana Alves De Souza	22/10/1981	3,50	1,60	0,40	5,50	98º
236	Rosemeri Matte	25/05/1983	3,85	1,00	0,60	5,45	99º
149	Elizandra Parecida Nascimento Machado	17/09/1992	4,20	0,60	0,60	5,40	100º
105	Viviane Klein Kreuzberger	06/10/1992	4,55	0,20	0,60	5,35	101º
142	Andressa Regina Selva	10/06/1994	3,50	1,60	0,20	5,30	102º
127	Rosana Alves De Souza	03/01/1989	3,85	0,80	0,60	5,25	103º
152	Alini Muller	29/12/1989	3,85	0,80	0,60	5,25	104º
171	Jucelaine Fatima Minosso	29/03/1976	4,20	0,40	0,60	5,20	105º
96	Leandra Bedaty	04/08/1975	3,15	1,20	0,80	5,15	106º
104	Aline Martins Pereira	17/04/1978	3,15	1,20	0,80	5,15	107º
209	Cristiane Horst Bazzo	08/10/1984	3,50	1,20	0,40	5,10	108º

16	Líliã Nardi	27/11/1979	3,50	1,00	0,60	5,10	109º
87	Ivana Margarete Melz Da Silva	22/11/1988	3,85	1,00	0,20	5,05	110º
193	Monica Paula Bilibio	10/03/1984	3,85	0,80	0,40	5,05	111º
195	Luciane Fleck Dos Santos	08/04/1990	3,85	0,80	0,40	5,05	112º
179	Maiara Ferraz	09/03/1982	4,20	0,40	0,40	5,00	113º
66	Patricia Dos Santos Dalla Lana	28/06/1977	2,80	1,20	1,00	5,00	114º
244	Adriana Prestes Da Silva	06/06/1986	3,15	1,40	0,40	4,95	Desc.
158	Aliana Siganski	14/09/1993	3,15	1,40	0,40	4,95	Desc.
119	Sandra Eliane Da Silva Spielmann	05/06/1978	3,50	1,00	0,40	4,90	Desc.
164	Neivana Aparecida Aguilera	24/03/1988	3,85	0,40	0,60	4,85	Desc.
20	Marciana Horst	23/08/1992	3,85	0,60	0,40	4,85	Desc.
253	Eliane Do Prado Richetti	12/02/1973	3,15	1,20	0,40	4,75	Desc.
282	Táisa Heydt	10/04/1988	3,15	1,00	0,60	4,75	Desc.
252	Patricia Strege	04/05/1993	3,15	1,20	0,40	4,75	Desc.
173	Vânia Inês Wegner	18/12/1993	3,15	1,20	0,40	4,75	Desc.
12	Luciane Thome	07/05/1993	3,50	1,20	0,00	4,70	Desc.
218	Angelica Camargo Da Rosa Do Nascimento	16/03/1970	3,85	0,60	0,20	4,65	Desc.
235	Beloni De Fatima Dos Santos	26/02/1983	2,80	1,60	0,20	4,60	Desc.
169	Maiara Carraro	09/07/1993	3,15	1,20	0,20	4,55	Desc.
206	Sandra Soares Dalla Lana	29/07/1978	3,50	0,40	0,60	4,50	Desc.
292	Ketlin Paula Mileski	07/06/1995	2,80	1,20	0,40	4,40	Desc.
97	Leonardo Christian Sturm	29/11/1995	2,80	1,20	0,40	4,40	Desc.
167	Roseli Blank Sturzbecher	04/10/1971	2,80	0,80	0,60	4,20	Desc.
35	Franciele Patricia Herbert Scherer	21/10/1986	2,80	1,20	0,20	4,20	Desc.
3	Eduarda Stein Melz	04/08/1995	2,80	1,20	0,20	4,20	Desc.
276	Ilvani Redel	26/05/1977	3,15	0,60	0,40	4,15	Desc.
73	Juliana Alves Kuhn	13/12/1977	2,80	0,80	0,40	4,00	Desc.
250	Davi Pereira Da Silva	14/02/1978	2,80	0,80	0,40	4,00	Desc.
251	Araci Trindade Dos Santos	06/11/1955	3,15	0,00	0,60	3,75	Desc.
81	Neusa Anna Meurer Schirrmann	16/02/1979	1,75	1,40	0,60	3,75	Desc.
296	Jane Carla Konzen	08/10/1977	2,10	0,80	0,60	3,50	Desc.
103	Marlene Gruetzmann	25/02/1983	2,45	0,40	0,40	3,25	Desc.
32	Lucinaura De Assis	13/05/1996	1,40	0,60	0,20	2,20	Desc.
264	Aleandres Ana Ferrari	Faltante					Desc.
186	Edivania Alves De Amorim	Faltante					Desc.
258	Sheila Da Silva Tavares	Faltante					Desc.
255	Gisele Luzia De Oliveria Munch	Faltante					Desc.
189	Marciane Rohden Toillier	Faltante					Desc.
271	Vanderlize Schmeier	Faltante					Desc.
88	Sirlei Marafon	Faltante					Desc.
302	Marceli Aparecida Johner Schmidt	Faltante					Desc.
224	Grasiela Cristina Mattana	Faltante					Desc.
156	Fernanda Bottega	Faltante					Desc.
125	Daiane Rodrigues Sgarbi	Faltante					Desc.
248	Francieli Liziane Sari	Faltante					Desc.

## PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
288	Gilberto Spier	26/12/1963	6,65	1,20	1,00	8,85	1º
46	Jaqueline Hentges Theisen	05/11/1977	6,30	1,80	0,60	8,70	2º

36	Marco Aurelio Hirsch	23/08/1993	5,95	1,00	0,80	7,75	3º
223	Viviane Esther Scherer	06/04/1990	4,20	1,20	0,80	6,20	4º
34	Simone Iria Welter Moesch	17/09/1978	4,90	1,00	0,20	6,10	5º
90	Gilda Maria Klein Baseggio	26/03/1960	4,20	0,80	0,80	5,80	6º
82	Gustavo Lucas Manica	09/03/1994	4,55	1,00	0,20	5,75	7º
64	Iliete Maria Ferrandin	14/04/1970	3,85	1,00	0,80	5,65	8º
243	Marinês Schafer	24/04/1975	3,85	1,20	0,20	5,25	9º
11	Rosane Pitrowski Wolff	09/08/1994	3,85	1,20	0,20	5,25	10º
268	Roseli Simone Ribeiro	31/08/1976	2,45	1,00	0,80	4,25	Desc.
160	Sirlene Dalla Lana	Faltante					Desc.
68	Lucas Pomniechinski	Faltante					Desc.

## PROFESSOR DE HISTÓRIA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
272	Diogo De Mello	17/08/1988	4,55	1,60	1,00	7,15	1º
176	Jhonathan Boldori Leonardi	05/07/1996	3,85	1,20	1,00	6,05	2º
107	Bruna Santos Araujo	02/09/1993	3,85	1,40	0,60	5,85	3º
175	Thais Angela Stella	29/08/1996	3,50	1,60	0,60	5,70	4º
165	Diacomo Antônio Cavaleiro	29/03/1988	3,50	1,40	0,80	5,70	5º
99	Leandro Da Silva Zimmermann	08/08/1971	3,15	1,40	0,80	5,35	6º
155	Vilmar Klagenberg	30/12/1974	3,50	1,00	0,80	5,30	7º
261	Claudia Regina Eichelberger	19/11/1983	3,50	0,80	0,80	5,10	8º
126	Taiane Guarda Cecon	27/12/1993	2,80	1,60	0,60	5,00	9º
52	Gildomar Puntel	09/02/1976	3,15	0,80	0,80	4,75	Desc.
225	Lucas Blank Fano	18/07/1990	2,45	1,40	0,60	4,45	Desc.
286	Adriela Do Carmo Spengler	27/10/1990	2,45	0,80	0,40	3,65	Desc.
106	Leticia Solivo	15/08/1997	2,10	0,80	0,40	3,30	Desc.
2	Neiva Specht Jacoby	20/05/1992	1,75	1,00	0,40	3,15	Desc.
45	Camila Rigo	10/10/1997	1,75	1,20	0,20	3,15	Desc.
231	Soeli Dalla Lana Dovigi	18/02/1970	1,40	0,60	0,40	2,40	Desc.
211	Lilian Simone Souza Pires	Faltante					Desc.
298	Cintia Brogni Oliveira	Faltante					Desc.

## PROFESSOR DE INFORMÁTICA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
199	Thiago Terhorst Rauber	24/04/1993	5,95	2,00	0,60	8,55	1º
7	Thiago André Winter	17/08/1988	4,55	1,00	0,60	6,15	2º
54	Deisi Marostica	25/03/1987	3,50	1,40	1,00	5,90	3º
182	Roger Dos Santos Bieger	28/10/1998	3,85	1,40	0,40	5,65	4º
257	Jean Carlo Dal Berto	15/01/1994	3,15	1,00	1,00	5,15	5º
21	Jaqueline Machado	13/12/1986	2,80	1,40	0,80	5,00	6º
190	Renan Roger Röwer	20/09/1994	2,80	1,40	0,80	5,00	7º
277	Armando Arlan Joergensen	30/03/1995	3,15	1,20	0,60	4,95	Desc.
197	Elisandra Manfroi	27/01/1988	2,80	1,40	0,60	4,80	Desc.
217	Denise Raquel Zwirtes	26/10/1988	2,80	1,20	0,40	4,40	Desc.
198	Edinei Kessler Reckziegel	18/04/1996	2,45	1,40	0,40	4,25	Desc.
279	Heino Schnorrenberger	20/03/1998	2,45	1,40	0,40	4,25	Desc.
58	Daiane Mariéli Renz	05/04/1991	2,80	1,20	0,20	4,20	Desc.
111	Elói Beilke	04/09/1969	2,10	1,40	0,60	4,10	Desc.
74	William Meier	14/06/1996	2,10	1,20	0,80	4,10	Desc.

287	Simone Mengel	04/03/1981	1,40	1,60	0,80	3,80	Desc.
278	Emerson Andre Wolf	30/07/1996	2,10	1,20	0,40	3,70	Desc.
118	Michele Miqueloto Hermes	13/04/1992	2,45	0,80	0,40	3,65	Desc.
269	Volnei Arndt	28/11/1994	2,45	0,60	0,20	3,25	Desc.
237	Fernando Ricardo Allebrandt	27/05/1989	2,10	0,60	0,40	3,10	Desc.
92	Joel Buchner Moreira	10/04/1990	0,70	0,80	0,80	2,30	Desc.
10	Felipe De Andrade Alves	Faltante					Desc.
49	Robson William Pereira Da Silva	Faltante					Desc.
PROFESSOR DE INGLÊS							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
270	Patricia Amanda Queiroz Schneider	21/12/1992	3,50	1,60	0,80	5,90	1º
80	Andrea Baierle	15/09/1977	3,50	1,60	0,60	5,70	2º
135	Karine Palombit	27/05/1997	3,15	1,40	0,40	4,95	Desc.
207	Luciane Salete Dalmolin	11/12/1981	2,80	1,20	0,80	4,80	Desc.
221	Aline Sangalli	07/08/1985	3,15	1,00	0,40	4,55	Desc.
233	Mirtes Luana Gabriel	20/06/1997	2,10	1,00	0,60	3,70	Desc.
281	Diego Bonatti	Faltante					Desc.

Art. 2º - Somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 5,00 (cinco) pontos, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto em edital.

Art. 3º - O cartão de resposta de cada candidato que realizou a prova está disponível na área do candidato para conferência, basta acessar com CPF e senha própria.

Art. 4º - Os candidatos terão os dias 11 e 12 de outubro de 2018 para interposição de recurso somente em face da correção dos cartões de resposta, pelo site da AMEOSC, [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

Art. 5º - Os desempates estão de acordo com o Item 7 do Edital.

Art. 6º - Entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, 10 de Outubro de 2018.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

## EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 050/2018 - PMM

Publicação Nº 1772375

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 050/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC. EMPRESAS REGISTRADAS: ADEMIR RODRIGUES PADILHA – ME, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais); ANILDA RUTZEN FLESCHE 01847075959, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 20.780,00 (vinte mil setecentos e oitenta reais); IARA DORLI WACHTER MULLER 03263725980, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 27.950,00 (vinte e sete mil novecentos e cinquenta reais); RODRIGO CRISTIAN GAUER 02794498959, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 44.572,20 (quarenta e quatro mil quinhentos e setenta e dois reais e vinte centavos); SCHUH & FILHO LTDA, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 6.925,00 (seis mil novecentos e vinte e cinco reais); TOMAZI E TOMAZI TRANSPORTES LTDA – EPP, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 19.750,00 (dezenove mil setecentos e cinquenta reais). OBJETO: Registro de Preço para realização de limpeza de veículos e máquinas, e serviços de borracharia, incluindo consertos, balanceamento e geometria, com fornecimento do material de consumo, mão de obra, máquinas e equipamentos necessários à realização dos serviços, com execução parcelada, de acordo com as especificações e quantitativos descritos no anexo I, deste edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos. ORIGEM: Pregão Presencial nº. 070/2018. VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 10 de Outubro de 2019. Mondaí – SC, 11 de Outubro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

**EXTRATO CONTRATO Nº 002.2018 FMAS**

Publicação Nº 1772365

MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ, através do Fundo Municipal da Assistência Social de Mondaí-SC. CONTRATADO: GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA. OBJETO: Aquisição de veículo novo, zero quilômetro, utilitário leve (pick up), ano e modelo 2018 ou superior, para atendimento ao Programa IGD-M Índice de Gestão Descentralizada Municipal – Programa Bolsa Família do Município de Mondaí, de acordo com as especificações e quantitativos descritos no ANEXO I, do edital. ORIGEM: Processo Licitatório nº 011/2018 e Pregão Presencial nº 008/2018. VALOR TOTAL: R\$ 56.500,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: a partir da assinatura do contrato até 31/12/2018. Mondaí – SC, 10 de Outubro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

**EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº 073.2018 PMM**

Publicação Nº 1772846

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2018

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 073/2018. TIPO: Menor Preço por LOTE. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais elétricos, câmaras de monitoramento e serviços de autoelétrica destinados para instalação e manutenção nos veículos das diversas Secretarias e de propriedade do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, pelo período de 12 (doze) meses após a data de homologação, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 26 de Outubro de 2018. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h15min do dia 26 de Outubro de 2018. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br). MONDAI (SC), 10 de Outubro de 2018.

VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CT Nº 057/2018 - PMM**

Publicação Nº 1772902

MUNICIPIO DE MONDAÍ  
PUBLICAÇÃO DO RESUMO DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 070/2018. Edital: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº. 006/2018. Contrato: 057/2018 – Termo Aditivo nº 001/2018. Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia ou construção civil, para execução em regime de empreitada global, do tipo menor preço por item para a reforma da churrasqueira da Comunidade de Linha Tigre, com área total de 80,00m2 (oitenta metros quadrados) e para reforma da churrasqueira da Comunidade de Linha Sanga Forte, com área total de 120,00m2 (cento e vinte metros quadrados), bem como, contratação de empresa para fornecimento de materiais, do tipo menor preço por item, para ampliação do Pavilhão Comunitário da Linha Antas, conforme memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, projetos e de acordo com as demais especificações constantes no Anexo I. Finalidade: Ajustar o valor inicialmente pactuado para a aquisição de materiais e execução dos serviços adjudicados pela CONTRATADA era de R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais), passando a sofrer uma adição de 5,17%, correspondente ao valor de R\$ 3.672,07 (três mil seiscentos e setenta e dois reais e sete centavos), relativo à supressão das treliças metálicas, passando assim, a ser constituído pelo valor de R\$ 74.460,76 (setenta e quatro mil seiscentos e setenta e dois reais e sete centavos). Fundamento: § 1º II do Art. 65 da Lei 8.666 de 1993.

Fornecedor: NEON PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA – CNPJ/MF sob o nº 29.440.862/0001-17. Vigência: até 31/12/2018.

Mondaí/SC, 03 de setembro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

**PORTARIA 438-2018 - CPL**

Publicação Nº 1772961

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 0438 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Nomeia Comissão Permanente de Licitação.

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º – INSTITUIR, e acordo com o § 4º do art. 51 da Lei n. 8.666/1993, a Comissão Permanente de Licitação do Município de Mondaí/SC, com a seguinte composição:



## I – Membros efetivos:

- a) Presidente: SIDNEI RODRIGUES
- b) 1º Membro: FÁBIO JUNIOR BLANK
- c) 2º Membro: CAROLINE BORNHOLDT
- d) 3º Membro: ADRIEL DIOGO LUNKES
- e) 4º Membro: DÉCIO JOSÉ MACHRY

## II – Membros Suplentes:

- a) 1º Suplente: ZÉLIA BALKE
- b) 2º Suplente: IVALINO DE OLIVEIRA
- c) 3º Suplente: VANICE FETZNER BARBOSA
- d) 4º Suplente: ALESSANDRA CAMPOS
- e) 5º Suplente: JACKSON BORCK
- f) 6º Suplente: JULIANO RIGO
- g) 7º Suplente: RAQUEL KOLLING
- h) 8º Suplente: ERNESTO RUDI BACKENDORF

§º 1º – O presidente será substituído por um dos membros da comissão, na ordem em que figura no inciso I deste artigo, em seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares.

§º 2º – Nas ausências do 1º ou 2º membro, serão convocados suplentes, na ordem da suplência.

Art. 2º – DESIGNAR, de acordo com as disposições da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, do Decreto n. 3.555, de 08.08.2000, e Decreto n. 5.450, de 31.05.2005, os servidores abaixo para exercerem as atribuições de pregoeiro:

## I – Pregoeiros Oficiais:

- 1) SIDNEI RODRIGUES
- 2) FÁBIO JUNIOR BLANK
- 3) CAROLINE BORNHOLDT

## II – Equipe de Apoio:

- 1) SIDNEI RODRIGUES
- 2) FÁBIO JUNIOR BLANK
- 3) CAROLINE BORNHOLDT
- 4) DÉCIO JOSÉ MACHRY
- 5) ZÉLIA BALKE
- 6) ADRIEL DIOGO LUNKES
- 7) ALESSANDRA CAMPOS
- 8) VANICE FETZNER BARBOSA
- 9) JULIANO RIGO
- 10) RAQUEL KOLLING
- 11) ERNESTO RUDI BACKENDORF
- 12) JACKSON BORCK

Art. 3º – O pregoeiro que iniciar a condução do certame poderá ser substituído, em seus impedimentos legais ou eventuais, por um dos pregoeiros caput do artigo anterior.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Mondaí, 08 de outubro de 2018.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

**PROCESSO LICITATÓRIO 126/2018 - DISPENSA 023/2018**

Publicação Nº 1772955

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAÍ - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2018  
Dispensa de Licitação nº. 023/2018

O Município de Mondaí – SC, com sede administrativa à Av. Laju, 420, Centro, a partir de seu Prefeito, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 100/2017 e, com fulcro no Art. 24, Inciso IV, da Lei nº. 8.666/1993, conforme abaixo:

OBJETO: Aquisição de matérias de construção necessários a realização de reparos emergências danos provocados por intempere climática (granizo), em 01 de outubro de 2018, junto a residências e prédios públicos de propriedade do Município de Mondaí – SC.

CONTRATADOS: BOCK E MALDANER LTDA (CNPJ: 08.725.732/0001-50); VETERINARIA PIVATO LTDA (CNPJ: 02.921.175/0001-67); ADALBERTO CEREZOLI ME – AGROFERTIL (CNPJ: 07.294.517/0001-80); RODI MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA (CNPJ: 75.815.118/0001-77); COOPERATIVA A1 (CNPJ: 03.470.626/0005-83); COOPERATIVA A1 (CNPJ: 03.470.626/0007-45); BORCK, BRUCH E WEBER COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME (07.578.359/0001-90); AGROMONDAI COMERCIO LTDA – ME (CNPJ: 14.366.328/0001-30); e EVM



FABRICA DE REBOQUES LTDA – EPP (CNPJ: 75.877.571/0001-08).

VALOR: R\$ 27.580,06 (vinte e sete mil, quinhentos e oitenta reais com seis centavos) a ser pago em parcela única.

VIGÊNCIA: 31/12/2018

Mondaí – SC, 04 de outubro de 2018.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 80/2018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1772584

DECRETO Nº 80/2018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que, a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado um crédito adicional suplementar para o orçamento do município no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 07 – Secretaria Mun. de Educação Cultura e Desporto  
Unidade Orçamentária 01 – Departamento de Educação  
Projeto/Atividade 1.007 – Equipamentos e Veículos para Educação  
Elemento Despesa 57 – 4.4.90.00.00.00.01.0032  
Valor: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, fica anulado o valor da dotação abaixo discriminada:

Órgão 07 – Secretaria Mun. de Educação Cultura e Desporto  
Unidade Orçamentária 01 – Departamento de Educação  
Projeto/Atividade 2.012 – Manutenção da Merenda Escolar - Creches  
Elemento Despesa 103 – 4.4.90.00.00.00.01.0032  
Valor: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais)

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 11 de outubro de 2018.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 1121/2018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1772587

LEI MUNICIPAL Nº 1121/2018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que, a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado um crédito adicional suplementar para o orçamento do município no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 07 – Secretaria Mun. de Educação Cultura e Desporto  
Unidade Orçamentária 01 – Departamento de Educação  
Projeto/Atividade 1.007 – Equipamentos e Veículos para Educação  
Elemento Despesa 57 – 4.4.90.00.00.00.01.0032  
Valor: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, fica anulado o valor da dotação abaixo discriminada:

Órgão 07 – Secretaria Mun. de Educação Cultura e Desporto  
Unidade Orçamentária 01 – Departamento de Educação

Projeto/Atividade 2.012 – Manutenção da Merenda Escolar - Creches  
Elemento Despesa 103 – 4.4.90.00.00.00.01.0032  
Valor: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais)

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 11 de outubro de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

## **LEI MUNICIPAL Nº 1122 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1772588

LEI MUNICIPAL Nº 1122 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2018/2021, instituído pela Lei nº 1078/2017 do Município de MONTE CARLO e dá outras providências.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, coloca para apreciação e aprovação o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas nos anexos do PPA, com adequação de metas e valores para os exercícios de 2019, e estruturação de acordo com as fontes e detalhamento de recursos, conforme anexos integrantes ao Projeto de revisão do PPA.

Art. 2º Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos.

Art. 3º Foram atualizados os valores para o exercício de 2019, de maneira a adequar os programas e fontes de recursos, e manter o equilíbrio entre as receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico, de cada ente.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carlo 11 de outubro 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

## **LEI MUNICIPAL Nº 1123 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1772589

LEI MUNICIPAL Nº 1123 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SONIA SALETE VEDOVATTO - Prefeita do Município de MONTE CARLO - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2019, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - metas e prioridades da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais; e

VII - das disposições gerais.

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN, e despesas em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portarias conjuntas do STN

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Poder Executivo com Fundos centralizados e Fundos descentralizados abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);

- Fundo Municipal de Assistência Social (centralizado);

- Fundo Municipal da Infância e Adolescência (centralizado);

- Fundo Reequip. do Corpo de Bombeiros (descentralizado);

Art. 6º - mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2015 a 2017, fixada para 2018 e projetada para 2019 a 2021;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2017 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2019 a 2021;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2015 a 2017;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2019;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2015 a 2018, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e

percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS

#### ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2019 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo

o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2019, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da

receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - redução dos investimentos programados;

V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2019 a 10%(Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2019.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.  
§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2018.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2019, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexos desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:  
I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;  
II - publicar, até 30 (trinta) dias, após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;  
III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2019, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão

consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal, a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento, de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em de 02 exercícios 2017/2018

e funcionamento regular exercício de 2019, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2019, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites, estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2019, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.



Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2019, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 01 de Novembro de 2018, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2019.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a

abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2018, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.



Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativos das receitas e despesas.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

Monte Carlo 11 de outubro de 2018  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

## **PORTARIA Nº 546/2018**

Publicação Nº 1772330

PORTARIA Nº 546/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA o (a), servidor (a) EMANUELLI BRIDI, investido (a) no cargo de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO do quadro de Pessoal com Provimento COMISSÃO E CONFIANÇA, criado e aprovado pela Lei Complementar 049/2011 de 07 de outubro de 2011; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SANEAMENTO AMBIENTAL.

Art. 2º a presente exoneração encontra respaldo legal no art. 95 da Lei já supracitada; haja vista ser de livre nomeação e exoneração pelo prefeito os cargos de provimento em comissão e confiança.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 09 de Outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 09 de Outubro de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

## **PORTARIA Nº 547/2018**

Publicação Nº 1772335

PORTARIA Nº 547/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR A LOTAÇÃO PROVISORIAMENTE, do (a) servidor (a) a baixo relacionado do quadro de Pessoal efetivo, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL.

NOME	SECRETARIA	ALTERAR PARA:
GABRIELA ROSSDEUTSCHER ROMANATTO	SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SANEAMENTO AMBIENTAL.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive financeiros retroagindo na data a partir de 01 de outubro de 2018, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 09 de outubro de 2018.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

## PORTARIA Nº 548/2018

Publicação Nº 1772336

PORTARIA Nº 548/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a servidora GABRIELA ROSSDEUTSCHER ROMANATTO RG. 5615198 /SESP SC, CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SANEAMENTO AMBIENTAL, com provimento COMISSÃO E CONFIANÇA nos termos da Lei Complementar 049/2011 de 07 de Outubro de 2011, com nível salarial "DAS III" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º a presente nomeação encontra respaldo legal no art. 95, da Lei já supracitada, haja vista ser de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito os cargos de provimento em comissão e confiança, como é o caso em tela, onde o referido servidor nomeado executará atividade de Chefe De Departamento De Água e Esgoto.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos retroagindo a partir da data de 01 de outubro de 2018, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 09 de outubro de 2018.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

## PORTARIA Nº 549/2018

Publicação Nº 1772333

PORTARIA Nº 549/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER a(o) servidor (a) RUI CARLOS SACRAMENTO investido no cargo de ENFERMEIRO do quadro de Pessoal com provimento EFETIVO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CONCLUSÃO DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO, nos termos dos Arts. 22 da Lei Complementar 27/2007 com redação da Lei Complementar 51/2011 de 14 de dezembro de 2011 e do Parecer Jurídico 105/2018/PRA.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 09 de Outubro de 2018, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 09 de Outubro de 2018.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal .

Publicada a presente portaria na data supra, nesta Secretaria.

**TOMADA DE PREÇO 01/2018**

Publicação N° 1772325

**AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL**

A comissão de Licitação do Município de Monte Carlo - SC, designado pelo decreto 028/2018, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital de Tomada de Preço 01/2018/PM, com a correção de alguns vícios do Edital, e altera a data de realização do mesmo para o dia 29 de outubro de 2018 às 14 horas.

Monte Carlo, 11 de outubro de 2018.  
Paulo Ricardo Buyno  
Presidente da Comissão

# Monte Castelo

## PREFEITURA

### PREGAO PRESENCIAL 032/2018 - REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 1764684

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATORIO 058/2018

Modalidade Pregão Presencial nº 032/18

OBJETO: Eventuais aquisições sob a forma fracionada ao longo de até 12 (doze) meses de: Ventilador de parede para uso em ambiente escolar, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I, e demais anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min horas do dia 15/10/2018 às 09h00min horas do dia 26/10/2018.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09:30min do dia 26/10/2018.

TIPO: MENOR PREÇO POR ÍTEM

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br), link licitacoes.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo-SC, 15 de Outubro de 2018.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### REGISTRO DE PREÇO 007/2018

Publicação Nº 1772104

Fundo Municipal de Assistência Social de Morro da Fumaça. Pregão Presencial para Registro de Preço 007/2018. Objeto: AQUISIÇÃO DE LEITE, conforme anexo. Data: 29/10/2018 às 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. EDUARDO SARTOR – Secretário do Sistema Econômico.

### REGISTRO DE PREÇO 141/2018

Publicação Nº 1772218

Morro da Fumaça. Pregão Presencial para Registro de Preço 141/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR PARA A FROTA MUNICIPAL. CONFORME ANEXO I DO EDITAL. Data: 29/10/2018 às 10:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. EDUARDO SARTOR – Secretário do Sistema Econômico.

# Navegantes

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATUAL PMN 196/2018.

Publicação Nº 1773004

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL PMN 196/2018.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada: LEGALLE CONCURSOS E SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, com sede na cidade de Santa Maria, Estado de Santa Catarina, na Avenida Rio Branco nº 303, sala 103, Centro, CEP nº 97010-421, inscrita no CNPJ sob o nº 20.951.635/0001-81, representada pelo senhor Anderson Vinicius Branco Lutzer.

Vigência ..... : 12 meses.

Licitação ..... : CC108/2018

Valor Total: R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais).

Recursos...: Dotação: 2 3.3.90.00.00.00

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E CONCURSO PÚBLICO, COM ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS PARA PROVIMENTO DE FUNÇÕES DE NÍVEL FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC., conforme Concorrência nº 108/2018.

Navegantes, 25 de setembro de 2018.

### EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 135/2018 PMN

Publicação Nº 1772542

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2018 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 135/2018, relativa ao Pregão Presencial nº 135/2018 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E UTENSÍLIOS A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE OBRAS, NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS PRÉDIOS E VIAS PÚBLICAS A DISPOSIÇÃO DA PREFEITURA DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 135/2018 PMN.

Fornecedor: Eletrificar Comercio de Ferragens, Ferramentas e Produtos Para Manutenção Ltda – ME

CNPJ: 14.650.232/0001-08

Proprietários: Claudio Borges e Marita Borges

Valor: R\$ 32.287,70

Fornecedor: Foot Comercial Ltda

CNPJ: 11.397.879/0001-73

Proprietários: Jonathan Cesar Nazário e Telmo Nazário

Valor: R\$ 19.900,90

Fornecedor: PJ Serviços e Comercio Eireli

CNPJ: 13.060.647/0001-50,

Proprietária: Julia Cristina Meurer de Souza

Valor: R\$ 15.593,70

Vigência: 11/10/2018 a 11/10/2019

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 11 de outubro de 2018.

### PORTARIA 001/2018 SMS -NOMEIA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO ELEITORAL ENCARREGADA PELA ELEIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DO PMAQ-AB

Publicação Nº 1772653

PORTARIA N º 001 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO ELEITORAL ENCARREGADA PELA ELEIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DO PMAQ-AB.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições legais, com base na Lei Municipal nº 2.965, de 19 de janeiro de 2015 e Portaria MS nº1654, de 19 de julho de 2011,

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato, os servidores ANGELA BASTIANELLO HORVATH, GIANINI GRAZIELI FRANCISCO e JULIANO DE AMORIM BUSANA, para compor Comissão Eleitoral encarregada da eleição da Comissão Municipal do PMAQ-AB.

II Esta Portaria retroage seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE OUTUBRO DE 2018.

Alcídio Reis Pera  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

**PORTARIA 002/2018 FME PUBLICA A HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA ATLETA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE DE NAVEGANTES – SELEÇÃO 2018.**

Publicação Nº 1772369

Portaria 002/2018

Publica a homologação da lista dos beneficiários do Programa Bolsa Atleta da Fundação Municipal de Esporte de Navegantes – Seleção 2018.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esporte de Navegantes, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital do Programa Bolsa Atleta – 2018 e demais normas legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Publicar o resultado dos aprovados no processo de seleção do Programa Bolsa Atleta 2018. Abaixo segue a lista dos atletas aprovados:

Nome	Modalidade	Categoria	Pontuação	Parecer
André Felipe Pereira Kramer	Judô	Iniciação	11	Aprovado
Daniel Storino Pereira	Judô	Iniciação	9	Aprovado
Bruna Zimmermann Inocêncio	Judô	Iniciação	6	Aprovado
Diogo Gabriel Schneider	Karate	Iniciação	4	Aprovado
João Paulo Jaguszeski Mezzon	Xadrez	Iniciação	4	Aprovado
Pietro Lucaiã da Silva da Trindade	Judô	Iniciação	3	Aprovado
Henry Schacht Boos	Karate	Iniciação	3	Aprovado
Leticia Cristina Alves	Taekwondo	Iniciação	3	Aprovado
Palloma da Silva	Karate	Iniciação	2	Aprovado
Claudio Henrique da Silva Teixeira	Judô	Iniciação	1	Aprovado
Alisson João de Souza	Judô	Iniciação	1	Não contemplado
Cauã Laba da Costa Domit	Taekwondo	Iniciação	0	Reprovado
João Gabriel Santana	Judô	Iniciação	0	Reprovado
Sara Jeniffer Brum	Ginástica artística	Iniciação	0	Reprovado
Ana Laura Bublitz	Ginástica artística	Iniciação	0	Reprovado
Gabriely Dartara Ribeiro	Jiu-jitsu	Iniciação	0	Reprovado
Paulo Augusto Figleski	Judô	Iniciação	0	Reprovado
Enzo Correa Jácomo	Jiu-jitsu	Iniciação	0	Reprovado
Cindy Caren de Oliveira Müller	Ginástica artística	Iniciação	0	Reprovado
Analú de Mello Miquelin Campos	Natação	Iniciação	0	Reprovado
Rafaela dos Santos	Judô	Iniciação	0	Reprovado
Beatriz de Oliveira	Judô	Iniciação	0	Reprovado



Nome	Modalidade	Categoria	Pontuação	Parecer
Yasmin Ribeiro Teixeira	Judô	Base	14	Aprovado
Larissa Eduarda Schutel	Xadrez	Base	11	Aprovado
Maria Antonia Ricardo	Vôlei de Praia	Base	4	Aprovado
Nathália Lindsay Martins de Sá	Vôlei de Praia	Base	4	Aprovado
Eduardo Luiz Mezzon Filho	Vôlei de Praia	Base	2	Aprovado
Bruna Camilo de Araújo	Vôlei de Praia	Base	2	Aprovado
Alisson Murilo Felicio	Vôlei de Praia	Base	1	Aprovado
Carlos Henrique Castro Paulino	Vôlei de Praia	Base	1	Aprovado
Felipe Antonio Lobo	Xadrez	Base	1	Aprovado
Giovana Roge de Souza Santos	Vôlei de Praia	Base	1	Aprovado
Davi de Oliveira	Taekwondo	Base	0	Reprovado
Romario Couto dos Santos	Basquete	Base	0	Reprovado

Nome	Modalidade	Categoria	Pontuação	Parecer
Ane Caroline Costa	Xadrez	Rendimento I	15	Aprovado
Bianca Barros Pan Lopez	Xadrez	Rendimento I	11	Aprovado
Jonathan Schwingel de Souza	Taekwondo	Rendimento I	6	Aprovado
Thainara Camilo de Araújo	Vôlei de Praia	Rendimento I	5	Aprovado
Leonardo da Silva Moura	Atletismo	Rendimento I	4	Aprovado
Jaci Soares Silva dos Santos	Taekwondo	Rendimento I	4	Aprovado
Luis Cláudio Goes Santos	Jiu-jitsu	Rendimento I	1	Aprovado
Gustavo Rodrigues de Freitas	Vôlei de Praia	Rendimento I	1	Aprovado
Eduardo Luiz Baretta	Taekwondo	Rendimento I	0	Reprovado
Israel Correa Jácomo	Jiu-jitsu	Rendimento I	0	Reprovado
Riquelvi Mario Tomas	Karate	Rendimento I	0	Reprovado

Nome	Modalidade	Categoria	Pontuação	Parecer
Mayra Aparecida Hersing	Paradesporto	Rendimento II	34	Aprovado
Daniela Cristina da Silva	Paradesporto	Rendimento II	30	Aprovado
Gilmar Inácio	Paradesporto	Rendimento II	16	Aprovado
Willian Bento França	Xadrez	Rendimento II	8	Aprovado
Nayelee Manfioletti Straginski	Xadrez	Rendimento II	4	Aprovado
Rafael Cataneo Ferreira	Jiu-jitsu	Rendimento II	3	Aprovado
Adriane Cristina Cesário	Jiu-jitsu	Rendimento II	3	Aprovado
André Ribas Borella	Taekwondo	Rendimento II	3	Aprovado
Lucas Melo de Andrade	Taekwondo	Rendimento II	2	Aprovado
Sandro dos Santos Maes	Karate	Rendimento II	2	Aprovado

Fernando Jean Gomes	Body board	Rendimento II	2	Aprovado
Andrius Inácio	Surf/body board	Rendimento II	1	Aprovado
Leandro Leonardo Cesar	Taekwondo	Rendimento II	1	Aprovado
Rafaela Roge de Souza	Vôlei de Praia	Rendimento II	1	Aprovado
Marcio Ricardo de Paula Santos	Jiu-jitsu	Rendimento II	0	Reprovado
Kelvin Ramon Rosa	Jiu-jitsu	Rendimento II	0	Reprovado
Amábile Laís Feliciano	Jiu-jitsu	Rendimento II	0	Reprovado
Sarita Bijarano Mansur	Jiu-jitsu	Rendimento II	0	Reprovado
João Paulo Machado	Jiu-jitsu	Rendimento II	0	Reprovado
Marcos de Souza Catarina	Jiu-jitsu	Rendimento II	0	Reprovado
Douglas Felipe da Silva	Jiu-jitsu	Rendimento II	0	Reprovado
Ligia Edit Linderman	Corrida	Rendimento II	0	Reprovado
Aecio Conceição da Silva	Jiu-jitsu	Rendimento II	0	Reprovado
Lucas Leandro	Jiu-jitsu	Rendimento II	0	Reprovado
Mariana Fortunato Mafra	Jiu-jitsu	Rendimento II	0	Reprovado

Art. 2º - O período de recurso, em conformidade com o Edital 01/2018, compreende os dias 16 e 17 de outubro de 2018. O recurso deverá ser protocolado junto a FME Navegantes, de acordo com o modelo anexo 07 do edital.

Art. 3º - A homologação final do Programa Bolsa Atleta será publicada em 26 de outubro de 2018.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 11 de outubro de 2018.

Felício Reginaldo da Costa  
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

### **PORTARIA 3430/2018 DECLARA VACÂNCIA**

Publicação Nº 1772216

PORTARIA N º 3430 DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes, RESOLVE:

I – DECLARAR vacância do cargo de MÉDICA PEDIATRA em virtude de aposentadoria da servidora NIARA MARIA LACERDA FEIJÓ, matrícula 1793404, junto a NAVEGANTESPREV conforme processo administrativo 2018.02.06517P, a partir de 1º/10/2018.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE OUTUBRO DE 2018.

MARCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3431/2018 DECLARA VACÂNCIA**

Publicação Nº 1772214

PORTARIA N º 3431 DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes, RESOLVE:

I – DECLARAR vacância do cargo de PROFESSORA em virtude de aposentadoria da servidora MARIA ESTELA KUHN, matrícula 450501, junto a NAVEGANTESPREV conforme processo administrativo 2018.04.06509P, a partir de 1º/10/2018.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE OUTUBRO DE 2018.

MARCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3432/2018 DECLARA VACÂNCIA**

Publicação Nº 1772211

PORTARIA N º 3432 DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes, RESOLVE:

I – DECLARAR vacância do cargo de FISCAL DE TRIBUTOS em virtude de aposentadoria do servidor JOÃO ANTONIO DE SOUZA FILHO, matrícula 11501, junto a NAVEGANTESPREV conforme processo administrativo 2018.04.6515P, a partir de 1º/10/2018.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE OUTUBRO DE 2018.

MARCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3433/2018 DECLARA VACÂNCIA**

Publicação Nº 1772207

PORTARIA N º 3433 DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes, RESOLVE:

I – DECLARAR vacância do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS em virtude de aposentadoria do servidor AMAURI BARBOSA DA SILVA, matrícula 336602, junto a NAVEGANTESPREV conforme processo administrativo 2018.03.06516P, a partir de 1º/10/2018.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE OUTUBRO DE 2018.

MARCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3434/2018 EXONERA**

Publicação Nº 1772257

PORTARIA N º 3434 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS o senhor MANOEL LUIZ CHRISTÓVÃO, com a data de 01/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3489/2018 EXONERA**

Publicação N° 1772244

PORTARIA N ° 3489 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de SECRETARIO DE SAÚDE o senhor ALCIDIO REIS PERA, com a data de 09/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE OUTUBRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3494/2018 NOMEIA**

Publicação N° 1772258

PORTARIA N ° 3494 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de SECRETARIA DE SAUDE INTERINO a senhora MARLUZA TREVISAN, com a data de 10/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE OUTUBRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3496/2018 EXONERA**

Publicação N° 1772254

PORTARIA N ° 3496 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018  
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE IMPRENSA o senhor JULIANO SANTOS VIEIRA, com a data de 10/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE OUTUBRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3497/2018 EXONERA A PEDIDO**

Publicação N° 1772240

PORTARIA N ° 3497 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018  
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I Fica, por este ato, EXONERADA A PEDIDO, da função de confiança de GERENTE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE SAÚDE a senhora ADELITA TERESINHA MUNIZ DO AMARAL, com a data de 10/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE OUTUBRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3498/2018 EXONERA A PEDIDO**

Publicação N° 1772247

PORTARIA N ° 3498 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018  
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I Fica, por este ato, EXONERADO A PEDIDO, da função de confiança de SECRETARIO DE PLANEJAMENTO URBANO o senhor ANDREW FILINTTO LAURENTINO, com a data de 10/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE OUTUBRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3499/2018 EXONERA A PEDIDO**

Publicação N° 1772253

PORTARIA N ° 3499 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO A PEDIDO, da função de confiança de SECRETARIO DE GOVERNO o senhor CASSIANO RICARDO WEISS, com a data de 10/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE OUTUBRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3500/2018 EXONERA APEDIDO**

Publicação N° 1772248

PORTARIA N ° 3500 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO A PEDIDO, da função de confiança de ASSESSOR TÉCNICO I o senhor CARLOS ALBERTO DE SOUZA, com a data de 10/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE OUTUBRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3505/2018 EXONERA**

Publicação N° 1772860

PORTARIA N ° 3505 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de GERENTE DE REMUNERAÇÃO FUNCIONAL DA SECRETARIA DE SAÚDE a

senhora ELIETE DOS SANTOS, com a data de 11/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE OUTUBRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3506/2018 EXONERA**

Publicação Nº 1772863

PORTARIA N º 3506 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE CONTROLE DE FROTA o senhor ERALDO GIOVANI VELHO, com a data de 11/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE OUTUBRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3508/2018 EXONERA**

Publicação Nº 1772865

PORTARIA N º 3508 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de ASSESSOR TECNICO II o senhor LINTON MURARA, com a data de 11/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE OUTUBRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



**PORTARIA 3509/2018 EXONERA**

Publicação N° 1772870

PORTARIA N ° 3509 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018  
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de ASSESSOR TECNICO II a senhora NATALLY LOUISE OLIVEIRA FRANCISCO, com a data de 11/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE OUTUBRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3510/2018 EXONERA**

Publicação N° 1772867

PORTARIA N ° 3510 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018  
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de EXECUTIVA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS III a senhora LUCIA HELENA LOBO LAURENCIO, com a data de 11/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE OUTUBRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3511/2018 EXONERA**

Publicação N° 1772874

PORTARIA N ° 3511 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018  
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de GERENTE DE BENS E IMÓVEIS a senhora ROSELI RODRIGUES, com a data de 11/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE OUTUBRO DE 2018.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3515/2018 NOMEIA**

Publicação Nº 1772876

PORTARIA N º 3515 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018  
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de SECRETARIO DE PLANEJAMENTO URBANO a senhora WALDIR APARECIDO LOPES RAMOS, com a data de 11/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE OUTUBRO DE 2018.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3516/2018 EXONERA**

Publicação Nº 1772871

PORTARIA N º 3516 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018  
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de ASSESSOR TÉCNICO I o senhor ROBERTO CARLOS DE SOUZA, com a data de 11/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE OUTUBRO DE 2018.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3517/2018 EXONERA**

Publicação Nº 1772875

PORTARIA N º 3517 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018  
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de ASSESSOR TÉCNICO I a senhora SILVANA MARIA MENDES, com a data de 11/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE OUTUBRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

#### **PORTARIA LEGISLATIVA Nº 030-2018 - NOMEIA SERVIDOR**

Publicação Nº 1772618

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)3342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 030/2018

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, ALICIO JACOB RICOBOM FILHO no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeado o Senhor, JOSÉ SÉRGIO PEREIRA JÚNIOR inscrito no CPF nº 051.849.709-75, para o cargo de Assessor de Gabinete desta casa, com a carga horária de 40:00 horas semanais.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 10 de outubro de 2018.

ALICIO JACOB RICOBOM FILHO

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

# Nova Erechim

## PREFEITURA

### DECRETO 204/2018 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PSICÓLOGO, POR TEMPO DETERMINADO

Publicação Nº 1772213

DECRETO nº 204, de 11 de outubro de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de Psicólogo, por tempo determinado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1014/01, de 27 de março de 2001, combinada com a Lei Complementar nº 100/2014, de 16 de abril de 2014, e alterações posteriores.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica contratada a Srta. TARCILA EDUARDA ROSSONI, para ocupar o cargo de PSICÓLOGO, aprovada no processo seletivo 001/2017, admitida em Caráter Temporário, para atuar na Secretaria de Assistência Social, no período de 11.10.2018 a 30.10.2018, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, percebendo a remuneração fixada em R\$ 2.986,22 – Técnico Científico (TEC), do Anexo I da Lei Complementar nº 100/2014, de 16 de abril de 2014.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 11 de outubro de 2018.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em Exercício

### DECRETO 205/2018 ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU

Publicação Nº 1772858

DECRETO nº. 205, de 11 de outubro de 2018.

Estabelece os procedimentos necessários para concessão de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei nº 020/99, de 20 de abril de 1999 e a Lei Complementar nº 097/13, de 11 de dezembro de 2013, e alterações posteriores.

#### DECRETA:

Art. 1º. Os procedimentos necessários para os pedidos de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU a que se refere o art. 48, alínea “g” da Lei Complementar nº. 097/13 serão disciplinados por este Decreto.

Art. 2º. O interessado deverá protocolar anualmente o Requerimento de Isenção, conforme modelos anexos a este Decreto, até o dia 14 de dezembro do ano corrente.

Parágrafo único. Será publicado edital de chamamento público divulgando a todos os interessados o início do recebimento dos requerimentos solicitando a isenção para o exercício seguinte.

Art. 3º. São requisitos para a concessão da isenção, conforme art. 48, alínea “g” e “h”, da Lei Complementar nº. 097/2013:

I - o imóvel possuir finalidade exclusivamente residencial e unifamiliar;

II - o aposentado, pensionista ou deficiente físico deve ser proprietário de um único imóvel no Município;

III - a renda familiar, compreendida como a soma da renda percebida mensalmente pelo proprietário do imóvel e demais moradores no mês anterior a data do requerimento, deve ser igual ou inferior a 2,5 (dois vírgula cinco) salários mínimos vigentes;

IV – o beneficiário da isenção não poderá possuir débitos vencidos com o Município;

V – Extrato CNIS (Extrato de vínculos e contribuições à Previdência).

§ 1º O deficiente físico deverá comprovar suas condições apresentando Laudo Médico emitido por médico cadastrado no Sistema Único de

Saúde;

§ 2º No caso do imóvel estar registrado no Cadastro Imobiliário em nome de terceiros, a propriedade será comprovada, para efeito de concessão de isenção do IPTU, mediante a apresentação de matrícula atualizada do imóvel.

§ 3º Em caso de locação ou cessão de parte do imóvel, mantém-se o benefício desde que a renda familiar, incluindo o valor auferido pela locação, não ultrapasse o valor previsto no inciso III deste artigo.

Art. 4º. Para a comprovação da renda familiar, os seguintes documentos poderão ser anexados ao Requerimento de Isenção do IPTU – Aposentados, Pensionistas e Deficientes Físicos:

I – Cópia da folha de pagamento do mês anterior ao requerimento;

II – Cópia da declaração de imposto de renda pessoa física, referente ao exercício passado;

III – Cópia da carteira de trabalho, com a última alteração e a próxima página;

IV – Demonstrativo de Crédito de Benefício, expedido pela instituição financeira pagadora relativo ao ano do requerimento;

V – Cópia do contrato de locação de imóveis;

VI – Cópia de outros comprovantes, quando a renda não puder ser comprovada através dos documentos citados acima.

§ 1º É obrigatória a apresentação de no mínimo um comprovante por renda auferida para cada integrante do grupo familiar.

§ 2º O Setor de Tributação poderá exigir, quando julgar necessário, a apresentação de outros documentos que possibilitem a verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos neste Decreto para a concessão do benefício.

Art. 5º. Poderão ser realizadas vistorias in loco objetivando a confirmação das informações prestadas pelo requerente, bem como a verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos neste Decreto.

Art. 6º. Verificado mediante regular procedimento administrativo o não cumprimento das diretrizes e requisitos previstos pela Lei Complementar nº 24/1998, e seus alterações, a autoridade municipal competente revogará o benefício fiscal eventualmente deferido e procederá o lançamento do tributo, acrescidos das penalidades legais, sem prejuízo das sanções administrativa e criminais cabíveis.

Art. 7º. A não apresentação da documentação de que trata este Decreto, dentro dos prazos estabelecidos, resultará no indeferimento do pedido.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), 11 de outubro de 2018.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em Exercício

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DO IPTU – Aposentados, Pensionistas e Deficientes Físicos.  
(Lei Complementar nº 097/13) (Via do Município)

I – Dados do Requerente

Nome:			
RG:		CPF:	
Telefone:		E-mail:	
Endereço:			
Bairro:		CEP:	
Cidade:		Estado:	

II – Dados do Imóvel

Código do Imóvel:	
Endereço:	

III – Grupo Familiar (inclusive a renda do requerente)

Nome:	Parentesco:	Renda (R\$)

	Total R\$:	
--	------------	--

**IV – Declaração**

Eu, acima identificado, declaro para os efeitos do disposto na Lei nº 097/13 que:

1. Não possuo outro imóvel neste município.
2. O imóvel supra identificado, do qual sou proprietário ou titular de usufruto a qualquer título, possui finalidade exclusivamente residencial e unifamiliar.
3. Os rendimentos da minha família são inferiores a: ( ) Dois Salários Mínimos ( ) Três Salários Mínimos.
4. Declaro não possuir débitos vencidos com o Município de Nova Erechim.
5. Declaro sob as penas da Lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e que estou ciente das penalidades previstas no art. 22 do Código Penal e no art. 1º da Lei Federal nº 8.137.

“Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nela inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – Reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.”

Nova Erechim – SC, ____/____/____.	Recebido em: ____/____/____.
Assinatura do Requerente	Carimbo e Assinatura do Servidor Municipal

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DO IPTU****Instruções para Preenchimento**

(Via do Contribuinte)

6. Compõe a renda familiar os proventos recebidos a título de Salário, Aluguel, Aposentadoria, Pensão, Pró-Labores, Contrato de Serviço, e de qualquer outra receita auferida pelo grupo familiar.

**7. DOCUMENTOS PARA COMPROVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR**

- a) Cópia da folha de pagamento do mês anterior ao requerimento e em caso de benefício extrato bancário;
- b) Cópia da Declaração de imposto de renda pessoa física, referente ao exercício anterior;
- c) Cópia da carteira de trabalho, com a última alteração e a próxima página;
- d) Demonstrativo de Crédito de Benefício, expedido pela instituição financeira pagadora, relativo ao ano do requerimento;
- e) Cópia do contrato de locação de imóvel;
- f) Cópia de outros comprovantes, quando a renda não puder ser comprovada através dos documentos citados.

8. É obrigatório o preenchimento de todos os campos do Item I – DADOS DO REQUERENTE e Item II – DADOS DO IMÓVEL do requerimento, ressalvado o campo “E-MAIL”.

9. No ITEM III – GRUPO FAMILIAR deverá ser preenchido o nome, o parentesco e a renda de todos os integrantes do grupo familiar, inclusive do requerente.

10. Para a comprovação da renda do grupo familiar é obrigatória a apresentação de no mínimo um comprovante de renda.

11. Fica o requerente ciente de que a qualquer momento o município poderá realizar diligências, com o objetivo de confirmação dos dados apresentados.

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 05/2018 REQUERIMENTOS DE ISENÇÃO DE IPTU**

Publicação Nº 1772859

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 05/2018  
REQUERIMENTOS DE ISENÇÃO DE IPTU**

RAMIREZ TAPIA, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que O MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sua sede administrativa estabelecida na Avenida Francisco Ferdinando Losina, nº. 139, Centro, nesta cidade de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, estará recebendo os requerimentos solicitando ISENÇÃO DO IPTU PARA APOSENTADOS, PENSIONISTAS E DEFICIENTES FÍSICOS, junto ao Setor de Tributos desta Prefeitura Municipal, de conformidade com o disposto no art. 48, da Lei Complementar nº. 20/99 e, suas alterações posteriores e, Decreto nº. 236/2014, conforme segue:

**1 – DO OBJETIVO**

Este Edital tem por objetivo divulgar a todos os interessados que o Município de Nova Erechim, através do Setor de Tributação, estará recebendo os requerimentos de isenção de IPTU para aposentados, pensionistas e deficientes físicos para o exercício fiscal de 2018.

**2 – DO LOCAL E DATA**

Os interessados deverão protocolar requerimento padrão acompanhado de cópia dos documentos comprobatórios, conforme estabelece Decreto nº. 205/2018 e seus anexos, no setor de Tributação da Prefeitura Municipal, Av. Francisco Ferdinando Losina, nº. 139, Centro, CEP: 89865-000, na cidade de Nova Erechim, até o dia 14 de dezembro de 2018, no horário de atendimento praticado pela Prefeitura Municipal.

### 3 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os modelos de requerimento padrão estão disponíveis no site do Município e no Setor de Tributação.

Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Nova Erechim, junto ao Centro Administrativo de Nova Erechim, localizado na Av. Francisco Ferdinando Losina, nº. 139, Centro, Nova Erechim – SC ou ainda, pelo telefone (49) 3333 3108.

Nova Erechim, 11 de outubro de 2018.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em Exercício

### **PORTARIA 86/2018 FÉRIAS RENATA LAIS SOLIVO**

Publicação Nº 1772307

PORTARIA nº 086, de 11 de outubro de 2018.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

#### CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

#### R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 20 (vinte) dias de Férias para a Servidora Municipal RENATA LAIS SOLIVO, Matrícula 5483/01, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a ser usufruída no período de 05.11.2018 a 24.11.2018, referente ao período 10.01.2017 a 09.01.2018.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 11 de outubro de 2018.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em Exercício



# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 149-2018 - PREGÃO Nº 60-2018

Publicação Nº 1773083

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. Nº.: 149/2018
Edital: Pregão Nº.: 60/2018
Tipo: Menor preço / Unitário
Objeto: Locação de equipamentos e sistema de monitoramento de imagens com identificador e leitura de placas de veículos. As cameras deverão estar interligadas por fibra ótica e a central de monitoramento deverá ser instalada na Delegacia de Polícia.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 26 de outubro de 2018.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 26 de outubro de 2018.
Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
A licitação será regida pela Lei Nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Nº 8.666/93.
NOVA ITABERABA, 11 de outubro de 2018
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

### DC 301-2018 CREDITO SUPLEMENTAR SAÚDE

Publicação Nº 1773085

DECRETO Nº. 301/2018 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.171/2017, de 15 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Fundo Municipal de Saude de Nova Itaberaba no exercício 2018, no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), no Projeto Atividade 2.018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAUDE PÚBLICA, na modalidade 3.1.90 Aplicação Direta, nas fonte 0.1.38 – Transferência Sistema Único de Saude SUS/União e 0.1.67 - Transferência do Único de Saude SUS/Estado, conforme programação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa: 0013 MAIS SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA

Fonte: 0.1.38 - Transferência Sistema Único de Saude SUS/União

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta

Detalhamento: 0010 – E. S. F. Médicos R\$ 10.000,00

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta

Detalhamento: 0139 – Prog. Melhorias Acess. Qualidade PMAQ R\$ 20.000,00

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta

Detalhamento: 0024 – NASF Federal R\$ 15.000,00

Fonte: 0.1.67 - Transferência do Único de Saude SUS/Estado

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta

Detalhamento: 0069 – NASF Estado R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta

e cinco mil reais), provenientes da anulação de dotação do Fundo Municipal de Saude de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa: 0013 MAIS SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA

Fonte: 0.1.38 - Transferência Sistema Único de Saude SUS/União

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Detalhamento: 0008 – PAB R\$ 30.000,00

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Detalhamento: 0013 – Farmácia Básica União R\$ 5.000,00

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Detalhamento: 0139 – Prog. Melhorias Acess. Qualidade PMAQ R\$ 10.000,00

Fonte: 0167 – Transf. Do Sistema Único de Saude SUS/Estado

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Detalhamento: 0066 - MAC Estado - R\$ 7.200,000

Fonte: 0.1.67 - Transferência do Único de Saude SUS/Estado

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Detalhamento: 0069 – NASF Estado R\$ 2.800,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 10 DE OUTUBRO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração.

MAURO C. R. DOS SANTOS.

Assessor Jurídico

## DC 302-2018 EXCESSO TRANSPORTE ESCOLAR

Publicação Nº 1773087

DECRETO Nº 302/2018 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.171/2017, de 15 dezembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba no exercício 2018, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) no Projeto Atividade 2.010 - Apoio ao Ensino Médio, na modalidade de aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta – na Fonte 01.66 – Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Des. da Educação, nos termos da Lei Municipal, conforme programação a seguir.

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 362 Ensino Médio

Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Projeto/Atividade: 2.010 – APOIO AO ENSINO MÉDIO

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Rec. Imp. Transf. Imp. Educação

Fonte: 0.1.66 – Transferências Legais e Const. do Estado para o Desenvolvimento da Educação

Detalhamento: 00075 – Transporte Escolar 2º Grau - Estado R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do produto do provável Excesso de Arrecadação da fonte de recursos 0.1.66 – na Rubrica 1.7.2.8.99.1.1 – Outras Transferências dos Estados – Transferências Financeiras do Transporte Escolar 2º Grau - Estado, de acordo com o estabelecido no art. 43 § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Municipal nº 1.171/2017 art. 5º.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 11 DE OUTUBRO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

## LEI 1.210-2018 LDO 2019

Publicação Nº 1772097

LEI Nº 1.210/2018 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município de Nova Itaberaba para o exercício de 2019 e dá outras providências.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba VOTOU e APROVOU e eu sanciono a seguinte LEI:

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento da Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba, para o exercício de 2019, em atendimento ao § 2º do art. 165 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 2º do art. 93 da Lei Orgânica do Município e no art. 4º da Lei complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2019;
- III – a estrutura e organização dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos e das políticas de recursos humanos da administração municipal;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII – as disposições gerais.
- VIII – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita. Art. 4º, § 2º, V da LRF.

### I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2019, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I desta lei, e que conterà ainda:

- I - Anexo I.2 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- II – Anexo I.3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;
- III – Anexo I.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa;
- IV – Anexo I.4.1 – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;
- V– Anexo I.5 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
- VI - Anexo I.6 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- VII – Anexo I.7 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;
- VIII - Anexo II – Prioridades e Metas;
- XIV - Anexo III – Demonstrativo dos Riscos Fiscais;

### II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2019

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS II de que trata o art. 2º desta lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas e financeiras estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

Parágrafo Único: Fica o chefe do poder executivo, autorizado a alterar, mediante decreto, os quantitativos físicos e financeiros constantes do anexo II, bem como, a alteração dos códigos de Destinação de Recursos dos demais anexos, a fim de ajustar à legislação vigente e a correta execução orçamentária.

### III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na partilha dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estes com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias emitidas pela STN/SOF e suas alterações.

§ 2º - A categoria de programação de trata o art. 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social desdobrada às despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, nº 05/2017, e demais normativas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e suas alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF;

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Art. 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social;

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2018;

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público;

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2019.

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2019;

§ 1º - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º - O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste art., fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação;

§ 3º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender as alterações expedidas pelos órgãos competentes, a fim

de compatibilizar as peças do planejamento às normas vigentes.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária conterá o que trata o Art. 22, inciso I, da Lei 4.320/64.

Art. 9º - A Reserva de Contingência do Orçamento de 2019 será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá em até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

#### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10 - O Orçamento para o exercício de 2019 e as sua execução, obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos.

Art. 11 - Os fundos municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas, sendo efetuadas as transferências do município ao fundo de forma financeira, ou seja, os registros contábeis dar-se-ão em conformidade com a legislação vigente e suas alterações.

§ 1º - Os Fundos Municipais, quando não especificados na lei de criação, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegados a servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverá ser demonstrada também em balancete apartado da Unidade Gestora Central.

Art. 12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 13 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2018, constantes do ANEXO I.8 desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita e da despesa.

Art. 14 - Se a receita estimada para 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita por fonte poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Executivo e Legislativo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16 - A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de exercícios anteriores.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18 - Os orçamentos para o exercício de 2019 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, em até 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício, para atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais e eventos fiscais imprevisíveis, conforme anexo de riscos fiscais, conforme ANEXO.

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2019 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens, convênios e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos arts. 8º parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, médica, assistencial, recreativo, cultural, esportivo de cooperação técnicas e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade e nos termos estabelecidos no convênio.

Art. 23 - Na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderá haver a inclusão de dotações a título de contribuições, auxílios e



subvenções sociais a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada e poderão igualmente ser incluídos recursos destinados a promoção do desenvolvimento econômico do Município contemplando estímulos econômicos e incentivos fiscais a serem concedidos à iniciativa privada e programas de bolsa trabalho, instrumento de incentivo ao emprego.

Art. 24 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 25 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO V, de que trata o art. 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 26 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes do mês de referência de sua elaboração, com referência no mês de elaboração do Plano Plurianual – PPA 2018/2021, atualizado.

Parágrafo único: A lei orçamentária poderá definir a forma de correção dos valores orçados para o período compreendido entre a aprovação desta Lei, a dezembro de 2018, bem como para o exercício de 2019.

Art. 28 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fontes de Recursos, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fontes de Recursos para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 29 - Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2019 e constantes desta lei.

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os art. 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão implementados gradativamente de forma a aprimorar e aperfeiçoar os sistemas para apurar os gastos dos serviços visando demonstrar de forma mais clara e objetiva as ações governamentais.

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 31 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual contemplados na Lei Orçamentária para 2019, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32 - Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

## V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 - A Lei Orçamentária de 2019 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento estabelecido na LC 101/2000.

Art. 34 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 35 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Art. 33 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Art. 15 desta lei.

Art. 36 - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a parcelar dívidas que venham a ser apuradas, junto à Receita Federal do Brasil, ou Ministério da Previdência Social.

## VI– DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E SEUS ENCARGOS E DAS POLITICAS DE RECURSOS HUMANOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 37 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2019, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2019 ou em créditos adicionais.

Art. 38 - No exercício de 2019, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

III - for observado o limite previsto no artigo anterior.

Art. 39 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras.

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 41 - As políticas de recursos humanos da administração pública municipal compreendem:

I - o gerenciamento das atividades relativas à administração de recursos humanos;

II - a valorização, a capacitação e a profissionalização do servidor;

III - a capacitação dos servidores públicos, com vistas ao exercício das funções no contexto do novo papel do Município;

IV - a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais;

V - o aprimoramento e a atualização das técnicas e instrumentos de gestão;

VI - a realização de concursos públicos para atender as necessidades de pessoal nos diversos órgãos;

VII - a atualização contínua dos sistemas informatizados.

Art. 42 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Nova Itaberaba, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não os "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

## VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 43 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 44 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 45 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

## VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 46 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido pela legislação vigente, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o final do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar 1/12 avos mês, previstos no projeto de lei orçamentária para 2018.

Art. 47 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 48 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 49 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal, Estadual ou Municipal, através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2019.

Art. 50 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 10 DE OUTUBRO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico



# Nova Trento

## PREFEITURA

### DECRETO 202/2018

Publicação Nº 1772103

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO nº 202/2018

convoca aprovadoS no PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018, HOMOLOGADO EM 14/05/2018, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E PLANEJAMENTO E O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º – Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, nos dias 17, 18 e 19 de outubro de 2018, no horário compreendido entre 07h e 13h, munido da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO  
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo convocado;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante de quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

XVIII – Comprovante de experiência em atividade similar para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais de no mínimo 06 (seis) meses e comprovante de no mínimo 01 (um) ano de experiência para o cargo de Motorista II.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 15 de outubro de 2018.

JOEL GARBARI

Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

MAXILIANO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO  
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

(Decreto nº 202 /2018)

**CARGO: MOTORISTA II - ÁREA AGUTI**

Classificação	Nome completo
1º	ARNALDO MAYER

**CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Classificação	Nome completo
12º	MARTINHA CREPAS LACERDA
13º	ANA CLAUDIA BATTISTI
14º	ELICELMA LAZZAROTTO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO  
GABINETE DO PREFEITO****ANEXO II**  
(Decreto nº 202/2018)

Exmo. Senhor.

Secretário Municipal de  
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC**DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA**

Eu, ....., portador (a) do  
RG nº ..... e CPF nº ....., Candidato(a) na ... ..ª posição do Processo Seletivo - Edital  
nº ....., inscrição nº ....., para o cargo de ....., pela Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº .....,  
publicado no Diário Oficial dos Municípios de ...../ ..... /..... .

Nova Trento, ..... de ..... de 2018.

Assinatura

**DECRETO 203/2018**

Publicação Nº 1772106

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO  
GABINETE DO PREFEITO****DECRETO nº 203/2018**

convoca aprovadoS no PROCESSO SELETIVO Nº 003/2018, HOMOLOGADO EM 14/09/2018, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes:

**DECRETA:**

Art. 1º – Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, nos dias 17, 18 e 19 de outubro de 2018, no horário compreendido entre 07h e 13h, munido da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO  
GABINETE DO PREFEITO**

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo convocado;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;  
XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);  
XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);  
XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);  
XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;  
XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 15 de outubro de 2018.

MAXILIANO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

(Decreto nº 203/2018)

CARGO: MÉDICO CLINICO GERAL - 40 HORAS SEMANAIS

Classificação	Nome completo
2º	BRUNO LUIZ FERREIRA LAGE
3º	MARCELO NOGUEIRA VIANA

CARGO: MÉDICO CLINICO GERAL - 20 HORAS SEMANAIS

Classificação	Nome completo
1º	AMANDA STEIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II

(Decreto nº 203/2018)

Exmo. Senhor.

Maxiliano de Oliveira

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, ..... , portador (a) do  
RG nº ..... e CPF nº ..... , Candidato(a) na ... .....ª posição do Processo Seletivo - Edital  
nº ..... , inscrição nº ..... , para o cargo de ..... , pela Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº ..... ,  
publicado no Diário Oficial dos Municípios de ...../ ...../..... .

Nova Trento, ..... de ..... de 2018.

Assinatura

**DECRETO Nº 204/2018**

Publicação Nº 1772435

Decreto nº 204, de 11 de outubro de 2018.

Suspende a Concessão de Licença Prêmio dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe confere o art. 94, item VIII da Lei Orgânica do Município de Nova Trento,

Considerando, que o cenário econômico apresentou significativa queda da arrecadação nos últimos meses e objetivando manter o equilíbrio das contas públicas, dando cumprimento a todos os limites fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal;

DECRETA:

Art. 1º Suspende até 31 de dezembro de 2018, a concessão do usufruto de Licença Prêmio, inclusive o pagamento de 1/3 (um terço), (Art. 102 e Parágrafo Único), da Lei nº 1.207, de 30/08/1992), à servidores municipais, ocupantes de cargos de provimento efetivo, da Administração Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 15 de outubro de 2018, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de outubro de 2018.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 662/2018 "A"**

Publicação Nº 1772049

PORTARIA Nº 662/2018 "A"

Concede Licença Tratamento Saúde

Maxialino de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, em exercício, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 599/2018 que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal ADRIANA COSTA, matrícula nº 6840, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, Centro, pertencente ao Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 40(quarenta) dias, a contar de 15/10/2018 a 23/11/2018, conforme resultado pericial, datado de 08 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de outubro de 2018.

Maxiliano de Oliveira

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 664/2018**

Publicação Nº 1772413

PORTARIA Nº 664/2018

Nomeação/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, combinado com o artigo 17, da Lei Municipal nº 1.207/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, EDNA MOTTA DALPRÁ, matrícula nº 7880, no Cargo de Provimento

Efetivo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário - Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, a partir de 15 de outubro de 2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de outubro de 2018.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 665/2018**

Publicação Nº 1772417

PORTARIA Nº 665/2018

Nomeação/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, combinado com o artigo 17, da Lei Municipal nº 1.207/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, GISELI KRAEMER, matrícula nº 7881, no Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário - Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, a partir de 15 de outubro de 2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de outubro de 2018.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 666/2018**

Publicação Nº 1772419

PORTARIA Nº 666/2018

Nomeação/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, combinado com o artigo 17, da Lei Municipal nº 1.207/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, FLÁVIO MOACIR VALLE, matrícula nº 7882, no Cargo de Provimento Efetivo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - SINE, a partir de 15 de outubro de 2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de outubro de 2018.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2018**

Publicação Nº 1770707

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 097/2018 – Pregão Presencial nº 066/2018

Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição parcelada de gêneros alimentícios, utensílios e Gás de Cozinha para o Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição – HIC, localizado na Rua Floriano Peixoto nº 151, para os anos de 2018 e 2019, conforme características, especificações e quantidades constantes no Anexo I.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 26/10/2018 até as 08:30 horas. Abertura: 26/10/2018 as 09:00 horas. Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro. Telefones: (48) 3267-3211/3213.

Email: [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br)

Site: [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

## **RESULTADO LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2018**

Publicação Nº 1772185

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2018  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 091/2018

A Prefeitura de Nova Trento/SC por meio de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial nº 060/2018, tendo por objeto a contratação de empresa de mídia impressa, para prestação de serviços de publicidade institucional oficial do município de NOVA TRENTO (incluso editais) em jornais de circulação local, com circulação no mínimo quinzenal no município de Nova Trento, conforme termo de referência, especificações e quantitativos descritos no anexo I deste Edital, teve sua sessão realizada em 11/10/2018, com abertura iniciada às 9:00 horas e encerrada, sendo considerada DESERTA, face a ausência total de interessados. Outras informações podem ser obtidas na Prefeitura de Nova Trento, sito à Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento/SC, ou pelos fones: 48 3267-3213/3267-3211.

Nova Trento/SC, 11 de outubro de 2018.

APRÍGIO JOSÉ BOTAMELI  
Pregoeiro

**RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 061/2018**

Publicação N° 1772324

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 61/2018 - PR</b>
CNPJ: 82.925.025/0001-60 RUA SANTO INACIO 126 C.E.P.: 88270-000 - Nova Trento - SC	Processo Administrativo: 92/2018 Processo de Licitação: 92/2018 Data do Processo: 10/09/2018
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 92/2018  
b ) Licitação Nr.: 61/2018-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 11/10/2018  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA PEÇAS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS, PARA EXECUTAR CONserto DE TRATOR AGRÍCOLA MARCA COYOTE MOD. 4475 CABINADO COM AR CONDICIONADO ANO DE FAB. 2015.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

**LOTE: 1****JAQUELINE APARECIDA PSCHIEDT (9798)**

1	PEÇAS DE REPOSIÇÃO - TRATOR COYOTE MOD 4475	UND	1,00	0,0000	10.419,0962	10.419,10
2	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE MECÂNICO	SERV	1,00	0,0000	1.580,9038	1.580,90
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>12.000,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>12.000,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.052.3.3.90.00.00.00.00 (145) Saldo: 10.876,14





**SAMAE - Nova Trento****AVISO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº 06/2018 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO BARRAGEM DE CAPTAÇÃO E ADUTORA DE AGUA**

Publicação Nº 1773068

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ 95.785.267/0001-48  
RUA DOS IMIGRANTES, nº 356  
C.E.P.: 88270-000 Nova Trento – SC

Processo Administrativo: 15/2018  
Processo de Licitação: 15/2018  
Carta Convite Nº 6/2018  
Data do Processo: 15/10/2018

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 2/2018**

A Comissão Especial de Pregão, da entidade SAMAE NOVA TRENTO, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 016/2018, de 02/07/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 22/10/2018, às 10:00 horas, no endereço, RUA DOS IMIGRANTES, nº 356, Nova Trento-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 6/2018 CV na modalidade Convite p/ Compras e Serviços.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado ou pelo Site: <http://samae.novatrento.sc.gov.br>.

**Objeto da Licitação:**

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA BARRAGEM DE CAPTAÇÃO E ADUTORA DE ÁGUA BRUTA NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA NA LOCALIDADE DO TIROL - DISTRITO DO CLARAIBA, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, NO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO – SC.

Valor Máximo Previsto Aquisição dos Materiais R\$ R\$ 30.529,81 (Trinta mil, quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e um centavos)

Nova Trento, 15 de Outubro de 2018.  
EMILIANA SP. ZANANDREA  
Presidente da Comissão de Licitação

IVÃ ALESSANDRO FRANZOI  
Diretor do SAMAE

# Nova Veneza

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL N° 165/2018 - RETIFICAÇÃO

Publicação N° 1772649

#### PREGÃO PRESENCIAL N.º 165/2018 - AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O Prefeito Municipal de Nova Veneza/SC, por meio deste, vem TORNAR PÚBLICO a todos os interessados em participar do processo de licitação relativo ao edital supramencionado, cujo objeto é a aquisição de produtos e materiais didáticos para uso nas Unidades Escolares e Centros Educacionais no Município de Nova Veneza.. A retificação ocorreu no termo de referência.

SITE: [www.novaveneza.sc.gov.br](http://www.novaveneza.sc.gov.br).

Nos termos do § 4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93, fica prorrogada a data para entrega e abertura dos envelopes, como segue: dia 26/10/2018 às 08:30 horas, na sala de licitações deste Município.

Ficam mantidos os demais termos constantes no edital.

Nova Veneza/SC, 11 de outubro de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### AVISO DO RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS PM Nº 008/2018

Publicação Nº 1772643

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2018 – TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2018 - MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE (SEQUENCIA 01).

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS DE TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL, PROFESSOR DE ARTES 20 HORAS, PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO 20 HORAS, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 5º ANO 20 HORAS, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, MOTORISTA, OPERADOR DE MÁQUINAS, PROCURADOR e AGENTE ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme condições da tabela abaixo: Que no dia de sua realização 09/10/2018 às 09:00 horas, que houve a participação das empresas OBJETIVA CONCURSOS LTDA – CNPJ 00.849.4260001-14, ACESSE CONCURSOS LTDA – CNPJ 23.028.069/0001-29, SCHEILA APARECIDA WEISS ME – CNPJ 26.068.753/0001-22, NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI – CNPJ 18.398.197/0001-24, EPBAZI LTDA – CNPJ 22.479.831/0001-20, SOCIEDADE DE ENSINO CIDADE DE UMUARAMA LTDA – CNPJ 81.236.267/0001-84. Segue transcrição da ata, " Encerrou-se o prazo para recebimento dos envelopes da documentação e proposta, conforme previsto pelo Edital, tendo sido constatado a entrega de envelopes de habilitação e proposta de 06 empresas. Registra que os envelopes foram protocolados dentro do prazo estabelecido, e nenhuma das empresas credenciou representante para participação na sessão, os envelopes foram protocolados antes do dia de abertura do edital, pessoalmente ou via correios. Registra que todas as empresas apresentaram declaração de enquadramento de microempresa ou empresa de pequeno porte para fins de aplicação da lei 123/2006. Imediatamente a CPL efetuou a abertura do envelope da Documentação, iniciando a análise dos documentos apresentados de modo a certificar o atendimento às exigências do edital, os quais foram rubricados pela CPL. A documentação da empresa foi verificada de onde foi constatado que a empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, apresentou certidão de débitos municipais sob o nº 9131/2018 emitida em 08 de agosto de 2018, com data de vencimento em 08.10.2018, portanto vencida. Com base na Lei 123/2016, Art. 42 " Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato." A referida certidão com data válida, só será exigida caso a mesma seja a vencedora do certame. Ademais a documentação desta e de todas as outras empresas participantes, cumprem com os requisitos exigidos no edital e, portanto, TODAS AS EMPRESAS PARTICIPANTES FORAM HABILITADAS para a fase de abertura dos envelopes de proposta de preço. A CPL registra que nenhuma das empresas apresentou termo de renúncia de recurso da fase de Habilitação, sendo assim todas as empresas serão comunicadas dos atos da CPL via e-mail ou telefone. Diante dos fatos a CPL abre o prazo legal de cinco (5) dias úteis conforme a lei 8.666/93, art 109, item I, letra a, o prazo final para a interposição dos recursos se finda no dia 16.10.2018 em horário de expediente da Prefeitura Municipal, ou caso as empresas enviem a declaração de desistência de recursos, o prazo se finda quando todas as 06 empresas participantes, enviarem a declaração. A CPL registra que os envelopes de proposta de preços seguem de posse desta comissão, devidamente lacradas e rubricadas pelos membros da CPL. Nada mais havendo foi lavrada esta ata que será assinada pelos membros da CPL." Nada mais havendo foi lavrada esta ata que será assinada pelos membros da CPL.

Novo Horizonte (SC), em 09 de outubro de 2018.

Comissão Permanente de Licitação

### EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 051 A 54/2018

Publicação Nº 1772595

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 051/2018  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: IRMÃOS ZANELLA COMERCIAL AGRICOLA LTDA ME  
Valor ..... : 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)

Contrato Nº.: 052/2018  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: ATUATI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA EP  
Valor ..... : 72.700,00 (setenta e dois mil e setecentos reais)

Contrato Nº.: 053/2018  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: ALGOR METALURICA LTDA  
Valor ..... : 29.640,00 (vinte e nove mil, seiscentos e quarenta reais)

Contrato Nº.: 054/2018  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada....: FINARDI INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS

Valor ..... : 28.350,00 (vinte e oito mil, trezentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 10/10/2018 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 31/2018

Recursos ..... : Dotação: 115-50.02-20.606.0015-2.029.4.4.90.00.00.00.00.00 Manutenção Programa Patrulha Mecanizada

116-50.02-20.606.0015-2.029.4.4.90.00.00.00.00.00 Manutenção Programa Patrulha Mecanizada

Objeto ..... : É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE ENFARDADEIRA PARA FARDOS RETANGULARES, ANCINHO ENLEIRADOR E ESPALHADOR, SEGADEIRA DE DISCOS E DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO SÓLIDO COM CAPACIDADE MININA DE 7,5 TONELADAS, com recursos advindo do Contrato de repasse nº 873020/2018 SEAD/CAIXA- operação 1059232-74 com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar do Desenvolvimento Agrário e demais especificações constantes do edital e seus anexos.

Novo Horizonte/SC, em 10 de Outubro de 2018-VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito

## RESOLUÇÃO FEAS 2018 COFINANCIAMENTO

Publicação Nº 1772009

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS  
NOVO HORIZONTE.

RESOLUÇÃO Nº 011 /2018

“Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Novo Horizonte.”

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 09 de Outubro de 2018, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 2.330, de 02 de Maio de 2017, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Novo Horizonte – CMAS, e,

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o Cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de R\$ 27.777,78 referente ao ano de 2018, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Novo Horizonte, 09 de Outubro de 2018.

Ildo Adão da Rosa

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 046/2018

Publicação Nº 1772265

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/018  
PROCESSO LICITATÓRIO nº067/2018

O Município de Ouro Verde leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais (tecido, linha, agulha, barbante, botão, fita) materiais destinado as atividades desenvolvidas nas secretarias. Conforme Edital. Entrega dos Envelopes: Até as 08h30min do dia 29 de outubro de 2018. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 08h40min do dia 29 de outubro de 2018. Obtenção do Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de Licitações situado na Rua João Maria Conrado, nº. 425, Centro, na cidade de Ouro Verde – SC, fone (49) 3447-0007 ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br). Ouro Verde (SC), 11 de outubro de 2018. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal

# Palhoça

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.405, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1772798

DECRETO Nº 2.405, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

UTILIDADE PÚBLICA. Declara de utilidade pública áreas que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições legais resolve:

#### DECRETAR:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, amigável ou judicial, áreas de terras de formatos irregulares, tidas como de posse ou propriedade de Administradora de Imóveis Próprios Abelisa Ltda. Me., compostos das seguintes áreas:

I – ÁREA 01, sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 3.461,53m<sup>2</sup> (três mil quatrocentos e sessenta e um metros e cinquenta e três centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-02, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939545.0017m e E=727688.0469m), deste segue confrontando com terras de RODOBENS, com o azimuth plano de 97° 30' 01" e a distância de 40,54m até o VT-03 (N=6939539.7105m e E=727728.2364m), deste segue confrontando com terras de RODOBENS, com o azimuth plano de 97° 30' 01" e a distância de 17,98m até o VT-04 (N=6939537.3632m e E=727746.0655m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 02 (APP 02), com o azimuth plano de 254° 03' 34" e a distância de 15,23m até o VT-65H (N=6939533.1796m e E=727731.4182m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 02 (APP 02), com o azimuth plano de 254° 03' 34" e a distância de 15,01m até o VT-65G (N=6939529.0587m e E=727716.9906m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 02 (APP 02), com o azimuth plano de 226° 09' 11" e a distância de 18,77m até o VT-65F (N=6939516.0588m e E=727703.4565m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 02 (APP 02), com o azimuth plano de 193° 59' 33" e a distância de 32,80m até o VT-65E (N=6939484.2291m e E=727695.5248m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 02 (APP 02), com o azimuth plano de 299° 26' 05" e a distância de 13,03m até o VT-65D (N=6939490.6336m e E=727684.1746m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 02 (APP 02), com o azimuth plano de 255° 05' 55" e a distância de 5,92m até o VT-65C (N=6939489.1116m e E=727678.4550m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 02 (APP 02), com o azimuth plano de 205° 18' 11" e a distância de 4,09m até o VT-65B (N=6939485.4100m e E=727676.7050m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 02 (APP 02), com o azimuth plano de 244° 28' 54" e a distância de 25,64m até o VT-65A (N=6939474.3645m e E=727653.5665m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com o azimuth plano de 280° 41' 20" e a distância de 50,86m até o VT-66 (N=6939483.7975m e E=727603.5907m), deste segue confrontando com terras de , com o azimuth plano de 63° 21' 00" e a distância de 78,25m até o VT-68 (N=6939518.8977m e E=727673.5315m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 01, com o azimuth plano de 15° 36' 02" e a distância de 15,09m até o VT-69 (N=6939533.4339m e E=727677.5902m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 01, com o azimuth plano de 42° 06' 43" e a distância de 15,59m até o VT-02 (N=6939545.0017m e E=727688.0469m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 348,81m.

II – ÁREA 02, sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 5.499,18m<sup>2</sup> (cinco mil quatrocentos noventa e nove metros e dezoito centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-04, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939537.3632m e E=727746.0655m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 03 (APP 03), com o azimuth plano de 154° 01' 30" e a distância de 29,76m até o VT-73 (N=6939510.6082m e E=727759.1004m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 03, com o azimuth plano de 154° 01' 30" e a distância de 68,80m até o VT-63 (N=6939448.7569m e E=727789.2339m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com o azimuth plano de 280° 41' 20" e a distância de 18,70m até o VT-64 (N=6939452.2253m e E=727770.8586m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com o azimuth plano de 280° 41' 20" e a distância de 37,24m até o VT-65 (N=6939459.1321m e E=727734.2669m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com o azimuth plano de 280° 41' 20" e a distância de 82,13m até o VT-65A (N=6939474.3645m e E=727653.5665m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 01 (APP 01), com o azimuth plano de 64° 28' 54" e a distância de 25,64m até o VT-65B (N=6939485.4100m e E=727676.7050m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 01 (APP 01), com o azimuth plano de 25° 18' 11" e a distância de 4,09m até o VT-65C (N=6939489.1116m e E=727678.4550m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 01 (APP 01), com o azimuth plano de 75° 05' 55" e a distância de 5,92m até o VT-65D (N=6939490.6336m e E=727684.1746m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 01 (APP 01), com o azimuth plano de 119° 26' 05" e a distância de 13,03m até o VT-65E (N=6939484.2291m e E=727695.5248m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 01 (APP 01), com o azimuth plano de 13° 59' 33" e a distância de 32,80m até o VT-65F (N=6939516.0588m e E=727703.4565m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 01 (APP 01), com o azimuth plano de 46° 09' 11" e a distância de 18,77m até o VT-65G (N=6939529.0587m e E=727716.9906m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 01 (APP 01), com o azimuth plano de 74° 03' 34" e a distância de 15,01m até o VT-65H (N=6939533.1796m e E=727731.4182m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 01 (APP 01), com o azimuth plano de 74° 03' 34" e a distância de 15,23m até o VT-04 (N=6939537.3632m e E=727746.0655m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 367,12m.

III – ÁREA 02 (APP02), sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 3.452,59m<sup>2</sup> (três mil quatrocentos e cinquenta e dois metros e cinquenta e nove centímetros



quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-04, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939537.3632m e E=727746.0655m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 03 (APP 03), com o azimute plano de 154° 01' 30" e a distância de 29,76m até o VT-73 (N=6939510.6082m e E=727759.1004m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 02, com o azimute plano de 242° 28' 35" e a distância de 15,01m até o VT-72 (N=6939503.6739m e E=727745.7932m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 02, com o azimute plano de 242° 28' 35" e a distância de 11,60m até o VT-71 (N=6939498.3118m e E=727735.5030m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 02, com o azimute plano de 189° 39' 21" e a distância de 18,07m até o VT-70 (N=6939480.5006m e E=727732.4726m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 02, com o azimute plano de 175° 12' 00" e a distância de 21,44m até o VT-65 (N=6939459.1321m e E=727734.2669m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com o azimute plano de 280° 41' 20" e a distância de 82,13m até o VT-65A (N=6939474.3645m e E=727653.5665m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 01 (APP 01), com o azimute plano de 64° 28' 54" e a distância de 25,64m até o VT-65B (N=6939485.4100m e E=727676.7050m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 01 (APP 01), com o azimute plano de 25° 18' 11" e a distância de 4,09m até o VT-65C (N=6939489.1116m e E=727678.4550m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 01 (APP 01), com o azimute plano de 75° 05' 55" e a distância de 5,92m até o VT-65D (N=6939490.6336m e E=727684.1746m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 01 (APP 01), com o azimute plano de 119° 26' 05" e a distância de 13,03m até o VT-65E (N=6939484.2291m e E=727695.5248m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 01 (APP 01), com o azimute plano de 13° 59' 33" e a distância de 32,80m até o VT-65F (N=6939516.0588m e E=727703.4565m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 01 (APP 01), com o azimute plano de 46° 09' 11" e a distância de 18,77m até o VT-65G (N=6939529.0587m e E=727716.9906m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 01 (APP 01), com o azimute plano de 74° 03' 34" e a distância de 15,01m até o VT-65H (N=6939533.1796m e E=727731.4182m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 01 (APP 01), com o azimute plano de 74° 03' 34" e a distância de 15,23m até o VT-04 (N=6939537.3632m e E=727746.0655m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 308,49m.

IV- ÁREA 03 – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 7.852,22m<sup>2</sup> (sete mil oitocentos e cinquenta e dois mil metros e vinte e dois centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-04, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939537.3632m e E=727746.0655m), deste segue confrontando com terras de RODOBENS, com o azimute plano de 97° 30' 01" e a distância de 6,38m até o VT-05 (N=6939536.5304m e E=727752.3907m), deste segue confrontando com terras de RODOBENS, com o azimute plano de 99° 55' 01" e a distância de 44,61m até o VT-06 (N=6939528.8478m e E=727796.3340m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 04 (APP 04), com o azimute plano de 126° 46' 58" e a distância de 50,53m até o VT-78 (N=6939498.5927m e E=727836.8025m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 04 (APP 04), com o azimute plano de 134° 18' 57" e a distância de 43,22m até o VT-77 (N=6939468.3956m e E=727867.7296m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 04 (APP 04), com o azimute plano de 94° 09' 11" e a distância de 50,14m até o VT-58 (N=6939464.7644m e E=727917.7389m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com distância em linha curva de 8,95m com raio 22,00m até o VT-59 (N=6939456.9678m e E=727913.4723m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com distância em linha curva de 19,18m com raio 23,00m até o VT-60 (N=6939442.8928m e E=727901.2695m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com o azimute plano de 250° 13' 06" e a distância de 29,62m até o VT-61 (N=6939432.8700m e E=727873.4021m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com o azimute plano de 280° 41' 20" e a distância de 21,50m até o VT-62 (N=6939436.8569m e E=727852.2796m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com o azimute plano de 280° 41' 20" e a distância de 64,16m até o VT-63 (N=6939448.7569m e E=727789.2339m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 02, com o azimute plano de 334° 01' 30" e a distância de 68,80m até o VT-73 (N=6939510.6082m e E=727759.1004m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 02 (APP 02), com o azimute plano de 334° 01' 30" e a distância de 29,76m até o VT-04 (N=6939537.3632m e E=727746.0655m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 436,64m.

V – ÁREA 03 (APP03) – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 5.270,34m<sup>2</sup> (cinco mil duzentos e setenta metros e trinta e quatro centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-04, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939537.3632m e E=727746.0655m), deste segue confrontando com terras de RODOBENS, com o azimute plano de 97° 30' 01" e a distância de 6,38m até o VT-05 (N=6939536.5304m e E=727752.3907m), deste segue confrontando com terras de RODOBENS, com o azimute plano de 99° 55' 01" e a distância de 44,61m até o VT-06 (N=6939528.8478m e E=727796.3340m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 04 (APP 04), com o azimute plano de 126° 46' 58" e a distância de 50,53m até o VT-78 (N=6939498.5927m e E=727836.8025m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 04 (APP 04), com o azimute plano de 134° 18' 57" e a distância de 43,22m até o VT-77 (N=6939468.3956m e E=727867.7296m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 04 (APP 04), com o azimute plano de 94° 09' 11" e a distância de 50,14m até o VT-58 (N=6939464.7644m e E=727917.7389m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com distância em linha curva de 8,95m com raio 22,00m até o VT-59 (N=6939456.9678m e E=727913.4723m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com distância em linha curva de 19,18m com raio 23,00m até o VT-60 (N=6939442.8928m e E=727901.2695m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com o azimute plano de 250° 13' 06" e a distância de 29,62m até o VT-61 (N=6939432.8700m e E=727873.4021m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com o azimute plano de 280° 41' 20" e a distância de 21,50m até o VT-62 (N=6939436.8569m e E=727852.2796m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 03, com o azimute plano de 329° 22' 57" e a distância de 13,01m até o VT-76 (N=6939448.0496m e E=727845.6556m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 03, com o azimute plano de 314° 25' 16" e a distância de 37,63m até o VT-75 (N=6939474.3869m e E=727818.7807m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 03, com o azimute plano de 307° 06' 13" e a distância de 66,08m até o VT-74 (N=6939514.2469m e E=727766.0832m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 03, com o azimute plano de 242° 28' 35" e a distância de 7,87m até o VT-73 (N=6939510.6082m e E=727759.1004m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 02 (APP 02), com o azimute plano de 334° 01' 30" e a distância de 29,76m até o VT-04 (N=6939537.3632m e E=727746.0655m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 428,26m.

VI – ÁREA 04 – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 4.410,35m<sup>2</sup> (quatro mil quatrocentos e dez metros e trinta e cinco centímetros quadrados), inicia-se



no Vértice denominado VT-06, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939528.8478m e E=727796.3340m), deste segue confrontando com terras de LOTEAMENTO SANTA CLARA II, com o azimute plano de 100° 06' 25" e a distância de 75,60m até o VT-07 (N=6939515.5818m e E=727870.7571m), deste segue confrontando com terras de LOTEAMENTO SANTA CLARA II, com o azimute plano de 100° 06' 25" e a distância de 69,27m até o VT-08 (N=6939503.4266m e E=727938.9478m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com o azimute plano de 190° 07' 40" e a distância de 17,58m até o VT-56 (N=6939486.1223m e E=727935.8568m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com distância em linha curva de 20,73m com raio 23,00m até o VT-57 (N=6939469.9041m e E=727924.0976m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com distância em linha curva de 8,22m com raio 22,00m até o VT-58 (N=6939464.7644m e E=727917.7389m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 03 (APP 03), com o azimute plano de 274° 09' 11" e a distância de 50,14m até o VT-77 (N=6939468.3956m e E=727867.7296m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 03 (APP 03), com o azimute plano de 314° 18' 57" e a distância de 43,22m até o VT-78 (N=6939498.5927m e E=727836.8025m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 03 (APP 03), com o azimute plano de 306° 46' 58" e a distância de 50,53m até o VT-06 (N=6939528.8478m e E=727796.3340m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 334,54m.

VII – ÁREA 04 (APP04) – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 2.895,35m<sup>2</sup> (dois mil e oitocentos e noventa e cinco metros e trinta e cinco centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-06, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939528.8478m e E=727796.3340m), deste segue confrontando com terras de LOTEAMENTO SANTA CLARA II, com o azimute plano de 100° 06' 25" e a distância de 75,47m até o VT-07 (N=6939515.5818m e E=727870.7571m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 04, com o azimute plano de 133° 52' 19" e a distância de 37,91m até o VT-79 (N=6939489.3117m e E=727898.0824m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 04, com o azimute plano de 141° 18' 49" e a distância de 31,45m até o VT-58 (N=6939464.7644m e E=727917.7389m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 03 (APP 03), com o azimute plano de 274° 09' 11" e a distância de 50,14m até o VT-77 (N=6939468.3956m e E=727867.7296m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 03 (APP 03), com o azimute plano de 314° 18' 57" e a distância de 43,22m até o VT-78 (N=6939498.5927m e E=727836.8025m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 03 (APP 03), com o azimute plano de 306° 46' 58" e a distância de 50,53m até o VT-06 (N=6939528.8478m e E=727796.3340m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 288,85m.

VIII – ÁREA 05 – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 5.252,98m<sup>2</sup> (cinco mil duzentos e cinquenta e dois metros e noventa e oito centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-08, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939503.4266m e E=727938.9478m), deste segue confrontando com terras de AV. PAULO ROBERTO VIDAL, com o azimute plano de 100° 06' 25" e a distância de 11,20m até o VT-09 (N=6939501.4612m e E=727949.9740m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 08, com o azimute plano de 190° 07' 40" e a distância de 17,21m até o VT-55 (N=6939484.5204m e E=727946.9479m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 190° 07' 40" e a distância de 57,79m até o VT-54 (N=6939427.6358m e E=727936.7868m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 06 (AVENIDA PROJETADA 02), com distância em linha curva de 8,40m com raio 23,00m até o VT-53 (N=6939428.3309m e E=727928.4628m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 06 (AVENIDA PROJETADA 02), com distância em linha curva de 5,61m com raio 23,00m até o VT-52 (N=6939430.4484m e E=727923.2807m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 06 (AVENIDA PROJETADA 02), com distância em linha curva de 18,67m com raio 22,00m até o VT-51 (N=6939431.9947m e E=727905.2257m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 06 (AVENIDA PROJETADA 02), com o azimute plano de 252° 04' 35" e a distância de 33,08m até o VT-50 (N=6939421.8137m e E=727873.7493m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 06 (AVENIDA PROJETADA 02), com o azimute plano de 280° 41' 20" e a distância de 15,78m até o VT-49 (N=6939424.7396m e E=727858.2483m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 06 (AVENIDA PROJETADA 02), com o azimute plano de 280° 41' 20" e a distância de 64,23m até o VT-48 (N=6939436.6532m e E=727795.1307m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 06 (AVENIDA PROJETADA 02), com o azimute plano de 280° 41' 20" e a distância de 18,70m até o VT-47 (N=6939440.1215m e E=727776.7555m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 06 (AVENIDA PROJETADA 02), com o azimute plano de 280° 41' 20" e a distância de 42,86m até o VT-46 (N=6939448.0714m e E=727734.6376m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 06 (AVENIDA PROJETADA 02), com o azimute plano de 280° 41' 20" e a distância de 156,03m até o VT-45 (N=6939477.0109m e E=727581.3176m), deste segue confrontando com terras de AV. PAULO ROBERTO VIDAL, com o azimute plano de 355° 38' 24" e a distância de 11,18m até o VT-67 (N=6939488.1621m e E=727580.4674m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 01, com o azimute plano de 100° 41' 20" e a distância de 23,53m até o VT-66 (N=6939483.7975m e E=727603.5907m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 01 (APP 01), com o azimute plano de 100° 41' 20" e a distância de 50,86m até o VT-65A (N=727653.5665m e E=727653.5665m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 02 (APP 02), com o azimute plano de 100° 41' 20" e a distância de 82,13m até o VT-65 (N=6939459.1321m e E=727734.2669m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 02, com o azimute plano de 100° 41' 20" e a distância de 37,24m até o VT-64 (N=6939452.2253m e E=727770.8586m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 02, com o azimute plano de 100° 41' 20" e a distância de 18,70m até o VT-63 (N=6939448.7569m e E=727789.2339m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 03, com o azimute plano de 100° 41' 20" e a distância de 64,16m até o VT-62 (N=6939436.8569m e E=727852.2796m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 03 (APP 03), com o azimute plano de 100° 41' 20" e a distância de 21,50m até o VT-61 (N=6939432.8700m e E=727873.4021m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 03 (APP 03), com o azimute plano de 70° 13' 06" e a distância de 29,62m até o VT-60 (N=6939442.8928m e E=727901.2695m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 03 (APP 03), com distância em linha curva de 19,18m com raio 23,00m até o VT-59 (N=6939456.9678m e E=727913.4723m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 03 (APP 03), com distância em linha curva de 8,95m com raio 22,00m até o VT-58 (N=6939464.7644m e E=727917.7389m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 04, com distância em linha curva de 8,22m com raio 22,00m até o VT-57 (N=6939469.9041m e E=727924.0976m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 04, com distância em linha curva de 20,73m com raio 23,00m até o VT-56 (N=6939486.1223m e E=727935.8568m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 04, com o azimute plano de 10° 07' 40" e a distância de 17,58m até o VT-08 (N=6939503.4266m e E=727938.9478m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 861,15m.

IX – ÁREA 06 – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 3904.53m<sup>2</sup> (três mil novecentos e quatro metros e cinquenta e três centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-39, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939400.7554m e E=727936.5583m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 37" e a distância de 33,40m até o VT-39A (N=6939407.0200m e E=727903.7501m), deste segue confrontando com terras de RIO, com o azimute plano de 280° 48' 37" e a distância de 6,46m até o VT-39B (N=6939408.2316m e E=727897.4051m), deste segue confrontando com terras de JOÃO JOSÉ DA ROSA, com o azimute plano de 280° 48' 37" e a distância de 34,87m até o VT-40 (N=6939414.7709m e E=727863.1586m), deste segue confrontando com terras de JOÃO JOSÉ DA ROSA, com o azimute plano de 280° 48' 37" e a distância de 64,39m até o VT-41 (N=6939426.8486m e E=727799.9075m), deste segue confrontando com terras de JOÃO JOSÉ DA ROSA, com o azimute plano de 280° 48' 37" e a distância de 18,73m até o VT-42 (N=6939430.3614m e E=727781.5105m), deste segue confrontando com terras de JOÃO JOSÉ DA ROSA, com o azimute plano de 280° 48' 37" e a distância de 47,42m até o VT-43 (N=6939439.2553m e E=727734.9330m), deste segue confrontando com terras de JOÃO JOSÉ DA ROSA, com o azimute plano de 280° 48' 37" e a distância de 155,73m até o VT-44 (N=6939468.4634m e E=727581.9693m), deste segue confrontando com terras de RODOBENS, com o azimute plano de 355° 38' 24" e a distância de 8,57m até o VT-45 (N=6939477.0109m e E=727581.3176m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com o azimute plano de 100° 41' 20" e a distância de 156,03m até o VT-46 (N=6939448.0714m e E=727734.6376m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com o azimute plano de 100° 41' 20" e a distância de 42,86m até o VT-47 (N=6939440.1215m e E=727776.7555m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com o azimute plano de 100° 41' 20" e a distância de 18,70m até o VT-48 (N=6939436.6532m e E=727795.1307m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com o azimute plano de 100° 41' 20" e a distância de 64,23m até o VT-49 (N=6939424.7396m e E=727858.2483m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com o azimute plano de 100° 41' 20" e a distância de 15,78m até o VT-50 (N=6939421.8137m e E=727873.7493m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com o azimute plano de 72° 04' 35" e a distância de 33,08m até o VT-51 (N=6939431.9947m e E=727905.2257m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com distância em linha curva de 18,67m com raio 22,00m até o VT-52 (N=6939430.4484m e E=727923.2807m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com distância em linha curva de 5,61m com raio 23,00m até o VT-53 (N=6939428.3309m e E=727928.4628m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com distância em linha curva de 8,40m com raio 23,00m até o VT-54 (N=6939427.6358m e E=727936.7868m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 09, com o azimute plano de 190° 07' 40" e a distância de 17,44m até o VT-124 (N=6939410.4688m e E=727933.7204m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 09, com o azimute plano de 163° 42' 49" e a distância de 10,12m até o VT-39 (N=6939400.7554m e E=727936.5583m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 759,875m.

X – ÁREA 07 – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 33.539,36m<sup>2</sup> (trinta e três mil quinhentos e trinta e nove metros e trinta e seis centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-54, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939427.6358m e E=727936.7868m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com o azimute plano de 10° 07' 40" e a distância de 57,79m até o VT-55 (N=6939484.5204m e E=727946.9479m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 08, com distância em linha curva de 35,86m com raio 23,00m até o VT-80 (N=6939457.8839m e E=727965.2772m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 08, com o azimute plano de 100° 48' 23" e a distância de 165,54m até o VT-81 (N=6939426.8465m e E=728127.8807m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 08, com o azimute plano de 55° 48' 23" e a distância de 9,90m até o VT-82 (N=6939432.4099m e E=728136.0690m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 08, com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-11 (N=6939462.4633m e E=728141.8055m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 101° 29' 28" e a distância de 12,00m até o VT-12 (N=6939460.0725m e E=728153.5658m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 190° 48' 23" e a distância de 30,45m até o VT-83 (N=6939430.1600m e E=728147.8562m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 10, com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-84 (N=6939421.9717m e E=728153.4196m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 10, com o azimute plano de 100° 48' 23" e a distância de 135,00m até o VT-85 (N=6939396.6602m e E=728286.0255m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 10, com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-86 (N=6939402.2236m e E=728294.2138m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 10, com o azimute plano de 10° 48' 23" e a distância de 28,67m até o VT-13 (N=6939430.3869m e E=728299.5895m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 101° 29' 28" e a distância de 10,89m até o VT-14 (N=6939428.2181m e E=728310.2579m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 100° 13' 05" e a distância de 1,11m até o VT-15 (N=6939428.0205m e E=728311.3545m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 12, com o azimute plano de 190° 48' 23" e a distância de 28,55m até o VT-87 (N=6939399.9737m e E=728306.0010m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 12, com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-88 (N=6939391.7854m e E=728311.5644m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 12, com o azimute plano de 100° 48' 23" e a distância de 123,00m até o VT-89 (N=6939368.7238m e E=728432.3831m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 12, com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-90 (N=6939374.2872m e E=728440.5714m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 12, com o azimute plano de 10° 48' 23" e a distância de 29,96m até o VT-16 (N=6939403.7159m e E=728446.1887m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 100° 13' 05" e a distância de 12,00m até o VT-17 (N=6939401.5870m e E=728457.9990m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 14, com o azimute plano de 190° 48' 23" e a distância de 30,08m até o VT-91 (N=6939372.0373m e E=728452.3586m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 14, com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-92 (N=6939363.8490m e E=728457.9220m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 14, com o azimute plano de 100° 48' 23" e a distância de 142,00m até o VT-93 (N=6939337.2250m e E=728597.4038m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 14, com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-94 (N=6939342.7885m e E=728605.5921m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 14, com o azimute plano de 10° 48' 23" e a distância de 31,69m até o VT-18 (N=6939373.9117m e E=728611.5329m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 100° 13' 05" e a distância de 12,00m até o VT-19 (N=6939371.7829m e E=728623.3432m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 16, com o azimute plano de 190° 48' 23" e a distância de 31,81m até o VT-95 (N=6939340.5385m e E=728617.3793m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 16, com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-96 (N=6939332.3502m e E=728622.9427m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 16, com o



azimute plano de 100° 48' 23" e a distância de 189,00m até o VT-97 (N=6939296.9141m e E=728808.5910m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 16, com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-98 (N=6939302.4775m e E=728816.7793m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 16, com o azimute plano de 10° 48' 23" e a distância de 33,89m até o VT-20 (N=6939335.7695m e E=728823.1340m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 100° 13' 05" e a distância de 12,00m até o VT-21 (N=6939333.6407m e E=728834.9443m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 18, com o azimute plano de 190° 48' 23" e a distância de 34,02m até o VT-99 (N=6939300.2276m e E=728828.5665m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 18, com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-100 (N=6939292.0393m e E=728834.1299m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 18, com o azimute plano de 100° 48' 23" e a distância de 35,41m até o VT-101 (N=6939285.4003m e E=728868.9114m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 18, com distância em linha curva de 78,81m com raio 197,00m até o VT-102 (N=6939286.2942m e E=728947.1923m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 18, com o azimute plano de 77° 53' 06" e a distância de 66,68m até o VT-23 (N=6939300.2881m e E=729012.3856m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 101° 02' 56" e a distância de 6,20m até o VT-24 (N=6939299.1000m e E=729018.4700m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 20 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 100° 59' 31" e a distância de 25,65m até o VT-25 (N=6939294.2099m e E=729043.6458m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 20 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 100° 59' 31" e a distância de 20,66m até o VT-26 (N=6939290.2700m e E=729063.9300m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 20 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 181° 56' 25" e a distância de 5,55m até o VT-27 (N=6939284.7197m e E=729063.7420m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 19 (APP 05), com o azimute plano de 257° 53' 06" e a distância de 113,62m até o VT-103 (N=6939260.8732m e E=728952.6490m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 19 (APP 05), com distância em linha curva de 71,73m com raio 223,00m até o VT-104 (N=6939257.2603m e E=728881.3147m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 17, com distância em linha curva de 17,48m com raio 223,00m até o VT-105 (N=6939259.8614m e E=728864.0366m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 17, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 250,41m até o VT-106 (N=6939306.8113m e E=728618.0679m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 17, com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-107 (N=6939301.2479m e E=728609.8796m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 17, com o azimute plano de 190° 48' 23" e a distância de 28,50m até o VT-31 (N=6939273.2533m e E=728604.5361m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 12,00m até o VT-32 (N=6939275.5032m e E=728592.7489m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 15, com o azimute plano de 10° 48' 23" e a distância de 28,50m até o VT-108 (N=6939303.4978m e E=728598.0924m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 15, com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-109 (N=6939311.6861m e E=728592.5290m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 15, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 142,00m até o VT-110 (N=6939338.3101m e E=728453.0472m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 15, com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-111 (N=6939332.7467m e E=728444.8589m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 15, com o azimute plano de 190° 48' 23" e a distância de 28,50m até o VT-33 (N=6939304.7521m e E=728439.5154m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 12,00m até o VT-34 (N=6939307.0020m e E=728427.7282m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 13, com o azimute plano de 10° 48' 23" e a distância de 28,50m até o VT-112 (N=6939334.9966m e E=728433.0717m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 13, com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-113 (N=6939343.1849m e E=728427.5083m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 13, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 123,00m até o VT-114 (N=6939366.2465m e E=728306.6896m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 13, com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-115 (N=6939360.6831m e E=728298.5013m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 13, com o azimute plano de 190° 48' 23" e a distância de 28,50m até o VT-35 (N=6939332.6885m e E=728293.1577m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 12,00m até o VT-36 (N=6939334.9384m e E=728281.3705m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 11, com o azimute plano de 10° 48' 23" e a distância de 28,50m até o VT-116 (N=6939362.9330m e E=728286.7141m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 11, com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-117 (N=6939371.1213m e E=728281.1507m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 11, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 135,00m até o VT-118 (N=6939396.4328m e E=728148.5448m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 11, com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-119 (N=6939390.8694m e E=728140.3564m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 11, com o azimute plano de 190° 48' 23" e a distância de 28,50m até o VT-37 (N=6939362.8748m e E=728135.0129m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 12,00m até o VT-38 (N=6939365.1247m e E=728123.2257m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 09, com o azimute plano de 10° 48' 23" e a distância de 28,36m até o VT-120 (N=6939392.9838m e E=728128.5434m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 09, com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-121 (N=6939401.3076m e E=728123.0058m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 09, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 166,10m até o VT-122 (N=6939432.4500m e E=727959.8522m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 09, com distância em linha curva de 14,67m com raio 22,00m até o VT-123 (N=6939430.2404m e E=727945.3529m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 09, com distância em linha curva de 9,01m com raio 23,00m até o VT-54 (N=6939427.6358m e E=727936.7868m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.949,61m.

XI – ÁREA 08 – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 7.413,29m<sup>2</sup> (sete mil quatrocentos e treze metros e vinte e nove centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-09, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939501.4612m e E=727949.9740m), deste segue confrontando com terras de LOT. SANTA CLARA II, com o azimute plano de 101° 29' 28" e a distância de 41,21m até o VT-10 (N=6939493.2515m e E=727990.3577m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 101° 29' 28" e a distância de 154,55m até o VT-11 (N=6939462.4633m e E=728141.8055m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 190° 48' 23" e a distância de 30,60m até o VT-82 (N=6939432.4099m e E=728136.0690m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-81 (N=6939426.8465m e E=728127.8807m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 165,54m até o VT-80 (N=6939457.8839m e E=727965.2772m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 35,86m com raio 23,00m até o VT-55 (N=6939484.5204m e E=727946.9479m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 05 (AV. PAULO ROBERTO VIDAL), com o azimute plano de 10° 07' 40" e a distância de 17,21m até o VT-09 (N=6939501.4612m e E=727949.9740m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma

área superficial de 454,77m.

XII – ÁREA 09 – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 6.796,71m<sup>2</sup> (seis mil setecentos e noventa e seis metros e setenta e um centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-38, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939365.1247m e E=728123.2257m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 190,04m até o VT-39 (N=6939400.7554m e E=727936.5583m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 06 (AVENIDA PROJETADA 02), com o azimute plano de 343° 42' 49" e a distância de 10,12m até o VT-124 (N=6939410.4688m e E=727933.7204m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 06 (AVENIDA PROJETADA 02), com o azimute plano de 10° 07' 40" e a distância de 17,44m até o VT-54 (N=6939427.6358m e E=727936.7868m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 9,01m com raio 23,00m até o VT-123 (N=6939430.2404m e E=727945.3529m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 14,67m com raio 22,00m até o VT-122 (N=6939432.4500m e E=727959.8522m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 100° 48' 23" e a distância de 166,10m até o VT-121 (N=6939401.3076m e E=728123.0058m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-120 (N=6939392.9838m e E=728128.5434m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 190° 48' 23" e a distância de 28,36m até o VT-38 (N=6939365.1247m e E=728123.2257m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 446,78m.

XIII – ÁREA 10 – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 5.419,05m<sup>2</sup> (cinco mil quatrocentos e dezenove metros e cinco centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-12, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939460.0725m e E=728153.5658m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 101° 29' 28" e a distância de 149,01m até o VT-13 (N=6939430.3869m e E=728299.5895m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 190° 48' 23" e a distância de 28,67m até o VT-86 (N=6939402.2236m e E=728294.2138m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-85 (N=6939396.6602m e E=728286.0255m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 135,00m até o VT-84 (N=6939421.9717m e E=728153.4196m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-83 (N=6939430.1600m e E=728147.8562m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 10° 48' 23" e a distância de 30,45m até o VT-12 (N=6939460.0725m e E=728153.5658m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 364,56m.

XIV – ÁREA 11 – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 5.260,79m<sup>2</sup> (cinco mil duzentos e sessenta metros e setenta e nove centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-36, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939334.9384m e E=728281.3705m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 149,00m até o VT-37 (N=6939362.8748m e E=728135.0129m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 10° 48' 23" e a distância de 28,50m até o VT-119 (N=6939390.8694m e E=728140.3564m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-118 (N=6939396.4328m e E=728148.5448m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 100° 48' 23" e a distância de 135,00m até o VT-117 (N=6939371.1213m e E=728281.1507m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-116 (N=6939362.9330m e E=728286.7141m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 190° 48' 23" e a distância de 28,50m até o VT-36 (N=6939334.9384m e E=728281.3705m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 362,43m.

XV – ÁREA 12 – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 4.938,44m<sup>2</sup> (quatro mil novecentos e trinta e oito metros e quarenta e quatro centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-15, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939428.0205m e E=728311.3545m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 100° 13' 05" e a distância de 137,01m até o VT-16 (N=6939403.7159m e E=728446.1887m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 190° 48' 23" e a distância de 29,96m até o VT-90 (N=6939374.2872m e E=728440.5714m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-89 (N=6939368.7238m e E=728432.3831m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 123,00m até o VT-88 (N=6939391.7854m e E=728311.5644m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-87 (N=6939399.9737m e E=728306.0010m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 10° 48' 23" e a distância de 28,55m até o VT-15 (N=6939428.0205m e E=728311.3545m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 339,95m.

XVI – ÁREA 13 – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 4.834,79m<sup>2</sup> (quatro mil oitocentos e trinta e quatro metros e setenta e nove centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-34, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939307.0020m e E=728427.7282m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 137,00m até o VT-35 (N=6939332.6885m e E=728293.1577m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 10° 48' 23" e a distância de 28,50m até o VT-115 (N=6939360.6831m e E=728298.5013m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-114 (N=6939366.2465m e E=728306.6896m), deste segue confrontando com terras de



ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 100° 48' 23" e a distância de 123,00m até o VT-113 (N=6939343.1849m e E=728427.5083m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-112 (N=6939334.9966m e E=728433.0717m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 190° 48' 23" e a distância de 28,50m até o VT-34 (N=6939307.0020m e E=728427.7282m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 338,43m.

XVII – ÁREA 14 – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 5.881,24m<sup>2</sup> (cinco mil oitocentos e oitenta e um metros e vinte e quatro centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-17, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939401.5870m e E=728457.9990m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 100° 13' 05" e a distância de 156,01m até o VT-18 (N=6939373.9117m e E=728611.5329m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 190° 48' 23" e a distância de 31,69m até o VT-94 (N=6939342.7885m e E=728605.5921m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-93 (N=6939337.2250m e E=728597.4038m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 142,00m até o VT-92 (N=6939363.8490m e E=728457.9220m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-91 (N=6939372.0373m e E=728452.3586m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 10° 48' 23" e a distância de 30,08m até o VT-17 (N=6939401.5870m e E=728457.9990m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 381,21m.

XVIII – ÁREA 15 – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 5.509,29m<sup>2</sup> (Cinco mil quinhentos e nove metros e vinte e nove centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-32, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939275.5032 e E=728592.7489), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 156,00m até o VT-33 (N=6939304.7521m e E=728439.5154m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 10° 48' 23" e a distância de 28,50m até o VT-111 (N=6939332.7467m e E=728444.8589m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-110 (N=6939338.3101m e E=728453.0472m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 100° 48' 23" e a distância de 142,00m até o VT-109 (N=6939311.6861m e E=728592.5290m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-108 (N=6939303.4978m e E=728598.0924m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 190° 48' 23" e a distância de 28,50m até o VT-32 (N=6939275.5032m e E=728592.7489m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 376,43m.

XIX – ÁREA 16 – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 8.060,99m<sup>2</sup> (Oito mil e sessenta metros e noventa e nove centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-19, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939371.7829 e E=728623.3432), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 100° 13' 05" e a distância de 203,01m até o VT-20 (N=6939335.7695m e E=728823.1340m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 190° 48' 23" e a distância de 33,89m até o VT-98 (N=6939302.4775m e E=728816.7793m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-97 (N=6939296.9141m e E=728808.5910m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 189,00m até o VT-96 (N=6939332.3502m e E=728622.9427m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-95 (N=6939340.5385m e E=728617.3793m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 10° 48' 23" e a distância de 31,81m até o VT-19 (N=6939371.7829m e E=728623.3432m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 479,14m.

XX – ÁREA 17 – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 8.253,12 m<sup>2</sup> (Oito mil duzentos e cinquenta e três metros e doze centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-30, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939237.2243m e E=728793.2905m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 192,16 m até o VT-31 (N=6939273.2533 m e E=728604.5361 m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 10° 48' 23" e a distância de 28,50 m até o VT-107 (N=6939301.2479 m e E=728609.8796 m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 11,00 m com raio 7,00 m até o VT-106 (N=6939306.8113 m e E=728618.0679 m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 100° 48' 23" e a distância de 250,41 m até o VT-105 (N=6939259.8614 m e E=728864.0366 m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 17,48 m com raio 223,00 m até o VT-104 (N=6939257.2603 m e E=728881.3147 m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 19 (APP 05), com o azimute plano de 257° 10' 37" e a distância de 90,28 m até o VT-30 (N=6939237.2243 m e E=728793.2905 m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 589,53 m.

XXI – ÁREA 18 – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 5.300,24m<sup>2</sup> (Cinco mil e trezentos metros e vinte e quatro centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-21, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939333.6407m e E=728834.9443m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 100° 13' 05" e a distância de 87,72m até o VT-22 (N=6939318.0800m e E=728921.2700m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 101° 02' 56" e a distância de 92,84m até o VT-23 (N=6939300.2881m e E=729012.3856m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute

plano de 257° 53' 06" e a distância de 66,68m até o VT-102 (N=6939286.2942m e E=728947.1923m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 78,81m com raio 197,00m até o VT-101 (N=6939285.4003m e E=728868.9114m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 35,41m até o VT-100 (N=6939292.0393m e E=728834.1299m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 11,00m com raio 7,00m até o VT-99 (N=6939300.2276m e E=728828.5665m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 10° 48' 23" e a distância de 34,02m até o VT-21 (N=6939333.6407m e E=728834.9443m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 406,05m.

XXII – ÁREA 19 (APP05) – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 4.249,79m<sup>2</sup> (Quatro mil duzentos e quarenta e nove metros e setenta e nove centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-27, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939284.7197m e E=729063.7420m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 20 (APP 06), com o azimute plano de 181° 56' 25" e a distância de 12,35m até o VT-28 (N=6939272.3820m e E=729063.3240m), deste segue confrontando com terras de RIO PASSA VINTE, com o azimute plano de 257° 26' 07" e a distância de 214,69m até o VT-29 (N=6939225.6785m e E=728853.7787m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 61,58m até o VT-30 (N=6939237.2243m e E=728793.2905m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 17, com o azimute plano de 77° 10' 37" e a distância de 90,28m até o VT-104 (N=6939257.2603m e E=728881.3147m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 71,73m com raio 223,00m até o VT-103 (N=6939260.8732m e E=728952.6490m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 77° 53' 06" e a distância de 113,62m até o VT-27 (N=6939284.7197m e E=729063.7420m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 563,94m.

XXIII – ÁREA 20 (APP06) – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 867,52m<sup>2</sup> (Oitocentos e sessenta e sete metros e cinquenta e dois centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-135, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939286.2377m e E=729124.1460m), deste segue confrontando com terras de RIO PASSA VINTE, com o azimute plano de 257° 10' 00" e a distância de 62,38m até o VT-28 (N=6939272.3820m e E=729063.3240m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 19 (APP 05), com o azimute plano de 1° 56' 25" e a distância de 12,35m até o VT-27 (N=6939284.7197m e E=729063.7420m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 20 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 77° 53' 06" e a distância de 19,78m até o VT-138 (N=6939288.8716m e E=729083.0843m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 20 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 36,09m com raio 123,00m até o VT-137 (N=6939301.4759m e E=729116.7606m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 20 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 17,10m com raio 7,00m até o VT-136 (N=6939292.8399m e E=729126.6810m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 20 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 201° 00' 19" e a distância de 7,07m até o VT-135 (N=6939286.2377m e E=729124.1460m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 154,16m.

XXIV – ÁREA 20 (APP07) – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 1.769,49m<sup>2</sup> (um mil setecentos e sessenta e nove metros e quarenta e nove centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-132, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939341.5781m e E=729321.5868m), deste segue confrontando com terras de DNIT (RODOVIA BR-101), com o azimute plano de 216° 17' 03" e a distância de 15,44m até o VT-133 (N=6939329.1352m e E=729312.4518m), deste segue confrontando com terras de RIO PASSA VINTE, com o azimute plano de 257° 10' 00" e a distância de 173,85m até o VT-134 (N=6939290.5195m e E=729142.9415m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 20 (AVENIDA PROJETADA 01), com distância em linha curva de 16,68m com raio 27,00m até o VT-139 (N=6939303.2165m e E=729153.0522m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 20 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 77° 10' 37" e a distância de 172,85m até o VT-132 (N=6939341.5781m e E=729321.5868m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 378,77m.

XXV – ÁREA 20 – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 6.519,49m<sup>2</sup> (Seis mil quinhentos e dezenove metros e quarenta e nove centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-23, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939300.2881m e E=729012.3856m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 77° 53' 06" e a distância de 66,73m até o VT-125 (N=6939314.2925m e E=729077.6276m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com distância em linha curva de 47,21m com raio 97,00m até o VT-126 (N=6939334.4732m e E=729118.6670m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com distância em linha curva de 41,25m com raio 23,00m até o VT-127 (N=6939334.8503m e E=729154.6092m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com distância em linha curva de 29,98m com raio 27,00m até o VT-128 (N=6939325.5930m e E=729181.5214m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 77° 10' 37" e a distância de 131,00m até o VT-129 (N=6939354.6680m e E=729309.2567m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 21 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 101° 09' 25" e a distância de 19,53m até o VT-131 (N=6939350.8882m e E=729328.4217m), deste segue confrontando com terras de DNIT (RODOVIA BR-101), com o azimute plano de 216° 17' 03" e a distância de 11,55m até o VT-132 (N=6939341.5781m e E=729321.5868m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 20 (APP 07), com o azimute plano de 257° 10' 37" e a distância de 172,85m até o VT-139 (N=6939303.2165m e E=729153.0522m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 20 (APP 07), com distância em linha curva de 16,68m com raio 27,00m até o VT-134 (N=6939290.5195m e E=729142.9415m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 22, com o azimute plano de 257° 10' 00" e a distância de 19,28m até o VT-135 (N=6939286.2377m e E=729124.1460m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 20 (APP 06), com o azimute plano de 21° 00' 19" e a distância de 7,07m até o VT-136 (N=6939292.8399m e E=729126.6810m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 20 (APP 06), com distância em linha curva de 17,10m com raio 7,00m até o VT-137 (N=6939301.4759m e E=729116.7606m), deste segue confrontando com terras



de ÁREA 20 (APP 06), com distância em linha curva de 36,09m com raio 123,00m até o VT-138 (N=6939288.8716m e E=729083.0843m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 20 (APP 06), com o azimute plano de 257° 53' 06" e a distância de 19,78m até o VT-27 (N=6939284.7197m e E=729063.7420m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 1° 56' 25" e a distância de 5,55m até o VT-136 (N=6939290.2700m e E=729063.9300m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 280° 59' 31" e a distância de 20,66m até o VT-25 (N=6939294.2099m e E=729043.6458m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 280° 59' 31" e a distância de 25,65m até o VT-24 (N=6939299.1000m e E=729018.4700m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 07 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 281° 02' 56" e a distância de 6,20m até o VT-23 (N=6939300.2881m e E=729012.3856m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 689,64m.

XXVI – ÁREA 21 – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 89,23m<sup>2</sup> (Oitenta e nove metros e vinte e três centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-129, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939354.6680m e E=729309.2567m), deste segue confrontando com terras de Emplasul - Embalagens Plásticas Ltda, com o azimute plano de 77° 10' 37" e a distância de 22,48m até o VT-130 (N=6939359.6567m e E=729331.1735m), deste segue confrontando com terras de DNIT (RODOVIA BR-101), com o azimute plano de 197° 25' 22" e a distância de 9,19m até o VT-131 (N=6939350.8882m e E=729328.4217m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 20 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 281° 09' 25" e a distância de 19,53m até o VT-129 (N=6939354.6680m e E=729309.2567m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 51,20m.

XXVII – ÁREA 22 – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 2.154,56m<sup>2</sup> (Dois mil cento e cinquenta e quatro metros e cinquenta e seis centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-134, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939290.5163m e E=729142.9278m), deste segue confrontando com terras de TERRENO 01, com o azimute plano de 201° 00' 19" e a distância de 123,37m até o VT-140 (N=6939175.3439m e E=729098.7048m), deste segue confrontando com terras de TERRENO 01, com distância em linha curva de 12,48m com raio 6,00m até o VT-141 (N=6939167.2548m e E=729105.1635m), deste segue confrontando com terras de RUA JOSÉ ONÓFRE PEREIRA, com o azimute plano de 265° 10' 27" e a distância de 38,36m até o VT-142 (N=6939164.0279m e E=729066.9420m), deste segue confrontando com terras de TERRENO 02, com distância em linha curva de 19,04m com raio 17,00m até o VT-143 (N=6939174.8742m e E=729081.3855m), deste segue confrontando com terras de TERRENO 02, com o azimute plano de 21° 00' 19" e a distância de 119,29m até o VT-155 (N=6939286.2377m e E=729124.1460m), deste segue confrontando com terras de ÁREA 20 (AVENIDA PROJETADA 01), com o azimute plano de 77° 10' 00" e a distância de 19,26m até o VT-134 (N=6939290.5163m e E=729142.9278m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 331,31m.

XXVIII – ÁREA GERAL – sendo um imóvel situado, ao lado esquerdo, da AV. Paulo Roberto Vidal, no bairro Bela Vista no município de Palhoça do estado de Santa Catarina, com área de 141.347,47m<sup>2</sup> (cento e quarenta e um mil trezentos e quarenta e sete metros e quarenta e sete centímetros quadrados), inicia-se no Vértice denominado VT-01, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, mC 57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Projeção UTM (N=6939559.9354m e E=727574.6181m), deste segue confrontando com terras de RODOBENS, com o azimute plano de 97° 30' 01" e a distância de 114,41m até o VT-02 (N=6939545.0017m e E=727688.0469m), deste segue confrontando com terras de RODOBENS, com o azimute plano de 97° 30' 01" e a distância de 40,54m até o VT-03 (N=6939539.7105m e E=727728.2364m), deste segue confrontando com terras de RODOBENS, com o azimute plano de 97° 30' 01" e a distância de 17,98m até o VT-04 (N=6939537.3632m e E=727746.0655m), deste segue confrontando com terras de RODOBENS, com o azimute plano de 97° 30' 01" e a distância de 6,38m até o VT-05 (N=6939536.5304m e E=727752.3907m), deste segue confrontando com terras de RODOBENS, com o azimute plano de 99° 55' 01" e a distância de 44,61m até o VT-06 (N=6939528.8478m e E=727796.3340m), deste segue confrontando com terras de LOTEAMENTO SANTA CLARA II, com o azimute plano de 100° 06' 25" e a distância de 75,60m até o VT-07 (N=6939515.5818m e E=727870.7571m), deste segue confrontando com terras de LOTEAMENTO SANTA CLARA II, com o azimute plano de 100° 06' 25" e a distância de 69,27m até o VT-08 (N=6939503.4266m e E=727938.9478m), deste segue confrontando com terras de AV. PAULO ROBERTO VIDAL, com o azimute plano de 100° 06' 25" e a distância de 11,20m até o VT-09 (N=6939501.4612m e E=727949.9740m), deste segue confrontando com terras de LOT. SANTA CLARA II, com o azimute plano de 101° 29' 28" e a distância de 41,21m até o VT-10 (N=6939493.2515m e E=727990.3577m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 101° 29' 28" e a distância de 154,55m até o VT-11 (N=6939462.4633m e E=728141.8055m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 101° 29' 28" e a distância de 12,00m até o VT-12 (N=6939460.0725m e E=728153.5658m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 101° 29' 28" e a distância de 149,01m até o VT-13 (N=6939430.3869m e E=728299.5895m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 101° 29' 28" e a distância de 10,89m até o VT-14 (N=6939428.2181m e E=728310.2579m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 100° 13' 05" e a distância de 1,11m até o VT-15 (N=6939428.0205m e E=728311.3545m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 100° 13' 05" e a distância de 137,01m até o VT-16 (N=6939403.7159m e E=728446.1887m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 100° 13' 05" e a distância de 12,00m até o VT-17 (N=6939401.5870m e E=728457.9990m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 100° 13' 05" e a distância de 156,01m até o VT-18 (N=6939373.9117m e E=728611.5329m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 100° 13' 05" e a distância de 12,00m até o VT-19 (N=6939371.7829m e E=728623.3432m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 100° 13' 05" e a distância de 203,01m até o VT-20 (N=6939335.7695m e E=728823.1340m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 100° 13' 05" e a distância de 12,00m até o VT-21 (N=6939333.6407m e E=728834.9443m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 100° 13' 05" e a distância de 87,72m até o VT-22 (N=6939318.0800m e E=728921.2700m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 101° 02' 56" e a distância de 92,84m até o VT-23 (N=6939300.2881m e E=729012.3856m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 101° 02' 56" e a distância de 6,20m até o VT-24 (N=6939299.1000m



e E=729018.4700m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 100° 59' 31" e a distância de 25,65m até o VT-25 (N=6939294.2099m e E=729043.6458m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 100° 59' 31" e a distância de 20,66m até o VT-26 (N=6939290.2700m e E=729063.9300m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 181° 56' 25" e a distância de 5,55m até o VT-27 (N=6939284.7197m e E=729063.7420m), deste segue confrontando com terras de JOÃO ROSA DE FREITAS JUNIOR, com o azimute plano de 181° 56' 25" e a distância de 12,35m até o VT-28 (N=6939272.3820m e E=729063.3240m), deste segue confrontando com terras de RIO PASSA VINTE, com o azimute plano de 257° 26' 07" e a distância de 214,69m até o VT-29 (N=6939225.6785m e E=728853.7787m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 61,58m até o VT-30 (N=6939237.2243m e E=728793.2905m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 192,16m até o VT-31 (N=6939273.2533m e E=728604.5361m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 12,00m até o VT-32 (N=6939275.5032m e E=728592.7489m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 156,00m até o VT-33 (N=6939304.7521m e E=728439.5154m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 12,00m até o VT-34 (N=6939307.0020m e E=728427.7282m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 137,00m até o VT-35 (N=6939332.6885m e E=728293.1577m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 12,00m até o VT-36 (N=6939334.9384m e E=728281.3705m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 149,00m até o VT-37 (N=6939362.8748m e E=728135.0129m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 12,00m até o VT-38 (N=6939365.1247m e E=728123.2257m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 23" e a distância de 190,04m até o VT-39 (N=6939400.7554m e E=727936.5583m), deste segue confrontando com terras de GETULIO, com o azimute plano de 280° 48' 37" e a distância de 33,40m até o VT-39A (N=6939407.0200m e E=727903.7501m), deste segue confrontando com terras de RIO, com o azimute plano de 280° 48' 37" e a distância de 6,46m até o VT-39B (N=6939408.2316m e E=727897.4051m), deste segue confrontando com terras de JOÃO JOSÉ DA ROSA, com o azimute plano de 280° 48' 37" e a distância de 34,87m até o VT-40 (N=6939414.7709m e E=727863.1586m), deste segue confrontando com terras de JOÃO JOSÉ DA ROSA, com o azimute plano de 280° 48' 37" e a distância de 64,39m até o VT-41 (N=6939426.8486m e E=727799.9075m), deste segue confrontando com terras de JOÃO JOSÉ DA ROSA, com o azimute plano de 280° 48' 37" e a distância de 18,73m até o VT-42 (N=6939430.3614m e E=727781.5105m), deste segue confrontando com terras de JOÃO JOSÉ DA ROSA, com o azimute plano de 280° 48' 37" e a distância de 47,42m até o VT-43 (N=6939439.2553m e E=727734.9330m), deste segue confrontando com terras de JOÃO JOSÉ DA ROSA, com o azimute plano de 280° 48' 37" e a distância de 155,73m até o VT-44 (N=6939468.4634m e E=727581.9693m), deste segue confrontando com terras de RODOBENS, com o azimute plano de 355° 38' 24" e a distância de 8,57m até o VT-45 (N=6939477.0109m e E=727581.3176m), deste segue confrontando com terras de AV. PAULO ROBERTO VIDAL, com o azimute plano de 355° 38' 24" e a distância de 11,18m até o VT-67 (N=6939488.1621m e E=727580.4674m), deste segue confrontando com terras de RODOBENS, com o azimute plano de 355° 20' 27" e a distância de 72,01m até o VT-01 (N=6939559.9354m e E=727574.6181m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 3.132,96m.

Art. 2º Para fins de desapropriação, o valor da justa indenização dos imóveis descritos no art. 1º deste Decreto serão definidos por Laudo de Avaliação a ser efetuado pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 3º As áreas declaradas de utilidade pública e a serem desapropriadas têm por finalidade a implantação de via pública urbana componente do sistema viário municipal.

Art. 4º As despesas com a execução deste Decreto, correrão a conta da dotação específica do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 02 de outubro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

## EDITAL 02/2018 - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 1772866

EDITAL 02/2018

A Secretaria Municipal da Fazenda, situada na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, de acordo com a Legislação Tributária vigente, faz saber a quem interessar possa, que estará recebendo inscrições para a exploração da seguinte modalidade:

PONTO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO NAUTICO (PN)  
na temporada de verão 2018/2019 conforme especificado no presente edital.

### 01. OBJETO:

1.1 O presente Edital tem por objeto a demarcação dos pontos pré-estabelecidos pelo município de Palhoça, através da Secretaria Municipal da Fazenda para a exploração da atividade de locação de equipamentos náuticos à motor, à remo, ou movido eolicamente.

### 02. DOS LOCAIS PRÉ-ESTABELECIDOS:

2.1. Os locais e os números disponíveis de pontos para a exploração da presente modalidade nas praias do município de Palhoça estão definidas no anexo I deste edital;

2.2. Os terrenos de marinha e seus acrescidos serão considerados áreas públicas, exceto quando regularmente ocupados por particulares.

### 03. DA INSCRIÇÃO, DO PRAZO E DA DOCUMENTAÇÃO:

3.1. Serão considerados habilitados todas as pessoas físicas, capazes, (brasileiros, estrangeiros naturalizados ou portadores de vistos válidos de permanência no país), pessoas jurídicas legalmente constituídas na forma da legislação vigente, que deverão protocolizar requerimento específico no Centro de Atendimento da Secretaria Municipal da Fazenda, situado no endereço supra mencionado, mediante recolhimento de taxa no valor de R\$ 21,70 (vinte e um reais e setenta centavos), no período compreendido do dia 16/10/2018 à 31/10/2018 das 08:00hs às 19:00hs;

3.2. Serão aceitos somente 01 (uma) inscrição para cada requerente ou cônjuge, tendo caráter personalíssimo e intransferível, não sendo permitido a inscrição de pessoas físicas que fazem parte do quadro societário de pessoa jurídica também requerente, bem como seu cônjuge ou dependente.

3.3. Serão admitidas inscrições mediante procuração específica;

3.4. No ato da inscrição o requerente ou seu procurador, deverá juntar, sob pena de indeferimento de ofício, a seguinte documentação:

a) Requerimento específico devidamente preenchido e assinado;

b) cópia dos documentos pessoais do requerente (RG e CPF no caso de pessoa física e cópia do contrato social e CNPJ, no caso de pessoa jurídica);

c) cópia do comprovante de residência em nome do requerente (o requerente deve residir a mais de seis (6) meses no mesmo endereço), em caso de aluguel apresentar cópia do contrato de aluguel registrado em cartório com data até 30/03/2018.

d) cópia do(s) alvarás da mesma modalidade de anos anteriores;

e) cópia de certidão de nascimento de filhos e ou cópia de RG de filhos menores de 18 anos (para pessoas físicas);

f) comprovante de incapacidade física ou mental dos dependentes do requerente se houver, expedido por médico (para pessoa física);

g) Alvará do Corpo de Bombeiros;

h) Laudos de Vistorias de embarcações feitos pela Capitania dos Portos de Santa Catarina (embarcação rebocadora);

i) Documento do veículo em nome do requerente devidamente emplacado neste Município.

j) certidão negativa de débitos com a Fazenda Pública Municipal.

k) Título de eleitor

l) matrícula da embarcação.

3.5. Todos os documentos deverão estar acompanhados pelos originais para conferência e autenticação.

### 04. PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO.

4.1. A classificação ocorrerá de acordo com a pontuação alcançada entre os requerentes inscritos no presente Edital, dando direito de escolha ao ponto à ser explorado;

4.2. A pontuação será atribuída da seguinte maneira:

30 (trinta) pontos para moradores do município;

10 (dez) pontos para moradores do Estado de Santa Catarina;

10 (dez) pontos para contribuintes em dia com a Fazenda Pública Municipal;

05 (cinco) pontos para cada dependente comprovado;

10 (dez) pontos para cada dependente com deficiência comprovada;

10 (dez) pontos para cada alvará de anos anteriores;

10 (dez) pontos para contribuintes com domicílio eleitoral neste município (título de eleitor);

05 (cinco) pontos para veículos emplacados no Município de Palhoça;

4.3. Em caso de empate na classificação, será atribuído 05 (cinco) pontos para cada item na seguinte ordem:

a) Maior idade.

4.4. Acarretará perda de pontos aquele contribuinte que receber as seguintes formalidades:

a) Intimação (-10 pontos)

b) Auto de Infração (-20 pontos)

c) Auto de Apreensão (-40 pontos)

d) Auto de Interdição (-60 pontos)

### 05. DO RESULTADO.

5.1. O resultado será composto por duas etapas;

5.2. A primeira, divulgada no dia 09/11/2018 a partir das 14 horas no mural da Prefeitura Municipal de Palhoça, bem como no site ([www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)), a qual consistirá na divulgação da relação dos aprovados por ordem de pontuação e que deverão comparecer no dia 14/11/2018, no auditório da Prefeitura Municipal de Palhoça, situado à Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, às 15:00hs, para escolha do local pré estabelecido;

5.3. Os classificados que não comparecerem no local, data e horário aqui determinado perderão o direito de escolha;

5.4. Terminada a chamada nominal dos pré classificados, e restando vagas a serem preenchidas, retornar-se-á a chamar os classificados que estavam ausentes no início da escolha, obedecendo a nominata em ordem de classificação;

5.5. A segunda etapa consistirá na divulgação final dos selecionados, bem como o local escolhido, no dia 22/11/2018, às 14:00hs, no mural da Prefeitura Municipal de Palhoça, bem como no seu site;

5.6. Todos os classificados terão do dia 27/11/2018 à 30/11/2018 no horário das 13:00 hs às 18:00 hs para retirar no Centro de Atendimento da Secretaria Municipal da Fazenda os boletos bancários referentes a Taxa de Fiscalização de Ocupação e Permanência em áreas, em vias e em logradouros públicos – TFOP – Anexo VII, nos termos do Art. 130, parágrafo único, I da LC 018/02 e Art. 7º da Lei 154/13, no valor de R\$ 665,92 (seiscentos e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos) e proceder a quitação até o dia 10/12/2018, para retirarem os alvarás até o dia 12/12/2018, das 13 horas às 18 horas no centro de atendimento no endereço supra citado.

5.7 – A TFOP será devida para cada unidade náutica motorizada.

5.8 – O ISS será devido sobre a base de cálculo arbitrada pelo Fisco, que levará em conta a capacidade de passageiros da embarcação, a frequência de sua utilização e o preço do serviço, durante a temporada aqui estabelecida, aplicando-se a alíquota estabelecida no item 12.05 do Anexo I da LC 024/04, cujo valor deverá ser recolhido antecipadamente retirando a guia de pagamento antes da retirada do alvará e que terá seu vencimento para 18/01/2019.

**06. DAS OBRIGAÇÕES DOS PROPONENTES VENCEDORES.**

6.1 Todos os proponentes vencedores, além das obrigações anteriores contidas neste Edital deverão ainda:

- a) manter a área em torno de seu ponto de locação em permanente estado de asseio e limpeza, utilizando cesto de lixo e sacos para armazenamento dos detritos oriundos de sua atividade;
- b) manter os veículos e equipamentos, bem como as instalações utilizadas para a exploração de suas atividades em perfeito estado de conservação e higiene;
- c) obedecerem expressamente os horários de funcionamento expresso no Alvará de Licença (07:00 às 20:00 horas);
- d) não alterar o local de instalação onde foi autorizado a funcionar, sob pena de perda da Licença;
- e) Remover ao final de cada dia todo o material utilizado para a exploração de sua atividade;
- f) não locar e nem sub-locar a autorização recebida, nem tão pouco transferir à terceiro o ponto a qual obteve a Licença;
- g) embarcações locadas, utilizando propulsão a remo ou à vela, somente poderão trafegar a partir de cem (100) metros e até duzentos (200) metros da linha base; e
- h) embarcações utilizando propulsão a motor para reboque de esqui aquático, pára-quedas, banana boat, plana sub e similares, somente poderão trafegar a partir de duzentos (200) metros da linha base, em áreas de operação perfeitamente delimitadas por meio de boias pelo concessionário da atividade de locação, sendo essas áreas devidamente aprovadas pela Capitania dos Portos de Santa Catarina.
- i) o proponente vencedor de quaisquer equipamentos náuticos, tais como Kite Surf, Wind Surf, Stand Up Padle, caiaque, pedalinho, dentre outros, deverá manter permanentemente na água enquanto estiver prestando o serviço, uma embarcação de apoio, vistoriado pela Capitania dos Portos, para pronto emprego no socorro dos utilizadores dos equipamentos;
- j) o proponente vencedor será responsável por instalar e manter uma raia com placa afixada em local visível aos utilizadores, regrando o uso da mesma e versando sobre a proibição de banhistas, de acordo com especificações apresentadas pela Capitania dos Portos de Santa Catarina, para entrada e saída de sua embarcação, bem como dos equipamentos que serão locados. A referida raia também poderá ser utilizada para a entrada e saída de qualquer embarcação na água;
- k) o proponente vencedor é responsável pela utilização de colete salva-vidas, devidamente homologado pela Autoridade Marítima por todos os usuários dos equipamentos náuticos;
- l) o proponente vencedor deverá identificar os equipamentos náuticos e o coletes salva-vidas, de forma visível, com o nome ou logotipo da empresa;
- m) o proponente vencedor que for autuado pela Capitania dos Portos por infração às Normas da Autoridade Marítima, por mais de três oportunidades, perderá automaticamente a seu alvará de operação expedido pela Prefeitura Municipal de Palhoça;
- n) o proponente vencedor dos equipamentos não motorizados é responsável por não permitir que os utilizadores se afastem por mais de duzentos (200) metros da praia, devendo para tal empregar a sua embarcação de apoio ou outros meios que julgar necessário para mantê-los dentro deste limite estabelecido;
- o) o proponente vencedor dos equipamentos náuticos é responsável por avisar a Capitania dos Portos, tempestivamente, sobre a ocorrência de qualquer acidente ou incidente marítimo que ocorrer.

**07. DAS DISPOSIÇÕES EM GERAL**

- 7.1 Os comércios de característica sazonais, decorrentes da adjudicação dos proponentes vencedores terá validade do dia 14/12/2018 à 17/03/2019, as quais ficarão sujeitas a Fiscalização de qualquer nível;
- 7.2. Todo e qualquer cidadão que se julgue prejudicado terá o direito de recurso, dirigido ao Secretária da Fazenda , pelo prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a divulgação dos resultados expressos no item 05 do presente edital;
- 7.3 O recurso deverá ser redigido de forma clara e precisa informando os fundamentos de suas alegações, que será julgada em único grau;
- 7.4. No prazo que julgar necessário, será procedida fiscalização do local autorizado pela municipalidade, a qual encontrando qualquer irregularidade fará cessar a Licença concedida;
- 7.5 O classificado terá que retirar no Centro de Atendimento da Secretaria da Fazenda, no endereço acima identificado, após o recolhimento, o respectivo Alvará de Funcionamento.
- 7.6. Cada proponente classificado poderá operar o respectivo ponto com até 04 (quatro) atendentes, devidamente identificados.
- 7.7. Ficam impedidos de participarem do processo de inscrição os contribuintes que mantêm débito com município na mesma modalidade requerida em anos anteriores, ou que por qualquer motivo tiveram suas Licenças cassadas.

O presente Edital será publicada na forma da Lei, bem como divulgado na página da internet da Prefeitura Municipal de Palhoça ([www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)).

Palhoça, 04 de Outubro de 2018.

ISNARDO LUIS BRANT  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

ANEXO I  
DO  
EDITAL 02/2018

O presente anexo define a quantidade de pontos que serão explorados, objetos do Edital 02/2018 – SEFA/DGAT nas praias do município de Palhoça para a temporada de verão 2018/2019.

PRAIA	QUANTIDADE DE PONTO
Pinheira – Praia de cima	03 sem motor 01 com motor (exclusivo para passeio de barco) 01 com motor (exclusivo Banana Boat)
Pinheira – Praia de Baixo	02 sem motor 04 com motor (exclusivo para passeio de barco) 01 com motor (exclusivo Banana Boat )
Ponta do Papagaio	02 sem motor 02 com motor (exclusivo para passeio de barco) 01 com motor (exclusivo Banana Boat)
Praia do Sonho	02 sem motor 02 com motor (exclusivo para passeio de barco) 01 com motor (exclusivo Banana Boat)
Praia de Fora	01 sem motor 01 com motor (exclusivo para passeio de barco) 01 com motor (exclusivo Banana Boat)

TOTAL DE PONTOS NÁUTICOS 25 .

#### EXTRATO DE CONTRATO N.º 188/2018 - TP 98/2018

Publicação Nº 1772824

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 188/2018– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA -ME. OBJETO: consiste na contratação de empresa para execução de passeio e ciclovia na Rua Alcino dos Navegantes Moreira, bairro Barra do Aririú no município de Palhoça/SC. VALOR: R\$ 243.224,66 (Duzentos e quarenta e três mil, duzentos e vinte e quatro reais e sessenta e seis centavos). Data: 01/10/2018.

#### EXTRATO DE CONTRATO N.º 194/2018 - CC 85/2018

Publicação Nº 1772834

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 194/2018– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VOGELSANGER ENGENHARIA LTDA. OBJETO: consiste na contratação de empresa para execução de drenagem, pavimentação asfáltica, passeios e sinalização viária e drenagem e pavimentação asfáltica, passeios e sinalização viária da Rua Natalino Campos Schaimann, localizada no bairro Guarda do Cubatão, (LOTE 4), incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos e no edital convocatório. VALOR: R\$ 1.434.694,38 (hum milhão quatrocentos e trinta e quatro mil seiscentos e noventa e quatro reais e trinta e oito centavos). Data: 04/10/2018.

#### EXTRATO DE CONTRATO N.º 195/2018 - TP 108/2018

Publicação Nº 1772837

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 195/2018– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI - ME. OBJETO: consiste na contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de Quadra de Grama Sintética no espaço do terreno do ginásio de Esporte Caminho Novo (LOTE 1), execução de grama sintética na Praça de São Sebastião (LOTE 2) no município de Palhoça/SC, de acordo com as especificações contidas nos anexos, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. VALOR: R\$ 293.301,73 (duzentos e noventa e três mil trezentos e um reais e setenta e três centavos). Data: 08/10/2018.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 196/2018 - TP 108/2018**

Publicação N° 1772843

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N° 196/2018– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA -ME. OBJETO: consiste na contratação de empresa para execução de Revitalização de Área Pública na Rua Vitor Mireles, Jardim Eldorado (LOTE 3) no município de Palhoça/SC, de acordo com as especificações contidas nos anexos, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. VALOR: R\$ 278.873,61 (duzentos e setenta e oito mil oitocentos e setenta e três reais e sessenta e um centavos). Data: 09/10/2018.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 198/2018 - TP 109/2018**

Publicação N° 1772845

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N° 198/2018– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VINICIUS GOEDERT ME. OBJETO: consiste na contratação de empresa para Execução de Passeio Elevado e Acesso a Orla – Revitalização da Orla da Praia do Sonho no município de Palhoça/SC, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. VALOR: R\$ 308.916,63 (trezentos e oito mil novecentos e dezesseis reais e sessenta centavos). Data: 10/10/2018.

**EXTRATO DE CONTRATOS N.º 192/2018 - CC 85/2018**

Publicação N° 1772828

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N° 192/2018– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI. OBJETO: consiste na contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de drenagem, pavimentação asfáltica, passeio e sinalização viária da conexão das Ruas Firense Bussines com a Rua Maria Leopoldina da Silva, localizada no bairro Pachecos (LOTE 01); execução de recapeamento asfáltico e sinalização viária das Ruas Jacob Weingartner, Vereador Osvaldo de Oliveira, Capitão Augusto Vidal, 24 de Abril, José Maria da Luz e Caetano Silveira de Matos (LOTE 02); recuperação da rede de drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e sinalização viária da Rua Tinoli, localizada no bairro Pagani (LOTE 03). VALOR: R\$ 2.644.725,27 (dois milhões seiscentos e quarenta e quatro mil setecentos e vinte e cinco reais e vinte e sete centavos). Data: 04/10/2018.

**LEI N° 4630, DE 26 DE JUNHO DE 2018 - REMOÇÃO DE VEÍCULOS ABANDONADOS NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA - PLACA DO VEÍCULO: ANV4895**

Publicação N° 1772582

Notificação nº 21745/2018	
Placa do veículo:	ANV4895
Data da fiscalização:	20/09/2018
Hora da fiscalização:	15:36:00
Endereço de localização do veículo:	RUA SARGENTO ALDO GENÉSIO MARTINS, OPOSTO AO N° 104
Nome do(a) proprietário(a):	CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES CLASSIC
CPF/CNPJ do(a) proprietário(a):	06.169.281/0001-97
	RUA PEDRO GUSSO , 4127

CEP: 81.315-000 - NOVO MUNDO, Curitiba - PR

Fica NOTIFICADO(A) o(a)proprietário(a) do veículo de placa ANV4895 a retirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias do recebimento desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

Art. 2º A condição de abandono dos veículos motorizados ou não, estacionados em logradouros públicos, é caracterizada por uma das seguintes situações:

I - visível estado de má conservação, com a carroceria apresentando evidentes sinais de colisão ou ferrugem, ou se for objeto de vandalismo ou depreciação voluntária;

II - sem placa de identificação;

III - sem identificação do número do chassi; V - sem identificação do número do motor.



Parágrafo único. A mudança de local de estacionamento do veículo no logradouro não descaracteriza o abandono do veículo.

Art. 3º A constatação de estado de abandono será realizada pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, do Município de Palhoça, por meio de relatório operacional elaborado pelos Agentes de Trânsito de Palhoça

Art. 4º Nos casos em que ficar caracterizado o abandono, o veículo será identificado, e o proprietário será notificado pelo órgão municipal competente, para que retire o veículo do logradouro público no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de remoção. § 1º A notificação de que trata o caput deste artigo será encaminhada pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, por meio de remessa postal, com Aviso de Recebimento - AR, que será enviada para o endereço do proprietário constante nos registros do órgão executivo de trânsito do Estado.

Art. 5º Os veículos removidos nos termos desta lei ficarão à disposição dos seus respectivos proprietários ou responsáveis legais pelo prazo de 90 (noventa dias), a contar da data da remoção, podendo ser retirado a qualquer momento desde que sejam cumpridas as seguintes exigências:

I - A retirada do veículo só poderá ser realizada pelo proprietário do veículo devidamente identificado ou por procurador habilitado, apresentando comprovação de propriedade;

II - Apresentação dos recibos de pagamentos pelo serviço de remoção e diárias devidas; III - Comprovação de pagamento de débitos fiscais, impostos, taxas, multas, entre outros débitos atrelados ao veículo.

Art. 6º Na hipótese de os veículos não serem reclamados por seus proprietários ou responsáveis, no prazo de 90 (noventa dias), serão levados à hasta pública, nos termos do art. 328, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB e da Resolução 331 do CONTRAN de 14 de agosto de 2009.

Palhoça, 1 de outubro de 2018.

GABRIELA BASTIANI

3761151-1

A validação deste documento pode ser efetuada através do site [palhoca.atende.net](http://palhoca.atende.net) por meio do serviço "Consulta de Protocolo" (disponível no QRCode ao lado). Após inserir o Número e Ano desta Notificação e confirmar, acessar "Etapa do Processo" e clicar em "Consultar Anexos" e depois "Consultar Arquivos".

## **LEI Nº 4630, DE 26 DE JUNHO DE 2018 - REMOÇÃO DE VEÍCULOS ABANDONADOS NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA-NOTIFICAÇÃO Nº 21612/2018 MGA4129**

Publicação Nº 1772608

Notificação nº 21612/2018	
Placa do veículo:	MGA4129
Data da fiscalização:	28/09/2018
Hora da fiscalização:	10:05:00
Endereço de localização do veículo:	RUA JOCI JOSÉ MARTINS, OPOSTO AO 515
Nome do(a) proprietário(a):	ALENCAR TRISTAO DA ROSA
CPF/CNPJ do(a) proprietário(a):	005.998.859-20
	AVENIDA FREDERICO AFONSO , 5780

CEP: 88.104-000 - PONTA DE BAIXO, São José - SC

Fica NOTIFICADO(A) o(a)proprietário(a) do veículo de placa MGA4129 a retirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias do recebimento desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

Art. 2º A condição de abandono dos veículos motorizados ou não, estacionados em logradouros públicos, é caracterizada por uma das seguintes situações:

I - visível estado de má conservação, com a carroceria apresentando evidentes sinais de colisão ou ferrugem, ou se for objeto de vandalismo ou depreciação voluntária;

II - sem placa de identificação;

III - sem identificação do número do chassi; V - sem identificação do número do motor.

Parágrafo único. A mudança de local de estacionamento do veículo no logradouro não descaracteriza o abandono do veículo.

Art. 3º A constatação de estado de abandono será realizada pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, do Município de Palhoça, por meio de relatório operacional elaborado pelos Agentes de Trânsito de Palhoça

Art. 4º Nos casos em que ficar caracterizado o abandono, o veículo será identificado, e o proprietário será notificado pelo órgão municipal competente, para que retire o veículo do logradouro público no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de remoção. § 1º A notificação de que trata o caput deste artigo será encaminhada pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, por meio de remessa postal, com Aviso

de Recebimento - AR, que será enviada para o endereço do proprietário constante nos registros do órgão executivo de trânsito do Estado.

Art. 5º Os veículos removidos nos termos desta lei ficarão à disposição dos seus respectivos proprietários ou responsáveis legais pelo prazo de 90 (noventa dias), a contar da data da remoção, podendo ser retirado a qualquer momento desde que sejam cumpridas as seguintes exigências:

I - A retirada do veículo só poderá ser realizada pelo proprietário do veículo devidamente identificado ou por procurador habilitado, apresentando comprovação de propriedade;

II - Apresentação dos recibos de pagamentos pelo serviço de remoção e diárias devidas; III - Comprovação de pagamento de débitos fiscais, impostos, taxas, multas, entre outros débitos atrelados ao veículo.

Art. 6º Na hipótese de os veículos não serem reclamados por seus proprietários ou responsáveis, no prazo de 90 (noventa dias), serão levados à hasta pública, nos termos do art. 328, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB e da Resolução 331 do CONTRAN de 14 de agosto de 2009.

Palhoça, 28 de setembro de 2018.

LEOCADIA JULIA DE FARIA

3761161-1

A validação deste documento pode ser efetuada através do site [palhoca.atende.net](http://palhoca.atende.net) por meio do serviço "Consulta de Protocolo" (disponível no QRCode ao lado). Após inserir o Número e Ano desta Notificação e confirmar, acessar "Etapa do Processo" e clicar em "Consultar Anexos" e depois "Consultar Arquivos".

### **LEI Nº 4.639, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772802

LEI Nº 4.639, de 01 de OUTUBRO de 2018.

REGULAMENTA TRAMITAÇÃO. Regulamenta a tramitação e instrução dos Projetos de Lei que denominam Via Pública, mais especificadamente quanto aos documentos obrigatórios previstos no artigo 231 da Lei 19/1993.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Os documentos requeridos nos incisos do § 1º do artigo 231 da Lei nº 19/1993 poderão ser comprovados da seguinte forma:

I – O documento mencionado no inciso I será comprovado através de laudo topográfico ou declaração do proponente do Projeto de Lei atestando tal situação, depois de verificação e análise pessoal;

II - Os documentos mencionados nos incisos II e III serão comprovados através de laudo topográfico, ou fotografias do local, que comprove a infraestrutura urbana mínima e que possui todas as obras requeridas;

III - Os documentos mencionados nos incisos IV e V serão comprovados através de certidão da FECAM ou Relatório Ambiental assinado por Especialista na área.

Art. 2º. O documento requerido no inciso I do § 2º do artigo 231 da Lei nº 19/1993 poderá ser comprovado através de laudo topográfico, ou fotografias do local, que comprove a infraestrutura urbana mínima e que possui todas as obras requeridas.

Art. 3º. Os documentos indicados nos §§ 4º, 6º e 7º do artigo 231 da Lei nº 19/1993 são obrigatórios em qualquer hipótese.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 01 de outubro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 4.640, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772804

LEI Nº 4.640, de 01 de OUTUBRO de 2018.

ALTERA LEI MUNICIPAL Nº 4.621/2018, DE 30 MAIO DE 2018, que institui no Município de Palhoça o Programa "Adote um Ponto de Ônibus".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 4º da Lei Municipal nº 4.621/2018, de 30 de Maio de 2018, que passará a vigorar com a seguinte redação:



Art. 4º. As entidades que adotarem os pontos de ônibus poderão neles explorar publicidade, por meio de equipamento previamente aprovado pela Secretaria competente, com tamanho máximo de 2,00 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados), ficando isentas do pagamento de taxas de publicidade e propaganda, enquanto durar o período de adoção.  
[...]

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de outubro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº. 3975/2018.**

Publicação Nº 1772750

PORTARIA Nº. 3975/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ENEDINA DIAS RAMOS, matrícula nº. 801176-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 17/03/2010 a 17/03/2015, por 02 (dois) meses, a contar de 20/10/2018 à 20/12/2018.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## **PORTARIA Nº. 3976/2018.**

Publicação Nº 1772753

PORTARIA Nº. 3976/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MAURINA MOURA ALVES, matrícula nº. 800081-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 19/03/2005 a 19/03/2010, por 02 (dois) meses e referente ao quinquênio de 19/03/2010 a 19/03/2015, por 01 (um) mês, a contar de 20/09/2018 à 20/12/2018.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## **PORTARIA Nº. 3977/2018.**

Publicação Nº 1772757

PORTARIA Nº. 3977/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VANDA FRANCISCA DA SILVA, matrícula nº. 500406-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 07/04/2002 a 07/04/2007, por 01 (um) mês, a contar de 16/09/2018 à 16/10/2018.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 3978/2018.**

Publicação Nº 1772762

PORTARIA Nº. 3978/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LORE ROEDEL WESTPHAL, matrícula nº. 128764-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 03/02/2008 a 03/02/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 17/09/2018 à 17/10/2018.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 3979/2018.**

Publicação Nº 1772764

PORTARIA Nº. 3979/2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2451 de 16 de maio de 2018, que Contratou por Tempo Determinado da servidora SILVIA AZIR FLORENCIO DA SILVA, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/08/2018 a 19/09/2018.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 3980/2018.**

Publicação Nº 1772766

PORTARIA Nº. 3980/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO SARA DALLA LANA, titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 3745796-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/09/2018.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3981/2018.**

Publicação Nº 1772768

PORTARIA Nº. 3981/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria nº. 3451 de 13 de agosto de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARCIA MARIA SANTANA FREITAS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao Processo Seletivo que deveria ser Chamada Pública 011/SME/018, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3982/2018.**

Publicação Nº 1772769

PORTARIA Nº. 3982/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 1085/2018, que Concedeu Licença-Prêmio a servidora CATIA REGINA PIERRI MARTINS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3983/2018.**

Publicação Nº 1772771

PORTARIA Nº. 3983/2018.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Infraestrutura e Saneamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Andre Luiz Hoepers	1541915275

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2018.

EDUARDO FRECCIA  
Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3984/2018.**

Publicação Nº 1772772

PORTARIA Nº. 3984/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LUIZ FERNANDO VEDOIA, titular do cargo de Artífice, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/09/2018.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2018.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3986/2018.**

Publicação Nº 1772773

PORTARIA Nº. 3986/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Marcos Antonio Coelho	1010138416

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3988/2018.**

Publicação Nº 1772777

PORTARIA Nº. 3988/2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 4105 de 29 de setembro de 2017, que Contratou por Tempo Determinado do servidor MAURICIO SCHAEFFER GHI-ZNI, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 10/10/2018 a 10/10/2019.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3989/2018.**

Publicação Nº 1772778

PORTARIA Nº. 3989/2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3772 de 22 de agosto de 2017, que Contratou por Tempo Determinado do servidor MIGUEL CARDOSO NORA, titular do cargo de Cirurgião Dentista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/10/2018 a 03/10/2019.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3990/2018.**

Publicação Nº 1772797

PORTARIA Nº. 3990/2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 4125 de 29 de setembro de 2017, que Contratou por Tempo Determinado da servidora RENATA GOMES DE SOUZA, titular do cargo de Médico Psiquiatra, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 10/10/2018 a 10/10/2019.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3991/2018.**

Publicação Nº 1772803

PORTARIA Nº. 3991/2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 4190 de 05 de outubro de 2017, que Contratou por Tempo Determinado da servidora SUZANA PEREIRA DA CRUZ, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/10/2018 a 03/10/2019.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3992/2018.**

Publicação Nº 1772805

PORTARIA Nº. 3992/2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 4197 de 05 de outubro de 2017, que Contratou por Tempo Determinado da servidora LUCIANE STEINBACH, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 17/10/2018 a 17/10/2019.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3993/2018.**

Publicação Nº 1772807

PORTARIA Nº. 3993/2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 4106 de 29 de setembro de 2017, que Contratou por Tempo Determinado do servidor RUBIA MARA DE SOUZA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/10/2018 a 02/10/2019.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3994/2018.**

Publicação Nº 1772808

PORTARIA Nº. 3994/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria nº. 3492 de 13 de agosto de 2018, que Concedeu Licença Premio a servidora ANDREZA DEMETRIO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período de usufruto que deveria ser 28/08/2018 a 28/09/2018, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3995/2018.**

Publicação Nº 1772809

PORTARIA Nº. 3995/2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SARA DALLA LANA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2017, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 18/09/2018 a 18/09/2019.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3996/2018.**

Publicação Nº 1772810

PORTARIA Nº. 3996/2018.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO NARJARA NAOMI BONISSONI IZUMI, de acordo com a Lei nº. 221, de 15 de junho de 2016, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2017, para ocupar o cargo de Médico Plantonista, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 30/09/2018 a 30/09/2019.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3997/2018.**

Publicação Nº 1772820

PORTARIA Nº. 3997/2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MATHEUS WANDERSON WEBER, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Setor de Transportes da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/09/2018 a 17/09/2019.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3998/2018.**

Publicação Nº 1772826

PORTARIA Nº. 3998/2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUCIANE PEREIRA DOS SANTOS SANTANA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Psicólogo, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPS II da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/09/2018 a 17/09/2019.

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3999/2018.**

Publicação Nº 1772830

PORTARIA Nº. 3999/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Cessar Produtividade ao funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com o Artigo 55, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Conceder Produtividade ao funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com

o Artigo 55, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 03 de setembro de 2018.

#### ANEXO I

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
100440-1	Fernanda Chagas de Almeida	R\$ 1300,00	Coordenadora do PAEFI

#### ANEXO II

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
3761030-1	Natalia de Faria	R\$ 1300,00	Coordenadora do PAEFI

Palhoça, SC, em 14 de setembro de 2018.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### PREGAO PRESENCIAL RP 134/2018

Publicação Nº 1772042

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL RP Nº. 134/2018

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 26 de OUTUBRO de 2018, às 08:30 hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações a sessão pública para recebimento de documentação e abertura das propostas, bem como a etapa dos lances, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL RP - Nº. 134/2018 Contratação de empresa para prestação de serviços de publicação e divulgação de atos oficiais, bem como outros atos administrativos que se fizerem necessários em jornal com circulação local (Município de Palhoça), com periodicidade semanal e distribuição gratuita, através de Registro de Preços, conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes deste Edital. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 11 de outubro de 2018. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

### CÂMARA MUNICIPAL

### REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018

Publicação Nº 1772394

#### EDITAL

A CÂMARA DO MUNICIPIO DE PALHOÇA - ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.813.675/0001-59, com sede na Rua Joci José Martins, nº 101 – Bairro Passa Vinte, Cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei nº 10.520/2002, bem como, aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes das Leis 8.666/93, 9.784/99 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

DATA: 30 de outubro de 2018.

HORÁRIO LOCAL: 08h00min.

LOCAL DA SESSÃO: Setor de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Palhoça, situada a Rua Joci José Martins, nº 101 – Bairro Passa Vinte, Palhoça/SC – CEP – 88132-901.

Formalização de Consultas e Edital: Setor de Licitação – Setor de Compras e Licitações, situada a Rua Joci José Martins, nº 101 – Bairro Passa Vinte, Palhoça/SC – CEP – 88132-901;

Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento da Câmara Municipal de Palhoça, que se seguir, se outra data não tiver sido definida pelo Pregoeiro. No local acima indicado, serão realizados os procedimentos pertinentes a este Pregão, com respeito ao:

1. Credenciamento dos representantes legais das licitantes interessadas em participar deste Pregão;
2. Recebimento da declaração de habilitação e dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação";

3. Abertura dos envelopes "Proposta de Preços" e exame da conformidade das propostas;
4. Divulgação das licitantes classificadas e das desclassificadas;
5. Condução dos trabalhos relativos aos lances verbais;
6. Abertura do envelope "Documentação de Habilitação" da licitante detentora do menor preço e exame da habilitação e verificação da situação das licitantes perante as exigências contidas neste Edital;
7. Outros que se fizerem necessários à realização deste Pregão.

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de conexão dedicada para acesso à internet para a Câmara Municipal de Palhoça, conforme as especificações constantes do Anexo I e as condições estabelecidas no Anexo IX – Minuta do Contrato.

2.1 - Poderão participar da presente licitação as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do ramo do objeto da licitação, que no dia, hora e local designados para a realização do Pregão se fizerem representar nas condições estabelecidas neste Edital.

2.2 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte terão o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.

2.3 - Em cumprimento ao inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 147/2014, essa licitação será realizada EXCLUSIVAMENTE com a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

2.4 - A condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte será comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

2.4.1 - A Comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte pelo licitante, empresário ou sociedade será efetuada exclusivamente mediante Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, emitida no corrente ano, conforme Art. 8º, da Instrução Normativa nº 103, do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30 de abril de 2007, vedada a aceitação de qualquer outra forma de apresentação e deverá ser entregue na fase de credenciamento.

2.4.2 - A licitante que declarar ser Microempresa ou empresa de Pequeno Porte e não comprovar tal condição na fase de credenciamento em conformidade com subitem 2.4.1 não se beneficiará do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, portanto, não poderá participar desta licitação.

2.4.3 - A empresa que declarar falsamente enquadrada como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), para beneficiar-se do tratamento diferenciado, incorrerá em infração penal e estará sujeita às penas previstas no artigo 93 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da demais penalidades cíveis, criminais e administrativa cabíveis;

2.5 - Não será admitida a participação na presente licitação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem em uma ou mais das seguintes situações:

2.5.1 - em processo de falência, sob concurso de credores; recuperação judicial ou extrajudicial, em dissolução ou liquidação;

2.5.2 - estrangeiras que não funcionem no Brasil;

2.5.3 - que tenham sido suspensas do direito de licitar por ato desta Administração ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública.

2.5.4 - que tenham como sócios servidores públicos do Município de Palhoça.

2.6 - No caso de não comparecerem ME ou EPP no certame, será permitida a ampla concorrência, visando o atendimento aos princípios de economicidade e celeridade do processo;

2.7 - O Contrato gerado por este Pregão terá vigência de 12 (meses) a partir de sua assinatura e por se tratar de serviço contínuo, poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no art. 57, inc. II da lei nº 8.666/93.

2.8. As propostas e os documentos deverão estar em envelopes opacos, lacrados e rubricados no fecho, contendo nas partes externas e frontais os seguintes dizeres:

2.9. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

a) estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;

a) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;

b) ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial, ou em cópia autenticada por Cartório competente ou pela Pregoeira ou equipe de apoio.

2.10. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, os documentos expedidos nos últimos sessenta dias que antecederem à data da sessão deste certame serão considerados válidos.

2.11. Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.

3.1. O licitante poderá vir representado por seu administrador/proprietário ou por mandatário.

3.2. Somente será admitido o credenciamento de um único representante para cada licitante.

3.3. O representante deverá ter poderes para, em nome do licitante, praticar todos os atos relativos às etapas do pregão, principalmente para formular propostas, ofertar lances, apresentar recursos e impugnações.

3.4. Os poderes de representação deverão ser demonstrados junto ao Pregoeiro por meio de instrumentos públicos ou particulares, observado o seguinte:

I – No caso de pessoa que exerce a função de órgão da empresa (proprietário, dirigente, sócio-gerente, etc.), deverão ser apresentados: a carteira de identidade do representante e o instrumento de constituição da sociedade empresária (contrato social ou estatuto), o qual deverá constar os poderes necessários à assunção de obrigações em nome da pessoa jurídica. Se o representante for sócio não detentor de poderes para isoladamente formular propostas ou praticar atos de administração, os demais sócios participantes da administração, conforme dispuser o instrumento de constituição da empresa, deverão outorgar-lhe os poderes necessários.

II – Os mandatários por meio de procuração particular deverão apresentar o documento de identidade e instrumento de mandato com a firma do outorgante reconhecida. Juntamente com os documentos mencionados, o mandatário deverá apresentar documento (contrato social, estatuto, etc.) que comprove os poderes do mandante para a outorga das faculdades constantes da credencial.

3.5. A falta de clareza quanto aos poderes necessários à oferta de lances implicará a impossibilidade de o licitante formulá-los, aplicando-se o que dispõe o item nº 3.6. Recomenda-se, assim, a adoção do modelo de procuração/credenciamento posto no Anexo IV deste edital.

3.6. O licitante que não cumprir as exigências de representação não poderá formular as ofertas verbais da etapa de lances do pregão,

valendo, contudo, para todos os efeitos, os termos de sua proposta escrita. Outrossim, o licitante não poderá praticar qualquer ato na sessão de realização do certame, como a interposição de recursos.

3.7. Os documentos necessários ao credenciamento de representante poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pelo pregoeiro (ou servidor da equipe de apoio).

3.8. Todos os documentos relativos ao credenciamento de representantes devem estar fora dos envelopes de proposta ou documentos de habilitação.

4.1. A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, impressa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e dela deverão constar:

- a) identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número do telefone, endereço, dados bancários, e indicação de endereço eletrônico (e-mail);
- b) descrição clara do objeto cotado, de acordo com as especificações do Anexo I;
- c) cotação única de preço para o item cotado, com exibição do valor unitário e do valor total, apenas em algarismos;
- d) prazo para início da execução/operação dos serviços: até 60 (quarenta e cinco) dias corridos, a partir da emissão da ordem de serviço;
- e) prazo de validade da proposta de preços não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data deste Pregão.

4.2. No preço proposto deverão estar incluídos os tributos, fretes e demais encargos.

4.3. Após a abertura da sessão, não serão admitidos pedidos de desistência, retificação de preços ou de quaisquer outras condições oferecidas, ressalvados apenas aqueles destinados a sanar evidentes erros materiais.

4.4. A proposta apresentada em desacordo com este Edital será desclassificada.

#### 5.1. DA HABILITAÇÃO JURIDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

#### 5.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de aptidão para desempenho dos serviços, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste certame, através de 1 (um) ou mais ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado, carimbado em papel timbrado do órgão tomador;
- b) Comprovação da Autorização de Funcionamento, emitida pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações).

#### 5.3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), através do respectivo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Receita Federal;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional mediante apresentação de certidão unificada expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os relativos a Seguridade Social - INSS (PORTARIA PGFN/RFB Nº 1.751, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014);

c.1) Em relação ao cumprimento do disposto no item "C", as empresas que apresentarem as certidões negativas de débitos quanto aos tributos federais e regularidade relativa à seguridade social (INSS) separadas, porém ambas válidas para data de abertura deste certame, serão aceitas pelo Pregoeiro.

d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, com a apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de negativa emitida pelo Estado, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente aos débitos estaduais;

e) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, com a apresentação da Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (NR).

5.3.1. As microempresas e empresas de pequeno porte participantes desta licitação deverão apresentar no dia e hora indicados no preâmbulo, toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.3.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, às microempresas e empresas de pequeno porte, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa, conforme disposto no Art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

5.3.3. A não regularização da documentação, dentro do prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.3.4. O tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, somente é aplicável no que concerne aos documentos relativos a Regularidade Fiscal, conforme previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006 e Art. 29, inciso I a IV da Lei 8.666/93. O tratamento diferenciado não é aplicável a Habilitação Jurídica, Regularidade Trabalhista, Qualificação Técnica e Qualificação

Econômico-Financeira.

#### 5.4. OUTROS ELEMENTOS:

- a) Declaração de que cumpre o disposto no art. 27, inciso V da Lei 8.666/93, conforme modelo constante do anexo V deste edital;
- 5.4.1. Os documentos acima poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia (legível) autenticada por cartório competente ou pelo pregoeiro e sua equipe, neste último caso os originais deverão ser apresentados quando da abertura do envelope de habilitação a fim de comprovar sua autenticidade.
- 5.4.2. A validade dos documentos será aquela expressa nos mesmos ou estabelecida em lei.
- 5.4.3. Em caso de omissão, o Pregoeiro admitirá o prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua emissão, não se enquadrando no prazo de que trata este item os documentos cujo pela sua própria natureza não contemplem o prazo de validade.
- 5.4.4. Os licitantes que apresentarem documentos em desacordo com as estipulações deste edital ou não provar sua regularidade serão inabilitados, salvo o disposto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

6.1. No dia, hora e local mencionados neste ato convocatório, o pregoeiro instaurará a sessão pública destinada ao credenciamento dos representantes, ao recebimento dos envelopes de propostas de preços e de documentação e, ainda, à realização do procedimento licitatório.

6.2. Inicialmente será verificado o credenciamento dos representantes, devendo o pregoeiro motivar suas decisões quanto a esta fase, consignando-as em ata, principalmente nos casos em que se decidir pela irregularidade da representação.

6.3. Após o credenciamento, a empresas licitantes através de seus representantes deverão OBRIGATORIAMENTE apresentar uma declaração (modelo no Anexo III), fora dos envelopes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação. O cumprimento dessa exigência é pré-requisito para participação no certame.

6.3.1. Os interessados que enviarem os envelopes de proposta comercial e documentação sem representante credenciado deverão remeter, fora dos envelopes, à declaração acima.

6.3.2. Se a licitante não apresentar a declaração citada no item 6.3, o Pregoeiro autorizará o representante legal da empresa com poderes para assinar documentos, que a mesma seja feita na própria sessão, ou se ainda, a referida declaração estiver dentro de um dos envelopes da proposta de preços e/ou dos documentos de habilitação, poderá, o Pregoeiro, na presença de todas as licitantes, solicitar que a mesma abra os respectivos, retire-a e o lacre novamente.

6.4. Analisadas as propostas apresentadas, serão consideradas aptas para a fase de lances, as empresas que, atenderem a todas as exigências e condições deste Edital e seus Anexos;

6.5. Após apresentação da proposta escrita, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro;

6.6. O Pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio e técnico de informática, examinará a aceitabilidade do MENOR PREÇO POR ITEM e a compatibilidade do objeto proposto com as condições especificadas neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.

6.7. Serão DESCLASSIFICADAS as propostas escritas que:

6.7.1. Forem elaboradas em desacordo com os termos deste Edital e de seus Anexos, ou que forem omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento, bem como, as que apresentarem preços ou vantagens baseadas nas ofertas de outras licitantes;

6.7.2. Opuserem-se a qualquer dispositivo legal vigente, mormente no que tange aos aspectos tributários;

6.7.3. Ofertarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto desta licitação;

6.7.4. Consignarem preços simbólicos, irrisórios ou cotação de valor zero;

6.7.5. Contiverem preços condicionados a prazos, vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

6.8. Abertos os envelopes contendo as propostas de preços escritas e não tendo sido nenhuma destas desclassificadas por quaisquer dos motivos elencados nos incisos do subitem anterior, será qualificado pelo Pregoeiro, para ingresso na fase de lances, o autor da oferta de valor do item mais baixo e os das ofertas com preço até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;

6.9. Em não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, ou seja, compreendida no percentual de 10% (dez por cento) em relação ao menor preço por item, deverão, os autores das melhores propostas escritas em ordem crescente de valores, até o máximo de 03 (três), excetuada a melhor proposta, integrar a relação de empresas classificadas a participar da disputa de lances verbais.

6.10. O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço por item e os demais, em ordem decrescente de valor, concedendo, a cada uma delas, o prazo de no máximo dois (2) minutos para oferta de seus lances.

6.11. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

6.12. O Pregoeiro poderá, motivadamente estabelecer valor ou percentual mínimo para redução dos lances, neste caso, a redução mínima entre os lances será no valor de R\$ 0,10 (dez centavos), para o valor do item, mediante prévia comunicação às Licitantes e expressa menção na Ata da Sessão.

6.12.1. O Pregoeiro poderá ao longo da sessão de disputa de lances, alterar o valor acima estipulado, conforme o caso para mais ou para menos, ou mesmo dispensá-lo;

6.13. Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do Edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar, visando obter preço melhor;

6.14. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste Edital e na legislação aplicável ao presente certame;

6.15. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

6.16. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada,



quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

6.17. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias;

6.18. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora;

6.19. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;

6.20. Por se tratar de licitação destinada exclusivamente a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, não serão aplicadas as disposições dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, porém ocorrendo igualdade de preços entre 02 (duas) ou mais propostas, cumprido o disposto no Art. 3º, §2º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 8.666/93, será promovido sorteio, mediante convocação de todos os licitantes participantes do certame, nos termos do Art. 45, §2º do mesmo Diploma Legal.

6.21. Proclamado o resultado do julgamento da licitação, o Pregoeiro franqueará a palavra aos representantes das empresas presentes para que, querendo, possam manifestar a intenção de interpor recurso contra as decisões adotadas;

6.22. Não havendo quem pretenda recorrer, o Pregoeiro adjudicará o objeto do Certame em favor da(s) licitante(s) vencedora(s) do item(ns) licitado(s);

6.23. Adjudicado o objeto, a(s) licitante(s) vencedora(s) terá(ão) o prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de adjudicação, para entregar(em), no Setor de Licitação desta CÂMARA, a via escrita de suas respectivas propostas definitivas de preços, devidamente assinada pelo representante legal. É facultado à licitante vencedora entregar ao Pregoeiro, na reunião, disquete ou pen-drive ou outro dispositivo eletrônico contendo sua proposta inicial, para fins de atualização, impressão e aposição da assinatura do representante legal;

6.24. Atendida a exigência estabelecida no subitem anterior, o Pregoeiro, encaminhará os autos ao Presidente desta Câmara, para fins de homologação do resultado da licitação;

6.25. Manifestando qualquer das licitantes a intenção de recorrer, o processo somente será encaminhado para fins de adjudicação e homologação do resultado após o transcurso da fase recursal;

6.26. Caso entenda necessário proceder a exame mais detalhado de lances verbais ou da documentação poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data, o horário e o local em que será divulgado o resultado do julgamento;

6.27. Das reuniões relacionadas com o presente certame serão lavradas atas circunstanciadas, as quais serão assinadas pelo Pregoeiro, pelos membros da equipe de apoio e também pelos representantes das empresas presentes à sessão;

6.28. Nas atas a que se refere o subitem anterior serão consignados o nome de todas as licitantes, as reclamações e requerimentos apresentados, bem como as demais ocorrências que interessem ao procedimento;

6.29. Caso todas as propostas escritas sejam desclassificadas quando do confronto com os requisitos estabelecidos neste Edital, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, fixar às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas ofertas escoimadas das causas que motivaram a desclassificação, admitindo-se, nesta hipótese, a cotação de preços distintos dos inicialmente ofertados;

6.30. O procedimento do subitem anterior poderá ser adotado também no caso de inabilitação de todas as licitantes, hipótese em que a nova documentação deverá ser apresentada ao Pregoeiro no prazo 8 (oito) dias úteis, contado da data da lavratura da respectiva Ata;

6.31. O Pregoeiro e/ou o Presidente da Câmara do Município de Palhoça poderão solicitar esclarecimentos, pareceres e promover diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, sempre que julgarem necessário, fixando prazo aos setores competentes ou às licitantes para o atendimento, vedada, por parte destas, a inclusão posterior de informação que deveria constar originariamente da proposta/documentação;

6.32. Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" em um único momento, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente;

6.33. Havendo interrupção dos trabalhos os envelopes contendo os documentos de habilitação não abertos, serão devolvidos aos licitantes, ficando os mesmos obrigados a apresentarem devidamente atualizados na data em que será designada uma nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos;

6.34. Concluída todas as etapas da licitação, as propostas de preços escritas, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que tiver apresentado o melhor preço por item, atendidas as especificações do edital, que serão rubricados, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes presentes à sessão deste Pregão;

6.35. Após a adjudicação pelo pregoeiro do(s) vencedor (es) na sessão, a licitante cuja documentação não tiver sido examinada será devolvida ao(s) seu(s) representantes. Acaso a adjudicação ocorra em momento posterior à sessão de julgamento das propostas e documentos de habilitação, ou não tenha a licitante representante na sessão para que se faça a devolução, o envelope com a documentação ficará sob a guarda do pregoeiro devidamente lacrado e rubricado em seu fecho, do qual o licitante terá o prazo de 30 (trinta) dias para recolher o respectivo envelope junto ao Setor de Licitação da Câmara Municipal de Palhoça/SC, findo o qual o envelope e seu conteúdo serão fragmentados.

7.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão até 02 (dois) dias úteis anteriores ao dia do certame:

7.1.1. A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e no prazo de 24 horas, devendo ser entregue diretamente ao pregoeiro;

7.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

7.2. Os recursos deverão ser interpostos, verbalmente, no final da sessão, devendo o licitante interessado indicar o(s) ato(s) atacado(s) e a síntese das suas razões (motivação), que serão registrados em ata.

7.3. O pregoeiro indeferirá liminarmente recursos intempestivos, imotivados ou propostos por quem não tem poderes, negando-lhes, deste modo, processamento, devendo tal decisão, com seu fundamento, ser consignada em ata.

7.4. Interposto o recurso e apresentada sua motivação sucinta na reunião, o licitante poderá juntar, no prazo de 03 (três) dias, memoriais contendo razões que reforcem os fundamentos iniciais. Não será permitida a extensão do recurso, nos memoriais mencionados, a atos não impugnados na sessão.

7.5. Os demais licitantes, ficando intimados desde logo na própria sessão, poderão apresentar suas contrarrazões no mesmo lapso do item anterior, contado do encerramento do prazo do recorrente para a apresentação das razões.

7.6. O recurso contra ato do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

7.7. A falta de manifestação recursal imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

7.8. Preenchidas as condições de admissibilidade, o recurso será processado da seguinte forma:

I – O pregoeiro aguardará os prazos destinados à apresentação dos memoriais de razões e contrarrazões;

II – Encerrados os prazos acima, o pregoeiro irá analisar o recurso, suas razões e contrarrazões, podendo reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir para a autoridade superior devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

7.9. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.10. Os memoriais dos recursos e contrarrazões deverão ser protocolados na Câmara Municipal de Palhoça/SC, Setor de Compras e Licitações, localizada no endereço constante nas disposições preliminares deste edital;

7.11. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça/SC.

7.12. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior adjudicará e homologará o presente certame.

8.1. Compete ao pregoeiro a condução do certame, em todas as suas etapas, incumbindo-lhe os atos decisórios de cada fase, observado o disposto na Lei 10.520/2002;

8.2. O pregoeiro exercerá a condução dos trabalhos, podendo determinar a abstenção de qualquer ato que embarace o procedimento, pedir o silêncio e determinar a saída de pessoas (licitantes, representantes ou interessados) que se conduzam de forma inadequada e abusiva.

8.3. O pregoeiro será auxiliado pela equipe de apoio em todas as etapas do procedimento licitatório.

9.1. A adjudicação, em favor da licitante vencedora, será feita pelo pregoeiro no final da sessão e registrada em ata.

9.2. Em havendo recurso submetido à autoridade superior competente, na forma do subitem 7.8 deste edital, a adjudicação será feita pelo mesmo.

9.3. A homologação em favor da licitante adjudicada nesta licitação será feita pelo Exmo. Senhor Presidente, após recebimento do processo concluído pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.

10.1. Os preços serão fixos e reajustáveis após 12 (doze) meses de contrato.

11.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no orçamento da Câmara Municipal de Palhoça, para o exercício de 2018, conforme segue: 3.3.90.4004 – Comunicação de Dados.

12.1 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente de acordo com a prestação dos serviços mediante a apresentação dos seguintes documentos:

12.1.1 – Ordem(ns) de Fornecimento expedida pela Autoridade Competente;

12.1.2 – Nota(s) Fiscal(is) correspondente à(s) Ordem(ns) de Fornecimento atestada(s) e liquidada(s);

12.1.3 – Prova de regularidade junto as Fazendas Federal e INSS, Estadual e Municipal e FGTS;

12.2 – Havendo disponibilidade financeira e cumpridas as formalidades, a Câmara de Palhoça/SC, efetuará o pagamento das faturas até o décimo dia útil da apresentação das mesmas no Setor Financeiro da Câmara.

12.3 – A Autoridade Competente expedirá Ordem de Serviços e encaminhará a Contratada.

12.4 – Recebidas as Ordens, a Contratada deverá instalar os links nos locais especificados no Termo de Referência, no prazo máximo de 60 dias corridos.

12.9 – Os serviços serão fiscalizados por Servidor designados pela Autoridade Competente que atestará o recebimento através de aposição de carimbo na Nota Fiscal.

12.10 – Cumpridas as formalidades a Autoridade Competente atestará as Notas Fiscais através de aposição de carimbo com assinatura e as encaminhará à Câmara para pagamento;

12.11 – O pagamento das obrigações relativas ao presente contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º, §2º, inciso III, da Lei nº 4.320/64, art. 5º e 7º, §2º, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e artigo 5º a 8º da Resolução nº 296/2016 emanada do TCE/SE.

13.1 - As sanções contratuais serão: advertência; multa; suspensão temporária para participação em licitação e impedimento de contratar e declaração de inidoneidade, observando-se:

a) ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

b) MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 10% (dez por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

c) SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

13.3. A sanção prevista na alínea "d", do subitem 13.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

13.4. A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

14.1. O licitante vencedor, após homologação, será convocado para receber a Nota de Empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação da Câmara Municipal de Palhoça ou a contar da ciência pessoal dos autos, e/ou ser-lhe-á enviada por fax/e-mail, na forma do art. 64 da Lei nº 8.666/93;

14.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Câmara Municipal de Palhoça/SC, mediante pedido devidamente justificado, protocolizado no Setor de Licitação até o seu termo final;



- 14.3. Caso a notificação não seja atendida pela adjudicada, sem prejuízo de enquadramento do respectivo licitante as penalidades legalmente cabíveis, a Câmara Municipal de Palhoça poderá optar pela convocação das demais proponentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e examinará as propostas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até apuração de uma que atenda o edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;
- 14.4. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;
- 14.5. Fica assegurado a Câmara Municipal de Palhoça o direito de no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, esta licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente;
- 14.6. As proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Câmara Municipal de Palhoça não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;
- 14.7. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;
- 14.8. Conforme preceitua o § 4º do Artigo 62 da Lei 8.666/93, o documento hábil para formalização será a Nota de Empenho em substituição ao Termo de Contrato;
- 14.9. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% do valor inicial atualizado;
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Câmara Municipal de Palhoça/SC;
- 14.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão;
- 14.12. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;
- 14.13. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação deste Edital e seus Anexos, serão atendidos pelo Pregoeiro no horário de 13h às 19h, no Setor de Licitação da CÂMARA Municipal de Palhoça/SC;
- 14.14. Este Edital se completa com as regras e princípios da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Federal nº 3.555/2000, bem como, e subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93;
- 14.15. Este edital contém os seguintes anexos:  
 Anexo I - Termo de Referência;  
 Anexo II - Declaração de Comprometimento;  
 Anexo III - Declaração de Cumprimento a LC nº 123/06;  
 Anexo IV - Modelo de Credenciamento;  
 Anexo V - Declaração de que cumpre o disposto no art. 27, inciso V da Lei 8.666/93;  
 Anexo VI - Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;  
 Anexo VII - Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação;  
 Anexo VIII - Modelo de proposta Comercial; e  
 Anexo IX - Minuta do Contrato.
- 14.16. O Edital encontra-se disponível na homepage da Câmara Municipal de Palhoça: [www.cmp.sc.gov.br](http://www.cmp.sc.gov.br) ou no Setor de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Palhoça, localizada na Rua Joci José Martins, 101, loteamento Pagani, Bairro Passa Vinte, Município de Palhoça/SC, telefone (048) 3288-2512, no horário das 13horas às19horas.
- 14.17. O contrato vinculado a este edital deverá ser assinado até 10 (dez) dias após a homologação do processo licitatório.
- 14.18. É competente o Foro da Comarca de Palhoça/SC, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

Palhoça, 11 de outubro de 2018.

Joel Filipe Gaspar  
 Presidente

#### TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

##### A – DOS OBJETOS

- Item 1 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de conexão dedicada para acesso à internet (Link de Internet) principal 50Mbps/50Mbps fibra óptica full-duplex;
- Item 2 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de conexão dedicada para acesso à internet (Link de Internet) secundário 50Mbps/50Mbps fibra óptica full-duplex;

Estimativa de preços para o item 1 e item 2:

ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL PARA INSTALAÇÃO	Un/srv	QTD	PREÇO UNITÁRIO/mês R\$	PREÇO TOTAL/mês R\$
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de conexão dedicada para acesso à internet (Link de Internet) principal 50Mbps/50Mbps fibra óptica full-duplex.	Câmara Municipal de Palhoça	1	4	1.346,55	5.386,20
2	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de conexão dedicada para acesso à internet (Link de Internet) secundário 50Mbps/50Mbps fibra óptica full-duplex	Câmara Municipal de Palhoça	1	4	1.346,55	5.386,20

- Valor total estimado para o item 1 (4 meses) R\$ 5.386,20 (cinco mil trezentos e oitenta e seis reais e vinte centavos).

- Valor total estimado para o item 2 (4 meses) R\$ 5.386,20 (cinco mil trezentos e oitenta e seis reais e vinte centavos).

#### B – DO DETALHAMENTO DOS OBJETOS

1. Para o Item 1 e Item 2: Prestação do serviço de conectividade IP dedicado à rede mundial de computadores, Internet, com velocidade de 50Mbps (item 1) e serviço redundante com velocidade de 50Mbps (item 2), suportando aplicações TCP/IP, com garantia de 100% da banda contratada de Download e Upload, incluindo instalação, manutenção e demais equipamentos necessários para o perfeito funcionamento da solução;

2.1. Possuir velocidade mínima simétrica de 50 Mbps de conexão à internet para o Item 1;

2.2. Possuir velocidade mínima simétrica de 50 Mbps de conexão à internet para o Item 2;

2.3. Suporte e gerenciamento dos roteadores via SNMP, de forma que a Câmara Municipal de Palhoça possa efetuar a leitura dos dados das interfaces dos roteadores, caso solicitar;

2.4. Ser exclusivo e dedicado a Câmara Municipal de Palhoça, não podendo haver compartilhamento com outros usuários;

2.5. Atender as especificações técnicas da Eletronic Industries Alliance/ Telecommunications Industry Association (EIA/TIA) e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para provimento de serviços de acesso à internet (Internet Service Providers);

2.6. Não possuir limites de dados, controle de tráfego e nem restrição à quantidade de dados trafegados, tais como "traffic shaping";

2.7. Garantia de banda de 100% até o PTT (Ponto de troca de tráfego) sob pena definida no acordo de nível de serviço (SLA);

2.7.1. No caso de não possuir PTT, por ser operadora (ponto de interconexão) e estar dentro do PTT, a garantia de banda será exigida até a operadora; (referência: <http://ix.br/docs/>)

2.8. Sem limitação de portas e máquinas simultâneas;

2.9. Sem limitação de quantidade de dados trafegados;

2.10. Apto para VPN;

2.11. A empresa deverá possuir o seu Backbone com redundância por meios ou caminhos distintos;

2.12. O link deverá possuir proteção de ataque Ddos, anti-ddos incluído, no serviço prestado.

3. A qualidade da prestação do serviço será controlada pelo acordo de nível de serviço (SLA). A internet contratada e assim como o suporte ao software da solução de gestão de tráfego;

4. É de inteira responsabilidade das empresas que participarem do certame realizarem visitas técnicas para efetuarem estudos de viabilidade técnica.

#### C – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E ANÁLISE TÉCNICA

##### Dos Requisitos Básicos

1. Os objetos deste edital trata de sistemas de tecnologia de informação e comunicação estratégicos, Art. 6º da LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. E, por isso, este edital possui requisitos detalhados baseados nos requisitos relacionados: disponibilidade, confiabilidade, segurança e confidencialidade;

1. Quanto aos requisitos do projeto básico:

1.1. Segurança:

1.1.1. Segurança dos dados.

1.2. Funcionalidade e adequação ao interesse público:

1.2.1. Transparência para a população e auxílio na automatização de processos da TI.

1.3. Economia na execução, conservação e operação;

1.3.1. Os aparelhos necessários para execução do serviço irão ser instalados no CPD onde estarão protegidos e adequadamente refrigerados, a equipe de TI será treinada para correta operação;

1.4. Possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;

1.4.1. O município de Palhoça está localizado em uma área desenvolvida, e perto da capital com mão de obra especializada.

1.5. Facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço:

1.5.1. Treinamento e helpdesk previstos no edital.

1.6. Adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas;

1.6.1. Legislação informada no edital.

1.7. Impacto ambiental.

1.7.1. Sem nenhum impacto ambiental relevante.

##### Quanto à Redundância do serviço

1. Tempo hábil para a empresa prestadora dentro do SLA restaurar o serviço sem comprometer totalmente o trabalho e acesso a internet pelos sistemas e usuários;

2. Necessário para garantir a conectividade durante todo o expediente, pois os sistemas administrativo e legislativo necessitam de conexão à internet e além de que nos dias atuais as redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas aproximam o povo soberano de seus representantes no poder legislativo e promovem mais transparência;

3. Sistemas operacionais, aplicativos, software anti-vírus e estações de trabalho necessitam de acesso a internet diariamente para verificação de atualizações. Dispositivos móveis e estações de trabalho utilizam a internet para acesso a redes sociais, mensagens instantâneas entre colaboradores e para maior transparência com a população;

4. O website da Câmara Municipal de Palhoça é atualizado praticamente de forma instantânea de acordo com o que é alimentado nos sistemas e por isso o acesso à internet se faz necessário para maior transparência ao cidadão;

5. Empresa terceirizada realiza gravações para auxiliar nas publicações em redes sociais junto com o Setor de Tecnologia da Informação e setor de Comunicação para a Câmara Municipal de Palhoça que são realizadas durante o expediente. Durante as sessões legislativas, a mesma é transmitida ao vivo por streaming pela rede da Câmara Municipal de Palhoça para as redes sociais.

Quanto ao Acordo de nível de serviço dos Itens 1 e 2

1. É de responsabilidade do CONTRATADO só iniciar o atendimento do serviço após o cadastro do problema no sistema de ticket/protocolo/chamado;
6. É de responsabilidade do CONTRATADO informar o número do ticket/protocolo/chamado a CONTRATANTE.
7. Central de serviço Help Desk para abertura de chamados técnicos de acordo com SLA;
8. Deverão ser efetuados testes de verificação da qualidade do serviço sempre que houver solicitação da Câmara, sem custos adicionais;
9. O atendimento poderá ser realizado por e-mail e telefone.
10. Todos os ticket/protocolo/chamado deverão ser enviados ao e-mail dos servidores públicos do setor de TI da CONTRATANTE inclusive todas as atualizações nos atendimentos;
11. O serviço será prestado com um Acordo de Nível de Serviço (Service Level Agreement) de acordo com a seguinte tabela:

Nível de prioridade	% da multa do valor do contrato no mês	Descrição do problema	Disponibilidade da contratada	Tempo de retorno após abertura dos chamados/ticket	Tempo de solução e fechamento do problema no sistema de chamados/ticket
Crítico	15%	Serviço interrompido. Ex.: Sem acesso a internet.	Horário comercial das 7:00 as 19:00 e sempre que houver sessões e licitações	10 minutos	4 horas corridas após abertura do chamado
Alto	10%	Serviço degradado e ou oscilando. Ex.: Internet lenta, Dúvidas de utilização do sistema por parte dos usuários da TI. Download e Upload de dados não atendendo a quantidade mínima acordada.	Horário comercial das 7:00 as 19:00 e sempre que houver sessões e licitações	1 hora	6 horas corridas após abertura do chamado

11.1. Quanto à disponibilidade do link, deverão ser atendidos os seguintes requisitos, senão o serviço será considerado degradado e ou oscilando (relativo ao nível de prioridade alto da tabela anterior do SLA):

Parâmetro	Valor
Latência Média Mensal (valor máximo)	160 milissegundos
Perda Média de Pacotes Mensal (valor máximo)	2%
Disponibilidade Média Mensal do Acesso a Rede Internet (valor mínimo)	99,4%

11.2. Estes parâmetros deverão ser medidos e enviados mensalmente por e-mail aos servidores públicos do setor de TI da Câmara Municipal de Palhoça.

Quanto à Implantação e homologação dos Lotes 1 e 2

1. A CONTRATADA deverá informar o telefone e e-mail do helpdesk;
  2. Prover roteador compatível com o serviço fornecido para conexão à rede corporativa da Câmara Municipal de Palhoça e por meio de 1 (uma) interface do tipo Ethernet, operando em velocidade de no mínimo 50 Mbps em conformidade com a norma IEEE 802.3 para o link principal (Item 1);
  3. Prover roteador compatível com o serviço fornecido para conexão à rede corporativa da Câmara Municipal de Palhoça e por meio de 1 (uma) interface do tipo Ethernet, operando em velocidade de no mínimo 50 Mbps em conformidade com a norma IEEE 802.3 para o link secundário (Item 2);
  4. As interfaces deverão ser disponibilizadas no setor de TI, especificadamente no CPD, da CONTRATANTE;
  5. Ser provido obrigatoriamente por meio de infraestrutura de fibra óptica no link principal (Item 1) e no link secundário (Item 2);
  6. Disponibilizar uma faixa de endereços IP válidos /29, máscara 255.255.255.248; e
  7. Um endereço IP externo deverá ser dedicado para o Link VOIP;
- O prazo de execução da implantação e homologação é de 60 dias após a assinatura do contrato.

Palhoça, 11 de outubro de 2018.

Joel Filipe Gaspar  
Presidente da CMP

Jean Pierre Patzlaff  
Analista Legislativo – Especialidade Informática

#### DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 16/2018.

OBJETO RESUMIDO: Prestação do serviço de conectividade IP dedicado à rede mundial de computadores, Internet, com velocidade de 50Mbps (item 1) e serviço redundante com velocidade de 50Mbps (item 2), suportando aplicações TCP/IP, com garantia de 100% da banda contratada de Download e Upload, incluindo instalação, manutenção e demais equipamentos necessários para o perfeito funcionamento da

solução.

Para fins de participação no Processo de Licitação acima descrito, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu Representante Legal Srº. \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, portador da RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA:

- que tem conhecimento de todas as informações do processo de licitação mencionado, e que aceita e cumprirá fielmente todas as suas exigências;
- que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação no referido processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- que não possui em seu Quadro de Pessoal nenhum Servidor Público ou dirigente da Entidade Contratante responsável pela licitação; e
- que se compromete a manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas.

Palhoça, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.  
(data da abertura dos envelopes).

(identificação e assinatura do declarante).

#### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO À LC 123/2006

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 16/2018.

OBJETO RESUMIDO: Prestação do serviço de conectividade IP dedicado à rede mundial de computadores, Internet, com velocidade de 50Mbps (item 1) e serviço redundante com velocidade de 50Mbps (item 2), suportando aplicações TCP/IP, com garantia de 100% da banda contratada de Download e Upload, incluindo instalação, manutenção e demais equipamentos necessários para o perfeito funcionamento da solução.

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, estabelecida \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Srº(a). \_\_\_\_\_, brasileiro(a) maior, capaz, endereço \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, portador da RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos no Art. 3º, §4º da Lei Complementar 123/2006, fazendo jus ao regime diferenciado e favorecido estabelecido na referida Lei.

Palhoça, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.  
(data da abertura dos envelopes).

(identificação e assinatura do declarante).

#### CARTA DE CREDENCIAMENTO

OUTORGANTE: (informar o nome da empresa, nº do CNPJ, endereço completo e telefone).

OUTORGADO: (informar o nome completo da pessoa que vai representar a empresa, nº da RG, nº do CPF, endereço completo e telefone).

PODERES: Praticar todos os atos relativos à licitação modalidade Pregão Presencial nº 16/2018, em especial apresentar documentos, prestar declarações de qualquer teor, formular ofertas e lances verbais, negociar preços, impugnar, recorrer, declarar a intenção de interpor recurso, apresentar contra razões de recursos, desistir de prazos de interposição de recursos e do direito aos mesmos, assinar atas e documentos, a que tudo será dado como legal, firme e valioso.

Palhoça, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.  
(data da abertura dos envelopes).

(identificação e assinatura do Outorgante).

Obs: Este termo deverá ser acompanhado do documento de identidade do credenciado e do respectivo estatuto ou contrato social, e suas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial ou no órgão competente.

#### DECLARAÇÃO RELATIVA À TRABALHO DE MENORES

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de

1993, combinado com a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Palhoça, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.  
(data da abertura dos envelopes).

(assinatura)

Nome legível do representante legal da empresa, RG e órgão expedidor)

#### DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(A SER APRESENTADA FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

(nome/razão social), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA para todos os fins e efeitos legais, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no art. 3º, § 4º da Lei Complementar nº 123/06.

Palhoça, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

(Nome legível do representante legal da empresa, RG e órgão expedidor)  
(assinatura)

#### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 16/2018.

OBJETO RESUMIDO: Prestação do serviço de conectividade IP dedicado à rede mundial de computadores, Internet, com velocidade de 50Mbps (item 1) e serviço redundante com velocidade de 50Mbps (item 2), suportando aplicações TCP/IP, com garantia de 100% da banda contratada de Download e Upload, incluindo instalação, manutenção e demais equipamentos necessários para o perfeito funcionamento da solução.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, estabelecida \_\_\_\_\_, por intermédio de seu(ua) representante legal Srº(a). \_\_\_\_\_, brasileiro(a), maior, capaz, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, em obediência ao Art. 4º, item VII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação do edital do pregão presencial acima referido.

As microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar, quando for o caso:

Declaramos, outrossim, que possuímos restrição fiscal nos documentos de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no artigo 43, §1º, da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá nosso direito à contratação sujeitando-nos as sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93.

Local e data.

Carimbo e assinatura do Representante Legal

#### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

A  
Pregoeira da Câmara Municipal de Palhoça.  
Referente Presencial Pregão nº 16/2018.

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, estabelecida \_\_\_\_\_, telefone/fax \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, submete a apreciação de Vossa Senhoria, sua proposta relativa à licitação em epígrafe, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação do serviço de conectividade IP dedicado à rede mundial de computadores, Internet, com velocidade de 50Mbps (item 1) e serviço redundante com velocidade de 50Mbps (item 2), suportando aplicações TCP/IP, com garantia de 100% da banda contratada de Download e Upload, incluindo instalação, manutenção e demais equipamentos necessários para o perfeito funcionamento da solução, para desenvolvimento das atividades administrativas da Câmara Municipal de Palhoça, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL PARA INSTALAÇÃO	Un/srv	QTD	PREÇO UNITÁRIO/mês R\$	PREÇO TOTAL/ mês R\$
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de conexão dedicada para acesso à internet (Link de Internet) principal 50Mbps/50Mbps fibra óptica full-duplex.	Câmara Municipal de Palhoça	1	4		
2	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de conexão dedicada para acesso à internet (Link de Internet) secundário 50Mbps/50Mbps fibra óptica full-duplex	Câmara Municipal de Palhoça	1	4		

Todas as exigências técnicas vinculadas no termo de referência serão requisitos para aceitabilidade das propostas vinculadas aos itens 1 e 2.

A proposta para o ITEM 1 totalizou em R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ).

A proposta para o ITEM 2 totalizou em R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ).

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, pelo que anexaremos às faturas os documentos relativos a regularidade fiscal e trabalhista, conforme exigido no Edital.

Prazo para início da execução/operação dos serviços: até 60 (quarenta e cinco) dias corridos a partir da emissão da Ordem de Compra/ Serviço.

Validade da proposta: 60 dias.

Observação: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Dados pessoais do Representante Legal:

Nome:

RG nº:

CPF nº:

Estado Civil:

Endereço:

Dados Bancários:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

Dados pessoais do responsável pela assinatura do contrato:

Nome:

RG nº:

CPF nº:

Estado Civil:

Endereço:

Palhoça, / / .

(Nome legível do representante legal da empresa, RG e órgão expedidor)  
(assinatura)

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL nº \_\_\_\_/2018

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, situada na Rua Joci José Martins, 101, Loteamento Pagani, Palhoça/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 75.813.675/0001-59, neste ato representado pelo Presidente, Senhor \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_ (estado civil), portador do Cadastro de Pessoa Física (CPF) nº \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado \_\_\_\_\_, com endereço/sede na Rua \_\_\_\_\_, e CPF/CNPJ \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Senhor (a) \_\_\_\_\_, brasileiro (a), \_\_\_\_\_ (estado civil), \_\_\_\_\_ (profissão), portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATADO, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, em decorrência do Pregão Presencial nº \*\*\*/2018, homologado em \*\*\*/\*\*/\*\*\*\*, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO**

Constitui objeto do presente Termo de Contrato a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de conexão dedicada para acesso à internet (Link de Internet) principal 50Mbps/50Mbps fibra óptica full-duplex (Item 1), e a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de conexão dedicada para acesso à internet (Link de Internet) secundário 50Mbps/50Mbps fibra óptica full-duplex



(Item 2), conforme especificações estabelecidas no Anexo I do edital do Pregão Presencial o sob n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

O objeto será executado de forma indireta, tendo como limites a vigência e o valor do contrato, que será celebrado sob o regime de empreitada por menor preço por item, com pagamentos mensais, conforme art. 10, inciso II, alínea “a”, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ \_\_\_\_,00 ( \_\_\_\_ reais) para o Item 1 e o valor total de R\$ \_\_\_\_,00 ( \_\_\_\_ reais) para o Item 2, conforme o Anexo I do edital do Pregão Presencial sob n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_ a que segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL PARA INSTALAÇÃO	UM/srv	QTD	PREÇO UNITÁRIO/ mês R\$	PREÇO TOTAL/ mês R\$
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de conexão dedicada para acesso à internet (Link de Internet) principal 50Mbps/50Mbps fibra óptica full-duplex.	Câmara Municipal de Palhoça	1	4		
2	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de conexão dedicada para acesso à internet (Link de Internet) secundário 50Mbps/50Mbps fibra óptica full-duplex	Câmara Municipal de Palhoça	1	4		

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos do orçamento da Câmara Municipal de Palhoça pelo elemento: 3.3.90.4004 – Comunicação de Dados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

As condições de pagamento ficam assim estabelecidas:

§1º Os pagamentos devidos ao CONTRATADO serão efetuados com os recursos da Câmara Municipal de Palhoça, através de documento de cobrança ao consumidor referente ao período faturado que deve corresponder a 30 (trinta) dias de prestação de serviços.

§2º O documento de cobrança deverá ser emitido em nome da Câmara Municipal de Palhoça.

§3º O CONTRATANTE só efetuará o pagamento mediante a entrega do documento de cobrança emitido de forma correta.

§4º Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§5º O pagamento da fatura será sustado se verificada execução defeituosa ao Contrato, e enquanto persistirem restrições quanto aos serviços prestados, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA POR INADIMPLENTO

Não efetuado o pagamento pelo CONTRATANTE no prazo estabelecido, e desde que não haja culpa do CONTRATADO, os valores correspondentes à fatura serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, conforme determina o art. 117 da Constituição Estadual e art. 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O CONTRATADO obriga-se a prestar os serviços ora contratados de acordo com as condições contidas no Anexo I do edital do Pregão Presencial sob n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, e em sua proposta, contados da data do início da vigência do contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

O CONTRATADO não pode interromper os serviços sob a alegação de não receber os pagamentos devidos. Pode ele, contudo, suspender o cumprimento de suas obrigações se os pagamentos devidos pelo CONTRATANTE atrasarem por mais de 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra (art. 78, inciso XV, Lei nº 8.666/93).

#### CLÁUSULA NONA – DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

O pagamento poderá ser sustado pelo CONTRATANTE se, após ter sido dado o aceite nos serviços, for constatado que eles não foram realizados na forma estipulado neste contrato, e o CONTRATADO esteja se omitindo ou se recusando a adequá-los.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

O reajuste do valor pactuado no presente contrato atenderá às normas a seguir e dependerá de proposta escrita do CONTRATADO, passando a vigorar apenas após a decisão administrativa favorável do CONTRATANTE e nos termos da respectiva decisão administrativa.

§1º Havendo prorrogação do presente contrato, o valor constante na CLÁUSULA TERCEIRA poderá ser reajustado anualmente, após cada período de doze meses a contar da data de início de sua vigência.

§2º Cumprido o requisito do parágrafo anterior, o reajuste será efetuado de acordo com a variação do IGP-ID, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo, aplicado a partir da data limite de apresentação da proposta, conforme determinação contida no art. 3º, §1º, da Lei nº 10.192/01 e inciso XI do art. 40 da Lei nº 8.666/93.

§3º Em face do disposto no §1º do art. 2º da Lei 10.192/01, não é admitido reajuste sobre o valor a que se refere o parágrafo primeiro, no prazo inferior a 1 (um) ano, contado a partir da data da assinatura do contrato.

§4º Sendo necessária a repactuação do valor pactuado no presente contrato, caso o CONTRATADO não requeira tempestivamente a repactuação e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito.



§5º Ocorrerá igualmente a preclusão do direito à repactuação caso o pedido seja formulado depois de extinto o contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Este contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do CONTRATADO e a retribuição do CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§1º O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidencie a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Setor de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Palhoça situada à rua Joci José Martins, 101, Loteamento Pagani – Palhoça/SC – CEP 88132-901, com identificação do número do CONTRATO.

§2º Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não comprovar o desequilíbrio sofrido.

§3º O reequilíbrio a que o CONTRATADO fizer jus e que não for solicitado durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com assinatura da prorrogação contratual ou com a sua extinção.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O contrato poderá ser alterado, através de termos aditivos, por acordo entre as partes, ou unilateralmente por parte do CONTRATANTE no caso de acréscimos ou supressões de quantidades em até 25% do valor total atualizado, conforme art. 65 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

As partes nomearão por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do contrato, conforme Anexos do edital do Pregão Presencial sob n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_.

§1º O representante do CONTRATANTE terá poderes para solicitar, fiscalizar, receber e aceitar os SERVIÇOS e especialmente para:

I – Sustar os serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que, a seu critério, considerar esta medida necessária à sua boa execução ou à salvaguarda dos interesses do CONTRATANTE;

II – Recusar os serviços realizados que não atendam às boas normas técnicas;

III – Questionar todos os problemas técnicos constatados;

IV – Ajustar com o representante do CONTRATADO, nas hipóteses comprovadas de caso fortuito e força maior, conforme estipulado no Código Civil Brasileiro, as alterações na ordem de sequência ou no prazo de realização dos fornecimentos; e,

V – Solicitar a substituição do representante credenciado pelo CONTRATADO, no prazo máximo de 7 (sete) dias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer, a qualquer tempo e por qualquer pretexto, da maneira como melhor lhe prouver e convier, diretamente ou por intermédio de seu representante especialmente nomeado, completa fiscalização do objeto deste contrato, para que o CONTRATADO se comprometa a permitir o livre acesso dele a todos os locais necessários e a fornecer todas as informações solicitadas. O exercício pelo CONTRATANTE do direito de fiscalização não exonera o contratado de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui sua responsabilidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

As condições dos direitos e obrigações ficam assim estabelecidas:

§1º O CONTRATANTE possui os seguintes direitos e obrigações:

I – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a serem solicitados pelo CONTRATADO;

II – Disponibilizar infraestrutura e equipamentos para as reuniões; e,

III – Franquear o acesso, previamente agendado, dos representantes do CONTRATADO às instalações e equipamentos da Câmara Municipal de Palhoça, quando for necessário à execução dos serviços contratados.

§2º O CONTRATADO possui os seguintes direitos e obrigações, além das mencionadas no Anexo I do edital:

I – Dar integral cumprimento à sua proposta, a qual passa a integrar o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição;

II – Executar, integralmente e com perfeição técnica, o objeto deste contrato;

III – Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízos de outras cominações cabíveis;

IV – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

V – Suportar todos os encargos envolvidos no objeto contratado, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

VI – Responsabilizar-se pelo sigilo e confidencialidade, por si e seus empregados alocados na execução dos serviços, dos documentos e/ou informações que lhe chegarem ao conhecimento por força da execução do contrato, não podendo divulgá-los, sob qualquer pretexto;

VII – Responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo decorrente do uso inadequado ou falta de zelo e cuidado no uso dos utensílios, materiais e equipamentos disponibilizados pelo CONTRATANTE;

VIII – Impossibilitado de cumprir o(s) prazo(s) de execução dos serviços, o CONTRATADO deverá adotar os seguintes procedimentos:

a) Protocolar o pedido de prorrogação de prazo antes da data limite para entrega, junto ao Setor de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Palhoça situada à Rua Joci José Martins, 101, Loteamento Pagani – Palhoça/SC – CEP 88132-901, devendo constar no mínimo:

a.1) Identificação do objeto, número do pregão, e número do CONTRATO;

a.2) Justificativa, plausível, quanto à necessidade da prorrogação;

a.3) Documentação comprobatória; e,

a.4) Indicação do novo prazo a ser cumprido.

b) O(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto no subitem anterior, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério da Câmara Municipal de Palhoça seu deferimento;

c) Caso a Câmara Municipal de Palhoça conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;

d) Caso a Câmara Municipal de Palhoça não conceda a prorrogação do prazo, o CONTRATADO estará sujeito às sanções administrativas

pertinentes;

e) Serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de execução; e,

f) O não cumprimento do dispositivo nos incisos anteriores facultará à Câmara Municipal de Palhoça a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo o CONTRATADO, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis;

IX – É vedada a prestação de serviço por empregados de empresas fornecedoras de mão de obra que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou de servidor da Câmara Municipal de Palhoça, nela compreendida o ajuste mediante o acolhimento recíproco para a prestação de serviço entre os Ministérios Públicos ou entre esses e órgãos da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O atraso injustificado na execução do contrato, por culpa do CONTRATADO, o sujeitará ao pagamento de multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:

Em caso de inexecução total ou parcial, erro ou mora na execução ou execução imperfeita do objeto deste processo licitatório, a Administração da Câmara Municipal de Palhoça poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora:

a) advertência.

b) multa de:

b.1) 1 % (um por cento) ao dia sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de atraso na entrega do objeto, limitado a trinta dias;

b.2) 20,0 % (vinte por cento) sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de atraso na entrega do objeto por período superior ao previsto na alínea "b.1", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.3) 30,0 % (trinta por cento) sobre o valor constante da nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Palhoça, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Palhoça, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Câmara Municipal de Palhoça, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção mencionada no item c.

Parágrafo primeiro - O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pela Câmara ao fornecedor ou cobrado judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de quando uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93:

I – Determinada por ato unilateral e estrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

II – Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência da Administração; e,

III – Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único – A rescisão prevista no inciso I desta cláusula acarretará as consequências previstas nos incisos I a IV, do art. 80, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO

Este contrato vincula-se ao Pregão Presencial nº \*\*\* e à proposta do CONTRATADO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEGISLAÇÃO

Aplica-se aos casos omissos o disposto nas Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e, no silêncio destas, outras normas e princípios de direito administrativo pertinentes.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses contados do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ até o dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93, ficando a execução e consequente remuneração dos serviços previstos para os anos subsequentes condicionados à prévia disponibilização dos respectivos recursos orçamentários.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato deverá ser assinado até 10 (dez) dias após a homologação do processo licitatório.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste contrato será publicado no Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Palhoça, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Palhoça/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Palhoça, \_\_\_\_, de \_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Responsável legal pela CONTRATANTE Responsável legal pela CONTRATADA

## TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_  
CPF nº

2. \_\_\_\_\_  
CPF nº

**RESPOSTA IMPUGNAÇÃO PP 16.2018**

Publicação N° 1772392

## 1.1. Do instrumento interposto

1.1.1 Trata-se de instrumento impugnatório apresentado em 28 de setembro de 2018, pela empresa OI S/A, contra os termos do Edital do Pregão Presencial nº 16/2018.

## 1.2. Da tempestividade

1.2.1. O pedido de impugnação foi protocolizado pela empresa OI S/A. A impugnação é tempestiva, eis que interposta de acordo com Art. 41, §2º da Lei 8.666/93, bem como item 7.1 do respectivo Edital, posto isso, passa-se ao mérito da impugnação.

2.1. A recorrente motiva a presente impugnação alegando imperfeições no Edital, assinalando os seguintes pontos:

- a) Previsão de exigência restritiva à participação das licitantes;
- b) Vedação a participação de licitantes em regime de consórcio;
- c) Do Reajuste de Preços;
- d) Pagamento via nota fiscal com código de barras;
- e) Das penalidades excessivas;

2.2. Finaliza requerendo o acolhimento da presente impugnação, e que se promova as alterações necessárias nos termos do Edital e seus anexos e sua consequente republicação e suspensão da data de realização do certame.

3.1. O Pregão Presencial nº 016/2018 tem como objeto contratação de empresa especializada na prestação de serviços de conexão dedicada para acesso à internet para a Câmara Municipal de Palhoça, conforme as especificações constantes do Anexo I e as condições estabelecidas no Anexo IX – Minuta do Contrato.

3.2. Quanto à alegação da recorrente: (a) previsão de exigência restritiva à participação das licitantes.

3.2.1. Nos termos dos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, é certo que DEVERÁ ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas da administração direta e indireta, inclusive com licitação exclusiva a estas empresas, quando o valor do objeto não ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Registra-se que o valor estimado parte integrante deste processo, não ultrapassa a previsão legal acima citada.

3.2.2. Importante ressaltar que neste caso, afasta-se a aplicabilidade do artigo 49 da Lei Complementar nº 123/2006, pois conforme informações obtidas do Setor de Informática deste Poder Legislativo, existe pluralidade de fornecedores na região da grande Florianópolis com enquadramento vinculado a Lei Complementar nº 123/2006 e, com plena capacidade técnica para atender o objeto licitado, não assistindo portanto, razão à recorrente.

3.3. Quanto à alegação da alínea (b) a recorrente manifesta sobre vedação à participação de licitantes em regime de consórcio.

3.3.1. É certo que a decisão acerca da participação de consórcio ou não no processo licitatório é mera discricionariedade da autoridade competente, conforme art. 33 da Lei nº 8.666/93. Porém, é importante frisar, que deve ser observado o risco a competitividade do certame a fim de obter a proposta mais vantajosa. Neste sentido, após análise realizada pelos Setores Técnicos da Câmara Municipal de Palhoça, assiste razão à recorrente quanto à solicitação de exclusão do item 2.5.2 do Edital.

3.4. Quanto à alegação da alínea (c) a recorrente manifesta sobre a forma de reajuste de preços.

3.4.1. Conforme análise do Setor técnico desta Casa Legislativa fica definido o IGP-DI, como o índice de reajuste de preços a ser aplicado, assistindo razão à recorrente quanto à solicitação de inclusão do índice a ser aplicado.

3.5. Quanto à alegação da alínea (d) a recorrente manifesta sobre o pagamento via nota fiscal com código de barras.

3.5.1. Com razão a impugnante, vez que o pagamento previsto no Edital é divergente dos adotados nos serviços de telecomunicações. Assim, após análise pelo Setor Técnico da Casa, afirmando que não há prejuízo ao Poder Público, somos pela alteração do presente item, e a previsão de que o pagamento se efetue por código de barras.

3.6. Quanto à alegação da alínea (e) a recorrente manifesta sobre as penalidades excessivas.

3.6.1. Observa-se que a Lei de Usura não tem aplicação no presente caso, por se tratar este contrato administrativo, bem como, por multa ter conceito diferente de cláusula penal. Ainda, salientamos que o contrato prevê multa de até 30% sobre o valor do contrato, o que será aplicada de acordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade a depender da falta, sempre respeitando o contraditório e ampla defesa da contratada.

3.6.1. O disposto no item mencionado, assim como o tópico anterior, somente assegura a Administração Pública do ressarcimento de eventuais pendências e penalidade por culpa da Licitante, sendo opção desta última participar ou não do certame de acordo com as regras e sanções previstas, não assistindo portanto, razão à recorrente.

Consubstanciado no exposto, esta Pregoeira e Equipe de Apoio conhecem da impugnação formulada pela empresa OI S/A, para acolhê-la parcialmente, nos termos explicitados neste instrumento.

Por oportuno, destaca:

- 1) Que a empresa será cientificada (via e-mail) de todo teor da resposta à impugnação;
- 2) Que será publicado na imprensa oficial para ciência dos interessados;
- 3) Que decidiu sugerir a alteração do edital e anexos do Pregão Presencial nº 16/2018, realizando-se, assim as modificações pertinentes.

Esta é a decisão, publique-se, registre-se.

Palhoça, 11 de outubro de 2018.

Cristiane Aparecida Silva  
Pregoeira

#### DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Visto.

1. Aprovo a Decisão exarada pela Pregoeira da CMP.

2. Registre-se, divulgue-se e Cumpra-se.

Palhoça, 11 de outubro de 2018.

Joel Filipe Gaspar  
Presidente

#### RESPOSTA IMPUGNAÇÃO PP 16.2018

Publicação Nº 1772391

##### 1.1. Do instrumento interposto

1.1.1 Trata-se de instrumento impugnatório apresentado em 27 de setembro de 2018, pela empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A, contra os termos do Edital do Pregão Presencial nº 16/2018.

##### 1.2. Da tempestividade

1.2.1. O pedido de impugnação foi protocolizado pela empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A. A impugnação é tempestiva, eis que interposta de acordo com Art. 41, §2º da Lei 8.666/93, bem como item 7.1 do respectivo Edital, posto isso, passa-se ao mérito da impugnação.

##### 2.1. A recorrente motiva a presente impugnação alegando imperfeições no Edital, assinalando os seguintes pontos:

- a) Esclarecimento quanto a possibilidade de participação somente de microempresas e empresas de pequeno porte;
- b) Esclarecimento quanto ao objeto complexo restritivo da competitividade, necessidade de consórcio de empresas;
- c) Esclarecimento quanto ao prazo para assinatura do contrato;
- d) Divergência de informações quanto ao prazo de vigência do contrato;
- e) Divergência de prazos referente as diligências a execução do objeto do contrato;
- f) Prazo exíguo para atendimento das solicitações de serviços;
- g) Forma de pagamento da fatura em desacordo com a resolução nº 632/2014 da ANATEL;
- h) Esclarecimentos quanto a possibilidade de participação de uma mesma empresa para os dois Itens;

2.2. Finaliza requerendo o acolhimento da presente impugnação, e que se promova as alterações necessárias nos termos do Edital e seus anexos e sua consequente republicação e suspensão da data de realização do certame.

3.1. O Pregão Presencial nº 016/2018 tem como objeto contratação de empresa especializada na prestação de serviços de conexão dedicada para acesso à internet para a Câmara Municipal de Palhoça, conforme as especificações constantes do Anexo I e as condições estabelecidas no Anexo IX – Minuta do Contrato.

3.2. Quanto à alegação da recorrente: (a)solicita esclarecimento quanto à possibilidade de participação somente de microempresas e

empresas de pequeno porte.

3.2.1. Nos termos dos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº123/2006, é certo que DEVERÁ ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas da administração direta e indireta, inclusive com licitação exclusiva a estas empresas, quando o valor do objeto não ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Registra-se que o valor estimado parte integrante deste processo, não ultrapassa a previsão legal acima citada.

3.2.2. Importante ressaltar que neste caso, afasta-se a aplicabilidade do artigo 49 da Lei Complementar nº 123/2006, pois conforme informações obtidas do Setor de Informática deste Poder Legislativo, existe pluralidade de fornecedores na região da grande Florianópolis com enquadramento vinculado a Lei Complementar nº 123/2006 e, com plena capacidade técnica para atender o objeto licitado, não assistindo, portanto, razão à recorrente.

3.3. Quanto à alegação da alínea (b) a recorrente solicita esclarecimento quanto ao objeto complexo restritivo da competitividade, necessidade de consórcio de empresas.

3.3.1. É certo que a decisão acerca da participação de consórcio ou não no processo licitatório é mera discricionariedade da autoridade competente, conforme art. 33 da Lei nº 8.666/93. Porém, é importante frisar, que deve ser observado o risco a competitividade do certame a fim de obter a proposta mais vantajosa. Neste sentido, após análise realizada pelos Setores Técnicos da Câmara Municipal de Palhoça, assiste razão à recorrente quanto à solicitação de exclusão do item 2.5.2 do Edital.

3.4. Quanto à alegação da alínea (c) a recorrente solicita esclarecimentos quanto ao prazo para assinatura do contrato.

3.4.1. Estabelece o artigo 40, II, da Lei de Licitações que deve constar no edital o prazo e as condições para assinatura do contrato. Assim, uma vez omissa tal informação, é dever da Administração Pública fazer constar para conhecimento dos licitantes, assistindo razão à recorrente quanto à solicitação de inclusão do prazo para assinatura do contrato.

3.5. Quanto à alegação da alínea (d) a recorrente manifesta divergência de informações quanto ao prazo de vigência do contrato.

3.5.1. Sem razão a recorrente, vez que o prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, conforme previsto no item 2.7 do Edital.

3.5.2. Quanto aos valores estimados somente para 04 (quatro) meses, se refere ao orçamento anual, vez que programado apenas para o ano de 2018.

3.6. Quanto à alegação da alínea (e) a recorrente manifesta divergência de prazos referente as diligências a execução do objeto do contrato.

3.6.1. Com razão a recorrente, devendo estar em consonância os prazos citados, ficando definido como prazo razoável pelo setor técnico 60 (sessenta) dias corridos.

3.7. Quanto à alegação da alínea (f) a recorrente manifesta sobre o prazo exíguo para atendimento das solicitações de serviços.

3.7.1. Após análise do Setor técnico desta Casa Legislativa, dado ciência do relato da impugnante, a sugestão desta é aceitável, que seja de 04 (quatro) horas, visando não inviabilizar a participação das empresas interessadas, assistindo razão à recorrente.

3.8. Quanto à alegação da alínea (g) a recorrente manifesta sobre a forma de pagamento da fatura em desacordo com a resolução nº 632/2014 da ANATEL.

3.8.1. Com razão a impugnante, vez que o pagamento previsto no Edital é divergente dos adotados nos serviços de telecomunicações. Assim, após análise pelo Setor Técnico da Casa, afirmando que não há prejuízo ao Poder Público, somos pela alteração do presente item, e a previsão de que o pagamento se efetue por código de barras.

3.9. Quanto à alínea (h) a recorrente solicita esclarecimentos quanto a possibilidade de participação de uma mesma empresa para os dois Itens.

3.9.1. No edital em seu Anexo I – Termo de referência item 1.11 a empresa deverá possuir o seu Backbone com redundância por meios ou caminhos distintos, desta forma a preocupação pela redundância foi mitigada. Para uma manifestação direta e concisa, a mesma empresa poderá sim participar nos dois itens objeto do respectivo processo licitatório, desde que respeite as exigências acima descritas.

Consubstanciado no exposto, esta Pregoeira e Equipe de Apoio conhecem da impugnação formulada pela empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A, para acolhê-la parcialmente, nos termos explicitados neste instrumento.

Por oportuno, destaca:

- 1) Que a empresa será cientificada (via e-mail) de todo teor da resposta à impugnação;
- 2) Que será publicado na imprensa oficial para ciência dos interessados;
- 3) Que decidiu sugerir a alteração do edital e anexos do Pregão Presencial nº 16/2018, realizando-se, assim as modificações pertinentes.

Esta é a decisão, publique-se, registre-se.



Palhoça, 11 de outubro de 2018.

Cristiane Aparecida Silva  
Pregoeira

#### DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Visto.

1. Aprovo a Decisão exarada pela Pregoeira da CMP.

2. Registre-se, divulgue-se e Cumpra-se.

Palhoça, 11 de outubro de 2018.

Joel Filipe Gaspar  
Presidente

---

### INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

---

#### PORTARIA Nº 062/2018

Publicação Nº 1772303

PORTARIA Nº 062/2018

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal e declara a vacância do cargo público da servidora Terezinha Maria dos Santos da Silva.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal a servidora Terezinha Maria dos Santos da Silva, detentora da matrícula funcional nº 127744-02, inscrita no CPF sob o nº 693.681.129-97 e no PIS/PASEP sob o nº 123.041.691-22, lotada na Secretaria de Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor da educação Infantil – Nível: DOC 3, Letra: G, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único À revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/10/2018, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, 11 de outubro de 2018.

Milton Luiz Espindola  
Presidente do IPPA  
Matricula 300054-01

Maria Terezinha Broering Fernandes  
Assistente Administrativo

IPPA/mtbf

#### PORTARIA Nº 063/2018

Publicação Nº 1772294

PORTARIA Nº 063/2018

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal e declara a vacância do cargo público da servidora Simone Maria Martins Muller.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do

art. 40 da Constituição Federal a servidora Simone Maria Martins Muller, detentora da matrícula funcional nº 121750-01, inscrita no CPF sob o nº 753.634.619-00 e no PIS/PASEP sob o nº 122.945.214-14, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor da Educação Infantil – Nível: DOC 3, Letra: K, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único À revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/10/2018, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, 11 de outubro de 2018.

Milton Luiz Espindola  
Presidente do IPPA  
Matrícula 300010-01

Andrea Mara H. Luckmann Pléticos  
Assistente administrativo

IPPA/mtbf

## PORTARIA Nº 064/2018

Publicação Nº 1772276

PORTARIA Nº 064/2018

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal e declara a vacância do cargo público da servidora Roseli Pazzetto Ferreira.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal a servidora Roseli Pazzetto Ferreira, detentora da matrícula funcional nº 800292-02, inscrita no CPF sob o nº 753.634.889-49 e no PIS/PASEP sob o nº 170.412.627-99, lotada na Secretaria de Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor da Educação Infantil – Nível: DOC 3, Letra: K, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único À revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/10/2018, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, 11 de outubro de 2018.

Milton Luiz Espindola  
Presidente do IPPA  
Matrícula 900049

Thiago Pedro da Rosa  
Técnico Previdenciário

IPPA/mtbf

## PORTARIA Nº 065/2018

Publicação Nº 1772266

PORTARIA Nº 065/2018

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e declara a vacância do cargo público da servidora Nair Maria Coelho Góes.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,



Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora Nair Maria Coelho Góes, detentora da matrícula funcional nº 800348-01, inscrita no CPF sob o 642.399.859-00 e no PIS/PASEP sob o nº 120.397.663-26, lotada na Secretaria Municipal da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível: ANF-B-II, Letra: E, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/10/2018, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 11 de outubro de 2018.

Milton Luiz Espindola  
Presidente do IPPA  
Matrícula 300054-01

Maria Terezinha Broering Fernandes  
Assistente Administrativo

IPPA/mtbf

## PORTARIA Nº 066/2018

Publicação Nº 1772256

PORTARIA Nº 066/2018

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, Inciso III, "a" c/c §5º da CF, art. 22 c/c §3º da Lei Municipal nº 1.320/2001 e do art. 1º da Lei Federal nº 10887/04 e declara a vacância do cargo público da servidora Rosemeri da Silva Mateus.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, Art. 40, § 1º, Inciso III, "a" c/c §5º da CF, Art. 22 c/c §3º da Lei Municipal nº 1.320/2001 e do art. 1º da Lei Federal nº 10887/04, a servidora Rosemeri da Silva Mateus, detentora da matrícula funcional nº 802056-01, inscrita no CPF sob o nº 656.646.639-87 e no PIS/PASEP sob o nº 122.860.855-62, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor da Educação Infantil, Nível: DOC 3 - Letra: B, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) da média das contribuições, conforme a metodologia de calculo disposta nos §§3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 41/2003) e na Lei Federal nº 10887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/10/2018, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 11 de outubro de 2018.

Milton Luiz Espindola  
Presidente do IPPA  
Matrícula 300010-01

Andrea Mara H. Luckmann Pléticos  
Assistente administrativo

IPPA/mtbf

# Palma Sola

## PREFEITURA

### AVISO DE REVOGAÇÃO DO EDITAL DE LIC. Nº. 75/2018 - PREGÃO Nº. 43/2018 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

Publicação Nº 1772564

Aviso de Revogação de Licitação – Processo de Licitação nº. 75/2018 - Pregão Presencial nº 43/2018.

O Município de Palma Sola - SC, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, torna público que o Processo de Licitação nº 75/2018, na modalidade de Pregão Presencial nº 43/2018, tipo menor preço por item, tendo como objeto à aquisição de veículos, que seria realizado no dia 17 de outubro de 2018, publicado no DOM-SC, no dia 04 de outubro de 2018, publicado ainda no Mural da Prefeitura e no site [www.palmasola.sc.gov.br](http://www.palmasola.sc.gov.br) foi revogado para que o Município possa fazer correções no referido edital e seus anexos e que será publicado um novo edital e data para a realização do certame. Maiores informações entrar em contato com a Administração Municipal, setor de licitações, pelo telefone 49 3652-3200, em dias úteis das 08h:00horas às 11:45h e das 13:30 às 17:30h, ou através do email: [compras@palmasola.sc.gov.br](mailto:compras@palmasola.sc.gov.br).

Palma Sola, SC, 11 de outubro de 2018.

Marines Fátima Sansigolo  
Pregoeira

### DECRETO 062/2018 AUTORIZA DESMEMBRAMENTO LOTE URBANO GIANE SANDRI

Publicação Nº 1772785

Decreto 062/2018, de 11 de Outubro de 2018.

Autoriza Desmembramento de Lote Urbano e dá Outras Providências

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Inciso IX, do Art. 10, da Lei Orgânica e também no que dispõe a Lei Municipal n. 1505/2006, de 18 de Abril de 2006,

Decreta:

Art.1º. Fica autorizado o desmembramento do lote urbano nº 09 da quadra 04, do Loteamento Felicitá, no perímetro urbano da cidade de Palma Sola, com área de 426,51 (quatrocentos e vinte e seis metros e cinquenta e um decímetros quadrados), conforme matrícula no Registro de Imóveis de Dionísio Cerqueira/SC., sob n. 17.005 do Livro 02, de propriedade de Giane Sandri, CPF n.108.958.239-00, conforme segue:

#### MEMORIAL DESCRITIVO/CONFRONTAÇÕES

O presente memorial descritivo tem por objetivo demonstrar as CONFRONTAÇÕES DA ÁREA TOTAL DO IMÓVEL, a saber: Lote Urbano nº 9 (nove), da Quadra nº 4 (quatro), sito no lado par da Rua João Feix, distante 19,00m da esquina com a Rua João Feix II, do Loteamento Felicitá, na cidade de Palma Sola/SC, com área de 426,51 m² (quatrocentos e vinte e seis metros e cinquenta e um decímetro quadrados), matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Dionísio Cerqueira, neste Estado, sob o nº 17.005, de propriedade de GIANE SANDRI, bem como, demonstrar as CONFRONTAÇÕES DA DIVISÃO DO IMÓVEL, a saber: ÁREA 1 – Lote Urbano nº 9 (nove), da Quadra nº 4 (quatro), que de ora em diante passa a denominar-se de: Lote Urbano nº 9-A (nove A), da Quadra nº 4 (quatro) com área de 214,51 m² (duzentos e quatorze metros e cinquenta e um decímetros quadrados), ÁREA 2 – Lote Urbano nº 9 (nove), da Quadra nº 4 (quatro), que de ora em diante passa a denominar-se de: Lote Urbano nº 9-B (nove-B), da Quadra nº 4 (quatro) com área de 212,00 m² (duzentos e doze metros quadrados), ambos sito no lado par da Rua João Feix, do Loteamento Felicitá, na cidade de Palma Sola/SC conforme segue:

#### CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL ÁREA TOTAL

ÁREA TOTAL: Lote Urbano nº 9 (nove), da Quadra nº 4 (quatro), sito no lado par da Rua João Feix, distante 19,00m da esquina com a Rua João Feix II, do Loteamento Felicitá, na cidade de Palma Sola/SC, com área de 426,51 m² (quatrocentos e vinte e seis metros e cinquenta e um decímetro quadrados), confrontando:

Ao Norte, com a Rua João Feix, medindo 30,85 metros;

Ao Sul, com o lote urbano nº 4, medindo 14,00 metros, de propriedade de José Ibes Camara, matrícula nº 17.000 e com o lote urbano nº 3, medindo 14,00 metros, de propriedade de José Ibes Camara, matrícula nº 16.999;

Ao Leste, com o lote urbano nº 2, medindo 8,75 metros, de propriedade de Jose Ibes Camara, matrícula nº 16.998;

Ao Oeste, com o lote urbano nº 8, medindo 21,72 metros, de propriedade de Antônio Jacob Schein, matrícula nº 17.004.

ÁREA 1 – Lote Urbano nº 9 (nove), da Quadra nº 4 (quatro), sito no lado par da Rua João Feix, distante 19,00m da esquina com a Rua João Feix II, do Loteamento Felicitá, na cidade de Palma Sola/SC, que de ora em diante passa a denominar-se de: Lote Urbano nº 9-A (nove A), da Quadra nº 4 (quatro) com área de 214,51 m² (duzentos e quatorze metros e cinquenta e um decímetros quadrados), confrontando:

Ao Norte, com a Rua João Feix, medindo 14,85 metros;

Ao Sul, com o lote urbano nº 4, medindo 9,00 metros, de propriedade de José Ibes Camara, matrícula nº 17.000;

Ao Leste, com o lote urbano nº 9-B (área desmembrada), medindo 16,96 metros, de propriedade de Giane Sandri, matrícula nº 17.005;

Ao Oeste, com o lote urbano nº 8, medindo 21,72 metros, de propriedade de Antônio Jacob Schein, matrícula nº 17.004.

ÁREA 2 - Lote Urbano nº 9 (nove), da Quadra nº 4 (quatro), sito no lado par da Rua João Feix, distante 33,85m da esquina com a Rua João Feix II, do Loteamento Felicitá, na cidade de Palma Sola/SC, que de ora em diante passa a denominar-se de: Lote Urbano nº 9-B (nove-B), da Quadra nº 4 (quatro) com área de 212,00 m<sup>2</sup> (duzentos e doze metros quadrados), confrontando:

Ao Norte, com a Rua João Feix, medindo 16,00 metros;

Ao Sul, com o lote urbano nº 4, medindo 5,00 metros, de propriedade de José Ibes Camara, matrícula nº 17.000 e com o lote urbano nº 3, medindo 14,00 metros, de propriedade de José Ibes Camara, matrícula nº 16.999;

Ao Leste, com o lote urbano nº 8, medindo 21,72 metros, de propriedade de Antônio Jacob Schein, matrícula nº 17.004;

Ao Oeste, com o lote urbano nº 9-A (área desmembrada), medindo 16,96 metros, de propriedade de Giane Sandri, matrícula nº 17.005.

Art. 2º As despesas de escrituras, registros e demais atos afins e atinentes às transferências dos imóveis correrão por conta de seus respectivos proprietários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,  
em 11 de Outubro de 2018

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento

# Palmeira

## PREFEITURA

### **DECRETO N.º 1450\_2018\_INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL E CRIA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2005 A 2012**

Publicação Nº 1772736

DECRETO Nº 1.450, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

“INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL E CRIA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2005 A 2012”.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PALMEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

CONSIDERANDO o princípio da oportunidade o qual é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública;

CONSIDERANDO que é interesse público primário do Município solver suas obrigações, ainda que assumidas pela Administração anterior sem recursos financeiros disponíveis;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 36, da Lei Federal nº 4.320/64, que considera Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

CONSIDERANDO a necessidade de observar os princípios norteadores da Administração Pública insertos no art. 37 da Constituição Federal, dentre os quais destacam-se os princípios maiores da MORALIDADE e da RAZOABILIDADE.

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 20.910/1932, que regula a prescrição quinquenal; o Decreto-Lei nº 4.597/1942, que dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública; a Lei nº 10.406/2002 – Código Civil que trata da prescrição no seu art. 206.

CONSIDERANDO o disposto no art. 70 do Decreto nº 93.872/1986, em que prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar (CCB art.178, § 10, VI); o disposto no art. 359-F da Lei nº 10.028/2000, que trata dos crimes contra as finanças públicas, onde penaliza o Gestor que deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei;

CONSIDERANDO o parecer da SEORI/AUDIN – MPU nº 1.735/2016 em que os restos a pagar processados que já atingiram o prazo prescricional de cinco anos devem ser cancelados;

CONSIDERANDO, por fim, o Poder de Revisão dos atos do Poder Público (Súmula 473/STF).

#### DECRETA:

Art. 1º Fica instituída Comissão Especial de Processo Administrativo para apuração dos restos a pagar processados e não processados, referente ao exercício financeiro de 2005 a 2012 e adoção de medidas de instrução visando o seu cancelamento.

Parágrafo único. A Comissão Especial composta por este artigo poderá requisitar, sempre que necessário apoio técnico da Assessoria Jurídica e Contábil do Município de Palmeira, além dos responsáveis das Secretarias Municipais, para execução dos trabalhos.

Art. 2º A Comissão Especial estabelecida, no âmbito do processo administrativo, tem a finalidade de realizar levantamento e apuração dos saldos dos restos a pagar processados e não processados registrados no balanço patrimonial no período especificado no art. 1º, bem como verificar a ocorrência da prescrição, segregando os credores.

Art. 3º A Comissão Especial deverá ainda elaborar relatório demonstrando os valores dos saldos das contas de restos a pagar processados e não processados.

§ 1º Identificados potenciais credores, os mesmos deverão ser notificados acerca dos débitos a serem cancelados, mediante AR e publicação na imprensa oficial e em jornal de grande circulação, de forma a assegurar-lhes o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º No caso de alegação pelo credor de interrupção da prescrição, face ajuizamento judicial do valor devido, deverá apresentar certidão do Foro local, em que se declare expressamente a existência de ação judicial acerca do débito constante do Relatório.

§ 3º Caso o credor comprove o direito de receber o débito em apuração, mediante documentos hábeis (nota fiscal, comprovante de recebimento mercadoria/serviço, outros), a despesa poderá ser atendida à conta de Despesas de Exercícios Anteriores e/ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

§ 4º Após notificação regular, uma vez decorrido o prazo de 08 (oito) dias sem reclamação por parte do credor, prevalecerá a presunção de que não há pendências pecuniárias a serem reclamadas, procedendo-se o encaminhamento para cancelamento dos restos a pagar.

Art. 4º O credor que responder no sentido de não existir pendências pecuniárias junto ao órgão público, deverá fazê-lo por meio de declaração expressa, com firma reconhecida, a ser anexado ao processo administrativo.

Parágrafo único. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá apresentar contrato social autenticado, comprovando que o credor é o representante legal da empresa.

Art. 5º A Comissão Especial de que trata este Decreto será constituída pelos seguintes integrantes:

- I. Emerson Vieira Antunes----- Presidente
- II. Nara Catarina Wolff----- Membro
- III. Simone Silveira Silva Melo----- Membro

Art. 6º A Comissão Especial para apuração dos saldos dos restos a pagar deverá apresentar relatório conclusivo para ratificação da autoridade competente, contendo Relação dos Restos a Pagar objeto de cancelamento, e quando for o caso, acompanhada da declaração de credores e, edital de publicação.

Art. 7º A Comissão Especial terá o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para concluir seus trabalhos, podendo ser prorrogado, se as circunstâncias assim exigirem.

Art. 8º O trabalho da Comissão Especial não será remunerado e deverá elaborar respectivas atas de suas reuniões e elaborar relatório conclusivo, que deverá ser assinados por todos os membros.

Art. 9º Os Secretários Municipais e respectivas Diretorias devem disponibilizar servidores suficientes à obtenção dos resultados que se esperam da Comissão.

Art. 10 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palmeira, 11 de outubro de 2018.

Fernanda de Souza Cordova  
Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 11 de outubro de 2018.

## **DECRETO N.º 1451\_2018\_REGULAMENTA ATUALIZAÇÃO/ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2018\_2021**

Publicação Nº 1772743

DECRETO Nº 1.451, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Regulamenta Atualização/Alteração do Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021.

A Prefeita Municipal de Palmeira/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei N.º 786, de 11 de outubro de 2018,

DECRETA;

Art. 1º - Está regulamentada a Lei nº 786, de 11 de outubro de 2018 e seus anexos, que dispõe sobre adequação e atualização do plano plurianual para o quadriênio 2018/2021.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palmeira, 11 de outubro de 2018.

Fernanda de Souza Cordova  
Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 11 de outubro de 2018.

**DECRETO N.º 1452\_2018 REGULAMENTA AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO, PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2019**

Publicação Nº 1773021

DECRETO Nº 1.452, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Regulamenta as diretrizes orçamentárias do município, as metas e objetivos da Administração, para elaboração da lei orçamentária anual do exercício de 2019.

A Prefeita Municipal de Palmeira/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei N.º 787, de 11 de outubro de 2018,

DECRETA;

Art. 1º - Está regulamentada a Lei nº 787, de 11 de outubro de 2018 e seus anexos, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do município, as metas e objetivos da Administração, para elaboração da lei orçamentária anual do exercício de 2019.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palmeira, 11 de outubro de 2018.

Fernanda de Souza Cordova

Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 11 de outubro de 2018.

**DECRETO N.º 1453\_2018 NOMEIA A SENHORA PAULA EDUARDA PEREIRA, NO CARGO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CADASTROS**

Publicação Nº 1773022

DECRETO Nº 1.453/2018

NOMEIA A SENHORA PAULA EDUARDA PEREIRA, NO CARGO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CADASTROS.

Fernanda de Souza Cordova, Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "b", inciso I, do artigo 112, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia a partir de 10/10/2018 a senhora Paula Eduarda Pereira, brasileira, inscrito no RG sob nº 4398729 e no CPF sob nº 089.923.319-83, no cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento de Cadastros, previsto no anexo I, da lei complementar 16/2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Palmeira, 11 de outubro de 2018.

Fernanda de Souza Cordova

Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 11 de outubro de 2018.

**LEI ORDINÁRIA N. 786\_2018 DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA PARA O QUADRIÊNIO 2018\_2021**

Publicação Nº 1772732

LEI Nº. 786/2018

Dispõe sobre a atualização e adequação do Plano Plurianual do município de Palmeira para o quadriênio 2018/2021 e da Outras Providências;

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, diante de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, após apreciação, votação e Aprovação da Câmara de Vereadores, promulga a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º - Atualiza o Plano Plurianual do Município de Palmeira para o quadriênio 2018/2021, com adequação dos investimentos e programas para os exercícios 2019, 2020, 2021 redefinidos nos anexos e planilhas integrantes desta Lei.

Art. 2º - As alterações introduzidas no Plano Plurianual 2018/2021, contemplam o ingresso de novos recursos, investimentos e ações, para o desenvolvimento do município.

Art. 3º - As prioridades da Administração em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que disciplina a elaboração da Lei Orçamentária Anual, onde serão mensurados definitivamente, os valores para execução orçamentária anual.



Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palmeira 11 de outubro de 2018.  
FERNANDA DE SOUZA CORDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Lei foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 11 de outubro de 2018.

## **LEI ORDINÁRIA N. 787\_2018\_DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO, PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO EXERCÍCIO DE**

Publicação Nº 1773023

LEI Nº. 787/2018

" Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do município, as metas e objetivos da Administração, para elaboração da lei orçamentária anual do exercício de 2019. "

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, diante de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, após apreciação, votação e Aprovação da Câmara de Vereadores, promulga a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica estabelecida, pela presente Lei, as diretrizes orçamentárias do Município de Palmeira para o exercício de 2019, na forma do § 2º, do art. 165, da Constituição Federal, e do § 2º, do art. 139, da Lei Orgânica Municipal, observada as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o próximo exercício financeiro;
- II - as diretrizes gerais a forma e o método de elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2019;
- III - as receitas e as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- IV - as despesas, a elaboração da lei orçamentária anual e a execução orçamentária e suas alterações;
- V - as disposições gerais da estrutura e organização dos orçamentos.

Art. 2º O Poder Executivo deve adaptar-se à programação estabelecida no que se refere à circunstância emergencial e atualizar elementos quantitativos no plano de governo e definidos no orçamento-programa.

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 3º Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2019 são as especificadas nos anexos que integra a presente Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2019, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, elaboradas em conformidade com as diretrizes gerais do Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021 e suas alterações.

§ 1º A Lei Orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição Federal.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2019 e durante a sua execução, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa fixada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

§ 3º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública de que trata o art. 4º, da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, são as identificadas nos demonstrativos integrantes desta Lei.

§ 4º A destinação dos recursos aos programas sociais e de desenvolvimento sustentável que integrarão a Lei Orçamentária justificar-se-á na promoção da vida, da saúde, da assistência social, da ciência e tecnologia, da cultura e do esporte, ou qualquer forma de desenvolvimento sustentável.

### **CAPÍTULO II**

#### **DAS DIRETRIZES GERAIS**

Art. 4º O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, será elaborado levando-se em conta a estrutura organizacional da Prefeitura, e estar em consonância com o Plano Plurianual para período 2018 - 2021.

Art. 5º O orçamento para 2019 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre a receita e despesas em cada fonte, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, e seus Fundos.

Art. 6º Os fundos municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita das Unidades Gestoras em que estiverem vinculadas, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas às seus objetivos.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a Secretários ou servidor municipal.



Art. 7º O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, com suas respectivas dotações especificando a esfera orçamentária, a fonte de recursos e o desdobramento da despesa até o nível de modalidade.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária poderá especificar a despesa até o nível de modalidade de aplicação, ficando autorizado o desdobramento dos elementos de despesa por Decreto do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 8º A lei orçamentária destinará recursos vinculados e elementos de despesa para execução de projetos e atividades típicas com recursos provenientes de transferências por parte da União ou do Estado, mediante convênio.

Art. 9º A lei orçamentária englobará os recursos correspondentes às receitas e despesas de todos os órgãos da Administração Direta, e Fundos mantidos pelo Município.

Art. 10 As despesas de pessoal e encargos sociais não poderão exceder aos limites fixados pela legislação federal.

Art. 11 A prestação de contas anual deverá demonstrar os efeitos decorrentes de isenções, anistias, subsídios e benefícios tributários e creditícios, identificando as vantagens concedidas.

### CAPÍTULO III DA RECEITA

Art. 12 A receita orçamentária a ser estimada na lei do orçamento para o exercício de 2019, terá seus cálculos com base nos três últimos exercícios financeiros.

Art. 13 O Município poderá realizar Operações de Crédito na medida em que demonstre capacidade de endividamento e no caso de iminente falta de recursos, como dispõe a legislação em vigor.

§ 1º As Operações de Crédito a serem realizadas pelo Município, no exercício de 2019, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na lei orçamentária anual correspondente, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pelo Poder Legislativo.

§ 2º As Operações de Crédito com outros entes da Federação só poderão ser realizadas na forma do § 1º, do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101/00 e alterações posteriores.

Art. 14 As Operações de Crédito por Antecipação de Receita se destinarão ao atendimento de insuficiência de caixa durante o exercício de 2019 e serão realizadas apenas nas hipóteses e na forma previstas no art. 38, da Lei de Responsabilidade Fiscal, observando-se que:

I - deverão constar da lei orçamentária;

II - não poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita estimada no orçamento.

Art. 15 O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência, inclusive os da contribuição de melhoria quando for o caso.

Art. 16 As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município terão suas fontes revisadas e atualizadas, considerando-se os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as suas respectivas produtividades.

Art. 17 O Poder Executivo adotará as seguintes medidas, voltadas ao aumento da arrecadação tributária do Município:

I - elaboração de diagnóstico sobre a base para lançamento do IPTU, incluindo a atualização da planta cadastral e revisão de critérios, de forma a contemplar possível isenção dos tributos a contribuintes de baixa renda, de acordo com o que dispuser lei específica observada o disposto no art. 14, da Lei Complementar 101/00 e alterações posteriores;

II - reestruturação da atividade de fiscalização tributária;

III - aperfeiçoamento dos instrumentos para agilização da cobrança da Dívida Ativa e atualização do valor dos créditos com a aplicação da correção monetária de acordo com os índices oficiais;

IV - edição de uma nova planta genérica de valores de forma a minimizar a diferenças entre as alíquotas nominais e as efetivas.

Art. 18 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização por lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 19 Os incentivos e benefícios de natureza tributária, através de renúncia de receita, serão concedidos de conformidade com o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 20 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§1º - É permitida a realização de programas para premiações a consumidores, contribuintes e usuários de serviços, exceto as instituições financeiras, com vista a aumentar o índice de participação na arrecadação tributária estadual ou municipal, desde que tenha autorização legislativa específica.

Art. 21 O Poder Legislativo poderá proceder à reestimativa de receita da proposta orçamentária a ser apresentada, desde que comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

#### CAPÍTULO IV DAS DESPESAS

Art. 22 As despesas serão fixadas pela lei orçamentária de conformidade com a receita estimada, e a classificação das mesmas será de acordo com as determinações da Funcional Programática.

Art. 23 Na execução orçamentária do exercício de 2019, deverá ser adotado sistema de limitação de empenho, sempre que a gestão fiscal se evidenciar deficitária.

§ 1º O critério a ser utilizado para a limitação de empenho ocorrerá de forma proporcional, em nível de funções, excetuando-se amortização do principal e encargos da dívida fundada, precatórios e sentenças judiciais e outras despesas que o ato específico definir, o qual deverá ser por Decreto.

§ 2º Caso ocorra o disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que cada um deverá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º O Chefe de cada Poder, com base na comunicação recebida, publicará ato estabelecendo os montantes que terão disponíveis para movimentação e empenho.

§ 4º Não serão objeto de limitação de empenho as dotações orçamentárias com recursos financeiros vinculados a convênios.

Art. 24 Consideram-se Despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadorias, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º As Despesas de Pessoal e encargos dos agentes políticos, do quadro efetivo e dos contratados em caráter temporário, obedecerão rigorosamente ao que estabelece a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal e outras determinações legais.

§ 2º Para os fins do disposto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, os limites de gastos com pessoal serão fixados sobre a receita corrente líquida, sobre a qual incidirá o percentual máximo de 6% para o Poder Legislativo e 54% para o Poder Executivo.

§ 3º As despesas referentes a contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizadas em Outras Despesas de Pessoal e serão computadas para o cálculo da despesa total com Pessoal.

§ 4º A despesa total com Pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 25 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 19 e 20 da LRF).

I - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

II - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

III - eliminação das despesas com horas extras;

IV - eliminação das vantagens concedidas a servidores.

Art. 26 As propostas legislativas sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhadas de manifestação das Secretarias de Administração e de Finanças, em suas respectivas áreas de competência.

Parágrafo Único - O Poder Legislativo assumirá, em seu âmbito, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 27 Fica autorizado o Executivo e Legislativo, realizar a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e agentes políticos, conforme o índice do INPC, bem como o Executivo a firmar acordo judicial e/ou de forma administrativa realizar pagamentos referentes a índices de revisão geral anual não repassado aos servidores em exercícios anteriores.

Art. 28 As Despesas com educação obedecerão rigorosamente à Constituição Federal, à Lei de Diretrizes de Base da Educação e da lei que dispõe sobre o Fundo e Manutenção do Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Parágrafo Único - O Executivo fica autorizado instituir gratificações mensais para melhorar a remuneração dos profissionais da Educação em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental, infantil, visando atender à aplicação do percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) dos recursos do FUNDEB no pagamento desses profissionais.

Art. 29 Para o cumprimento do que determina o art. 169 da Constituição Federal, no decorrer do ano de 2019, o Poder Executivo poderá proceder à concessão de qualquer vantagem, aumento real ou reposição salarial, à criação de cargos e funções ou alteração de estruturas de carreiras, bem como à admissão ou contratação de pessoal a qualquer título pelos órgãos da administração municipal.

Parágrafo Único - A admissão de servidores, por qualquer dos Poderes do Município, só poderá ser feita, com a observação das disposições dos artigos 37, incisos II, V e IX, e 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição da República, e nos artigos 17 e 21 da Lei Complementar 101/00.

Art. 30 A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência para atender às seguintes finalidades:

- I - Cobertura de créditos adicionais, para dotações que se tornarem insuficientes;
- II - Atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único - Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência, de que trata o inciso II do caput, não precisará ser utilizada para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do Executivo poderá utilizar seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais.

Art. 31 A abertura de créditos suplementares ao orçamento dependerá de existência de recursos disponíveis.

Parágrafo Único - Os recursos disponíveis de que trata este artigo são aqueles referidos no artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, podendo o Poder Executivo incluir na proposta orçamentária para o exercício de 2019:

- I - o percentual de até 1% (um por cento), do valor total da receita corrente líquida estimada, tanto para a Prefeitura, quanto para os Fundos Municipais, a título de reserva de contingência;
- II - autorização para abertura de crédito suplementar, com recursos do excesso de arrecadação, superávit financeiro e anulação da reserva de contingência, e abertura de créditos adicionais e especiais pelo ingresso de recursos financeiros de convênios, desde que comprovada a existência dos recursos, mediante ato próprio do poder executivo.
- III - A Lei orçamentária para 2019 poderá autorizar o Executivo Municipal e Legislativo a efetuar, por Decreto, transposição, remanejamento ou transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, desde que dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, (artigo 167, VI da CF).

Art. 32 A apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais será considerada por fonte de recurso em cada unidade gestora.

Art. 33 Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no Orçamento das Unidades Gestoras, na forma de Crédito Especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício.

Art. 34 O Poder Executivo fica autorizado ao pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado com vencimento durante o exercício de 2019.

Art. 35 Poderá o Poder Executivo, observado o disposto no art. 212 da Constituição Federal e caso tenha disponibilidade de recursos financeiros, conceder auxílio de transporte e bolsa de estudo aos alunos do Ensino Técnico e Superior, desde que devidamente regulamentado em lei específica.

Art. 36 O Poder Executivo, através do Fundo Municipal de Assistência Social, a conta de recursos fixados no orçamento, poderá efetuar a aquisição e distribuição de cestas básicas, remédios, passagens, roupas, agasalhos, auxílio com materiais de construção para o programa habitacional, auxílio funeral, auxílio maternidade e outros benefícios eventuais a pessoas carentes, políticas públicas de combate ao trabalho infantil e profissionalização do Adolescente, quando assim recomendado pelo serviço de assistência social do município.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37 O Orçamento-Programa terá sua execução centrada nos Órgãos e Unidades Orçamentárias, de acordo com a estrutura orçamentária da Prefeitura Municipal.

Art. 38 Para que se caracterize da melhor forma possível às ações de Governo, na proposta orçamentária serão utilizadas as funções necessárias constantes da Funcional Programática de acordo com o Anexo 5, da Lei Federal 4.320/64 e alterações posteriores.

Art. 39 Para que se caracterize da melhor forma possível a classificação da despesa dentro de cada unidade orçamentária, serão utilizados os subprogramas constantes da Funcional Programática, com o objetivo de uma classificação mais precisa possível da despesa orçamentária.

Art. 40 Os projetos que farão parte da proposta orçamentária para o exercício 2019, serão os que foram previamente aprovados no plano plurianual de investimentos em vigor, sendo um instrumento de programação para alcançar as metas administrativas e expandir a ação do Governo Municipal.

Art. 41 As atividades que farão parte da proposta orçamentária para o exercício 2019 estarão voltadas para a manutenção das unidades orçamentárias de acordo com a estrutura da Prefeitura Municipal, devendo ser realizadas de forma contínua e permanente, para viabilizar as ações governamentais.

Art. 42 É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de Subvenções Sociais, contribuições e auxílios ressalvados aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

- I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, agricultura e esteja registrada no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;
- II - sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional, assistência social e Programa de Gestão Descentralizada - PGD;
- III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição da República e ao disposto no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, contribuições e auxílios à entidade privada sem fins lucrativos deverão apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2019, por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º Não poderá ser concedida subvenção social ou contribuição corrente a entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade e para com o Tesouro Público Municipal.

§ 3º As Subvenções Sociais previstos neste artigo ficam ainda condicionadas à prévia autorização legislativa.

Art. 43 É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de Contribuições Correntes ou Auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que:

I - sejam voltadas para a prática de esportes e tradição;

II - sejam voltadas para o incentivo e a promoção de valores sócio-culturais e educacionais;

III - sejam vinculadas a atividades de defesa dos interesses da criança, do adolescente, do idoso e dos portadores de deficiências;

IV - sejam vinculadas à promoção do homem do campo;

V - sejam institucionalmente vinculadas a atividades de defesa de interesses comunitários.

§ 1º Poderá o Poder Executivo destinar recursos financeiros, para equipes e atletas individuais, para participação em competições oficiais;

§ 2º As Contribuições Correntes ou Auxílios previstos neste artigo ficam ainda condicionados à prévia autorização legislativa.

Art. 44 As compras e contratações de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas, quando for o caso, do respectivo processo licitatório e termo de contrato, na forma Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94 e legislação posterior.

Art. 45 O município de Palmeira/SC é optante pela semestralidade na publicação dos relatórios a que se refere os artigos 53 e 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal(LRF art 63, II, b,c).

Art. 46 O total das despesas com os subsídios dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 7% (sete por cento) da receita corrente do Município, conforme art. 29, inciso I, da Constituição Federal.

Art. 47 O total da despesa do Poder Legislativo, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o limite apontado pelo inciso I, do art. 29-A da Constituição Federal e legislação posterior.

Parágrafo Único - Os gastos da Câmara Municipal com a folha de pagamento obedecerão, ainda, ao disposto no § 1º, do art. 29-A da Constituição Federal e legislação posterior.

Art. 48 A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

Art. 49 Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art 50 Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no artigo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2018, Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art. 51 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 52 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 53 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus Órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, desde que apresente o interesse público.

Art. 54 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 55 Revogam-se as disposições em contrário.

Palmeira 11 de outubro de 2018.  
FERNANDA DE SOUZA CORDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Lei foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 11 de outubro de 2018.

# Papanduva

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 0027/2018 DE 9 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1772928

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

PORTARIA Nº 0027/2018

“CONCEDE À SERVIDORA ROSINHA SAVITSKI, MATRICULA SOB O Nº. 120, 10 DIAS DE LICENÇA PRÊMIO CORRESPONDENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22 DE MAIO DE 2011 À 21 DE MAIO DE 2016.”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas na Subseção IV do Estatuto dos Servidores Públicos de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à servidora com matrícula sob nº. 120, a senhora Rosinha Savitski, portadora do CPF nº. 420.312.229-53, 10 dias de licença prêmio correspondente ao período de 22 de maio de 2011 à 21 de maio de 2016, os quais serão gozados no período de 09 à 18 de outubro de 2018, restando um saldo de 30 dias da respectiva licença, para ser gozado posteriormente,

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 09/10/2018.

Câmara Municipal de Papanduva, em 09 de outubro de 2018.

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da

Câmara Municipal de Papanduva e publicada

no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina.

Adeniz Humenhuka (PT)  
Presidente

James Michel Cerniak (DEM)  
1º Secretário

Tafarel Schons (PSB)  
2º Secretário

# Paraíso

## PREFEITURA

**2050/2018**

Publicação Nº 1772713

DECRETO Nº 2050/2018.

“DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE PREGOEIRO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto nº 1083/2006 de 16 de outubro de 2006, alterado pelo decreto nº 1394/2011 e com os artigos 64, incisos VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal promulgada em 09 de novembro de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado a Servidora Municipal CLADES KONZEN matricula nº 29 para exercer as funções de Pregoeiro da Administração Municipal no dia 11/10/2018.

Art. 2º Ao Pregoeiro compete entre outras a atribuição de, receber as propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 3º Pelo exercício da função de pregoeiro não será devida qualquer remuneração adicional.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paraíso/SC, 10 de outubro de 2018.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e

Publicado na data supra

Paraíso (SC), 10 de outubro 2018.

Servidor Responsável

**2051/2018**

Publicação Nº 1772715

DECRETO Nº 2051/2018

“Dispõe sobre a delegação de competência a Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, ALINE APARECIDA BAROSKY WINGERT e dá outras providências”.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhes conferem o Art. 64, Inciso VI, XIV, XXIII, XLIII.

DECRETA

Art. 1º Fica delegado competência a Servidora Pública Municipal ALINE APARECIDA BAROSKY WINGERT, ocupante do cargo de Secretária de Administração, Fazenda e Planejamento para responder, interinamente, por todos os atos inerentes a processos Licitatórios tais como, solicitação, autorização para abertura de processo administrativo de licitação, assinatura em editais, publicações, relatórios, pareceres, atas de registro de preço, contratos, podendo para tanto praticar todos os atos necessários.

§ 1º A delegação será válida do dia 15 de outubro de 2018 até o dia 19 de outubro de 2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Paraíso (SC), em 11 de outubro de 2018.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e

Publicado na forma da Lei.

Paraíso(SC), 11 de outubro de 2018.

Servidor) Responsável



**2052/2018**

Publicação Nº 1772718

**DECRETO Nº 2052/2018**

“Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1467 de 30 de novembro de 2017,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 39.240,00 (trinta e nove mil, duzentos e quarenta reais), no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01.01.031.1000.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0200 - Aplicações Diretas(3) ..... R\$ 39.240,00

Total da Adição ..... R\$ 39.240,00

(Trinta e nove mil, duzentos e quarenta reais).

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de R\$ 39.240,00(trinta e nove mil, duzentos e quarenta reais fica anulado parcial ou totalmente os saldos orçamentários da ação discriminadas abaixo e constante do orçamento vigente, em conformidade com o Art. 6º da Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1467 de 30 de novembro de 2017 e o inciso III, do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01.01.031.1000.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0200 - Aplicações Diretas(1) ..... R\$ 33.000,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0200 - Aplicações Diretas(2) ..... R\$ 6.240,00

Total das Subtrações ..... R\$ 39.240,00

(Trinta e nove mil, duzentos e quarenta reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paraíso (SC), 11 de Outubro de 2018.

Valdecir Antônio Casagrande

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e

Publicado na data supra

Servidor Responsável

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 061/2018**

Publicação Nº 1772027

Portaria nº 061/2018

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SUPLENTE DE VEREADOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. ANTONINHO LEÃO, usando de suas atribuições que lhe confere RESOLVE:

Art. 1º Dar posse ao Senhor Claudiomiro Rodrigues, CPF 913.581.590-68, como Vereador suplente em substituição o Vereador Fabrício Garlet que conforme requerimento nº 002/2018 aprovado em plenária do dia 28/03/2018 e pela convocação do suplente conforme ofício nº 020/2018.

Art. 2º Este Termo de Posse será assinado por mim Presidente e pelo suplente empossado, entrando em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC EM 10 DE OUTUBRO DE 2018.

ANTONINHO LEÃO

Presidente da Câmara

Paraíso/SC, em 10 de outubro de 2018.



Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei.  
Paraíso - SC, em 10 de outubro de 2018.

## **PORTARIA 062/2018**

Publicação Nº 1772029

Portaria nº 062/2018  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO CONTADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. ANTONINHO LEÃO, usando de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao Sr. VOLNEI PAULO BORTONCELLO, inscrito no CPF sob nº. 034.304.009-37, matrícula nº. 31, o qual ocupa o cargo efetivo de contador e está lotado na Câmara Municipal de Paraíso, 3,5 (três diárias e meia) de hospedagem e pagamento do transporte coletivo, para a participação em curso e-social e do decreto 9.412/2018, em Florianópolis entre os dias 17 a 19 de outubro. Em anexo o Requerimento protocolado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se registre e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paraíso – SC, em 10 de outubro de 2018.  
ANTONINHO LEÃO  
Presidente da Câmara de Vereadores de Paraíso – SC

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 10 de outubro de 2018

## **PORTARIA 063/2018**

Publicação Nº 1772031

PORTARIA Nº 063/2017  
Dispõe sobre a concessão de adiantamento para o contador e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores, Estado de Santa Catarina, Sr. Antoninho Leão, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Nº 032/93 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao Sr. VOLNEI PAULO BORTONCELLO, inscrito no CPF sob nº. 034.304.009-37, matrícula nº. 31, o qual ocupa o cargo efetivo de contador e está lotado na Câmara Municipal de Paraíso, ADIANTAMENTO para suprimento de despesas nos seguintes elementos:

- 3.3.90.39.00.00– Serviços Terceiros Pessoas Jurídicas – R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)

Art. 2º As despesas provenientes do objeto desta portaria correrão pela dotação orçamentária da Câmara Municipal de vereadores de Paraíso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC EM 10 de OUTUBRO 2018.  
ANTONINHO LEÃO  
Presidente da Câmara

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei.  
Paraíso/SC, 10 de outubro de 2018.

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N 001/2018/FMS

Publicação Nº 1772456

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES/SC

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018/FMS – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO MINIBUS, 0KM, ANO/MODELO 2017/2018, CAPACIDADE 15+1 LUGARES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES/SC.

ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES.

DETENTOR DA ATA: SUL PEÇAS E VEICULOS LTDA

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura.

VALOR: R\$ 174.900,00 (cento e setenta e quatro mil e novecentos reais).

Processo Licitatório nº. 015/2018/FMS – Pregão Presencial nº 010/2018/FMS.

Passo de Torres/SC, 10 de outubro de 2018.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

**Passos Maia****PREFEITURA****TERMO ADITIVO 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0022/2018**

Publicação Nº 1772070

TERMO ADITIVO 0001/2018 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0022/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0013/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n. 0008/2018

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Leomar Roberto Listoni, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 639.458.199-20 e RG n. 2.074.422, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.235.235/0001-70, sediada à Rua Santa Maria, 184, sala 01, na cidade de Irani – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Lidio De Oliveira Luz, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 032.039.669-05, domiciliando na cidade de Irani/SC, doravante denominada FORNECEDORA. De comum acordo resolvem celebrar o Presente Termo Aditivo, o que se fazem nos seguintes termos:

**CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo tem sua fundamentação prevista na cláusula quarta, da ata de registro de preço n. 0022/2018, bem como no Art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

Fica alterada a quantidade do objeto do contrato, conforme tabela abaixo especificada, nos termos do art. 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e suas alterações:

ACRÉSCIMO DE ITEM						
Item 87	Quantidade dos itens			Valores dos itens		
	Atual	A ser acrescido	Total	Valor Unit.	A ser acrescido	Valor Total
Tomate longa vida, selecionado, de primeira qualidade, tamanho médio, em processo de amadurecimento, sem danos mecânicos e físicos.	500	125	625	R\$ 3,50	R\$ 437,50	R\$ 2.187,50

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DOTAÇÕES**

As despesas resultantes deste termo aditivo, correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas dos órgãos participantes para o exercício de 2018.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Passos Maia - SC, 11 de outubro de 2018.

CONTRATADA CONTRATANTE

TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

LIDIO DE OLIVEIRA LUZ LEOMAR ROBERTO LISTONI

**TESTEMUNHAS:**

ALEX S. ZANCHET CPF: 068.152.419-71	EDSON SALVADEGO CPF: 067.004.859-32
--	--

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### DECRETO 63/2018

Publicação Nº 1773064

DECRETO Nº 63/2018  
Decreta Luto Oficial

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso das atribuições que lhe confere no inciso IV, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica decretado Luto Oficial em todo o município, no período de 03 (três) dias, a contar de 12 (doze) de outubro do corrente ano, pelo falecimento do Senhor Joaquim Sérgio Demétrio, ex-Prefeito Municipal de Paulo Lopes.

Art. 2º - Todos os órgãos da administração pública do município manterão Luto Oficial durante o período de que trata o art. 1º deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 15 de outubro de 2018.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Secretária Municipal de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO Nº 120/2018 - PMP

Publicação Nº 1772080

1º TERMO ADITIVO Nº 120/2018-PMP  
AO CONTRATO Nº 137/2017-PMP

Licitação: Processo nº. 069/2017-PMP, modalidade Dispensa de Licitação nº 008/2017-PMP

Objeto: Locação de imóvel comercial localizado à Avenida São João, nº 140, Bairro Armação neste Município, com aproximadamente 445m² de área construída e aproximadamente 1.500m² de área de lote, Inscrição Imobiliária nº 01.05.004.1192.001.001, Matrícula do imóvel nº 58.972

Os signatários deste instrumento de 1º Termo Aditivo nº. 120/2018-PMP ao Contrato Administrativo nº. 137/2017-PMP, de um lado COLÔNIA DE PESCADORES Z-05, inscrita no CNPJ sob n.º 82.721.044/0001-75, localizada a Avenida São João, nº 140, CEP 88.385-000, Município de Penha/SC, Estado de Santa Catarina, representada pelo seu Presidente Sr. ANDRÉ JOÃO MARTINS, inscrito no CPF sob nº 471.645.909-82, RG nº 570204, residente e domiciliado na Rua João Antônio Pinto, nº 512, Bairro Praia de Armação, Penha, Estado de Santa Catarina, e de outro lado, o MUNICÍPIO DE PENHA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito com amparo legal na Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, aditar o Contrato Principal nº 137/2017, de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O segundo nomeado, aqui chamado LOCADOR, loca ao primeiro, aqui designado LOCATÁRIO um imóvel comercial localizado à Avenida São João, nº 140, Bairro Armação neste Município de Penha, com aproximadamente 445m² de área construída e aproximadamente 1.500m² de área de lote, Inscrição Imobiliária nº 01.05.004.1192.001.001, Matrícula do imóvel nº 58.972, o qual será utilizado para o funcionamento das atividades da Secretaria da Pesca e Agricultura.

#### CLAUSULA SEGUNDA

O período de locação do imóvel será de 12 (doze) meses, iniciando-se em 02 de outubro de 2018 com término em 01 de outubro de 2019. Parágrafo Primeiro: As partes poderão convencionar, através de Termo aditivo, a prorrogação do prazo da locação, mediante notificação por escrito com antecedência mínima de até 30 (trinta) dias do término do prazo de locação.

#### CLAUSULA TERCEIRA

O valor da locação total para o período da contratação será de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), sendo o valor mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), valores estes que o MUNICÍPIO/LOCATÁRIO se compromete a pagar, até o dia 10(dez) de cada mês subsequente ao vencido. Parágrafo Primeiro: As despesas referentes as faturas de energia elétrica, água, IPTU e coleta de lixo serão de responsabilidade exclusiva do MUNICÍPIO/LOCATÁRIO.

#### CLAUSULA QUARTA

As despesas do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 – Secretaria de Agricultura e Pesca

Unidade: 03 – Departamento Administrativo

Funcional: 20.605.0011.2.037 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Administrativo

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (128)

#### CLAUSULA QUINTA

As demais cláusulas do contrato principal permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, assinam o presente Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Penha/SC, 02 de outubro de 2018.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Ordenador de Despesas  
Portaria nº1230/2018  
Secretário de Administração

COLÔNIA DE PESCADORES Z-05  
André João Martins  
Locatário

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Nome:

CPF: CPF:

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

**DE ACORDO:**

LUIZ EDUARDO BUENO

Controle Interno

Portaria nº1176/2018

**ERRATA AO 5º TERMO ADITIVO Nº116/2018 - PMP**

Publicação Nº 1772667

ERRATA REFERENTE AO 5º TERMO ADITIVO Nº 116/2018-PMP  
AO CONTRATO Nº 172/2015-PMP

Licitação: Processo Adm. nº. 60/2015-PMP, modalidade Dispensa de Licitação nº 06/2015-PMP

Objeto: Locação de imóvel localizado na Rua José João Batista, 465, Centro – Penha/SC e cadastrado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Balneário Piçarras sob a matrícula de nº 34764.

**NA CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO ONDE SE LÊ:**

Fica acrescido ao presente contrato o valor total de R\$4.515,43 (quatro mil, quinhentos e quinze reais e quarenta e três centavos), ressalta-se que há saldo pendente de R\$8.100,65 (oito mil, cem reais e sessenta e cinco centavos), onde a soma destes valores servirá para pagar a prorrogação por 3 meses.

**LEIA-SE:**

O valor previsto na cláusula primeira do 4º Termo Aditivo nº 131/2017-PMP, fica reajustado conforme o índice IPCA (IBGE), perfazendo um valor mensal de R\$ 4.395,68 (quatro mil, trezentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos), totalizando um valor total de R\$ 13.187,04 (treze mil, cento e oitenta e sete reais e quatro centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do 5º TERMO ADITIVO Nº 116/2018 - PMP.

Publique-se.

Penha, 11 de outubro de 2018.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

Ordenador de Despesas

Portaria nº1230/2018

**PRORROGAÇÃO DE EDITAL TP Nº 010/2018 - PMP**

Publicação Nº 1772676

**AVISO DE PRORROGAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2018 - PMP

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2018 - PMP

Sistema de Registro de Preços

O Município de Penha, por meio da Secretaria de Administração, torna público a todos os interessados que a Tomada de Preços nº 010/2018 - PMP, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para execução de obras de pavimentação tipo recapeamento asfáltico sobre pavimento, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos que são partes integrantes do presente Processo, atendendo solicitações nº 2346 e 2347/2018 da Secretaria de Serviços Urbanos, com abertura da sessão pública e entrega de envelopes marcada para o dia 17 de outubro de 2018 às 09:30 horas fica PRORROGADO para o dia 19 de outubro de 2018 às 09:30 horas, em razão de atualização no sistema.

Penha/SC, 11 de outubro de 2018.

JAYLON JANDER CORDEIR DA SILVA

Secretário de Administração

**RESOLUÇÃO Nº 009/2018 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018. DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA DE PENHA**

Publicação Nº 1772397

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA  
PENHA/SC

Resolução Nº 009/2018 de 05 de outubro de 2018.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Infância e Adolescência – FIA de Penha

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha/SC - CMDCA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, pela Lei Municipal, nº 2.600 de 11 de novembro de 2012 e considerando a deliberação datada de 05 de outubro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Infância e Adolescência de Penha – FIA no valor de R\$ 388.000,00(trezentos e oitenta e oito mil reais) para o exercício de 2019, conforme anexo.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 05 de outubro de 2018.

Claudio de Souza Limeira

Presidente CMDCA /Penha

**RESOLUÇÃO Nº 011/2018 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018. DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA- FIA DE PENHA**

Publicação Nº 1772398

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA  
PENHA/SC

Resolução Nº 011/2018 de 05 de outubro de 2018.

Dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência- FIA de Penha

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha/SC - CMDCA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, pela Lei Municipal, nº 2.600 de 11 de novembro de 2012, e considerando a deliberação datada de 05 de outubro de 2018, em que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), a deliberou em Ata 010/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a aplicação do valor de R\$ 300,00 na inscrição dos seis Conselheiros tutelares: Luciana Maria da Silva, Wilson Mistura, Rita A. de Cássia Laudário, Denise Isabel Sagas Gonçalves, Marcia Cristina e Marcolina Irene dos Santos do evento "O Atendimento em Rede da Criança, do Adolescente e da Família e o Sistema de Informação para infância e adolescência – SIPIA", no dia 31/10/2018, na cidade de Itapema/SC, bem como o valor  $\frac{3}{4}$  de diária para cada Conselheiro Tutelar no valor de R\$ 120,72, tendo como gasto total das diárias com os conselheiros tutelares o valor de R\$ 724,32, conforme decreto 3194/2017 do município de Penha/SC.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 05 de outubro de 2018.

Claudio de Souza Limeira

Presidente CMDCA/Penha

**RESOLUÇÃO Nº 012/2018 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018. DISPÕE SOBRE A FORMAÇÃO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO DA XI º CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

Publicação Nº 1772399

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA  
PENHA/SC

Resolução Nº 012/2018 de 05 de outubro de 2018.

Dispõe sobre a Formação da Comissão responsável pela realização da XI º Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha/SC - CMDCA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, pela Lei Municipal, nº 2.600 de 11 de novembro de 2012 e considerando a deliberação datada de 05 de outubro de 2018, em que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), estabeleceu a formação da Comissão responsável para organizar a XIº Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Assim sendo, este Conselho.



**RESOLVE:**

Art. 1º. Aprovar a Comissão responsável pela realização da XIª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º. A Comissão será formada pelos seguintes Conselheiros:

- 1) Olinda Rodrigues da Silva Santos - representante suplente da Secretaria da Assistência Social.
- 2) Marcos Antônio Chiarello Ferreira – representante titular da Fundação de Esporte.
- 3) Jaqueline Machado Ferreira- representante titular da APAE.
- 4) Ana Paula da Silva Dionizio- secretária executiva do Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança e Do Adolescente.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 05 de outubro de 2018.

Claudio de Souza Limeira

Presidente CMDCA /Penha

**RESOLUÇÃO Nº 013/2018 DE 05 DE OUTUBRO 2018. DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA- FIA DE PENHA**

Publicação Nº 1772401

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA  
PENHA/SC

Resolução Nº 013/2018 de 05 de outubro 2018.

Dispõe sobre aprovação da aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência- FIA de Penha

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha/SC - CMDCA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, pela Lei Municipal, nº 2.600 de 11 de novembro de 2012, e considerando a deliberação datada de 05 de outubro de 2018, em que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), a deliberou em Ata 010 /2018.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Aprovar a aplicação do valor de até R\$ 1.000,00 (mil reais) dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência- FIA no pagamento de alimentação para "XIª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente" que acontecerá com data prevista para o dia 27 de novembro de 2018, no auditório da APAE – Penha/SC.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 05 de outubro de 2018.

Claudio de Souza Limeira

Presidente CMDCA/Penha

# Peritiba

## PREFEITURA

### DECRETO 116/2018

Publicação Nº 1773088

DECRETO Nº 116/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2018

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e especialmente pela Lei Orgânica do Município de PERITIBA e autorização contida na Lei Municipal nº 2.130/2017 de 13 de dezembro de 2017;

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 148.405,00 (Cento e quarenta e oito mil e quatrocentos e cinco reais) para a seguintes dotações orçamentárias:

#### 3000 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3001 – Secretaria Mun. De Administração e Finanças

04.122.0021.2.005 – Manutenção das Atividades Administrativas

(257) 3.1.90.00.00.00.00.0300 – Aplicações Diretas .....R\$ 70.000,00

#### 3000 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3003 – Serviços de Utilidade Pública

06.181.0071.2.010 – Manutenção dos Serviços de Segurança Pública

(255) 3.3.90.00.00.00.00.0300 – Aplicações Diretas .....R\$ 7.000,00

#### 5000 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

5001 - Departamento de Ensino Infantil

12.365.0201.2.031 – Manutenção da Educação Infantil

(252) 4.4.90.00.00.00.00.0301 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.370,00

#### 5000 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

5007 – Departamento de Cultura

13.392.0233.2.047 – Operacionalização do Departamento de Cultura

(254) 3.1.90.00.00.00.00.0300 – Aplicações Diretas ..... R\$ 65.000,00

#### 11000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

11001 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

10.301.0132.2.114 – Operacionalização do NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família

(237) 3.1.90.00.00.00.00.0302 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.000,00

#### 11000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

11001 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

10.305.0131.2.092 – Operacionalização da Vigilância Sanitária

(256) 4.4.90.00.00.00.00.0366 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.035,00

Art. 2º Os recursos para cobertura deste Crédito Adicional Suplementar serão provenientes da anulação parcial e ou total das seguintes Dotações Orçamentárias:

Superávit Financeiro apurado ao final do Exercício Anterior na Fonte específica

Fonte 300 – Recursos Ordinários Superávit

Superávit financeiro apurado por fonte de recurso em 31/12/2017

Valor: R\$ 145.370,00

Superávit Financeiro apurado ao final do Exercício Anterior na Fonte específica

Fonte 302 – Superávit – ASPS Ações e Serviços Públicos de Saúde

Superávit financeiro apurado por fonte de recurso em 31/12/2017

Valor: R\$ 2.000,00

Superávit Financeiro apurado ao final do Exercício Anterior na Fonte específica

Fonte 366 – Superávit Vigilância em Saúde

Superávit financeiro apurado por fonte de recurso em 31/12/2017

Valor: R\$ 1.035,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CUMpra-SE E PubLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC., 17 de Setembro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado

Em 17 de Setembro de 2018

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

## DECRETO 117/2018

Publicação Nº 1773089

DECRETO Nº 117 DE 17 DE SETEMBRO DE 2018.

REGULAMENTA A PREMIAÇÃO DA CAMPANHA DE ESTÍMULO À EXPEDIÇÃO DE NOTAS FISCAIS, DENOMINADA "NOTA FISCAL PREMIADA", INSTITUÍDA PELA LEI MUNICIPAL Nº 2151/2018

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Peritiba, inciso X, art. 111, da Lei Orgânica do Município de Peritiba e tendo em vista o disposto n § 1º, art. 6º da Lei 2151/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a campanha de estímulo à aquisição de mercadorias e serviços, denominada "NOTA FISCAL PREMIADA", objetivando:

I – conscientizar os contribuintes, através da divulgação nos meios de comunicação, da importância de efetuar suas compras no comércio local, estimulando o seu crescimento e, ao mesmo tempo, propiciar ao Município um aumento na participação da arrecadação de tributos;

II – promover o incremento da arrecadação dos tributos, pela exigência, por parte do consumidor, da nota e cupom fiscal e através da retirada de nota fiscal por parte dos produtores rurais e a efetiva apresentação das mesmas, dentro dos períodos estabelecidos para fins de digitação no sistema fazendário;

III – premiar consumidores, produtores, usuários de serviços e contribuintes municipais, portadores de documentos válidos para troca, constantes deste decreto, emitidos a partir de 01 de agosto à 21 de dezembro do ano em curso.

Art. 2º A campanha irá concretizar-se mediante premiação, pela administração municipal, dos consumidores de mercadorias e/ou serviços, comercializados e ou prestados por pessoas jurídicas autorizadas a desenvolver as respectivas atividades comerciais e/ou de prestação de serviços, no território Municipal.

Art. 3º A premiação dar-se-á através dos seguintes sorteios públicos, em valores a serem gastos nas empresas participantes da campanha, a ocorrerem em horário e local a serem veiculados na imprensa, com antecedência de 10 (dez) dias:

§ 1º Para edição do ano de 2018, atendendo o disposto no § 3º, art. 6º, da Lei nº 2151 de 28 de agosto de 2018, serão consideradas as notas fiscais e demais comprovantes hábeis emitidos a partir de 1º de agosto à 21 de dezembro de 2018, que poderão ser trocadas por cartelas até às 16:00 horas do último dia útil que antecede ao sorteio, junto ao CDL.

§ 2º Para edição de 2018, serão realizados 2 sorteios, sendo o primeiro no dia 08 de dezembro e o segundo sorteio no dia 22 de dezembro com a seguinte premiação:

Dia 08/12/2018

1º Prêmio	1.200,00
2º Prêmio	800,00
3º Prêmio	700,00
4º Prêmio	600,00
5º Prêmio	500,00
6º Prêmio	300,00
7º Prêmio	200,00
8º Prêmio	200,00
9º Prêmio	200,00
10 Prêmio	200,00

Dia 22/12/2018

1º Prêmio	1.300,00
2º Prêmio	900,00
3º Prêmio	700,00
4º Prêmio	600,00
5º Prêmio	500,00
6º Prêmio	300,00
7º Prêmio	200,00
8º Prêmio	200,00
9º Prêmio	200,00
10 Prêmio	200,00

Art. 4º Os sorteios obedecerão aos seguintes critérios:

- I – Serão realizados em atos abertos ao público em geral, em local e horário exatos a serem divulgados com antecedência pela Administração;
- II – Os sorteios dar-se-ão através das próprias cartelas, devidamente preenchidas e colocadas na urna situada no posto de troca (CDL);
- III – No momento do sorteio, a urna será aberta e as cartelas misturadas e arremessadas para o alto, sendo vencedora a cartela que for pega no ar, pela comissão designada por Decreto do Executivo Municipal;
- IV – Os prêmios serão sorteados em ordem decrescente de numeração, de sorte que será sorteado primeiramente o prêmio de menor valor, e por último, o prêmio de maior valor.

Art. 5º. As cartelas terão validade em todos os sorteios do ano em curso, exceto as premiadas, que ficarão excluídas do restante dos sorteios.

§ 1º Assim que sorteada, será realizada conferência da validade e autenticidade da cartela, além de verificar seu correto preenchimento e inexistência de rasuras.

§ 2º Havendo problemas de validade ou autenticidade da cartela sorteada, será procedido a novo sorteio em substituição.

Art. 6º Os prêmios somente serão entregues após a comprovação da inexistência de débito junto ao setor de tributação municipal, e prescreverão no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do sorteio.

§ 1º A pessoa sorteada terá o prazo de 60 dias para, de conformidade com o art. 10 da Lei nº 2151 de 28 de agosto de 2018, apresentar os documentos necessários para o setor contábil, a fim de receber o valor correspondente ao prêmio.

§ 2º Os prêmios não reclamados no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do sorteio, reverterão ao patrimônio Público Municipal.

Art. 7º As cartelas deverão ter todos os campos devidamente preenchidos, sem rasuras.

Art.8º As despesas decorrentes da premiação prevista neste decreto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

1300 – FUNDO MUNICIPAL DA IND. E COMÉRCIO DE PERITIBA  
1301 – Fundo Mun. da Indústria e Comércio - FUMDICOM  
AÇÃO: 1051 – Instalação e Apoio à Ind. Comércio e Serviços  
146: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Peritiba – SC., 17 de setembro de 2018.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado no Mural de Atos  
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em  
17 de setembro de 2018.

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

## DECRETO 119/2018

Publicação Nº 1773091

DECRETO Nº 119 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

“DECRETA DESAPROPRIAÇÃO DE VIA PÚBLICA”

O Prefeito do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX, art. 111 da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009.

**DECRETA:**

Art. 1º. Decreta a desapropriação sem custos aos cofres públicos, da seguinte via Pública: Rua Reinaldo Ermindo Klein com área de 143,636m² (Cento e quarenta e três metros, seiscentos e trinta e seis centímetros quadrados), parte integrante do imóvel matriculado sob o número 767, parte integrante dos lotes rurais nº 633 e 754.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE**

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 03 de outubro de 2018.

JONAS SIMON

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 03 de outubro de 2018.	
---	--

**LEI Nº 2156/2018**

Publicação Nº 1773092

LEI Nº 2156 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

**“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS COM FESTIVIDADES NATALINAS**

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte

**LEI**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a realizar despesas com festividades natalinas, para o exercício de 2018, no valor de até R\$ 38.600,00 (trinta e oito mil e seiscentos reais) conforme plano de aplicação em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º. As despesas para execução da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente, com a seguinte classificação orçamentária:

05 – SECRET. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO  
07 – Departamento de Cultura, Esporte e Turismo  
Projeto Atividade: 2. 47 – Operacionalização do departamento de Cultura  
Elemento da Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diversas

10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PERITIBA  
01 – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS  
Projeto Atividade: 2.206 – Manutenção das Atividades da Secret. Assist. Social  
Elemento da Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diversas

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERITIBA-SC., 09 de outubro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Publicado nesta secretaria na data supra.

TARCISIO REINALDO BERVIAN

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 394/2018**

Publicação Nº 1773094

PORTARIA Nº 394/2018

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a GLADISTONE COGHETTO JUNIOR, ocupante do cargo de MÉDICO DA FAMÍLIA, Grupo 3, Nível 8, Classe "A", Afastamento

Para Tratamento de Saúde, no dia 28 de Setembro de 2018, conforme atestado médico anexo, em conformidade com o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 28 de Setembro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 28/Setembro/2018	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

## PORTARIA 395/2018

Publicação Nº 1773095

PORTARIA Nº 395/2018

PRORROGA AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Conceder a servidora LIZIANE KLEIN GAERTNER, ocupante do cargo efetivo de ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS, Grupo 2, Nível 6, Classe "D" Prorrogação do Afastamento Para Tratamento de Saúde, até o dia 31 de Outubro de 2018, conforme comunicação de decisão da Previdência Social em anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 28 de Setembro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 28/Setembro/2018	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

## PORTARIA 396/2018

Publicação Nº 1773096

PORTARIA Nº 396/2018

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora ANA CLAUDIA SORDI, ocupante do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 01 de Outubro de 2018, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 01 de Outubro de 2018.

JONAS SIMON

Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 01/Outubro/2018	
--	--

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

## PORTARIA 397/2018

Publicação N° 1773097

PORTARIA N° 397/2018

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE  
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor JONATAN PAULO ANTUNES MACIEL, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", Licença por motivo de doença em pessoa da família, retroativo ao dia 01 de Outubro de 2018, conforme atestado médico anexo, em conformidade com o art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 01 de Outubro de 2018.

JONAS SIMON

Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 01/Outubro/2018	
--	--

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

## PORTARIA 398/2018

Publicação N° 1773098

PORTARIA N° 398/2018

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE  
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora IZABEL CRISTINA BOURSCHIEDT, ocupante do cargo efetivo de PSICÓLOGA, Grupo 5, Nível 4, Classe "B", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 01 de Outubro de 2018, no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 01 de Outubro de 2018.

JONAS SIMON

Prefeito em Exercício



Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 01/Outubro/2018	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

## PORTARIA 399/2018

Publicação N° 1773099

PORTARIA N° 399/2018  
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

### RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Servidora ROSEMERI WEBER WELTER ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "B", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 01/10 a 30/10/2018, relativo ao período aquisitivo de 10/03/2017 a 09/03/2018, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

### CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 01 de Outubro de 2018.

JONAS SIMON

Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 01/Outubro/2018	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### DECRETO 408/2018

Publicação Nº 1772238

DECRETO Nº 408, de 11 de Outubro de 2018

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE RUBRICA ORÇAMENTÁRIA E DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto nos termos do Inciso I do Artigo 9, da Lei nº 235, de 28 de dezembro de 2017 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	05	Secretaria de Transportes, Obras e Planejamento
UNIDADE	01	Secretaria de Transportes, Obras e Planejamento
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	452	Serviços Urbanos
RECURSO	5008	Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP
PROJETO/ATIVIDADE	2.017	Manutenção da Iluminação Pública – COSIP
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	100	

Valor R\$: 60.000,00 (Sessenta mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme Artigo 9º e Artigo 12, da Lei nº 235, de 28 de dezembro de 2017 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 11 de Outubro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

# Petrolândia

## PREFEITURA

### CONTRATO 27 2018 - CURT SCHROEDER

Publicação Nº 1771907

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2018

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2018

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, e a Empresa CURT SCHROEDER S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO, inscrita no CNPJ: 85.775.500/0001-58. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN PARA TRANSPORTE DE PACIENTES TFD - TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, PARA O MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC, CONFORME PROGRAMA 2018007604. Data: 11/10/2018. Valor: R\$ 165.000,00. Petrolândia, 15 de outubro de 2018. Joel Longen – Prefeito Municipal.

### CONTRATO 28 2018 - VILSON AGOSTINHO CALBUSCH

Publicação Nº 1772408

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2018

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e o Senhor VILSON AGOSTINHO CALBUSCH, inscrito no CPF: 031.216.079-87. Objeto: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL COM APROXIMADAMENTE 75m², SITUADA NA RUA 16 DE AGOSTO, Nº 08, CENTRO, COM A FINALIDADE DE ADEQUAR ESPAÇO FÍSICO PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR. Data: 11/10/2018. Valor da Locação: R\$ 2.250,00. Vigência: 11/10/18 a 31/12/18. Petrolândia, 15 de outubro de 2018. Joel Longen – Prefeito Municipal.

### CONTRATO 29 2018 - VILSON AGOSTINHO CALBUSCH

Publicação Nº 1772409

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2018

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e o Senhor VILSON AGOSTINHO CALBUSCH, inscrito no CPF: 031.216.079-87. Objeto: LOCAÇÃO DE 02 IMÓVEIS NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, PARA ADEQUAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL. Data: 11/10/2018. Valor da Locação: R\$ 4.500,00. Vigência: 11/10/2018 a 31/12/18. Petrolândia, 15 de outubro de 2018. Joel Longen – Prefeito Municipal.

### LEI Nº. 1711/2018

Publicação Nº 1772019

LEI Nº. 1711, de 10 de Outubro de 2018.

AUTORIZA A AMAVI E A UCAVI A CONSTRUIR EM CONDOMÍNIO COM A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, TENDO ÁREA PRIVATIVA E ÁREAS DE USO COMUM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina. FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI e a União de Câmaras de Vereadores do Alto Vale do Itajaí – UCAVI, autorizados a construir em condomínio entre si e com a Câmara Municipal de Vereadores de Rio do Sul, contendo a construção áreas privativas e áreas de uso comum, na seguinte fração ideal:

I.	ao Poder Legislativo de Rio do Sul, da porção ideal de 49,57% (quarenta e nove vírgula cinquenta e sete por cento) da totalidade do imóvel);
II.	à Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.762.469/0001-22, da porção ideal de 25,67% (vinte e cinco vírgula sessenta e sete por cento) da totalidade do imóvel;
III.	à União de Câmaras de Vereadores do Alto Vale do Itajaí – UCAVI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.632.778/0001-40, da porção ideal de 24,76% (vinte e quatro vírgula setenta e seis por cento) da totalidade do imóvel.

Parágrafo Único. As frações ideais previstas nos incisos anteriores poderão sofrer alteração em virtude de exigências apresentadas pelos

órgãos competentes para a aprovação do projeto da edificação ou em face das adequações necessárias à formalização da Convenção de Condomínio.

Art. 2º. O pagamento pela construção do edifício em condomínio deverá respeitar a mesma proporcionalidade da porção ideal definitiva cabível a cada entidade.

Art. 3º. Em caso de extinção das entidades Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI e a União de Câmaras de Vereadores do Alto Vale do Itajaí – UCAVI, a área ideal de cada entidade reverter-se-á automaticamente ao município de Rio do Sul, cabendo aos municípios associados às entidades, direito à indenização da construção e benfeitorias executadas.

§ 1º. A área correspondente a cada entidade terá finalidade específica de sede, não podendo ter qualquer destinação comercial, podendo ainda ser a sede utilizada por demais órgãos, desde que vinculados às entidades sedes.

§ 2º. Na área comum denominada “sob pilotis”, mediante condições estabelecidas na Convenção de Condomínio, poderá ser destinado espaço para exposição cultural e, visando servir as entidades sede, poderá ser permitido o uso, a título precário, para instalação de comércio de alimentação e serviços bancários.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 10 de Outubro de 2018.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

## **LEI Nº. 1712/2018**

Publicação Nº 1772022

LEI Nº. 1712, de 08 de Outubro de 2018.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE PETROLÂNDIA - CMDPD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina. FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Para efeitos desta Lei, a pessoa com deficiência é aquela que apresenta, em caráter permanente ou transitório, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem limitação ou incapacidade para o desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano, dependendo da idade, sexo, fatores sociais e culturais.

Art. 2º. A política de atendimento dos direitos das pessoas com deficiência será acompanhada e implementada por meio do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CMDPD.

Art. 3º. O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CMDPD integrar-se –á com as políticas nas áreas de educação, saúde, lazer e acessibilidade, dentre outras, de acordo com a igualdade de direitos.

### **CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO DO CONSELHO E DOS OBJETIVOS**

Art. 4º. Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CMDPD, órgão vinculado à Administração Municipal.

Art. 5º. O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CMDPD é uma instância de deliberação colegiada, com autonomia administrativa, cujo objetivo é a implantação, a implementação e a defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

Art. 6º. O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CMDPD é órgão de participação direta da sociedade civil na Administração Pública Municipal, com caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador da política municipal de atendimento dos direitos das pessoas com deficiência, em consonância com a legislação federal e estadual vigente.

### **CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO E DOS REQUISITOS**

Art. 7º. O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CMDPD é paritário, composto por instituições governamentais e da sociedade civil organizadas, sediadas no Município, que visem à promoção, à defesa, à pesquisa e ao atendimento especializado da pessoa com deficiência.

Parágrafo Único. As entidades civis indicadas para integrar o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CMDPD deverão apresentar os seguintes documentos à Administração Municipal:

I.	atestado de pleno e regular funcionamento e atestado de utilidade pública municipal;
II.	apresentar parecer favorável em relação à prestação de serviços nas respectivas áreas, expedido pelo Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS, ou Conselho Municipal de Saúde – CMS, ou Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA ou ainda, pelo Conselho Municipal de Educação – CME.

#### CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º. São competências do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CMDPD:

I.	formular a política dos direitos das pessoas com deficiência, fixando as prioridades para a execução das ações, a captação e a aplicação dos recursos;
II.	exercer o controle social das políticas implementadas na área das deficiências e fiscalizar a execução das ações demandadas;
III.	formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município em tudo o que se refere ou possa afetar as condições de vida das pessoas com deficiência;
IV.	estabelecer critérios, formas ou meios de fiscalização de tudo que, executado no Município, possa afetar os direitos das pessoas com deficiência, principalmente sobre as prioridades previstas no inciso III deste Artigo;
V.	cadastrar e fiscalizar as entidades executoras do atendimento às pessoas com deficiência;
VI.	criar comissões temporárias ou permanentes, disciplinadas pelo Regimento;
VII.	apoiar a organização de eventos alusivos e datas ou a encontros relativos às pessoas com deficiência;
VIII.	convocar, de 02 (dois) em 02 (dois) anos, a Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência;
IX.	sugerir a criação e a implementação de programas de prevenção à deficiência, bem como a alocação de recursos governamentais para o atendimento das pessoas com deficiência;
X.	receber denúncias sobre violações dos direitos das pessoas com deficiência, dando-lhes o encaminhamento devido junto aos órgãos responsáveis, sugerindo medidas para a apuração, a cessação e a reparação dessas violações; e
XI.	manter, de acordo com os critérios estabelecidos no Regimento, o cadastramento de entidades que prestem atendimento às pessoas com deficiência, bem como acompanhar a implantação de um sistema de informações com banco de dados sobre as diversas áreas de deficiência e do respectivo atendimento prestado no Município.

Parágrafo Único. Sancionada esta Lei, serão nomeados e empossados, no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, os conselheiros, que terão prazo de 60 (sessenta) dias para elaborar o Regimento, realizar a primeira eleição e definir a duração dos mandatos.

#### CAPÍTULO V DA COMPOSIÇÃO

Art. 9º. O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CMDPD será composto de 12 (doze) membros titulares, sendo 06 (seis) representantes do Poder Público Municipal e 06 (seis) representantes de entidades não governamentais, cabendo também a cada entidade indicar 01 (um) suplente.

§ 1º. Os representantes das entidades governamentais e seus respectivos suplentes serão indicados pelo prefeito municipal, envolvendo as seguintes áreas:

a)	01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
b)	01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
c)	01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
d)	02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

§ 2º. Os representantes das entidades não governamentais e seus respectivos suplentes, serão eleitos em Fórum próprio, 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei, abrangendo as seguintes áreas:

a)	02 (dois) representantes dos usuários;
b)	02 (dois) representantes das entidades prestadoras de serviços e organizações no âmbito municipal;
c)	01 (um) representante dos trabalhadores no setor;
d)	01 (um) representante de entidades que promovam o ensino e a pesquisa na área dos direitos das pessoas com deficiência.

§ 3º. Para efeitos desta Lei, considera-se:

a)	Organizações de usuários: as que no âmbito municipal congregam, representam e defendem os interesses da pessoa portadora com deficiência;
b)	Entidades prestadoras de serviços e organizações no âmbito do município: as que prestam sem fins lucrativos, atendimento específico aos beneficiários abrangidos por esta Lei;
c)	Trabalhadores no setor: entidades que representam as categorias profissionais, de âmbito municipal, com área de atuação específica, com defesa dos direitos da cidadania;
d)	Entidades que promovam o ensino e a pesquisa na área dos direitos das pessoas com deficiência.

§ 4º. Fica assegurada a participação, com direito a voz, de outras entidades, órgãos e organizações envolvidos na política municipal de atendimento dos direitos das pessoas com deficiência, para assessoria às comissões temporárias ou permanentes, por deliberação da plenária do Conselho.

## CAPÍTULO VI DO MANDATO

Art. 10. Os Conselheiros titulares e seus suplentes serão indicados para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos ao cargo por igual período.

Art. 11. A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CMDPD é de interesse público e não será remunerada.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Cabe à Administração Municipal prover e aprovar os recursos físicos e humanos necessários à operacionalização para o pleno funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CMDPD.

Art. 13. O Chefe do Poder Executivo Municipal designará, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da vigência desta Lei, os representantes do Município no Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CMDPD, tendo as entidades o mesmo prazo para indicar seus representantes.

Art. 14. A primeira reunião dar-se-á no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação desta Lei, quando será escolhido o presidente, o vice-presidente e o secretário do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CMDPD.

Art. 15. Todas as matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CMDPD serão devidamente disciplinadas por seu Regimento, a ser elaborado no prazo de 60 (sessenta) dias após a posse dos Conselheiros, conforme o Parágrafo Único, do Artigo 8º. desta Lei, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, se necessário.

Parágrafo Único. O Regimento e suas alterações posteriores serão aprovados por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CMDPD e posteriormente homologadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, em 10 de Outubro de 2018.  
JOEL LONGEN  
PREFEITO MUNICIPAL

# Pinhalzinho

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL 053-2018 - PMP - HORA MAQUINA

Publicação Nº 1772671

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/2018 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS PESADAS, CAMINHÃO GUINDASTE, para atender as atividades do D.O.S.U, DMER, demais Secretarias, Fundo de Saúde, Fundação de Esportes e CIDIR, conforme especificações constantes no Anexo "A" do Edital convocatório.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 14:00h do dia 30/10/2018

Abertura: dia 30/10/2018, às 14:15h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.pinhalzinho.atende.net](http://www.pinhalzinho.atende.net) ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: [compras02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras02@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras01@pinhalzinho.sc.gov.br).

Pinhalzinho, SC, 11 de outubro de 2018.

Algacir Dall Agnol

Secretário Municipal de Transportes e Obras

### AVISO TOMADA DE PREÇOS 004-2018 - FME TROCA DO PISO CENTREVENTOS

Publicação Nº 1772263

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços – TP - Nº 004/2018 – FME

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Obras e Serviços de Engenharia, objetivando a EXECUÇÃO DA TROCA DO PISO FLUTUANTE DO CENTREVENTOS MUNICIPAL, localizado na Av. Brasília, de acordo com os Projetos e anexos do Edital.

Modalidade: Tomada de Preços.

Regime de Execução: Indireta.

Tipo: Empreitada por Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 09:00h do dia 31/10/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.pinhalzinho.atende.net](http://www.pinhalzinho.atende.net) ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras01@pinhalzinho.sc.gov.br) e [compras02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras02@pinhalzinho.sc.gov.br)

Pinhalzinho, SC, 11 de outubro de 2018.

Darci Fiorini

Presidente da Fundação



# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO 307/2018

Publicação N° 1772282

PREGÃO PRESENCIAL 085/2018

CONTRATO DE SEGURO VEÍCULOS N.º: 307/2018.

Termo de Contrato de SEGURO DE VEÍCULOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa Mapfre Seguros Gerais SA, autorizado através do Processo n. 154/2018, Licitação n. 085/2018, modalidade Pregão Presencial.

**CONTRATANTE:**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF n.º. 82.827.148/0001-69

Endereço:(sede): Av. Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

**CONTRATADA:**

Empresa: Mapfre Seguros Gerais SA

CNPJ-MF n.º. 61.074.175/0001-38

Endereço: Avenida das Nações Unidas, n° 14.261 – Vila Gertrudes, São Paulo/SP

CEP: 04794-000

Representada por: GILBERTO BOFF

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E AMPARO LEGAL**

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de seguro veículos e máquinas de propriedade do Município, de acordo com as especificações constantes do Edital MODALIDADE pregão presencial n° 085/2018, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

1.2 O presente contrato rege-se pelas normas de Direito Público, pela Lei n° 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n° 2.785, de 24 de janeiro de 2007, e Lei n° 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço de:

ITEM	SEC.	VEÍCULO	VALOR UNITÁRIO
1	SAÚDE	AMBULÂNCIA MARCA RENAULT KANGOO 16V, EXPRESS HIFLEX, ANO DE FABRICAÇÃO 2008, MODELO 2008, PLACA MET 6376, COM MACA. CLASSE BÔNUS 02 Coberturas: RCF – Responsabilidade Civil Facultativa Casco - .....110 % tabela FIPE RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00 RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00 RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 100.000,00 APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00 APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00 APP-DMH por pessoa/passageiro ..... R\$ 7.000,00 Assistência 24 horas ao veículos e passageiros, cobertura para vidros (para-brisa, vidros laterais, vigia e vidro traseiro), faróis, lanternas e retrovisores. Serviço de guincho para 300 km A franquia deverá ser reduzida, não podendo ultrapassar o valor de R\$ 2.300,00.	R\$ 4.140,00

2	SAÚDE	<p>VEÍCULO GM CLASSIC SEDAN 1.0 FLEX, 4 PORTAS, ANO/MODELO 2012, PLACA MJS 2652, CLASSE 02.</p> <p>Cobertura:</p> <p>Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>e) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>f) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo e passageiros – guincho 300 km.</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida, e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00.</p>	R\$ 1.900,00
3	SAUDE	<p>VEÍCULO FIAT MOBI LIKE, 1.0, ANO/MODELO 2018, PLACA QIN 1165, CHASSI 9BD3414A5X-JY477482, RENAVAL 1122263659.</p> <p>Cobertura:</p> <p>Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>e) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>f) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida, e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.330,00</p>	R\$ 1.900,00
4	SAÚDE	<p>VEÍCULO VOLKSWAGEN VOYAGE, 1.6, ANO/MODELO 2014, PLACA MLX 7052, RENAVAL 995466742, CLASSE BONUS 01</p> <p>Cobertura:</p> <p>I - Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>RCF – Responsabilidade Civil Facultativa terceiros:</p> <p>b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais .....R\$ 50.000,00</p> <p>e) Morte ..... R\$ 20.000,00</p> <p>f) Invalidez ..... R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo e passageiros – guincho 300 km.</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00.</p>	R\$ 1.900,00
5	SAÚDE	<p>VEÍCULO CHERY CELER 1.5 FFHB, ANO DE FABRICAÇÃO 2015, MODELO 2015, MARCA CHERY, PLACA QHD6489. CLASSE BONUS 00</p> <p>Coberturas:</p> <p>RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>APP-DMH por pessoa/passageiro ..... R\$ 7.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas - veículo e passageiros</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00.</p>	R\$ 1.900,00
6	SAÚDE	<p>VEÍCULO CHERY CELER 1.5 FLEX FL, ANO DE FABRICAÇÃO 2015, MODELO 2016, MARCA CHERY, PLACA QHO7792 CLASSE BONUS 00</p> <p>Coberturas:</p> <p>RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>APP-DMH por pessoa/passageiro ..... R\$ 7.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas - veículo e passageiros</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00.</p>	R\$ 1.900,00

9	SAÚDE	<p>VEÍCULO RENAULT LOGAN, PLACA QIB 4465, ANO 2016, CHASSI 93Y4SRD64HJ414588 Cobertura:</p> <p>Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>e) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>f) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo e passageiros – guincho 300 km.</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00.</p>	R\$ 1.900,00
12	SAUDE	<p>VEICULO FORD KA SE 1.5 SD B ANO 2018 MODELO 2018 PLACA QJC 0686 RENAVAL</p> <p>1159468726</p> <p>Coberturas:</p> <p>Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>e) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>f) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00</p>	R\$ 1.900,00
13	SAUDE	<p>VEICULO FORD KA SE 1.5 SD B ANO 2018 MODELO 2018 PLACA QJC 0796 RENAVAL</p> <p>1159469455</p> <p>Coberturas:</p> <p>Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>e) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>f) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00</p>	R\$ 1.900,00
14	SAUDE	<p>VEICULO FORD KA SE 1.5 SD B ANO 2018 MODELO 2018 PLACA QJC 1096 RENAVAL</p> <p>1159471905.</p> <p>Coberturas:</p> <p>Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>e) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>f) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00</p>	R\$ 1.900,00
15	SAÚDE/CRAS	<p>VEICULO CLASSIC, ANO 2013, PLACA MLV 1536, CHASSI 9BGSU19F0EB1956008 CLASSE BONUS 02</p> <p>Cobertura:</p> <p>I - Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>e) APP morte/ invalidez e DMH ..... R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – serviço de guincho para 300 km</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00</p>	R\$ 1.900,00

16	AGRICULTURA	<p>VEÍCULO UNO MILLE FIRE 1.0 FLEX, MOTOR 1.0, ANO DE FABRICAÇÃO 2008, MODELO 2008, MARCA FIAT, PLACA MEM 7764. CLASSE BÔNUS 01</p> <p>Coberturas:</p> <p>Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa terceiros</p> <p>Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>APP-DMH por pessoa/passageiro ..... R\$ 5.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00</p>	R\$ 1.900,00
34	ADMINISTRAÇÃO	<p>VEÍCULO CORSA 1.0, 4 PORTAS ANO 2011, MODELO 2012, PLACA MLD 2239, CLASSE BÔNUS 12</p> <p>Coberturas:</p> <p>Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>e) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>f) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00</p>	R\$ 1.900,00
35	PREFEITURA	<p>VW/Nova Saveiro RB MBVS, Placa: QIZ-3515; RENAVAL: 115.442.9560.</p> <p>Coberturas:</p> <p>Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>e) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>f) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00</p>	R\$ 2.400,00
38	EDUCAÇÃO	<p>VEÍCULO CHEVROLET CLASSIC 1.0 LS ADV ANO/MODELO: 2014/2015 PLACA MLT 7657. CLASSE BÔNUS 01</p> <p>Cobertura:</p> <p>Casco .....110% tabela Fipe</p> <p>RCF – Responsabilidade Civil Facultativa terceiros:</p> <p>A) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>B) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>C) RCF/DM – Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>D) Morte .....R\$ 20.000,00</p> <p>E) Invalidez ..... R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00.</p>	R\$ 1.900,00
39	OBRAS	<p>VEICULO VW SAVEIRO, 1.6, ANO/MODELO 2003, PLACA MCN 3031, CLASSE BÔNUS 10.</p> <p>Coberturas:</p> <p>Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>e) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>f) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00</p>	R\$ 1.900,00

40	OBRAS	VEICULO GM/CLASSIC SPIRIT, PLACA MGI 2612, RENAVAL. Coberturas: Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa a) Casco - .....110 % tabela FIPE b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00 c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00 d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00 e) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00 f) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00 Assistência 24:00 horas – veículo Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores. A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00	R\$ 1.900,00
47	OBRAS	VEÍCULO TOYOTA HILUX CD 4X4 SRV, 1.6, ANO/MODELO 2006, PLACA MAR 4316 RENAVAL 891179313, CHASSI 8AJFZ29G366024213. Coberturas: Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa a) Casco - .....110 % tabela FIPE b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00 c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00 d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00 e) Morte .....R\$ 20.000,00 f) Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00 Assistência 24:00 horas – veículo e passageiros- guincho 300km Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores. A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 4.951,00	R\$ 3.000,00
VALOR TOTAL:			R\$ 38.040,00

## 2.2. As despesas correrão à conta das dotações orçamentárias 2018/2019:

Órgão Orçamentário: 30 Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade Orçamentária: 1- Fundo Municipal de Saúde  
 Função: 10- Saúde  
 Subfunção: 301- Atenção Básica  
 Programa: 9- Saúde com qualidade  
 Ação: 2050- Manutenção da Atividades da Saúde  
 Cód. Red. 12 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
 Unidade Orçamentária: 2- Secretaria de Administração e Finanças  
 Função: 4- Administração  
 Subfunção: 122- Administração Geral  
 Programa: 3- Administração Geral  
 Ação: 2022- Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
 Cód. Red. 16 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
 Unidade Orçamentária: 6- Secretaria de Transportes e Obras  
 Função: 26- Transporte  
 Subfunção: 782- Transporte Rodoviário  
 Programa: 23- Estradas Vicinais  
 Ação: 2.42- Manutenção Secretaria de Transporte e Obras  
 Cód. Red. 116 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 40 Fundo de Assistencial Social  
 Unidade Orçamentária: 1- Fundo de Assistencial Social  
 Função: 8- Assistencial Social  
 Subfunção: 244- Assistência Comunitária  
 Programa: 5- Assistência Social Geral  
 Ação: 2026- Manutenção da Assistência Social Geral  
 Cód. Red. 6 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
 Unidade Orçamentária: 5- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
 Função: 20- Agricultura  
 Subfunção: 606- Extensão Rural  
 Programa: 20- Assistência ao Produtor Rural  
 Ação: 2040- Manutenção da Atividades de Apoio a Agricultura  
 Cód. Red. 166 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 1- Gabinete do Prefeito  
Função: 4- Administração  
Subfunção: 122-Administração Geral  
Programa: 2- Gestão Administrativa Superior  
Ação: 2031- Manutenção da Atividades do Gabinete do Prefeito  
Cód. Red. 3 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 1- Gabinete do Prefeito  
Função: 8- Assistência Social  
Subfunção: 8-Assistência Social  
Programa: 6- Assistência a Criança e Adolescente  
Ação: 2068- Manutenção do Conselho Tutelar  
Cód. Red. 6 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 3- Secretaria de Educação Cultura e Esportes  
Função: 12- Educação  
Subfunção: 361- Ensino Fundamental  
Programa: 12- Desenvolvimento Educacional  
Ação: 2032- Manutenção da Atividades do Ensino Fundamental  
Cód. Red. 36 -3.3.90.00.00.00.00.00

2.3 - O pagamento será efetuado de forma fracionada, em três parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira 3 dias após a assinatura do presente contrato, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Edital e as demais nas datas estipuladas, na forma deste item, estipulado no documento de cobrança.

Parágrafo único. O contrato valerá para os novos veículos adquiridos, cujas coberturas serão as mesmas, dentro dos parâmetros aqui fixados, bem como os mesmos valores referente prêmio a ser pago, e dentro do limite de acréscimo e supressão de 25 %.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O seguro contratado terá validade de 12 meses.

§ 1º Havendo necessidade e interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, de acordo com o inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e, ainda, por outros 12 (doze) meses, excepcionalmente, conforme prevê o § 4º do mesmo artigo da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. As apólices do seguro farão parte integrante do contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

##### 4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 O não cumprimento das obrigações assumidas e ou a não observância dos preceitos legais aplicáveis à espécie, implicará na aplicação das seguintes penalidades isolada ou conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Parágrafo único. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

##### 4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93.

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a1. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;



a2. o desatendimento das determinações regulares da autoridade competente;

a3. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993;

a4. a intervenção da companhia promovida pelos Órgãos Competentes;

a5. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

a6. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.2.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

4.2.3. A Contratada reconhece os direitos da Administração previstos no art. 77 da Lei 8.666/93.

4.2.4. O presente contrato fica vinculado ao Edital de Licitação n. 085/2018.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3 - O licitante fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% do valor inicial.

5.4. Atuará como gestor dos contratos, os Secretário de Agricultura e Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Administração, Secretária de Saúde e Bem Estar Social, Secretaria de Educação Cultura e Esporte e Secretário de Transporte e Obras. Como fiscal do contrato, atuará os servidores indicados pelos secretários

5.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 11 de outubro de 2018.

CONTRATANTE  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
Mapfre Seguros Gerais SA

TESTEMUNHAS:

1) .....	2) .....
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO 308/2018

Publicação Nº 1772284

PREGÃO PRESENCIAL 085/2018  
CONTRATO DE SEGURO VEÍCULOS N.º: 308/2018.

Termo de Contrato de SEGURO DE VEÍCULOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa GENTE SEGURADORA SA, autorizado através do Processo n. 154/2018, Licitação n. 085/2018, modalidade Pregão Presencial.

CONTRATANTE:  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço:(sede): Av. Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.



Representada por: PEDRO RABUSKE

**CONTRATADA:**

Empresa: GENTE SEGURADORA SA

CNPJ-MF n.º. 90.180.605/0001-02

Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, Centro – Porto Alegre/RS

CEP: 90020-060

Representada por: SHEILA MANTOANI

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E AMPARO LEGAL**

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de seguro veículos e máquinas de propriedade do Município, de acordo com as especificações constantes do Edital MODALIDADE pregão presencial nº 085/2018, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

1.2 O presente contrato rege-se pelas normas de Direito Público, pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, e Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço de:

ITEM	SEC.	VEÍCULO	VALOR UNITÁRIO
7	SAÚDE	VEÍCULO FIAT DUCATO VAN MULTI 2.3, ANO/MODELO, 2012, PLACA MJX 0844, BONUS 11 (Veículo transporte intermunicipal de passageiros) Cobertura: Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa + RCO DANOS MATERIAS OU CORPORAIS CAUSADOS A PASSAGEIROS R\$ 1.539.804,00 a) Casco - .....110 % tabela FIPE b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 150.000,00 c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 150.000,00 d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 100.000,00 Assistência 24:00 horas – veículo e passageiros Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores. Guincho 500Km. A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 2.300,00.	R\$ 8.500,00
8	SAÚDE	VEÍCULO FIAT/DOBLO/ESSENCE, PLACA MLZ 9143 (Veículo transporte intermunicipal de passageiros) Cobertura: Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa + RCO DANOS MATERIAS OU CORPORAIS CAUSADOS A PASSAGEIROS R\$ 1.539.804,00 a) Casco - .....110 % tabela FIPE b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 150.000,00 c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 150.000,00 d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 100.000,00 Assistência 24:00 horas – veículo e passageiros Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores. Guincho 500Km. A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 2.300,00.	R\$ 6.350,00
10	SAÚDE	VEÍCULO MASTER RENAULT AMB, PLACA QHZ 0036, ANO 2016, CHASSI 93YMAFELAHJ453142 8 PASSAGEIROS Cobertura: Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa + RCO DANOS MATERIAS OU CORPORAIS CAUSADOS A PASSAGEIROS R\$ 1.539.804,00 a) Casco - .....110 % tabela FIPE b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 150.000,00 c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 150.000,00 d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 100.000,00 Assistência 24:00 horas – veículo e passageiros Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores. Guincho 500km. A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 2.300,00.	R\$ 9.980,00

11	SAÚDE	<p>VEÍCULO BOXER, ANO 2016, PLACA QIJ 3856, CHASSI 936ZCWMCH2161869 15 PASSAGEIROS</p> <p>Cobertura:</p> <p>Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa + RCO</p> <p>DANOS MATERIAS OU CORPORAIS CAUSADOS A PASSAGEIROS R\$ 1.539.804,00</p> <p>a) Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>b) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 150.000,00</p> <p>c) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 150.000,00</p> <p>d) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo e passageiros</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>Guincho 500km.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 2.300,00.</p>	R\$ 8.930,00
17	EDUCAÇÃO	<p>3-VEÍCULO VW KOMBI STANDER, ANO 2011, MODELO 2012, PLACA MIO 8386, BÔNUS LEGAL, CLASSE 06, QUANTIDADE DE 15 PASSAGEIROS.</p> <p>Coberturas:</p> <p>Casco e RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>Casco- .....110 % tabela FIPE</p> <p>RCF/DM – Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 29.000,00</p> <p>APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 29.000,00</p> <p>APPPMH–Despesas Médico-hospitalares por pessoa/passageiro ..... R\$ 7.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo e passageiros</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00.</p>	R\$ 2.845,00
22	EDUCAÇÃO	<p>VEÍCULO VOLKSWAGEN, ÔNIBUS 15.190, EOD ESCOLAR, PACOTE CAMINHO DA ESCOLA, ANO/ MODELO 2014, CHASSI Nº 9532E82WXER428795, QUANTIDADE DE PASSAGEIROS: 43 – PLACA OKF 4554.</p> <p>Parágrafo único. Estes veículos deverão ter cobertura dos seguintes riscos e respectivos valores:</p> <p>I –RCF – Responsabilidade Civil Facultativa:</p> <p>Casco .....100 % da tabela Fipe</p> <p>a) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>b) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 29.000,00</p> <p>e) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 29.000,00</p> <p>f) APPDMH – Despesas médico-hospitalares por pessoa/passageiro ..... R\$ 7.000,00</p> <p>g) Assistência 24 horas ao veículos e passageiros – guincho 300Km, cobertura para vidros – (para -brisa, laterais e traseiro).</p> <p>O valor da Franquia deverá ser reduzida.</p>	R\$ 10.000,00
36	GABINETE	<p>VEÍCULO JETTA, 2.0, NOVO, ANO/MODELO 2014, PLACA QHB 1375, CLASSE BONUS 01</p> <p>Coberturas: Casco ..... 110% tabela Fipe</p> <p>RCF – Responsabilidade Civil Facultativa terceiros:</p> <p>A) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>B) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>C) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>D) Morte .....R\$ 20.000,00</p> <p>E) Invalidez ..... R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.900,00</p>	R\$ 3.790,00
37	CONS. TUTELAR	<p>VEICULO CHEV/SPIN 1.8LMTLT, ANO FABRICAÇÃO2015, MODELO 2016, PLACA QHN 4772 CLASSE BONUS 00</p> <p>Coberturas:</p> <p>RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>Casco - .....110 % tabela FIPE</p> <p>RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>APP-DMH por pessoa/passageiro ..... R\$ 7.000,00</p> <p>Assistência 24:00 horas – veículo</p> <p>Vidros, para-brisa, lanternas, faróis e retrovisores.</p> <p>A franquia deverá ser reduzida e não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1.100,00</p>	R\$ 3.790,00
Valor total:			R\$ 81.385,00

**2.2. As despesas correrão à conta das dotações orçamentárias 2018/2019:**

Órgão Orçamentário: 30 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 1- Fundo Municipal de Saúde  
Função: 10- Saúde  
Subfunção: 301- Atenção Básica  
Programa: 9- Saúde com qualidade  
Ação: 2050- Manutenção da Atividades da Saúde  
Cód. Red. 12 -3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 2- Secretaria de Administração e Finanças  
Função: 4- Administração  
Subfunção: 122- Administração Geral  
Programa: 3- Administração Geral  
Ação: 2022- Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
Cód. Red. 16 -3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 6- Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 26- Transporte  
Subfunção: 782- Transporte Rodoviário  
Programa: 23- Estradas Vicinais  
Ação: 2.42- Manutenção Secretaria de Transporte e Obras  
Cód. Red. 116 -3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 40 Fundo de Assistencial Social  
Unidade Orçamentária: 1- Fundo de Assistencial Social  
Função: 8- Assistencial Social  
Subfunção: 244- Assistência Comunitária  
Programa: 5- Assistência Social Geral  
Ação: 2026- Manutenção da Assistência Social Geral  
Cód. Red. 6 -3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 5- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
Função: 20- Agricultura  
Subfunção: 606- Extensão Rural  
Programa: 20- Assistência ao Produtor Rural  
Ação: 2040- Manutenção da Atividades de Apoio a Agricultura  
Cód. Red. 166 -3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 1- Gabinete do Prefeito  
Função: 4- Administração  
Subfunção: 122-Administração Geral  
Programa: 2- Gestão Administrativa Superior  
Ação: 2031- Manutenção da Atividades do Gabinete do Prefeito  
Cód. Red. 3 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 1- Gabinete do Prefeito  
Função: 8- Assistência Social  
Subfunção: 8-Assistência Social  
Programa: 6- Assistência a Criança e Adolescente  
Ação: 2068- Manutenção do Conselho Tutelar  
Cód. Red. 6 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 3- Secretaria de Educação Cultura e Esportes  
Função: 12- Educação  
Subfunção: 361- Ensino Fundamental  
Programa: 12- Desenvolvimento Educacional  
Ação: 2032- Manutenção da Atividades do Ensino Fundamental  
Cód. Red. 36 -3.3.90.00.00.00.00.00

**2.3 - O pagamento será efetuado de forma fracionada, em três parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira 3 dias após a assinatura do presente contrato, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Edital e as demais nas datas estipuladas, na forma deste item, estipulado no documento de cobrança.**

Parágrafo único. O contrato valerá para os novos veículos adquiridos, cujas coberturas serão as mesmas, dentro dos parâmetros aqui fixados, bem como os mesmos valores referente prêmio a ser pago, e dentro do limite de acréscimo e supressão de 25 %.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O seguro contratado terá validade de 12 meses.

§ 1º Havendo necessidade e interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, de acordo com o inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e, ainda, por outros 12 (doze) meses, excepcionalmente, conforme prevê o § 4º do mesmo artigo da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. As apólices do seguro farão parte integrante do contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

##### 4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 O não cumprimento das obrigações assumidas e ou a não observância dos preceitos legais aplicáveis à espécie, implicará na aplicação das seguintes penalidades isolada ou conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Parágrafo único. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

##### 4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93.

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a1. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

a2. o desatendimento das determinações regulares da autoridade competente;

a3. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993;

a4. a intervenção da companhia promovida pelos Órgãos Competentes;

a5. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

a6. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.2.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

4.2.3. A Contratada reconhece os direitos da Administração previstos no art. 77 da Lei 8.666/93.

4.2.4. O presente contrato fica vinculado ao Edital de Licitação n. 085/2018.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3 - O licitante fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% do valor inicial.

5.4. Atuará como gestor dos contratos, os Secretário de Agricultura e Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Administração, Secretária de Saúde e Bem Estar Social, Secretaria de Educação Cultura e Esporte e Secretário de Transporte e Obras. Como fiscal do contrato, atuará os servidores indicados pelos secretários.

5.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 11 de outubro de 2018.

CONTRATANTE  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
GENTE SEGURADORA SA

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....  
Nome: Nome:  
CPF: CPF:

## CONTRATO ADMINISTRATIVO 309/2018

Publicação N° 1772287

PREGÃO PRESENCIAL 085/2018  
CONTRATO DE SEGURO VEÍCULOS N.º: 309/2018.

Termo de Contrato de SEGURO DE VEÍCULOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, autorizado através do Processo n. 154/2018, Licitação n. 085/2018, modalidade Pregão Presencial.

CONTRATANTE:  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF n.º. 82.827.148/0001-69  
Endereço:(sede): Av. Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:  
Empresa: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS  
CNPJ-MF n.º. 61.198.164/0001-60  
Endereço: Alameda Barão de Piracicaba, n° 618/634, Torre A, 2° Andar  
CEP: 01216-010  
Representada por: RAFAEL VASCONCELOS COUTINHO VARGAS FLORES

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E AMPARO LEGAL

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de seguro veículos e máquinas de propriedade do Município, de acordo com as especificações constantes do Edital MODALIDADE pregão presencial n° 085/2018, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

1.2 O presente contrato rege-se pelas normas de Direito Público, pela Lei n° 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n° 2.785, de 24 de janeiro de 2007, e Lei n° 8.666/93.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço de:

ITEM	SEC.	VEÍCULO	VALOR UNITÁRIO
------	------	---------	----------------

18	EDUCAÇÃO	<p>VEÍCULO VW ÔNIBUS ESCOLAR, ANO/MODELO 2012, PLACA MKL 7683 CAPACIDADE 60 PASSAGEIROS, COM BÔNUS LEGAL, CLASSE 01.</p> <p>Coberturas:</p> <p>RCF – Responsabilidade Civil Facultativa:</p> <p>a) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>b) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 29.000,00</p> <p>e) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 29.000,00</p> <p>f) APPDMH – Despesas médico-hospitalares por pessoa/passageiro ..... R\$ 7.000,00</p> <p>OBS: Para o seguro de que trata este item, não poderá ser cobrado franquia, haja vista tratar-se de seguro apenas contra terceiros.</p> <p>- Assistência 24 horas ao veículos e passageiros, guincho 300Km, cobertura para vidros (para-brisa, laterais e traseiro).</p>	R\$ 1.695,00
20	EDUCAÇÃO	<p>VEÍCULO M.BENZ OF 1620, ÔNIBUS ANO 1995 MODELO 1996, PLACA IFF 0302, COM BÔNUS LEGAL, CLASSE 07, QUANTIDADE DE PASSAGEIROS: 49 + MOTORISTA. (Veículo transporte inter-municipais de passageiros)</p> <p>Coberturas:</p> <p>RCF – Responsabilidade Civil Facultativa:</p> <p>a) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>b) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 29.000,00</p> <p>e) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 29.000,00</p> <p>f) APPDMH – Despesas médico-hospitalares por pessoa/passageiro ..... R\$ 7.000,00</p> <p>OBS: Para o seguro de que trata este item, não poderá ser cobrado franquia, haja vista tratar-se de seguro apenas contra terceiros.</p> <p>- Assistência 24 horas ao veículos e passageiros, guincho 300Km, cobertura para vidros (para-brisa, laterais e traseiro).R\$</p>	R\$ 4.700,00
21	EDUCAÇÃO	<p>VEÍCULO VOLKSWAGEN, ÔNIBUS 15.190, EOD ESCOLAR, PACOTE CAMINHO DA ESCOLA, ANO/MODELO 2014, CHASSI Nº 9532E82W2ER430914, QUANTIDADE DE PASSAGEIROS: 43 – PLACA OKH 6864.</p> <p>Parágrafo único. Estes veículos deverão ter cobertura dos seguintes riscos e respectivos valores:</p> <p>Coberturas:</p> <p>RCF – Responsabilidade Civil Facultativa:</p> <p>a) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>b) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 29.000,00</p> <p>e) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 29.000,00</p> <p>f) APPDMH – Despesas médico-hospitalares por pessoa/passageiro ..... R\$ 7.000,00</p> <p>OBS: Para o seguro de que trata este item, não poderá ser cobrado franquia, haja vista tratar-se de seguro apenas contra terceiros.</p> <p>- Assistência 24 horas ao veículos e passageiros, guincho 300Km, cobertura para vidros (para-brisa, laterais e traseiro).</p>	R\$ 10.000,00
23	EDUCAÇÃO	<p>VEÍCULO IVECO/FIAT CITY CLASS ESCOLAR, MICRO ÔNIBUS ANO/MODELO 2010, PLACA MII 5655, CAPACIDADE 24 PASSAGEIROS, COM BÔNUS LEGAL, CLASSE 01.</p> <p>Coberturas:</p> <p>RCF – Responsabilidade Civil Facultativa:</p> <p>a) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>b) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 29.000,00</p> <p>e) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 29.000,00</p> <p>f) APPDMH – Despesas médico-hospitalares por pessoa/passageiro ..... R\$ 7.000,00</p> <p>OBS: Para o seguro de que trata este item, não poderá ser cobrado franquia, haja vista tratar-se de seguro apenas contra terceiros.</p> <p>- Assistência 24 horas ao veículos e passageiros, guincho 300Km, cobertura para vidros (para-brisa, laterais e traseiro).</p>	R\$ 1.790,00



24	EDUCAÇÃO	<p>VEÍCULO IVECO/FIAT DAILY CITY CLASS ESCOLAR 70C17, MICRO ÔNIBUS, ANO/MODELO 2013/2014, PLACA QHE 5955.</p> <p>Coberturas:</p> <p>RCF – Responsabilidade Civil Facultativa:</p> <p>a) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>b) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>c) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>d) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 29.000,00</p> <p>e) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 29.000,00</p> <p>f) APPDMH – Despesas médico-hospitalares por pessoa/passageiro ..... R\$ 7.000,00</p> <p>OBS: Para o seguro de que trata este item, não poderá ser cobrado franquia, haja vista tratar-se de seguro apenas contra terceiros.</p> <p>- Assistência 24 horas ao veículos e passageiros, guincho 300Km, cobertura para vidros (para-bri-sa, laterais e traseiro).</p>	R\$ 1.790,00
25	AGRICUL-TURA	<p>RETROESCAVADEIRA, MODELO XT870BR, ANO/MODELO 2018,</p> <p>Cobertura:</p> <p>I - RCF – Responsabilidade Civil Facultativa terceiros:</p> <p>A) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>B) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>C) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p>	R\$ 1.190,00
26	AGRICUL-TURA	<p>VEÍCULO M.BENZ 2423 K TRUQUE, ANO/MODELO 2003, PLACA MCA 2714. CLASSE BÔNUS 02</p> <p>Cobertura:</p> <p>RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 150.000,00</p> <p>b) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 150.000,00</p> <p>c) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>d) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>e) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>OBS: Para o seguro de que trata este item, não poderá ser cobrado franquia, haja vista tratar-se de seguro apenas contra terceiros.</p>	R\$ 2.990,00
27	AGRICUL-TURA	<p>EQUIPAMENTO TRATOR VALTRA DE PNEUS, MODELO BM 100 4X4, ANO 2009, CLASSE BÔNUS 02;</p> <p>Cobertura:</p> <p>RCF – Responsabilidade Civil Facultativa terceiros:</p> <p>A) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>B) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>C) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p>	R\$ 1.045,00
28	AGRICUL-TURA	<p>EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA FIAT ALLIS FG 70, ANO 1.987 CLASSE BÔNUS 02;</p> <p>Cobertura:</p> <p>RCF – Responsabilidade Civil Facultativa terceiros:</p> <p>A) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>B) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>C) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p>	R\$ 1.090,00
29	AGRICUL-TURA	<p>MINICARREGADEIRA E IMPLEMENTOS BOBCAT, ANO/MODELO 2012 CLASSE BÔNUS 02</p> <p>Cobertura:</p> <p>I - RCF – Responsabilidade Civil Facultativa terceiros:</p> <p>A) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>B) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>C) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p>	R\$ 1.090,00
30	AGRICUL-TURA	<p>EQUIPAMENTO TRATOR AGRALE EX 6110, ANO/MODELO 2013, CLASSE BÔNUS 02;</p> <p>Cobertura:</p> <p>I - RCF – Responsabilidade Civil Facultativa terceiros:</p> <p>A) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>B) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>C) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p>	R\$ 1.090,00
31	AGRICUL-TURA	<p>EQUIPAMENTO TRATOR MASSEY, ANO/MODELO 2013, CLASSE BÔNUS 02;</p> <p>Cobertura:</p> <p>I - RCF – Responsabilidade Civil Facultativa terceiros:</p> <p>A) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>B) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>C) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p>	R\$ 1.090,00
32	AGRICUL-TURA	<p>EQUIPAMENTO TRATOR VALTRA A750L 4X4 SÉRIE A750357187, ANO/MODELO 2013, CLASSE BÔNUS 02</p> <p>Cobertura:</p> <p>I - RCF – Responsabilidade Civil Facultativa terceiros:</p> <p>A) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>B) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00</p> <p>C) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p>	R\$ 1.090,00



41	OBRAS	<p>VEÍCULO M.BENZ L-1513 TOCO, ANO/MODELO 1982, PLACA IAW 3791. CLASSE BÔNUS 02</p> <p>Cobertura:</p> <p>RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 150.000,00</p> <p>b) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 150.000,00</p> <p>c) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>d) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>e) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000</p> <p>OBS: Para o seguro de que trata este item, não poderá ser cobrado franquia, haja vista tratar-se de seguro apenas contra terceiros.</p>	R\$ 1.190,00
42	OBRAS	<p>VEÍCULO M.BENZ 2423 K TRUQUE, ANO/MODELO 2003, PLACA MCA 2514. CLASSE BÔNUS 02</p> <p>Cobertura:</p> <p>RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 150.000,00</p> <p>b) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 150.000,00</p> <p>c) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>d) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>e) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>OBS: Para o seguro de que trata este item, não poderá ser cobrado franquia, haja vista tratar-se de seguro apenas contra terceiros.</p>	R\$ 1.190,00
43	OBRAS	<p>VEÍCULO M.BENZ L-1313, ANO/MODELO 1985, PLACA MCY 2680. CLASSE BÔNUS 02</p> <p>Cobertura:</p> <p>RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 150.000,00</p> <p>b) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 150.000,00</p> <p>c) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>d) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>e) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>OBS: Para o seguro de que trata este item, não poderá ser cobrado franquia, haja vista tratar-se de seguro apenas contra terceiros.</p>	R\$ 1.190,00
44	OBRAS	<p>23- VEÍCULO VW 13180, ANO/MODELO 2000, PLACA MAY 1604. CLASSE BÔNUS 02</p> <p>Cobertura:</p> <p>RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 150.000,00</p> <p>b) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 150.000,00</p> <p>c) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>d) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>e) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>OBS: Para o seguro de que trata este item, não poderá ser cobrado franquia, haja vista tratar-se de seguro apenas contra terceiros.</p>	R\$ 1.190,00
45	OBRAS	<p>24- VEÍCULO FORD/CARGO 1729 CAR/ CAMINHAO/ MEC. OPER, DIESEL – ANO/ MODELO 2014, PLACA QHE 6635 CLASSE BONUS 01</p> <p>Cobertura:</p> <p>I –RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 150.000,00</p> <p>b) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 150.000,00</p> <p>c) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>d) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>e) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>OBS: Para o seguro de que trata este item, não poderá ser cobrado franquia, haja vista tratar-se de seguro apenas contra terceiros.</p>	R\$ 1.190,00
46	OBRAS	<p>VEÍCULO M.BENZ/ATRON 2729K 6x4/ CAMINHAO/BASCULANTE/DIESEL - ANO/ MODELO 2014, PLACA QHC 3304, CLASSE BONUS 01</p> <p>Cobertura:</p> <p>I –RCF – Responsabilidade Civil Facultativa</p> <p>a) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 150.000,00</p> <p>b) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 150.000,00</p> <p>c) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00</p> <p>d) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>e) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00</p> <p>OBS: Para o seguro de que trata este item, não poderá ser cobrado franquia, haja vista tratar-se de seguro apenas contra terceiros.</p>	R\$ 1.190,00

49	OBRAS	EQUIPAMENTO COMPACT SOLO HAMM 3411, COMPACTADOR DE SOLOS, VIBRATORIO, MARCA HAMM, MODELO 3411 LISO SERIE NºH2690806, EQUIPADO COM MOTOR DIESEL Nº 11590244, ANO FABRICAÇÃO 2015 CLASSE BÔNUS 00; Cobertura: RCF – Responsabilidade Civil Facultativa terceiros: A) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$100.000,00 B) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$100.000,00 C) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$50.000,00	R\$ 1.190,00
50	OBRAS	RETROESCAVADEIRA RANDON, ANO/MODELO 2012 CLASSE BÔNUS 02 Cobertura: I - RCF – Responsabilidade Civil Facultativa terceiros: A) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00 B) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00 C) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00	R\$ 1.190,00
51	OBRAS	MOTONIVELADORA MODELO 845D CHASSI HBZN0845VDAF03007, CLASSE BÔNUS 02 Cobertura: I - RCF – Responsabilidade Civil Facultativa terceiros: A) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00 B) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00 C) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00	R\$ 1.190,00
52	OBRAS	EQUIPAMENTO RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR ANO/MODELO 2013, CLASSE BÔNUS 02 Cobertura: I - RCF – Responsabilidade Civil Facultativa terceiros: A) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 100.000,00 B) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 100.000,00 C) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00	R\$ 1.190,00
53	OBRAS	VEÍCULO CAMINHÃO VOLVO, MODELO VM 330, 6X4, CABINE SIMPLES, MOTOR DIESEL, 06 CILINDROS, POTÊNCIA 330 CV, CHASSI Nº 93KK0S1D7EE147385, ANO/MODELO 2014 – PLACA QHD 8705. Parágrafo único. Estes veículos deverão ter cobertura dos seguintes riscos e respectivos valores: I –RCF – Responsabilidade Civil Facultativa a) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 150.000,00 b) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 150.000,00 c) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00 d) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00 e) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00 OBS: Para o seguro de que trata este item, não poderá ser cobrado franquia, haja vista tratar-se de seguro apenas contra terceiros. Assistência 24 hrs ao veículos e passageiros.	R\$ 1.190,00
54	OBRAS	VEÍCULO CAMINHÃO VOLVO, MODELO VM 330, 6X4, CABINE SIMPLES, MOTOR DIESEL, 06 CILINDROS, POTÊNCIA 330 CV, CHASSI 93KK0S1D4EE147384, ANO/MODELO 2014 – PLACA QHD 8715. Parágrafo único. Estes veículos deverão ter cobertura dos seguintes riscos e respectivos valores: I –RCF – Responsabilidade Civil Facultativa a) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais ..... R\$ 150.000,00 b) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais ..... R\$ 150.000,00 c) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais ..... R\$ 50.000,00 d) APP morte por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00 e) APP Invalidez por pessoa/passageiro ..... R\$ 20.000,00 OBS: Para o seguro de que trata este item, não poderá ser cobrado franquia, haja vista tratar-se de seguro apenas contra terceiros. Assistência 24 horas ao veículos e passageiros.	R\$ 1.190,00
VALOR TOTAL:			R\$ 44.930,00

## 2.2. As despesas correrão à conta das dotações orçamentárias 2018/2019:

Órgão Orçamentário: 30 Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade Orçamentária: 1- Fundo Municipal de Saúde  
 Função: 10- Saúde  
 Subfunção: 301- Atenção Básica  
 Programa: 9- Saúde com qualidade  
 Ação: 2050- Manutenção da Atividades da Saúde  
 Cód. Red. 12 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
 Unidade Orçamentária: 2- Secretaria de Administração e Finanças  
 Função: 4- Administração  
 Subfunção: 122- Administração Geral

Programa: 3- Administração Geral  
Ação: 2022- Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
Cód. Red. 16 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 6- Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 26- Transporte  
Subfunção: 782- Transporte Rodoviário  
Programa: 23- Estradas Vicinais  
Ação: 2.42- Manutenção Secretaria de Transporte e Obras  
Cód. Red. 116 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 40 Fundo de Assistencial Social  
Unidade Orçamentária: 1- Fundo de Assistencial Social  
Função: 8- Assistencial Social  
Subfunção: 244- Assistência Comunitária  
Programa: 5- Assistência Social Geral  
Ação: 2026- Manutenção da Assistência Social Geral  
Cód. Red. 6 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 5- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
Função: 20- Agricultura  
Subfunção: 606- Extensão Rural  
Programa: 20- Assistência ao Produtor Rural  
Ação: 2040- Manutenção da Atividades de Apoio a Agricultura  
Cód. Red. 166 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 1- Gabinete do Prefeito  
Função: 4- Administração  
Subfunção: 122-Administração Geral  
Programa: 2- Gestão Administrativa Superior  
Ação: 2031- Manutenção da Atividades do Gabinete do Prefeito  
Cód. Red. 3 - 3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 1- Gabinete do Prefeito  
Função: 8- Assistência Social  
Subfunção: 8-Assistência Social  
Programa: 6- Assistência a Criança e Adolescente  
Ação: 2068- Manutenção do Conselho Tutelar  
Cód. Red. 6 - 3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 3- Secretaria de Educação Cultura e Esportes  
Função: 12- Educação  
Subfunção: 361- Ensino Fundamental  
Programa: 12- Desenvolvimento Educacional  
Ação: 2032- Manutenção da Atividades do Ensino Fundamental  
Cód. Red. 36 -3.3.90.00.00.00.00

2.3 - O pagamento será efetuado de forma fracionada, em três parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira 3 dias após a assinatura do presente contrato, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Edital e as demais nas datas estipuladas, na forma deste item, estipulado no documento de cobrança.

Parágrafo único. O contrato valerá para os novos veículos adquiridos, cujas coberturas serão as mesmas, dentro dos parâmetros aqui fixados, bem como os mesmos valores referente prêmio a ser pago, e dentro do limite de acréscimo e supressão de 25 %.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O seguro contratado terá validade de 12 meses.

§ 1º Havendo necessidade e interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, de acordo com o inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e, ainda, por outros 12 (doze) meses, excepcionalmente, conforme prevê o § 4º do mesmo artigo da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. As apólices do seguro farão parte integrante do contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

#### 4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 O não cumprimento das obrigações assumidas e ou a não observância dos preceitos legais aplicáveis à espécie, implicará na aplicação das seguintes penalidades isolada ou conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Parágrafo único. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

#### 4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93.

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a1. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

a2. o desatendimento das determinações regulares da autoridade competente;

a3. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993;

a4. a intervenção da companhia promovida pelos Órgãos Competentes;

a5. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

a6. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.2.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

4.2.3. A Contratada reconhece os direitos da Administração previstos no art. 77 da Lei 8.666/93.

4.2.4. O presente contrato fica vinculado ao Edital de Licitação n. 085/2018.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3 - O licitante fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% do valor inicial.

5.4. Atuará como gestor dos contratos, os Secretário de Agricultura e Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Administração, Secretária de Saúde e Bem Estar Social, Secretaria de Educação Cultura e Esporte e Secretário de Transporte e Obras. Como fiscal do contrato, atuará os servidores indicados pelos secretários.

5.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 11 de outubro de 2018.

CONTRATANTE  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....  
Nome: Nome:  
CPF: CPF:

## EDITAL 04 - TESTE SELETIVO

Publicação N° 1772899

EDITAL N° 04/2018 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre inscrições e fixa normas para o Processo Seletivo de ingresso em função pública de provimento temporário para o Município de Pinheiro Preto/SC.

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Arthur Costa e Silva, 111 - Centro, neste ato representado por seu Prefeito, PEDRO RABUSKE, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 37, IX, da Constituição Federal, e de acordo com as Leis Complementares nº. 115/2004, 117/2005, 170/2010 179/2012 e 140/2007, torna público que encontram-se abertas as inscrições para a realização de PROCESSO SELETIVO visando à contratação de servidores para o preenchimento de vagas de PROVIMENTO TEMPORÁRIO e formação de CADASTRO DE RESERVA, nos termos do presente edital, no período de 15/10/2018 a 05/11/2018.

### I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da empresa contratada pelo Município - GEORGE ALMEIDA ME - APRENDER.COM, sediada em Joaçaba/SC.

1.2. O presente Processo Seletivo destina-se ao provimento dos cargos públicos de provimento temporário a serem ocupados na atual situação e consoante a disposição do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.3. É de inteira responsabilidade de o candidato inteirar-se do presente conteúdo, bem como fazer consultas diárias no site da organizadora do processo seletivo [www.aprender.sc.gov.br](http://www.aprender.sc.gov.br) para estar ciente de todas as publicações legais do processo que norteia o presente Edital.

### II – DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para todos os cargos do referido Edital, estarão sendo realizadas sob responsabilidade do município e serão recebidas SOMENTE POR INTERNET, do dia 15/10/2018 até as 15h00min do dia 05/11/2018, observando-se o horário oficial de Brasília/DF.

O link de acesso é: <https://www.pinheiropreto.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/122355> ou diretamente no endereço eletrônico <https://www.pinheiropreto.sc.gov.br> no menu Processo Seletivo que estará localizado ao lado direito na página do Município.

2.1.1. O candidato que não tiver condições de acesso para fazer sua inscrição on-line, poderá fazê-la dirigindo-se especificamente a Secretaria Municipal de Educação do Município de Pinheiro Preto, no horário das 8:00 às 10:00 horas, no qual será auxiliado para realizar sua inscrição por um funcionário especialmente designado para este fim, nos dias considerados úteis e de expediente normal nas repartições públicas municipais.

2.1.2. É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento dos dados corretos para a inscrição.

2.2. A APRENDER.COM não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, endereço e-mail inválido, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2.3. Todos os documentos referentes ao processo deverão ser mantidos em poder do candidato e recomenda-se apresentá-los no local de realização das provas caso houver qualquer intercorrência no dia.

2.3.1. O candidato que não estiver na listagem provisória dos inscritos, deverá obrigatoriamente entrar em contato com a empresa durante o período recursal. Passado o período recursal, o candidato não terá mais direito de realizar a prova caso sua situação não tenha sido regularizada.

2.4. O candidato deverá, no período das inscrições, pagar a importância indicada a seguir, de acordo com o nível de escolaridade ao cargo pretendido no referido certame.

Ensino Superior	R\$ 50,00	Cinquenta reais.
Ensino Médio/Técnico	R\$ 30,00	Trinta Reais.
Ensino Fundamental/Alfabetizado	R\$ 20,00	Vinte Reais.

2.5. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do

certame por conveniência da Administração Pública.

2.6 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até a data limite de vencimento constante no boleto.

2.7 A inscrição do candidato e o pagamento do boleto bancário implicarão no conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.8. O candidato declarará, ao efetuar sua inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da admissão.

2.9. As inscrições efetuadas somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

2.10. A falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, verificada em qualquer etapa do presente certame, implicará na eliminação automática do candidato, não ficando livre das cominações legais decorrentes de seus atos.

2.11. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um cargo constante do Anexo I.

2.12. Caso a inscrição do candidato não conste na relação das inscrições pré-homologadas que será divulgada conforme data constante no Anexo V, o candidato deverá entrar em contato imediatamente com a empresa através do e-mail (contato@aprender-sc.com.br) anexando no corpo do e-mail o comprovante de Pagamento da guia bancária na forma digital (scaneada), conforme prazos recursais estabelecidos neste Edital, sob pena de não serem acatadas reclamações posteriores, conforme reserva o item 2.3.1

### III - DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, bem como o art. 1º, § 2º, da Lei nº 2.899, de 17 de maio de 2006, devem ser reservados aos candidatos com deficiência, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de vagas oferecidas em Concursos Públicos.

3.2. O disposto no subitem 3.1 não terá incidência nos casos em que a aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) implique na prática, em majoração indevida do percentual mínimo exigido.

3.3. Em razão do número de vagas deste certame, não haverá reserva de vagas para candidatos com deficiência. Estes poderão concorrer em igualdade de condições com os demais candidatos. Porém, deverão observar a compatibilidade e entre as atribuições do cargo e a deficiência de que são portadores.

3.4. Será considerada pessoa com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadre nas categorias descritas nos Decretos federais nº 3.298/1999 e suas alterações, nº 5.296/2004 e suas alterações e na Lei federal nº 7.853/1989.

3.5. O candidato com deficiência após realizar sua inscrição on-line e fazer suas observações referentes à deficiência deverá encaminhar OBRIGATORIAMENTE VIA SEDEX, o requerimento preenchido conforme modelo do Anexo VI a cópia simples do CPF e a cópia do laudo médico (original ou cópia autenticada) especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício das funções do cargo a que se inscreveu cuja data de expedição deverá ser compatível aos prazos legais estabelecidos por este Edital, para o endereço da empresa APRENDER.COM – Rua Duque de Caxias, 844 – Centro – Joaçaba/SC – 89.600-000.

3.6. O fornecimento da cópia simples do CPF e do laudo médico, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A APRENDER.COM não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da cópia simples do CPF e do laudo a seu destino.

3.7. O candidato inscrito para a vaga reservada a candidato com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto nos subitens anteriores terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de deficiência.

3.8 O candidato com deficiência submeter-se-á, quando da nomeação, à avaliação de equipe multiprofissional, que terá a decisão terminativa sobre:

- a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício do cargo.

3.9 O candidato com deficiência participará deste certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.10. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato do preenchimento do formulário on-line de inscrição, NÃO ASSINALAR NA OPÇÃO INDICADA E NÃO ESPECIFICAR QUAL CONDIÇÃO.

3.11. O candidato que tiver a necessidade de realizar as provas em braile, necessitar de um intérprete ou em qualquer outra condição especial deverá requerer obrigatoriamente no ato da sua inscrição, conforme mencionado no item anterior.

3.12. O candidato que tiver a necessidade de prova em fonte ampliada deverá requerer obrigatoriamente no ato da inscrição, apresentando laudo médico para a condição especial e indicando o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 18, 20, 22 ou 24.



3.13. O candidato com deficiência que não requerer e comprovar a condição especial na forma da legislação vigente, não terá o atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

3.14. Não será realizado atendimento domiciliar em nenhuma hipótese.

#### IV – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições estabelecidas neste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante do Anexo V e estarão disponíveis no Mural Público da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto e no endereço eletrônico [www.aprenderesc.srv.br](http://www.aprenderesc.srv.br) na opção correspondente ao município de Pinheiro Preto.

4.2. Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

4.2.1 Para todos os efeitos, os candidatos que não constarem na relação do referido Edital, estarão com suas inscrições indeferidas.

4.3. Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá recurso, dirigido à APRENDER.COM, no prazo máximo previsto no Anexo V, contado da data de publicação da relação mencionada desde edital.

4.3.1 O recurso deverá ser preenchido conforme modelo disponível no site [www.aprenderesc.srv.br](http://www.aprenderesc.srv.br) na opção correspondente ao município de Pinheiro Preto que deverá ser encaminhado eletronicamente após o candidato realizar o preenchimento do mesmo de forma digitada ou manuscrita com letra legível. Junto com o formulário de recurso, o candidato deverá enviar o comprovante de pagamento da taxa de inscrição. Todos esses documentos deverão ser encaminhados para o e-mail [contato@aprenderesc.com.br](mailto:contato@aprenderesc.com.br).

#### V – DO VÍNCULO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

5.1 Os candidatos habilitados e classificados neste certame serão filiados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e regidos pela Lei Complementar Municipal n. 115/2004 e suas alterações, e no que tange ao regime disciplinar, à Lei Complementar n. 016/1992.

#### VI – DA PROVA

6.1. O Processo Seletivo, objeto deste Edital, constará de Prova objetiva de conhecimentos para todos os cargos.

6.2. O candidato que necessite de alguma condição especial para realização da prova deverá requerer quando da sua inscrição, bem como protocolar e comprovar o que lhe é de direito no ato da inscrição para que o atendimento seja concedido.

6.3. Os portões do local de prova serão fechados 10 (dez) minutos antes do horário de início da aplicação das provas – observando-se o horário oficial de Brasília/DF, ou seja, **SERÁ FECHADO PONTUALMENTE AS 08h20, NÃO SENDO MAIS PERMITIDO O INGRESSO DE CANDIDATOS AO LOCAL DAS PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.**

6.4. O local de aplicação da prova objetiva será E.E.B. Professora Maura de Senna Pereira, com endereço na Rua Oclides Benedito Scortegagna, n.º 55, Bairro Centro – Pinheiro Preto/SC, com início das provas às 08h30min.

6.4.1 Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares prevista para o local das provas, a organizadora do Processo Seletivo e a Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto poderão alterar os horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data e/ou turno, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais através do site [www.aprenderesc.srv.br](http://www.aprenderesc.srv.br).

6.4.2 É de inteira responsabilidade do candidato, inteirar-se e informar-se sobre o local e horário da realização das provas ao cargo que se inscreveu a partir da data da homologação final das inscrições até o dia anterior ao da aplicação das provas.

6.5. O Município de Pinheiro Preto reserva-se no direito de realizar as provas escritas de conhecimento nos períodos matutino, vespertino e noturno, de acordo com o número de candidatos inscritos no presente certame, se necessário for.

6.6. As provas escritas de conhecimento serão realizadas em etapa única de duas horas e meia (2,5h) de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e o tempo necessário para as instruções gerais que serão repassadas pelos fiscais de sala.

6.7. Para entrada nos locais de prova, o candidato deverá apresentar obrigatoriamente documento de identificação válido e com foto e recomenda-se portar o comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição para eventuais intercorrências, conforme reserva o item 2.3.1.

6.8. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho e Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo com foto).

6.9. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, na data de realização da prova, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

6.10. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo e sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.11. Por ocasião da prova, o candidato que não apresentar o documento de identificação válido, na forma definida no item 6.7, não poderá



fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

6.12. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

6.13. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

6.14. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo.

6.14.1. Os aparelhos de telefones celulares móveis e outros equipamentos eletrônicos deverão ser entregues desligados aos fiscais das salas antes do início das provas, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

6.14.2. Não será permitido o uso de aparelhos celulares nos locais de provas, bem como é vedado ao candidato entrar no pátio do local de provas com o aparelho ligado, sendo que a não obediência implicará na eliminação e na remoção do candidato do estabelecimento designado como local de provas.

6.15. No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

6.16. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após uma hora de seu início.

6.17. O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de prova. Caso não o faça, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

6.18. Todos os cartões-respostas serão rubricados ou assinados no verso pelos três (03) últimos candidatos de cada sala, independente do cargo.

6.19. Os três (03) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local simultaneamente.

6.20. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas, nem a realização de prova fora dos horários e locais estabelecidos neste Edital.

## VII – DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS

7.1. A prova objetiva de conhecimentos inclui questões de Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos, conforme ementa das disciplinas constantes dos Anexos presentes neste Edital.

7.2. A prova de conhecimentos para os cargos de nível fundamental, médio, técnico e superior será objetiva e constará de 20 (Vinte) questões, com até quatro (4) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas uma (1) estará correta.

7.3. A pontuação de cada disciplina para os cargos de nível Fundamental, médio, técnico e superior será a seguinte:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Conhecimentos de Português	05	0,52	2,60
Conhecimentos de Matemática	05	0,50	2,50
Conhecimentos Gerais	05	0,38	1,90
Conhecimentos Específicos	05	0,61	3,00
Total	20		10,00

7.4. Para realização da prova objetiva de conhecimentos, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica de tinta azul ou preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.

7.4.1. A empresa organizadora do certame não fornecerá canetas para os candidatos, sendo obrigação dos mesmos levar cada um a sua.

7.5. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.

7.6. Será atribuída nota zero (0,0) às respostas de questão (ões) que contenha(m):

a) Emenda (s) e/ou rasura(s), ainda que legível (eis), no cartão-resposta;

b) Mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;

c) Espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;

d) Cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor seja diferente do especificado no item 7.10 ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

7.7. A prova objetiva de conhecimentos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com até 02 (dois) decimal, sem arredondamento.

7.8. O Gabarito Oficial referente à prova objetiva de conhecimentos será divulgado a partir das 9h do primeiro dia útil subsequente à realização da referida prova no endereço eletrônico [www.aprender.sc.gov.br](http://www.aprender.sc.gov.br) e no Mural Público da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto/SC.

7.9. O caderno de provas estará disponível de FORMA ÚNICA para todos os interessados que assim o requisitarem através do endereço eletrônico contato@aprenderesc.com.br.

7.10. Havendo necessidade de recurso para impugnação de questões da prova objetiva de conhecimentos, o candidato poderá preencher o requerimento que estará disponível através do endereço eletrônico www.aprenderesc.srv.br, na aba "processos em andamento" no link do município de Pinheiro Preto, conforme prazos previstos em Edital.

7.10.1. As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas juntamente com a classificação final do Processo Seletivo, bem como o Gabarito Oficial definitivo, na ocorrência de recurso julgado procedente.

7.10.2. O cartão resposta por questões de segurança não será repassado em momento algum para o candidato, somente o espelho do seu cartão com seus acertos e erros para conferência caso houver necessidade.

7.11. Toda questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos.

## VIII – DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS / TEMPO DE SERVIÇO / HORAS DE APERFEIÇOAMENTO

8.1 Haverá prova de títulos, tempo de Serviço e Horas de Aperfeiçoamento somente para os cargos assinalados no Anexo I.

8.2 Somente serão habilitados para a avaliação de títulos, os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 3,0 (três) na prova escrita objetiva, individualmente.

8.3 A avaliação de títulos, é de caráter CLASSIFICATÓRIO, para todos os cargos descritos no item 8.1, tendo como pontuação máxima 10,0 (DEZ) pontos.

8.3.1 Para os títulos 'latu sensu' de especialização e 'Stricto Sensu', estarão aptos para pontuar somente os que apresentarem carga horária igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta) horas, sendo que a titulação deverá ser compatível com o cargo escolhido.

8.4. Serão pontuados como títulos certificados em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste a conclusão do curso.

8.4.1. Não será considerado e nem pontuará Declarações de Conclusão, Histórico e/ou Grade curricular do curso em questão.

8.5. Os títulos considerados neste certame, suas pontuações, o limite máximo por categoria e a forma de comprovação, serão conforme tabelas abaixo:

TABELA 01			
CARGOS: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS   PROFESSOR DE INGLÊS   PROFESSOR DE ARTE   PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA I   PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO   PROFESSOR REGENTE DE CRECHE			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
A.( )	Doutorado na Área de Atuação	2 (dois) Pontos	2 (dois) Pontos (Máximo 1 título)
B.( )	Mestrado na Área de Atuação	2 (Dois) Pontos	2 (Dois) Pontos (Máximo 1 título)
C.( )	Curso de Pós-Graduação na área específica com registro em órgão competente, condicionado à comprovação da graduação na mesma área.	1,5 (Um vírgula Cinco) pontos	1,5 (Um vírgula Cinco) pontos (Máximo 1 título)
D.( )	Formação em curso superior de Licenciatura Plena em Pedagogia e áreas afins.	1,0 (Um) ponto	1,0 (Um) Ponto (Máximo 1 título)
E.( )	Magistério completo em nível médio com apresentação de Diploma.	0,5 (Cinco Décimo) pontos	0,5 (Cinco Décimo) (Máximo 1 Certificado)
F.( )	Cursos de aperfeiçoamento e atualização na área de atuação na Educação.	0,0125 (cento e vinte e cinco milésimos de ponto) para cada 10/h de curso de aperfeiçoamento, até o limite de contagem de 120 horas, sendo o máximo de 1,50(um ponto e meio), realizado a partir de 1ª de Janeiro de 2017.	1,5 (Um vírgula cinco) pontos (Máximo 120 horas)
G.( )	Apuração de tempo de Serviço exclusivamente em atividades de docência no magistério público que deverá ser apresentado obrigatoriamente em anos, meses e dias contados até 30/09/2018, conforme Modelo do ANEXO VIII.	Será atribuído o valor de 0,10(dez centésimos) por ano de serviço, até o máximo de 1,5(um ponto e meio) Será DESCONSIDERADO o tempo de serviço que não estiver de acordo com a formatação exigida já mencionada.	1,5 (Um vírgula cinco) ponto. (Máximo 1,5)

8.6. A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e deverão ser protocolados pelo próprio candidato no mesmo dia ao término da prova objetiva em sala especificada pela equipe da empresa organizadora do certame já em envelope próprio a ser lacrado na hora pelo fiscal responsável com os seguintes dizeres:

T Í T U L O S – PROCESSO SELETIVO 04/2018

Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto–SC.

Cargo: \_\_\_\_\_

Candidato: \_\_\_\_\_

Sala da prova: \_\_\_\_\_

8.7. Não serão considerados títulos apresentados em envelopes sem identificação conforme item 8.6 ou por qualquer outra forma e/ou fora do dia e hora já determinados.

8.8. ATENÇÃO: Os candidatos deverão levar DUAS VIAS do ANEXO VII preenchidas. Uma ficará com a banca e a outra com o candidato, como comprovação da entrega da documentação.

8.8.1. O candidato que não apresentar as duas vias do Anexo VII PERDERÁ o direito do auxílio da titulação.

8.9. Somente serão considerados os títulos entregues em cópia reprográfica autenticada em cartório. NÃO será dado "CONFERE COM O ORIGINAL" no ato da entrega. NÃO será fornecido nenhum material de auxílio (envelope) para protocolar a documentação, NÃO será aceito certificado na forma original.

8.10. Em hipótese alguma haverá segunda chamada para entrega de títulos, independente do motivo pelo qual o candidato deixou de apresentar as cópias autenticadas de sua titulação.

#### IX – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9.1. Serão considerados aprovados de forma geral e farão parte da listagem final os candidatos que obtiverem média final igual ou superior a três (3,0) pontos.

9.2 A Nota final para os cargos avaliados com a prova escrita e objetiva mais a titulação será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$NF = (NaCG \times 0,38 + NaCP \times 0,52 + NaCM \times 0,50 + NaCE \times 0,61) + T$$

Em que: NF: Nota Final; NaCE: Número de acertos em questões de Conhecimentos Específicos; NaCG: Número de acertos em questões de Conhecimentos Gerais; NaCP: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Língua Portuguesa; NaCM: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Matemática; T: Titulação.

9.3 A Nota final para os cargos avaliados somente com a prova objetiva de conhecimentos será calculada através da aplicação da seguinte fórmula

$$NF = (NaCG \times 0,38 + NaCP \times 0,52 + NaCM \times 0,50 + NaCE \times 0,61)$$

Em que: NF: Nota Final; NaCE: Número de acertos em questões de Conhecimentos Específicos; NaCG: Número de acertos em questões de Conhecimentos Gerais; NaCP: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Língua Portuguesa; NaCM: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Matemática.

9.4. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da média final.

9.5. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

- a) maior nota na prova de Conhecimentos específicos;
- b) maior nota na prova de Língua Portuguesa;
- c) maior nota na prova de Matemática;
- d) maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;
- e) maior idade (Lei 10.741/03), Art.27, § único.
- f) sorteio público.

9.6. O sorteio público conforme estabelecido no item 9.5, letra "f", será feito na sala de licitação da Prefeitura Municipal, com a presença dos funcionários do setor, a comissão do Processo Seletivo e a presença dos candidatos em questão que serão comunicados da sessão pela administração municipal. Se por algum motivo, o candidato não se fizer presente no dia e horário marcado para o sorteio público, o mesmo acontecerá sem maiores prejuízos, sendo que no final será lavrada uma ata pela comissão com a presença de testemunhas para que não haja, em momento algum, dúvidas quanto ao resultado e o procedimento utilizado.

#### X – DOS RECURSOS

10.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do certame que deverá ser interposto, no prazo de dois dias, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado.

10.2. Os recursos aqui mencionados deverão ser preenchidos em formulários modelos disponibilizados através do endereço eletrônico [www.aprender.sc.srv.br](http://www.aprender.sc.srv.br) na aba de processos em andamento na opção correspondente ao município de Pinheiro Preto, no qual deverá ser enviado para o e-mail [contato@aprender.sc.com.br](mailto:contato@aprender.sc.com.br) dentro dos prazos estabelecidos por este Edital.

10.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser encaminhados conforme item 10.2, cabendo a banca organizadora da APRENDER.COM a apreciação dos mesmos.

10.4. Os recursos que se apresentarem sem fundamentação teórica, ilegíveis, fora de prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos automaticamente.

10.5. Às decisões dos recursos será dada divulgação, sejam elas através de publicações no mural público municipal e divulgação no site da empresa responsável.

- 10.6. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.
- 10.7. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.
- 10.8. As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão dadas a conhecer coletivamente.
- 10.9. A Comissão Especial do Processo Seletivo, nomeada pela Portaria n.º 408, de 06 de Novembro de 2017, constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

## XI – DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. O resultado final do Processo Seletivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br), no Boletim Oficial do Município e no endereço eletrônico [www.aprender.sc.gov.br](http://www.aprender.sc.gov.br).

## XII – DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

12.1 A chamada para escolha de vagas disponíveis será realizada no dia 1º de fevereiro de 2019 às 13:30 horas no Auditório Municipal, devendo ser realizada pelo próprio candidato, vedada a escolha por procuração, salvo por motivo de atestado médico que impossibilite a presença no local.

12.2 A escolha de vagas será de acordo com a classificação. A Secretaria de Educação fará a chamada para atuação em determinada área, conforme necessidade. Caso o 1º colocado na ordem de classificação, não aceite a vaga, automaticamente passará para o final da lista. Desta forma será chamado o segundo colocado e assim sucessivamente.

O candidato classificado que no ato da escolha de vagas não estiver presente, passará para o fim da lista de classificação.

12.3 O candidato ao ser chamado para assumir determinada vaga e desistir da mesma, deverá assinar o termo de desistência temporário e para todos os efeitos será incluído no fim da lista.

O candidato a ser chamado será oferecida a vaga em um determinado período, caso renuncie a esta vaga, não terá direito ao outro período, sendo que passará ao final da lista.

12.4 A convocação do candidato para apresentação dos documentos será realizada mediante contato através de e-mail, telefone ou WhatsApp sendo de responsabilidade única e exclusiva do candidato informar seu endereço eletrônico, telefone e endereço, corretamente quando do preenchimento do formulário de inscrição e mantê-lo atualizado perante o Departamento De Pessoal da Prefeitura Municipal após a homologação do certame.

12.5. São requisitos básicos para investidura no cargo:

- Aprovação neste certame;
- O gozo dos direitos políticos;
- A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;
- Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão, quando for o caso;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;
- Ser aprovado em exame médico admissional;
- Apresentar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme declarado no ato da inscrição;
- O candidato convocado que não tenha interesse em assumir a vaga, poderá solicitar sua passagem para o final da lista de classificados, mediante assinatura de termo, não assegurada sua segunda convocação.

12.6. Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma Junta Médica Oficial para a verificação da Compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do emprego.

12.7 Para nomeação para a função, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos e apresentar os documentos a seguir:

- 12.7.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;
- 12.7.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 12.7.3 - Ter aptidão física, mental e psicológica, demonstrada por atestado médico e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;
- 12.7.4 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;
- 12.7.5 - Carteira de Identidade;
- 12.7.6 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- 12.7.7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- 12.7.8 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- 12.7.9 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- 12.7.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- 12.7.11 - Certidão de nascimento;
- 12.7.12 - Certidão de casamento ou união estável;
- 12.7.13 - PIS/PASEP (frente e verso);

- 12.7.14 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;
- 12.7.15 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo ou função pública, exceto os previstos em Lei;
- 12.7.16 - Cópia da Carteira de Trabalho;
- 12.7.17 - Comprovante de endereço;
- 12.7.18 - Cópia autenticada do Registro no Conselho de Classe, quando for o caso;
- 12.7.19 - Demais documento que o município vier a exigir.

12.8. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para nomeação e posse.

12.9. Apresentada a documentação acima mencionada e/ou outras julgadas necessárias pelo Município, o candidato convocado será nomeado para o cargo público.

12.10. A posse na função dar-se-á no prazo previsto no ato de convocação, sob pena de perda do direito de ser empossado.

12.10.1 A carga horária para os cargos de Professor e Profissional de Apoio serão definidas segundo a demanda requerida para atender a enturmação e carga horária escolar por disciplina/função, a qual poderá oscilar entre 10 a 20 horas semanais no caso dos Professores e de 20 a 40 horas semanais para Profissional de Apoio.

12.10.2 Para as disciplinas de Ensino Religioso e Inglês, caso ninguém habilitado assuma as vagas, as mesmas poderão ser preenchidas por candidato que tenha se classificado neste processo seletivo com Licenciatura Plena em Pedagogia priorizando quem tem cursos na área afim.

12.10.3 As disciplinas de Inglês, Ensino Religioso e Arte, a carga horária será de 20 horas semanais distribuídas em período matutino e vespertino, conforme a necessidade da escola.

### XIII – DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

- 13.1. Delega-se competência para empresa responsável pelo certame para:
- a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objetivas de conhecimentos;
  - b) apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;
  - c) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
  - d) prestar informações sobre o certame;
  - e) definir normas para aplicação das provas;
  - f) selecionar fiscais para aplicação das provas.

### XIV – DO FORO JUDICIAL

14.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Tangará/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de realização da prova correspondente.

15.2. O prazo de validade do presente Processo Seletivo é de um (01) ano, podendo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, mediante justificativa, interesse e conveniência da Administração Municipal.

15.3. Os candidatos aprovados neste certame serão nomeados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas constante do Anexo I, conforme a necessidade, a conveniência e a oportunidade.

15.4. A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à nomeação imediata, devendo ocorrer conforme a necessidade do serviço público municipal durante a vigência do certame e de acordo com o número de vagas estabelecidas no Anexo I, sendo que as vagas criadas durante sua vigência serão providas seguindo a ordem de classificação dos aprovados em cada cargo.

- 15.5. Será excluído do certame, por ato da empresa responsável pelo certame, vencedora do processo licitatório, o candidato que:
- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
  - b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
  - c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
  - d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

15.6. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim em formulário disponível no site da empresa [www.aprender.sc.br](http://www.aprender.sc.br), deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança, caso contrário ficará impossibilitada de realizar as provas.

15.7. O Gabarito Oficial da prova objetiva de conhecimentos e o resultado das provas serão divulgados no endereço eletrônico [www.aprender.sc.br](http://www.aprender.sc.br) e no Mural Público da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto/SC e no endereço eletrônico [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br)



15.8. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos, conjuntamente, pela empresa responsável pelo certame e pela Comissão Especial do Processo Seletivo designada pela Portaria n.º 408, de 06 de Novembro de 2017.

15.9. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Dos Cargos, Vagas, Carga Horária, Vencimentos e Habilitação.
- b) ANEXO II - Do Conteúdo Programático para todos os cargos de Nível Fundamental.
- c) ANEXO III - Do Conteúdo Programático Geral para todos os cargos de Nível Superior.
- d) ANEXO IV – Do Conteúdo Programático Específico ao cargo.
- e) ANEXO V – Do cronograma – (Sujeito a alterações).
- f) ANEXO VI – Do Requerimento/Declaração.
- g) ANEXO VII – Titulação
- h) ANEXO VIII – Declaração Tempo de Serviço.
- i) ANEXO IX – Das atribuições dos Cargos.

15.10. Será publicado Extrato do presente Edital para fins de publicidade legal, sendo que o Edital na íntegra estará disponível no Mural Público da Prefeitura Municipal, no site do Município [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br) e no endereço eletrônico [www.aprenderesc.srv.br](http://www.aprenderesc.srv.br).

15.10.1. Para efeitos legais de informações referente ao certame, em caso de divergência de informações entre o site da prefeitura, ou em qualquer outro meio de comunicação onde o presente Edital estiver publicado, sempre prevalecerá em relação aos demais, as publicações encontradas no site da empresa organizadora ([www.aprenderesc.srv.br](http://www.aprenderesc.srv.br)), não podendo em momento algum, o candidato alegar desconhecimento das regras que norteiam o presente processo em tela.

Pinheiro Preto-SC, 15 de Outubro de 2018.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

#### DOS CARGOS, VAGAS, REMUNERAÇÃO, HABILITAÇÃO E TIPO DE PROVA

CARGO	REMUNERAÇÃO INICIAL R\$	VAGAS	FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	TIPO DE PROVA
- Professor Ed. Infantil e Séries Iniciais	R\$ 1.157,87(Magistério) R\$ 1.524,70 (Licenciatura)ACT III R\$ 1.646,93(Especialização) ACT IV	CR	Habilitação em Nível Superior de Licenciatura Plena na área de atuação	10h a 20h De acordo com a demanda por cargo e em conformidade com o item 12.10.1 do presente Edital (Da Contratação)	P.O + T
- Professor disciplina de Inglês					
- Professor disciplina de Arte					
- Professor disciplina de Educação Física I					
- Professor disciplina Ensino Religioso					
Professor Educação Física II	R\$ 1.524,70 (BACHAREL)	CR	Habilitação em nível Superior Bacharel em Educação Física	20h	P.O
Professor Regente de Creche	R\$ 2.774,86	CR	Habilitação em Nível Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia.	40h	P.O + T
Atendente de creche	R\$ 1.129,63 (Atendente de creche I) R\$ 1.390,36 (Atendente de creche II)	CR	Ensino Médio, cursando Magistério ou Pedagogia. Magistério.	40h	P.O
Profissional de Apoio	R\$ 953,79 (20h) Profissional de Apoio I R\$ 1.002,71(20h) Profissional de apoio II	CR	Formação em nível médio. Magistério.	20h à 40h De acordo com a demanda por cargo e em conformidade com o item 12.10.1 do presente Edital (Da Contratação)	P.O
Servente	R\$ 1.346,88	CR	Formação em nível Fundamental (4ª série)	40h	P.O
Agente de saúde	R\$ 1.261,54	CR	2º grau – Nível Médio	40h (Regime celetista)	P.O

Simbologia: CR: Cadastro Reserva | PO: Prova Objetiva | T: Titulação

#### ANEXO II

#### DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA TODOS OS CARGOS



**DE NÍVEL FUNDAMENTAL e ALFABETIZADO**

Língua Portuguesa: Compreensão de Textos, Alfabeto; formas comuns de tratamento; plural e singular; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino; ortografia; tipos de frases: afirmativa, negativa, interrogativa e exclamativa; substantivo; substantivos coletivos; adjetivos; sinônimos e antônimos; Separação de sílabas; Concordância Verbal e Nominal; Noções de fonética. Gramática em geral.

Matemática: Tabuada dos números; Números naturais: operações e problemas. Unidades de medida de tempo, de comprimento, de massa e de capacidade. Sistema monetário brasileiro. Leitura de horas em relógios e de informações em calendários. Reconhecimento de figuras planas (quadrado, retângulo, triângulo, círculo). Noções de razões, frações, proporções e porcentagem. Radiação; Divisibilidades; Regras de três simples e composta; Algarismos romanos; Resolução de problemas simples. Demais assuntos compatíveis com grau de estudo.

Conhecimentos Gerais: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Pinheiro Preto. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Pinheiro Preto. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Pinheiro Preto. Ecologia e meio ambiente.

**ANEXO III****DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO e SUPERIOR.**

Língua Portuguesa: leitura e análise de texto, compreensão do texto, significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal, crase, análise sintática, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, estrutura das palavras, estilística, gramática em geral.

Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Raiz quadrada de um número qualquer; Teoria dos Conjuntos; Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Funções logarítmicas, exponenciais, trigonométricas; Análise Combinatória; Progressões Aritméticas e Geométricas; Regra de três simples e composta. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes e Determinantes; Sistema de Equações Lineares; Juros simples e composto; Noções de probabilidade. Expressões aritméticas; M.D.C (Máximo divisor Comum). M.M.C (Mínimo Múltiplo Comum). Polinômios; Radiação; Exponenciação.

Conhecimentos Gerais: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Pinheiro Preto. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Pinheiro Preto. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Pinheiro Preto. Ecologia e meio ambiente.

**ANEXO IV****DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO AO CARGO**

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: Noções da Constituição Federal - Título I – Dos princípios fundamentais; Título II – Dos direitos e garantias fundamentais; Capítulo I – Dos direitos e deveres individuais e coletivos; Capítulo II – Dos direitos sociais; Capítulo III – Da Nacionalidade; Título III – Da organização do Estado; Capítulo VII – Da Administração Pública; Título IV – Da organização dos poderes; Sistema Único de Saúde (SUS). Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Portaria nº 2.488/2011 – Revisão das Diretrizes e Normas para a Organização da Atenção Básica para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Lei nº 11.350, de 5 de Outubro de 2006. Programa Estratégia Saúde da Família – ESF. Sistemas Nacionais de Informação (SINAN, SISVAN, SINASC, SIAB). Vigilância em saúde (vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental). Política Nacional de Promoção Da Saúde. Calendário Básico de Vacinação da criança, adolescente, adultos e idoso. Aleitamento materno. Doenças transmissíveis: vetores, vias de transmissão, sintomas, cuidados e tratamento. O Agente comunitário inserido nos Programas Ministeriais de Saúde: Tuberculose, Hipertensão, Diabetes, DST/AIDS. Atenção à saúde da mulher, da criança e do recém-nascido (RN), do adolescente, do homem e do idoso. Pré-Natal. Parto e Nascimento Humanizado, Puerpério. Aleitamento materno Normas de biossegurança. Humanização e ética na atenção à saúde. Doenças de notificação compulsória. Educação em saúde e acolhimento na Estratégia Saúde da Família. Competências e habilidades do Agente Comunitário de Saúde. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet. Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR REGENTE DE CRECHE: Constituição Federal Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem. planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático), Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: métodos, técnicas, recursos/ material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria



Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil. V.1 - V.2 - V.3(MEC); PNE – educação inclusiva. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet. Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

ATENDENTE DE CRECHE: Constituição Federal Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei De Diretrizes e Base da Educação Nº.9394/96; Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.. A função social da Educação Infantil: A organização do tempo e espaço na Educação Infantil; o binômio Educar-Cuidar na composição da ação pedagógica com bebês e crianças pequenas; A brincadeira e a interação como eixos centrais da Educação Infantil (2009); Família e escola. Desenvolvimento Infantil. Repouso e sono. Recreação, entretenimento, brinquedos e brincadeiras. Nutrição e Alimentação. Higiene e cuidados corporais das crianças. Saúde e bem-estar das crianças. Prevenção de acidentes e primeiros socorros. Arrumação e manutenção da ordem e limpeza no ambiente de trabalho. Organização dos Espaços e Rotina na Educação Infantil. Disciplina e Limites. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet. Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFISSIONAL DE APOIO: Constituição Federal Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Noções de Higiene e Saúde; Relacionamento Interpessoal; Concepções de Educação e Escola; Função Social da Escola e o compromisso social do educador, Função histórica da educação Inclusiva no Brasil e no Mundo. Legislação sobre inclusão no Brasil, Estado de Santa Catarina e Município de Pinheiro Preto. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação; Organização do ambiente escolar; Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet. Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL: Constituição Federal Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto; Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem; Sequência Didática; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Execução de atividades afins, observando se a pratica do dia a dia. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet. Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE ARTE: Constituição Federal Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto; Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; - Artes Plásticas: História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; - Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; - Pintores Brasileiros. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); PCN'S. DIDÁTICA GERAL. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet. Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura e Bacharel): Constituição Federal Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto; Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor; Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet. Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS: Constituição Federal Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto; A metodologia da Língua Estrangeira; - Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; - O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do inglês; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do inglês; - A natureza sócio internacional da linguagem; - O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira; - Interpretação de texto; - Gramática Geral da língua; Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão

escolar do educando. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996; LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet. Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO: Constituição Federal Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto; Conhecimento histórico das religiões; Conhecimentos bíblicos; Conhecimentos doutrinários de várias denominações; História do cristianismo; História do islamismo; História do budismo; História do espiritismo. Constituição Federal, na parte referente a Educação; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); Novas Tecnologias em Sala de Aula; Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/14; Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet. Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

#### ANEXO V

#### DO CRONOGRAMA (Sujeito a alterações)

É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO FICAR ATENTO A TODAS AS PUBLICAÇÕES NO SITE DA APRENDERSC.SRV.BR DURANTE OS PRAZOS ESTIPULADOS NO CRONOGRAMA ABAIXO.

ITEM	ATOS DO PROCESSO	DATAS
1.	Divulgação do Edital	15/10/2018
2.	Publicação do Edital	15/10/2018
3.	Período de Inscrições exclusivamente por Internet (on-line)	15/10/2018 até 05/11/2018
4.	Pré-Divulgação da Homologação Geral das Inscrições deferidas	06/11/2018
5.	Recursos quanto às Inscrições (horário limite de recebimento até 17:00h)	06/11/18 até 07/11/2018
6.	Homologação Final das Inscrições	08/11/2018
7.	Ensalamento dos Candidatos	08/11/2018
8.	Realização das Provas objetivas de conhecimentos para todos – 08:30h	17/11/2018
9.	Divulgação do Gabarito Provisório	19/11/2018
10.	Recursos quanto Gabarito Provisório (horário limite de recebimento até 17:00h)	19/11/2018 até 20/11/2018
11.	Divulgação do Gabarito Oficial	23/11/2018
12.	Divulgação dos Aprovados	23/11/2018
13.	Recursos quanto à Classificação (horário limite de recebimento até 17:00h)	23/11/2018
14.	Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo	26/11/2018

#### NOTA:

\*\*\* Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares prevista para o local das provas, a organizadora do Certame e a Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto poderão alterar os horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data e/ou turno, CABENDO AOS CANDIDATOS A OBRIGAÇÃO DE ACOMPANHAR AS PUBLICAÇÕES oficiais através do site [www.aprenderesc.srv.br](http://www.aprenderesc.srv.br) e/ou na aba correspondente ao município de Pinheiro Preto.

\*\*\* É de inteira responsabilidade do candidato, inteirar-se e informar-se sobre o local e horário da realização das provas ao cargo que se inscreveu a partir da data da homologação final das inscrições até o dia anterior ao da aplicação das provas.

O cronograma detalhado acima é uma projeção estimada da ordem das etapas do presente certame, estando sujeito a alterações no decorrer do certame, levando-se em conta o número de inscritos e o número de intercorrências intempestivas, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios legais de divulgação apresentados pelo presente Edital.

#### ANEXO VI

#### REQUERIMENTO/DECLARAÇÃO

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF n.º \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_,

Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito para o Processo Seletivo 04/2018 da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto (SC), inscrição sob o número \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_ requer a Vossa Senhoria:

01) ( ) Condição Especial para Deficiente Físico realizar a prova:

Deficiência: \_\_\_\_\_ CID nº: \_\_\_\_\_

Nome do Médico: \_\_\_\_\_ CRM: \_\_\_\_\_

02) ( ) Condição Especial para realização da prova:

a) Prova com ampliação do tamanho da fonte( )-18 ( )-20 ( )-22 ( ) - 24

b) Amamentação:

Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_

Horários Amamentação: \_\_\_\_\_

c) Outra Necessidade:

Especificar: \_\_\_\_\_

Declaro estar ciente de todas as normas e atribuições do presente Edital ao Cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, a minha deficiência não me impedirá de exercer as funções do cargo a que me inscrevi. Estarei também sujeito à avaliação pelo desempenho dessas funções, para fins de habilitação durante o estágio probatório.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Pinheiro Preto(SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura Candidato

## ANEXO VII

## IDENTIFICAÇÃO DA TITULAÇÃO

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF n.º \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito para o Processo Seletivo 04/2018 da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto(SC), inscrição sob o número \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_ requer a Vossa Senhoria a apreciação da documentação apresentada:

TABELA 01			
CARGOS: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS   PROFESSOR DE INGLÊS   PROFESSOR DE ARTE   PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA I   PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO   PROFESSOR REGENTE DE CRECHE			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
A.( )	Doutorado na Área de Atuação	2 (dois) Pontos	2 (dois) Pontos (Máximo 1 título)
B.( )	Mestrado na Área de Atuação	2 (Dois) Pontos	2 (Dois) Pontos (Máximo 1 título)
C.( )	Curso de Pós-Graduação na área específica com registro em órgão competente, condicionado à comprovação da graduação na mesma área.	1,5 (Um vírgula Cinco) pontos	1,5 (Um vírgula Cinco) pontos (Máximo 1 título)
D.( )	Formação em curso superior de Licenciatura Plena em Pedagogia e áreas afins.	1,0 (Um) ponto	1,0 (Um) Ponto (Máximo 1 título)
E( )	Magistério completo em nível médio com apresentação de Diploma.	0,5 (Cinco Décimo) pontos	0,5 (Cinco Décimo) (Máximo 1 Certificado)
F( )	Cursos de aperfeiçoamento e atualização na área de atuação na Educação.	0,0125 (cento e vinte e cinco milésimos de ponto) para cada 10/h de curso de aperfeiçoamento, até o limite de contagem de 120 horas, sendo o máximo de 1,50(um ponto e meio), realizado a partir de 1ª de Janeiro de 2017.	1,5 (Um vírgula cinco) pontos (Máximo 120 horas)
G.( )	Apuração de tempo de Serviço exclusivamente em atividades de docência no magistério público que deverá ser apresentado obrigatoriamente em anos, meses e dias contados até 30/09/2018, conforme Modelo do ANEXO VIII.	Será atribuído o valor de 0,10(dez centésimos) por ano de serviço, até o máximo de 1,5(um ponto e meio) Será DESCONSIDERADO o tempo de serviço que não estiver de acordo com a formatação exigida já mencionada.	1,5 (Um vírgula cinco) ponto. (Máximo 1,5)

(A presente pontuação poderá sofrer alterações se necessário durante a revisão da titulação)

Assinatura do Candidato(a)

Assinatura da Comissão



Assinatura da Comissão		Assinatura da Comissão
------------------------	--	------------------------

Com fulcro no presente Edital, o candidato que não apresentar as duas vias deste Anexo PERDERÁ o direito do auxílio da titulação.

## ANEXO VIII

### MODELO DE ATESTADO DE TEMPO DE SERVIÇO

#### ATESTADO DE TEMPO DE SERVIÇO

Identificação da Instituição privada ou instituição pública (papel timbrado, razão social, CNPJ, endereço)

Atestamos para os devidos fins de contagem de tempo de serviço, conforme estabelece o Edital do Processo Seletivo Nº 04/2018 do Município de Pinheiro Preto/SC, que o Senhor (a) \_\_\_\_\_, nascido (a) em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_ exerceu ou ainda exerce atividades no magistério nessa instituição, no cargo de PROFESSOR, até 30 de setembro de 2018 conforme abaixo especificado:

PERÍODO DE: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ ( .....anos, .....meses ..... dias).

PERÍODO DE: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ ( .....anos, .....meses ..... dias).

PERÍODO DE: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ ( .....anos, .....meses ..... dias).

PERÍODO DE: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ até 30/09/2018 ( .....anos, .....meses ..... dias).

TEMPO TOTAL DE SERVIÇO: \_\_\_\_\_ ANOS \_\_\_\_\_ MESES \_\_\_\_\_ DIAS.

Declaramos, sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações constantes desta declaração são a expressão da verdade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura, Identificação e carimbo do responsável pela instituição

## ANEXO IX

### DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Descrições e atribuições dos Professores: Creche, Educação Infantil e Ensino Fundamental, Arte, Ensino Religioso, Educação Física e Inglês:

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, formaturas, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.

#### Descrições e atribuições do Profissional de Apoio:

Auxiliar e cooperar com professor regente, oferecer suporte em salas de aula onde haja 2(dois) ou mais alunos com necessidades especiais e atendimento especial às crianças com maior dificuldade, limpeza corporal da criança conforme a necessidade, colaborar na organização do ambiente escolar, atendimento na hora da alimentação, participar de reuniões quando houver ajuste de horários e outros encontros que envolvam a escola, ser pontual com o horário estabelecido. Auxiliar a equipe pedagógica na organização de questões pedagógicas/administrativas; comprometer-se com práticas educativas/pedagógicas do projeto político pedagógico; manter uma postura ética e respeitosa com as famílias e profissionais; seguir o proposto pela Unidade Educativa e seu respectivo calendário; comprometer-se com a aprendizagem das crianças e adolescentes.

#### Descrições e atribuições do Atendente de Creche :

Limpeza corporal da criança, troca de fraldas, auxiliar nas dificuldades, organizar o ambiente para tornar atrativo e harmonioso promovendo a socialização; atendimento individual respeitando as diferenças, atendimento na hora das refeições, trabalhar em conjunto com o professor regente, receber e entregar as crianças; realizar atividades de cunho pedagógico visando a estimulação das crianças. Auxiliar no planejamento de jogos e entretenimentos, atividades musicais, rítmicas e outras atividades a serem desenvolvidas pelas crianças, auxiliar na coordenação das atividades, registrar as atividades desenvolvidas na sala e todos os acontecimentos pertinentes, fazendo anotações no livro de controle, para possibilitar a avaliação do desenvolvimento da criança; auxiliar na organização de trabalhos complementares de

caráter cívico, cultural ou recreativo.

**Descrições e atribuições das Serventes:**

Conservação dos instrumentos de trabalho. Limpeza e higienização em geral das instalações públicas; limpeza de pisos, tapetes, móveis e objetos diversos; Limpeza de paredes, pisos, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças e persianas; Limpeza de ralos, caixa de gordura, vasos e pias; Higiene ambiental (instalações/equipamentos e utensílios), limpeza de banheiros e salas, controle de estoque de alimentos etc. Os trabalhadores e auxiliares nos serviços de alimentação auxiliam no pré-preparo, preparo e processamento de alimentos, na montagem de pratos. Verificam a qualidade dos gêneros alimentícios, minimizando riscos de contaminação. Trabalham em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene e saúde.

**Agente de Saúde:**

Trabalhar com adscrição de indivíduos e famílias em base geográfica definida e cadastrar todas as pessoas de sua área, mantendo os dados atualizados no sistema de informação da Atenção Básica vigente, utilizando-os de forma sistemática, com apoio da equipe, para a análise da situação de saúde, considerando as características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas do território, e priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local; Realizar visitas domiciliares com periodicidade estabelecida no planejamento da equipe e conforme as necessidades de saúde da população, para o monitoramento da situação das famílias e indivíduos do território, com especial atenção às pessoas com agravos e condições que necessitem de maior número de visitas domiciliares; Utilizar instrumentos para a coleta de informações que apoiem no diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; Registrar, para fins de planejamento e acompanhamento das ações de saúde, os dados de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde, garantido o sigilo ético; Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividades; Identificar casos suspeitos de doenças e agravos, encaminhar os usuários para a unidade de saúde de referência, registrar e comunicar o fato à autoridade de saúde responsável pelo território; Informar e mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores; Conhecer o funcionamento das ações e serviços do seu território e orientar as pessoas quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis; Estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; Informar os usuários sobre as datas e horários de consultas e exames agendados; Participar dos processos de regulação a partir da Atenção Básica para acompanhamento das necessidades dos usuários no que diz respeito a agendamentos ou desistências de consultas e exames solicitados; Exercer outras atribuições que lhes sejam atribuídas por legislação específica da categoria, ou outra normativa instituída pelo gestor federal, municipal ou do Distrito Federal.

**PORTARIA 260/2018**

Publicação Nº 1772280

PORTARIA Nº 460, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a funcionária Ana Laine Grahl, ocupante do cargo de Agente Financeiro, para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão Presencial nº 085/2018, para a Secretaria da Administração.

A Funcionária Gianna Dalmollin, ocupante do cargo de Diretora de Departamento de Ensino, para os veículos da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

O funcionário Dyeson Friebel, ocupante do cargo de Diretor Executivo Municipal de Planejamento Obras Serviço e Transportes para os veículos da Secretaria de Transportes e Obras e Secretaria da Agricultura.

A servidora Adineia Ferreira de Oliveira, ocupante do cargo de Diretora de Programas e Dados para os veículos da Secretaria da Saúde e Bem estar.

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:



I - Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

a) Ao objeto da contratação;

b) A forma de execução;

c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;

d) O cronograma de serviços;

e) As obrigações da contratante e da contratada;

f) As condições de pagamento;

g) As atribuições da fiscalização;

h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II - Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III - Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV - Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V - Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI - Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII - Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII - Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX - Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X - Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI - Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII - Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII -solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “as built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) Comprovação das ligações de energia e água;

c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo

69 da  
Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º A funcionária designada para fiscalização de contratos deverá ser capacitada e orientada para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 DE OUTUBRO 2018  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 461/2018 CANCELA EDITAL DE LICITAÇÃO 110/2018 MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

Publicação Nº 1772052

PORTARIA Nº 461, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

CANCELA EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 110/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a solicitação da secretaria de saúde para reforma do telhado da sala de fisioterapia;

CONSIDERANDO ser uma obra de engenharia complexa;

CONSIDERANDO o contrato que a administração pública tem com serviços de pedreiro é apenas para pequenos reparos, conforme ata de registro de preços nº 040/2018 e não se enquadra nesse tipo de serviço;

CONSIDERANDO o princípio de interesse público, e que a administração tem o dever de rever seus atos,

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar o processo licitatório nº 110/2018, modalidade Pregão Presencial, e que seja lançado novo edital na modalidade tomada de preços.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 DE OUTUBRO DE 2018  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO 459/2018**

Publicação Nº 1772278

PORTARIA Nº 459 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 085/2018 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 085/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e adjudica o objeto licitado às empresas vencedoras, conforme itens e respectivos valores:

1: Mapfre Seguros Gerais SA, inscrita no CNPJ sob nº 61.074.175/0001-38: Item 01: R\$ 4.140,00 (quatro mil cento e quarenta reais), Item 02: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), Item 03: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), Item 04: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), Item 05: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), Item 06: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), Item 09 R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), Item 12: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), Item 13: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), Item 14: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), Item 15: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), Item 16: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), Item 34: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), Item 35: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), Item 38: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), Item 39: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), Item 40: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), Item 47: R\$ 3.000,00 (três mil reais),

2: Gente Seguradora SA, inscrita no CNPJ sob o nº 90.180.605/0001-02: Item 07: R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), Item 08: R\$ 6.350,00 (seis mil e trezentos e cinquenta reais), Item 10: R\$ 9.980,00 (nove mil e novecentos e oitenta reais), Item 11: R\$ 8.930,00 (oito mil novecentos e trinta reais), Item 17: R\$ 2.845,00 (dois mil oitocentos e quarenta e cinco reais), Item 22: R\$ 10.000,00 (dez mil reais), Item 36: R\$ 3.790,00 (três mil setecentos e noventa reais), Item 37: R\$ 3.790,00 (três mil setecentos e noventa reais).



3: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60: Item 18: R\$ 1.695,00 (mil seiscentos e noventa e cinco reais), Item 20: R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), Item 21: R\$ 10.000,00 (dez mil reais), Item 23: R\$ 1.790,00 (um mil setecentos e noventa reais), Item 24: R\$ 1.790,00 (um mil setecentos e noventa reais), Item 25: R\$ 1.190,00 (um mil cento e noventa reais), Item 26: R\$ 2.990,00 (dois mil novecentos e noventa reais), Item 27: R\$ 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais), Item 28: R\$ 1.090,00 (um mil e noventa reais), Item 29: R\$ 1.090,00 (um mil e noventa reais), Item 30: R\$ 1.090,00 (um mil e noventa reais), Item 31: R\$ 1.090,00 (um mil e noventa reais), Item 32: R\$ 1.090,00 (um mil e noventa reais), Item 41: R\$ 1.190,00 (um mil cento e noventa reais), Item 42: R\$ 1.190,00 (um mil cento e noventa reais), Item 43: R\$ 1.190,00 (um mil cento e noventa reais), Item 44: R\$ 1.190,00 (um mil cento e noventa reais), Item 45: R\$ 1.190,00 (um mil cento e noventa reais), Item 46: R\$ 1.190,00 (um mil cento e noventa reais), Item 49: R\$ 1.190,00 (um mil cento e noventa reais), Item 50: R\$ 1.190,00 (um mil cento e noventa reais), Item 51: R\$ 1.190,00 (um mil cento e noventa reais), Item 52: R\$ 1.190,00 (um mil cento e noventa reais), Item 53: R\$ 1.190,00 (um mil cento e noventa reais), Item 54: R\$ 1.190,00 (um mil cento e noventa reais).

Art. 2º: Para o Item 48, constatou-se duplicidade no edital, revogando assim o mesmo.

Art 3º: Revoga-se os Itens 19 e 33 e solicita-se lançamento de nova licitação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 DE OUTUBRO DE 2018.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

# Piratuba

## PREFEITURA

### DECRETO N. 1038/2018 - ARQUIVO CORRETO

Publicação Nº 1772348

DECRETO Nº 1.038/2018, de 10 de outubro de 2018.

NOMEIA EQUIPE DE SERVIDORES PARA APOIAR O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA NA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais.

#### DECRETA

Art. 1º. Institui e nomeia a equipe de servidores que farão parte da equipe técnica responsável pelo acompanhamento dos trabalhos do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA que realizará o Diagnóstico Socioambiental do município de Piratuba – SC.

Art. 2º. Nomear, para compor a equipe técnica de que trata o presente Decreto, os seguintes membros:

I. Clademir Sérgio da Silva - Diretor do Departamento de Indústria, Comércio e Serviços;

II. Mário Rui Córdova Ramos Júnior – Engenheiro Agrônomo;

III. Rafael Gotardo – Engenheiro Agrônomo

IV. André Jamir Turra - Técnico Agrícola;

V. Márcia Dupont - Técnica Agrícola.

Art 3º. Fica designado como gestor do contrato o agente público o servidor Clademir Sérgio da Silva.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Piratuba - SC, 10 de outubro de 2018.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93  
Em 10 de outubro de 2018.

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO N. 1041/2018.

Publicação Nº 1772896

DECRETO Nº 1.041/2018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO-CMI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de acordo ao inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal, e nos termos da Lei Municipal nº 1.326/2015 e dá outras providências,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para constituírem o CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO-CMI, para o biênio 2018/2020:

I - Indicados pelo Poder Executivo e representando os seguintes órgãos governamentais do Município:

a) um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

Titular: Gracieli DAvila Gamzava,

Suplente: Fernandes Antonio Schaitel;

b) um representante do Departamento Municipal de Assistência Social;

Titular: Noely de Fatima Gomes Fries.

Suplente: Geckson Longo;

c) uma representante Secretaria Municipal de Educação e Esportes;

Titular: Rosimeri de Oliveira

Suplente: Simara Vieira;

d) um Representante da Secretaria Municipal de Turismo;

Titular: Lucielene Turra Dias.

Suplente: Juliane Wentz;

e) um representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: Patrícia Drozila Franchin Oliveira

Suplente: Karoline Petry.

II - Representantes de entidades civis organizadas do Município, eleitas em fórum, nas seguintes categorias:

a) um representante da Terceira Idade:

Titular: Plínio Fries.

Suplente: Elvira Gonçalves Thibes;

b) um representante do Sindicato dos Trabalhadores rurais;

Titular: Ivo Port

Suplente: Adelaide Zini Schiavini;

c) um representante de Instituições religiosas;

Titular: Rodrigo Pomerenin.

Suplente: Fernando Oliveira;

d) um representante de Clubes de Serviços;

Titular: Serenita Machado

Suplente: Maria Luiza Nunes Paz;

e) um representante da Segurança Pública:

Titular: Vitor Kleiton Oliveira

Suplente: Cristian Darcy Hermann.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1.021/2018, de setembro de 2018.

Piratuba - SC, 11 de outubro de 2018.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93

Em 11 de outubro de 2018.

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA N. 327/2018.**

Publicação Nº 1772579

PORTARIA Nº327/2.018, de 10 de outubro de 2018

SUSPENDE TRABALHOS DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO NOMEADA PELA PORTARIA Nº 250/2018.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/2015, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do Município de Piratuba e dá outras providências.

### **SUSPENDE**

Ficam SUSPENSOS os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, nomeada pela portaria nº 250/2018, de 12 de julho de 2018, por 30 (trinta dias), em virtude da comissão aguardar o relatório final do inquérito policial que trata do mesmo caso, para assim dar-se continuidade ao processo administrativo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piratuba - SC, 10 de outubro de 2018.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017

Em 10 de outubro de 2018

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA N. 328/2018.**

Publicação N° 1772892

PORTARIA Nº328/2.018, de 11 de outubro de 2018

CESSA EFEITOS DA PORTARIA Nº 260/2018 QUE CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores públicos do Município de Piratuba e dá outras providências.

CESSA

Ficam CESSADOS os efeitos da Portaria nº 260/2018, de 01 de agosto de 2018, que concede gratificação a servidora SANDRA APARECIDA BUHL, brasileira, união estável, residente e domiciliada na Rua Guilhermina Ko Freitag, nº47, na cidade de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº11/R-1.882.425, e do CPF nº 573.415.919-00, servidora efetiva no exercício do cargo de Técnica em Tributos.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 11 de outubro de 2018.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017  
Em 11 de outubro de 2018.

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

**TRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2018**

Publicação N° 1772833

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2018

O Prefeito Municipal torna público que ratificou o ato da Senhorita Karla Riffel da Silva, Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Inciso III, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para a contratação de empresa visando a prestação de serviços de show artístico durante a programação de Réveillon, em favor da empresa individual SIDINEIA TOMASSONI, no valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), com vigência até 31/01/2019.

Piratuba, SC, 11 de outubro de 2018.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

# Pomerode

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO FINAL DA REMOÇÃO – EDITAL DE CONCURSO Nº 017/18

Publicação Nº 1772609

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA CNPJ 83.102.251/0001-04 Telefone 3387-7231 e-mail: educacao@pomerode.sc.gov.br - sed@pomerode.sc.gov.br Rua XV de Novembro, 555 – Centro 89107-000 - POMERODE - SANTA CATARINA
--	---

### CLASSIFICAÇÃO FINAL DA REMOÇÃO – EDITAL DE CONCURSO nº 017/18

Conforme Edital de Concurso nº 017/18, para Remoção na Rede Municipal de Ensino, datado de 01 de outubro de 2018, segue abaixo o resultado:

Pedagogo 40 horas CEIM Profª Dorotea Hoeft Borchardt					
Nº	Nome	Lotação	Carga Horária	Situação	Critério(s) de desempate
1ª	Jair Conrado Klebber	EBM Dr. Amadeu da Luz	40h	Deferida	5 anos e 2 meses
2ª	Márcia Andrea Grossklags	CEIM Rosa Borck	40h	Deferida	4 anos e 14 dias

Pomerode, 11 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ BUERGER  
Secretário de Educação

### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 062 / 2018

Publicação Nº 1772086

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO MEIO AMBIENTE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 062 / 2018

Processo Administrativo n.º 082 / 2018.

Pregão Presencial n.º 044 / 2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: MAPDATA – TECNOLOGIA, INFORMÁTICA E COMÉRCIO LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS DE USO DE SOFTWARE AUTODESK, POR UM PERÍODO DE DOZE MESES, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS

Prazo: 12 meses até 08/10/2019.

Valor Total Contratado: R\$ 26.560,00 (vinte e seis mil, quinhentos e sessenta reais). Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, contratante / Greice Moroni Belloli Pereira, Representante Legal, MAPDATA – Tecnologia, Informática e Comércio Ltda - Contratada.

Pomerode / SC, 08 de Outubro de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

**PREGÃO PRESENCIAL N°049 / 2018**

Publicação N° 1773075

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 049 / 2018

Processo Administrativo n.º 092 / 2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA POLÍCIA MILITAR DE POMERODE / SC, NOVO, ZERO KM, (TIPO HATCH), FABRICAÇÃO NACIONAL, COR BRANCO, ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2018 / 2019, POTÊNCIA MINIMA DE 116CV, 04 PORTAS, AR CONDICIONADO, MOTOR TOTAL FLEX (BICOMBUSTÍVEL) E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 25/10/2018.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 25/10/2018.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 15 de Outubro de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE****ERRATA EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 014-2018**

Publicação N° 1772658

**ERRATA DE EDITAL**

EDITAL DE LICITAÇÃO 014/2018

PREGÃO PRESENCIAL 014/2018

No Edital ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

**ONDE SE LÊ**

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR DE REF. R\$
2	LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS REVESTIMENTO NA NA FACE PALMAR E DORSO.	Luva de segurança confeccionada em tecido de algodão, revestimento externo em borracha nitrílica na face palmar e dorso, acabamento em overloque, punho de malha elástica.. Deverá ser aprovado para "Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes" e ter resultado de nível de desempenho mínimo de 3211X. Fornecimento em todos os tamanhos conforme tabela do fabricante. Referencia: Marca Big Compra CA N° 41.092 ou Volk CA: 25.084 ou Similar.	PARES	1000	7,79

**LEIA SE**

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR DE REF. R\$
------	-----------------------------	---------------------	----------------------	--------	----------------------

2	LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS REVESTIMENTO NA NA FACE PALMAR E DORSO.	Luva de segurança confeccionada em tecido de algodão, revestimento externo em borracha nitrílica na face palmar e dorso, acabamento em overloque, punho de malha elástica.. Deverá ser aprovado para "Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes" e ter resultado de nível de desempenho mínimo de 3111X. Fornecimento em todos os tamanhos conforme tabela do fabricante. Referencia: Marca Big Compra CA Nº 41.092 ou Volk CA: 25.084 ou Similar.	PARES	1000	7,79
---	---	--	-------	------	------

A referida errata visa corrigir conflito de informações do referido item.

Permanecem inalteradas as demais condições

POMERODE/SC, 11 de Outubro de 2018  
RICARDO CAMPESTRINI  
Presidente SAMAE

### PREGÃO 015-2018

Publicação Nº 1772661

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 015/2018 TIPO PRESENCIAL  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 015/2018.

O PRESENTE EDITAL TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC/PBA DE 60 mm CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO I DO EDITAL.

Entrega das propostas: Até as 09:00 horas do dia 25/10/2018  
Início da sessão de Disputa de Preços : 09:00 horas do dia 25/10/2018

Local Sede do SAMAE POMERODE Avenida 21 de Janeiro Nº 2233 Centro Pomerode SC.

O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Na página eletrônica [WWW.pomerode.sc.gov.br](http://WWW.pomerode.sc.gov.br) ou [www.samaepomerode.com.br](http://www.samaepomerode.com.br) Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233 - email: [samae@samae-pomerode.com.br](mailto:samae@samae-pomerode.com.br) ou pelo fone (47) 3387 2550

Pomerode SC, 11 de outubro de 2018.  
RICARDO CAMPESTRINI  
Presidente do SAMAE



# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### EXTRATO PP 49/2018

Publicação Nº 1772186

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2018  
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 143/2018 de 20 de Julho de 2018, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 25/10/2018, às 10:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS, EM ÔNIBUS RODOVIÁRIOS NOS TRAJETOS PONTE ALTA DO NORTE-SC/LAGES-SC E PONTE ALTA DO NORTE-SC/CURITIBANOS-SC, CONFORME ANEXOS DO PRESENTE EDITAL.

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm - site [www.pmpn.sc.gov.br](http://www.pmpn.sc.gov.br) ou através do e-mail: [licitacoes@pmpn.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmpn.sc.gov.br)

Ponte Alta do Norte - SC, 11/10/2018.  
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 619/2018

Publicação Nº 1772535

DECRETO Nº 619/2018, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018.

☐DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO PAR 201306579, COM MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.237, de 19 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2018 no valor de até R\$ 461,75 (Quatrocentos e sessenta e um reais e setenta e cinco Centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Unidade: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.1201.1.2.009 – Manutenção Das Atividades Do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00

Fonte de Recursos: 1132. 000000 - 163 - R\$ 461,75

Art. 2º. Para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, no valor de até R\$ 461,75 (Quatrocentos e sessenta e um reais e setenta e cinco Centavos) serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação dos Termo de Compromisso PAR 201306579, Com Ministério Da Educação - Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE SETEMBRO DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

### DECRETO 635/2018

Publicação Nº 1772548

DECRETO Nº 635/2018, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

☐DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.297, de 14 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2018 no valor de até R\$ 70.000,00 (Setenta Mil Reais), destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.1001.1.036 - Manutenção das atividades da saúde

Modalidade de Aplicação: 33.90.0000

Fonte de Recursos: 01.1102 – 10 – R\$ 70.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação no valor de até R\$ 70.000,00 (Setenta Mil Reais) das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.1001.1.036 - Manutenção das atividades da saúde

Modalidade de Aplicação: 33.93.0000

Fonte de Recursos: 01.1102 – 11 – R\$ 70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 OUTUBRO DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

## DECRETO 636/2018

Publicação Nº 1772549

DECRETO Nº 636/2018, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

□DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.237, de 19 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2018 no valor de até R\$ 18.000,00 (dezoito Mil Reais ), destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 – SECRETARIA TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS

Unidade: 08.01 – SECRETARIA TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS

26.782.2601.2.027 – Manutenção do departamento de transportes obras e serviços

Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00

Fonte de Recursos: 01. 1107 - 117 - R\$ 18.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, no valor R\$ 18.000,00 (Dezoito Mil Reais), serão utilizados recursos do provável Excesso de arrecadação CIDE no exercício 2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE OUTUBRO DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

## DECRETO 637/2018

Publicação Nº 1772550

DECRETO Nº 637/2018, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

□DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS□.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.297, de 14 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2018 no valor de até R\$ 190.000,00 (Cento e Noventa Mil Reais), destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade: 01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.122.0402.2.004 - Manutenção das Atividades administrativas

Modalidade de Aplicação: 33.90.0000

Fonte de Recursos: 01.1100 – 9 – R\$ 23.500,00

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.1201.2.009 - Manutenção das Atividades do ensino fundamental

Modalidade de Aplicação: 33.90.0000

Fonte de Recursos: 01.1101 – 36 - R\$ 70.000,00

12.363.1201.2.014 - Manutenção das Atividades da educação infantil

Modalidade de Aplicação: 33.90.0000

Fonte de Recursos: 01.1101 – 54 - R\$ 40.000,00

Órgão: 07.00 - SECRETARIA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 – SECRETARIA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.606.2001.2.025 - Manutenção das atividades da secretaria de agricultura

Modalidade de Aplicação: 44.90.0000

Modalidade de Aplicação: 33.90.0000  
Fonte de Recursos: 01.1100 – 96 – R\$ 6.500,00

Órgão: 07.00 - SECRETARIA TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS  
Unidade: 01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS  
26.782.2601.2.027 - Manutenção do departamento de transportes e obras  
Modalidade de Aplicação: 33.90.0000  
Fonte de Recursos: 01.1100 – 173 – R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação no valor de até R\$ 190.000,00 (Cento e Noventa Mil Reais) das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
Unidade: 01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
04.122.0402.2.004 - Manutenção das Atividades administrativas  
Modalidade de Aplicação: 33.93.0000  
Fonte de Recursos: 01.1100 – 10 – R\$ 15.000,00

Modalidade de Aplicação: 44.90.0000  
Fonte de Recursos: 01.1100 – 12 – R\$ 8.500,00

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
12.361.1201.2.009 - Manutenção das Atividades do ensino fundamental  
Modalidade de Aplicação: 31.90.0000  
Fonte de Recursos: 01.1101 – 33 - R\$ 70.000,00

12.363.1201.2.014 – Manutenção das Atividades da educação infantil  
Modalidade de Aplicação: 31.90.0000  
Fonte de Recursos: 01.1101 – 51 - R\$ 40.000,00

Órgão: 07.00 - SECRETARIA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Unidade: 01 – SECRETARIA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
20.606.2001.2.025 - Manutenção das atividades da secretaria de agricultura  
Modalidade de Aplicação: 44.90.0000  
Fonte de Recursos: 01.1100 – 97 – R\$ 6.500,00

Órgão: 07.00 - SECRETARIA TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS  
Unidade: 01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS  
26.782.2601.2.027 - Manutenção do departamento de transportes e obras  
Modalidade de Aplicação: 44.90.0000  
Fonte de Recursos: 01.1100 – 174 – R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE OUTUBRO 2018.  
ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

## DECRETO 638/2018

Publicação Nº 1772246

DECRETO Nº 638/2018, DE 04 DE OUTUBRO 2018.

“REDUZ CARGA HORARIA COMO ESPECIFICA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica reduzida a carga horária do Servidor Público Municipal Sr. EDSON PAVAN BAZI, PROFESSOR, matrícula 6373, com 20:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para exercer somente 20:00 horas semanais.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando especialmente o Decreto n. 541/2018 e as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 01 de outubro de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE OUTUBRO DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

# Porto Belo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG 063/2018 - PMPB

Publicação Nº 1772382

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço - nº 063/2018 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar e da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 13:30 horas do dia 25/10/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:00 horas do dia 25/10/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Licitações da PMPB, End. Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 11 de Outubro de 2018.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1946, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1772384

DECRETO Nº 1946, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018

Estabelece calendário para o pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o inciso IV do art. 18 da Lei Municipal nº 2143, de 28 de abril de 2014, DECRETA:

Art. 1º O pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU do exercício de 2019, assim como as taxas correlatas, deverá ser feito nos seguintes prazos:

I - Pagamento em 1ª cota única, com 25% (vinte e cinco por cento) de desconto: dia 11 de fevereiro de 2019;

II - Para pagamento em 2ª cota única, com 15% (quinze por cento) de desconto: dia 11 de março de 2019;

III - Para pagamento parcelado nos seguintes vencimentos:

a) 1ª parcela: 11 de fevereiro de 2019;

b) 2ª parcela: 11 de março de 2019;

c) 3ª parcela: 11 de abril de 2019;

d) 4ª parcela: 10 de maio de 2019;

e) 5ª parcela: 10 de junho de 2019;

f) 6ª parcela: 10 de julho de 2019;

g) 7ª parcela: 12 de agosto de 2019;

h) 8ª parcela: 10 de setembro de 2019;

i) 9ª parcela: 10 de outubro de 2019;

j) 10ª parcela: 11 de novembro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 4 dias do mês de outubro de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

**EXTRATO DE CONTRATO N°017/2018 - FUMTUR**

Publicação N° 1772533

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO

EXTRATO DE CONTRATO

Inexigibilidade de Licitação n° 016/2018 - FUMTUR

CONTRATO N° 025/2018 – FUMTUR

OBJETO: Contratação de Serviço Artístico para apresentação musical da “Banda Tchelo Cunha” para apresentação musical no dia 13 de Outubro no Festival do Camarão de 2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: LS DA ROCHA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI

VALOR: R\$ 8.000,00 (Oito mil reais)

PRAZO DE ENTREGA: Imediato

VALIDADE DO CONTRATO: Até o fim do Festival do Camarão

DATA DA ASSINATURA: 03/10/2018

Porto Belo, 03 de Outubro de 2018.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO N°018/2018 - FUMTUR**

Publicação N° 1772536

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO

EXTRATO DE CONTRATO

Inexigibilidade de Licitação n° 017/2018 - FUMTUR

CONTRATO N° 027/2018 – FUMTUR

OBJETO: Contratação de Serviço Artístico para apresentação musical da “Dupla Dan e Gil” para apresentação musical no dia 13 de Outubro no Festival do Camarão de 2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: FG MUSIC LTDA

VALOR: R\$ 2.320,00 (Dois mil trezentos e vinte reais)

PRAZO DE ENTREGA: Imediato

VALIDADE DO CONTRATO: Até o fim do Festival do Camarão

DATA DA ASSINATURA: 03/10/2018

Porto Belo, 03 de Outubro de 2018.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO N°019/2018 - FUMTUR**

Publicação N° 1772537

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO

EXTRATO DE CONTRATO

Inexigibilidade de Licitação n° 018/2018 - FUMTUR

CONTRATO N° 028/2018 – FUMTUR

OBJETO: Contratação de Serviço Artístico para apresentação musical da “Arthur Ferreira e Banda” para apresentação musical no dia 13 de Outubro no Festival do Camarão de 2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: PETERSON LUCIO MAGALHAES CAMPOS

VALOR: R\$ 3.000,00 (Três mil trezentos e vinte reais)

PRAZO DE ENTREGA: Imediato

VALIDADE DO CONTRATO: Até o fim do Festival do Camarão

DATA DA ASSINATURA: 08/10/2018

Porto Belo, 08 de Outubro de 2018.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal



**EXTRATO DE CONTRATO Nº020/2018 - FUMTUR**

Publicação Nº 1772538

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO  
EXTRATO DE CONTRATO

Inexigibilidade de Licitação nº 019/2018 - FUMTUR

CONTRATO Nº 029/2018 – FUMTUR

OBJETO: Contratação de Serviço Artístico para apresentação musical do “Grupo Sem Abuso” para apresentação musical no dia 11 de Outubro no Festival do Camarão de 2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA GODOY CUNHA

VALOR: R\$ 8.000,00 (Oito mil reais)

PRAZO DE ENTREGA: Imediato

VALIDADE DO CONTRATO: Até o fim do Festival do Camarão

DATA DA ASSINATURA: 10/10/2018

Porto Belo, 10 de Outubro de 2018.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 533/2018

Publicação Nº 1772034

DECRETO Nº 533, de 1º de outubro de 2018.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.472, de 05 de julho de 2017 (LDO) e 4.506, de 14 de dezembro de 2017 (LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação, as dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 118.000,00 (Cento e dezoito mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2009 – Manutenção Educação Infantil		
MODALIDADE	3390 – 1170 – Aplicações Diretas	56	37.917,22
MODALIDADE	4490 – 1170 – Aplicações Diretas	51	33.900,00
ATIVIDADE	2010 – Manutenção Secretaria de Educação		
MODALIDADE	3390 – 1170 – Aplicações Diretas	54	5.000,00
MODALIDADE	4490 – 1170 – Aplicações Diretas	55	4.000,00
ATIVIDADE	2012 – Transporte Escolar		
MODALIDADE	3390 – 1170 – Aplicações Diretas	57	7.897,78
ATIVIDADE	2014 – Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	4490 – 1170 – Aplicações Diretas	52	16.950,00
ATIVIDADE	2078 – Manutenção EJA		
MODALIDADE	4490 – 1170 – Aplicações Diretas	53	12.335,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		118.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do exercício na respectiva Fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 1º de outubro de 2018.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

### DECRETO Nº 565/2018

Publicação Nº 1772461

DECRETO Nº 565, de 08 de outubro de 2018.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.472, de 05 de julho de 2017 (LDO) e 4.506, de 14 de dezembro de 2017 (LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, o valor de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN. TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICOS		
ATIVIDADE	2016 – Manut. Sec. Mun. Transp. Obras e Serv. Públicos		
MODALIDADE	3390 – 240 – Aplicações Diretas	199	9.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		9.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, na respectiva fonte de recurso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 08 de outubro de 2018.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

## DECRETO Nº 566/2018

Publicação Nº 1772917

DECRETO Nº 566, de 11 de outubro de 2018.

Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA do Loteamento Palmas, no Município de Porto União – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso XVII, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e pelo Inciso VI, do artigo 8º, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO os elevados índices de precipitação pluviométrica registrados no Município de Porto União – SC;

CONSIDERANDO os elevados índices de infiltração no solo em razão da existência de poços de infiltração de águas servidas (sumidouros);

CONSIDERANDO que a encosta no Loteamento Palmas foi escavada para ocupação habitacional desordenada;

CONSIDERANDO que a escavação causou desequilíbrio no perfil do talude;

CONSIDERANDO que esta situação colocou em risco de desabamento a edificação da Associação dos Moradores do Jardim Oliveira – AMJO;

CONSIDERANDO que se estima que esta situação colocou em risco pelo menos 15 (quinze) residências;

CONSIDERANDO o potencial dano à vida humana e aos bens materiais;

CONSIDERANDO tratar-se de área com pessoas de baixa renda;

CONSIDERANDO que a Defesa Civil do Estado esteve no local no dia 06 de outubro de 2018, sendo que até a presente data não emitiu parecer sobre as condições geológicas da área;

CONSIDERANDO o parecer da Consultoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) relatando iminência de ocorrência deste desastre, sendo favorável, portanto, à declaração de Situação de Emergência,

### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência na área conhecida como Loteamento Palmas e lado direito da Rua Padre Landel de Moura, sentido centro/interior, no local específico dos deslizamentos e potenciais deslizamentos nesta área do Município, contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade local convectiva – Chuvas Intensas – COBRADE 1.3.2.1.4., conforme IN/MI nº 02/2016, de acordo com o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – Protocolo FIDE nº SC-F-4213609-13214-20181003.

Art. 2º Fica desde já autorizada a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Consultoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), nas ações de resposta a eventual desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta a eventual desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população eventualmente afetada pelo desastre, sob a coordenação da Consultoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC).

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I- adentrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II- usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta a eventual desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Porto União (SC), 11 de outubro de 2018.  
ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

## EDITAL Nº 006/2018

Publicação Nº 1772329

COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE ELEIÇÃO, VISANDO A COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO IMPRESS E DA AMASPU, NOMEADA PELA PORTARIA Nº 055, DE 18 DE JULHO DE 2018, PUBLICADA EM DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS – DOM EM 20 DE JULHO DE 2018 EDIÇÃO 2.581 FOLHA 895.  
Edital nº 006/2018

CONSIDERANDO a apuração dos votos ocorrido no dia 10 de outubro de 2018;  
CONSIDERANDO os “Mapas Gerais das Eleições do IMPRESS/AMASPU” (ANEXO), totalizados por Seção;

A Comissão Especial, nomeada pela Portaria nº 055, de 18 de julho de 2018, no uso das suas atribuições legais, RESOLVE:

DIVULGAR o resultado das Eleições para a composição do Conselho Diretor e dos Conselhos Fiscais de Previdência e Assistência do IMPRESS/AMASPU e abrir prazo recursal de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da publicação deste, ao candidato ou servidor que julgar necessário, o qual deverá manifestar-se por escrito a Comissão Responsável pelas Eleições.  
Nada mais havendo a constar lavrou-se a presente ata que será assinada por todos os presentes.

Porto União (SC), 11 de outubro de 2018.  
DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO  
Presidente da Comissão

COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE ELEIÇÃO, VISANDO A COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO IMPRESS E DA AMASPU, NOMEADA PELA PORTARIA Nº 055, DE 18 DE JULHO DE 2018, PUBLICADA EM DIARIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS – DOM EM 20 DE JULHO DE 2018 EDIÇÃO 2.581 FOLHA 895													
MAPA GERAL DA APURAÇÃO DA ELEIÇÃO PARA O CONSELHO DIRETOR DO IMPRESS/AMASPU - 2018													
CHAPA	SEÇÃO I SEDE PREF			SEÇÃO II EDUCAÇÃO		SEÇÃO III SAÚDE		SEÇÃO IV OBRAS		SEÇÃO V ITINERANTE		TOTAL	
GESTÃO SUSTENTÁVEL	149			151		91		85		46		522	
BRANCOS	10			18		20		10		4		62	
NULOS	2			1		3		2		0		8	
ABSTENÇÕES	22			21		12		1		1		57	
TOTAL GERAL DAS SEÇÕES	183			191		126		98		51		649	
Porto União (SC), 10 de outubro de 2018.													
DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO Presidente da Comissão													

CHAPA			SEÇÃO I SEDE PREF	SEÇÃO II EDUCAÇÃO	SEÇÃO III SAÚDE	SEÇÃO IV OBRAS	SEÇÃO V ITINERANTE	TOTAL
Andrieli Marina Giacomini			82	73	16	27	18	216
Antonio Carlos Colaço			26	19	3	11	9	68
Maria Cristina Haneiko			20	21	55	13	9	118
Remi Przyslak			11	18	4	29	4	66
BRANCOS			15	27	23	13	4	82
NULOS			7	12	13	4	6	42
ABSTENÇÕES			22	21	12	1	1	57

TOTAL GERAL DAS SEÇÕES	183	191	126	98	51	649
Porto União (SC), 10 de outubro de 2018.						
DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO						
Presidente da Comissão						

**PORTARIA 870/2018 - RH**

Publicação Nº 1772156

PORTARIA Nº 870, de 17 de setembro de 2018.

Dispõe sobre Contratação Temporária, através de Processo Seletivo 001/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 17 de setembro a 14 de dezembro de 2018, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, KARLA APARECIDA FERREIRA, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, classificada em "31º" lugar do Processo Seletivo 001/2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora Maristela Zonta que encontra-se em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA 871/2018 - RH**

Publicação Nº 1772170

PORTARIA Nº 871, de 17 de setembro de 2018.

Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora contratada PAULA FERNANDA TEIXEIRA MARTINS, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, no período de 17 de setembro a 14 de dezembro de 2018, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora Deisi Viviane Schier Kosloski que encontra-se em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA 872/2018 - RH**

Publicação Nº 1772173

PORTARIA Nº 872, de 17 de setembro de 2018.  
Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 17 de setembro a 14 de dezembro de 2018, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, LUANA GABRIELE LEGAT, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, em substituição à servidora Elisabeth Cristina Fagundes dos Passos que encontra-se em Licença Prêmio.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA 873/2018 - RH**

Publicação Nº 1772177

PORTARIA Nº 873, de 17 de setembro de 2018.  
Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor contratado VILSON MARSCHALK, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, no período de 17 de setembro a 14 de dezembro de 2018, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora Marcia Isabel Ludke Brixner que encontra-se em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA 874/2018 - RH**

Publicação Nº 1772182

PORTARIA Nº 874, de 17 de setembro de 2018.  
Dispõe sobre Contratação Temporária, através de Processo Seletivo 001/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 17 de setembro a 14 de dezembro de 2018, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, DJESSICA LUANA ZAGO, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, classificada em "21º" lugar do Processo Seletivo 001/2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora Arlete Doroteia Surminski de Lima que encontra-se em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.



Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **PORTARIA 875/2018 - RH**

Publicação Nº 1772188

PORTARIA Nº 875, de 17 de setembro de 2018.

Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 17 de setembro a 14 de dezembro de 2018, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, CLEUSA DE FATIMA FORBICI MATTOZO DOUDERA, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, em substituição à servidora Terezinha Aparecida Chelegel Neves que encontra-se em Licença Prêmio.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **PORTARIA 876/2018 - RH**

Publicação Nº 1772192

PORTARIA Nº 876, de 17 de setembro de 2018.

Dispõe sobre Contratação Temporária, através de Processo Seletivo 001/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 17 de setembro a 14 de dezembro de 2018, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, FABIANE KARIN DE SOUZA MIROWSKI, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Português), classificada em "10º" lugar do Processo Seletivo 001/2017, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no apoio Pedagógico, conforme a Meta 7.3 do Plano Municipal de Educação: "Garantir em cada sistema de ensino, programa de apoio pedagógico e novas oportunidades de aprendizagem em contra turno".

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis e Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA 877/2018 - RH**

Publicação Nº 1772195

PORTARIA Nº 877, de 18 de setembro de 2018.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 13 de setembro de 2018, referente ao período aquisitivo de outubro/1999 a outubro/2004, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor AROLDO HEINECK, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, quitando assim o período aquisitivo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 13 de setembro de 2018.

Porto União - SC, em 18 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA 878/2018 - RH**

Publicação Nº 1772199

PORTARIA Nº 878, de 18 de setembro de 2018.

Dispõe sobre Prorrogação de Contrato de Trabalho nº 209/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 209/2018, no período de 13 de setembro a 11 de outubro de 2018, de ELIANE APARECIDA DA SILVA, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em substituição à servidora Neusa Ferreira que encontra-se afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Moranguinho, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 13 de setembro de 2018.

Porto União (SC), 18 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA 879/2018 - RH**

Publicação Nº 1772203

PORTARIA Nº 879, de 18 de setembro de 2018.

Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho a pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de ELENIR ROSSA, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 14 de setembro de 2018.

Porto União (SC), 18 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

**PORTARIA 880/2018 - RH**

Publicação Nº 1772205

PORTARIA Nº 880, de 18 de setembro de 2018.  
Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho a pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de HENRY MORONI LITWINSKI, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de setembro de 2018.

Porto União (SC), 18 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

**PORTARIA 881/2018 - RH**

Publicação Nº 1772209

PORTARIA Nº 881, de 18 de setembro de 2018.  
Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho a pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de JACKSON AGGENS DOS SANTOS PEREIRA, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de setembro de 2018.

Porto União (SC), 18 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

**PORTARIA 882/2018 - RH**

Publicação Nº 1772215

PORTARIA Nº 882, de 19 de setembro de 2018.

Revogar a Portaria 797, de 20 de agosto de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 797, de 20 de agosto de 2018, que nomeia a servidora efetiva SALETE APARECIDA JARENTCHUK VOGEL, das funções de Diretora de Unidade Escolar - Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 18 de setembro de 2018.

Porto União - SC, em 19 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA 883/2018 - RH**

Publicação Nº 1772222

PORTARIA Nº 883, de 19 de setembro de 2018.

Nomear Temporariamente Diretora de Unidade Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Decreto nº 946/2016 que homologa a Resolução nº 002, de 28 de abril de 2016 do Conselho Municipal de Educação - CME;

CONSIDERANDO o afastamento no período de 180 dias da servidora Fernanda Regina Caldas que encontra-se em Licença Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR TEMPORARIAMENTE, à servidora efetiva MARLENE IVONE BOLTING KUCKLA, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria, no período de 19 de setembro de 2018 a 08 de fevereiro de 2019, em substituição a servidora Fernanda Regina Caldas que encontra-se em Licença Maternidade.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola de 15%, à servidora acima mencionada, de acordo com a alínea "c" do inciso IV do Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 19 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA 884/2018 - RH**

Publicação Nº 1772226

PORTARIA Nº 884, 19 de setembro de 2018.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de WILLIAN ROBSON DA COSTA das funções do cargo de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 19 de setembro de 2018.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 113/2018 de 10/10/2018

Publicação Nº 1772770

DECRETO Nº 113/2018 de 10/10/2018

Declara Ponto Facultativo âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Pouso Redondo, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que no dia 15 de outubro de 2018 se comemora o dia do professor, profissional este com missão fundamental para os rumos da sociedade;

CONSIDERANDO a necessidade do município não entrar em descompasso com a rede estadual de ensino, visto que as escolas estaduais não estarão com expediente no referido dia;

#### DECRETA:

Art. 1º — Fica Decretado PONTO FACULTATIVO na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (inclusive escolas municipais e centros de educação infantil), no dia 15 de outubro de 2018 (segunda-feira).

Art. 2º — O ponto facultativo é considerado turno normal de trabalho, e caso haja necessidade, o chefe imediato poderá solicitar o cumprimento da jornada em 08 (oito) horas, com intervalo de no mínimo uma hora para descanso, sem que este evento caracterize hora extra.

Art. 3º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de outubro de 2018.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

### PROCESSO 151 2018 - TESTE SELETIVO

Publicação Nº 1772493

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº151/2018

TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº03/2018

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto até as 09:00 Horas do dia 01.11.2018, para Contratação de empresa para realizar teste seletivo visando a contratação de profissionais em caráter temporário, para prestação de serviços referente ao planejamento, organização, elaboração e correção de provas, análise e decisão de recursos para os cargos de professor, Agente de organização escolar, Agente de Serviços Gerais, Estagiário, Auxiliar de dentista, Nutricionista, Médico, Motorista, Operador de máquinas. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br).

Pouso Redondo, em 10 de Outubro de 2018.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

# Praia Grande

## PREFEITURA

### CONTRATO 106/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1772242

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2018

CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2018

CONTRATO Nº 106/2018 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 81/2018

CONTRATADA: ANITO FARIAS DA ROSA

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC, NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2018

DO VALOR: 354,38

DA VIGENCIA: 05/10/2018 à 31/12/2018.

Praia Grande, 05 de Outubro de 2018.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal.

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### PORTARIA 357/2018

Publicação Nº 1772403

PORTARIA Nº. 357 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.  
EXONERA SERVIDOR (A) COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

#### PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o (a) servidor (a) ADRIANA PEDRONI DE MELO, ocupante do cargo de Agente Político de Secretária de Turismo.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 11 de Outubro de 2018.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 358/2018

Publicação Nº 1772404

PORTARIA Nº. 358 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.  
EXONERA SERVIDOR (A) COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

#### PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o (a) servidor (a) ANDRESSA APARECIDA LOTERIO, ocupante do cargo de Agente Político de Secretária de Cultura.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 11 de Outubro de 2018.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL



# Princesa

## PREFEITURA

### ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO -ANÁLISE DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES- PL 18/2018-FMS, PR 15/2018-FMS

Publicação Nº 1772233

#### ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO – ANÁLISE DE RECURSOS E CONTRARRAZÕES

O Departamento de Compras e Licitações do Município de Princesa – SC, neste ato representada pela Pregoeira Michele Cristiane Kunzler, nomeada pela Portaria Nº 49 de 19 de abril de 2018, e pela equipe de apoio à licitação na modalidade pregão, nomeada pelo Decreto 272, de 28 de agosto de 2018, vem através deste apresentar análise dos recursos e contrarrrazões interpostas referente ao processo Licitatório nº 18/2018-PM, modalidade de Pregão Presencial nº 15/2018-PM, cuja sessão pública ocorreu no dia 26 de setembro de 2018, tendo por objeto "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de MATERIAIS e EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA para serem utilizados pela fisioterapeuta e educadora física no desenvolvimento das atividades do NASF."

#### 1 – DOS RECURSOS

Trata-se de julgamento de recurso interposto pela empresa SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI ME na data de 28 de setembro de 2018.

O instrumento convocatório estipula o prazo de 3 (três) dias para manifestações, que neste caso encerrar-se-ia no dia 29 de setembro de 2018. Porém, devido a se tratar de dia não útil, prorroga-se o prazo até o dia seguinte.

Dessa forma, quanto à admissibilidade, o recurso foi protocolado tempestivamente.

#### 2 – DAS ALEGAÇÕES E PEDIDOS DA RECORRENTE

Em síntese, em seu recurso administrativo, a empresa SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI ME, alega que "a proposta da empresa PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, no item nº 22, estava em desconformidade com o item 9.1.4 do edital, uma vez que a proposta só apresentou marca do equipamento cotado e deixou de demonstrar qual o modelo".

Quanto aos pedidos, a empresa SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI ME requer:

- a) Que o recurso seja conhecido, uma vez que fora apresentado dentro dos prazos estabelecidos.
- b) Que o recurso seja provido, no sentido de desclassificar a empresa PRO CIRURGICA e todas as demais empresas que tenham somente apresentado a marca do equipamento, sem ter deixado claro o modelo do item ofertado. Desta forma requer que o item passe para a empresa SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI ME que observou as exigências do edital e apresentou marca/modelo do item nº 22 do edital.

#### 2 – DAS CONTRARRAZÕES

Divulgado o recurso e intimadas as demais licitantes, nos termos do item 14.1 do instrumento convocatório, bem como Art. 4º, inc. XVIII da Lei 10520/02, a empresa PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA protocolou suas contrarrrazões tempestivamente.

A empresa PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA em seu contra recurso direcionado aos argumentos da empresa SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI ME explica que "o edital em questão pede no item 22 o seguinte descritivo: Aparelho de Ultrassom Terapêutico 1 e 3 MHz." Além disso, em uma síntese dos fatos, a empresa alega que "em conversa com o fabricante e fornecedor do equipamento oferecido, o mesmo informou que para este equipamento em questão, apenas um modelo irá atender o que pede no descritivo do item 22." Dessa forma, "a empresa não se preocupou em mencionar modelo na proposta pelo fato de estar cotando o único equipamento da marca que atende o edital, sendo que é o mesmo equipamento cotado pela empresa SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI ME." Quanto aos pedidos, a empresa PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA requer:

- a) Que seja considerada vencedora do item 22 do edital, já que o equipamento cotado atende todos os pontos impostos pelo edital de licitação.

#### 3 – DA ANÁLISE DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES

Após conhecimento dos recursos e contrarrrazões, a Comissão de apoio à licitação na modalidade pregão analisou novamente as propostas das empresas, e ante ao exposto resolve:

Fica a empresa participante do Pregão, obrigada a colocar de forma detalhada, a descrição do objeto a ser ofertado, no que diz respeito às especificações técnicas. Detalhar na proposta conforme especificações que estão no edital é prática muito comum em licitações, haja vista que a empresa está concordando em oferecer produto com as mesmas características ao descrito no termo de referência ou superior. Desta forma, atendendo ao disposto no parágrafo único do Decreto nº 2.069/2006, torna-se premente a necessidade da administração de se ampliar a competitividade dos participantes, verbis:

Art. 5º (... ..);

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

No caso em questão, entende-se que as especificações do item foram atendidas, uma vez que as duas empresas cotaram o mesmo objeto, devido ao fato de que é o único equipamento da marca condizente com o solicitado no edital, qual seja, Ibramed Sonopulse III. Essa informação foi confirmada através de consultas realizadas em sites de empresas que trabalham/comercializam o equipamento.

## 4 – DA CONCLUSÃO

Tecidas as considerações, a comissão decide por manter o posicionamento inicial no sentido de aceitabilidade da proposta e DECLARAR VENCEDORA do item 22 do certame supracitado, a empresa PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se os trabalhos, lavrando-se a presente Decisão, que vai assinada pela pregoeira e por Membros da Equipe de Apoio. Encaminha-se posteriormente o recurso com os fundamentos para análise e decisão final à autoridade superior competente, conforme art. 109§ 4º da Lei 8.666/1993.

Michele C. Kunzler Pregoeira	Alessandra C. dos Santos Membro
Marcele C. Bruder Membro	

**DECISÃO DE RECURSO GESTORA FMS PROCESSO LICITATÓRIO 18/2018-FMS, PREGÃO PRESENCIAL 15/2018-FMS**

Publicação Nº 1772235

## DECISÃO DE RECURSO

A Pregoeira nomeada pela Portaria Nº 49 de 19 de abril de 2018 juntamente com a equipe de apoio à licitação na modalidade pregão, nomeada pelo Decreto 272, de 28 de agosto de 2018, após análise de recursos interpostos no Licitatório nº 18/2018-FMS, modalidade de Pregão Presencial nº 15/2018-FMS, cuja sessão pública ocorreu no dia 24 de setembro de 2018, tendo por objeto "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de MATERIAIS e EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA para serem utilizados pela fisioterapeuta e educadora física no desenvolvimento das atividades do NASF", decidiu por manter a decisão que classificou a proposta e declarou vencedora do item 22 a PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. Subiram os autos para decisão.

Conforme as informações trazidas no processo de licitação, a licitante cotou o único equipamento da marca que atende as especificações do edital. Dessa forma, entendo que a decisão da pregoeira e comissão, que classificou a proposta da empresa está acertada, uma vez que a empresa compromete-se em entregar o equipamento tal qual está em sua proposta e com as mesmas especificações do edital, razão pela qual mantenho sua classificação nos itens supracitados.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de outubro de 2018.

Andreia Epping de Lima  
Gestora do FMS

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO 2018.10.11 - PL 18.2018 - PR 15.2018- FMS**

Publicação Nº 1772296

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2018

PROCESSO Nº 18/2018 HOMOLOGAÇÃO: 11/10/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de MATERIAIS e EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA para serem utilizados pela fisioterapeuta e educadora física no desenvolvimento das atividades do NASF.

-----  
CONTRATADO: DJALMO DAVI

VALOR DA DESPESA: R\$ 551,80 (quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos)

-----  
CONTRATADO: CB-COMERCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS  
BOFF LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.833,80 (dois mil oitocentos e trinta e três reais e oitenta centavos)

-----  
CONTRATADO: GESUL COMERCIAL LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.389,90 (um mil trezentos e oitenta e nove reais e noventa centavos)

-----  
CONTRATADO: PRO CIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA  
SAUDE LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.437,90 (dois mil quatrocentos e trinta e sete reais e noventa centavos)

-----  
CONTRATADO: SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI -  
ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais)

=====

Princesa, 11/10/2018  
ANDRÉIA CRISTINA EPPING DE LIMA - Secretária Municipal De  
Saúde

**RESOLUÇÃO Nº 11/2018 CMAS**

Publicação Nº 1773082

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

**RESOLUÇÃO Nº 11/2018**

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Princesa.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 10/10/2018, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 750, de 01 de Julho de 2014, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Princesa – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 27.777,78 (vinte e sete mil, setecentos e setenta e sete reais e setenta e oito centavos), referente ao ano de 2018, para ser utilizado para custeio e investimento, conforme deliberado pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual a seguir:

(X)100% para custeio

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de Cofinanciamento/Plano de Trabalho, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Princesa, 10 de Outubro de 2018.

JULIANE MARTA ORZECOSKI SEWALD

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### PORTARIA 210-2018 CONCEDE FERIAS ADRIANA WERLICH

Publicação Nº 1772099

PORTARIANº 210/2018  
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE CONCEDER férias a ADRIANA WERLICH, a partir de 08 de outubro a 06 de novembro de 2018, pelo período aquisitivo 2016/2017.

Rancho Queimado, em 08 de outubro de 2018.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

### PORTARIA 211-2018 CONCEDE COMPL FERIAS MECLET M KAYSER

Publicação Nº 1772100

PORTARIANº 211/2018  
CONCEDE COMPLEMENTAÇÃO DE FÉRIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE CONCEDER complementação de férias ao servidor MECLET MARIA KAYSER, a partir de 08 a 28 de outubro de 2018, pelo período aquisitivo 2017/2018.

Rancho Queimado, em 08 de outubro de 2018.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

### PORTARIA 212-2018 PRORROGA LIC MÉDICA M LUCELIA S SCHILLER

Publicação Nº 1772102

PORTARIANº 212/2018

PRORROGA LICENÇA MÉDICA

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE PRORROGAR por mais 369 (trezentos e sessenta e nove) dias a Licença Médica concedida a MARIA LUCELIA SCHMITZ SCHILLER, a partir de 01 de outubro de 2018 a 04 de outubro de 2019, conforme resultado de perícia médica do INSS.

Rancho Queimado, 08 de outubro de 2018.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2018 – MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2018.

Publicação Nº 1772593

PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2018 – MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2018. O Município de Rancho Queimado/SC, torna público que até as 09:00 horas, do dia 16 de novembro de 2018, estará recebendo propostas para a alienação de bens móveis municipais por interesse público devidamente justificado e precedida de avaliação, no estado de ocupação e conservação em que se encontram. A íntegra do Edital e seus anexos, contendo todas as especificações encontra-se à disposição dos interessados, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site [www.rq.sc.gov.br](http://www.rq.sc.gov.br). Rancho Queimado, em 11 de outubro de 2018. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 47 2018

Publicação N° 1770893

PROCESSO LICITATORIO NR 47/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL NR 37/2018

A Prefeitura Municipal de Rio do Campo torna público, a quem interessar que está lançado certame licitatório na modalidade Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços, para eventual e futura contratação de serviços de caminhão-caçamba para manutenção de estradas vicinais do município de Rio do Campo. Estando marcado o prazo máximo para entrega dos envelopes de documentos e propostas para dia 26 de outubro de 2018, até as 09h00min, iniciando-se o julgamento da habilitação e proposta na mesma data, às 09h05min, na sede administrativa do município, sita na Rua 29 de Dezembro, n° 70, Centro, Rio do Campo - SC, sendo o certame regido pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, e Decreto Municipal nº 1.948 de 31/01/2005. O inteiro teor deste Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: [riodocampo.atende.net](http://riodocampo.atende.net). Rio do Campo, 10 de outubro de 2018. Rodrigo Preis – Prefeito Municipal.

## Rio do Sul

## PREFEITURA

## DECRETO Nº 7552, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1772616

DECRETO Nº 7552, de 11 de outubro de 2018.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.894 de 18/12/2017.

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 5.758,29 (cinco mil, setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e nove centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.058	Blatb – Ações Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	5.758,29
	TOTAL	R\$	5.758,29

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 5.758,29 (cinco mil, setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e nove centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.058	Blatb – Ações Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	5.758,29
	TOTAL	R\$	5.758,29

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO

11 de outubro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

## EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/18

Publicação Nº 1771959

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/18.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Rosangela Izabel Boancolsi Dolzan	Xxx.779.909-xx	121292
José Avi – Espólio	Xxx.371.009-xx	124791
Francis Querlon Grimm	Xxx.760.219-xx	126570
Silvio Cesar de Souza	Xxx.361.069-xx	135466
Rosane Terezinha Borges Rodrigues	Xxx.348.729-xx	137053

Fernanda Iara Kolm	Xxx.123.089-xx	139748
James Muniz Martendal	Xxx.482.669-xx	141412
Orlando Schneider	Xxx;952.899-xx	171778

Rio do Sul, 11 de Outubro de 2018

LEONICE WITTE

Div de Gestão Documental

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## **EDITAL INTERNO 001/2018 AVALIAÇÃO PROGRESSÃO FUNCIONAL MAGISTÉRIO**

Publicação Nº 1772561

### **EDITAL INTERNO DE AVALIAÇÃO PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL N. 001/2018**

O Município de Rio do Sul faz saber aos servidores do Magistério da Rede Pública Municipal que estará aberto, a partir de 15/10/2018 a 26/10/2018, o período de entrega dos certificados para pontuação no item Qualificação Profissional, nos termos do Decreto nº 4929/2015, o qual altera o Decreto Nº. 446 de 29 de outubro de 2004 e revoga o Decreto Nº 2.323 de 30 de dezembro de 2011.

#### **1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1. Este edital, seus resultados e demais comunicações relacionadas ao presente, serão publicados no Portal do Servidor Público Municipal de Rio do Sul ([oportunidades.riodosul.sc.gov.br](http://oportunidades.riodosul.sc.gov.br)) e/ou Diário Oficial dos Municípios – DOM ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)).
- 1.2. Devem obrigatoriamente inscrever-se e apresentar os certificados de que trata o presente Edital, os Professores e Pedagogos relacionados no Anexo I deste.

#### **2. DOS REQUISITOS PARA A PROGRESSÃO FUNCIONAL**

- 2.1. Ter sido aprovado nas três avaliações de desempenho correspondente ao triênio de 2015 a 2018.
- 2.2. Não ter falta injustificada no triênio.
- 2.3. Não estar em licença para tratar de assuntos particulares.
- 2.4. Não ter ficado em disponibilidade no período.
- 2.5. Não ter sofrido punição disciplinar em processo administrativo disciplinar ou de sindicância.
- 2.6. Apresentar certificados de qualificação profissional.

#### **3. DO PERÍODO PARA ENTREGA DOS CERTIFICADOS DE PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

- 3.1. O período para a entrega de cópia dos certificados de cursos de qualificação profissional será de 15/10/2018 a 26/10/2018.
- 3.2. A inscrição para entrega dos certificados será realizada no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito à Praça 25 de julho, nº. 1, Bairro Centro, Rio do Sul – SC, no horário das 07:30 às 13:30, pessoalmente, ou por terceiros, mediante procuração registrada em cartório.
- 3.3. O servidor deverá preencher em duas vias a tabela de títulos disposta no Anexo II e anexar a cópia a qual será entregue ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul os certificados de qualificação profissional.
- 3.4. A inscrição do candidato será cancelada se a qualquer momento prestar declarações falsas, inexatas ou comprovado a adulteração de qualquer documento informado e apresentado que não atender integralmente todos os critérios estabelecidos neste Edital.
- 3.5. O candidato declara estar ciente das exigências e normas estabelecidas no presente edital, em plena concordância das mesmas.
- 3.6. Após o prazo da inscrição, dia 01/11/2018, será publicada a homologação das inscrições em ordem alfabética.
- 3.7. O candidato terá 02 (dois) dias úteis contados da publicação no Portal do Servidor Público Municipal de Rio do Sul ([oportunidades.riodosul.sc.gov.br](http://oportunidades.riodosul.sc.gov.br)) e/ou Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) para apresentar recurso formal, por meio de requerimento encaminhado à Comissão de Avaliação de Progressão Funcional do Magistério, devidamente instruído e protocolado na Divisão de Gestão Documental (antigo Departamento de Protocolo) da Prefeitura Municipal de Rio do Sul. A comissão, quando for o caso, fará os procedimentos de correção e divulgará o resultado por meio do site já citado, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após o recebimento do recurso impetrado.

#### **4. DA AVALIAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO**

- 4.1. Os cursos apresentados no ato da inscrição serão analisados pela Comissão de Avaliação de Progressão Funcional do Magistério, no período de 07/11/2018 a 16/11/2018.
- 4.2. Para efeito de progressão terá validade somente os cursos de atualização/aperfeiçoamento realizados em instituições credenciadas, observando-se:
  - I – carga horária mínima de 4 horas por curso;
  - II – para o cômputo da carga horária dos cursos de atualização/aperfeiçoamento serão considerados os certificados e/ou as declarações, cujo curso seja na área do magistério com realização nos últimos 03 (três) anos, que corresponde ao triênio de 2015 a 2018, podendo somar até 100 (cem) horas, desde que conste:
    - a) Título do curso;
    - b) entidade executora;
    - c) período de execução;
    - d) carga horária;
    - e) conteúdo programático;
    - f) registro no órgão competente, exceto quando da apresentação de Declarações expedidas pelos órgãos competentes.



III – Os cursos apresentados devem obrigatoriamente estar dentro do período e data das avaliações de desempenho, conforme Anexo I deste Edital.

4.3. Os pontos atribuídos aos títulos a serem apresentados pelos candidatos, com vistas à avaliação de qualificação obedecerão aos critérios a seguir: Cada hora de curso de atualização ou aperfeiçoamento, realizado na área de magistério, valerá 0,4 (zero vírgula quatro décimos), podendo no máximo apresentar 100 (cem) horas, totalizando até 40 pontos, os quais serão somados a média das 3 últimas avaliações para obtenção da nota/ pontuação final de cada servidor, o qual deverá atingir o mínimo de 70 pontos.

Exemplificados, conforme a tabela abaixo:

Carga horária	Pontuação
1h	0,4
10h	4,0
20h	8,0
25h	10,0
50h	20,0
75h	30,0
100h	40,0

4.4. A contagem dos pontos será realizada pela Comissão de Avaliação de Progressão Funcional do Magistério.

## 5. DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL E DO PRAZO DE RECURSO

5.1 O Resultado Final Provisório será publicado no Portal do Servidor Público do Município de Rio do Sul e no DOM – Diário Oficial dos Municípios, a partir do dia 23/11/2018, com classificação em ordem decrescente.

5.2 Os candidatos terão 02 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado no Portal do Servidor Público Municipal e/ ou Diário Oficial dos Municípios para solicitar recurso, devidamente fundamentado, através de requerimento encaminhado à Comissão de Avaliação de Progressão Funcional do Magistério, instruído e protocolado na Divisão de Gestão Documental (antigo Departamento de Protocolo) da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, conforme modelo constante do Anexo III.

5.3 Será indeferido o requerimento que não estiver fundamentado ou for apresentado fora do prazo estabelecido no item 5.2.

5.4 Não serão aceitos recursos interpostos fora do especificado no item 5.2 deste Edital.

5.5 Será dada publicidade quanto ao resultado das decisões dos recursos.

5.6 No dia 30/11/2018 o Resultado Final Definitivo será publicado no Portal do Servidor Público Municipal e/ ou no Diário Oficial dos Municípios.

## 6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 A homologação do processo de avaliação para progressão funcional será feita por ato do Prefeito Municipal de Rio do Sul, mediante a apresentação das listagens finais dos resultados do certame.

6.2 Será excluído do certame, por ato da Comissão de Avaliação de Progressão Funcional do Magistério, bem como poderá responder a Processo Administrativo Disciplinar o candidato que:

a) prestar, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;

b) deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

6.3 A inscrição do candidato implicará o conhecimento do presente Edital, bem como o compromisso tácito de aceitar as condições do processo de avaliação, tais como se acham estabelecidas.

6.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Avaliação de Progressão Funcional do Magistério, competente também para julgar, em decisão irrecurável, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

6.5 São partes integrantes deste Edital os Anexos I- Lista de servidores, II-Tabela de Cursos, III-Modelo de Recurso e IV-Cronograma, que o acompanham.

6.6 O presente Edital e demais atos relativos ao mesmo estarão disponibilizados no Diário Oficial dos Municípios – DOM ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e/ou no Portal do Servidor Público Municipal ([oportunidades.riodosul.sc.gov.br](http://oportunidades.riodosul.sc.gov.br)).

Rio do Sul (SC), 11 de outubro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

JANARA APARECIDA MAFRA

Secretária Municipal de Educação

## ANEXO I

Servidores que deverão apresentar os certificados de capacitação para a Progressão Funcional:

Servidor	Período
ALAIDE FERNANDES	08/10/2015 A 07/10/2018
ALESSANDRA DE SOUZA	01/08/2015 A 31/07/2018
ALEXANDRA BERRI SCHULTZ	01/10/2015 A 30/09/2018
AMANDA CLAUDINO MACHADO JAHN	01/08/2015 A 31/07/2018
AMARILDA HAMES	01/08/2015 A 31/07/2018

ANA LUCIA KAMMERS DOS SANTOS	01/08/2015 A 31/07/2018
ANA PAULA PILZ DE SOUSA	01/08/2015 A 31/07/2018
ANDIARA MARCHIORO	13/09/2015 A 12/09/2018
ARLETE DE SOUZA	01/01/2016 A 31/12/2018
BERNADETE THEIS	13/08/2015 A 12/08/2018
BRUNA RAFAELA FACHINI	01/08/2015 A 31/07/2018
CARLA APARECIDA COELHO	01/08/2015 A 31/07/2018
CATIA FORSTER FACHINI	04/08/2015 A 03/08/2018
CLENIR TEREZINHA GIANLUPPI RAMBO	01/08/2015 A 31/07/2018
CLEVERTON FABIANO BALDO	01/08/2015 A 31/07/2018
DANIELE CRISTINE LEHMANN	01/08/2015 A 31/07/2018
DANIELY DEMARCHI	13/08/2015 A 12/08/2018
DENISE LICHTENFELS DE FIGUEIREDO	01/08/2015 A 31/07/2018
DENISE WESSEL HECK	01/08/2015 A 31/07/2018
DIRCEU RECH	07/08/2015 A 06/08/2018
ELIANE FRANCISCA DA SILVA BRANGER	01/08/2015 A 31/07/2018
ELISANA CAPISTRANO SERRAO MENDES	01/08/2015 A 31/07/2018
ELIZA CRISTINE MARTINS	06/08/2015 A 05/08/2018
EUNICE MARIA DA SILVA	01/08/2015 A 31/07/2018
HELMUT LINDNER FILHO	03/01/2015 A 02/01/2018
IARA REGINA SIEWES AVI	01/08/2015 A 31/07/2018
IRENE SPRICIGO	01/08/2015 A 31/07/2018
IRIA RITA MONTAGNA	01/01/2016 A 31/12/2018
JACIARA PEREIRA	06/08/2015 A 05/08/2018
JACQUES FARIAS	08/08/2015 A 07/08/2018
JANDIR GONÇALVES	01/08/2015 A 31/07/2018
JANE FRONZA	01/08/2015 A 31/07/2018
JESSICA MAZZINI	01/08/2015 A 31/07/2018
JOANA LUISA WEHMUTH	01/08/2015 A 31/07/2018
JOICE SABINA MAY	01/08/2015 A 31/07/2018
JOSEANE GOES	01/08/2015 A 31/07/2018
JOSELA ESTOELE	16/08/2015 A 15/08/2018
JOSIANE KRIEGER	01/08/2015 A 31/07/2018
JOSIANE TRISTAO CAMARGO	28/09/2015 A 27/09/2018
JOSIAS JOCHEM	21/09/2015 A 20/09/2018
JUCELIA SALES HEESCH	01/08/2015 A 31/07/2018
KARLA TATIANA SIEVERDT	01/08/2015 A 31/07/2018
KISIANE CORDOVA GARBIN	10/09/2015 A 09/09/2018
LAURITA PAUL	28/09/2015 A 27/09/2018
LIDIANE DE MENECH DA SILVA	01/11/2015 A 31/10/2018
LUCIANE ADELAIDE DA ROCHA SCHNEIDER	03/12/2015 A 02/12/2018
LUCIANE ELIAS CORREA	01/08/2015 A 31/07/2018
MARCELO FRANCISCO SCHMITT	13/09/2015 A 12/09/2018
MARCIA BOLL CARDOSO	01/08/2015 A 31/07/2018
MARCIA ELIANA CHIQUETTI	01/06/2015 A 31/05/2018
MARGARETE PINTO NASATO	01/11/2015 A 31/10/2018
MARGARETH CREUTZBERG	01/08/2015 A 31/07/2018
MARIA ANGELICA MARQUES	16/10/2015 A 15/10/2018
MARIA SALETE ALEXANDRE ANTUNES	01/08/2015 A 31/07/2018
MARILEIA CUSTODIO DOS SANTOS	08/08/2015 A 07/08/2018
MARISETE LEHMKUHL RADOLL	01/08/2015 A 31/07/2018
MATEUS MARCO BRANDL	01/08/2015 A 31/07/2018
MONICA RITA TONET	01/08/2015 A 31/07/2018
NEUSA KLAUMANN	01/08/2015 A 31/07/2018
PAULO CESAR WOLF	01/08/2015 A 31/07/2018
RAQUEL DOTTA CORREA MOSER	12/08/2015 A 11/08/2018
RAQUEL SCHEIDT	01/08/2015 A 31/07/2018
ROSANA DELA JUSTINA	01/08/2015 A 31/07/2018
ROSANE CRISTINA DE OLIVEIRA DE LIMA	01/08/2015 A 31/07/2018

ROSANE DUMKE MARCIANO	01/08/2015 A 31/07/2018
ROSANGELA DA SILVA	01/08/2015 A 31/07/2018
ROSELY TEREZINHA HAHNE BRANDT	01/08/2015 A 31/07/2018
ROSEMILDA APARECIDA PERRARO NILSEN	01/08/2015 A 31/07/2018
ROZANI CAMARGO WERLE	03/08/2015 A 02/08/2018
ROZENILDA APARECIDA BOEIRA ZANIS	01/08/2015 A 31/07/2018
RUBIA TAMIRES CAMPESTRINI	02/09/2015 A 01/09/2018
SCHEILA MARIA PIRES VIANA	07/08/2015 A 06/08/2018
SIMONE CORADINI	05/08/2015 A 04/08/2018
SIMONE STOCK PFLEGER	06/08/2015 A 05/08/2018
SONIA DE FATIMA GOMES	26/11/2015 A 25/11/2018
SUSIANE BALDO REINICKE	01/08/2015 A 31/07/2018
TAIZE DOS SANTOS BATISTTI	01/08/2015 A 31/07/2018
TATHIANY MARIA RODE GOEBEL	02/08/2015 A 01/08/2018
TATIANA SALLA OLIVEIRA	01/08/2015 A 31/07/2018
TATIANA TESCHNER	12/10/2015 A 11/10/2018
TIAGO NUNES	01/08/2015 A 31/07/2018
TIARA CAROLINA KOERICH	01/08/2015 A 31/07/2018
VANIA TEREZINHA PESSOA	01/08/2015 A 31/07/2018
VIVIANE KRIEGER	01/08/2015 A 31/07/2018
VLADEMIR LUIZ BRASIL JUNIOR	13/10/2015 A 12/10/2018
WALKIRIA SCHAEFFER FERREIRA	06/08/2015 A 05/08/2018

## ANEXO II

## TABELA TÍTULOS PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL DO MAGISTÉRIO – ANO 2018

Servidor:				Matrícula:	
Cargo:					
Título do Curso	Período de Realização do Curso	Carga horária do Curso	Instituição promotora curso/ Órgão atuação	Confirmação de Recebimento de título (DGP)	Validado pela Comissão (sim / não)

Declaro que entreguei na data de \_\_\_\_\_, os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão de Avaliação da Progressão Funcional do Magistério, bem como de que não serão aceitos documentos em outra data que não a do ato de inscrição.

Assinatura do Servidor Assinatura do recebedor dos títulos

## ANEXO III

## MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO

## À COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL DO MAGISTÉRIO

Edital Interno de Avaliação de Progressão Funcional n.001/2018.

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Função a que concorre: \_\_\_\_\_

Número de Inscrição: \_\_\_\_\_

Motivo do recurso:

Fundamentação e argumentação lógica:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

Assinatura: \_\_\_\_\_

ANEXO IV

CRONOGRAMA:

Abertura do Edital – Prazo para Entrega dos Certificados	De 15/10/2018 até 26/10/2018
Homologação dos inscritos	01/11/2018
Prazo para Recurso quanto a Homologação	05/11/2018 e 06/11/2018
Análise dos Certificados pela Comissão	07/11/2018 a 16/11/2018
Publicação do Resultado Final Provisório no Portal e/ ou DOM	23/11/2018
Prazo para Recursos quanto ao Resultado Final Provisório	26/11/2018 e 27/11/2018
Resultado Final Definitivo Publicado no Portal e / ou DOM	30/11/2018

## PORTARIA Nº1108/DGP

Publicação Nº 1772231

PORTARIA Nº. 1108/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 1039/DGP de 25/09/2018, a qual nomeia SAMARA JAMILE MENDES, para exercer o cargo de provimento efetivo FARMACÊUTICO, 40 HORAS, em virtude da desistência do mesmo, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de outubro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
DCB

## PORTARIA Nº1109/DGP

Publicação Nº 1772176

PORTARIA Nº.1109/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, EDINEIA APARECIDA KUHNEN SCHMIDT, para exercer o cargo de provimento efetivo de FARMACÊUTICO, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de outubro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
DCB

**PORTARIA Nº 1112/DGP**

Publicação Nº 1772017

PORTARIA Nº 1112/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares, nos termos do Protocolo 174398/2018, à servidora municipal CLEIVANIR NIEHUES, ocupante do cargo de provimento efetivo CIRURGIÃO DENTISTA (20H), durante o período de 2 anos consecutivos, a partir de 01/10/2018, sem remuneração, de acordo com o Art. nº. 149, da Lei Complementar nº. 309 de 01/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de Outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Prh

**PORTARIA Nº 1136/DGP**

Publicação Nº 1772744

PORTARIA Nº 1136/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 01/10/2018 até 28/01/2019, ao (a) servidor (a) municipal ANTONIO CARLOS SEBOLD ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 1137/DGP**

Publicação Nº 1772749

PORTARIA N. 1137/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art.1º - Retificar a publicação da Portaria n.1077/DGP, de 05 de outubro de 2018, veiculado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, na data de 08 de outubro de 2018, nos seguintes termos:

Onde se lê no art. 1º:

“Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 27/07/2018 até 17/11/2018, ao servidor municipal FABRICIO STOLF ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino.”.  
Leia-se:

“Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 21/07/2018 até 17/11/2018, ao servidor municipal FABRICIO STOLF ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino.”.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

## RESUMO DO CONTRATO Nº 316/2018

Publicação Nº 1772594

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 316/2018  
Dispensa de Licitação 116/2018

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Consalter & Cmargo Assessoria e Consultoria Ltda

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada em elaboração e aplicação de processo seletivo destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro reserva para as funções especificadas no Anexo I.

Valor: R\$ 16.600,00 (dezesesseis mil e seiscentos reais).

Vigência: 70 (setenta) dias.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 13 de setembro de 2018.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

## TERMO DE CONVOCAÇÃO EDINEIA APARECIDA KUHNEN SCHMIDT

Publicação Nº 1772223

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) EDINEIA APARECIDA KUHNEN SCHMIDT, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de FARMACÊUTICO– 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2015, homologado por meio do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 01109/DGP de 09/10/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 15/10/2018. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecida autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 11 de outubro de 2018.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):



# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### DISPENSA 021/2018

Publicação Nº 1772412

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 067/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2018

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para a realização de Processo Seletivo objetivando a seleção de professores para admissão em caráter temporário e cadastro reserva para a Rede Municipal de Ensino do Município de Rio Fortuna/SC.

CONTRATADO: Fundação Educacional Barriga Verde.

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 6.450,00 (seis mil e quatrocentos e cinquenta reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 08/10/2018

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 08/10/2018

Rio Fortuna/SC, 08 de outubro de 2018.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2018

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para a realização de Processo Seletivo objetivando a seleção de professores para admissão em caráter temporário e cadastro reserva para a Rede Municipal de Ensino do Município de Rio Fortuna/SC.

CONTRATANTE: Município de Rio Fortuna

CONTRATADO: Fundação Educacional Barriga Verde.

VALOR: R\$ 6.450,00 (seis mil e quatrocentos e cinquenta reais).

DATA DO CONTRATO: 08/10/2018

VIGÊNCIA: de 08/10/2018 até 31/12/2018.

Rio Fortuna/SC, 08 de outubro de 2018.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.648, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1772780

LEI Nº 1.648, DE 05 de OUTUBRO de 2018.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA FORMA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir por Decreto, Crédito Suplementar no valor de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.004 – MANUT. DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 60.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 08

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.006 – MANUT. DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 5.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 20

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.036 – MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 70.000,00

Fonte: 1101.00000

RED: 46

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1.072 – AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E VEICULOS

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 40.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 96

Art. 2º. Ficam reduzidos o mesmo valor da Anulação da Seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.005 – MANUT. DO FUNDO MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 8.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 12

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1.062 – AMPLIAÇÃO DA REDE FISICA ESPORTIVA

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 5.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 15

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.007 – EXPANSÃO DO TURISMO DO MUNICIPIO

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 5.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 22

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.007 – EXPANSÃO DO TURISMO DO MUNICIPIO

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 5.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 23

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1.063 – AMPLIAÇÃO DA REDE FISICA ENS. FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 20.000,00

Fonte: 1101.00000

RED: 30

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1.064 – AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA EDUCAÇÃO

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 40.000,00

Fonte: 1101.00000

RED: 33

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1.065 – AMPLIAÇÃO DA REDE FISICA EDUC. INFANTIL

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 1101.00000

RED: 36

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.013 – APOIO AO ENSINO SUPERIOR

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 2.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 57

Órgão: 05 – SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

Projeto/Atividade: 1.066 – OBRAS E INFRAESTRUTURA SOCIAL

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 5.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 67

Órgão: 05 – SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

Projeto/Atividade: 2.018 – MANUT. DO FUNDO MUNIC. DO IDOSO

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 2.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 73

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1.067 – OBRAS DE INFRA -ESTUTURA RURAL

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 75

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.021 – MAN. DAS ATIV. DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 5.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 85

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.022 – ABASTECIMENTO DE AGUA

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 5.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 86

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1.071 – SANEAMENTO BASICO GERAL

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 5.000,00

Fonte: 1100.00000  
RED: 93

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2.023 – PROMOÇÃO DA IND. E COM.  
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 8.000,00  
Fonte: 1101.00000  
RED: 100

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2.026 – MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL  
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 4.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 118

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2.026 – MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL  
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 1.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 121

Órgão: 08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
Projeto/Atividade: 2.029 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS  
Modalidade de Aplicação: 3290.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 5.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 134

Órgão: 08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
Projeto/Atividade: 2.029 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS  
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 10.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 135

Órgão: 08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
Projeto/Atividade: 2.029 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS  
Modalidade de Aplicação: 4690.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 5.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 136

Órgão: 13 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
Projeto/Atividade: 2.032 – APOIO AO SISTEMA HABITACIONAL  
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 5.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 142

Órgão: 12 – FUNDO ESPECIAL ANTI DROGAS  
Projeto/Atividade: 2.039 – MANUTENÇÃO DO FUNDO ANTI DROGAS  
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 10.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 160

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 05 de outubro de 2018.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### ATA DA SESSÃO PUBLICA PL 88/2018 TP 12/2018

Publicação Nº 1773084

ESTADO DE SANTA CATARINA		TOMADA DE PREÇO	
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO		Nr.: 12/2018 - TP	
CNPJ:	01.612.847/0001-90	Processo Administrativo:	
Avenida Tancredo Neves, 337		Processo de Licitação:	88/2018
C.E.P.:	89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	Data do Processo:	03/09/2018
			Folha: 1/1

#### OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de serviços especializados para realização de concurso público no município de Santa Terezinha do Progresso/SC, compreendendo as fases: elaboração do edital, coordenar e receber as inscrições, elaborar todas as provas escritas com questões inéditas, aplicação e correção das provas escritas e práticas, recrutamento e treinamento dos fiscais de salas no dia da prova, classificação dos candidatos, divulgação dos resultados e demais atividades afins.

#### ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 10 de Outubro de 2018, às 08:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 73/2018, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 88/2018, Licitação nº 12/2018 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

#### Parecer da Comissão:

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Santa Terezinha do Progresso, 10 de Outubro de 2018

#### COMISSÃO:

ELENICE ELECIR PORSCHE ALAN ANTONIO BALESTRIN ERONI ALLEBRANDT MARGARETE ROSA ALVES MARCIANE ELENI PINNO SELMAR MAGRO

ILIDIANE SECCHI

- ..... - Presidente da Comissão de Licitação

- ..... - MEMBRO

- ..... - MEMBRO

- ..... - MEMBRO

- ..... - MEMBRO

- ..... - MEMBRO

- ..... - MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

- ..... - Representante

- ..... - Representante

- ..... - Representante

- ..... - Representante

- ..... - Representante

## **DECRETO MUNICIPAL N 184/2018**

Publicação Nº 1773077

DECRETO Nº 184/2018

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 de 16 de Dezembro de 2009.

Considerando o encerramento da licença maternidade da servidora Andréia Rodrigues;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada a servidora VIVIANE KLEIN, matrícula 13038/03, do cargo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,  
em 11 de outubro de 2018.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

## **DECRETO MUNICIPAL N 185/2018**

Publicação Nº 1773079

DECRETO Nº 185/2018

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal 652 de 16 de fevereiro de 2007, Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010 e considerando o resultado do teste seletivo aberto pelo Edital 001/2018, de 16 de maio de 2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica CONTRATADA, em caráter temporário, a Senhora FABIANARA SANSIGOLO STAHNKE, portadora do CPF nº 093.018.569-21, RG nº 5.679.617, aprovado no PROCESSO SELETIVO nº 001/2018, para desempenhar a função de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, carga horária de 40 horas semanais, código 0063, do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo Único – A servidora admitida nos termos do caput deste artigo perceberá os vencimentos conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010 e suas alterações, será filiada ao Regime Geral de Previdência Social e regido pelo Regime Jurídico Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. A contratação será pelo período de um ano, podendo ser prorrogado ou até a homologação do concurso público, o que ocorrer primeiro.

Art. 3. As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta do Orçamento Municipal, em cada exercício.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,  
11 de outubro de 2018.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 71/2018 PL 90/2018 PP 68/2018**

Publicação N° 1772225

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO N°. 90/2018 PP 68/2018.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO 71/2018**

Ata de registro de preços 71/2018, de 02 de outubro de 2018.

Estado de Santa Catarina

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FLORES DIVERSAS PARA TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Detentora: Elaine Trombini ME.

Valor: R\$: 35.557,50 (trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e sete reais com cinquenta centavos).

Amparo legal: A presente ata de registro de preços, é originária do processo licitatório nº.90/2018, PP 68/2018, do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, que foi realizado com base na Lei Federal 10.520/2002, e demais normas pertinentes e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 02 de outubro de 2018.

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO ADJUDICAÇÃO PL 93/2018 PP 71/2018**

Publicação N° 1772168

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRES- SO  CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progres- so - SC	PREGÃO PRESENCIAL  Nr.: 71/2018 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 93/2018 Data do Processo: 15/09/2018
Folha: 1/1	

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a ) Processo Nr.: b ) Licitação Nr.: c ) Modalidade:

d ) Data Homologação: e ) Data da Adjudicação: f ) Objeto da Licitação

93/2018

71/2018-PR

PREGÃO PRESENCIAL 10/10/2018

Sequência: 0

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ARTIGOS E ENFEITE DESTINADOS AS FESTIVIDADES DE NATAL E ANO NOVO DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, CONFORME DESCRIÇÃO NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL,

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

Qtde de Itens Média Descto (%)

(em Reais R\$)

Total dos Itens

- 001233 - LOTERICA E COMERCIO SL LTDA	12	0,0000	14.710,00
- 001234 - NOVA ERA COMERCIO DE ARTIGOS RELIGIOSOS	4	0,0000	16.512,00
	16		31.222,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).



**TERMO HOMOLOGAÇÃO PL 93/2018 PP 71/2018**

Publicação Nº 1772165

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRES- SO  CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progres- so - SC	PREGÃO PRESENCIAL  Nr.: 71/2018 - PR  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 93/2018 Data do Processo: 15/09/2018
Folha: 1/1	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a ) Processo Nr.: b ) Licitação Nr.: c ) Modalidade:

d ) Data Homologação: e ) Objeto da Licitação

93/2018

71/2018-PR

PREGÃO PRESENCIAL 10/10/2018

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ARTIGOS E ENFEITE DESTINADOS AS FESTIVIDADES DE NATAL E ANO NOVO DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, CONFORME DESCRIÇÃO NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL,

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Qtde de Itens

Média Descto (%)

(em Reais R\$)

Total dos Itens

- 001233 - LOTERICA E COMERCIO SL LTDA	12	0,0000	14.710,00
- 001234 - NOVA ERA COMERCIO DE ARTIGOS RELIGIOSOS	4	0,0000	16.512,00
	16		31.222,00

Santa Terezinha do Progresso, 10 de Outubro de 2018.

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### 30-2018 CONTRATO FMS- GENTE SEGURADORA ADITIVO FIAT STRADA

Publicação Nº 1772421

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	54/2017
Contrato Aditivo Nº	30/2018
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	GENTE SEGURADORA SA
Objeto	Prestação de serviço de seguro para veículos da frota Municipal e do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul.
Valor	R\$ 1.747,57 (Um mil setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e sete centavos)
Vigência	12 de outubro de 2018 à 29 de abril de 2019.
Processo Nº.	39/2017
Pregão Presencial	27/2017
Santiago do Sul-SC, 11 de outubro de 2018.	
LILIAN BLANGER	
GESTORA MUNICIPAL FMS	

### AVISO PREGÃO FMS 30-2018 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS FMS

Publicação Nº 1772502

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
AVISO DE LICITAÇÃO	
Processo Administrativo Nº. 40/2018.	
Edital: PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº.30/2018.	
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais destinados ao Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul/SC.	
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 30 de outubro de 2018.	
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 30 de outubro de 2018.	
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .	
SANTIAGO DO SUL, 11 de Outubro de 2018.	
LILIAN BLANGER	
GESTORA DO FMS	

### AVISO PREGÃO FMS 31-2018 REGISTRO DE PREÇOS OXIGÊNIO

Publicação Nº 1772641

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
AVISO DE LICITAÇÃO	
Processo Administrativo Nº. 41/2018.	
Edital: PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº.31/2018.	
Objeto: Registro de preços para futura e eventual Aquisição de oxigênio medicinal, para atender as necessidades dos usuários da Unidade Básica de Saúde de Santiago do Sul.	
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 05 de novembro de 2018.	
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 05 de novembro de 2018.	
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .	

SANTIAGO DO SUL, 11 de Outubro de 2018.

LILIAN BLANGER

GESTORA DO FMS

## **DECRETO Nº249/2018 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772221

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº249/2018 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a delegação de competência a Servidora Pública Municipal DANIELA CRISTINA MENEGUZZI e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado competência a Servidora Pública Municipal DANIELA CRISTINA MENEGUZZI, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Setor, para responder por todos os atos inerentes a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, podendo para tanto praticar os atos necessários no período de 09 de outubro de 2018 até 18 de outubro de 2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 09 de outubro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Emanuel Antonio Bordignon  
Chefe de Setor – Sec. Administração

## **DECRETO Nº248/2018 – DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772219

DECRETO Nº248/2018 – DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.883/2017, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.883/2017 de 05/12/2017, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 13 – Cultura

Sub-Função: 392 – Difusão Cultura

Programa: 0012 – Resgate e Preservação da Cultura

Ação: 2.024 – Apoio a Eventos Culturais, Tradicionais e Gastronômicos

Atividade: 2.024 – Apoio a Eventos Culturais, Tradicionais e Gastronômicos

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas..... R\$ 15.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários – Exercício Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de outubro de 2018.  
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Emanuel Antonio Bordignon  
Chefe de Setor – Sec.Administração

#### **PORTARIA Nº226/2018 – DE 27 DE SETEMBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772151

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº226/2018 – DE 27 DE SETEMBRO DE 2018.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora CAMILA LAZARIN e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91  
RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora CAMILA LAZARIN, ocupante do Cargo de NUTRICIONISTA, Lotada na Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 28 de setembro de 2018, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 27 de setembro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Emanuel Antonio Bordignon  
Chefe de Setor – Sec. Administração

#### **PORTARIA Nº227/2018 – DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772153

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº227/2018 – DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor DIONES GROLLI e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor DIONES GROLLI, ocupante do Cargo de ASSESSOR DE SECRETARIA, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, do dia 01 de outubro de 2018, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de outubro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

EMANUEL ANTONIO BORDIGNON  
Chefe de Setor – Sec. Administração.

#### **PORTARIA Nº228/2018 – DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772155

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº228/2018 – DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora CAMILA PEREIRA DOS SANTOS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora CAMILA PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 02 (dois) dias, ou seja, do dia 01 de outubro de 2018 a 02 de outubro de 2018, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de outubro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Emanuel Antonio Bordignon  
Chefe de Setor – Sec. Administração.

#### **PORTARIA Nº229/2018 – DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772158

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº229/2018 – DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora GABRIELE ISATON e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal GABRIELE ISATON, ocupante do Cargo de CHEFE DE SETOR, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 02 (dois) dias, ou seja, no período de 01 de outubro de 2018 a 02 de outubro de 2018, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de outubro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Emanuel Antonio Bordignon  
Chefe de Setor – Sec. Administração.

### **PORTARIA Nº230/2018 – DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772159

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº230/2018 – DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor VANDERLEI PAULO BACKES e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor VANDERLEI PAULO BACKES, ocupante do Cargo de ADVOGADO, Lotado na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, pelo período de 01 (um) dias, ou seja, no dia 02 de outubro de 2018, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 02 de outubro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Emanuel Antonio Bordignon  
Chefe de Setor - Sec. Administração.

### **PORTARIA Nº231/2018 - DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772161

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº231/2018 - DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora MARILUCIA PREUS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora MARILUCIA PREUS, ocupante do Cargo de TELEFONISTA, Lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 04 (quatro) dias, ou seja, no dia 02 de outubro de 2018 a 05 de outubro de 2018, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 02 de outubro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Emanuel Antonio Bordignon  
Chefe de Setor – Sec. Administração



# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO N° 1071/2018

Publicação N° 1772628

DECRETO N° 1071, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o art. 7º da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do orçamento poderá conter autorização do Poder Legislativo;

Considerando o art. 4º da Lei municipal nº 3.848/17 que autoriza a abertura de crédito suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.324.867,37 (um milhão, trezentos e vinte e quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais e trinta e sete centavos) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações:

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2054 - Ações Voltadas à Atenção Básica

3191130000 - Obrigações patronais (01020002) R\$ 300.000,00

3390300000 - Material de consumo (02380264) R\$ 80.000,00

Atividade: 2101 - Estratégias Saúde da Família

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (02380260) R\$ 12.000,00

4490520000 - Equipamentos e material permanente (06380664) R\$ 27.703,46

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (01020002) R\$ 400.000,00

3191130000 - Obrigações patronais (01020002) R\$ 200.000,00

Atividade: 2201 - Ações Voltadas à Média e Alta Complexidade

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (03630023) R\$ 40.019,06

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01020002) R\$ 200.000,00

Atividade: 2203 - Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico

3390300000 - Material de consumo (02380060) R\$ 50.000,00

4490520000 - Equipamentos e material permanente (06380664) R\$ 15.144,85

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Suplementares abertos, será utilizado recurso proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2054 - Ações Voltadas à Atenção Básica

3190130000 - Obrigações patronais (01020002) R\$ 50.000,00

3390300000 - Material de consumo (01020002) R\$ 50.000,00

3390330000 - Passagens e despesas com locomoção (01020002) R\$ 80.000,00

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01020002) R\$ 120.000,00

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (02380264) R\$ 80.000,00

Atividade: 2101 - Estratégias Saúde da Família

4490510000 - Obras e instalações (02380260) R\$ 12.000,00

3390300000 - Material de consumo (06380664) R\$ 9.131,80

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (06380664) R\$ 957,80

3390400000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica (06380664) R\$ 17.613,86

3190040000 - Contratação por tempo determinado (01020002) R\$ 600.000,00

Atividade: 2201 - Ações Voltadas à Média e Alta Complexidade

3390300000 - Material de consumo (03630023) R\$ 40.019,06

3371700000 - Rateio pela participação em consórcio público (01020002) R\$ 200.000,00

Atividade: 2203 - Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico

4490520000 - Equipamentos e material permanente (02380060) R\$ 50.000,00

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (06380664) R\$ 5.842,85

3390300000 - Material de consumo (06380664) R\$ 9.302,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 1072/2018

Publicação Nº 1772631

DECRETO Nº 1072, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 080/2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado a Resolução nº 080, de 9 de outubro de 2018, do Conselho Municipal de Educação, parte integrante do presente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

São Bento do Sul – SC

Conforme artigo 43 da Lei nº 2893/2011 LSMESBS

RESOLUÇÃO Nº 080, DE 9 DE OUTUBRO DE 2018

AUTORIZAÇÃO PROVISÓRIA DE FUNCIONAMENTO DO CENTRO EDUCACIONAL VILA LUZ

O Conselho Municipal de Educação do Município de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei nº 2893 de 19 de outubro de 2011 e em conformidade com o artigo 19 da Resolução/CME nº 048/2012 e parecer nº 004/2018, faz saber que, em sessão

plenária ocorrida no dia 9 de outubro de 2018,

RESOLVEU:

Art. 1º – Conceder autorização provisória de funcionamento do Centro Educacional Vila Luz, localizado na Rua Rodolfo Schlagenhauser, esquina com a Rua José Cordeiro – Schramm, São Bento do Sul, pertencente a Rede Particular de Ensino, para oferta de Educação Básica – Etapa Educação Infantil, a partir dos dois anos de idade e atendimento contraturno, para crianças de 6 a 11 anos de idade.

Art. 2º – A autorização definitiva de funcionamento deverá ser solicitada pelo requerente no prazo de seis meses, impreterivelmente, em conformidade com a Resolução/CME nº 048/2012.

São Bento do Sul, 9 de outubro de 2018.

Claudineia Andrzejewski

Presidente

## EDITAL COMDE Nº 03/2018

Publicação Nº 1772617

EDITAL COMDE Nº 03/2018

DIVULGAÇÃO FINAL DAS ENTIDADES CANDIDATAS QUE PARTICIPARÃO DO FÓRUM DE ELEIÇÃO PARA A ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO BENTO DO SUL – COMDE

Art. 1º A Comissão Eleitoral do Fórum de eleição para a escolha dos representantes da sociedade civil, Entidades não governamentais, no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Bento do Sul, por não haver pedido de impugnação e com base no § 6º do Art. 5º do Edital COMDE Nº 01/2018, torna público a divulgação final das entidades candidatas que participarão do referido Fórum que segue, por ordem alfabética, sendo:

- I – Associação de Deficientes Visuais de São Bento do Sul– ADV;
- II – Associação de Pais e Amigos dos Autistas – AMA;
- III – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;
- IV – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC/CEPLAN.

Parágrafo único. A Fundação Pró Rim declinou sua inscrição no Fórum..

Art. 2º – Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2018

Delcio Pereira

Presidente da Comissão Eleitoral

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 165/2018

Publicação Nº 1772645

EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2018

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CASA DE APOIO VIVER BEM LTDA - ME.

DO OBJETO: Contratação de serviço de residência inclusiva e/ou serviço de acolhimento institucional, sendo 15 vagas distribuídas em Grau I, II e III para idosos em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e 5 vagas a pessoas portadoras de deficiência, em situação de dependência. São acolhidas as pessoas que por algum motivo não dispõem de condições para permanecer com a família ou em seus domicílios, conforme itens descritos na Cláusula Sexta – do Valor e no Termo de Referência, todos de acordo com o Edital de Credenciamento nº 124/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

DO VALOR: O Contratante pagará à Contratada, pela efetiva prestação dos serviços os seguintes valores, a serem pagos proporcionalmente ao número de idosos e pessoas com deficiência atendidas mensalmente e encaminhadas por meio de relatório mensal para a Secretaria Municipal de Assistência Social:

1 - Serviço De Acolhimento Institucional Para Pessoas Com Deficiência, Em Situação De Dependência - Residência Inclusiva				
Item	Especificação	Unidade	Qtde	Valor mensal por vaga

1	EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – MÁXIMO DE 5 VAGAS	MÊS	12	R\$ 4.304,00
2 - Serviço de Acolhimento de Idosos, conforme especificação do Serviço ( ILPT's)				
Item	Especificação	Unidade	Qtde	Valor mensal por vaga
1	EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO IDOSO EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA GRAU I, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – MÁXIMO DE 3 VAGAS	MÊS	12	R\$ 3.466,66
2	EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO IDOSO EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA GRAU II, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – MÁXIMO DE 6 VAGAS	MÊS	12	R\$ 3.616,66
3	EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO IDOSO EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA GRAU III, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – MÁXIMO DE 6 VAGAS	MÊS	12	R\$ 3.800,00

Parágrafo Primeiro: O número de vagas mencionado neste Termo, corresponde ao máximo que a Secretaria de Assistência Social contratará, ficando a cargo desta contratar somente o necessário e a realizar o pagamento das vagas efetivamente ocupadas;

Parágrafo Segundo: Em hipótese alguma a Contratada terá direito a receber pelas vagas não ocupadas pelo Contratante.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 24 de setembro de 2018.

ASS: FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

CASA DE APOIO VIVER BEM LTDA - ME, como Contratada.

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 160/2018

Publicação Nº 1772644

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 160/2018

DA ESPÉCIE: Vigésimo Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 365/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CCF CONSULTORES LTDA, em 16 de outubro de 2012, conforme Convite nº 339/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 365/2012, que consiste na contratação de empresa para solicitação de licença ambiental prévia (LAP) e elaboração de estudo ambiental simplificado (EAS), de acordo com IN 63 – Construções Viárias da FATMA, para implantação do Contorno Norte; e elaboração de estudo fitossociológico da área prevista para compensação florestal no Centenário, relativa à supressão de vegetação nativa de 02 (duas) áreas inseridas no Contorno Norte;

Considerando que o processo está em análise pelo órgão ambiental – FATMA – Fundação do Meio Ambiente, na qual a continuidade dos serviços depende da aprovação deste, sendo que até o presente momento tal aprovação não foi expedida, ocasionando atraso na prestação dos serviços, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 90 (noventa) dias, a contar de 15 de setembro de 2018 e com término em 13 de dezembro de 2018.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 16 de outubro de 2012, Termo Aditivo nº 020/2013 de 11 de janeiro de 2013, Termo Aditivo nº 116/2013 de 12 de abril de 2013, Termo Aditivo nº 221/2013 de 11 de julho de 2013, Termo Aditivo nº 331/2013 de 09 de outubro de 2013 e Termo Aditivo nº 020/2014 de 06 de janeiro de 2014, Termo Aditivo nº 107/2014 de 07 de abril de 2014, Termo Aditivo nº 226/2014 de 07 de julho de 2014, Termo Aditivo nº 298/2014 de 26 de setembro de 2014, Termo Aditivo nº 369/2014 de 29 de dezembro de 2014, Termo Aditivo nº 104/2015 de 30 de março de 2015, Termo Aditivo nº 199/2015 de 30 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 264/2015 de 28 de setembro de 2015, Termo Aditivo nº 332/2015 de 10 de dezembro de 2015, Termo Aditivo nº 057/2016 de 16 de março de 2016, Termo Aditivo nº 129/2016 de 21 de junho de 2016, Termo Aditivo nº 213/2016 de 14 de setembro de 2016, Termo Aditivo nº 246/2016 de 16 de novembro de 2016, Termo Aditivo nº 058/2017 de 07 de março de 2017, Termo Aditivo nº 107/2017 de 07 de junho de 2017, Termo Aditivo nº 168/2017 de 04 de setembro de 2017, Termo Aditivo nº 217/2017 de 04 de dezembro de 2017, Termo Aditivo nº 047/2018 de 12 de março de 2018 e Termo Aditivo nº 105/2018 de 14 de junho de 2018, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 13 de setembro de 2018.

Ass: LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

CCF CONSULTORES LTDA, como Contratada.

**LEI Nº 3955/2018**

Publicação Nº 1772619

LEI Nº 3955, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE IMÓVEL ATRAVÉS DE DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE a adquirir, através de desapropriação por utilidade pública, área de terra de 36.440,00 m² (trinta e seis mil, quatrocentos e quarenta metros quadrados), localizada no Bairro Rio Vermelho, nesta cidade, fazendo frente para o terreno de Johann Koch, por 153,20 metros, fundos com Orides Ballatka, por 150,00 metros, lado direito com Erico Ballatka, por 240,30 metros, lado esquerdo com Emilio Schlögel, por 240,75 metros, de propriedade de Célio José Salzbron, com matrícula imobiliária sob nº 16.016, Livro nº 2, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul, para o fim específico de expansão do Aterro Sanitário Municipal.

Art. 2º Para atender todas as despesas decorrentes desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Parágrafo único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Unidade: 005 – Sistema de Resíduos Sólidos

Ação: 2.069 – Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos

4490610000 – Aquisição de Imóveis (06060600): R\$.....150.000,00.

Art. 3º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto será utilizado recurso proveniente do superavit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos: 060606000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 4º Fica autorizado o Poder Executivo a realizar as alterações no PPA, LDO e na LOA para inclusão das despesas e projeto previstos no art. 2º desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**LEI Nº 3956/2018**

Publicação Nº 1772622

LEI Nº 3956, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

ALTERA A REDAÇÃO DO §1º DO ART. 3º DA LEI 3820 DE 12 DE SETEMBRO DE 2017.

A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O §1º do Art. 3º da Lei 3820, de 12 de setembro de 2017 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

§1º. Os Procedimentos de advertência, pedido para que o transgressor retire-se do veículo e solicitação de apoio policial à retirada do infrator, deverão ser realizados pelo motorista do veículo coletivo, o qual tomará tais providências de forma imediata, procrastinando a questão somente até a primeira possibilidade de parar o veículo em local permitido e seguro na via. O motorista deverá ser orientado a sempre que julgar necessário solicitar apoio da Polícia Militar, relatando o ocorrido à sua empresa.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**LEI Nº 3957/2018**

Publicação Nº 1772625

LEI Nº 3957, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

ALTERA, INCLUI PARÁGRAFOS E DÁ NOVA REDAÇÃO A VÁRIOS ARTIGOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1392 DE 15 DE SETEMBRO DE 2005, QUE PROÍBE A PUBLICIDADE DE PLACAS, ANUNCIO, CARTAZES E SIMILARES EM POSTES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ABRIGOS DE PASSAGEIROS, ÁRVORES, SEMÁFOROS E DEMAIS LOGRADOUROS PÚBLICOS.

A Câmara de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a presente Lei.

Art. 1º. O art. 1º da Lei nº 1392, de 15 de setembro de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido dos seguintes parágrafos.

Art. 1º. Fica proibido a publicidade de placas de anúncios, cartazes ou similares colocados irregularmente em postes de iluminação pública, abrigos de passageiros, árvores, semáforos e demais logradouros públicos, que caracterizam publicidade temporária de liquidações, promoções, ofertas, eventos e congêneres.

§ 1º. Fica igualmente proibida a distribuição de propagandas mediante fixação de panfletos, folders, folhetos e qualquer tipo de material impresso publicitário na parte externa de veículos estacionados em vias e logradouros públicos, no hall de entrada, grades, portões e ainda o lançamento do pátio ou garagem de edificações e residências no município de São Bento do Sul.

§ 2. Fica igualmente proibida a distribuição de panfletos, ou outra forma de publicidade, em vias públicas, para ocupantes de veículos estacionados ou em movimento.

Art. 2º. O art. 2º da Lei nº 1392, de 15 de setembro de 2005 passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, alterando-se o parágrafo único para § 1º com a seguinte redação.

Art. 2º. ....

§ 1º. Os casos previstos no caput deverão ser previamente autorizados pela Prefeitura Municipal, que definirá o prazo de permanência e de retirada.

§ 2º. Fica autorizada a entrega de panfletos e similares a pedestres, bem como sua colocação no interior das caixas coletores de correspondências das edificações e residências.

Art. 3º. O art. 3º-A da Lei nº 1392, de 15 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 3º-A. O descumprimento do disposto na presente Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I – advertência

II – Multa de 200 UFM (Unidade Fiscal do Município).

III – Multa de 400 UFM (Unidade Fiscal do Município) em caso de reincidência

Parágrafo único: Será garantido ao infrator o devido processo administrativo, com observância dos princípios da ampla defesa e contraditório.

Art. 4º. O art. 4º da Lei nº 1392, de 15 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido de § 1º e § 2º.

Art. 4º – Para efeitos dessa lei, no tocante ao art. 1º, será considerada responsável pela publicidade a pessoa física ou jurídica favorecida pela publicidade indevida.

§ 1º. No que se refere aos §§ 1º e 2º do art. 1º, será considerado distribuidor a pessoa física ou jurídica, favorecida pela publicidade, bem como a pessoa física que realizar a efetiva distribuição da propaganda.

§ 2º. Caso não seja possível a identificação da empresa responsável pela distribuição dos panfletos, folders, folhetos ou qualquer tipo de material publicitário, responderá pela infração, com o pagamento da multa prevista neste artigo, a empresa constante da publicidade no panfleto.

Art. 5º. Fica acrescentado o Art. 4º-B na Lei nº 1392, de 15 de setembro de 2005, com a seguinte redação.

Art. 4º-B. As disposições expressas nesta Lei serão fiscalizadas em conjunto ou separadamente pelo setor competente da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Parágrafo único: O cidadão lesado em seus direitos em relação à proibição prevista no art. 1º poderá acionar diretamente a ouvidoria ou setor equivalente da Prefeitura Municipal, preferencialmente comprovando a irregularidade com a propaganda irregular ou imagem desta, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2018.

MAGNO BOLMANN

Prefeito Municipal

MAPrefeito Municipal

## **PORTARIAS Nº 5385/2018 A 5400/2018**

Publicação Nº 1772633

PORTARIA Nº 5385, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede Aumento de Carga Horária

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Edital de Concurso Público nº 09/2011,

RESOLVE:

AUMENTAR a carga horária de trabalho de DENIS BINI, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, na Secretaria Municipal de Saúde, de 10 horas semanais para 20 horas semanais, a partir de 15 de outubro de 2018, conforme Processo nº 15530/2018.

São Bento do Sul, 8 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5386, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede Redução de Carga Horária

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 7º, da Lei Municipal nº 2966/2012,

RESOLVE:

Reduzir, a pedido, a carga horária de trabalho de ERI GARCIA BUENO, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, na Secretaria Municipal de Saúde, de 20 horas semanais para 10 horas semanais, a partir de 15 de outubro de 2018, conforme Processo nº 15319/2018.

São Bento do Sul, 8 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5387, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal SOLANGE ELISABETH FIEDLER, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00068/13-4, de 11 anos, 08 meses e 14 dias, conforme documentação anexa ao Processo nº 15694/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 8 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5388, DE 9 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede Auxílio Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 68, da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SHANE ADRASTEIA SAGAZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Auxílio Escolar.

Art. 2º O Auxílio Escolar a que se refere o artigo 1º contar-se-á a partir de 1º de outubro de 2018, conforme Processo nº 7027/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 9 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5389, DE 9 DE OUTUBRO DE 2018.



Altera Portaria nº 4118/2018 que Nomeia os membros do Conselho da Cidade de São Bento do Sul - CONCIDADE

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 1680 de 10 de outubro de 2006 e do Decreto nº 304/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. O art. 1º da Portaria nº 4118, de 5 de abril de 2018, que nomeia os membros do Conselho da Cidade de São Bento do Sul, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:  
(...)

g) 02 (dois) representantes de Associações de Moradores  
(...)

• Da União São-Bentense das Associações de Moradores

Titular: Arnaldo José de Conto

Suplente: Almir Dias

(...)”

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 9 de outubro de 2018

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5390, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora CHEILA ROCHA PERSCH, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, na Secretaria Municipal de Saúde, licença maternidade.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 25/09/2018 a 23/03/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5391, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

Revoga Portaria nº 5236/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições e,

Considerando, o pedido da servidora conforme Processo nº 15494/2018,

RESOLVE:

REVOGAR, a pedido, a partir de 16 de outubro de 2018, a Portaria nº 5236/2018 que concedeu Licença de Parte da Jornada de Trabalho à servidora pública municipal JANAINA DOERLITZ, no cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5392, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

Prorroga Licença

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,

## RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SHIRLEI PICKUSCH PEREIRA, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, na Secretaria Municipal de Saúde, prorrogação da licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme Processo nº 14173/2018.

Art. 2º A prorrogação a que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 15/09/2018 a 13/03/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5393, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 10/2017 e considerando que SOLANGE JUVER KAISEKAMP encontra-se de Licença para Tratamento de Saúde,

---

## RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação CAMILA APARECIDA FERREIRA FARIA, para atuar no CEIM Tico e Teco, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir 4 de outubro de 2018-até-3 de abril de 2019-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5394, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 10/2017 e considerando a sazonalidade nos termos do Art. 156, da Lei nº 2893/2011,

---

## RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação SARAH RANDIG, para atuar na EBM Prof. Lucia Tschoeke, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir 8 de outubro de 2018-até 7 de abril de 2019-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5395, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 10/2017 e considerando que ELISETE PIEKARSKI IARGAS DE PAULA encontra-se em Readaptação,

---

## RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação JOSEANE TACIA ALEXI ENGEL, para atuar no CEIM Amor Perfeito na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir 9 de outubro de 2018-até-8 de abril de 2019-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5396, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 10/2017 e considerando a sazonalidade nos termos do Art. 156, da Lei nº 2893/2011,

-- --

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação ADRIANA JOZIANE LEITE RUJANOWSKI, para atuar na EBM Prof. Lucia Tschoeke, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir 9 de outubro de 2018-até 8 de abril de 2019-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5397, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 10/2017 e considerando que MARIA SCHAPIESKI MENGARDA foi cedida para o Batalhão da Polícia Militar SBS,

-- --

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação OFELIA TEREZINHA DOS SANTOS, para atuar na EBM Pres. Castelo Branco, na função de Auxiliar de Serviços, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 11 de outubro de 2018-até 10 de abril de 2019-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5398, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Corrige Portaria nº 11491/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que houve equívoco na descrição do nível de escolaridade do servidor titular do cargo efetivo,

RESOLVE:

Art. 1º CORRIGIR a Portaria nº 11491, de 4 de abril de 2016, que concede progressão vertical ao servidor JOSÉ JACIR CHARNOSKI, no tocante ao nível de escolaridade, passando de "Nível III – Ensino Médio" para "Nível III – Técnico Médio".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 4 de abril de 2016.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5399, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal ICLEIA IGNES DUVOISIN VICENZI, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00018/18-8, de 03 anos, 07 meses e 28 dias, conforme documentação anexa ao Processo nº 15985/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5400, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal ROSILDA DENISE HANSEN, ocupante do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, Averbção de Tempo de Serviço conforme Certidão de Tempo de Serviço do Município de Campo Alegre – SC, RPPS-I-PRECAL nº 000010/2017, de 15 anos, 11 meses e 06 dias, conforme documentação anexa ao Processo nº 15952/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 006/2018**

Publicação Nº 1772438

**PUBLICAÇÃO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 006/2018 – DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2018, que entre si celebram a CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL e SUPERMERCADO GERMÂNIA LTDA, que tem como objeto a aquisição de combustível para o veículo oficial, por 12 (doze) meses. Com fulcro na Cláusula de reequilíbrio econômico-financeiro (art. 65, II, d, da Lei 8.666/1993) o valor unitário de que trata a Cláusula Terceira, do Contrato primitivo, passa a R\$ 4,399 (quatro reais, vírgula três, nove, nove centavos), mantidas as demais condições contratuais. Do valor: R\$ 6.508,50 (seis mil quinhentos e oito reais e cinquenta centavos) para o período. São Bento do Sul, 05 de outubro de 2018. EDIMAR GERALDO SALOMON – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul. MÁRIO CÉSAR PACHECO – pela Empresa Contratada

# São Bernardino

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCES. 61/2018 TP 07/2018

Publicação Nº 1772220

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2018 - MODALIDADE Tomada de Preços Nº 07/2018. O Município de São Bernardino-SC, torna público aos interessados que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços, tipo menor preço global, para contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia (topografia e geoprocessamento) para regularização fundiária. Estará recebendo as propostas até as 09:00 hs, do dia 31/10/2018. A íntegra deste edital estará fixado no mural Público Municipal no hall de entrada, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49)36540054/0014/www.saobernardino.sc.gov.br/DOM/SC. São Bernardino-SC, aos 10/10/2018. Adeli José Riffel - Prefeito Municipal.

### CONTRATO Nº 103/2018

Publicação Nº 1772623

CONTRATO Nº 103/2018

TERMO ADITIVO PRIMEIRO AO CONTRATO Nº 30/2018, REALIZADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Coordenador o Sr AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA inscrita no CNPJ nº 23794633000114, localizada na RUA EXPEDICIONÁRIO EDMUNDO ARRABAR, 3617, na Cidade de Porto União - SC, empresa devidamente credenciada, neste ato representada pelo Sra. SARITA RUBIA SOAREZ KASKZUK, brasileira, casada, residente e domiciliada na RUA EXPEDICIONÁRIO EDMUNDO ARRABAR, 3617, na Cidade de Porto União - SC, inscrito no CPF sob nº 494.012.389-87, doravante denominado FORNECEDOR, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

#### CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Realização de Termo Aditivo ao Contrato nº 30/2018, através do qual o Município de São Bernardino aqui denominado FUNDO, amplia os quantitativos do OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS. ESTA AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE EQUIPAMENTOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 9/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 30/2018.

VALOR – O valor do presente Termo Aditivo Contratual é de R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA – A vigência do presente contrato será de 11/10/2018 até o dia 31/12/2020.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 9/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 30/2018, contratam as quantidades, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
12	3,00	Und	PNEU 185/65 ARO15 1ª LINHA	BRIDGESTONE TURANZA	280,00	840,00
Total						840,00

#### CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

DO ADITAMENTO - Face acordo mútuo entre as partes neste termo ampliam os quantitativos supra demonstrados, objeto do Contrato nº 30/2018.

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 9/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 30/2018.

**CLAUSULA QUINTA DO FORO**

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 11 de Outubro de 2018.

AGOSTINHO LUZZI SARITA RUBIA SOAREZ KASKZUK  
Coordenador do Fundo Municipal de Saúde Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI  
OAB/SC – 15.411  
Assessor Jurídico

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_

**CONTRATO N° 181/2018**

Publicação N° 1772620

**CONTRATO N° 181/2018**

O Município de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa JHC LOCAÇÕES EIRELLI EPP, inscrita no CNPJ nº 23461242000188, localizada na RUA INES BATTISTON, 678 D, na Cidade Chapecó - SC, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. JOÃO HENRIKE RANGEL STAMARE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na RUA INES BATTISTON, 678 D, na Cidade Chapecó - SC, inscrito no CPF sob nº 102.409.309-32, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 871197/2018/MAPA/CAIXA, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, REPRESENTADO (A) PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS**

O Município adquire O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 871197/2018/MAPA/CAIXA, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, REPRESENTADO (A) PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO, do aqui denominado Fornecedor, PREGÃO PRESENCIAL o qual foi vencedor do item "02", do Processo Licitatório 59/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 59/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
------	-------	-------	---------------	-------	-----------	-----------

2	1,00	Und	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA MODELO XE2015BR DA MARCA XCMG BRASIL, GIRATORIA 360 GRAUS, NOVA, QUE CONTEENHA NO AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ANO FABRICAÇÃO 2018, FABRICAÇÃO NACIONAL, MOTOR A DIESEL, POTENCIA DE 155 HP, 06 CILINDROS, TURBOALIMENTADO, MAR I, PESO OPERACIONAL 21.800 KG, COMPRIMENTO DO BRAÇO E LANÇA 9,500 MT (SENDO 2,90 MT O BRAÇO E LANÇA 5,780 MT), CONCHA CAPACIDADE 1,30 M3, SAPATA DA ESTEIRA 700MM DE LARGURA, COM 02 ROLETES SUPERIORES E 7 INFERIORES, CABINE ROPS FOPS ORIGINAL DO FABRICANTE, COM AR CONDIOCIONADO. COM PLANO DE MANUTENÇÃO GRATUITO DE ZERO A 1.000 HORAS, CONTENDO ORIENTAÇÕES TÉCNICAS AO OPERADOR, INCLUSIVE NO PREÇO O DESLOCAMENTO, A ASSISTENCIA TECNICA, ESTADIA DOS TECNICOS, TROCA DE ÓLEOS, LUBRIFICANTES, FILTROS, ANEIS, RETENTORES, ELEMENTOS, GRAXAS CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE, COM GARANTIA 24 MESES.	XCMG BRASIL	376.800,00	376.800,00
Total						376.800,00

O valor total do contrato é de R\$ 376.800,00 (trezentos e setenta e seis mil e oitocentos reais), assim distribuído pelas Secretarias Municipais, nas seguintes dotações orçamentárias:

2.037.4490.00 - 3000 - 175/2018 - Manutenção da Agricultura 2.037.4490.00 - 3890 - 157/2018 - Manutenção da Agricultura 2.037.4490.00 - 1342 - 174/2018 - Manutenção da Agricultura

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado avista, em moeda corrente nacional mediante a entrega dos equipamentos, conforme solicitação da Prefeitura Municipal, aqui denominado Município.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato será de 10/10/2018 até 31/12/2018, ficando sua eficácia condicionada a publicação do mesmo no Mural Público Municipal conforme determina o Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) - O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento.

b) - O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionando a comprovação de ganhos reais para o Município.

c) - O Município descontará do fornecedor o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso na entrega após solicitação do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a entrega dos equipamentos ora contratados conforme solicitação por parte do Município.

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os equipamentos contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que coincidirem sobre os equipamentos contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os equipamentos ora contratado em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 59/2018 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

VI - Fornecer equipamentos de primeira qualidade e com garantia de fábrica.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar dos equipamentos contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 59/2018 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos previstos no Orçamento de 2018 da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC, nos Projetos Atividades conforme consta inciso II da Cláusula Segunda deste Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 59/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.



II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99.

III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

IV - Cabe ao MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

V - Fica por desde já, designado o Sr. Ademir José Cima, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, 10 de Outubro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal  
Município

JOÃO HENRIKE RANGEL STAMARE  
Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI  
OAB/SC/Nº 15.411  
Assessor Jurídico

Testemunhas: \_\_\_\_\_

#### CONTRATO Nº 182/2018

Publicação Nº 1772621

#### CONTRATO Nº 182/2018

O Município de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa PAVIMAQUINAS COM. DE PECAS E SERV. LTDA., inscrita no CNPJ nº 85199578000171, localizada na Rua AV. LEOPOLDO SANDER, na Cidade Chapecó - SC, neste ato representado pelo Sr. HILARIO HENRIQUE GOLDBECH, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua AV. LEOPOLDO SANDER, na Cidade de Chapecó - SC, inscrito no CPF sob nº 526.415.899-15, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA CONFORME CONTRATO N. 871175/2018/MAPA/CAIXA, AMBOS CELEBRADOS ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, REPRESENTADO (A) PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O Município adquire O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA CONFORME CONTRATO N. 871175/2018/MAPA/CAIXA, AMBOS CELEBRADOS ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, REPRESENTADO (A) PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO, do aqui denominado Fornecedor, PREGÃO PRESENCIAL o qual foi vencedor do item "01", do Processo Licitatório 59/2018 modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 59/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
------	-------	-------	---------------	-------	-----------	-----------

1	1,00	Und	RETROESCAVADEIRA NOVA, MODELO RD406, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2018, FABRICAÇÃO NACIONAL, MOTOR A DIESEL TURBO ALIMENTADO, MAR I, 04 CILINDROS, POTENCIA MÍNIMA DE 100HP, TRAÇÃO 4X4, CAÇAMBA TRASEIRA COM CAPACIDADE DE 0,20M3 E DÁ PÁ CARREGADEIRA DE 0,85 M3, COM JOGO DE DENTES PARAFUSADOS, CONTROLES HIDRÁULICOS, PESO OPERACIONAL 7.100KG, CABINE FECHADA ROPS/FOPS COM AR CONDICIONADO, PNEUS NOVOS, COM PLANO DE MANUTENÇÃO DE ZERO HORAS A 1.000 HORAS, COM ORIENTAÇÕES TÉCNICAS AO OPERADOR, INCLUSO NO PREÇO O DESLOCAMENTO, A ASSISTÊNCIA TÉCNICA, ESTADIA DOS TÉCNICOS, TROCA DE ÓLEOS, LUBRIFICANTES, FILTROS, ANÉIS, RETENTORES, ELEMENTOS, GRAXAS CONFORME A RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE. GARANTIA DE 12 MESES DO EQUIPAMENTO.	RANDON	200.000,00	200.000,00
Total						200.000,00

O valor total do contrato é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), assim distribuído pelas Secretarias Municipais, nas seguintes dotações orçamentárias:

2.037.4490.00 - 3000 - 175/2018 - Manutenção da Agricultura 2.037.4490.00 - 3890 - 157/2018 - Manutenção da Agricultura 2.037.4490.00 - 1342 - 174/2018 - Manutenção da Agricultura

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado avista, em moeda corrente nacional mediante a entrega dos equipamentos, conforme solicitação da Prefeitura Municipal, aqui denominado Município.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato será de 10/10/2018 até 31/12/2018, ficando sua eficácia condicionada a publicação do mesmo no Mural Público Municipal conforme determina o Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) - O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento.

b) - O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionando a comprovação de ganhos reais para o Município.

c) - O Município descontará do fornecedor o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso na entrega após solicitação do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a entrega dos equipamentos ora contratados conforme solicitação por parte do Município.

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os equipamentos contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que incidirem sobre os equipamentos contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os equipamentos ora contratado em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 59/2018 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

VI - Fornecer equipamentos de primeira qualidade e com garantia de fábrica.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar dos equipamentos contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 59/2018 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos previstos no Orçamento de 2018 da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC, nos Projetos Atividades conforme consta inciso II da Cláusula Segunda deste Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 59/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei

8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99.

III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

IV - Cabe ao MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

V - Fica por desde já, designado o Sr. Ademir José Cima, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, 10 de Outubro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL                      HILARIO HENRIQUE GOLDBECH  
Prefeito Municipal                      Fornecedor  
Município

RUDIMAR BORCIONI  
OAB/SC/Nº 15.411  
Assessor Jurídico

Testemunhas: \_\_\_\_\_

#### DECRETO Nº 214/2018

Publicação Nº 1772670

DECRETO Nº 214/2018 DE 09/10/2018

	DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2017 E NO ORÇAMENTO 2018 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso I do § 1º, do Art. 43 da Lei 4.320/64 e inciso III da letra "C", do Art. 5º da Lei nº 1.220/2017 de 05/12/2017.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 162.025,57 (cento e sessenta e dois mil vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Vias Urbanas

AÇÃO =====> Manutenção do Planejamento Urbano

VALOR =====> R\$ 145.205,58 (cento e quarenta e cinco mil duzentos e cinco reais e cinquenta e oito centavos)

PROGRAMA ==> Vias Urbanas

AÇÃO =====> Pavimentação de Ruas

VALOR =====> R\$ 16.819,99 (dezesesseis mil oitocentos e dezenove reais e noventa e nove centavos)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 162.025,57 (cento e sessenta e dois mil vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos), serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro de 2017 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 162.025,57 (cento e sessenta e dois mil vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2017, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.214/2017 de 24/10/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Vias Urbanas

AÇÃO =====> Manutenção do Planejamento Urbano

VALOR =====> R\$ 145.205,58 (cento e quarenta e cinco mil duzentos e cinco reais e cinquenta e oito centavos)

PROGRAMA ==> Vias Urbanas

AÇÃO =====> Pavimentação de Ruas

VALOR =====> R\$ 16.819,99 (dezesesseis mil oitocentos e dezenove reais e noventa e nove centavos)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2017, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.214/2017 de 24/10/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 162.025,57 (cento e sessenta e dois mil vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos), serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro de 2017 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 162.025,57 (cento e sessenta e dois mil vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos), no Orçamento Financeiro de 2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.220/2017 de 05/12/2017, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

15.000.0000.0.000.000 – Urbanismo

15.452.0000.0.000.000 – Serviços Urbanos

15.452.0019.0.000.000 – Vias Urbanas

15.452.0019.2.038.000 – Manutenção do Planejamento Urbano

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – F. 3000 – Superávit - Rec. Próprios Ordinários ..... R\$ 120.000,00

3.3.90.00.00.00.00 – F. 3007 – Superávit – Tansf. Rec. CIDE ..... R\$ 25.205,58

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

15.000.0000.0.000.000 – Urbanismo

15.451.0000.0.000.000 – Infraestrutura Urbana

15.451.0019.0.000.000 – Vias Urbanas

15.451.0019.1.003.000 – Pavimentação de Ruas

4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00.00.00 – F. 3000 – Superávit - Rec. Próprios Ordinários ..... R\$ 16.819,99

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.220/2017 de 05/12/2017, na ordem de R\$ 162.025,57 (cento e sessenta e dois mil vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos), serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro de 2017 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 09 de Outubro de 2018.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER  
Resp. Sec. Adm. e Fazenda

## DECRETO Nº 215/2018

Publicação Nº 1772672

DECRETO Nº 215/2018 DE 09/10/2018

	DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FINANCEIRO DE 2018 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a letra "b" Art. 5º da Lei nº 1.220/2017 de 05/12/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica remanejado o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), do Orçamento Financeiro de 2018 do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, conforme fica a seguir demonstrado:

DE:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria da Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica

10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.301.0012.2.008.000 – Manutenção da Saúde Pública  
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes  
3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 – Rec. Do Imp. Transf. Saúde 15% ... R\$ 30.000,00

## PARA:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria da Saúde  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde  
10.000.0000.0.000.000 – Saúde  
10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica  
10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida  
10.301.0012.2.008.000 – Manutenção da Saúde Pública  
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 – Rec. Do Imp. Transf. Saúde 15% ... R\$ 30.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 09 de Outubro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER  
Resp. Sec. da Adm. e Fazenda

**EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO N.61/2018 TP N. 07/2018**

Publicação Nº 1772224

PROCESSO LICITATÓRIO Nº61/2018  
MODALIDADE: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 7/2018

## IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

Prefeitura: Prefeitura Municipal de São Bernardino  
Endereço: Rua Verônica Scheid, S/N - CEP – 89.982-000  
Cidade: São Bernardino, SC  
CNPJ:01612812/0001-50  
Secretaria: Infraestrutura  
1. PREÂMBULO

1.1 O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará certame licitatório, na modalidade de Tomada de Preços, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, o qual será processado e julgado em consonância com a Lei 8.666/93 e atualizada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.854/99, Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014 e em especial pelo contido neste Edital.

1.2 Para recebimento dos envelopes de Habilitação e Proposta, fica determinado o dia 31/10/2018, até às 09:00 horas, o qual deverá ser entregue na Sala da Comissão Permanente de Licitações mediante protocolo.

1.3 O início da abertura dos envelopes ocorrerá às 09:15 horas, no mesmo endereço e no mesmo dia mencionado no item 1.2.

## 2. OBJETO

2.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA(TOPOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO) A FIM DE PROMOVER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - REURB DE NÚCLEO URBANOS INFORMAIS, NA MODALIDADE REURB-S, DE LOTES URBANOS E SUBURBANOS (LOTE/OCUPAÇÃO/UNIDADE HABITACIONAL/CHÁCARAS URBANAS) NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL N. 13.465/2017 E DECRETO FEDERAL N. 9.310/2018.

## 2.2 ITEM E RESPECTIVO VALOR UNITÁRIO MAXIMO

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA(TOPOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO) A FIM DE PROMOVER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - REURB DE NÚCLEO URBANOS INFORMAIS, NA MODALIDADE REURB-S, DE LOTES URBANOS E SUBURBANOS NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC.	LOTE	200,00	950,00	190000,00
			Total		190.000,00



### 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta Licitação os fornecedores cadastrados no Município de: São Bernardino, bem como aqueles cadastrados em outras entidades Federais, Estaduais ou outros Municípios do Estado de Santa Catarina, do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação.

3.2 Poderão ainda participar os interessados que atenderem todas as condições exigidas para o cadastramento e que se cadastrarem até o terceiro dia anterior ao do recebimento das propostas.

3.3 Estão proibidos de contratar com o município todos os agentes impedidos na forma do Artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e no art. 9º da Lei n. 8666/93 e suas alterações posteriores.

#### 3.3.1 SERÃO CONSIDERADOS OBRIGATÓRIOS PARA A PARTICIPAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

- CRC – Certificado de Registro Cadastral

- Se for Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverão apresentar obrigatoriamente: Certidão da Junta Comercial ou Certidão de Cartório de Pessoa Jurídica, para terem o direito ao tratamento diferenciado e favorecido conforme dispõe a Lei Complementar n.123/2006 de 14/12/2006, com data de emissão não superior a 90(noventa) dias.

- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei. – ( Modelo sugestivo Anexo II).

-Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Licitante. ( Modelo sugestivo Anexo III).

Tipo de Habilitação	Descrição do Documento
HABILITAÇÃO JURÍDICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Registro comercial, no caso de empresa individual;</li> <li>- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em Cartório ou Junta Comercial, em se tratando de sociedades civis e/ou comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;</li> <li>- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;</li> <li>- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando for o caso.</li> <li>- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;</li> </ul>
REGULARIDADE FISCAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Certidão Conjunta de regularidade para com a Fazenda Pública Federal de Tributos e Contribuições Federais, Contribuições Sociais e Quanto a Dívida Ativa da União;</li> <li>- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;</li> <li>- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;</li> <li>- Prova de regularidade junto ao FGTS;</li> <li>- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT</li> </ul>
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.</li> <li>- Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura /CREA, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo, obrigatoriamente, o registro dos responsáveis técnicos.</li> <li>- Prova de inscrição ou registro dos seus Responsáveis Técnicos, junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CREA) .</li> <li>- Em conformidade ao artigo 30, inciso III, da Lei n.8.666/93, Atestado de visita fornecida pelo representante legal da empresa, comprovando de que recebeu os documentos, e, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; (Modelo sugestivo Anexo IV).</li> </ul>
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.</li> </ul>

3.3 – Todas as certidões e/ou documentos comprobatórios, devem ter validade na data prevista para o recebimento da documentação e das propostas, e deverão ser apresentados em fotocópias original ou por qualquer processo de cópia, autenticada por tabelião de notas ou por membro da Comissão de Licitações do Município, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. A Comissão de Licitação, fará consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-la.

3.3.1- Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade, serão consideradas como válidas por 60 (sessenta) dias, exceto àquelas previstas em lei e os atestados referentes à qualificação técnica;

3.3.2– Somente serão desclassificados os participantes que apresentarem vícios insanáveis. Os participantes que apresentarem vícios sanáveis, como erros formais ou apresentação de documentos vencidos, porém passíveis de consulta imediata via internet, poderá ser

consultado de forma imediata via internet durante a sessão e havendo a comprovação de estar regular poderá então ser anexado ao processo e validado.

#### 4. DA FORMA DE PREENCHIMENTO EXTERNO DOS ENVELOPES

##### 4.1 Envelope de Habilitação:

ENVELOPE N.º 001 - HABILITAÇÃO  
À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 61/2018  
MODALIDADE: Tomada de Preços Nr. 7/2018  
PROPONENTE  
ABERTURA: 31/10/2018, 09:15 HS

##### 4.2 Envelope de Proposta:

ENVELOPE N.º 002 - PROPOSTA  
À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 61/2018  
MODALIDADE: Tomada de Preços Nr. 7/2018  
PROPONENTE  
ABERTURA: 31/10/2018, 09:15, HS

##### 5.1 No envelope de proposta o proponente deverá apresentar:

- 5.1.1 A proposta propriamente dita, datilografada, redigida em português de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, assinada em seu final pelo representante legal e rubricada nas demais folhas;
- 5.1.2 Preço ofertado, deverá ser cotado para pagamento a vista, apresentando preço unitário, em moeda corrente nacional, incluindo os tributos incidentes, transporte e demais custos;
- 5.1.3 Indicar detalhes para melhor conhecimento e atendimento do objeto lícitado;
- 5.1.4 Em concordância com todas as condições do Edital;
- 5.1.5 conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.
- 5.1.6 Local, data, assinatura e identificação do signatário.

#### 5.2 DO REPRESENTANTE LEGAL

5.2.1 - Cada licitante far-se-á representar perante a Comissão Permanente de Licitação por apenas uma pessoa, admitindo-se como representante o diretor, sócio com poderes de gerência ou pessoa habilitada por meio de procuração, com firma reconhecida em cartório, ambos os casos deverá ser apresentado cópia autenticada em cartório ou por membro da Comissão Permanente de Licitações do município promotor do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Ata de Assembleia em vigor da empresa, conforme a situação .

5.2.2 - A instituição de representante perante a Comissão Municipal Permanente de Licitações será realizada no ato da entrega dos envelopes de habilitação e proposta, no local, data e horário indicados no subitem 1.2 deste Edital, ocasião em que o representante se identificará perante a Comissão Municipal Permanente de Licitações, entregando-lhe cópia autenticada da Carteira de Identidade e dos documentos mencionados no item 5.2.1, os quais serão analisados pela Comissão antes do início da sessão de abertura.

5.2.3 - A não apresentação ou incorreção dos documentos mencionados nos subitens 5.2.1 e 5.2.2 não inabilitará a licitante.

#### 6. DA ABERTURA E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 O presente certame será processado e julgado de acordo com o procedimento estabelecido no artigo 43 da Lei 8.666/93;

6.2 No dia, local e hora designados no preâmbulo, na presença dos licitantes ou de seus representantes legais que comparecerem ao ato, a comissão iniciará os trabalhos:

6.2.1 Será feita a abertura dos envelopes de habilitação, os quais serão examinados e rubricados pelos seus membros e representantes presentes;

6.3 A Comissão Municipal de Licitações procederá a abertura dos envelopes contendo a documentação com a devolução dos envelopes contendo as propostas dos licitantes considerados inabilitados e que expressamente, tenham desistido de interpor recurso;

6.3.1 Na hipótese de algum licitante ser considerado inabilitado pela Comissão Municipal de licitação e decidir interpor recurso dentro do prazo legal, haverá suspensão da reunião, ficando os envelopes com as propostas para serem abertos em outra reunião, em data a ser fixada posteriormente, quando da decisão de todos os recursos pela Comissão;

6.3.2 Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, respeitando o § 1º, da Lei Complementar 123/2006 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo término inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. De acordo com o § 2º da mesma lei, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.4. Desta fase será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos membros da comissão e representantes presentes, constando da mesma toda e qualquer declaração;



6.4.1 Procedendo-se a seguir à abertura dos envelopes de propostas, somente serão abertos os envelopes das propostas das empresas habilitadas, após o prazo recursal ou desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

6.5 As propostas serão examinadas e rubricadas pelos membros e representantes dos licitantes presentes, procedendo-se à leitura das mesmas;

6.5.1 Desta fase será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos membros da comissão e representantes presentes, constando da mesma toda e qualquer declaração;

6.6 Critérios de julgamento

6.7 Desclassificação

6.7.1 Serão desclassificadas as propostas que:

a) Não obedecerem as condições estabelecidas no edital;

b) Apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou excessivos;

c) Será considerado preço excessivo aquele que estiver acima do praticado no mercado ou acima do orçamento feito pela Secretaria Responsável;

6.8 Classificação

6.8.1 As propostas consideradas aceitáveis serão analisadas pela comissão, que fará a classificação por item, levando-se em conta exclusivamente o menor preço;

A classificação se fará pela ordem crescente dos preços propostos;

a) No caso de empate, será assegurada preferência por bens produzidos por empresas brasileiras;

b) Persistindo o empate ocorrerá, para fins de desempate, sorteio.

c) Será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do Edital e ofertar o menor preço;

d) Em conformidade com a Lei Complementar n. 123/2006, Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. § 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada. Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma: I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado; II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta. § 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. § 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.9 Adjudicação e homologação

6.9.1 Adjudicado o objeto, a comissão, após decorrido o prazo de interposição de recurso ou julgado o mesmo, submeterá os autos à autoridade competente para liberação quanto à homologação da adjudicação.

## 7. DOS ENCARGOS E RESPONSABILIDADE DA LICITANTE CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

7.1 A licitante classificada em primeiro lugar, será responsável:

7.2 Pela entrega integral dos produtos e/ou serviços licitados;

7.2.1 Pelos danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a entrega dos produtos ou realização dos serviços, bem como com a recuperação ou indenização sem ônus ao Município ou aos munícipes;

## 8. DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

8.1 O município será responsável:

8.2 pela fiscalização desde o início até o recebimento definitivo dos produtos/serviços;

8.2.1 Pela emissão das autorizações de entrega específicas, determinando a quantidade para sua realização;

8.2.1.1 Pelo cumprimento na forma e nas condições de pagamento estabelecidos neste Edital;

## 9. PRAZO E CONDIÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DA ORDEM DE COMPRA

9.1 O proponente vencedor deverá assinar o instrumento contratual ou retirada da ordem de compra no prazo de máximo de até 10(dez) dias consecutivos, a partir da homologação.

9.2 Nos termos do § 2.º do artigo 64 da Lei 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado se recusar a assinar o contrato ou retirar a ordem de compra, no prazo estabelecido, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação, independentemente da cominação estabelecida pelo artigo 81 da legislação citada.

9.3- O(s) Contrato(s) decorrente(s) deste processo Licitatório poderá(ao) ser aditado(s) conforme regulamentação prevista na Seção III, Art 65, da Lei nº 8.666/93 (Brasil).

## 10. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

10.1 O objeto da licitação deverá ser prestado no perímetro urbano de São Bernardino, em conformidade com o termo de referência Anexo do Edital.

10.2 O fornecimento dos serviços deverá ser feita nas quantidades solicitadas nos termos do presente Edital;

10.3 O prazo máximo para entrega do objeto da licitação é até 30/12/2018, a contar da assinatura do termo contratual ou AF – Autorização de Fornecimento.

A contagem do prazo para execução objeto da licitação, terá início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 30.12.2018, podendo ser prorrogado se houver interesse da Administração, de acordo com o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93, devidamente justificado pela Secretaria correspondente e autorizado pelo chefe do poder executivo.

## 11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 Os pagamentos serão efetuados em duas etapas de acordo com o Plano de trabalho constante no Termo de referência Anexo I do Edital, sendo:

50% na conclusão das etapas: (1 – ATIVIDADES DE DIAGNÓSTICO SOCIAL; 2 – LEVANTAMENTO E IMAGEAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO; 3 – PESQUISA FUNDIÁRIA; e 4 – PROJETO DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL) e,

50% na conclusão das etapas restantes: (5 – SANEAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO; 6 – APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA; 7 – REGISTRO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E 8 – ENTREGA DOS TÍTULOS AOS BENEFICIÁRIOS), mediante Nota Fiscal, acompanhado de relatório de atividades executadas de acordo com o termo de referência e demais documentos que se achar necessário para comprovação da execução dos serviços (Relação de beneficiados, projetos, ART, cópia de títulos...).

Os pagamentos serão realizados via transferência bancária online, se por ventura gerar tarifa bancária a mesma será descontada do credor.

11.2 – Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

11.3 Ocorrendo a contratação de microempresas ou das empresas de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional, apurados os tributos devidos, na forma dos Arts. 18 a 20 da Lei Complementar 123 de 14 de Dezembro de 2006, será realizada a retenção de ISS na fonte, nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá ser observado as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte, deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV, V ou VI da Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa, ou a empresa de pequeno porte, estiver sujeita no mês anterior ao da prestação (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

II - na hipótese de a microempresa, ou empresa de pequeno porte, não informar a alíquota no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS, referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV, V ou VI, da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006.

III – não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços, quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal, for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença, será realizado em guia própria do Município;

## 11.4 DOS REAJUSTES

### 11.4.1.2 NÃO HAVERÁ REAJUSTES.

## 12. DAS SANÇÕES

12.1 Pela recusa injustificada em assinar o termo contratual ou retirar a ordem de compra, dentro do prazo estabelecido, poderá ser aplicada multa correspondente a 10 % do valor do contrato/ordem de compra, não aplicando-se a mesma, à empresa remanescente, em virtude da não aceitação da primeira convocada.

12.2 Pelo descumprimento das condições estabelecidas no ajuste, a contratada fica sujeita às seguintes penalidades:

12.3 Advertência;

12.4 Multa de 5% (cinco) sobre o valor da proposta;

12.5 Suspensão do direito de licitar junto as Prefeituras Municipais

12.6 Declaração de inidoneidade;

12.7 Pelo atraso injustificado na entrega do objeto da licitação:

12.8 Pela inexecução total ou parcial do ajuste, será aplicada multa de 10% (dez) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência, após assinado o instrumento contratual, calculada sobre o valor do objeto não entregue.

## 13. RECURSOS

13.1 Das decisões tomadas pela Comissão Municipal Permanente de Licitações caberão recursos previstos no artigo 109, da Lei nº 8.666/93, interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, mediante petição datilografada e devidamente arrazoada, subscrita pelo representante legal da recorrente.

13.2 - Os recursos serão dirigidos à autoridade competente do Município de São Bernardino-SC, por intermédio da Comissão Municipal Permanente de Licitações, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-los subir devidamente informados.

13.3 - Os recursos deverão ser protocolados na Secretaria de Fazenda e Administração, junto a Prefeitura Municipal São Bernardino-SC, sita à Rua Verônica Scheid, Centro no horário das 7 h:30 min às 11h:30 min e das 13:00h as 17:00 h, não sendo aceitos recursos interpostos fora do prazo.

13.4 Somente serão aceitos os recursos previstos na Lei 8.666/93 e suas atualizações, os quais deverão ser protocolados no Setor de Administração e dirigidos à Comissão Permanente de Licitações.

13.50 Município convocará a licitante classificada em primeiro lugar para

assinatura do respectivo contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da homologação;

13.6 Os casos de alteração ou rescisão contratual, são os constantes da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94;

13.7 Na impossibilidade ou recusa da empresa vencedora assinar o Contrato, será convocada a segunda e assim sucessivamente.

#### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 O Município reserva-se o direito de em justificando o interesse administrativo, aceitar a proposta total ou parcialmente, rejeitar todas as propostas, revogar ou anular a licitação, mesmo depois de adjudicado seu objeto, sem que caiba aos licitantes direitos a qualquer reclamação ou indenização;

14.2 Os casos omissos e dúvidas suscitadas serão resolvidas pela Comissão Municipal de Licitações, observando o que dispõe sobre a matéria a legislação vigente;

14.3 A simples apresentação de proposta, implicará na aceitação total, automática e irrestrita das condições deste Edital, por parte da licitante. Compromete-se também com a veracidade de todas as informações prestadas e de apresentar, quando solicitado, documentação e dados complementares que as confirmem.

14.4 Constatada a inveracidade de quaisquer das informações prestadas, a Empresa licitante sofrerá além da sua declaração de inidoneidade, uma das sanções abaixo descritas:

a) Desclassificação, se a licitação encontra-se em fase de julgamento;

b) Não adjudicação dos serviços,

14.5 Por conveniência da Administração, o licitante adjudicado do objeto do presente Edital, assinará contrato com a Prefeitura Municipal de São Bernardino, nos termos da minuta integrante do presente processo, no prazo de 10 (dez) dias;

14.6 Os licitantes poderão examinar e retirar o presente Edital no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de São Bernardino;

14.7 A empresa licitante adjudicada comprometer-se-a integralmente pelo objeto do presente Edital, aplicando-se no que couber o Código de Defesa do Consumidor;

14.8 O Prefeito Municipal reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, antes da assinatura do contrato ou expedição do pedido, sem que caiba reclamação ou pedido de indenização pela proponente;

14.9 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações:

2.038.3390.00 - 3000 - 190/2018 - Manutenção do Planejamento Urbano 2.038.3390.00 - 3007 - 191/2018 - Manutenção do Planejamento Urbano 2.038.3390.00 - 1000 - 132/2018 - Manutenção do Planejamento Urbano 2.038.3390.00 - 1007 - 133/2018 - Manutenção do Planejamento Urbano

#### 15. DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

15.1 Este Edital Tomada de Preços estará disponível para conhecimento e consulta dos interessados no site do município de São Bernardino-SC [www.saobernardino.sc.gov.br](http://www.saobernardino.sc.gov.br).

15.2 Maiores esclarecimentos adicionais que se façam necessário para a interpretação do presente Edital, serão encaminhados através de solicitação por escrito à Comissão Permanente de Licitações, no endereço mencionado no preâmbulo, no horário das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00, com a Presidente da Comissão de Licitações, até o último dia previsto para entrega dos envelopes.

#### 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - As licitantes deverão observar atentamente as normas deste Edital;

16.2- Fica assegurado à autoridade superior do Município de São Bernardino, no interesse da Administração, o direito de adiar a data da abertura dos envelopes, divulgando a nova data marcada.

16.3- É facultada à Comissão Municipal Permanente de Licitações, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

16.4 - O resultado desta licitação, bem como todo ato que seja necessário dar publicidade, deverá ser publicado no DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

16.5 - A Comissão Municipal Permanente de Licitações deverá anular o certame diante de constatada ilegalidade.

16.6- Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas. O Município de São Bernardino não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

16.7- Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.8- Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

16.9- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

16.11- O desatendimento às exigências formais não-essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública da licitação.

16.12- Em caso de desfazimento deste processo licitatório, o mesmo será devidamente motivado, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.13- Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas de preços, sem convocação para contratação ou pedido de prorrogação da validade, os licitantes ficarão liberados dos compromissos assumidos neste certame.

16.14- Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado por escrito, à Comissão Municipal Permanente de Licitações, por escrito ou protocolado na Secretaria de Fazenda e Administração, junto a Prefeitura Municipal de São Bernardino – SC.

16.15- A homologação do resultado desta licitação gera mera expectativa de direito à contratação.

16.16 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da legislação vigente que rege a matéria.

16.17- Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o Edital, nos termos do § 1º do Art. 41, da Lei nº 8666/93.

16.18-Fica eleito o Foro da Comarca de Campo-Erê - SC para dirimir quaisquer dúvidas e/ou litígio oriundo da execução das obrigações previstas neste edital, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.19 – Editais de Licitação, prazos recursais, recursos, contra razões, decisões, atas, adjudicações e homologações, serão publicadas no site [www.saobernardino.sc.gov.br](http://www.saobernardino.sc.gov.br), no menu Licitações no devido processo. É de inteira responsabilidade da empresa participante estar acompanhando o andamento.

## 17.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Solicitamos apresentação de propostas para os itens supra mencionados.

2. As despesas de frete e demais custos serão a cargo da Empresa proponente.

3.O julgamento será realizado por MENOR PREÇO GLOBAL, com base no menor preço apresentado.

4.Os respectivos itens com seus valores, não poderão ultrapassar o valor máximo estabelecido no Edital.

5.Os casos omissos serão regidos pela Lei Federal 8.666/93, com observância a todas as suas alterações.

6. Anexos que fazem parte integrante deste Edital.

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei.

Anexo III- Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Licitante.

Anexo IV- Atestado de Visita

Anexo V – Modelo de Proposta

-Anexo VI– Minuta do Contrato

São Bernardino – SC, em 10/10/2018

Adeli José Riffel

Prefeito Municipal

RUDIMAR BORCIONI

OAB-SC 15411

ASSESSOR(A) JURÍDICO

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 – OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia (topografia e geoprocessamento) a fim de promover a regularização fundiária - REURB de núcleo urbanos informais, na modalidade REURB-S, de lotes urbanos e suburbanos (lote/ocupação/unidade habitacional/chácaras urbanas) no município de São Bernardino-SC em conformidade com a Lei Federal n. 13.465/2017 e Decreto Federal n. 9.310/2018.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	* Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA(TOPOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO) A FIM DE PROMOVER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - REURB DE NÚCLEO URBANOS INFORMAIS, NA MODALIDADE REURB-S, DE LOTES URBANOS E SUBURBANOS NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC.	LOTE	200,00	950,00	190.000,00
Total					190.000,00

\* - Valor máximo aceito pela Administração Pública.

A despesa total do objeto está estimada em R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais).

#### 2 – JUSTIFICATIVA

Essa solicitação se faz necessária em atendimento à Secretaria Municipal de Infraestrutura, visando a regularização fundiária de aproximadamente 200 lotes no Município de São Bernardino-SC, ocupados predominantemente por famílias de baixa renda.

As dificuldades para a regularização de lotes adquiridos em parcelamentos de solo realizados no passado no município, clandestinos ou não, resultou em ocupações e construções irregulares, formando núcleos urbanos informais, consolidados, sujeitos a especulação imobiliária, bem como a geração diversos vazios urbanos. Nestes locais observa-se diversas dificuldades sociais, como: segregação social e espacial, baixos índices de desenvolvimento humano e graves problemas sociais, ambientais, econômicos e de gestão.

Consideram-se Núcleos Urbanos Informais os assentamentos urbanos, compreendendo as ocupações e os parcelamentos irregulares ou clandestinos, bem como outros processos informais de produção de lotes, ocupados predominantemente para fins de moradia e implantados sem autorização do titular de domínio ou sem aprovação dos órgãos competentes, em desacordo com a licença expedida ou sem o respectivo registro imobiliário, apresentam normalmente dois tipos de irregularidade fundiária: irregularidade dominical, quando o possuidor



ocupa uma terra pública ou privada, sem qualquer título que lhe dê garantia jurídica sobre essa posse; e urbanística e ambiental, quando o parcelamento não está de acordo com a legislação urbanística ou ambiental e não foi devidamente licenciado. Além disso, quando se trata de um assentamento de população de baixa renda, são necessárias também medidas sociais, como forma de buscar a inserção plena das pessoas na cidade.

O Município de São Bernardino necessita apoiar seus habitantes com a ampla regularização fundiária cujo escopo é garantir a segurança jurídica em relação a sua moradia, com isso melhorando a qualidade de vida de centenas de famílias, que aqui fixaram suas raízes há mais de 20 anos onde construíram sua residência ou comércio/indústria e possuem não mais do que alguns papéis de denominações diversas: contrato de compra e venda, doação, cessão de direitos de posse, procuração com poderes para venda, etc.

Justifica-se tal ação, ante a falta de uma política pública atualizada acerca dos direitos reais de propriedade, para atender o cidadão que veio desbravar esta região, e necessita da segurança jurídica de suas moradias e empresas, e em consequência disso do aumento da receita de tributos municipais como o IPTU e ITBI uma vez os imóveis passarão a ser totalmente regulares e com isso influenciará o pagamento por parte dos contribuintes.

Tem-se por objetivo promover o levantamento de dados sociais de cada morador, áreas ocupadas, plantas de localização e situação, com respectivos memoriais descritivos, visando à moradia regular, garantindo a segurança jurídica quanto à situação de moradia, fomentando a realização integral de outros direitos constitucionais, tais como, trabalho, lazer, educação e saúde.

A contratada promoverá o levantamento de dados técnicos que possibilitem a Prefeitura Municipal, executar em tempo hábil a regularização fundiária dos núcleos urbanos informais de São Bernardino-SC, nos termos das ações norteadas pela Lei Federal 13.465/2017 e Decreto nº 9.310/2018, na modalidade REURB-S, formados por unidades imobiliárias de área inferior à fração mínima do módulo rural de parcelamento prevista na Lei Federal nº 5.868/72.

Sendo o procedimento REURB-S, a legitimação fundiária será concedida ao beneficiário desde que atendidas as seguintes condições:

- a) O beneficiário não seja concessionário, foreiro ou proprietário de imóvel urbano ou rural;
- b) Não tenha sido contemplado com legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade, ainda que situado em núcleo urbano distinto;

Nesta modalidade as famílias beneficiárias terão isenção total de todas as taxas e custos decorrentes da REURB, além de isenção de custas e emolumentos cartorários, indenizações e/ou compensações.

Famílias localizadas no interior da área objeto de REURB e que não se enquadrarem na modalidade REURB-S, poderão, caso o beneficiário concorde, ser enquadradas na modalidade REURB-E, devendo ele arcar com todas as custas (Levantamento e Projeto) e emolumentos cartorários.

Deste modo, pretende-se dar um passo relevante em direção à promoção e o reconhecimento de um dos direitos sociais que é a qualidade de vida dos cidadãos e a moradia digna, nos termos do artigo 6º da Constituição Federal Brasileira.

Partindo da premissa que a regularização fundiária é uma obrigação do poder público, elaboramos assim, este termo de referência, visando à inclusão dos núcleos urbanos informais localizados em áreas urbanas e suburbanas, a ser realizado conforme definido em legislação federal, por meio de um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que possibilitem a regularização de assentamentos irregulares, a titulação de seus ocupantes e o cadastramento em políticas de incentivo à produção, aquisição, reforma ou requalificação de imóveis urbanos e rurais, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, amparado pela recente Lei Federal nº 13.465/2017.

A Lei Federal de Regularização Fundiária, tem como objetivo atribuir títulos de direitos reais aos seus ocupantes, garantir a eficácia do princípio constitucional da função social da propriedade associado ao equilíbrio ambiental, ao projeto urbanístico municipal, à implantação de políticas públicas de ocupação do espaço urbano, garantir direitos de propriedade seguros, transacionáveis, bem distribuídos e acessíveis à maioria dos seus cidadãos. O qual destacamos em seu Art. 10º:

Constituem objetivos da REURB, a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

- I - identificar os núcleos urbanos informais que devam ser regularizados, organizá-los e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior;
- II - criar unidades imobiliárias compatíveis com o ordenamento territorial urbano e constituir sobre elas direitos reais em favor dos seus ocupantes;
- III - ampliar o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados;
- IV - promover a integração social e a geração de emprego e renda;
- V - estimular a resolução extrajudicial de conflitos, em reforço à consensualidade e à cooperação entre Estado e sociedade;
- VI - garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas;
- VII - garantir a efetivação da função social da propriedade;
- VIII - ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes;
- IX - concretizar o princípio constitucional da eficiência na ocupação e no uso do solo;
- X - prevenir e desestimular a formação de novos núcleos urbanos informais;
- XI - conceder direitos reais, preferencialmente em nome da mulher;
- XII - franquear participação dos interessados nas etapas do processo de regularização fundiária

Importante ressaltar, que o parágrafo único do Art. 28 da Lei Federal nº 13.465/2017, dispensa a exigência de que o Município tenha Lei Municipal para realizar a regularização fundiária em âmbito municipal.

Independentemente da propriedade do solo, será considerando como núcleo urbano o assentamento com usos urbanos e com lotes com área inferior a fração mínima do módulo rural, e isso independe da propriedade do solo, que poderá ser de domínio público, domínio particular, ou até mesmo ser um imóvel sem registro imobiliário que identifique o titular do domínio. Definidos pela recente Lei Federal nº 13.465/2017, poderão ser empregados, no âmbito da REURB, sem prejuízo de outros que se apresentem adequados, os seguintes institutos jurídicos:

- I - a legitimação fundiária e a legitimação de posse, nos termos desta Lei;

- II - a usucapião, nos termos dos arts. 1.238 a 1.244 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), dos arts. 9º a 14 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e do art. 216-A da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;
- III - a desapropriação em favor dos possuidores, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 1.228 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
- IV - a arrecadação de bem vago, nos termos do art. 1.276 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
- V - o consórcio imobiliário, nos termos do art. 46 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001;
- VI - a desapropriação por interesse social, nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962;
- VII - o direito de preempção, nos termos do inciso I do art. 26 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001;
- VIII - a transferência do direito de construir, nos termos do inciso III do art. 35 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001;
- IX - a requisição, em caso de perigo público iminente, nos termos do § 3º do art. 1.228 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
- X - a intervenção do poder público em parcelamento clandestino ou irregular, nos termos do art. 40 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979;
- XI - a alienação de imóvel pela administração pública diretamente para seu detentor, nos termos da alínea f do inciso I do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- XII - a concessão de uso especial para fins de moradia;
- XIII - a concessão de direito real de uso;
- XIV - a doação;
- XV - a compra e venda.

### 3 – OBJETIVOS

Este documento tem por objetivo, à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia (topografia e geoprocessamento) a fim de promover a regularização fundiária - REURB de núcleo urbanos informais, na modalidade REURB-S, de lotes urbanos e suburbanos (lote/ocupação/unidade habitacional/chácaras urbanas) no município de São Bernardino-SC em conformidade com a Lei Federal n. 13.465/2017 e Decreto Federal n. 9.310/2018.

As atividades devem ser realizadas em conformidade com os procedimentos, competência e responsabilidades dispostas na Lei nº 13.465/2017 e suas regulamentações, com a aplicação de cadastramentos físicos e socioeconômicos das posses, elaboração de plantas e memoriais descritivos, visando à elaboração pelo executivo municipal de projetos urbanísticos e aprovação em cartório de registro de imóveis, incluindo o respectivo registro cartorário dos títulos de direitos reais.

A área de intervenção proposto neste termo de referência é formada por núcleos urbanos desconexos, localizados dentro do perímetro urbano do município, com localização abaixo:

Fonte: Google Earth

### 4 – METODOLOGIA DE TRABALHO, DEFINIÇÃO DOS PRODUTOS, ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE:

Os Projetos de Regularização Fundiária são procedimentos complexos que envolvem várias etapas e atividades, ora correlatas ora individualizadas, mas mantendo entre si encaminhamentos comuns. Propõe-se as seguintes ações, divididas em 8 etapas. A CONTRATANTE deve iniciar de imediato o processo, obedecendo à metodologia abaixo, que serão realizadas em conjunto ou com o acompanhamento do corpo técnico da CONTRATANTE:

#### PLANO DE TRABALHO (METODOLOGIA)

##### 1. ATIVIDADES DE DIAGNÓSTICO SOCIAL

- a) Reunião de orientação dos moradores;
- b) Visitas domiciliares para coleta da documentação e orientação;
- c) Cadastro Social/atividade econômica com coleta de documentos e formalização de processos;

##### 2. LEVANTAMENTO E IMAGEAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO

- a) Análise da Base cartográfica;
- b) Contagem de domicílios;
- c) Levantamento topográfico;
- d) Imageamento aéreo;

##### 3. PESQUISA FUNDIÁRIA

- a) Relatório das áreas públicas e privadas;
- b) Identificação no cartório da situação da gleba de cada núcleo urbano informal;
- c) Indicação das medidas a serem tomadas e custos processuais correspondentes;

##### 4. PROJETO DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

- a) Elaboração de plantas e memorial descritivo georreferenciados, acompanhados por ART ou RTT, com a descrição das unidades, construções, sistema viário, áreas públicas, acidentes geográficos e demais elementos caracterizadores do núcleo urbano a ser regularizado;
- b) Elaboração das plantas do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando possível;
- c) Elaboração de projeto urbanístico pela Prefeitura Municipal;
- d) Elaboração de Projeto Ambiental, se necessário;

##### 5. SANEAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

- a) Notificação dos titulares de direitos reais e dos confrontantes
- b) Elaboração das minutas dos Instrumentos de Regularização Fundiária
- c) Indicação do instrumento jurídico de titulação

##### 6. APROVAÇÃO O PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

- a) Emissão das Certidões de Regularização Fundiária (CRF)  
7. REGISTRO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA  
8. ENTREGA DOS TÍTULOS AOS BENEFICIÁRIOS

A seguir apresenta-se o detalhamento das fases a serem executadas e a relação dos principais produtos a serem entregues.

#### 4.1 – ATIVIDADES DE DIAGNÓSTICO SOCIAL

Esta etapa é fundamental para que seja traçado o perfil socioeconômico da comunidade, possibilitando futuramente a implantação e ou implementação de serviços públicos na área.

Para o desenvolvimento desta etapa é necessário a realização de identificação dos ocupantes dos lotes, através de visitas domiciliares e reuniões, para coleta da documentação fornecida pelos moradores e necessária para processos de regularização fundiária.

O instrumento utilizado para a coleta deverá ser a aplicação de cadastros individuais o qual apresentará a realidade socioeconômica dos moradores – composição familiar, tempo de residência, renda da família, histórico da ocupação, forma de aquisição.

São válidos como documentos para demonstração da posse documentos diversos tais como: escrituras particulares, cessão de direitos, contratos de compra e venda, declaração de posse e vizinhança, comprovantes de residência tipo água, luz e telefone, IPTU, declaração de imposto de renda, recibos, notas fiscais, matrículas de crianças na escola em que figure o endereço do imóvel a regularizar, entre outros.

Produtos a serem entregues:

- Ficha Cadastral socioeconômica;
- Cópias de documentos permitam a comprovação legal da posse do imóvel e tempo de ocupação;

#### 4.2 – LEVANTAMENTO E IMAGEAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO

A equipe técnica de engenharia visitará as áreas objeto para identificar as características físicas e topográficas de cada moradia, terreno, estrutura viária, bem como dos equipamentos e infraestrutura existentes.

O referido levantamento deverá conter e estar de acordo com a Lei nº 13.465 de 11 de Julho de 2017 e suas alterações, devendo ser subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado.

A empresa contratada deverá ainda realizar o imageamento aéreo das áreas de objeto, em data atual, após a assinatura de ordem de serviço, preferencialmente com Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA - Remotely Piloted Aircraft), amparados com pontos de apoio em campo, com coordenadas coletadas com GPS/GNSS de alta precisão, referenciado ao Sistema Geodésico Brasileiro, obtendo e disponibilizando ao final uma imagem aérea georreferenciada e ortorretificada. Nela, deverá ser possível identificar as edificações, muros e divisas de cada imóvel sobre a imagem. Portanto, ela deverá ter resolução espacial muito alta, com pixel correspondendo a no máximo 10 cm.

A imagem deverá ser coletada durante a fase inicial do projeto, e utilizada para a validação da base cartográfica existente, visualização das feições, contagem de domicílios, auxiliando na sequência do projeto.

Produtos a serem entregues:

- Dados vetoriais obtidos com o levantamento topográfico;
- Imagem aérea atual georreferenciada e ortorretificada;

#### 4.3 – PESQUISA FUNDIÁRIA

A Contratada, juntamente com a Assessoria Jurídica do município deverá realizar buscas nos cartórios da situação da gleba de cada loteamento, a fim de identificar as áreas objeto de intervenção, sua dominialidade, bem como as medidas legais e custos processuais necessárias para a regularização das glebas junto aos órgãos competentes.

Para tal, torna-se também imprescindível a elaboração de uma planilha síntese com o nome do ocupante, tempo de ocupação, situação fundiária e principais conflitos existentes, que de fundamental importância durante a fase de execução dos processos administrativos.

Produtos a serem entregues:

- Certidões de registro obtidas;
- Relatório de áreas, dominialidade e síntese das ocupações;

#### 4.4 – PROJETO DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

Posteriormente, com a digitalização dos levantamentos, deverá ser elaborado pela CONTRATADA Projeto Cadastral e Topográfico Final, que conterá, no mínimo:

I. Levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, a infraestrutura existente, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado;

II. Planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando for possível;

III. Curvas de nível com intervalo de 1 m (um metro);

IV. Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;

V. Memoriais descritivos;

VI. Proposta de soluções para questões ambientais, quando for o caso;

VII. Estudo técnico para situação de risco, quando for o caso;



#### VIII. Estudo técnico ambiental, para os fins previstos nesta Lei, quando for o caso;

Em seguida, será elaborado pelo setor de engenharia da AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense, ao qual o município é associado, projeto urbanístico de regularização fundiária, que considerará as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, contendo projetos de alinhamento e arruamento, definição das áreas públicas e privadas, áreas livres, as dimensões dos lotes, o traçado e as dimensões dos logradouros, os equipamentos públicos e áreas de lazer, as áreas "non edificandi" se necessário, entre outros elementos urbanos previstos na legislação municipal e federal, devendo conter no mínimo, indicação:

- I. Das áreas ocupadas, do sistema viário e das unidades imobiliárias, existentes ou projetadas;
- II. Das unidades imobiliárias a serem regularizadas, suas características, área, confrontações, localização, nome do logradouro e número de sua designação cadastral, se houver;
- III. Quando for o caso, das quadras e suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade regularizada;
- IV. Dos logradouros, espaços livres, áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando houver;
- V. Áreas de proteção ambiental e de interesse ambiental;
- VI. Curvas de nível com intervalo de 1 m (um metro);
- VII. De eventuais áreas já usucapidas;
- VIII. Das medidas de adequação para correção das desconformidades, quando necessárias;
- IX. Das medidas de adequação da mobilidade, acessibilidade, infraestrutura e relocação de edificações, quando necessárias;
- X. Das obras de infraestrutura essencial, quando necessárias.
- XI. Cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária

Os produtos técnicos plantas e projetos – deverão ser elaborados conforme normas de apresentação da ABNT, em meio impresso e digital georreferenciado, de forma a conter confinantes, amarrações à esquina mais próxima, orientação, dimensões e áreas (terreno e construção), numeração e todas as informações necessárias para localização do imóvel na referida quadra.

O Memorial Descritivo, realizado pela equipe de engenharia e/ou arquitetura, deverá conter a descrição individualizada de cada lote, rua, áreas verdes e áreas de uso comunitário. Esta documentação é necessária para efetuar o registro no Cartório de Registro de Imóveis, para ajuizamento das ações e para a elaboração dos termos ou contratos de direito real dos lotes. Nesta descrição constarão as dimensões, confrontações e a área de cada lote.

De acordo com os prazos de entrega estipulados, os produtos finais deverão ser entregues em cópia impressa (relatórios, mapas, plantas e fotografias) e cópia digital – CD ROM.

Produtos a serem entregues:

- Projeto Cadastral e Topográfico Final, impresso e digitalizado.

#### 4.5 – SANEAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Com base no levantamento topográfico e socioeconômico, o Relatório de áreas e dominialidade e a síntese das ocupações, a CONTRATANTE realizará a notificação dos titulares de direitos reais e dos confrontantes, para que se manifestem a respeito da Regularização fundiária, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto 9.310.

Não havendo impugnação ou sendo estas sanada, caberá a CONTRATADA a Elaboração das minutas dos Instrumentos de Regularização Fundiária e indicação do instrumento jurídico de titulação, dentre os instrumentos legais previstos no Art. 15º da Lei Federal de regularização Fundiária.

Conforme os ditames do Art. 41º da Lei Federal nº 13.465/2017, será elaborado um documento final contendo a classificação do tipo de Regularização, para posterior elaboração dos títulos de direitos reais pela CONTRATANTE, emissão das Certidões de Regularização Fundiária (CRF) e seu respectivo envio ao cartório competente para os devidos atos notariais de registro imobiliário.

#### 4.6 – APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Elaboração pela CONTRATANTE dos títulos dos imóveis regularizados pelo projeto proposto, em paralelo a emissão e o encaminhamento para registro imobiliário no Cartório de Registros da Circunscrição da área de intervenção, da Certidão de Regularização Fundiária (CRF) que é o ato administrativo de aprovação da regularização fundiária, a fim de legitimar o seu uso/propriedade, adotando assim, todas as medidas cabíveis ao cumprimento da etapa final do processo de regularização fundiária, que deverá acompanhar o projeto aprovado e deverá conter, no mínimo:

- I - O nome do núcleo urbano regularizado;
- II - A localização;
- III - A modalidade da regularização;
- IV - As responsabilidades das obras e serviços constantes do cronograma;
- V - A indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver;
- VI - Os dados constantes de quadra, lote, confrontantes e área em m2 de cada unidade imobiliária regularizada;
- VI - A listagem com nomes dos ocupantes que houverem adquirido a respectiva unidade, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro, bem como o estado civil, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas do Ministério da Fazenda e do registro geral da cédula de identidade e a filiação.

#### 4.7 – REGISTRO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Após a aprovação, o CRF e o projeto de regularização fundiária aprovado serão encaminhados ao oficial do cartório de registro de imóveis em que se situe a unidade imobiliária com destinação urbana regularizada (arts. 42 a 54, da Lei de REURB).

Este é o último passo antes da entrega dos títulos aos beneficiários.

Recebida a CRF, cumprirá ao oficial do cartório de registro de imóveis prenotá-la, autuá-la, instaurar o procedimento registral e, no prazo de quinze dias, emitir a respectiva nota de exigência ou praticar os atos tendentes ao registro.

O registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado será requerido diretamente ao oficial do cartório de registro de imóveis da situação do imóvel e será efetivado independentemente de determinação judicial ou do Ministério Público.

O procedimento registral deverá ser concluído no prazo de sessenta dias, prorrogável por até igual período, mediante justificativa fundamentada do oficial do cartório de registro de imóveis.

Qualificada a CRF e não havendo exigências nem impedimentos, o oficial do cartório de registro de imóveis efetuará o seu registro na matrícula dos imóveis cujas áreas tenham sido atingidas, total ou parcialmente.

Não identificadas as transcrições ou as matrículas da área regularizada, o oficial do cartório de registro abrirá matrícula com a descrição do perímetro do núcleo urbano informal que constar da CRF e nela efetuará o registro.

Registrada a CRF, será aberta matrícula para cada uma das unidades imobiliárias regularizadas.

O registro do projeto de REURB aprovado importa em:

I - abertura de nova matrícula, quando for o caso;

II - abertura de matrículas individualizadas para os lotes e áreas públicas resultantes do projeto de regularização aprovado; e

III - registro dos direitos reais indicados na CRF junto às matrículas dos respectivos lotes, dispensada a apresentação de título individualizado.

#### 4.8 – ENTREGA DOS TÍTULOS AOS BENEFICIÁRIOS

Ao término, com o devido registro do imóvel, no qual estará devidamente regularizado, ocorrerá a efetiva entrega final do título ao proprietário/beneficiário.

#### 5 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Capacidade técnico-profissional que se dará através da apresentação:

I. De prova de inscrição ou registro da empresa e de seu responsável técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), da jurisdição da sede da licitante.

II. Da relação explícita da equipe técnica que efetivamente realizará os serviços, com indicação nominal e respectiva qualificação de cada membro, indicação do Responsável Técnico pelos serviços com declaração formal da sua disponibilidade para cumprimento do objeto da presente licitação, conforme disposto no § 6º do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo que a equipe deverá ser composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais:

01 – Engenheiro(a) Civil e/ou Cartógrafo e/ou e/ou Ambiental e/ou Florestal outra Engenharia com diploma de especialização para Levantamentos Geodésicos de Precisão;

01 – Técnico em Agrimensura, Agropecuária ou e/ou outro Técnico de grau médio ou de nível superior, com habilitação para Levantamento Topográficos;

Na relação explícita da equipe técnica, deverão constar os dados mínimos necessários, tais como: nome completo, número do CPF, número do documento de identidade, número do registro profissional na entidade competente da região a que estiver vinculado (se houver), sendo que sua substituição por profissionais com experiência equivalente ou superior somente poderá ocorrer mediante aprovação da Secretaria Municipal de Planejamento;

A comprovação do vínculo dos profissionais deverá ser feita através da apresentação de um dos seguintes documentos:

I. No caso de ser sócio-proprietário da empresa, por meio da apresentação do contrato social ou outro documento legal, devidamente registrado na Junta Comercial;

II. No caso de empregado da empresa, por meio da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS comprovando o vínculo empregatício do profissional na empresa licitante;

III. No caso de profissionais que detenham vínculo por meio de Contrato de Prestação de Serviços, a comprovação do vínculo profissional com a empresa se dará por meio da apresentação do Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre o profissional a empresa proponente até a data prevista para a apresentação da documentação.

#### 6 – PRAZOS

Vigência Contratual: até 30/12/2018, contados a partir da assinatura do Contrato.

A contagem do prazo para execução objeto da licitação, terá início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 30.12.2018, podendo ser prorrogado se houver interesse da Administração, de acordo com o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93, devidamente justificado pela Secretaria correspondente e autorizado pelo chefe do poder executivo.

Prazo de Execução: Os serviços contratados deverão ser iniciados imediatamente após a emissão da ordem de serviços, devendo o cadastramento e o mapeamento serem executados e concluídos no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço, possibilitando a CONTRATANTE iniciar de imediato o processo de Titularização dos lotes.

#### 7 – PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em duas etapas de acordo com o Plano de trabalho constante no Termo de referência sendo:

50% na conclusão das etapas: (1 – ATIVIDADES DE DIAGNÓSTICO SOCIAL; 2 – LEVANTAMENTO E IMAGEAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO; 3 – PESQUISA FUNDIÁRIA; e 4 – PROJETO DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL) e,

50% na conclusão das etapas restantes: (5 – SANEAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO; 6 – APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA; 7 – REGISTRO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E 8 – ENTREGA DOS TÍTULOS AOS BENEFICIÁRIOS), mediante Nota Fiscal, acompanhado de relatório de atividades executadas de acordo com o termo de referência e demais documentos que se achar necessário para comprovação da execução dos serviços (Relação de beneficiados, projetos, ART, cópia de títulos...).

O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) vencedores](s) serão efetuados em até 10(dez) dias após a prestação dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal acompanhada dos documentos necessários.

Os pagamentos serão realizados via transferência bancária online, se por ventura gerar tarifa bancária a mesma será descontada do credor.

#### 8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Disponibilizar para a contratada o espaço físico para sua instalação;
- Disponibilizar todos os elementos necessários à execução dos serviços, tais como mapas básicos, mapas temáticos da infraestrutura urbana e mapa de zoneamento;
- Disponibilizar o registro imobiliário existente;
- Disponibilizar um profissional que trabalhará diretamente com o auxílio à visita as famílias;
- Fazer o pagamento para a contratada, conforme estipula o contrato;
- Providenciar equipe técnica de engenharia civil e/ou arquitetura para a elaboração de projeto de arquitetônico e demais projetos para a regularização (se necessário);

#### ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO EM Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 61/2018

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 7/2018

..... inscrita no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) .....  
..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º ..... CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz( ).

data

Nome e assinatura do Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

#### ANEXO III

DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INESISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A LICITANTE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 61/2018

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 07/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO – SC

REFERÊNCIA: DECLARAÇÃO DE INESISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da Empresa \_\_\_\_\_

Declara(m) que:

- a).- A entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal;
- b).- Nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_  
(local e data)

nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF

#### ANEXO IV

ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 61/2018

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 07/2018

Em atendimento ao Edital de Licitação n. 61/2018, Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 07/2018, artigo 30, inciso III da Lei de Licitações nº 8.666/93, atestamos que a empresa ..... CNPJ nº ....., realizou Visita no perímetro urbano, onde será prestado os serviços, como também, recebeu todos os documentos pertinentes ao certame, não cabendo qualquer alegação futura referente ao desconhecimento de eventuais dificuldades quanto à execução dos trabalhos.

Local e data ..... /...../2018

Nome e assinatura do representante legal da empresa

CPF n.

## ANEXO V

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 61/2018

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 07/2018

## MODELO DE PROPOSTA

Apresentamos nossa proposta para fornecimento, objeto da presente licitação, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 07/2018, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA(TOPOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO) A FIM DE PROMOVER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - REURB DE NÚCLEO URBANOS INFORMAIS, NA MODALIDADE REURB-S, DE LOTES URBANOS E SUBURBANOS (LOTE/OCUPAÇÃO/UNIDADE HABITACIONAL/CHÁCARAS URBANAS) NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL N. 13.465/2017 E DECRETO FEDERAL N. 9.310/2018.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA(TOPOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO) A FIM DE PROMOVER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - REURB DE NÚCLEO URBANOS INFORMAIS, NA MODALIDADE REURB-S, DE LOTES URBANOS E SUBURBANOS NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC.	LOTE	200,00		
			Total		

Valor total da proposta (por extenso): R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 60 dias

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO APÓS A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO E SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA.

DATA:

NOME E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

CONTRATO Nº NumContrato

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa NomeContratado, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a EnderecoContratado, na cidade de CidadeContratado, inscrita no CNPJ sob nº CNPJContratado, neste ato representado por seu sócio gerente, o Sr. NomeRespContratado, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de CidadeContratado, inscrito no CPF nº CPFContratado, doravante denominado CONTRATADA, de comum, resolvem contratar o objeto pelas seguintes cláusulas que segue:

## CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

ObjetoContrato

## CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS:

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Processo Licitatório nº 61/2018, Modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

II – Da forma de Execução e do valor:

Os serviços contratados deverão ser fornecidos parceladamente, conforme necessidade do Município, sendo, que o valor dos mesmos, obedecerá à tabela abaixo:

O valor total do contrato é de R\$ ValorContrato ValorContratoExtenso, sendo que nos preços acima, estão incluídos fretes, tributos e demais custos.

II - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante a execução e entrega dos serviços e fornecimento de Nota Fiscal, emitida pela contratada, da seguinte forma:

EM DUAS PARCELAS

III - Da Vigência:

A Vigência deste contrato é do período de DataAssinatura até DataVencimento, havendo interesse do Município o mesmo poderá ser aditado mediante realização de aditivo, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V - Da atualização.

A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimentos da obrigação), até o efetivo pagamento, será calculado tomando-se por base a variação do IPCR (índice de preços ao consumidor série r) ou outro índice que vier à substituir.

VII - Da Dotação Orçamentária.

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato serão utilizados recursos previstos no 2.038.3390.00 - 3000 - 190/2018 - Manutenção do Planejamento Urbano 2.038.3390.00 - 3007 - 191/2018 - Manutenção do Planejamento Urbano 2.038.3390.00 - 1000 - 132/2018 - Manutenção do Planejamento Urbano 2.038.3390.00 - 1007 - 133/2018 - Manutenção do Planejamento Urbano . A CONTRATADA declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo dentro da melhor técnica.

VIII - Das compensações financeiras:

a) - O Município descontará o percentual de 1% (um por cento) do valor a cada dia de atraso na entrega após emissão da ordem de fornecimento.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Iniciar os serviços na data estabelecida pela Prefeitura, obedecendo a ordem de serviços emitida pelo órgão Municipal competente.

II - Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos Serviços.

III - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.

IV - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e providenciarias.

V - Formar o quadro de pessoal necessário a execução dos serviços objeto contratado, pagando os salários, e demais despesas inerentes.

VI - O presente Contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a Constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

VII - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados, em qualquer esfera.

VIII - É de responsabilidade da contratada possíveis danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custo para a reparação dos mesmos.

IX - Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento dos serviços e sua qualidade e orientações técnicas relacionados com o objeto contratado.

X - Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, em relação as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XI - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 61/2018, Modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar desde o início, até a aceitação definitiva do objeto contratado.

II - Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações.

III - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

IV - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 61/2018, Modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

CLAUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - Ocorrendo modificações e/ou alterações no objeto, o ajuste, será efetuado mediante termo aditivo.

III - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Contratado, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

IV - A fiscalização e o controle aludidos na cláusula terceira, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município, nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumida.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93, conforme o caso.

VI - Ficam fazendo parte integrante do presente as cláusulas fixadas no Processo Licitatório nº 61/2018, Modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

VII - O presente será juntado aos autos do Processo Licitatório nº 61/2018, Modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia, bem como, no mesmo, serão registradas todas as ocorrências e decididos as controvérsias administrativas.

VII – Fica por desde já, designado o Sr. xxxxxxxxxxxx, Secretário da xxxxxxxxxxxx, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativa, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do contratado, fica estabelecida a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa do contratado a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supra mencionado.

#### CLAUSULA SÉTIMA - DO FORO:

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do Art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, em DataExtensoAssinatura.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

NomeRespContratado  
Contratado

RUDIMAR BORCIONI  
Assessor Jurídico  
OAB-SC 15.411

Testemunhas: \_\_\_\_\_



# São Bonifácio

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 04/2017

Publicação N° 1772539

#### EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 04/2017

Contratante: Município de São Bonifácio.

Contratado: Valério José Backes, Estrada Geral, s/n° - Rio Atafona – São Bonifácio/SC, CPF: 560.697.079-15.

Objeto: É objeto do presente termo aditivo o pagamento de 89,35 km/dia, alterando o item 3.1 da cláusula terceira do contrato acima referido.

Vigência: 31/12/2018.

Data de Assinatura: 01/10/2018.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 06/2017

Publicação N° 1772540

#### EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 06/2017

Contratante: Município de São Bonifácio.

Contratado: Ivo Buss, Estrada Geral, s/n° - Ponte dos Buss – São Bonifácio/SC, CPF: 927.568.329-87.

Objeto: É objeto do presente termo aditivo o pagamento de 49,9 km/dia, alterando o item 3.1 da cláusula terceira do contrato acima referido.

Vigência: 31/12/2018.

Data de Assinatura: 01/10/2018.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 08/2017

Publicação N° 1772541

#### EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 08/2017

Contratante: Município de São Bonifácio.

Contratado: Fabiano Weber, Estrada Geral, s/n° - Alto Capivari – São Bonifácio/SC, CPF: 037.199.779-86.

Objeto: É objeto do presente termo aditivo o pagamento de 26km/dia, alterando o item 3.1 da cláusula terceira do contrato acima referido.

Vigência: 31/12/2018.

Data de Assinatura: 01/10/2018.

### PORTARIA N° 482/2018

Publicação N° 1772543

Portaria n ° 482/2018

Exonera Encarregada da Unidade de Saúde.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, ALICE REGINA OLIVEIRA GOULART HAWERROTH, brasileira, casada, funcionária pública municipal, da Função Gratificada de Encarregada da Unidade de Saúde – FG-2, a partir do dia 10 de outubro de 2018.

São Bonifácio, 10 de outubro de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete



**PORTARIA Nº 483/2018**

Publicação Nº 1772546

Portaria n º 483/2018

Nomeia Encarregada de Programas Sociais.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, ALICE REGINA OLIVEIRA GOULART HAWERROTH, brasileira, casada, funcionária pública municipal, para exercer a Função Gratificada de Encarregada de Programas Sociais – FG-2, a partir do dia 11 de outubro de 2018.

São Bonifácio, 10 de outubro de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 484/2018**

Publicação Nº 1772547

Portaria n º 483/2018

Nomeia Encarregada da Unidade de Saúde.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, DAYANE DA SILVA PREUSS, brasileira, casada, funcionária pública municipal, para exercer a Função Gratificada de Encarregada da Unidade de Saúde – FG-2, a partir do dia 11 de outubro de 2018.

São Bonifácio, 10 de outubro de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 485/2018**

Publicação Nº 1772551

Portaria n º 485/2018

Concede Férias.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 127, combinado com o § 5º. da Lei n º 633/90 e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 4913/2018, deferido em 11/10/2018, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS A ADRIANA VICENTE SCHMITZ, brasileira, casada, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível 7.1-A, pelo período de 30 (trinta) dias, sendo que 10 (dez) dias para serem convertidos em numerários e os 20 (vinte) dias restantes para serem gozados a partir do dia 16 de outubro de 2018, referente ao exercício 2017/2018.

São Bonifácio, 11 de outubro de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 486/2018**

Publicação Nº 1772552

Portaria nº 486/2018

Admite Auxiliar de Serviços Gerais, por Tempo Determinado.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio,

- considerando o disposto na Lei nº 1044 de 22/12/2000;
- considerando o item VIII do artigo 4º do decreto nº 680/00;
- considerando o disposto no item III do artigo 5º do decreto nº 680/00;
- considerando que a titular do cargo encontra-se de

Férias;

- considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Serviços Gerais; e,
- no uso de suas obrigações legais, RESOLVE:

ADMITIR, POR TEMPO DETERMINADO, DAYANA MARIA EXTERKOETTER, brasileira, separada, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível 7.1-A, pelo período de 16/10/2018 a 04/11/2018.

São Bonifácio, 11 de outubro de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Ninkoetter

Chefe de Gabinete

# São Cristóvão do Sul

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2018 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL

Publicação Nº 1772528

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu Anexo I.

Modalidade: Pregão Presencial nº 01/2018

Vigência: 09/10/2018 à 08/10/2019

Número do Contrato: 03/2018

Valor: R\$ 36.466,72

São Cristóvão do Sul - SC, 09 de outubro 2018.

Michel Paim

Presidente

# São Domingos

## PREFEITURA

### CONTRATO PREFE N. 048, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.

Publicação Nº 1772884

#### DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: SETEMBRO/2018

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 048 de 28/09/2018

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 28/09/2018

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A REALIZAÇÃO DO TRAJETO DO DISTRITO DE MARATÁ/ LINHA CONSOLADORA/ LINHA SÃO MAURÍCIO/LINHA SALETE/ PINHEIRINHO/MARATÁ, TENDO EM VISTA QUE O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2018 E PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2018 RESTOU DESERTO.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADA: JL Miotto Transporte ME

CPF/CNPJ: n. 17.208.378/0001-88

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2018

### DECRETO Nº 517, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1772877

DECRETO Nº 517, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Designa Pregoeira e membros da Equipe de Apoio.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica do Município; na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada; na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/02, atualizada; e:

- Considerando o Decreto nº 020, de 10/03/06, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências;
- Considerando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e eficiência;
- Considerando a demanda de processos licitatórios que devem ter andamento;
- Considerando que a servidora ora designada como pregoeira possui a capacitação técnica necessária para o desempenho da função;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica designada Pregoeira Municipal a servidora pública municipal Alyne Nayara Lammel, com a seguinte equipe de apoio:

- Adriana Lúcia Pretto, 1º Membro;
- Odila Giroto Elger, 2º membro;
- Guilherme Nathan Campagnolo, 1º suplente;
- Juliane Brunetto, 2º Suplente;

Art. 2º Fica delegada competência à Pregoeira ora designada para assinar e divulgar os editais referentes aos processos licitatórios da modalidade Pregão, na forma do art. 40 da Lei n. 8.666/93.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 281, de 08 de janeiro de 2018.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de outubro de 2018.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 519, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772879

DECRETO Nº 519, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre convocação da II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada;

- Considerando o previsto na Lei nº 10.741, de 1º/10/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso;
- Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1605, de 09/10/2009, que criou o Conselho Municipal do Idoso (CMI) de São Domingos;
- Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a melhoria e implementação da Política dos Direitos da Pessoa Idosa no município;
- Considerando a solicitação da Presidenta do Conselho Municipal do Idoso, através do Ofício CMI nº 001/2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no dia 07 de novembro de 2018, no Centro de Eventos e Cultura Vereador Valcino Lodi, tendo como tema central: "Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o Papel das Políticas Públicas".

Art. 2º As normas de organização e funcionamento desta Conferência, serão deliberadas pelo Conselho Municipal do Idoso em regimento próprio aprovado pelo respectivo conselho.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto, correrão por conta de dotação consignada no orçamento deste Município de São Domingos

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de outubro de 2018.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 520 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772882

DECRETO Nº 520 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Altera a composição do Conselho Municipal de Habitação CMH e dá outras providências

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0020 de 16/04/08; pela Lei Complementar Municipal nº 0048 de 04/10/2013 e,

- Considerando o requerimento apresentado pela Presidente do Conselho Municipal de Habitação;
- Considerando os princípios da legalidade e do interesse público dos atos da administração.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor do Conselho Municipal de Habitação - CMH, os seguintes membros:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) Titular – Francismara Aparecida Mariani
- b) Suplente – Cristiane Ansolin

II - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

- a) Titular – Nicanor Rodrigues de Souza
- b) Suplente – Karen Paola Anghinoni

III - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos:

- a) Titular – Leomar de Jesus Roll
- b) Suplente – Ari Pertille

IV - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

- a) Titular – Paulo Afonso Roani
- b) Suplente – Flávio Triches

V – Companhias Catarinense Distribuidoras de Água e Energia Elétrica – CASAN e CELESC:

- a) Titular – Cloir Anselmi (CELESC)  
b) Suplente – Paulo Cezar Biavatti

VI - Associação de Moradores do Loteamento Vida Nova:

- a) Titulares – Julia Aparecida Candido e Luis Santos  
b) Suplentes – Margarete do Amaral Antunes e Nelson da Fonseca

VII - Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida:

- a) Titular – Vivaldino Nunes de Carvalho  
b) Suplente – Mateus Eduardo Cenci Pereira

VIII - Movimentos Sindicais do Município:

- a) Titular – Josiane Rottava (SINTRAF São Domingos)  
b) Suplente – Estrogildo Bortolini (Sindicato dos Produtores Rurais de São Domingos)

IX - Grupos de Mulheres Organizadas:

- a) Titular – Rosana Meotti Marin Anghinoni  
b) Suplente – Salute Tomazeli Kuhn

§ 1º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, para o mandato imediatamente subsequente.

§ 2º Os membros do conselho não receberão qualquer remuneração, sendo considerado serviço de interesse público relevante.

Art. 2º O Conselho Municipal de Habitação será presidido pelo titular do órgão público responsável pela coordenação da política municipal de habitação e auxiliado por um Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, conselheiros representantes da sociedade civil, escolhidos dentre seus pares.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 142 de 20 de junho de 2017.

São Domingos (SC), 11 de outubro de 2018.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária de Administração e Fazenda

## **PORTARIA Nº 556 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772872

PORTARIA Nº 556 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

DESIGNA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 116-D, alínea f da Lei Orgânica Municipal e o art. 125 da Lei Complementar n. 045/2012 em combinação com o art. 37 da Constituição Federal e;

CONSIDERANDO a existência de uma comissão permanente de sindicâncias e processos disciplinares nomeada pela Portaria n. 448 de 13 de abril de 2018;

CONSIDERANDO o contido no artigo 131 da Lei Complementar n. 045/2012, que dispõe que: "O processo administrativo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, este que deverá ser ocupante de cargo efetivo de mesmo nível ou de nível superior ao do acusado ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do servidor acusado."

CONSIDERANDO que, após análise da ficha funcional da Servidora Silvia de Brito verificou-se que a mesma possui graduação superior àquela da Presidente da Comissão de Processos Administrativos Disciplinares, Sra. Cristiane Ansolin;

CONSIDERANDO a Ata deliberada pela referida comissão.

RESOLVE:

Art. 1º CONSTITUIR a comissão para análise da sindicância n. 001/2018, conforme segue:

I – Juscivete Fátima Fávero, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Médica Veterinária, matrícula nº 1038, presidente;

II - Cristiane Ansolin, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, matrícula nº 1889, membro;

III - Anilela Nicolao Pretto, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor PD/D-IV, matrícula nº 338-9, membro;

Art. 2º Fica revogada a Portaria n. 448 de 13 de abril de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de outubro de 2018.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 109/2018

Publicação Nº 1772076

No dia 11 de outubro de 2018, às 08:45 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para realização de Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE n. 109/2018, Modalidade Tomada de Preços 006/2018 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ENGENHARIA PARA A AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRIANÇA FELIZ (CRECHE PROINFANCIA AMPLIAÇÃO TIPO B - PROJETO PADRÃO FNDE/MEC) COM A EXECUÇÃO DE 02 NOVAS SALAS DE AULA. Ainda que amplamente divulgado, apresentou envelopes de n. 01 e 02 somente a empresa: VISOLI CONSTRUTORA LTDA. EPP, CNPJ N. 02.131.315/0001-01, a qual credenciou o Sr. Benhur Visoli Vanazzi, CPF n. 056.400.229-14. A licitante comprovou sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (item 5.9 do edital). Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes de n. 01 - Documentos de Habilitação e Envelopes n. 02 - Proposta de Preços. Os envelopes foram rubricados pela Presidente, membros da Comissão de Licitações e credenciado. Realizou-se a abertura do envelope n. 01 - Documentos de Habilitação, sendo que os mesmos foram igualmente rubricados pela Presidente, membros da Comissão e credenciado, sendo constatado pela Presidente da Comissão de Licitação, que a participante cumpriu com todas as exigências sendo esta declarada HABILITADA para apresentação da respectiva proposta de preço. Desta feita e considerando: a) a supremacia do Interesse Público; b) que o certame teve apenas uma empresa participante; c) o atendimento ao Princípio da Eficiência; d) que a participante renúncia expressamente ao direito de interposição de recurso, decide a Comissão de Licitações por dar seguimento ao certame, efetuando a abertura do envelope n. 02 - Proposta de Preços da proponente habilitada, restando esta vencedora do certame com o valor total de R\$ 283.942,77 (duzentos e oitenta e três mil, novecentos e quarenta e dois reais e setenta e sete centavos). Toda a documentação foi apresentada de acordo com as exigências do edital. Desta feita, DECIDE a Comissão de Licitações pela classificação da proposta, declarando a empresa VISOLI CONSTRUTORA LTDA. EPP, vencedora deste certame. O presente processo será remetido, na íntegra, ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e posteriormente à Autoridade Competente para deliberação. Nada mais.



# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### PP 148-2018

Publicação Nº 1772141

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 148/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 14.985 de 26 de julho de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09h do dia 25 de outubro de 2018, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

#### 1. DA LICITAÇÃO

##### 1.1 – DO OBJETO

1.1.1. Contratação de serviços de sinalização horizontal viária em m2, com tinta a base de resina acrílica inclusa e aplicação de microesfera de vidro incolor, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I, parte integrante deste Edital.

##### 2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 09h do dia 25 de outubro de 2018.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: Será às 09h do dia 25 de outubro de 2018, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

#### 3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por Lote, nas propostas classificadas pelo (a) Pregoeiro (a).

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	0501 – Departamento Municipal de Trânsito Manut. do Departamento Municipal de Trânsito
Projeto Atividade	1005 – Sinalização e Controle Viário
Elemento de Despesa	33903924 – Serviço de confecção Manut. Ed instalação de sinal visual e afins
Vínculo do Recurso	1120000 – Convenio de Trânsito Prefeitura 3120000 – Convenio de Trânsito Prefeitura

#### 4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI. Demonstração da experiência do responsável técnico, com declaração autorizando sua inclusão na equipe técnica;

Anexo VII. Recibo de Retirada de Edital;

Anexo VIII. Minuta de Contrato.

## 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 08h às 14h, até a data aprezada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosulsc.gov.br](http://www.saofranciscodosulsc.gov.br), no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

## 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: pelo e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex ou pelo e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br), devendo esta ser entregue ao Pregoeiro (a) até 02 (dois) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro (a).

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br). Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designada outra data para realização do pregão.

## 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular (com firma do outorgante reconhecida), com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar

ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

### 9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 148/2018  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 148/2018  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

## 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato e endereço eletrônico (e-mail);

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

c) indicação individualizada das características, marca (quando houver) e descrições de que os produtos sejam compatíveis com os que estejam sendo cotados e deverão estar de acordo com as exigências constantes dos Anexos I, não se admitindo propostas alternativas

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas,

frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

#### 11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

#### 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, respeitando-se o valor orçado.

12.6. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, por item proposto, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

12.7 O pregoeiro convocará a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, detentora(s) da(s) proposta(s) de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao(s) valor(es) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), para que apresente(m) preço(s) inferior(es) ao(s) da(s) melhor(es) classificada(s), no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

12.8 A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item 12.7.

12.9. Não havendo a apresentação de novo(s) preço(s), inferior(es) ao(s) preço(s) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno

porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 12.7

12.10. Caso a(s) detentora(s) da(s) melhor(es) oferta(s), de acordo com a classificação de que trata o item 12.6, seja(m) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação de preço(s).

12.11. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.12. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.14. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.15. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.16. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

### 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

### 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

#### 14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

##### 14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014

d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.

g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

#### 14.1.2. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.

b.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.4. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante  
Passivo Circulante

#### 14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Certidão de Pessoa Jurídica da empresa e Certidão de Pessoa Física do profissional responsável pela obra ou serviço, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU) vigente na data de abertura dos envelopes;

b) comprovação de que a licitante possui profissional (ais) de nível superior detentor (es) de atestado ou anotação de responsabilidade técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) por execução de obra ou serviço. A declaração da licitante deverá indicar o nome do profissional (is) e preencher os seguintes requisitos:

b.1 – estar acompanhada de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome do (s) profissional (is), devidamente acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido por qualquer uma das regiões do CREA ou do CAU, comprovando a execução, pelo (s) profissional (is) indicado (s), de serviços de características semelhantes e de complexidade equivalentes.

c) demonstração da experiência do responsável técnico, com declaração autorizando sua inclusão na equipe técnica, de acordo com o modelo constante do Anexo VI, devidamente preenchido e assinado;

d) indicação da equipe e do pessoal técnico especializado, adequados e disponíveis para a realização do objeto ora licitado, bem como qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (engenheiros, arquitetos e técnicos de nível médio). O profissional detentor de atestado de responsabilidade técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referidos na alínea (b) deverá integrar a equipe técnica que se responsabilizará pela execução dos trabalhos e sua substituição somente será admitida por outro (s) que detenha as mesmas qualificações aqui exigidas e por motivos julgados relevantes e aceito pela Contratante.

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3 A autenticação de documentos efetuada por servidor da administração somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.



14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.9.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

## 15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

## 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.



16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

#### 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

#### 18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro(a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

#### 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro (a) avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados a Autoridade Competente, para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro (a), ou, quando houver recurso pela própria Autoridade Competente, que decidirá quanto à contratação.

## 20. CONDIÇÕES DA ENTREGA

20.1. Após a Homologação da Licitação pelo Prefeito Municipal, será o vencedor convocado proceder a entrega dos itens licitados.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I – Entregar os itens licitados conforme sua proposta ofertada no dia do certame e Termo de Referência (Anexo I) do edital;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento será efetuado por empenho em 04 (quatro) parcelas mensais, de acordo com os serviços prestados, até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. 22.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

22.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

22.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 11 de outubro de 2018.  
JACKSON PORTELLA LIMA

Diretor Geral – DEMTRAN

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

Contratação de serviços de Sinalização Horizontal Viária em M², com tinta a base de resina acrílica inclusa, devendo atender a norma ABNT NBR 11862:2012. Incluso a aplicação de microesfera de vidro incolor, devendo atender a norma ABNT NBR 16184:2013, nas ruas do Município de São Francisco do Sul, para maior segurança e fluidez do trânsito.

#### 2. FINALIDADE

Tal contratação de Serviços é essencial para garantir maior segurança e mobilidade no trânsito das vias do Município de São Francisco do Sul.

#### 3. JUSTIFICATIVA

A contratação de Serviços para sinalização Horizontal Viária, com tinta a base de resina acrílica inclusa, devendo atender a norma ABNT NBR 11862:2012, incluso a aplicação de microesfera de vidro incolor, devendo atender a norma ABNT NBR 16184:2013, faz-se necessária para cumprir o previsto no Artigo 24, inciso III do Código de Trânsito Brasileiro, onde está previsto a obrigatoriedade por parte do Órgão de Trânsito na implantação do sistema de sinalização, para maior segurança e fluidez do trânsito.

#### 4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

##### LOTE ÚNICO

Item	Produto	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Serviços de sinalização horizontal viária em m² - com tinta a base de resina acrílica inclusa, devendo atender a norma ABNT NBR 11862:2012. Incluso a aplicação de microesfera de vidro incolor, devendo atender a norma ABNT NBR 16184:2013.	4000	M²	R\$ 20,57	82.266,67

VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE: 82.266,67 (oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

#### 5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 Referente ao Lote, por se tratar de serviços de sinalização horizontal, trata-se de serviços de engenharia devendo as empresas licitantes apresentar certificado de registro e regularidade da empresa junto ao conselho regional de engenharia e agronomia - CREA ou conselho de arquitetura e urbanismo - CAU vigentes na data de abertura dos envelopes na data da licitação.

#### 6. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1 A empresa CONTRATADA deverá fornecer todas as ferramentas, instalações provisórias, alimentação, maquinaria e aparelhamento adequado para a mais perfeita execução dos serviços contratados, bem como EPI (Equipamento de Proteção Individual), conforme Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

6.2 A empresa CONTRATADA terá que realizar os serviços, conforme cronograma estabelecido pelo Departamento Municipal de Trânsito de São Francisco do Sul - DEMTRAN.

#### 7. PRAZO DE ENTREGA

A Realização dos Serviços deverá ser realizada no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, após solicitação do DEMTRAN, Assinatura do Contrato e emissão da Ordem de Compra Global.

#### 8. LOCAL PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Vias do Município de São Francisco do Sul a serem definidas pelo Departamento de Trânsito (DEMTRAN/SFS). A empresa prestará os serviços nas vias indicadas pelo DEMTRAN/SFS no Município de São Francisco do Sul, conforme cronograma a ser encaminhado com antecedência.

#### 9. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado por empenho em 04 (Quatro) parcelas mensais, de acordo com os serviços prestados, até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal. As notas deverão ser entregues no DEMTRAN/SFS, localizado na Sede da Prefeitura de São Francisco do Sul, Praça Getúlio Vargas, 01, bairro Centro, CEP:89.240-000, para certificação do setor responsável pelo recebimento dos produtos e serviços.

#### 10. GARANTIA

A empresa CONTRATADA deverá fornecer certificado de garantia dos serviços num prazo de 60 dias em caso de problemas ocorridos nas vias públicas.

#### 11. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos Serviços serão exercidas por servidores a serem indicados pelo DEMTRAN.

## 12. VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

A Vigência e Execução do contrato serão para o período de 04(quatro) meses, a contar da assinatura do contrato.

Jackson Portella Lima  
Diretor Geral do DEMTRAN

## ANEXO II

### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ....., representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ....., e CPF nº ..... , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) ....., portador (a) da Cédula de Identidade RG nº .....e CPF nº ....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/2018, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por \_\_\_\_\_.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

### CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

## ANEXO III

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 148/2018

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa .....(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/2018, cujo objeto é Contratação de serviços de sinalização horizontal viária em m2, com tinta a base de resina acrílica inclusa e aplicação de microesfera de vidro incolor, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 148/2018

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Editais de Pregão Presencial nº 148/2018

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 148/2018 que a Proponente ..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº ..... , com sede na cidade de ..... , Estado ..... , na Rua/Av ..... (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

A N E X O - VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/2018

#### MODELO - EXPERIÊNCIA E DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

A(o) Pregoeiro(a):

Endereço: Praça Getúlio Vargas, n.º 01, Centro Histórico, São Francisco do Sul.

Ref.: Proposta para execução de "serviços de sinalização horizontal viária em m2, com tinta a base de resina acrílica inclusa e aplicação de microesfera de vidro incolor".

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital de Pregão Presencial nº 148/2018, eu, \_\_\_\_\_, portador da carteira e registro no CREA número \_\_\_\_\_, declaro estar ciente e de acordo com a minha indicação pela empresa \_\_\_\_\_, como responsável técnico pelos trabalhos objeto da licitação em referência.

Nos termos do edital, informo abaixo a minha experiência:

ITEM Nº	DESCRIÇÃO DA OBRA/SERVIÇOS	Nº REGISTRO NO CREA (3)	EMPRESA EXECUTORA (4)
(1)	(2)		

(localidade) \_\_\_\_\_, (data) \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

Profissional

(nome e assinatura)

Empresa Licitante

(responsável - nome, cargo e assinatura)

**ANEXO VII****PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/2018****RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET**

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail [licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br).

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: \_\_\_\_\_

C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura

**ANEXO VIII****MINUTA DE CONTRATO****PREGÃO Nº 148/2018**

Contrato Nº ..... / .....

Processo nº

Modalidade:

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS E A EMPRESA.**

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal – Sr. Sr. Renato Gama Lobo, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, à Avenida Nogueira, nº 262 e de outro lado a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxxx nº /2018, conforme faculta o § 5º do art. 42 da Lei nº 8.666, de 21.6.93, com suas alterações subsequentes e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a Contratação de serviços de sinalização horizontal viária em m2, com tinta a base de resina acrílica inclusa e aplicação de microesfera de vidro incolor, de acordo com as exigências, quantidades e especificações constantes do Edital \*\*\*\*\* e seus anexos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação e seus Anexos, a Proposta do CONTRATADO, datada de .... / ..... / ....., e demais elementos constantes do Processo nº \*\*\*\*\*.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII, do artigo 55, ambos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

Os serviços serão prestados sob a forma de execução indireta.





**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS**

O prazo de vigência do Contrato será de 04 (quatro) meses, contados a partir de sua assinatura, sendo que os serviços deverão ser realizados no prazo de 20 (vinte) dias corridos, após solicitação do DEMTRAN, assinatura do contrato e emissão da Ordem de Compra Global.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os prazos indicados nesta Cláusula poderão ser prorrogados, desde que ocorra algum dos motivos elencados nos incisos I a VI do parágrafo 1º, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente. A justificativa deverá demonstrar a ausência de culpa do CONTRATADO, bem como a relação de causa e efeito entre os fatos alegados e o atraso verificado, formalizando-se o respectivo Termo Aditivo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, informado ao CONTRATADO por escrito, desde que devidamente justificado e mediante termo aditivo de prorrogação devidamente publicado em Diário dos Municípios, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo, conforme preceitua o § 5º, do art. 79, da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A prorrogação do prazo de execução implica a prorrogação do prazo da vigência do Contrato por igual período, exceto se houver dispositivo em contrário no termo aditivo de prorrogação.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR**

Pela perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato, obedecidas as demais condições estipuladas neste instrumento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor global de R\$ ..... (.. ..... ).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – No valor global estipulado nesta Cláusula já deverão estar computados todos os custos com salários, encargos sociais, fiscais, administrativos, comerciais e trabalhistas, todos os tributos incidentes sobre os serviços, equipamentos, materiais, mão-de-obra aplicáveis, bem como todas e quaisquer despesas que, direta ou indiretamente, incidam sobre o preço global proposto para os serviços objeto deste Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA ao assinar O CONTRATO, estará firmando termo de que concorda com as exigências estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária vigente, a seguir relacionadas:

a) a adequação do projeto básico, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças e orçamentos, não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite do art. 65, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993;

a.1. Ao assumir o contrato, a empresa adere à correlação entre etapas e volume de serviço previsto, sendo limitada a sua possibilidade de pleitos de revisão baseados em eventuais erros a no máximo 10% do valor do contrato.

a.2. A empresa contratada terá de examinar com máxima atenção o Termo de Referência, pois, ao contratar, estará comprometendo-se a entregar a totalidade do produto projetado pelo valor que ofertou – sem possibilidade de vir, posteriormente, alegar, por qualquer motivo, que esse valor não permite o atingimento pleno do objeto.

b) o contrato deverá conter cronograma físico-financeiro com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle dos serviços, não se aplicando, a partir da assinatura do contrato e para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação do preço;

c) a formação do preço dos aditivos contratuais conterá orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo órgão ou entidade responsável pela licitação, mantendo-se, em qualquer aditivo contratual, a proporcionalidade da diferença entre o valor global estimado pela administração nos termos deste artigo e o valor global contratado, mantidos os limites do art. 65, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

d) na situação prevista na alínea anterior, uma vez formalizada a alteração contratual, não se aplicam, para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação do preço do edital.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, sempre por meio de Termo Aditivo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) e os acréscimos de até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global atualizado do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Fica facultada, entretanto, a supressão além do limite acima estabelecido, mediante consenso entre os CONTRATANTES.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – As alterações do projeto básico, constantes desta cláusula, que importem na modificação das características ou valor dos serviços, deverão acompanhar-se da respectiva complementação do registro da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) da obra junto ao CREA da região onde os serviços serão realizados ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU, onde os serviços serão realizados.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**



O pagamento ao CONTRATADO será efetuado em 04 (quatro) parcelas mensais, de acordo com os serviços prestados, até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal. As notas deverão ser entregues no DEMTRAN./SFS, localizado na Sede da Prefeitura de São Francisco do Sul, Praça Getúlio Vargas, 01, Centro, CEP: 89.240-000, para certificação do setor responsável pelo recebimento dos produtos e serviços.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As notas fiscais/faturas serão obrigatoriamente atestadas no verso, pelo servidor do CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento e fiscalização, após verificado que os serviços tenham sido executados a contento, sem o que não poderá ser efetuado o pagamento correspondente. O prazo para a realização da vistoria de verificação da execução dos serviços é de 10 (dez) dias úteis contados da comunicação oficial CONTRATADA, do adimplemento da obrigação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Antes de efetivar cada pagamento será procedida consulta quanto a continuidade das condições de habilitação exigidas no Edital. Os resultados da consulta serão impressos e juntados aos autos do processo.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A constatação do descumprimento da exigência da manutenção das condições da habilitação enseja a aplicação de penalidade e a rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Verificada a existência de irregularidade fiscal, a empresa, sem prejuízo do pagamento, será notificada da ocorrência, para que, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da notificação, promova a regularização ou apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Não obsta a efetivação do pagamento a existência de registro no SICAF de aplicação de penalidade ao CONTRATADO, por outro órgão da Administração Pública, desde que comprovada a sua regularidade fiscal, ou após adotados os procedimentos estabelecidos no parágrafo anterior.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO antes de paga ou relevada a multa que lhe tenha sido aplicada e sem que antes tenha sido comprovado o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos serviços ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica).

**PARÁGRAFO OITAVO** – O CONTRATANTE recusará o pagamento, se no ato de atestação, os serviços executados, os equipamentos ou materiais fornecidos não estiverem em perfeitas condições de funcionamento, ou estiverem em desacordo com as especificações e exigências do Edital e seus anexos.

**PARÁGRAFO NONO** – O CONTRATANTE poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pelo CONTRATADO nos termos desta contratação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Havendo qualquer dúvida acerca dos recolhimentos fiscais e trabalhistas, o gestor está autorizado a requisitar da empresa contratada a apresentação dos comprovantes individualizados dos recolhimentos e as respectivas GFIPs discriminadas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – Na cotação de tributos e encargos sociais, o licitante é o único responsável pela cotação correta. Portanto, em caso de erro ou cotação incompatível com o regime legal aplicável, serão adotadas as orientações a seguir:

- a) cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual, devendo, a empresa, assumir o ônus decorrente de seu erro;
- b) cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa/dedução, quando do pagamento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, mediante solicitação expressa ao CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados a taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times Vp$ , onde:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira: 0,0001643;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O CONTRATADO não fará jus à atualização financeira a que se refere esta Cláusula, se o atraso decorrer de entrega tardia de documentação exigida, ou da ausência total ou parcial desta, ou de pendência de cumprimento pelo CONTRATADO, de qualquer das cláusulas deste Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais servidores responsáveis, designados pelo CONTRATANTE, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) da equipe de engenharia do

CONTRATANTE, para tanto instituída, devendo:

I – promover o acompanhamento e as avaliações das etapas executadas, observado o disposto no Cronograma Físico-Financeiro e as exigências estabelecidas no Edital e no presente Contrato; e

II – atestar os documentos referentes à conclusão de cada etapa, nos termos contratados, para efeito de pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Além do acompanhamento e da fiscalização dos serviços, o(s) servidor(es) da equipe de engenharia deverá(ão) sugerir à autoridade competente do CONTRATANTE, que suste qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O CONTRATADO deverá indicar preposto para representá-la sempre que for necessário, durante o período de vigência do Contrato e manter disponível, durante a execução da obra, o engenheiro responsável pela obra.

PARÁGRAFO QUARTO – O(s) servidor(es) da equipe de fiscalização do CONTRATANTE, anotar(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA NONA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Contrato correrá à conta da dotação orçamentária conferida ao CONTRATANTE para o exercício de 2018, sob a seguinte classificação da despesa:

Unidade Orçamentária	0501 – Departamento Municipal de Transito Manut. do Departamento Municipal de Trânsito
Projeto Atividade	1005 – Sinalização e Controle Viário
Elemento de Despesa	33903924 – Serviço de confecção Manut. Ed instalação de sinal visual e afins
Vínculo do Recurso	1120000 – Convenio de Trânsito Prefeitura 3120000– Convenio de Trânsito Prefeitura

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EMPENHO DA DESPESA

Os recursos necessários ao atendimento da despesa inerente ao presente Contrato estão regularmente inscritos na Nota de Empenho nº ..... , de ..... de ..... de ....., no valor de R\$ ..... ( ..... ).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

O presente Contrato deverá ser fielmente executado pelas partes, as quais se obrigam a obedecer as seguintes normas:

##### PARÁGRAFO PRIMEIRO – São obrigações do CONTRATANTE:

I – autorizar o início dos serviços e permitir o livre acesso dos empregados do CONTRATADO ao local;

II - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos do CONTRATADO;

III – acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços e atestar as faturas;

IV - após a conclusão de cada etapa, os serviços serão submetidos à apreciação da fiscalização do CONTRATANTE, que poderá aceitá-los ou rejeitá-los, fazendo, por escrito, as observações que julgar necessárias à sua perfeita conclusão;

V – rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações do CONTRATANTE, ou com as exigências das normas técnicas, dos Projetos, do Edital de Licitação e seus anexos, que são partes integrantes deste Contrato;

VI- solicitar que seja refeito o serviço recusado, adequando aos projetos, às especificações constantes do Edital da Licitação e seus anexos e às normas técnicas;

VII –receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, se os serviços forem executados de acordo com as exigências do Edital da Licitação e seus anexos, com a Proposta, com o presente Contrato e com as normas que disciplinam o objeto da contratação, principalmente as normas técnicas;

##### PARÁGRAFO SEGUNDO – São obrigações do CONTRATADO:

I – agir de boa-fé, ao executar os serviços objeto deste Contrato de acordo as exigências do Edital da Licitação, com a melhor técnica, utilizando materiais de primeira qualidade e cumprindo todas as normas técnicas, bem como a fornecer os originais dos projetos atualizados e aprovados, passando os mesmos a pertencer ao CONTRATANTE, e a fazer parte integrante do presente Contrato;

II – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apontadas pelo CONTRATANTE;

III – cumprir quaisquer formalidades e pagar as multas porventura impostas pelas autoridades competentes, decorrentes da execução da obra ou serviços ora contratados;

IV – manter o devido sigilo técnico e comercial quanto aos serviços objeto do presente Contrato;

V – facilitar e permitir ao CONTRATANTE a qualquer momento, a realização de vistoria e acompanhamento dos serviços, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade do CONTRATADO, assegurado, a qualquer tempo, o direito à plena fiscalização dos serviços licitados, permitindo o livre acesso dos fiscais a todo o local de execução da obra, a todos os projetos e documentação correlata, permitir a retirada pelos fiscais de documentos e projetos para diligências, tudo independentemente de comunicação ao CONTRATADO;

VI – responder por todo e qualquer dano que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade, assegurando ao CONTRATANTE, em qualquer caso, o exercício do direito de regresso, pela via administrativa, que após o devido processamento e garantido o direito de defesa, o prejuízo ensejará o desconto de valores devidos ou inscrição do débito em dívida ativa;

VII – realizar suas atividades utilizando profissionais qualificados e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda a legislação pertinente aos serviços prestados e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;

VIII – manter os seus técnicos identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;

IX – manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

X – comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

XI – ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, arcar com todas as despesas decorrentes da contratação e, ainda, assumir a inteira responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vitimar seus empregados, quando em serviço, e por todos os direitos que as leis trabalhistas lhes assegurem;

XII- arcar com os danos causados diretamente à Administração do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE e responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços;

XIII- arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados nos serviços ou no recinto do CONTRATANTE;

XIV- reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados referentes à obra em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da ciência, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização;

XV- providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente e cumprir as normas de segurança no trabalho;

XVI- remover entulho e todos os materiais que sobram, promovendo a limpeza do local dos serviços, durante todo o período de execução e, especialmente, ao seu final;

XVII- submeter ao CONTRATANTE, antes do início dos trabalhos, a relação nominal de seu pessoal técnico envolvido com a execução dos serviços, para o fim previsto no artigo 30 § 10º da Lei nº 8.666/1993;

XVIII- responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento convenientes dos trabalhos;

XIX- providenciar, após a assinatura do Contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART no CREA da região onde os serviços serão realizados ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT junto ao CAU, entregando uma via ao CONTRATANTE, antes do início da execução dos serviços. As alterações correspondentes a prorrogação de prazo deverão acompanhar-se da respectiva complementação do registro da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos serviços junto ao CREA da região onde os serviços serão realizados ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU;

XX - garantir todos os serviços executados, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme preceituado pelo Código Civil Brasileiro;

XXI - assumir a responsabilidade por todos os encargos penitenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, garantindo que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

XXII - assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer da execução deste Contrato ou em conexão, com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

XXIII - assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados à execução dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

XXIV - assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;

XXV - prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

XXVI - comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

PARÁGRAFO TERCEIRO – A prorrogação do prazo de execução dos serviços implica a prorrogação do prazo da vigência do Contrato por igual período, exceto se houver dispositivo em contrário no termo aditivo de prorrogação.

PARÁGRAFO QUARTO – O CONTRATADO assumirá a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro geral (seguro de riscos e de acidente do trabalho), que incidam ou venham a incidir sobre os serviços objeto deste Contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O atraso injustificado na execução dos serviços ou o descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato sujeitará o CONTRATADO à multa de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato e pela inexecução total ou parcial do objeto desta avença, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

a- advertência;

b- multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

c- suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Pelos motivos que se seguem, o CONTRATADO estará sujeita às penalidades tratadas no item anterior:

I- pela não apresentação da apólice de seguro geral (seguro de riscos e acidentes de trabalho);

II - pela não apresentação da garantia;

III- pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos;

IV - pela recusa em substituir qualquer material defeituoso empregado na execução dos serviços, que vier a ser rejeitado, caracterizada se a substituição não ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização, contado da data da rejeição;

V - pela recusa em refazer qualquer serviço que vier a ser rejeitado caracterizada se a medida não se efetivar no prazo máximo de 5 (cinco) dias, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização, contado da data de rejeição.

VI - pelo descumprimento de alguma das Cláusulas e dos prazos estipulados neste Contrato e em sua proposta.

VII – Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, conforme as tabelas 1 e 2 a seguir:

GRAU	OCORRÊNCIA
01	0,2% por dia sobre o valor do item de serviço da planilha orçamentária
02	0,3% por dia sobre o valor do item de serviço da planilha orçamentária
03	0,5% por dia sobre o valor do item de serviço da planilha orçamentária

ITEM	INFRAÇÃO DESCRIÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	03
02	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	02
03	Manter trabalhador sem qualificação exigida para executar os serviços contratados, ou deixar de substituir trabalhador quando exigido pela FISCALIZAÇÃO, por trabalhador.	01
04	Permitir a execução de serviços sem utilização de EPI/EPC ou a presença de trabalhador fora dos locais em que estão realizados os serviços, por trabalhador.	01
05	Recusar-se a executar ou corrigir serviço determinado pela fiscalização, por serviço.	02
06	Deixar de zelar pelas instalações do CONTRATANTE ou de terceiros.	01
07	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	02
08	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência.	01

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Além das penalidades citadas, o CONTRATADO ficará sujeito, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Comprovado o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela Administração do CONTRATANTE, o CONTRATADO ficará isenta das penalidades mencionadas.

**PARÁGRAFO QUARTO** – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao CONTRATADO juntamente com as de multa, descontando-a da garantia prestada ou dos pagamentos a serem efetuados, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A multa aplicada não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções previstas nesta Cláusula.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A mora no cumprimento da obrigação, além de sujeitar o CONTRATADO à aplicação de multa, autoriza o CONTRATANTE, em prosseguimento ou na reincidência, a rescindir o Contrato e a punir o CONTRATADO faltoso com a aplicação das demais sanções nesta Cláusula.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A prévia defesa do interessado, poderá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato. Elevando-se este prazo para 10 (dez) dias úteis no caso da penalidade prevista na alínea “d” caput desta Cláusula.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Não conhecido, ou improvido, o recurso cabível, o valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao CONTRATANTE, dentro de 3 (três) dias úteis após a respectiva notificação.

**PARÁGRAFO NONO** – A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste Edital será comunicada por escrito ao CONTRATADO infrator, publicada no Diário dos Municípios.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL**

A inexecução total ou parcial do Contrato, por parte do CONTRATADO, assegurará ao CONTRATANTE o direito de rescisão nos termos do art. 77, bem como nos casos citados no art. 78, ambos da Lei nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A rescisão do Contrato, nos termos do artigo 79 da Lei nº 8.666/93, poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

c) judicial, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A rescisão contratual fundada no inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Décima Quarta do presente Contrato, acarreta as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do CONTRATANTE;

II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58, da Lei nº 8.666/93;

III - execução da garantia contratual, para ressarcimento do CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ele devidos;

IV - retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do parágrafo anterior fica a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Na hipótese do inciso II do parágrafo segundo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade superior.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Determinada a rescisão o CONTRATANTE procederá a vistoria e levantamento dos serviços executados, dos equipamentos e materiais do acervo existente, que servirão de base para o acerto final de contas, se for o caso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ENTREGA DO SERVIÇO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Executado integralmente os serviços e cumpridas todas as obrigações objeto deste Contrato, o CONTRATADO deverá comunicar oficialmente ao CONTRATANTE, mediante correspondência escrita, até o 5º (quinto) dia após a data fixada para conclusão dos mesmos e o recebimento efetivar-se-á nos seguintes termos:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da comunicação escrita de execução total do objeto contratado feita pelo CONTRATADO, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes,



em três vias, onde serão discriminados todos os serviços objeto do Contrato, para posterior verificação da sua conformidade com todos os elementos técnicos que serviram de base para a contratação;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em três vias, em até 15(quinze) dias corridos, contados a partir da data do recebimento provisório.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pelo perfeito cumprimento das obrigações assumidas, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO. No termo de recebimento definitivo serão elencadas todas as situações do recebimento, como também a descrição detalhada dos serviços recebidos, comprovando a adequação do objeto licitado aos termos contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Caso a Administração não aceite os serviços, poderá conceder novo prazo ao CONTRATADO, para que, às suas expensas, complete ou refaça os serviços rejeitados, reservado o direito de aplicação das penalidades cabíveis. Enquanto tais serviços não forem recebidos definitivamente, o CONTRATADO não poderá emitir faturas a eles correspondentes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada em extrato, no Diário dos Municípios e DOE, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias daquela data, na forma prevista no parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

O foro da Comarca de São Francisco do Sul é o único competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente contratação.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, cujo extrato fica registrado às fls. .... do Livro Especial de Contrato do CONTRATANTE, de acordo com o artigo 60 da Lei nº 8.666/1993, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas.

Local, .... de ..... de .....

..... PELO CONTRATANTE	..... PELO CONTRATADO
---------------------------	--------------------------

#### TESTEMUNHAS:

..... NOME COMPLETO e CIC/MF	..... NOME COMPLETO e CIC/MF
---------------------------------	---------------------------------

# São João do Sul

## PREFEITURA

### CONT. 057\_2018\_PREF

Publicação Nº 1772941

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 57/2018

OBJETO: contratação de empresa para contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem para a realização XX Taça Cidade do Município de São João do Sul/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: LIGA ATLÉTICA VALE DO MAMPITUBA.

VIGÊNCIA: 11/10/2018 a 31/12/2018.

VALOR: R\$ 23.124,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 49/2018 – Convite e Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

11.01 – 2.037 – 3.3.90.39.99.00.0080 (162)

São João do Sul/SC, 11 de outubro de 2018.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal



# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 344/2018

Publicação Nº 1772691

DECRET O Nº 344/2018

CONSTITUI O COMITÊ GESTOR MUNICIPAL INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO as competências e responsabilidades dos municípios na execução do Programa Bolsa Família, conforme Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004, inclusive de promover ações que viabilizem a gestão intersetorial na esfera municipal;

As ações, as normas, os critérios e os procedimentos para o apoio à gestão e execução descentralizadas do Programa Bolsa Família, no âmbito dos municípios, estabelecidos na Portaria nº 754, de 20 de outubro de 2010; e,

O caráter intersetorial do Programa Bolsa Família, particularmente no que se refere ao acompanhamento e controle do cumprimento das condicionalidades de saúde e educação e ao encaminhamento das famílias mais vulneráveis para o acompanhamento familiar, em consonância à consideração especificada na Portaria nº 754, de 20 de outubro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituído o Comitê Gestor Municipal Intersectorial do Programa Bolsa Família, composto pelos representantes:

I – Lusiane Zandonadi Nunes – Secretaria Municipal de Assistência Social;

II – Elieli Priscila da Silva – Secretaria Municipal de Educação; e,

III – José Teodoro de Sena Amaral – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O Comitê será responsável por auxiliar na articulação intersectorial das ações do Programa Bolsa Família, no âmbito municipal, sob a coordenação do representante da Secretaria de Assistência Social.

§ 1º - As ações mencionadas no caput abrangem o Cadastro Único, especificamente no que se refere ao planejamento financeiro, de acordo com as demandas e necessidades para sua gestão.

§ 2º - As ações do Programa Bolsa Família deverão ser planejadas levando em consideração as demandas e necessidades para sua gestão, no que se refere às ações de assistência social, educação e saúde.

§ 3º - Também é de responsabilidade do Comitê estabelecer sua metodologia de trabalho.

Art. 3º - São competências do Comitê:

I – Elaborar o planejamento anual intersectorial das ações do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único a serem desenvolvidas com os recursos do Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (Municípios e Distrito Social) - IGD-M, visando contribuir para o aperfeiçoamento da qualidade de sua gestão;

II – Promover a interlocução permanente com a Instância de Controle Social (ICS) do Programa Bolsa Família, bem como com os conselhos municipais de educação e saúde, visando subsidiá-los e informá-los em questões inerentes ao Programa;

III – Fomentar junto à ICS do Programa a instituição de Comissão específica para o acompanhamento, controle e fiscalização das ações relacionadas ao Programa Bolsa Família;

IV – Submeter, anualmente, o planejamento intersectorial e o relatório de sua execução à aprovação da ICS do Programa;

V – Monitorar a evolução do acompanhamento/cumprimento das condicionalidades do Programa, assim como o registro nos Sistemas específicos; e,

VI – Planejar e articular estratégias com a rede de proteção social, visando superar as situações de vulnerabilidade, conforme os resultados dos motivos de descumprimento das condicionalidades.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de Outubro de 2018.

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 511/2018

Publicação Nº 1772675

PORTARIANº 511/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a C.I. nº 151/2018, datada de 10/10/2018/Gabinete do Prefeito, fica TRANSFERIDO TEMPORARIAMENTE o funcionário ANDRIGO DE SOUZA GOULART, ocupante do Cargo de Motorista, matrícula nº 9180, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Assistência Social – Conselho Tutelar, pois o titular da Pasta Tiago de Souza Pereira, pediu Exoneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 10 de outubro de 2018.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## PORTARIA Nº 512/2018

Publicação Nº 1772677

PORTARIANº 512/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – MARLENE ELIZIARIO DE MELO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 03/10/2018 e o retorno de acordo com o INSS. – SIMONE DE FATIMA PEREIRA VELHO, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, por 01 (um) dia, no dia 08/09/2018. – MARIZA NUNES OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Psicóloga, por 01 (um) dia, no dia 08/10/2018. – LENITA APARECIDA SEIFERT, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 03 (três) dias, a contar do dia 08/10/2018. – RENATA BORGES SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 08/10/2018. – ROSITA APARECIDA RIBEIRO, ocupante da Função de Agente Comunitário de Saúde, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 08/10/2018, para tratamento de saúde de sua filha. – ANDRÉ SOUZA SPOLTI, ocupante do Cargo de Técnico em Atividades Agropecuárias, por 01 (um) dia, no dia 08/10/2018, para tratamento de saúde de sua esposa. – NEOMAR NESI DE MATOS, ocupante da Função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 08/10/2018. – DANIELA MATOS PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por ½ (meio) dia, no período vespertino, do dia 08/10/2018. – RAQUEL OLIVEIRA NUNES, ocupante do Cargo de Pedagoga, por 03 (três) dias, a contar do dia 09/10/2018. – ADRIANA PORTO VELHO LOPES, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 09/10/2018. – SIMONE DE FATIMA PEREIRA VELHO, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, por 01 (um) dia, no dia 09/10/2018. – CLAUDIA DA SILVA FLORES, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, por 01 (um) dia, no dia 09/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 10 de Outubro de 2018.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## PORTARIA Nº 513/2018

Publicação Nº 1772683

PORTARIANº 513/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADAS por término de períodos de férias as senhoras: - REGINA APARECIDA CORDOVA, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar, para o qual havia sido Designada através da Portaria Nº 463/2018, de 12/09/2018. – THAIZE ABATT, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar, para o qual havia sido Designada através da Portaria Nº 464/2018, de 12/09/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de outubro de 2018.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PROCESSO 31/2018 FMS**

Publicação Nº 1772903

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 31/2018

Pregão Presencial Nº 24/2018

Objeto: Contratação de empresas especializadas para realização de exames laboratoriais de Beta HCG e TIG e prestação de serviços de Ultrassonografias Obstétricas e Ultrassonografias Obstétricas com Doppler colorido e pulsado.

Tipo: Menor preço global por lote

Abertura: 30/10/2018 – 13h30min

Valor estimado: R\$ 115.094,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400 R-6456

São Joaquim, 11 de outubro de 2018

Raquel Moreira Henrique Fernandes

Diretora de Compras

# São José

## PREFEITURA

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE CANDIDATURA

Publicação Nº 1773027

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ CMSSJ/SC  
Lei Municipal nº 4776/2009 alterada pela lei Municipal nº 5146/2011

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE CANDIDATURA

A Comissão Eleitoral instituída pela resolução nº 08/2018 (3ª chamada) no uso de suas atribuições;  
Considerando o que dispõe o regimento interno do Conselho Municipal de Saúde no tocante a eleição;  
Considerando as competências instituídas a referida Comissão, bem como, as diretrizes eleitorais instituídas pelo Regimento Eleitoral;  
Considerando o edital 03/2018 CMSSJ/SC;

Resolve:

Art.1º- Homologar as inscrições das entidades habilitadas para participar do pleito bienal 2018-2020 para o Conselho Municipal de Saúde São José. (Eleição 3ª chamada)

I - Seguimento Usuário:

Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Professora Laurita de Dutra de Souza;

Associação de Pais e Professores do Colégio Municipal Maria Luiza de Melo;

Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Municipal Antônio Francisco Machado;

II - Seguimento Prestadores de Serviço:

Prime Laboratório Clínico

Art.2º Esse termo de Homologação entra em vigor na data de sua publicação, revogando

São José, 11 de Outubro de 2018

#### COMISSÃO ELEITORAL:

-Presidente: Daniela da Silva Fraga

-Vice Presidente: Udo Hawerth

-1ª Secretária: Gisele Kirchner Alves

-Membro da comissão: Ivani Spigiorin

Publique-se, Cumpra-se

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 205/2018

Publicação Nº 1772452

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 205/2018 – PR 140/2017 – Processo 851/2017 – Proc. Adm. 11681/2017 – Fornecedor: DIGICON S/A CONTROLE ELETRÔNICO PARA MECÂNICA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA DE VEÍCULOS/ PEDESTRES E IMPLANTAÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DE SUPORTE NO SISTEMA VIÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$208.000,00 (duzentos e oito mil reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 04 de setembro de 2018

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 206/2018**

Publicação Nº 1772459

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 206/2018 – PR 140/2017 – Processo 851/2017 – Proc. Adm. 11681/2017 – Fornecedor: S.D.M COMÉRCIO E MONTAGEM DE COMPONENTES ELETRÔNICOS EIRELI - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA DE VEÍCULOS/ PEDESTRES E IMPLANTAÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DE SUPORTE NO SISTEMA VIÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$41.370,00 (quarenta e um mil e trezentos e setenta reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 04 de setembro de 2018

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 207/2018**

Publicação Nº 1772460

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 207/2018 – PR 140/2017 – Processo 851/2017 – Proc. Adm. 11681/2017 – Fornecedor: SINALES SINALIZAÇÃO ESPIRITO SANTO LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA DE VEÍCULOS/ PEDESTRES E IMPLANTAÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DE SUPORTE NO SISTEMA VIÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$41.000,00 (quarenta e um mil reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 04 de setembro de 2018

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 208/2018**

Publicação Nº 1772463

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 208/2018 – PR 140/2017 – Processo 851/2017 – Proc. Adm. 11681/2017 – Fornecedor: SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA DE VEÍCULOS/ PEDESTRES E IMPLANTAÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DE SUPORTE NO SISTEMA VIÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 131.528,90 (cento e trinta e um mil, quinhentos e vinte e oito reais e noventa centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 04 de setembro de 2018

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 273/2018**

Publicação Nº 1772812

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 273/2018 – CC 003/2018 – Processo 462/2018 – Proc. Adm. 5165/2018 – Fornecedor: CONSTRU FORMAS CONSTRUÇÕES, REPAROS E REFORMAS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ATENDER AOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, EXCETO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO. Valor da ATA: R\$21.390,00 (vinte e um mil e trezentos e noventa reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 05 de outubro de 2018

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 273/2018**

Publicação Nº 1772829

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 273/2018 – CC 003/2018 – Processo 462/2018 – Proc. Adm. 5165/2018 – Fornecedor: CONSTRU FORMAS CONSTRUÇÕES, REPAROS E REFORMAS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ATENDER AOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, EXCETO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO.

Valor da ATA: A presente ata de registro de preços reger-se-á pelos percentuais abaixo, conforme quadro de quantidades e preços unitários anexos, parte integrante da proposta:

Lote I – Percentual de desconto ofertado: 39% (trinta e nove por cento);

Valor máximo para o Lote: R\$1.150.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil reais).

Lote II – Percentual de desconto ofertado: 35% (trinta e cinco por cento);

Valor máximo para o Lote: R\$76.000,00 (setenta e seis mil reais).

Lote IV – Percentual de desconto ofertado: 34% (trinta e quatro por cento);

Valor máximo para o Lote: R\$196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais).

Lote VI – Percentual de desconto ofertado: 34% (trinta e quatro por cento);

Valor máximo para o Lote: R\$129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais).

Lote VIII – Percentual de desconto ofertado: 49% (quarenta e nove por cento);

Valor máximo para o Lote: R\$418.000,00 (quatrocentos e dezoito mil reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 05 de outubro de 2018

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 274/2018

Publicação Nº 1772838

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 274/2018 – CC 003/2018 – Processo 462/2018 – Proc. Adm. 5165/2018 – Fornecedor: STOCK CONSTRUÇÕES COMERCIAL LTDA EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ATENDER AOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, EXCETO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO. Valor da ATA: A presente ata de registro de preços reger-se-á pelos percentuais abaixo, conforme quadro de quantidades e preços unitários anexos, parte integrante da proposta:

Lote V – Percentual de desconto ofertado: 34% (trinta e quatro por cento);

Valor máximo para o Lote: R\$91.000,00 (noventa e um mil reais);

Lote VII – Percentual de desconto: 34% (trinta e quatro por cento);

Valor máximo para o Lote: R\$220.000,00 (duzentos e vinte mil reais);

Lote IX – Percentual de desconto: 34% (trinta e quatro por cento);

Valor máximo para o Lote: R\$110.750,00 (cento e dez mil e setecentos e cinquenta reais);

Lote X – Percentual de desconto ofertado: 15% (quinze por cento);

Valor máximo para o Lote: R\$44.000,00 (quarenta e quatro mil reais);

Lote XI – Percentual de desconto ofertado: 34% (trinta e quatro por cento);

Valor máximo para o Lote: R\$272.000,00 (duzentos e setenta e dois mil reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 05 de outubro de 2018

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 275/2018

Publicação Nº 1772842

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 275/2018 – CC 003/2018 – Processo 462/2018 – Proc. Adm. 5165/2018 – Fornecedor: CRESTANI COMÉRCIO EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ATENDER AOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, EXCETO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO. Valor da ATA: A presente ata de registro de preços reger-se-á pelos percentuais abaixo, conforme quadro de quantidades e preços unitários anexos, parte integrante da proposta:

Lote III – Percentual de desconto ofertado: 33% (trinta e três por cento);

Valor máximo para o Lote: R\$43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 05 de outubro de 2018

## CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 022/2018

Publicação Nº 1772534

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE SAÚDE

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 022/2018 - Proc. Adm. 6261/2018. Objeto: CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PÚBLICAS, FILANTRÓPICASE/ OU PRIVADA PRESTADORA DE SERVIÇO DE SAÚDE REFERENTE A PROCEDIMENTOS CMM FINALIDADE DIAGNÓSTICA DE MÉDIA E ALTA



COMPLEXIDADE AMBULATORIAL ADULTO E INFANTIL (RADIOLOGIA, ULTRASSONOGRAFIA, TOMOGRAFIA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E MEDICINA NUCLEAR EM VIVO). O Presidente da Comissão informa a todos os interessados que, após a verificação dos documentos constantes no Edital e da visita técnica realizada, a empresa DMI – DIAGNÓSTICO MÉDICO POR IMAGEM foi credenciada para o LOTE 01. Presidente da Comissão.

## COMUNICADO DE SUSPENSÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/2018

Publicação Nº 1772747

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COMUNICADO DE SUSPENSÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/2018 – Processo nº 560/2018 – Proc. Adm. 6647/2018 – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO E SEGURO RCF (REPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA) PARA ATENDER A FROTA DE VIATURAS OFICIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ/SC. A Prefeitura Municipal de São José, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, leva ao conhecimento dos Licitantes e demais interessados que, FICA SUSPENSO SINE-DIE o processo em epígrafe para alterações no Edital. Posteriormente o processo terá nova publicidade.

## CONTRATO/CT: Nº 111/2018

Publicação Nº 1772629

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 111/2018 – PR 068/2018 – Processo 450/2018 – Proc. Adm. 4029/2018 - Contratado: GOVERNANÇA BRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, MANUTENÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO RESIDENTE, GESTÃO DE DEMANDAS E AFERIÇÃO DE USABILIDADE DE SOFTWARE PARA SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA, SOLUÇÕES DE MOBILIDADE ATRAVÉS DE APLICATIVOS INTEGRADOS À SOLUÇÃO CORPORATIVA ACOMPANHAMENTO DAS RESPECTIVAS LICENÇAS DE USO, PARA EXECUÇÃO EM AMBIENTE CONFIGURADO COM ESTRUTURA DE SERVIDOR, BACKUP, MONITORAMENTO E LICENCIAMENTO DE SISTEMA/SOFTWARES BÁSICOS, SEM LIMITAÇÃO DE USUÁRIOS, INCLUINDO SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, CONVERSÃO, TESTES, TREINAMENTO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MENSAL QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS, CORRETIVAS E EVOLUTIVAS NO SISTEMA, ATENDIMENTO E SUPORTE TÉCNICO PARA ESTE SISTEMA QUANDO SOLICITADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC BEM COMO PELOS SEUS O DE MAIS ENTES. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante aditamento, conforme fundamentação legal contida no art. 57, IV da Lei nº 8.666/93.. Valor: R\$1.556.356,64 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos). Data da Assinatura do Contrato: 05 de outubro de 2018.

## DECRETO Nº 10804/2018

Publicação Nº 1773028

DECRETO Nº 10804/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.649 de 21 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 139.820,00 (cento e trinta e nove mil e oitocentos e vinte reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

19.01.06.183.0110.2.401 – Implantação e Manutenção do Videomonitoramento Eletrônico

393 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 139.820,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 139.820,00  
Total do Órgão ..... R\$ 139.820,00  
Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 139.820,00



Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 139.820,00 (cento e trinta e nove mil e oitocentos e vinte reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.15.453.0112.1.004 – Implantação e Manutenção de Abrigos de Passageiros, Pontos de Taxi e Terminais

430 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 25.000,00  
Total deste Projeto ..... R\$ 25.000,00

09.01.06.181.0110.1.019 – Implantação e Reforma de Unidades Operacionais da SSDST e Guarda Municipal

329 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,  
Recursos Próprios ..... R\$ 4.000,00  
Total deste Projeto ..... R\$ 4.000,00

19.01.06.182.0110.2.010 – Ações de Defesa Civil

357 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,  
Recursos Próprios ..... R\$ 14.220,00  
360 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 5.600,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 19.820,00

09.01.06.183.0110.2.131 – Manutenção da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito

381 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,  
Recursos Próprios ..... R\$ 21.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 21.000,00

09.01.06.181.0110.2.261 – Manutenção da Guarda Municipal

347 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 70.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 70.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 139.820,00  
Total da Anulação ..... R\$ 139.820,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

## DECRETO Nº 10805/2018

Publicação Nº 1773029

DECRETO Nº 10805/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 5.649 de 21 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 866.500,00 (oitocentos e sessenta e seis mil e quinhentos reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

24.00 – SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - AUTARQUIA

**24.01 – FUNDO ADMINISTRATIVO - SJPREV****24.01.9.272.0105.2.397 – Taxa de Administração da São José Previdência – RPPS**

1165 – 3.3.90.36.00.00.0045 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,  
Recursos da SJPREV – Fundo Administrativo ..... R\$ 16.500,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 16.500,00

**24.00 – SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - AUTARQUIA****24.02 – FUNDO FINANCEIRO - SJPREV****24.02.09.271.0105.2.399 – Inativos e Pensionistas – SJPREV – Fundo Financeiro**

1172 – 3.1.90.01.00.00.0044 – Aposentadorias e Recursos,  
Recursos da SJPREV – Fundo Financeiro ..... R\$ 850.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 850.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 866.500,00  
Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 866.500,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 866.500,00 (oitocentos e sessenta e seis mil e quinhentos reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

**24.00 – SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - AUTARQUIA****24.01 – FUNDO ADMINISTRATIVO - SJPREV****24.01.9.272.0105.2.397 – Taxa de Administração da São José Previdência – RPPS**

1157 – 3.1.90.11.00.00.0045 – Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,  
Recursos da SJPREV – Fundo Administrativo ..... R\$ 16.500,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 16.500,00

**24.00 – SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - AUTARQUIA****24.02 – FUNDO FINANCEIRO - SJPREV****24.02.09.271.0105.2.399 – Inativos e Pensionistas – SJPREV – Fundo Financeiro**

1175 – 3.3.90.91.00.00.0044 – Sentenças Judiciais,  
Recursos da SJPREV – Fundo Financeiro ..... R\$ 850.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 850.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 866.500,00  
Total da Anulação ..... R\$ 866.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

**DECRETO Nº 10806/2018**

Publicação Nº 1773030

DECRETO Nº 10806/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.649 de 21 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 513.965,29 (quinhentos e treze mil, novecentos e sessenta e cinco reais e vinte e nove centavos), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

**25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

## 25.01.10.302.0102.2.537 – Ações de Atenção Especializada

958 – 3.3.90.39.00.00.0082 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
 Recursos Ordinários – Saúde ..... R\$ 513.621,29  
 Total desta Atividade ..... R\$ 513.621,29

## 25.01.10.302.0102.2.539 – Ações de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU

1593 – 3.3.90.92.00.00.0138 – Despesas de Exercícios Anteriores,  
 Recursos do SUS - União ..... R\$ 344,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 344,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 513.965,29  
 Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 513.965,29

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 513.965,29 (quinhentos e treze mil, novecentos e sessenta e cinco reais e vinte e nove centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

## 25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

## 25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

## 25.01.10.301.0102.2.531 – Ações de Atenção Básica

936 – 4.4.90.51.00.00.0082 – Obras e Instalações,  
 Recursos Ordinários – Saúde ..... R\$ 193.213,26  
 Total desta Atividade ..... R\$ 193.213,26

## 25.01.10.301.0102.2.535 – Ações com Agentes Comunitários

53695 – 4.4.90.52.00.00.0082 – Equipamentos e Material Permanente,  
 Recursos Ordinários – Saúde ..... R\$ 8.117,10  
 Total desta Atividade ..... R\$ 8.117,10

## 25.01.10.302.0102.2.539 – Ações de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU

968 – 3.3.90.14.00.00.0138 – Diárias – Civil,  
 Recursos do SUS - União ..... R\$ 344,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 344,00

## 25.01.10.302.0102.2.540 – Ações do Centro de Atendimento Psicossocial

979 – 3.3.90.39.00.00.0082 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
 Recursos Ordinários – Saúde ..... R\$ 15.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 15.000,00

## 25.01.10.303.0102.2.541 – Ações da Assistência Farmacêutica

1594 – 3.3.90.92.00.00.0082 – Despesas de Exercícios Anteriores,  
 Recursos Ordinários – Saúde ..... R\$ 9,45  
 Total desta Atividade ..... R\$ 9,45

## 25.01.10.122.0102.2.545 – Administração Geral da Saúde

913 – 3.3.90.34.00.00.0082 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de  
 Contratos de Terceirização  
 Recursos Ordinários – Saúde ..... R\$ 104.621,48  
 914 – 3.3.90.39.00.00.0082 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
 Recursos Ordinários – Saúde ..... R\$ 190.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 294.621,48

## 25.01.10.122.0102.2.546 – Manutenção do Conselho Municipal de Saúde

918 – 3.3.90.30.00.00.0082 – Material de Consumo,  
 Recursos Ordinários – Saúde ..... R\$ 1.660,00  
 919 – 3.3.90.39.00.00.0082 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
 Recursos Ordinários – Saúde ..... R\$ 1.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 2.660,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 513.965,29  
 Total da Anulação ..... R\$ 513.965,29

Art. 3º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 433.000,00 (quatrocentos e trinta e três mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.302.0102.2.537 – Ações de Atenção Especializada

53816 – 3.3.90.39.00.00.0139 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos do SUS – UPA Forquilha ..... R\$ 433.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 433.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 433.000,00  
Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 433.000,00

Art. 4º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 3º deste Decreto, correrão à conta do Excesso de Arrecadação dos Recursos do SUS decorrentes da habilitação da Unidade de Pronto Atendimento Forquilha pelo Ministério da Saúde, a serem consignados no orçamento vigente com o código 139.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

## DECRETO Nº 10811/2018

Publicação Nº 1773031

DECRETO Nº 10811/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.649 de 21 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

12.00 – SECRETARIA DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01 – SECRETARIA DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.451.0106.2.057 – Manutenção da Secretaria de Serviços de Urbanismo e  
Serviços Públicos

555 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,

Recursos Próprios ..... R\$ 18.600,00

Total desta Atividade ..... R\$ 18.600,00

Total do Órgão ..... R\$ 18.600,00 Total do Crédito Adicional Suplementar .....  
..... R\$ 18.600,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

12.00 – SECRETARIA DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01 – SECRETARIA DE URBANISMO

SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.452.0106.1.116 – Construção e Ampliação de Cemitérios

571 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,

Recursos Próprios ..... R\$ 18.600,00

Total desta Atividade ..... R\$ 18.600,00

Total do Órgão ..... R\$ 18.600,00

Total da Anulação ..... R\$ 18.600,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Publicação Nº 1772526

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Município de São José vem por meio deste edital notificar a todos e a quem possa interessar, que a localidade denominada de LOTEAMENTO JOÃO AMARO DA CUNHA é objeto de Regularização Fundiária, por meio do processo administrativo nº 9.324/2017, tendo sido realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), afim de emissão de Matrículas Individualizadas aos detentores da Posse dos lotes.

Artigo 01. Descrição Sucinta da área: O Loteamento João Amaro da Cunha com a Matrícula Geral nº 32.215 Registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José/SC, de Propriedade do Espólio de João Amaro da Cunha, com as seguintes configurações:

Com a totalidade de Área dos Lotes a regularizar 7.719,44 m<sup>2</sup>, sendo essa uma área relativamente pequena, mas com uma concentração de 17 lotes.

Artigo 02. Dos equipamentos Urbanos Comunitários presentes na Referida Área: A área de intervenção, e atendida possui os seguintes equipamentos comunitários presentes e constituídas na área tais quais:

- Pavimentação asfáltica;
- Energia Elétrica atendidas pela CELESC;
- Água potável Fornecida pela CASAN;
- Coleta seletiva de resíduos sólidos através da prefeitura Municipal de São José,
- Telefonia fixa pela concessionária OI/Brasil Telecom;
- Sinal de telefonia móvel OI e VIVO, TIM;
- Transporte escolar cedido pelo município;
- Atendimentos de transporte público;
- Anexo I - Mapa da área.

Artigo 03: As impugnações cabíveis ou contrárias ou Adversas ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) trinta dias, a contar da data da ultima publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no DOM (Diário Oficial Municipal) sendo que as impugnações poderão ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São José endereçada à Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos, localizada na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, Ático, Praia Comprida, São José/SC, CEP.: 88103-790, com as devidas justificativas plausíveis, observando o disposto nos Decretos Municipais 8.634/2017 e 8.869/2017, que serão analisadas pela Comissão Municipal de Regularização Fundiária, ficando a seu critério, acatar ou não as devidas impugnações de acordo com as suas razões.

Decorrido o prazo legal, será efetivado o ato, na forma do art. 31, § 5º e §6º da Lei 13.465/2017.

São José/SC, 10 de outubro de 2018.

RODRIGO DE ANDRADE  
Presidente da Comissão de Regularização Fundiária Urbana do Município de São José/SC

### ANEXO I

## LEI 5.688 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1773008

INSTITUI A CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO DA VIDA DENOMINADA "SETEMBRO AMARELO" E O DIA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO AO SUICÍDIO NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui no Calendário Oficial de Eventos no Município de São José - SC a Campanha SETEMBRO AMARELO.

Parágrafo Único – A Campanha Setembro Amarelo será realizada anualmente, sempre no mês de setembro e tem por finalidade:

I – Promoção de palestras e seminários para orientar e alertar à população sobre como diagnosticar possíveis suicidas, bem como palestras

direcionadas aos profissionais de saúde para qualificá-los na identificação de possíveis pacientes que se enquadrem neste perfil;  
II – Ampla divulgação e exposição do distúrbio, com cartazes citando eventuais sintomas e alertando para possível diagnóstico, utilizando-se, ainda, dos meios de comunicação acessíveis à população;  
III- Idealização de canais de atendimento pessoal aos diagnosticados ou a aqueles que se encontram com possível sintoma de tentativa de suicídio;  
IV – Direcionamento de atividades e apoio para o público alvo do programa, principalmente os mais vulneráveis;  
V – Monitoramento de possíveis casos para avaliação e cuidado promovendo a interdisciplinaridade entre os profissionais que irão atuar no segmento;  
VI – Discutir e promover o debate sobre o suicídio e suas possíveis causas;  
VII – Estimular e disseminar, perante os órgãos públicos, Universidades, Entidades, Organizações Não Governamentais e demais instituições o debate sobre o suicídio, ampliando a discussão sob o ponto de vista social e educacional;  
VIII – Contribuir para a redução dos casos de suicídios no Município de São José - SC.

Art. 2º A Campanha Setembro Amarelo terá como símbolo “um laço” de fita na cor amarela, podendo as instituições públicas e todas as esferas, bem como, as da iniciativa privada participarem da divulgação da Campanha mediante a utilização de iluminação e decorações em suas sedes, monumentos e logradouros públicos na mesma cor amarela durante a realização da mesma e em especial os de relevante importância e de grande fluxo de pessoas.

Art. 3º Fica instituído o dia Municipal de Prevenção ao suicídio, a ser realizado no dia 10 de setembro.

Art. 4º Para encerramento da Campanha, fica instituída a Caminhada Anual pela Vida a ser realizada e organizada pela Prefeitura Municipal de São José, com a participação da Câmara de Vereadores, a qual será realizada anualmente no último domingo do mês de setembro.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 08 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

## **LEI 5.689 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1773009

DENOMINA DE RUA VALDEMIRO ELI VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO POTECA, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado de RUA VALDEMIRO ELI, rua localizada no bairro Potecas neste Município, conforme especificado no croqui parte integrante desta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 08 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

## **LEI 5.690 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1773012

DENOMINA DE RUA OTTO STEINER SOBRINHO, VIA PÚBLICA NO BAIRRO SERRARIA, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de RUA OTTO STEINER SOBRINHO - via pública localizada na Transversal da Rua Vergilino Domingos da Silva e Rua 1º de Setembro na altura do Nº 824, no Bairro Serraria, neste município.

Art. 2º O Poder Executivo Providenciará a colocação de placas indicativas, bem como a devida comunicação à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, - CELESC e Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 08 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal



**LEI 5.691 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1773016

DENOMINA DE PROFESSORA NILZA MARIA DA SILVA, A ESCOLA PROFISSIONAL DE BARREIROS, SITUADA A RUA APARECIDA MARIA DADAN S/Nº - BAIRRO AREIAS, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Professora Nilza Maria da Silva, a Escola Profissional de Barreiros, situada a Rua Aparecida Maria Dadan, s/nº, - Bairro Areias, neste Município.

Art 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 08 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**LEI 5.692 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1773018

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ADCTF – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL TERRA FIRME", NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a "ADCTF – Associação Desportiva e Cultural Terra Firme", com sede na Rua Valdemar Rufino da Silva, 1545 Real Parque, São José (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 24.000.434/0001-50, cujo estatuto foi registrado no cartório de registro civis das pessoas naturais, interdições, tutelas, pessoas jurídicas e de títulos e documentos sob o termo nº 10035, às folhas 35, no livro A – 56, e protocolo nº 178236, em 14 de dezembro de 2015, neste município.

Art. 2º À entidade que trata o artigo 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 08 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**LEI 5.693 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1773019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À "APAE SÃO JOSÉ", E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social, até a importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), à 'APAE SÃO JOSÉ', CNPJ 83.806.612/0001-01, devidamente apta a receber tal benefício, visando custear despesas com a manutenção das atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São José.

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São José, a seguir especificada:

02.00 – SECRETARIA DA CASA CIVIL

02.01 – SECRETARIA DA CASA CIVIL

02.01.08.244.0111.2.252 – Subvenções Sociais

13 – 3.3.50.43.00.00.0080 – Subvenções Sociais,

Recursos Próprios ..... R\$ 100.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar exclusivamente para custear despesas decorrentes da aplicação desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 08 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal



**RESOLUÇÃO Nº 33/2018/CMAS**

Publicação Nº 1773024

RESOLUÇÃO Nº 33/2018/CMAS

APROVA A ENTREGA DE DOCUMENTOS PARA EMISSÃO DE ATESTADO DE FUNCIONAMENTO – ANALISADOS PELA COMISSÃO DE NORMAS EM 13 DE SETEMBRO DE 2018.

O CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05, conforme deliberado em Reunião Plenária Ordinária de 13 de setembro de 2018;

Considerando, a Resolução 15/2015/CMAS que aprova normas para expedição de atestado de funcionamento para as entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social de São José – CMAS/SJ;

Considerando, o Parecer da Comissão de Normas do CMAS de 13 de setembro de 2018, o qual Aprova os documentos necessários para a emissão de Atestado de Funcionamento;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a emissão de Atestado de Funcionamento para as entidades: Associação de Moradores do Jardim Amodelar – AMORJA e Associação Espírita Tereza De Jesus - AETJ;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º – Publique-se na forma da Lei.

São José (SC), 13 de setembro de 2018.

LUIZ ANDRÉ CERCAL

Presidente do CMAS/SJ

**RESOLUÇÃO Nº 34/2018/CMAS**

Publicação Nº 1773026

RESOLUÇÃO Nº 34/2018/CMAS

ALTERA NORMAS PARA EXPEDIÇÃO DE ATESTADO DE FUNCIONAMENTO PARA AS ENTIDADES INSCRITAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ – CMAS/SJ.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José- CMAS/SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/2005 e conforme aprovado na Reunião Plenária Ordinária de 11 de junho de 2015;

CONSIDERANDO a Lei 8.742/93 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social em seu artigo 6º que trata das ações na área da Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS Nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS Nº 14 de 15 de maio de 2014, que define parâmetros nacionais para Inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como, dos serviços, programas, projetos e benefícios Socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução CMAS Nº 63 de 18 de novembro de 2010, a qual define que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

COSIDERANDO a Lei 4.308/2005 de 20 de junho de 2005, Art. 4º inciso IIIº o qual prevê os procedimentos para a concessão de registro e certificado de entidade beneficente de assistência social às instituições privadas prestadoras de serviços e assessoramento de assistência social que prestem serviços relacionados com seus objetivos institucionais, bem como, conceder registro e certificado às mesmas;

CONSIDERANDO deliberação da Plenária Ordinária de 13 de setembro de 2018, referente à expedição de Atestados de funcionamentos às entidades Inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social de São José;

RESOLVE:

Art. 1º - São documentos necessários para instruir o processo administrativo para expedição de atestado de funcionamento das entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social de São José as quais serão submetidas à Secretaria Executiva:

I - Ofício dirigido a (o) presidente do CMAS, requerendo a emissão do atestado de funcionamento, com as devidas justificativas (anexo I);

II- Cópia do Estatuto, ou cópia da certidão de pessoa jurídica caso tenha ocorrido atualização. Não havendo, anexar (anexo II) declaração atestando a última atualização;

III- Cópia da Ata de eleição da atual diretoria, devidamente registrada no cartório de registro civil de Pessoas Jurídicas;

IV- Cópia do CNPJ;

V- Cópia do comprovante de recebimento do CMAS do Plano de Ação do ano corrente e do Relatório de Atividades do ano anterior, conforme Resolução 07/2016/CMAS;

VI - Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF e da Carteira de Identidades do Presidente da entidade;

VII- Cópia do comprovante de endereço da entidade; (energia elétrica, água, telefone, outras correspondências)

VIII- Preenchimento do Formulário (Anexo III).

Parágrafo Único: Não havendo a documentação prevista no VII, poderão ser apresentados outros documentos (atualizados) que comprovem

o funcionamento da entidade, tais como matérias jornalísticas, folder de eventos e ações, etc;  
Art. 2º - Os requerimentos de atestado de funcionamento serão obrigatoriamente registrados em livro próprio;  
Art. 3º - Os requerimentos serão atualizados e tramitarão em procedimentos individuais próprios;  
Art. 4º - O Atestado de funcionamento poderá ser suspenso ou cancelado a qualquer tempo caso seja apurada alguma irregularidade nas atividades da entidade e terá validade de até 2 (dois) anos a contar da data de aprovação no CMAS;  
Art. 5º - O CMAS terá o prazo de até 10 (dez) dias para finalizar o processo administrativo podendo o prazo ser reduzido por motivo justificado pelo requerente;  
Parágrafo Único: A decisão de suspender ou cancelar o atestado de funcionamento deverá ser devidamente fundamentada;  
Art. 6º - Deverão ser observados os modelos constantes no Anexo I, Anexo II e Anexo III desta resolução;  
Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário em especial a Resolução CMAS Nº 35 de 27 de novembro de 2008;  
Art. 8º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação; Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogando a Resolução 15/2015/CMAS e seus efeitos.

São José (SC), 13 de setembro de 2018.

LUIZ ANDRÉ CERCAL  
Conselheiro Presidente

#### Anexo I

#### SOLICITAÇÃO DE ATESTADO DE FUNCIONAMENTO

Sr. (a) Presidente,

A entidade \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_  
,bairro: \_\_\_\_\_ município: \_\_\_\_\_ ,CEP: \_\_\_\_\_  
neste ato representada por seu presidente,Sr.(a) \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ residente domiciliado: \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ vem requerer a emissão de atestado de funcionamento, conforme Resolução 34/2018/CMAS para fins de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

(assinatura do presidente e carimbo da entidade)

#### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DO ESTATUTO DA ENTIDADE

Declaro, para os devidos fins que a entidade \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_  
com sede na Rua/Avenida: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_,Município/Estado: \_\_\_\_\_, fez a última alteração em seu Estatuto em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

São José, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

(Assinatura e carimbo do Presidente da entidade)

#### ANEXO III

#### FORMULÁRIO PARA EMISSÃO DE ATESTADO DE FUNCIONAMENTO

Entidade: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_ Inscrição CMAS nº \_\_\_\_\_  
Data de Fundação: \_\_\_\_\_.

Composta pela Diretoria:

PRESIDENTE: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

VICE-PRESIDENTE: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

SECRETÁRIO: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

TESOUREIRO: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

São José, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

(Assinatura e carimbo do Presidente da entidade)

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N° 024/2018 - ERRATA**

Publicação N° 1772681

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N° 024/2018	

**DA RATIFICAÇÃO**

A autoridade superior, neste ato representada pela SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, Sra. ANDRÉA IRANY PACHECO RODRIGUES, em atenção ao que preconiza o Art. 26 da Lei nº 8.666/93, RATIFICA a presente inexigibilidade de licitação, fundamentada no Art. 25, da Lei nº 8.666/93, por preencher os requisitos presentes na Lei de Licitações para a seguinte contratação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DRAGER SAFETY DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, ESPECIALIZADA E REPRESENTANTE EXCLUSIVA, PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA (EPR), DESTINADOS AO USO DAS GUARNIÇÕES DE SERVIÇO DA 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ/SC.

A seguinte empresa:

Credor	Total Cotado
DRAGER SAFETY DO BRASIL EQUITOS. SEGURANÇA LTDA	R\$ 54.223,32
TOTAL:	R\$ 54.223,32

São José, 17 de setembro de 2018.

Pelo presente, ratifico os termos da Dispensa de Licitação e solicito a publicação na imprensa oficial.

ANDRÉA IRANY PACHECO RODRIGUES SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO	

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N° 026/2018 - ERRATA**

Publicação N° 1772673

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N° 026/2018	

**DA RATIFICAÇÃO**

A autoridade superior, neste ato representada pela SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, Sr. ANDRÉA IRANY PACHECO RODRIGUES, em atenção ao que preconiza o Art. 26 da Lei nº 8.666/93, RATIFICA a presente inexigibilidade, fundamentada no Art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, por preencher os requisitos presentes na Lei de Licitações para a seguinte contratação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DRAGER SAFETY DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (ESPECIALIZADA E REPRESENTANTE EXCLUSIVA), PARA FORNECIMENTO DE ETIQUETAS AUTOADESIVAS, COM INSTALAÇÃO, PARA IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL EM CAPACETES DA MESMA MARCA, PERTENCENTES A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ/SC.

A seguinte empresa:

Credor	Total Cotado
--------	--------------

DRAGER SAFETY DO BRASIL EQUITOS. SEGURANÇA LTDA	R\$ 8.100,00
TOTAL:	R\$ 8.100,00

São José, 09 de outubro de 2018.

Pelo presente, ratifico os termos da inexigibilidade e solicito a publicação na imprensa oficial.

ANDRÉA IRANY PACHECO RODRIGUES SECRETARIA DE SEGURANÇA	

## CÂMARA MUNICIPAL

### AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 18/2018

Publicação Nº 1773037

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

#### AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 18/2018  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 111/2018

OBJETO: A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER MATERIAIS DE LIMPEZA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, DISCRIMINADOS EM LOTES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL (ANEXOS I E II).

Diante da desclassificação das proponentes para o Lote II – Plásticos, Tecidos e Descartáveis, e por ter restado deserta a licitação relativamente ao Lote III – Bicarbonato e Vinagre previstas no Pregão Presencial n.º 14/2018, a Pregoeira da Câmara Municipal de São José comunica aos interessados a ABERTURA do referido Pregão, com período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até às 14h:00min do dia 25/10/2018.

O credenciamento dos representantes das empresas licitantes e o início da sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação será realizada na mesma data, 25/10/2018, a partir das 14h:00min, imediatamente ao término do prazo para recebimento dos envelopes lacrados.

A íntegra do Edital, o qual possibilita a participação de interessados não enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte, estará disponível para acesso gratuito no Portal Eletrônico da Câmara Municipal de São José, no endereço: <http://www.cmsj.sc.gov.br/editais>.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Coordenadoria de Licitações e Contratações, Pregoeira e Equipe de Apoio, das 13h00min às 19h00min, e pelos telefones: (48) 3029-1327 e (48) 3029-1380.

São José, Santa Catarina, 11 de outubro de 2018.  
ADRIANA ISOLETE DE SOUZA  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

### AVISO DE SESSÃO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 12/2018

Publicação Nº 1773042

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES

#### AVISO DE SESSÃO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 12/2018  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 109/2018

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER MATERIAIS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS LOTES DO

QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL (ANEXOS I E II), MEDIANTE A CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006.

A Pregoeira da Câmara Municipal de São José comunica aos interessados, especialmente às empresas licitantes que, a partir das 14:00 horas do dia 18/10/2018 será realizada a sessão pública destinada a decisão das amostras e ulterior julgamento do Pregão Presencial n.º 12/2018. A licitante que pretenda exercer às suas prerrogativas, inclusive recursais, deverá estar devidamente representada na sessão. Poderão ser obtidas informações e esclarecimentos junto a Pregoeira e Equipe de Apoio, das 13h00min às 19h00min, pelos telefones (48) 3029-1380 e (48) 3029-1327, e via correspondência eletrônica encaminhada para licitacoes@cmsj.sc.gov.br.

São José, Santa Catarina, 11 de outubro de 2018.

KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA  
Pregoeira

## **PORTARIA N° 144/2018**

Publicação N° 1772976

PORTARIA N° 144/2018

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Exonerar o servidor Valmor José Heberle do cargo em comissão de Secretário Parlamentar – CCV-3, vinculado ao gabinete do vereador Sanderson Almeci de Jesus.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de outubro 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## **PORTARIA N° 145/2018**

Publicação N° 1772978

PORTARIA N° 145/2018

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear a servidora Adriana Patrícia Abreu para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar – CCV-3, vinculado ao gabinete do vereador Sanderson Almeci de Jesus.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de outubro 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## **RESOLUÇÃO N° 517, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação N° 1772613

RESOLUÇÃO N° 517, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA AO VEREADOR TÚLIO MÁRCIO SALLES MACIEL.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 42, IV, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO c/c ART. 74, INCISO II, "5", e ART. 87, III, § 3º, DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida licença ao Vereador TÚLIO MÁRCIO SALLES MACIEL, para tratar de interesse particular pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme memorando 020/2018 (doc. anexo), contados a partir do dia 10 de outubro de 2018, nos termos do artigo 37, III, §3º da Lei Orgânica c/c o artigo 87, inciso III, §3º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de São José/SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 11 de outubro de 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.072, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1772069

DECRETO Nº 6.072, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Determina a revogação do Processo Licitatório nº 149/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 104/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 49, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e,

CONSIDERANDO que houve representação junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina acerca de possíveis irregularidades no edital do Processo Licitatório nº 149/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 104/2018;

CONSIDERANDO que na referida representação de nº @REP 18/00867406 houve a concessão de cautelar determinando a sustação da licitação, tendo em vista a suposta ilegalidade na exigência de amostras (item 5.3 e seguintes);

CONSIDERANDO que a constatação das supostas irregularidades trata-se de fato superveniente devidamente comprovado, os quais podem resultar em responsabilização do município;

CONSIDERANDO que tais apontamentos não podem ser sanados, tendo em vista que a decisão determinando a suspensão do certame ocorreu no dia da abertura dos envelopes, faz-se necessário proceder-se à revogação do processo licitatório em questão, medida prevista no art. 49, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tratando-se de critério de conveniência administrativa e interesse público, que neste caso não desencadeará em prejuízo para eventuais proponentes, em razão da fase atual do Processo Licitatório;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 149/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 104/2018, cujo objeto consiste na "AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC PARA O ANO LETIVO DE 2019.", com efeitos ex nunc.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta do orçamento municipal em execução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 6.073, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1772712

DECRETO Nº 6.073, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Determina Ponto Facultativo na Secretaria Municipal de Educação, Rede Municipal de Ensino e Biblioteca Pública Municipal, no dia 15 de outubro de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o feriado escolar do Dia Professor, fixado pelo Decreto Federal nº 52.682, de 14 de outubro de 1963, bem como o fato de que os servidores da Secretaria Municipal de Educação desempenham suas atribuições vinculados com as instituições de ensino que estarão sem funcionamento neste dia, não havendo prejuízos ao andamento dos trabalhos;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica determinado Ponto Facultativo na Secretaria Municipal de Educação, Rede Municipal de Ensino e Biblioteca Pública Municipal Santos Dumont, no dia 15 de outubro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 6.074, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1773086

DECRETO Nº 6.074, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.00	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS		
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		
08.244.4509.2.029 3.3.50.00.00.00.00.0.3.0000	200	Aplicações Diretas	R\$ 81.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018 – ICSL**

Publicação Nº 1773053

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018 – ICSL

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 025/2018 – Pregão Presencial Nº 016/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EVENTOS PARA A PRODUÇÃO DO VI SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL ORGANIZADO PELO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: RODRIGO COSTA ME - CNPJ: 03.389.653/0001-00.

VALOR: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

TOTAL: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 09/10/2018.

VIGÊNCIA: 09/10/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2018 - FMS**

Publicação Nº 1773054

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2018 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 040/2018 – Pregão Presencial Nº 032/2018.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOLSAS DE MATERNIDADE E PORTA CARTEIRA DE VACINAÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS PACIENTES DO PROGRAMA MÃE LOURENCIANA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: ZOZ SOETHE INDUSTRIA COMERCIO LTDA-ME - CNPJ: 10.327.100/0001-80.

VALOR: R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais).

FORNECEDOR: BABINSKI BOLSAS EIRELI - CNPJ: 19.106.828/0001-57.

VALOR: R\$ 40.600,00 (quarenta mil e seiscentos reais).

TOTAL: R\$ 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 10/10/2018.

VIGÊNCIA: 10/10/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2018**

Publicação Nº 1773055

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2018

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 145/2018 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 010/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REESTRUTURAÇÃO E REFORMA DA PRAÇA DA BANDEIRA 2ª ETAPA, COM ÁREA TOTAL DE 8.454,55M² PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE REPASSE DO MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA, REFERENTE À EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO TURISMO - APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - CONVÊNIO Nº 865005/2018.

FORNECEDOR: CONSTRUTORA E INCORPORADORA PALMITINHO LTDA - CNPJ: 03.145.493/0001-46.

VALOR: R\$ 911.937,42 (novecentos e onze mil, novecentos e trinta e sete reais e quarenta e dois centavos).

TOTAL: R\$ 911.937,42 (novecentos e onze mil, novecentos e trinta e sete reais e quarenta e dois centavos).

DATA DE ASSINATURA: 28/09/2018.

VIGÊNCIA: 28/09/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2018**

Publicação Nº 1773056

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2018

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 147/2018 – Pregão Presencial Nº 103/2018.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TELEFONES, APARELHO CELULAR, IMPRESSORAS E TELEVISOR PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP - CNPJ: 04.303.600/0001-80.

VALOR: R\$ 1.580,00 (um mil, quinhentos e oitenta reais).

FORNECEDOR: ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME - CNPJ: 04.326.894/0001-65.

VALOR: R\$ 1.954,00 (um mil, novecentos e cinquenta e quatro reais).

FORNECEDOR: MB CATARINENSE EIRELI - CNPJ: 16.961.181/0001-52.

VALOR: R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais).

FORNECEDOR: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME - CNPJ: 13.772.057/0001-50.

VALOR: R\$ 11.760,00 (onze mil, setecentos e sessenta reais).

FORNECEDOR: J U V COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRELI - CNPJ: 30.915.834/0001-98.

VALOR: R\$ 5.978,00 (cinco mil, novecentos e setenta e oito reais).

TOTAL: R\$ 21.602,00 (vinte e um mil, seiscentos e dois reais).

DATA DE ASSINATURA: 01/10/2018.

VIGÊNCIA: 01/10/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2018**

Publicação Nº 1773057

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2018

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 150/2018 – Pregão Presencial Nº 105/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA A SEREM EXECUTADOS NOS PRÉDIOS E/OU LOCAIS PÚBLICOS INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: CLAUDEMIR RIBEIRO DOS SANTOS 08561784970 - CNPJ: 23.107.898/0001-05.

VALOR: R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais).

FORNECEDOR: CONSTRUTORA R. S. R. LTDA ME - CNPJ: 02.445.944/0001-06.

VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

TOTAL: R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 10/10/2018.

VIGÊNCIA: 10/10/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 335/2018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772868

EXTRATO DO CONTRATO Nº 335/2018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 145/2018, Modalidade Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 010/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CONSTRUTORA E INCORPORADORA PALMITINHO LTDA-ME, CNPJ nº 03.145.493/0001-46.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REESTRUTURAÇÃO E REFORMA DA PRAÇA DA BANDEIRA 2ª ETAPA, COM ÁREA TOTAL DE 8.454,55M² PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE REPASSE DO MINISTÉRIO DO TURISMO/

CAIXA, REFERENTE À EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO TURISMO - APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - CONVÊNIO Nº 865005/2018.

Valor Contratado: R\$ 911.937,42 (novecentos e onze mil, novecentos e trinta e sete reais e quarenta e dois centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, por conta do Contrato de Convênio nº 865005/2018 do Ministério do Turismo/Caixa Econômica Federal, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, referente à execução de ações relativas ao Turismo em apoio a projetos de infraestrutura turística; e contrapartida com recursos Próprios do Município, sendo os pagamentos liberados após a verificação da regularidade do prestador de serviços, ora proponente vencedor, perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS, ISS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências. Além disso, a liberação dos pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações, em especial o nº do contrato a ser celebrado, além do nº do Processo Licitatório em epígrafe, e a seguinte informação: Convênio nº 865005/2018, Ministério do Turismo - Apoio a projetos de infraestrutura turística, bem como da folha de pagamento quitada dos empregados que atuaram na obra no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente; também da contribuição prevista no parágrafo segundo do art. 72 da Instrução Normativa MPS nº 971/2009, quando for o caso. No ato do pagamento a proponente vencedora deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas à matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma, sob pena de retenção e regularização por parte da Municipalidade, com respectivo desconto nos pagamentos.

Recursos Financeiros: Os pagamentos decorrentes da execução do presente Contrato serão realizados, por conta do Convênio nº 865005/2018 do Ministério do Turismo/Caixa Econômica Federal, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, referente à execução de ações relativas ao Turismo em apoio a projetos de infraestrutura turística; e contrapartida com recursos Próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 088/2018 - 09.01.15.451.4511.1.094.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 - Revitalização, Reconstrução e Reformas de Praças Públicas - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano; D - 165/2018 - 09.01.15.451.4511.1.094.4.4.90.00.00.00.00.01.0034 - Revitalização, Reconstrução e Reformas de Praças Públicas - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 11/10/2018.

Vigência: de 11/10/2018 a 07/08/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e João Viane Bonafé - pela Contratada.

## LEI Nº 2.422, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1772755

LEI Nº 2.422, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Institui o Hino Oficial do Município de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Hino Oficial do Município de São Lourenço do Oeste, como símbolo municipal, ao lado do brasão e da bandeira, nos termos do art. 3º da Lei Orgânica Municipal, conforme letra, partituras e fonograma constantes nos anexos desta Lei.

Art. 2º O Hino Oficial do Município de São Lourenço do Oeste teve letra e melodia composta por Anilson Spricigo.

Parágrafo único. Para fins de transformação da letra e da música original em "Hino Oficial do Município de São Lourenço do Oeste", considera-se como contribuidores:

I - Claiton Abel, no que se refere à adaptação, arranjo e gravação;

II - Corais São Lourenço, Entre Amigos e Deutsche Stimmen, referente às vozes de sua execução.

Art. 3º A escolha da composição que deu origem ao Hino de que trata esta Lei ocorreu através de processo de seleção pública do Instituto Cultural de São Lourenço, mediante a apreciação e julgamento dos trabalhos inscritos por comissão de caráter técnico-literário.

Art. 4º O Hino ora oficializado deverá ser executado em:

I - cerimônias, eventos e atos oficiais do Poder Executivo e do Poder Legislativo municipal;

II - eventos esportivos de representação municipal;

III - solenidade inaugural de eventos culturais, esportivos, seminários, congressos ou similares que sejam organizados ou apoiados pelo Poder Público Municipal;

IV - atos cívicos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e suas instituições de ensino.

Art. 5º As instituições de ensino sediadas no Município, que atuam com a educação básica da rede pública municipal, estadual e particular, passam a ter atribuição de realizar atividades com o Hino Municipal, contribuindo para sua difusão entre os seus alunos.

Parágrafo único. Mensalmente, de forma lúdica, cada unidade escolar desenvolverá atividades cívicas com execução do Hino Municipal, intercalando bimestralmente o Hino do Estado de Santa Catarina e o Hino Nacional Brasileiro.

Art. 6º A promoção de ações para difusão do Hino Municipal caberá à Secretaria Municipal de Educação e ao Instituto Cultural de São Lourenço.

Art. 7º Fica cedido ao Município, de pleno direito e por prazo indeterminado, a propriedade intelectual da composição que deu origem ao Hino Municipal, a quem fica reservado os direitos autorais sobre a letra e música.

Art. 8º Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos previstos no orçamento municipal em execução.

Art. 9º Esta Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo, no que couber.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 11 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

ANEXO I  
(Lei nº 2.422, de 11 de outubro de 2018)

#### LETRA DO HINO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

São Lourenço do Oeste - SC, de 11 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

ANEXO II  
(Lei nº 2.422, de 11 de outubro de 2018)

#### PARTITURAS MUSICAIS DO HINO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

São Lourenço do Oeste - SC, de 11 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

ANEXO III  
(Lei nº 2.422, de 11 de outubro de 2018)

#### FONOGRAMA DO HINO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

São Lourenço do Oeste - SC, de 11 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

### **LEI Nº 2.423, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772811

LEI Nº 2.423, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Altera a Lei Municipal nº 1.579 de 02 de maio de 2006 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei Municipal nº 1.579 de 02 de maio de 2006 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com interveniência da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando o repasse de recursos financeiros no importe de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, que serão destinados ao auxílio na manutenção das atividades gerais da Polícia Militar no âmbito do município de São Lourenço do Oeste.” (NR)

Art. 2º A Lei Municipal nº 1.579 de 02 de maio de 2006 passa a vigorar acrescida do artigo 1º-A, com a seguinte redação:

“Art. 1º-A Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com interveniência da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, visando o repasse de recursos financeiros no importe de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, que serão destinados ao auxílio na manutenção das atividades gerais da Polícia Civil no âmbito do município de São Lourenço do Oeste.” (NR).

Art. 3º O §2º do artigo 2º da Lei Municipal nº 1.579 de 02 de maio de 2006 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

§2º O prazo de vigência do repasse financeiro citado no art. 1º, bem como da concessão de uso, será de 02 (dois) anos, contados da data da Publicação em Diário Oficial do Estado de Santa Catarina do convênio firmado, podendo ser prorrogado por iguais períodos, havendo interesse entre as partes.

....." . (NR)

Art. 4º O artigo 2º da Lei Municipal nº 1.579 de 02 de maio de 2006 passará a vigorar acrescido dos §4º e §5º com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

§4º Os repasses de recursos financeiros de que trata essa lei ficam condicionados à disponibilidade orçamentária e financeira.

§5º Os valores previstos no artigo 1º e no artigo 1º-A serão reajustados anualmente segundo a variação positiva acumulada do IPC-A”. (NR)

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei, serão processadas no Orçamento Municipal em execução.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 11 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 001, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018 - CDM**

Publicação Nº 1772590

PORTARIA Nº 001, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Fixa horário de atendimento ao público e de expediente do Comitê Desportivo Municipal, temporariamente, em Regime Especial de Trabalho.

O PRESIDENTE DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL, do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 19, incisos XX e XXI da Lei Complementar nº 80, de 16 de março de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar, no período de 15 de outubro de 2018 a 15 de fevereiro de 2019, o horário de atendimento ao público e expediente interno e externo do Comitê Desportivo Municipal, em Regime Especial de Trabalho, caracterizado por jornada única de seis horas ininterruptas, a ser cumprida no horário das 07h às 13 horas, abrangendo os seguintes servidores:

I - Paulo Cesar Pedro Alves, ocupante do cargo de Presidente do Comitê Desportivo Municipal, matrícula nº 9/01;

II - Glauro Alves de Deus, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 450/01;

III - Odete Lourdes Pandolfi, ocupante do cargo de Agente de Apoio Operacional, matrícula nº 1696/01.

Art. 2º Manter o horário de funcionamento das escolinhas esportivas do Comitê Desportivo Municipal no horário das 7h30min às 11h30min, no período matutino e das 13h30min às 17h30min, no período vespertino, até o dia 30 de novembro de 2018.

Art. 3º Os servidores públicos abaixo relacionados, ligados diretamente às escolinhas desportivas, iniciarão a jornada única de seis horas ininterruptas, a ser cumprida no horário das 07h às 13 horas, no período de 1º de dezembro de 2018 até 15 de fevereiro de 2019:

I - Moarcir José Baesso, ocupante do cargo de Articulador de Atividades Desportivas e Recreativas, matrícula 2/01;

II - Marcelo Neri Guidini, ocupante do cargo de Articulador de Atividades Desportivas e Recreativas, matrícula 3/01;

III - Joel Antoniano Garcias, ocupante do cargo de Articulador de Atividades Desportivas e Recreativas, matrícula 4/01;

IV - Volmir Machado Girardi, ocupante do cargo de Operador de Máquinas II, matrícula 52/01.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de outubro de 2018.

PAULO CÉSAR PEDRO ALVES

Presidente da Autarquia

## **PORTARIA Nº 889, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772862

PORTARIA Nº 889, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal EDIZIANE PAGLIOSA RIZZARDI, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E COMBATE ÀS ENDEMIAS, matrícula nº 3027/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais,

de 03 de outubro de 2018, por tempo indeterminado.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de outubro de 2018.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2018.

## **PORTARIA Nº 890, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772841

PORTARIA Nº 890, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal DÉBORA KRISTINA TUSSI, ocupante do cargo efetivo de PSICÓLOGA, matrícula nº 3394/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 08 de outubro à 06 de novembro de 2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2018.

## **PORTARIA Nº 891, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772844

PORTARIA Nº 891, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal MARTA NOGUEIRA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE APOIO OPERACIONAL, matrícula nº 1830/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 04 à 10 de outubro de 2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de outubro de 2018.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2018.



**PORTARIA Nº 892, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1772040

PORTARIA Nº 892, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o disposto no art. 5º, da Lei Municipal nº 824, de 21 de setembro de 1993, combinado com o artigo 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como com base no artigo 8º, inciso II e artigos 10 e 11, do Decreto nº 4.629, de 29 de abril de 2013, c/c inciso IV, do art. 3º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor público municipal, Marcio Alves Rodrigues, ocupante do cargo de Agente de Apoio Operacional, matrícula nº 1769/01, para atuar como Presidente da Comissão Permanente de Julgamento de Licitações e também como Pregoeiro nas licitações na modalidade de Pregão e como Leiloeiro nas licitações na modalidade de Leilão, no período de 15 a 29 de outubro de 2018, em substituição a servidora pública municipal, Ani Carolini Pereira, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 3395/01, nomeada pela Portaria nº 495, de 08 de maio de 2018.

Art. 2º As demais disposições da Portaria nº 495, de 08 de maio de 2018, permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 896, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772890

PORTARIA Nº 896, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 008, de 11 de outubro de 2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais, a seguir relacionados, para comporem a Comissão Coordenadora, que irá coordenar a execução do Processo Seletivo Público de Títulos, aberto pelo Edital nº 008, de 11 de outubro de 2018, destinado à admissão de professores da disciplina de inglês, em caráter temporário e excepcional e formação de cadastro de reserva para o ano letivo de 2018, da Rede Municipal de Ensino, sob a presidência do primeiro:

I - Solange Bauer da Rosa Cenci, ocupante do cargo de Gerente de Apoio Administrativo e Operacional, matrícula nº 346/02;

II - Alex Cleidir Tardetti, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Educação, matrícula nº 3430/01;

III - Uilson Machado, ocupante do cargo de Gerente de Educação Infantil, matrícula nº 141/01;

IV - Rocheler Carla Dalazen dos Santos, ocupante do cargo de Diretora Geral de Educação, matrícula nº 1759/09;

V - Elizangela Calegari, ocupante do cargo de Gerente do Ensino Fundamental, matrícula nº 1929/01.

Art. 2º A Comissão Coordenadora somente poderá atuar com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º Compete a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nº 008/2018 aferir títulos, emitir julgamentos e resolver os casos omissos sobre o mesmo.

Art. 4º As decisões da Comissão Coordenadora serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo a Presidente o voto de desempate.

Art. 5º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros da Comissão não receberão qualquer tipo de remuneração pelos serviços realizados no acompanhamento do Processo Seletivo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal



**RESOLUÇÃO CMAS 006/2018 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Publicação Nº 1772560

Resolução CMAS 006/2018

Dispõe sobre a aprovação da Inscrição do Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina – CIEE/SC no município de São Lourenço do Oeste - SC, e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Lourenço do Oeste - CMAS, consoante os termos da Lei Federal nº. 8.742/93, alterada pela Lei nº 12.435 de 2011, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social e prevê o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal Lei Nº 2.010, de 23 de Maio de 2012, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS e do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, de São Lourenço do Oeste - SC, instituídos pelas Leis Municipais nº 1.040, de 21 de outubro de 1996 e nº 1.039, de 21 de outubro de 1996, respectivamente, e considerando o desenvolvimento da Política Municipal de Assistência Social e ao preconizado no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em conformidade com a NOB/SUAS, e;

Considerando:

Ø A Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – LOAS, alterada pela Lei nº. 12.435/2011, que em seu artigo 9º determina a prévia inscrição das Entidades de assistência Social no CMAS para seu funcionamento;

Ø A Lei nº. 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada de certificação junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que em Artigo nº 19, inciso I, determina a prévia inscrição no CMAS;

Ø O Decreto Presidencial nº. 6.308, de 14 de setembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que o artigo nº. 3º da Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

Ø A Resolução do CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

Ø A Resolução do CNAS nº. 33, de 28 de novembro de 2011, que define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos;

Ø A Resolução do CNAS nº. 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social e as Orientações Conjuntas do MDS e CNAS com comentários à Resolução de 14/08/2014;

Ø A Nota Técnica nº. 02/2007 – DRSP/SNAS/MDS, que trata de orientações aos Conselhos Municipais da Assistência Social, às entidades e organizações de assistência social em relação às ações de promoção à integridade ao mercado de trabalho.

Ø A Lei nº. 12.101/2009 alterada pela Lei nº. 12.868, de 15 de outubro de 2013, que inclui os programas de aprendizagem na Política de Assistência;

Ø A Resolução do CMAS nº. 004, de 11 de maio de 2011, que Regulamenta os critérios de inscrição e fiscalização das entidades e organizações de Assistência Social, bem como, dos programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

Ø Considerando as deliberações deste Conselho em reunião ordinária realizada na data de 04/10/2018 e constantes na Ata nº 04.

Resolve:

Art. 1º. Deferir a inscrição da Socioaprendizagem – Programa CIEE Aprendiz do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, por atender aos critérios estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 09 de outubro de 2018.

Itamar Fernandes

Presidente do CMAS/SLO

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO 13/2018 FMS SEGUROS VEICULOS

Publicação Nº 1771988

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.13/2018.FMS

Contrato de Prestação de Serviço.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº. 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa GENTE SEGURADORA S/A, pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº. 450, Bairro Centro Histórico, no Município de Porto Alegre - RS, inscrito no CNPJ sob nº. 90.180.605/0001-02, neste ato representado pelo seu diretor, Marcelo Wais, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Porto Alegre - RS, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem contratar o objeto do presente, de acordo com o Edital do Processo Licitatório nº. 48/2018, pelas seguintes cláusulas que seguem:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de seguro para a frota de veículos do município de São Miguel da Boa Vista/SC, conforme descritivo e valor máximo descrito na tabela abaixo:

Item	Quant	Un	Descrição	Preço Max. Unit.
01	01	Und	SEGURO COMPREENSIVO (TOTAL), DO VEICULO CHEVROLET/SPIN 1.8, MT LTZ, 7P CHASSI 9BGC75EOGB116113, RENAVAL 1051429924 ANO 2015/2016 PLACA QHJ3984. COBERTURAS: • DE CASCO 100% FIPE – • FRANQUIA MAXIMA: R\$ 2.100,00; • DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: R\$ 150.000,00; • DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: R\$ 150.000,00; • DANOS MORAIS: R\$ 50.000,00; • APP MORTE/INVALIDEZ/DMH: R\$ 30.000,00; • ASSISTÊNCIA 24h – GUINCHO E TÁXI KM LIVRE; • VIDROS COMPLETOS – FARÓIS, LANTERNAS E RETROVISORES – SEM COBRANÇA DE FRANQUIA; CARRO RESERVA 1.0 BÁSICO COM AR CONDICIONADO – DIAS ILIMITADOS (ATÉ O CONserto DO VEICULO OU PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO).	R\$ 2.750,00
02	01	Und	SEGURO COMPREENSIVO (TOTAL), DO VEICULO FIAT/DOBLO ESSENCE 1.8, 7P CHASSI 9BD119609E1115281, RENAVAL 999439251 ANO 2014/2014 PLACA MFU6923. COBERTURAS: • DE CASCO 100% FIPE – • FRANQUIA MAXIMA: R\$ 2.100,00 • DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: R\$ 150.000,00; • DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: R\$ 150.000,00; • DANOS MORAIS: R\$ 50.000,00; • APP MORTE/INVALIDEZ/DMH: R\$ 30.000,00; • ASSISTÊNCIA 24h – GUINCHO E TÁXI KM LIVRE; • VIDROS COMPLETOS – FARÓIS, LANTERNAS E RETROVISORES – SEM COBRANÇA DE FRANQUIA; CARRO RESERVA 1.0 BÁSICO COM AR CONDICIONADO – DIAS ILIMITADOS (ATÉ O CONserto DO VEICULO OU PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO).	R\$ 2.750,00

03	01	Und	SEGURO COMPREENSIVO (TOTAL), DO VEICULO FIAT/DOBLO ESSENCE 1.8, 7P CHASSI 9BD119609E1114525, RENAVAL 999438239 ANO 2014/2014 MFU6893.PLACA COBERTURAS: · DE CASCO 100% FIPE – · FRANQUIA MAXIMA: R\$ 2.100,00; · DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: R\$ 150.000,00; · DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: R\$ 150.000,00; · DANOS MORAIS: R\$ 50.000,00; · APP MORTE/INVALIDEZ/DMH: R\$ 30.000,00; · ASSISTÊNCIA 24h – GUINCHO E TÁXI KM LIVRE; · VIDROS COMPLETOS – FARÓIS, LANTERNAS E RETROVISORES – SEM COBRANÇA DE FRANQUIA; CARRO RESERVA 1.0 BÁSICO COM AR CONDICIONADO – DIAS ILIMITADOS (ATÉ O CON-SERTO DO VEICULO OU PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO).	R\$ 2.750,00
06	01	Und	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO FIAT – DUCATO MULTI JEADI T 2014/2014 – PASSAGEI-ROS: 14 PLACA: MLQ9877, CHASSI:93W245H34E2139346, RENAVAL:1285038417. COBERTURAS: · CASCO: 100% FIPE. · FRANQUIA MÁXIMA: 5.000,00 · DANOS MATERIAIS À TERCEIROS: R\$ 150.000,00 · DANOS CORPORAIS À TERCEIROS: R\$ 150.000,00 · DANOS CORPORAIS E OU MATERIAIS A PASSAGEIROS: R\$ 1.500.000,00; · DANOS MORAIS: R\$ 50.000,00; · APP MORTE/INVALIDEZ/DMH: R\$ 30.000,00; · ASSISTÊNCIA 24h – GUINCHO E TÁXI KM LIVRE; VIDROS COMPLETOS – FARÓIS, LANTERNAS E RETROVISORES – SEM COBRANÇA DE FRANQUIA.	R\$ 7.450,00

1.1 O Seguro deverá estar vigente a partir de 10/10/2018 e vigorar até o dia 09/10/2019;

1.2 Salvo disposição específica em contrário, o prazo de entrega das Apólices ou Contrato de Seguro é de 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do contrato.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDICÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS DO PREÇO

I - O preço total dos itens adjudicados é de R\$ 15.700,00 (Quinze mil e setecentos reais), incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos.

#### DA FORMA DE PAGAMENTO

I - O pagamento será feito pela Prefeitura, em moeda nacional, Mediante Depósito Bancário, até o 5º dia útil após a entrega da apólice de seguro e liquidação, acompanhadas de nota fiscal e suas respectivas ordens de compra, devidamente atestada pelo Secretário da Pasta e/ou servidor por ele designado sob sua responsabilidade.

II - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

#### DO REAJUSTAMENTO.

I - Os preços apresentados não sofrerão nenhum tipo de reajuste ou reequilíbrio nos primeiros 12 meses. Em caso de renovação do contrato poderá ser aplicado os índices médios dos últimos 12 meses do INPC.

#### CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - realizar a prestação dos serviços, objeto da presente licitação, nos prazos e condições previstos conforme Edital;

II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

III - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

IV - manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI - assumir todos os gastos e despesas que fizerem necessárias para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes, combustível, veículos, uniformes, IPIs, e demais custos para a realização dos serviços.

VII - Cumprir todas as demais obrigações constantes do Processo Licitatório nº 48/2018.

VIII - Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento do que se refere o objeto do presente Processo Licitatório.

IX - Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços.

X - A apólice de seguro deverá conter as normas estabelecidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

XI - Segurar, contra prejuízos devidamente comprovados, os itens discriminados na Cláusula Primeira deste instrumento, até o limite das respectivas importâncias seguradas, independentemente da localização da ocorrência do sinistro, valendo a cobertura para qualquer parte do território nacional;

XII - Emitir documento que contenha os dados do seguro e os bens segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas),

franquias e indenizações;

XIII - Pagar a indenização ao término das investigações e perícias necessárias para estabelecer a existência de sinistro e a extensão dos danos causados aos bens e às pessoas seguradas;

XIV - Atender aos chamados da Contratante no prazo máximo de 24 horas, a contar da sua comunicação;

XV - Liberar o segurado da franquia nos casos de:

a) Perda total do veículo por roubo, furto, incêndio ou danos materiais;

XVI - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;

XVII - Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pela contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da comunicação por parte da Contratante;

XVIII - Na cobertura do seguro total para veículos, a seguradora deverá cobrir as despesas com o transporte dos mesmos até a oficina indicada pela contratante (serviço de reboque). Estando a oficina fora do seu horário de funcionamento, a contratada promoverá o transporte do veículo até o local adequado, providenciando, posteriormente, sua remoção à oficina;

XIX - Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas aos veículos cobertos com seguro e proporcionar cobertura a danos nos vidros e retrovisores dos veículos segurados;

XX - Ocorrendo sinistro dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que o mesmo tenha sido efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado se a Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista-SC cobrir o débito até a data do vencimento;

XXI - Proporcionar cobertura quanto a danos materiais e pessoais quando do sinistro com veículos cobertos com seguro, no valor indicado na Cláusula Primeira.

XXII - A seguradora deverá fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro de automóvel;

XXIII - A contratada providenciará as alterações na apólice solicitadas pela contratante, através de endosso, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da comunicação do fato por parte da contratante;

XXIV - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 65, § 1º da Lei nº. 8.666/93, salvo disposto no § 2º do mesmo artigo, assinando aditivos no prazo de 48h a contar da comunicação;

XXV - Designar, no ato da assinatura do contrato, funcionário responsável para o contato entre a contratada e a contratante;

XXVI - Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela contratante com relação aos serviços prestados;

XXVII - Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado por seus empregados, direta ou indiretamente, ao patrimônio da contratante ou a terceiro por dolo ou culpa, decorrentes da execução dos serviços;

XXVIII - Responsabilizar-se em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato, tais como: salários; seguro de acidentes; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vales-transportes; vales-refeição; e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

XXIX - Entregar as Apólices ou Contrato de Seguro em, no máximo, 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do contrato.

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta da atividade:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação.	Descrição
2.002- Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito.	33900000	Aplicações Diretas
2.015 – Programa Transporte Escolar _ Ensino Fundamental	33900000	Aplicações Diretas
2.035 – Manutenção Das Atividades Da Saúde Publica	33900000	Aplicações Diretas

#### CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGACOES DO MUNICIPIO

Incumbe a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

I - Fiscalizar através do secretário Municipal, ora nominado fiscal do contrato, a entrega efetiva do objeto licitado, bem como atestar nas notas fiscais/faturas, fiscalizando e fazendo cumprir todas as cláusulas deste termo contratual, bem como do edital do processo licitatório 37/2017, aplicando inclusive as sanções em caso de necessidade.

II – efetuar os pagamentos à Contratada.

III - aplicar à Contratada por intermédio do fiscal do contrato as penalidades regulamentares e contratuais.

#### CLAUSULA QUINTA - PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

I - A execução do objeto deste Edital será acompanhada e fiscalizada pelo secretário da Pasta, o qual será responsável por atestar a entrega e discorrer sobre a qualidade do objeto.

II - A fiscalização será exercida no interesse da Administração Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

III - O Seguro deverá estar vigente a partir de 10/10/2018 a 09/10/2019.

#### CLAUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

Parágrafo 1º. A contratada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

Parágrafo 2º. Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

- a) De 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, caso a contratada não providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da comunicação da Contratante.
- b) De 02% (dois por cento), sobre o valor do contrato, por dia de atraso posterior as 24 (vinte e quatro) horas fixadas no item anterior e/ou no caso de descumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato ou do Edital.
- c) De 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- d) De 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total do contrato pela recusa injustificada em assinar o termo contratual, ou por rescisão unilateral por interesse da contratada.

Parágrafo 3º. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

Parágrafo 4º. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo 5º. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

Parágrafo 6º. As sanções previstas inciso I, do §2º, da cláusula sexta poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

#### CLAUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSICOES GERAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - Quaisquer comunicações entre as parte com relação a assuntos relacionados a este Contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - A fiscalização e o controle aludidos na cláusula quarta, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumidas.

IV - Os casos omissos a este Contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria na lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

V - Ficam fazendo parte integrante do presente as cláusulas fixadas no Processo Licitatório nº. 48/2018.

#### CLAUSULA SETIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISAO

I - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93, de 21/06/93.

II - Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;
- k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificada e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- n) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;
- o) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

III - Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.



**CLAUSULA OITAVA - DO FORO**

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em duas vias ou mais vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista/SC, 08 de Outubro de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE Prefeito Municipal	GENTE SEGURADORA S/A CNPJ sob nº. 90.180.605/0001-02 Representante Legal	GILBERTO JOSE MIORANDO Assessoria Jurídica
--	--	---

**TESTEMUNHAS:**

FERNANDA L. D. FASSBINDER  
CPF: 06781096990 CPF:

MARISTELA SCHMAEDECKE  
CPF: 045.783.749-71

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 13/2018.fms  
Contrato de Prestação de Serviço.

**LEI ORDINARIA 1068 2017**

Publicação Nº 1772111

**LEI ORDINÁRIA Nº. 1068/2017**

=====

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA RECEBIMENTO DE BENS MÓVEIS CEDIDOS E AUTORIZAÇÃO PARA CESSÃO DE USO DE MÁQUINA E EQUIPAMENTO AGRÍCOLAS À ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE SMBV E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores analisou, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a RECEBER, à título de devolução, da Associação de Produtores Rurais Unidos Para o Progresso, inscrita no CNPJ nº. 18.963.257/0001-04 e sede na localidade de Linha Vista Alegre, interior, município de São Miguel da Boa Vista/SC e Comarca de Maravilha/SC, o Trator marca John Deere, ano 2000, modelo 630 – SLC, nº de série CQ6300A010268, nº do motor J04039T003463 e a ensiladeira marca Nogueira nº. de série PNPNES03053, cedidos através do Termo de Cessão de Uso nº. 48/2015.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a CEDER, a título de Cessão de Uso, pelo período de 02 (dois) anos, 01 (um) Trator marca Valtra, 105 CV, ano 2017, nº de série HMD327002, nº do patrimônio 003170 e, também, 01 (uma) ensiladeira nova, marca Pinheiro Max Gold Premier nº. do patrimônio 003149, nº de série 0200000305/17, para a Associação de Produtores Rurais Unidos Para o Progresso, inscrita no CNPJ nº. 18.963.257/0001-04 e sede na localidade de Linha Vista Alegre, interior, município de São Miguel da Boa Vista/SC e Comarca de Maravilha/SC.

Art. 3º - O prazo de duração da Cessão de Uso deverá ser renovado, de forma consensual e tácita, a cada 02 (dois) anos, onde deverá constar a assinatura do Chefe do Poder Executivo e dos membros da diretoria da Associação de Produtores Rurais Unidos Para o Progresso.

Art. 4º - Os sócios da Associação de Produtores Rurais Unidos Para o Progresso, antes da entrega do Maquinário e dos implementos, mencionados no art. 1º desta Lei, deverão firmar Declaração, assinada e reconhecida firma, de que irão usufruir somente dos serviços prestados pela Associação, sendo que o Município de São Miguel da Boa Vista/SC não estará obrigado a prestar os mesmos serviços oferecidos pela Associação.

Parágrafo Único – O Município de São Miguel da Boa Vista/SC compromete-se em emprestar, mediante requerimento assinado pelo Presidente da Associação e por tempo a ser estipulado entre as partes, os implementos agrícolas que a Associação de Produtores Rurais Unidos Para o Progresso não disponibilizar.

Art. 5º - Os sócios da Associação de Produtores Rurais Unidos Para o Progresso não poderão retirar-se da Associação, enquanto esta estiver em funcionamento.

Parágrafo Único - Caso algum agricultor, sócio da Associação de Produtores Rurais Unidos Para o Progresso, sair da Associação, esta deverá buscar outro(s) sócio(s) para equivaler a quantidade de horas máquinas liberadas pelo sócio que deixou a Associação.

Art. 6º - O Município de São Miguel da Boa Vista/SC, quando a Associação não disponibilizar de valores suficiente em caixa para manutenção e conserto da Máquina e dos implementos, como ajuda de custo, arcará com o pagamento de 70% (setenta por cento) do valor, da despesa com combustível, óleo, pneus, aquisição de peças, mão de obra e consertos mecânicos que somar valor superior à R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Parágrafo único - O valor, da ajuda de custo, será repassado diretamente na conta da Associação de Produtores Rurais Unidos Para o Progresso, até o dia 12 (doze) do mês subsequente à apresentação de Nota Fiscal.

Art. 7º - As despesas para contratação de operador para operar o trator e implementos será exclusiva da Associação de Produtores Rurais Unidos Para o Progresso, a qual também será responsável, civil e criminalmente, pelo pagamento das verbas trabalhistas, dos encargos e tributos oriundos da presente Lei.

Art. 8º - A Associação de Produtores Rurais Unidos Para o Progresso deverá prestar contas, trimestralmente, dos serviços realizados, do histórico das máquinas e implementos, das horas realizadas e dos valores recebidos, dos valores gastos e dos valores que existe em caixa, a Administração Municipal.

Art. 9º - A máquina e implementos, objeto da presente Lei, somente poderão trabalhar dentro dos limites do Município de São Miguel da Boa Vista/SC.

Art. 10 - As despesas decorrentes da realização da presente Lei correm por conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 11. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina,  
aos 27 dias do mês de dezembro do ano de 2017.

VILMAR SCHMAEDECKE  
Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

## LEI ORDINARIA 1070 2018

Publicação Nº 1772113

LEI ORDINÁRIA Nº. 1070/2018

=====

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR E PAGAR OS GASTOS COM AS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS A SEREM REALIZADAS PELO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores analisou, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, autorizado a efetuar gastos, com o pagamento de despesas com às festividades comemorativas a serem realizadas pelo Município, nos seguintes meses e valores:

a) No valor correspondente de até 2.000 UFRMs (Duas mil Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFRMs), para a realização de evento em comemoração ao Dia da Mulher, durante o mês de março;

b) No valor correspondente de até 3.000 UFRMs (Três mil Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFRMs), para a realização de evento de páscoa;

c) No valor correspondente de até 2.000 UFRMs (Duas mil Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFRMs), para a realização de evento em comemoração ao Dia das Mães, durante o mês de maio;

d) No valor correspondente de até 2.700 UFRMs (Duas mil e setecentos Unidades Fiscais de Referência Municipal – UFRMs), para a realização de evento em comemoração ao Dia do Colono e Motorista, durante o mês de julho;

e) No valor correspondente de até 2.000 UFRMs (Duas mil Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFRMs), para a realização de evento em comemoração ao Dia dos Pais, durante o mês de agosto;

f) No valor correspondente de até 1.700 UFRMs (Um mil e setecentos Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFRMs), para a realização de evento em comemoração ao Dia da Independência do Brasil (07 de Setembro), durante o mês de setembro;

g) No valor correspondente de até 2.000 UFRMs (Duas mil Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFRMs), para a realização de evento em comemoração ao Dia do Idoso, durante o mês de outubro;

h) No valor correspondente de até 4.500 UFRMs (Quatro mil e quinhentas Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFRMs), para a realização dos eventos natalinos, durante o mês de dezembro.



Art. 2º. As despesas decorrentes da realização da presente Lei correm por conta de dotações orçamentárias do Município.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal do Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, aos 06 dias do mês de junho do ano de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE

Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

## LEI ORDINARIA 1071 2018

Publicação Nº 1772114

LEI ORDINÁRIA Nº. 1071/2018

=====

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA LEI ORDINÁRIA Nº. 817/2012 E AUTORIZAÇÃO PARA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ALTERAR A DENOMINAÇÃO DO PORTAL/PORTICO LOCALIZADO NA SC 492, ENTRADA DA CIDADE DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC (ACESSO MARAVILHA-SC/SMBV-SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores analisou, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - O Portal, localizado na SC 492, de entrada da cidade de São Miguel da Boa Vista/SC, passará a denominar-se "PORTAL e/ou PÓR-TICO 'OLINDA W. KIRTEN'".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão por conta do orçamento municipal.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Ordinária nº. 817/2012.

Gabinete do Prefeito Municipal do Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, aos 06 dias do mês de junho do ano de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE

Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

## LEI ORDINARIA 1072 2018

Publicação Nº 1772115

LEI ORDINÁRIA Nº. 1072/2018

=====

DISPÕE SOBRE REEMBOLSO DE VALORES PARA OS DIABÉTICOS DO MUNICÍPIO QUE ADQUIRIR APARELHO DE MONITORAMENTO DE GLICOSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores analisou, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a reembolsar, o valor integral do equipamento, aos pacientes Miguelboavistenses que adquirir aparelho para monitoramento de Glicose.

Paragrafo único. Para ter direito ao reembolso, o aparelho deverá conter programas que permitam adicionar notas de alimentos e doses de insulina.

Art. 2º. O reembolso se dará através de transferência bancária, na conta do paciente e/ou seu responsável legal, após apresentação de laudo médico atestando a necessidade de utilização do aparelho, dos documentos pessoais e nota fiscal de compra do aparelho.

Art. 3º. Cada cidadão/paciente terá direito ao reembolso do valor de apenas um aparelho/Sistema de Monitoramento de Glicose.

Parágrafo único. O paciente que possuir laudo médico atestando a necessidade e nota fiscal de compra terá direito ao reembolso, mensal, do valor equivalente a 02 (dois) sensores, necessários para funcionamento do aparelho de monitoramento de Glicose.

Art. 4º. As despesas decorrentes da realização da presente Lei correm por conta do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde do Município.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal do Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, aos 06 dias do mês de julho do ano de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE

Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

## LEI ORDINARIA 1073 2018

Publicação Nº 1772116

LEI ORDINÁRIA Nº. 1073/2018

=====

DISPÕE SOBRE AQUISIÇÃO E ENTREGA, POR COMODATO, DE CADEIRAS DE RODAS MOTORIZADA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores analisou, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

Art. 1º. Fica criado o Programa Cadeira de Rodas Motorizada, no âmbito do Município de São Miguel da Boa Vista/SC, destinado a adquirir e conceder, através de Comodato, cadeiras de rodas motorizada, com controle adaptado a cada possibilidade de movimento, aos cidadãos Miguelboavistenses com deficiência(s) física(s) que comprovem à necessidade.

Art. 2º. As cadeiras de rodas serão adquiridas, através de licitações, conforme orientação e determinações médicas e/ou de Fisioterapeuta e fornecida às pessoas com deficiência(s) física(s) residentes no Município.

Art. 3º. A concessão de cadeira de rodas motorizada será feita sob a forma de comodato, sendo proibido à transferência a terceiros, ficando o Beneficiário responsável pela guarda e uso adequados.

Art. 4º. Para ter direito a receber a cadeira de rodas motorizada, o Beneficiário deverá apresentar laudo/atestado médico e/ou de Fisioterapeuta onde conste o(s) tipo(s) de deficiência(s) que está acometido e o modelo de cadeira de rodas que necessita fazer uso.

Art. 5º. A entrega da(s) cadeira(s) de rodas motorizada somente será concretizada após deferimento do Secretário da Saúde e o Beneficiário comprovar, com os documentos fixados no art. 3º desta Lei, a necessidade do uso e assinar o Termo de Comodato com o Município.

Art. 6º. Ao receber a cadeira de rodas motorizada, o Beneficiário deverá firmar declaração na qual conste as características da cadeira de rodas, o estado que a mesma se encontra e, principalmente, que a cadeira será devolvida ao Município tão logo não for mais utilizada pelo paciente.

Art. 7º. Caberá ao Beneficiário arcar com os custos para manutenção da cadeira de rodas motorizada, inclusive com a manutenção da(s) bateria(s).

Art. 8º. O Beneficiário não terá direito de reaver os valores gastos com a manutenção e reforma da cadeira de rodas que recebeu em comodato.

Art. 9º. As despesas decorrentes da realização da presente Lei correm por conta de dotações orçamentárias da Assistência Social do Município.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal do Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, aos 06 dias do mês de julho do ano de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE

Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

**LEI ORDINARIA 1074 2018**

Publicação Nº 1772117

**LEI ORDINÁRIA Nº 1074/2018**

=====

AUTORIZA ALTERAR A LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL Nº 1064/2017 PARA O EXERCÍCIO DE 2018, ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores analisou, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018 – Lei Municipal nº 1064, de 07 de novembro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, especialmente no que tange a remanejamento orçamentário no Município, através da abertura do Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 311.507,20 (Trezentos e onze mil e quinhentos e sete reais e vinte centavos) conforme a seguir identificado:

Órgão: 03	-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Unidade: 01	- Departamento de Administração	
04.122.0004.2.006	- CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES	
3.3.50.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0000	- Recursos Ordinários Próprios	10.000,00
Órgão: 04	-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade: 01	- Departamento de Educação	
12.361.0006.2.015	- PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0001	- Recursos Ordinários Próprios	50.000,00
Órgão: 09	-ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
Unidade: 01	- ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
28.843.0000.0.001	- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	
4.6.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0000	- Recursos Ordinários Próprios	70.000,00
Órgão: 05	-SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade: 01	- Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0009.2.035	- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA	
3.3.93.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0002	- Recursos Ordinários Próprios	76.507,20
Órgão: 05	-SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade: 01	- Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0009.2.035	- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA	
3.3.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0002	- Recursos Ordinários Próprios	105.000,00
	-TOTAL GERAL	311.507,20

Art. 2º Para dar cobertura ao valor constante no Art. 1º fica REDUZIDO o valor de até R\$ 400.749,24 da seguinte dotação Orçamentária:

Órgão: 03	-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Unidade: 01	- Departamento de Administração	
04.122.0009.1.036	- AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	
4.4.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0000	- Recursos Ordinários Próprios	80.000,00
Órgão: 04	-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade: 01	- Departamento de Educação	
12.361.0006.2.011	- MANUTENÇÃO ATIVIDADES DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	
3.1.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0001	- Recursos Ordinários Próprios	50.000,00
Órgão: 05	-SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade: 01	- Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0009.2.038	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL	
3.3.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0002	- Recursos Ordinários Próprios	8.000,00

10.301.0009.2.038	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA SAUDE BUCAL	
3.1.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0002	- Recursos Ordinários Próprios	14.000,00
10.301.0009.2.065	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO NASF	
3.1.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0002	- Recursos Ordinários Próprios	40.000,00
10.301.0009.2.036	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO POSTO DE SAUDE	
4.4.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0002	- Recursos Ordinários Próprios	10.000,00
10.301.0009.2.036	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO POSTO DE SAUDE	
3.3.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0002	- Recursos Ordinários Próprios	4.507,20
	Total	76.507,20
Órgão: 05	-SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade: 01	- Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0009.1.039	AMPLIAÇÃO DA UNIDADE SANITARIA	
4.4.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0002	- Recursos Ordinários Próprios	20.000,00
10.301.0009.1.037	AQUISIÇÃO VEICULOS_SAUDE	
4.4.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0002	- Recursos Ordinários Próprios	45.000,00
10.301.0009.2.056	PROGRAMA SAUDE MENTAL	
3.1.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0002	- Recursos Ordinários Próprios	40.000,00
	Total	105.000,00
	-TOTAL GERAL	311.507,20

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, aos 15 dias do mês de junho do ano de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE

Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

## LEI ORDINARIA 1075 2018

Publicação Nº 1772119

LEI ORDINÁRIA Nº 1075/2018

=====

RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores analisou, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

Art. 1º. Nos termos do artigo 12 da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal n.º 777/2011.

Art. 2º. O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal está publicado na página 936 da edição n.º 2218 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 24 de março de 2017, disponível em: [http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543\\_edicao\\_2218\\_assinado.pdf](http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543_edicao_2218_assinado.pdf)).

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, aos 10 dias do mês de agosto do ano de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE

Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

## LEI ORDINARIA 1076 2018

Publicação Nº 1772120

LEI ORDINÁRIA Nº 1076/2018

=====

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores analisou, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de um trator de esteira.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, aos 23 dias do mês de agosto do ano de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE

Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

## LEI ORDINARIA 1077 2018

Publicação Nº 1772121

LEI ORDINÁRIA Nº 1077/2018

=====

AUTORIZA ALTERAR O PPA - PLANO PLURIANUAL 2018-2021 LEI MUNICIPAL N.º 1056/2017, A LDO-LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS N.º 1062/2017 PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL Nº 1064/2017 PARA O EXERCÍCIO DE 2018, ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores

analisou, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

Art. 1º Ficam alterados o PPA - Plano Plurianual 2018-2021 Lei Municipal n.º 1056/2017, a LDO-lei de diretrizes orçamentarias n.º 1062/2017 para o exercício de 2018 e a LOA - Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018 – Lei Municipal nº 1064, de 07 de novembro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, através da abertura do Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais) conforme a seguir identificado:

Órgão: 08	-SECRETARIA DE ESTRADAS DE RODAGENS	
Unidade: 01	- Departamento de Estradas de Rodagens	
26.782.0020.1.031	- Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos rodoviários	
4.4.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0083	- Operações de crédito	600.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, aos 23 dias do mês de agosto do ano de 2018.  
VILMAR SCHMAEDECKE  
Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### PROC 204/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1772627

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 204/2018  
CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2018

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, Chamada Pública - Melhor Técnica.

OBJETO: Chamada Pública tem por objeto a seleção de empresas do ramo de Construção Civil a serem indicadas pelo Município de São Miguel do Oeste à Caixa Econômica Federal (CEF), com vistas à contratação de empresa (pela própria CEF) para executar a Construção de Unidades Habitacionais de interesse social no âmbito do Programa "Minha Casa, Minha Vida", faixa 2, em terrenos a serem determinados e pertencentes ao Município, nas condições e características do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 13 de novembro de 2018.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2006 e o edital na íntegra no site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 11 de outubro de 2018.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PROC 205/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1771999

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 205/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2018

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual de aquisição de aço carbono e serviços de soldas, torno e demais serviços destinados para conservação e manutenção dos veículos/equipamentos da Secretaria Municipal de Obras do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 25 de outubro de 2018.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 11 de outubro de 2018.

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração e Finanças

### PROC 206/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1772791

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 206/2018  
CHAMADA PÚBLICA PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 1/2018

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar Chamada Pública para Manifestação de Interesse.

OBJETO: APRESENTAÇÃO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, SÓCIOAMBIENTAL, ECONÔMICO-FINANCEIRA E JURÍDICA CONTENDO NÍVEL DE DETALHAMENTO SUFICIENTE PARA DEFINIR A MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO QUE MELHOR SE ADAPTA À PRESTAÇÃO DE



SERVIÇO PÚBLICOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E OBRAS DE INFRAESTRUTURA CORRELACIONADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, nas condições e características do Edital.

Prazo para Manifestação Interessados: Até o dia 30/10/2018.

Prazo para a Apresentação dos estudos: 10/12/2018

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta

Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2006 e o edital

na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 11 de outubro de 2018.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## PROC 62/2018 - SAÚDE

Publicação Nº 1772440

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2018

INEXIGIBILIDADE Nº 17/2018

CREDENCIAMENTO Nº 16/2018

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste- SC, partir do Gestor leva ao conhecimento dos interessados que fará CREDENCIAMENTO tendo como objeto Credenciamento de profissionais médicos, para atender os munícipes na especialidade de Vascular, de acordo com o anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 25 de outubro de 2018.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores

Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade

Sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2006 e o edital na íntegra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br).

São Miguel do Oeste/SC, 11 de outubro de 2018.

LEONIR CARON

Gestor do Fundo

## REVOGAR

Publicação Nº 1772132

EDITAL DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Processo Licitatório nº 60/2018

Edital Pregão Presencial nº 35/2018

O Senhor Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e, considerando que a Comissão de Pregão constatou que a Empresa Associação Beneficente Hospital São Lucas foi a única participante, por não ter apresentado a CND Trabalhista e a Municipal de São Miguel do Oeste foi inabilitada, itens 6.1.2.5 e 6.1.2.6, os documentos relativos a Qualificação Técnica do Médico não estava autenticada em desconformidade com o item 6.1 do Edital, também foi verificado a existência de servidor municipal na Presidência da Licitante, revogar o Processo Licitatório, com base no Art.49 da Lei 8.666/93.

São Miguel do Oeste- SC, 11 de outubro de 2018.

Leonir Caron

Secretário Municipal de Saúde

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº130/2018

Publicação Nº 1772425

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE (48) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### DECRETO Nº130/2018

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN , Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara , Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 1.192/2018.

#### DECRETA:

Art.1º – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$ 20.500,00 (Vinte mil e quinhentos reais) a dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.2.077 – Func. e Manutenção da Coordenadoria de Obras R\$ 20.500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 20.500,00

Art. 2º– Para atender o Art. 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no valor de R\$ 20.500,00 (Vinte mil e quinhentos reais ) nas dotações abaixo identificadas:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.0010.1.105 – Pavimentação e Recuperação de

Ruas a Asfalto R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

07.01.15.452.0010.1.088 – Manutenção e Reforma de Calçada R\$ 10.500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.500,00

Art. 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 11 de outubro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

PREFEITO MUNICIPAL

# Saudades

## PREFEITURA

**TERMO DE COMPROMISSO N.: 14.2018**

Publicação Nº 1772252

## EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

Estado de Santa Catarina

Município de Saudades

Extrato de Termo de Compromisso

Termo n.: 14.2018

Contratante: Município de Saudades/SC

Contratado: ALEXANDRE SCHUH

Objeto: Manutenção do Cadastro de Produtor Primário e as informações da Produção Primária do Município.

Valor: -

Vigência: Indeterminado

Recursos: Orçamento Vigente

Saudades/SC, 09 de outubro de 2018.

Daniel Kothe

Prefeito Municipal

# Schroeder

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº. 16/2018-FAS

Publicação Nº 1772323

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 16/2018-FAS

Dispensa de Licitação nº. 11/2018-FAS

Processo nº. 18/2018-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CENTERPISO DECORAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 11.142.541/0001-70, estabelecida na Rua Almirante Tamandaré nº 589, sala 01, Vila Nova, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89.035-000

Objeto: Aquisição de piso vinílico, antialérgico, térmico, não escorrega, especial para ambientes infantis, diversas estampas para a Secretaria Municipal de Assistência Social, Schroeder/SC., sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Piso vinílico, antialérgico, térmico, não escorrega, especial para ambientes infantis, diversas estampas	50	m²	95,00	4.750,00
VALOR R\$ TOTAL					4.750,00

Valor do Contrato: R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 11/10/2018 – Vigência: 31/12/2018

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº. 28/2018 - FMS

Publicação Nº 1772130

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 28/2018 - FMS

Processo de licitação nº. 50/2018 - FMS

Dispensa de Licitação nº. 27/2018 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CM HOSPITALAR S.A., inscrita no CNPJ sob o nº. 12.420.164/0003-19, estabelecida na Ex 3, SN, Quadra 9 A – Módulo 26 a 30, Bairro Dimic, na cidade de Catalão, Estado de Santa Catarina, CEP: 75.709-685

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a Medicamentos destinado a atender a Ação Civil Pública nº 0900211-60.2018.8.24.0026 do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	ZYTIGA 250mg (Acetato de Abiraterona) comprimidos	120	comp	71,17	8.540,40
TOTAL R\$					8.540,40

Valor do Contrato: R\$ 8.540,40 (oito mil quinhentos e quarenta reais e quarenta centavos)

Data da Assinatura: 11/10/2018 – Vigência: 31/12/2018

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 7.572/2018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1773074

PORTARIA Nº 7.572/2018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Silvanete Regina Zoz, desempenhando a função de Agente Comunitária de Saúde, com efeitos retroativos a partir de 10/10/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 11 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK ORLANDO TECILLA

Prefeito Municipal Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**DISPENSA 11/2018-FAS**

Publicação Nº 1772281

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 11/2018 - DL**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

Processo Nr.: 18/2018  
Data: 11/10/2018

Folha: 1/2

Fornecedor: CENTERPISO DECORACOES LTDA  
Endereço: RALMIRANTE TAMANDARE,589 - SALA 01  
Cidade: Blumenau - SC  
CNPJ: 11.142.541/0001-70

Código: 14028

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Aquisição de piso vinílico, antialérgico, térmico, não escorrega, especial para ambientes infantis, diversas estampas para a Secretaria Municipal de Assistência Social, Schroeder/SC.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	50,00	Piso vinílico, antialérgico, térmico, não escorrega, especial para ambientes infantis, diversas estampas	M²	95,00	4.750,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

A Secretaria Municipal de Assistência Social, em especial o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, desenvolve trabalhos em grupos com crianças com idade de 0 à 6 anos, 7 à 12 anos. Para melhor comodidade destas crianças, solicita-se o piso vinílico que servirá também como isolante térmico, considerando que os trabalhos são feitos no chão.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 11 de Outubro de 2018

OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER</b>		<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 11/2018 - DL</b>
<b>CNPJ:</b> 83.102.491/0001-09 <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</b>	<b>Processo Nr.: 18/2018</b> <b>Data: 11/10/2018</b>	
		<b>Folha: 2/2</b>

09/10/2018

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 9 de Outubro de 2018

---

**Valor da Despesa:** 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais)

---

**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

---



**DISPENSA 27/2018-FMS**

Publicação Nº 1772079

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 27/2018 - DL**

**Processo Nr.: 50/2018**  
**Data: 11/10/2018**

Folha: 1/2

Fornecedor: CM HOSPITALAR LTDA  
Endereço: EX 3,SN - QUADRA9 A - MODULO 26 A 30  
Cidade: CATALAO - GO  
CNPJ: 12.420.164/0003-19

Código: 12169

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Medicamentos destinado a atender a Ação Civil Pública nº 0900211-60.2018.8.24.0026 do Município de Schroeder/SC.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	120,00	ZYTIGA 250mg (Acetato de Abiraterona) comprimidos	COMP	71,17	8.540,40

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Paciente com quadro de Neoplasia de Próstata CID C61.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 11 de Outubro de 2018

OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 27/2018 - DL****Processo Nr.: 50/2018  
Data: 11/10/2018**

Folha: 2/2

09/10/2018

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 9 de Outubro de 2018

**Valor da Despesa:**

8.540,40 (oito mil quinhentos e quarenta reais e quarenta centavos)

**Pagamento.....:**

15 dias após recebimento do documento fiscal

**DISPENSA 28/2018-FMS**

Publicação Nº 1772194

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 28/2018 - DL**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

Processo Nr.: 51/2018  
Data: 11/10/2018

Folha: 1/2

Fornecedor: GENESIO A MENDES & CIA LTDA  
Endereço: R SAO LUIZ, 127, GALPAO K  
Cidade: Tubarão - SC  
CNPJ: 82.873.068/0001-40

Código: 6426

Inscrição Estadual: 250.064.111

Objeto da Compra: aquisição de medicamentos de ações judiciais para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	840,00	ARTROLIVE CAIXA COM 30 CAPSULAS (ACIP 026.13.001215-2)	COMP	1,677	1.408,68
2	500,00	DIOVAN HCT 160/25MG CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS (ACIP 026.14.00367-9)	COMP	2,434	1.217,00
3	360,00	ARISTAB 10MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS (ACIP 0302674-29.2015.8.24.0026)	COMP	8,67	3.121,20
4	480,00	RITALINA LA 40MG CAIXA COM 30 CAPS (ACIP 5000500-50.2011.404.7209/SC)	CAPS	5,696	2.734,08
5	500,00	PAZOPANIBE 400MG (VOTRIENT) CAIXA COM 60 CPR - (ACIP 0900132-81-8-24-0026)	CAPS	130,428	65.214,00

**FUNDAMENTO LEGAL:**

**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

**JUSTIFICATIVA**

MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DAS AÇÕES JUDICIAIS DO MUNICIPIO (CONTINUIDADE). FOI REALIZADA A PRIMEIRA TENTATIVA PREGÃO 08/2018, SEGUNDA TENTATIVA PREGÃO 22/2018 ONDE TIVERAM SOMENTE ALGUNS ITENS COM EXITO. SOLICITO AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA DOS ITENS DESERTOS.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 11 de Outubro de 2018

OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 28/2018 - DL

**Processo Nr.:** 51/2018  
**Data:** 11/10/2018

Folha: 2/2

09/10/2018

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 9 de Outubro de 2018

**Valor da Despesa:**

73.694,96 (setenta e três mil seiscentos e noventa e quatro reais e noventa e seis centavos)

**Pagamento.....:**

15 dias após recebimento do documento fiscal

**DISPENSA 29/2018-FMS**

Publicação Nº 1772255

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 29/2018 - DL</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>Processo Nr.: 52/2018</b> <b>Data: 11/10/2018</b>
Folha: 1/2	

<b>Fornecedor:</b> DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA <b>Endereço:</b> R JOSE FRARON, 155 - SALA 01 <b>Cidade:</b> PATO BRANCO - PR <b>CNPJ:</b> 76.386.283/0001-13	<b>Código:</b> 13124  <b>Inscrição Estadual:</b>
<b>Objeto da Compra:</b> aquisição de medicamentos de ações judiciais para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	840,00	TRAMADOL 50MG CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS (ACIP 026.13.001215-2)	COMP	1,54	1.293,60
2	840,00	CELEBRA 200MG CAIXA COM 30 CAPSULAS (ACIP 026.13.001215-2)	COMP	4,50	3.780,00
3	420,00	ROSUVASTATINA 10MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS (ACIP 0301638-15.2016.8.24.0026)	COMP	0,47	197,40
4	500,00	CLORIDRATO DE TRAZODONA - DONAREN 100MG COMPRIMIDOS (ACIP 026.06.000564-0)	COMP	2,30	1.150,00
5	500,00	NESINA PIO 25/30 CAIXA COM 30 CPR - (ACIP 0900113-75.2018.8.24.0026)	COMP	4,16	2.080,00
6	1.440,00	LEVETIRACETAM 250MG (KEPPRA) CAIX COM 60 CPR - (ACIP 0300966-36.2018.8.24.0026)	COMP	2,08	2.995,20

**FUNDAMENTO LEGAL:**

**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

**JUSTIFICATIVA**

MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DAS AÇÕES JUDICIAIS DO MUNICIPIO (CONTINUIDADE). FOI REALIZADA A PRIMEIRA TENTATIVA PREGÃO 08/2018, SEGUNDA TENTATIVA PREGÃO 22/2018 ONDE TIVERAM SOMENTE ALGUNS ITENS COM EXITO. SOLICITO AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA DOS ITENS DESERTOS.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 11 de Outubro de 2018

OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 29/2018 - DL

**Processo Nr.:** 52/2018  
**Data:** 11/10/2018

Folha: 2/2

09/10/2018

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 9 de Outubro de 2018

**Valor da Despesa:**

11.496,20 (onze mil quatrocentos e noventa e seis reais e vinte centavos)

**Pagamento.....:**

15 dias após recebimento do documento fiscal

**CÂMARA MUNICIPAL****DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 058/18**

Publicação Nº 1772581

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.539.676/0001-85 Avenida dos Imigrantes C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 58/2018 - DL</b>
	<b>Processo Nr.: 42/2018</b> <b>Data: 11/10/2018</b>

Folha: 1/2

<b>Fornecedor:</b> RWR LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO LTDA - HIPERMAIS	<b>Código:</b> 558
<b>Endereço:</b> RUA MANOEL FRANCISCO DA COSTA, 550	
<b>Cidade:</b> Jaraguá do Sul - SC	
<b>CNPJ:</b> 83.616.185/0020-53	<b>Inscrição Estadual:</b> 258490063
<b>Objeto da Compra:</b> COMPRA DE MATERIAL PARA COPA E COZINHA, ALIMENTAÇÃO, PRODUÇÃO DE HIGIENE E MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	

**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	1,00	UN	BOLACHA ÁGUA E SAL 400 GRAMAS
2	7,00	UN	BOLACHA RECHEADA - CHOCOLATE
3	4,00	UN	BOLACHA - BISCOITO SALGADO PACOTE COM 6 ENVELOPES.
4	3,00	UN	AÇÚCAR CRISTAL 1 KG.
5	4,00	UN	BALA DE BANANA TRADICIONAL PACOTE COM 300 GRAMAS
6	2,00	UN	BALA DE HORTELÃ PACOTE COM 600 GRAMAS
7	2,00	UN	BALA DE IOGURTE 500 GRAMS ORIGINAL
8	5,00	UN	CAFE 500 GRAMAS EXTRAFORTE
9	10,00	UN	FILTRO DE PAPEL NÚMERO 102
10	4,00	UN	DIFUSOR DE AMBIENTES
11	1,00	UN	SABÃO EM PÓ 2 KILOS O PACOTE.
12	30,00	UN	ÁGUA MINERAL SEM GÁS - FARDO COM 12 UNIDADES.
13	10,00	UN	ÁGUA MINERAL COM GÁS - FARDO COM 12 UNIDADES.

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

O JULGAMENTO UTILIZOU COMO PARÂMETRO O MENOR VALOR TOTAL POR ITEM.

Schroeder, 11 de Outubro de 2018

MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES  
Responsável pelo Setor Compras



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**

CNPJ: 83.539.676/0001-85

Avenida dos Imigrantes

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 58/2018 - DL****Processo Nr.: 42/2018  
Data: 11/10/2018**

Folha: 2/2

11/10/2018

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 11 de Outubro de 2018

-----  
SÉRGIO ROHDEN  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**Valor da Despesa:**

595,57 (quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta e sete centavos)

**Pagamento.....:**

A PRAZO

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 58/2018 - DL**CNPJ: 83.539.676/0001-85  
Avenida dos Imigrantes  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 42/2018  
Data: 11/10/2018

Folha: 1/2

Fornecedor: RANCHO BOM SUPERMERCADOS LTDA  
Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO  
Cidade: SCHROEDER - SC  
CNPJ: 08.597.765/0001-62

Código: 260

Inscrição Estadual: 255.329.075

**Objeto da Compra:** COMPRA DE MATERIAL PARA COPA E COZINHA, ALIMENTAÇÃO, PRODUÇÃO DE HIGIENE E MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
14	1,00	UN	BOLACHA AO LEITE PACOTE COM 400 GRAMAS
15	1,00	UN	CAIXA DE LEITE INTEGRAL COM 12 UNIDADES
16	3,00	UN	COLHER DE SOPA PACOTE COM 3 UNIDADES
17	6,00	UN	PILHA ALCALINA AA2 PACOTE COM 2 PILHAS
18	5,00	UN	ÁGUA MINERAL DE 20 LITROS SEM VASILHAME.

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

O JULGAMENTO UTILIZOU COMO PARÂMETRO O MENOR VALOR TOTAL POR ITEM.

Schroeder, 11 de Outubro de 2018

-----  
MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES  
Responsável pelo Setor Compras

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**

CNPJ: 83.539.676/0001-85

Avenida dos Imigrantes

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 58/2018 - DL**Processo Nr.:** 42/2018  
**Data:** 11/10/2018

Folha: 2/2

11/10/2018

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 11 de Outubro de 2018

---

**SÉRGIO ROHDEN**  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Valor da Despesa:**

132,88 (cento e trinta e dois reais e oito centavos)

**Pagamento.....:**

A PRAZO

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 58/2018 - DL****CNPJ:** 83.539.676/0001-85  
**Avenida dos Imigrantes**  
**C.E.P.:** 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 42/2018  
**Data:** 11/10/2018

Folha: 1/2

**Fornecedor:** NELSI PERSCH ZILS - ME  
**Endereço:** Rua GUSTAVO STREIT, 633  
**Cidade:** Schroeder - SC  
**CNPJ:** 85.179.208/0001-72**Código:** 483**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** COMPRA DE MATERIAL PARA COPA E COZINHA, ALIMENTAÇÃO, PRODUÇÃO DE HIGIENE E MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
19	10,00	UN	BOLACHA AMANTEIGADA - TIPO ORELHA DE GATO
20	10,00	UN	BOLACHA AMANTEIGADA - TIPO ORELHA DE GATO (VÁRIOS SABORES) - ARARUTA - BRIGADEIRO - AMENDOIN COCO.
21	5,00	UN	CHÁ CINÊS CAIXA COM 10 SACHES SABOR MAÇA COM CANELA
22	2,00	UN	BALA DE MORANGO POLPA NATURAL PACOTE COM 600 GRAMAS
23	2,00	UN	PALITO DE DENTE DE BAMBU - CAIXA
24	2,00	UN	PEN DRIVE DE 8 Gb.
25	6,00	UN	PILHA ALCALINA AAA2 COM DUAS PILHAS O PACOTE.

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

**II -** para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

O JULGAMENTO UTILIZOU COMO PARÂMETRO O MENOR VALOR TOTAL POR ITEM.

Schroeder, 11 de Outubro de 2018

---

**MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES**  
Responsável pelo Setor Compras

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**

CNPJ: 83.539.676/0001-85

Avenida dos Imigrantes

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 58/2018 - DL**Processo Nr.:** 42/2018  
**Data:** 11/10/2018

Folha: 2/2

11/10/2018

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 11 de Outubro de 2018

---

**SÉRGIO ROHDEN**  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Valor da Despesa:**

257,25 (duzentos e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos)

**Pagamento.....:**

A PRAZO

# Seara

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2018

Publicação Nº 1772600

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 235/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2018  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 053/2018  
Pregão Presencial nº 087/2018  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à Av. Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº 11/R.380.367, CPF nº 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Robinson Rodrigo Warken - ME, CNPJ nº 86.829.462/0001-31, estabelecida na rua Dom Pedro I, 231, sala 01, bairro Industrial, neste ato representada pelo Sr. Robinson Rodrigo Warken, brasileiro, casado, empresário, RG nº 3.614.786, CPF nº 007.390.919-05, residente e domiciliado na rua 01, 663, loteamento Colina, bairro São João, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 087/2018, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção fornecedores e proposta para aquisição de gêneros alimentícios, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 9.696,00 (nove mil e seiscentos e noventa e seis reais) são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 11/10/2018, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 10/10/2019.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 087/2018, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 11/10/2018.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Robinson Rodrigo Warken  
Robinson Rodrigo Warken - ME  
Contratada

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2018

Publicação Nº 1772599

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 235/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2018  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 053/2018  
Pregão Presencial nº 087/2018  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à Av. Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº 11/R.380.367, CPF nº 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Covepal Panificadora Ltda EPP, CNPJ nº 79.424.990/0001-45, estabelecida na Avenida Anita Garibaldi, nº. 21, centro, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Ladir Cosmann, brasileiro, empresário, casado, RG nº 1.879.873-0, CPF nº 771.780.509-00, residente e domiciliado na rua Maurício Cardoso, s/nº, centro, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 087/2018, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção fornecedores e proposta para aquisição de gêneros alimentícios, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 41.597,00 (quarenta e um mil e quinhentos e noventa e sete reais) são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 11/10/2018, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia

10/10/2019.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 087/2018, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 11/10/2018.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Ladir Cosmann  
Covepal Panificadora Ltda EPP  
Contratada

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2018-FMS

Publicação Nº 1772792

Processo Licitatório nº 031/2018  
Edital de Pregão Presencial nº 016/2018

O Município de Seara, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal da Saúde, pelo seu Secretário e Gestor do Fundo Municipal da Saúde aos interessados, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo e protocolizando, no livro respectivo, impreterivelmente até às 08h30min do dia 29/10/2018, “envelopes de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de bolsas, estojos e mochilas, destinados às atividades do Fundo Municipal de Saúde de Seara/SC. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 11 de outubro de 2018.

Flávio Joel Zolet  
Secretário Municipal de Saúde

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 237/2018

Publicação Nº 1772604

Processo Licitatório nº. 237/2018.  
Edital de Pregão Presencial nº. 088/2018 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 26/10/2018, “envelope de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de equipamentos de proteção individual. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 11 de outubro de 2018.  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

## TERMO PRORROGAÇÃO PL 081/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 033/2018

Publicação Nº 1772657

TERMO DE PRORROGAÇÃO – PL 081/2018

Pregão Presencial nº 033/2018 – Registro de Preços nº 022/2018

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Processo Licitatório nº 081/2018 - Pregão Presencial nº 033/2018 – Registro de Preços nº 022/2018, pelo período de mais 6 (seis) meses, a contar de 28/10/2018, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.



O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 10 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

De acordo.

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Farina & Cia Ltda

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2018

Publicação Nº 1772603

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p><b>Nr. do Processo: 235/2018</b>      <b>Licitação: 87/2018 - PR</b>      <b>Data da Homologação: 11/10/2018</b>  <b>Fornecedor: 12415 - ROBINSON RODRIGO WARKEN - ME</b></p>									
3	333396977	GROSTOLI DOCE FRITO, PASSADO NO AÇÚCAR, NÃO FOLHADO.	PÃO DE MEL	KG	150,000	0,0000	14,3000	2.145,00	Venceu
4	333399103	CUCA COLONIAL, COM RECHEIOS DIVERSOS (CHOCOLATE, DOCE DE LEITE, ABACAXI...) ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE POLIPROPILENO ORIGINAL DO FABRICANTE. COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. SERÃO REJEITADAS AS QUE APRESENTAREM DUREZA E CARACTERES ORGANOLÉPTICOS ANORMAIS.	PÃO DE MEL	KG	120,000	0,0000	10,5000	1.260,00	Venceu
8	433404601	BOLO COM COBERTURA TIPO TOALHA FELPUDA, CORTADO EM PEDAÇOS PEQUENOS.	PÃO DE MEL	KG	90,000	0,0000	16,7000	1.503,00	Venceu
9	433404602	BOLO DE LARANJA, CORTADO EM PEDAÇOS PEQUENOS.	PÃO DE MEL	KG	200,000	0,0000	14,9000	2.980,00	Venceu
11	433404604	GROSTOLI SALGADO, PRONTO PARA CONSUMO	PÃO DE MEL	KG	70,000	0,0000	14,9000	1.043,00	Venceu
14	433404605	PÃO CASEIRO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE POLIPROPILENO ORIGINAL DO FABRICANTE. COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. SERÃO REJEITADOS OS QUE APRESENTAREM DUREZA E CARACTERES ORGANOLÉPTICOS ANORMAIS.	PÃO DE MEL	KG	100,000	0,0000	7,6500	765,00	Venceu
					<b>Total do Fornecedor</b> →		730,000	9.696,00	

Seara, 11 de Outubro de 2018.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 53/2018

Publicação N° 1772602

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 235/2018      Licitação: 87/2018 - PR Fornecedor: 6028 - COVEPAL PANIFICADORA LTDA      Data da Homologação: 11/10/2018									
1	433404597	PÃO TIPO FRANCÊS OU SOVADO (25 OU 50 GRAMAS), DO DIA.	COVEPAL	KG	3.500,000	0,0000	8,0000	28.000,00	Vencou
2	333396978	PALITO SALGADO TEMPERADO FRITO	COVEPAL	KG	120,000	0,0000	14,2000	1.704,00	Vencou
5	433404598	BOLO COM COBERTURA FORMIGUEIRO/NEGA MALUCA, CORTADA EM PEDAÇOS PEQUENOS.	COVEPAL	KG	60,000	0,0000	17,3000	1.038,00	Vencou
6	433404599	RISOLIS COM RECHEIO DE FRANGO E/OU CARNE MOIDA, PEQUENO, ASSADO.	COVEPAL	UN	2.500,000	0,0000	0,7200	1.800,00	Vencou
7	433404600	PASTEL BOLHA CARNE, PRONTO PARA O CONSUMO	COVEPAL	UN	2.500,000	0,0000	0,5800	1.450,00	Vencou
10	433404603	SANDUICHE NATURAL COM PATÊ (PRESUNTO, MAIONESE E TEMPERO VERDE) PÃO TIPO SOVADO E/OU FATIADO 50 GRAMAS, CORTADO EM QUATRO PEDAÇOS OU NÃO - ALFACE E PATÊ.	COVEPAL	UN	2.500,000	0,0000	1,5000	3.750,00	Vencou
15	433404606	PÃO DE MILHO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE POLIPROPILENO ORIGINAL DO FABRICANTE. COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. SERÃO REJEITADOS OS QUE APRESENTAREM DUREZA E CARACTERES ORGANOLÉPTICOS ANORMAIS.	COVEPAL	KG	80,000	0,0000	9,0000	720,00	Vencou
16	433404607	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA, CORTADO EM PEDAÇOS PEQUENOS	COVEPAL	KG	40,000	0,0000	16,5000	660,00	Vencou
17	433404608	TORTA SALGADA, SABORES DIVERSOS CORTADA EM PEDAÇOS PEQUENOS	COVEPAL	KG	30,000	0,0000	18,5000	555,00	Vencou
18	433404609	PIZZA ASSADA E CORTADA, SABORES DIVERSOS, (TAMANHOS E PEDAÇOS A DEFINIR JUNTO AO PEDIDO).	COVEPAL	KG	80,000	0,0000	24,0000	1.920,00	Vencou
<b>Total do Fornecedor</b> →					11.410,000			41.597,00	

Seara, 11 de Outubro de 2018.

ITENS NÃO AJD E SALDO PEND PL 081/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 033/2018

Publicação Nº 1772659

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente

Entidade Participante: Consolidado

(Período de 28/04/2018 a 10/10/2018)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde Cotada - Suprímida	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vendedores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
Processo / Ano: 81/2018      Licitação: 33/2018 - PR      Data de Homologação: 27/04/2018      Registro de Preço: Sim									
Fornecedor.....: 6182-FARINA & CIA. LTDA.									
1	27	GASOLINA COMUM	LTS	120,000,000	22,700,000	0,000	97,300,000	4,3000	418,390,00
1	27	GASOLINA COMUM	LTS	120,000,000	21,828,904	0,000	98,171,096	4,3000	422,135,71
2	84146	OLEO DIESEL S10	LTS	120,000,000	50,157,972	0,000	69,842,028	3,4700	242,351,84
2	84146	OLEO DIESEL S10	LTS	120,000,000	12,000,000	0,000	108,000,000	3,4700	374,760,00
3	388746	OLEO DIESEL S 500	LTS	500,000,000	200,490,119	0,000	299,509,881	3,4500	1,033,309,09
3	388746	OLEO DIESEL S 500	LTS	500,000,000	5,400,000	0,000	494,600,000	3,4500	1,706,370,00
								Total Pendente:	4,197,316,64
								Total Geral:	4,197,316,64

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 368/2018

Publicação Nº 1772073

DECRETO Nº 368/2018 DE 1º/10/2018

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA – SC.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei 1.094/2017 de 1º/12/2017,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Serra Alta – SC (Lei 1.094/2017 de 1º/12/2017) crédito adicional suplementar no valor de R\$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), para a inclusão no seguinte programa:

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto/Atividade: 2.801 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.3178 – Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP ..... R\$ 56.000,00

Despesa: 87

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais) serão provenientes do provável excesso de arrecadação verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º, da Lei Municipal nº 958/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 1º de Outubro de 2018.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de administração

# Sombrio

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 167/2018

Publicação Nº 1772596

DECRETO Nº 167, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zenio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2346 de 05 de dezembro de 2017, (Lei Orçamentária).

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 976.000,00 (novecentos e setenta e seis mil reais ), nas seguintes dotações orçamentárias:

**04.01 – GERENCIA DE OBRAS**

2.003 – Gestão da Sec. Mun. De Obras, Infraest. E Serv. Urbanos

3.1.90.00.00.00.00.00.0080(031) Aplicações Direta ..... R\$ 125.000,00

**04.03 – DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS**

2.041 – Conserv. E Limpeza de Vias e Lograd. Públicos

3.1.90.00.00.00.00.00.0080(048) Aplicações Direta ..... R\$ 15.000,00

**05.01 – GERENCIA DE EDUCAÇÃO**

2.030 – Manutenção do Ensino Fundamenal

3.1.90.00.00.00.00.00.0089(083) Aplicações Direta ..... R\$ 200.000,00

2.031 – Manutenção do Ensino Infantil – Creches

3.1.90.00.00.00.00.00.0088(105) Aplicações Direta ..... R\$ 20.000,00

2.032 – Manutenção do Ensino Infantil – Pré-Escola

3.1.90.00.00.00.00.00.0089(113) Aplicações Direta ..... R\$ 210.000,00

**05.02 – GERENCIA DE CULTURA**

2.038 – Manutenção das Atividades Culturais

3.1.90.00.00.00.00.00.0080(123) Aplicações Direta ..... R\$ 31.000,00

2.058 – Manutenção do Esporte Amador e Estudantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0080(133) Aplicações Direta ..... R\$ 120.000,00

**06.02 – FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SOMBRIO**

2.018 – Serv. De Prot. E Atend. Especial. A Famílias e Indivíduos

3.1.90.00.00.00.00.00.0054(171) Aplicações Direta ..... R\$ 10.000,00

2.022 – Serv. De Conviv. E Fortal. De Vinculos para Idosos

3.1.90.00.00.00.00.00.0080(149) Aplicações Direta ..... R\$ 65.000,00

2.023 – Serviços de Conviv. E Fort. De Vinc. Para Criança e Adolesc.

3.1.90.00.00.00.00.00.0080(288) Aplicações Direta ..... R\$ 80.000,00

**08.01 – DIRETORIA DE SERVIÇOS DE APOIO A AGRICULTURA**

2.052 – Apoio ao Produtor Rural

3.1.90.00.00.00.00.00.0080(187) Aplicações Direta ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá à conta do provável excesso de arrecadação da seguinte fonte de recursos: 80, 88, 89 e 54..

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 08 de outubro de 2018.

Zenio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

**LEI Nº. 2385/2018**

Publicação Nº 1772597

LEI Nº 2385, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM A(O) BANCO DO BRASIL S/A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal Aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à(ao) BANCO DO BRASIL S/A, até o valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), , destinados a aquisição de uma Maquinas Motoniveladora, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maior de 2000.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a(o) BANCO BRASIL S/A, autorizada a vincular em garantia da operação de crédito, em caráter irrevogável e irretratável, as quotas partes de receitas advindas do FPM e/ou ICMS.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio, 10 de outubro de 2018.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças e Administração

**PROCESSO 008-2018 SAMAE - S.R.P**

Publicação Nº 1771989

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2018/SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018/SAMAE

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços para futuro e eventual fornecimento de produtos químicos destinados ao tratamento de água, em atendimento às necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, conforme quantitativo e condições constantes do Anexo I - Termo de Referência e demais anexos que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste edital, obedecendo às condições constantes no Edital e seus anexos.

Base Legal: Lei Federal 10.520/2002 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei 8.078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei 8666 de 21 de junho de 1993.

Os envelopes deverão ser entregues/protocolados até as 09h00min do dia 25 de outubro de 2018, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h15min do dia 25 de outubro de 2018.

O Edital e maiores informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 31, Centro de Sombrio/ SC. No Horário das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-5225.

Sombrio/SC, 11 de outubro de 2018.

Jonas D'Ávila dos Santos

Gerente Administrativo Interino



**PROCESSO 71-2018 C.C**

Publicação Nº 1772072

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2018  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 071/2018

Objeto: A presente licitação tem por finalidade a seleção da proposta mais vantajosa para a concessão comum para a delegação da construção, implantação, gestão, manutenção e operação do serviço público e correspondentes infraestruturas de apoio ao embarque e desembarque de passageiros dos serviços interestadual e intermunicipal de transporte coletivo rodoviário, no município de Sombrio/SC, nos termos do Anexo I - Projeto Básico e demais anexos do edital.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21 julho de 1993; Lei Municipal nº 2.384, de 12 de setembro de 2018; Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e demais legislações complementares.

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 09h00min do dia 30 de novembro de 2018, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 03 de dezembro de 2018.

O Edital e maiores informações no Setor de Licitações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, nº 186, Centro de Sombrio/SC. No Horário das 08h00 às 11h30min e das 13h30min às 17h30min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-5225.

Sombrio/SC, 11 de outubro de 2018.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### PORTARIA 074/2018

Publicação Nº 1773093

PORTARIA Nº 074, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal LUCIMAR SPEGIORIM, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Obras e Transportes, de 20 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 03.11.2016 a 02.11.2017, a serem gozadas no período de 15.10.2018 a 03.11.2018.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

11 de outubro de 2018.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

# Tangará

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 117, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".**

Publicação Nº 1772694

DECRETO Nº 117, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis nº. 2.352/17 e 2.392/18.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 134.967,73 (Cento e trinta e quatro mil, novecentos e sessenta e sete reais e setenta e três centavos) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto 1003

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.3402 – Aplicações Diretas...R\$ 134.967,73

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 134.967,73 (Cento e trinta e quatro mil, novecentos e sessenta reais e setenta e três centavos) na seguinte dotação do atual orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2005

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.3402 – Aplicações Diretas...R\$ 134.967,73

Art. 3º. Fica suplementado o valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) no atual orçamento do Fundo Municipal de Saúde, com recursos oriundos do excesso de arrecadação apurado no presente exercício, na seguinte dotação orçamentária:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto 1003

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0488 – Aplicações Diretas...R\$ 150.000,00

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 11 DE SETEMBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 120, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".**

Publicação Nº 1772698

DECRETO Nº 120, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal em de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis nº. 2.352/17, e 2.412/18.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Município.

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO

Projeto 1015

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0434 – Aplicações Diretas...R\$ 90.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Projeto 1012

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0434 – Aplicações Diretas...R\$ 90.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 25 DE SETEMBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

## **DECRETO Nº 126 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".**

Publicação Nº 1772706

DECRETO Nº 126 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2.352/17.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

Atividade 2025

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 10.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

Atividade 2025

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 03 DE OUTUBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

## **ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2018 REGISTRO DE PREÇO**

Publicação Nº 1772249

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2018 REGISTRO DE PREÇO

Aos onze dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezoito, às dez horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 444/2018, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 090/2018, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA OS EVENTOS ALUSIVOS DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ. Participa deste certame a seguinte empresa:

1) BANXAP BANHEIROS MÓVEIS LTDA ME, representada neste ato por Amauri Fernando Beal;

Iniciado o certame, uma única empresa se credenciou, passa a vista e rubrica nos envelopes pelo representante presente, analisado o credenciamento da empresa que estava de acordo com o edital, sendo habilitada para o certame, após passou-se para a abertura do envelope da proposta, constatou-se que a empresa participante encontra-se habilitada para os lances. Passou-se então para fase dos lances, feito a tentativa de negociação a empresa baixou o valor da sua proposta, após sagrou-se vencedor dos itens a empresa BANXAP BANHEIROS MÓVEIS LTDA ME com o valor total dos itens de R\$ 18.015,00 (dezoito mil reais e quinze centavos). Após aberto o envelope da documentação que estava de acordo com as exigências do edital, passando para vista e rubrica do presente. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 11/10/2018. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 11 de Outubro de 2018.

Cristiane Piccinin

Presidente da Comissão de Licitações

Daiane N. A. dos Santos Adriane L. R. Locatelli  
Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

BANXAP BANHEIROS MÓVEIS LTDA ME

## **DECRETO Nº 112, DE 24 DE AGOSTO DE 2018. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1772687

DECRETO Nº 112, DE 24 DE AGOSTO DE 2018.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.352/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

08-SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Atividade 2026

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 24 DE AGOSTO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

## **DECRETO Nº 113, DE 30 DE AGOSTO DE 2018. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1772688

DECRETO Nº 113, DE 30 DE AGOSTO DE 2018.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.352/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 80.798,00 (Oitenta mil, setecentos e noventa e oito reais) nas seguintes dotações do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Projeto 1008

Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.0401 Aplicações Diretas ..... R\$ 798,00

06-SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Atividade 2027

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 80.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 30 DE AGOSTO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

## **DECRETO Nº 114, DE 30 DE AGOSTO DE 2018. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1772689

DECRETO Nº 114, DE 30 DE AGOSTO DE 2018.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.352 de 21/11/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Fundo Municipal de

Assistência Social de Tangará, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

11-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2014

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.01.0400 Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 30 DE AGOSTO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 115, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".**

Publicação Nº 1772690

DECRETO Nº 115, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2.352/17.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

Atividade 2023

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 15.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

Atividade 2023

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 03 DE SETEMBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 116, DE 04 DE SETEMBRO DE 2018. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".**

Publicação Nº 1772693

DECRETO Nº 116, DE 04 DE SETEMBRO DE 2018.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal em de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2.352/17.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Município.

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2027

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas ..... R\$ 17.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do município.

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2027

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas ..... R\$ 17.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 04 DE SETEMBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 118, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".**

Publicação Nº 1772695

DECRETO Nº 118, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal em de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2.352/17.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias do atual orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2014

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.0400 – Transf. a Instituições

Privadas sem Fins Lucrativos ..... R\$ 15.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0435 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias do atual orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2014

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0400 – Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0435 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 21 DE SETEMBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 119, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1772697

DECRETO Nº 119, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.352/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 73.591,32 (Setenta e três mil, quinhentos e noventa e um reais e trinta e dois centavos) nas seguintes dotações do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2020

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0219 Aplicações Diretas ..... R\$ 13.792,66

07-SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2027

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 47.082,66

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00



08-SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Atividade 2026

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 2.716,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 24 DE SETEMBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 121, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1772699

DECRETO Nº 121, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.352 de 21/11/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Tangará, com a utilização de recursos do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

09-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TANGARÁ

Atividade 2007

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.3438 Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 25 DE SETEMBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 123, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1772702

DECRETO Nº 123, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.352/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2027

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 13.000,00

Art. 2º. Fica suplementada a importância de R\$ 13.694,65 (Treze mil, seiscentos e noventa e quatro reais e sessenta e cinco centavos) na seguinte dotação do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Projeto 1007

Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.3437 Aplicações Diretas ..... R\$ 13.694,65

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 28 DE SETEMBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 124, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".**

Publicação Nº 1772703

DECRETO Nº 124, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

**"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".**

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal em de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis nº. 2.352/17, e 2.413/18.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 1.024.000,00 (Hum milhão, vinte e quatro mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias do atual orçamento do Município.

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Atividade 2003

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 375.825,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Projeto 1009

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 19.175,00

Atividade 2016

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas...R\$ 120.000,00

Atividade 2017

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0219 – Aplicações Diretas...R\$ 60.000,00

Atividade 2018

Modalidade de Aplicação: 3.2.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas...R\$ 1.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas...R\$ 8.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Projeto 1013

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 10.000,00

Atividade 2028

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 10.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Projeto 1015

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 150.000,00

Projeto 1016

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 25.000,00

Projeto 1017

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 10.000,00

Atividade 2030

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0489 – Aplicações Diretas...R\$ 171.045,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.3489 – Aplicações Diretas...R\$ 33.955,00

Atividade 2034

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 20.000,00

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Projeto 1011

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 10.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 1.024.000,00 (Hum milhão e vinte e quatro mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias do atual orçamento do município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Projeto 1007

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas...R\$ 129.000,00

## Atividade 2020

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0219 – Aplicações Diretas...R\$ 60.000,00

## Atividade 2022

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 30.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 30.000,00

## Atividade 2023

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 25.000,00

## Atividade 2025

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 25.000,00

## 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

## Atividade 2027

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 150.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 150.000,00

## 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

## Atividade 2029

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 150.000,00

## Projeto 1014

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0489 – Aplicações Diretas...R\$ 171.045,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.3489 – Aplicações Diretas...R\$ 33.955,00

## 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

## Atividade 2026

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 30.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 40.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 02 DE OUTUBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 125, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1772704

DECRETO Nº 125, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

**"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.352/2017.

## DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

## 05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

## Projeto 1007

Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.0401 Aplicações Diretas ..... R\$ 7.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 02 DE OUTUBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 128, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1772707

DECRETO Nº 128, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

**"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.352 de 21/11/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Tangará, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

11-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2014

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.01.0400 Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 05 DE OUTUBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 129, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1772709

DECRETO Nº 129, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

**"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.352 de 21/11/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 4.379,40 (quatro mil, trezentos e setenta e nove reais e quarenta centavos) na seguinte dotação do atual orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Tangará, com a utilização de recursos do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

09-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TANGARÁ

Projeto 1003

Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.3488 Aplicações Diretas ..... R\$ 4.379,40

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 08 DE OUTUBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 130, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".**

Publicação Nº 1772710

DECRETO Nº 130, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

**"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".**

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal em de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2.352/17.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias do atual orçamento do Município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2019

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas...R\$ 30.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade 2029

Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00.0149 – Transf. á Consórcios

Públicos ..... R\$ 1.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.72.00.00.0149 – Execução Orçamentária

Delegada á Consórcios ..... R\$ 9.000,00

Atividade 2032

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0410 – Aplicações Diretas....R\$ 15.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias do atual orçamento do município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2019

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas...R\$ 30.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade 2029

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0408 – Aplicações Diretas...R\$ 10.000,00

Atividade 2032

Modalidade de Aplicação: 3.3.30.00.00.0410 – Transferências

Aos Estados e Distrito Federal ..... R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 08 DE OUTUBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

# Tijucas

## PREFEITURA

### EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/FMAS/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 011/FMAS/2018

Publicação Nº 1772251

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 015/FMAS/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/FMAS/2018

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para aquisição de Móveis Confeccionados em MDF, conforme Especificações contidas no Termo de Referência, para atender a Sala do Conselho Tutelar, da Secretaria Municipal de Assistência Social, do município de Tijucas/SC. Empresa Vencedora do Processo: SUPRIMÓVEIS EIRELI EPP, foi vencedora do lote: 01, no valor de R\$ 5.465,00 (Cinco mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

### EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 001/FMPDC/2018

Publicação Nº 1772030

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 001/FMPDC/18 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/FMPDC /18 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/FMPDC /18

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL.

CONTRATADA: MURILO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAIXA DE GORDURA, CAIXA DE PASSAGEM, FOSSA, FILTRO E POSTES DE 7 METROS QUE SERÃO UTILIZADOS EM SETE CASAS MODULARES PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA DEVIDAMENTE CADASTRADAS PELO MUNICÍPIO QUE TIVERAM SUAS CASAS DESTRUÍDAS OU INTERDITADAS POR DESASTRES, QUE ESTÃO SOB RESPONSABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 7.352,00 (SETE MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS).

Amparo Legal: Art. 24, II e Art. 23, I, "a" e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 396/2018/PGM.

TIJUCAS/SC, 04 DE OUTUBRO DE 2018.

### EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 089/PMT/2018 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 209/PMT/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/PMT/2018

Publicação Nº 1772074

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 089/PMT/18 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 209/PMT/18 – DISPENSA Nº 052/PMT/18

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS

CONTRATADA: NCA IMPORT LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE KIT ARROMBAMENTO TÁTICO PARA USO OPERACIONAL DAS GUARNIÇÕES PMS DE TIJUCAS DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA O SUCESSO EM VÁRIAS OCORRÊNCIAS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 4.900,00 (QUATRO MIL E NOVECENTOS REAIS).

Amparo Legal: Art. 24, II e Art. 23, I, "a" e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 398/2018/PGM.

TIJUCAS/SC, 09 DE OUTUBRO DE 2018.

**EXTRATO TERMO DE RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 202/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇO Nº 136/PMT/2018**

Publicação Nº 1772189

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 202/PMT/2018 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 136/PMT/2018

Objeto: Aquisição de Beliches para Alojamentos Antigos e Novos do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Tijucas, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: SUPRIMÓVEIS EIRELI EPP, foi vencedora do lote: 01, no valor de R\$ 16.458,00 (Dezesseis mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas



# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### **LEI Nº 1.922/2018 QUE DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1772088

Lei nº 1.922, de 09 de outubro de 2018.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º O Orçamento do Município de Timbé do Sul, para o exercício financeiro de 2019, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais

II – as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2018/2021;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – as disposições gerais.

#### **I – DAS METAS FISCAIS**

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2019 a 2021, de que trata o art. 4º da Lei Complementar no 101/2000, são as identificadas nos Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais, demonstrativos I a VIII e Anexos I a VII desta Lei.

#### **II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019 são aquelas definidas no Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos estimados na lei orçamentária para 2019 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Anexo Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas e valores estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

#### **III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo seus Fundos e Autarquias e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 6º A Lei de Orçamento evidenciará as Receitas e Despesas de cada Unidade Gestora, identificadas por código da destinação de recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação.

Art. 7º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2015, 2016 e 2017, previsão para, 2018, 2019, 2020 e 2021, com justificativa da estimativa para 2019, acompanhado de metodologia e memória de cálculo.

#### **IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

Art. 8º O orçamento e a sua execução obedecerá, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, seus fundos e autarquias.

Art. 9º Os estudos para definição do Orçamento da Receita, excluídas as previsões de convênios, alienações de bens e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Se a receita estimada, comprovadamente não atender ao disposto neste artigo, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, observada a destinação de recursos, ressalvadas as decorrentes de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento da dívida.

Art. 11. O orçamento da unidade gestora central contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados entre 0,01% (um centésimo por cento) e 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e

eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

Parágrafo único. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2019, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornarem insuficientes.

Art. 12. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 13. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 14. As renúncias de receita estimadas para o exercício financeiro de 2019 serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 15. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo, cultural, saúde, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 16. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício, em cada evento, não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 17. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios, alienação de bens e operações de crédito.

Art. 18. O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante celebração de convênio, acordo, ajuste ou congêneres e previsto os recursos na lei orçamentária anual.

Art. 19. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços correntes.

Art. 20. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único. Para melhor adequar a execução do orçamento da Despesa, poderá ser feita a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro da mesma categoria de programação, assim entendida, cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais. (Art. 167, VI da CF).

Art. 21. Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de Crédito Especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício e constantes desta lei, conforme art. 167, I da CF.

Art. 22. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 23. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício, para atendimento à Despesas de Capital, respeitado o limite de endividamento, na conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 24. O Município, mediante lei autorizativa, observada a iniciativa privativa de cada Poder, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal a qualquer título, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 25. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 26. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 27. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas ao final de cada semestre na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 28. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 29. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da

**Lei de Responsabilidade Fiscal.**

Art. 30. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

**VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 31. Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no caput deste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício anterior, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 32. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 33. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 34. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 35. O Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 36. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019.

Timbé do Sul, 09 de outubro de 2018.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

# Timbó

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 06 2018 FUMTRAN

Publicação N° 1772848

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 06/2018 - FUMTRAN

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa TERRABASE TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ nº 12.535.370/0001-02 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 22/10/2018  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Necessário trazer carimbo comercial da empresa para validação da assinatura.

Timbó, 11 de outubro de 2018  
ROSE MERY DALCANALE  
Central de Licitações

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 07 2018 FUMTRAN

Publicação N° 1772849

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 07/2018 - FUMTRAN

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 01.993.902/0001-39 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 22/10/2018  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Necessário trazer carimbo comercial da empresa para validação da assinatura.

Timbó, 11 de outubro de 2018  
ROSE MERY DALCANALE  
Central de Licitações

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 09 2018 FMS

Publicação N° 1772851

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 09/2018 - FMS

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa ANJOS DA VIDA SAUDE - SERVIÇOS MOVEIS DE ATENDIMENTOS A URGENCIAS LTDA, CNPJ nº 13.281.756/0001 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 22/10/2018  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Necessário trazer carimbo comercial da empresa para validação da assinatura.

Timbó, 11 de outubro de 2018  
PRISCILA MACEDO  
Central de Licitações

**DECISÃO SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 89 2018 PMT**

Publicação N° 1772852

**DECISÃO SUSPENSÃO**

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 89/2018 PMT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA, POR MEIO DE SEGURO PARA AS BENFEITORIAS DO IMÓVEL MATRICULADO SOB O N° 8.409, LIVRO 2, LOCALIZADO NO LADO PAR DA RUA JULIO SCHEIDEMANTEL ESQUINA COM A RUA ARACAJÚ

Diante do recebimento de questionamentos ao edital e considerando a necessidade de análise à documentação, e primando pela aplicação dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório, determina-se a SUSPENSÃO da Sessão Pública designada para o dia 16 de outubro de 2018 as 09:00 horas.

Timbó, 11 de outubro de 2018  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária de Fazenda e Administração

**LEI N° 3004, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação N° 1772082

**LEI N° 3004, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018**

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias e abertura de crédito especial no Orçamento-Programa 2018, da Administração Direta e Indireta.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 554.500,00 (quinhentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos reais) do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação, Crédito Especial e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2018 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.933 de 08/12/2017):

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA PMT**

REFERÊNCIA	07.001.0015.0121.0250.1551.	MODERNIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
191	0.10000	VINCULO LIVRE	330.500,00
		TOTAL	330.500,00
	07.001.0022.0661.0252.2552.	PROMOÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL E TÉCNICO	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
200	0.10000	VINCULO LIVRE	175.000,00
		TOTAL	175.000,00
	07.001.0022.0661.0252.2553.	PROMOÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
204	0.10000	VINCULO LIVRE	48.000,00
	339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
205	0.10000	VINCULO LIVRE	1.000,00
		TOTAL	49.000,00
		TOTAL GERAL	554.500,00

Art. 2º O Prefeito fica autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de até R\$ 320.500,00 (trezentos e vinte mil e quinhentos reais), à conta da anulação prevista no artigo 1º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2018 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.933 de 08/12/2017):

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA PMT**

REFERÊNCIA	07.001.0015.0121.0250.2550.	GESTÃO DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	

192	0.10000	VINCULO LIVRE	320.500,00
		TOTAL	320.500,00

Art. 3º O Prefeito fica autorizado a abrir Crédito Especial, no valor de R\$ 234.000,00 (duzentos e trinta e quatro mil reais), à conta da anulação prevista no artigo 1º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2018 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2.933 de 08/12/2017):

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA PMT

	07.001.0015.0121.0250.1555.	OBRAS, REFORMAS, INSTALAÇÕES E MANUTENÇÕES	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
567	0.10000	VINCULO LIVRE	234.000,00
		TOTAL	234.000,00

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de outubro de 2018; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 26 2017 SAMAE

Publicação Nº 1764160

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2017 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

OBJETO: registro de preços para contratação de mão de obra especializada em eletroeletrônica, para manutenção preventiva e corretiva em painéis, bombas centrífugas e motores elétricos, bem como serviço de torno, solda, serralheria e manutenção técnica em geral, com fornecimento de peças, destinada aos setores da manutenção e estação de tratamento de água do SAMAE de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Eletrotecnica F.C. Ltda EPP e Usinagens Elimak LTDA – ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 222.100,00 (duzentos e vinte e dois mil e cem reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/01/2019

Timbó, 12/01/2018

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente SAMAE

### TERMO DE POSSE E COMPROMISSO DE CONSELHEIRO TUTELAR

Publicação Nº 1772387

#### TERMO DE POSSE E COMPROMISSO DE CONSELHEIRO TUTELAR

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Timbó/SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas (em especial o art. 6º, XIX da Lei Municipal nº. 1.375, de 01 de julho de 1992) e considerando a eleição realizada no dia 25/09/2016, vem, por intermédio do seu Presidente, DAR POSSE, a conselheira tutelar suplente, Sr. ANGELINA VICENTE TOMASINI, brasileira, casada, portador do CPF nº 443.820.069.53 e RG nº 1.242.704, residente e domiciliado na Rua Groenlândia, nº 819, Bairro Nações, na cidade de Timbó/SC, para, tendo em vista a vacância de uma vaga, exercer as funções de CONSELHEIRO TUTELAR no período compreendido entre 11/10/2018 à 09/01/2020.

A Conselheira Tutelar fica ciente e assume o compromisso de, exercer com probidade, zelo e dedicação todas as atribuições, deveres, responsabilidades e obrigações inerentes a referida função pública, declarando possuir plena e integral ciência acerca de todos os termos, condições e disposições legais e constitucionais aplicáveis à espécie, inclusive no que tange a eventual necessidade de afastamento de cargo/função pública para exercício do referido mandato eletivo.

Timbó, 11 de outubro de 2018.

ELOISE BETANIN

Presidente em Exercício do CMDCA

Ciente, compromissado e de acordo:

Angelina Vicente Tomasini  
Conselheira Tutelar Suplente

# Três Barras

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 302 DE 19 DE JULHO DE 2018

Publicação Nº 1772464

PORTARIA Nº. 302 DE 19 DE JULHO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

NOMEAR a Servidora RAYANNA DIÓCELY OLSEN – para exercer suas funções como Responsável pela Junta do Serviço Militar do Município de Três Barras – desempenhando as atividades inerentes ao setor.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 19 de Julho de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado



# Treze Tílias

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 146/2018

Publicação Nº 1772363

PORTARIA Nº 146/18 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares a servidora municipal abaixo mencionada.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Marli Dirlei B. Bavaresco	03/12/2016 a 02/12/2017	15/10/2018 a 29/10/2018	15

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 11 DE OUTUBRO DE 2018.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### DECRETO 103/18

Publicação Nº 1772357

DECRETO 103/18 DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO PROGRAMA DE 2018.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1997 de 11 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), para a seguinte dotação orçamentária:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

03.01.06.181.0003.2.005-3.3.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 2.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

03.01.06.181.0003.2.005-3.3.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 2.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de outubro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

### DECRETO 104/18

Publicação Nº 1772359

DECRETO 104/18 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO PROGRAMA DE 2018.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1997 de 11 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para a seguinte dotação orçamentária:

08 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.02 – Departamento de Proteção Social Básica

08.02.14.422.0008.2.033-3.3.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 12.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

08 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.02 – Departamento de Proteção Social Básica

08.02.14.422.0008.2.033-3.1.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 12.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de outubro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

**DECRETO 105/18**

Publicação Nº 1772395

DECRETO 105/18 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

DECLARA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a passagem em comemoração ao dia do servidor público na data de 28 de outubro de 2018.

CONSIDERANDO a passagem em comemoração à Proclamação da República Federativa do Brasil, na data de 15 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º- Fica Decretado ponto facultativo no dia 16 de novembro de 2018 (sexta-feira), a todos servidores públicos do Município lotados na Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria do Planejamento Urbano, Secretaria da Saúde, Secretaria da Assistência Social e Habitação, Secretaria da Cultura e do Turismo, Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município.

Art. 2º - A Secretaria da Educação e do Esporte respeitará o calendário próprio do ano letivo de 2018, permanecendo em forma de plantão os serviços nos Centros de Educação Infantil em regime integral no Município e, ficam ainda, mantidos os serviços de natureza essencial.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de outubro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

# Tunápolis

## PREFEITURA

### DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03 E 04/2018.

Publicação Nº 1772347

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03 e 04/2018.

13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 03/2018,e 04/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA –ME.

Pelo presente Termo, de um lado a Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, e o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49 com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE., e de outro lado a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, inscrito sob o CNPJ n.º 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222, neste ato representado pelo Sr. Ivo Engler- sócio administrador, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 03/2018 e 04/2018.

Considerando o contrato Administrativo nº 03/2018-Prefeitura Municipal de Tunápolis, e o contrato nº 04/2018 do Fundo Municipal da Saúde celebrados em 02 de janeiro 2018, proveniente do Processo Licitatório nº 248/2017, e Pregão Presencial nº 155/2017, em que consta como objeto a contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis para o exercício de 2018.

#### Cláusula Primeira- DO VALOR

Ao presente fica acrescido o valor de R\$ 0,05 (cinco sete centavos) no óleo diesel comum e óleo diesel comum entregue no interior pelo Posto de Combustível, considerando que houve aumento conforme documentos fiscais anexos comprovando o aumento e de acordo com os contratos " 2.3 O valor do preço unitário do objeto do presente CONTRATO sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato

Descrição valor R\$

Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor Reajustado R\$
ÓLEO DIESEL COMUM	3,74	3,79
ÓLEO DIESEL COMUM (entregue no interior)	3,77	3,82

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 11 de Outubro de 2018.

Renato Paulata Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME

Prefeito Municipal Contratada

Nelcina Maria Decker

Fiscal do Contrato/Termo

Clarice Weis Staub

Gestora do Fundo

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226259-60

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2018**

Publicação Nº 1772094

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2018**

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA AGRO COMERCIAL PAMPA LTDA –ME

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado a Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa AGRO COMERCIAL PAMPA LTDA –ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 01.646.475.0001-12, com sede na Avenida Cerro Largo, 845, sala A, centro, no Município de Tunápolis, considerada doravante CONTRATADA, em decorrência Processo Licitatório nº 246/2017 e Pregão Presencial nº 154/2017 e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto promover valores previstos clausula primeira do contrato nº 12/2018, em decorrência de acréscimo no valor inicialmente pactuado.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Pelas disposições contidas no objeto deste instrumento fica acrescido o valor de R\$ 14.350,00(Catorze mil trezentos e cinquenta reais), o equivalente a um acréscimo de 20%(vinte por cento) para aquisição de semem.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO -**

1.1 – O objeto do presente termo consiste na aquisição de SÊMEN BOVINO, utilizado na execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis – SC, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

PROGRAMA DE TRABALHO				PREVISÃO DE CUSTOS	
Item	Descrição	Un	Quant	Preço unitário	Preço total
01	<p>Sêmen bovino da raça holandês preto e branco, com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-TPI igual ou maior que 2.570;</li> <li>-PTA Leite igual ou maior que 1.000 libras;</li> <li>-PTA Tipo igual ou maior que 1.7;</li> <li>- Gordura e Proteína igual ou maior que 30 libras;</li> <li>-Positivo nos percentuais de gordura e proteína;</li> <li>-Composto de úbere igual ou maior que 1.0;</li> <li>-Altura úbere posterior igual ou maior que 1.9;</li> <li>-Inserção úbere anterior igual ou maior que 1.7;</li> <li>-Contagem de células somática menor ou igual a 2.9;</li> <li>-Facilidade de parto do touro igual ou menor a 7.5;</li> <li>-Composto Pernas e Pés igual ou maior que 1.2;</li> <li>-Vida produtiva igual ou maior que 5.0;</li> </ul> <p>A base da prova deve ser com consulta aberta no DAIRY BULLS ou equivalente INTERBULL, não inferior que agosto de 2017. RAÇA BECKHAM</p>	und	700	20,50	14.350,00

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente Termo Aditivo decorre da solicitação da Secretaria Municipal da Administração exarado na demanda atual, e encontra amparo no Inciso I alínea "b" do artigo 65, da Lei 8.666/93 .

**CLÁUSULA QUARTA –DA DOTACAO ORCAMENTARIA**

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (96) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2018.

CLÁUSULA QUINTA DA RATIFICAÇÃO Fica ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis,SC., 11de Outubro de 2018.

Agro Comercial  
Renato Paulata  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Pampa Ltda ME  
Franciano Blanc Alves  
CONTRATADA.

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Pedro Baumgratz  
Fiscal do Termo  
CPF: 384.288.819-87

Testemunhas:

Karine Epping Sheila  
CPF:009.815.549-03

Inês Bieger  
CPF:020.226.259-60

## **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2018**

Publicação Nº 1772135

### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2018**

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 15/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

Considerando o Contrato Administrativo nº 15/2018 da Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 02 de janeiro de 2018, proveniente do processo licitatório nº 246/2017 - pregão presencial nº 154/2017, em que consta como objeto a SÊMEN BOVINO utilizado na execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis – SC, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto promover valores previstos clausula primeira do contrato nº 15/2018, em decorrência de acréscimo no valor inicialmente pactuado.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

Pelas disposições contidas no objeto deste instrumento fica acrescido o valor de R\$ 12.880,00(Doze mil oitocentos e oitenta reais), o equivalente a um acréscimo de 20%(vinte por cento) para aquisição de semem.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO -**

1.1 – O objeto do presente termo consiste na aquisição de SÊMEN BOVINO, utilizado na execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis – SC, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

02	<p>Sêmen bovino da raça Holandês preto e branco, com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-TPI igual ou maior que 2.450;</li> <li>-PTA Leite igual ou maior que 800 libras;</li> <li>-PTA Tipo igual ou maior que 1.7;</li> <li>-Gordura e Proteína igual ou maior que 30 libras;</li> <li>-Positivo nos percentuais de proteína;</li> <li>-Composto de úbere igual ou maior que 1.5;</li> <li>-Altura úbere posterior igual ou maior que 1.8;</li> <li>-Inserção úbere anterior igual ou maior que 1.5;</li> <li>-Contagem de células somática menor ou igual a 3.0;</li> <li>-Facilidade de parto do touro igual ou menor a 7.5;</li> <li>-Composto Pernas e Pés igual ou maior que 1.3;</li> <li>-Vida produtiva igual ou maior que 5.0;</li> </ul> <p>A base da prova deve ser com consulta aberta no DAIRY BULLS ou equivalente INTERBULL, não inferior que agosto de 2017.RAÇA SEMEX DISCUSSION</p>	und	700	18,40	12.880,00
----	--	-----	-----	-------	-----------

Cláusula Segunda – As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 10 de outubro de 2018.

RENATO PAULATA                      SEMEX DO BRASIL COM. IMP. E EXP. LTDA.  
 Prefeito Municipal                      Contratada

Alcides Luis Hofer  
 Assessor Jurídico  
 OAB/SC 33.683

Pedro Baumgratz  
 Fiscal do Contrato  
 CPF: 384.288.819-87

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff    Sheila Inês Bieger  
 CPF:918.368.409-34            CPF: 020.226.259-60



# Turvo

## PREFEITURA

### NOTIFICACAO DE REPASSE 15/2018

Publicação Nº 1772175

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSE FEDERAL Nº 15/2018

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

· Contrato de repasse nº: 1042758-35/2017

· Nº no SICONV: 847401/2017

Objeto: Adequação de estrada vicinal com pavimentação asfáltica - trecho 1

Origem dos Recursos: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Valor da parcela: R\$ 10.040,17

Data do repasse da parcela: 08/10/2018

Turvo/SC, 11 de Outubro de 2018

### PORTARIA 286/2018

Publicação Nº 1772166

PORTARIA Nº 286/18, de 05 de Outubro de 2018.

EXONERA A PEDIDO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

#### RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido, o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, nomeado temporariamente através do Processo Seletivo nº 003/17 - SME, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME CPF MATRICULA

Sheila Marques de Oliveira 961.358.679-20 4195

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de outubro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

# União do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 15/2018 - FMS

Publicação Nº 1772514

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 15/2018 – FMS
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2018 - FMS
Tipo : Menor Preço/por item
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC. CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº4218851712210846280.
Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 29 de outubro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 29 de outubro de 2018.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202 ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br
União do Oeste - SC, 15 de outubro de 2018.
VITÓRIO GUBERT
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### CONTRATO ADM N. 37/2018

Publicação Nº 1772260

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº. 37/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE E A EMPRESA CARLOS JANUARIO RAMOS ME, CNPJ Nº 15.349.037/0001-05.

O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa CARLOS JANUARIO RAMOS ME, inscrita no CNPJ sob nº 15.349.037/0001-05, com sede na Rua Pedro Alvares Cabral, 271, Centro, União do Oeste – SC, CEP: 89845-000, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) CARLOS JANUARIO RAMOS, inscrito(a) no CPF sob nº 060.436.839-97, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº. 75/2018, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, COMPUTADOR E OUTROS EQUIPAMENTOS EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - GND4-INVESTIMENTO/MDS, EMENDA PARLAMENTAR Nº 421885520180001, conforme itens abaixo descritos:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	---------	-------------	-------	----------------	-------------

3	AR CONDICIONADO SPLIT QUENTE E FRIO COM NO MÍNIMO 17.000 BTUs, VOLTAGEM 220V, CONSUMO DE ENERGIA CLASSIFICAÇÃO A, COM CONTROLE REMOTO E KIT PARA INSTALAÇÃO.	UN	1,00	GREE	2.347,00	2.347,00
---	--	----	------	------	----------	----------

1.1.1. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 75/2018, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA

2.1 – A CONTRATADA deverá entregar o objeto licitado em até 15 dias após o recebimento da autorização de fornecimento expedida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de União do Oeste.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1 - O presente contrato terá vigência a contar de sua assinatura até 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pelo(a) prestação dos serviços previstos na Cláusula Segunda, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA\* o valor total de R\$ 2.347,00 (dois mil, trezentos e quarenta e sete reais).

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE  
Órgão – 06 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Projeto Atividade - 2.018 MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIT. SOCIAL  
Elemento de Despesa: 75 E 171 – 4.4.90.00.00.00.00.00

4.3 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social ou trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de quaisquer natureza, decorrentes deste contrato correrão por conta da Contratada.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, se compromete a efetuar o pagamento integralmente num prazo máximo de 30 dias após a entrega do equipamento e apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pelo responsável.

5.2 Caso a empresa não possua conta no Banco do Brasil, as despesas de transferência DOC/TED serão por conta da mesma.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

6.2. A rescisão contratual poderá ser:

6.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

6.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS REAJUSTES

7.1. Não haverá reajustes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

a) Efetuar a entrega do objeto, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, responsabilizando-se pelo cumprimento de toda legislação e normativa aplicável à espécie;

b) Reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verifique danos em decorrência do transporte, instalação, bem como providenciar a imediata substituição do mesmo.

c) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente contrato;

d) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus propostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega do objeto;

f) Manter durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação do objeto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que

se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

h) indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

i) entregar os objetos adjudicados de acordo com o endereço de entrega estabelecido no edital, sem qualquer ônus para o órgão Contratante..

## 8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

## CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

9.1.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

9.1.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

9.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 9.1.2 e 9.1.3 será o valor inicial do Contrato.

9.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida

9.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de União do Oeste.

9.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

9.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

9.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## CLÁUSULA DECIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

10.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

12.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

## 13. DO FORO

13. 1 As controvérsias decorrentes deste Contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

13.2 E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

União do Oeste, 11 de outubro 2018.

CELSO MATIELLO  
CONTRATANTE

CARLOS JANUARIO RAMOS ME  
CARLOS J. RAMOS  
CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Andressa G. Donzelli  
CPF 090.534.369-79

02. \_\_\_\_\_  
Giane Smaniotto  
CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

**CONTRATO ADM N. 38/2018**

Publicação Nº 1772261

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**CONTRATO ADMINISTRATIVO**

CONTRATO Nº. 38/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE E A EMPRESA GESUL COMERCIAL LTDA ME, CNPJ Nº 14.711.959/0001-40.

O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa GESUL COMERCIAL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 14.711.959/0001-40, com sede na Av. Sete de Setembro, 662, Centro, Maravilha – SC. CEP: 89874-000, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) GEISLA ANTONELLI RAYZER FLACH, inscrito(a) no CPF sob nº 023.355.239-10, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº. 75/2018, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

0.1. O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, COMPUTADOR E OUTROS EQUIPAMENTOS EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - GND4-INVESTIMENTO/MDS, EMENDA PARLAMENTAR Nº 421885520180001, conforme itens abaixo descritos:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Co-tada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	FORNO MICROONDAS, CAPACIDADE MÍNIMA 30 L, 220V, COR BRANCO, CLASSIFICAÇÃO DE ENERGIA A.	UN	1,00	CONSUL	496,00	496,00
4	AR CONDICIONADO SPLIT QUENTE E FRIO 9.000 BTUs, VOLTAGEM 220V, CONSUMO DE ENERGIA CLASSIFICAÇÃO A, COM CONTROLE REMOTO E KIT DE INSTALAÇÃO.	UN	2,00	YORK	1.566,00	3.132,00
6	TENDA GAZEBO EM POLIÉSTER MEDIDA MÍNIMA DE 3X3 METROS DOBRÁVEL C/ PÉS EM ALUMÍNIO	UN	1,00	MOR	410,00	410,00

1.1.1. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 75/2018, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA**

2.1 – A CONTRATADA deverá entregar o objeto licitado em até 15 dias após o recebimento da autorização de fornecimento expedida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de União do Oeste.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

3.1 - O presente contrato terá vigência a contar de sua assinatura até 31 de dezembro de 2018.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL**

4.1. Pelo(a) prestação dos serviços previstos na Cláusula Segunda, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA\* o valor total de R\$ 4.038,00 (quatro mil e trinta e oito reais).

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE  
Órgão – 06 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Projeto Atividade - 2.018 MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIT. SOCIAL  
Elemento de Despesa: 75 E 171 – 4.4.90.00.00.00.00.00

4.3 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social ou trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de quaisquer natureza, decorrentes deste contrato correrão por conta da Contratada.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1 O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, se compromete a efetuar o pagamento integralmente num prazo máximo de 30 dias após a entrega do equipamento e apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pelo responsável.

5.2 Caso a empresa não possua conta no Banco do Brasil, as despesas de transferência DOC/TED serão por conta da mesma.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

6.2. A rescisão contratual poderá ser:

6.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

6.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS REAJUSTES

7.1. Não haverá reajustes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

a) Efetuar a entrega do objeto, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, responsabilizando-se pelo cumprimento de toda legislação e normativa aplicável à espécie;

b) Reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verifique danos em decorrência do transporte, instalação, bem como providenciar a imediata substituição do mesmo.

c) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente contrato;

d) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus propostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega do objeto;

f) Manter durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação do objeto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

h) indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

i) entregar os objetos adjudicados de acordo com o endereço de entrega estabelecido no edital, sem qualquer ônus para o órgão Contratante..

8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

9.1.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

9.1.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

9.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 9.1.2 e 9.1.3 será o valor inicial do Contrato.

9.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida

9.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de União do Oeste.

9.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

9.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

9.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

#### CLÁUSULA DECIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA



10.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

12.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

#### 13. DO FORO

13. 1 As controvérsias decorrentes deste Contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

13.2 E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

União do Oeste, 11 de outubro 2018.

CELSO MATIELLO  
CONTRATANTE

GESUL COMERCIAL LTDA EPP  
GEISLA ANTONELLI RAYZER FLACH  
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Andressa G. Donzelli  
CPF 090.534.369-79

02. \_\_\_\_\_  
Giane Smaniotto  
CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

### CONTRATO ADM N.36/2018

Publicação Nº 1772259

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº. 36/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE E A EMPRESA JP EQUIPAMENTOS LTDA ME, CNPJ Nº 13.772.057/0001-50.

O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa JP EQUIPAMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 13.772.057/0001-50, com sede na Rua Rui Barbosa, 219, Centro, Cunha Porã – SC. CEP: 89890-000, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) TATIANI DEONIZIA AREZI, inscrito(a) no CPF sob nº 052.302.109-74, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº. 75/2018, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, COMPUTADOR E OUTROS EQUIPAMENTOS EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - GND4-INVESTIMENTO/MDS, EMENDA PARLAMENTAR Nº 421885520180001, conforme itens abaixo descritos:



Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	REFRIGERADOR 01 PORTA, 342 LITROS, FROST FREE, 220V, SEM DISPENSER DE ÁGUA NA PORTA , CONTROLE DE TEMPERATURA EXTERNO, CLASSIFICAÇÃO DE ENERGIA A, COR BRANCA.	UN	1,00	Consul	1.527,00	1.527,00
5	SUPORTE PARA PROJETO BRANCO, COM BRAÇO PROLONGADOR INCLUSO. PERMITE INCLINAÇÃO E ROTAÇÃO. PRODUZIDO EM AÇO CARBONO E PINTURA ELETROSTÁTICA	UN	1,00	Brasforma	133,00	133,00
9	BINQUEDOTECA MASTER, MINIMO DE 34 ITENS, COLORIDA, COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 62 X 64X 62 CM. CONTENDO: PRATELEIRA COM TELHADO, TEATRO DA PATOTA, CASTELO DA LEITURA, TAPETE ALFANUMÉRICO, CASINHA DE BONECA, MÓVEIS PARA CASINHA, PALHAÇO BOLA, CUBOTÁTIL, JOGO DE ARGOLAS LISO, BATE MARTELO, BLOCOS LÓGICOS DE E.V.A., TRANSÁBACO, QUADRO DE ATIVIDADES, DOMINÓ ADIÇÃO, DOMINÓ SUBTRAÇÃO, DOMINÓ MULTIPLICAÇÃO, DOMINÓ DIVISÃO, FUTEBOL DE PINOS, RELÓGIO CUÇO, LOTO LEITURA, LOTO NUMÉRICA, POTE COM 72 LETRAS E.V.A., POTE COM 40 NÚMEROS E.V.A., MEMÓRIA ALFABETIZAÇÃO, MEMÓRIA NUMERAIS E QUANTIDADE, MESA OITAVADA COM OITO CADEIRAS, 2 FANTOCHES, QUEBRA-CABEÇA DE E.V.A., PEQUENO ENGENHEIRO, CAIXAS COLORIDAS, DADO GRANDE, ROLA-ROLA E CORRIDA FIXA.	UN	1,00	Carlu	2.800,00	2.800,00

1.1.1. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 75/2018, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA

2.1 – A CONTRATADA deverá entregar o objeto licitado em até 15 dias após o recebimento da autorização de fornecimento expedida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de União do Oeste.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1 - O presente contrato terá vigência a contar de sua assinatura até 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pelo(a) prestação dos serviços previstos na Cláusula Segunda, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA\* o valor total de R\$ 4.460,00 (Quatro mil, quatrocentos e sessenta reais).

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE  
 Órgão – 06 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
 Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
 Projeto Atividade - 2.018 MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIT. SOCIAL  
 Elemento de Despesa: 75 E 171 – 4.4.90.00.00.00.00.00

4.3 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social ou trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de quaisquer natureza, decorrentes deste contrato correrão por conta da Contratada.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, se compromete a efetuar o pagamento integralmente num prazo máximo de 30 dias após a entrega do equipamento e apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pelo responsável.

5.2 Caso a empresa não possua conta no Banco do Brasil, as despesas de transferência DOC/TED serão por conta da mesma.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

6.2. A rescisão contratual poderá ser:

6.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

6.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada

conveniência para a Administração.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DOS REAJUSTES

7.1. Não haverá reajustes.

## CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Efetuar a entrega do objeto, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, responsabilizando-se pelo cumprimento de toda legislação e normativa aplicável à espécie;
- b) Reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verifique danos em decorrência do transporte, instalação, bem como providenciar a imediata substituição do mesmo.
- c) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente contrato;
- d) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus propostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega do objeto;
- f) Manter durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação do objeto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- h) indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- i) entregar os objetos adjudicados de acordo com o endereço de entrega estabelecido no edital, sem qualquer ônus para o órgão Contratante..

8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

## CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

9.1.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

9.1.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

9.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 9.1.2 e 9.1.3 será o valor inicial do Contrato.

9.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida

9.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de União do Oeste.

9.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

9.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

9.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## CLÁUSULA DECIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

10.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

12.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

13. DO FORO

13. 1 As controvérsias decorrentes deste Contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

13.2 E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

União do Oeste, 11 de outubro 2018.

CELSO MATIELLO  
CONTRATANTE

JP EQUIPAMENTOS LTDA ME  
TATIANI D. AREZI  
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Andressa G. Donzelli	Giane Smaniotto
CPF 090.534.369-79	CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

## CONTRATO ADM. N. 39/2018

Publicação Nº 1772262

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº. 39/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE E A EMPRESA JERSON CAMILO HELLSTROM 03802631900, CNPJ Nº 18.990.486/0001-18.

O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa JERSON CAMILO HELLSTROM 03802631900, inscrita no CNPJ sob nº 18.990.486/0001-18, com sede na Rua Concordia, 390, Centro, União do Oeste – SC. CEP: 89845-000, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) JERSON CAMILO HELLSTROM, inscrito(a) no CPF sob nº 038.026.319-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº. 75/2018, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, COMPUTADOR E OUTROS EQUIPAMENTOS EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - GND4-INVESTIMENTO/MDS, EMENDA PARLAMENTAR Nº 421885520180001, conforme itens abaixo descritos:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	---------	-------------	-------	----------------	-------------

8	MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR 2.8 GHZ, COM TURBO MAX MINIMO 4.2 GHZ, CACHE 9 MB, LGA 1151 - MEMÓRIA RAM 8 GB DDR4 CL15 2400 MHZ , SISTEMA OPERACIONAL 64 BITS WIDOWS 10 PRO 64 BITS - UNIDADE SSD 240GB 520 MB/S PARA LEITURA E 430 MB/S PARA GRAVAÇÃO - PLACA MÃE CHIPSET INTEL® B360M EXPRESS, NO MÍNIMO 12 PORTAS USBs 3.1 E 2.0 SENDO 02 PORTAS USB FRONTAIS, SUPORTA ATÉ 64GB DDR4 2666 MHZ, SAÍDA HDMI, OUTRAS CONEXÕES RJ45, MICROFONE, FONE DE OUVIDO, PLACA DE VÍDEO INTEGRADA, PLACA DE SOM INTEGRADA - TECLADO MULTIMÍDIA PORTUGUÊS / BRASIL ABNT2 - GABINETE 02 BAIAS COM FONTE 250W - MOUSE USB COM CABO 1.80 METROS - COR PRETO TENSÃO/VOLTAGEM BIVOLT, CAIXAS DE SOM, MONITOR 19", GARANTIA 12 MESES -	UN	1,00	NOX	3.500,00	3.500,00
---	---	----	------	-----	----------	----------

1.1.1. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 75/2018, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA

2.1 – A CONTRATADA deverá entregar o objeto licitado em até 15 dias após o recebimento da autorização de fornecimento expedida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de União do Oeste.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1 - O presente contrato terá vigência a contar de sua assinatura até 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pelo(a) prestação dos serviços previstos na Cláusula Segunda, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA\* o valor total de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE  
Órgão – 06 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Projeto Atividade - 2.018 MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIT. SOCIAL  
Elemento de Despesa: 75 E 171 – 4.4.90.00.00.00.00.00

4.3 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social ou trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de quaisquer natureza, decorrentes deste contrato correrão por conta da Contratada.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, se compromete a efetuar o pagamento integralmente num prazo máximo de 30 dias após a entrega do equipamento e apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pelo responsável.

5.2 Caso a empresa não possua conta no Banco do Brasil, as despesas de transferência DOC/TED serão por conta da mesma.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

6.2. A rescisão contratual poderá ser:

6.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

6.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS REAJUSTES

7.1. Não haverá reajustes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

a) Efetuar a entrega do objeto, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, responsabilizando-se pelo cumprimento de toda legislação e normativa aplicável à espécie;

- b) Reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verifique danos em decorrência do transporte, instalação, bem como providenciar a imediata substituição do mesmo.
- c) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente contrato;
- d) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus propostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega do objeto;
- f) Manter durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação do objeto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- h) indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- i) entregar os objetos adjudicados de acordo com o endereço de entrega estabelecido no edital, sem qualquer ônus para o órgão Contratante..

## 8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

## CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

9.1.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

9.1.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

9.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 9.1.2 e 9.1.3 será o valor inicial do Contrato.

9.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida

9.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de União do Oeste.

9.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

9.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

9.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## CLÁUSULA DECIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

10.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

12.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

## 13. DO FORO

13. 1 As controvérsias decorrentes deste Contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

13.2 E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

União do Oeste, 11 de outubro 2018.

CELSON MATIELLO  
CONTRATANTE

JERSON CAMILO HELLSTROM 03802631900  
GERSON CAMILO HELLSTROM  
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Andressa G. Donzelli	Giane Smaniotto
CPF 090.534.369-79	CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

## **LEI MUNICIPAL Nº 1.109, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1772722

LEI MUNICIPAL Nº 1.109, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 4º DA LEI Nº 1.059, 21 DE NOVEMBRO DE 2016, QUE FIXA O SUBSÍDIO DOS AGENTES POLITICOS MUNICIPAIS PARA O QUADRIÊNIO DE 2017 A 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º parágrafo único do artigo 4º da Lei Municipal 1.059/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º .....

Parágrafo único – Os vereadores do Município de União do Oeste terão direito, anualmente, ao décimo terceiro subsídio a partir da próxima Legislatura (2021).

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário (paragrafo único do art. 4º da Lei Municipal 1.059/2016).

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste (SC), 11 de outubro de 2018.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra no Diário Oficial de Municípios - DOM, nos termos da Lei Municipal n.1.010/2014.

# Urubici

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2286/2018

Publicação Nº 1772509

DECRETO Nº 2286/2018

#### SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 1977/2017, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação do Fundo Municipal de Assistência Social:

1901 – Fundo Municipal de Assistência Social  
2095 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - ESTADO  
4490.00.00.00.00.00.0123 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.000,00

2100 – INDICE GEST. DESCENTRALIZADA - SUAS  
4490.00.00.00.00.00.0177 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

2101 – INDICE GEST. DESCENTRALIZADA – BOLSA FAMILIA GBF  
4490.00.00.00.00.00.0177 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

2102 – PROGRAMA ATENÇÃO INTEGRAL A FAMILIA – PAIF/CRAS  
4490.00.00.00.00.00.0177 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 23.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0177 e 0123, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0177 ..... R\$ 20.000,00  
TOTAL EXCESSO RECURSO 0123 ..... R\$ 3.000,00  
TOTAL ..... R\$ 23.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 08 de Outubro de 2018.  
Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2287/2018

Publicação Nº 1772510

DECRETO Nº 2287/2018

#### SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 1977/2017, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0701 – Secretaria da Assistência Social  
2018 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00



TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação, sendo:

0701 – Secretaria da Assistência Social

2018 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL

4490.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ..... R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 08 de Outubro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2288/2018

Publicação Nº 1772511

DECRETO Nº 2288/2018

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 1977/2017, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0801 – Secretaria De Educação Cultura e Desporto

2046 – OPERACIONALIZAÇÃO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

3390.00.00.00.00.00.0121 – Aplicações Diretas ..... R\$ 22.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 22.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação, sendo:

0801 – Secretaria De Educação Cultura e Desporto

2046 – OPERACIONALIZAÇÃO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

4490.00.00.00.00.00.0118 – Aplicações Diretas ..... R\$ 22.000,00

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ..... R\$ 22.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 08 de Outubro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2289/2018

Publicação Nº 1772513

DECRETO Nº 2289/2018

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Ficam nomeados nos termos da Lei Complementar nº 040/2017, para compor o Conselho Municipal de Educação, os cidadãos abaixo indicados:

**a) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Edina Warmling – Titular  
Flávia Rosana Wroblewski Vieira – Suplente  
Maria Willemann Warmling - Titular  
Elizete Aparecida Pereira Ribeiro - Suplente

**b) REPRESENTANTE DAS ESCOLAS ESTADUAIS**

Aline de Souza Morgan – Titular  
Cristiane Aparecida Melo - Suplente

**c) REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL**

Ensino Fundamental  
Rita Aparecida de Souza – Titular  
Mariluce Martins Nunes de Souza – Suplente  
Educação Infantil  
Joice Aparecida Farias Santos – Titular  
Veridiana Moraes Costa - Suplente

**d) REPRESENTANTE DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS DOS EDUCANDOS DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MANTIDAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL**

Ednar Aparecida de Souza – Titular  
Alina de Souza Rodrigues – Suplente

**e) REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE URUBICI**

Tasiane Menin - Titular  
Lara Custódio - Suplente

**f) REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) DE URUBICI**

Elisa Cristina Prado Wolff – Titular  
Ana Cláudia Ribeiro – Suplente

**g) REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI**

Lidiane Niehues - Titular  
Fabíola Meurer – Suplente

**h) REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO**

Carolina de Souza Warmling - Titular  
Simone Vieira Oliveira Rodrigues – Suplente

**i) REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DE URUBICI**

Gisleine Morgan Soares Pereira - Titular  
Fátima Maria de Souza da Cruz – Suplente

**j) REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR DE URUBICI**

Ana Carla de Souza - Titular  
Gervásio Stang – Suplente

**l) REPRESENTANTE DAS ESCOLAS PRIVADAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE URUBICI**

Elenita Israel - Titular  
Aline de Liz Souza Grandi – Suplente

**m) REPRESENTANTE DOS COORDENADORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE URUBICI**

Deivid Beckhauser Gaspar - Titular  
Maria Gorete Heinzen Borges – Suplente

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 2227/2018.

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 10 de Outubro de 2018.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 568/2018**

Publicação Nº 1772516

PORTARIA Nº 568/2018

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base na Lei Complementar n 031/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a Servidora Beatriz Andrade de Souza, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Licença Maternidade por um período de 06 meses, a partir de 09 de Outubro de 2018, conforme art. 62 da Lei Complementar nº 031/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 09 de Outubro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 569/2018**

Publicação Nº 1772517

PORTARIA Nº 569/2018

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar a Portaria nº 475/2018, que admitiu em Caráter Temporário a Senhora Janaine Antunes Borges, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, no Centro de Educação Infantil Amélia Matos da Luz, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude da estabilidade provisória e que compreende desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 09 de Outubro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 570/2018**

Publicação Nº 1772518

PORTARIA Nº 570/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar a Portaria nº 550/2018, que admitiu em Caráter Temporário a Senhora Giliane Lima, para exercer o cargo de Servente/Merendeira, no Centro de Educação Infantil Ana Rodrigues Corrêa, com carga horária de 40 horas semanais, até 20/12/2018, em substituição a Servidora Maria Célia de Oliveira, que encontra-se em Licença Médica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 10 de Outubro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 571/2018**

Publicação Nº 1772520

PORTARIA Nº 571/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 524/2018, que designou o Servidor Erovaldo Miguel Auras, Servidor Público Municipal, para ter exercício de 05 (cinco) horas semanais na Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 10 de Outubro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 572/2018**

Publicação Nº 1772521

PORTARIA Nº 572/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 003/2018/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Alzerina Borges Lopes, para exercer o cargo de Servente/Merendeira, no Centro de Educação Infantil Ana Rodrigues Corrêa, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10/10/2018 à 24/10/2018, em substituição a Servidora Berenice Faustino da Mota, que encontra-se em Licença Médica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 10 de Outubro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 573/2018**

Publicação Nº 1772522

PORTARIA Nº 573/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Sabrina de Souza, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no Centro de Educação Infantil Ana Rodrigues Corrêa, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10/10/2018 à 20/12/2018, em substituição a Senhora Beatriz Andrade de Souza, que encontra-se em Licença Maternidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 10 de Outubro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 574/2018**

Publicação Nº 1772523

PORTARIA Nº 574/2018

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a Senhora Simone Vieira Oliveira Rodrigues, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário da Indústria Comércio e Turismo, anexo IV, Grupo DAS-I, nos termos dos Artigos 4º e 6º da Lei Complementar nº 770/02, com vencimentos conforme determina o anexo V da Lei Complementar nº 09/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 11 de Outubro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

# Urupema

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO EDITAL ELEIÇÃO CONSELHEIRO TUTELAR

Publicação Nº 1772724

Urupema, 11 de outubro de 2.018.

RETIFICAÇÃO 02 DO EDITAL 01/2018 PARA ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DO CONSELHO TUTELAR DE URUPEMA/SC.

A Sra. Gislaine Moretti Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – Urupema – SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 139 da Lei Federal n. 8069 e Lei Municipal n. 640/2007, torna público a alteração do Edital 01/2018 para eleição de membro suplementar do Conselho Tutelar do Município de Urupema.

Resolve:

Art. 1 – Estender o prazo de inscrição até o dia 12 de novembro de 2.018.

GISLAINE MORETTI

Presidente do CMDCA

### TOMADA DE PREÇOS 2/2018 - PMU

Publicação Nº 1772349

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPEMA

TOMADA DE PREÇOS Nº. 2/2018

A Prefeitura Municipal de Urupema, SC, torna público para conhecimento de quem interessar que fará realizar no dia 30/10/2018, às 09h00min, na sede da Prefeitura, à Av.: Manoel Pereira de Medeiros, 155, Centro, Urupema/SC, Tomada de Preços pelo menor preço global visando a contratação de empresa especializada para realizar a construção da nova sede da Prefeitura Municipal de Urupema, conforme projetos, orçamentos, memoriais descritivos e cronograma físico financeiro anexos ao edital. Cópia do Edital e/ou maiores informações no endereço acima citado ou pelo fone (49) 3236-3014/3016 ou e-mail [licitacao@urupema.sc.gov.br](mailto:licitacao@urupema.sc.gov.br), das 08h00min as 12h00min e das 13h30min às 17h30min ou no site <https://www.urupema.sc.gov.br/>

Urupema, 10 de Outubro de 2018.

EVANDRO FRIGO PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

# Urussanga

## PREFEITURA

### DECRETO GP/Nº 197/2018

Publicação Nº 1772057

DECRETO GP/Nº 197, de 11 de outubro de 2018.

DELEGA ATRIBUIÇÕES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA A SERVIDORES QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo o Art. 45, inciso XXII, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica determinado, a partir da presente data, as assinaturas responsáveis pela movimentação financeira, assim como de outras responsabilidades das contas correntes vinculadas ao CNPJ nº 30.923.281/0001-15, da Secretaria Municipal de Educação, são do Senhor Luis Gustavo Cancellier, CPF 717.386.069-53 em conjunto com a secretária Janea Aparecida da Silva Possamai, CPF 866.374.959-72, que confere poderes para emitir cheques, abrir contas de depósito, receber e passar recibo e dar quitação, solicitar saldos e extratos de conta corrente e aplicação, requisitarem talonários de cheques, autorizarem débitos em conta relativos a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheques, assinar apólice de seguros, sustar/contra-ordenar cheque, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques de conta corrente, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamento, emitir comprovantes, efetuar transferências para a mesma titularidade, encerrar contas de depósito, autorizar cobranças e efetuar remessas de arquivos por meio eletrônico.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 11 de outubro de 2018.

Atenciosamente

LUIS GUSTAVO CANCELLIER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos onze dias do mês de outubro de 2018.

MARIANA BONETTI  
Assistente Administrativo



# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2018

Publicação Nº 1772273

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2018.

“Estabelece Normas para a Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social do Município de Vargem Bonita e dá outras providências”.

CONSIDERANDO que as atividades da Secretaria de Saúde, no que tange aos serviços psicólogo devem ser contemporâneas à demanda devendo, portanto, ocorrer disponibilidade imediata na Secretaria de Saúde e no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social;

CONSIDERANDO a necessidade de preencher temporariamente vaga aberta, em função de servidoras públicas estarem em licença maternidade, bem como, em virtude de decisão judicial em Mandado de Segurança que suspendeu contratação pública para elaboração de concurso público para provimento em caráter efetivo, registrado sob os autos n. 0300453-11.2017.8.24.0218, o qual tramita na Comarca de Catanduvas/SC;

CONSIDERANDO que não existem profissionais concursados, nem mesmo em cadastro de reserva para preenchimento desta vaga;

CONSIDERANDO que as titulares das vagas devidamente concursadas encontram-se em licença maternidade;

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, no uso de suas atribuições TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de profissional psicologia, por prazo determinado, em caráter emergencial por se tratar de atendimento na área de saúde e assistência social;

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no diário oficial do Município e consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissional para contratação em caráter de emergência em contrato temporário pelo período de licença maternidade da titular da vaga, podendo ser prorrogado conforme interesse da administração.

1.4. O período do contrato temporário destinado à reposição de pessoal poderá ser reduzido em virtude do interesse público ou seleção em concurso para provimento efetivo.

1.5. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.6. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.7. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa da administração pública, desde que devidamente motivado, por escrito.

0.8. O prazo para chamamento deste seletivo será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

#### 2. DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão recebidas de 15 de outubro até 19 de outubro, das 08h00min às 12h00min, no setor de Administração e Finanças da Prefeitura de Vargem Bonita, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro, devendo o servidor responsável proceder ao devido protocolo e autuação ou, através do e-mail: adm@vargembonita.sc.gov.br devendo o candidato enviar obrigatoriamente por SEDEX, no endereço Prefeitura de Vargem Bonita, Rua Coronel Vitório, 966, Centro, Vargem Bonita, CEP: 89.675-000, cópia de todos os documentos solicitados, devidamente rubricadas.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e fornecer cópias devidamente rubricadas dos documentos a seguir:

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Comprovante de habilitação do Conselho Regional de Psicologia para o cargo de Psicóloga;

- Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;
- CURRICULUM VITAE documentado com todas as folhas rubricadas;
- Cópia autenticada dos certificados dos cursos específicos para o cargo de interesse;
- Comprovante de endereço/telefone para contato.

2.3 Ao candidato que apresentar todos os documentos elencados no item 2.2, será concedido 5,0 (cinco) pontos, a qual será considerada para fins de classificação, nos termos dos item n. 5 e seguintes desse edital.

2.4. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação do curriculum vitae apresentado pelo candidato.

### 3. DAS VAGAS

3.1 Será realizado Teste Seletivo Simplificado de Títulos para:

Cargo	Nº. Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração R\$
Psicólogo	002	20 horas	R\$ 3.004,37

### 4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do CURRICULUM VITAE de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento, anexando ao currículo cópia do certificado de conclusão dos respectivos títulos.

4.2 Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 5 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições, devendo os candidatos apresentar os documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.

4.3 Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, devendo ser expedidos pela Instituição de Ensino.

4.4 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e ou declaração da instituição/ou empresa em que atuou.

4.5 Não será admitida a juntada de novos documentos depois de realizada a inscrição.

4.6 O resultado dos candidatos aprovados será publicado oficialmente em 23 de outubro de 2018 no site da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita e no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

4.7 Para efeito de início da contagem do prazo de validade do teste seletivo, será considerada a publicação da homologação do resultado final do teste seletivo.

### 5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da documentação apresentada, contagem de títulos e da experiência comprovada, limitando-se a pontuação máxima de cada candidato a 10,0 (dez) pontos

5.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior à 5,0 (cinco) pontos.

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior idade;
- maior tempo de serviço na área de atuação do cargo a ser ocupado;

### 6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação da documentação exigida pelo Departamento Pessoal no ato de sua contratação.

### 7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal de Administração, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Nº do Processo Seletivo;
- b) Cargo a que concorre;

- a) Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- d) Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

7.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1. As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.
- 8.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM – Diário Oficial do Município.
- 8.3. Os candidatos serão contratados em Regime Estatutário no que couber, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
- 8.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.
- 8.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.
- 8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita(SC), 15 de Outubro de 2018.

Melânia Aparecida Roman Meneghini

Prefeita Municipal

#### ANEXO I

DENOMINAÇÃO DO CARGO: Psicólogo – 20 horas

GRUPO OCUPACIONAL: Grupo VI - Atividades Nível Superior

#### ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

Atendimento individual a crianças, adolescentes, adultos e 3ª idade, incluindo psicoterapia e orientação psicológica nos casos cabíveis; Atendimento a casais e família quando necessário; Atendimento com psicoterapia de casal, família e em grupo; elaborar e executar eventuais programas de saúde interdisciplinares (alcoolismo, saúde mental, saúde da mulher, OST/AIDS); realizar palestras junto às comunidades e outros segmentos, tais como: 3ª idade, pastoral da saúde, escolas, etc.; dar orientação e cursos para diversos setores da Secretaria da Saúde; fazer acompanhamento de pacientes terminais em seu domicílio e no hospital, quando necessário; atendimento emergencial a pacientes que tentaram suicídio ou com distúrbios graves; atendimento a crianças com problemas emocionais, psicomotores e pedagógicos; executar outros atendimentos pertinentes ao cargo.

FORMA DE RECRUTAMENTO: Teste Seletivo de Títulos.

ESCOLARIDADE: Ensino Superior na área com registro no respectivo Conselho.

REMUNERAÇÃO: R\$ 3.004,37

CARGA HORÁRIA: 20 horas.

#### ANEXO II

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
Doutorado na área	1,00 (sem fração)
Mestrado na área	1,00 (sem fração)
Especialização na área	1,00 (sem fração)
Tempo de serviço na atividade	1,0 (cada ano – sem fração)
Cursos, seminários, simpósios, congressos relacionados à área de atuação do cargo (últimos 05 anos)	1,0 (cada 40 horas)

OBS 01: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que relacionados diretamente com o cargo pretendido e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 05 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições.

#### ANEXO III

#### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE VARGEM BONITA TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDITAL 007/2018

Formulário de inscrição nº \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

Doc. de Identidade nº: \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_

Documentos necessários para a inscrição:

( ) Carteira de Identidade;

( ) Cadastro de Pessoa Física – CPF;

( ) Título de Eleitor e Comprovante de Votação do último pleito eleitoral;

( ) Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;

( ) CURRICULUM VITAE documentado com todas as folhas rubricadas.

Vargem Bonita – SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA RELAÇÃO DE TÍTULOS - EDITAL Nº 007/2018

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº da inscrição: \_\_\_\_\_

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

RELAÇÃO DE TÍTULOS ENTREGUES

Nº	Nº de horas	CAMPOS PREENCHIDOS PELO CANDIDATO		Pré – pontuação	(deixar em branco)	
			Histórico / resumo			

Observação: Preencher em letra de forma ou digitar nos campos destinados ao candidato, entregar este formulário em 01 (uma) via, conforme Edital.

Declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, que possuo como requisito de habilitação para o emprego de inscrição o curso: \_\_\_\_\_ (concluído ou em andamento), cujo comprovante estou anexando à presente relação, estando ciente de que o mesmo não será utilizado para pontuação na prova de títulos.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/ \_\_\_\_ .

Assinatura do candidato

Ass. Responsável p/ recebimento

**PORTARIA N. 356/2018**

Publicação Nº 1772003

PORTARIA N. 356/2018

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais infra relacionados para serem gozadas no mês de Setembro de 2018, como segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1404	Adilson Araújo	19/04/16 à 18/04/17	01/09/18 à 30/09/18
1552	Deise Tonial Salvador	22/02/17 à 21/02/18	01/09/18 à 30/09/18
1620	Loeni Aparecida de Oliveira Galvan	18/04/17 à 17/04/18	01/09/18 à 30/09/18
818	Suelen Favretto	01/07/16 à 30/06/17	01/09/18 à 30/09/18

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de setembro de 2018.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 03 de Setembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

**PORTARIA N. 357/2018**

Publicação Nº 1772006

PORTARIA N. 357/2018

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora "ROSICLER GIL CORREA DE ALMEIDA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 21/07/1973, inscrita no CPF n. 039.763.669-51, carteira de identidade n. 5.506.875-8, ocupante do cargo efetivo de "MONITOR" – 40 horas, nível 04, classe/referencia "J", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 76 (setenta e seis) dias consecutivos, a contar de 01 de setembro à 15 de novembro de 2018, conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 11 de Fevereiro de 2011 à 10 de Fevereiro de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2018.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 03 de Setembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

**PORTARIA N. 358/2018**

Publicação Nº 1772007

PORTARIA N. 358/2018

**"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"**

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a servidora "ELENIR ZONTA DOS SANTOS", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 25/03/1973, inscrita no CPF n. 789.384.069-20, carteira de identidade n. 2.632.273, ocupante do cargo efetivo de "PROFESSOR" – nível IV, classe/referencia "J", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 86 (oitenta e seis) dias consecutivos, a contar de 03 de setembro à 27 de novembro de 2018, conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 08 de Fevereiro de 2008 a 07 de Fevereiro de 2013.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 03 de Setembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

**PORTARIA N. 359/2018**

Publicação Nº 1772008

PORTARIA N. 359/2018

**"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"**

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando que a servidora titular "Elenir Zonta dos Santos" encontra-se em gozo de licença prêmio,  
Considerando o Processo Seletivo n. 001/2018 de 11 de janeiro de 2018, homologado pelo Decreto n. 012/2018 de 14 de fevereiro de 2018,  
Considerando a ordem de chamada,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Contratar "CAROLINI DE LIMA FERNANDES", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 17/12/1990, inscrita no CPF n. 070.252.829-36, carteira de identidade n. 5.443.706, título eleitoral n. 0520 4830 0965, para exercer o cargo de "PROFESSOR"- 20 horas, nível III, classe/referência "A", em caráter temporário de forma excepcional de acordo com o art. 2º, inciso I da Lei Complementar n. 025/99 de 17/12/1999, combinado com o artigo 7º da Lei Complementar n. 086/2011 de 18/10/2011 tendo em vista ter sido aprovada no Processo Seletivo n. 001/2018 de 11 de janeiro de 2018, homologado pelo Decreto n. 012/2018 de 14 de fevereiro de 2018, com vencimentos de lei a partir desta data até 27 de Novembro de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 03 de Setembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

**PORTARIA N. 360/2018**

Publicação Nº 1772010

PORTARIA N. 360/2018

**"EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"**

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora "JANAINA RODRIGUES DOS SANTOS", brasileira, solteira, residente no município de Irani-SC, nascida em 11/06/1992, inscrita no CPF n. 070.528.539-14, carteira de identidade n. 16/R 4.615.697, título eleitoral n. 0512 2837 0981 ocupante do cargo de "NUTRICIONISTA" – nível 28, classe/referencia "A", contratada em caráter temporário através da portaria n.253/2018 de 05 de abril de 2018 e prorrogada pelas portarias n. 314/2018 de 30 de maio de 2018 e n. 330/2018 de 29 de junho de 2018, as quais ficam sem efeito a partir do dia 09 de setembro de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 06 de Setembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

**PORTARIA N. 361/2018**

Publicação Nº 1772011

PORTARIA N. 361/2018

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear "VILSON DIAS", brasileiro, casado, residente neste município, nascido em 03/09/1952, inscrito no CPF n. 347.223.279-04, carteira de identidade n. 744.158, título eleitoral n. 0078 5450 0914, para exercer o cargo de "SUPERVISOR", nível CC-4, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo, atuando na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 12 de Setembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

**PORTARIA N. 362/2018**

Publicação Nº 1772012

PORTARIA N. 362/2018

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido "MONALIZA APARECIDA CORREIA", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 12/01/1991, inscrita no CPF n. 065.952.629-83, carteira de identidade n. 5.212.339, título eleitoral n. 0519 3249 0906, nomeada para exercer o cargo de "COORDENADOR" do NAES, nível CC-3, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da portaria n. 307/2018 de 18 de maio de 2018, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 17 de Setembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal



**PORTARIA N. 363/2018**

Publicação Nº 1772013

PORTARIA N. 363/2018

**"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"**

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a Pedido "DIANA DE FATIMA FIAMETTI", brasileira, solteira, residente no município de Irani-SC, nascida em 30/10/1991, inscrita no CPF n. 080.987.509-81, carteira de identidade n. 4.997.928, título eleitoral n. 0512 2508 0957, contratada em caráter temporário para exercer o cargo de "AUXILIAR DE ENFERMAGEM(ESF)", nível 07, classe/referência "A", através da portaria n. 326/2018 de 26 de Junho de 2018 a qual fica sem efeito a partir de 30 de Setembro de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 28 de Setembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI  
Prefeita Municipal

**PORTARIA N. 364/2018**

Publicação Nº 1772015

PORTARIA N. 364/2018

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"**

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir em 30 de setembro de 2018, o Contrato de Trabalho da servidora "SIMARA APARECIDA GAZZONI", brasileira, solteira, residente neste Município, inscrita no CPF n. 677.799.059-34, carteira de identidade n. 1.306.172, título eleitoral n. 0078 4451 0949, ocupante do cargo efetivo de "AGENTE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS", nível 07, classe/referência "A", conforme Art. 53, III do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita, nomeada por concurso público no Município de Catanduvas-SC; transferida para o Município de Vargem Bonita-SC através da portaria n. P/1019/93 de 04 de Janeiro de 1993 e admitida pela portaria n. 016/93 de 09 de Janeiro de 1993, as quais ficam sem efeito.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 28 de Setembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI  
Prefeita Municipal

**PORTARIA N. 365/2018**

Publicação Nº 1772096

PORTARIA N. 365/2018

**"ATRIBUI FUNÇÃO GRATIFICADA DE 30% A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"**

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Atribuir Função Gratificada de 30% (trinta por cento), sobre seu vencimento básico, à servidora "JUCERLEI FATIMA DA CRUZ MENDA DA SILVA", inscrita no CPF n. 753.898.009-15, ocupante do cargo efetivo de "Auxiliar de Enfermagem", nível 07, classe/referência "J", para atender aos serviços de "CHEFE DO SETOR DE IMUNIZAÇÃO" desta municipalidade.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 28 de Setembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO DE PREÇO DA ATA 16/2017

Publicação Nº 1771979

FESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

#### 1º TERMO ADITIVO DE PREÇO DA ATA 16/2017

TERMO ADITIVO DE PREÇO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº. 16/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAMO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS E EMPRESA ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Pelo presente Termo, se dá devido ao reajuste de preços do produto, de um lado o Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.164.340/0001-62, neste ato representado por seu Prefeito Sr. VÂNIO CESAR PETRI, e de outro lado ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº. 00.802.002/0001-02, com sede à Rua ESTRADA BOA ESPERANÇA, 2300, FUNDO CANOAS, 175 CEP: 89160-000, Rio do Sul/SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o preço da ata de nº. 16/2017 para fazer constar as seguintes alterações do Pregão para Registro de Preços nº. 21/2017.

#### Cláusula Primeira – ADITANDO OS VALORES

Eventual aquisição de MATERIAIS HOSPITALARES PARA PROCEDIMENTOS E A MANUTENÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário
149	Luvas de Procedimento Grandes de latex	CX	100,00	Medix	21,00
150	Luvas de Procedimento Média de latex	CX	150,00	Medix	21,00
151	Luvas de Procedimento Pequenas de latex	CX	250,00	Medix	21,00

Justificativa: Este reajuste foi comprovado com documento enviado pela empresa, onde demonstra que o reajuste realmente aconteceu.

#### Cláusula Segunda- DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições da Ata ora aditado permanecem em vigor.

Vidal Ramos, 17 de setembro de 2018.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS  
CONTRATANTE

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA  
CONTRATADO

### 2º TERMO ADITIVO DE PREÇO DA ATA 16/2017

Publicação Nº 1771980

FESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

#### 2º TERMO ADITIVO DE PREÇO DA ATA 16/2017

TERMO ADITIVO DE PREÇO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº. 16/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAMO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS E EMPRESA ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Pelo presente Termo, se dá devido ao reajuste de preços do produto, de um lado o Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.164.340/0001-62, neste ato representado por seu Prefeito Sr. VÂNIO CESAR PETRI, e de outro lado ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº. 00.802.002/0001-02, com sede à Rua ESTRADA BOA ESPERANÇA, 2300, FUNDO CANOAS, 175 CEP: 89160-000, Rio do Sul/SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o preço da ata de nº. 16/2017 para fazer constar as seguintes alterações do Pregão para Registro de Preços nº. 21/2017.

#### Cláusula Primeira – ADITANDO OS VALORES

Eventual aquisição de MATERIAIS HOSPITALARES PARA PROCEDIMENTOS E A MANUTENÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
207	Seringa descartável 0,10ML	UND	8.000,00	0,318
208	Seringa descartável 0,20ML	UND	3.000,00	0,506

Justificativa: Este reajuste foi comprovado com documento enviado pela empresa, onde demonstra que o reajuste realmente aconteceu.

#### Cláusula Segunda- DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições da Ata ora aditado permanecem em vigor.

Vidal Ramos, 20 de outubro de 2018

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS  
CONTRATANTE

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA  
CONTRATADO

### ADITIVO Nº. 02/2018 - FMS

Publicação Nº 1771977

ADITIVO Nº. 02/2018

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 10/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA GENTE SEGURADORA SA

Aos 24 (vinte e quatro) dias de setembro de 2018, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS, situada à Avenida Jorge Lacerda, 1.180, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob nº. 14.164.340/0001-62 doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Vânio Cesar Petri e de outro lado à empresa GENTE SEGURADORA SA, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob nº. 90.180.605/0001-02, situada a R MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 450, CENTRO HISTORICO, Cidade Porto Alegre/RS, Cep: 90020-060 a seguir denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato administrativo, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório nº 30/2017, modalidade Pregão Presencial nº 30/2017, do tipo menor preço por lote, sob a regência da Lei Federal nº 10.520, de 17/7/2002 e Lei Federal nº 8.666/93, de 21/6/93, e alterações posteriores, tem entre si ajustada as seguintes cláusulas deste termo aditivo:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PREÇOS

O presente instrumento tem por objetivo a inclusão de novos veículos no Contrato nº. 10/2017, conforme listagem abaixo:

FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE VIDAL RAMOS - CNPJ Nº. 14.164.340/0001-62								
MARCA/ MODELO	ANO FAB/ MOD	PLACA	CHASSI	RENAVAM	COBERTURA	FRANQUIA/MÁXIMA	Valor Unitário	Valor Total
M BENZ/ SPRINTER/ AMBULÂNCIA	2018/2019	QJH3567	8AC906633KE155198	1163302489	CASCO	3.000,00	1.940,84	1.940,84

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

Pelos serviços contratados o Fundo pagará o total de R\$ 1.940,84 (um mil novecentos e quarenta reais e oitenta e quatro centavos). O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias .

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGENCIA

O presente termo aditivo terá vigência até o dia 20 de março de 2019.

#### CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor

Vidal Ramos, 24 de setembro de 2018.  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS  
Vânio Cesar Petri – Prefeito Municipal  
Contratante

GENTE SEGURADORA SA  
Contratada

Testemunhas:

Mauricio Bourdot  
CPF: 068.941.889-20

Eduardo Thechrin  
CPF: 083.410.239-03

## ADITIVO Nº. 09/2018

Publicação Nº 1771993

ADITIVO Nº. 09/2018

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 35/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA GENTE SEGURADORA SA

Aos 24 (vinte e quatro) dias de setembro de 2018,, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, situada à Avenida Jorge Lacerda, 1.180, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob nº. 83.102.376/0001-34 doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Prefeito Interino, Senhor Vânio Cesar Petri e de outro lado à empresa GENTE SEGURADORA SA, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob nº. 90.180.605/0001-02, situada a R MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 450, CENTRO HISTORICO, Cidade Porto Alegre/RS, Cep: 90020-060 a seguir denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato administrativo, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório nº 30/2017, modalidade Pregão Presencial nº 30/2017, do tipo menor preço por lote, sob a regência da Lei Federal n.º 10.520, de 17/7/2002 e Lei Federal nº 8.666/93, de 21/6/93, e alterações posteriores, tem entre si ajustada as seguintes cláusulas deste termo aditivo:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PREÇOS

O presente instrumento tem por objetivo a inclusão de novos veículos no Contrato nº. 35/2017, conforme listagem abaixo:

MARCA/ MODELO	ANO FAB/ MOD	PLACA	CHASSI	RENAVAM	COBERTURA	FRANQUIA	Valor Unitário	Valor Total
M BENZ/ SPRINTER	2018/2019	QJH3247	8AC906633KE157385	1163297760	RCO/DETER		1.032,00	1.032,00
COMIL/ SVELTO	2002/2002	MFZ-5530	9BWR82W32R221621	796689989	RCO/DETER		2.064,00	2.064,00
COMIL/ SVELTO	2002/2002	MFZ-5530	9BWR82W32R221621	796689989	CASCO	4.500,00	1.910,00	1.910,00

### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

Pelos serviços contratados o Fundo pagará o total de R\$ 5.006,00 (cinco mil e seis reais).  
O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias .

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGENCIA

O presente termo aditivo terá vigência até o dia 20 de março de 2019.

### CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor

Vidal Ramos, 24 de setembro de 2018  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
Vânio Cesar Petri – Prefeito Municipal  
Contratante

GENTE SEGURADORA SA  
Contratada

Testemunhas:

Mauricio Bourdot  
CPF: 068.941.889-20

Eduardo Thechrin  
CPF: 083.410.239-03

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 49/2018**

Publicação Nº 1771964

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 49/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 61/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 49/2018

Aos 30 dias do mês de julho de 2018 o Município de Vidal Ramos, localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vânio Cesar Petri, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, em face da classificação das propostas de preços – no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 61/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 49/2018, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para execução de serviços constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa Construção Civil MG Ltda, CNPJ nº. 06.145.928/0001-40, com sede à Rua Anita Garibaldi, nº. 373, centro, CEP: 89.140-000, Ibirama – SC, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é a contratação de empresa para prestação de serviço de pavimentação asfáltica, incluído os serviços de imprimação, pintura, transporte e colocação, fornecimento do asfalto, além de aluguel de rolo compactador, constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 49/2018.

**1.2. Itens Homologados:**

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	und	Quat.	Valor Unit	Valor Total
1	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA				
1.1	Imprimiçãocom CM30 taxa de 1,0 L/m <sup>2</sup>	m <sup>2</sup>	2.500	5,70	14.250,00
1.2	Pintura de ligação RR-2C taxa de 0,80 L/m <sup>2</sup>	m <sup>2</sup>	2.500	1,67	4.175,00
1.3	CAUQ inclusive CAP (e=7cm) sem transporte	Ton	438	320,00	146.160,00
1.4	Transporte de CAUQ "item 1.3" DMT 96 km	Txkm	43.800	0,65	28.470,00
2	EQUIPAMENTOS				
2.1	Aluguel de rolo compactador de 21 toneladas na vibração, com operador e combustível	Dia	20	1.000,00	20.000,00
3	MOBILIZAÇÃO E DEMOBILIZAÇÃO				
3.1	Mobilização e desmobilização	und	1	3.000,00	3.000,00
		VALOR TOTAL			210.055,00

2.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 29/07/2019, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 49/2018.

3.2. Para os serviços de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 49/2018, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.3. O preço unitário a ser pago pelo serviço será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 49/2018 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

**CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

4.1. A Prestação de serviço será solicitado mediante autorização de fornecimento, O local da prestação será aviso junto com a autorização. Prazo de atendimento deverá ser imediato

**CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

5.1. O pagamento dos serviços, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

5.2. O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos Serviços.

5.3. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1. A prestação do Serviço só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de serviços efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os serviços deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaeletronicavidalramos@gmail.com

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

7.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 49/2018, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

**CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS**

8.1. Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93. A Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

**CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

9.1.1. Automaticamente:

a - por decurso de prazo de vigência;

b - quando não restarem fornecedores registrados;

c - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa;



**9.1.2. A pedido, quando:**

- a - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

**9.1.3. Por iniciativa da Administração, quando:**

- a - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- d- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- f- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

**PARAGRAFO TERCEIRO** - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 9.1.3 da Ata será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

**PARAGRAFO QUARTO** - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO**

10.1 Os itens, objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pela Secretaria de Administração. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1 Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 49/2018 e as propostas da empresa vencedora do certame supra numerado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

12.1 As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta Ata.

E, por estarem assim justas e registrado, assinam a presente em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Vidal Ramos, 30 de julho de 2018.

PREFEITURA VIDAL RAMOS CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA CONTRATANTE

CONTRATADA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 50/2018**

Publicação Nº 1771965

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 50/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 64/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 51/2018

Aos 13 dias do mês de agosto de 2018 o Município de Vidal Ramos, localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vânio Cesar Petri, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, em face da classificação das propostas de preços – no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 64/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 51/2018, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para execução de serviços constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa Aluizio Novack & CIA LTDA ME, CNPJ nº. 80.983.752/0001-59, com sede à Avenida Jorge Lacerda, nº. 700, centro, CEP: 88.443-000, Vidal Ramos – SC, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é a contratação de empresa para prestação de serviços de torno e solda mecânica bem como a matéria prima necessária para remanufaturamento de peças em veículos e maquinários pesados da frota municipal. conforme as atividades de manutenção do departamento de obras, educação, constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 51/2018.

1.2. Itens Homologados:

LOTE 01

	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
01	300	Hrs	Contratação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva de Serviços de Solda Mig com o material incluído e corte com maçarico.	85,00	25.500,00

LOTE 02

	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
01	400	Hrs	Contratação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva de Serviços de Solda com oxigênio.	65,00	26.000,00

LOTE 03

	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
01	400	Hrs	Contratação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva de Serviços de Solda elétrica com eletrodo OK46/OK48.	87,00	34.800,00
02	400	Und.	Eletrodo ferro fundido OK46	5,50	2.200,00
03	300	Und.	Eletrodo ferro fundido OK48	7,75	2.325,00

LOTE 04

	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
01	300	Hrs	Contratação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva de Serviços de TORNO.	85,00	25.500,00
02	400	KG	Aço 1020 , dureza hb máxima 111, composição química C 0,18, Si 0,15, Mn 0,30, P 0,03, Cr 0,05 de excelente forjabilidade e soldabilidade .	8,50	3.400,00
03	400	KG	Aço 1045 , dureza hb máxima 185, composição química C 0,43, Si 0,15, Mn 0,60, P 0,03, S 0,05 de excelente forjabilidade e boa usinabilidade.	9,75	3.900,00

LOTE 05

	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
01	400	Hrs	Contratação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva de Serviços para reforço em conchas de máquinas e implementos agrícolas com prestação de serviços de solda e corte com maçarico.	73,00	29.200,00
02	300	KG	Chapa grossa espessura 1/2, 12,7mm	6,00	1.800,00
03	300	KG	Chapa grossa espessura 9/16, 14,29 mm	5,00	1.500,00
04	300	KG	Chapa grossa espessura 5/8, 15,88 mm	5,50	1.650,00

LOTE 06

ITEM	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
01	200	und	CAPAS 1/4	4,58	916,00
02	200	und	CAPAS 3/8	5,75	1.150,00
03	200	und	CAPAS 1/2	6,45	1.290,00
04	200	und	CAPAS 5/8	7,24	1.448,00
05	200	und	CAPAS 3/4	12,56	2.512,00

06	200	und	CAPAS 1"	17,40	3.480,00
07	200	und	CAPAS 1" 1/4	28,98	5.796,00
08	100	Mt	MANGUEIRA 1/4 2AT	23,67	2.367,00
09	100	Mt	MANGUEIRA 3/8 2AT	25,60	2.560,00
10	100	Mt	MANGUEIRA 1/2 2 AT	26,08	2.608,00
11	100	Mt	MANGUEIRA 5/8 2 AT	33,90	3.390,00
12	100	Mt	MANGUEIRA 3/4 2 AT	39,61	3.961,00
13	100	Mt	MANGUEIRA 1" 2 AT	47,34	4.734,00
14	100	Mt	MANGUEIRA 1" 1/4 2 AT	99,52	9.952,00
15	200	und	TERMINAIS ACOPLAVEIS DE 1/4	12,32	2.464,00
16	200	und	TERMINAIS ACOPLAVEIS DE 3/8	16,90	3.380,00
17	200	und	TERMINAIS ACOPLAVEIS DE 1/2	28,75	5.750,00
18	200	und	TERMINAIS ACOPLAVEIS DE 5/8	28,98	5.796,00
19	200	und	TERMINAIS ACOPLAVEIS DE 3/4	44,93	8.986,00
20	200	und	TERMINAIS ACOPLAVEIS DE 1"	50,25	10.050,00
21	200	und	TERMINAIS ACOPLAVEIS DE 1" 1/4	67,63	13.526,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 12/08/2019, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 51/2018.

3.2. Para os serviços de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 51/2018, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.3. O preço unitário a ser pago pelo serviço será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 51/2018 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. A Prestação de serviço será solicitado mediante autorização de fornecimento, O local da prestação será aviso junto com a autorização. Prazo de atendimento deverá ser imediato

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento dos serviços, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

5.2. O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos Serviços.

5.3. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. A prestação do Serviço só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de serviços efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os serviços deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaeletronicavidalramos@gmail.com

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 51/2018, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

8.1. Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93. A Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

9.1.1. Automaticamente:

- a - por decurso de prazo de vigência;
- b - quando não restarem fornecedores registrados;
- c - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa;

9.1.2. A pedido, quando:

- a - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

PARAGRAFO SEGUNDO - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.1.3. Por iniciativa da Administração, quando:

- a - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- d- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- f- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

PARAGRAFO TERCEIRO - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 9.1.3 da Ata será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

PARAGRAFO QUARTO - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

10.1 Os itens, objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pela Secretaria de Administração. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 51/2018 e as propostas da empresa vencedora do certame supra numerado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta Ata.

E, por estarem assim justas e registrado, assinam a presente em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Vidal Ramos, 13 de agosto de 2018.

PREFEITURA VIDAL RAMOS ALUIZIO NOVACK & CIA LTDA ME  
CONTRATANTE CONTRATADA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 51/2018

Publicação Nº 1771966

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 51/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 65/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 52/2018

Aos 13 dias do mês de agosto de 2018 o Município de Vidal Ramos, localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vânio Cesar Petri, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, em face da classificação das propostas de preços – no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 65/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 52/2018, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição de aditivo de freio para a Pá Carregadeira New Holland W130, constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa MGS Comércio de Pelas Ltda ME, CNPJ nº. 27.720.223/0001-80, com sede à Rua Bom Pastor, nº. 49, sala 02, Santa Galo, CEP: 89.163-059, Rio do Sul - SC, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha abaixo.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é a eventual aquisição de aditivo de freio para a Pá Carregadeira New Holland W130, constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 52/2018.

1.2. Itens Homologados:

Nº.	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	24	UND	Aditivo Freio Líquido Original CNH – Marca IQA	R\$ 255,00	R\$ 6.120,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 12/08/2019, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a comprar os produtos referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 52/2018.

3.2. Para os produtos de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 52/2018, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.3. O preço unitário a ser pago pelo produto será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 52/2018 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, sito a Avenida Jorge Lacerda, 1180, centro – Vidal Ramos – SC. Prazo de entrega é de 10 (dez) dias úteis.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento dos produtos, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

5.2. O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos produtos.

5.3. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento dos produtos só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de produtos durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os produtos deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaeletronicavidalramos@gmail.com

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 52/2018, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

8.1. Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93. A



Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

9.1.1. Automaticamente:

- a - por decurso de prazo de vigência;
- b - quando não restarem fornecedores registrados;
- c - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa;

9.1.2. A pedido, quando:

- a - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

PARAGRAFO SEGUNDO - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.1.3. Por iniciativa da Administração, quando:

- a - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b - perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c - por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- d - não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e - não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- f - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

PARAGRAFO TERCEIRO - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 9.1.3 da Ata será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

PARAGRAFO QUARTO - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

10.1 Os itens, objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pela Secretaria de Administração. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 52/2018 e a proposta da empresa vencedora do certame supra numerado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta Ata.

E, por estarem assim justas e registrado, assinam a presente em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Vidal Ramos, 13 de agosto de 2018.

PREFEITURA VIDAL RAMOS  
CONTRATANTE

MGS Comércio de Pelas Ltda ME  
CONTRATADA



**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 52/2018**

Publicação Nº 1771967

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 52/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 67/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 54/2018

Aos 31 dias do mês de agosto de 2018 o Município de Vidal Ramos, localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vânio Cesar Petri, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, em face da classificação das propostas de preços – no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 67/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 54/2018, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para o fornecimento de combustível, óleo diesel comum, gasolina comum e óleo S10, constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ nº. 01.602.498/0001-25, com sede à Rua Alberto Muller, nº. 5000, Limeira, CEP: 88.356-165, Brusque - SC, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é o fornecimento de combustível, (óleo diesel comum, gasolina comum e óleo S10) para utilização no transcurso do exercício, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, FUNDERURAL, Assistência Social, Fundo da Infância e Adolescência e Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia, constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 54/2018.

**1.2. Itens Homologados:**

	Quant.	DESCRIÇÃO	V. Unit.	Total
01	50.000	GASOLINA COMUM A GRANEL A SER ENTREGUE EM FRAÇÕES MENSAIS DE APROX. 1/12 LTS. EM TANQUE COM BOMBA E MEDIDOR DE PROPRIEDADE DO FORNECEDOR DEVIDAMENTE INSTALADO NA GARAGEM DO DMER, NESTE MUNICÍPIO. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO SERÁ FIXADO EM MOEDA BRASILEIRA COM PREVISÃO DE REAJUSTAMENTO DE ACORDO COM AUTORIZAÇÃO DO CNP, OU ÓRGÃO QUE O SUBSTITUA. UMA VEZ FATURADO O PRODUTO NÃO SOFRERÁ QUALQUER REAJUSTE. O QUANTITATIVO ACIMA INDICADO É RESULTADO DE ESTIMATIVA PARA CONSUMO NO TRANSCURSO DO EXERCÍCIO.	4,09	204.500,00
02	180.000	OLEO DIESEL COMUM A GRANEL A SER ENTREGUE EM TANQUE COM BOMBA E MEDIDOR DE PROPRIEDADE DO FORNECEDOR, DEVIDAMENTE INSTALADOS NA GARAGEM DO DMER DESTE MUNICÍPIO. A ENTREGA DEVERÁ SER EM FRAÇÕES DE APROX. 1/12 LTS. MENSAIS. O QUANTITATIVO ACIMA INDICADO É RESULTADO DE ESTIMATIVA PARA CONSUMO NO TRANSCURSO DO EXERCÍCIO. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ FIRMADA COM PREÇO FIXO DA MOEDA BRASILEIRA E SOFRERÁ OS MESMOS REAJUSTES QUE VIEREM A SER AUTORIZADOS PELO CNP, OU ÓRGÃO QUE O SUBSTITUA. UMA VEZ FATURADO, O VALOR DO PRODUTO NÃO SERÁ REAJUSTADO.	3,17	570.600,00
03	300.000	OLEO DIESEL TIPO S10 A GRANEL A SER ENTREGUE EM TANQUE COM BOMBA E MEDIDOR DE PROPRIEDADE DO FORNECEDOR, DEVIDAMENTE INSTALADOS NA GARAGEM DO DMER DESTE MUNICÍPIO. A ENTREGA DEVERÁ SER EM FRAÇÕES DE APROX. 1/12 LTS. MENSAIS. O QUANTITATIVO ACIMA INDICADO É RESULTADO DE ESTIMATIVA PARA CONSUMO NO TRANSCURSO DO EXERCÍCIO. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ FIRMADA COM PREÇO FIXO DA MOEDA BRASILEIRA E SOFRERÁ OS MESMOS REAJUSTES QUE VIEREM A SER AUTORIZADOS PELO CNP, OU ÓRGÃO QUE O SUBSTITUA. UMA VEZ FATURADO, O VALOR DO PRODUTO NÃO SERÁ REAJUSTADO.	3,25	975.000,00

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 20/08/2019, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a comprar os produtos referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.



**CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 54/2018.

3.2. Para os produtos de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 54/2018, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.3. O preço unitário a ser pago pelo produto será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 54/2018 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

**CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

4.1. A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na Garagem da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, sito a Rua Santa Cruz, centro – Vidal Ramos – SC. Prazo de entrega é de 2 (dois) dias úteis.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

5.1. O pagamento dos produtos, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

5.2. O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos produtos.

5.3. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1. O fornecimento dos produtos só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de produtos durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os produtos deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaeletronicavidalramos@gmail.com

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

7.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 52/2018, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

**CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS**

8.1. Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços

praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93. A Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

9.1.1. Automaticamente:

- a - por decurso de prazo de vigência;
- b - quando não restarem fornecedores registrados;
- c - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa;

9.1.2. A pedido, quando:

- a - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

PARAGRAFO SEGUNDO - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.1.3. Por iniciativa da Administração, quando:

- a - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b - perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c - por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- d - não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e - não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- f - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

PARAGRAFO TERCEIRO - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 9.1.3 da Ata será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

PARAGRAFO QUARTO - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

10.1 Os itens, objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pela Secretaria de Administração. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 54/2018 e a proposta da empresa vencedora do certame supra numerado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta Ata.

E, por estarem assim justas e registrado, assinam a presente em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Vidal Ramos, 21 de agosto de 2018.

PREFEITURA VIDAL RAMOS  
CONTRATANTE

WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMB.  
CONTRATADA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 53/2018**

Publicação Nº 1771968

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 53/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 68/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 55/2018

Aos 31 dias do mês de agosto de 2018 o Município de Vidal Ramos, localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vânio Cesar Petri, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, em face da classificação das propostas de preços – no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 68/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição material expediente no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa CELIA REGINA W. SANI ME, CNPJ nº. 04.195.853/0001-87, com sede à Rua 25 de Maio, nº. s/n, centro, CEP: 88.450-000, Alfredo Wagner - SC, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é a AQUISIÇÃO MATERIAL EXPEDIENTE PARA O SETOR ADMINISTRATIVO E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL. A ser utilizado no transcurso do exercício de 2018. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia, constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018.

**1.1. Itens Homologados:**

Nº.	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	MARCA	PREÇO UNIT.	TOTAL
8	20	UND	CANETA MARCA TEXTO - tinta superfluorescente, de máxima durabilidade. Formato triangular ergonômico, Espessura da ponta: 4,0 mm. Ponta Chanfrada - 2 Medidas de Traço: Para Sublinhar e Marcar Cores amarela e Laranja	JOCAR	1,85	37,00
20	7	UND	Cola lavável peso liquido 225 gramas, azul, não tóxico.	FRAMA	12,19	85,33
28	5	UND	ARQUIVO DE AÇO, 4 GAVETAS, DIMENSÕES MÍNIMAS: LARGURA 47 CM, ALTURA 135 CM, PROFUNDIDADE 57 CM	CR	900,00	4.500,00

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 30/08/2019, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a comprar o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018.

3.2. Para os materiais de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.3. O preço unitário a ser pago pelos materiais será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

**CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

4.1. A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, sito a Avenida Jorge Lacerda, 1180, centro – Vidal Ramos – SC. Prazo de entrega é de 5 (cinco) dias úteis.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

5.1. O pagamento dos materiais, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

5.2. O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos materiais.

5.3. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de durante materiais vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os materiais deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaeletronicavidalramos@gmail.com

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

8.1. Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93. A Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

9.1.1. Automaticamente:

- a - por decurso de prazo de vigência;
- b - quando não restarem fornecedores registrados;
- c - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa;

9.1.2. A pedido, quando:

- a - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;



b - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

PARAGRAFO SEGUNDO - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.1.3. Por iniciativa da Administração, quando:

a - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

d- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

e- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

f- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

PARAGRAFO TERCEIRO - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 9.1.3 da Ata será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

PARAGRAFO QUARTO - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

10.1 Os itens, objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pela Secretaria de Administração. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018 e a proposta da empresa vencedora do certame supra numerado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta Ata.

E, por estarem assim justas e registrado, assinam a presente em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Vidal Ramos, 31 de agosto de 2018

PREFEITURA VIDAL RAMOS  
CONTRATANTE

CELIA REGINA W. SANI ME  
CONTRATADA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 54/2018

Publicação Nº 1771970

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 54/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 68/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 55/2018

Aos 31 dias do mês de agosto de 2018 o Município de Vidal Ramos, localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vânio Cesar Petri, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, em face da classificação das propostas de preços – no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 68/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição material expediente no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME, CNPJ nº. 26.682.219/0001-01, com sede à Rua Caribe, nº. 99, Velha Central, CEP: 89.046-635, Blumenau - SC, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha abaixo.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é a AQUISIÇÃO MATERIAL EXPEDIENTE PARA O SETOR ADMINISTRATIVO E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL. A ser utilizado no transcurso do exercício de 2018. Quantidade apurada por estimativa com

previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia, constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018.

#### 1.2. Itens Homologados:

Nº.	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	MARCA	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	65	CX	PAPEL BRANCO NÃO RECICLADO COM ISO 9001 E 14001, 75 GRAMAS EM FOLHAS TAM. A4 (cx. c/ 5.000 fls.)	MAGNUM	282,00	18.330,00
15	5	CX	GRAMPOS 23/10 (grampos cobreados), fabricados em arame de aço com tratamento antiferrugem, 1.000 unidades cada caixa. Fabricação Nacional.	JOCAR	6,60	33,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 30/08/2019, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a comprar o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018.

3.2. Para os materiais de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.3. O preço unitário a ser pago pelos materiais será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, sito a Avenida Jorge Lacerda, 1180, centro – Vidal Ramos – SC. Prazo de entrega é de 5 (cinco) dias úteis.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento dos materiais, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

5.2. O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos materiais.

5.3. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de durante materiais vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os materiais deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaeletronicavidalramos@gmail.com

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;



II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

8.1. Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93. A Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

9.1.1. Automaticamente:

- a - por decurso de prazo de vigência;
- b - quando não restarem fornecedores registrados;
- c - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa;

9.1.2. A pedido, quando:

- a - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

PARAGRAFO SEGUNDO - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.1.3. Por iniciativa da Administração, quando:

- a - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- d- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- f- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

PARAGRAFO TERCEIRO - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 9.1.3 da Ata será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

PARAGRAFO QUARTO - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

10.1 Os itens, objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pela Secretaria de Administração. A emissão

das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018 e a proposta da empresa vencedora do certame supra numerado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta Ata.

E, por estarem assim justas e registrado, assinam a presente em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Vidal Ramos, 31 de agosto de 2018

PREFEITURA VIDAL RAMOS  
CONTRATANTE

PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS  
CONTRATADA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 55/2018

Publicação Nº 1771973

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 55/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 68/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 55/2018

Aos 31 dias do mês de agosto de 2018 o Município de Vidal Ramos, localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vânio Cesar Petri, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, em face da classificação das propostas de preços – no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 68/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição material expediente no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa JUNKES DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº. 25.267.561/0001-82, com sede à Avenida 24 de Outubro, nº. s/n, centro, CEP: 88.680-000, Bom Retiro - SC, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha abaixo.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é a AQUISIÇÃO MATERIAL EXPEDIENTE PARA O SETOR ADMINISTRATIVO E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL. A ser utilizado no transcurso do exercício de 2018. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia, constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018.

##### 1.1. Itens Homologados:

Nº.	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	MARCA	PREÇO UNIT.	TOTAL
2	20	CX	CLIPS DE ARAME CROMADO 3/0, cx c/ 500 gr.	CLIPS NEW	14,89	297,80
3	20	CX	CLIPS DE ARAME CROMADO 2/0, cx c/ 500 gr.	CLIPS NEW	14,89	297,80
4	30	CX	PASTAS AZ PRÓPRIAS PARA COMPILAÇÃO DE ARQUIVO, LOMBO LARGO. FERRAGEM NIQUELADA	FRAMA	13,15	394,50
5	30	UND	PASTA AZ, PRÓPRIA PARA COMPILAÇÃO DE ARQUIVOS, LOMBO ESTREITO. FERRAGEM NIQUELADA	FRAMA	13,15	394,50
6	200	UND	PASTA SUSPensa MARMORIZADA COMPLETA.	FRAMA	2,75	550,00
7	30	CX	CANETA ESFEROGRÁFICA PONTA FINA 0,7mm, CORPO TRANSPARENTE. (cx c/ 50 un.) COR AZUL	TIP	46,90	1.407,00
9	20	UND	EXTRATOR DE GRAMPO TIPO ESPÁTULA	JOCAR	2,30	46,00

10	10	UND	GRAMPEADOR DE MESA PEQUENO 26/6 - REFERÊNCIA 5777 - Apoio da base em polietileno e coberto em resina termoplástica, Capacidade para grampear até 25 folhas de papel 75g/m <sup>2</sup> , Fabricado em chapa de aço, Base de fechamento do grampo com duas posições (grampo fechado e aberto), em aço, com acabamento niquelado, Estojo de alojamento dos grampos em chapa de aço, Mola resistente com retração automática, Capacidade de carga de meio pente de grampos 26/6, Utiliza grampos 24/6 e 26/6, Dimensões 130 x 38 x 53mm	BRW	14,00	140,00
11	4	CX	COLCHETES DE LATÃO PRÓPRIO PARA ENCADERNAMENTO DE GRANDE QUANTIDADE DE DOCUMENTOS EM PASTAS E ARQUIVOS Nº 7 (cx c/ 72 unidades)	CLIPS NEW	7,40	29,60
12	20	CX	COLCHETES DE LATÃO PRÓPRIO PARA ENCADERNAMENTO DE GRANDE QUANTIDADE DE DOCUMENTOS EM PASTAS E ARQUIVOS Nº 10 (cx c/ 72 unidades)	CLIPS NEW	9,40	188,00
13	20	CX	COLCHETES DE LATÃO PRÓPRIO PARA ENCADERNAMENTO DE GRANDE QUANTIDADE DE DOCUMENTOS EM PASTAS E ARQUIVOS Nº 12 (cx c/ 72 unidades)	CLIPS NEW	14,00	280,00
14	20	CX	GRAMPOS 26/6 (grampos cobreados), fabricados em arame de aço com tratamento antiferrugem, 5.000 unidades cada caixa. Fabricação Nacional.	JOCAR	8,40	168,00
16	100	CX	Arquivo morto papelão 2 capas kraft (344x125x237)	FRAMA	2,55	255,00
17	15	Rolo	Fita Empacotamento em Papel Kraft, 48mm x 50m - Marrom - 3M	PLASTITAPE	46,95	704,25
18	15	Rolo	Fita Empacotadora larga 50mmx50Metros transparente	FSP	3,69	55,35
19	50	Rolo	Fita adesiva transparente 12mmx40 metros	FSP	1,70	85,00
21	1000	UND	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO TRANSPARENTE TAMANHO FOLHA A4	ALAPLAST	0,55	550,00
22	1000	UND	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO ESCURA TAMANHO FOLHA A4	ALAPLAST	0,55	550,00
23	10	UND	Lápis preto nº. 2, Máxima resistência e maciez, excelente qualidade para uso geral, Produzido com madeira plantada, Traço escuro com excelente apagabilidade, formato redondo.	LABRA	0,87	8,70
24	15	UND	Tesoura com lâmina em aço inox, Comprimento total: 8" (210 mm) e cabo em polipropileno.	JOCAR	25,40	381,00
25	10	UND	Corretivos líquidos, Fórmula à base de água: sem odor, não tóxico e seguro para crianças, Recomendado para uso escolar, não prejudica o meio ambiente, frasco com 18 ml.	RADEX	3,30	33,00
26	20	UND	Pincel atômico; Escrita grossa; Recarregável; Tinta a base de álcool. Pincel de qualidade	BRW	5,49	109,80
27	10	UND	Grampos Trilho Metálico fabricados em folha-de-flandres (aço estanhado). Comprimento útil da lingueta (haste) 50 mm. Capacidade para prender até 300 folhas de papel 75g/m <sup>2</sup> . Tamanho: 80mm. Caixa com 50 unidades	BRW	15,75	157,50

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 30/08/2019, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a comprar o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018.

3.2. Para os materiais de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.3. O preço unitário a ser pago pelos materiais será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

**CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

4.1. A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, sito a Avenida Jorge Lacerda, 1180, centro – Vidal Ramos – SC. Prazo de entrega é de 5 (cinco) dias úteis.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

5.1. O pagamento dos materiais, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

5.2. O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos materiais.

5.3. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1. O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de durante materiais vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os materiais deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaeletronicavidalramos@gmail.com

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

7.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

**CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS**

8.1. Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93. A Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

**CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

9.1.1. Automaticamente:

a - por decurso de prazo de vigência;

- b - quando não restarem fornecedores registrados;
- c - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa;

9.1.2. A pedido, quando:

- a - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

PARAGRAFO SEGUNDO - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.1.3. Por iniciativa da Administração, quando:

- a - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- d- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- f- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

PARAGRAFO TERCEIRO - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 9.1.3 da Ata será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

PARAGRAFO QUARTO - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

10.1 Os itens, objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pela Secretaria de Administração. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018 e a proposta da empresa vencedora do certame supra numerado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta Ata.

E, por estarem assim justas e registrado, assinam a presente em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Vidal Ramos, 31 de agosto de 2018

PREFEITURA VIDAL RAMOS  
CONTRATANTE

JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA  
CONTRATADA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 56/2018

Publicação Nº 1771974

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 56/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 70/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 57/2018

Aos 20 dias do mês de setembro de 2018 o Município de Vidal Ramos, localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vânio Cesar Petri, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, em face da classificação das propostas de preços – no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 70/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 57/2018, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação

das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para contratação de empresa para desenvolvimento e impressão de material gráfico do referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA, CNPJ nº. 78.218.187/0001-91, com sede à Rua Pedro Paulo Streit, nº. s/n, bairro Avai, CEP: 89.270-000, Guaramirim - SC, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha abaixo.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é a contratação de empresa para desenvolvimento e impressão de material gráfico, crachás e cordões a ser utilizado pela administração para manutenção de algumas secretarias, constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 57/2018.

##### 1.1. Itens Homologados:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unitário Máximo	Total Preço Máximo
1	10.000	Unid.	Folha Timbrada (A4) – Sulfite 75grs – 4x0 Cores. incluindo coleta de dados e desenvolvimento de arte.	GGL	0,15	1.500,00
2	2.000	Unid.	Envelope Ofício – 22,9x11,4cm – 4x0 Cores – c/ abertura. incluindo coleta de dados e desenvolvimento de arte.	GGL	0,47	940,00
3	2.000	Unid.	Envelope Médio – 24,8x18,5cm – 4x0 Cores – c/ abertura. incluindo coleta de dados e desenvolvimento de arte.	GGL	0,54	1.080,00
5	5.000	Unid.	Pasta Supremo Brilho – 250grs – 50x33cm – 4x0 Cores, s/ orelha -. incluindo coleta de dados e desenvolvimento de arte.	GGL	1,22	6.100,00
6	10.000	Unid.	Folder, 4x4 Cores, Formato A4, Couche 150grs , com três dobras, incluindo coleta de dados e desenvolvimento de arte.	GGL	0,65	6.500,00
7	1.500	Unid	Ficha de Controle de Frota (Controle mensal de gastos) 22x32,5cm de largura, 1x1 cores, 300 grs, incluindo coleta de dados e desenvolvimento de arte.	GGL	0,50	750,00
8	5.000	Und	Flyer 15x21cm, 4x4 Cores, Couche 150grs, incluindo coleta de dados e desenvolvimento de arte.	GGL	0,50	2.500,00
600	Und	FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL PUERPERAL, 29,7x21cm, Sulf. 75 grs, 1x0 cores. Escrita frente e verso da folha.		GGL	0,85	510,00
15	5	Und	ATESTADO MÉDICO PARA GESTANTE, 21x15cm, Sulf. 56 grs 1x0 cores. Bloco com 100 folhas cada bloco.	GGL	39,00	195,00



16	15	Und	ATESTADO MÉDICO/DECLARAÇÃO DE COMPARTIMENTO, 18x10cm, Sulf. 56grs, 1x0 Cores. Bloco com 100 folhas cada bloco.	GGL	38,00	570,00
17	80	Und	AUTORIZAÇÃO PARA CONSULTA/EXAME 7x11cm, Sulf. 56grs, 1x0 cores, BLOCO COM 100 UNIDADES CADA BLOCO	GGL	4,70	376,00
18	2000	Und	CARTÃO AGENDAMENTO SUS - aberto 30x11 cm com 3 dobras, triplex 300grs, 4x1 cores, Refile, Vinco e Dobra	GGL	0,30	600,00
19	2000	Und	CARTÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA- 19x7cm aberto, Sulf. 180 grs, 4x1 cores, Refile, vinco e dobra.	GGL	0,38	760,00
20	1200	Und	FOLHAS DE REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPALÓ-GICO COLO DO ÚTERO, 29,7x21cm, Sulf. 56grs, 1x1 cores.- JÁ DEVE IR PREENCHIDO OS CAMPOS CONFORME ARQUIVO ANEXO NO EDITAL.	GGL	0,38	456,00
21	1200	Und	FOLHAS DE REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA, 29,7x21cm, Sulf.56 grs, 1x1 cores. Frente e verso.	GGL	0,40	480,00
22	35.000	Und	FICHA DE VISITA SOMICILIAR E TERRITORIAL, 29,7x21cm, Sulf. 75grs, 1x1 cores frente e verso	GGL	0,08	2.800,00
23	2000	Und	FICHA DE PROCEDIMENTOS, 29,7x21cm, Sulf. 75grs, 1x1 cores frente e verso	GGL	0,30	600,00
24	2000	Und	CARTEIRA CONTROLE DE DIABETES E HIPERTENSÃO- aberto 21x10,5 cm, triplex 300grs, 4x1 cores, Refile, Vinco e Dobra	GGL	0,44	880,00
25	2000	Und	FICHA ATENDIMENTO DOMICILIAR (PARA USO EXCLUSIVO DE SAD), 29,7x21cm, Sulf. 75grs, 1x1 cores frente e verso	GGL	0,30	600,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 19/09/2019, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a comprar o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas



para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 57/2018.

3.2. Para os materiais de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 57/2018, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.3. O preço unitário a ser pago pelos materiais será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 57/2018 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, sito a Avenida Jorge Lacerda, 1180, centro – Vidal Ramos – SC. Prazo de entrega é de 5 (cinco) dias úteis.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento dos materiais, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

5.2. O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos materiais.

5.3. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de durante materiais vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os materiais deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: [notaeletronicavidalramos@gmail.com](mailto:notaeletronicavidalramos@gmail.com)

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 57/2018, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

8.1. Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93. A Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

9.1.1. Automaticamente:

- a - por decurso de prazo de vigência;
- b - quando não restarem fornecedores registrados;
- c - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa;

9.1.2. A pedido, quando:

- a - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

PARAGRAFO SEGUNDO - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.1.3. Por iniciativa da Administração, quando:

- a - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- d- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- f- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

PARAGRAFO TERCEIRO - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 9.1.3 da Ata será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

PARAGRAFO QUARTO - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

10.1 Os itens, objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pela Secretaria de Administração. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 57/2018 e a proposta da empresa vencedora do certame supra numerado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta Ata.

E, por estarem assim justas e registrado, assinam a presente em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Vidal Ramos, 20 de setembro de 2018

PREFEITURA VIDAL RAMOS  
CONTRATANTE

GRAFICA GUARAMIRIM LTDA  
CONTRATADA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 57/2018**

Publicação Nº 1771975

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 57/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 71/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 58/2018

Aos 03 dias do mês de outubro de 2018 o Município de Vidal Ramos, localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vânio Cesar Petri, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, em face da classificação das propostas de preços – no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 71/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 58/2018, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição de macadame britado e demais materiais para manutenção das vias públicas do referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA, CNPJ nº. 78.266.566/0002-38, com sede à Estrada Geral Salseiro, nº. s/n, CEP: 88.443-000, Vidal Ramos - SC, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é a eventual aquisição de macadame britado e demais materiais para manutenção das vias públicas do município, constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 58/2018.

**1.1. Itens Homologados:**

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor total
1	Pó pedrisco obtido por processo de britagem originado de rocha sã	M³	2.500	R\$ 37,00	R\$ 92.500,00
2	Brita nº. 1 obtida por processo de britagem originada de rocha sã	M³	2.500	R\$ 37,00	R\$ 92.500,00
3	Macadame britado originado de rejeito de mina, apropriado para revestindo primário de vias públicas.	M³	50.000	R\$ 23,50	R\$ 1.175.000,00
4	Pedra Rachão de britagem primária, originada de rocha sã	M³	3.000	R\$ 37,00	R\$ 111.000,00
TOTAL:					R\$ 1.471.000,00

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 02/10/2019, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a comprar o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 58/2018.

3.2. Para os materiais de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 58/2018, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.3. O preço unitário a ser pago pelos materiais será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 58/2018 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

**CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

4.1. A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada no Município de Vidal Ramos, e será retirado pelos caminhões da prefeitura no pátio da empresa.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento dos materiais, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

5.2. O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos materiais.

5.3. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de durante materiais vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. Os materiais deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaeletronicavidalramos@gmail.com

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 58/2018, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

8.1. Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93. A Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

9.1.1. Automaticamente:

a - por decurso de prazo de vigência;

b - quando não restarem fornecedores registrados;

c - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa;

9.1.2. A pedido, quando:

- a - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

PARAGRAFO SEGUNDO - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.1.3. Por iniciativa da Administração, quando:

- a - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- d- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- f- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

PARAGRAFO TERCEIRO - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 9.1.3 da Ata será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

PARAGRAFO QUARTO - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

10.1 Os itens, objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pela Secretaria de Administração. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 58/2018 e a proposta da empresa vencedora do certame supra numerado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta Ata.

E, por estarem assim justas e registrado, assinam a presente em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Vidal Ramos, 03 de outubro de 2018

PREFEITURA VIDAL RAMOS  
CONTRATANTE

MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA  
CONTRATADA

**CONTRATO Nº. 32/2018**

Publicação Nº 1771960

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS****CONTRATO Nº. 32/2018**

**CONTRATO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA LANCHONETE DO ACACIO LTDA ME.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS**, pessoa jurídica de direito público, sito à Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.376/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito o Senhor Vânio Cesar Petri, a seguir denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **LANCHONETE DO ACACIO LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, sito à Avenida Jorge Lacerda, nº. 1151, Centro, na cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 72.236.706/0001-68, neste ato representado pelo Senhor Sandro Hoepfers a seguir denominado **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de PREGÃO PRESENCIAL 01/2018, firmam o presente Contrato mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTACAO LEGAL**

O presente contrato tem por ato originário, uma contratação dieta, devido a ausência de propostas para os itens 48 e 50 do Pregão nº 48/2018, em conformidade com os critérios estipulados pelo art. 24, inc. V, da Lei nº 8.666/93, que prevê a dispensa de licitação “**quando não acudirem interessados à licitação anterior**” e e devida mente justificado, neste caso não havendo mais tempo hábil para efetuar nova licitação, em conformidade com os critérios estipulados pelo art.54, Inciso 1º, da Lei Federal nº. 8666/93, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94, obedecendo ainda todas as clausulas e condições do Pregão 48/2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O objeto deste contrato é de a aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar das escolas municipais para o segundo semestre do ano de 2018

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

Este contrato será cumprido, no máximo, conforme edital e de acordo com os seguintes sub itens:

3.1. O Responsável pela certificação de recebimento, fará a fiscalização dos produtos e realizarão a conferência dos mesmos, se estão dentro das condições exigidas no Edital.

3.1.1. Os materiais não aceitos serão rejeitados, devolvidos e deverão ser substituídos imediatamente, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após notificação da empresa via e-mail, ou contato telefônico.

3.1.2. Os materiais que forem recusados deverão ser substituídos **IMEDIATAMENTE**, sem qualquer ônus para a Administração.



3.1.3. Se a substituição dos produtos cotados não for realizada no prazo **IMEDIATO**, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

3.2. O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos produtos, durante o prazo contratual.

**Parágrafo Primeiro:** As quantidades estipuladas no edital de licitação, tipo pregão são por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia, os materiais deverão ser entregues na data estipulada na autorização de fornecimento, sendo admitido um prazo máximo de tolerância de até 48 horas após a solicitação de entrega.

**Parágrafo Segundo:** os materiais integrantes vencidos serão entregues e faturados na mesma ocasião, sob pena de não serem aceitos pela administração Pública.

**Parágrafo Terceiro** - A CONTRATADA obriga-se a entregar os materiais objeto deste contrato, nas especificações, com data de validade compatível e de acordo com os respectivos preços determinados pelo edital de licitação, nas quantidades solicitadas pela CONTRATANTE, nas datas estipuladas no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela contratante.

**Parágrafo Quarto** - A empresa que vencer, deverá fazer a entrega inclusive nas escolas de interior do município, que serão 2 escolas no total, uma Rio das Pacas, uma Fazenda Rio Bonito e nas escolas do centro.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

A CONTRATADA, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- 4.1. Fornecer os produtos, observando as exigências da Prefeitura Municipal, quanto à qualidade, embalagem e quantidades previstas no edital;
- 4.2. Entregar dentro do prazo estabelecido e nas quantidades solicitadas, na autorização de fornecimento, sob pena de responsabilidade contratual, salvo caso fortuito ou motivo de força maior;
- 4.3. Transportar e entregar o objeto contratado por sua conta e risco, inclusive fretes, embalagens, carga e descarga;
- 4.4. Responsabilizar-se-á por todos os danos causados por seus empregados a Secretaria e/ou terceiros;
- 4.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 4.6. Efetuar a entrega dos itens, de acordo com as condições e prazos propostos, dentro do prazo de validade mínimo exigido neste edital.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 5.1. A Prefeitura de Vidal Ramos, através de representante e a qualquer tempo, terá acesso à inspeção do material a ser entregue pelo fabricante ou fornecedor, verificando as condições de atendimento à proposta;
- 5.2. A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos através por servidor responsável está autorizada a receber os materiais e fiscalizar o padrão de qualidade dos produtos fornecidos.
- 5.3. Efetuar o pagamento na forma prevista na cláusula oitava deste contrato

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**



6.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão a conta do Município, através dos recursos orçamentários e financeiros da Prefeitura Municipal na Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.07.00.00.00.00.00 (32), 3.3.90.30.07.00.00.00.00.00 (33).

## CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor do Presente Contrato é de R\$ 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais)

Participante: 159 - LANCHONETE DO ACACIO LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
48	PÃO FRANCES: UNIDADE CONTENDO 50G, FRESCO, MACIO, SEM PRESENÇA DE SUJIDADES. NÃO DEVE SER EMBALADO QUENTE. EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO SIM OU SIF. FEITO NO DIA DA ENTREGA/ VALIDADE MÍNIMA DE 5 DIAS A CONTAR DA ENTREGA.	UN	1.400,00	MIRIM	0,80	1.120,00
50	PÃO DOCE PÃO DOCE: UNIDADE CONTENDO 50G, FRESCO, MACIO, SEM PRESENÇA DE SUJIDADES. NÃO DEVE SER EMBALADO QUENTE. EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO SIM OU SIF. FEITO NO DIA DA ENTREGA/ VALIDADE MÍNIMA DE 5 DIAS A CONTAR DA ENTREGA.	UN	3.200,00	MIRIM	1,00	3.200,00

Total do Participante  
-----> 4.320,00

## CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

8.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento, objeto do presente contrato, observadas as seguintes condições:

8.1.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

8.1.2. Efetuar o desconto devido, conforme estabelecido na cláusula 9.3, do presente contrato, quando ocorrer atraso INJUSTIFICADO na entrega dos materiais.

## CLÁUSULA NONA – DAS MULTAS E PENALIDADES

9.1. À CONTRATADA que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer

declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será aplicada, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados pelo infrator:

9.1.1. Não manter a proposta, lance ou oferta;

9.1.2. Não celebrar o contrato ou instrumento equivalente;

9.1.3. Falhar ou fraudar a execução do contrato;

9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.

9.2. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

11.1.1. Multa de 1% (um por cento) por dia, sobre o valor adjudicado, até no máximo de 20% (vinte por cento), quando a proponente, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida;

11.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total vencido; se a proponente vencedora não entregar o objeto desta licitação;

9.3. Multa de mora, diária de 0,03%(zero vírgula zero três por cento) nos primeiros 05(cinco) dias de atraso na entrega; e de 0,10%(zero vírgula dez por cento) do sexto dia em diante, calculada sobre o valor total da Autorização de Fornecimento, por impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas, exceto se motivada, comprovadamente, por caso fortuito ou motivo de força maior.

9.4. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, conforme estatui o art. 87, inciso III, da lei federal 8.666/93.

9.5. Ter declarada a Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**Parágrafo Primeiro:** a penalidade prevista no 'caput' deste artigo será imposta após regular procedimento, garantidos a ampla defesa e o contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

**Parágrafo Segundo:** da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93 e alterações.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PRAZOS

O presente Contrato tem validade até dia 31 de dezembro de 2018.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

10.1. Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato às situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

§ 1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo da Administração, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§ 2º - No caso de rescisão do Contrato, a Administração fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 5 (cinco) dias de antecedência.

§ 3º - Na ocorrência da rescisão prevista no 'caput' desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante, em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do art. 79, da Lei 8.666/93 e alterações.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas, abaixo assinadas.

Vidal Ramos, 20 de julho de 2018

**PREFEITURA MUN VIDAL RAMOS**  
**Vânio Cesar Petri**  
**Contratante**

**LANCHONETE DO ACACIO LTDA**  
**Sandro Hoeppers**  
**Contratado**

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
João Schmitz  
CPF: 559.875.169-00

\_\_\_\_\_  
Mauricio Bourdot  
CPF: 068.941.889-20

Fiscal do Contrato:

\_\_\_\_\_  
Eduardo Thechrin  
CPF: 083.410.239-03

## CONTRATO Nº. 33/2018

Publicação Nº 1771962

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

CONTRATO Nº. 33/2018

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, O SENHOR CESO DE SOUZA.

O MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Jorge Lacerda, 1180, em Vidal Ramos SC, inscrito na CNPJ sob nº. 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor Vânio Cesar Petri, doravante

denominado "Contratante" e de outro lado, CESO DE SOUZA pessoa FISICA, CPF: 461.163.469, ESTRADA GERAL MOLUNGU, na cidade de VIDAL RAMOS / SC, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, assim como pelas condições da PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 60/2018 - CHAMAMENTO Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº. 02/2018 pelos termos da proposta da Contratada pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR MUNICIPAL.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito

#### CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 8.261,40 (oito mil duzentos e sessenta e um reais e quarenta centavos).

Item	Unid	Quant.	Produto	Valor Unit	Valor Total
1	kg	399	Brócolis: in natura, de 1ª qualidade, com folhas, flores de coloração verde, uniforme, fresca e sem manchas, intactas, firmes e bem desenvolvidas, sem ferimentos ou defeitos, livre de terra nas folhas externas.	5,60	2.234,40
2	Kg	483	Cenoura: de 1ª qualidade s/rama, fresca, compacta e firme, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachadura e cortes, tamanho coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida.	3,00	1.449,00
3	kg	420	Couve-flor: in natura, de 1ª qualidade, com folhas, flores de coloração branca, compactas e fechadas, uniforme, fresca e sem manchas, intactas, firmes e bem desenvolvidas, sem ferimentos ou defeitos, livre de terra nas folhas externas.	4,00	1.680,00
4	kg	378	Repolho: in natura, tipo verde, de 1ª, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas e em coloração uniforme	2,00	756,00
5	Und	504	Alface in natura, de 1ª qualidade, com folhas verdes, compactas e fechadas, uniforme, fresca e sem manchas, intactas, firmes e bem desenvolvidas, sem ferimentos ou defeitos, livre de terra nas folhas externas	1,50	756,00
12	Kg	462	Beterraba: de 1ª qualidade s/rama, fresca, compacta e firme, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachadura e cortes, tamanho coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida.	3,00	1.386,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos serão efetuados até 30 dias após a entrega do objeto, na quantidade solicitada pela CONTRATANTE e mediante a apresentação da Nota Fiscal.

#### CLÁUSULA QUARTA - RECURSOS FINANCEIROS

A despesa decorrente será paga com as seguintes dotações 3.3.9.0.3.0.0.7.00.00.00.00 (33).

#### CLÁUSULA QUINTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

O preço ora contratado não sofrerá reajuste.

#### CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

O prazo de entrega do objeto será conforme solicitação formal efetuada pela CONTRATANTE, através de Autorização de Fornecimento expedida pelo Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de VIDAL RAMOS e repassada a CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA PARTES

Parágrafo Primeiro - Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato de acordo com o solicitado e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATANTE: Efetuar o pagamento ajustado, e dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.

Parágrafo Terceiro – A entrega no estabelecimento escolar de consumo em quantidades e em periodicidade previamente estabelecidas em requisição emitida pela contratante, será responsabilidade do fornecedor.

#### CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO

O presente contrato pode ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei nº. 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei nº.8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA NONA PRIMEIRA - VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência, a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2018.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Vidal Ramos, 20 de julho de 2018

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS**

Vânio Cesar Petri

Contratante

**CESO DE SOUZA.**

Contratada

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
João Schmitz  
CPF: 559.875.169-00

\_\_\_\_\_  
Mauricio Bourdot  
CPF: 068.941.889-20

Fiscal do Contrato:

Eduardo Thechrin  
CPF: 083.410.239-03

**CONTRATO Nº. 34/2018**

Publicação Nº 1771963

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS****CONTRATO Nº. 34/2018****CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, O A COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DE VIDAL RAMOS - COPAVIDAL.**

O **MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Jorge Lacerda, 1180, em Vidal Ramos SC, inscrito na CNPJ sob nº. 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor LAERCIO DA CRUZ, doravante denominado "Contratante" e de outro lado, **COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DE VIDAL RAMOS - COPAVIDAL** pessoa jurídica CNPJ sob nº. 08.273.826/0001-36 Avenida Jorge Lacerda, 1048, na cidade de VIDAL RAMOS / SC, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, assim como pelas condições da PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 60/2018 - CHAMAMENTO **Dispensa de Licitação p/Compras e Serviços nº. 02/2018** pelos termos da proposta da Contratada pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a: **AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR MUNICIPAL.**

Parágrafo Único - O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito.

**CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL**

Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 23.644,40 (vinte e três mil seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos) Divididos em parcelas mensais conforme consumo.

Participante                      2095                      -                      COPAVIDAL - COOPERATIVA DE PRODUCAO AGROINDUSTRIA  
:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
6	Bolacha: Biscoito doce de trigo tipo caseiro, pacote de até 1 quilo - validade de 3 meses	KG	285	21,00	5.985,00
7	Pão caseiro: acondicionado em embalagem plástica,, 1ª qualidade. Peso liquido 900 gramas	UN	649	9,00	5.841,00
8	Massa caseira para macarronada: Massa tipo caseira, com ovos em ninhos larga e chata, embalagem de até 1 kg, onde deverá conter validade, peso e data de	KG	558	10,90	6.082,20

	fabricação				
9	Massa caseira tipo aletria: Massa tipo caseira, com ovos em ninhos larga e chata, embalagem de até 1 kg, onde deverá conter validade, peso e data de fabricação.	KG	108	10,90	1.177,20
10	Feijão Preto: Tipo1, safra do ano, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2% de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem: pacote plástico transparente contendo 1kg. Validade mínima de 6 meses na entrega.	KG	360	7,50	2.700,00
11	Geleia: vidro com 750 gramas. Sabor somente banana	UN	143	13,00	1.859,00
					<b>23.644,40</b>

### CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos serão efetuados até 30 dias após a entrega do objeto, na quantidade solicitada pela CONTRATANTE e mediante a apresentação da Nota Fiscal.

### CLÁUSULA QUARTA - RECURSOS FINANCEIROS

A despesa decorrente será paga com as seguintes dotações **3.3.9.0.3.0.0.7.00.00.00.00.00 (30)**.

### CLÁUSULA QUINTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

O preço ora contratado não sofrerá reajuste.

### CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

O prazo de entrega do objeto será conforme solicitação formal efetuada pela CONTRATANTE, através de Autorização de Fornecimento expedida pelo Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de VIDAL RAMOS e repassada a CONTRATADA.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA PARTES

Parágrafo Primeiro - Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato de acordo com o solicitado e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

**Parágrafo Segundo** - Constituem obrigações da CONTRATANTE: Efetuar o pagamento ajustado, e dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.

**Parágrafo Terceiro** – A entrega no estabelecimento escolar de consumo em quantidades e em periodicidade previamente estabelecidas em requisição emitida pela contratante, será responsabilidade do fornecedor.

### CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO

O presente contrato pode ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei nº. 8.666/93.

### CLÁUSULA NONA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL



O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei nº.8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA NONA PRIMEIRA - VIGÊNCIA**

O presente Contrato terá vigência, a partir de sua assinatura até 31/12/2018.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Vidal Ramos, 20 de julho de 2018

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS**

**Vânio Cesar Petri**

**Contratante**

---

**COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DE VIDAL RAMOS -  
COPAVIDAL**

**Contratada**

TESTEMUNHAS:

---

João Schmitz  
CPF: 559.875.169-00

---

Mauricio Bourdot  
CPF: 068.941.889-20

Fiscal do Contrato:

---

Eduardo Thechrin  
CPF: 083.410.239-03

**TERMO ADITIVO DE VALOR - AMA**

Publicação Nº 1771992

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

**TERMO ADITIVO DE VALOR**

1º TERMO ADITIVO DE VALOR DO TERMO DE COLABORAÇÃO 01/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO ABRIGO MÃO AMIGA - AMA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE VIDAL RAMOS, SC, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS, SC, pessoa jurídica e direito público interno, inscrita no CNPJMF sob o nº 14.567.169/0001-32, com sede na Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Vânio Cesar Petri, inscrito no CPF sob nº 762.786.899-87, e do outro a ASSOCIAÇÃO ABRIGO MÃO AMIGA - AMA, inscrita no CNPJ nº 09.377.460/0001-08, estabelecida nesta cidade, na RODOVIA SC 350, KM 385, Nº. 5055, no Município de Ituporanga SC, neste ato representado por seu Presidente, Ari Fronza, brasileiro, casado, portador do RG nº 724.952-SSP-SC, CPF nº 379.320.719-68, resolvem aditar o TERMO DE COLABORAÇÃO 01/2017, com fundamento no Processo de Dispensa de Licitação nº 01/2017, no Decreto Municipal nº 2.802/2017, de 25 de abril de 2017, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2.014, e suas alterações.

**Cláusula Primeira – ADITIVO DE VALORES**

O presente Termo de Colaboração tem por objeto de Serviço Social Especial de Alta Complexidade na modalidade de Acolhimento Institucional em Instituição de Longa Permanência para Idosos, conforme Plano de Trabalho anexo a este Termo. Objetivo de cooperação na manutenção de vagas para idosos oriundos do Município de Vidal Ramos, junto à ASSOCIAÇÃO ABRIGO MÃO AMIGA, da cidade de Ituporanga. De acordo com o inciso II da Cláusula Quinta o valor ficará sujeito a reajuste anual no mês de janeiro de cada ano, pelo INPC acumulado, não sendo realizado o reajuste em janeiro, mas sim no mês de agosto quando completa 01 ano de colaboração. Passando assim a vigorar o novo valor de R\$ 1.682,20 (um mil seiscentos e oitenta e dois reais e vinte centavos).

**Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas e condições do termo de colaboração permanecem em vigor.

Por concordarem com os seus termos, este ajuste é assinado pelas partes contratantes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que, igualmente, o assinam.

Vidal Ramos, 01 de agosto de 2018

VÂNIO CESAR PETRI – PREFEITO MUNICIPAL  
Fundo Municipal de Assistência Social de Vidal Ramos

ROSE MERTEN SEBOLD  
Secretária de Assistência Social de Vidal Ramos

ASSOCIAÇÃO ABRIGO MÃO AMIGA - AMA  
ENTIDADE

**TERMO ADITIVO Nº 08/2018**

Publicação Nº 1771984

FESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

**TERMO ADITIVO Nº 08/2018**

TERMO ADITIVO DE TEMPO DO CONTRATO Nº. 55/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS E O SENHOR LINDOMAR SCHMITZ.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito público, sito à Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.376/0001-34, neste ato representada por seu Prefeito em Exercício o Senhor Vânio Cesar Petri, a seguir denominado CONCEDENTE, e o Sr. LINDOMAR SCHMITZ, com sede na ESTRADA GERAL SANTA LUIZA, Vidal Ramos, SC inscrita no CPF sob nº 000.245.889-62, Cédula de Identidade RG nº 3.164.744, doravante denominada simplesmente CESSIONÁRIA, acordam e ajustam firmar o presente aditivo, nos termos da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Concorrência Pública nº 77/2017.

**Cláusula Primeira**

O presente instrumento tem por objetivo alterar a CLÁUSULA SEGUNDA - Do Prazo de vigência, Entrega e Reversão, do Contrato de Concessão de Uso nº. 55/2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Prazo de vigência, Entrega e Reversão.

A vigência do presente contrato de concessão será até 03/09/2019 a contar da assinatura do presente termo aditivo, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 30 dias antes do término do contrato.

Cláusula Segunda

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

Vidal Ramos, 03 de setembro de 2018.

VÂNIO CESAR PETRI	LINDOMAR SCHMITZ
Prefeito Municipal	CESSIONÁRIA
CONCEDENTE	

TESTEMUNHAS:

João Schmitz	Mauricio Bourdot
CPF: 559.875.169-00	CPF: 068.941.889-20

# Videira

## PREFEITURA

### ATA 257/2018-CMAS

Publicação Nº 1772926

ATA 257/2018-CMAS – Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às 13h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Müller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS com a seguinte pauta: 1. Aprovação do Plano de Trabalho do Termo de Aceite do Cofinanciamento Estadual da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade; 2. Censo SUAS; 3. Capacitação dos Conselheiros de Assistência Social; 4. Assuntos gerais. Registra-se a presença da Diretora do Departamento de Ação Social Rosemari Pinto da Silva Neto. Instalado o quórum, a Presidente do CMAS Jussara Zambom iniciou a reunião e cumprimentou todos os presentes. Em sequência, a Presidente passou palavra à Diretora do Departamento de Ação Social, a qual apresentou o plano de trabalho para o Cofinanciamento Estadual dos Serviços de Proteção Social Básica, no valor de R\$ 55.555,56 (cinquenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) e de Proteção Social Especial de Média Complexidade, no valor de R\$ 41.666,35 (quarenta e um mil e seiscentos e sessenta e seis reais e trinta e cinco centavos) do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) ao Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), totalizando R\$ 97.221,91 (noventa e sete mil e duzentos e vinte e um reais e noventa e um centavos), para a utilização do recurso em investimento na Proteção Social Básica e custeio na Proteção Social Especial de Média Complexidade, conforme decisão da Gestão conjuntamente com a equipe técnica de cada equipamento. Após, colocado para votação, o qual foi aprovado em unanimidade pela plenária. Em sequência, a Presidente conjuntamente com os Conselheiros presentes realizaram o preenchimento manual do Censo SUAS, que tem a finalidade de coletar informações sobre os serviços, programas e projetos de assistência social realizados pelos Municípios e Estados, bem como informações sobre a atuação dos Conselhos de Assistência Social. Após análise, foi deliberado pela sua aprovação e, será preenchido eletronicamente pela Presidente de acordo com a cópia física, haja vista que foi alterada a data de abertura do preenchimento para a data de 15/10/2018. Após, a Presidente informou que a palestrante Luciana Marques não poderá ministrar capacitação aos Conselheiros na data de 18/10/18, devido a compromisso profissional coincidindo nesta data. Deliberado para realizar na data de 08/11/2018 no período matutino no CRAS De Carli e no período vespertino com a palestrante nas dependências do Departamento de Ação Social. Reiterou-se que a próxima reunião ordinária do CMAS está designada para a data de 08/11/2018 às 08h30min na sede do CRAS De Carli. Encerradas as discussões, às 14h45min, nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMAS agradeceu a presença de todos. Eu, Jussara Zambom, \_\_\_\_\_ Presidente do CMAS, após a leitura e a aprovação da redação, assim como os demais presentes em lista própria, assino esta Ata.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 108/18

Publicação Nº 1772368

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 108/18  
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. Debora Teixeira Maier	Professor-Área de Atuação: Artes Ensino Infantil e Fundamental

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 09 de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2018**

Publicação Nº 1772927

ATA Nº.: ATA 170/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME

Valor ..... : 24.729,60 (vinte e quatro mil setecentos e vinte e nove reais e sessenta centavos)

Vigência ..... : Início: 01/10/2018 Término: 01/10/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 95/2018 - PMV

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE CABO ALMA DE AÇO E CERDAS (AÇO E NYLON) PARA AS VARREDEIRAS BOBCAT DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2018**

Publicação Nº 1772930

ATA Nº.: ATA 171/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: CAPINADEIRA GAUCHA LTDA

Valor ..... : 19.208,00 (dezenove mil duzentos e oito reais)

Vigência ..... : Início: 01/10/2018 Término: 01/10/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 95/2018 - PMV

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE CABO ALMA DE AÇO E CERDAS (AÇO E NYLON) PARA AS VARREDEIRAS BOBCAT DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2018**

Publicação Nº 1772931

ATA Nº.: ATA 172/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: DELCIR BOESING

Valor ..... : 22.836,15 (vinte e dois mil oitocentos e trinta e seis reais e quinze centavos)

Vigência ..... : Início: 01/10/2018 Término: 01/10/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2018 - PMV

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE PALANQUES DE CONCRETO ARMADO PARA MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2018**

Publicação Nº 1772932

ATA Nº.: ATA 173/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: MACO INDUSTRIA E COMERCIO DE TELAS LTDA

Valor ..... : 48.144,00 (quarenta e oito mil cento e quarenta e quatro reais)

Vigência ..... : Início: 01/10/2018 Término: 01/10/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2018 - PMV

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TELAS DE ARAME GALVANIZADO E CATRACA DE FERRO E ZINCO PARA MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE..

### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 174/2018**

Publicação Nº 1772933

ATA Nº.: ATA 174/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: TELAS LIDER INDUSTRIA E COMERCIO DE TELAS LTDA

Valor ..... : 37.620,00 (trinta e sete mil seiscentos e vinte reais)

Vigência ..... : Início: 01/10/2018 Término: 01/10/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2018 - PMV

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TELAS DE ARAME GALVANIZADO PARA MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2018**

Publicação Nº 1772934

ATA Nº.: ATA 175/2018  
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA  
Contratada.: MARCOS ANDRE REICHERT & CIA LTDA - EPP  
Valor ..... : 37.550,97 (trinta e sete mil quinhentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos)  
Vigência ..... : Início: 02/10/2018 Término: 02/10/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2018 - PMV  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LAVAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2018**

Publicação Nº 1772936

ATA Nº.: ATA 176/2018  
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA  
Contratada.: ADO AUTO PECAS LTDA  
Valor ..... : 170.000,00 (cento e setenta mil e reais)  
Vigência ..... : Início: 02/10/2018 Término: 02/10/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 97/2018 - PMV  
Objeto ..... : Registro de preços com o maior percentual de desconto sobre tabelas de orçamentação eletrônica cilia, audatex ou outra similar de igual confiabilidade, para fornecimento parcelado de peças e acessórios originais/genuínos, para veículos leves passeio/utilitário, - motos, ambulância, van, micro-ônibus, ônibus e caminhões da frota do Órgão Gerenciador Município de Videira (Secretarias Adm., Fin., Gab., Tur., Edu., Des. Eco. Hab. Proj., Des. Urb. Agri. Meio Amb., - Cons. Tutelar, CBM, PC) e Órgãos Participantes (FMS, FMAS)

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2018**

Publicação Nº 1772938

ATA Nº.: ATA 177/2018  
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA  
Contratada.: TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA  
Valor ..... : 1.767.600,00 (um milhão setecentos e sessenta e sete mil e seiscentos reais)  
Vigência ..... : Início: 02/10/2018 Término: 02/10/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 97/2018 - PMV  
Objeto ..... : Registro de preços com o maior percentual de desconto sobre tabelas de orçamentação eletrônica cilia, audatex ou outra similar de igual confiabilidade, para fornecimento parcelado de peças e acessórios originais/genuínos, para veículos leves passeio/utilitário, - motos, ambulância, van, micro-ônibus, ônibus e caminhões da frota do Órgão Gerenciador Município de Videira (Secretarias Adm., Fin., Gab., Tur., Edu., Des. Eco. Hab. Proj., Des. Urb. Agri. Meio Amb., - Cons. Tutelar, CBM, PC) e Órgãos Participantes (FMS, FMAS)

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2018**

Publicação Nº 1772939

ATA Nº.: ATA 178/2018  
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA  
Contratada.: FIBRA TOP UNIFORMES INDÚSTRIA E COMÉRCIO TEXTIL LTDA.  
Valor ..... : 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais)  
Vigência ..... : Início: 11/10/2018 Término: 11/10/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2018 - FMEV  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE UNIFORMES PARA USO DOS ATLETAS QUE REPRESENTAM O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, EM COMPETIÇÕES A NÍVEL REGIONAL, ESTADUAL E NACIONAL.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/2018**

Publicação Nº 1772940

ATA Nº.: ATA 179/2018  
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA  
Contratada.: F. S INDUSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA.  
Valor ..... : 34.980,00 (trinta e quatro mil novecentos e oitenta reais)  
Vigência ..... : Início: 11/10/2018 Término: 11/10/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2018 - FME  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE UNIFORMES PARA USO DOS

ATLETAS QUE REPRESENTAM O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, EM COMPETIÇÕES A NÍVEL REGIONAL, ESTADUAL E NACIONAL.

**EXTRATO CONTRATO Nº 162/2018**

Publicação Nº 1772883

Contrato Nº.: CT 162/2018  
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA  
Contratada.: LEGALLE CONCURSOS E SOLUCOES INTEGRADAS LTDA - EPP  
Valor ..... : 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais)  
Vigência ..... : Início: 09/10/2018 Término: 31/12/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 85/2018 - PMV  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CADASTRO DE RESERVA DE VAGAS TEMPORÁRIAS DO QUADRO FUNCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA E DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

**EXTRATO CONTRATO Nº 163/2018**

Publicação Nº 1772885

Contrato Nº.: CT 163/2018  
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA  
Contratada.: ALEXANDRE SILVA BRITO 26484340030  
Valor ..... : 5.000,00 (cinco mil reais)  
Vigência ..... : Início: 10/10/2018 Término: 21/12/2018  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 41/2018 - PMV  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DO ARTISTA "ALEXANDRE BRITO" PARA APRESENTAÇÃO DE PALESTRAS INTITULADAS "NO INICIO ERA O GRUNHIDO - PROSA SOBRE POESIA" A SER APRESENTADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2018, E A PALESTRA "ONDE A PALAVRA SE DIVERTE - INFANTILEINFANTO JUVENIL" NO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2018.

**EXTRATO CONTRATO Nº 164/2018**

Publicação Nº 1772887

Contrato Nº.: CT 164/2018  
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA  
Contratada.: MITREN - SISTEMAS E MONTAGENS VEICULARES LTDA.  
Valor ..... : 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais)  
Vigência ..... : Início: 10/10/2018 Término: 31/12/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 96/2018 - PMV  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TRANSFORMAÇÃO DO CAMINHÃO MERCEDES BENZ 1933, ANO 2018, EM CAMINHÃO DE COMBATE A INCÊNDIO, TIPO AUTO BOMBA TANQUE - ABT, PARA USO EM OCORRÊNCIAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE VIDEIRA.

**EXTRATO CONTRATO Nº 165/2018**

Publicação Nº 1772888

Contrato Nº.: CT 165/2018  
Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA  
Contratada.: CONSTRUTORA E ENGENHARIA JR EIRELI  
Valor ..... : 199.999,99 (cento e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/10/2018 Término: 11/10/2019  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 13/2018 - PMV  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REVITALIZAÇÃO DOS PASSEIOS E IMPLANTAÇÃO DE BOLSÕES DE ESTACIONAMENTO EM PARTE DA RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO E PARTE DA RUA RICARDO BRANDALISE, LOCALIZADAS NO BAIRRO CIBRAZEM, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 43/2018 - PMV**

Publicação Nº 1772228

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE VIDEIRA  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 43/2018 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 43/2018  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 207/2018  
HOMOLOGAÇÃO: 11/10/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO INITULADO "CADASTRO IMOBILIÁRIO: DEFININDO ESTRATÉGIAS PARA O AUMENTO



DA ARRECADAÇÃO" A SER MINISTRADO PELO EGEM – ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, NOS DIAS 06 E 07 DE DEZEMBRO DE 2018, EM VIDEIRA – SC, PARA OS SERVIDORES CARLISE PIERDORÁ, SABRINA SURDI, EDVANS PASQUAL E WOLMAR ERDMANN.

CONTRATADO: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA - EGEM

VALOR de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, caput e inciso II, e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 11 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

## **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 44/2018 - PMV**

Publicação Nº 1772668

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 44/2018 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 44/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 208/2018

HOMOLOGAÇÃO: 11/10/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO INTITULADO "COMO INSTITUIR E COBRAR AS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA" A SER MINISTRADO PELO EGEM – ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, NOS DIAS 22 E 23 DE OUTUBRO DE 2018, EM SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA OS SERVIDORES PATRICK FERRÃO CUSTÓDIO, RÔMULO MACHADO DE SOUZA E WOLMAR ERDMANN.

CONTRATADO: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA - EGEM

VALOR de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, caput e inciso II, e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 11 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2018 - PMV**

Publicação Nº 1772935

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2018 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 108/2018 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TUBOS DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO PARA ATENDER A MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE GALERIAS E REDES DE ESCOAMENTO PLUVIAL DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 09:00:00h do dia 29/10/2018, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 09:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034. Videira/SC, 11 de Outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

## **RESOLUÇÃO 024/2018-CMAS**

Publicação Nº 1772925

RESOLUÇÃO 024/2018-CMAS

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando, o disposto no art. 2º, VI, da Lei Municipal nº 162/1996, o qual cita "Art. 2º Respeitadas as competências exclusivas do

Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: [...] VI - acompanhar critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;

Considerando, a Resolução CEAS nº 13/2018, a qual aprovou valores, critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - FEAS/SC, para o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e Especial, e Benefícios Eventuais no exercício de 2018;

Considerando, a Resolução CEAS nº 16/2018 que retificou a Resolução CEAS nº 13/2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º. APROVAR nos termos da Ata 257/2018-CMAS, da Reunião Ordinária na data de 11/10/2018, o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, no valor de R\$ 55.555,56 (cinquenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta e seis centavos), e para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, no valor de R\$ 41.666,35 (quarenta e um mil e seiscentos e sessenta e seis reais e trinta e cinco centavos), a serem transferido para o FMAS referente ao ano de 2018, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido plano.

Art. 2º. Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 11 de outubro de 2018.

Jussara Zambom

Presidente do CMAS de Videira-SC

## **RESOLUÇÃO 025/2018-CMAS**

Publicação Nº 1772923

### **RESOLUÇÃO 025/2018-CMAS**

Dispõe sobre a aprovação do Censo do Sistema Único da Assistência Social (Suas) – Censo SUAS 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando, o Decreto nº 7.334/2010, o qual institui o Censo do Sistema Único de Assistência Social - Censo SUAS, e dá outras providências;

Considerando que o Censo SUAS tem a finalidade de coletar informações sobre os padrões dos serviços, programas e projetos de assistência social realizados no âmbito das unidades públicas de assistência social e das entidades e organizações constantes do cadastro da assistência social, bem como sobre a atuação dos Conselhos de Assistência Social;

Considerando, o Ofício Circular nº 5/2018/MDS/SNAS/DGSUAS/CGPVIS do Ministério de Desenvolvimento Social,

**RESOLVE:**

Art. 1º. APROVAR nos termos da Ata 257/2018-CMAS, da Reunião Ordinária na data de 11/10/2018, o Censo do Sistema Único da Assistência Social (Suas) – Censo SUAS, conforme o questionário preenchido pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 11 de outubro de 2018.

Jussara Zambom

Presidente do CMAS de Videira-SC

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2018

Publicação Nº 1772626

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 050/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADO: EXTRABRIT MINERACAO LTDA

CNPJ: 09.465.889/0001-57

OBJETO: SERVIÇO DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE CASCALHO NAS PEDREIRAS LOCALIZADA NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 50.400,00 (Cinquenta mil e quatrocentos reais).

PRAZO VIGÊNCIA: 11/10/2018 até 11/10/2019

Vitor Meireles – SC, 11 de outubro de 2018.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 231/2018

Publicação Nº 1772920

PORTARIANº 231/2018

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: OSMAR HOBOLD

Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 09/10/2018 a 23/10/2018, sendo que a partir desta data, se necessário, o servidor deverá ser encaminhado ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando o servidor licenciado pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 09 de outubro de 2018, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 11 DE OUTUBRO DE 2018.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

### TERMO DE CESSÃO DE DIREITO REAL USO Nº 002/2018

Publicação Nº 1772563

TERMO DE CESSÃO DE DIREITO REAL USO

AUTORIZADO PELA LEI Nº 1016/2018

Termo de Cessão de Direito Real de Uso que entre si celebram o Município de Vitor Meireles e a empresa Rohden S/A.

Pelo presente instrumento que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n. 79.372.520/0001-85, com sede à Rua Santa Catarina, n. 1122, bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Bento Francisco Silvy, denominado CESSIONÁRIO, e de outro, ROHDEN S/A, sociedade anônima de economia fechada, inscrita no CNPJ sob n. 86.323.268/0001-80, com sede à Rua Presidente Kennedy, n. 443, bairro Centro, município de Salete (SC), representada por seu Diretor Administrativo Genésio Rohden, doravante denominada CEDENTE, tem justo e acordado, mediante cláusulas e condições abaixo mencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo é a cessão, pela CEDENTE ao CESSIONÁRIO, do direito de exploração e uso de uma cascalheira, localizada e instalada em uma área de 5.500,00 m<sup>2</sup> (cinco mil e quinhentos metros quadrados), parte do imóvel de propriedade do CEDENTE, situada à localidade de Ribeirão Alto Ribeirão Fachinal, município de Vitor Meireles, matriculada no Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Getúlio, sob o n. 8.312.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O bem se destina a exploração e uso de uma cascalheira para fins de britagem e posterior uso nas estradas vicinais do Município de Vitor Meireles (SC).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

Obriga-se a CEDENTE:

- a) permitir o uso e a exploração da cascalheira pelo CESSIONÁRIO, nos limites do presente Termo de Cessão de Direito Real de Uso.
- b) permitir a retirada, pelo CESSIONÁRIO, da quantidade de cascalho necessária às atividades institucionais da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles;
- c) comunicar ao cessionário qualquer ato praticado por terceiro que implique em turbação, esbulho ou qualquer outra forma de restrição da exploração do imóvel.
- d) autorizar o CESSIONÁRIO a obter, junto aos órgãos competentes, todas as licenças, alvarás, permissões e quaisquer outros documentos necessários à regularização das atividades de exploração da cascalheira, ficando o município autorizado, desde já, através de seus representantes, a assinar quaisquer documentos necessários a tal desiderato.

#### CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

Obriga-se ao Cessionário

- a) utilizar o imóvel dentro dos limites do objeto do presente termo.
- b) não ceder a terceiros o direito que aqui lhes é concedido, sendo o mesmo de natureza intuitu personae.
- c) manter a área de exploração a salvo de qualquer ato de turbação ou esbulho por parte de terceiros.
- d) providenciar e obter todas as licenças, alvarás e quaisquer outros documentos necessários à autorização dos órgãos competentes para exploração da área, ficando o município, desde já, autorizado a assinar quaisquer documentos necessários a tal finalidade.
- e) realizar obras de condução de águas pluviais, a recomposição da vegetação, o cercamento e outras intervenções necessárias a garantir o bom uso e exploração da cascalheira, inclusive no que tange às obrigações decorrentes da legislação ambiental.
- f) realizar o carregamento do cascalho adquirido também pelos terceiros que o comprarem do cedente.
- g) responder, perante os órgãos competentes, por todas as responsabilidades legais decorrente da extração do material, nos termos do licenciamento ambiental relativo à atividade.
- h) sinalizar com placa a identificação da área, nome do proprietário, número da Autorização Ambiental.

#### CLÁUSULA QUINTA: DA NATUREZA DA CESSÃO.

A presente cessão de bem imóvel tem natureza absolutamente precária, sem idoneidade para acarretar quaisquer direitos a CEDENTE, seja de que espécie for, podendo ser rescindida a qualquer tempo pela Administração se o interesse público assim o exigir, sem que isto gere qualquer obrigação de indenizar em favor do cessionário.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS e DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução da presente Cessão de Direito Real de Uso, serão destinados recursos financeiros no montante aproximado de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pago em parcela única, no mês de outubro de 2018.

As despesas decorrentes da presente cessão de uso correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS

O valor acima mencionado será repassado mediante emissão de ordem bancária pelo CESSIONÁRIO para a conta corrente n. 3264-6, da agência 0378-6, do Banco Bradesco, de titularidade da empresa Genésio Rohden Fachinal Mineração Eirelli, que servirá como quitação do pagamento.

**CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA**

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará até a data de 28 de fevereiro de 2021, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, podendo ser prorrogado por igual período e denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse da administração pública, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS**

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Presidente Getúlio (SC) para dirimir as questões resultantes do presente contrato renunciando a qualquer outro.

Por se acharem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Vitor Meireles, 10 de outubro de 2018.  
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES por seu  
Prefeito Bento Francisco Silvy  
CONCESSIONÁRIO

ROHDEN S/A por seu Diretor Administrativo Genésio Rohden  
CONCEDENTE

Testemunhas:

Nome
CPF:
Nome:
CPF:

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PP 09-2018 FMS**

Publicação Nº 1772968

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITOR MEIRELES**

Pág 1 / 1

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 416 Ano - Minuta - Licitação: 2018 Número -  
Minuta - Licitação: 11 código Cliente: 416 ano Minuta: 2018 cota Credenciamento: 1**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****Pregão  
Para Aquisição de Bens  
9/2018  
Processo Administrativo: 11/2018**

Ao Sr(a). BENTO FRANCISCO SILVY tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 38/2017.

**Homologo**

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 9/2018, o(s) participante(s):

853925 - SRT NASCIMENTO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EPP						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	VEICULO TIPO VAN-MINIBUS ZERO KM CONFORME ESPECIFICACOES DO EDITAL	UN		1	R\$163.900,00	R\$163.900,00
Total do Fornecedor:						R\$163.900,00

					<b>Valor Total:</b>	163.900,00
--	--	--	--	--	---------------------	------------

Vitor Meireles, 11 de outubro de 2018

**BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito**

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0102/2018

Publicação Nº 1772337

#### AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PROCESSO Nº 0166/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0102/2018

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que está Reabrindo o prazo de Abertura do Pregão Presencial nº 0102/2018, tendo como objeto a Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços contínuos de mão de obra terceirizada em serviços de Limpeza e Conservação com Serviços Gerais para a Secretaria Municipal de Saúde no Município de Xanxerê, em virtude de Alterações no Edital e seus anexos. O recebimento das propostas passa a ser até as 08:45h, do dia 25/10/2018 no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital e Alterações no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 10 de outubro de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.



# Xavantina

## PREFEITURA

### DECRETO 245/2018

Publicação Nº 1772856

DECRETO Nº 245, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e conforme permissivo contido no Art. 4º, IV, "b" da Lei Municipal n. 1.625 de 22 de Novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.000,00(trinta e cinco mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.021 – Manter a Atenção Básica	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0002 – (CR 48)	
R\$ .....	35.000,00

Art. 2º Para atender a(s) suplementação(ões) do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração do superávit financeiro oriundo do exercício anterior na fonte de recursos 03.0002 – Superávit Impostos/Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 11 de Outubro de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

# Zortéa

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 107/2018 - DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR INTENSA CHUVA COM INUNDAÇÃO - COBRADE: 1.3.2.1.4, CONFORME IN/MI 02/2016**

Publicação Nº 1772388

DECRETO Nº 107/2018, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR INTENSA CHUVA COM INUNDAÇÃO - COBRADE: 1.3.2.1.4, CONFORME IN/MI 02/2016.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012, e CONSIDERANDO QUE:

- a) O Município de Zortéa, na data de hoje, 09 de Outubro de 2018, foi atingido por uma forte tempestade com grande volume de chuvas;
- b) Diversas residências do Município foram atingidas por chuvas e tiveram boa parte das casas com perda total e parcial;
- c) Houveram perdas consideráveis na infraestrutura do Município especialmente nos asfaltos das ruas, pontes e muros de prédios públicos;

#### DECRETA:

Art. 1º: Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Inundação – COBRADE: 1.3.2.1.4, conforme IN/MI nº 02/2016.

Art. 2º: Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre;

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 09 dias do mês de outubro de 2018.

ALCIDES MANTOVANI

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e publicado o presente Decreto em 09 de Outubro de 2018.

BIRAJARA CESA DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**DECRETO Nº 108/2018 - NOMEIA COMISSÃO PARA FINS DE AVALIAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS NO MUNICÍPIO EM RESIDÊNCIAS PARTICULARES E PRÉDIOS PÚBLICOS PELA ENCHENTE OCORRIDA EM OUTUBRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1772315

DECRETO Nº 108/2018 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA COMISSÃO PARA FINS DE AVALIAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS NO MUNICÍPIO EM RESIDÊNCIAS PARTICULARES E PRÉDIOS PÚBLICOS PELA ENCHENTE OCORRIDA EM OUTUBRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas Pela Lei Orgânica Municipal, em decorrência do Decreto n.º 107/2018 de 10 de outubro de 2018 que declara situação de emergência no Município,

**DECRETA**

Art. 1º: Fica nomeada através do presente Decreto, a Comissão de Engenheiros para fins de avaliação de habitabilidade ou interdição, danos materiais e financeiros causados pela enchente ocorrida em 09 e outubro de 2018, em residências particulares e prédios públicos, composta pelos seguintes membros:

JULIANA AÍSI BREGER CENCI – ENGENHEIRA CIVIL - AMPLASC

MARILÉIA FÁTIMA DE ALBUQUERQUE MUNIZ – ENGENHEIRA CIVIL – SERVIDORA MUNICIPAL DE ZORTÉA

RENATO DALMOLIN BAL BOSCO – ENGENHEIRO CIVIL – SERVIDOR ESTADUAL DA ADR

Art. 2º: A comissão acima nomeada deve proceder minuciosa avaliação das residências e prédios afetados, sendo que, em caso de possibilidade de concerto ou reforma do bem, deve proceder a estimativa de custo, e em caso de perda total da edificação, deve assim certificar e proceder também a avaliação de referido bem para fins de reconstrução em outra área que não seja de risco.

Art. 3º: Considerando a capacitação técnica dos membros ora nomeados, determino concomitantemente que os mesmos emitam parecer no tocante a possibilidade de manutenção das residências no local em que se encontram ou em sentido contrário, quanto a necessidade de remoção e interdição do local em virtude de risco presente e futuro.

Art. 4º: Referido Laudo deve ser emitido no prazo máximo de 10 dias.

Art. 5º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ALCIDES MANTOVANI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 11 de outubro de 2018.

BIRAJARA CESA DA SILVA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Publicação Nº 1772422

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Diagnóstico da Revisão do Plano Diretor de desenvolvimento do Município de Zortéa –SC

O Sr. Alcides Mantovani, Prefeito Municipal de Zortéa, cumprindo o que dispõe os incisos I, II e III, do artigo 34 e artigo 40, ambos da Lei Federal nº 10257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da cidade), torna público que, realizará Audiência Pública de Validação do Diagnóstico da Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Zortéa no dia 24 de outubro (quarta- feira) às 19:00 horas, no Auditório do Grupo Escolar Municipal Horizonte Núcleo I, ficando assim convocados todas as associações representativas dos vários segmentos da comunidade e todos os interessados da população em geral.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue desconhecimento, é expedido o presente Edital de Convocação, que será publicado na Imprensa Local e afixado na sede da Câmara de Vereadores, Prefeitura e em outros locais públicos, de forma a ser dada ao mesmo a mais ampla divulgação.

Zortéa, SC, 11 de Outubro de 2018.

Alcides Mantovani  
Prefeito Municipal

# Associações

## AMERIOS

### BALANCETE MENSAL AMERIOS - SETEMBRO - 2018

Publicação Nº 1772046

#### Associacao dos Municipios do Entre-Rios Balancete de Verificação de 01/09/2018 a 30/09/2018

Página: 1

Código	Classificação	Nome	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
19	01	ATIVO	2.025.074,19	152.917,56	136.007,57	2.041.984,18
27	01.01	ATIVO CIRCULANTE	547.461,86	152.917,56	136.007,57	564.371,85
35	01.01.01	DISPONIBILIDADES	547.455,86	152.685,85	135.769,86	564.371,85
43	01.01.01.01	BANCO DO BRASIL S.A AG 858-3 CTA 3315-4	20.932,03	149.404,80	135.769,86	34.566,97
51	01.01.01.03	CEF AG 1077 CTA 003.00001127-1	1.105,99	0,00	0,00	1.105,99
55	01.01.01.04	B.B AG 858-6 CTA 3315-4 Apl RF LP 30 Mil	132.648,32	1.282,66	0,00	133.930,98
5290	01.01.01.05	B.B AG 858-6 CTA 3315-4 Apl. RF LP 90 Mil	391.903,98	1.998,39	0,00	393.902,37
5347	01.01.01.06	B.B AG 858-6 C/3315-4 Poupança	865,54	0,00	0,00	865,54
110	01.01.02	Creditos	6,00	31,71	37,71	0,00
115	01.01.02.02	Valores a Restituir	6,00	31,71	37,71	0,00
167	01.01.04	ADIANTAMENTO A FUNCIONÁRIOS	0,00	200,00	200,00	0,00
175	01.01.04.01	Adiantamento p/ Viagens	0,00	200,00	200,00	0,00
345	01.02	ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.477.612,33	0,00	0,00	1.477.612,33
418	01.02.06	IMOBILIZADO	1.477.612,33	0,00	0,00	1.477.612,33
426	01.02.06.01	Imóveis	87.971,65	0,00	0,00	87.971,65
434	01.02.06.02	Móveis e Utensílios	153.699,00	0,00	0,00	153.699,00
442	01.02.06.03	Veículos	104.251,39	0,00	0,00	104.251,39
450	01.02.06.04	Máquinas e Equipamentos	19.155,91	0,00	0,00	19.155,91
469	01.02.06.05	Equipamento de Informática	110.884,38	0,00	0,00	110.884,38
477	01.02.06.08	Predio	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
3190	01.02.06.11	Demais Bens Moveis	1.650,00	0,00	0,00	1.650,00
507	02	PASSIVO	1.931.682,92	135.302,76	135.355,31	1.931.735,47
515	02.01	PASSIVO CIRCULANTE	77,96	135.302,76	135.355,31	130,51
531	02.01.02	FORNECEDORES	0,00	26.832,92	26.832,92	0,00
4073	02.01.02.04	Adyr Jorge Wildner	0,00	630,24	630,24	0,00
4081	02.01.02.05	Laudivan Palinski	0,00	70,00	70,00	0,00
4090	02.01.02.06	Geoterra Serviços Topograficos s/s Ltda	0,00	9.150,00	9.150,00	0,00
4111	02.01.02.08	Abastecedora FAE	0,00	1.278,40	1.278,40	0,00
4120	02.01.02.09	Patrimonial Segurança	0,00	259,30	259,30	0,00
4138	02.01.02.10	Celesc Distribuidora	0,00	1.335,51	1.335,51	0,00
4146	02.01.02.11	Casan	0,00	237,59	237,59	0,00
5762	02.01.02.116	Telefonica Brasil S.A	0,00	549,28	549,28	0,00
5835	02.01.02.123	Clinica Agostini Ltda	0,00	198,00	198,00	0,00
4162	02.01.02.13	Oi S.A	0,00	500,40	500,40	0,00
5940	02.01.02.131	BRDESCO SEGUROS S.A	0,00	2.253,06	2.253,06	0,00
5959	02.01.02.132	Cristiane Martim	0,00	18,00	18,00	0,00
4170	02.01.02.14	Infopoint Comercio de Equipamentos	0,00	1.645,08	1.645,08	0,00
4219	02.01.02.18	MHNET Telecomunicações Eireli	0,00	149,90	149,90	0,00
4383	02.01.02.27	Lairton Kreim E Cia Ltda	0,00	356,00	356,00	0,00
4448	02.01.02.33	Auto Mecanica Rieger Ltda	0,00	675,12	675,12	0,00
4480	02.01.02.37	Keli Fernanda Luiz	0,00	310,00	310,00	0,00
4537	02.01.02.42	Cooperativa Regional Auriverde	0,00	124,50	124,50	0,00
4774	02.01.02.54	Santa Catarina Informatica Ltda	0,00	306,07	306,07	0,00
5142	02.01.02.80	Arnildo Luiz Kollet Soc. Individual de Ad	0,00	6.786,47	6.786,47	0,00
558	02.01.03	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	77,96	42.207,58	42.260,13	130,51
566	02.01.03.01	Cofins , PIS e CSLL a Recolher	0,00	28,28	28,28	0,00
574	02.01.03.02	Cofins S/Rendimentos a Recolher	77,96	77,96	130,51	130,51
590	02.01.03.04	Irrf a Recolher	0,00	8.650,25	8.650,25	0,00
604	02.01.03.05	Inss a Recolher	0,00	26.091,55	26.091,55	0,00
612	02.01.03.06	Fgts a Recolher	0,00	6.529,06	6.529,06	0,00
625	02.01.03.08	Iss a Recolher	0,00	14,35	14,35	0,00
4618	02.01.03.09	Pis S/ Folha a Recolher	0,00	816,13	816,13	0,00
639	02.01.04	CONTAS A PAGAR	0,00	66.262,26	66.262,26	0,00
640	02.01.04.01	Salários	0,00	65.687,18	65.687,18	0,00
4340	02.01.04.12	Contribuição AABB	0,00	71,00	71,00	0,00
4359	02.01.04.13	Seguros de Vida	0,00	504,08	504,08	0,00
795	02.03	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.931.604,96	0,00	0,00	1.931.604,96
850	02.03.04	RESULTADOS SOCIAIS	1.931.604,96	0,00	0,00	1.931.604,96
875	02.03.04.03	Superávit/déficit do exercício	1.931.604,96	0,00	0,00	1.931.604,96
892	03	RECEITAS	(1.207.213,88)	0,00	152.655,68	(1.359.869,56)
906	03.01	CONTRIBUIÇÕES ASSOCIADOS	(1.187.992,11)	0,00	148.874,63	(1.336.866,74)
914	03.01.01	Município de Bom Jesus do Oeste	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
2160	03.01.01.01	Contribuições Mensais	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
922	03.01.02	Município de Caibi	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
2194	03.01.02.01	Contribuições Mensais	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
930	03.01.03	Município de Cunhataí	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
2224	03.01.03.01	Contribuições Mensais	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
949	03.01.04	Município de Cunha Porã	(63.140,21)	0,00	7.912,49	(71.052,70)

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor

11/10/2018 07:50:57

## Associação dos Municípios do Entre-Rios

### Balancete de Verificação de 01/09/2018 a 30/09/2018

Página: 2

Código	Classificação	Nome	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
2259	03.01.04.01	Contribuições Mensais	(63.140,21)	0,00	7.912,49	(71.052,70)
957	03.01.05	Município de Flor do Sertão	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
2283	03.01.05.01	Contribuições Mensais	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
965	03.01.06	Município de Iraceminha	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
2313	03.01.06.01	Contribuições Mensais	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
973	03.01.07	Município de Maravilha	(335.578,07)	0,00	42.053,36	(377.631,43)
2348	03.01.07.01	Contribuições Mensais	(335.578,07)	0,00	42.053,36	(377.631,43)
981	03.01.08	Município de Modelo	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
2372	03.01.08.01	Contribuições Mensais	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
990	03.01.09	Município de Palmitos	(72.288,19)	0,00	9.058,88	(81.347,07)
2402	03.01.09.01	Contribuições Mensais	(72.288,19)	0,00	9.058,88	(81.347,07)
1007	03.01.10	Município de Riqueza	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
2437	03.01.10.01	Contribuições Mensais	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
1010	03.01.11	Município de Salinho	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
2461	03.01.11.01	Contribuições Mensais	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
3204	03.01.12	Município de Saudades	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
3212	03.01.12.01	Contribuições Mensais	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
3263	03.01.13	Município de Sta Terezinha do Progresso	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
3271	03.01.13.01	Contribuições Mensais	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
3328	03.01.14	Município S.M. da Boa Vista	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
3336	03.01.14.01	Contribuições Mensais	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
3387	03.01.15	Município de Tigrinhos	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
3395	03.01.15.01	Contribuições Mensais	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
3441	03.01.16	Município Romelandia	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
3450	03.01.16.01	Contribuições Mensais	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
3506	03.01.17	Município de Campo Ere	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
3514	03.01.17.01	Contribuições Mensais	(51.213,26)	0,00	6.417,85	(57.631,11)
1040	03.05	OUTRAS RECEITAS	(3.500,00)	0,00	500,00	(4.000,00)
5436	03.05.01	OUTRAS RECEITAS	(3.500,00)	0,00	500,00	(4.000,00)
1080	03.05.01.08	Receitas Diversas	(3.500,00)	0,00	500,00	(4.000,00)
1147	03.06	RECEITAS PATRIMONIAIS	(15.721,77)	0,00	3.281,05	(19.002,82)
5444	03.06.01	RECEITAS PATRIMONIAIS	(15.721,77)	0,00	3.281,05	(19.002,82)
1155	03.06.01.03	Rendimentos de Aplicação	(15.721,77)	0,00	3.281,05	(19.002,82)
1252	04	CUSTOS E DESPESAS	(1.113.822,61)	135.798,24	0,00	(1.249.620,85)
1406	04.02	DESPESAS COM PESSOAL	(659.242,05)	81.613,33	0,00	(740.855,38)
5487	04.02.01	DESPESAS COM PESSOAL	(659.242,05)	81.613,33	0,00	(740.855,38)
1422	04.02.01.02	Ordenados e Salários	(591.559,46)	81.613,33	0,00	(673.172,79)
1449	04.02.01.04	Férias	(67.682,59)	0,00	0,00	(67.682,59)
3115	04.03	Obrigações Patronais	(215.911,99)	26.687,53	0,00	(242.599,52)
5495	04.03.01	OBRIGACOES PATRONAIS	(215.911,99)	26.687,53	0,00	(242.599,52)
1465	04.03.01.02	Inss	(156.825,31)	19.342,34	0,00	(176.167,65)
1473	04.03.01.03	Fgts	(52.739,32)	6.529,06	0,00	(59.268,38)
1481	04.03.01.04	Pis/Pasep	(6.347,36)	816,13	0,00	(7.163,49)
1546	04.04	FORNECEDOR / PRESTADOR TERCEIROS	(66.822,12)	6.810,69	0,00	(73.632,81)
5509	04.04.01	FORNECEDOR/PRESTADOR TERCEIROS	(66.822,12)	6.810,69	0,00	(73.632,81)
1550	04.04.01.01	Pessoa Física	(2.850,00)	0,00	0,00	(2.850,00)
1562	04.04.01.03	Pessoa Jurídica	(63.972,12)	6.810,69	0,00	(70.782,81)
1570	04.05	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(74.782,86)	7.781,11	0,00	(82.563,97)
5517	04.05.01	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(74.782,86)	7.781,11	0,00	(82.563,97)
1880	04.05.01.01	Luz	(11.516,07)	1.335,51	0,00	(12.851,58)
1885	04.05.01.02	Água e Esgoto	(1.521,14)	237,59	0,00	(1.758,73)
1902	04.05.01.03	Telefone	(8.492,10)	1.049,68	0,00	(9.541,78)
1589	04.05.01.04	Combustíveis	(4.135,98)	982,41	0,00	(5.118,39)
1597	04.05.01.05	Manutenção de Veículos	(829,38)	629,11	0,00	(1.458,49)
1915	04.05.01.06	Material de Escritório	(737,00)	0,00	0,00	(737,00)
1619	04.05.01.08	Manutenção Informática	(1.040,00)	230,00	0,00	(1.270,00)
1920	04.05.01.10	Material de Higiene e Limpeza	(4.042,48)	152,60	0,00	(4.195,08)
1990	04.05.01.11	Mantimentos para Copa	(2.801,32)	437,23	0,00	(3.238,55)
1985	04.05.01.12	Locação de Sistemas Informatizados	(3.040,00)	321,00	0,00	(3.361,00)
4650	04.05.01.17	Material de Expediente	(12.894,15)	356,00	0,00	(13.250,15)
1651	04.05.01.19	Viagens	(279,75)	0,00	0,00	(279,75)
1660	04.05.01.20	Inscrição em Cursos ,Seminarios e Eventos	(236,74)	0,00	0,00	(236,74)
4049	04.05.01.22	Vigilância e Monitoramento	(2.268,00)	287,00	0,00	(2.555,00)
4308	04.05.01.23	Despesas com Internet	(1.199,20)	149,90	0,00	(1.349,10)
4626	04.05.01.24	Despesas Serviços Grafica	(4.290,00)	0,00	0,00	(4.290,00)
4677	04.05.01.25	Despesas com Segurança de Trabalho	(1.512,00)	198,00	0,00	(1.710,00)
4723	04.05.01.26	Materiais Eletricos	(2.013,50)	0,00	0,00	(2.013,50)
4782	04.05.01.27	Serviços de Processamento de dados	(990,00)	0,00	0,00	(990,00)
4901	04.05.01.28	Material de Processamento de Dados	(169,20)	0,00	0,00	(169,20)

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor  
11/10/2018 07:50:57

# **Associacao dos Municipios do Entre-Rios** **Balancete de Verificação de 01/09/2018 a 30/09/2018**

Página: 3

Código	Classificação	Nome	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
4910	04.05.01.29	Serviços de Impressão de Copias	(9.196,42)	1.415,08	0,00	(10.611,50)
4928	04.05.01.30	Outros Materiais Consumo	(1.578,43)	0,00	0,00	(1.578,43)
1872	04.06	DESPESAS GERAIS	(92.750,11)	12.507,97	0,00	(105.258,08)
5576	04.06.01	DESPESAS GERAIS	(92.750,11)	12.507,97	0,00	(105.258,08)
1930	04.06.01.01	Manutenção e reparos	(2.776,14)	0,00	0,00	(2.776,14)
1980	04.06.01.02	Diversas	(1.445,00)	0,00	0,00	(1.445,00)
1925	04.06.01.04	Assinatura e Publicade jornais e revistas	(880,00)	0,00	0,00	(880,00)
1955	04.06.01.05	CREA/SC	(599,30)	0,00	0,00	(599,30)
1960	04.06.01.06	CAU/SC	(480,40)	0,00	0,00	(480,40)
1998	04.06.01.08	Assemb/Semin/Capac/Reuniões	(4.233,33)	164,91	0,00	(4.398,24)
4596	04.06.01.10	Despesas Topografia e Agrimensura	(73.200,00)	9.150,00	0,00	(82.350,00)
4847	04.06.01.12	Seguros	(3.518,22)	2.253,06	0,00	(5.771,28)
1935	04.06.01.20	Lanches e refeições	(52,29)	25,00	0,00	(77,29)
4669	04.06.01.32	Despesas com manutenção Jardim	(210,00)	70,00	0,00	(280,00)
4685	04.06.01.33	Despesa com Passagem	(1.042,73)	0,00	0,00	(1.042,73)
4693	04.06.01.34	Serv.de Man.,Lav. e Consertos em Veiculos	(490,00)	342,00	0,00	(832,00)
4960	04.06.01.36	Outros Serviços	(3.025,00)	310,00	0,00	(3.335,00)
5363	04.06.01.38	Despeass com certificado	(510,00)	0,00	0,00	(510,00)
5908	04.06.01.39	Hospedagem	(233,70)	193,00	0,00	(426,70)
5916	04.06.01.40	Despesas com Táxi em viagens	(34,00)	0,00	0,00	(34,00)
5924	04.06.01.41	Estacionamento	(20,00)	0,00	0,00	(20,00)
1686	04.12	MATERIAIS	(1.554,00)	0,00	0,00	(1.554,00)
5550	04.12.01	MATERIAIS	(1.554,00)	0,00	0,00	(1.554,00)
1767	04.12.01.08	Peças e acessórios para manutenção	(1.347,00)	0,00	0,00	(1.347,00)
1805	04.12.01.12	Outros materiais	(207,00)	0,00	0,00	(207,00)
1813	04.14	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(629,14)	130,51	0,00	(759,65)
5533	04.14.01	DESPESAS TRIBUTARIAS	(629,14)	130,51	0,00	(759,65)
1848	04.14.01.03	Tributos e Contribuições	(629,14)	130,51	0,00	(759,65)
2000	04.15	Tarifas Bancárias	(2.130,34)	267,10	0,00	(2.397,44)
5525	04.15.01	TARIFAS BANCARIAS	(2.130,34)	267,10	0,00	(2.397,44)
2011	04.15.01.02	Tarifas Bancárias	(2.130,34)	267,10	0,00	(2.397,44)

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA

Contador

CPF: 526.184.719-20

CRC: 1.SC/016887/0-4

RENALDO MUELLER

Presidente

CPF: 526.329.119-15

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor

11/10/2018 07:50:57





**LIVRO CAIXA MÊS DE SETEMBRO/2018**

Publicação Nº 1772048

**Associacao dos Municipios do Entre-Rios**  
**Livro Caixa nº 1 de 01/09/2018 a 30/09/2018**

Página: 1

Histórico	Chave	Contra	Entrada	Saída	Saldo atual
<b>43 - BB - 01.01.01.01 BANCO DO BRASIL S.A AG 858-3 CTA 3315-4</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>20.932,03C</b>
<b>05/09/2018</b>					
Valor recebido nesta data Clarice V.T. Niedermaier, seguro de vida descontado a menor mês 08/2018	16032276	115	6,00		20.938,03C
<b>06/09/2018</b>					
Valor Receitas Aluguel Sala ARIS Mês 09/2018	16032284	1080	500,00		21.438,03C
<b>11/09/2018</b>					
Valor Tarifas fornecimento de cheques	16032292	2011		66,00	21.372,03C
<b>14/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862828 CASAN SA	16031563	4146		237,59	21.134,44C
Pagamento CH Nº 862829 Auto Mecânica Rieger Ltda ME	16031660	4448		675,12	20.459,32C
Pagamento CH Nº 862830 Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda	16031709	4170		1.645,08	18.814,24C
Pagamento CH Nº 862833 Abastecedora Fae Ltda	16031741	4111		1.278,40	17.535,84C
Pagamento CH Nº 862827 Confis s/ rendimentos mês 08/2018	16031750	574		77,96	17.457,88C
Pagamento CH Nº 862831 Adyr Jorge Wildner	16031806	4073		630,24	16.827,64C
Pagamento CH Nº 862832 Cooperativa Regional Auriverde	16031814	4537		124,50	16.703,14C
<b>17/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862868 Telefonica Brasil SA Vivo	16032160	5762		549,28	16.153,86C
<b>20/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862834 p/ despesas de hospedagem e alimentação de Cristiane Martin e viagem a cidade de Treze Tílias para Reunião Col. Estadual de Assistência Social	16031504	175		200,00	15.953,86C
Pagamento CH Nº 862836 Clinica Agostini Ltda	16031520	5835		198,00	15.755,86C
Pagamento CH Nº 862837 Santa Catarina Informática Ltda	16031628	4774		306,07	15.449,79C
Pagamento CH Nº 862838 COFINS, PIS e CSSLL	16031636	566		14,93	15.434,86C
Valor Tarifas processamento de cheques	16032306	2011		9,20	15.425,66C
<b>24/09/2018</b>					
Pgto Fornecedor cfe. d/c Celesc SA	16032322	4138		1.335,51	14.090,15C
contribuição Bom Jesus do Oeste	16032330	2160	6.417,85		20.508,00C
contribuição Caibi	16032349	2194	6.417,85		26.925,85C
contribuição Campo Erê	16032357	3514	6.417,85		33.343,70C
contribuição Cunha Porã	16032365	2259	7.912,49		41.256,19C
contribuição Cunhataí	16032373	2224	6.417,85		47.674,04C
contribuição Flor do Sertão	16032381	2283	6.417,85		54.091,89C
contribuição Iraceminha	16032390	2313	6.417,85		60.509,74C
contribuição Maravilha	16032403	2348	42.053,36		102.563,10C
contribuição Modelo	16032411	2372	6.417,85		108.980,95C
contribuição Palmitos	16032420	2402	9.058,88		118.039,83C
contribuição Riqueza	16032438	2437	6.417,85		124.457,68C
contribuição Romelândia	16032446	3450	6.417,85		130.875,53C
contribuição Saltinho	16032454	2461	6.417,85		137.293,38C
contribuição Santa Terezinha do Progresso	16032462	3271	6.417,85		143.711,23C
contribuição São Miguel da Boa Vista	16032470	3336	6.417,85		150.129,08C
contribuição Saudades	16032489	3212	6.417,85		156.546,93C
contribuição Tigrinhos	16032497	3395	6.417,85		162.964,78C
Valor Tarifas convênio débito	16032519	2011		49,30	162.915,48C
<b>25/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862862 Patrimonial Segurança Ltda	16031385	4120		259,30	162.656,18C
Pagamento CH Nº 862864 ISS retido Patrimonial Segurança Ltda	16031393	625		14,35	162.641,83C
Pagamento CH Nº 862863 COFINS, PIS E CSLL retido Patrimonial Segurança Ltda	16031407	566		13,35	162.628,48C
Pagamento CH Nº 862865 Seguro de vida retido folha pagto mês 09/2018	16031415	4359		44,97	162.583,51C
Pagamento CH Nº 862866 Seguro de vida retido folha pagto mês 09/2018	16031423	4359		459,11	162.124,40C
Pagamento CH Nº 862867 contribuição AABB retido folha pagto mês 09/2018	16031431	4340		71,00	162.053,40C
Pagamento CH Nº 862861 Laudivan Palinski	16031458	4081		70,00	161.983,40C
Pagamento CH Nº 862860 Lairton Krein & Cia Ltda	16031474	4383		356,00	161.627,40C
Pagamento CH Nº 862859 Bradesco Seguros SA	16031490	5940		2.253,06	159.374,34C
Pagamento CH Nº 862835 Keli Fernanda Luiz	16031547	4480		310,00	159.064,34C
Pagamento CH Nº 862839 Geoterra Serviços Topográficos SS Ltda	16031580	4090		9.150,00	149.914,34C
Pagamento CH Nº 862858 Arnildo Luiz Kollet Soc. Ind. de Advocacia	16031857	5142		6.786,47	143.127,87C
Pagamento CH Nº 862840 Camila N.G. Rech	16031938	640		1.529,34	141.598,53C
Pagamento CH Nº 862841 Carline J. Hackenhaar	16031946	640		6.724,08	134.874,45C

**ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS**
 contábil SCI VISUAL Sucessor  
 11/10/2018 07:52:11



# **Associacao dos Municipios do Entre-Rios** **Livro Caixa nº 1 de 01/09/2018 a 30/09/2018**

Página: 2

Histórico	Chave	Contra	Entrada	Saída	Saldo atual
<b>25/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862842 Clarice V. T. Niedermaier	16031954	640		6.585,95	128.288,50C
Pagamento CH Nº 862843 Cristiane Martim	16031962	640		1.929,16	126.359,34C
Pagamento CH Nº 862844 Daiane K. Scherer	16031970	640		1.529,34	124.830,00C
Pagamento CH Nº 862845 Fabiane Galera	16031989	640		3.606,73	121.223,27C
Pagamento CH Nº 862846 Karine S. Muller	16031997	640		2.513,35	118.709,92C
Pagamento CH Nº 862847 Lovete de Assis	16032004	640		3.620,18	115.089,74C
Pagamento CH Nº 862848 Marilize C.K. Todescatto	16032012	640		6.709,09	108.380,65C
Pagamento CH Nº 862849 Rafael C. Basso	16032020	640		6.619,80	101.760,85C
Pagamento CH Nº 862850 Roseli K. Franz	16032039	640		1.125,61	100.635,24C
Pagamento CH Nº 862851 Sandra S. Garcia	16032047	640		2.474,78	98.160,46C
Pagamento CH Nº 862852 Vinicius L. Schneider	16032055	640		1.529,34	96.631,12C
Pagamento CH Nº 862853 Evelise R. Brandt	16032063	640		528,30	96.102,82C
Pagamento CH Nº 862854 Leandra F. Boita	16032071	640		6.619,80	89.483,02C
Pagamento CH Nº 862855 Glauber S. Gandolfi	16032080	640		4.544,85	84.938,17C
Pagamento CH Nº 862856 Mayane Hack	16032098	640		6.619,80	78.318,37C
Pagamento CH Nº 862857 Tatiane F. M. Staudt	16032101	640		877,68	77.440,69C
Pagamento CH Nº 862857 Tatiane F. M. Staudt - Salário Família	16032110	115		31,71	77.408,98C
VALOR SEGURO VIDA Francisco Valdeci de Almeida - CIGAMERIOS	16032128	4359	24,17		77.433,15C
Pagamento CH Nº 862869 Oi SA	16032187	4162		500,40	76.932,75C
Pagamento CH Nº 862871 FGTS mês 09/2018	16032209	612		6.529,06	70.403,69C
Pagamento CH Nº 862873 PIS folha pagto mês 09/2018	16032225	4618		816,13	69.587,56C
Pagamento CH Nº 862872 IRRF retido folha pagto mês 09/2018	16032233	590		8.650,25	60.937,31C
Pagamento CH Nº 862870 GPS mês 09/2018	16032241	604		26.059,84	34.877,47C
Valor Tarifas processamento de cheques	16032500	2011		59,80	34.817,67C
Pagamento CH Nº 862876 Hospedagem de Cristiane Martin (parcial) - Hotel Tirol Ltda EPP	16032560	5959		18,00	34.799,67C
<b>26/09/2018</b>					
Valor Tarifas processamento de cheque	16032608	2011		4,60	34.795,07C
<b>27/09/2018</b>					
Valor Tarifas processamento de cheques	16032527	2011		64,40	34.730,67C
<b>28/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862875 MHNET Telecomunicações EIRELI	16032268	4219		149,90	34.580,77C
Valor Tarifas processamento de cheque	16032616	2011		13,80	34.566,97C
<b>Total mês:</b>			<b>149.404,80</b>	<b>135.769,86</b>	
<b>55 - APLICONTBB - 01.01.01.04 B.B AG 858-6 CTA 3315-4 Apl RF LP 30 Mil</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>132.648,32C</b>
<b>03/09/2018</b>					
Valor Rendimento BB R fixa LP 30mil mês 08/2018	16032594	1155	625,82		133.274,14C
<b>28/09/2018</b>					
Valor Rendimento BB R fixa LP 30mil	16032578	1155	656,84		133.930,98C
<b>Total mês:</b>			<b>1.282,66</b>	<b>0,00</b>	
<b>5290 - APLICARF90 - 01.01.01.05 B.B AG 858-6 CTA 3315-4 Apl. RF LP 90 Mil</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>391.903,98C</b>
<b>28/09/2018</b>					
Valor Rendimento BB R fixa LP 90mil	16032586	1155	1.998,39		393.902,37C
<b>Total mês:</b>			<b>1.998,39</b>	<b>0,00</b>	
<b>115 - VALRES - 01.01.02.02 Valores a Restituir</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>6,00C</b>
<b>05/09/2018</b>					
Valor recebido nesta data Clarice V.T. Niedermaier, seguro de vida descontado a menor mês 08/2018	16032276	43		6,00	0,00
<b>25/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862857 Tatiane F. M. Staudt - Salário Família	16032110	43	31,71		31,71C
Compensação Salário Família mês Tatiane F.M. Staudt	16032136	604		31,71	0,00
<b>Total mês:</b>			<b>31,71</b>	<b>37,71</b>	
<b>175 - ADDVGM - 01.01.04.01 Adiantamento p/ Viagens</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>20/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862834 p/ despesas de hospedagem e alimentação de Cristiane Martin e viagem a cidade de Treze Tilias para Reunião Col. Estadual de Assistência Social	16031504	43	200,00		200,00C
<b>24/09/2018</b>					
Valor. NF nr 928 Refeição de Cristiane Martin - Restaurante e Pizzaria DAG Ltda ME	16032535	1935		25,00	175,00C

**ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS**contábil SCI VISUAL Sucessor  
11/10/2018 07:52:11

# **Associacao dos Municipios do Entre-Rios** **Livro Caixa nº 1 de 01/09/2018 a 30/09/2018**

Página: 3

Histórico	Chave	Contra	Entrada	Saída	Saldo atual
<b>25/09/2018</b>					
Valor. NF nr 10639 Hospedagem de Cristiane Martin (parcial) - Hotel Tirol Ltda EPP	16032543	5908		175,00	0,00
<b>Total mês:</b>			<b>200,00</b>	<b>200,00</b>	
<b>4073 - ADYR - 02.01.02.04 Adyr Jorge Wildner</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>03/09/2018</b>					
Compras Cfe. NF 15935: 09 pct de biscoitos para cursos de capacitação	16031768	1998		40,41	40,41D
Compras Cfe. NF 15936: 16 pct de papel higienico, 04 pct de sacos de lixo de 15 l. 02 pct saco de lixo 10l e 02 rodos.	16031776	1920		152,60	193,01D
Compras Cfe. NF 15937: 08 bombonas de agua mineral 20l, 01 filtro bomba mate, 02 pct anis, 01 cx fosforo(10 un), 01 pct de toalha papel (6 rolos) 24 agua mineral (500ml), 08 pct chá, 04 pct guardanapo, 15 kg erna	16031792	1990		437,23	630,24D
<b>14/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862831 Adyr Jorge Wildner	16031806	43	630,24		0,00
<b>Total mês:</b>			<b>630,24</b>	<b>630,24</b>	
<b>4081 - FLAU - 02.01.02.05 Laudivan Palinski</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>17/09/2018</b>					
Serviços Prestados NF 505 manutenção jardim	16031440	4669		70,00	70,00D
<b>25/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862861 Laudivan Palinski	16031458	43	70,00		0,00
<b>Total mês:</b>			<b>70,00</b>	<b>70,00</b>	
<b>4090 - FGEOTERRA - 02.01.02.06 Geoterra Serviços Topograficos s/s Ltda</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>11/09/2018</b>					
Serviços Prestados NF 48 topografia a agrimensura	16031571	4596		9.150,00	9.150,00D
<b>25/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862839 Geoterra Serviços Topográficos SS Ltda	16031580	43	9.150,00		0,00
<b>Total mês:</b>			<b>9.150,00</b>	<b>9.150,00</b>	
<b>4111 - FABAST - 02.01.02.08 Abastecedora FAE</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>03/09/2018</b>					
Serviços Prestados NF 48 03 lavagem de veículos	16031717	4693		57,00	57,00D
<b>11/09/2018</b>					
Valor. NF nr 34757 04 lt de óleo 5w30, 01 filtro de óleo, 01 filtro de ar, 01 aditivo pra radiador e 01 hipervisão antineblina	16031725	1597		238,99	295,99D
Valor. NF nr 34757 225,373 lt de gasolina comum.	16031733	1589		982,41	1.278,40D
<b>14/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862833 Abastecedora Fae Ltda	16031741	43	1.278,40		0,00
<b>Total mês:</b>			<b>1.278,40</b>	<b>1.278,40</b>	
<b>4120 - FPATRIM - 02.01.02.09 Patrimonial Segurança</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>20/09/2018</b>					
Serviços Prestados NF 244499 vigilância eletrônica sede AMERIOS	16031377			259,30	259,30D
<b>25/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862862 Patrimonial Segurança Ltda	16031385	43	259,30		0,00
<b>Total mês:</b>			<b>259,30</b>	<b>259,30</b>	
<b>4138 - FCELESC - 02.01.02.10 Celesc Distribuidora</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>03/09/2018</b>					
Valor Fatura energia elétrica mês 09/2018	16032314	1880		1.335,51	1.335,51D
<b>24/09/2018</b>					
Pgto Fornecedor cfe. d/c Celesc SA	16032322	43	1.335,51		0,00
<b>Total mês:</b>			<b>1.335,51</b>	<b>1.335,51</b>	
<b>4146 - FCASAM - 02.01.02.11 Casan</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>14/09/2018</b>					
Valor Fatura água mês 06/2018	16031555	1885		237,59	237,59D
Pagamento CH Nº 862828 CASAN SA	16031563	43	237,59		0,00
<b>Total mês:</b>			<b>237,59</b>	<b>237,59</b>	
<b>5762 - VIVO - 02.01.02.116 Telefonica Brasil S.A</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>17/09/2018</b>					
Valor Fatura plano celular VIVO mês 09/2018	16032152	1902		549,28	549,28D
Pagamento CH Nº 862868 Telefonica Brasil SA Vivo	16032160	43	549,28		0,00
<b>Total mês:</b>			<b>549,28</b>	<b>549,28</b>	

**ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS**contábil SCI VISUAL Sucessor  
11/10/2018 07:52:11

**Associação dos Municípios do Entre-Rios**  
Livro Caixa nº 1 de 01/09/2018 a 30/09/2018

Página: 4

Histórico	Chave	Contra	Entrada	Saída	Saldo atual
<b>5835 - CLINICA AGOSTINI - 02.01.02.123 Clinica Agostini Ltda</b>			<b>Saldo anterior:</b>		<b>0,00</b>
<b>11/09/2018</b>					
Serviços Prestados NF 116 atendimento em medicina e segurança do trabalho mês 08/2018	16031512	4677		198,00	198,00D
<b>20/09/2018</b>					
Pagamento CH N° 862836 Clinica Agostini Ltda	16031520	43	198,00		0,00
<b>Total mês:</b>			<b>198,00</b>	<b>198,00</b>	
<b>4162 - OI - 02.01.02.13 Oi S.A</b>			<b>Saldo anterior:</b>		<b>0,00</b>
<b>25/09/2018</b>					
Valor Fatura telefone fixo mês 09/2018	16032179	1902		500,40	500,40D
Pagamento CH N° 862869 Oi SA	16032187	43	500,40		0,00
<b>Total mês:</b>			<b>500,40</b>	<b>500,40</b>	
<b>5940 - BRADESCO - 02.01.02.131 BRADESCO SEGUROS S.A.</b>			<b>Saldo anterior:</b>		<b>0,00</b>
<b>14/09/2018</b>					
VALOR SEGURO VEICULO SIENA PLACAS QHN6006	16031482	4847		2.253,06	2.253,06D
<b>25/09/2018</b>					
Pagamento CH N° 862859 Bradesco Seguros SA	16031490	43	2.253,06		0,00
<b>Total mês:</b>			<b>2.253,06</b>	<b>2.253,06</b>	
<b>5959 - CRIS - 02.01.02.132 Cristiane Martim</b>			<b>Saldo anterior:</b>		<b>0,00</b>
<b>25/09/2018</b>					
Valor. NF nr 10639 Hospedagem de Cristiane Martin (parcial) - Hotel Tirol Ltda EPP	16032551	5908		18,00	18,00D
Pagamento CH N° 862876 Hospedagem de Cristiane Martin (parcial) - Hotel Tirol Ltda EPP	16032560	43	18,00		0,00
<b>Total mês:</b>			<b>18,00</b>	<b>18,00</b>	
<b>4170 - FINFOPPOINT - 02.01.02.14 Infopoint Comercio de Equipamentos</b>			<b>Saldo anterior:</b>		<b>0,00</b>
<b>03/09/2018</b>					
Serviços Prestados NF 7856: 02 configurações de software e 01 configuração via acesso remoto	16031687	1619		230,00	230,00D
Serviços Prestados NF 7856: 5800 cópias Engenharia, 369 Jurídico, 151 fiscalização e 497 administração.	16031695	4910		1.415,08	1.645,08D
<b>14/09/2018</b>					
Pagamento CH N° 862830 Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda	16031709	43	1.645,08		0,00
<b>Total mês:</b>			<b>1.645,08</b>	<b>1.645,08</b>	
<b>4219 - FMHNET - 02.01.02.18 MHNET Telecomunicações Eireli</b>			<b>Saldo anterior:</b>		<b>0,00</b>
<b>28/09/2018</b>					
Serviços Prestados NF 5303 internet mês 09/2018	16032250	4308		149,90	149,90D
Pagamento CH N° 862875 MHNET Telecomunicações EIRELI	16032268	43	149,90		0,00
<b>Total mês:</b>			<b>149,90</b>	<b>149,90</b>	
<b>4383 - LAIRON - 02.01.02.27 Lairton Kreim E Cia Ltda</b>			<b>Saldo anterior:</b>		<b>0,00</b>
<b>20/09/2018</b>					
Compras Cfe. NF 32421 cx clips, 9 adesivos batiki, 12 caneta pilot, 3 marca texto, 2 caneta faiber ice, 2 canetas acril fine, 2 láis faber, 50 caneta bic, 50 envelopes, 3 adesivo marca pag. 5 adesivo color neon, 1	16031466	4650		356,00	356,00D
<b>25/09/2018</b>					
Pagamento CH N° 862860 Lairton Kreim & Cia Ltda	16031474	43	356,00		0,00
<b>Total mês:</b>			<b>356,00</b>	<b>356,00</b>	
<b>4448 - RIEGER - 02.01.02.33 Auto Mecanica Rieger Ltda</b>			<b>Saldo anterior:</b>		<b>0,00</b>
<b>03/09/2018</b>					
Aquisição peças reposição veículo SIENA PLACAS QHN6006: 01 palheta cúbica, 01 parafuso, 01 filtro ar condicionado, 04 velas ignição e 01 filtro combustível	16031644	1597		390,12	390,12D
Serviços Prestados NF 948 reposição de peças, geometria, balanceamento e conserto de rodaSIENA PLACAS QHN6006:	16031652	4693		285,00	675,12D
<b>14/09/2018</b>					
Pagamento CH N° 862829 Auto Mecânica Rieger Ltda ME	16031660	43	675,12		0,00
<b>Total mês:</b>			<b>675,12</b>	<b>675,12</b>	
<b>4480 - KELI - 02.01.02.37 Keli Fernanda Luiz</b>			<b>Saldo anterior:</b>		<b>0,00</b>
<b>11/09/2018</b>					
Serviços Prestados NF 286 ginastica laboral mês 09/2018	16031539	4960		310,00	310,00D
<b>25/09/2018</b>					

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor  
11/10/2018 07:52:11

**Associacao dos Municipios do Entre-Rios**  
**Livro Caixa nº 1 de 01/09/2018 a 30/09/2018**

Página: 5

Histórico	Chave	Contra	Entrada	Saída	Saldo atual
<b>25/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862835 Keli Fernanda Luiz	16031547	43	310,00		0,00
	<b>Total mês:</b>		<b>310,00</b>	<b>310,00</b>	
<b>4537 - COOPER - 02.01.02.42 Cooperativa Regional Auriverde</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>10/09/2018</b>					
Compras Cfe. NF 58106 150 salgados fritos e 50 sonhos adams	16031679	1998		124,50	124,50D
<b>14/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862832 Cooperativa Regional Auriverde	16031814	43	124,50		0,00
	<b>Total mês:</b>		<b>124,50</b>	<b>124,50</b>	
<b>4774 - SCI - 02.01.02.54 Santa Catarina Informatica Ltda</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>20/09/2018</b>					
Serviços Prestados NF 328186 Locação de sistema de folha e contabilidade mês 08/2018	16031610			306,07	306,07D
Pagamento CH Nº 862837 Santa Catarina Informática Ltda	16031628	43	306,07		0,00
	<b>Total mês:</b>		<b>306,07</b>	<b>306,07</b>	
<b>5142 - KOLLET - 02.01.02.80 Arnildo Luiz Kollet Soc. Individual de Ad</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>14/09/2018</b>					
Serviços Prestados NF 20180000024- Assessoria Jurídica	16031849			6.786,47	6.786,47D
<b>25/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862858 Arnildo Luiz Kollet Soc. Ind. de Advocacia	16031857	43	6.786,47		0,00
	<b>Total mês:</b>		<b>6.786,47</b>	<b>6.786,47</b>	
<b>566 - PISCOFINSCLLPGR - 02.01.03.01 Cofins , PIS e CSLL a Recolher</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>20/09/2018</b>					
Cofins PIS e CSLL NF 244499 vigilância eletrônica sede AMERIOS	16031369			13,35	13,35D
Cofins PIS e CSLL retida NF 321677 Locação de sistema de folha e contabilidade mês 09/2018	16031601			14,93	28,28D
Pagamento CH Nº 862838 COFINS, PIS e CSLL	16031636	43	14,93		13,35D
<b>25/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862863 COFINS, PIS E CSLL retido Patrimonial Segurança Ltda	16031407	43	13,35		0,00
	<b>Total mês:</b>		<b>28,28</b>	<b>28,28</b>	
<b>574 - COFINSPGR - 02.01.03.02 Cofins S/Rendimentos a Recolher</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>77,96D</b>
<b>14/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862827 Confis s/ rendimentos mês 08/2018	16031750	43	77,96		0,00
<b>28/09/2018</b>					
Cofins sobre rendimentos de aplicação financeira mês 09/2018.	16032624	1848		130,51	130,51D
	<b>Total mês:</b>		<b>77,96</b>	<b>130,51</b>	
<b>590 - IRFPFPGR - 02.01.03.04 Irrf a Recolher</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>25/09/2018</b>					
Imposto de Renda Retido na Fonte retido funcionários folha pago mês 09/2018 Amerios	16031881			8.650,25	8.650,25D
Pagamento CH Nº 862872 IRRF retido folha pago mês 09/2018	16032233	43	8.650,25		0,00
	<b>Total mês:</b>		<b>8.650,25</b>	<b>8.650,25</b>	
<b>604 - INSSPGR - 02.01.03.05 Inss a Recolher</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>25/09/2018</b>					
Inss retido funcionários folha pago mês 09/2018 Amerios	16031873			6.749,21	6.749,21D
Compensação Salário Família mês Tatiane F.M. Staudt	16032136	115	31,71		6.717,50D
Inss funcionários mês 09/2018	16032144	1465		19.342,34	26.059,84D
Pagamento CH Nº 862870 GPS mês 09/2018	16032241	43	26.059,84		0,00
	<b>Total mês:</b>		<b>26.091,55</b>	<b>26.091,55</b>	
<b>612 - FGTPGR - 02.01.03.06 Fgts a Recolher</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>25/09/2018</b>					
Fgts Mês 09/2018	16032195	1473		6.529,06	6.529,06D
Pagamento CH Nº 862871 FGTS mês 09/2018	16032209	43	6.529,06		0,00
	<b>Total mês:</b>		<b>6.529,06</b>	<b>6.529,06</b>	
<b>625 - ISSPGR - 02.01.03.08 Iss a Recolher</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>20/09/2018</b>					
ISQN NF 244499 vigilância eletrônica sede AMERIOS	16031350			14,35	14,35D
<b>25/09/2018</b>					

**ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS**contábil SCI VISUAL Sucessor  
11/10/2018 07:52:11

## Associação dos Municípios do Entre-Rios

### Livro Caixa nº 1 de 01/09/2018 a 30/09/2018

Página: 6

Histórico	Chave	Contra	Entrada	Saída	Saldo atual
<b>25/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862864 ISS retido Patrimonial Segurança Ltda	16031393	43	14,35		0,00
	<b>Total mês:</b>		<b>14,35</b>	<b>14,35</b>	
<b>4618 - PGTOPIIS - 02.01.03.09 Pis S/ Folha a Recolher</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>25/09/2018</b>					
Pis folha pagto mês 09/2018	16032217	1481		816,13	816,13D
Pagamento CH Nº 862873 PIS folha pagto mês 09/2018	16032225	43	816,13		0,00
	<b>Total mês:</b>		<b>816,13</b>	<b>816,13</b>	
<b>640 - SALPGR - 02.01.04.01 Salários</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>25/09/2018</b>					
Folha Pgto mês 09/2018 Amerios	16031920			65.687,18	65.687,18D
Pagamento CH Nº 862840 Camila N.G. Rech	16031938	43	1.529,34		64.157,84D
Pagamento CH Nº 862841 Carline J. Hackenhaar	16031946	43	6.724,08		57.433,76D
Pagamento CH Nº 862842 Clarice V. T. Niedermaier	16031954	43	6.585,95		50.847,81D
Pagamento CH Nº 862843 Cristiane Martim	16031962	43	1.929,16		48.918,65D
Pagamento CH Nº 862844 Daiane K. Scherer	16031970	43	1.529,34		47.389,31D
Pagamento CH Nº 862845 Fabiane Galera	16031989	43	3.606,73		43.782,58D
Pagamento CH Nº 862846 Karine S. Muller	16031997	43	2.513,35		41.269,23D
Pagamento CH Nº 862847 Lovete de Assis	16032004	43	3.620,18		37.649,05D
Pagamento CH Nº 862848 Marlize C.K. Todescatto	16032012	43	6.709,09		30.939,96D
Pagamento CH Nº 862849 Rafael C. Basso	16032020	43	6.619,80		24.320,16D
Pagamento CH Nº 862850 Roseli K. Franz	16032039	43	1.125,61		23.194,55D
Pagamento CH Nº 862851 Sandra S. Garcia	16032047	43	2.474,78		20.719,77D
Pagamento CH Nº 862852 Vinicius L. Schneider	16032055	43	1.529,34		19.190,43D
Pagamento CH Nº 862853 Evelise R. Brandt	16032063	43	528,30		18.662,13D
Pagamento CH Nº 862854 Leandra F. Boita	16032071	43	6.619,80		12.042,33D
Pagamento CH Nº 862855 Glauber S. Gandolfi	16032080	43	4.544,85		7.497,48D
Pagamento CH Nº 862856 Mayane Hack	16032098	43	6.619,80		877,68D
Pagamento CH Nº 862857 Tatiane F. M. Staudt	16032101	43	877,68		0,00
	<b>Total mês:</b>		<b>65.687,18</b>	<b>65.687,18</b>	
<b>4340 - AABB - 02.01.04.12 Contribuição AABB</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>25/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862867 contribuição AABB retido folha pagto mês 09/2018	16031431	43	71,00		71,00C
Retenção AABB funcionários folha pagto mês 09/2018 Amerios	16031911			71,00	0,00
	<b>Total mês:</b>		<b>71,00</b>	<b>71,00</b>	
<b>4359 - SEGVIDA - 02.01.04.13 Seguros de Vida</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>0,00</b>
<b>14/09/2018</b>					
VALOR SEGURO VIDA retido NF 20180000024- Assessoria Jurídica	16031830			24,22	24,22D
<b>25/09/2018</b>					
Pagamento CH Nº 862865 Seguro de vida retido folha pagto mês 09/2018	16031415	43	44,97		20,75C
Pagamento CH Nº 862866 Seguro de vida retido folha pagto mês 09/2018	16031423	43	459,11		479,86C
VALOR SEGURO VIDA retido funcionários folha pagto mês 09/2018 Amerios	16031890			44,97	434,89C
VALOR SEGURO VIDA retido funcionários folha pagto mês 09/2018 Amerios	16031903			410,72	24,17C
VALOR SEGURO VIDA Francisco Valdeci de Almeida - CIGAMERIOS	16032128	43		24,17	0,00
	<b>Total mês:</b>		<b>504,08</b>	<b>504,08</b>	
<b>2160 - PMBJOCONTRMEN - 03.01.01.01 Contribuições Mensais</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>51.213,26D</b>
<b>24/09/2018</b>					
contribuição Bom Jesus do Oeste	16032330	43		6.417,85	57.631,11D
	<b>Total mês:</b>		<b>0,00</b>	<b>6.417,85</b>	
<b>2194 - PMCCONTRMEN - 03.01.02.01 Contribuições Mensais</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>51.213,26D</b>
<b>24/09/2018</b>					
contribuição Caibi	16032349	43		6.417,85	57.631,11D
	<b>Total mês:</b>		<b>0,00</b>	<b>6.417,85</b>	
<b>2224 - PMCUNHCONTRMEN - 03.01.03.01 Contribuições Mensais</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>51.213,26D</b>
<b>24/09/2018</b>					
contribuição Cunhatai	16032373	43		6.417,85	57.631,11D
	<b>Total mês:</b>		<b>0,00</b>	<b>6.417,85</b>	
<b>2259 - PMPCCONTCUNHAPORA - 03.01.04.01 Contribuições Mensais</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>63.140,21D</b>

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor  
11/10/2018 07:52:11

# **Associacao dos Municipios do Entre-Rios** **Livro Caixa nº 1 de 01/09/2018 a 30/09/2018**

Página: 7

Histórico	Chave	Contra	Entrada	Saída	Saldo atual
<b>24/09/2018</b>					
contribuição Cunha Porã	16032365	43		7.912,49	71.052,70D
	<b>Total mês:</b>		<b>0,00</b>	<b>7.912,49</b>	
<b>2283 - PMFLORCONTRMEN - 03.01.05.01 Contribuições Mensais</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>51.213,26D</b>
<b>24/09/2018</b>					
contribuição Flor do Sertão	16032381	43		6.417,85	57.631,11D
	<b>Total mês:</b>		<b>0,00</b>	<b>6.417,85</b>	
<b>2313 - PMIRACONTRMEN - 03.01.06.01 Contribuições Mensais</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>51.213,26D</b>
<b>24/09/2018</b>					
contribuição Iraceminha	16032390	43		6.417,85	57.631,11D
	<b>Total mês:</b>		<b>0,00</b>	<b>6.417,85</b>	
<b>2348 - PMMHCONTRMEN - 03.01.07.01 Contribuições Mensais</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>335.578,07D</b>
<b>24/09/2018</b>					
contribuição Maravilha	16032403	43		42.053,36	377.631,43D
	<b>Total mês:</b>		<b>0,00</b>	<b>42.053,36</b>	
<b>2372 - PMMLACONTRMEN - 03.01.08.01 Contribuições Mensais</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>51.213,26D</b>
<b>24/09/2018</b>					
contribuição Modelo	16032411	43		6.417,85	57.631,11D
	<b>Total mês:</b>		<b>0,00</b>	<b>6.417,85</b>	
<b>2402 - PMPALCONTRMEN - 03.01.09.01 Contribuições Mensais</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>72.288,19D</b>
<b>24/09/2018</b>					
contribuição Palmitos	16032420	43		9.058,88	81.347,07D
	<b>Total mês:</b>		<b>0,00</b>	<b>9.058,88</b>	
<b>2437 - PMRICONTRMEN - 03.01.10.01 Contribuições Mensais</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>51.213,26D</b>
<b>24/09/2018</b>					
contribuição Riqueza	16032438	43		6.417,85	57.631,11D
	<b>Total mês:</b>		<b>0,00</b>	<b>6.417,85</b>	
<b>2461 - PMSACONTRMEN - 03.01.11.01 Contribuições Mensais</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>51.213,26D</b>
<b>24/09/2018</b>					
contribuição Saltinho	16032454	43		6.417,85	57.631,11D
	<b>Total mês:</b>		<b>0,00</b>	<b>6.417,85</b>	
<b>3212 - PMSDCONTRMEN - 03.01.12.01 Contribuições Mensais</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>51.213,26D</b>
<b>24/09/2018</b>					
contribuição Saudades	16032489	43		6.417,85	57.631,11D
	<b>Total mês:</b>		<b>0,00</b>	<b>6.417,85</b>	
<b>3271 - PMSTACONTRMEN - 03.01.13.01 Contribuições Mensais</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>51.213,26D</b>
<b>24/09/2018</b>					
contribuição Santa Terezinha do Progresso	16032462	43		6.417,85	57.631,11D
	<b>Total mês:</b>		<b>0,00</b>	<b>6.417,85</b>	
<b>3336 - PMSMBVCONTRMEN - 03.01.14.01 Contribuições Mensais</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>51.213,26D</b>
<b>24/09/2018</b>					
contribuição São Miguel da Boa Vista	16032470	43		6.417,85	57.631,11D
	<b>Total mês:</b>		<b>0,00</b>	<b>6.417,85</b>	
<b>3395 - PMTGCONTRMEN - 03.01.15.01 Contribuições Mensais</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>51.213,26D</b>
<b>24/09/2018</b>					
contribuição Tigrinhos	16032497	43		6.417,85	57.631,11D
	<b>Total mês:</b>		<b>0,00</b>	<b>6.417,85</b>	
<b>3450 - PMROCONTRMEN - 03.01.16.01 Contribuições Mensais</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>51.213,26D</b>
<b>24/09/2018</b>					
contribuição Romelândia	16032446	43		6.417,85	57.631,11D
	<b>Total mês:</b>		<b>0,00</b>	<b>6.417,85</b>	
<b>3514 - PMCECONTRMEN - 03.01.17.01 Contribuições Mensais</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>51.213,26D</b>
<b>24/09/2018</b>					
contribuição Campo Erê	16032357	43		6.417,85	57.631,11D
	<b>Total mês:</b>		<b>0,00</b>	<b>6.417,85</b>	
<b>1080 - RECDIV - 03.05.01.08 Receitas Diversas</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>3.500,00D</b>

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor  
11/10/2018 07:52:11



## Associação dos Municípios do Entre-Rios

### Livro Caixa nº 1 de 01/09/2018 a 30/09/2018

Página: 8

Histórico	Chave	Contra	Entrada	Saída	Saldo atual
<b>06/09/2018</b>					
Valor Receitas Aluguel Sala ARIS Mês 09/2018	16032284	43		500,00	4.000,00D
	<b>Total mês:</b>		<b>0,00</b>	<b>500,00</b>	
<b>1155 - RECAPLIC - 03.06.01.03 Rendimentos de Aplicação</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>15.721,77D</b>
<b>03/09/2018</b>					
Valor Rendimento BB R fixa LP 30mil mês 08/2018	16032594	55		625,82	16.347,59D
<b>28/09/2018</b>					
Valor Rendimento BB R fixa LP 30mil	16032578	55		656,84	17.004,43D
Valor Rendimento BB R fixa LP 90mil	16032586	5290		1.998,39	19.002,82D
	<b>Total mês:</b>		<b>0,00</b>	<b>3.281,05</b>	
<b>1422 - DCSAL - 04.02.01.02 Ordenados e Salários</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>591.559,46C</b>
<b>25/09/2018</b>					
Folha Pgto mês 09/2018 Amerios	16031865		81.613,33		673.172,79C
	<b>Total mês:</b>		<b>81.613,33</b>	<b>0,00</b>	
<b>1465 - DCINSS - 04.03.01.02 Inss</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>156.825,31C</b>
<b>25/09/2018</b>					
Inss funcionários mês 09/2018	16032144	604	19.342,34		176.167,65C
	<b>Total mês:</b>		<b>19.342,34</b>	<b>0,00</b>	
<b>1473 - DCFGTS - 04.03.01.03 Fgts</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>52.739,32C</b>
<b>25/09/2018</b>					
Fgts Mês 09/2018	16032195	612	6.529,06		59.268,38C
	<b>Total mês:</b>		<b>6.529,06</b>	<b>0,00</b>	
<b>1481 - PIS - 04.03.01.04 Pis/Pasep</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>6.347,36C</b>
<b>25/09/2018</b>					
Pis folha pagto mês 09/2018	16032217	4618	816,13		7.163,49C
	<b>Total mês:</b>		<b>816,13</b>	<b>0,00</b>	
<b>1562 - DCTERCPJ - 04.04.01.03 Pessoa Jurídica</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>63.972,12C</b>
<b>14/09/2018</b>					
Serviços Prestados NF 20180000024- Assessoria Jurídica	16031822		6.810,69		70.782,81C
	<b>Total mês:</b>		<b>6.810,69</b>	<b>0,00</b>	
<b>1880 - DCEE - 04.05.01.01 Luz</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>11.516,07C</b>
<b>03/09/2018</b>					
Valor Fatura energia elétrica mês 09/2018	16032314	4138	1.335,51		12.851,58C
	<b>Total mês:</b>		<b>1.335,51</b>	<b>0,00</b>	
<b>1885 - DCAGUA - 04.05.01.02 Água e Esgoto</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>1.521,14C</b>
<b>14/09/2018</b>					
Valor Fatura água mês 06/2018	16031555	4146	237,59		1.758,73C
	<b>Total mês:</b>		<b>237,59</b>	<b>0,00</b>	
<b>1902 - DCFONE - 04.05.01.03 Telefone</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>8.492,10C</b>
<b>17/09/2018</b>					
Valor Fatura plano celular VIVO mês 09/2018	16032152	5762	549,28		9.041,38C
<b>25/09/2018</b>					
Valor Fatura telefone fixo mês 09/2018	16032179	4162	500,40		9.541,78C
	<b>Total mês:</b>		<b>1.049,68</b>	<b>0,00</b>	
<b>1589 - DCCOMBUST - 04.05.01.04 Combustíveis</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>4.135,98C</b>
<b>11/09/2018</b>					
Valor. NF nr 34757 225,373 lt de gasolina comum.	16031733	4111	982,41		5.118,39C
	<b>Total mês:</b>		<b>982,41</b>	<b>0,00</b>	
<b>1597 - DCMANUTVEIC - 04.05.01.05 Manutenção de Veículos</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>829,38C</b>
<b>03/09/2018</b>					
Aquisição peças reposição veículo SIENA PLACAS QHN6006: 01 palheta cibie, 01 parafuso, 01 filtro ar condicionado, 04 velas ignição e 01 filtro combustível	16031644	4448	390,12		1.219,50C
<b>11/09/2018</b>					
Valor. NF nr 34757 04 lt de óleo 5w30, 01 filtro de óleo, 01 filtro de ar, 01 aditivo pra radiador e 01 hipervisão antineblina	16031725	4111	238,99		1.458,49C
	<b>Total mês:</b>		<b>629,11</b>	<b>0,00</b>	
<b>1619 - DCINFORM - 04.05.01.08 Manutenção Informática</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>1.040,00C</b>

**ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS**contábil SCI VISUAL Sucessor  
11/10/2018 07:52:11



**Associacao dos Municipios do Entre-Rios**  
**Livro Caixa nº 1 de 01/09/2018 a 30/09/2018**

Página: 9

Histórico	Chave	Contra	Entrada	Saída	Saldo atual
<b>03/09/2018</b> Serviços Prestados NF 7856: 02 configurações de software e 01 configuração via acesso remoto	<b>16031687</b>	4170	230,00		1.270,00C
<b>Total mês:</b>			<b>230,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>1920 - DCMATHIGLIMP - 04.05.01.10 Material de Higiene e Limpeza</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>4.042,48C</b>
<b>03/09/2018</b> Compras Cfe. NF 15936: 16 pct de papel higienico, 04 pct de sacos de lixo de 15 l. 02 pct saco de lixo 10l e 02 rodos.	<b>16031776</b>	4073	152,60		4.195,08C
<b>Total mês:</b>			<b>152,60</b>	<b>0,00</b>	
<b>1990 - DCMANTCOPA - 04.05.01.11 Mantimentos para Copa</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>2.801,32C</b>
<b>03/09/2018</b> Compras Cfe. NF 15937: 08 bombonas de agua mineral 20l, 01 filtro bomba mate, 02 pct anis, 01 cx fosforo(10 un), 01 pct de toalha papel (6 rolos) 24 agua mineral (500ml), 08 pct chá, 04 pct guardanapo, 15 kg erma	<b>16031792</b>	4073	437,23		3.238,55C
<b>Total mês:</b>			<b>437,23</b>	<b>0,00</b>	
<b>1985 - DCLOCSISTEMAS - 04.05.01.12 Locação de Sistemas Informatizados</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>3.040,00C</b>
<b>20/09/2018</b> Serviços Prestados NF 321677 Locação de sistema de folha e contabilidade mês 09/2018	<b>16031598</b>		321,00		3.361,00C
<b>Total mês:</b>			<b>321,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>4650 - EXPEDIENTE - 04.05.01.17 Material de Expediente</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>12.894,15C</b>
<b>20/09/2018</b> Compras Cfe. NF 32421 cx clips, 9 adesivos batiki, 12 caneta pilot, 3 marca texto, 2 caneta faiber ice, 2 canetas acril fine, 2 láis faber, 50 caneta bic, 50 envelopes, 3 adesivo marca pag. 5 adesivo color neon, 1	<b>16031466</b>	4383	356,00		13.250,15C
<b>Total mês:</b>			<b>356,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>4049 - DCSEGURANCA - 04.05.01.22 Vigilancia e Monitoramento</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>2.268,00C</b>
<b>20/09/2018</b> Serviços Prestados NF 244499 vigilância eletrônica sede AMERIOS	<b>16031342</b>		287,00		2.555,00C
<b>Total mês:</b>			<b>287,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>4308 - DINTERNET - 04.05.01.23 Despesas com Internet</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>1.199,20C</b>
<b>28/09/2018</b> Serviços Prestados NF 5303 internet mês 09/2018	<b>16032250</b>	4219	149,90		1.349,10C
<b>Total mês:</b>			<b>149,90</b>	<b>0,00</b>	
<b>4677 - SEGTRABALHO - 04.05.01.25 Despesas com Segurança de Trabalho</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>1.512,00C</b>
<b>11/09/2018</b> Serviços Prestados NF 116 atendimento em medicina e segurança do trabalho mês 08/2018	<b>16031512</b>	5835	198,00		1.710,00C
<b>Total mês:</b>			<b>198,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>4910 - IMPRESSAO COPIAS - 04.05.01.29 Serviços de Impressão de Copias</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>9.196,42C</b>
<b>03/09/2018</b> Serviços Prestados NF 7856: 5800 cópias Engenharia, 369 Jurídico, 151 fiscalização e 497 administração.	<b>16031695</b>	4170	1.415,08		10.611,50C
<b>Total mês:</b>			<b>1.415,08</b>	<b>0,00</b>	
<b>1998 - DCSEMCONSIM - 04.06.01.08 Assemb/Semin/Capac/Reuniões</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>4.233,33C</b>
<b>03/09/2018</b> Compras Cfe. NF 15935: 09 pct de biscoitos para cursos de capacitação	<b>16031768</b>	4073	40,41		4.273,74C
<b>10/09/2018</b> Compras Cfe. NF 58106 150 salgados fritos e 50 sonhos adams	<b>16031679</b>	4537	124,50		4.398,24C
<b>Total mês:</b>			<b>164,91</b>	<b>0,00</b>	
<b>4596 - TOPOGRAFIA - 04.06.01.10 Despesas Topografia e Agrimensura</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>73.200,00C</b>
<b>11/09/2018</b> Serviços Prestados NF 48 topografia a agrimensura	<b>16031571</b>	4090	9.150,00		82.350,00C
<b>Total mês:</b>			<b>9.150,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>4847 - SEGUROS - 04.06.01.12 Seguros</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>3.518,22C</b>
<b>14/09/2018</b> VALOR SEGURO VEICULO SIENA PLACAS QHN6006	<b>16031482</b>	5940	2.253,06		5.771,28C
<b>Total mês:</b>			<b>2.253,06</b>	<b>0,00</b>	
<b>1935 - DCLANCH - 04.06.01.20 Lanches e refeições</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>52,29C</b>
<b>24/09/2018</b>					

**ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS**contábil SCI VISUAL Sucessor  
11/10/2018 07:52:11

**Associacao dos Municipios do Entre-Rios**  
**Livro Caixa nº 1 de 01/09/2018 a 30/09/2018**

Página: 10

Histórico	Chave	Contra	Entrada	Saída	Saldo atual
<b>24/09/2018</b>					
Valor. NF nr 928 Refeição de Cristiane Martin - Restaurante e Pizzaria DAG Ltda ME	16032535	175	25,00		77,29C
<b>Total mês:</b>			<b>25,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>4669 - DESPJARDIM - 04.06.01.32 Despesas com manutenção Jardim</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>210,00C</b>
<b>17/09/2018</b>					
Serviços Prestados NF 505 manutenção jardim	16031440	4081	70,00		280,00C
<b>Total mês:</b>			<b>70,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>4693 - MANVEICULOS - 04.06.01.34 Serv.de Man.,Lav. e Consertos em Veiculos</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>490,00C</b>
<b>03/09/2018</b>					
Serviços Prestados NF 948 reposição de peças, geometria, balanceamento e conserto de rodaSIENA PLACAS QHN6006:	16031652	4448	285,00		775,00C
Serviços Prestados NF 48 03 lavagem de veículos	16031717	4111	57,00		832,00C
<b>Total mês:</b>			<b>342,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>4960 - OSERVIÇOS - 04.06.01.36 Outros Serviços</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>3.025,00C</b>
<b>11/09/2018</b>					
Serviços Prestados NF 286 ginastica laboral mês 09/2018	16031539	4480	310,00		3.335,00C
<b>Total mês:</b>			<b>310,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>5908 - 04.06.01.39 Hospedagem</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>233,70C</b>
<b>25/09/2018</b>					
Valor. NF nr 10639 Hospedagem de Cristiane Martin (parcial) - Hotel Tirol Ltda EPP	16032543	175	175,00		408,70C
Valor. NF nr 10639 Hospedagem de Cristiane Martin (parcial) - Hotel Tirol Ltda EPP	16032551	5959	18,00		426,70C
<b>Total mês:</b>			<b>193,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>1848 - DFTRIBCONTR - 04.14.01.03 Tributos e Contribuições</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>629,14C</b>
<b>28/09/2018</b>					
Cofins sobre rendimentos de aplicação financeira mês 09/2018.	16032624	574	130,51		759,65C
<b>Total mês:</b>			<b>130,51</b>	<b>0,00</b>	
<b>2011 - JUROSPASS - 04.15.01.02 Tarifas Bancárias</b>				<b>Saldo anterior:</b>	<b>2.130,34C</b>
<b>11/09/2018</b>					
Valor Tarifas fornecimento de cheques	16032292	43	66,00		2.196,34C
<b>20/09/2018</b>					
Valor Tarifas processamento de cheques	16032306	43	9,20		2.205,54C
<b>24/09/2018</b>					
Valor Tarifas convênio débito	16032519	43	49,30		2.254,84C
<b>25/09/2018</b>					
Valor Tarifas processamento de cheques	16032500	43	59,80		2.314,64C
<b>26/09/2018</b>					
Valor Tarifas processamento de cheque	16032608	43	4,60		2.319,24C
<b>27/09/2018</b>					
Valor Tarifas processamento de cheques	16032527	43	64,40		2.383,64C
<b>28/09/2018</b>					
Valor Tarifas processamento de cheque	16032616	43	13,80		2.397,44C
<b>Total mês:</b>			<b>267,10</b>	<b>0,00</b>	

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
 Contador  
 CPF: 526.184.719-20  
 CRC: 1.SC/016887/0-4

RENALDO MUELLER  
 Presidente  
 CPF: 526.329.119-15

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor  
 11/10/2018 07:52:11



# Consórcios

## CIGA

### PORTARIA N.º 14, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1772806

Portaria n.º 14, de 15 de outubro de 2018.

Dispõe sobre progressão salarial por antiguidade de empregado público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), e dá outras providências.

Considerando que o Estatuto do CIGA prevê progressões salariais, por merecimento ou por antiguidade, consistentes na progressividade de níveis salariais, com o avanço de um ou mais níveis dentro de uma mesma classe de emprego para o qual o empregado público foi contratado, e em conformidade com as Tabelas de Referências Salariais estabelecidas por seu Anexo II (artigos 72, 73 e 74, todos do Estatuto do CIGA);

Considerando que a progressão por antiguidade será concedida à razão de 01 (um) nível de referência salarial imediatamente superior ao anteriormente fixado, a cada 2 (dois) anos de efetivo exercício do emprego, contados da data de admissão, e intercalada, anualmente, com a progressão por merecimento (artigo 74 do Estatuto);

Considerando a instituição, pela Assembleia Geral do CIGA, em 31 de janeiro de 2018, de regras de transição para as progressões previstas no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto, ambos do CIGA, disciplinadas pela Resolução CIGA n.º 134, de 26 de fevereiro de 2018;

Considerando que os salários dos empregos públicos do CIGA são os constantes da Resolução n.º 129/2018 e das Tabelas de Referências Salariais dispostas nos Anexos II tanto do Contrato de Consórcio Público como do Estatuto, ambos do CIGA, resguardada a irredutibilidade nominal de vencimentos;

Considerando que as progressões salariais são concedidas por ato do Diretor Executivo, após analisados os requisitos fixados pelos Estatutos do CIGA para sua concessão, consoante dispõe os artigos 73, §5.º, e 74, §3.º, ambos de seu Estatuto.

Considerando que a Diretoria Executiva é o órgão executivo e de gestão administrativa do CIGA, a quem compete promover a execução das atividades e gestão do Consórcio, consoante disposto nos artigos 25 e 26 do Contrato de Consórcio Público do CIGA, bem como nos artigos 16 e 36 de seu Estatuto;

O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

#### RESOLVE:

Art. 1.º. Conceder progressão salarial por antiguidade, à razão de 01 (um) nível de referência salarial imediatamente superior ao anteriormente fixado, à empregada pública do CIGA, Sra. Grasielle Hoffmann, admitida no mês de outubro do ano de 2016, que passará da referência salarial Classe 5 – Júnior 1 para Classe 5 – Júnior 2.

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 1.º de outubro de 2018, devendo ser publicada no órgão oficial como condição indispensável à sua eficácia, nos termos dos artigos 50 e 51 do Contrato de Consórcio Público e do artigo 37 do Estatuto, ambos do CIGA.

Art. 3.º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 15 de outubro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### PORTARIA N.º 15, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1772822

Portaria n.º 15, de 15 de outubro de 2018.

Dispõe sobre a ocupação (admissão e contratação) da vaga de emprego público de Controlador Interno do quadro de pessoal do CIGA, e dá outras providências.

O Diretor Executivo do CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; inciso II do artigo 26 e artigo 27, ambos do Contrato de Consórcio Público do CIGA; artigos 49 e 50 do Estatuto do CIGA; e demais legislação cogente;

Considerando a abertura de Concurso Público regido pelo Edital n.º 01/2017, publicado no órgão oficial de publicações do CIGA, Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Edição n.º 2408, em 14 de dezembro de 2017, páginas 1663-1673; e o respectivo Edital n.º 05/2018 de Homologação da Classificação Final, publicado no DOM/SC, Edição n.º 2470, em 07 de março de 2018, páginas 1277-1278, devidamente divulgados nos sites [https://fundatec.org.br/portal/concursos/index\\_concursos.php?concurso=456](https://fundatec.org.br/portal/concursos/index_concursos.php?concurso=456) e <https://ciga.sc.gov.br/concursos/>;

Considerando a necessidade premente de ter em seu quadro de pessoal empregado nomeado para exercer a função de Controlador Interno do CIGA, haja vista a importância e indispensabilidade da função na Administração Pública, sem a qual não há como este Consórcio Público ficar desabrigado;

Considerando o Edital de Convocação n.º 02 para entrega de documentação e assunção de emprego público, datado de 10 de setembro de

2018, publicado no DOM/SC em 10 de setembro de 2018, Edição n.º 2625, páginas 1476-1477; e Considerando a apresentação e a entrega dos documentos e exame médico de saúde pré-admissional exigidos no Edital n.º 01/2017 e no ato convocatório;

**RESOLVE:**

Art. 1.º. Fica admitido e contratado, a partir do dia 15 de outubro de 2018, para o Emprego Público de Controlador Interno do quadro de pessoal do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o Senhor HENRIQUE PEREIRA MACHADO, inscrito no CPF sob o n.º 062.979.499-56, conforme requisitos e descrição sumária das atividades definidos no Anexo II do Contrato de Consórcio Público e no Anexo I do Estatuto, os dois do CIGA.

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Florianópolis, 15 de outubro de 2018.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**RESOLUÇÃO CIGA N.º 148, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1772800

Resolução CIGA n.º 148, de 11 de outubro de 2018.

Dispõe sobre a instituição do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA como Integrador Municipal de seus Municípios consorciados localizados no Estado de Santa Catarina e que integram a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM, assegurada autonomia municipal, e dá outras providências.

Considerando a criação da REDESIM e o estabelecimento de normas gerais de simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a serem observadas por todos os seus integrantes, nos termos do artigo 2º e do caput do art. 9º da Lei 11.598/2007;

Considerando que é responsabilidade dos órgãos e entidades da administração federal, estadual, do Distrito Federal e municipal a formação, a atualização e a incorporação de conteúdo ao sistema utilizado para a integração (processamento de dados e geração das informações), com base no artigo 11, parágrafo único, da Lei 11.598/2007;

Considerando que em Santa Catarina o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins (a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC) exerce papel de Integrador Estadual no âmbito da REDESIM;

Considerando, equitativamente, que cabe ao Município definir o seu Integrador Municipal, que receberá as “informações das atualizações feitas na Junta Comercial e enviadas eletronicamente às entidades conveniadas, para que estas possam atualizar seus cadastros” (vide Certidão sobre o Regin, item 8, alínea ‘b’);

Considerando a celebração de Convênio entre a Jucesc e a Prefeitura Municipal, para a interligação de seus sistemas de informática, por meio “do INTEGRADOR, visando a consecução de meios de acesso para pesquisas mútuas a base de dados da JUCESC e PREFEITURA, com o objetivo de gerar informações necessárias para registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, emissão do número de inscrição no CNPJ, emissão do número da Inscrição Estadual, emissão do alvará de funcionamento pela Prefeitura, informações para emissão do alvará do bombeiro e informações para emissão do alvará sanitário das empresas constituídas.” (Cláusula Primeira – DO OBJETO – do referido Convênio) [sic];

Considerando, de tal modo, entre as obrigações pactuadas o dever de a JUCESC fornecer ou disponibilizar os dados cadastrais de âmbito municipal para o Sistema indicado e utilizado pela Prefeitura;

Considerando a criação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, como um braço do ente público, para o exercício de serviços públicos por meio da gestão associada, com o “desenvolvimento, a implantação, a capacitação, a manutenção e o suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal” (art. 1º c/c art. 6º do Contrato de Consórcio Público do CIGA);

Considerando as finalidades estatutárias do CIGA, entre as quais, “I – prestar, de forma direta ou indireta, serviços especializados em desenvolvimento, atualização, manutenção, suporte e fornecimento de sistemas informatizados “softwares” em gestão pública municipal, nos serviços de processamento de dados e geração das informações, no âmbito de cada município consorciado e que permitam trazer benefícios para a administração e sociedade; II – promover a implantação de sistemas de gestão pública municipal, treinamento, capacitação e suporte técnico aos municípios e aos usuários dos sistemas, diretamente com seus empregados, colaboradores, por meio da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, das respectivas associações microrregionais de municípios ou por intermédio de terceiros; III – celebrar convênios ou contratos de parcerias que viabilizem o fornecimento de tecnologias, serviços e sistemas para a gestão pública municipal; IV – desenvolver, de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas para atendimento do objeto do Consórcio; (...) VII – representar os municípios que integram o CIGA, perante fornecedores, prestadores de serviços, autoridades, órgãos e instituições nos assuntos atinentes ao objeto do Consórcio” (art. 7º do Contrato de Consórcio Público);

Considerando, então, a legitimidade atribuída ao CIGA para atender aos objetivos e interesses de Municípios consorciados e localizados em Santa Catarina, no âmbito da REDESIM, com base nos artigos 1º, 6º, 7º, incisos I, II, III, IV e VII, 8º, inciso III, 16, inciso IX, 49, todos do Contrato de Consórcio Público, c/c os artigos 3º, 35, inciso I, 37, do Estatuto, ambos do CIGA, bem como o artigo 30 da Constituição Federal e demais legislação e princípios gerais da Administração Pública cogentes;

Considerando que o CIGA tem o dever de observar os princípios dos direitos administrativo e constitucional, de modo que todos os seus atos executados sejam coerentes com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, em consonância com o inciso V do artigo 43 do Contrato de Consórcio Público do CIGA;

Considerando que, desde 2011, o CIGA exerce efetivamente o papel de Integrador Municipal de Municípios Catarinenses consorciados e conveniados à REDESIM, conforme se denota de todo o contexto fático e probatório e do modo de proceder dos órgãos e entidades que a integram;

Considerando, portanto, que compete ao CIGA e demais agentes envolvidos no Projeto REDESIM executarem os serviços mencionados de acordo com a legislação, as normas técnicas, os padrões e especificações pertinentes, nas condições estabelecidas inclusive em Contrato e Convênio firmados;

Considerando que o CIGA disponibiliza, na atualidade, o sistema de Gestão do Cadastro Integrado Municipal (G-CIM), responsabilizando-se pela integração, no âmbito municipal, das informações relacionadas ao processo de abertura e alteração de empresas, consoante diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas estabelecidos pela Lei n.º 11.598/ 2007;

Considerando, efetivamente, a escolha, por parte de Prefeituras Municipais do Estado de Santa Catarina, do Sistema G-CIM para a interligação com o Sistema utilizado pela JUCESC, o Integrador;

Considerando a força vinculante das obrigações e da liberdade de contratar (pacta sunt servanda);

Considerando, por consequência, que a Assembleia Geral do CIGA, sua instância máxima, órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo dos municípios consorciados (art. 13, caput, do Contrato de Consórcio Público), deliberou, por unanimidade, instituir formalmente o CIGA Integrador Municipal dos entes consorciados localizados em Santa Catarina e que integram a REDESIM, consolidando expressamente a situação fática até então vivenciada por Municípios Catarinenses;

Considerando, igualmente, que a mesma Assembleia Geral atribuiu ao CIGA legitimidade ativa para representá-los judicial e extrajudicialmente, ajuizar as demandas pertinentes e propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses de seus Municípios consorciados e localizados em Santa Catarina, no âmbito da REDESIM;

Considerando as competências do Presidente do CIGA, que lhes são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público (artigos 16, inciso IX, 17, inciso III e parágrafos, 20, inciso I) e pelo Estatuto (artigos 2º, inciso I, 3º, 35, inciso I), ambos do CIGA;

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, Senhor Moisés Diersmann, Prefeito do Município de Luzerna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

#### RESOLVE:

Art. 1.º. Instituir o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, Integrador Municipal de seus Municípios consorciados localizados em Santa Catarina e que integram a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM, assegurada a autonomia municipal, em consonância com a Constituição Federal, a Lei Federal n.º 11.598/07, os artigos 1º, 6º, 7º, incisos I, II, III, IV e VII, 8º, inciso III, 16, inciso IX, 49, todos do Contrato de Consórcio Público, c/c os artigos 3º, 35, inciso I, 37, do Estatuto, ambos do CIGA, e demais legislação e princípios gerais da Administração Pública cogentes.

Parágrafo único. O caput do presente artigo consolida expressamente a situação fática até então vivenciada pela grande maioria dos Municípios do Estado de Santa Catarina integrantes da REDESIM.

Art. 2.º. Atribuir ao CIGA, salvo disposição municipal expressa em contrário, legitimidade ativa para representar, judicial e extrajudicialmente, seus Municípios consorciados e localizados em Santa Catarina no âmbito da REDESIM, forte nos permissivos legais supramencionados.

Art. 3.º. Esta Resolução entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia, nos termos do artigo 51 do Contrato de Consórcio Público e do artigo 37 do Estatuto, os dois do CIGA.

Art. 4.º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 11 de outubro de 2018.

Moisés Diersmann

Prefeito do Município de Luzerna (SC)

PRESIDENTE DO CIGA

### TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO Nº 260/2017 - ADSERVI

Publicação Nº 1772334

TERMO ADITIVO N.º 03/2018

TERCEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 260/2017, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e a ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA., para a prestação de serviços continuados, relativos aos postos de trabalho de servente, office-boy/girl e secretário executivo.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais e regimentais, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Adservi Administradora de Serviços Ltda., com sede à Rua Gerônimo Thives, n.º 196, Sala n.º 01, Bairro Barreiros, São José/SC, CEP 88.117-290, e CNPJ 02.531.343/0001-08, neste ato representado pelo Senhor Israel Fontanella Da Silva, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o n.º 006.663.769-48, no uso de suas atribuições legais, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 260/2017, celebrado em 03 de julho de 2017, originário do Processo Administrativo n.º 08/2017, de acordo com o Pregão Presencial n.º 02/2017, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Primeira (DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO VIGENTE), Quarta (DO VALOR), Sexta (DO prazo de execução DO OBJETO E DA DURAÇÃO DO CONTRATO), Décima Quinta (DAS ALTERAÇÕES), Décima Sexta (DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO) e Vigésima Quinta (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:



**DO OBJETO**

Cláusula Primeira. O presente Termo Aditivo tem como objeto a REPACTUAÇÃO dos preços do Contrato Administrativo n.º 260/2017, firmado entre as partes em 03 de julho de 2017, haja vista a revisão do salário base para os cargos de servente e office-boy, o reajuste dos vales alimentação e transporte para todos os cargos e a inclusão de um valor fixo referente ao 'benefício de assistência ao trabalhador', também para todos os cargos, resultantes da nova Convenção Coletiva de Trabalho n.º SC000236/2018 e do Decreto n.º 18.260/2017 da Prefeitura de Florianópolis, por meio do qual foi homologado o reajuste tarifário para o transporte coletivo urbano.

**DA REPACTUAÇÃO**

Cláusula Segunda. O valor mensal do Contrato Administrativo n.º 260/2017, depois de repactuação, é R\$ 9.122,65 (nove mil, cento e vinte e dois reais e sessenta e cinco centavos).

§1.º. A importância ora estabelecida corresponde ao valor mensal do contrato vigente com acréscimo de 2,094% (dois inteiros e noventa e quatro milésimos por cento), conforme demonstração analítica da alteração dos custos decorrente da nova Convenção Coletiva de Trabalho aplicada à categoria, acompanhada das planilhas de composição de custos e formação de preços.

§2.º. Os efeitos financeiros decorrentes dos acréscimos nos salários, no vale alimentação e a inclusão de um valor fixo referente ao 'benefício de assistência ao trabalhador' vigoram a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme data-base da Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2018 do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Serviços Terceirizados do Estado de Santa Catarina - SEAC/SC, a qual foi registrada no Ministério de Trabalho e Emprego sob o nº SC000236/2018 em 20 de fevereiro de 2018.

§3.º. No caso do acréscimo salarial para o cargo de servente, há o reflexo financeiro no valor pago a título de insalubridade, o qual corresponde a 20% do salário base.

§4.º. Os efeitos financeiros decorrentes dos acréscimos no vale transporte vigoram desde 28 de dezembro de 2017, data de publicação do Decreto n.º 18.260, de 28 de dezembro de 2017 (vide Edição n.º 2096 do Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis, pág. 8), da Prefeitura de Florianópolis, o qual homologou o reajuste tarifário para o transporte coletivo urbano.

**DO VALOR DO CONTRATO**

Cláusula Terceira. A partir de 1º de janeiro de 2018, o valor mensal do contrato é de R\$ 9.122,65 (nove mil, cento e vinte e dois reais e sessenta e cinco centavos), totalizando o valor de R\$ 109.471,80 (cento e nove mil, quatrocentos e setenta e um reais e oitenta centavos), correspondente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro 2018.

**Da Dotação Orçamentária**

Cláusula Quarta. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos do orçamento do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, Atividade 2001 – Administração e Manutenção do Consórcio; Elemento de Despesa n.º 3.3.90.37.00 (locação de mão de obra).

**DA VIGÊNCIA**

Cláusula Quinta. O presente Termo Aditivo passa a vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2018.

**DA RATIFICAÇÃO**

Cláusula Sexta. Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 260/2017.

**DA PUBLICAÇÃO**

Cláusula Sétima. O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, órgão oficial de divulgação dos atos administrativos do CONTRATANTE, veiculado no endereço [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis – SC, 05 de outubro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA  
CONTRATANTE

ISRAEL FONTANELLA DA SILVA  
Adservi Administradora de Serviços Ltda.  
CONTRATADA

**Testemunhas:**

MORGANA ARENT MICHELS BAGINI  
Gerente Administrativa do CIGA

LIGIA SILVEIRA DE SOUZA  
Gestora de Contratos ADSERVI

**CIMCATARINA****EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO - 012\_2018**

Publicação Nº 1772983

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 012/2018

CONCEDENTE: Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA

ESTÁGIÁRIO (A): Celso Afonso Palhares Madrid Filho

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a concessão de vaga de estágio do Programa "Gestão Inovadora" na modalidade não obrigatória, pelo CIMCATARINA, ao estudante em epígrafe.

Valor da Bolsa: R\$ 800,00 (oitocentos reais), Vale Transporte: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), Vigência: 08.10.2018 a 31.12.2018.

Florianópolis (SC), 01 de outubro de 2018.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

**EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO - 013\_2018**

Publicação Nº 1772984

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 013/2018

CONCEDENTE: Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA

ESTÁGIÁRIO (A): Bruna Gheller Ribeiro

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a concessão de vaga de estágio do Programa "Gestão Inovadora" na modalidade não obrigatória, pelo CIMCATARINA, ao estudante em epígrafe.

Valor da Bolsa: R\$ 534,00 (quinhentos e trinta e quatro reais), Vale Transporte: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), Vigência: 16.10.2018 a 31.12.2018.

Florianópolis (SC), 11 de outubro de 2018.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

**EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO - 014\_2018**

Publicação Nº 1772985

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 014/2018

CONCEDENTE: Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA

ESTÁGIÁRIO (A): Camile Ceron Meneghel

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a concessão de vaga de estágio do Programa "Gestão Inovadora" na modalidade não obrigatória, pelo CIMCATARINA, ao estudante em epígrafe.

Valor da Bolsa: R\$ 534,00 (quinhentos e trinta e quatro reais), Vale Transporte: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), Vigência: 16.10.2018 a 31.12.2018.

Florianópolis (SC), 11 de outubro de 2018.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

**RESOLUÇÃO 0056\_2018**

Publicação Nº 1772485

Resolução n. 0056/2018

Dispõe Sobre a Nomeação de Empregado Público Aprovado em Concurso Público Edital n. 001/2017, Para Provimento de Vaga do Quadro de Pessoal do CIMCATARINA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Lucimar Antonio Salmória, Prefeito Municipal de Abdon Batista, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, tendo em vista o resultado final do Concurso Público nº 001/2017, devidamente HOMOLOGADO em 24 de julho de 2017, através da Resolução 0026/2017, publicado no DOM, Ed. 2303, pg. 796;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. Micheli Cluves Dick, inscrita no CPF sob n. 040.752.179-81 RG n. 4.260.232, SSP/SC, aprovada em concurso público, para provimento na vaga no quadro de pessoal de empregado público de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-IV em



regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, na função de Contador, com lotação na cidade de Fraiburgo/SC com carga horária de 40 horas semanais, a partir do dia 15 de outubro de 2018.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis SC, 15 de outubro de 2018.

LUCIMAR ANTÔNIO SALMÓRIA

Prefeito de Abdon Batista

Presidente do CIMCATARINA

## RESOLUÇÃO 0057\_2018

Publicação Nº 1772486

Resolução n. 0057/2018

Dispõe Sobre a Nomeação de Empregado Público Aprovado em Concurso Público Edital n. 001/2017, Para Provimento de Vaga do Quadro de Pessoal do CIMCATARINA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Lucimar Antonio Salmória, Prefeito Municipal de Abdon Batista, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, tendo em vista o resultado final do Concurso Público nº 001/2017, devidamente HOMOLOGADO em 24 de julho de 2017, através da Resolução 0026/2017, publicado no DOM, Ed. 2303, pg. 796;

### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. Mauricio de Jesus, inscrito no CPF sob nº. 030.867.760-99 RG nº. 7.556.221, SSP/SC RS, aprovado em concurso público, para provimento na vaga no quadro de pessoal de empregado público de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-IV em regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, na função de Engenheiro Sanitarista e Ambiental, com lotação na cidade de Fraiburgo/SC com carga horária de 40 horas semanais, a partir do dia 15 de outubro de 2018.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis SC, 15 de outubro de 2018.

LUCIMAR ANTÔNIO SALMÓRIA

Prefeito de Abdon Batista

Presidente do CIMCATARINA

## CIMVI

## CONTRATO Nº 2017/035 - TERCEIRO TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1772237

### TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2017/035

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Presidente, Paulo Roberto Weiss, Prefeito do Município de Rodeio - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.154.345/0001-62, com sede na rua Bananal, nº 283, bairro Glória, cidade de Joinville – SC, representada por Francisco Mauricio Jauregui, inscrito(a) no CPF nº 456.270.619-87, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, de conformidade com a Licitação Tomada de Preços nº 005/2017 e com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações, bem como Decreto nº 9.412/2018, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

- 1.1. CONSIDERANDO o resultado do Processo Licitatório nº 005/2017, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 2017/035 e termo(s) aditivo(s) respectivo(s);
- 1.2. CONSIDERANDO que, conforme requisição anexa, o Departamento de Engenharia do CIMVI identificou a necessidade de acréscimo da quantidade de horas de Escavadeira Hidráulica com diesel e motorista em 462 (quatrocentas e sessenta e duas);
- 1.3. CONSIDERANDO que, para viabilizar o atendimento integral da demanda de disposição de resíduos dos municípios consorciados, a Central de Resíduos está operando de segunda a sexta-feira das 07h00m às 22h00m e aos sábados das 08h00m às 12h00m;
- 1.4. É celebrado o presente termo aditivo ao contrato.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Nos termos do art.65, §1º, da Lei Federal n.8.666/93, o qual menciona que o "contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato", aplicando-se o que disciplina o artigo 57, §1º, I c/c artigo 58, I c/c artigo 65, II, alíneas "b", "c" e "d" todos da Lei Federal nº 8.666/93; é celebrado o presente termo aditivo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS

3.1. Diante do contido nas cláusulas anteriores, as partes, de comum acordo, resolvem ACRESCER ao contrato as seguintes quantidades:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ACRES- CIDA	VALOR (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL ANO
3	Equipamentos				
3.2	Escavadeira Hidráulica com diesel e motorista (mínimo 14 ton)	hs/ano	462	142,09	65.645,58
Valor Total do Aditivo					R\$ 65.645,58

3.2. Considerando que o valor inicial atualizado do contrato é de R\$ 1.717.551,04 (um milhão e setecentos e dezessete mil e quinhentos e cinquenta e um reais e quatro centavos), conforme Primeiro Termo Aditivo firmado em 26/07/2018, o presente acréscimo corresponde a 3,822% (três inteiros e oitocentos e vinte e dois milésimos por cento).

3.3. Em razão do presente acréscimo e do acréscimo de que trata o Segundo Termo Aditivo firmado em 20/08/2018, o valor inicial atualizado do contrato que é de R\$ 1.717.551,04 (um milhão e setecentos e dezessete mil e quinhentos e cinquenta e um reais e quatro centavos) resta acrescido em 16,162% (dezesseis inteiros e cento e sessenta e dois milésimos por cento), passando a ter o valor global de R\$1.995.170,26 (um milhão e novecentos e noventa e cinco mil e cento e setenta reais e vinte e seis centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

4.1. A CONTRATADA declara que as alterações feitas por este termo aditivo não implicam em quebra do equilíbrio econômico financeiro contratual originário, assumindo o dever de cumprir fielmente com todas as obrigações pactuadas no contrato originário, neste termo aditivo, na Tomada de Preços e demais disposições aplicáveis. Não haverá qualquer direito a indenização de quaisquer das partes em razão do pactuado no presente instrumento, renunciando o CONTRATADO a todo e qualquer direito material ou de ação.

#### CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem em vigor as demais disposições.

5.2. O presente instrumento será publicado em minuta, na forma regulamentar.

5.3. As despesas provenientes do objeto contratual correrão à conta do Orçamento-Programa Anual do CONTRATANTE.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Timbó, 11 de Outubro de 2018.

CONTRATANTE

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI – Presidente  
Paulo Roberto Weiss

CONTRATADA

Adobe Engenharia Ltda EPP  
Representante Legal: Francisco Mauricio Jauregui

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo  
Advogado - OAB/SC 17.721 – Visto

Testemunhas:

André Moro da Silva      Fernando Tomaselli  
CPF: 043.293.839-77      CPF: 016.637.969-71

**RESOLUÇÃO Nº 271 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1772393

RESOLUÇÃO Nº 271, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Autoriza agentes públicos a conduzir veículos oficiais em serviço, a contar desta data.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e Estatuto do CIMVI;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam os agentes públicos abaixo identificados autorizados a conduzir veículo(s) oficial(is) da frota do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (veículos próprios e/ou recebidos em cessão), para deslocamentos a serviço no exercício de suas funções públicas, a contar desta data:

NOME	CARGO	CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / CATEGORIA
André Moro da Silva	Engenheiro Químico	4187586358 / B
Arlene Regilene Scoz	Gestora de Serviços	6129369170 / B
Eduarda de Castro	Fiscal Ambiental	06265427273 / AB
Fernando Tomaselli	Diretor Executivo	02720150529 / AE
James Schmitt	Agente Administrativo	4439832038 / AD
Jonatan Michel Krieser	Fiscal Ambiental	06043652421 / AB
Lucas Nogueira Motta	Engenheiro Florestal	05850569610 / AB
Marina dos Santos Hoffmann	Fiscal Ambiental	05001085356 / B
Patricia Barbaresco	Agente Administrativo	6041744043 / B
Rafael Paludo	Engenheiro Agrônomo	02942264608 / AB
Ricardo de Augusto de Oliveira Xavier Araújo	Advogado	02440394052 / B
Sandra Regina Batista	Gestora de Serviços	00825167744 / AB

Art. 2º - Ficam os agentes desde já cientificados que durante o período em que estiver de posse do veículo, são responsáveis não só por sua conservação, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Timbó - SC, 11 de Outubro de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

**CIS/AMARP****RESOLUÇÃO Nº 26/2018 CPL MAURICIO BRAGA**

Publicação Nº 1772530

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP  
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC  
CNPJ: 11.023.771/0001-10  
<http://www.amarp.org.br> [cis@amarp.org.br](mailto:cis@amarp.org.br)

Resolução nº. 26/2018 – CPL

Monalisa Giazsoni, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 10/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa MAURICIO DE CARVALHO BRAGA, CNPJ 22.527.482/0001-75 situada na Rua Frei Rogério nº 535, Centro, Campos Novos/SC, em conformidade com o edital 02/2017 para Credenciamento de Serviços de procedimentos em:

PROCEDIMENTOS	CODIGO SUS	R\$
Consulta em Oftalmologia**	03.01.01.007-2	60,00
Curva Diária de Pressão Ocular CDPO (mínimo 3 medidas) (Monocular)	02.11.06.006-2	10,11
Mapeamento de Retina (Monocular)	02.11.06.012-7	24,24
Tonometria	02.11.06.025-9	17,74
Ultrassonografia de Globo Ocular/Órbita (Monocular)	02.05.02.008-9	62,37

(\*\*) Na consulta de oftalmologia estão incluídos os exames de: Gonioscopia, Fundoscopia, Check-up de Glaucoma e Tonometria.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 11 de outubro de 2018.

MONALISA GIAZZONI

Presidente Comissão Permanente de Licitação CISAMARP

**CIS/AMAUC****TERMO ADITIVO 31 TC16 - CR CLÍNICA**

Publicação Nº 1772354

SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO TERMO DE CREDENCIAMENTO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 016

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, CNPJ 07.654.807/0001-97, com sede na Rua Marechal Deodoro, 772 - 12º Andar – Edifício Mirage Offices, Município de Concórdia - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela sua Presidente Sra. NEUSA KLEIN MARASCHINI, e a CR CLINICA DE RADIOLOGIA E ULTRASSONAGRAFIA LTDA, representada pelo sócio proprietário Dr. Cesar Varela Correa, já qualificado no Termo de Credenciamento nº 16/2014, tendo por objeto a prestação de serviços especializados de saúde ao CIS-AMAUC em Exames de Ultrassonografia, RX Digitalizado, Mamografia Digitalizada e Densitometria Óssea, ADITAM o Termo de Credenciamento e Contrato de Prestação de Serviços, com base na solicitação emitida em 08 de outubro de 2018, conforme cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Art. 1º A credenciada passa a prestar serviços de Diagnóstico de Imagem de ECODOPPLER DE CARÓTIDAS E VERTEBRAIS, ECODOPPLER BILATERAL, ECODOPPLER UNILATERAL dos MMII.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

Art. 2º O preço ajustado entre as partes será o constante na Tabela de Serviços e Valores - Republicação do Anexo I de outubro /2018 e Atualização da Lista de Exames para o Edital de Chamamento 01/2013, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, taxas de sala e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços pelo credenciado.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Art. 3º As partes ratificam as demais cláusulas do Termo de Credenciamento 016/2014, naquilo que não colidir com o presente instrumento.

E, para constar, lavrou-se o presente Termo Aditivo que, lido e conforme, vai assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Concórdia - SC, 08 de outubro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI CESAR VARELA CORREA

Presidente Sócio Proprietário

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_

CIS AMAUC/Termo Aditivo 02 ao TC016 CR Clínica

## **TERMO DE CREDENCIAMENTO EDITAL 2005 - TC047**

Publicação Nº 1772350

### **TERMO DE CREDENCIAMENTO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, com sede na Rua Marechal Deodoro, 772, 12º Andar, Edifício Mirage Offices, CEP 89.700-905, Município de Concórdia - Estado de Santa Catarina, inscrita com CNPJ 07.654.807/0001/97, neste ato representado pela sua Presidente Sra. NEUSA KLEIN MARASCHINI, nos termos do Edital de Chamamento nº 01/2005, CREDENCIA, através deste termo a empresa, LUIZ AFFONSO PENSIN EIRELI inscrita com CNPJ 30.001.644/0001-65, registro no CNES 9553185, estabelecida na Avenida Nereu Ramos 75 D Sala 908 A ,|Centro, Município de Chapecó – SC, CEP 89.801-020, para prestação de serviços especializados de saúde ao CIS AMAUC, conforme solicitação de credenciamento de 03 de setembro de 2018, de acordo com as seguintes condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO**

Art. 1º A credenciada prestará aos usuários do CIS AMAUC, serviços especializados de saúde em PSQUIATRIA: Consulta em Psiquiatria, conforme a Solicitação de Credenciamento.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO**

Art. 2º O preço ajustado entre as partes será o constante na Tabela de Serviços e Valores CIS AMAUC Anexo I do Edital de Chamamento 01/2005, republicada em 2 de abril/2018, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, taxas de sala e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços pelo credenciado.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA DO REAJUSTE**

Art. 3º O reajuste dos valores constantes na Tabela CIS AMAUC será de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do Conselho Deliberativo do CIS AMAUC.

#### **CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

Art. 4º São obrigações do CIS AMAUC:

I - Efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, mediante apresentação pelo credenciado da Nota Fiscal/Fatura;

II - Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

III - Fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas.

IV - Fornecer requisições de consultas e exames.

Art. 5º São obrigações do credenciado:

I - atender todos os encaminhamentos do CIS AMAUC, em consultório ou clínica própria, em horário de expediente normal, pré-definido;

II - atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de documentação hábil, previamente autorizado pelo CIS AMAUC ou pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de origem;

III - preencher com exatidão e clareza todos os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pelo CIS AMAUC, inclusive o de contrarreferência (consultas);

IV - apresentar a nota fiscal/fatura, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o 1º(primeiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo, município de origem e valor;

V - até o prazo de 30 dias, para reavaliação e/ou para apresentação de exames solicitados em consulta anterior, será considerado retorno;

VI - entregar ao usuário exames realizados, com o laudo técnico, para repassar ao serviço básico de saúde de seu município;

VI - comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços, justificando os motivos e definindo o período de não atendimento.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES GERAIS

Art. 6º Em caso de atraso na entrega das faturas pelo credenciado, o pagamento devido pelo CIS AMAUC será retardado proporcionalmente.

Art. 7º Em nenhuma hipótese o credenciado poderá cobrar do beneficiário qualquer importância.

Art. 8º O CIS AMAUC reserva-se o direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados, das faturas apresentadas, solicitar perícia e informações adicionais e, em justificando, glosar despesas e procedimentos.

Art. 9º A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária.

Art. 10. O presente termo de credenciamento é de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento a juízo de conveniência e oportunidade pelo CIS AMAUC.

Art. 11. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento por meio de comunicação formal ao CIS AMAUC, com antecedência mínima de 30 dias.

Parágrafo único. É vedado ao credenciado delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte os serviços previstos neste termo.

Art. 12. O credenciado autoriza o CIS Amauc a incluir no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES como atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS, todos os procedimentos constantes no credenciamento e realizados aos municípios consorciados, para fins de apresentação da produção no Sistema de Informação Ambulatorial – SIA, para formação de série histórica.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pelo CIS AMAUC sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

Concórdia - SC, 17 de setembro de 2018.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI LUIZ AFFONSO PENSIN  
PRESIDENTE LUIZ AFFONSO PENSIN EIRELI

TESTEMUNHAS:

CIS Amauc/Termo Credenciamento/Edital 2005/TC 47 Luiz Affonso Pensin Eireli

---

### CIS/AMMVI

---

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO 040/2018 - MAIS SAÚDE MEI

Publicação Nº 1772640

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI E A EMPRESA MAIS SAÚDE - MEI, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o n 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro lado a Empresa MAIS SAÚDE MEI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua José do Patrocínio, 112 - bairro Saguacú, em Joinville/SC – CEP 89.221-140, inscrita no CNPJ sob o nº 31.408.433/0001-04, neste ato representada pelo sua administradora Sra. Ana Maria Groff Jansen, inscrita no CPF sob o nº. 345.290.129-72 e RG 639950, doravante denominada CONTRATADA, devidamente autorizado nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº. 039/2018, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, regido pela Lei nº. 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis, nas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – Contratação de Serviço Especializado de assessoria técnica para a análise e estruturação do serviço de Pronto Atendimento oferecido pelo Município de Timbó, aos municípios de: Acurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros e Rodeio, com vistas a assegurar ao usuário da microrregião de saúde destacada, o conjunto de ações e serviços que necessita com efetividade e eficiência para o Pronto Atendimento 24h, de acordo com especificações constantes no Termo de Referência e plano de trabalho proposto que originou este contrato.



**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

2.1 – A Contratada deverá executar os serviços conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas neste contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL E DO PAGAMENTO**

3.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais);

3.2 – O pagamento será efetuado em única parcela, até 15 (quinze) dias após a Contratada executar o fornecimento do objeto, com o devido aceite do CISAMVI, atestando o recebimento definitivo e autorizando a emissão da Nota Fiscal/fatura, que será efetuado mediante Ordem Bancária para crédito na conta corrente da empresa contratada.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 – As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
02	CONSORCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
001	SECRETARIA ADMINISTRATIVO E FINANCEIRA DA MANUTENÇÃO
10.122.001.2014	MANUTENÇÃO ATIVIDADES SECRETARIA ADM FINANCEIRA
3.3.9.0.00	APLICAÇÃO DIRETA

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 – Será de responsabilidade da contratada:

- Executar o objeto do presente contrato conforme disposto no Termo de Referência e carta consulta de preços;
- Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;
- Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- Realizar o plano de trabalho conforme Termo de Referência.
- Disponibilizar comunicação através de telefone, e-mail, presencialmente e aplicativos de comunicação (skype, whatsapp), afim de que as atividades a serem desenvolvidas possam estar alinhadas com os objetivos dos municípios.
- Demais disposições contidas neste Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da realização dos serviços.

6.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste contrato.

6.3. Fornecer todo o material necessário para o bom andamento dos trabalhos, quando solicitado pela CONTRATADA.

6.4. Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA nas áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções, quando for o caso.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

7.1 – A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o CISAMVI pelo prazo de 02 (dois) anos e multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado.

7.2 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CISAMVI aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

- Advertência;
- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, por um prazo de 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO**

8.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, DEMAIS PRAZOS E DO ACOMPANHAMENTO**

9.1 – O Contrato terá vigência até 31/01/2019, não podendo ser prorrogado.

9.2 – A conclusão dos trabalhos se dará após apreciação de relatório, contendo item a item todos os pontos do termo de referência, e ainda outras informações que o contratado julgar necessário para o bom e adequado entendimento e cumprimento do objeto pretendido.

9.3 – O prazo de revisão e adequações aos resultados entregues pelos serviços contratados será de 30 (trinta) dias, contados a partir do termo de aceite parcial.

**CLAUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

10.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado aos Processos Administrativos de Dispensa de Licitação nº. 039/2018.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

11.1 – O CISAMVI fiscalizará a execução do Contrato, sempre que julgar necessário.

11.2 – A fiscalização exercida não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

11.3 – O CISAMVI anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das incidências observadas, podendo ainda fazer relatórios sobre o andamento do Contrato, sendo permitido multas por infrações cometidas pela CONTRATADA.



**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES.**

12.1 – Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e das disposições do direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1 – É obrigação da CONTRATADA de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação (artigo 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93).

**CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1 Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de Blumenau/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Blumenau/SC, 05 de outubro de 2018.

Cleones Hostins Ana Maria Groff Jansen  
CISAMVI MAIS SAÚDE MEI

---

**CIS/AMURES**

---

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01 / 2018**

Publicação Nº 1772524

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2018 – CIS/AMURES

O Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento, em cumprimento a ratificação procedida pela Presidente do CIS/AMURES, pela emissão da DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Objeto: OBJETO: COMPRA DE UM PURIFICADOR DE ÁGUA 2L PA 355 BRANCO MARCA LATINA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE- CIS/AMURES. Valor total: R\$ 745,00 (setecentos e quarenta e cinco reais). Fundamentação Legal: Art. 24, Inciso V da Lei 8.666/93. Lages, 05 de Outubro de 2018. Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da comissão de Licitação e Credenciamento.

---

**CISAM**

---

**RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 21/2018**

Publicação Nº 1772110

RESOLUÇÃO Nº 021/2018

“Promove atualização monetária do preço do serviço de Responsabilidade Técnica, na forma que especifica”.

O Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM-Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe o Estatuto Social e suas alterações, conforme autorização do parágrafo primeiro do Art. 1º da Resolução nº 023/2016,  
RESOLVE:

Art. 1º. Promover a atualização monetária do preço do serviço de Responsabilidade Técnica, em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento), conforme variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado no período de outubro/2017 a setembro/2018.

Art. 2º. O preço mensal do referido serviço fica fixado em R\$ 871,65 (oitocentos e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos) para municípios até ou com população igual ou inferior a 4000 habitantes, acrescido de R\$ 101,62 (cento e um reais e sessenta e dois centavos) para cada 1000 ou fração de 1000 habitantes, acima de 4000.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/01/2019.

Capinzal/SC, 10 de outubro de 2018.

SIDNEI PENZO

Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM-MO

**CVC****ADITIVO CORONEL FREITAS 70/2018**

Publicação N° 1772554

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC

Ata De Registro De Preço: N° 070/2018

Órgão Gerenciador: CONSÓRCIO CVC

Contratante: MUNICIPIO DE CORONEL FREITAS

Contratado: PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA, ELETRICIDADE, BOMBAS E BICOS E ESTOFARIA E TAPEÇARIA, PARA OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS AO CONSÓRCIO CVC

Lote	Placa	Marca	Tipo	Modelo	Ano	Estimativa de gasto	Valor hora/Mão de obra	Percentual de desconto em peças
20	Máq. CF	Randon	Mini carregadeira	SL 75R	2017	100.000,00	R\$ 176,00	12,00%

Data De Emissão: 10/10/2018

Vigência: 01/06/2019

**CIGAMERIOS****BALANCETE DA RECEITA CIGAMERIOS SETEMBRO 2018**

Publicação Nº 1772035

Estado de Santa Catarina		Balancete da Receita		Setembro/2018	Folha: 1
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO					
Unidade Gestora: CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi					
Receita	Descricao	Previsto Liquido	Arrecadado no Mes	Arrecadado no Ano	Diferenca
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	683.885,98	49.943,24	168.546,39	-515.339,59
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	25.000,00	203,10	513,39	-24.486,61
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliarios	25.000,00	203,10	513,39	-24.486,61
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correcoes Monetarias	25.000,00	203,10	513,39	-24.486,61
1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneracao de Depositos Bancarios	25.000,00	161,74	456,73	-24.543,27
1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneracao de Depositos Bancarios - Principal				
1 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	25.000,00	161,74	456,73	-24.543,27
1.3.2.1.00.2.0.00.00.00	Remuneracao de Depositos Especiais	0,00	41,36	56,66	56,66
1.3.2.1.00.2.1.00.00.00	Remuneracao de Depositos Especiais - Principal	0,00	41,36	56,66	56,66
1.3.2.1.00.2.1.01.00.00	Remuneracao deposito convenio TRATAsan/ARIS				
38 Fonte: 180	Convenio TRATAsan/ARIS	0,00	41,36	56,66	56,66
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Servicos	10.000,00	0,00	0,00	-10.000,00
1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	Outros Servicos	10.000,00	0,00	0,00	-10.000,00
1.6.9.0.99.0.0.00.00.00	Outros Servicos	10.000,00	0,00	0,00	-10.000,00
1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Servicos	10.000,00	0,00	0,00	-10.000,00
1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	Outros Servicos - Principal				
2 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	10.000,00	0,00	0,00	-10.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferencias Correntes	648.885,98	49.740,14	168.033,00	-480.852,98
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferencias dos Municipios e de suas Entidades	648.885,98	49.740,14	143.033,00	-505.852,98
1.7.3.8.00.0.0.00.00.00	Transferencias dos Municipios - Especifica E/M	648.885,98	49.740,14	143.033,00	-505.852,98
1.7.3.8.02.0.0.00.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos	648.885,98	49.740,14	143.033,00	-505.852,98
1.7.3.8.02.1.0.00.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos	648.885,98	49.740,14	143.033,00	-505.852,98
1.7.3.8.02.1.1.00.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos - Principal	648.885,98	49.740,14	143.033,00	-505.852,98
1.7.3.8.02.1.1.01.00.00	Municipio de Bom Jesus do Oeste				
3 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	12.792,20	0,00	5.804,60	-6.987,60
1.7.3.8.02.1.1.02.00.00	Municipio de Caibi				
4 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	37.314,57	0,00	6.772,72	-30.541,85
1.7.3.8.02.1.1.03.00.00	Municipio de Campo Ere				
5 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	56.220,86	2.551,07	15.306,42	-40.914,44
1.7.3.8.02.1.1.04.00.00	Municipio de Cunha Pora				
6 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	63.678,98	0,00	2.889,49	-60.789,49
1.7.3.8.02.1.1.05.00.00	Municipio de Cunhatai				
7 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	11.292,17	1.380,55	2.935,13	-8.357,04
1.7.3.8.02.1.1.06.00.00	Municipio de Flor do Sertao				
8 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	9.528,15	0,00	2.161,95	-7.366,20
1.7.3.8.02.1.1.07.00.00	Municipio de Iraceminha				
9 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	25.518,39	0,00	1.157,92	-24.360,47
1.7.3.8.02.1.1.08.00.00	Municipio de Maravilha				
10 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	132.608,04	24.068,84	36.103,26	-96.504,78
1.7.3.8.02.1.1.09.00.00	Municipio de Modelo				
11 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	24.270,37	0,00	0,00	-24.270,37
1.7.3.8.02.1.1.10.00.00	Municipio de Palmitos				
12 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	96.121,48	4.361,60	30.531,20	-65.590,28
1.7.3.8.02.1.1.11.00.00	Municipio de Riqueza				
13 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	29.028,45	1.317,19	9.220,33	-19.808,12
1.7.3.8.02.1.1.12.00.00	Municipio de Romelandia				
14 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	33.306,51	1.511,31	3.022,62	-30.283,89
1.7.3.8.02.1.1.13.00.00	Municipio de Saltinho				
15 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	23.766,37	0,00	0,00	-23.766,37
1.7.3.8.02.1.1.14.00.00	Municipio de Santa Terezinha do Progresso				
16 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	17.376,27	4.730,82	5.519,29	-11.856,98
1.7.3.8.02.1.1.15.00.00	Municipio de Sao Miguel da Boa Vista				
17 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	11.424,18	0,00	1.555,14	-9.869,04
1.7.3.8.02.1.1.16.00.00	Municipio de Saudades				
18 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	54.096,83	9.818,76	17.182,83	-36.914,00
1.7.3.8.02.1.1.17.00.00	Municipio de Tigrinhos				
19 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	10.542,16	0,00	2.870,10	-7.672,06
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferencias de Outras Instituicoes Publicas	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00
1.7.5.0.00.1.0.00.00.00	Transferencias de Outras Instituicoes Publicas	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00
1.7.5.0.00.1.1.00.00.00	Transferencias de Outras Instituicoes Publicas - Principal	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00
1.7.5.0.00.1.1.00.01.00	Transf.de Outras. Inst.Pub. Convenio TRATAsan ARIS				
37 Fonte: 180	Convenio TRATAsan/ARIS	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	66.114,02	5.031,79	14.518,24	-51.595,78
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferencias de Capital	66.114,02	5.031,79	14.518,24	-51.595,78
2.4.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferencias dos Municipios e de suas Entidades	66.114,02	5.031,79	14.518,24	-51.595,78

PRONIM CP - Emissao: 11/10/2018 as 7h56min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina  
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO

Balancete da Receita

Setembro/2018

Folha: 2

Unidade Gestora: CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Receita	Descricao	Previsto Liquido	Arrecadado no Mes	Arrecadado no Ano	Diferenca
2.4.3.8.00.0.0.00.00.00	Transferencias dos Municipios e de suas Entidades	66.114,02	5.031,79	14.518,24	-51.595,78
2.4.3.8.01.0.0.00.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos	66.114,02	5.031,79	14.518,24	-51.595,78
2.4.3.8.01.1.0.00.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos	66.114,02	5.031,79	14.518,24	-51.595,78
2.4.3.8.01.1.1.00.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos - Principal	66.114,02	5.031,79	14.518,24	-51.595,78
2.4.3.8.01.1.1.01.00.00	Municipio de Bom Jesus do Oeste				
20 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	1.303,38	0,00	591,40	-711,98
2.4.3.8.01.1.1.02.00.00	Municipio de Caibi				
21 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	3.801,93	0,00	690,08	-3.111,85
2.4.3.8.01.1.1.03.00.00	Municipio de Campo Ere				
22 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	5.728,26	259,93	1.559,58	-4.168,68
2.4.3.8.01.1.1.04.00.00	Municipio de Cunha Pora				
23 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	6.488,16	0,00	294,41	-6.193,75
2.4.3.8.01.1.1.05.00.00	Municipio de Cunhatai				
24 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	1.150,54	104,42	243,64	-906,90
2.4.3.8.01.1.1.06.00.00	Municipio de Flor do Sertao				
25 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	970,81	0,00	220,25	-750,56
2.4.3.8.01.1.1.07.00.00	Municipio de Iraceminha				
26 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	2.600,03	0,00	117,98	-2.482,05
2.4.3.8.01.1.1.08.00.00	Municipio de Maravilha				
27 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	13.511,24	2.452,36	3.678,54	-9.832,70
2.4.3.8.01.1.1.09.00.00	Municipio de Modelo				
28 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	2.472,87	0,00	0,00	-2.472,87
2.4.3.8.01.1.1.10.00.00	Municipio de Palmitos				
29 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	9.793,67	444,40	3.110,80	-6.682,87
2.4.3.8.01.1.1.11.00.00	Municipio de Riqueza				
30 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	2.957,67	134,21	939,47	-2.018,20
2.4.3.8.01.1.1.12.00.00	Municipio de Romelandia				
31 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	3.393,55	153,99	307,98	-3.085,57
2.4.3.8.01.1.1.13.00.00	Municipio de Saltinho				
32 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	2.421,52	0,00	0,00	-2.421,52
2.4.3.8.01.1.1.14.00.00	Municipio de Santa Terezinha do Progresso				
33 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	1.770,44	482,04	562,38	-1.208,06
2.4.3.8.01.1.1.15.00.00	Municipio de Sao Miguel da Boa Vista				
34 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	1.163,99	0,00	158,46	-1.005,53
2.4.3.8.01.1.1.16.00.00	Municipio de Saudades				
35 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	5.511,85	1.000,44	1.750,77	-3.761,08
2.4.3.8.01.1.1.17.00.00	Municipio de Tigrinhos				
36 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	1.074,11	0,00	292,50	-781,61
Total Geral .....		750.000,00	54.975,03	183.064,63	-566.935,37

RENALDO MUELLER  
Presidente CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF No 526.184.719-20

PRONIM CP - Emissao: 11/10/2018 as 7h56min - Duracao: 0h00m01seg (2)



**BALANCETE DE DESPESA CIGAMERIOS SETMBRO 2018**

Publicação Nº 1772038

Estado de Santa Catarina CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO		Balancete da Despesa			Setembro de 2018		Folha: 1
Unidade Gestora..... CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi							
Orgao..... 01 CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS							
Unidade Orcamentaria: 01.01 CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS							
Dotacao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes	Reducoes Liquidado no Mes	Reservado Anulado no Mes	Total Creditos Pago no Mes	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar	Pagos a Efetuar
04 Administracao							
04122 Administracao Geral							
041220001 Administracao Geral do CIGAMERIOS							
041220001.2.001000 Administracao Geral do CIGAMERIOS							
3.1.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS							
1 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	341.169,90	
		9.194,17	9.194,17	0,00	9.194,17	0,00	
		58.830,10	58.830,10	12,59	58.830,10	0,00	
3.1.90.01.01.00.00 PROVENTOS - PESSOAL CIVIL							
4 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.1.90.04.04.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS							
5 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.1.90.11.01.00.00 VENCIMENTOS E SALARIOS							
9 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		7.155,00	7.155,00	0,00	7.155,00	0,00	
		45.792,00	45.792,00	0,00	45.792,00	0,00	
3.1.90.13.01.00.00 FGTS							
7 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		572,40	572,40	0,00	572,40	0,00	
		3.663,36	3.663,36	0,00	3.663,36	0,00	
3.1.90.13.02.00.00 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS							
6 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		1.466,77	1.466,77	0,00	1.466,77	0,00	
		9.374,74	9.374,74	12,59	9.374,74	0,00	
3.3.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS							
2 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	290.000,00	0,00	0,00	0,00	290.000,00	288.409,86	
		67,44	67,92	0,00	67,92	0,00	
		1.590,14	1.522,70	69,65	1.522,70	67,44	
3.3.90.33.01.00.00 PASSAGENS PARA O PAIS							
17 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		165,37	165,37	0,00	165,37	0,00	
3.3.90.39.22.00.00 EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS							
14 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		300,00	300,00	0,00	300,00	0,00	
3.3.90.39.41.00.00 FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO							
11 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		180,35	180,35	69,65	180,35	0,00	
3.3.90.39.80.00.00 HOSPEDAGENS							
18 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		520,00	520,00	0,00	520,00	0,00	
3.3.90.39.83.00.00 SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUM							
15 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		67,44	67,92	0,00	67,92	0,00	
		174,42	106,98	0,00	106,98	67,44	
3.3.90.39.96.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - PAGAME							
10 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.39.99.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU							
12 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios							

PRONIM CP - Emissao: 11/10/2018 as 7h55min - Duracao: 0h00m01seg (2)

Estado de Santa Catarina  
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO

## Balancete da Despesa

Setembro de 2018

Folha: 2

Unidade Gestora.....: CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi  
Orgao.....: 01 CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS  
Unidade Orcamentaria: 01.01 CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS

Dotacao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes Empenhado no Ano	Reducoes Liquidado no Mes Liquidado no Ano	Reservado Anulado no Mes Anulado no Ano	Total Creditos Pago no Mes Pago no Ano	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar Pagtos a Efetuar
	0,00	0,00 0,00 250,00	0,00 0,00 250,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 250,00	0,00 0,00 0,00
3.3.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS						
8 Fonte.....: 180 Convenio TRATASan/ARIS	0,00	70.000,00 0,00 70.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	70.000,00 0,00 0,00	0,00 0,00 70.000,00
3.3.90.39.05.00.00 SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS						
16 Fonte.....: 180 Convenio TRATASan/ARIS	0,00	0,00 0,00 70.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 70.000,00
4.4.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS						
3 Fonte.....: 100 Recursos Ordinarios	60.000,00	0,00 0,00 1.598,00	0,00 0,00 1.598,00	0,00 0,00 0,00	60.000,00 0,00 1.598,00	58.402,00 0,00 0,00
4.4.90.52.42.00.00 MOBILIARIO EM GERAL						
13 Fonte.....: 100 Recursos Ordinarios	0,00	0,00 0,00 1.598,00	0,00 0,00 1.598,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 1.598,00	0,00 0,00 0,00
Total Unidade Orcamentaria	750.000,00	70.000,00 9.261,61 132.018,24	0,00 9.262,09 61.950,80	0,00 0,00 82,24	820.000,00 9.262,09 61.950,80	687.981,76 0,00 70.067,44
Total do Orgao	750.000,00	70.000,00 9.261,61 132.018,24	0,00 9.262,09 61.950,80	0,00 0,00 82,24	820.000,00 9.262,09 61.950,80	687.981,76 0,00 70.067,44
Total Geral	750.000,00	70.000,00 9.261,61 132.018,24	0,00 9.262,09 61.950,80	0,00 0,00 82,24	820.000,00 9.262,09 61.950,80	687.981,76 0,00 70.067,44

PRONIM CP - Emissao: 11/10/2018 as 7h55min - Duracao: 0h00m01seg (2)



Estado de Santa Catarina  
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO

Balancete da Despesa

Setembro de 2018

Folha: 3

Unidade Gestora.....: CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Orgao	Saldo Inicial	Resumo Final		Reservado Anulado no Mes Anulado no Ano	Total Creditos Pago no Mes Pago no Ano	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar Pagtos a Efetuar
		Suplementacoes Empenhado no Mes Empenhado no Ano	Reducoes Liquidado no Mes Liquidado no Ano			
CONS. INTEG DE GEST.	750.000,00	70.000,00 9.261,61 132.018,24	0,00 9.262,09 61.950,80	0,00 0,00 82,24	820.000,00 9.262,09 61.950,80	687.981,76 0,00 70.067,44
Total Geral	750.000,00	70.000,00 9.261,61 132.018,24	0,00 9.262,09 61.950,80	0,00 0,00 82,24	820.000,00 9.262,09 61.950,80	687.981,76 0,00 70.067,44

RENALDO MUELLER  
Presidente CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF No 526.184.719-20

PRONIM CP - Emissao: 11/10/2018 as 7h55min - Duracao: 0h00m01seg (2)



## CIS/AMERIOS

### BALANCETE DA DESPESA CIS/AMERIOS SETEMBRO 2018

Publicação Nº 1772045

Estado de Santa Catarina CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude		Balancete da Despesa		Setembro de 2018		Folha: 1	
Unidade Gestora..... CIS - Amerios							
Orgao..... 01 CIS - AMERIOS							
Unidade Orcamentaria: 01.01 ADMINISTRACAO							
Dotacao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes Empenhado no Ano	Reducoes Liquidado no Mes Liquidado no Ano	Reservado Anulado no Mes Anulado no Ano	Total Creditos Pago no Mes Pago no Ano	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar Pagtos a Efetuar	
10 Saude							
10122 Administracao Geral							
101220002 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS							
101220002.2.004000 Adminitracao							
3.1.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS							
1 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	50.606,38	
		5.516,50	5.516,50	0,00	5.516,50	0,00	
		49.393,62	49.393,62	0,00	49.393,62	0,00	
3.1.90.01.01.00.00 PROVENTOS - PESSOAL CIVIL							
30 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.1.90.11.01.00.00 VENCIMENTOS E SALARIOS							
10 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		4.293,00	4.293,00	0,00	4.293,00	0,00	
		35.202,60	35.202,60	0,00	35.202,60	0,00	
3.1.90.11.45.00.00 FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL							
31 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		715,50	715,50	0,00	715,50	0,00	
3.1.90.11.46.00.00 FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO							
32 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		2.146,50	2.146,50	0,00	2.146,50	0,00	
3.1.90.13.01.00.00 FGTS							
11 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		343,44	343,44	0,00	343,44	0,00	
		4.060,15	4.060,15	0,00	4.060,15	0,00	
3.1.90.13.02.00.00 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS							
12 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		880,06	880,06	0,00	880,06	0,00	
		7.268,87	7.268,87	0,00	7.268,87	0,00	
3.3.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS							
2 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	2.650.000,00	0,00	0,00	5,00	2.650.000,00	395.064,83	
		323.549,73	297.509,29	0,00	297.435,98	91,71	
		2.254.930,17	1.939.225,41	2.977,50	1.939.133,70	315.796,47	
3.3.90.30.01.00.00 COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS							
15 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.30.39.00.00 MATERIAL PARA MANUTENCAO DE VEICULOS							
20 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.36.06.00.00 SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS							
8 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	937,50	0,00	0,00	
3.3.90.36.30.00.00 SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS							
4 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		24.465,93	30.081,02	0,00	30.081,02	0,00	
		188.588,01	164.122,08	0,00	164.122,08	24.465,93	
3.3.90.36.99.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FI							
21 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	2.040,00	0,00	0,00	
3.3.90.39.11.00.00 LOCACAO DE SOFTWARES							
6 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.39.19.00.00 MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS							
27 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.39.50.00.00 SERVICOS MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGICO							
5 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							

PRONIM CP - Emissao: 11/10/2018 as 7h57min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude		Balancete da Despesa			Setembro de 2018	Folha: 2
Unidade Gestora..... CIS - Amerios						
Orgao..... 01 CIS - AMERIOS						
Unidade Orcamentaria: 01.01 ADMINISTRACAO						
Dotacao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes Empenhado no Ano	Reducoes Liquidado no Mes Liquidado no Ano	Reservado Anulado no Mes Anulado no Ano	Total Creditos Pago no Mes Pago no Ano	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar Pagtos a Efetuar
	0,00	0,00 291.316,62 2.017.589,50	0,00 259.661,09 1.726.350,67	0,00 0,00 0,00	0,00 259.583,30 1.726.272,88	0,00 77,79 291.316,62
3.3.90.39.81.00.00	SERVICOS BANCARIOS	- Desdobramento da Despesa				
13	Fonte..... 100 Recursos ordinarios					
	0,00	0,00 137,06 1.093,44	0,00 137,06 1.093,44	0,00 0,00 0,00	0,00 137,06 1.093,44	0,00 0,00 0,00
3.3.90.39.99.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	- Desdobramento da Despesa				
7	Fonte..... 100 Recursos ordinarios					
	0,00	0,00 0,00 255,00	0,00 0,00 255,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 255,00	0,00 0,00 0,00
3.3.90.40.01.00.00	LOCACAO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES	- Desdobramento da Despesa				
29	Fonte..... 100 Recursos ordinarios					
	0,00	0,00 1.600,00 12.868,98	0,00 1.600,00 12.868,98	0,00 0,00 0,00	0,00 1.600,00 12.868,98	0,00 0,00 0,00
3.3.90.47.12.00.00	CONTRIBUICAO PARA O PIS/PASEP	- Desdobramento da Despesa				
14	Fonte..... 100 Recursos ordinarios					
	0,00	0,00 13,92 197,77	0,00 13,92 197,77	0,00 0,00 0,00	0,00 18,40 183,85	0,00 13,92 13,92
3.3.90.47.18.00.00	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA SB SERVICOS	- Desdobramento da Despesa				
9	Fonte..... 100 Recursos ordinarios					
	0,00	0,00 6.016,20 34.337,47	0,00 6.016,20 34.337,47	0,00 0,00 0,00	0,00 6.016,20 34.337,47	0,00 0,00 0,00
3.3.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS					
22	Fonte..... 300 Recursos Ordinarios					
	0,00	229.552,29 0,00 229.552,29	0,00 0,00 229.552,29	0,00 0,00 0,00	229.552,29 0,00 229.552,29	0,00 0,00 0,00
3.3.90.36.30.00.00	SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS	- Desdobramento da Despesa				
23	Fonte..... 300 Recursos Ordinarios					
	0,00	0,00 0,00 19.505,44	0,00 0,00 19.505,44	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 19.505,44	0,00 0,00 0,00
3.3.90.39.11.00.00	LOCACAO DE SOFTWARES	- Desdobramento da Despesa				
25	Fonte..... 300 Recursos Ordinarios					
	0,00	0,00 0,00 1.600,00	0,00 0,00 1.600,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 1.600,00	0,00 0,00 0,00
3.3.90.39.50.00.00	SERVICOS MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGICO	- Desdobramento da Despesa				
24	Fonte..... 300 Recursos Ordinarios					
	0,00	0,00 0,00 206.106,86	0,00 0,00 206.106,86	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 206.106,86	0,00 0,00 0,00
3.3.90.39.99.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	- Desdobramento da Despesa				
28	Fonte..... 300 Recursos Ordinarios					
	0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
3.3.90.47.18.00.00	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA SB SERVICOS	- Desdobramento da Despesa				
26	Fonte..... 300 Recursos Ordinarios					
	0,00	0,00 0,00 2.339,99	0,00 0,00 2.339,99	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 2.339,99	0,00 0,00 0,00
4.4.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS					
3	Fonte..... 100 Recursos ordinarios					
	10.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	10.000,00 0,00 0,00	10.000,00 0,00 0,00
Total Unidade Orcamentaria		2.760.000,00	229.552,29 329.066,23 2.533.876,08	0,00 303.025,79 2.218.171,32	5,00 0,00 2.977,50	2.989.552,29 302.952,48 2.218.079,61
Total do Orgao		2.760.000,00	229.552,29 329.066,23 2.533.876,08	0,00 303.025,79 2.218.171,32	5,00 0,00 2.977,50	2.989.552,29 302.952,48 2.218.079,61
Total Geral		2.760.000,00	229.552,29 329.066,23 2.533.876,08	0,00 303.025,79 2.218.171,32	5,00 0,00 2.977,50	2.989.552,29 302.952,48 2.218.079,61

PRONIM CP - Emissao: 11/10/2018 as 7h57min - Duracao: 0h00m01seg (2)



Estado de Santa Catarina  
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Balancete da Despesa

Setembro de 2018

Folha: 3

Unidade Gestora.....: CIS - Amerios

Resumo Final

Orgao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes	Reducoes Liquidado no Mes	Reservado Anulado no Mes	Total Creditos Pago no Mes	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar
		Empenhado no Ano	Liquidado no Ano	Anulado no Ano	Pago no Ano	Pagtos a Efetuar
CIS - AMERIOS	2.760.000,00	229.552,29	0,00	5,00	2.989.552,29	455.671,21
		329.066,23	303.025,79	0,00	302.952,48	91,71
		2.533.876,08	2.218.171,32	2.977,50	2.218.079,61	315.796,47
Total Geral	2.760.000,00	229.552,29	0,00	5,00	2.989.552,29	455.671,21
		329.066,23	303.025,79	0,00	302.952,48	91,71
		2.533.876,08	2.218.171,32	2.977,50	2.218.079,61	315.796,47

RENALDO MUELLER  
Presidente

FABIANE GALERA  
Sec. Adm e Financeira

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF 526.184.719-20

PRONIM CP - Emissao: 11/10/2018 as 7h57min - Duracao: 0h00m01seg (2)



**BALANCETE DA RECEITA CIS/AMERIOS SETEMBRO 2018**

Publicação Nº 1772044

Estado de Santa Catarina CIS/AMERIOS-Cons. Intermunicipal Saude		Balancete da Receita		Setembro/2018	Folha: 1
Unidade Gestora: CIS - Amerios					
Receita	Descricao	Previsto Liquido	Arrecadado no Mes	Arrecadado no Ano	Diferenca
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	2.760.000,00	287.745,27	2.351.737,51	-408.262,49
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	30.000,00	1.392,84	16.730,93	-13.269,07
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliarios	30.000,00	1.392,84	16.730,93	-13.269,07
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correcoes Monetarias	30.000,00	1.392,84	16.730,93	-13.269,07
1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneracao de Depositos Bancarios	30.000,00	1.392,84	16.730,93	-13.269,07
1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneracao de Depositos Bancarios - Principal	30.000,00	1.364,97	15.145,21	-14.854,79
1 Fonte: 100	Recursos ordinarios	30.000,00			
1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneracao de Depositos Bancarios - Principal				
19 Fonte: 289	Alienacao de Bens Outros Prog	0,00	27,87	1.585,72	1.585,72
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferencias Correntes	2.730.000,00	286.352,43	2.335.006,58	-394.993,42
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferencias dos Municipios e de suas Entidades	2.730.000,00	286.352,43	2.335.006,58	-394.993,42
1.7.3.8.00.0.0.00.00.00	Transferencias dos Municipios - Especifica E/M	2.730.000,00	286.352,43	2.335.006,58	-394.993,42
1.7.3.8.02.0.0.00.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos	2.730.000,00	286.352,43	2.335.006,58	-394.993,42
1.7.3.8.02.1.0.00.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos	2.730.000,00	286.352,43	2.335.006,58	-394.993,42
1.7.3.8.02.1.1.00.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos - Principal	2.730.000,00	286.352,43	2.335.006,58	-394.993,42
1.7.3.8.02.1.1.01.00.00	Bom Jesus do Oeste				
2 Fonte: 100	Recursos ordinarios	150.000,00	16.857,47	78.970,97	-71.029,03
1.7.3.8.02.1.1.02.00.00	Caibi				
3 Fonte: 100	Recursos ordinarios	150.000,00	18.757,00	175.674,59	25.674,59
1.7.3.8.02.1.1.03.00.00	Cunha Pora				
4 Fonte: 100	Recursos ordinarios	150.000,00	14.428,60	215.201,59	65.201,59
1.7.3.8.02.1.1.04.00.00	Cunhatai				
5 Fonte: 100	Recursos ordinarios	200.000,00	15.156,00	136.404,00	-63.596,00
1.7.3.8.02.1.1.05.00.00	Flor do Sertao				
6 Fonte: 100	Recursos ordinarios	90.000,00	16.505,36	126.873,77	36.873,77
1.7.3.8.02.1.1.06.00.00	Iraceminha				
7 Fonte: 100	Recursos ordinarios	160.000,00	10.732,50	96.592,50	-63.407,50
1.7.3.8.02.1.1.07.00.00	Maravilha				
8 Fonte: 100	Recursos ordinarios	610.000,00	49.524,00	449.140,50	-160.859,50
1.7.3.8.02.1.1.08.00.00	Modelo				
9 Fonte: 100	Recursos ordinarios	150.000,00	9.605,41	70.760,52	-79.239,48
1.7.3.8.02.1.1.09.00.00	Palmitos				
10 Fonte: 100	Recursos ordinarios	180.000,00	25.641,09	148.368,37	-31.631,63
1.7.3.8.02.1.1.10.00.00	Riqueza				
11 Fonte: 100	Recursos ordinarios	120.000,00	18.170,68	114.939,57	-5.060,43
1.7.3.8.02.1.1.11.00.00	Romeladia				
12 Fonte: 100	Recursos ordinarios	90.000,00	6.992,21	51.365,65	-38.634,35
1.7.3.8.02.1.1.12.00.00	Saltinho				
13 Fonte: 100	Recursos ordinarios	90.000,00	4.125,73	24.061,44	-65.938,56
1.7.3.8.02.1.1.13.00.00	Sta Terezinha do Progresso				
14 Fonte: 100	Recursos ordinarios	120.000,00	24.893,38	137.120,32	17.120,32
1.7.3.8.02.1.1.14.00.00	Sao Miguel da Boa Vista				
15 Fonte: 100	Recursos ordinarios	200.000,00	13.036,00	117.324,00	-82.676,00
1.7.3.8.02.1.1.15.00.00	Saudades				
16 Fonte: 100	Recursos ordinarios	90.000,00	25.909,94	289.372,35	199.372,35
1.7.3.8.02.1.1.16.00.00	Tigrinhos				
17 Fonte: 100	Recursos ordinarios	120.000,00	16.017,06	80.718,43	-39.281,57
1.7.3.8.02.1.1.18.00.00	Maravilha SUS - Producao				
18 Fonte: 100	Recursos ordinarios	60.000,00	0,00	22.118,01	-37.881,99
Total Geral		2.760.000,00	287.745,27	2.351.737,51	-408.262,49

RENALDO MUELLER  
Presidente

FABIANE GALERA  
Sec. Adm e Financeira

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA  
Contador CRC/SC 16887/O-4  
CPF 526.184.719-20

PRONIM CP - Emissao: 11/10/2018 as 7h58min - Duracao: 0h00m01seg (2)

